SER PROTAGONISTA

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

HISTÓRIA

MANUAL DO PROFESSOR

Área do conhecimento:
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Componente curricular:
História

ENSINO MÉDIO

VOLUME ÚNICO

Editora responsável: **Valéria Vaz**
Organizadora: **SM Educação**

Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por SM Educação.



CÓDIGO DA COLEÇÃO
0103P26010120481 6 OBJETO 1

PNLD ENSINO MÉDIO • 2026–2029

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
Versão em processo de avaliação

sm

MANUAL DO PROFESSOR

SER PROTAGONISTA

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

HISTÓRIA

Área do conhecimento:
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Componente curricular:
História

ENSINO MÉDIO

VOLUME ÚNICO

Editora responsável:

VALÉRIA VAZ

Licenciada em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).
Especialista em Linguagens Visuais e mestra em Artes Visuais pela Faculdade Santa Marcelina (FASM).
Bacharela em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).
Editora de livros didáticos.

Organizadora: **SM Educação**
Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por SM Educação.
São Paulo, 1ª edição, 2024

sm

Ser Protagonista Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – História

© SM Educação
Todos os direitos reservados

Direção editorial André Monteiro
Gerência editorial Lia Monguilhott Bezerra
Coordenação editorial André Zamboni
Edição executiva Valéria Vaz
Edição Joana Lopes Acuio, Rodrigo Souza, Mírian C. M. Garrido
Colaboração técnico-pedagógica Ana Paula Santos, Bianca Zucchi, Francisco Alambert
Suporte editorial Camila Alves Batista, Fernanda de Araújo Fortunato
Coordenação de preparação e revisão Cláudia Rodrigues do Espírito Santo
Preparação: Clara Fernandes, Daniela Uemura, Érica Lamas
Revisão: Clara Fernandes, Fernanda Oliveira Sousa, Karina Danza, Thais Nacif
Apoio de equipe: Amanda Taioque Moreira, Camila Lamin Lessa, Lívia Taioque
Coordenação de *design* Gilciane Munhoz
***Design*:** Paula Maestro
Coordenação de arte Vitor Trevelin
Edição de arte: Alexandre Francisco da Silva Pereira
Assistência de produção: Júlia Stacciarini Teixeira
Coordenação de iconografia Josiane Laurentino
Pesquisa iconográfica: Mariana Sampaio
Tratamento de imagem: Marcelo Casaro, Robson Mereu
Capa APIS Design
Ilustração da capa: Davi Augusto
Projeto gráfico APIS Design
Editoração eletrônica Estúdio Anexo
Pré-impressão Américo Jesus, Mauro Moreira
Fabricação Alexander Maeda
Impressão

Elaboração de originais

Janaina Tiosse de O. Corrêa
Bacharela e licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
Autora e editora de materiais didáticos.

Lilian Lisboa Miranda
Bacharela e licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).
Mestra e doutora em História Social pela FFLCH-USP.
Assessora de História para redes públicas e privadas de ensino.
Autora de materiais didáticos para Educação Básica e Ensino Superior.

Mírian Cristina de Moura Garrido
Licenciada em História pela Universidade de Taubaté (Unitau).
Mestra e doutora em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).
Professora no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Rodrigo Souza
Bacharel e licenciado em História pela FFLCH-USP.
Editor de materiais didáticos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ser protagonista ciências humanas e sociais aplicadas : história / organizadora SM Educação ; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por SM Educação ; editora responsável Valéria Vaz. -- 1. ed. -- São Paulo : Edições SM, 2024.

Componente curricular: História.
Área do conhecimento: Ciências humanas e sociais aplicadas.
ISBN 978-85-418-3224-3 (aluno)
ISBN 978-85-418-3566-4 (professor)

1. História (Ensino médio) I. Vaz, Valéria.

24-229410 CDD-907

Índices para catálogo sistemático:
1. História : Ensino médio 907

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

1ª edição, 2024

SM Educação
Avenida Paulista, 1842 – 18º andar, cj. 185, 186 e 187 – Condomínio Cetenco Plaza
Bela Vista 01310-945 São Paulo SP Brasil
Tel. 11 2111-7400
atendimento@grupo-sm.com
www.grupo-sm.com/br

APRESENTAÇÃO

OLÁ, ESTUDANTE!

O Ensino Médio é o momento de ressignificação e de aplicação dos conhecimentos que você adquiriu em seu percurso escolar durante a Educação Básica. Agora será estabelecida uma conexão profunda entre os conhecimentos teóricos e suas vivências, trazendo mais sentido aos conteúdos apreendidos no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

Trata-se, portanto, de uma oportunidade de pensar em como as teorias se aplicam no dia a dia, agora de uma perspectiva mais complexa, e de compreender como os diversos processos e mudanças ocorridos ao longo do tempo se manifestam no presente. É também uma ocasião importante para refletir sobre seu papel e sua forma de atuação na sociedade.

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens que favorecem o diálogo e o protagonismo juvenil. Por isso, esta coleção foi elaborada com o objetivo de contribuir para que, compreendendo melhor os diferentes aspectos da realidade, você possa agir de modo crítico, consciente, ético e responsável, reconhecendo e respeitando as diferenças, preservando os direitos humanos e cuidando de si mesmo e dos demais. No decorrer do trabalho com a coleção, você vai se engajar em práticas cooperativas e conhecer diversas formas de registro em diferentes linguagens: textual, imagética, artística, tecnológica, cartográfica, entre outras.

Acreditamos em seu protagonismo e em sua capacidade de buscar respostas e soluções para os desafios presentes e para os que estão por vir. Temos confiança de que, por meio de sua atuação e de sua interação com o mundo, você desenvolverá as competências e as habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania no século XXI, seguindo caminhos coerentes com seus projetos de vida.

Equipe editorial

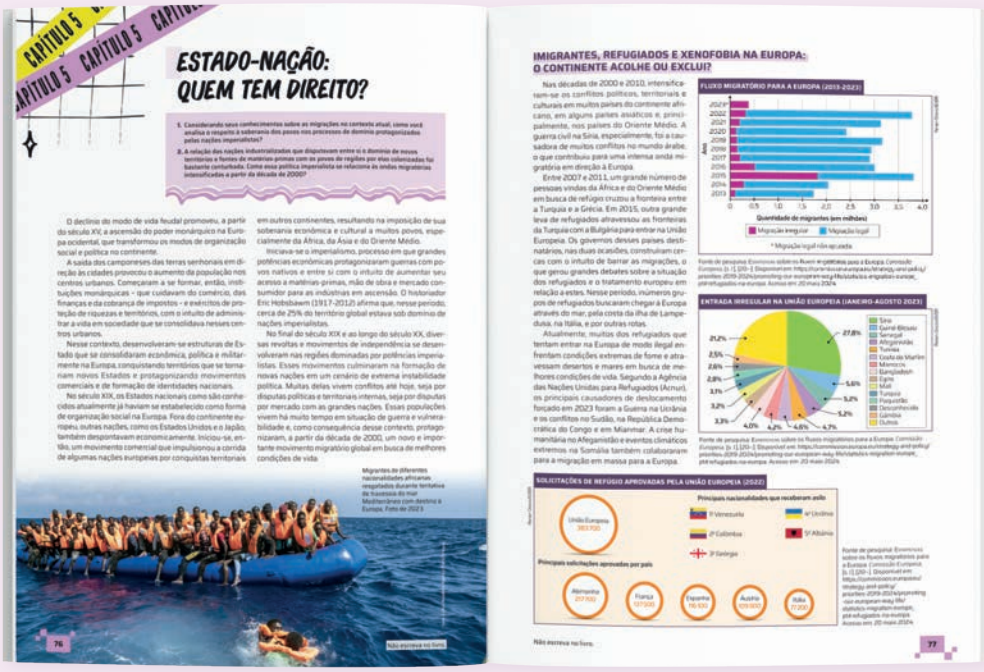
CONHEÇA SEU LIVRO

ABERTURA DE UNIDADE



Elaborada em página dupla, apresenta um pequeno texto, uma imagem e questões para que você comece a refletir sobre o assunto da unidade e o que já sabe a respeito dele.

ABERTURA DE CAPÍTULO

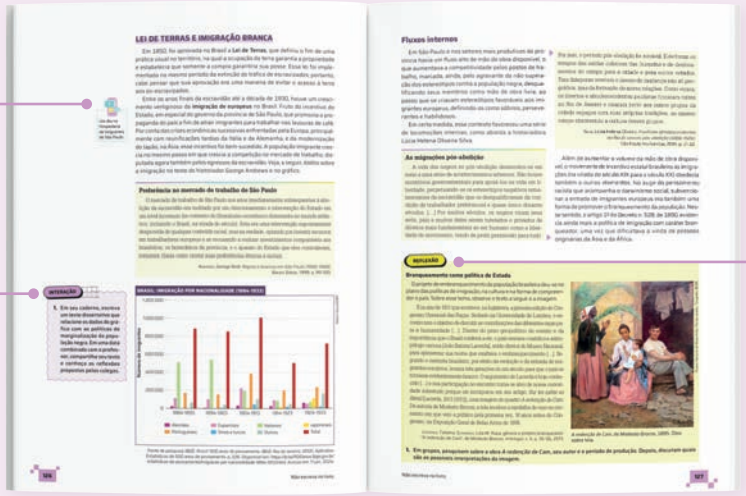


Composta de textos, imagens e questões que se relacionam e introduzem o assunto do capítulo.

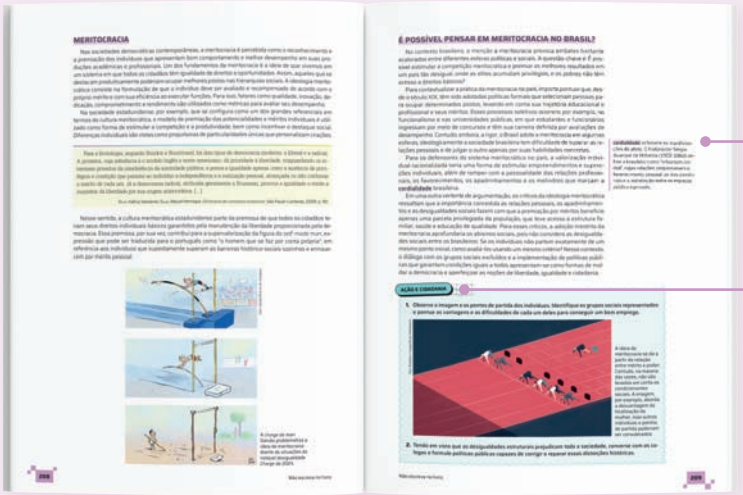
Não escreva no livro.

Objeto digital
O ícone indica um objeto digital presente no livro digital.

Interação
Contém atividades que vão ajudá-lo a desenvolver habilidades e a adquirir uma visão ampla e integrada dos assuntos estudados.



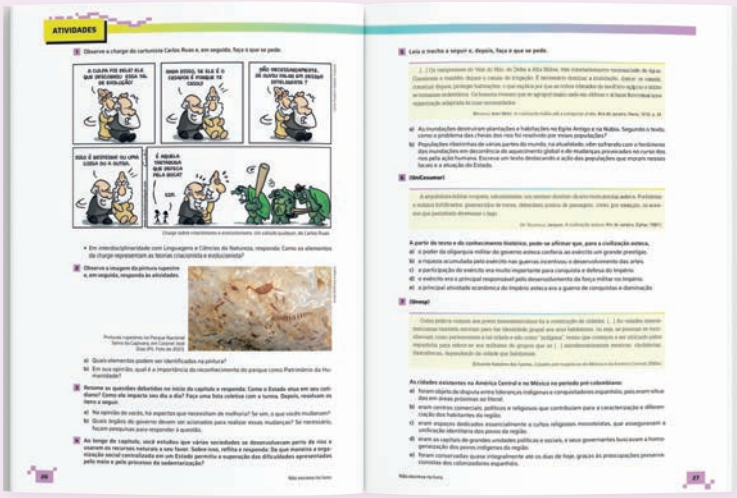
Reflexão
Composto de texto e de questões que envolvem análise, pesquisa e reflexão sobre o conteúdo apresentado, considerando a realidade e buscando ampliar e/ou aprofundar o assunto ou o conceito trabalhado.



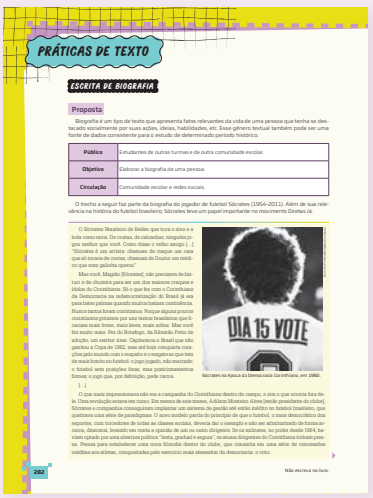
Glossário
Apresenta a explicação de palavras e conceitos que você talvez não conheça.

Ação e cidadania
Apresenta informações e questões relacionadas à ação cidadã com o objetivo de promover melhorias nos âmbitos social, econômico, ambiental e cultural, entre outros.

BOXES



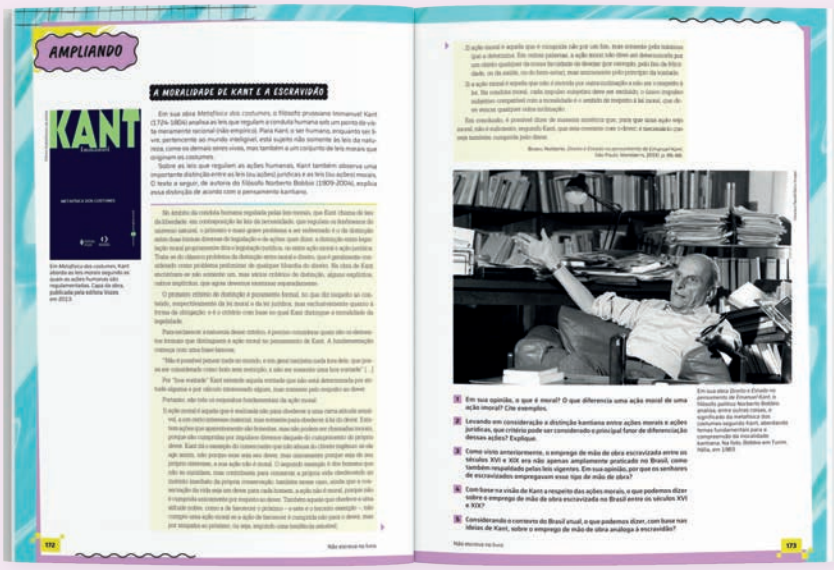
Atividades
Ao final de cada capítulo, um conjunto de atividades possibilita a consolidação, a retomada, a análise, a síntese e a pesquisa dos assuntos abordados. A seção traz também questões de importantes exames nacionais.



Práticas de texto
Com base na produção textual de diferentes gêneros, a seção contribui para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

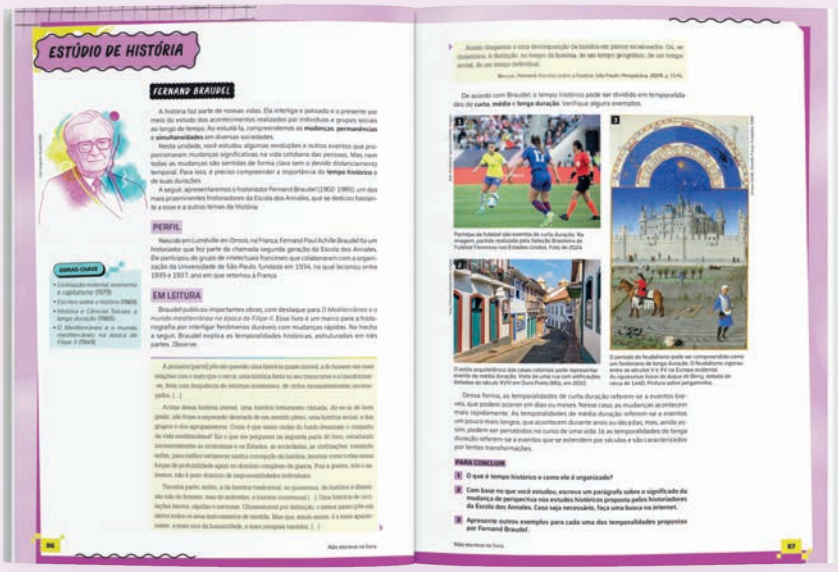
SEÇÕES DE CAPÍTULO

SEÇÕES DE CAPÍTULO



Ampliando

Apresenta textos diversos sobre questões contemporâneas associadas aos assuntos da unidade, com o intuito de desenvolver a reflexão e a análise crítica.



Estúdio de História

Apresenta a escrita da História como um processo social cientificamente produzido e algumas práticas relevantes do ofício do historiador.

SEÇÃO ESPECIAL



Práticas de pesquisa

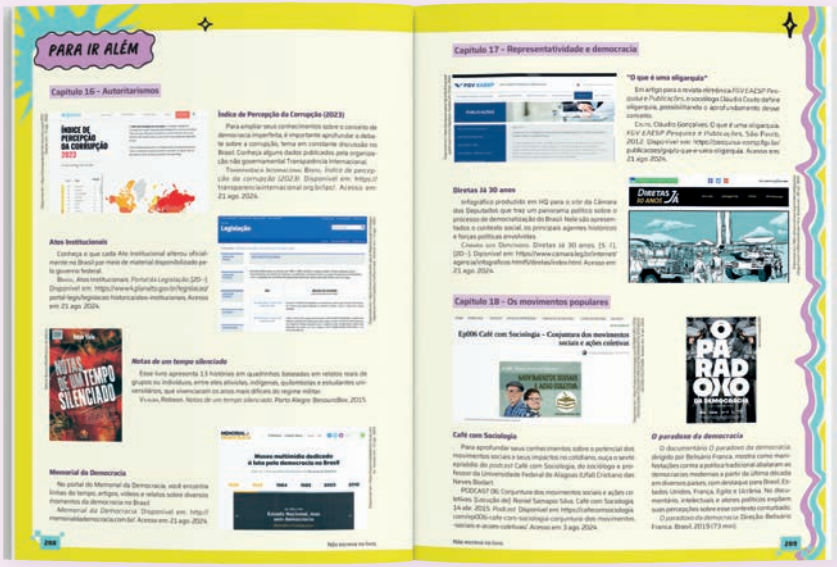
Propõe diferentes metodologias e procedimentos de pesquisa, com o objetivo de aprimorar a investigação e o raciocínio científico.

Não escreva no livro.



O que aprendi: autoavaliação

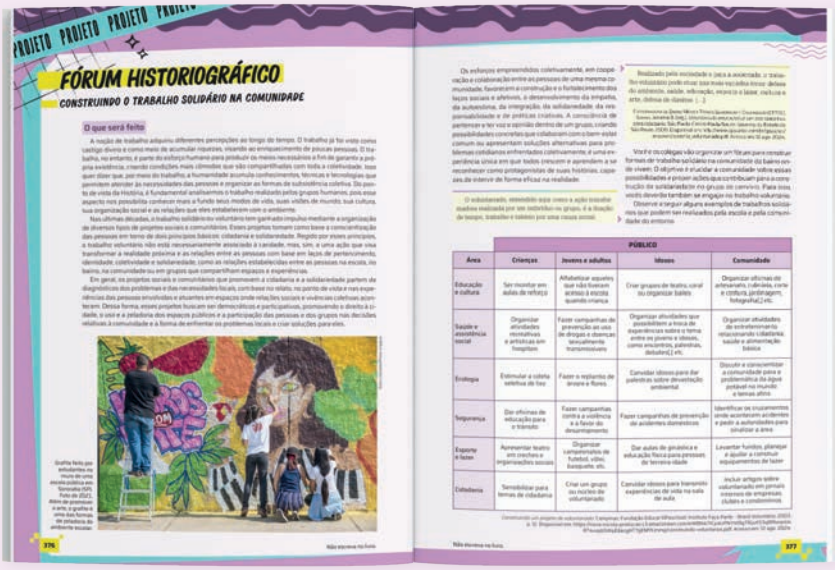
Nesta seção, você será orientado a realizar uma autoavaliação a partir de perguntas que ajudarão você a estabelecer relações entre os temas estudados no livro.



Para ir além

Traz indicações de produções audiovisuais, *sites*, livros, entre outros materiais que auxiliam na ampliação e no aprofundamento dos conteúdos estudados.

SEÇÕES DE FECHAMENTO DE UNIDADE



Projeto

Nesta seção, você e seus colegas realizarão um projeto sobre questões importantes vivenciadas na comunidade onde vivem.

SEÇÃO DE PROJETO

SUMÁRIO

UNIDADE 1 — 12

A FORMAÇÃO DOS ESTADOS

Capítulo 1 **O Estado no cotidiano** ... 14

A formação da humanidade ... 15
Mitos de origem indígena ... 15
O mundo ocidental e as teorias de origem: criacionismo e evolucionismo ... 16
A evolução dos seres humanos ... 17
Nômades e o deslocamento humano ... 17
Sedentarização e sua relação com a agricultura ... 17
Objeto digital – Infográfico clicável: A domesticação de plantas e animais ... 17
Os primeiros Estados do Oriente ... 18
China Antiga ... 19
Índia Antiga ... 19
As sociedades da África Antiga ... 20
Egito Antigo e Império de Cuxe ... 20
Império Axum ... 20
Sociedades subsaarianas: reinos de Gana, do Mali e Songai ... 21
Objeto digital – *Podcast*: O Império do Mali ... 21
Estado e saúde na Antiguidade africana ... 22
Mesoamérica e América Andina ... 23
Locomoção nos Estados contemporâneos ... 24
Estado, educação e projeto de sociedade ... 25
Atividades ... 26
Práticas de texto: Contação de um mito ... 28
Estúdio de História: Marc Bloch ... 30

Capítulo 2 **Governo e Estado** ... 32

Políticas públicas: questões de Estado ... 33
Público e privado: a *pólis* ... 34
A democracia ateniense ... 35
Brasil: uma democracia representativa ... 36
Eleições e relações de poder no Brasil ... 37
A democracia e a separação dos três poderes ... 38
A república romana e o conceito de coisa pública ... 39
Atividades ... 40
Ampliando: Democracia e república ... 41

Capítulo 3 **Estado: o dono da força** ... 42

Debate sobre o porte de armas e de munições ... 43
A Idade Média: sociedade e organização ... 44
Centralização do poder no Estado Moderno ... 45
O absolutismo monárquico ... 46
Economia no absolutismo ... 47
Pactos sociais: contratualismos ... 48
Direitos humanos ... 49
Atividades ... 50
Práticas de pesquisa: Democracia na escola ... 52
O que aprendi: autoavaliação ... 54
Para ir além ... 56

UNIDADE 2 — 58

ESTADO EM TRANSFORMAÇÃO

Capítulo 4 **Direitas e esquerdas** ... 60

Direitas e esquerdas: significados atuais ... 61
Origens históricas: Revolução Francesa ... 62
A República francesa ... 63
Contradições da revolução ... 64
Liberdade e escravização de africanos ... 65
A liberdade inaugurada após a revolução ... 66
Liberdade no Ocidente contemporâneo ... 67
Revolução Industrial ... 68
Os meios de produção e o proletariado ... 69
Inovações tecnológicas ... 69
Revolução Russa ... 70
Do czarismo ao socialismo na União Soviética ... 71
Atividades ... 72
Ampliando: O que é revolução, afinal? ... 74

Capítulo 5 **Estado-nação: quem tem direito?** ... 76

Imigrantes, refugiados e xenofobia na Europa: o continente acolhe ou exclui? ... 77
A xenofobia na Europa atual ... 78
A ideia de nação e a consolidação do Estado liberal ... 79
Haitianos no Brasil ... 80
Estado liberal e sociedade ... 81
Imperialismo: o projeto colonialista europeu ... 82
Objeto digital – Carrossel de imagens: A resistência africana ... 82
Povos indígenas: estrangeiros na própria terra? ... 83
Atividades ... 84
Estúdio de História: Fernand Braudel ... 86

Não escreva no livro.

Capítulo 6 **A quem serve o Estado?** 88
Desafios do Estado brasileiro e de suas instituições 89
Lobby e interesses diversos 90
Panorama liberal na América Latina 91
A atuação do Estado brasileiro na economia do café 92
Relações entre trabalho e alienação 93
Outras possibilidades de sistemas políticos 94
Os Estados contemporâneos diante da pandemia do século XXI 95
Atividades 96
Práticas de texto: Entrevista escrita 98
Práticas de pesquisa: O tamanho do Estado 100
O que aprendi: autoavaliação 102
Para ir além 104

UNIDADE 3 106
BRASIL: POLÍTICA E REPRESENTATIVIDADE

Capítulo 7 **A política é para todos?** 108
Participação política e democracia 109
Projetos políticos e Constituição de 1824 110
Poderes e o Poder Moderador 111
Quem participava do poder no Império? 112
E hoje, quem participa do poder? 113
Formas de fazer política para além do voto 114
Cidadania ativa e participativa 115
Atividades 116
Ampliando: A chegada da Família Real 118
Objeto digital – Infográfico clicável: A cerimônia do beija-mão 118
Estúdio de História: José Murilo de Carvalho 120

Capítulo 8 **Ações afirmativas e poder** 122
Preparando as novas gerações 123
Políticas de marginalização: do Império à República 124
Situação da população negra 125
Lei de Terras e imigração branca 126
Objeto digital – *Podcast*: Um dia na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo 126
Fluxos internos 127
Atividades 128
Práticas de texto: Artigo de opinião 130

Capítulo 9 **Representatividade e poder** 132
Representatividade, poder e fé 133
Crise da democracia e a cidadania ativa 134
Representatividade feminina nas esferas do poder 135
Representatividade feminina nos municípios 136
Luta das mulheres pela participação política 137
A Primeira República e a Constituinte de 1934 138
A luta atual por representatividade política 139
Era Vargas 140
O Estado Novo 141
O populismo de Vargas 141
Representatividade dos trabalhadores 142
Trabalhismo e sindicatos 143
Atividades 144
Ampliando: O feminismo é para todos 146
Práticas de pesquisa: Mudanças de sistema político: da monarquia à República 148
O que aprendi: autoavaliação 150
Para ir além 152

UNIDADE 4 154
ECOS DA ESCRAVIDÃO

Capítulo 10 **Escravidão e trabalho análogo à escravidão** 156
O trabalho análogo à escravidão nos espaços urbanos 157
Construção civil 157
Indústria têxtil 158
Objeto digital – *Podcast*: Como as pessoas se vestiam no Brasil Imperial? 158
Continuidades históricas no campo 159
Agropecuária 159
Desmatamento e escravidão 160
Terras Indígenas 161
Passado escravocrata 163
O tráfico de escravizados 164
Atividades 170
Ampliando: A moralidade de Kant e a escravidão 172
Estúdio de História: José D'Assunção Barros 174
Objeto digital – Vídeo: Documentos históricos 175

Capítulo 11 **Existe racismo no Brasil?** 176
Questões estruturais 177
Sistema escravocrata no Brasil 178
Contexto do pós-abolição 179
Racismo estrutural: um panorama geral 180

SUMÁRIO SUMÁRIO SUMÁRIO SUMÁRIO SUMÁRIO SUMÁRIO SUMÁRIO SUMÁRIO SUMÁRIO

Não escreva no livro.

Atividades 181
Práticas de texto: Reportagem *on-line* 182

Capítulo 12 **Vidas negras no Brasil** 184
Índices sociais 185
Vulnerabilidade social dos negros 186
Quem é alvo da violência no Brasil? 187
O antirracismo como arma contra o genocídio negro 188
Vidas negras importam! Histórias de lutas, sobrevivência e resistências 189
Políticas públicas para a igualdade racial 190
Consciência negra, militância e aquilombamentos 191
Atividades 192
Práticas de pesquisa: Racismo estrutural 194
O que aprendi: autoavaliação 196
Para ir além 198

UNIDADE 5 200
PRIVILÉGIO E CIDADANIA

Capítulo 13 **Igualdade social ou privilégios?** 202
Panorama da desigualdade 203
Objeto digital – Carrossel de imagens: Desigualdade social 203
Fissuras sociais 204
Como nascem os privilégios? 205
Os privilégios no Brasil 206
Quem são os privilegiados da atual sociedade brasileira? 207
Meritocracia 208
É possível pensar em meritocracia no Brasil? 209
Atividades 210
Ampliando: Igualdade e desempenho 212

Capítulo 14 **A busca pela igualdade** 214
Investigando as resistências: panorama da Primeira República 215
A cidadania para a população negra 216
Políticas afirmativas 217
Feministas e a emancipação feminina 218
O que é o feminino? 219
Teoria *queer*: múltiplas formas de ser 220
Mulheres cidadãs: desafios atuais 221
Para além da política 221
Igualdade de gênero 222
Atividades 223
Estúdio de História: Sandra Lauderdale Graham 224

Capítulo 15 **Povos tradicionais: a luta permanente** 226
Os povos indígenas e a Constituição de 1988 227
O interesse privado nas Terras Indígenas 228
Comunidades de remanescentes quilombolas 231
Reconhecimento e acesso à cidadania 232
Atividades 233
Práticas de texto: Vídeo para um *vlog* 234
Práticas de pesquisa: Privilégios à brasileira 236
O que aprendi: autoavaliação 238
Para ir além 240

UNIDADE 6 242
CONFLITO E RESISTÊNCIA

Capítulo 16 **Autoritarismos** 244
A Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929 245
Regimes totalitários e Segunda Guerra Mundial 246
Objeto digital – Vídeo: Participação brasileira na Segunda Guerra Mundial 246
Índice de Democracia 247
Tipos de regime 248
Debate sobre o autoritarismo 249
Instabilidades políticas e intervenções no Brasil republicano 250
Jânio e Jango: um panorama 251
Os militares no poder 252
Os Atos Institucionais 254
Objeto digital – Vídeo: Relato do ator brasileiro Maurice Politi 254
Resistência e busca pela democracia 255
E hoje? 255
Atividades 256
Estúdio de História: Carlos Fico 258

Capítulo 17 **Representatividade e democracia** 260
Crise na representatividade democrática 261
Democracia moderna: dilemas 262
Movimentos pela democracia 263
Diretas Já 264
Constituição de 1988: avanços democráticos 265
Guerra Fria 266
Objeto digital – Mapa clicável: Disputa pelo poder: Estados Unidos e União Soviética 266
Polarização ideológica 267
Atividades 268
Ampliando: Soberania do povo 270

Capítulo 18 **Os movimentos populares** 272

Não escreva no livro.

Ética e movimentos populares 273
A questão agrária 274
Movimentos pelo acesso à terra 275
Movimentos no contexto urbano 277
Ciberativismo 279
Atividades 280
Práticas de texto: Escrita de biografia 282
Práticas de pesquisa: Democracia em xeque 284
O que aprendi: autoavaliação 286
Para ir além 288

UNIDADE 7 290
DESAFIOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Capítulo 19 Direitos sociais 292
Saúde pública 293
Objeto digital – Infográfico clicável: Sistema Único de Saúde (SUS) 293
Desafios da saúde pública 294
Educação em pauta 295
Programas sociais e investimentos públicos 296
Projetos políticos 298
Estado de bem-estar social 298
Políticas neoliberais 299
Atividades 300
Ampliando: Democracia: conceito e prática 302

Capítulo 20 Múltiplos desafios 304
Conhecendo os desafios: indicadores sociais 305
Segurança pública 306
Acesso à cultura 309
Iniciativas e mudanças estruturais 310
Superando as desigualdades 311
Atividades 312
Práticas de texto: Debate regrado 314

Capítulo 21 Possibilidades de futuro: a periferia 316
Periferia: espaço e identidade 317
Produção cultural nas periferias 318
Vozes periféricas 319
Subjetividades 319
Periferia literária 320
Empreendedorismo periférico 321
Empreendedorismo social 322
Atividades 323
Estúdio de História: Joana Maria Pedro 324
Práticas de pesquisa: futuro profissional 326
O que aprendi: autoavaliação 330
Para ir além 332

UNIDADE 8 334
O BRASIL E OS OUTROS ESTADOS

Capítulo 22 O Brasil e a América do Sul 336
Brasil e Venezuela: tensões contemporâneas 337
Itamaraty: relações exteriores 338
Brasil imperial e imperialismo 339
Guerra do Paraguai: aniquilando inimigos 340
Indígenas na América do Sul 341
América do Sul: aproximações e distanciamentos 343
Atividades 344
Estúdio de História: Amilcar Araujo Pereira 346

Capítulo 23 Conexões do Atlântico Sul: Brasil e África 348
Relações comerciais coloniais 349
Novos paradigmas sobre a "conquista da África" 350
Eurocentrismo em xeque 351
Brasileiros, angolanos e moçambicanos 352
Países africanos e o Brasil: observações sobre a cooperação Sul-Sul 353
Atividades 354
Ampliando: Pensamento decolonial 356

Capítulo 24 Outras conexões 358
Aproximações com o Oriente 359
Comunidade chinesa no Brasil 360
Tensões: Estados Unidos e projetos políticos 361
Brasil e Estados Unidos: balanço 362
A União Europeia e a Amazônia 363
Por que ainda se desmata? 364
Brics 365
G20 366
Atividades 367
Práticas de pesquisa: Migrantes no Brasil atual 368
O que aprendi: autoavaliação 370
Para ir além 372

PROJETO 374
Fórum historiográfico: Construindo o trabalho solidário na comunidade

Transcrição dos áudios 378
Bibliografia comentada 382

SUMÁRIO

A FORMAÇÃO DOS ESTADOS

ORGANIZAR IDEIAS

A maioria das diversas sociedades do mundo contemporâneo é estruturada em Estados. Essa forma de organização política e social existe desde a Antiguidade e desenvolveu características específicas em diferentes locais e temporalidades. As formas de Estado com as quais estamos mais familiarizados na atualidade, no entanto, começaram a ser estruturadas a partir do século XVI, na Europa, com a formação de uma burocracia administrativa, do monopólio da força e da unificação de leis e da justiça.

1. **Os Estados, por meio de sua organização política e de suas instituições, têm uma série de obrigações para com seus cidadãos. De que maneira o Estado atua na vida das pessoas?**
2. **O Estado brasileiro atende às necessidades de sua população de forma satisfatória? Em caso negativo, o que é necessário para que isso aconteça?**



OlyaSolodenko/iStock/Getty Images

Bandeiras dos países em frente à sede das Nações Unidas em Genebra, Suíça. Foto de 2023. Atualmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) é composta de 193 Estados soberanos e 2 Estados observadores. ▸

UNIDADE 1

1 O Estado no cotidiano
2 Governo e Estado
3 Estado: o dono da força



O ESTADO NO COTIDIANO

1. Como você percebe, em seu cotidiano, a atuação do Estado?
2. O Estado brasileiro age de forma justa com todos os indivíduos e grupos que compõem a sociedade?
3. O Estado é um organismo vivo que reflete, em grande medida, as relações com a sociedade. Ele tem a função de ofertar serviços públicos e atender às demandas da população, além de inibir possíveis conflitos. Porém, muitas vezes, não nos sentimos representados e, em alguns casos, podemos nos sentir até desrespeitados. Com base em suas vivências, responda: Quais são as causas dessa disparidade entre as funções do Estado e as expectativas das pessoas que compõem a sociedade? Em sua opinião, o que é possível fazer para mudar tal situação nos âmbitos individual e coletivo? Converse com os colegas de turma sobre esse assunto.

Muitas vezes ouvimos ou lemos, em mídias diversas, menções ao "Estado brasileiro" ou a "assuntos de Estado", mas, afinal, o que é Estado?

De modo geral, podemos dizer que Estado é a entidade abstrata formada pelas instituições de caráter político que controlam e organizam a vida em sociedade. Ele se faz presente em diversas esferas de nossa vida, como saúde, economia e educação. Portanto, quando vamos a uma consulta médica em uma Unidade Básica de Saúde, por exemplo, bem como quando solicitamos a emissão de algum documento, compramos ou vendemos algo, pagando impostos e circulando papel-moeda, estamos interagindo com estruturas do Estado brasileiro.

Os primeiros Estados surgiram na Antiguidade, em diferentes regiões do planeta, fruto de movimentos de centralização de poder e de recursos materiais. Muitos desses movimentos estiveram relacionados à esfera religiosa dessas sociedades, assim como à necessidade de garantir a sobrevivência por meio da organização do trabalho e da criação de normas e de regras de convivência entre as pessoas.

Essa centralização, no entanto, foi muitas vezes marcada pela configuração de **relações de poder assimétricas** entre os indivíduos e os grupos que integram os Estados, o que, não raramente, estabeleceu **hierarquias sociais** que exaltavam determinados grupos em detrimento de outros.

hierarquia social: organização na qual os indivíduos podem ocupar diferentes posições na sociedade, implicando relações de subordinação de acordo com diversos fatores (como gênero, raça, etc.).

relação de poder assimétrica: desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.



Manifestantes de diversos movimentos sociais em prol da democracia, em São Paulo (SP), após os ataques de 8 de janeiro em Brasília (DF). Foto de 2023.

Nelson Almeida/AFP/Getty Images

Não escreva no livro.

A FORMAÇÃO DA HUMANIDADE

Antes de compreendermos a formação dos Estados como parte das criações humanas, é importante entender quais explicações foram elaboradas a respeito do surgimento da humanidade.

Essas explicações podem ser divididas de muitas formas e, para compreendê-las, é fundamental entender, também, o contexto de suas formulações e as funções que exercem no seio do grupo que as adota.

Mitos de origem indígena

Em geral, as sociedades buscam desenvolver teorias a respeito de sua origem, organização e de certos acontecimentos. Essas narrativas constroem a identidade, a cultura e a história ancestral dos grupos que as criam.

No Brasil, as variadas comunidades indígenas que habitam o território também possuem seus mitos de origem. Por exemplo, para os **Guarani**, grupo indígena que pode ser encontrado nas diferentes regiões brasileiras e que se divide em Kaiowá, Ñandeva e Mbya, o deus principal da criação é chamado de Nhanderu ou Ñamandu. Segundo seu mito de origem, os Guarani viviam entre as divindades e, com o tempo, passaram a se sentir seres sagrados. Isso incomodou as divindades, que pediram a Nhanderu que criasse um lugar específico para os Guarani. Nhanderu, então, criou a primeira Terra, antes composta só de água, mas que passou, aos poucos, a ser constituída de terra, fruto do trabalho do tatuzinho que nasceu das pegadas de Nhanderu na água.

Dada a transmissão oral das narrativas indígenas e sua dispersão espacial no território brasileiro, é possível encontrar mais de uma versão sobre os mitos de origem de alguns grupos: esse é o caso dos **Kaingang**. Uma dessas versões conta que, em tempos remotos, houve uma grande inundação e que poucos indivíduos sobreviveram, nadando até o cume da serra Crinjijimbé em busca de proteção. Eles, então, receberam ajuda de saracuras e patos, que levaram terra ao cume em que os sobreviventes estavam. No processo de saída do cume, aqueles que haviam se afogado, bem como as plantas e os animais, reapareceram ou foram recriados, integrando esse novo mundo.

Em outra versão, o povo Kaingang teria se originado de dois irmãos, Kamé e Kairu, os quais cresceram com os animais e as plantas e tiveram os corpos marcados com a pelagem e desenhos dos elementos com os quais conviveram. Dessa forma, a sociedade haveria se organizado em dois grupos, cada um deles vinculado a um dos irmãos e com pinturas corporais relacionadas a eles. As imagens no corpo dos descendentes de Kamé, ligado ao nascer do sol, têm a forma de retângulos ou riscos compridos; já as dos surgidos de Kairu apresentam formato circular, em menção à lua cheia e ao pertencimento deles à noite.



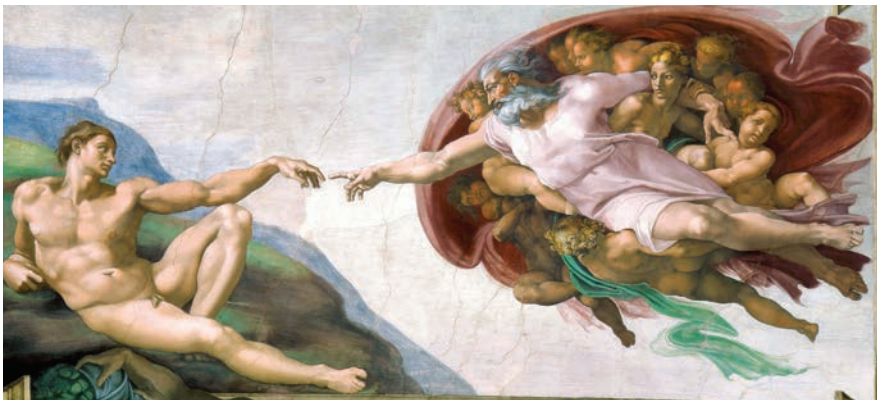
Fonte: Artesol – Artesanato Solidário/Fotografia: Isabel Franke

Cestos kaingang expostos na Associação Assindi, em Maringá (PR). Neles, é possível identificar o grafismo aberto ou em linhas dos Kamé, no cesto à esquerda; e o grafismo circular, fechado, dos Kairu, à direita. Foto de 2022.

O mundo ocidental e as teorias de origem: criacionismo e evolucionismo

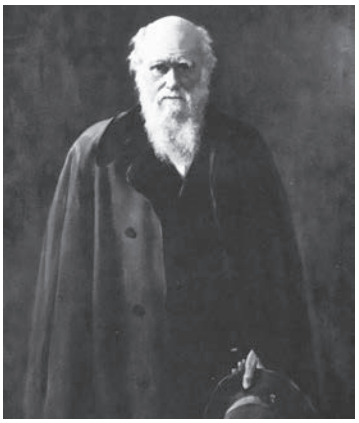
Como deve ter ficado evidente nos exemplos anteriores, quando pensamos nas teorias sobre a origem da humanidade, é necessário indicar a perspectiva adotada. Assim, as discussões aqui apresentadas fazem referência às teorias que marcam as interpretações do mundo ocidental e, portanto, constroem a perspectiva de parte da humanidade.

Por forte influência da tradição judaico-cristã, a teoria mais popular no Ocidente até o século XIX era a **criacionista**. Partindo da interpretação da Bíblia, essa teoria defende que o homem e a mulher são criações de Deus, que os fez à sua imagem e semelhança. Esse elemento, inclusive, diferenciaria os seres humanos das demais criações divinas, em virtude de sua capacidade de consciência, de reflexão, de imaginação e de organização.



Museus Vaticanos, Cidade do Vaticano. Fotografia: GraphicaArtis/Getty Images

Afresco de Michelangelo, c. 1511, pintado no teto da Capela Sistina, no Vaticano, sede da Igreja católica. Ele retrata a criação de Adão (à esquerda) por Deus (à direita).



Hulton Archive/Getty Images

Charles Robert Darwin, naturalista, geólogo e um dos criadores da teoria da evolução. Foto de cerca de 1870.

Com o avanço das investigações científicas, parte de um conjunto de transformações ocorridas na Europa que podem ser identificadas já no Renascimento do século XV e compreendidas no contato com diversas culturas do globo, as teorias pautadas na fé passaram a ser contestadas progressivamente. Em relação às explicações sobre a origem da humanidade, Charles Darwin (1809-1882) foi um cientista considerado central. Como registrou em seu livro *A origem das espécies*, a **teoria da evolução** considera que os seres vivos evoluíram de um ancestral comum e que, por intermédio de um sistema de adaptação e sobrevivência, algumas espécies teriam resistido a diferentes dificuldades, como alterações no ambiente e competição por alimentos, o que se convencionou chamar de **seleção natural**.

Darwin não foi o único a se debruçar sobre o tema da criação da humanidade. Vale indicar as interpretações de Alfred Wallace (1823-1913), que também contribuiu para a construção do conceito de seleção natural; Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), que afirmou que as características de um indivíduo podem ser passadas para a geração seguinte; ou ainda Gregor Mendel (1822-1884), considerado o pai da genética moderna, cuja experiência do cruzamento de ervilhas deu base para o desenvolvimento das chamadas leis da hereditariedade.

Ainda que hoje ela seja mais bem aceita cientificamente, a teoria evolucionista encontrou muita resistência por parte da sociedade do século XIX. O fato pode ser explicado pela questão religiosa que, entre outros argumentos, aponta que o evolucionismo afeta um importante dogma religioso de os seres humanos terem sido criados à imagem e à semelhança de Deus.

dogma religioso: norma que é vista religiosamente como verdadeira e, portanto, não se deve contestar.

INTERAÇÃO

1. Quanto às discussões abordadas sobre os mitos de origem indígena, quais relações podem ser estabelecidas com o modo de compreender a origem do mundo e o mundo natural?

Não escreva no livro.

A EVOLUÇÃO DOS SERES HUMANOS

De acordo com a teoria evolucionista, há cerca de 10 milhões de anos, os seres humanos se separaram do ancestral comum que possuíam com os primatas e se transformaram em uma nova espécie. Esta, com algumas características próximas às do homem moderno, constituiu os chamados **hominídeos**.

Teorias mais recentes sobre a evolução dos seres humanos contestam que ela tenha ocorrido de forma linear. O avanço das tecnologias e das investigações em diferentes campos do conhecimento indicam que múltiplas espécies *Homo* coexistiram e interagiram.

Um exemplo desse avanço foi a descoberta do ***Homo naledi***, fruto de uma expedição realizada no sistema de cavernas de Cradle of Humankind, na África do Sul, e anunciada em 2015. Liderada pelo paleoantropólogo Lee Berger (1965-), os estudos dos fósseis encontrados permitiram o conhecimento de, ao menos, 15 indivíduos de diferentes idades. Os *Homo naledi* têm sido compreendidos como a combinação de traços arcaicos, como crânio e cérebro pequenos, e modernos, com pés, mãos e estrutura corporal que evidenciam uma melhor adaptação de locomoção. Contudo, há autores, como o brasileiro Walter Neves (1957-), que contestam a defesa de que o *Homo naledi* constitua uma nova espécie de *Homo*, sendo mais correto interpretá-lo como uma variedade sul-africana do ***Homo habilis***.

É unânime, contudo, que a espécie à qual pertencemos é a ***Homo sapiens***, cuja origem é de, aproximadamente, 190 mil anos, no continente africano. Com ossos mais leves, bípede, coluna adaptada para caminhar e correr, dedos longos e polegares opositores, que permitem uma habilidade manual fina, os *Homo sapiens*, gradualmente, migraram para diferentes partes do globo, desenvolvendo a agricultura, a criação de animais, a linguagem e a escrita.

Nômades e o deslocamento humano

Durante o Paleolítico, os seres humanos viviam em grupos a fim de garantir sua subsistência, por meio de caça, coleta e pesca; sua sobrevivência, uma vez que podiam se proteger melhor em grupo; e sua perpetuação, garantida por meio da descendência.

Chamados de **nômades**, esses grupos estavam sempre em deslocamento, em busca de condições climáticas e alimentares que os permitissem sobreviver. Essas dificuldades não lhes impediram, contudo, de produzir instrumentos que melhorassem suas condições de vida, e uma das principais invenções nesse sentido foi o fogo. O domínio do fogo permitiu aos humanos não apenas iluminar caminhos e abrigos, como também a defesa contra ameaças e o cozimento de alimentos, melhorando as condições de saúde desses indivíduos.

Uma expressão bastante importante dos patrimônios materiais legados por esses seres humanos são as **pinturas rupestres**. Encontradas em diferentes regiões do planeta, elas geram um intenso debate sobre seus significados e configuram registros históricos importantes sobre a linguagem pictográfica desses indivíduos.

Sedentarização e sua relação com a agricultura

Por volta de 12 mil anos atrás, no período conhecido como Neolítico, alguns grupos passaram a identificar a possibilidade de reprodução dos alimentos, o que só foi possível por meio da observação do ciclo da natureza.

A prática da agricultura representou uma drástica transformação das sociedades que a desenvolveram, afinal, uma vez necessário o cuidado prolongado de uma área, já não era viável manter os deslocamentos constantes; inaugurava-se, então, nessas regiões o surgimento de grupos **sedentarizados**. O importante agora era encontrar um ambiente adequado para a produção de alimentos; igualmente, o aumento da disponibilidade de alimentos permitia o crescimento do grupo, mas exigia uma organização cada vez mais complexa da produção, do controle e do uso dos recursos.

Dito de outra maneira, a agricultura dependia do acesso à água, resultando na adaptação de grupos a esses locais. O aumento de alimentos , por sua vez, resultou na melhora das condições de sobrevivência e no crescimento populacional. E, gradativamente, as formas de gerir os recursos e as pessoas se modificaram, originando estruturas políticas e econômicas cada vez mais complexas.

A domesticação de plantas e animais



A evolução da agricultura está diretamente ligada às transformações do espaço e das técnicas ao longo do tempo. Na imagem, cultivo de hortaliças irrigadas por aspersão em Teresópolis (RJ). Foto de 2023.

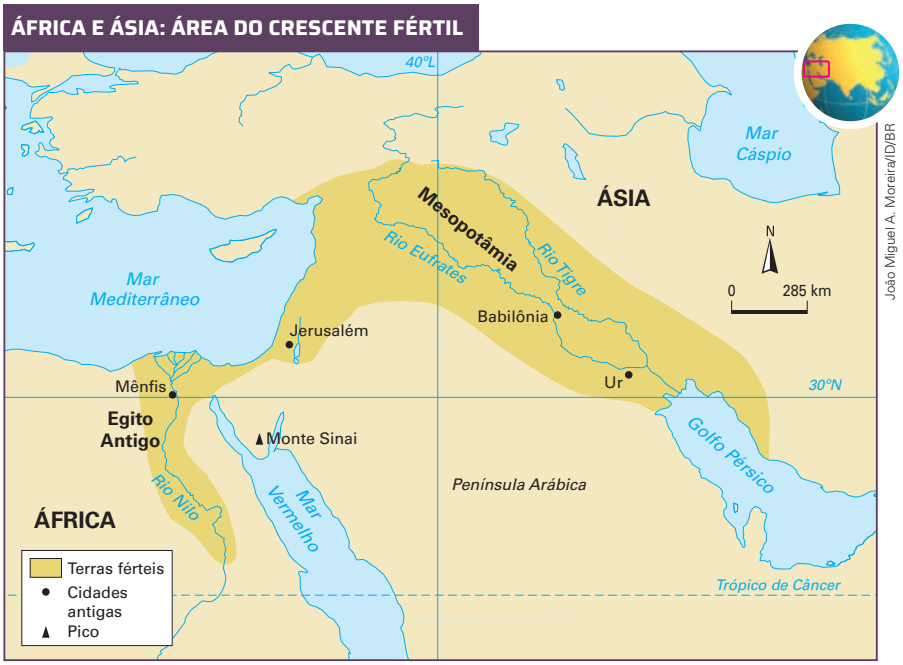
Ismar Ingber/Pulsar Imagens

OS PRIMEIROS ESTADOS DO ORIENTE

Há cerca de 12 mil anos, diferentes povos, em diversas localidades, desenvolveram práticas agrícolas. Essas práticas, associadas à domesticação de animais, propiciaram a instalação de grupos humanos em determinadas regiões e a organização das primeiras aldeias.

Uma dessas regiões foi a do Crescente Fértil, onde hoje se encontram Israel, Palestina, Líbano, Síria e Iraque. Os rios dessa região, especialmente Tigre e Eufrates, forneciam a água necessária para a realização de práticas agrícolas.

ÁFRICA E ÁSIA: ÁREA DO CRESCENTE FÉRTIL



João Miguel A. Moreira/ID/BR

Fonte de pesquisa: Arruda, José Jobson de A. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 2002. p. 6.

As intempéries da natureza, especialmente as relacionadas aos ciclos de cheias e secas desses rios, porém, representavam um grande obstáculo à produção agrícola na região. Para aproveitar com mais eficiência os recursos naturais, foi necessária a realização de obras como a irrigação de terrenos e a construção de diques e canais. Esse trabalho, no entanto, exigia o uso de ferramentas apropriadas e um esforço coletivo, pois não era possível ser desempenhado por poucas famílias. Simultaneamente, outros aspectos do cotidiano foram se transformando, com a edificação de moradias, o surgimento dos primeiros templos e modos de realizar os cultos, a organização das formas de distribuir alimentos e a criação de poderes políticos, representados pelas lideranças das comunidades. Surgiam, assim, as primeiras cidades da região.

Zigurate de Ur, construído por volta de 2100 a.C. pelo rei sumério Ur-Nammu. Atual Iraque, foto de 2024.



Mohammed_Al_Ali/Shutterstock.com/ID/BR

Esse processo de centralização política esteve intimamente associado às experiências religiosas dessas cidades, que, em grande medida, buscavam, por meio de seus ritos, intermediar a relação dos indivíduos com a natureza, à qual era atribuído caráter divino. Essa relação, por sua vez, propiciou o desenvolvimento de sistemas religiosos e a definição de normas de conduta entre as pessoas pautadas nesses sistemas.

Não escreva no livro.

China Antiga

Na região da China atual, nos entornos do rio Amarelo (Huang-He), estabeleceu-se uma importante sociedade da Ásia Antiga. Ela era organizada por linhagens extensas, e, no topo, de acordo com a tradição, havia o governante, que atuava na comunicação com os ancestrais. Dessa forma, ele apresentava suficiente autoridade para governar um vasto território e centralizar os rituais, fazendo com que o Estado e a cultura ficassem extremamente interligados. Nesse sentido, a figura do rei garantia para si o poder político e religioso da China Antiga.

Estima-se que os primórdios da sociedade chinesa datem de cerca de 1045 a.C., com a formação da dinastia Shang. Tratava-se de uma complexa sociedade, marcada pela presença da escrita, da metalurgia do bronze e de práticas religiosas divinatórias. As famílias proprietárias de terra formavam a nobreza, que concentrava o poder administrativo local e os recursos materiais.

A economia na China Antiga era baseada na agricultura, que desempenhou papel considerável na formação das primeiras cidades. Durante as secas, o rio Huang-He se torna muito raso e arenoso, mas, passadas as chuvas, o nível das águas sobe e cobre as planícies por centenas de quilômetros, o que torna o solo bastante fértil e favorável à agricultura. Essa fertilidade é propiciada principalmente por uma espécie de poeira fina e amarelada, conhecida como **sedimento loesse**, que se concentra nas margens desse rio.

Nessas áreas, desenvolveu-se a cultura de arroz, cereal que se tornou a base da alimentação da população chinesa. O cultivo do arroz pelos camponeses exigiu a realização de obras de irrigação e o desenvolvimento de instrumentos de trabalho, como enxadas de madeira e arados, além do uso de animais domesticados.



Biblioteca Britânica, Londres. Fotografia: Bridgeman Images/Easy Mediabank.

Osso oracular chinês com inscrições, de cerca de 1200 a.C. Os adivinhos da dinastia Shang produziram oráculos pela leitura das rachaduras nos ossos de bois. As inscrições nesses ossos são os primeiros escritos conhecidos na China.

Índia Antiga

Outra importante sociedade que se desenvolveu em torno de um rio foi a indiana. As planícies fluviais do norte, localizadas ao sul do Himalaia, compreendem a maior parte da área regada pelos rios Indo, Ganges e Brahmaputra. Nos vales férteis dos rios Indo e Ganges, dois dos maiores rios da Índia, deu-se o desenvolvimento da sociedade indiana.

Na década de 1920, arqueólogos indianos encontraram, no vale do rio Indo, vestígios de duas grandes cidades: **Mohenjo-Daro** e **Harappa**, localizadas onde hoje estão as províncias paquistanesas de Punjab e Sindh, respectivamente. Os vestígios encontrados indicam um planejamento sofisticado das cidades, com edifícios, ruas e estradas de traçado uniforme, sistema de drenagem, além de desenvolvimento de escrita e de objetos que demonstravam um domínio apurado da metalurgia. Nessas cidades, cultivavam-se algodão para confecção de tecidos; cereais, como trigo e cevada; e vegetais. Além disso, era consumida carne de ovelhas, porcos e galinhas, entre outros animais.

A arquitetura e a economia locais indicam também que o vale do Indo mantinha uma estrutura econômico-social semelhante. A ausência de vestígios de palácios e templos suntuosos nas grandes cidades revela que não havia reis nem **teocratas** na estrutura social. Entretanto, havia a participação e a influência de líderes religiosos na forma como essa sociedade era estruturada, que mantinham autoridade sobre a população local, por meio da religião e de rituais sagrados.

Selo do Vale do Indo, datado de cerca de 3000 a.C.-1500 a.C., que representa um animal mitológico, de Mohenjo-Daro, no atual Paquistão.



Museu Nacional, Karachi, Paquistão. Fotografia: Bridgeman Images/Easy Mediabank

teocrata: integrante da estrutura de um governo ou Estado que é regido por leis inspiradas por um ou mais deuses.

AS SOCIEDADES DA ÁFRICA ANTIGA

Como estudamos, o continente africano foi irradiador do deslocamento dos seres humanos para os demais continentes. A presença de longa data de grupos na África e o desenvolvimento da agricultura em parte do continente já em 6000 a.C. são indicativos da importância de compreender melhor esse espaço.

Egito Antigo e Império de Cuxe

Às margens do rio Nilo, aproveitando-se da presença da água e do fenômeno de cheias regulares, formaram-se as primeiras civilizações sedentárias do continente africano, que souberam empregar sua engenhosidade para a construção de métodos de produção.

O **Egito Antigo** contava com uma organização política legitimada pela defesa da divindade dos faraós, ao menos nos últimos 3 000 mil anos de sua história; uma sociedade hierárquica e hereditária, na qual famílias tendiam a ocupar seus ofícios por várias gerações; e uma economia próspera, em princípio baseada na agricultura, mas que gradativamente se expandiu para produtos manufaturados, como tecidos, cerâmicas, joias e objetos de metal. Isso possibilitou a existência de comércio interno e externo, que se estendia ao sul com o Cuxe, a oeste com a Mesopotâmia, e ao norte com sociedades do Mediterrâneo.

Um dos elementos mais marcantes do Egito, que tinha reflexos em diferentes aspectos do cotidiano, era a religião. Politeístas e crentes de uma existência após a morte, os egípcios desenvolveram técnicas de preservação do corpo, o que lhes permitiu um profundo conhecimento do corpo humano e, consequentemente, de procedimentos como suturas, pequenas perfurações no crânio, tratamentos de fraturas, inclusive com amputações, e uso de próteses e métodos de controle da natalidade.

Ao sul desse império, por volta de 800 a.C., desenvolveu-se o **Império de Cuxe**, por vezes chamado de Núbia, referência dos egípcios à "terra do outro" (*nub*). Sua economia contemplava produtos agrícolas, criação de animais e, no âmbito do comércio, se destacavam pela oferta de ouro, marfim e pele de animais.

Cuxe também era governado de forma centralizada, por um rei considerado divino. Era um poder hereditário, mas que não se limitava ao primogênito. A escolha do rei era feita de forma complexa por um grupo que incluía nobres, militares, altos funcionários do Estado e sacerdotes. Os reis dividiam o poder com as "rainhas-mães", conhecidas como Cândaces. Para alguns historiadores, esse é um uso equivocado do nome de uma dessas *kdke*, esposas de governantes que tinham forte influência na administração do reino. No campo religioso, divindades egípcias também eram cultuadas; outras, como Apedemak – o deus leão da guerra –, eram exclusivas da crença dos cuxitas.

Império Axum

Também conhecido como Império Axumita, formou-se por volta do século IV a.C. Sua localização era estratégica, favorecendo uma ligação entre Mediterrâneo, Península Arábica e Oriente, em especial Índia, o que resultou na prosperidade da região como entreposto comercial.

O Império Axum era controlado por um rei chamado por vezes de *negus*, em língua semítica, chefe supremo político, militar e autoridade máxima nas decisões religiosas. O Império era dividido em províncias, que possuíam governadores nomeados pelo rei, e, mesmo que submetidos a ele, detinham alguma autonomia em assuntos locais. Esses governadores ficavam responsáveis pelas cobranças de impostos, pela administração e pela justiça em suas províncias.

Inicialmente politeísta, o cristianismo foi adotado como religião oficial do Estado no século IV d.C., cuja difusão estava ligada aos adeptos da religião em diferentes domínios romanos, incluindo o egípcio, com os quais Axum mantinha contato. Essa "adoção", contudo, foi progressivamente modificada e incorporada aos costumes das religiões tradicionais da África, podendo-se afirmar a existência de um "cristianismo africano".



Vadim_Nefedov/iStock/Getty Images

As igrejas esculpidas em rocha em Lalibela, na atual Etiópia, demonstram como o cristianismo influenciou o Império Axum, embora tenha sido reinterpretado e ressignificado. Foto de 2024.

Não escreva no livro.

Sociedades subsaarianas: reinos de Gana, do Mali e Songai

A formação dos reinos sul-saarianos está conectada a seu desenvolvimento em torno dos rios Senegal e Níger, que possibilitavam a agricultura e o deslocamento de pessoas e produtos; e, também, a guerras constantes, que representaram a subordinação ou incorporação de uns pelos outros.

O mais antigo deles é o **Reino de Gana**, termo atribuído ao governante, que impunha sua soberania aos povos conquistados. Sua legitimidade era validada por ser um representante dos costumes ancestrais e protetor dos ritos e entidades. Esse soberano também era reconhecido pelo poder militar e pelas relações de parentesco com outros governantes. O auge de Gana é identificado com o ano de 790, na dinastia dos Cissê Tunkara, na qual a matrilinearidade reconhecia a hereditariedade aos sobrinhos.

Os principais produtos de Gana eram: ouro, sal, marfim e escravizados capturados em guerra; sua prosperidade estava ligada ao controle dessas riquezas e das regiões conquistadas. Contudo, a diminuição dos recursos naturais, a modificação de rotas comerciais e as invasões constantes, como dos Amazigh do deserto, resultaram em seu declínio e em sua incorporação a outros reinos.

Um deles foi o **Império do Mali**, famoso pela lendária fundação pelo príncipe Sundiata, que, apesar de doente e incapaz de andar, era inteligente e determinado e recuperou seu direito ao trono, fundando e expandindo um dos maiores reinos da época. Entre os séculos XIII e XVI, esse reino manteve o controle de uma ampla região e prosperou, em parte, pelo controle das rotas comerciais transaarianas e o comércio do ouro e do sal.

Assim como aconteceu com outros governantes da região, a conversão do rei do Mali ao islamismo representou, também, o contato com o conhecimento e os produtos de diversos lugares. Conta-se, ainda, que o rei Mansa Musa, no início do século XIV, conhecido por sua riqueza extraordinária e patrocínio à educação, teria realizado sua peregrinação à cidade de Meca e causado um desequilíbrio no comércio do ouro, dada a generosa distribuição que realizou no percurso.

Enfrentando revoltas internas e disputas por poder entre grupos, o Mali sofreu ainda com o declínio das reservas de ouro, mudanças climáticas no Sahel que causaram a escassez de alimentos e uma série de invasões estrangeiras, incluindo a do **Império Songai**.

A formação desse império se deu no século XV, no bojo da expansão militar de Sonni Ali (ou Ali Ber, o Grande). Por ordem dele, a invasão e a conquista de Tombuctu, importante cidade comercial e intelectual, foram consideradas centrais para a consolidação de Songai.

Seus governantes aproveitaram-se das estruturas administrativas desenvolvidas pelo Mali e as aprimoraram. O apogeu do Império Songai se deu na segunda metade do século XVI, quando atuou como controlador do comércio transaariano e tornou a tributação das áreas dominadas mais eficiente.

Ainda que houvesse a presença do islã, especialmente influente sobre os mercadores enriquecidos, culturalmente isso não impediu a permanência de práticas anteriores, como de adivinhos e **sacerdotes animistas**. Como ocorrera com os outros impérios aqui estudados, elementos internos e externos, em especial a rivalidade com sultões do Marrocos, promoveram o declínio da dominação de Songai.

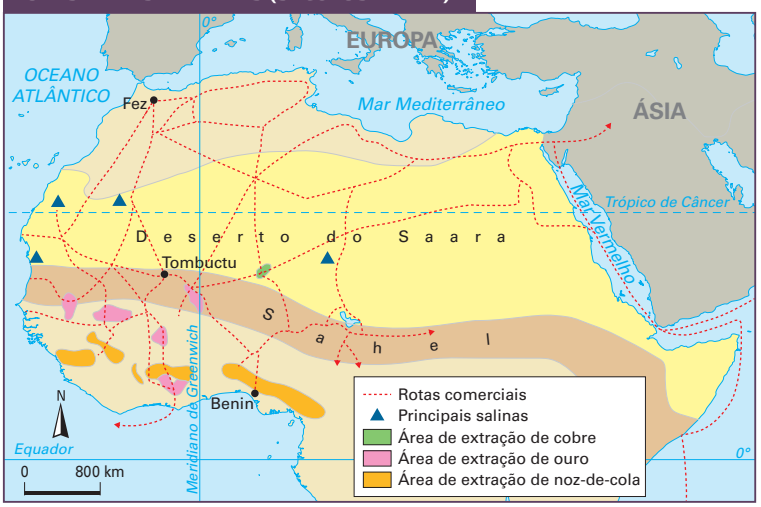
INTERAÇÃO

1. **Ao longo dos conteúdos sobre os impérios e reinos africanos, vários aspectos aparecem recorrentemente, como a importância da localização de rios, o comércio e a religião. A respeito desse último elemento, como a religião era compreendida por esses povos? Exemplifique.**

O Império do Mali

sacerdote animista: indivíduo que tinha papel importante nas práticas religiosas cujas crenças relacionam a alma e a vida aos elementos da natureza e aos espíritos ancestrais.

ROTAS TRANSAARIANAS (SÉCULOS V A XV)



João Miguel A. Moreira/ID/BR

Fontes de pesquisa: O'Brien, Patrick K. *Philip's atlas of world history*: concise edition. London: Octopus Publishing Group, 2007. p. 81; Ísola, Leda; Caldini, Vera. *Atlas geográfico*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 175.

Não escreva no livro.

Estado e saúde na Antiguidade africana

Ao sul do rio Nilo, na região que hoje corresponde ao Sudão, desenvolveu-se a sociedade núbia, composta de pequenos reinos independentes. Os vestígios arqueológicos encontrados nessa região revelam que sua ocupação remonta ao IV milênio a.C.; entretanto, muito do que se sabe a respeito dessa sociedade provém de registros feitos por egípcios a partir de 2000 a.C.

Economicamente, os núbios cultivavam cereais e criavam animais às margens do Nilo e se ocupavam também da produção de cerâmica. A região era rica em ouro, marfim e ébano, mercadorias que despertavam grande interesse dos egípcios, com quem os núbios estabeleceram importantes relações comerciais e intenso intercâmbio cultural.

O intercâmbio entre egípcios e núbios pode ser identificado em diferentes manifestações culturais, especialmente no processo de mumificação dos mortos. Durante séculos, essa prática foi desenvolvida e aperfeiçoada por ambos os povos, possibilitando o desenvolvimento de conhecimentos sobre a anatomia e a fisiologia do corpo humano, bem como de técnicas medicinais.

Além dos povos da região sudanesa, outros povos e comunidades do continente africano também desenvolveram técnicas e práticas medicinais complexas, inclusive com cirurgias. Vestígios de cerca de 4 600 anos atrás, encontrados na atual região do Mali, indicam a existência de práticas cirúrgicas para a eliminação de **catarata**. Além disso, cirurgias cesarianas e de retirada de tumores também eram realizadas em várias partes do continente africano, muito antes de serem realizadas no Ocidente. Substâncias hoje utilizadas pela medicina contemporânea já eram conhecidas e usadas na África, como preparados feitos à base de plantas medicinais, como o ácido acetilsalicílico, administrado para o alívio de dores.

catarata: doença caracterizada pela opacidade parcial ou total da visão. Trata-se de uma degeneração do cristalino, estrutura do olho que tem a função de lente, atuando na refração da luz.



Instituto do Papiro, Cairo, Egito. Fotografia: De Agostini/Getty Images

Reprodução em papiro de pintura do túmulo de Ipi em Tebas, da dinastia XIX. Na imagem, é possível observar um procedimento oftalmológico praticado pelos egípcios antigos.

Não escreva no livro.

MESOAMÉRICA E AMÉRICA ANDINA

A formação de Estados na América esteve relacionada à capacidade de adaptação e de domínio de técnicas que permitissem a sedentarização em territórios com grande complexidade de relevo e de clima. Os primeiros Estados americanos desenvolveram-se nas regiões culturais **mesoamericana** (do norte do México até a Costa Rica) e **andina** (na cordilheira dos Andes) e se estruturaram em torno da construção de obras de irrigação e de técnicas agrícolas adequadas a cada região. Caracterizaram-se pela edificação de templos, edifícios e fortalezas com técnicas complexas de construção.

O Império Inca desenvolveu-se na região andina por volta do século XII e teve a cidade de Cusco como centro religioso e administrativo. Em seu apogeu, no final do século XV, a civilização inca abrangia toda a região andina. O poder político e religioso era exercido por membros da nobreza e concentrava-se na figura de um soberano que controlava os governadores e demais chefes locais. Como o Império abrangia diversos povos e nações, foi preciso desenvolver um sistema de comunicação eficiente, capaz de manter unidas as distintas regiões. Assim, foram construídas estradas que ligavam as várias regiões entre si e a Cusco, o que permitiu o deslocamento dos exércitos e o pagamento dos tributos.

Na Mesoamérica, os maias se estabeleceram na região da península de Yucatán (em partes do México e da América Central), por volta de 1800 a.C. O auge de seu desenvolvimento, contudo, ocorreu entre 250 e 900 d.C. Os maias organizavam-se em cidades-Estado independentes entre si, governadas por elites políticas que também desempenhavam as principais funções religiosas. Entre as características mais conhecidas da cultura maia destacam-se a edificação de pirâmides, o desenvolvimento de sofisticadas técnicas de cultivo agrícola e a construção de estradas pavimentadas elevadas que ligavam templos, praças e grupos de estruturas arquitetônicas no interior de centros cerimoniais.

A sociedade asteca, por sua vez, desenvolveu-se entre os séculos XIV e XVI, também na Mesoamérica, no território correspondente ao atual México. No que se refere ao poder político, essa sociedade era comandada por um governante apoiado por uma oligarquia aristocrática, militar e sacerdotal. A maioria da população era formada por artesãos, trabalhadores das cidades e agricultores que, nas *chinampas* (ilhas de cultivo), plantavam e colhiam gêneros alimentícios diversos, entre eles o milho, a pimenta, o tomate e o cacau. A população era convocada para realizar obras públicas, como a construção de estradas e de templos e a canalização de água para irrigação.



prn-studio/iStock/Getty Images



Acima, pirâmide asteca no atual México. Abaixo, Machu Picchu, cidade construída na cordilheira dos Andes, onde atualmente se encontra o Peru. Nas antigas sociedades americanas, o Estado desempenhava um papel fundamental na organização das atividades produtivas e na construção de templos religiosos e estradas que interligavam os diversos territórios dessas sociedades. Fotos de 2024.

Zi Lin Higbie/iStock/Getty Images

Não escreva no livro.

Locomoção nos Estados contemporâneos

Os Estados contemporâneos concentram a organização, a implementação e a manutenção da **infraestrutura** das sociedades, assim como a construção de vias públicas que conectam diferentes lugares e a oferta de transporte público.

As condições de locomoção em um município impactam diretamente a qualidade de vida de seus habitantes, pois podem facilitar, dificultar ou até mesmo inviabilizar o acesso a espaços de cultura e lazer (quadras esportivas, estádios, museus, bibliotecas, universidades, etc.), aos principais centros de comércio, aos locais de trabalho, entre outros, e a serviços diversos, como atendimento médico, educação e desenvolvimento social, pois esses espaços e serviços nem sempre estão bem distribuídos no Brasil. Geralmente, ficam concentrados em determinadas áreas de grandes centros urbanos, o que dificulta o acesso daqueles que não moram nessas regiões. Isso significa que milhares de pessoas precisam percorrer diariamente grandes distâncias para trabalhar, estudar, realizar tratamentos médicos, etc. Essa situação se torna ainda mais complexa para as pessoas com deficiências físicas, principalmente as que apresentam dificuldades de locomoção.



Agência Nacional de Transportes Terrestres/Governo Federal

Campanha de 2023 do programa Passe Livre, que garante às pessoas de baixa renda ou com deficiência a gratuidade no transporte coletivo interestadual.

Desde o início dos anos 2000, há uma grande mobilização popular que reivindica a gratuidade dos transportes públicos para toda a população para facilitar o deslocamento e, assim, democratizar o acesso aos espaços e serviços da sociedade para todos os cidadãos.

Embora essa gratuidade não seja uma realidade no Brasil atualmente, o Ministério da Infraestrutura implementou um programa denominado **Passe Livre**, que visa garantir às pessoas com deficiências ou de baixa renda o acesso gratuito ao transporte coletivo interestadual, feito por ônibus, trem e barco.

AÇÃO E CIDADANIA

Movimento Passe Livre (MPL)

Em 2013, devido ao aumento do valor das passagens nos transportes em diferentes cidades do Brasil, houve uma grande mobilização social cuja principal reivindicação foi a **tarifa zero**. O Movimento Passe Livre (MPL), apoiado principalmente por estudantes, lutava para garantir o direito de acesso de todos os cidadãos brasileiros aos principais espaços e serviços públicos.

1. **O município em que você mora oferece o deslocamento seguro de pessoas com deficiências físicas e de idosos? Que melhorias você proporia nesse sentido?**
2. **Há atuação de movimentos pela tarifa zero em seu município? Você acredita que a implementação desse benefício seria favorável para os cidadãos? Compartilhe suas impressões com a turma.**
3. **Nas sociedades democráticas, por meio da arrecadação de impostos, o Estado é responsável por implementar políticas públicas que garantam o direito dos cidadãos ao acesso a bens como transporte, educação, saúde e programas sociais. De que meios o cidadão pode se valer para conhecer seus direitos? Como ele pode participar dos debates acerca da defesa e da ampliação das políticas públicas? Converse com os colegas sobre essas questões.**

Não escreva no livro.

ESTADO, EDUCAÇÃO E PROJETO DE SOCIEDADE

A educação compreende uma das áreas importantes de atuação das políticas de governo. É o Estado que legisla sobre os **currículos escolares**, definindo diretrizes que devem ser seguidas por todas as escolas, públicas ou privadas, e nas diferentes etapas de aprendizagem. Essas leis, bem como as formas pelas quais são colocadas em prática, integram parte das ideias e ações que caracterizam o projeto de sociedade mantido pelo Estado.

A Educação Básica brasileira é dividida em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e é dever do Estado garanti-la à sociedade.

O Ensino Médio prepara os estudantes para o mercado de trabalho e para o ingresso no Ensino Superior, entre outras possibilidades que se apresentam após o término do curso. Entretanto, é nessa etapa que o segmento escolar tem maior índice de evasão. De acordo com o Censo Escolar 2023, a evasão escolar no Ensino Médio atingiu a taxa de 5,9% nas escolas brasileiras.

Por meio de pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do Ministério da Educação, em diversas escolas do país, observou-se que muitos jovens optam por iniciar sua vida profissional assim que terminam o Ensino Fundamental e, depois, retomam os estudos em escolas que disponibilizam cursos como Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso acontece por diferentes motivos, como a necessidade de trabalhar para garantir o sustento da família, a insatisfação com a escola ou mesmo a falta de perspectivas para o futuro escolar.

Em 2017, por meio da Lei n. 13 415, o Estado alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu mudanças na estrutura do Ensino Médio em todo o país em relação à quantidade de horas anuais e à definição de uma nova organização curricular. Em 2024, foi aprovado, na Câmara dos Deputados, um projeto que busca mudar o Novo Ensino Médio, prevendo um aumento na carga horária dos componentes curriculares obrigatórios em relação à parte optativa; uma definição mais específica do que será ofertado como itinerário formativo; e maior flexibilidade nos cursos técnicos.

Delfim Martins/Pulsar Imagens



Estudantes durante aula de Ensino Médio em escola pública de Fortaleza (CE). Foto de 2022.

INTERAÇÃO

1. Reúna-se com um colega para fazer uma pesquisa sobre a reforma do Ensino Médio no Brasil, indicando seus pontos favoráveis e desfavoráveis. Depois, conversem a respeito dessa questão e exponham para a turma o posicionamento de cada um de vocês.

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 Observe a *charge* do cartunista Carlos Ruas e, em seguida, faça o que se pede.



Carlos Ruas/Um Sábado Qualquer

Charge sobre criacionismo e evolucionismo. *Um sábado qualquer*, de Carlos Ruas.

- Em interdisciplinaridade com Linguagens e Ciências da Natureza, responda: Como os elementos da *charge* representam as teorias criacionista e evolucionista?

2 **Observe a imagem da pintura rupestre e, em seguida, responda às atividades.**



André Dib/Pulsar Imagens

Pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara, em Coronel José Dias (PI). Foto de 2023.

a) Quais elementos podem ser identificados na pintura?

b) Em sua opinião, qual é a importância do reconhecimento do parque como Patrimônio da Humanidade?

3 **Retome as questões debatidas no início do capítulo e responda: Como o Estado atua em seu cotidiano? Como ele impacta seu dia a dia? Faça uma lista coletiva com a turma. Depois, resolvam os itens a seguir.**

a) Na opinião de vocês, há aspectos que necessitam de melhoria? Se sim, o que vocês mudariam?

b) Quais órgãos do governo devem ser acionados para realizar essas mudanças? Se necessário, façam pesquisas para responder à questão.

4 **Ao longo do capítulo, você estudou que várias sociedades se desenvolveram perto de rios e usaram os recursos naturais a seu favor. Sobre isso, reflita e responda: De que maneira a organização social centralizada em um Estado permitiu a superação das dificuldades apresentadas pelo meio e pelo processo da sedentarização?**

Não escreva no livro.

5 **Leia o trecho a seguir e, depois, faça o que se pede.**

> […] Os camponeses do Vale do Nilo, do Delta à Alta Núbia, têm constantemente necessidade de água. Constroem e mantêm diques e canais de irrigação. É necessário dominar a inundação, drenar os canais, construir diques, proteger habitações, o que explica por que as tribos nômades do neolítico egípcio e núbio se tornaram sedentários. Os homens tiveram que se agrupar muito cedo em aldeias e aí fazer funcionar uma organização adaptada às suas necessidades.
>
> Brissaud, Jean-Marc. *A civilização núbia até a conquista árabe*. Rio de Janeiro: Ferni, 1978. p. 31.

a) As inundações destruíram plantações e habitações no Egito Antigo e na Núbia. Segundo o texto, como o problema das cheias dos rios foi resolvido por essas populações?

b) Populações ribeirinhas de várias partes do mundo, na atualidade, vêm sofrendo com o fenômeno das inundações em decorrência do aquecimento global e de mudanças provocadas no curso dos rios pela ação humana. Escreva um texto destacando a ação das populações que moram nesses locais e a atuação do Estado.

6 **(UniCesumar)**

> A arquitetura militar ocupava, naturalmente, um extenso domínio da arte monumental asteca. Fortalezas e redutos fortificados, guarnecidos de torres, defendiam pontos de passagem, como, por exemplo, os acessos que permitiam atravessar o lago.
>
> (*In*: Soustelle, Jacques. *A civilização asteca*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.)

A partir do texto e do conhecimento histórico, pode-se afirmar que, para a civilização asteca,

a) o poder da oligarquia militar do governo asteca conferia ao exército um grande prestígio.

b) a riqueza acumulada pelo exército nas guerras incentivou o desenvolvimento das artes.

c) a participação do exército era muito importante para conquista e defesa do Império.

d) o exército era o principal responsável pelo desenvolvimento da força militar no Império.

e) a principal atividade econômica do Império asteca era a guerra de conquistas e dominação.

7 **(Unesp)**

> Outra prática comum aos povos mesoamericanos foi a construção de cidades. […] As cidades mesoamericanas também serviam para dar identidade grupal aos seus habitantes, ou seja, as pessoas se reconheciam como pertencentes a tal cidade e não como "indígena", termo que começou a ser utilizado pelos espanhóis para referir-se aos milhares de grupos que se […] autodenominavam mexicas, cholutecas, tlaxcaltecas, dependendo da cidade que habitavam.
>
> (Eduardo Natalino dos Santos. *Cidades pré-hispânicas do México e da América Central*, 2004.)

As cidades existentes na América Central e no México no período pré-colombiano:

a) foram objeto de disputa entre lideranças indígenas e conquistadores espanhóis, pois eram situadas em áreas próximas ao litoral.

b) eram centros comerciais, políticos e religiosos que contribuíam para a caracterização e diferenciação dos habitantes da região.

c) eram espaços dedicados essencialmente a cultos religiosos monoteístas, que asseguravam a unificação identitária dos povos da região.

d) eram as capitais de grandes unidades políticas e sociais, e seus governantes buscavam a homogeneização dos povos indígenas da região.

e) foram conservadas quase integralmente até os dias de hoje, graças às preocupações preservacionistas dos colonizadores espanhóis.

PRÁTICAS DE TEXTO

CONTAÇÃO DE UM MITO

Proposta

Mitos são narrativas de origem oral que explicam os fenômenos da natureza de forma simbólica ou sobrenatural. Eles constituem um importante repertório de conhecimentos compartilhados por diferentes povos. Muitas dessas histórias foram contadas oralmente por várias gerações e, posteriormente, registradas em livros por pesquisadores. Até hoje, os mitos são recontados, ouvidos e atualizados na forma de filmes, novelas, histórias em quadrinhos, entre outras.



Lionsgate/Everett Collection/Fotoarena

Cena do filme *Deuses do Egito* (2016), com direção de Alex Proyas, que, em seu enredo, trata do conflito entre os deuses Set e Hórus do Egito Antigo.

Público	Comunidade escolar e interessados em geral.
Objetivo	Contar um mito tradicional, resgatando aspectos da sabedoria de diferentes povos.
Circulação	Apresentação para a própria turma ou para outras turmas da escola.

Planejamento e elaboração

1 Com os colegas, forme um grupo de até cinco integrantes.

2 Definam o povo tradicional que vocês gostariam de conhecer mais. Depois, pesquisem mitos originários desse povo em livros e *sites*. Conversem sobre os textos encontrados e escolham um deles para recontar.

3 Anotem características relevantes do povo escolhido. Antes da contação, vocês podem expor algumas delas para o público.

4 Se possível, comparem diferentes versões do mesmo mito, anotando os detalhes essenciais do texto.

5 Leiam o texto várias vezes. Dividam-no em partes menores e tentem resumir oralmente cada uma delas.

Não escreva no livro.

6 Cada integrante do grupo pode recontar uma parte do mito, enquanto outros encenam a história durante a narração do texto. Na contação, procurem caracterizar as situações e os acontecimentos em detalhes. Evitem palavras vagas ou muito subjetivas. Se necessário, utilizem comparações (exemplo: "tinha os cabelos brancos como algodão").

7 Vocês podem criar diálogos para as personagens ao longo do texto, a fim de tornar a narrativa mais compreensível aos ouvintes.

8 Avaliem a possibilidade de usar sons e objetos em pontos-chave da narrativa. Um objeto pode ser personagem da história ou parte do cenário, por exemplo. Os sons podem ser improvisados com ferramentas, palmas, vozes ou até mesmo instrumentos musicais.

Revisão e reescrita

1 Realizem um ensaio da contação com o grupo. Procurem identificar o que tenha gerado dúvida e façam os ajustes necessários. A contação deve ser clara, com boa pronúncia das palavras e em um tom audível para todos.

2 Depois, combinem com a turma um ensaio aberto com todos os grupos e gravem as histórias para assisti-las posteriormente. Providenciem materiais para fazer a gravação, como câmera ou *smartphone*. Aproveitem para ouvir e fazer sugestões sobre os trabalhos.

3 Assistam à contação e conversem sobre ela com os colegas, buscando sugestões de melhoria. Nessa avaliação, considerem as seguintes questões:

A pesquisa sobre as narrativas contribuiu para ampliar os conhecimentos do grupo?
A contação foi clara, de forma a garantir a compreensão da história e o envolvimento do público?
Os recursos utilizados (sons, objetos) ajudaram a gerar interesse pela narrativa?

Circulação

1 Em data combinada com o professor, realizem a contação do mito para os colegas da turma de vocês e de outras turmas da escola e assistam à contação dos outros grupos.

2 Por fim, conversem sobre a experiência de narrar essas histórias, avaliando o conjunto de narrativas apresentado, os conhecimentos adquiridos sobre os povos tradicionais e a recepção das apresentações pelo público.



FG Trade/iStock/Getty Images

Estudantes de uma escola pública de São Paulo (SP) reunidos em grupo de trabalho escolar. Foto de 2022.

ESTÚDIO DE HISTÓRIA

MARC BLOCH



Davi Augusto Studio/ID/BR

Neste primeiro capítulo, conhecemos alguns conteúdos sobre a formação dos primeiros Estados do Oriente, bem como aspectos importantes de sociedades africanas e americanas de diversas temporalidades. Essas narrativas fazem parte da história da humanidade. Mas você já se perguntou qual é o profissional que escreveu sobre esses temas? Por que ele escreve sobre determinados assuntos? Como a história de um passado tão remoto é descoberta? E, por fim, o que é História? Para nos ajudar a responder a essas e a outras perguntas, apresentaremos Marc Bloch (1886-1944), um dos principais historiadores do século XX.

PERFIL

Nascido em Lyon, na França, em 1886, Marc Léopold Benjamim Bloch foi um historiador e um dos fundadores da Escola dos Annales, movimento historiográfico francês. Em 1929, Marc Bloch atuou como acadêmico nas universidades francesas de Estrasburgo e de Montpellier. Nascido em uma família judia, durante a invasão alemã na França, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ele foi capturado e assassinado em 1944 pela Gestapo, polícia secreta do Estado nazista, quando lutava junto à **Resistência Francesa**. Entre as obras do historiador, destacam-se:

Resistência Francesa: movimento formado por franceses que não aceitavam a submissão do Estado francês aos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

OBRAS-CHAVE

- *Apologia da história ou o ofício de historiador* (1949)
- *A estranha derrota* (1946)
- *A sociedade feudal* (1939)
- *Os reis taumaturgos* (1924)

EM LEITURA

Um dos livros mais importantes de Marc Bloch foi *Apologia da história ou o ofício de historiador*, publicado postumamente por Lucien Febvre (1878-1956), cofundador da Escola dos Annales. A obra parte da seguinte indagação, feita pelo filho de Bloch: "Papai, então me explica para que serve a História". Nela, o historiador apresenta elementos de metodologia de pesquisa em História e seus principais conceitos, o que a tornou um dos marcos da historiografia. Leia a seguir um trecho da obra.



Gustavo Mansur/Secom-RS

A análise de fontes históricas é fundamental para o trabalho do historiador. Ela é uma etapa essencial para compreender e comprovar o que ocorreu em determinado espaço e tempo em estudo. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Foto de 2023.

Não escreva no livro.

Pois a história não apenas é uma ciência em marcha. É também uma ciência na infância: como todas aquelas que têm por objeto o espírito humano, esse temporão no campo do conhecimento racional. Ou, para dizer melhor, velha sob a forma embrionária da narrativa, de há muito apinhada de ficções, há mais tempo ainda colada aos acontecimentos mais imediatamente apreensíveis, ela permanece, como empreendimento racional de análise, jovem. Tem dificuldades para penetrar, enfim, no subterrâneo dos fatos de superfície, para rejeitar, depois das seduções da lenda ou da retórica, os venenos, atualmente mais perigosos, da rotina erudita e dados em senso comum. Ela ainda não ultrapassou, quanto a alguns dos problemas essenciais de seu método, os primeiros passos.

[...]

As gerações que vieram logo antes da nossa, nas últimas décadas do século XIX e até os primeiros anos do XX, viveram como alucinadas por uma imagem muito rígida, uma imagem verdadeiramente comtiana das ciências do mundo físico. Ao estender ao conjunto das aquisições do espírito esse prestigioso esquema, parecia-lhes então não existir conhecimento autêntico que não devesse desembocar em demonstrações *incontinenti* irrefutáveis, em certezas formuladas sob o aspecto de leis imperiosamente universais. Esta era uma opinião praticamente unânime. Mas, aplicada aos estudos históricos, dará origem, segundo os temperamentos, a duas tendências opostas.

Alguns julgaram possível, com efeito, instituir uma ciência da evolução humana que se conformasse a esse ideal de certo modo pancientífico e deram o melhor de si para estabelecê-la: livres, a propósito, de se reginarem no sentido de finalmente deixar fora do alcance desse conhecimento dos homens muita coisa de realidades bem humanas, mas que lhes pareciam desesperadamente refratárias a um conhecimento racional. Esse resíduo era o que eles chamavam, desdenhosamente, de acontecimento; era também uma boa parte da vida mais intimamente individual. Essa foi, em suma, a posição da escola sociológica fundada por Durkheim. Ao menos se não ignorarmos concessões que, à primeira inflexibilidade dos princípios, vimos pouco a pouco introduzidas por homens inteligentes demais para não sofrerem, a não ser à revelia, a pressão das coisas. Nossos estudos devem muito a esse grande esforço. Ele nos ensinou a analisar mais profundamente, a cerrar mais de perto os problemas, a pensar, ousaria dizer, menos barato. Não falaremos dele senão com reconhecimento e respeito infinitos. Se hoje parece ultrapassado, é, para todos os movimentos intelectuais, cedo ou tarde, o resgate de sua fecundidade.

Entretanto, outros pesquisadores tomaram, no mesmo momento, atitude bem diferente. Não conseguindo inserir a história nos quadros do legalismo físico, particularmente preocupados, além disso, em razão de sua formação inicial, com as dificuldades, as dúvidas, os frequentes recomeços da crítica documental, colheram nessas constatações, antes de tudo, uma lição de humildade desiludida. A disciplina à qual consagravam seus talentos não lhes pareceu, no fim das contas, capaz, nem no presente nem no futuro, de muitas perspectivas de progresso. Inclinaram-se a ver nela, em lugar de um conhecimento verdadeiramente científico, uma espécie de jogo estético ou, melhor dizendo, de exercício de higiene benéfico à saúde do espírito. Foram denominados, às vezes, "historiadores historizantes": apelido injurioso para nossa corporação, uma vez que parece fazer a essência da história consistir na própria negação de suas possibilidades. De minha parte, de bom grado acharia para eles, no momento do pensamento francês ao qual se vinculam, um sinal de identificação mais expressivo.

[...]

Não deixa de ser menos verdade que, face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha que, muito claramente, não é a mesma que a do biólogo, por exemplo; que será propriamente uma escolha de historiador. Este é um autêntico problema de ação.

[...]

"Ciência dos homens", dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: "dos homens, no tempo". O historiador não apenas pensa "humano". A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade.

Bloch, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 47-55.

pancientífico: síntese de todas as ciências.

refratário: nesse caso, resistente, que não se abala diante de pressões.

reginar: tornar-se comum, acessível.

PARA CONCLUIR

1 Você conhece algum historiador? Sabe como é o trabalho dele?

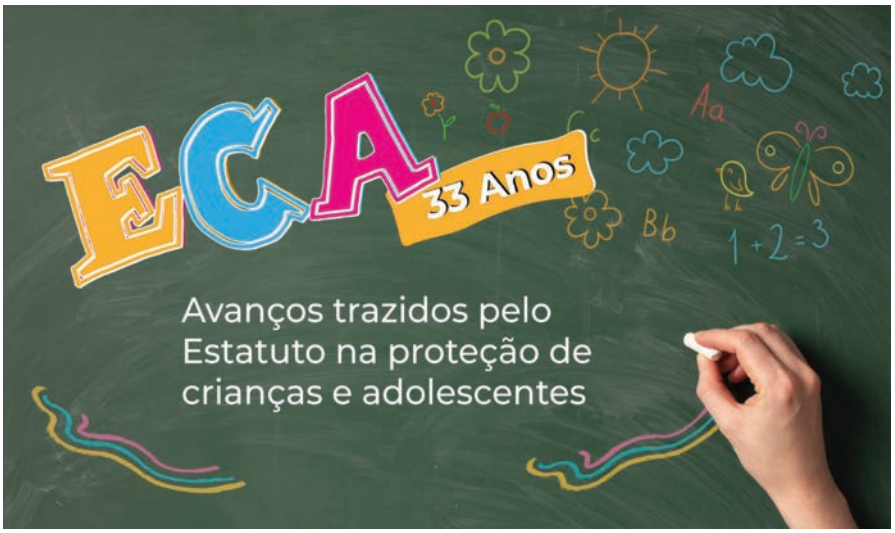
2 Por que Marc Bloch afirma que o termo "ciência dos homens" é ainda vago demais para definir História?

3 Em sua opinião, por que é importante estudar História? Reflita sobre como e por que são realizados estudos históricos.

Não escreva no livro.

GOVERNO E ESTADO

1. Estado e governo são entidades diretamente interligadas; porém, enquanto o Estado é perene, o governo é transitório. Como você pode explicar isso, por exemplo, a um familiar que não saiba a diferença entre eles?
2. Você sabe o que é **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**? Se sim, de que modo ele impacta seu cotidiano? Que outras políticas de Estado impactam seu dia a dia? Converse sobre isso com os colegas.
3. Políticas de governo são aquelas que começam e terminam com os mandatos políticos. Já as políticas de Estado se mantêm ao longo do tempo, independentemente das mudanças de ocupação de cargos políticos. Nesse sentido, qual é a importância das políticas de Estado para a qualidade de vida dos cidadãos? Em sua opinião, o que é necessário para torná-las efetivas no dia a dia? Compartilhe sua opinião com a turma.



Ministério Público do Estado de Alagoas/Governo Federal

Pôster de 2023 em comemoração aos 33 anos do ECA.

Os conceitos de **Estado** e de **governo**, não raro, se confundem e, muitas vezes, são usados como sinônimos no cotidiano. Todavia, trata-se de duas entidades distintas que precisam ser caracterizadas para que se possa compreender a esfera de atuação de cada uma delas.

O Estado compreende uma ideia abstrata. Por meio de diversas instituições de caráter político, ele comanda e organiza a vida em sociedade em determinado território nacional. Já o governo é a autoridade governante e uma das instituições que compõem o Estado. Sua função primordial é administrar uma unidade política para fins de organização e defesa do interesse público. Nas sociedades democráticas, os governantes são **eleitos**, e os cidadãos são indivíduos aos quais são assegurados **direitos**.

A juventude brasileira, por exemplo, como segmento da sociedade, tem seus direitos assegurados pelo ECA. Essa é uma política de Estado, ou seja, deve continuar mesmo com a troca de governo. Sobre esse debate, leia o texto a seguir.

No Brasil, o tema da juventude, introduzido na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, ao ser encaminhada a Emenda Popular "Criança Prioridade Nacional", resultou na criação, naquele mesmo ano, do Fórum Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que culminou com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

O ECA – que muito contribuiu para garantir os direitos e deveres da criança e do adolescente, ao incorporar o conceito de cidadania – é considerado a mais acabada proposta do governo para as crianças e os adolescentes do país, pois responsabiliza a família, a sociedade e o Estado pelo cumprimento ou não dos direitos e deveres que lhes são cabidos. O art. 5º assim determina que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.

Kerbauy, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 10, n. 18-19, p. 193-203, 2005. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/123/121. Acesso em: 16 maio 2024.

Não escreva no livro.

POLÍTICAS PÚBLICAS: QUESTÕES DE ESTADO

Ao longo do tempo, a função desempenhada pelo Estado na vida social transformou-se consideravelmente. Nos séculos XVIII e XIX, cuidar da segurança pública e garantir a defesa nacional eram alguns de seus principais objetivos. Todavia, notadamente a partir do século XX, com o aumento de experiências democráticas em diversas regiões do mundo, as responsabilidades do Estado se ampliaram. Atualmente, em muitas sociedades democráticas, entende-se que a função primordial do Estado é promover o bem-estar da sociedade.

Em 2008, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou uma pesquisa em que constatou o grande déficit habitacional existente no Brasil. Isso significa que milhões de famílias brasileiras não tinham casa própria e enfrentavam dificuldades para comprá-la. Com base nessa constatação, foi criado o **Minha Casa, Minha Vida**, um programa de política pública cujo objetivo é facilitar aos cidadãos brasileiros a aquisição de imóveis para moradia, tanto em áreas urbanas como em áreas rurais.

O objetivo das políticas públicas é assegurar para os diversos segmentos da sociedade aqueles direitos estabelecidos na Constituição que são chamados de direitos sociais, garantindo, assim, o bem-estar social e a defesa do interesse público. Elas podem fazer parte de uma política de Estado ou de uma política governamental. Quando integram uma política de Estado, independem do governo e dos governantes e são executadas porque estão amparadas na Constituição Federal. Entretanto, quando integram uma política governamental, podem ser executadas ou não, dependendo de quem está no poder e de seus projetos para a sociedade. Nesse caso, a execução das políticas públicas depende da alternância do poder, proporcionada pelas eleições periódicas previstas nas sociedades democráticas. Por isso, é fundamental que os cidadãos escolham criteriosamente seus representantes e fiscalizem constantemente aqueles que elegeram.

O excerto a seguir comenta a interação da sociedade com o Estado na manutenção do interesse público.

> […] O bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam às demandas da população.
>
> As demandas da sociedade são apresentadas aos dirigentes públicos por meio de grupos organizados, no que se denomina de Sociedade Civil Organizada (SCO), a qual inclui […] sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs em geral […].
>
> […]
>
> No entanto, os recursos para atender a todas as demandas da sociedade e seus diversos grupos (a SCO) são limitados ou escassos. Como consequência, os bens e serviços públicos desejados pelos diversos indivíduos se transformam em motivo de disputa. Assim, para aumentar as possibilidades de êxito na competição, indivíduos que têm os mesmos objetivos tendem a se unir, formando grupos.
>
> Não se deve imaginar que os conflitos e as disputas na sociedade sejam algo necessariamente ruim ou negativo. Os conflitos e as disputas servem como estímulos a mudanças e melhorias na sociedade, se ocorrerem dentro dos limites da lei e desde que não coloquem em risco as instituições.
>
> Assim, o interesse público – o qual, por sua vez, reflete as demandas e expectativas da sociedade – se forma a partir da atuação dos diversos grupos. […]
>
> LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney (sup.); CALDAS, Ricardo Wahrendorff (coord.). *Políticas públicas*: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. p. 5-6.

INTERAÇÃO

1. Qual é o caminho para obter o atendimento das demandas sociais por bens e serviços públicos?
2. Como você se posiciona em relação às políticas públicas? Você acha que elas são necessárias e justas? Ou você entende que o cidadão, por si só, deveria resolver as próprias demandas? Justifique seu posicionamento.
3. Com base no que você leu e em suas reflexões, converse com um colega sobre o papel das diferentes opiniões, dos posicionamentos políticos e das disputas nas sociedades democráticas.

PÚBLICO E PRIVADO: A *PÓLIS*

Como estudamos anteriormente, a formação dos Estados no mundo antigo esteve, muitas vezes, associada ao fortalecimento da esfera religiosa das sociedades. Na Grécia Antiga, porém, os Estados se desenvolveram a partir da diferenciação de duas esferas sociais: a esfera privada (*oîkos*) e a esfera pública (*pólis*).

A esfera privada, denominada *oîkos*, é anterior à noção de *pólis* e refere-se à unidade social e de produção, geralmente autossuficiente, composta de uma família aristocrática e de sua propriedade. Essa unidade familiar era organizada com base em uma rígida hierarquia, na qual o pai detinha poder sobre tudo e todos que, de alguma forma, estavam ligados ao *oîkos*, o que incluía, igualmente, os membros de sua família nuclear (esposa e filhos), parentes, servos e escravizados, responsáveis pela realização de inúmeras tarefas tanto nos campos como na casa da família. Também faziam parte dessa unidade produtiva as terras, de onde se tirava o sustento da família, e os demais bens imóveis, como casas, depósitos e estábulos.

A *pólis*, por sua vez, era uma instituição relacionada à esfera pública, diretamente ligada às atividades políticas das cidades-Estado gregas, com a codificação das leis e com o trabalho dos legisladores. Não era, portanto, apenas um espaço territorial, mas essencialmente um complexo formado pelo território, que incluía os espaços urbano e rural, e pelo conjunto de cidadãos governados pelas mesmas ferramentas jurídicas.

Por fim, a *pólis* era o espaço da ação, isto é, o ambiente no qual a política se dava. Para o filósofo grego Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), a *pólis* significava o domínio da vida política, exercida por meio da ação e do discurso, e era por meio dela que a liberdade era conquistada e a felicidade da coletividade era defendida – felicidade essa que se colocava acima da do indivíduo.

As discussões e as tomadas de decisão relacionadas à *pólis* geralmente transcorriam em espaços abertos, com a participação daqueles que eram considerados cidadãos, reforçando, assim, seu caráter público. Essa prática contribuía para que as condições e os interesses pessoais não se sobrepusessem aos interesses coletivos.



David Ionut/Shutterstock.com/ID/BR

Vista dos vestígios da acrópole de Atenas, centro político, administrativo e religioso da *pólis* na Grécia Antiga. Foto de 2024.

Não escreva no livro.

A democracia ateniense

Em Atenas, o sentido de liberdade estava diretamente relacionado ao exercício da vida política e da administração do interesse público. Dessa forma, a participação política representava um papel bastante significativo no cotidiano dos cidadãos dessa sociedade.

Foi a partir das experiências de governo na *pólis* ateniense que se originou o conceito de democracia, tema bastante discutido, cujo regime organiza e orienta diversas sociedades na atualidade. A origem da democracia, como sistema de governo, se deu por volta de 508 a.C., no contexto das reformas políticas do legislador Clístenes (565 a.C.-492 a.C.), que tinham a intenção de acalmar as tensões sociais decorrentes da desigualdade de acesso à participação política, concentrada pela aristocracia em detrimento do restante da população, formada por comerciantes, artesãos, camponeses e escravizados.

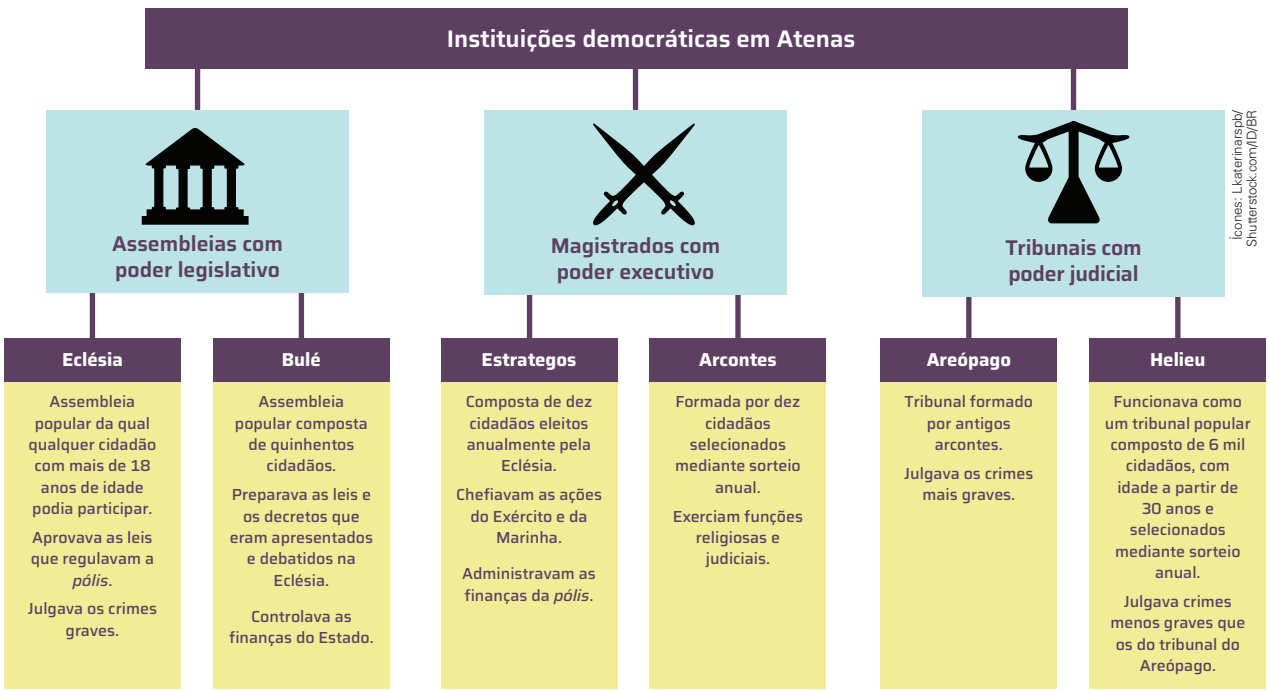
O regime político democrático em Atenas estabeleceu a noção de que os cidadãos tinham os mesmos direitos perante as leis. No entanto, eram considerados cidadãos atenienses somente os indivíduos livres do gênero masculino, maiores de 18 anos e filhos de pai e mãe atenienses. Esse conceito de cidadania, portanto, excluía da participação política uma grande parte da população formada por mulheres, escravizados e estrangeiros.

De modo geral, a democracia era exercida diretamente pelos cidadãos, organizados em assembleias, como a Bulé e a Eclésia, as principais instituições de governo da *pólis*. Essas instituições consistiam em assembleias populares com funções legislativas, como planejamento, nomeação e fiscalização de magistrados, controle das obras e das finanças públicas. Os cargos públicos, relacionados à participação nos conselhos que administravam a justiça e os assuntos públicos, eram, muitas vezes, ocupados com base em sorteios, que levavam em consideração um sistema de rotação constante, em que os indivíduos geralmente só podiam ocupar o mesmo cargo determinado número de vezes.

Outra característica da democracia ateniense era a grande importância atribuída à prática da oratória, uma vez que a política era considerada o exercício da linguagem e da argumentação. Portanto, para que os cidadãos pudessem se expressar nas assembleias, era necessário que soubessem articular e expressar claramente seus pensamentos e suas opiniões.

INTERAÇÃO

1. Quais diferenças você nota entre o modelo ateniense de democracia e o sistema democrático em vigor no Brasil atualmente?
2. "Em Atenas, o sentido de liberdade estava diretamente relacionado ao exercício da vida política e da administração do interesse público." Como você explicaria essa afirmação a um colega em um diálogo a respeito das diferenças entre a democracia na *pólis* ateniense e a democracia representativa das sociedades atuais?



ID/BR

Ícones: Lkaterinarsgb/ Shutterstock.com/ID/BR

BRASIL: UMA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

O Brasil contemporâneo tem um sistema de governo democrático representativo, diferentemente do que acontecia na Grécia Antiga. Nesse sistema, a população elege por meio do voto seus representantes, como vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores, além de governadores e presidente da República, para que atuem nas diversas esferas do governo.

A Constituição de 1988 instituiu o sufrágio universal, o que significa que todo cidadão, dentro das normas legais, tem direito ao voto. Houve, com isso, a ampliação dos critérios da democracia representativa no país, já que todos os cidadãos com mais de 16 anos, homens e mulheres, alfabetizados e analfabetos, têm direito a participar das eleições. Contudo, um sistema democrático não se circunscreve apenas ao voto, uma vez que abrange elementos mais amplos de toda a organização política do país, pois a democracia, como conjunto de ideias e princípios, está presente como característica fundamental da Constituição (Carta Magna do país), na forma de organização eleitoral, na formação do governo, na normatização do corpo administrativo e burocrático do Estado e na relação entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Os princípios que norteiam a democracia assentam-se na noção de liberdade do cidadão perante os representantes do poder político, notadamente perante o Estado, na noção de liberdade de expressão e de opinião, de vontade política do cidadão e na ideia de igualdade de direitos políticos e jurídicos, a fim de que a coletividade possa se pronunciar sobre decisões de interesse público. Portanto, a cidadania é o aspecto central da democracia brasileira, respaldada pela Constituição, que entende o cidadão como sujeito de direitos e deveres. Ao cidadão estão garantidos a liberdade e o direito à justiça e ao bem-estar econômico e social. O cidadão tem o direito de expressar suas ideias, e a Constituição garante a existência de uma sociedade plural, com diferentes partidos políticos, com organismos da sociedade civil e meios de comunicação e de expressão livres.

Apesar disso, a desigualdade social tem dificultado o acesso à cidadania a diversos indivíduos e grupos sociais. Para combater essa desigualdade, vários setores da sociedade civil têm pressionado as autoridades para que políticas públicas que visem à inclusão de populações historicamente marginalizadas, como mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, sejam desenvolvidas, fazendo valer os princípios constitucionais de liberdade e igualdade.

INTERAÇÃO

1. **Por que as manifestações mostradas nas imagens desta página podem ser consideradas exemplos de democracia?**
2. **Em sua opinião, os grupos retratados se sentem democraticamente representados por aqueles que ocupam o poder público? Comente suas percepções com a turma.**

LGBTQIA+: sigla que se refere à comunidade formada por lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queers*, intersexuais e outros grupos relacionados à diversidade sexual e de gênero.



Pedro Ladeira/Folhapress

Marcha das Margaridas, composta de mulheres camponesas e ribeirinhas, em favor da democracia, da justiça e da igualdade e contra diferentes formas de violência, em Brasília (DF). Foto de 2023.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Manifestação de professores de universidades e institutos federais em favor do aumento salarial da categoria na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF). Foto de 2024.

Não escreva no livro.

Eleições e relações de poder no Brasil

As eleições para os diversos cargos políticos que compõem o governo constituem um dos principais instrumentos para a manutenção e a legitimidade das democracias na atualidade. Apesar disso, o ideal democrático que orienta a escolha dos representantes da população encontra-se, muitas vezes, ameaçado por práticas fraudulentas, que visam adulterar os resultados das eleições.

Durante o período da história brasileira conhecido como Primeira República (1889-1930), por exemplo, os processos eleitorais foram marcados por práticas fraudulentas diversas, como compra de votos, falsificação de assinaturas, adulteração de cédulas eleitorais, não reconhecimento dos candidatos eleitos e intimidação de eleitores. Destaca-se, nesse contexto, a prática do chamado **voto de cabresto**, em que grandes proprietários de terras, conhecidos como coronéis, que tinham poder econômico e exerciam grande influência sobre determinada região, obrigavam, muitas vezes por meio do uso de violência, os eleitores de suas regiões a votar nos candidatos indicados por eles.



Jean Galvão/ID/BR

Charge de Jean Galvão criticando a troca de votos por benefícios.

As formas pelas quais a prática de compra e venda de votos acontece são diversas, algumas delas relacionadas a promessas de cargos públicos, indicações pessoais e concessão de outras benesses particulares. Outras, no entanto, condicionam a execução de obras públicas ou o oferecimento de determinados serviços à eleição de candidatos específicos. Independentemente da forma como aconteçam, tais práticas prejudicam a manutenção do interesse público e da democracia.

Em 2024, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apresentou uma resolução sobre as condutas ilícitas que podem comprometer os resultados das eleições. Com ela, pretende-se evitar a coação, dentro de empresas, de funcionários a votarem em determinados candidatos, a aplicação de mensagens instantâneas para disparo em massa de desinformação e *fake news*, a fraude da cota de gênero, a compra de votos, etc.


Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Movido por forte campanha de desinformação em massa, um grupo de pessoas atacou a Praça dos Três Poderes e destruiu parte do Congresso, do Palácio do Planalto e do Palácio do Supremo Tribunal Federal (STF) em 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF). Na foto, presidente Lula, ministros do STF, governadores e outras autoridades visitam as instalações depredadas.

REFLEXÃO

Ação da Polícia Federal

Leia a seguir o trecho de uma notícia que aborda uma ação da Polícia Federal contra suspeitos de compra de votos nas eleições de 2022.

> As forças de segurança apreenderam, nesta última semana de campanha [das eleições de 2022], mais de R$ 396 mil em 20 operações distintas para coibir a compra de votos e demais crimes eleitorais pelo país. A maior parte na região Norte, que teve 14 intervenções. As demais ocorreram no Nordeste, com cinco casos, e no Centro-Oeste, com uma ocorrência. Além da quantia, também foram apreendidos materiais de campanha, como os tradicionais "santinhos", adesivos e até cestas básicas. [...]

Leite, Pedro Henrique. Compra de votos: PF e PRF apreendem mais de R$ 396 mil em nove estados na reta final da campanha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º out. 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/compra-de-votos-pf-e-prf-apreendem-mais-de-r-396-mil-em-nove-estados-na-reta-final-da-campanha.ghtml. Acesso em: 1º jul. 2024.

1. **Que relação pode ser estabelecida entre a notícia e a *charge* apresentada nesta página?**
2. **Há compra de votos na região onde você mora? Converse com os colegas e os familiares sobre o tema e faça uma pesquisa em publicações impressas e/ou digitais para conhecer a realidade dos processos eleitorais em sua comunidade. Compartilhe suas descobertas com a turma.**
3. **Você venderia seu voto? Por quê? Quais são os impactos dessa prática na sociedade e o que deve ser feito para coibi-la?**

A DEMOCRACIA E A SEPARAÇÃO DOS TRÊS PODERES

Na atualidade, o Brasil constitui-se como um Estado democrático de direito. Uma das principais formas pelas quais essa condição se faz possível é por meio da separação tripartite do poder do Estado em Legislativo, Executivo e Judiciário, que atuam de forma independente e harmônica entre si. Essa divisão tem por objetivo evitar que essas instâncias do poder cometam abusos e que tentem se sobrepor umas às outras.

Uma das principais atribuições do Poder Legislativo é desenvolver leis e normas que regulam o Estado e a convivência dos indivíduos. Tendo em vista o princípio de igualdade previsto na Constituição Federal, as leis devem ser abstratas, gerais e impessoais. Na esfera federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

A função do Poder Executivo é chefiar o Estado, o governo e a administração pública de acordo com as leis previstas na Constituição Federal. Na esfera federal, o Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, auxiliado por seus ministros. No sistema presidencialista, o presidente exerce duas funções ao mesmo tempo: chefe de Estado e chefe de governo. Com o presidente é sempre eleito um vice-presidente, que o substitui nas situações em que ele esteja ausente ou impedido de atuar.

Ao Poder Judiciário, por sua vez, cabe o papel de julgar os conflitos que surgem na sociedade. Esse julgamento é feito com base na interpretação das leis elaboradas pelo Poder Legislativo. Além delas, o Poder Judiciário pode se valer dos costumes e da jurisprudência, isto é, do conjunto das decisões anteriormente tomadas pelo próprio Judiciário. No Brasil, temos a Justiça Federal e a Justiça Estadual. Na primeira, concentram-se os conflitos em que o próprio Estado e os órgãos da administração pública federal estão envolvidos. Já na Justiça Estadual, concentram-se os demais conflitos.

Apesar dos inegáveis avanços do regime democrático representativo, a República brasileira ainda apresenta fragilidades quanto ao conceito fundamental da coisa pública. Não raro, as fronteiras entre público e privado misturam-se na ocorrência de decisões que privilegiam interesses de determinados indivíduos e grupos em detrimento dos interesses coletivos.



Charge de Jean Galvão sobre a divisão de poderes do Estado.

INTERAÇÃO

1. Forme dupla com um colega e, juntos, façam um *tour* virtual pela praça dos Três Poderes, disponível no *site* do Senado: https://www.senado.leg.br/senado/visitavirtual/ (acesso em: 30 set. 2024). Depois de explorarem os ambientes virtuais, façam uma redação contando o que mais chamou a atenção de vocês.

Não escreva no livro.

A REPÚBLICA ROMANA E O CONCEITO DE COISA PÚBLICA

A ideia de república surgiu em oposição ao conceito de monarquia. Enquanto os sistemas monárquicos se baseiam na ideia de sucessão hereditária da liderança do Estado, referendada, muitas vezes, pela ideia de direito divino, a república constitui uma forma de governo baseada na manutenção da coisa pública e, portanto, tem a escolha da liderança de Estado referendada pela vontade popular.

Foi a partir das experiências políticas na Roma Antiga que surgiu a ideia de república. A sociedade romana era organizada de acordo com um quadro social complexo em que pesavam diferenças de cunho jurídico, posse de terras e riqueza, que se somavam às diferenças geográficas, étnicas e culturais decorrentes das conquistas territoriais empreendidas pelos romanos. Formalmente, essa sociedade era composta de: patrícios, que eram os aristocratas e chefes das famílias; clientes, que eram protegidos pelos patrícios em troca de serviços; plebeus, pessoas que trabalhavam com comércio e artesanato; e escravizados, indivíduos que pertenciam ao Estado ou a particulares.

A estrutura política republicana era constituída de três instituições: o Senado, as Magistraturas e as Assembleias Populares. O Senado era composto de cerca de trezentos senadores vitalícios, provenientes de famílias patrícias. Entre suas principais funções estavam propor leis, administrar as finanças públicas, fiscalizar o trabalho dos magistrados e cuidar da política externa e da religião.

Os magistrados eram eleitos anualmente pelas Assembleias Populares e exerciam diversas funções. Os mais importantes eram os cônsules, magistrados responsáveis pela administração pública e pelo Exército.

Além disso, a estrutura do poder compreendia também a Assembleia Popular, composta de patrícios e plebeus e responsável pela votação das leis e pela eleição de magistrados; e o Conselho da Plebe, formado somente por plebeus e responsável pelas decisões em plebiscitos e pela eleição dos tribunos da plebe.

No início da república, os patrícios governavam em função de seus interesses. A falta de participação política e no poder levou a diversas revoltas dos plebeus, que, com isso, alcançaram mais participação e poder no governo. Uma das principais conquistas dos plebeus foi adquirir o direito de registrar por escrito as costumeiras decisões governamentais, evitando, assim, tentativas de manipulações políticas.

Até hoje, historiadores debatem sobre o caráter oligárquico ou democrático da república romana. Os defensores da visão oligárquica afirmam que o poder estava concentrado nas mãos de uma oligarquia e que a participação popular era apenas de fachada. A partir da década de 1970, outra tese ganhou força: a noção de que as massas conseguiram conquistar um grau considerável de poder político em decorrência de uma série de lutas sociais que geraram resultados concretos.



Stefano Valeri/Alamy/Fotoarena

Pintura no teto do Museu Capitolino, na Itália, com a sigla SPQR (do latim *Senatus Populus Que Romanus*, que em português significa "Senado e o povo de Roma"), que identifica o Senado romano.

ATIVIDADES

1 **Em interdisciplinaridade com Linguagens, retome a notícia e a *charge* do tópico "Eleições e relações de poder no Brasil" e, a partir desses gêneros textuais, faça o que se pede.**

a) A *charge* reforça ou refuta a notícia sobre as eleições de 2022? Explique.

b) Na última eleição, foram denunciadas fraudes eleitorais, como a prática da compra de votos? Para descobrir, faça uma pesquisa com foco no estado ou no município onde você vive.

c) Quais devem ser as atitudes adequadas que alguém pode tomar ao testemunhar um caso de tentativa de fraude eleitoral? Qual órgão deve ser acionado e quais são as formas de realizar isso? Faça uma pesquisa para descobrir.

2 **Ao longo deste capítulo, você conheceu diferentes políticas de Estado, como as voltadas para a juventude e para a salvaguarda da diversidade, da democracia e das instituições republicanas. Para conhecer as políticas de Estado voltadas para outros setores, como trabalho, educação e saúde, siga as orientações a seguir.**

- Reúna-se com três colegas e elejam um desses setores para pesquisar suas políticas públicas.
- Com base nessa pesquisa, selecionem uma das políticas sobre a qual farão um estudo mais aprofundado, levantando dados como: ano de implementação, principais metas, avanços conquistados até o momento, aspectos de melhoria e o que falta realizar.
- Busquem também as evidências da implementação dessas políticas no município onde vocês vivem, por meio de indicadores sociais, pesquisas acadêmicas e notícias. Caso constatem que esse tipo de informação não existe, descubram quais são os órgãos responsáveis por esse setor, nos âmbitos municipal e estadual, e investiguem por que tais medidas previstas não foram executadas.
- Organizem as informações em um painel, que deve ser apresentado à comunidade escolar como forma de conscientizar as pessoas de seus direitos e do modo como as políticas de Estado são realizadas no Brasil contemporâneo.

3 **(Enem)**

> Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.
>
> Montesquieu, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja:

a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.

b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.

c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.

d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.

e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

4 **(Unespar)**



Cleverton/Acervo do chargista

Fonte: *A Gazeta Digital*. Voto de cabresto. Disponível em: http://gazetadigital.blogspot.com/2018/07/voto-de-cabresto.html. Acesso em: 3 set. 2018. Texto originalmente publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, 25 de julho de 2018. Disponível em: https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,voto-de-cabresto,70002413878. Acesso em: 3 set. 2018.

Com base na *charge*, é possível inferir que na história política brasileira:

a) o coronelismo deixou de existir no Brasil contemporâneo.

b) passado e presente são diferentes ao ponto de se excluírem.

c) a corrupção explica por que há desigualdade socioeconômica.

d) o passado não pode ser uma referência para se compreender o presente.

e) o momento atual é permeado de continuidade.

Não escreva no livro.

AMPLIANDO

DEMOCRACIA E REPÚBLICA

Como estudado anteriormente, os conceitos de **democracia** e **república** se originaram em experiências de governo na Grécia e Roma Antigas, respectivamente. Ao longo dos anos, no entanto, esses conceitos foram empregados para descrever experiências políticas diversas, mais ou menos próximas das concebidas pelos gregos e pelos romanos.

Na atualidade, os usos desses conceitos muitas vezes se confundem para definir formas de governo e sociedade pautadas na liberdade e na soberania popular. Apesar disso, esses termos não são sinônimos.

No excerto do artigo a seguir, Renato Janine Ribeiro (1949-) comenta a diferença entre esses conceitos de acordo com a ótica da filosofia política.

[...] tenho ficado impressionado pelos discursos que hoje ocorrem sobre o que é chamado a cidadania democrática. [...] Mas o que me parece curioso é que, nesse discurso, enfatiza-se o direito a ter um Estado eficiente e honesto. Ora, essa temática é mais da república que da democracia. Quando, assim, o ministro Bresser Pereira denomina o direito a um Estado honesto, que preste serviços corretamente, como constituindo uma "cidadania democrática", sua meta essencial é que o detentor de um mandato público não se aproprie dele para uso próprio, não caia no vício do patrimonialismo: ora, essa é a ideia romana da *res publica*, exigindo de todos que coloquem o bem comum à frente do bem pessoal. É Bruto, o cônsul dos inícios da república, mandando executar os próprios filhos quando traem a pátria, dispondo-se a promover o retorno dos Tarquínios. [...] São inúmeras histórias de sacrifício pela pátria. Ou, ainda, é Montesquieu analisando, em meados do século XVIII, a república em *O espírito das leis*, e resumindo-a na ideia de que o princípio desse regime é a virtude, que prefiro traduzir como abnegação, como o que antepõe o bem comum ao privado.

Mas esse não é o tema da democracia. Se remontamos aos gregos, é ela o poder dos *polloi*, os vários, os muitos, que são os pobres. Isso é um tema constante do seu pensamento político: se os muitos, os pobres, tomarem o poder, há enorme risco de que confisquem o bem dos ricos e de que adotem sobre esses uma tirania que não é melhor que a de um sobre muitos.

Ribeiro, Renato Janine. Filosofia, ação e filosofia política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 36, fev. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n36/36janine.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.



Matheus Pe/TheNEWS2/Zuma Press/Imageplus

Um dos principais entendimentos acerca da ideia de democracia na atualidade se refere à soberania popular e à liberdade e à igualdade entre os indivíduos na sociedade. Na foto, manifestação em favor da democracia, em Porto Alegre (RS), após os ataques do 8 de janeiro. Foto de 2023.

1 **Com base em quais contextos históricos o autor comenta os conceitos de democracia e república?**

2 **Como você explicaria, segundo as ideias tratadas no texto, a diferença entre república e democracia?**

3 **Em sua opinião, os conceitos de democracia e república, nas acepções apresentadas por Renato Janine Ribeiro, podem ser complementares ou são excludentes entre si? Por quê?**

Não escreva no livro.

CAPÍTULO 3 CAPÍTULO 3 CAPÍTULO 3

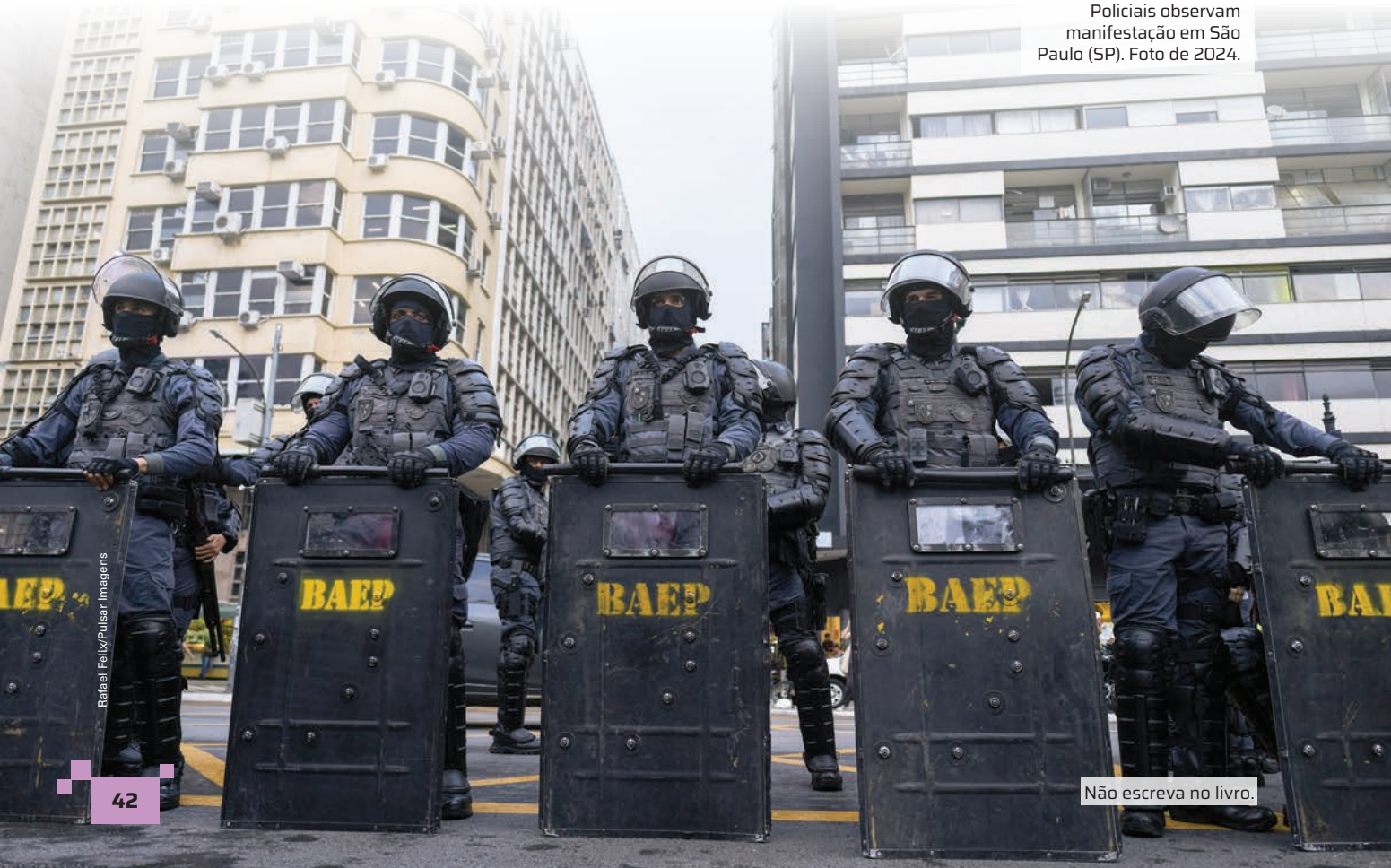
ESTADO: O DONO DA FORÇA

1. Por que é importante considerar a história social e política brasileira para compreender a questão da violência do Estado contra a população?
2. A violência é um fenômeno humano de proporções mundiais desencadeado, em grande medida, pelas desigualdades sociais. Segundo o sociólogo Max Weber (1864-1920), cabe ao Estado o monopólio da força. Diante disso, como você entende essa questão e o tratamento dado pelo Estado à população menos favorecida? Compartilhe suas percepções sobre esse tema com a turma.

Nos capítulos anteriores, dialogamos sobre diferentes aspectos que formam a estrutura do Estado, assim como as ideologias que o permeiam, especialmente no caso do Estado brasileiro. Agora, vamos analisar os seguintes aspectos da instituição estatal: o **monopólio da violência** e a **legitimidade do uso da força** para garantir a **segurança da coletividade**.

A proteção da ordem pública, a prevenção de atividades ilícitas, a realização de patrulhamento nas ruas e a investigação de crimes são algumas das atribuições do Estado no que se refere à segurança e à manutenção da ordem. O monopólio da violência é, desse modo, competência de instituições como presídios, Ministério Público, Judiciário, Forças Armadas, Polícia Militar e Polícia Judiciária Civil.

Segundo a Constituição de 1988, a igualdade entre os cidadãos é um dos fundamentos do Estado de direito no Brasil. Porém, nem sempre o tratamento dispensado pelas forças da ordem para as classes privilegiadas é o mesmo dado às classes menos favorecidas. Essa é uma das principais contradições do uso da força pelo Estado brasileiro. Garantir a segurança de todos é uma prerrogativa da vida em comunidade organizada por uma instituição estatal como a que vivemos, em regime republicano e democrático. Mas como evitar o tratamento desigual dos grupos sociais nas ações das forças de segurança pública? Ao longo do capítulo, vamos analisar alguns casos e dialogar sobre as questões conceituais que envolvem essas contradições.



Rafael Felix/Pulsar Imagens

Policiais observam manifestação em São Paulo (SP). Foto de 2024.

Não escreva no livro.

DEBATE SOBRE O PORTE DE ARMAS E DE MUNIÇÕES

Como detentor do monopólio da força, o Estado é quem define quais sujeitos podem ou não portar armas. O Brasil aprovou, em 2003, o Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10 826/2003), que lista um conjunto de normas que determinam as regras para obter arma de fogo e munição no país. O Porte de Arma de Fogo é a autorização legal para que uma pessoa possa transportar uma arma fora de sua casa ou de seu local de trabalho. Segundo o Estatuto, essa permissão para porte de armas se refere aos agentes de segurança pública, membros das Forças Armadas, policiais e agentes de segurança privada. O Estatuto definiu também as situações em que a aquisição ou a utilização de armamento podem configurar crime, com o propósito de diminuir o número de infrações que incluem armas de fogo e estabelecer critérios de fiscalização para a posse e o porte de armas.

O Projeto de Lei n. 3 723, de janeiro de 2019, de autoria do Poder Executivo, alterou o Estatuto do Desarmamento e ampliou o acesso à posse e ao porte de armas de fogo no país. Além disso, houve mudanças na autorização da compra de arsenal pelo cidadão e por caçadores e praticantes de tiro esportivo. No entanto, no Senado Federal, em junho de 2019, ocorreu a revogação do decreto presidencial. O Projeto de Lei foi enviado, então, à Câmara dos Deputados para a devida apreciação. Entre 2019 e 2022, o número de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) cresceu quase oito vezes. No mesmo período, mais de 900 mil armas foram inscritas em nome dos CACs. Em 2023, um decreto presidencial limitou o arsenal de sessenta armas de fogo a três por pessoa.

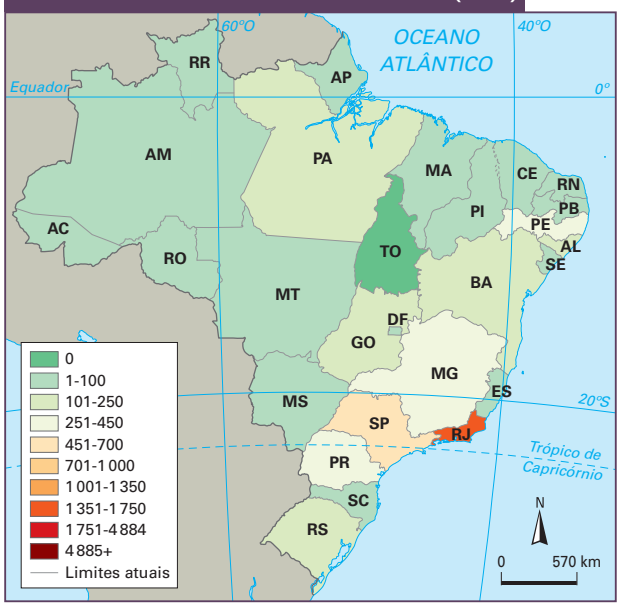
De um lado, os defensores do Projeto de Lei advogam que é direito do cidadão se defender da criminalidade e que possuir armas e munição seria uma forma de autoproteção. De outro, os opositores alegam que maior flexibilização de posse de armas e de munições significa maior número de armas em circulação em todo o país, além do risco de aumento significativo da violência e do índice de mortes por arma de fogo. A medida enfraqueceria, ainda, a capacidade de controle pela Polícia Federal e pelo Comando do Exército sobre o destino e o uso dessas armas na sociedade, elevando o perigo de criminosos e milícias terem acesso a armas de alto calibre, como fuzis, para formar arsenais.

Os mapas a seguir mostram a quantidade de homicídios praticados com o uso de armas de fogo no país em dois momentos diferentes.

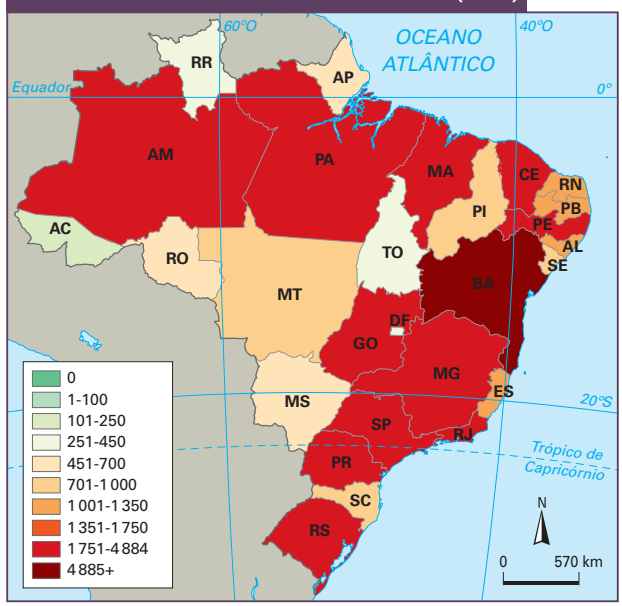
INTERAÇÃO

1. **Com base no texto e em suas vivências, como você se posiciona em relação à questão da flexibilização do Estatuto do Desarmamento no Brasil?**
2. **Observe os mapas. Qual é a situação do estado onde você mora? Como essas informações são percebidas em seu cotidiano? Converse com os colegas sobre isso.**

BRASIL: HOMICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO (1979)



BRASIL: HOMICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO (2021)



A projeção apresenta distorção na área e na forma, principalmente ao se distanciar da linha do Equador. Fonte de pesquisa: Cerqueira, Daniel; Bueno, Samira (coord.). *Atlas da violência 2023*. Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

A IDADE MÉDIA: SOCIEDADE E ORGANIZAÇÃO

Para aprofundar nosso debate sobre o Estado como detentor da força, precisamos retomar alguns processos históricos, como fizemos nos capítulos anteriores. A Idade Média é um período da história da Europa Ocidental bastante estudado, mas ainda marcado por muitos estereótipos. O declínio do Império Romano do Ocidente em decorrência da invasão dos povos germânicos, entre os séculos IV e V, resultou na formação de reinos cujas características romanas e germânicas foram se fundindo. Nesse sentido, com a fragmentação do território, houve, por exemplo, a criação de reinos que incentivaram a cultura e as artes, como o Império Carolíngio. Contudo, novos ataques ocorridos no século IX aprofundaram a ruralização e a formação de relações de dependência, também chamadas de **vassalagem**, pelas quais o período medieval é conhecido.

Ao longo do tempo, houve, portanto, uma evasão significativa da população para as zonas rurais, quando então passou a receber a proteção dos donos dessas terras, em troca de trabalho e outras obrigações. As cidades que resistiram ao processo viram o comércio se tornar cada vez mais escasso, e a necessidade de proteção contra os ataques resultou na fortificação dessas regiões.

O cenário se modificou por volta do século XI por diversos motivos; entre eles, pelo aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas de produção de alimentos. Isso permitiu a expansão demográfica e o deslocamento da mão de obra para os **burgos**, isto é, centros urbanos que surgiam aos poucos em toda a Europa Ocidental. Somado à retomada do comércio interno, o continente europeu também passou a registrar comércio marítimo com os povos orientais.

Essa nova reordenação da economia resultou, também, na reorganização social. Assim, **clero**, **nobres** e **servos** já não mais representavam a santíssima Trindade, como havia determinado por tanto tempo a Igreja católica, instituição que resistiu aos ataques do período e ordenava as formas de saber e se portar no medievo. O surgimento dos **burgueses**, dedicados ao comércio, transformaria outros aspectos das sociedades europeias. Afinal, o contato que se estabeleceu com outros povos favorecia as trocas comerciais e intelectuais, possibilitando o florescimento não apenas da economia, mas da intelectualidade e das artes. Contudo, essas mudanças ainda enfrentariam dificuldades no século XIV. A diminuição da produção de alimentos, provocada pelo esgotamento do solo, bem como o impedimento do uso de terras dedicadas às florestas, os fatores climáticos, as guerras e as doenças resultariam em um declínio populacional e das atividades econômica.

Dentre as doenças, destaca-se a **peste bubônica** (1347-1350), também conhecida como **peste negra**. Hoje se sabe que tal doença é causada por uma bactéria que é transmitida aos humanos por meio da picada de pulgas infectadas ou pelo contato com humanos já infectados. Naquele período, contudo, a falta de conhecimento da origem e da possibilidade de cura resultou na tentativa de isolamento de doentes a fim de evitar o contágio. Ademais, o crescimento desordenado e, com ele, a falta de planejamento de acesso à água potável e saneamento básico contribuíram para a manifestação dessa e de outras doenças. Não existe um consenso numérico de pessoas contaminadas pela peste bubônica, mas estima-se a morte de cerca de um terço da população europeia.



Museu Leuven, Leuven, Bélgica. Fotografia: ID/BR

A peste em Lovaina em 1578, de autor desconhecido, século XVI. Óleo sobre tela. Os efeitos da peste bubônica foram desoladores: estima-se que cerca de um terço da população europeia tenha falecido, e não havia meios de enterrar os corpos de acordo com os rituais religiosos.

REFLEXÃO

Pandemias

Em 2020, o Brasil e o mundo sofreram com uma doença grave e de rápido contágio, a covid-19.

1. **Quais diferenças devem ter existido entre o comportamento das pessoas no século XIV em relação ao XXI? Converse com os colegas e levantem hipóteses.**

Não escreva no livro.

CENTRALIZAÇÃO DO PODER NO ESTADO MODERNO

A ideia que temos hoje de um Estado que se constitui na máxima autoridade política no interior de um território definido nasceu na Europa, nos séculos XV e XVI, em locais como a península Itálica e em países hoje conhecidos como Espanha, França e Inglaterra. Certamente, também é preciso mencionar Portugal, que teria vivenciado uma formação pioneira do Estado no fim do século XIV, em razão da expulsão dos árabes de seu território.

No período moderno, entre os séculos XV e XVIII, identificam-se os elementos basilares das monarquias modernas, como um sistema legal codificado, uma burocracia de funcionários especializados para elaborar e garantir o cumprimento de normas e códigos administrativos, os primórdios de um mercado unificado, o esboço de um sistema fiscal nacional, uma diplomacia e a constituição de um Exército regular permanente.

A natureza histórica do Estado moderno foi e continua a ser motivo de grande debate entre os historiadores. Alguns destacam o papel político central que a nobreza, proprietária de terras, tinha na sociedade como estamento social que vivia da exploração do trabalho dos camponeses. Outros sublinham a importância crescente da economia mercantil, impulsionada, desde o final da Idade Média, pela reativação do comércio com o Oriente e pela injeção de riquezas trazidas pela expansão marítimo-comercial iniciada no século XV. Os comerciantes burgueses começaram a ter uma importância cada vez maior no arranjo de poder, em virtude da acumulação de riquezas derivadas da compra e venda de mercadorias que eram produzidas e obtidas no Oriente, na África e nas Américas, revendidas, posteriormente, com altos lucros dentro do continente europeu.

Politicamente, a formação do Estado moderno significou a centralização de poderes na figura do rei e em um aparelho de Estado que usava seus elementos basilares como meio de se fortalecer no poder. A antiga descentralização política medieval e os intrincados regimes de suserania e vassalagem foram, paulatinamente, perdendo força, permitindo a formação de territórios nacionais em que a autoridade real, as normas legais, administrativas e econômicas, somadas ao aparato de força militar, passaram a dominar o cenário.

Universal History Archive/Getty Images



Detalhe de *A família de Henrique VIII: uma alegoria da sucessão Tudor*, de Lucas de Heere, 1590. Óleo sobre tela. Retrato de Henrique VIII, rei da Inglaterra, e sua família no século XVI, em Hampton Court Palace. A monarquia centralizada na Inglaterra ensejou a formação de um Estado centralizado na cúpula, em que o poder local continuou a ser importante.

O absolutismo monárquico

Os Estados centralizados na Europa, entre os séculos XV e XVIII, ampararam-se na concepção de que o poder dos reis fora concedido a eles por Deus. Em razão disso, o rei era o escolhido para ocupar o trono, exercer o poder e estender sua soberania aos territórios governados por ele. Esse princípio recebeu o nome de Teoria do Direito Divino dos Reis.

Nesse sistema político, a monarquia e a Igreja constituíam as duas instituições mais importantes do período. Havia um arranjo de poder em que monarquia absoluta e Igreja – importante instituição da época, capaz de disciplinar a sociedade – sustentavam-se mutuamente, uma conferindo à outra vantagens materiais, de poder e de influência.

O poder do rei e, em certa medida, o poder da Igreja não recebiam o total apoio da população, o que pode ser comprovado pela forte reação negativa dos camponeses e dos artesãos aos impostos reais e ao pagamento do dízimo à Igreja.

Embora esse sistema não agradasse a todos, tratados de teoria política foram escritos na época para justificar a natureza do poder absoluto divino. O jurista francês Jean Bodin (1530-1596), em *Os seis livros da República* (1586), defendia a ideia de que o rei era eleito diretamente por Deus para governar a todos, os quais deveriam ser obedientes absoluta e incondicionalmente ao rei. Os súditos deveriam se conformar em permanecer em suas posições sociais desiguais porque o resultado final seria o contentamento geral deles. Já o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), em *Leviatã* (1651), defendia que a constituição de um poder centralizado era a única maneira de as pessoas estarem protegidas dos perigos advindos de invasores e de conflitos entre os indivíduos. Assim, somente por meio do controle da liberdade individual e coletiva exercido pelo rei, todos poderiam viver em paz e estar a salvo. Em *Discurso sobre a história universal* (1681), o teólogo francês Jacques Bossuet (1627-1704) apresenta uma intrincada relação entre a ordem cósmica universal e o poder divino dos reis. Segundo ele, o Deus imortal seria responsável pelo encadeamento do mundo, enquanto o Deus mortal, na figura do rei, seria responsável pelo destino dos súditos.

Apesar da defesa dessa teoria política, o poder absolutista sofria limitações de ordem prática, como a fiscalização insuficiente sobre a cobrança de taxas e impostos e a falta de funcionários na burocracia de Estado, o que tornava trabalhoso o cumprimento das ordens à risca e dificultava as comunicações entre os indivíduos, em razão das longas distâncias e dos meios de transporte da época. Esses elementos tornavam a administração uma tarefa complexa e, muitas vezes, ineficiente.



Museu do Louvre, Paris, França. Fotografia: ID/BR

Luís XIV em traje real, de Hyacinthe Rigaud, 1701. Óleo sobre tela. O rei da França, que se tornou o símbolo do poder absoluto dos reis no período moderno, foi representado pelo artista de forma majestosa e pleno de autoridade, segurando o manto real com estampa de flor-de-lis, símbolo da realeza francesa. Complementam a composição as colunas que remetem ao mundo clássico e outros símbolos do poder real, como o cetro, o trono e a espada; esta última, símbolo da nobreza.

Não escreva no livro.

Economia no absolutismo

O absolutismo monárquico era caracterizado pela centralização do poder econômico e político nas mãos do monarca. Mais do que isso: o corpo do rei era entendido como representação da nação.

> […] Na condição de Rei, o monarca é a Justiça e o Saber encarnados; não podendo enganar-se nem agir com falsidade, a não ser induzido por maus conselheiros. […] Toda Justiça, todo Saber são atribuídos ao príncipe, porquanto essas atividades se exercem no interior de seu corpo simbólico. […]
>
> Apostelidès, Jean-Marie. *O rei-máquina:* espetáculo e política no tempo de Luís XIV. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Editora UnB, 1993. p. 13.

Portanto, havia um controle do monarca, isto é, do Estado, desde a distribuição de cargos e títulos às concessões de monopólios comerciais a empresas ou indivíduos. Em estados como a França, instituiu-se uma distribuição de cargos e títulos até mesmo aos artistas. Essas e outras práticas econômicas estabelecidas por esse modelo de Estado denominam-se **mercantilismo**.

Esse sistema econômico apresenta uma gama de características, muitas delas interligadas e que variam de acordo com a região e o controle dos Estados. Dentre essas características se destacam: a **balança comercial favorável**, na qual o valor das exportações precisa superar as importações; o **protecionismo**, resultado da proteção das indústrias nacionais por meio de tarifas e barreiras comerciais; a **intervenção estatal** na economia, que promove subsídios e privilégios a empresas e comerciantes; a **acumulação de reservas**, posto que havia a ideia de que a medida da riqueza de uma nação estaria associada ao acúmulo de ouro e prata; o **colonialismo**, resultado da busca por territórios em que se pudessem explorar os recursos naturais e vender os produtos manufaturados da metrópole, ou seja, o domínio da região.



Davi Augusto Studio/ID/BR

Ilustração de uma balança comercial favorável.



Museu do Prado, Madri, Espanha. Fotografia: ID/BR

Desembarque de Colombo, de Dióscoro Puebla, 1862. Óleo sobre lona.

Para se ter uma ideia da variação do uso das práticas mercantilistas, pode-se usar como exemplo o colonialismo. Nesse cenário, os estados de Portugal, mas sobretudo da Espanha, tiveram maior destaque, posto terem dominado no continente americano reservas de matérias-primas – entre elas, ouro, prata e diamante – já no século XVI.

O termo "mercantilismo" foi popularizado por autores como Adam Smith (1723-1790), que via nas práticas centralizadoras do Estado absolutista um entrave econômico. Para esse filósofo escocês, a balança comercial favorável, por exemplo, seria uma interpretação equivocada, na medida em que a ênfase recai no acúmulo de ouro e prata, quando o interesse deveria estar na prosperidade por meio da produção de bens e serviços.

Não escreva no livro.

PACTOS SOCIAIS: CONTRATUALISMOS

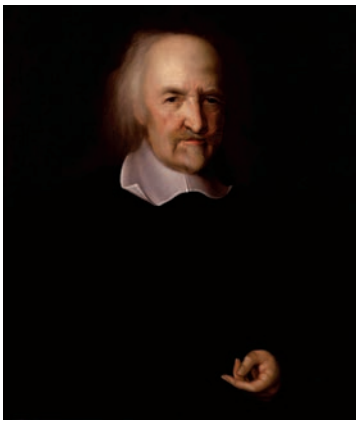
Filósofos, sociólogos, historiadores e outros pensadores que se dedicaram a estudar a sociedade em que vivemos se depararam com a seguinte questão: Por que um conjunto de indivíduos cede ao Estado o monopólio do uso da força? Para responder a essa pergunta, é importante identificar que há um **pacto social** no qual os indivíduos abrem mão de exercer poderes individuais e delegam aos governantes o exercício do poder e, em consequência, as deliberações sobre o uso da força.

No período moderno, a gênese e o desenvolvimento dos Estados centralizados levaram pensadores a formular teses sobre a natureza da relação entre governantes e governados. Thomas Hobbes, John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foram os três autores, conhecidos como contratualistas, que se ocuparam dessa questão.

A noção de contrato ou pacto social parte da premissa de que, ao abandonar o estado de natureza, em que não há uma lei civil, os indivíduos renunciam ao direito do uso individual e privado da força e delegam essa força a uma autoridade. Assim, o pacto social cria o Estado dotado de autoridade, poder e força. As pessoas se unem e estabelecem entre si o contrato social como uma forma de superar possíveis ameaças contra a vida, os bens e a liberdade. Desse modo, aceitar esse contrato e abrir mão de sua liberdade não significa que o indivíduo perde essa liberdade, porque, ao obedecer à lei, ele obedeceria a si mesmo, sendo, portanto, livre.

Os três principais pensadores do contratualismo tinham diferentes posicionamentos políticos. Hobbes, no século XVII, era um árduo defensor da monarquia e entendia que o poder do Estado deveria ser centralizado para controlar a violência dos homens no estado da natureza. Locke, em fins do século XVII, era defensor do parlamentarismo e argumentava que o pacto social e o estado civil eram necessários para regular a posse da propriedade, mas que o poder estatal deveria conhecer limites, possibilitando o rompimento do contrato, caso o povo assim o quisesse, por exemplo, por meio de rebeliões. Rousseau, no século XVIII, entendia ser necessário reformular as noções políticas dominantes para que o Estado realmente se ocupasse de atender à sociedade em geral, no sentido do bem comum, e não beneficiasse somente as classes dominantes.

Na passagem do século XVIII para o século XIX, cresceu a defesa do estudo da teoria e da prática dos limites do poder exercido pelo direito e pelas leis por meio do constitucionalismo. Ganhou terreno a ideia de que o poder do Estado era legítimo porque emanava do povo e estava em conformidade com a lei. Episódios recentes na história do Brasil, como a ocupação das forças federais nas favelas em 2018 e o uso de uma força excessiva por parte do Estado, que vitima cidadãos e atua contra vulneráveis, levam os sujeitos a questionar se o pacto social no Brasil estaria sendo quebrado.



Galeria Nacional de Retratos, Londres, Inglaterra. Fotografia: ID/BR

Thomas Hobbes, de John Michael, 1670. Óleo sobre tela.



Coleção particular. Fotografia: Culture Club/Getty Images

John Locke, de Godfrey Kneller, 1704. Óleo sobre tela.



Museu Antoine Lecuyer, Saint-Quentin, França. Fotografia: Bridgeman Images/Easy Mediabank

Retrato de Jacques Rousseau, de Maurice Quentin, 1753. Pastel sobre papel.

INTERAÇÃO

1. **Faça uma pesquisa em diferentes jornais e revistas sobre a intervenção federal nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro a partir de 2018.**
   - **a)** Como foi a cobertura desses fatos pela imprensa? O que você consegue perceber? Há condenação da ação policial ou apoio ao modo como a ocupação foi realizada?
   - **b)** Que relações você estabelece entre a intervenção militar em uma comunidade civil e as teses dos filósofos contratualistas que você acabou de estudar?
   - **c)** Qual é sua opinião sobre a intervenção militar nessas comunidades? Converse sobre isso com a turma.
   - **d)** Elabore um texto consolidando as opiniões da turma. Indique quais foram os pontos comuns e os de maior divergência apresentados.

Não escreva no livro.

DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos foram desenvolvidos para fazer frente contra a violência dos indivíduos e dos Estados. Nos Estados democráticos de direito, os direitos humanos figuram como um aspecto central da condição do cidadão. Referem-se aos direitos e às liberdades fundamentais que um indivíduo tem ao nascer e ao viver, independentemente de classe social, cor ou etnia, gênero, nacionalidade, religião, orientação sexual ou qualquer outro aspecto que anule os direitos essenciais de uma pessoa.

A história dos direitos humanos está ligada às revoluções burguesas do final do século XVIII. Os sistemas políticos oriundos dessas importantes transformações históricas legaram ao mundo mecanismos para a defesa da igualdade jurídica dos cidadãos e a luta contra o despotismo do poder, criando modelos de governo e de sistemas políticos nos quais estava contida a ideia dos direitos fundamentais dos indivíduos.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada em 26 de agosto de 1789, foi marcada pelo ideário iluminista e liberal e representou uma mudança fundamental de entendimento desses direitos em relação aos sistemas políticos anteriores, uma vez que passou a considerar que toda e qualquer pessoa, independentemente de seu nascimento ou de sua condição social, tinha direitos fundamentais. Assim, os cidadãos franceses passaram a ser considerados iguais em direitos e oportunidades. Em 1791, a revolucionária francesa Olympe de Gouges (1748-1793) publicou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, na qual defendia que as mulheres tivessem os mesmos direitos e as mesmas oportunidades que os homens. Em 1792, a filósofa inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) escreveu a obra *Reivindicação dos direitos da mulher*, na qual sustentava a necessidade de educação e direitos para as mulheres, a fim de que pudessem se emancipar, em diferentes campos da vida, da dominação masculina. Nos Estados Unidos, a Declaração dos Direitos dos Cidadãos Americanos foi aprovada pelo Parlamento em 1791 e estabeleceu que os cidadãos estadunidenses tinham direito à vida, à integridade, à propriedade, ao tratamento igual e à defesa.

No século XX, as duas grandes guerras mundiais, o holocausto contra os judeus, as bombas atômicas, entre outros eventos, mostraram que, apesar dos avanços, os direitos humanos continuavam a ser violados em diferentes partes do mundo. Após o término da Segunda Guerra Mundial, criou-se a Organização das Nações Unidas, em 1946, e, dois anos depois, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos para garantir a proteção das pessoas contra as ações ou a ausência de ações de Estados, de instituições ou de indivíduos na violação da dignidade humana.



Museu do Louvre, Paris, França. Fotografia: ID/BR

Retrato de Olympe de Gouges, de Aleksander Kucharski, século XVIII. Pastel sobre tela.



Coleção particular. Fotografia: Bridgeman Images/Easy Mediabank

Retrato de Mary Wollstonecraft, de John Keenan, *c.* 1787. Óleo sobre tela.

ATIVIDADES

1 **Retome o mapa "Brasil: homicídios por armas de fogo (2021)" e identifique o estado no qual você vive. Em seguida, responda às questões.**

a) Você considera violento o estado onde mora? Como isso impacta seu cotidiano?

b) Em sua opinião, o Estado está cumprindo suas prerrogativas em relação à segurança pública na região onde você mora? Debata com a turma.

2 **Leia o trecho de um texto do sociólogo Max Weber sobre o monopólio da violência física legítima. Com base no texto, responda às questões propostas.**

> O Estado moderno é uma associação de dominação institucional que, dentro de determinado território, pretendeu com êxito dominar os meios de coação física legítima como meio de dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos que antes dispunham, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos.
>
> Weber, Max. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora UnB, 1999. v. 2. p. 529.

a) O que significa monopólio da violência física legítima?

b) Quais instituições que integram o Estado são responsáveis por executar o monopólio da coerção física?

c) Quais problemas a flexibilização da posse de armas e de munições no Brasil pode vir a provocar atualmente no país, à luz das reflexões de Weber?

3 **Olympe de Gouges escreveu a primeira *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã,* em 1791. Leia um trecho da Declaração e, depois, responda às questões.**

> Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembleia nacional. Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor, em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo social, seus direitos e seus deveres [...].
>
> Gouges, Olympe de. *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Disponível em: https://direitoshumanos.dpu.def.br/wp-content/uploads/2021/07/declar_dir_mulher-Declarac%CC%A7a%CC%83o-dos-Direitos-da-Mulher-e-da-Cidada%CC%83-de-1791-Franc%CC%A7a.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

a) O que era defendido nessa Declaração?

b) Qual é a relação entre esse documento e os direitos humanos? Escreva um parágrafo sobre o tema.

c) No mundo atual, você pensa que as mulheres ainda necessitam defender seus direitos de cidadania? Debata sobre isso com a turma.

4 **(Uespi)**

> O mercantilismo deve ser entendido como o conjunto de ideias e práticas econômicas que caracterizam a história econômica europeia e, principalmente, a política econômica dos Estados modernos europeus durante os séculos XV, XVI e XVII.
>
> (Falcon, Francisco. *Mercantilismo e transição*. São Paulo: Brasiliense: 1987, p. 11).

As práticas mercantilistas, adotadas pelos Estados modernos, tinham como características:

a) abertura das fronteiras comerciais ao comércio internacional e o colonialismo.

b) colonialismo e o liberalismo econômico, esse último caracterizado pela política de isenção de impostos e taxas para estimular a entrada de produtos vindos do exterior.

c) anticolonialismo e o estímulo ao livre comércio, favorecendo a entrada de moedas para a economia interna do país.

d) metalismo e a teoria da balança comercial favorável, resultante de uma política que visava estimular as exportações e desestimular as importações.

e) pacto colonial, que não impunha restrições ao comércio praticado pelas colônias.

Não escreva no livro.

5 (**UFU**) O Estado é constituído por instituições responsáveis pela formulação e execução de leis e políticas públicas de um país. De acordo com Weber, o Estado possui o monopólio da força e da violência, exercendo, assim, uma dominação legítima.

A partir da informação acima, assinale a alternativa que contém a característica do Estado segundo Weber.

a) É definido pelos seus fins e não pelos seus meios, sendo sua finalidade fundamental o exercício da dominação legítima junto às pessoas daquela sociedade.
b) É definido pelos seus meios e não pelos seus fins, sendo o seu meio peculiar o monopólio legítimo do uso da força física na esfera da vida social daquela sociedade.
c) Constitui um instrumento de dominação de classe legítimo que não necessita de qualquer justificativa para o exercício de sua autoridade.
d) Consiste em uma relação de dominação entre os homens sob a condição de que os dominados se rebelem à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores.

6 **(Uece)**

Um dos argumentos em favor do direito amplo ao armamento individual é o que afirma que cabe ao próprio indivíduo, e não ao Estado, a proteção de sua vida e de sua propriedade. Esse argumento pode ser entendido, nos termos da filosofia de Thomas Hobbes, como um "direito de natureza", que o pensador inglês define no seguinte modo: "O direito de natureza é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e consequentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim".

Hobbes, Thomas. *Leviatã*, Parte I, cap. XIV. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1983 – adaptado.

Com base na definição acima, considere as seguintes afirmações:

I. O direito de natureza não garante a vida de ninguém.
II. O direito de natureza não garante a propriedade individual.
III. O direito de natureza é igual para todos.

É correto o que se afirma em:

a) I e II apenas.
b) I e III apenas.
c) II e III apenas.
d) I, II e III.

7 **(UEL)** Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de John Locke, assinale a alternativa correta.

Por conseguinte, todo homem, ao consentir com outros em formar um único corpo político sob um governo único, assume a obrigação, perante todos os membros dessa sociedade, de submeter-se à determinação da maioria e acatar a decisão desta. Do contrário, esse pacto original, pelo qual ele, juntamente com outros, se incorpora a uma sociedade, não teria nenhum significado e não seria pacto algum, caso ele fosse deixado livre e sob nenhum outro vínculo além dos que tinha antes no estado de natureza.

Locke, J. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 470.

a) O ser humano deve superar o estado de natureza fundando a sociedade civil e o Estado, cedendo seus direitos em prol da paz social.
b) Os indivíduos, no estado de natureza, são juízes de si mesmos, fundam o Estado para garantir segurança e direitos individuais por meio das leis.
c) O poder do Estado deve ser absoluto para a garantia dos direitos naturais da humanidade, como a vida, a liberdade e a propriedade.
d) O pacto ou contrato social é o garantidor das liberdades e direitos, sendo o poder legislativo o menos importante, já que é possível sua revogação por aqueles que participam do poder executivo.
e) O ser humano se realiza como um ser possuidor de bens, sendo sua posse o que garante tolerância religiosa, livre iniciativa econômica e liberdade individual.

PRÁTICAS DE PESQUISA

DEMOCRACIA NA ESCOLA

Para começar

Nesta unidade, estudamos diversos aspectos da democracia e da cidadania. Certamente, você percebeu que, assim como a política, esses dois assuntos estão presentes em nosso dia a dia, e não apenas nos momentos em que votamos ou participamos de manifestações. Na escola, por exemplo, a democracia e a cidadania estão sempre em questão.

Será que, no Brasil atual, as escolas configuram espaços democráticos?

Nesta seção, realizaremos uma pesquisa para entender em que medida há espaço na escola em que você estuda para o exercício da cidadania e da democracia, bem como o interesse dos estudantes em exercê-las.

O problema

Como possibilitar a participação dos estudantes no processo de tomada de decisão no contexto escolar, estabelecendo um ambiente democrático e participativo, favorável ao protagonismo juvenil?

A investigação

- Prática de pesquisa: pesquisa-ação

Material

- Folhas de papel avulsas para anotações, lápis e caneta
- Gravador ou *smartphone*
- Computador com acesso à internet

Procedimentos

Parte I – Coleta de dados

1 Organizem-se em grupos de seis integrantes.

2 Cada grupo deve se organizar para realizar a pesquisa com uma das turmas do Ensino Médio da escola.

3 Estabeleçam critérios para selecionar os representantes da turma que farão parte da pesquisa. Para ter uma boa amostra da turma, selecionem ao menos dez estudantes para serem entrevistados. Distribuam entre os integrantes do grupo a tarefa de entrevistar esses estudantes.

4 Os integrantes escolhidos pelos grupos devem entrar em contato com os estudantes que serão entrevistados, explicar a eles o propósito da pesquisa e combinar um dia e um local apropriados para fazer a entrevista.

5 Para a realização da entrevista no dia e local combinados, é importante levar um gravador ou um *smartphone* que tenha essa função e as perguntas anotadas. Para obter dados consistentes sobre o problema da pesquisa, é necessário que os entrevistados respondam a estas três questões:

- Na escola há oportunidade para a manifestação de interesses e de questões dos estudantes? Os professores e a direção da escola os escutam?
- Os estudantes demonstram interesse em discutir os problemas da escola e têm disposição para agir coletivamente na solução deles?
- Que mecanismos podem ser criados para que os estudantes participem das tomadas de decisão no contexto escolar e assegurem o direito de serem ouvidos?

6 Na conversa com os entrevistados, é importante também ir além dessas perguntas, com o objetivo de explorar a opinião dos estudantes em relação a outros itens que se relacionem com o ambiente escolar deles.

Parte II – Análise dos dados levantados e proposta de solução

1 Os integrantes de cada grupo, responsáveis pela realização das entrevistas, devem sistematizar o conteúdo das entrevistas por meio de um relatório que contenha as respostas obtidas.

2 Cada grupo deve se reunir para que os integrantes apresentem o relatório feito. Em seguida, deve consolidar as respostas de todos os representantes da turma pesquisada.

3 Com as respostas consolidadas, cada grupo deve expor os resultados obtidos aos outros grupos, para que seja feita uma análise coletiva. Juntos, formulem também outras perguntas:

- As respostas oferecem sugestões de incentivo e maneiras de participação dos estudantes na tomadas de decisão escolar? Quais? Houve predomínio de alguma sugestão? Qual?

4 Com base na análise realizada e nas conclusões a que chegaram, formulem uma proposta de intervenção que possibilite a participação dos estudantes nos processos de tomada de decisão escolar, estabelecedo assim um ambiente democrático e participativo.

Parte III – Ação

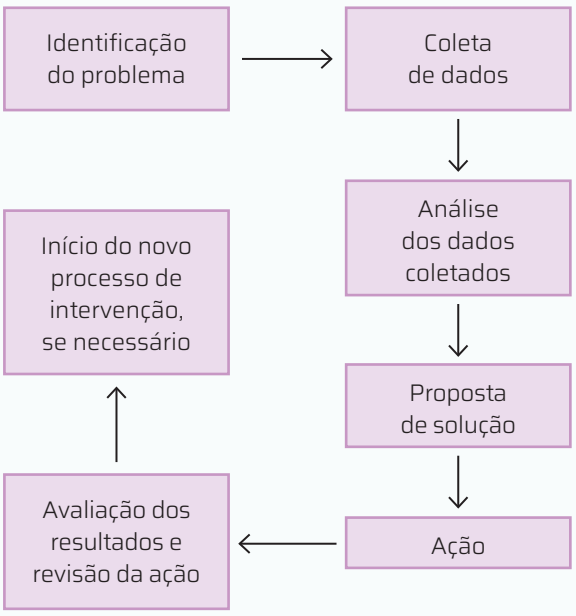
1 Organizem uma reunião com os representantes da turma que participaram da pesquisa para divulgar os resultados e explicar a ação proposta por vocês. Para isso, conversem com os professores e a direção da escola para verificar em que momento do período escolar seria possível a realização da reunião.

Não escreva no livro.

2. No dia da reunião, organizem uma roda de conversa com um representante de cada grupo de sua turma para fazer a exposição e organizar a discussão coletiva.
3. Durante a reunião, deem oportunidade para todos se manifestarem e, se for o caso, sugerirem mudanças na proposta, pois a ação será coletiva.
4. Caso não seja possível a realização da reunião, divulguem o resultado da pesquisa por meio de cartazes, que podem ser afixados no mural da escola, e recolham as sugestões para a ação por escrito, as quais podem ser depositadas em uma caixa de sugestões.
5. Ponham em prática o que for decidido, dividindo as tarefas e assegurando que a ação esteja sendo implantada da maneira acordada.

Parte IV – Avaliação dos resultados e revisão da ação

1. Depois do período de implantação da ação na escola, reúnam-se novamente com a turma para discutir os resultados. Apresentem a seguinte questão:
   - É possível identificar um ambiente mais democrático e participativo na escola?
2. Caso a resposta seja positiva, discutam como a ação pode ser aperfeiçoada e implementada.
3. Caso a resposta seja negativa, busquem identificar as razões para isso e considerem a possibilidade de iniciar um novo processo de intervenção.
4. O planejamento, a análise, a realização da pesquisa e sua implementação, bem como a avaliação dos resultados, variam conforme o contexto, mas, de maneira geral, é possível organizá-los de acordo com as etapas do diagrama a seguir, caso seja necessário reiniciar a pesquisa com novas intervenções.



Questões para discussão

1. Quais desafios vocês encontraram durante a realização da pesquisa e a implementação da proposta de ação? O que foi mais fácil e o que foi mais difícil de realizar nessa atividade?
2. A maioria dos estudantes gostaria de fazer parte das tomadas de decisão na escola em que você estuda? Se sim, quais as razões para isso?
3. Quais ações vocês consideram eficientes para garantir que o ambiente escolar seja participativo e democrático?

Comunicação dos resultados

Para que mais pessoas conheçam a pesquisa realizada por vocês, organizem um *blog* para divulgá-la. Para isso, pesquisem *sites* gratuitos para criação e hospedagem de *blogs*.

Definam as pessoas da turma que serão responsáveis pela criação da página e por fazer a postagem do material, bem como as que vão reunir o material produzido pela turma ao longo do projeto e escrever um texto explicando o processo da pesquisa e os resultados.

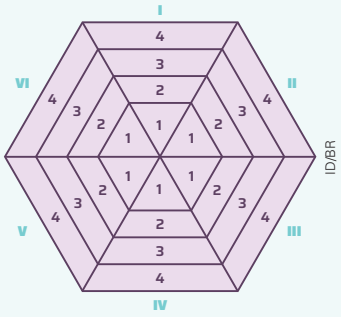
Planejem-se para, ao longo da ação, fazer registros fotográficos do processo, sempre garantindo que as pessoas fotografadas autorizem o uso da própria imagem no *blog*. As fotos tornarão as postagens mais ricas e interessantes.

Compartilhem e divulguem os textos do *blog* nas redes sociais de vocês.


Thiago Consp/ID/BR

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A



ID/BR

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	**Respostas**	**Cor indicada**
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que "Sempre" realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta I.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



ID/BR

Não escreva no livro.

PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo com os colegas e comente suas respostas às seguintes questões.

Capítulo 1 – O Estado no cotidiano

1 Consigo perceber a presença do Estado no dia a dia, com foco em transporte, saúde e educação?

2 Compreendo o processo de formação dos Estados em diferentes tempos (na América, na África e no Oriente)?

3 Entendo a relação entre a educação e o projeto de sociedade no mundo contemporâneo?

Capítulo 2 – Governo e Estado

4 Sei quais são as principais diferenças entre Estado e governo?

5 Entendo o papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas?

6 Compreendo a diferença entre público e privado na Grécia Antiga e no Brasil contemporâneo?

7 Conheço as origens da democracia na Antiguidade grega e as principais características da democracia representativa no Brasil contemporâneo?

8 Conheço a definição dos três poderes no Brasil?

9 Sei o conceito de *res publica* na Roma Antiga e as principais características da república no Brasil contemporâneo?

Capítulo 3 – Estado: o dono da força

10 Conheço a questão do porte de armas e de munições no Brasil contemporâneo?

11 Entendo o processo de centralização do poder no Estado moderno?

12 Conheço os principais pensadores do contratualismo e os desdobramentos dessas ideias nos pactos sociais atuais?

13 Entendo a importância dos debates sobre os direitos humanos (panorama histórico e principais aspectos)?

14 Compreendo a importância dos direitos humanos no mundo e no Brasil contemporâneos?

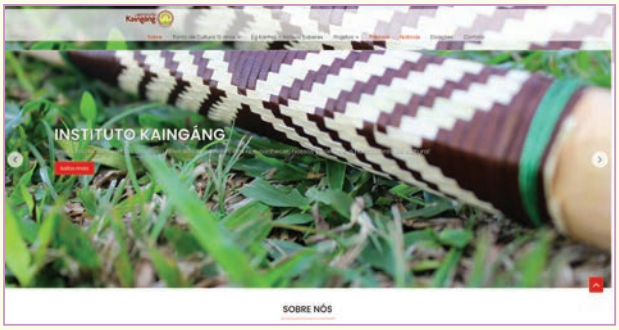


Thiago Limón/ID/BR

Não escreva no livro.

PARA IR ALÉM

Capítulo 1 – O Estado no cotidiano



Disponível em: https://institutokaingang.org.br/PINTURA-CORPORAL-KAINGANG/. Acesso em: 24 jul. 2024.

Pintura corporal kaingáng

O *site* possibilita o acesso a narrativas dos próprios indígenas, suas histórias e ações, com destaque para a pintura corporal.

Instituto Kaingáng. *Pintura corporal kaingáng*. [*S. l.*], [20--]. Disponível em: https://institutokaingang.org.br/pintura-corporal-kaingang/. Acesso em: 27 maio 2024.



Disponível em: https://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/egito-antigo/index.html. Acesso em: 24 jul. 2024.

Museu Nacional: Egito Antigo

Em setembro de 2018, o Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro (RJ), sofreu um incêndio de grandes proporções, que destruiu a maior parte de seu acervo em exibição. Itens do acervo, como alguns relacionados às práticas funerárias egípcias, ainda podem ser observados no *site* da instituição.

Museu Nacional. *Egito Antigo*. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: https://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/egito-antigo/index.html. Acesso em: 27 maio 2024.



Companhia das Letras/Arquivo da editora

Ideias para adiar o fim do mundo

O livro provoca o leitor para repensar as formas de relação não indígenas com a natureza, indicando que tal comportamento pode resultar no esgotamento dos recursos necessários à vida humana.

Krenak, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Capítulo 2 – Governo e Estado



Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/podcast/2018/09/23/democracia-no-brasil-e-no-mundo-conceitos-avancos-e-ameacas. Acesso em: 19 jun. 2024.

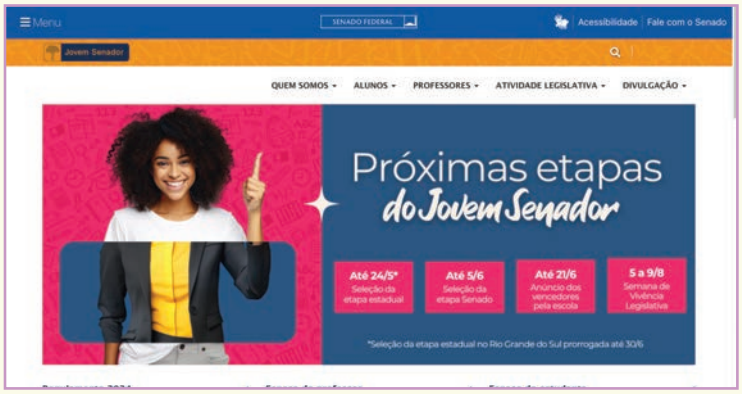
Politiquês *Podcast*

O Politiquês *Podcast* é um programa semanal do *Nexo Jornal* que mostra as ideias que movimentam o Brasil e os conceitos que estão na base do debate político atual. No epsódio # 52, apresentado por Conrado Corsalette, o tema é "Democracia no Brasil e no mundo", em que se discute a importância de preservá-la, de consolidá-la e de aperfeiçoá-la.

Politiquês *Podcast*: Democracia no Brasil e no mundo: conceitos, avanços e ameaças. [Locução de]: Conrado Corsalette. [*S. l.*]: *Nexo*, 28 dez. 2023. *Podcast*. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/podcast/2018/09/23/democracia-no-brasil-e-no-mundo-conceitos-avancos-e-ameacas. Acesso em: 2 jul. 2024.

Não escreva no livro.

Disponível em: https://www12.senado.leg.br/jovemsenador. Acesso em: 24 jun. 2024.



Senado Jovem Brasileiro

Programa do Senado que engloba o projeto Jovem Senador e o Concurso de Redação do Senado Federal. Por meio de um concurso de redação, 27 jovens brasileiros são selecionados para atuar no projeto Jovem Senador, no qual participam como jovens senadores, ativamente e durante uma semana, de atividades parlamentares no Senado Federal.

Senado Federal. *Senado Jovem Brasileiro*. Brasília, DF, 2024 . Disponível em: https://www12.senado.leg.br/jovemsenador. Acesso em: 26 jun. 2024.

Zeta Filmes/ID/BR



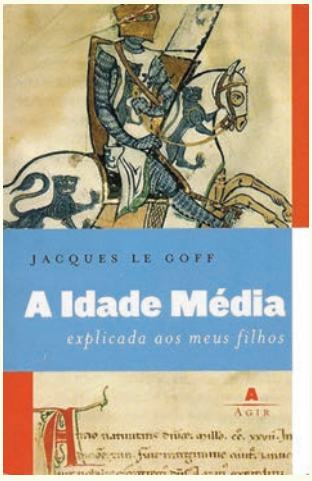
A morte de Luís XIV

O filme se passa em agosto de 1715, dentro de um quarto em Versalhes, e retrata os últimos dias de vida de um dos mais emblemáticos reis da França.

A morte de Luís XIV. Direção: Albert Serra. França, 2016 (115 min).

Capítulo 3 – Estado: o dono da força

Editora Agir/Arquivo da editora



A Idade Média explicada aos meus filhos

Nesse livro, o especialista francês em história medieval apresenta aos jovens características e curiosidades desse período histórico.

Le Goff, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. São Paulo: Nova Fronteira, 2012.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Governo Federal



Manual orientador sobre diversidade

Um dos marcos institucionais do compromisso do Estado brasileiro com os direitos humanos foi a criação de um ministério federal voltado a esses direitos. Em 2018, o órgão publicou o *Manual orientador sobre diversidade*, que aborda questões legais sobre a diversidade sexual e de gênero, dialogando sobre a discriminação, a legislação vigente e as possibilidades de ação por parte dos cidadãos.

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. *Manual orientador sobre diversidade*. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade/copy_of_ManualLGBTDIGITAL.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.

ESTADO EM TRANSFORMAÇÃO

ORGANIZAR IDEIAS

A Revolução Francesa assinalou o fim do Antigo Regime e deu novo impulso à concepção de Estado-nação na Europa e nas Américas. Durante o processo revolucionário, sistemas de governo foram reconfigurados e novas maneiras de participação política foram inauguradas no mundo ocidental. Além disso, diversos símbolos utilizados para representar questões relacionadas à soberania nacional e à luta pelos direitos dos indivíduos foram desenvolvidos.

1. **Que ideias foram postas em prática durante a Revolução Francesa e ainda podem ser identificadas nas sociedades ocidentais atuais?**
2. **No Brasil, há setores organizados da sociedade capazes de promover transformações sociais? Quais são eles? E quais são suas áreas de atuação?**



Grafite *Fraternidade, Igualdade e Liberdade* em muro de São Paulo (SP), de Eduardo Kobra. No título, o artista faz referência ao lema da Revolução Francesa. Foto de 2022. ▸

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS HISTÓRIA

UNIDADE 2

4 Direitas e esquerdas

5 Estado-nação: quem tem direito?

6 A quem serve o Estado?



Yuri Murakami/Fotoarena
© KOBRA, Eduardo/AUTVIS, Brasil, 2024

DIREITAS E ESQUERDAS

1. Você já ouviu os termos “esquerda” e “direita” em debates políticos? Em caso afirmativo, conte aos colegas o contexto em que eles foram empregados.
2. Qual é a origem do uso desses termos para expressar posições políticas? Elabore hipóteses com a turma.
3. Na *charge* apresentada a seguir, de que modo a expressão “de esquerda ou de direita” pode ser relacionada com diferentes projetos políticos?
4. Em sua opinião, quais pautas podem ser definidas como de esquerda? E quais podem ser consideradas de direita? Existem políticas comuns aos dois espectros políticos? Como elas podem impactar seu cotidiano?



Duke/Acervo do cartunista

Charge de Duke sobre o espectro político e ideológico dos termos “esquerda” e “direita”.

No Brasil, até 2014, os termos “direita” e “esquerda”, utilizados para denominar posicionamentos políticos, eram geralmente associados a dois partidos: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), respectivamente.

Fernando Henrique Cardoso (1931-), integrante do PSDB, ocupou a presidência entre 1995 e 2002 e, em seu governo, defendeu, como forma de promover o desenvolvimento nacional, a associação entre políticas de abertura econômica do país para os mercados internacionais com a diminuição da atuação do Estado na sociedade e na economia, adotando, para isso, o modelo de privatizações.

Já o PT elegeu dois presidentes da República no período entre 2003 e 2016: Luiz Inácio Lula da Silva (1945-) e Dilma Rousseff (1947-). Tanto o governo de Lula quanto o de Dilma foram caracterizados pela reafirmação do papel do Estado na manutenção do bem-estar social. Apesar da adoção de um modelo de desenvolvimento que prioriza a sociedade em detrimento da riqueza financeira, as ações desses governos não representaram um rompimento com as práticas neoliberais.

Os projetos de Estado e de sociedade adotados pelo PT e pelo PSDB não resumem a totalidade das pautas e dos projetos políticos considerados de esquerda ou de direita; e, além desses partidos, existem muitas outras nuances políticas que traduzem projetos de governo e de Estado. Por isso, no título deste capítulo, os termos aparecem no plural. Além das esquerdas e das direitas, há projetos políticos associados ao **centro**, que mesclam propostas dos dois espectros políticos em maior ou menor grau. As relações de poder, no entanto, não são determinadas apenas pelas orientações políticas. Elas também são fundamentalmente influenciadas pelas pressões de grupos e agentes sociais diversos.

Não escreva no livro.

DIREITAS E ESQUERDAS: SIGNIFICADOS ATUAIS

Direita e esquerda são definições políticas que podem estar baseadas, essencialmente, em dois critérios:

- A abordagem em relação aos **direitos dos indivíduos**.
- O **papel do Estado** na sociedade.

Com a polarização política dos últimos anos, as categorias direita e esquerda, as quais eram atribuídas, respectivamente, ao PSDB e ao PT na disputa por cargos políticos, foram sensivelmente alteradas. A dicotomia entre essas duas agremiações políticas acarretou a falsa impressão de que o cenário político era representado somente por eles, ignorando a multiplicidade de partidos existentes. Outro grande equívoco era a associação de pautas e características a apenas uma ou outra tendência política. Por exemplo, é comum que a defesa dos direitos humanos seja considerada uma pauta exclusiva de esquerda, assim como os direitos de empreender e de ter acesso a linhas de crédito vantajosas sejam considerados pautas exclusivas da direita.

No entanto, é fato que a defesa dos direitos humanos é essencial para que as pessoas tenham uma vida digna em comunidade, independentemente de sua posição política. Além disso, o acesso ao crédito gera empregos, movimentando a economia e garantindo a diversidade de negócios, a despeito da posição política dos empresários.

No Brasil, esses equívocos foram acirrados em virtude de uma polarização proveniente de uma grave crise política. Escândalos de corrupção durante as duas últimas décadas e o crescimento do conservadorismo no mundo resultaram em uma reelaboração política no país. Para muitos especialistas, o auge foi o ano de 2016, quando ocorreu o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, do PT.

Juca Varella/Agência Brasil



Muro que dividiu manifestantes no dia da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, em Brasília (DF). Foto de 2016.

Desde então, outras manifestações surgiram, algumas delas reivindicando a criação de dispositivos antidemocráticos, como o retorno do **Ato Institucional nº 5**, o fim do Estado laico, a crítica à liberdade de imprensa e a negação de pesquisas e dados científicos.

Baseados em discursos ultraliberais, meritocráticos e religiosos fundamentalistas, movimentos considerados de **extrema-direita** defendem a criminalização dos movimentos sociais de diferentes matizes. Isso culminou, entre outros fatores, na vitória de Jair Messias Bolsonaro (1955-), do Partido Liberal (PL), contra Fernando Haddad (1963-), do PT, nas eleições presidenciais de 2018. As eleições dos anos seguintes foram marcadas pela polarização entre esquerda e extrema-direita, inclusive nas instâncias estaduais e municipais.

REFLEXÃO

Ato Institucional nº 5 (AI-5)

Os Atos Institucionais (AI) foram dispositivos utilizados pelos dirigentes do país durante a ditadura militar a fim de criar meios de intervir na legislação sem a aprovação de outras instâncias do poder. Publicado em 1968, o AI-5 é considerado um dos mais polêmicos. Entre suas determinações estavam a possibilidade de fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias, além da suspensão do direito à livre manifestação e dos direitos políticos, bem como do ***habeas corpus***. Essas determinações são contrárias à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), documento elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, do qual o Brasil é signatário.

1. **Busque, na internet, os cinco primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e explique por que o Ato Institucional nº 5 representa o não cumprimento desse documento internacional.**

***habeas corpus*:** ação judicial com o objetivo de proteger o direito de liberdade de locomoção quando ela é restringida ou ameaçada.

Não escreva no livro.

ORIGENS HISTÓRICAS: REVOLUÇÃO FRANCESA

A aplicação dos termos "direita", "centro" e "esquerda" às práticas políticas surgiu no contexto da Revolução Francesa, processo que modificou as estruturas políticas e sociais da França entre 1789 e 1799.

No período anterior à revolução, o sistema de organização social francês, característico do Antigo Regime, baseava-se na desigualdade entre os indivíduos. Porém, no final do século XVIII, os estamentos já não eram homogêneos. O **terceiro estado**, por exemplo, era composto não somente de camponeses, mas de uma camada social urbana, trabalhadora ou marginal, chamada de *sans-culottes*, e da burguesia.

A desigualdade de privilégios entre esses grupos sociais gerou, no final do século XVIII, diversas desavenças entre os membros do terceiro estado, que desejavam maior autonomia política e econômica, e os membros dos demais estados (clero e nobreza), que pretendiam manter seus privilégios. Em razão dessas desavenças, iniciaram-se diversas revoltas populares em todo o país.

Esse movimento culminou com a tomada e a destruição da Bastilha, antiga prisão, símbolo do poder real, em 14 de julho de 1789. Pouco depois, a Assembleia formada pelos revolucionários proclamou a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, documento que, mais tarde, foi utilizado como base por outros países em todo o Ocidente para estabelecer noções de respeito às liberdades individuais, à propriedade privada, à dignidade, à resistência à opressão política, ao reconhecimento da cidadania e à igualdade dos cidadãos perante a lei.

Como resposta às tentativas externas de barrar o movimento revolucionário e como consequência das grandes proporções que as transformações alcançaram, as lideranças revolucionárias conseguiram abolir oficialmente a monarquia e proclamar a república na França, em 1792.

Ao clamor do lema "Liberdade, igualdade e fraternidade", o qual inaugurou os conceitos de igualdade jurídica, soberania do povo e liberdade de direitos de propriedade, essas ideias se espalharam pelo Ocidente, onde encontraram eco em contextos diversos, que as reinterpretaram de acordo com a própria realidade.



Stephane De Sakutin/AFP/Getty Images

As olimpíadas e paraolimpíadas de 2024 foram realizadas em Paris, França. Os mascotes oficiais dessa edição foram inspirados no gorro frígio, um símbolo histórico de liberdade que remete à Revolução Francesa. Na foto, eles posam na praça dos Direitos Humanos, em frente à Torre Eiffel.

INTERAÇÃO

1. **A Revolução Francesa impactou o modo de pensar de grande parte do mundo ocidental. Em sua opinião, por que os símbolos da Revolução Francesa ainda hoje são resgatados recorrentemente?**

Não escreva no livro.

A República francesa

Com o novo sistema de governo, dissolveu-se a Assembleia e criou-se a **Convenção Nacional**, cuja principal função era elaborar uma Constituição para a nova república.

O primeiro período republicano francês é denominado Convenção e foi caracterizado pela atuação política de girondinos e jacobinos. Os **girondinos** eram representantes da alta burguesia, defendiam posições moderadas e temiam perder o controle dos rumos políticos, caso as camadas populares assumissem o controle da revolução. No plenário, o grupo se sentava à direita da presidência. Os **jacobinos** eram representantes da pequena e da média burguesia, bem como dos trabalhadores de Paris, e defendiam posições mais radicais, que correspondiam ao interesse popular. Eles se sentavam à esquerda da presidência.

Portanto, o sentido político dos termos **direita** e **esquerda** se originou das ideias defendidas por esses dois grupos e às posições que ocupavam no lugar destinado às discussões políticas. Os desdobramentos e os limites dessas ideias revolucionárias serão objeto de estudo a seguir.

REFLEXÃO

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

O texto que você vai ler é um trecho de um documento do Iluminismo que define os direitos individuais e coletivos dos homens como universais.

Art. 1º – Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º – A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3º – O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Art. 4º – A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

[...]

Art. 6º – A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

[...]

Art. 14º – Todos os cidadãos têm direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, a necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração.

[...]

Art. 17º – Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html. Acesso em: 20 maio 2024.



Museu Carnavalet, Paris, França. Fotografia: ID/BR

Gravura anônima do século XVIII sobre a cobrança de impostos na França pré-revolucionária.

1. Leia atentamente os artigos transcritos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e observe a gravura acima. Ambos são importantes documentos históricos da França do século XVIII. Explique quais relações podem ser estabelecidas entre essas fontes.

Contradições da revolução

Os ideais dos revolucionários franceses reverberaram no mundo ocidental. Liberdade, igualdade e fraternidade passaram a figurar como valores fundamentais, especialmente entre as alas mais progressistas das sociedades europeias e americanas do século XIX. No entanto, a distância entre discurso e prática evidencia as contradições de sociedades em transformação.

No artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, lê-se: "Os homens nascem e são livres e iguais em direitos". Outro documento importante, a **Declaração de Independência do Estados Unidos**, de 1776, afirma algo semelhante: "Todos os homens são criados iguais e são dotados por Deus de certos direitos fundamentais". Ainda assim, enquanto essas declarações de liberdade e de reconhecimento de direitos eram proclamadas nesses e em outros países, elas conviviam com a permanência do escravismo.

No contexto francês, a abolição da escravidão em todos os seus territórios, europeus e além-mar, foi determinada em 1794; porém, a escravidão foi retomada em 1802 por Napoleão Bonaparte e novamente extinta em 1848. No contexto estadunidense, o conteúdo da declaração não impediu a manutenção da escravidão até a Guerra Civil (1861-1865) e a elaboração de leis que restringiram o acesso à cidadania plena, conhecidas como Jim Crow, e que vigoraram entre os anos finais do século XIX e a segunda metade do século XX.

Segundo informações levantadas e auferidas pelo Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravizados, há registros do tráfico transatlântico de africanos escravizados entre 1514 e 1866. Nesse contexto, o século XVII configura-se como o ápice desse sistema, por apresentar o maior volume de viagens. Assim, ao longo de quatro séculos, milhões de africanos foram sequestrados e enviados para a América, a fim de garantir o desenvolvimento da produção colonial, e, em menor proporção, para a Europa.

Os valores de igualdade, liberdade e fraternidade são considerados **valores civilizatórios** e ainda hoje se fazem presentes na identidade das sociedades do mundo ocidental. Apesar disso, são muitas vezes evocados de maneira incorreta para justificar ações e situações que os contradizem. Um exemplo disso foram os ataques ao editorial do jornal satírico francês *Charlie Hebdo*, em 7 de janeiro de 2015. Alguns dias antes, o jornal havia feito uma publicação que ofendeu indivíduos e grupos islâmicos. No entanto, o jornal se recusou a publicar uma nota de desculpas, alegando liberdade de expressão. Como retaliação, grupos extremistas organizaram um atentado ao editorial, no qual 12 pessoas morreram.



Loic Venance/AFP/Getty Images

Homem segura um cartaz com a inscrição "Liberdade", um dos lemas da Revolução Francesa, durante manifestação em memória às vítimas do atentado ao jornal *Charlie Hebdo*, na França, em 2015.

Não escreva no livro.

Liberdade e escravização de africanos

Por que, então, a estrutura escravista foi mantida em meio à efervescência revolucionária que propunha liberdade? Uma resposta possível a essa pergunta é que, além de manter a produtividade de acordo com as lógicas coloniais (sem o pagamento de salários, por exemplo), a manutenção do tráfico atlântico por um período tão longo, com o envolvimento de diferentes países no processo, justificava-se também pela alta lucratividade da atividade.

Nos debates historiográficos contemporâneos, é possível identificar diferenças fundamentais entre a escravidão moderna e o escravismo da Antiguidade, bem como o praticado por reinos africanos, como o do Congo. Entre as principais diferenças, destaca-se o fato de a escravidão moderna ter transformado o escravismo em uma atividade comercial bastante rentável, somada à tentativa de anular a humanidade dos indivíduos escravizados, o que não ocorreu de forma plena nem na legislação – como se pode notar no texto a seguir –, nem na prática cotidiana.

Estatuto jurídico da escravidão no Brasil

O paradoxo de os escravos serem, juridicamente, coisa e pessoa ao mesmo tempo persistiu durante toda a vigência da escravidão brasileira. De fato, segundo o direito colonial português, o escravo era considerado um bem semovente, definido em termos jurídicos como uma coisa, privado de direitos, impedido de possuir propriedade e incapaz de manter qualquer obrigação. No entanto, o mesmo *corpus* legislativo que permitia a um homem a posse e propriedade por outro, negava aos senhores o direito de vida e morte sobre seus escravos, punia aqueles que os castigavam em demasia e considerava que o escravo devia responder pessoalmente pelos crimes que porventura viesse a cometer. Assim, no que se refere à lei penal, o escravo era uma pessoa, que tinha responsabilidades por seus atos. Por eles, podia ser levado à Justiça, ser julgado e condenado, bem como sofrer sanções diretas.

Mattos, Hebe; Grinberg, Keila. Código Penal Escravista e Estado. *In*: Schwarcz, Lilia Moritz; Gomes, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 171-172.

Portanto, as ideias filosóficas e políticas vigentes no século XVIII não impediram a manutenção do tráfico e da escravidão, sendo o Brasil o último país da América a abolir o uso da mão de obra escravizada.

Em contrapartida, essas ideias incentivaram revoltas como as que viabilizaram a **independência do Haiti**. Em 1791, nessa colônia francesa, rebeldes destruíram plantações, saquearam engenhos e assassinaram colonos. Tratava-se de um processo de independência conduzido por escravizados, sob a liderança de Toussaint-Louverture (1743-1803) e de Jean-Jacques Dessalines (1758-1806), ambos ex-escravizados. A independência do Haiti foi reconhecida oficialmente pela França somente em 1825, mediante pagamento de indenização.

Para alguns historiadores, o processo revolucionário da porção ocidental da ilha de São Domingos, posteriormente chamada de Haiti, representa a concretização dos ideais de "liberdade, fraternidade e igualdade", o que possibilitou a alcunha dos revolucionários de "jacobinos negros" pelo historiador e ensaísta Cyril Lionel Robert James (1901-1989), mas também implicou o isolamento internacional, inclusive em relação aos países da América, que assistiam com receio ao protagonismo da população negra no processo de emancipação.

Gravura de Auguste Raffet (1804-1860), publicada em 1839, que retrata uma das batalhas entre os rebeldes do Haiti e o exército colonial francês.



Coleção particular. Fotografia: ID/BR

A LIBERDADE INAUGURADA APÓS A REVOLUÇÃO

Enquanto a religião católica influenciou com maior força o imaginário ocidental, a ideia de liberdade esteve amplamente associada à alma e à vida pós-terrena. O grande agente transformador da ideia de liberdade foi a Revolução Francesa, que modificou a perspectiva do que era ser livre, atribuindo um sentido físico ao termo.

Durante o século XVII, os filósofos **iluministas** já haviam debatido sobre o conceito de liberdade. Nesse cenário, John Locke (1632-1704) defendia a existência primeira de um estado de natureza em que os seres humanos viviam em perfeita liberdade e sem nenhuma espécie de subordinação. Nesse contexto, como os indivíduos eram juízes de si mesmos e dos outros, houve a necessidade de regulação e organização em sociedades políticas. Dessa forma, eles renunciaram ao seu poder natural de justiça e liberdade, atribuindo ao governo a responsabilidade de garantir a liberdade e a propriedade. De maneira semelhante, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) defendia que, na natureza – sem a organização de um Estado e sem propriedades –, os indivíduos são livres, virtuosos e amorais. No entanto, quando eles passam a se organizar em sociedade, distanciam-se dessas características, o que gera a opressão, o caos e a necessidade do contrato com o Estado, que define a liberdade civil e a garantia da propriedade.

Inspirados no Iluminismo, os franceses afirmavam que a liberdade se materializava em princípios jurídicos e práticos. De acordo com essa perspectiva, fazem parte da concepção de liberdade um Estado regulado por uma Constituição e o fim tanto da servidão quanto do caráter hereditário do poder e dos privilégios de nascimento. Esse modo de compreender a liberdade estava presente na concepção burguesa, que surgiu na Europa do período. Tratava-se, portanto, de uma liberdade baseada no individualismo, assim como nas liberdades de ir e vir, de se expressar, de comprar, de vender e de dispor da força de trabalho do melhor modo.

Embora o Iluminismo tenha norteado as políticas do Estado a partir da Revolução Francesa, essa não foi a única forma de compreender a liberdade no século XIX. Comunidades fora do circuito de influência dos ideais burgueses mantiveram a ideia de liberdade atrelada ao senso de comunidade, como os Giriama, população étnica da região costeira do atual Quênia, para a qual ser livre é pertencer à própria comunidade e ter o apoio dela. Há, ainda, muitos povos indígenas brasileiros que consideram a coletividade a expressão da liberdade.

A ideia de liberdade não poderia ser considerada do mesmo modo pelas pessoas que ainda viviam sob dominação escravista. Para elas, a liberdade não era vista como uma possibilidade de comprar ou vender, mas como uma maneira de pôr fim à sujeição que as vinculava a um senhor.

REFLEXÃO

A liberdade tem muitos sentidos

O historiador Sidney Chalhoub (1957-) apresenta, no trecho a seguir, múltiplos sentidos para a liberdade entre os escravizados e os ex-escravizados no Brasil.

> […] A liberdade pode ter representado para os escravos, em primeiro lugar, a esperança da autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas. Não a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de empregos e o valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém. […]
>
> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 80.

1. **Forme um grupo com mais dois colegas. Em seguida, pesquisem outros sujeitos históricos, de períodos diferentes, e o conceito de liberdade para cada um deles. Reflitam sobre o que encontrarem. Por fim, observem as possibilidades de compreensão do conceito de liberdade.**

Não escreva no livro.

Liberdade no Ocidente contemporâneo

Ao longo do século XX, as concepções de liberdade formuladas anteriormente não foram abandonadas, mas agregadas a uma nova noção caracterizada pela oposição ao Estado, compreendido, em muitos contextos, como opressor e inimigo do indivíduo. Essa perspectiva surgiu no contexto histórico marcado pelo questionamento da estrutura colonial e pelo aumento da resistência a ela. A teoria da **desobediência civil**, elaborada por Henry Thoreau (1817-1862), por exemplo, influenciou a prática política de líderes como Mahatma Gandhi (1869-1948), na Índia, e Martin Luther King Jr. (1929-1968), nos Estados Unidos.



Historic Collection/Alamy/Fotoarena

Martin Luther King Jr. saúda a multidão durante a Marcha sobre Washington, Estados Unidos. Essa marcha foi um marco para os direitos civis dos afro-americanos. Foto de 1963.

Na virada do século XX para o XXI, o pensamento sobre liberdade contou com novos elementos. Atualmente, em um contexto de proximidade entre as pessoas, viabilizada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, e de sociedades pautadas no consumo como modo de ser e de se colocar no mundo, a liberdade de escolha tem sido questionada por intelectuais que propõem as seguintes problematizações: Há liberdade de escolha ou nossas escolhas estão pautadas por desejos? Esses desejos são naturais ou construídos fora de nós? Quais são os interesses embutidos nesses desejos criados e disseminados?

Para refletir sobre essas questões, é necessário considerar o papel das mídias e das redes sociais na atualidade. Por isso, é importante analisar a capacidade dessas mídias de incentivar, nas mais diferentes faixas etárias e classes sociais, determinados comportamentos.

Diante de tantas considerações, surge a pergunta: Somos realmente livres? Antes de responder a ela, é necessário ponderar diferentes aspectos. Sobre esse debate, o filósofo alemão Dirk Stederoth (1968-), professor de Filosofia no Instituto de Filosofia da Universidade de Kassel, Alemanha, propõe uma análise de **três dimensões da liberdade**.

Dimensão dos níveis cognitivos

A liberdade refere-se ao amadurecimento do indivíduo. Uma criança, por exemplo, tem, em tese, menos liberdade do que um adulto, que vai conquistando a liberdade de decidir o que fazer à medida que envelhece.

Dimensão dos quatro níveis de ação

A liberdade como ação seria empreendida em quatro níveis: motivação, planejamento, execução e avaliação.

Dimensão do escalamento e da responsabilidade

A liberdade relaciona-se com os processos subjetivos de cada indivíduo no momento de tomar decisões. Trata-se do mais dinâmico dos níveis.

ID/BR

Dirk Stederoth analisou essas dimensões com base em trabalhos de diferentes filósofos, psicólogos e antropólogos, sintetizando o debate sobre a questão da liberdade da seguinte maneira:

> Examinando os diversos períodos da História da Filosofia em que o problema da liberdade da vontade dos seres humanos foi filosoficamente tratado, encontramos uma persistente estereotipia: até os dias de hoje, para a questão se o ser humano é livre ou não, surge igualmente, de forma reflexiva, um horizonte de resposta dual: sim ou não. Resumidamente: ou existe liberdade ou não existe [...]. Outras formas de resposta, como "mais ou menos", "tanto livre como também não livre", parecem de início excluídas.
>
> Stederoth, Dirk. Somos livres... mais ou menos: sobre o desenvolvimento sistemático dos graus de liberdade. *Veritas,* Porto Alegre, v. 58, n. 3, p. 528-544, 2013.

INTERAÇÃO

1. **Com base no que foi visto sobre os conceitos de liberdade até o momento, pense em como você responderia à pergunta: Você é realmente livre? Converse sobre isso com a turma.**

Não escreva no livro.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Revolução Industrial foi um processo que alterou as formas de produção, as relações de trabalho, o consumo, o comércio, os meios de comunicação e de transporte, bem como o ritmo de vida das pessoas. As transformações que se iniciaram na Inglaterra por volta de 1760 espalharam-se aos poucos e em diferentes medidas por diversas localidades do globo, formando um mercado mundial que integrou a produção e o consumo em larga escala. Essas transformações foram responsáveis por impulsionar a transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial. Algumas condições favoreceram a arrancada inglesa na Revolução Industrial.

No século XVII, a Inglaterra era uma grande potência naval e marítima muito influente nos mercados mundiais, incluindo os de colônias submetidas a outros Estados. Nesse contexto, o país passou por uma dupla revolução – a Revolução Puritana e a Revolução Gloriosa –, que ampliou o poder político e econômico da burguesia, grupo social que estava em ascensão na Europa desde o final da Idade Média. Essa foi também a época em que as monarquias europeias praticavam o mercantilismo, isto é, buscavam ao máximo acumular riquezas, obter metais preciosos, fortalecer o poder de seus Estados, explorar colônias, exportar seus produtos e expandir os mercados consumidores. Tais condições permitiram à Inglaterra acumular uma quantidade de capital para investir nas indústrias nascentes.

Além disso, a modernização da agricultura inglesa contribuiu para as transformações que impulsionaram a industrialização. Na Inglaterra, a criação de ovelhas e a produção de lã eram atividades econômicas importantes. A necessidade de ampliar os campos de criação de ovelhas para atender à crescente demanda de exportação de tecidos levou ao **cercamento** das terras e à expulsão de grande parte dos camponeses das áreas rurais em direção às cidades, o que formou um imenso contingente de trabalhadores desempregados, disponível para o emprego nas fábricas. O incremento das técnicas agrícolas e o uso de ferramentas mais eficazes também contribuíram tanto para a migração de camponeses para as cidades quanto para o aumento da produção de alimentos, capaz de sustentar uma população que crescia e se avolumava nos centros urbanos.



Photo12/Universal Images Group/Getty Images

Fiação de algodão com máquinas automáticas movidas por força hidráulica ou a vapor. Gravura de cerca de 1835.

Somam-se a isso outros fatores importantes: o desenvolvimento das manufaturas e a divisão de trabalho no interior delas, que permitiram o aumento da produção e a introdução de máquinas no processo. As máquinas, que inicialmente eram manuais e só podiam ser acionadas pela força humana ou animal, tornaram-se aos poucos mais complexas e mecanizadas, dando início ao **sistema de maquinofatura**.

A divisão do trabalho foi o fator decisivo para o aumento da produção de mercadorias nas manufaturas, depois nas maquinofaturas e indústrias. Como a produção foi dividida em tarefas parcelares, o trabalhador deixou de dominar todo o processo e de deter o conhecimento técnico, e o produto de seu trabalho passou a ser o resultado da soma das ações em série do conjunto de trabalhadores reunidos por um empresário em uma fábrica.

REFLEXÃO

As transformações das formas de produção

O livro *A riqueza das nações*, do economista Adam Smith (1723-1790), publicado pela primeira vez em 1776, serviu de base teórica para a expansão do capitalismo industrial, o que fez dele um clássico do liberalismo econômico.

1. Leia o trecho a seguir e, em seguida, responda às questões propostas.

> Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas.
>
> SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. I, p. 68.

a. Qual é o fator destacado pelo inglês Adam Smith para o aumento da produtividade?

b. Como o autor explica o aumento da produtividade?

Não escreva no livro.

Os meios de produção e o proletariado

Anteriormente, no sistema artesanal e doméstico, os trabalhadores detinham o controle de todo o processo de trabalho, as matérias-primas, os instrumentos e as mercadorias. Com o surgimento da figura do empresário, opera-se uma grande transformação nas relações de trabalho. O empresário torna-se o dono do local de trabalho, das mercadorias e dos **meios de produção**, isto é, das máquinas, dos instrumentos e das matérias-primas, passando a controlar o tempo e o ritmo das atividades dos trabalhadores. O novo grupo social formado pelos assalariados das indústrias nascentes, o **proletariado**, já não dispõe do conhecimento técnico e do resultado da produção; para garantir sua subsistência, vê-se forçado a vender sua força de trabalho em troca de um salário. O proletariado emerge nesse contexto como uma força social capaz de se organizar e lutar pela conquista de direitos.

O aumento da produção têxtil e a ampliação de mercados consumidores mundiais geraram a necessidade de mais matérias-primas. No entanto, a lã produzida na Inglaterra já não era suficiente para atender à demanda. Assim, as colônias inglesas na América (atuais Estados Unidos), produtoras de algodão, passaram a fornecer matéria-prima para as indústrias têxteis inglesas. Com o algodão, era possível produzir tecidos mais baratos e mais leves do que os produzidos com a lã, bem como atender ao vasto mercado consumidor na Europa e nas colônias ultramarinas da América, da África e da Ásia, para onde os produtos ingleses eram escoados.



William Edward Kilburn/CC0

Manifestação que reuniu milhares de trabalhadores organizados pelo movimento cartista em Londres, Inglaterra, em 1848. No início da industrialização, o movimento cartista lutou por direitos trabalhistas e políticos, incluindo o sufrágio universal masculino, a proteção ao trabalho infantil, a jornada de trabalho de dez horas, entre outros. Fotografia tirada logo após o invento dos primeiros sistemas fotográficos.

Inovações tecnológicas

A mecanização promovida pela **Primeira Revolução Industrial** ocorreu nos teares, com a aplicação do motor a vapor, aperfeiçoado por James Watt (1736-1819), em 1769, à indústria têxtil. Com a queima de carvão, a água transformada em vapor causava o movimento das máquinas por meio da conversão de energia térmica em energia mecânica. Em pouco tempo, essa tecnologia foi aplicada aos meios de transporte, em trens e navios a vapor, mudança que agilizou a comunicação e o deslocamento de pessoas e mercadorias.

A partir da **Segunda Revolução Industrial**, na segunda metade do século XIX, o carvão deixou de ser a principal fonte de energia utilizada, cedendo lugar ao petróleo e à energia elétrica. A invenção do aço nesse período foi fundamental para o barateamento da construção das linhas férreas e máquinas. Outra invenção importante foi o motor de combustão interna, que funcionava com derivados do petróleo e possibilitou o desenvolvimento dos automóveis. A invenção do **dínamo**, em 1870, viabilizou a produção de energia elétrica, o que revolucionou a vida dos habitantes das cidades, com a utilização de iluminação tanto pública quanto nas casas e nas fábricas. Nesse momento, alguns inventos também revolucionaram a comunicação, como a fotografia, o cinema, o rádio e o telefone.

dínamo: aparelho que produz energia elétrica por meio de indução eletromagnética.

Durante a **Terceira Revolução Industrial**, ocorrida a partir da década de 1950, surgiram a tecnologia eletrônica, os primeiros computadores e a internet. Recentemente, iniciou-se a **Quarta Revolução Industrial**, com o desenvolvimento da inteligência artificial, da internet das coisas, da impressão 3-D e de outras tecnologias digitais que estão transformando cada vez mais a produção de conteúdo e a comunicação, bem como a difusão de informações.

Não escreva no livro.

REVOLUÇÃO RUSSA

No início do século XX, a Rússia era um imenso e populoso império, que reunia territórios dos continentes europeu e asiático. Contava com a monarquia absolutista como forma de governo e uma economia fundamentalmente agrária, que ainda não havia impulsionado o desenvolvimento industrial, como alguns países europeus fizeram a partir dos séculos XVIII e XIX. Os imperadores russos eram chamados de czares; por isso, o regime ficou conhecido como **czarista**. O czar governava de modo autoritário e centralizava o poder nas próprias mãos, nos moldes do absolutismo.

A monarquia absolutista, a falta de democracia, a desigualdade social e econômica, a grande concentração de terras pertencente a uma elite agrária minoritária e a situação de pobreza em que se encontravam os camponeses e os operários provocaram na população russa um descontentamento crescente.

Os trabalhadores, principalmente os que moravam nas cidades, começaram a organizar greves e manifestações. Em janeiro de 1905, as contradições se acirraram após a derrota da Rússia na guerra contra o Japão por territórios da China, aprofundando a crise econômica e as condições de pobreza da população. Nesse mesmo ano, os trabalhadores organizaram os **sovietes**, conselhos formados por trabalhadores eleitos em determinados locais de trabalho e em bairros, que lutavam por direitos trabalhistas e sociais, pela liberdade de imprensa, pelo direito de voto e pela elaboração de uma constituição democrática.

As manifestações populares e a organização dos trabalhadores, os sovietes, foram duramente reprimidas. Muitos foram mortos pelas tropas czaristas, e os sovietes foram extintos. No entanto, sob fortes pressões políticas, o czar resolveu ceder em alguns pontos e convocou eleições para o Parlamento, chamado de Duma. Porém, o ambiente era restrito e não permitia oposições ao regime.

Alguns anos depois, em 1914, iniciou-se a Primeira Guerra Mundial, e a entrada da Rússia no conflito levou o país a uma crise econômica ainda maior. Os gastos bélicos, de um lado, e a fome enfrentada pela maioria dos trabalhadores russos, de outro, impulsionaram a reorganização dos sovietes e as reivindicações populares em 1917.

Diante desse cenário, em março desse ano, o czar renunciou ao poder. Foi instaurado um governo provisório sob o comando de membros da Duma, em que foram reconhecidos direitos trabalhistas – como a jornada de trabalho de oito horas – foi concedida anistia aos presos políticos e foram legalizados os partidos no país. No entanto, as principais reivindicações dos sovietes não foram implantadas, como a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial e a reforma agrária.



Fine Art Images/Heritage Images/Getty Images

Greve de trabalhadores em São Petersburgo, em meio ao processo revolucionário na Rússia, em fevereiro de 1917.

Não escreva no livro.

Do czarismo ao socialismo na União Soviética

Nessa conjuntura, Vladimir Lênin (1870-1924), líder bolchevique da ala mais radical do Partido Operário Social-Democrata Russo, que se encontrava exilado por perseguições políticas do regime anterior, retornou ao país em abril de 1917. Leon Trótsky (1879-1940), líder do soviete de Petrogrado (antiga cidade de São Petersburgo), assim como Lênin, se tornou dirigente do partido bolchevique, que defendia a derrubada do governo provisório, a tomada de poder pelos sovietes e a revolução socialista sob o lema "paz, pão e terra". A revolução ganhou apoio popular e saiu vitoriosa. Assim, os sovietes tomaram o poder na Rússia em outubro de 1917 (ou novembro, no calendário gregoriano ocidental), instituindo o primeiro governo socialista da história.

Logo após a revolução, o governo decretou a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial, a estatização de empresas estrangeiras, a expropriação de terras e bens da burguesia agrária e industrial, a distribuição de terras para os camponeses pobres, a nacionalização de estradas de ferro e bancos e o controle da produção industrial pelos sovietes.

A situação gerou forte reação dos adversários internos e externos do regime, dando início a uma guerra civil entre 1918 e 1921. Formou-se o Exército Vermelho, responsável por defender os interesses populares e a revolução, e o Exército Branco, constituído por forças czaristas, aristocráticas e burguesas e apoiado por países como França, Estados Unidos, Japão e Inglaterra.



Coleção particular. Fotografia: ID/BR

Cartaz soviético de 1920 com os seguintes dizeres: "O que a Revolução de Outubro deu à mulher trabalhadora e camponesa". Alguns dos inscritos nos edifícios são: "Biblioteca", "Jardim de infância", "Escola para adultos".



Bridgeman images/Easy Mediabank

Vladimir Lênin em um carro de patrulha militar bolchevique, em Petrogrado, Rússia, durante a guerra civil entre os exércitos Vermelho e Branco, em outubro de 1917.

O Exército Vermelho saiu vitorioso, mas em 1921 a economia russa estava arrasada, a população enfrentava uma grave crise de abastecimento e a agricultura e a indústria encontravam-se estagnadas. Para superar a crise, o Partido Comunista, que controlava o Estado, implantou a Nova Política Econômica, que tinha como objetivo desenvolver a agricultura para estimular o abastecimento das populações das cidades, o que favoreceria o avanço da indústria russa. O governo também financiou a indústria de base, a criação de cooperativas agrícolas e a educação pública, entre outras medidas. Em 1922, a Rússia passou a se chamar União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Após a morte de Vladimir Lênin em 1924, ocorreu uma intensa disputa política entre dois dirigentes com visões distintas acerca da condução do regime revolucionário: Leon Trótsky e Josef Stálin (1878-1953). O primeiro acreditava que a revolução socialista deveria se difundir e ganhar dimensões mundiais, enquanto o segundo defendia o fortalecimento do regime no país. Stálin saiu vitorioso e governou a União Soviética de 1924 a 1953. Trótsky foi perseguido e assassinado em seu exílio no México, em 1940, assim como muitos outros líderes e críticos do regime que denunciavam a **burocratização do Estado** e a falta de liberdade.

burocratização do Estado: processos que visam garantir a ordem e a eficiência na administração pública.

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 **Um relatório produzido pela organização não governamental Human Rights Watch (HRW) e divulgado em 2024 aponta que mais de 649 mil pessoas estavam privadas de liberdade até junho de 2023, excedendo em 34% a capacidade prisional no Brasil. Foram constatados também superlotação, condições insalubres, punições coletivas e maus-tratos (incluindo tortura) em oito estados brasileiros. Considerando essas informações, responda: Essa realidade está de acordo com a Constituição Federal de 1988? Quais poderiam ser os motivos para a incidência tão elevada de crimes? Escreva sobre isso no caderno e, depois, leia suas ideias para os colegas.**

2 **Leia o texto a seguir e faça o que se pede.**

Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não cidadãos. Esclareço os conceitos. Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual.

Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 9.

a) Para o autor, a cidadania se resume ao ato de votar e ser votado?

b) Identifique, com os colegas, as características dos direitos políticos e sociais.

c) Considerando as características de uma cidadania plena, reflita com os colegas sobre a seguinte questão: A população brasileira atual é plenamente cidadã?

3 **Retome as reflexões feitas ao longo do capítulo sobre o conceito de liberdade e, em seguida, responda:**

a) O que é liberdade para você?

b) Em sua comunidade, todos podem ser considerados livres? Explique.

4 **Retome a *charge* da abertura deste capítulo e responda às perguntas. Em seguida, compartilhe suas respostas com a turma.**

a) Quais visões políticas são veiculadas pela *charge*?

b) De acordo com suas convicções e a situação da comunidade na qual você vive, com quais projetos políticos você mais se identifica? De que modo esses projetos poderiam impactar sua vida?

5 Leia o texto a seguir sobre as invenções e a transformação da produção durante a Revolução Industrial. Depois, responda às questões.

A primeira invenção que transformou profundamente a situação dos trabalhadores ingleses foi a *jenny*, construída em 1764 pelo tecelão James Hargreaves, de Stanhill, junto de Blackburn, no Lancashire do Norte. Essa máquina foi o antepassado rudimentar da *mule*, inventada mais tarde; funcionava manualmente, mas, ao invés de um só fuso, como na roda comum de fiar à mão, tinha dezesseis ou dezoito, acionados por um só operário. Dessa forma, tornou-se possível produzir muito mais fio: se antes um tecelão ocupava sempre três fiandeiras, não contava nunca com fio suficiente e tinha de esperar para ser abastecido, agora havia mais fio do que o número dos trabalhadores ocupados podia processar. [...] Gradativamente, a classe dos tecelões-agricultores foi desaparecendo, sendo de todo absorvida na classe emergente dos exclusivamente tecelões, que viviam apenas de seu salário e não possuíam propriedade, nem sequer a ilusão de propriedade que o trabalho agrícola confere – tornaram-se, pois, proletários [...].

[...]

O movimento da indústria, porém, não se deteve. Alguns capitalistas começaram a instalar *jennys* em grandes prédios e a acioná-las por força hidráulica, o que lhes permitiu reduzir o número de operários e vender o fio a preço menor que os fiandeiros isolados, que movimentavam manualmente suas máquinas. A *jenny* foi sucessivamente aperfeiçoada, de tal modo que as máquinas logo se tornavam antiquadas, devendo ser transformadas ou mesmo abandonadas – e se o capitalista podia subsistir com máquinas obsoletas, graças ao emprego da força hidráulica, em longo prazo isso era impossível para o fiandeiro isolado.

Engels, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 48-50. (Coleção Mundo do Trabalho; Coleção Marx e Engels).

a) Segundo o autor, como a máquina apelidada de *jenny* alterou significativamente o processo de produção têxtil na Inglaterra no período da Revolução Industrial?

b) Com base no texto, como os capitalistas da indústria têxtil inglesa se beneficiaram das invenções tecnológicas do século XVIII?

Não escreva no livro.

6 **Leia o trecho a seguir, do jornalista e escritor Victor Serge (1890-1947), que acompanhou momentos importantes da Revolução Russa.**

Em janeiro de 1917, a alta dos preços superava sensivelmente a dos salários (na proporção de 130 a 163); a produção diminuía. O enorme esforço exigido da Rússia pelos aliados [na Primeira Guerra Mundial], que teve seu auge em 1916, deixava o país exaurido. Inflação. Deterioração das estradas de ferro. Crise de abastecimento. O pão e o combustível iam faltar na capital. O governo, sobrecarregado pela especulação, procurava em vão taxar os víveres e regularizar a vida econômica. […]

A revolução surge nas ruas, descendo das fábricas com milhares de operários grevistas, aos gritos de "Queremos pão! Queremos pão!". Impotentes, as autoridades os viram chegar. Evitar a crise não estava a seu alcance. A confraternização das tropas com as manifestações operárias nas ruas de Petrogrado levou a cabo a queda da autocracia (25-27 de fevereiro de 1917). A rapidez dos acontecimentos surpreende as organizações revolucionárias, embora tenham estado trabalhando em sua preparação.

SERGE, Victor. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Ensaio, 1993. p. 52.

a) Como o autor caracterizou a crise que antecedeu a Revolução Russa e que impulsionou a revolta popular?

b) Segundo o texto, como o processo revolucionário na Rússia é iniciado e quem são os principais sujeitos que participam ativamente nesse momento?

7 **(FGV)**

Na sua faceta mais radical, a Revolução Francesa promoveu uma certa redistribuição de terra, por meio de medidas como a venda dos bens nacionais. Entretanto, nesse processo de construção de uma ordem jurídica burguesa, o fim da escravidão não seria, no final das contas, incluído. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, trazia, no seu artigo 1º, o princípio segundo o qual "os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos". Mas a história revolucionária mostrou que essa fórmula clássica do liberalismo político foi capaz de gerar, de imediato, posturas contraditórias entre os diferentes atores históricos do período, que interpretavam os termos *liberdade* e *igualdade* à luz de suas próprias aspirações e interesses.

Laurent Azevedo Marques de Saes. *A Societé des Amis des Noirs e o movimento antiescravista sob a Revolução Francesa (1788-1802)*. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, USP. 2013. Adaptado.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

a) a Revolução Francesa, embora conduzida em nome de princípios universais de liberdade e igualdade, acabou incorporando a escravidão colonial na nova ordem jurídica, sem que essa instituição tivesse sido posta em discussão nem sequer no período mais radical do processo revolucionário, no momento no qual os jacobinos tentaram dirigir os rumos da revolução.

b) os princípios de liberdade e igualdade, para a maioria dos homens nas assembleias revolucionárias, não encontravam fronteiras ou limites ditados pela condição da França de potência colonial, mas representavam valores universais a serem difundidos inclusive para a América a partir de Paris, ainda que a ascensão de Napoleão tenha freado a propagação das ideias revolucionárias.

c) o império colonial francês à época girava em torno da "pérola das Antilhas", São Domingos (futuro Haiti), colônia que havia projetado a França para o topo do mercado internacional de produtos tropicais e que transformou o sucesso da produção caribenha na base da riqueza burguesa dos portos franceses, o que não impediu que jacobinos e *sans-culottes* defendessem a abolição e a independência colonial desde julho de 1789.

d) a questão colonial evidenciava, sob certos aspectos, os limites da Revolução Francesa, liberal e burguesa, pois dentro da ótica mercantilista que orientou a economia francesa desde o século XVII, a prosperidade da Nação dependia da balança comercial favorável e, nesse sentido, o papel do comércio com as colônias e da reexportação dos produtos proporcionados por esse comércio era visto como capital.

e) a restauração da escravidão nas colônias, ocorrida em 1799 por ordem de Bonaparte depois da abolição em 1789, por exigência dos revolucionários, teve como desdobramento o levante negro no Haiti, em que se lutava simultaneamente pela abolição da escravidão e pelo rompimento dos laços coloniais com a França, resultando na independência do Haiti, primeiro a libertar os escravos no continente americano.

AMPLIANDO

O QUE É REVOLUÇÃO, AFINAL?

A Revolução Francesa é considerada um dos grandes marcos da história ocidental e configura-se como uma das temáticas mais revisitadas por historiadores e demais pesquisadores, que, a cada nova análise, buscam compreender melhor sua complexidade à luz de diferentes perspectivas, documentos e questionamentos.

A importância atribuída a esse processo se deve, em grande medida, à forma como ele inaugura ideias, conceitos e práxis – isto é, práticas unidas à teoria – que, ainda hoje, mais de duzentos anos depois, influenciam nossa concepção de sociedade e Estado.



Biblioteca Nacional da França, Paris, França. Fotografia: ID/BR

A queda da Bastilha, 14 de julho de 1789, de Jean-Pierre Houël, século XVIII. Óleo sobre tela.

Um dos aspectos de destaque no contexto dessa revolução refere-se ao questionamento da ideia de distinções naturais entre os seres humanos, característica das sociedades feudais, em favor da ideia de igualdade. Apesar disso, as diversas análises sobre esse processo histórico revelam uma grande diversidade de entendimentos acerca da igualdade, que, por sua vez, influenciaram os projetos revolucionários do período.

Sobre esses entendimentos e projetos revolucionários, o historiador Jorge Grespan (1959-) comenta:

> E a trajetória da Revolução pode ser exposta quase como um embate em torno das variações sobre o tema da igualdade. Se inicialmente havia aristocratas defendendo seus privilégios tradicionais, logo se forma o consenso que leva os franceses para além do resultado alcançado pela Revolução Inglesa de 1688: todos passam a concordar quanto à necessidade de extinguir as diferenças de *status* entre plebeus e nobres, proclamando sua igualdade jurídica. Isso ia além inclusive do proposto no *Espírito das Leis*, escrito quarenta anos antes e para o qual a aristocracia ainda teria um papel importante a desempenhar.

Não escreva no livro.

É o sentido clássico da palavra "revolução" que se afirma nesse momento: um círculo em que a sociedade imita as órbitas dos astros, e através do qual ocorre o retorno a uma situação original, "natural", usurpada por uma tirania. Trata-se nesse sentido de garantir a liberdade individual e a igualdade perante a lei. Em geral, os historiadores que destacam a relevância dessas realizações "burguesas" da Revolução Francesa se atêm a esse conceito e a esse momento do processo, responsável pela abolição definitiva da feudalidade, pela integração do mercado interno e do território nacional, acontecimentos que permitem a expansão do capitalismo no século XIX.



Jorge Grespan/Acervo do cedente

O historiador e filósofo Jorge Grespan é um dos principais estudiosos brasileiros da teoria da História. Foto de 2019.

Mas o debate entre os revolucionários não parou aí. Os problemas decorrentes da guerra contra as potências europeias que desejavam destruir a Revolução, bem como do desabastecimento e da alta dos preços, que levavam grande parcela da população à fome, propiciaram o surgimento de uma prática distinta. Jacobinos e "enraivecidos" acreditam não ser possível, em tais condições, tentar implantar o "*laissez-faire*". Eles revelam, com isso, a concepção de que a propriedade deveria ser social e não jurídica, almejando a criação de uma sociedade de pequenos proprietários, mediante uma distribuição de riquezas que minimizasse as diferenças entre ricos e pobres. Mas eles enfrentam uma pesada oposição dos liberais e a discussão se radicaliza mais uma vez. É um momento extremamente rico de discussão que nem o Terror conseguiu sufocar, no bojo do qual surge o segundo sentido para a "revolução", conservado até hoje: a volta, o círculo do movimento revolucionário, significa agora muito mais colocar a antiga ordem de pernas para o ar, subvertendo sua estrutura social e criando no seu lugar uma nova.

Formaram-se assim os diversos partidos ou grupos de opinião e atuação, cada qual com seu programa, que se burilava à medida que era criticado pelos rivais. Por isso a discussão e a legislação nas sucessivas Assembleias constituía uma instância fundamental no processo revolucionário. Nela o fazer político foi além de meramente aplicar as ideias dos antigos filósofos. [...]

É o confronto dos diferentes projetos que determina o andamento da Revolução. Dentro das condições sociais em que ela se deu e às quais reagiu, muitas propostas se apresentaram e nenhuma delas podia ser considerada de antemão vitoriosa. Findo o processo, naturalmente os historiadores partem dos resultados – sobre os quais, aliás, sempre há divergências – para encontrá-los já desde o começo e considerá-lo então como causa, ou para através deles afirmar o caráter dominante do processo todo. No entanto, no mesmo momento em que a Revolução ocorre, todas as possibilidades estão em aberto. Foi deste jogo de forças que o Iluminismo foi levado às suas últimas consequências e desdobrado em novos conceitos, que superaram o marco dos "direitos naturais" e alcançaram uma definição inédita da sociedade e da política.

A nova prática que assim nascia tocava no ponto nevrálgico da sociedade capitalista no instante em que ela se articulava, pondo sob a saudável suspeita iluminista a instituição da propriedade privada, cujos limites e relação com o interesse social eram objeto de debate e discórdia.

GRESPAN, Jorge. *Revolução Francesa e Iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 104-105.

1 **O que você entende por revolução?**

2 **Pesquise o significado da expressão francesa *laissez-faire* e relacione-a aos ideais liberais no contexto da Revolução Francesa.**

3 **Diferencie, com suas palavras, os projetos de revolução mencionados por Grespan no excerto que você leu.**

4 **Considerando seus conhecimentos a respeito da sociedade do Antigo Regime, qual dos projetos revolucionários você considera mais efetivo? Por quê?**

5 **Você considera que as distinções sociais que caracterizavam a distribuição de acessos e privilégios nas sociedades do Antigo Regime foram de fato superadas nos tempos atuais? Explique.**

CAPÍTULO 5 CAPÍTULO 5 CAPÍTULO 5

ESTADO-NAÇÃO: QUEM TEM DIREITO?

1. Considerando seus conhecimentos sobre as migrações no contexto atual, como você analisa o respeito à soberania dos povos nos processos de domínio protagonizados pelas nações imperialistas?
2. A relação das nações industrializadas que disputavam entre si o domínio de novos territórios e fontes de matérias-primas com os povos de regiões por elas colonizadas foi bastante conturbada. Como essa política imperialista se relaciona às ondas migratórias intensificadas a partir da década de 2000?

O declínio do modo de vida feudal promoveu, a partir do século XV, a ascensão do poder monárquico na Europa ocidental, que transformou os modos de organização social e política no continente.

A saída dos camponeses das terras senhoriais em direção às cidades provocou o aumento da população nos centros urbanos. Começaram a se formar, então, instituições monárquicas – que cuidavam do comércio, das finanças e da cobrança de impostos – e exércitos de proteção de riquezas e territórios, com o intuito de administrar a vida em sociedade que se consolidava nesses centros urbanos.

Nesse contexto, desenvolveram-se estruturas de Estado que se consolidaram econômica, política e militarmente na Europa, conquistando territórios que se tornariam novos Estados e protagonizando movimentos comerciais e de formação de identidades nacionais.

No século XIX, os Estados nacionais como são conhecidos atualmente já haviam se estabelecido como forma de organização social na Europa. Fora do continente europeu, outras nações, como os Estados Unidos e o Japão, também despontavam economicamente. Iniciou-se, então, um movimento comercial que impulsionou a corrida de algumas nações europeias por conquistas territoriais em outros continentes, resultando na imposição de sua soberania econômica e cultural a muitos povos, especialmente da África, da Ásia e do Oriente Médio.

Iniciava-se o imperialismo, processo em que grandes potências econômicas protagonizaram guerras com povos nativos e entre si com o intuito de aumentar seu acesso a matérias-primas, mão de obra e mercado consumidor para as indústrias em ascensão. O historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) afirma que, nesse período, cerca de 25% do território global estava sob domínio de nações imperialistas.

No final do século XIX e ao longo do século XX, diversas revoltas e movimentos de independência se desenvolveram nas regiões dominadas por potências imperialistas. Esses movimentos culminaram na formação de novas nações em um cenário de extrema instabilidade política. Muitas delas vivem conflitos até hoje, seja por disputas políticas e territoriais internas, seja por disputas por mercado com as grandes nações. Essas populações vivem há muito tempo em situação de guerra e vulnerabilidade e, como consequência desse contexto, protagonizaram, a partir da década de 2000, um novo e importante movimento migratório global em busca de melhores condições de vida.



Migrantes de diferentes nacionalidades africanas resgatados durante tentativa de travessia do mar Mediterrâneo com destino à Europa. Foto de 2023.

Jose Colon/Anadolu Agency/Getty Images

Não escreva no livro.

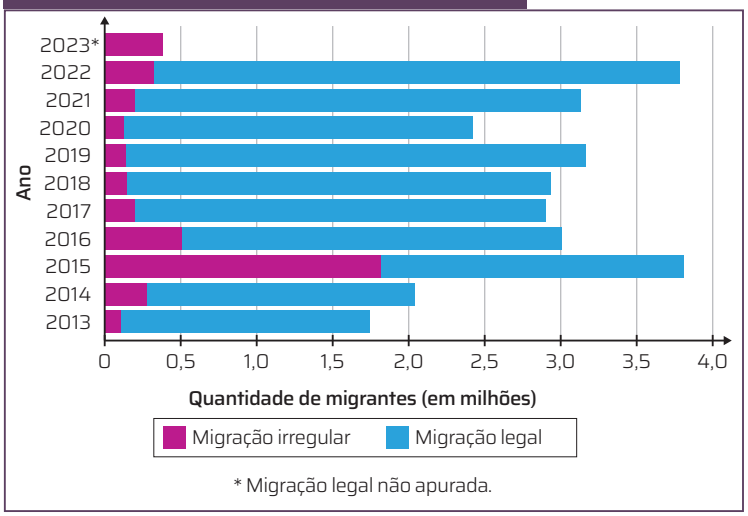
IMIGRANTES, REFUGIADOS E XENOFOBIA NA EUROPA: O CONTINENTE ACOLHE OU EXCLUI?

Nas décadas de 2000 e 2010, intensificaram-se os conflitos políticos, territoriais e culturais em muitos países do continente africano, em alguns países asiáticos e, principalmente, nos países do Oriente Médio. A guerra civil na Síria, especialmente, foi a causadora de muitos conflitos no mundo árabe, o que contribuiu para uma intensa onda migratória em direção à Europa.

Entre 2007 e 2011, um grande número de pessoas vindas da África e do Oriente Médio em busca de refúgio cruzou a fronteira entre a Turquia e a Grécia. Em 2015, outra grande leva de refugiados atravessou as fronteiras da Turquia com a Bulgária para entrar na União Europeia. Os governos desses países destinatários, nas duas ocasiões, construíram cercas com o intuito de barrar as migrações, o que gerou grandes debates sobre a situação dos refugiados e o tratamento europeu em relação a estes. Nesse período, inúmeros grupos de refugiados buscaram chegar à Europa através do mar, pela costa da ilha de Lampedusa, na Itália, e por outras rotas.

Atualmente, muitos dos refugiados que tentam entrar na Europa de modo ilegal enfrentam condições extremas de fome e atravessam desertos e mares em busca de melhores condições de vida. Segundo a Agência das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), os principais causadores de deslocamento forçado em 2023 foram a Guerra na Ucrânia e os conflitos no Sudão, na República Democrática do Congo e em Mianmar. A crise humanitária no Afeganistão e eventos climáticos extremos na Somália também colaboraram para a migração em massa para a Europa.

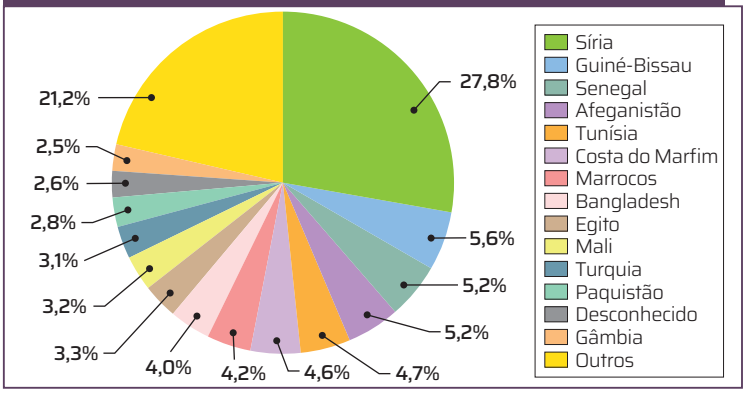
FLUXO MIGRATÓRIO PARA A EUROPA (2013-2023)



Renan Oracici/ID/BR

Fonte de pesquisa: Estatísticas sobre os fluxos migratórios para a Europa. *Comissão Europeia*, [*s. l.*], [20--]. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/statistics-migration-europe_pt# refugiados-na-europa. Acesso em: 20 maio 2024.

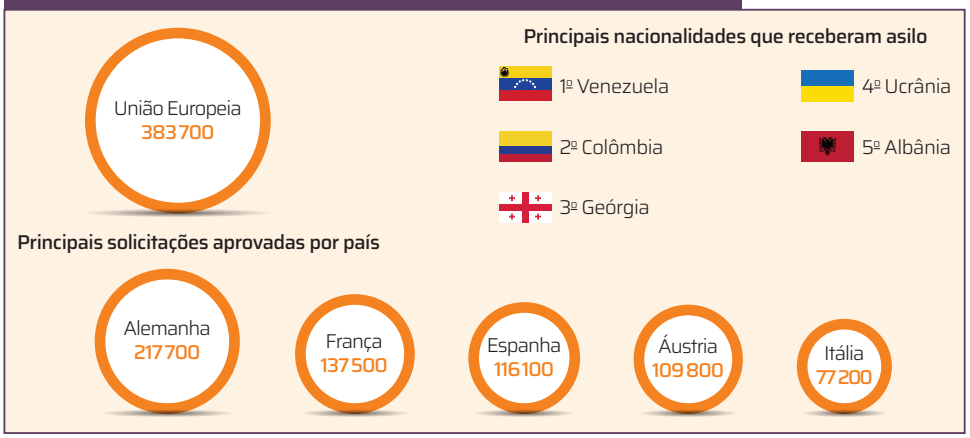
ENTRADA IRREGULAR NA UNIÃO EUROPEIA (JANEIRO-AGOSTO 2023)



Renan Oracici/ID/BR

Fonte de pesquisa: Estatísticas sobre os fluxos migratórios para a Europa. *Comissão Europeia*, [*s. l.*], [20--]. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/statistics-migration-europe_pt# refugiados-na-europa. Acesso em: 20 maio 2024.

SOLICITAÇÕES DE REFÚGIO APROVADAS PELA UNIÃO EUROPEIA (2022)



Renan Oracici/ID/BR

Fonte de pesquisa: Estatísticas sobre os fluxos migratórios para a Europa. *Comissão Europeia*, [*s. l.*], [20--]. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/statistics-migration-europe_pt# refugiados-na-europa. Acesso em: 20 maio 2024.

A xenofobia na Europa atual

A princípio, com a intensificação da chegada de imigrantes, a população europeia mostrou-se temerosa em relação à possibilidade de perder o emprego diante do aumento populacional e da mão de obra disponível. Inicialmente, os ataques aos imigrantes foram justificados por esse julgamento, mas, depois, passaram a expressar traços crescentes de nacionalismo e **xenofobia**.

xenofobia: sentimento de hostilidade e ódio em relação a pessoas estrangeiras.



Adri Salido/Anadolu Agency/Getty Images

Apesar de migrarem em busca de melhores condições de vida, os refugiados nem sempre as encontram. Muitas pessoas que recebem asilo em outros países têm formação superior, porém ocupam postos de trabalho informais, com baixa remuneração e que requerem pouca qualificação. Na foto, mulher imigrante marroquina colhe morangos na Espanha, em 2022.

Pesquisadores interpretam reações como essas como um apego dos cidadãos nacionais à ideia de que são donos do Estado-nação em que nasceram e vivem e com o qual se identificam, conforme veremos adiante. Esse apego é agravado pelo preconceito em razão das diferenças étnicas, culturais e religiosas dos imigrantes, o que pode ser interpretado como um resquício do ideário racista colonial e sua relação com os povos conquistados – por exemplo, os africanos.



Mark Kerrison/In Pictures/Getty Images

Manifestantes antirracistas com faixa em que se lê, em tradução livre: "Bem-vindos, refugiados. Basta à extrema-direita", em Londres, Inglaterra. Foto de 2024.

INTERAÇÃO

1. **No Brasil, há situações semelhantes às abordadas nas imagens? Você conhece algum exemplo no município, no estado ou na região onde mora? Explique.**

Em 2023, houve inúmeras ondas de refugiados que chegaram a países europeus, aos Estados Unidos e até mesmo ao Brasil fugindo dos contextos de guerra e miséria de seus países de origem.

Não escreva no livro.

A IDEIA DE NAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO LIBERAL

A formação do **Estado liberal** só pode ser compreendida por meio da análise da Revolução Francesa, que ocorreu em 1789. Naquele contexto, aliadas às ideias iluministas, desenvolveram-se as noções de liberdade e autonomia individual. O questionamento do poder monárquico e a ampliação da influência popular nas decisões políticas culminaram na derrubada da monarquia e na proclamação de uma república na França. Entre os teóricos do Iluminismo, surgiram aqueles que se ocuparam da discussão sobre a economia, como John Locke, que acreditava na liberdade como um direito inerente a todos os seres humanos desde o nascimento e que, por isso, deveria ser garantida e protegida pelo Estado.

As ideias iluministas contribuíram para o desenvolvimento do liberalismo econômico, que, presente na França desde o século XVIII, se fortaleceu como uma teoria da liberdade política e econômica e pregava, em suas origens, a plena liberdade de mercado. Dessa forma, defendia o direito inalienável à propriedade, à consciência e à livre manifestação do pensamento. Para os liberais, o Estado deveria garantir o direito à liberdade individual e não interferir nas atividades do mercado, que deveria se autorregular. No contexto da ascensão do liberalismo, consolidava-se também o nacionalismo, um movimento que floresceu no século XIX e se caracterizou pela afirmação de sentimentos de identidade cultural, étnica e territorial. Segundo esse movimento, cada nação deveria ser um Estado independente, livre do domínio estrangeiro, com autonomia política e comercial.

Esses processos desencadearam o surgimento do **liberalismo nacional** na Europa, marcado pela forte identificação das populações com suas nações. Nesse cenário, os Estados nacionais passaram a tomar medidas para se consolidar de forma independente e soberana em suas posições econômicas. O nacionalismo impulsionou as unificações da Itália e da Alemanha no século XIX e as lutas de independência das colônias europeias. Ele está presente ainda hoje na forma de reconhecimento e senso de pertencimento do povo em relação à nação.

Hulton Archive/Getty Images



O nacionalismo foi a peça-chave para a consolidação do nazismo na Alemanha, endossando a ideia de soberania alemã e servindo de justificativa para o Holocausto. Na imagem, Adolf Hitler (1889-1945), líder do Partido Nazista, sendo recebido por apoiadores em Nuremberg, Alemanha. Foto de 1933.

INTERAÇÃO

1. Considere a definição de liberalismo e, em seguida, reflita sobre os benefícios ou os malefícios da não regulamentação, pelo Estado, da economia de um país.

Não escreva no livro.

HAITIANOS NO BRASIL

Como analisamos no capítulo anterior, o Haiti foi palco da primeira revolução independente de uma colônia na América, protagonizada por ex-escravizados, que acabaram por fundar uma república. Esse contexto ocasionou uma série de embargos econômicos internacionais que tornaram difícil a vida dos haitianos no fim do século XIX e durante o século XX.

Em 12 de janeiro de 2010, um terremoto de grandes proporções, com epicentro próximo à capital haitiana Porto Príncipe, trouxe consequências catastróficas para a população do país. Segundo a Cruz Vermelha, cerca de 3 milhões de pessoas foram afetadas pela tragédia e 316 mil morreram, o que representa mais de 3% da população local.

O Haiti, que já era um dos países mais pobres do mundo e com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo das Américas, não teve condições de se reconstruir nem de restabelecer as condições de vida da população, o que provocou o aumento considerável de imigrações.



Dirceu Portugal/Fotoarena

Atualmente, diversas cidades brasileiras têm recebido grande número de trabalhadores haitianos que, não raro, são hostilizados por moradores locais. Na foto, mulher haitiana colhe tomate preto em uma propriedade rural em Ponta Grossa (PR), em 2024.

Em 2010, o Brasil era um dos principais destinos dos haitianos, que se direcionaram especialmente para o estado de São Paulo e para a Região Sul. Nesse mesmo ano, o Brasil recebeu formalmente 595 imigrantes haitianos e, em 2016, o número já havia subido para mais de 40 mil. De acordo com a Acnur, em 2023, mais de 160 mil haitianos viviam em território brasileiro.

A vinda crescente de haitianos ao Brasil está relacionada, entre outros fatores, à presença brasileira no Haiti desde 2004, quando o governo brasileiro enviou tropas em decorrência de sua participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), que interferiu na economia e na organização social haitianas sob o pretexto de combater a insegurança no país após a crise que forçou a saída do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide (1953-).

A imigração haitiana é considerada hoje um dos maiores fenômenos migratórios recentes vivenciados pelo Brasil, o que gerou e ainda gera muitas discussões sociais e políticas sobre o acesso a empregos e as possibilidades econômicas de acolhimento dessa população em situação de vulnerabilidade.

Não escreva no livro.

ESTADO LIBERAL E SOCIEDADE

Hoje, grandes discussões giram em torno dos limites da atuação dos governos nacionais em questões sociais e econômicas. Adam Smith (1723-1790), economista, filósofo e um dos principais teóricos favoráveis ao liberalismo econômico, defende, em sua obra *A riqueza das nações*, publicada em 1776, a não intervenção do Estado no mercado. Suas teorias foram a base para a consolidação da economia de grandes nações como a França e a Inglaterra, que, assim como outros Estados em ascensão, derrubaram suas monarquias ao longo dos séculos XVIII e XIX, iniciando seus processos de industrialização.

Até os primeiros anos do século XX, a presença comercial no mundo ocidental dos Estados que adotaram posturas liberais, especialmente o Reino Unido e os Estados Unidos, foi hegemônica. Apesar disso, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a grande crise econômica de 1929, a economia liberal, até então bem-sucedida, foi posta em xeque, abrindo brechas para novas formas de atuação dos Estados. Na obra *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicada em 1936, o economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) defende o intervencionismo parcial do Estado na economia, e suas ideias foram aplicadas nos Estados Unidos.

Nos países europeus, uma proposta parecida, pensada pelo economista sueco Gunnar Myrdal (1898-1987), foi posta em prática, originando um tipo de intervencionismo estatal chamado *welfare state* (Estado de bem-estar social). Nesse modelo, o governo é responsável pela promoção e pela manutenção da estabilidade e do bem-estar político e social. O esquema a seguir mostra as principais diferenças entre essas duas propostas de intervenção estatal.



As políticas de *welfare state* implantadas entre 1950 e o fim da década de 1970 nos grandes Estados europeus estabilizaram as economias e possibilitaram que esses países se recuperassem dos estragos resultantes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), havendo grande diminuição da pobreza no período.

Apesar disso, a crise econômica que assolou diversos países, a partir da década de 1980, chamou a atenção para a necessidade de repensar as políticas adotadas por nações economicamente robustas. Iniciou-se, então, a execução de uma série de medidas liberalizantes, que incluíam abertura comercial, privatização de empresas estatais, redução dos gastos públicos e aumento de impostos, originando um novo momento econômico, em que a maioria dos países se tornou, em menor ou maior escala, liberal.

Não escreva no livro.

IMPERIALISMO: O PROJETO COLONIALISTA EUROPEU

Colonialismo significa o domínio de uma minoria estrangeira sobre uma maioria nativa que vive em um território. Dessa forma, consiste em uma imposição de soberania política e cultural dos dominadores sobre os dominados, com a supressão da organização social nativa para a instalação de formas de vida e produção estrangeiras.

Nesse sentido, as primeiras investidas europeias sobre outros continentes, como o africano e o americano, ocorreram no século XV e podem ser entendidas como o início do colonialismo europeu. Os territórios conquistados nesse período foram anexados pelas nações dominantes, uma medida vista por alguns pesquisadores como um ponto importante da dominação colonial.

O imperialismo, por sua vez, relaciona-se diretamente com as formas de atuação do colonialismo e é, muitas vezes, considerado um desdobramento da dominação colonial. Trata-se de um processo que se desenvolveu a partir do século XIX, em decorrência da expansão de grandes potências econômicas para territórios ainda não conquistados, a princípio por meio da força militar e, depois, pela imposição de determinadas estruturas políticas, jurídicas, econômicas e sociais nas áreas conquistadas e sob tutela.

Diferentemente do que ocorreu no século XV, nessa nova conjuntura, as potências europeias não aumentaram seus limites territoriais, mas, sim, a propagação de seus poderes para além das fronteiras políticas.

O imperialismo pode ser entendido como uma nova forma de colonialismo – neocolonialismo – ou, ainda, como um novo passo do processo secular de conquistas coloniais protagonizadas pela Europa. Essa forma de dominação consolidou-se no século XX, quando as potências industrialmente desenvolvidas passaram a controlar a cultura e a economia de outros territórios. Nesse contexto, a independência política das nações dominadas foi formalmente respeitada, mas as potências hegemônicas instauraram guerras em prol da abertura e do controle dos mercados dessas nações.

A resistência africana



Boureima Hama/AFP/Getty Images

Desde 2013, quase 5 mil militares franceses foram enviados a Mali, Burkina Faso, Chade, Mauritânia e Níger com a pretensão de combater o terrorismo. Porém, as sucessivas e violentas intervenções despertaram forte sentimento antifrancês no continente africano. Na foto, retirada forçada de tropas francesas do Níger, em 2023.

OS IMPÉRIOS COLONIAIS DO FINAL DO SÉCULO XIX



João Miguel A. Moreira/ID/BR

A projeção apresenta distorção na área e na forma, principalmente ao se distanciar da linha do Equador.
Fonte de pesquisa: Vicentino, Cláudio. *Atlas histórico*: geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2011. p. 136-137.

Não escreva no livro.

POVOS INDÍGENAS: ESTRANGEIROS NA PRÓPRIA TERRA?

Atualmente, ser estrangeiro vai além da identificação territorial ou geográfica e da ideia de alguém que vive em um lugar distante ou diferente da localidade onde nasceu. O grande aumento do acesso à informação, o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte e a intensificação dos fluxos migratórios modificaram o que até então entendíamos como fronteiras, bem como as definições culturalmente elaboradas do que é ser estrangeiro.

Ser estrangeiro nos dias de hoje, muitas vezes, tem mais relação com o modo de ser e perceber-se em determinado lugar e contexto, considerando o acesso a bens e serviços concebidos como vitais para a dignidade e para boas condições de vida, do que com a vivência em um território distinto daquele de origem.

No contexto dos povos indígenas brasileiros, é possível compreender que, ao longo dos últimos quinhentos anos, esses povos têm lutado para criar estratégias de sobrevivência e resistência cultural e de manutenção de seu modo de vida contra o domínio de suas terras originárias e o apagamento de sua história e legitimidade.

Leia, a seguir, o trecho de um artigo da jornalista Eliane Brum sobre o assunto.



Annette Riedl/picture alliance/Getty Images

Cacique Raoni é um líder caiapó. Ele é conhecido internacionalmente por sua luta pela preservação do meio ambiente e dos povos indígenas. Na foto, Raoni é recebido pelo presidente alemão Frank-Walter Steinmeier no Palácio de Bellevue, Berlim, Alemanha, em 2023.

A volta dos indígenas à pauta do país tem gerado discursos bastante reveladores sobre a impossibilidade de escutá-los como parte do Brasil que [tem] algo a dizer não só sobre o seu lugar, mas também sobre si. Os indígenas parecem ser, para uma parcela das elites, da população e do governo, algo que poderíamos chamar de "estrangeiros nativos". É um curioso caso de xenofobia, no qual aqueles que aqui estavam são vistos como os de fora. Como "os outros", a quem se dedica enorme desconfiança. No processo histórico de estrangeirização da população originária, os indígenas foram escravizados, catequizados, expulsos, em alguns casos dizimados. Por ainda assim permanecerem, são considerados entraves a um suposto desenvolvimento. A muito custo foram reconhecidos como detentores de direitos, e nisso a Constituição de 1988 foi um marco, mas ainda hoje parecem ser aqueles com quem a sociedade não índia tem uma dívida que lhe custa reconhecer e que, para alguns setores [...], seria melhor dar calote. Para que os de dentro continuem fora é preciso mantê-los fora no discurso. [...]

Entre os exemplos mais explícitos está a tese de que não falam por si. Aos estrangeiros é negada a posse de uma voz, já que não podem ser reconhecidos como parte. [...]

Brum, Eliane. Índios, os estrangeiros nativos. *Época*, Rio de Janeiro, 15 ago. 2013. Disponível em: https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/07/indios-os-estrangeiros-nativos.html. Acesso em: 21 maio 2024.

INTERAÇÃO

1. **Sobre o lugar atual dos povos indígenas na sociedade brasileira, responda às questões a seguir.**
   a) O que significava ser estrangeiro no passado e o que significa ser estrangeiro atualmente?
   b) Quais aspectos influenciaram essa mudança de conceito?
   c) De acordo com Eliane Brum, por que os povos indígenas se sentem estrangeiros em uma terra que pertence a eles por direito?

ATIVIDADES

1 **Leia e analise a manchete a seguir. Depois, responda ao que se pede.**

REPORTAGEM

ONU: imigrante vive xenofobia no Brasil e desmonta mito de país acolhedor

ID/BR

Chade, Jamil. ONU: imigrante vive xenofobia no Brasil e desmonta mito de país acolhedor. *UOL*, São Paulo, 28 jun. 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/06/28/onu-estrangeiro-vive-xenofobia-no-brasil-e-desmonta-mito-de-pais-acolhedor.htm#:~:text=%22Estamos%20alarmados%20com%20os%20relatos,covid%2D19%22%2C%20denunciam. Acesso em: 16 jul. 2024.

a) Qual problema social é abordado na manchete? Você já presenciou algum evento desse tipo em seu cotidiano? Comente com a turma.

b) Por que tem ocorrido a chegada em massa de refugiados ao Brasil?

2 **A questão indígena contemporânea evidencia a relação entre os usos socioculturais da terra e a migração de povos tradicionais para áreas urbanas. Faça uma busca na internet sobre notícias relacionadas às situações indicadas no texto citado. Em seguida, elabore um texto sobre o tema pesquisado.**

[...] A escassez de alimentos, o desmatamento e o avanço das cidades sobre as matas são alguns fatores que motivaram povos tradicionais a migrar para áreas urbanas. [...]

Apesar de buscar melhores condições de vida na cidade, a maioria dos indígenas vive em situação de pobreza, tem dificuldade de conseguir emprego e a principal renda vem do artesanato. [...]

Paiva, Bianca; Heinen, Maíra. Indígenas na cidade: pobreza e preconceito marcam condição de vida. *Agência Brasil*, Brasília, 19 abr. 2017. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/indigenas-na-cidade-pobreza-e-preconceito-marcam-condicao-de-vida. Acesso em: 21 maio 2024.

3 **Considerando o imperialismo e os fluxos migratórios recentes no mundo, que relações as nações imperialistas estabeleceram com os territórios ocupados?**

4 **(Uncisal)**

O [liberalismo] afirma, convictamente, que o mundo seria melhor – mais justo, racional, eficiente e produtivo – se nele reinasse, soberana, a livre iniciativa, se as atitudes econômicas dos indivíduos (e suas relações) não fossem limitadas por regulamentos e monopólios, estatais ou corporativos.

Moraes, Reginaldo C. Corrêa de. Liberalismo clássico: notas sobre sua história e alguns de seus argumentos. Campinas, *Textos Didáticos*, n. 40, p. 1-42, jan. 2000 (adaptado).

As principais críticas ao liberalismo apontam:

a) a ineficiência do capital em lidar com as relações de poder e as trocas internacionais de mercadorias e serviços.

b) a sua capacidade de superar o Estado como organizador das políticas públicas e controlador das relações de produção.

c) sua fixação no desejo de aumento da produção e bem-estar material e o desprezo às necessidades espirituais do homem.

d) o excesso de riqueza na mão de poucos como estopim de revoltas populares e desequilíbrio político nas nações mais jovens.

e) a sua incapacidade de atender às demandas sociais dos menos favorecidos e a possibilidade de exploração gananciosa da mão de obra.

5 **(UFPE) A expansão capitalista no século XIX ficou conhecida como imperialismo, e o domínio dos países europeus sobre a África e a Ásia foi denominado neocolonialismo. Sobre o resultado da junção desses dois fenômenos – o imperialismo e o colonialismo – na África e na Ásia, é correto afirmar que:**

a) O imperialismo e o neocolonialismo ajudaram os povos africanos e asiáticos a saírem de seu atraso secular, possibilitando-lhes o acesso ao progresso.

b) A segunda Revolução Industrial, o capitalismo monopolista e os ideais de progresso estão associados ao imperialismo, ao neocolonialismo e ao completo domínio dos Estados Unidos, no final do século XIX.

c) A maior beneficiária de todo o domínio imperialista e do neocolonialismo na Ásia e África foi a classe operária, em face do pleno emprego da indústria.

d) Através do imperialismo e do neocolonialismo, as elites econômicas e políticas inglesas construíram a imagem de que eram o modelo de cultura e civilização a ser imitado em todo o mundo.

6 **(Enem)**

As migrações tradicionais, intensificadas e generalizadas nas últimas décadas do século XX, expressam aspectos particularmente importantes da problemática racial, visto como dilema também mundial. Deslocam-se indivíduos, famílias

Não escreva no livro.

e coletividades para lugares próximos e distantes, envolvendo mudanças mais ou menos drásticas nas condições de vida e trabalho, em padrões e valores socioculturais. Deslocam-se para sociedades semelhantes ou radicalmente distintas, algumas vezes compreendendo culturas ou mesmo civilizações totalmente diversas.

IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

A mobilidade populacional da segunda metade do século XX teve um papel importante na formação social e econômica de diversos estados nacionais. Uma razão para os movimentos migratórios nas últimas décadas e uma política migratória atual dos países desenvolvidos são:

a) a busca de oportunidades de trabalho e o aumento de barreiras contra a imigração.
b) a necessidade de qualificação profissional e a abertura das fronteiras para os imigrantes.
c) o desenvolvimento de projetos de pesquisa e o acautelamento dos bens dos imigrantes.
d) a expansão da fronteira agrícola e a expulsão dos imigrantes qualificados.
e) a fuga decorrente de conflitos políticos e o fortalecimento de políticas sociais.

7 (Famerp)

Nenhum ser humano deveria ser ameaçado de "transferência" de sua casa ou de sua terra; nenhum ser humano deveria ser discriminado por não pertencer a esta ou àquela religião; nenhum ser humano deveria ser destituído de sua identidade ou de sua cultura, seja qual for o motivo.

(Edward W. Said. *A questão da Palestina*, 2012. Adaptado.)

O excerto pertence a um livro que discute a condição dos palestinos, mas sua ideia geral pode também ser aplicada à situação

a) dos islâmicos xiitas perseguidos pelo atual regime do Irã.
b) dos refugiados da guerra civil e da crise humanitária na Síria.
c) dos latino-americanos proibidos de ingressar no território dos Estados Unidos.
d) dos ucranianos que se aliaram à Rússia na guerra entre os dois países.
e) dos norte-coreanos que foram afastados de suas famílias após a Guerra da Coreia.

8 (Uema) Leia os trechos da canção Diáspora que trata de um importante movimento de pessoas no século XXI.

[...]
Atravessamos o mar Egeu
Um barco cheio de fariseus
Com os Cubanos
Sírios, ciganos
Como Romanos sem Coliseu
Atravessamos pro outro lado
No rio vermelho do mar sagrado
Os center shoppings
Superlotados
De retirantes refugiados
[...]
Onde está
Meu irmão sem irmã
O meu filho sem pai
Minha mãe sem avó
Dando a mão pra ninguém
Sem lugar pra ficar
Os meninos sem paz
Onde estás meu Senhor
Onde estás?
Onde estás?
[...]

(Tribalistas, 2017)

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera refugiado toda pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição, devido à sua raça, à religião, à nacionalidade, à associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de sua região de origem.

Os refugiados a que os versos em destaque na canção Diáspora se referem são

a) retirantes nordestinos, constituídos em sua maioria de menores de idade, em virtude da seca que provoca a morte de seus pais e irmãos, [que] se dirigem aos grandes centros urbanos em busca de trabalho e de moradia.
b) povos bárbaros, seguidores de religiões não cristãs, que atravessam o mar Egeu em direção ao Império Romano, buscando ter acesso aos bens de consumo, encontrados nos centros comerciais superlotados.
c) cubanos, provenientes da América Central, católicos e contrários ao Capitalismo, que perderam entes queridos por perseguição política dos Estados Unidos e se dirigem ao Brasil para atuar no setor do comércio.
d) pessoas provenientes do Oriente Médio, muitos de origem muçulmana, que perderam seus parentes devido às guerras que ocorrem nessa região e se dirigem a outros países de religiões diferentes, buscando recomeçar uma nova vida.
e) romanos, seguidores da Igreja Ortodoxa que, em disputa com os gladiadores, perderam o Coliseu e se tornaram retirantes refugiados, fugindo para outros países europeus em busca de uma vida melhor.

ESTÚDIO DE HISTÓRIA

FERNAND BRAUDEL



Davi Augusto Studio/ID/BR

A história faz parte de nossas vidas. Ela interliga o passado e o presente por meio do estudo dos acontecimentos realizados por indivíduos e grupos sociais ao longo do tempo. Ao estudá-la, compreendemos as **mudanças**, **permanências** e **simultaneidades** em diversas sociedades.

Nesta unidade, você estudou algumas revoluções e outros eventos que proporcionaram mudanças significativas na vida cotidiana das pessoas. Mas nem todas as mudanças são sentidas de forma clara sem o devido distanciamento temporal. Para isso, é preciso compreender a importância do **tempo histórico** e de suas durações.

A seguir, apresentaremos o historiador Fernand Braudel (1902-1985), um dos mais proeminentes historiadores da Escola dos Annales, que se dedicou bastante a esse e a outros temas da História.

PERFIL

Nascido em Luméville-en-Ornois, na França, Fernand Paul Achille Braudel foi um historiador que fez parte da chamada segunda geração da Escola dos Annales. Ele participou do grupo de intelectuais franceses que colaboraram com a organização da Universidade de São Paulo, fundada em 1934, na qual lecionou entre 1935 e 1937, ano em que retornou à França.

OBRAS-CHAVE

- *Civilização material, economia e capitalismo* (1979)
- *Escritos sobre a história* (1969)
- *História e Ciências Sociais: a longa duração* (1965)
- *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* (1949)

EM LEITURA

Braudel publicou importantes obras, com destaque para *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. Esse livro é um marco para a historiografia por interligar fenômenos duráveis com mudanças rápidas. No trecho a seguir, Braudel explica as temporalidades históricas, estruturadas em três partes. Observe.

> A primeira [parte] põe em questão uma história quase imóvel, a do homem em suas relações com o meio que o cerca; uma história lenta no seu transcorrer e a transformar-se, feita com frequência de retornos insistentes, de ciclos incessantemente recomeçados. [...]
>
> Acima dessa história imóvel, uma história lentamente ritmada, dir-se-ia de bom grado, não fosse a expressão desviada de seu sentido pleno, uma história social, a dos grupos e dos agrupamentos. Como é que essas ondas do fundo levantam o conjunto da vida mediterrânea? Eis o que me perguntei na segunda parte do livro, estudando sucessivamente as economias e os Estados, as sociedades, as civilizações, tentando enfim, para melhor esclarecer minha concepção da história, mostrar como todas essas forças de profundidade agem no domínio complexo da guerra. Pois a guerra, nós o sabemos, não é puro domínio de responsabilidades individuais.
>
> Terceira parte, enfim, a da história tradicional, se quisermos, da história à dimensão não do homem, mas do indivíduo, a história ocorrencial [...]. Uma história de oscilações breves, rápidas e nervosas. Ultrassensível por definição, o menor passo põe em alerta todos os seus instrumentos de medida. Mas que, sendo assim, é a mais apaixonante, a mais rica da humanidade, a mais perigosa também. [...]

Não escreva no livro.

> Assim chegamos a uma decomposição da história em planos escalonados. Ou, se quisermos, à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual.
>
> Braudel, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 13-15.

De acordo com Braudel, o tempo histórico pode ser dividido em temporalidades de **curta**, **média** e **longa duração**. Verifique alguns exemplos.

1



Alan Smith/Icon Sportswire/Getty Images

Partidas de futebol são eventos de curta duração. Na imagem, partida realizada pela Seleção Brasileira de Futebol Feminino nos Estados Unidos. Foto de 2024.

2



Fred_Pinheiro/iStock/Getty Images

O estilo arquitetônico das casas coloniais pode representar evento de média duração. Vista de uma rua com edificações datadas do século XVIII em Ouro Preto (MG), em 2022.

3



Museu Condé, Chantilly, França. Fotografia: ID/BR

O período do feudalismo pode ser compreendido como um fenômeno de longa duração. O feudalismo vigorou entre os séculos V e XV na Europa ocidental.
As riquíssimas horas do duque de Berry, datada de cerca de 1440. Pintura sobre pergaminho.

Dessa forma, as temporalidades de curta duração referem-se a eventos breves, que podem ocorrer em dias ou meses. Nesse caso, as mudanças acontecem mais rapidamente. As temporalidades de média duração referem-se a eventos um pouco mais longos, que acontecem durante anos ou décadas, mas, ainda assim, podem ser percebidos no curso de uma vida. Já as temporalidades de longa duração referem-se a eventos que se estendem por séculos e são caracterizados por lentas transformações.

PARA CONCLUIR

1 **O que é tempo histórico e como ele é organizado?**

2 **Com base no que você estudou, escreva um parágrafo sobre o significado da mudança de perspectiva nos estudos históricos proposta pelos historiadores da Escola dos Annales. Caso seja necessário, faça uma busca na internet.**

3 **Apresente outros exemplos para cada uma das temporalidades propostas por Fernand Braudel.**

Não escreva no livro.

A QUEM SERVE O ESTADO?

1. Observe as fotos a seguir e responda: Em qual contexto histórico elas foram tiradas?
2. Em sua opinião, qual é o papel do Estado diante de situações como as retratadas nas imagens?
3. Como você responderia à questão-chave deste capítulo: A quem serve o Estado?

De maneira geral, uma possível resposta à questão central deste capítulo seria: o Estado serve ao povo brasileiro. Isso é o que diz nossa Constituição, ao declarar que os representantes políticos devem "promover o bem geral do povo brasileiro" e que o sistema financeiro nacional deve "servir aos interesses da coletividade".

Desde a independência, o país recebeu como herança da exploração colonial uma sociedade extremamente hierarquizada, dividida entre uma pequena elite privilegiada e uma grande maioria desfavorecida, além de uma tradição de autoritarismo político associada, em muitos momentos, a um sistema econômico que prioriza os interesses de grandes empresários.


Diego Vara /Reuters/Fotoarena

Historicamente, passando por períodos de recrudescimento autoritário ou de maiores transformações democráticas, o Estado brasileiro ainda encontra dificuldades para atender à coletividade nacional.

Momentos de crise, como a derivada da pandemia de covid-19, em 2020, ou de eventos climáticos extremos, como as cheias que afetaram cerca de 90% das cidades do Rio Grande do Sul, em 2024, propõem reflexões mais críticas para responder à questão: A quem serve o Estado no Brasil?


Diego Vara /Reuters/Fotoarena

Nos últimos anos, eventos climáticos e meteorológicos extremos tornaram-se mais comuns no Brasil. Fotos da cidade de Porto Alegre antes e depois das fortes chuvas que acometeram o Rio Grande do Sul, em 2024.

Não escreva no livro.

DESAFIOS DO ESTADO BRASILEIRO E DE SUAS INSTITUIÇÕES

Mas, afinal, o que é o **Estado** e qual é o papel que ele deve exercer nas sociedades contemporâneas? O Estado é uma organização política e administrativa soberana, com estrutura própria organizada para exercer o poder público em sentido amplo. Dentre as várias funções que desempenha, destacam-se a garantia da soberania territorial, a segurança da população e a gestão de recursos públicos.

Nos atuais Estados democráticos, o poder emana do povo, o qual elege um governo que deve garantir a ordem, bem como formular e aplicar leis que representem os interesses coletivos da nação.

A política de Estado no Brasil orienta-se pela Constituição de 1988, que estabelece princípios fundamentais, como a manutenção da cidadania e da dignidade da pessoa humana, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização social, a redução das desigualdades sociais e regionais, entre outros aspectos que asseguram a divisão dos poderes institucionais, a democracia e o respeito aos direitos humanos.

Quanto à administração de recursos, a Constituição Federal mescla princípios liberais e princípios de atuação estatal que garantem a soberania nacional por meio de uma economia autônoma e, ao mesmo tempo, integrada ao mercado internacional. Entre os tópicos liberais da Constituição, é possível citar a defesa da propriedade privada, a livre-iniciativa industrial e comercial, bem como a livre concorrência, conceitos que primam pelo estímulo da produção e pela acumulação de riquezas. Já os tópicos que dizem respeito à atuação do Estado nas atividades econômicas regulamentam a valorização do trabalho, a oferta de empregos, a proteção aos direitos do trabalhador, a busca de justiça social, a defesa do consumidor e a proteção ao meio ambiente.

Embora a Constituição seja a diretriz para a estruturação das **políticas de Estado**, alguns governantes têm sistematicamente usado a **máquina estatal** para estabelecer **políticas de governo** transitórias, muitas vezes contrárias aos princípios constitucionais, direcionadas a agendas políticas internas, ***lobbies*** e interesses privados. Esse desencontro entre leis, princípios democráticos e interesses privados que atuam na esfera política reforça as vantagens de grupos privilegiados, assim como pode acentuar problemas como as desigualdades sociais, a corrupção e a **licenciosidade** das instituições de poder, que devem ser autônomas e vigilantes.

licenciosidade: ação de agir indisciplinadamente.

***lobby*:** ação de grupos organizados que representam interesses de empresas privadas e pressionam determinados políticos para aprovar medidas que os beneficiem.

máquina estatal: conjunto de funções e poderes públicos, como ministeriais e de secretarias, responsáveis pela execução das leis.



Cazo/Acervo do chargista

Charge sobre a Constituição de 1988, de Cazo.

INTERAÇÃO

1. De que forma a *charge* aponta as contradições entre as políticas de Estado e as políticas de governo do Brasil?

Não escreva no livro.

Lobby e interesses diversos

A aceleração da aprovação de agrotóxicos pode ser explicada por uma conjuntura caracterizada pelo *lobby* das empresas que produzem esses insumos, pela ação de políticos eleitos que representam a bancada ruralista no país e pelo alinhamento de determinados governos neoliberais com o agronegócio.

BRASIL: REGISTROS DE AGROTÓXICOS (2003-2023)



Renan Oracic/ID/BR

Fonte de pesquisa: Salati, Paula. Aprovação de agrotóxicos no Brasil bate recorde anual desde 2016. *G1*, Rio de Janeiro, 6 fev. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/06/aprovacao-de-agrotoxicos-no-brasil-bate-recorde-anual-desde-2016.ghtml. Acesso em: 19 jun. 2024.

A Constituição de 1988 estabelece como responsabilidade do Estado o controle de substâncias que representam risco à vida humana e ao meio ambiente. Assim, para que um agrotóxico seja liberado e comercializado, é preciso que sejam realizados estudos sobre o impacto do uso e os possíveis riscos: intoxicação de trabalhadores, poluição de rios e matas, ameaça à biodiversidade, presença de resíduos tóxicos nos alimentos que chegam aos consumidores, entre outras informações que devem ser consideradas.

Esses estudos podem durar até cinco anos, pois, muitas vezes, são analisados produtos inéditos e seus impactos em médio e longo prazos. Para ser liberado, um agrotóxico precisa ser aprovado por três órgãos: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). No entanto, desde 2016, o processo de liberação dessas substâncias químicas tem se tornado mais rápido, aumentando exponencialmente a oferta de agrotóxicos disponíveis para o uso da indústria química e dos produtores rurais.

Os defensores da liberação dos agrotóxicos alegam que eles são necessários para garantir o crescimento das lavouras e o aumento da produção de alimentos. Afirmam também que o produtor rural poderá ter à disposição novas tecnologias e que haverá a redução no preço final dos produtos.

A história do Brasil, desde sua colonização, está ligada ao poder dos produtores rurais. Com a independência do país, essa elite econômica se consolidou como elite política, e, mesmo com a modernização e a industrialização brasileira, a bancada ruralista (grupo de políticos ligados ao agronegócio) se manteve como grupo preponderante em diversas esferas de poder. Contudo, desde a redemocratização do Brasil na década de 1980, diferentes grupos têm ganhado visibilidade no Congresso na luta por direitos, entre eles os ambientalistas, os trabalhadores rurais e os povos indígenas. A Constituição de 1988, elaborada com base nos ideais democráticos, abarca essa pluralidade como política de Estado. Desde então, têm se estabelecido disputas de espaços e construção de narrativas e lutas pela aplicação de leis. Essas batalhas envolvem o uso de agrotóxicos, mas também outras esferas das dinâmicas rurais, como a reforma agrária e o reconhecimento de Terras Indígenas e quilombolas.

Não escreva no livro.

PANORAMA LIBERAL NA AMÉRICA LATINA

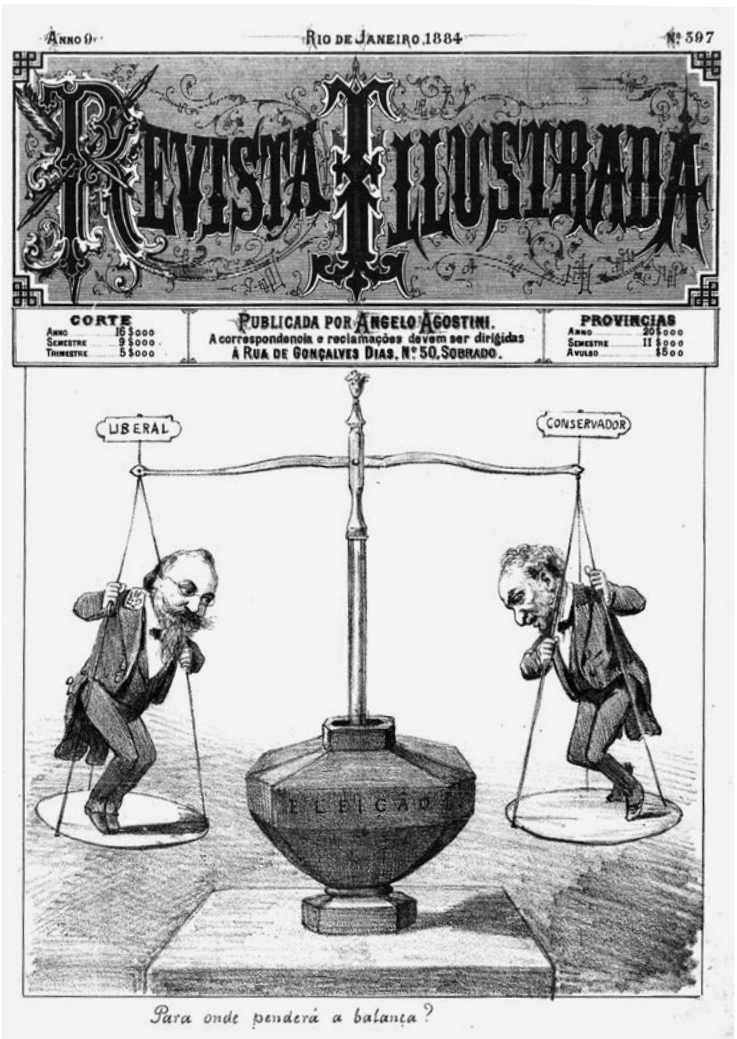
A Constituição de 1988 mescla aspectos liberais com mecanismos de intervenção estatal. Mas de que maneira esse modelo tem impactado o Brasil e nossos vizinhos latino-americanos ao longo da história?

Como estudado anteriormente, o liberalismo é um conjunto de ideias que surgiu na Europa iluminista durante o século XVIII em um contexto de crítica ao poder absolutista dos reis e do papel do Estado como agente controlador da economia. As revoluções europeias difundiram os ideais de liberdade e igualdade no Ocidente, instituindo também a divisão de poderes, o pacto social entre população e governo, além da proteção à propriedade privada e da garantia de livre-iniciativa. Influenciadas por essas ideias, as colônias europeias na América passaram a reivindicar liberdade política e econômica. Assim, ao longo do século XIX, ao declarar a independência, as nações latino-americanas se estruturaram com base no liberalismo.

Politicamente, contudo, o liberalismo desenvolvido no Brasil e nos países vizinhos manteve um grupo restrito nas esferas de poder, excluindo da política formal a maioria da população, composta de pobres, negros, indígenas e mulheres. Na esfera econômica, os liberais defendiam a não interferência do Estado nos negócios e nos lucros privados, e, ao mesmo tempo, o estímulo a esses grandes capitais. Assim, o Estado deveria manter a segurança das fronteiras, garantir a ordem social, proteger a propriedade privada, resolver conflitos de interesse e intervir em socorro a determinados grupos sociais em momentos de vulnerabilidade econômica e social. Ao exercer esse papel, o Estado brasileiro mediou diversos conflitos entre escravocratas e abolicionistas, elites agrárias tradicionais e elites urbanas modernas, industriais e operários.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o pensamento liberal do Ocidente passou a defender de maneira mais enfática a atuação mínima do Estado na sociedade, privilegiando a iniciativa privada. As guerras do século XX e a ascensão do nazifascismo na Europa, contudo, demonstraram a fragilidade do liberalismo radical e impuseram, entre as décadas de 1940 e 1980, o estabelecimento de um Estado que mesclava ideais liberais – como a defesa da livre-iniciativa e da propriedade privada – com a garantia do bem-estar social por meio de programas de educação, saúde e previdência, por exemplo. Nesse contexto, influenciada pela política de bem-estar social e pela redemocratização do Brasil, foi aprovada a Constituição de 1988.

No entanto, desde o final do século XX, o liberalismo tem sido retomado em sua essência mais radical, defendido por grupos econômicos e aplicado por governos contemporâneos por meio de medidas baseadas no neoliberalismo. Entre as políticas neoliberais implementadas pelo governo do Brasil nos últimos anos, podem ser citados a privatização de empresas estatais e os cortes de investimentos em setores como educação, saúde e pesquisa científica, além da concessão de maior liberdade ao mercado privado.



A *charge* de Angelo Agostini (1843-1910), publicada na *Revista Ilustrada* em dezembro de 1884, representa a balança do poder entre dois partidos políticos que surgiram durante o século XIX no Brasil: o Partido Liberal, que defendia a descentralização do poder e a autonomia das províncias; e o Partido Conservador, que apoiava o fortalecimento do poder central. Ambos os partidos representavam as elites econômicas do país e atuavam na manutenção de seus privilégios.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Fotografia: ID/BR

Não escreva no livro.

A atuação do Estado brasileiro na economia do café

Como estudado anteriormente, uma das ideias que fundamentam o liberalismo econômico é a capacidade de o mercado se autorregular de acordo com as leis de oferta e procura, sendo capaz de determinar, de maneira equilibrada, o preço dos produtos, os níveis de produção, os lucros empresariais e a fixação de salários. Para os seguidores da ideologia liberal, a atuação do Estado no mercado deveria ser mínima, restringindo-se à proteção da propriedade privada, à manutenção da livre-iniciativa empresarial e a algumas políticas de incentivo.

Em sintonia com esses preceitos, o governo brasileiro atuava, no final do século XIX, para estimular as atividades agroexportadoras, sobretudo o café, e para incentivar a criação de empresas industriais e comerciais. Para isso, estabelecia linhas de crédito para esses setores, fixava taxas, organizava as importações e as exportações, além de implementar políticas de incentivo para a vinda de mão de obra imigrante.

A cafeicultura brasileira da década de 1880 também seguia a cartilha econômica liberal: o crescimento da demanda no mercado internacional desencadeou a alta de preços do produto e gerou grandes lucros para os produtores nacionais. Assim, na virada do século, esse cenário estimulou o investimento em plantações maiores. No entanto, a demanda não se alterou, resultando na diminuição dos preços e, posteriormente, em uma superprodução que não encontraria compradores. Em 1906, das 30 milhões de sacas de café ofertadas no mundo, o Brasil havia produzido 20 milhões, e o consumo global equivalia a apenas 16 milhões de sacas.

O governo, que já havia apoiado o setor cafeeiro em anos anteriores com a variação de taxa cambial, interveio de maneira mais contundente para salvar os cafeicultores e manter a estabilidade da economia nacional. Assim, apesar da oposição dos partidários do liberalismo, em 1906 foi firmado o **Convênio de Taubaté**, acordo que determinava que os governos de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais deveriam fazer empréstimos em bancos internacionais para comprar os estoques excedentes de café dos produtores da Região Sudeste.

Essa medida intervencionista demonstrava a importância do Estado para o equilíbrio econômico nacional e deixava evidente a ação estatal para manter os privilégios da maior elite econômica do país naquele período: os cafeicultores do Sudeste. Nas décadas de 1910, 1920 e 1930, ocorreram novas políticas de Estado voltadas para salvar o produto nacional, como a compra de novas safras e a queima do café para diminuir a oferta de maneira artificial.



Theodor Preising/CPDOC

No início da década de 1930, a oferta de café era maior do que a demanda e isso acarretava o barateamento do produto. Para controlar os preços e minimizar a crise econômica provocada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, o governo de Getúlio Vargas incinerou os estoques de café no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, por onde escoava a maior parte da produção para o mercado externo. Foto de 1931.

Não escreva no livro.

RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E ALIENAÇÃO

Enquanto a ideologia econômica liberal evidenciava a iniciativa privada e defendia a autorregulação do mercado, o que incluía a oferta de empregos e a fixação de salários, outros pensadores do século XIX, como Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), analisavam as transformações econômicas ao longo da história e a consolidação do capitalismo por meio de uma perspectiva crítica sobre as desigualdades sociais, as relações de trabalho e a exploração da **mais-valia**. Para esses pensadores, que desenvolveram a teoria do socialismo científico, a lógica do liberalismo privilegiava apenas a burguesia empresarial, que, por ser proprietária dos **meios de produção** e ávida por lucros cada vez maiores, pagava salários insuficientes para os trabalhadores.

meios de produção: recursos materiais como dinheiro ou capital, terras, fábricas e maquinários.

Marx percebe que há uma disparidade entre o valor produzido pelo trabalhador e a remuneração que ele recebe. Vejamos um exemplo de como isso acontece:

Em 10 dias de trabalho, um trabalhador da indústria têxtil produz o valor equivalente a 50 peças de roupa (1 000 reais, por exemplo). Em um mês de trabalho (22 dias), então, ele teria produzido um valor de 2 200 reais. No entanto, o salário que ele recebe é de apenas mil. Isso significa que durante 12 dias de trabalho ele produz um valor que fica inteiramente com o capitalista (patrão).

O trabalho realizado durante os 10 dias pelos quais o trabalhador efetivamente é remunerado é chamado por Marx de **trabalho necessário**, pois é o tempo de trabalho que proporciona a ele as condições para sua subsistência. Os outros 12 dias de trabalho, cujo valor é apropriado pelo capitalista, é denominado **trabalho excedente**. A mais-valia, por sua vez, é o valor gerado pelo trabalho excedente.

[...]

A mais-valia representa a **disparidade entre o salário pago e o valor produzido pelo trabalho**. Dessa maneira, ela pode ser entendida como o trabalho não pago, ou seja, são horas que o trabalhador cumpre [e o] valor que ele gera pelos quais ele não é remunerado.

Moraes, Isabela. Mais-valia: o conceito central da teoria marxista. *Politize!*, 17 jul. 2019. Disponível em: https://www.politize.com.br/mais-valia/. Acesso em: 21 maio 2024.

Para esses teóricos do socialismo, a exploração da mão de obra por meio da mais-valia só era possível devido à **alienação** do trabalho, que vinha ocorrendo ao longo da história. Antes do capitalismo, o trabalhador era responsável por toda a cadeia produtiva e conhecia os recursos gastos em sua execução, o tempo necessário para a fabricação do produto e seu destino de consumo (que poderia ser a própria subsistência, a troca por outros produtos ou mesmo a venda nas feiras urbanas). A partir da consolidação do capitalismo, contudo, o trabalho foi dividido em etapas que aumentavam o ritmo de produção, e o trabalhador não tinha mais contato com a venda daquilo que produzia. Esse afastamento da integridade da produção é chamado de alienação do trabalho.



DeA/Biblioteca Ambrosiana/Getty Images

Mulheres operárias em fábrica de tecidos em Campinas (SP), em 1924. Os lucros obtidos na produção do café permitiram a diversificação dos negócios no Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Seguindo a tendência ocidental de industrialização, os capitalistas brasileiros inauguraram fábricas, sobretudo no Sudeste, que foi o grande polo econômico da época.

Não escreva no livro.

Outras possibilidades de sistemas políticos

Enquanto as teorias liberais atuam na defesa do capitalismo, as correntes de pensamento socialistas criticam esse sistema e enfatizam a oposição entre os interesses e as condições materiais de existência da burguesia e dos trabalhadores. Para os socialistas, a luta de classes é o motor que leva às transformações históricas, e somente por meio de uma revolução que coloque o proletariado no comando do Estado seria possível suprimir a exploração de uma classe pela outra e direcionar as políticas públicas para os interesses coletivos.

O anarquismo apresenta-se como outra vertente ideológica. Ele foi elaborado entre os séculos XVIII e XIX, no contexto do fortalecimento dos Estados nacionais e da consolidação do capitalismo na Europa. Assim como os socialistas, os anarquistas criticavam as desigualdades sociais, a exploração do trabalho, a propriedade privada e o poder repressivo do Estado sobre a população. Para pensadores anarquistas como William Godwin (1756-1836), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e Mikhail Bakunin (1814-1876), o equilíbrio social seria conquistado apenas com a eliminação do Estado, aparelho que servia para reprimir os grupos explorados e calar suas reivindicações, assim como para proteger os interesses dos grandes empresários. Com base nessa perspectiva, os anarquistas defendiam um tipo de organização em que os trabalhadores formariam associações livres para debater as questões sociais e tomar decisões coletivas de gestão.

A essas reflexões ideológicas e às transformações orientadas pelo liberalismo somou-se uma profunda crise agrícola, de escassez de alimentos e empregos nas cidades. Nesse contexto, em 1848, emergiu na Europa uma manifestação social liderada pelas camadas pobres da população conhecida como **Primavera dos Povos**. Para lutar contra a realidade caótica em que se encontravam os trabalhadores da França, do Império Austríaco e dos Estados germânicos, entre outras nações europeias, essa população foi às ruas exprimir sua insatisfação em relação à exploração a que estava submetida e reivindicar participação política na condução do Estado.

> Em poucas palavras, o mundo da década de 1840 se achava fora de equilíbrio. As forças de mudança econômica, técnica e social desencadeadas nos últimos 50 anos não tinham paralelo, eram irresistíveis mesmo para o mais superficial dos observadores. [...] Era inevitável que as aristocracias proprietárias de terras e as monarquias absolutas perderiam força em todos os países em que uma forte burguesia estava se desenvolvendo, quaisquer que fossem as fórmulas ou acordos políticos que encontrassem para conservar sua situação econômica, sua influência e sua força política. Além do mais, era inevitável que a injeção de consciência política e de permanente atividade política entre as massas, que foi o grande legado da Revolução Francesa, significaria, mais cedo ou mais tarde, um importante papel dessas mesmas massas na política. E dada a notável aceleração da mudança social desde 1830, e o despertar do movimento revolucionário mundial, era claramente inevitável que as mudanças [...] não poderiam mais ser adiadas.
>
> Hobsbawm, Eric J. *A era das revoluções*: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 417-418.



akg-images/Album/Fotoarena

Litografia de autoria desconhecida sobre a Revolução de Março, em 1848, na cidade de Berlim. Na imagem, são apresentadas as bandeiras dos revolucionários republicanos na atual Alemanha.

As manifestações populares de 1848 foram reprimidas pelas forças do Estado, mas conquistaram algumas mudanças, sobretudo de cunho liberal, como a desmobilização dos poderes absolutistas, a consolidação de constituições republicanas e a igualdade dos cidadãos perante a lei, além de reafirmarem a força de mobilização das massas e seu poder de abalar as estruturas do Estado.

Não escreva no livro.

Os Estados contemporâneos diante da pandemia do século XXI

Mesmo passando por períodos de guerras, crises políticas, mobilizações populares e imposições das forças empresariais, o Estado liberal tem se imposto em grande parte das nações contemporâneas, ajustando-se aos interesses da iniciativa privada, mas também às demandas de trabalhadores e grupos sociais diversos.

Para refletir sobre a sociedade que se desenha no presente, fortemente marcada pela pandemia que se espalhou pelo mundo em 2020, é preciso analisar o papel do Estado nos séculos XIX e XX, com as múltiplas relações de poder estabelecidas ao longo desse período histórico.



Delfim Martins/Pulsar Imagens

Vista da rua 25 de Março, um dos principais centros de comércio popular em São Paulo (SP), com as lojas fechadas devido à pandemia de covid-19, em 2020.

AÇÃO E CIDADANIA

De perto ninguém é normal (ou o "novo normal")

A expressão "novo normal" tem sido muito utilizada nos últimos meses, quando se percebeu que o coronavírus há de acarretar mudanças para todo o planeta. Isto é, que os efeitos da covid-19 não se limitarão ao dia em que a pandemia for dada por terminada. E é certo: a história mostra que não se sai de crises como essa da mesma maneira que se entrou.

[...]

E eis que 2020 começou e há de terminar com a chegada desse microrganismo que não é nem ao menos visível a olho nu. E o impossível aconteceu: as rotinas foram suspensas pelo planeta afora até segundo aviso. Nessas horas em que o medo e a agonia falam mais forte, tendemos mesmo a sonhar melhor e a desenhar o futuro de forma mais solidária. Isso é o que a pesquisadora Rebecca Solnit chamou de "banalidade do bem". Em momentos de crise, nossa consciência cívica aumenta e o sentimento de pertencimento social também. Passamos a achar que somos uma nação só, irmanada pela mesma realidade.

E é nessas horas que, ao imaginarmos o nosso "normal", o projetamos para os demais, repaginando-o como um "novo normal". Somos, porém, um país em que mais de 20% das pessoas vivem em moradias de um cômodo, onde residem quatro ou mais habitantes. No Brasil, 50% das casas não têm acesso ao esgoto sanitário. Trinta e três milhões de brasileiros não contam em seus lares com abastecimento de água confiável. E, mesmo assim, definimos que no "novo normal" – que não tem tempo ou espaço – não viajaremos tanto, não compraremos tantas roupas, não seremos tão consumistas, cozinharemos (quando der) e até arrumaremos a casa. A pergunta, mais uma vez, é a seguinte: "novo normal" para quem?

[...]

Não sou contra prognósticos otimistas. Só desconfio deles. Também torço para que saiamos desse estado de anomia diferentes. Tomara que esse "novo normal" resulte num país mais generoso, plural, inclusivo, cidadão e, sendo assim, republicano. Esse deveria ser o nosso "normal"; mas aceito se a regra mandar que ele seja um "novo normal".

SCHWARCZ, Lilia Moritz. De perto ninguém é normal (ou o "novo normal"). *Revista Gama*, 14 maio 2020. Disponível em: https://gamarevista.com.br/sociedade/de-perto-ninguem-e-normal-ou-o-novo-normal/?utm_medium=Email&utm_campaign=BoletimCoronavirus&utm_source=nexoassinantes&fbclid=IwAR1JH4kqnR_nAD8cXsTrLPNt0731aNli0ERcK7pOilPu9zRNqFjwAC8Z4cg. Acesso em: 10 jun. 2024.

1. **Que crítica a historiadora Lilia Moritz Schwarcz faz ao Estado brasileiro no contexto do início da pandemia de covid-19 no país?**
2. **Em sua opinião, quais contradições sociais ficaram expostas com a pandemia e de que forma as sociedades podem se reorganizar?**

ATIVIDADES

1 Como o Estado brasileiro pode ser caracterizado?

2 Como ocorrem as relações de poder entre os diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira? De que forma esses grupos se relacionam com o Estado e são amparados pela Constituição do país?

3 Em sua opinião, no contexto da pandemia de covid-19, quais são os riscos de uma política de governo que priorize os interesses de determinados grupos privados?

4 Leia o trecho sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde e, em seguida, responda às atividades propostas.

> A ingestão de alimentos ou de produtos contaminados que contêm resíduos de agrotóxicos e a exposição crônica podem ser um fator de risco potencial para a saúde humana [...]. A relação entre alguns problemas de saúde e os produtos utilizados no manejo sanitário de animais e vegetais representa um interesse emergente da pesquisa acadêmica [...]. Ainda que os efeitos deletérios sejam mais percebidos nos casos de intoxicações agudas (que são aqueles casos geralmente relacionados com acidentes de trabalho), em que o indivíduo entra em contato com grande quantidade do produto em curto espaço de tempo [...], também ocorrem prejuízos à saúde humana por meio da exposição crônica a pequenas quantidades desses tóxicos [...]. Esse tipo de prejuízo é causado, principalmente, devido ao fator de bioacumulação que acontece nos organismos superiores [...].
>
> Losch, Edaciano Leandro *et al*. Os agrotóxicos no contexto da Saúde Única. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, n. esp. 2, p. 445-446, jun. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/JBdk4QSc8nFxc5wxRzcMYqM/#. Acesso em: 21 maio 2024.

a) Você se preocupa com a origem dos alimentos que consome no dia a dia? Justifique sua resposta.
b) Em sua opinião, o que seria necessário para minimizar o impacto dos agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente?

5 **(Enem)**

TEXTO I

> A centralização econômica, o protecionismo e a expansão ultramarina engrandeceram o Estado, embora beneficiassem a burguesia incipiente.
>
> Anderson, P. *In*: Deyon, P. *O mercantilismo*. Lisboa: Gradiva, 1989 (adaptado).

TEXTO II

> As interferências da legislação e das práticas exclusivistas restringem a operação benéfica da lei natural na esfera das relações econômicas.
>
> Smith, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (adaptado).

Entre os séculos XVI e XIX, diferentes concepções sobre as relações entre Estado e economia foram formuladas. Tais concepções, associadas a cada um dos textos, confrontam-se, respectivamente, na oposição entre as práticas de:

a) valorização do pacto colonial – combate à livre-iniciativa.
b) defesa dos monopólios régios – apoio à livre concorrência.
c) formação do sistema metropolitano – crítica à livre navegação.
d) abandono da acumulação metalista – estímulo ao livre-comércio.
e) eliminação das tarifas alfandegárias – incentivo ao livre-cambismo.

6 **(Uece)** **A Proclamação da República inaugurou uma nova ordem política no Brasil. O centralismo, presente no período imperial, foi substituído pelo federalismo, defendido principalmente pelas elites do oeste paulista e de Minas Gerais. Sob esse acordo se instaurou a chamada República do Café com Leite, no período que ficou conhecido como República Velha. Considerando esse período, assinale a afirmação verdadeira.**

Não escreva no livro.

a) Ao longo da República Velha, a indústria brasileira tornou-se prioridade para o governo, tanto que, nesse período, o Brasil começou a industrializar-se.
b) O Convênio de Taubaté determinou que os estados comprariam a safra prevista de café por um preço fixado com antecedência.
c) O período da presidência de Washington Luiz foi o mais tumultuado, pois foi o período do surgimento do movimento tenentista.
d) A Constituição de 1891 foi a primeira constituição brasileira a apresentar uma preocupação com as questões sociais, reflexo do surgimento do movimento operário no Brasil.

7 **(UEL)** **Partindo dos princípios da lei da mais-valia absoluta e relativa em Marx, um industrial, para aumentar seus lucros deve**

a) investir em novas tecnologias e diminuir a jornada de trabalho dos empregados, intensificando o ritmo e diminuindo a quantidade de horas de produção, com aumento de salários.
b) ampliar a jornada de trabalho dos empregados, intensificando o ritmo e aumentando a quantidade de horas de produção, com aumento de salários.
c) investir em novas tecnologias, diminuindo o ritmo e a quantidade de horas de produção, sem aumento de salários, pois as novas tecnologias são suficientes para aumentar os lucros.
d) aumentar o tempo das horas extras dos empregados, com aumento de salários, estimulando a melhoria do ritmo e da intensidade da produção sem introdução de novas tecnologias.
e) investir em novas tecnologias e ampliar a jornada de trabalho dos empregados, intensificando o ritmo e aumentando a quantidade de horas de produção, sem aumento de salários.

8 **(Enem)**

TEXTO I

A introdução de transgênicos na natureza expõe nossa biodiversidade a sérios riscos, como a perda ou alteração do patrimônio genético de nossas plantas e sementes e o aumento dramático no uso de agrotóxicos. Além disso, ela torna a agricultura e os agricultores reféns de poucas empresas que detêm a tecnologia e põe em risco a saúde de agricultores e consumidores. O Greenpeace defende um modelo de agricultura baseado na biodiversidade agrícola e que não se utilize de produtos tóxicos, por entender que só assim teremos agricultura para sempre.

Disponível em: www.greenpeace.org. Acesso em: 20 maio 2013.

TEXTO II

Os alimentos geneticamente modificados disponíveis no mercado internacional não representam um risco à saúde maior do que o apresentado por alimentos obtidos através de técnicas tradicionais de cruzamento agrícola. Essa é a posição de entidades como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e para Agricultura (FAO), o Comissariado Europeu para Pesquisa, Inovação e Ciência e várias das principais academias de ciência do mundo. A OMS diz que até hoje não foi encontrado nenhum caso de efeito sobre a saúde, resultante do consumo de alimento geneticamente modificado (GM) "entre a população dos países em que eles foram aprovados".

Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 20 maio 2013.

Os textos tratam de uma temática bastante discutida na atualidade. No que se refere às posições defendidas, os dois textos:

a) revelam preocupações quanto ao cultivo de alimentos geneticamente modificados.
b) destacam os riscos à saúde causados por alimentos geneticamente modificados.
c) divergem sobre a segurança do consumo de alimentos geneticamente modificados.
d) alertam para a necessidade de mais estudos sobre sementes modificadas geneticamente.
e) discordam quanto à validade de pesquisas sobre a produção de alimentos geneticamente modificados.

PRÁTICAS DE TEXTO

ENTREVISTA ESCRITA

Proposta

Com base nos estudos realizados neste capítulo sobre instituições governamentais e políticas, nesta seção, você e os colegas vão entrevistar um representante político (vereador, prefeito, deputado, etc.) que atue na comunidade escolar ou próximo a ela. O objetivo é que vocês conheçam o trabalho desse profissional, os impactos diretos e indiretos de suas ações na sociedade e de que modo a comunidade pode dialogar com ele, a fim de buscar melhorias locais. Depois, vocês vão transcrever a entrevista para ser publicada e lida por outras pessoas interessadas no assunto.



Thiago Consp/ID/BR

Público	Comunidade escolar e interessados em geral.
Objetivo	Conhecer melhor o papel dos representantes políticos e as formas de participação política na comunidade.
Circulação	*Blog* da turma.

Planejamento e elaboração

1 **Formem grupos com até seis integrantes. Vocês vão elaborar uma entrevista escrita com um representante político que atue na comunidade escolar ou próximo a ela. Para isso, decidam quem vocês vão entrevistar. Se necessário, pesquisem na internet maneiras de entrar em contato com esses profissionais. Uma sugestão é visitar o *site* da Câmara de Vereadores, da prefeitura ou do governo estadual, por exemplo. Alguns profissionais também mantêm *sites* ou perfis em redes sociais que possibilitam o contato com cidadãos.**

2 **Entrem em contato com o entrevistado, utilizando linguagem formal e respeitosa. Apresentem-se dizendo o nome, onde estudam (nome da escola, do bairro e do município) e o contexto da entrevista. Peçam autorização para a publicação da entrevista no *blog* da turma e a divulgação do nome e da imagem do entrevistado. Caso o convite seja aceito, combinem uma data e o modo para a realização da entrevista (presencial, por chamada de vídeo, *e-mail* ou telefone).**

3 **Para o dia do encontro, elaborem um roteiro para a entrevista. As perguntas devem ajudar o grupo a entender o trabalho do profissional e a compreender como a comunidade escolar pode acompanhar mais de perto as propostas e as medidas realizadas na comunidade.**

Não escreva no livro.

4 **Leiam a seguir algumas questões que podem inspirá-los na elaboração do roteiro.**

- Qual é seu nome e quantos anos você tem?
- Quando e por que decidiu seguir a carreira pública?
- Comente como aprendeu a exercer a função pública: foi necessário fazer um curso técnico, uma graduação ou aprendeu de outro modo?
- Quais são suas áreas de atuação na função pública?
- Quais são as políticas públicas relacionadas à região da comunidade escolar? Você faz parte de alguma delas?
- Há projetos em andamento para a região? Você é autor de algum deles ou faz parte de alguma relatoria? Qual(is)?
- Como a comunidade pode acompanhar as políticas públicas para a região?
- Que dicas você daria para quem deseja seguir a carreira pública?

5 **Providenciem uma câmera ou um *smartphone* que tenha a opção de gravar vídeo ou áudio. Verifiquem se o equipamento está funcionando bem e façam alguns testes de gravação antes da entrevista.**

6 **Caso o equipamento não esteja disponível, providenciem cadernos e canetas para que possam fazer anotações durante o encontro. O ideal é que pelo menos um membro do grupo faça as perguntas enquanto os demais gravam, tiram fotos e fazem anotações.**

7 **Realizem a entrevista na data e no local combinados. Procurem utilizar linguagem respeitosa e formal, evitando gírias e expressões coloquiais. No final, agradeçam a entrevista e a disponibilidade do entrevistado em recebê-los.**

8 **Avaliem as anotações e o vídeo (ou o áudio) da entrevista e transcrevam os momentos mais importantes. Lembrem-se de que a linguagem oral contém repetições, hesitações, gestos e outros elementos que precisam ser adaptados para a escrita. Façam as adequações necessárias para que o texto seja lido e compreendido pelos leitores da maneira mais clara possível.**

9 **Escrevam uma breve introdução para o texto, apresentando o entrevistado, o grupo de entrevistadores e o objetivo da entrevista. Destaquem, no texto, as perguntas feitas ao entrevistado. Selecionem algumas fotos tiradas durante a entrevista para acrescentar ao texto. É importante atentar à revisão gramatical e ortográfica do texto da entrevista.**

Revisão e reescrita

1 **Avaliem o texto conforme os itens a seguir.**

As perguntas são pertinentes ao tema proposto e aos objetivos da entrevista?
A entrevista escrita está coerente e é compreensível para os leitores?
O texto apresenta correção gramatical e ortográfica?

2 **Reescrevam a versão final do texto e compartilhem-no com a turma. Aproveitem para ler os textos dos demais grupos e conhecer os outros entrevistados.**

Circulação

1 **Conversem com os colegas da turma. Reúnam os textos produzidos e estabeleçam critérios de formatação para publicação na internet (exemplo: tamanho e tipo de letra, espaçamento entre parágrafos, etc.).**

2 **Decidam em que ordem e com qual frequência eles serão publicados no *blog*. Lembrem-se de que, se vocês disponibilizarem todos os textos de uma vez, dificilmente os leitores vão conseguir ler todos.**

3 **Caso não tenham um *blog*, pesquisem ferramentas gratuitas na internet que possibilitem a criação de páginas como essa. Em geral, essas plataformas informam como publicar textos e imagens.**

PRÁTICAS DE PESQUISA

O TAMANHO DO ESTADO

Para começar

Nesta unidade, estudamos alguns aspectos da constituição do Estado brasileiro e de suas instituições. Uma discussão que esteve presente no debate público é a forma de atuação do Estado na economia, isto é, se deve interferir ou não nas relações econômicas.

A crise mundial provocada pela pandemia de covid-19 fez com que essa discussão estivesse na ordem do dia. Observe a imagem a seguir e leia uma reportagem publicada sobre o assunto.



Sandro Pereira/Fotoarena

Pessoas em fila de banco buscam informações e ajuda para o recebimento do auxílio emergencial concedido pelo governo aos cidadãos em situação de vulnerabilidade em decorrência da crise provocada pela pandemia de covid-19. Manaus (AM), 2020.

Crise coloca papel do Estado em discussão

Além de desencadear a pior crise econômica mundial desde a Grande Depressão, conforme afirmou a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, a pandemia da covid-19 levantou o debate sobre a possibilidade de uma transformação profunda no capitalismo como não se vê desde os anos 1980. Economistas, cientistas sociais e políticos começam a apontar – não de forma unânime – que uma maior presença do Estado na economia pode ser o novo normal, em oposição ao modelo que tem vigorado nos últimos 40 anos.

Uma das principais publicações de economia do mundo, o jornal inglês *Financial Times*, defendeu recentemente em editorial essa transformação no capitalismo. O diário destacou que o fechamento do comércio para tentar estancar a epidemia está saindo mais caro para os que já vivem em situação precária e que a população mais jovem, que mais sofre agora com a perda de renda, deve ser restituída no futuro. Para isso, defende ações estatais.

Dyniewicz, Luciana. Crise coloca papel do Estado em discussão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 abr. 2020. Disponível em: https://www.estadao.com.br/economia/crise-coloca-papel-do-estado-em-discussao/. Acesso em: 21 maio 2024.

Nesta seção, realizaremos uma análise documental para compreender melhor os argumentos e os interesses que sustentam a intervenção do Estado na economia.

O problema

O debate sobre a intervenção do Estado na economia é permanente e mundial. Porém, ao considerarmos especificamente o Brasil, que grupos são adeptos à menor participação do Estado na economia e que grupos defendem o contrário? Que argumentos são utilizados por esses grupos?

A investigação

- Prática de pesquisa: análise documental

Material

- Folhas para anotações, lápis e caneta
- Computador com acesso à internet

Procedimentos

Parte I – Levantamento de artigos

1 Pesquise na internet artigos ou entrevistas com políticos ou pessoas que tratem do assunto da participação do Estado na economia brasileira. Nessa primeira fase, que é de triagem, leia os textos de maneira rápida, apenas para confirmar se eles de fato são interessantes para a pesquisa, e selecione três deles para fazer a análise.

2 Em sua pesquisa, consulte tanto veículos de mídia tradicionais (grandes e conhecidos jornais ou revistas) como veículos de mídia independentes.

3 Pesquise informações sobre o autor: nome completo, profissão, nome da instituição em que trabalha e natureza dessa instituição (universidade, instituto, empresa, órgão governamental ou parlamentar).

4 Verifique a data de publicação do texto e o veículo em que foi publicado, identificando se o veículo se enquadra na mídia tradicional ou na mídia independente.

5 Leia o texto com cuidado e anote suas observações. Esteja atento para perceber se o(a) autor(a) faz referência a algum evento, pessoa ou situação e, caso isso aconteça, faça uma pesquisa sobre isso, anotando do que se trata.

Parte II – Produção de síntese e organização dos dados

1 Após a leitura dos três textos, faça uma síntese de suas análises: copie o quadro a seguir no caderno, para cada texto, e complete-o.

Não escreva no livro.

TÍTULO DO ARTIGO/ENTREVISTA
Autor(a)/Entrevistado(a)
Nome da instituição
Tipo de instituição (assinale)
( ) Empresa ( ) Instituto/ONG ( ) Universidade ( ) Órgão governamental/parlamentar
Veículo e data de publicação
Tipo de mídia (assinale)
( ) Tradicional ( ) Independente
Posição em relação ao papel do Estado na economia (assinale)
( ) Deve interferir ( ) Não deve interferir
Principais argumentos

Parte III – Análise documental

1 **Em sala de aula, reúna-se com quatro colegas para discutir suas sínteses individuais e consolidar uma síntese comum a todo o grupo. Para isso, elaborem um quadro com todas as informações que o grupo reuniu. Se possível, para facilitar, essa atividade deve ser realizada em um computador. A síntese consolidada pode ser feita com base nos seguintes questionamentos:**

- Há **pessoas** que apresentam a mesma posição em relação à participação do Estado na economia? Quem?
- Há **instituições** que apresentam a mesma posição em relação à participação do Estado na economia? Quais?
- É possível identificar **tipos de instituição** que apresentam a mesma posição?

2 **Sobre o posicionamento dos veículos em que os textos foram publicados, faça os seguintes questionamentos:**

- Que posições são mais recorrentes nas **mídias tradicionais**? E nas **mídias independentes**?
- Que argumentos predominam a favor da **intervenção** do Estado na economia?
- Que argumentos predominam a favor da **não intervenção** do Estado na economia?

Questões para discussão

1 **Que desafios vocês encontraram durante a pesquisa? O que foi mais fácil e o que foi mais difícil?**

2 **É possível relacionar determinadas instituições ou veículos de comunicação a certas posições em relação à interferência do Estado na economia?**

3 **Quais argumentos parecem mais razoáveis para vocês: os que defendem ou os que se contrapõem à interferência do Estado na economia? Por quê?**

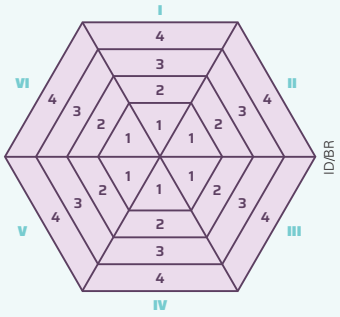
Comunicação dos resultados

Com todas as informações obtidas e as reflexões realizadas com base na pesquisa, elabore um texto com seu posicionamento em relação à interferência do Estado na economia. Utilize argumentos pessoais e fundamentados nos textos que você leu. Quando utilizar um argumento extraído de um texto, não se esqueça de citar o(a) autor(a) e a fonte de pesquisa.

Não escreva no livro.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A



ID/BR

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- No caderno, reproduza a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	**Respostas**	**Cor indicada**
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos com as cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que "Sempre" realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta I.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações obtidas nas demais unidades.



ID/BR

Não escreva no livro.

PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente as seguintes questões.

Capítulo 4 – Direitas e esquerdas

1. Compreendo o significado e a gênese dos conceitos políticos de direita e esquerda no passado e no presente?
2. Identifico as mudanças proporcionadas pela Revolução Francesa no mundo ocidental, com destaque para a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão?
3. Identifico sistemas de pensamento não europeus de utilização da razão e da promoção da igualdade entre os indivíduos?
4. Compreendo os impactos da Revolução Industrial na sociedade a partir de meados do século XVII?
5. Conheço o processo que culminou na Revolução Russa e na implementação da União Soviética?

Capítulo 5 – Estado-nação: quem tem direito?

6. Sei relacionar a formação dos Estados ao nacionalismo e à formação de identidades e fronteiras nacionais?
7. Compreendo os processos de imigração, as motivações de solicitações de refúgio e a xenofobia sofrida por imigrantes e refugiados, combatendo qualquer forma de racismo, opressão e discriminação?
8. Compreendo o processo de imperialismo, seus objetivos e suas consequências, identificando os povos imperialistas e os povos submetidos ao imperialismo?
9. Reconheço os impactos da marginalização de povos indígenas e de outros grupos populacionais na sociedade brasileira atual?
10. Compreendo o tempo histórico e suas durações com base na perspectiva de Fernand Braudel e da Escola dos Annales?

Capítulo 6 – A quem serve o Estado?

11. Compreendo a formação do Estado brasileiro identificando continuidades e rupturas em relação à sua atuação nas diferentes esferas da sociedade?
12. Reconheço a importância e as características da atual Constituição brasileira em relação à garantia da democracia e dos direitos dos cidadãos?
13. Consigo caracterizar a maneira como se consolidaram as políticas liberais e neoliberais na América Latina, suas características e consequências políticas, econômicas e sociais?



Thiago Limón/ID/BR

Não escreva no livro.

PARA IR ALÉM

Capítulo 4 – Direitas e esquerdas

Columbia Pictures/ID/BR



Maria Antonieta

No filme, é possível visualizar, por meio de uma releitura contemporânea, o luxo, o cotidiano e os rituais da corte de Versalhes.

Maria Antonieta. Direção: Sofia Coppola. França/EUA/Japão, 2007 (123 min).

Universal Studios/ID/BR

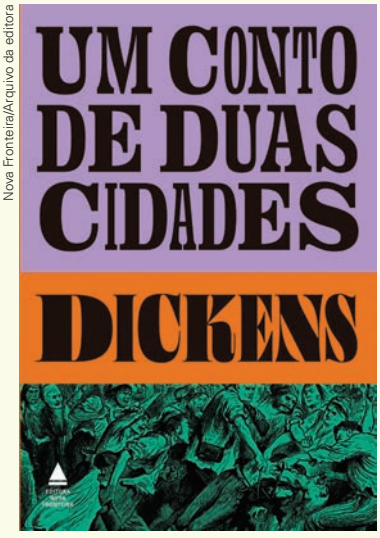


Os miseráveis

Baseado no livro homônimo de Victor Hugo (1802-1885), a obra expõe a continuidade da miséria e da desigualdade na França pós-revolução.

Os miseráveis. Direção: Tom Hooper. Reino Unido, 2013 (150 min).

Nova Fronteira/Arquivo da editora



Um conto de duas cidades

Sob o olhar estrangeiro, o inglês Charles Dickens (1812-1870) aborda nesse livro os reflexos da Revolução Francesa nos diferentes grupos sociais do país.

Dickens, Charles. *Um conto de duas cidades*. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

Netflix/ID/BR



Privacidade hackeada

O documentário explora o uso de informações pessoais obtidas em uma rede social em campanhas eleitorais, com destaque para a que elegeu o presidente Donald Trump em 2016, nos Estados Unidos.

Privacidade hackeada. Direção: Karim Amer, Jehane Noujaim. Estados Unidos, 2019 (110 min).

Não escreva no livro.

Capítulo 5 – Estado-nação: quem tem direito?



Mij Film/ID/BR

A vida na fronteira

Documentário que mostra a vida de oito crianças abrigadas nos campos de refugiados de Kobani e Shengal, localizados na fronteira entre Síria e Iraque. Explica, também, os ataques da organização terrorista conhecida como Estado Islâmico e o contexto da guerra política no Curdistão.

A vida na fronteira. Direção: Bahman Ghobadi. Iraque/Síria, 2016 (69 min).

SP Creole: a vida dos haitianos na capital paulista

O documentário registra histórias dos refugiados haitianos que vivem em São Paulo e apresenta a situação de alguns desses imigrantes no ano de 2014. Pode ser encontrado gratuitamente em diversas plataformas digitais de reprodução de vídeo.

SP Creole: a vida dos haitianos na capital paulista. Direção: Pamela Passarela. Brasil, 2015 (13 min).



Universidade Metodista/ID/BR

Capítulo 6 – A quem serve o Estado?

Brasil, campeão mundial em consumo de agrotóxicos

Desde 2002, tramita no Congresso um projeto de lei (PL) que prevê a alteração do processo de liberação dos agrotóxicos no Brasil visando desburocratizar os estudos e a aprovação dessas substâncias. A medida é polêmica e opõe empresas privadas e ruralistas a ambientalistas, trabalhadores do campo e grupos ligados à qualidade dos alimentos no Brasil. O texto da reportagem detalha o que são agrotóxicos e seus impactos para a saúde e o meio ambiente.

Chagas, Inara; Carvalho, Talita de. Brasil, campeão mundial em consumo de agrotóxico. *Politize!*, 2 jul. 2018. Disponível em: https://www.politize.com.br/brasil-campeao-mundial-em-consumo-de-agrotoxicos/. Acesso em: 8 out. 2024.



Disponível em: https://www.museudocafe.org.br/exposicoes/virtuais/. Acesso em: 24 jul. 2024.

Museu do Café – *tour* virtual

Realize um passeio virtual pelo Museu do Café, localizado em Santos (SP). Você vai conhecer o estilo luxuoso da arquitetura do prédio que abrigava a antiga Bolsa Oficial de Café, além de observar obras de arte e mobiliário do final do século XIX, em estilo *art noveau*. Na sala dos pregões, que ocorreram até 1950, realizavam-se as negociações que fixavam as cotações diárias das sacas de café.

Governo do Estado de São Paulo. *Museu do Café*. Disponível em: https://www.museudocafe.org.br/en/museum/virtual-tour/. Acesso em: 8 maio 2024.

BRASIL: POLÍTICA E REPRESENTATIVIDADE


Bruno Spada/Câmara dos Deputados

ORGANIZAR IDEIAS

As instituições públicas desempenham um papel fundamental na manutenção da democracia e na defesa de assuntos de interesse nacional. Elas se estruturaram no processo de independência, quando foram criadas as bases da construção de um novo Estado organizado em uma comunidade nacional com laços simbólicos e concretos que nos fazem sentir brasileiros.

1. Quais são as instituições públicas do Estado brasileiro que desempenham o papel de defesa dos interesses nacionais?
2. O que é necessário para fortalecer as instituições públicas e torná-las mais efetivas?

Cerimônia de posse dos deputados federais em Brasília (DF). Foto de 2023. ▸



UNIDADE 3

7 A política é para todos?

8 Ações afirmativas e poder

9 Representatividade e poder

CAPÍTULO 7 CAPÍTULO 7 CAPÍTULO 7

A POLÍTICA É PARA TODOS?

1. Para você, por que a política é importante? Explique suas reflexões para a turma.
2. Em que setores da vida pública você considera que a política é fundamental?
3. O termo "participar" deriva da palavra latina *participare*, ou seja, tomar parte, pertencer. Pensando a política de forma mais ampla, participar dela não é apenas fornecer seu voto a um candidato, mas também tomar parte politicamente na sociedade ou, ainda, compartilhar sua opinião de diferentes formas. Diante disso, responda: O que seria necessário fazer para que você e as demais pessoas possam participar da política de forma mais ativa?

Algumas vezes, quando há um questionamento direcionado à população a respeito da importância da política, as respostas evidenciam a visão de que muitas pessoas não se interessam pelo tema ou até sentem aversão por ele. Essas respostas, por sua vez, suscitam uma importante reflexão: Por que um tema tão importante na vida individual e coletiva causa esse tipo de reação?

Uma das possíveis explicações a essa pergunta talvez se deva ao fato de a política ser vista por muitos como sinônimo de corrupção, de promessas eleitorais não cumpridas e de descaso com o cidadão. Todavia, essa noção desconsidera que a vida em sociedade – isto é, a interação entre indivíduos e grupos distintos, com interesses, visões de mundo, aspirações e posicionamentos diversos – ocasionalmente gera conflitos e tensões. Estes são esperados e, quando devidamente observados e mediados, permitem uma ampliação da vivência em sociedade, pautada pela construção de um bem comum. Nesse sentido, a política é o instrumento pelo qual esses conflitos e tensões são observados e mediados, de forma a organizar a vida em sociedade.

O cerne e a razão de ser da política, portanto, são as pessoas. A política diz respeito a todos, porque se refere ao bem comum, às negociações, às regras de conduta e à conquista de direitos que podem mudar o que está estabelecido. Portanto, é fundamental perceber que, quando não se discute política e não se participa da esfera do político e do público, há também uma ação política, a qual abre espaço para que alguns decidam por outros e que aqueles estabeleçam prioridades e conduzam a vida do coletivo da forma que julgarem melhor, decisões estas que, ao final, afetam a todos.

Manifestação em favor do acesso à moradia digna em São Paulo (SP). Foto de 2022.



Carla Carniel/Reuters/Fotoarena

Não escreva no livro.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA

A participação política foi pensada de diferentes formas ao longo da história. Na Grécia Antiga, os filósofos entendiam que a vida política se destinava a garantir a qualidade e a perfeição da vida e que todos os cidadãos deveriam participar ativamente dessa esfera da vida em sociedade.

Entre os séculos XVIII e XIX, a Revolução Francesa, as revoluções liberais e os processos de independência nas Américas recolocaram no centro do debate político os termos da participação política na democracia. Nesse sentido, pode-se dizer que o debate das teorias democráticas girou em torno de duas correntes principais de pensamento: a **corrente institucionalista**, formada pelos que defendiam a presença de instituições representativas, como o Parlamento, com a presença de uma elite governativa, devidamente preparada para conduzir o processo político; e a **corrente participativista**, que considerava que o processo democrático deveria ser o mais amplo possível, com aumento dos canais de decisão e de participação da sociedade civil na vida pública.

Atualmente, entende-se que é preciso alargar o conceito de política, democratizando os lugares de interação dos indivíduos para o real estabelecimento da democracia direta nesses espaços. Em vista disso, a democracia deve ser levada às diversas instâncias da vida diária, para que a sociedade civil se torne mais responsável, ativa, participativa e crítica. A finalidade dessas ações é a de estimular um maior grau de consciência em relação aos interesses dos grupos e das classes sociais e na tomada de decisões que afetam a vida de todos.

Assim, podemos identificar três canais principais de participação política na atualidade.

Canal eleitoral

Refere-se a formas de participação política em eleições; participação em reuniões de partidos e nos trabalhos de militância política; contribuição para campanhas eleitorais; composição do corpo dirigente partidário e candidatura a cargos públicos.



Alexander Lysenko/Shutterstock.com/ID/BR

Representações de interesses privados na esfera pública

Diz respeito à representação de interesses privados na esfera pública por meio de espaços institucionalizados, como organizações não governamentais (ONGs), sindicatos, cooperativas, fundações, etc.



sidmay/Shutterstock.com/ID/BR

ID/BR

Espaços não institucionalizados

Relaciona-se às atividades que se processam nos espaços não institucionalizados da política formal, como nos movimentos sociais de diferentes matizes.



Pilotsevas/Shutterstock.com/ID/BR

Não escreva no livro.

PROJETOS POLÍTICOS E CONSTITUIÇÃO DE 1824

Analisar o processo de independência política do Brasil significa refletir sobre os projetos políticos para o futuro da jovem nação independente. O primeiro aspecto foi a adesão majoritária à ideia de uma **monarquia constitucional**. Apesar de inusitada, a escolha de um sistema monárquico, e não republicano, em uma ex-colônia revela o entendimento de que a monarquia seria capaz de impedir a fragmentação territorial do Brasil e que a figura de um rei, de origem portuguesa, garantiria a continuidade dos privilégios das elites políticas no país, educadas em Coimbra e partidárias da monarquia.

A Constituição de 1824, outorgada pelo então imperador dom Pedro I (1798-1834), estabeleceu as bases da estrutura política, as principais instituições do Império, a divisão político-administrativa e a separação do poder político em quatro instâncias – Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, sendo este último o elemento central da organização política imperial. Outro aspecto foi a instituição do catolicismo como religião oficial regulada pelo Padroado.

Em relação aos direitos individuais, civis e políticos, reconheceu-se que eram cidadãos todos os homens livres, nascidos no Brasil ou naturalizados, com igual acesso aos direitos civis, porém diferenciados quanto aos direitos políticos por meio de critérios censitários. Haveria, portanto, diferenciação entre o cidadão passivo, o cidadão ativo votante e o cidadão ativo eleitor e elegível.



World History Archive/Alamy/Fotoarena

Dom Pedro II (1825-1891) e princesa Isabel (1846-1921) foram os últimos monarcas representantes do Poder Moderador no Brasil. Foto de 1870.

Tema central na realidade política, social e econômica do país, a Constituição imperial só fez duas menções indiretas ao escravismo. A primeira, referindo-se ao critério de cidadania, definia que os brasileiros seriam apenas os homens livres nascidos no Brasil; e a segunda, quando se referia aos eleitores, sublinhava que os libertos não se enquadravam nessa categoria, mesmo se atendessem às exigências de renda mínima. Cabe ressaltar, contudo, que não havia critério racial a diferenciar os afrodescendentes de outros cidadãos brasileiros. Pelos critérios adotados, a participação política dos brasileiros era grande, quando comparada à dos cidadãos dos países europeus no mesmo período.

Pesquisas recentes têm demonstrado que boa parte das manifestações populares no Império foram motivadas pela expectativa de direitos civis e de igualdade real entre os cidadãos. Assim, a partir da independência, setores distintos da sociedade teriam exercido uma pressão pelo reconhecimento de seus direitos à cidadania, especialmente aqueles que haviam vivenciado a escravidão.

REFLEXÃO

Tipos de monarquia

Atualmente, a monarquia não é o modelo de Estado mais popular no mundo, especialmente no Ocidente moderno. No entanto, alguns exemplos persistem, como é o caso da monarquia britânica.

1. **Você sabe quais tipos de monarquia existem atualmente? Faça uma pesquisa em publicações impressas e/ou digitais para descobrir.**
2. **É possível a existência de democracia em uma monarquia? Aprofunde sua pesquisa sobre os tipos de monarquia para elaborar sua resposta. Depois, exponha o que você descobriu e explique suas análises para a turma.**

Não escreva no livro.

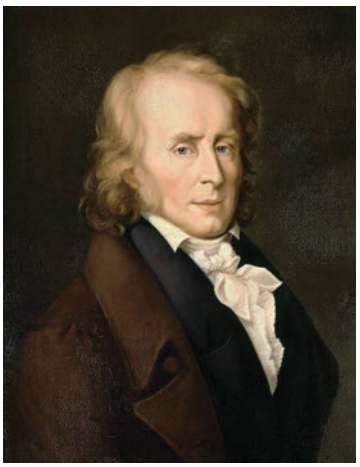
Poderes e o Poder Moderador

Uma das principais características da Carta Constitucional de 1824 no Brasil foi a existência de um quarto Poder, o Moderador. Sua existência se deveu, em larga medida, ao projeto de Constituição elaborado pela Assembleia Constituinte em 1823. A Constituinte de 1823 esteve dividida pela presença de diferentes forças e de projetos políticos distintos para o país. A elite, proprietária de terras e incentivadora do rompimento do Brasil com Portugal, pretendia controlar o imperador por meio da separação dos poderes. O projeto de Constituição previa a clássica divisão em três poderes, mas com predomínio do Legislativo sobre o Executivo, no qual estariam alocados o imperador e seus ministros de Estado. Essa imposição afrontou o poder do imperador e do partido português, defensor do absolutismo. A tensão interna na Assembleia Constituinte acabou por culminar com a dissolução da Assembleia e o fechamento da Constituinte pelo imperador. Assim, o primeiro projeto constitucional brasileiro foi vetado.

A Constituição elaborada foi jurada em março de 1824 e, com ela, introduzido o Poder Moderador. A noção desse poder foi adaptada da obra do escritor franco-suíço Benjamin Constant (1767-1830), intelectual de renome à sua época e referência para dom Pedro I e para figuras políticas próximas a ele. Preocupado em enfrentar o absolutismo monárquico e os excessos dos jacobinos na França, Constant teorizou sobre a organização da monarquia constitucionalista liberal e retomou a reflexão sobre o estabelecimento de um poder neutro ou real – a ser exercido pelo soberano, responsável por resguardar o equilíbrio e o sistema político – que funcionasse acima dos outros poderes, zelando por suas relações e pela observância estrita das leis.

Na Constituição de 1824, o resultado não foi a separação entre o Poder Moderador e o Executivo, mas, na prática, houve uma concentração de poderes e atribuições na figura do imperador. A nomeação de senadores, a autoridade de dissolver a Câmara e a convocação de novas eleições para sua renovação, assim como o direito a aprovar ou vetar as decisões da Câmara, eram atribuições do Poder Moderador. O imperador era inimputável e não respondia judicialmente por seus atos. A Constituição de 1824 vigorou até a Proclamação da República.

Sobre a atuação dos partidos em relação ao Poder Moderador durante o governo de dom Pedro II, leia o texto a seguir.



Palácio de Versalhes, França. Fotografia: ID/BR

Benjamin Constant, de Lina Vallier, século XIX. Óleo sobre tela. Deputado e pensador francês, autor da obra *A liberdade dos antigos comparada à dos modernos*, de 1819, que contrapõe os paradigmas de liberdade individual, principalmente da Roma Antiga e da Inglaterra do século XIX.

> Tendo o Poder Moderador em suas mãos – que lhe dava a primazia do veto em várias instâncias – e contando com uma elite bastante homogênea, apesar de dividida entre dois partidos, d. Pedro II cada vez mais reinava e governava. […]
>
> O fato é que a reconciliação temporária dos partidos – fruto dessa mesma homogeneidade – levou ao fortalecimento do Império e da figura do seu monarca. […] A conciliação representou um mecanismo capaz de fortalecer a unidade de interesses das elites que controlavam a vida política nacional, mantendo uma estrutura centralizada, em torno da figura do rei. […]
>
> […] Nas anotações que fez às margens do livro *Confederação dos Tamoios*, datado de 1856 e especialmente comissionado pelo Estado, Pedro II escrevia, entre garranchos, que lhe faltavam duas grandes obras: "organizar moralmente a nacionalidade, formar uma elite". Conformar uma cultura própria e unificar o território era uma tarefa premente nesse momento de nacionalismos românticos. Mas os desafios eram muitos. A maior parte da população estava fora dos canais de participação política, e o país andava cindido entre duas faces: a externa, um país organizado em modelo europeu, com uma monarquia constitucional, um rei jovem e com fama de culto, um congresso eleito e partidos políticos regulares; e a interna, um território imenso e plural, dominado por grandes propriedades isoladas.
>
> Schwarcz, Lilia Moritz; Starling, Heloisa. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 281-283.

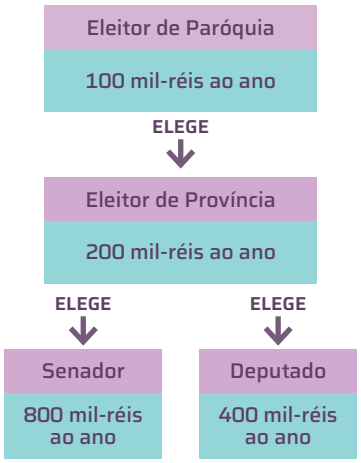
INTERAÇÃO

1. Converse com os colegas sobre as diferenças entre a Carta Constitucional de 1824 e a Constituição em vigor no Brasil. Como você vê a questão dos direitos dos cidadãos entre uma Constituição e outra?

QUEM PARTICIPAVA DO PODER NO IMPÉRIO?

ID/BR

Sistema eleitoral da Constituição de 1824



Fonte de pesquisa: Brasil. *Constituição Política do Império do Brazil de 1824*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 2 ago. 2024.

Tratar das relações de poder no período imperial significa falar de continuidades com o período colonial. A terra e as atividades agroexportadoras se mantiveram como a espinha dorsal da economia, ainda que o desenvolvimento do mercado interno, das lavouras de abastecimento e das fazendas de gado, do setor manufatureiro e da economia mercantil fossem cada vez mais importantes.

A classe senhorial formada sobretudo por proprietários de terras e de escravizados esteve empenhada em manter as separações entre a casa-grande e a senzala bem nítidas e assegurar o monopólio da terra para os encastelados no poder desde a Colônia. Nesse sentido, era tarefa da elite destruir os quilombos, combater as revoltas dos escravizados, reprimir os levantes populares, muito frequentes durante o Império, e disciplinar a população livre e pobre, vigiando os chamados vadios e infratores. O medo das insurreições, como a ocorrida no Haiti, onde uma poderosa revolução de escravizados abalou os que estavam no poder, levou a classe dirigente a se unir em torno de um ideal conservador.

Chamados por diferentes denominações, os partidos políticos imperiais dividiam-se em conservadores e liberais. Havia, por certo, divergências entre os dois grupos, porém ambos compartilhavam do mesmo ideal conservador no que se referia ao direito de propriedade e às hierarquias sociais. As mudanças sociais deviam ser asseguradas na ordem, conservando-se o *status quo* que mantinha de pé uma sociedade estruturada na grande propriedade, na escravidão e na hierarquia social. As diferenças entre os partidos políticos do Império deviam-se, assim, à forma, e não ao conteúdo, residiam na compreensão do papel do Legislativo, na maior ou menor autonomia das províncias e no papel do Poder Moderador. Nos anos finais do Império, com o contexto nacional girando em torno da questão escravista, alguns conservadores transformaram-se em ultraconservadores, querendo, a todo custo, a manutenção da escravidão e o pagamento de indenizações para aqueles que eram senhores das pessoas escravizadas.

Esse contexto pode dar a impressão de que aqueles que não participavam do poder institucionalizado foram neutralizados, mas a análise atenta da documentação histórica sobre o período revela que escravizados, homens livres e pobres e a população urbana, aumentada ao longo do século XIX, articularam-se de diversas formas em busca de espaços de luta, de resistência e de politização, inclusive em relação ao protagonismo político em revoltas que aconteceram em todas as regiões do país. Frente a isso, foram acentuadas a vigilância e a repressão das classes dominantes sobre as camadas subalternizadas da sociedade.

Monumento na Praça da Bandeira, em Cametá (PA), em homenagem à revolta popular conhecida como Cabanagem ou Guerra dos Cabanos, ocorrida na província do Grão-Pará durante o Império. Foto de 2024.



Elizeu Santos/Acervo do fotógrafo

Não escreva no livro.

E HOJE, QUEM PARTICIPA DO PODER?

Discutir a participação no poder na sociedade contemporânea brasileira não é algo simples, em vista da enorme complexidade que a economia e a sociedade assumem em um mundo globalizado. Capitais financeiros e conglomerados econômicos internacionais dificultam o conhecimento sobre como os poderes econômico, político e midiático estão entrelaçados. Além disso, no século XXI, as desigualdades e a concentração de riquezas têm alcançado patamares inéditos. A organização não governamental Oxfam Brasil, em janeiro de 2024, revelou que as cinco pessoas mais ricas do mundo mais que duplicaram suas fortunas nos três últimos anos anteriores à publicação do referido relatório, ao mesmo tempo que 60% da população mundial ficou mais pobre.

O Brasil seguiu essa mesma tendência e os dados da Oxfam indicam aumento na concentração de renda, em que o 1% mais rico detém 63% de ativos financeiros do país. Quem se beneficia com tamanha disparidade? Somente os ricos e as empresas, afirma o mesmo relatório.

O poder político nas sociedades atuais é, portanto, profundamente marcado pelas relações de poder e de interesses oriundas do poder macroeconômico transnacional das grandes corporações econômicas. Nas disputas de poder, travadas no campo das eleições nas democracias atuais, nem sempre é nítido para o eleitor o que os candidatos e os partidos estão, de fato, defendendo, além dos batidos bordões que cobram a existência e a melhoria dos serviços essenciais.

No campo da disputa de poder, movimentos sociais tradicionais passaram a dividir espaços com novas formas de fazer política por intermédio de organizações, como os coletivos e os movimentos de moradores de periferias, os movimentos negros, de indígenas, de mulheres, LGBTQIA+, movimentos ambientalistas, entre outros. No entanto, os movimentos políticos atuais se organizam diferentemente das organizações partidárias tradicionais surgidas no final do século XVIII, uma vez que as tecnologias de informação e as redes sociais ampliaram o alcance de comunicação com os indivíduos, embora isso não tenha, necessariamente, se transformado em debate e diálogo qualificados.

Outro aspecto a considerar é que a diversidade de pautas dos grupos e dos movimentos sociais tem dois lados: ela é, por um lado, um elemento dificultador em relação à força e à integração dos movimentos sociais que se contrapõem ao modelo de sociedade capitalista atual e, por outro, um aspecto enriquecedor na ampliação da noção de direitos dos cidadãos e da consciência de que é preciso promover igualdade nas diferenças.

INTERAÇÃO

1. **Ao observar a imagem a seguir, quais são suas reflexões sobre o poder e a desigualdade social na atualidade?**



BrasilNut1/iStock/Getty Images

Vista do bairro do Leme e, ao fundo, a comunidade do Morro da Babilônia no Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2023.

Não escreva no livro.

FORMAS DE FAZER POLÍTICA PARA ALÉM DO VOTO

Na *pólis* grega, na Antiguidade, emergiu a ideia do cidadão participativo, indivíduo que se envolvia nos assuntos da cidade e debatia na arena pública os temas que eram de interesse coletivo. Essa noção embasou discussões e sistemas políticos que vieram a se desenvolver mais de mil anos depois. No final do século XVIII, durante a fase democrática da Revolução Francesa, na República jacobina, a noção de cidadão ativo, presente e participante nos destinos da nação reapareceu com toda a força e embalou o imaginário político do Ocidente no século XIX e em parte do século XX.

No Brasil, especialmente durante a ditadura militar de 1964, a participação política do cidadão, pelos canais oficiais, foi relegada a papéis de pequena relevância. O bipartidarismo limitava as escolhas do cidadão em relação às propostas e aos candidatos a cargos eletivos. Todavia, nesse contexto de ausência de democracia, outros canais foram utilizados para promover a participação política, como o movimento estudantil. Os jovens universitários brasileiros encontraram nesse movimento um importante espaço de participação política, e partidos e organizações políticas clandestinas atuaram com os estudantes no processo de resistência à ditadura militar e na defesa das liberdades democráticas.

Com o retorno da democracia, a Constituição de 1988, por exemplo, ampliou o direito de voto a um número maior de indivíduos, alargando, com isso, o grau de participação política do povo brasileiro. Contudo, é bastante evidente que apenas a ampliação do direito de voto não é suficiente para a efetiva participação política do cidadão, é preciso pensar em outras formas de participação política para além do comparecimento às urnas.

AÇÃO E CIDADANIA

Múltiplas possibilidades

Ações como a afiliação partidária; a fundação de movimentos e associações de bairro e a participação neles; a atuação em sindicatos e associações de trabalhadores; a participação em centros acadêmicos e grêmios estudantis; o engajamento em leis de iniciativa popular, previstas pela Constituição; a fiscalização de parlamentares por meio das Ouvidorias; e a participação nos Conselhos Municipais, Estaduais ou Nacionais são algumas das muitas possibilidades que o cidadão tem para se engajar de forma mais ativa nos destinos da coletividade.

Alex Rocha/PMPA



Assembleia de moradores do Sarandi com a Prefeitura de Porto Alegre (RS) sobre as medidas de reconstrução após as cheias que inundaram o bairro. Foto de 2023.

1. Quais possibilidades de ação cidadã existem em seu município? Para descobrir, faça uma pesquisa em publicações impressas e/ou digitais e também pergunte a amigos e familiares sobre isso. Em seguida, compartilhe suas descobertas com a turma.

2. Você já participou de alguma ação política listada nesta página?

a) Em caso afirmativo, conte sua experiência aos colegas e diga o que mudou após a ação.

b) Em caso negativo, de quais tipos de ação você gostaria de participar? Por quê? Que causas você defenderia? Conte para a turma.

Não escreva no livro.

Cidadania ativa e participativa

Viver em um mundo mais democrático, acolhedor, empático, solidário e no qual os direitos de todos sejam respeitados pode parecer uma utopia em um país com tantas desigualdades como o Brasil, mas é preciso lembrar que todas as grandes transformações históricas partiram de um desejo e da vontade de mudar o mundo em que se vive. O voto feminino, por exemplo, já foi vetado pela legislação de vários países, até que grupos de mulheres de locais diferentes – na Inglaterra e na França conhecidas como as sufragistas – passaram a defender essa causa e, após muitas lutas e movimentos, tiveram o direito ao voto garantido. Essas mulheres agiam na defesa de um mundo mais democrático, no qual a perspectiva feminina também fosse representada no universo da política.

A **União de Mulheres do Município de São Paulo**, por exemplo, é uma entidade que atua há mais de quarenta anos defendendo os direitos das mulheres. A história desse coletivo foi fundamental no momento de redemocratização do país para incorporar, na Constituição Federal de 1988 e em leis específicas, como a Lei Maria da Penha, de 2006, noções sobre os direitos das mulheres. O coletivo dedica-se a realizar cursos de igualdade de gênero e direitos das mulheres, em parceria com outras instituições, como a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, além de eventos como seminários, rodas de conversa e atos públicos com a finalidade de ampliar o debate sobre as desigualdades que historicamente afligem as mulheres.

Outro exemplo de ação cidadã pode ser verificado em Ilhéus, no sul da Bahia, quando, em 2012, duas mulheres resolveram organizar o **Instituto Nossa Ilhéus**, com o propósito de realizar atividades de educação ambiental, monitoramento social da atuação dos órgãos públicos e criação de grupos de trabalho para pensar e sugerir políticas públicas para o município. A ideia floresceu e atualmente conta com um número maior de cidadãos engajados na vida do município. Nota-se, portanto, como iniciativas da sociedade civil organizada são valiosas para o fortalecimento da cidadania, da democracia participativa e do monitoramento social.

INSTITUTO
Nossa Ilhéus

Instituto Nossa Ilhéus. Fotografia: ID/BR

A logomarca do Instituto Nossa Ilhéus tem como tema um farol, que simboliza o objetivo do grupo de promover ações da sociedade civil que favoreçam o exercício da cidadania.



Grupo União de Mulheres do Município de São Paulo, em São Paulo (SP). Foto de 1981, ano de início das atividades do grupo.

Acervo/Folhapress

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 **Sobre ativismo social, leia o texto a seguir e responda ao que se pede.**

> […] As juventudes, além de representarem um segmento que vivencia e expõe as diferentes desigualdades na cidade, trazem formas muito inovadoras de ativismo, de mobilização para incidência em políticas públicas e para provocar mudanças. Por outro lado, não é possível ignorar o fato de que as desigualdades no Brasil afetam mais diretamente as mulheres e a população negra, em especial residentes nas periferias, favelas e bairros mais distantes do centro.
>
> É dessa percepção que se estabelece um dos objetivos específicos do programa [Desigualdades nas cidades: juventudes, gênero e raça]: apoiar grupos, coletivos e organizações juvenis no enfrentamento das desigualdades e do racismo a que são submetidas as jovens mulheres negras.
>
> Oxfam Brasil; Criola. *Desigualdade e jovens mulheres negras*. [*S. n.*]: [*s. l.*], [20--]. p. 15-16. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Publica%C3%A7%C3%A3o_Desigualdade_e_Jovens_Mulheres_Negras.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

a) Segundo o texto, que qualidades as juventudes apresentam para pensar e agir no que se refere a mudanças sociais?

b) No Brasil, as desigualdades estão distribuídas de forma equânime?

c) Os modos de participação política no programa partem da forma consagrada na ação política desde o final do século XVIII?

2 **Considerando que a participação política ativa é elemento fundamental da democracia e que essa ação não se resume ao ato de votar, dialogue com a turma sobre os possíveis canais de atuação política do cidadão e os benefícios advindos dessa prática.**

a) Com base nesse diálogo, elaborem uma lista de atitudes possíveis.

b) Organizem-se em trios. Cada trio deve escolher um tipo de participação política e realizar uma pesquisa sobre ele.

c) O resultado de cada pesquisa deve ser um material informativo que conscientize a comunidade escolar sobre as diferentes formas de participação política para além do voto. Conversem com a coordenação da escola para verificar quais são os meios de comunicação pelos quais esses materiais podem ser divulgados.

d) Na opinião de vocês, por que é importante conscientizar a comunidade sobre as formas de participar da política?

3 **Neste capítulo, você estudou alguns exemplos de prática de cidadania ativa e participativa no Brasil. Você vai elaborar um texto argumentativo sobre o que é ser um cidadão ativo. Nesse gênero textual, é preciso apresentar uma opinião sobre determinado assunto e argumentos baseados em fundamentos, para embasar seu ponto de vista. É importante que o texto seja estruturado com introdução, desenvolvimento e conclusão. Para isso, faça uma pesquisa sobre o tema para basear seus argumentos.**

4 **(Uespi)** **A Constituição de 1824, resultante da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, marcou o início da institucionalização do poder monárquico no Brasil. Essa Constituição:**

a) criou o Poder Moderador de exclusividade do Imperador, o que na prática significava conceder-lhe poderes quase absolutos.

b) provocou a insatisfação em diversas províncias, estando na base da eclosão de diversas rebeliões, como a Confederação do Equador, a Sabinada e o Contestado.

c) favoreceu o reconhecimento do Brasil como nação independente, o que ocorreu sem reveses, à exceção dos Estados Unidos por conta da doutrina Monroe.

d) estabeleceu a eleição pelo voto censitário para os governadores das províncias.

e) determinou que representantes para o Senado e a Câmara seriam eleitos pelo voto direto e secreto.

Não escreva no livro.

5 **(Unesp)** A primeira Constituição brasileira, de 1824, foi:

a) aprovada pela Câmara dos Deputados e estabeleceu o voto censitário.
b) imposta por Portugal e determinou o monopólio português do comércio colonial.
c) outorgada pelo imperador e definiu a existência de quatro poderes.
d) promulgada por uma Assembleia Constituinte e concentrou a autoridade no Poder Executivo.
e) determinada pela Inglaterra e estabeleceu o fim do tráfico de escravos.

6 **(Enem)**

Constituição de 1824:

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador [...] para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos [...] dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado.

Frei Caneca:

O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele, o imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do imperador.

(Voto sobre o juramento do projeto de Constituição)

Para Frei Caneca, o Poder Moderador definido pela Constituição outorgada pelo imperador em 1824 era

a) adequado ao funcionamento de uma monarquia constitucional, pois os senadores eram escolhidos pelo imperador.
b) eficaz e responsável pela liberdade dos povos, porque garantia a representação da sociedade nas duas esferas do poder legislativo.
c) arbitrário, porque permitia ao imperador dissolver a Câmara dos Deputados, o poder representativo da sociedade.
d) neutro e fraco, especialmente nos momentos de crise, pois era incapaz de controlar os deputados representantes da Nação.
e) capaz de responder às exigências políticas da nação, pois supria as deficiências da representação política.

7 **(Uem) Uma parcela significativa das lutas políticas travadas nas sociedades modernas está relacionada com a construção da cidadania. Considerando as contribuições sociológicas para o estudo das relações entre cidadania, direitos sociais e participação política, assinale o que for correto.**

01) A cidadania é um benefício social que o Estado concede às pessoas mais pobres para que elas consigam sustentar as suas famílias em períodos de crise econômica.
02) Um aspecto central para a caracterização das cidadanias modernas é o reconhecimento de que todas as pessoas que integram uma sociedade política, como um país, são iguais em relação aos seus direitos e às suas obrigações.
04) Como a cidadania depende da consciência individual de seguir as regras estabelecidas, as organizações coletivas são um empecilho para o seu desenvolvimento pleno, pois criam conflitos sociais e lutam por direitos particulares.
08) Os movimentos sociais representam formas coletivas de participação política que contribuem para a construção e o reconhecimento de direitos que compõem as formas de cidadania modernas.
16) A escravidão, o elitismo e o patrimonialismo são heranças coloniais que historicamente têm dificultado a consolidação da cidadania no Brasil.

AMPLIANDO

A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL

Ao longo do capítulo, trabalhamos a transição do sistema monárquico para o republicano no Brasil. As mudanças políticas ocorridas na Europa, em especial a expansão da França sob o comando de Napoleão Bonaparte (1769-1821), foram essenciais para esse processo, uma vez que, pressionada, a Corte portuguesa decidiu por sua transferência para o Brasil.



A cerimônia do beija-mão

O evento da transferência despertou muitos debates, pela novidade que consistia na presença da Corte europeia nos trópicos e pela forma como isso se deu, considerada por alguns como uma fuga, por outros, como um processo planejado, em parceria com a Inglaterra, que tinha interesses comerciais na abertura dos portos da América. Vista por outra perspectiva, a presença da Corte no Brasil resultou também na possibilidade de os colonos, súditos reais, verem e conviverem com a nobreza europeia e as diversas manifestações ritualísticas desta, além das inúmeras transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro, capital do Brasil no período.

O historiador Jurandir Malerba (1964-) apresenta as mudanças ocorridas nas práticas sociais da sociedade fluminense, resultado dessa experiência. De acordo com Malerba:

> A história que vou contar aqui começa com o fim de uma longa viagem, a que fizeram o príncipe regente de Portugal, sua família e parte de sua corte para a cidade do Rio de Janeiro no fim do ano de 1807 e começo do seguinte. Foi razão de Estado e senso de sobrevivência o ultimato dado por Napoleão Bonaparte, que àquela altura havia derrubado praticamente todas as principais casas dinásticas da Europa e tinha no pequeno Estado português uma ameaça nem um pouco desprezível, por causa de sua posição estratégica de entreposto comercial e aliado histórico que era do império britânico.
>
> Os quase dois séculos que nos separam daqueles acontecimentos fazem desvanecer os reais significados do que teria sido para um rei e sua pomposa corte, acostumados ao brilho dos salões civilizados, sair todos – família real, ministros e burocratas da máquina de governo, áulicos e serviçais, clero e nobreza – em tropel, sob um sol causticante, pelas ruas lamacentas de chuva da véspera. [...]
>
> [...]
>
> Com a chegada da corte, a rotina dos diferentes grupos sociais foi progressivamente sendo alterada, os daqui vendo tamanha legião de adventícios de todas as partes. [...]
>
> Alguns historiadores não resistiram à tentação da metáfora teatral para traduzir o que se verificou no Rio com a chegada da corte. [...]
>
> Era um burburinho geral e constante de uma cidade preta e mestiça em dois terços de sua população; mas ela toda se rendia ao espetáculo cotidiano da realeza. A confiar nas estatísticas, a população branca da capital praticamente dobrou de um dia para o outro. Mais que números, porém, interessa documentar uma nova rotina marcada por infinitas manifestações públicas tanto de fé, que já as havia sem o rei, como de alegria ou tristeza pelos acontecimentos sucessivos que envolveram sua família e sua nação, até então quase a mesma coisa. [...]
>
> [...]
>
> O cotidiano da corte não permite visualizar outros universos tão próximos e ao mesmo tempo tão distantes de si, como a luta pela sobrevivência de uma subpopulação que vagava pelas ruas a realizar pequenos serviços, a trabalhar a ganho para os seus senhores, ou simplesmente a flanar ou a fugir da polícia. Os sujeitos informais dessa história não contada, a caterva dos pretos, pardos e de todos os tons, livres, escravos e forros, que se seguem numa listagem do cotidiano da política, mostram uma cidade borbulhando com pequenos conflitos, muitas vezes fatais, bandos inumeráveis de capoeiras "fazendo desordens", agressões e pequenos furtos, muita embriaguez. [...]
>
> [...]
>
> Merece ênfase o co-habitarem o mesmo espaço urbano essa turba pigmentada de vários tons e a realeza. Não se pode dizer viverem lado a lado, pois uns e outros estavam efetivamente em degraus diferentes da escala social. Na intimidade das casas fidalgas, e isso desde Portugal, era natural a familiaridade de nobres e serviçais. Mas não na rua, e menos ainda havia lugar para quem não tivesse laços com uma casa. [...]

Não escreva no livro.

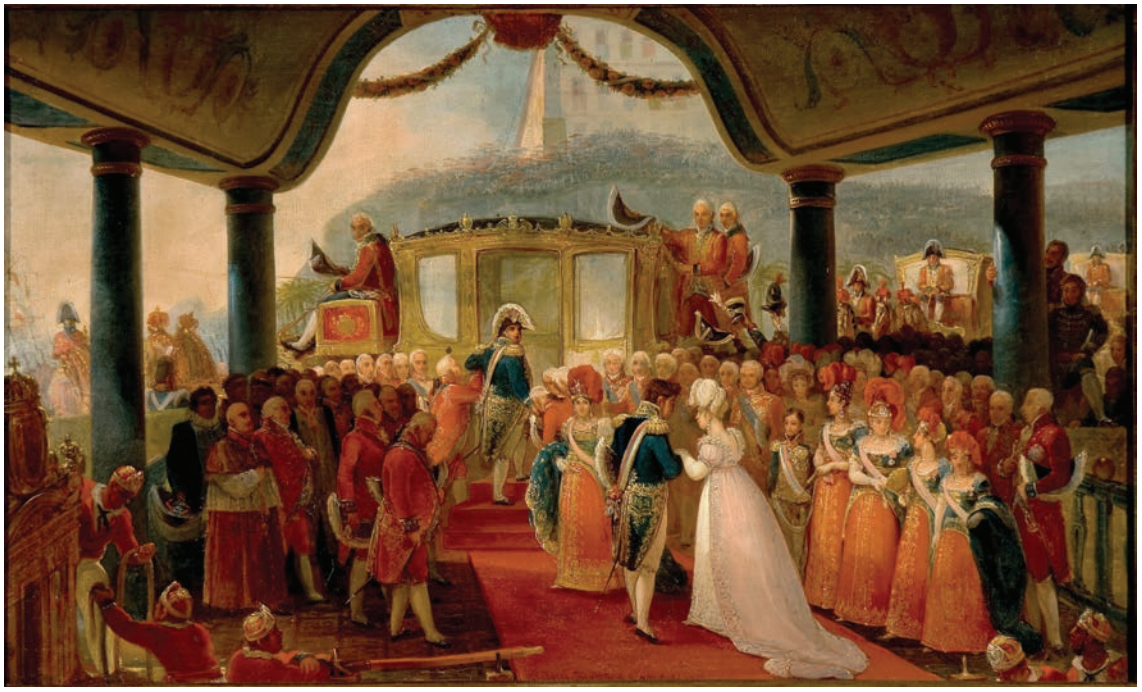
[...]

O exagero de adereços na composição do vestuário é expressão do ser social que se configurou com a abertura do país e a presença da família real, cuja ostentação de um luxo burlesco, caricato, se manifestava em outros setores da vida cotidiana, como no mobiliário das casas [...]. A gana de pompa e esplendor, externada em atavios nem sempre harmônicos com o clima e urbanidade do novo cenário, criava uma forma de ser inédita, como eram os vestidos armados de arame composto de sete saias e inúmeras anáguas que faziam as mulheres se escaldar debaixo deles; assim como as porcelanas chinesas e inglesas com que se servia chá às visitas ilustres, tudo sobre uma prancha apoiada em tamboretes. Esse luxo excessivo é o que chama a atenção ao observador de hoje.

Se algo já na capital do vice-reino que denotasse luxo, não poderia assemelhar-se àquilo que desembarcou por aqui com a nobreza migrada. Lembre-se de que, na fuga atribulada, esta se esforçou ao máximo em deixar o mínimo para os saqueadores de Napoleão. De entreposto colonial, o Rio tornou-se centro das atenções do mundo, pelo menos do ocidental. [...]

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 19, 126, 134-135, 171-172.

atavio: enfeite, apetrecho, relacionado ao cuidado no vestir.
áulico: aquilo que é próprio da corte ou dos cortesãos.
burlesco: que provoca riso, frequentemente pelo exagero ou ridículo.
flanar: andar ociosamente, sem rumo certo, semelhante a perambular.
tamborete: tipo de assento simples, quadrado ou redondo, sem encosto ou braços, como um banco.



Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Fotografia: ID/BR

Desembarque da Imperatriz Dona Leopoldina, de Jean-Baptiste Debret, 1818. Óleo sobre tela. Após alguns anos da presença de dom João VI (1767-1826) no Brasil, o casamento de seu primogênito com dona Leopoldina (1797-1826) rememorava a diferenciação social da nobreza europeia no cenário colonial.

1 Ao longo do texto, é possível observar a existência de uma hierarquia social complexa na colônia. Como você explicaria esse evento?

2 Além da presença no Brasil, uma série de mudanças estruturais foram realizadas na capital após a chegada da Corte. Realize uma busca na internet por imagens das construções promovidas pela Corte portuguesa no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821. Em seguida, converse com os colegas, levantando as semelhanças dessas construções e os objetivos delas.

3 Você reconhece hoje modos de vestir como os descritos por Malerba?

Não escreva no livro.

ESTÚDIO DE HISTÓRIA

JOSÉ MURILO DE CARVALHO



Davi Augusto Studio/ID/BR

Ao longo deste capítulo, você estudou aspectos sobre a monarquia brasileira e a política no século XIX. Um dos temas centrais em discussão foi o da cidadania, de que forma ela foi compreendida e a quem contemplava, e quais os significados desse conceito.

Você já se perguntou como o conceito de cidadania foi se constituindo e como é compreendido no Brasil? Como a cidadania parte de um direito político restrito aos homens e de forma censitária para se tornar direitos e deveres sociais, civis e políticos? Ou, ainda, qual historiador no Brasil se debruçou sobre esses temas para nos auxiliar na compreensão do passado em diálogo com o presente?

Nesta seção, você vai perceber como o estudo da História possibilita a compreensão da realidade que se vive. Uma das maneiras de alcançar essa compreensão é estabelecendo diálogo constante entre o **passado** e o **presente**, reconhecendo mudanças ocorridas ao longo de um **processo histórico**. Você vai perceber no trecho citado a seguir como o historiador José Murilo de Carvalho (1939-2023), durante seu ofício, dedicou-se a identificar e a analisar aspectos desse diálogo a partir do conceito de **cidadania**.

OBRAS-CHAVE

- *Cidadania no Brasil*: o longo caminho (2001)
- *Pontos & bordados*: escritos de história e política (1998)
- *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil (1990)
- *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi (1987)

PERFIL

Nascido em Andrelândia (MG), em 1939, José Murilo de Carvalho teve formação variada nas humanidades, pós doutorando-se em História. Atuou como professor da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Foi professor visitante das universidades de Stanford, Califórnia-Irvine e Notre Dame (Estados Unidos); Leiden (Holanda); Londres e Oxford (Inglaterra); e da Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais (França). Ocupou a cadeira de número 5 na Academia Brasileira de Letras, sucedido pelo filósofo e ambientalista Ailton Krenak (1953-).

EM LEITURA

As reflexões acadêmicas de José Murilo de Carvalho dialogam com a construção do conceito de cidadania, caso do livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Essa obra parte da premissa de que a cidadania é um conceito construído ao longo do tempo e de forma não linear, portanto, como processo histórico, deve ser analisado na trajetória do país em questão, no caso, o Brasil.

> Inicio a discussão dizendo que o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido. [...] O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico.

Não escreva no livro.

Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, político e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não cidadãos. Esclareço os conceitos. Direitos civis são os direitos fundamental à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. [...]

É possível haver direitos civis sem direitos políticos. Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado à parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. [...]

Finalmente, há os direitos sociais. Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Em tese eles podem existir sem direitos civis e certamente sem os direitos políticos. Mas, na ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central [em] que se baseia é a da justiça social.

[...]

O surgimento sequencial dos direitos sugere que a própria ideia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, é um fenômeno histórico. O ponto de chegada, o ideal da cidadania plena, pode ser semelhante, pelo menos na tradição ocidental [dentro] da qual nos movemos. Mas os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta. [...]

Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 14-17.

arbitrário: que não segue a regra, depende apenas da vontade daquele que age.
inviolabilidade: caráter daquilo que é inviolável, que não pode ser acessado ou ferido, como o direito à intimidade e à opinião.

Ellan Lustosa/ZUMA Press/Imageplus



A luta por direitos civis, sociais e políticos se dá de forma contínua e persistente. Os que se organizam em torno do debate da cidadania precisam estar cientes de que o bem-estar é um direito de todos. Na foto, manifestações populares no centro do município do Rio de Janeiro (RJ), em 2023.

PARA CONCLUIR

1. Como o historiador José Murilo de Carvalho estabelece a relação entre passado e presente diante de seu objeto de estudo, a cidadania no Brasil?
2. Você conhece outros autores, historiadores ou não, que tratam do tema da cidadania? Caso seja necessário, faça uma busca na internet.
3. Por que José Murilo de Carvalho afirma que a cidadania tem diversas dimensões?
4. Em sua opinião, qual é a importância da representação política partidária para os diferentes grupos da sociedade?
5. Busque informações sobre a desigualdade de acesso a serviços públicos (exemplos: saúde, educação, segurança, água potável) no Brasil e observe quais são os grupos mais impactados por essa desigualdade. Em seguida, converse com os colegas e verifique se encontraram pontos semelhantes ou discordantes, e quais possíveis melhorias podem ser feitas. Por fim, registrem no caderno as considerações apontadas como mais importantes.

AÇÕES AFIRMATIVAS E PODER

1. No relato a seguir, Lélia Gonzalez (1935-1994) cita um tipo de saber que não se produz na universidade. Que saber é esse e qual ensinamento ele traz?
2. A primeira universidade brasileira a criar cotas raciais foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 2000, o que se tornou lei federal somente em 2012 (Lei n. 12 711). Essas ações geraram muito debate na sociedade: os contrários às cotas, por exemplo, afirmavam que o problema no Brasil é de classe, não de raça. É correto dizer que a Lei de Cotas leva em consideração questões sociais e raciais? Qual é sua opinião sobre o tema?



Linoca Souza/ID/BR

[...] voltei às origens, busquei as minhas raízes e passei a perceber, por exemplo, o papel importantíssimo que a minha mãe teve na minha formação. [...] era uma [...] mulher inteligente, com uma capacidade de percepção muito grande das coisas e que passou isso para mim... que a gente não pode estar distanciada desse povo que está aí, senão a gente cai numa espécie de abstracionismo muito grande, ficamos fazendo altas teorias, ficamos falando de abstrações... enquanto o povo está numa outra, está vendo a realidade de uma outra forma.

Gonzalez, Lélia. Lélia fala de Lélia. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 383-386, 1994. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16220/14767. Acesso em: 22 maio 2024.

No dia 28 de abril de 1987, Lélia Gonzalez foi convidada a participar da 7ª Reunião da Comissão Especial que discutia as políticas para as minorias brasileiras. As discussões ali realizadas ajudariam na construção da Constituição Federal, documento que marca o retorno da democracia no Brasil.

Em seu discurso, Gonzalez enfatizou a construção histórica da marginalização da população negra no mercado de trabalho, no acesso à terra, nas esferas políticas e na educação. Porta-voz do movimento negro que se formou na década de 1970 e ganhou força nas décadas seguintes, a militante propunha aos senadores e deputados constituintes – indivíduos eleitos que tinham por função redigir a nova Constituição – que a Carta representasse uma real isonomia, isto é, reivindicava que, como todos são iguais perante a lei, segundo o documento, situações desiguais fossem compreendidas em suas características específicas.

A aproximação da sociedade civil às esferas de poder político possibilitou o desenvolvimento de políticas importantes para essas populações na Constituição, entre elas podemos destacar a criminalização do racismo, o reconhecimento das terras indígenas e quilombolas e o Estado como defensor dos direitos e das culturas desses grupos. Esse fato ressalta a importância da ocupação de espaços de poder político para a defesa dos interesses de comunidades historicamente marginalizadas.

Não escreva no livro.

PREPARANDO AS NOVAS GERAÇÕES

As **políticas afirmativas** são dispositivos criados para a reversão da desigualdade social e para a valorização das identidades historicamente marginalizadas. Elas surgiram em diferentes países onde os movimentos sociais passaram a pressionar os ocupantes de cargos eletivos para a construção de políticas que revertessem séculos de desigualdades. O objetivo é que as desigualdades diminuam a cada nova geração, ampliando as possibilidades de futuro dos indivíduos que fazem parte de comunidades historicamente prejudicadas pelos privilégios de outros grupos.

Na Colômbia, por exemplo, o reconhecimento da posse da terra aos afro-colombianos se deu na Constituição de 1991. Já nos Estados Unidos, local onde os conflitos raciais foram evidentes pela existência de leis de segregação, os movimentos sociais tiveram início na década de 1950, estendendo-se até a década de 1980.

No Brasil, esses movimentos cresceram nos anos 1980, acompanhados do retorno da democracia, uma vez que, durante a Ditadura Militar, discussões sobre raça eram consideradas subversivas e incitações à desordem social. Entre as reivindicações existentes, uma de grande destaque foi a educação como espaço de construção de identidades positivas e como forma de inserir grupos marginalizados nas universidades, possibilitando, no futuro, melhor inclusão no mercado de trabalho.

Da articulação política de militantes, negros e indígenas, seja buscando cargos eletivos, seja inserindo-se em comissões ou assessorias, surgiram duas importantes leis na esfera da educação. A primeira foi a **Lei n. 10 639/2003**, que determinou a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todos os conteúdos escolares. Em 2008, a lei passou por modificações, ganhando também dispositivos sobre o ensino de história e cultura dos povos indígenas. O objetivo era rever as narrativas existentes sobre essas populações, possibilitando compreender o protagonismo desses agentes e valorizar suas histórias. A segunda foi a **Lei n. 12 711/2012**, que ficou conhecida como Lei de Cotas. Leia a seguir alguns de seus artigos.



Consy/ID/BR

> Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público [...].
>
> [...]
>
> Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
>
> Brasil. Presidência da República. *Lei n. 12 711*, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 22 maio 2024.

Ainda que muito criticadas por alguns segmentos da sociedade, essas leis buscam reparar séculos de marginalização das populações negras e indígenas no país. As críticas geralmente abordam a quebra da isonomia e da meritocracia dos processos de vestibulares. No entanto, é necessário observar que de acordo com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), realizado em universidades a cada três anos, o desempenho dos estudantes cotistas costuma ser igual ou superior ao dos não cotistas. Assim, para uma parte significativa da comunidade universitária, a política de cotas é um meio eficaz de reparação social.

INTERAÇÃO

1. **Como você explicaria a política de cotas a uma pessoa que vai prestar vestibular?**
2. **Quais universidades e escolas técnicas públicas há em seu município? Você planeja estudar em alguma delas? Como é a questão das cotas nessas instituições? Você se enquadra na política de cotas? Para responder a essas questões, reflita sobre seus objetivos de vida e faça uma pesquisa para descobrir as informações. Comente seus planos e ações com a turma.**

Não escreva no livro.

POLÍTICAS DE MARGINALIZAÇÃO: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

Ao longo da história do Brasil, várias foram as maneiras de lidar com algumas das populações consideradas "subalternas" pelas elites governantes, incluindo, nesse termo, os povos indígenas e a população negra escravizada e livre. Portanto, se a República é identificada como momento de aprofundamento das desigualdades, a origem não está nas políticas inauguradas por ela.

Desde o período colonial, alimentou-se a ideia de que os **povos indígenas** integrariam dois grupos gerais: os que poderiam ser aliados, catequizados e, portanto, poderiam ser aldeados; e aqueles considerados hostis e "incivilizados", contra os quais se justificava a guerra. Ainda que essa perspectiva tenha sido criada artificialmente por elites brancas, silenciando o protagonismo indígena, a divisão marca as políticas voltadas às populações indígenas também em outros períodos.

Assim, ultrapassada a missão de conversão religiosa e o uso da mão de obra indígena, características dos tempos coloniais, no século XIX a terra passa a ser o centro da preocupação política. Na instituição do Império, era necessário garantir o alargamento das fronteiras e a manutenção da extensão territorial.

O século XIX é também o século do surgimento do **darwinismo social**. Esse pensamento buscava aplicar teorias do campo das ciências naturais ao desenvolvimento da humanidade, resultando na crença de que existiam raças diferentes e que entre elas haveria uma hierarquia de desenvolvimento. Em relação aos indígenas, essa perspectiva amplia a distinção entre os grupos que podem ser integrados e aqueles que recusam a integração à sociedade ocidental, sendo por isso considerados "primitivos" ou "fósseis vivos" pela intelectualidade da época.

A República, então, cria dispositivos de fixação dos indígenas à terra e os converte em trabalhadores rurais. Buscando integrar indígenas e não indígenas – e, uma vez integrados, deixavam os primeiros de ser indígenas –, as políticas voltadas aos povos originários eram múltiplas, mas, em geral, tinham como objetivos transformá-los em "trabalhadores nacionais" e manter sob tutela aqueles que não se integravam, permitindo que o Estado agisse em nome de seu interesse. É somente depois da Constituição de 1988 que o caráter de tutela deixa de existir na legislação e os povos indígenas têm assegurados seus direitos civis e políticos.



Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Fotografia: ID/BR

Caboclo, de Jean-Baptiste Debret, 1834. Litografia.



Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasiliana. Fotografia: ID/BR

Botocudos, de Jean-Baptiste Debret, 1834. Litografia.

INTERAÇÃO

1. Como os indígenas foram retratados nas pinturas históricas reproduzidas nesta página? Que tipo de identidade indígena cada imagem veicula? Dialogue com os colegas.

Não escreva no livro.

Situação da população negra

Quando se trata da população negra no período colonial, é possível verificar que sua escravização era respaldada por um sistema jurídico que assegurava sua manutenção. No Império, com o crescimento da população negra livre e as pressões para a abolição da escravidão, os negros (livres e escravizados) passaram a ser percebidos pelas elites brancas como um grupo social indesejável, cuja existência em sociedade deveria ser controlada e cujos fazeres culturais deveriam ser reprimidos.

A abolição da escravidão foi um processo gradual, marcado pelo embate entre diversos interesses, entre eles a pressão internacional (especialmente inglesa) pelo fim do tráfico de escravizados, a resistência das elites brasileiras, que não queriam perder a mão de obra escravizada, e a oposição dos próprios escravizados à continuidade do escravismo.

Durante o Império, à medida que cresciam as reais possibilidades da extinção da escravidão, surgiam também dispositivos para marginalizar e controlar a população negra. Com base nessa lógica é que devem ser compreendidos a **Lei de Terras** (1850), que, na prática, impediu o acesso da população negra à posse de terras após a abolição, e o **Código Criminal** (1890), que condenava elementos culturais dessa população, como a capoeira e os cultos religiosos de matriz africana.

Tais medidas foram tomadas porque as elites do país temiam a articulação desse grupo social e o volume populacional significativo que ele representava. Essas articulações existiram ao longo da escravidão e depois dela, representadas, por exemplo, pelas irmandades religiosas negras e agremiações de lazer, pelos grupos escolares, pela imprensa negra, entre outras. Mesmo hoje, passados mais de 130 anos após a abolição, essas articulações ainda existem e se fazem necessárias na luta pela desconstrução de estruturas sociais originadas pelo escravismo que oprimem e marginalizam a população negra.

REFLEXÃO

Resistência negra e movimento abolicionista

Em 1893, o treze de maio, marco da abolição legal da escravatura, era data das mais importantes no calendário dos cidadãos negros. [...] Essa era a imagem que dava início ao primeiro artigo da edição comemorativa de *O Exemplo*, que recobrava: "Quão inúmeros foram os tormentos, os martírios que padeceram os infortunados homens de cor preta, a quem negaram todas as ditas reservadas pelo criador [...]" [...]. Na sequência, Herculano Silva faria suas considerações. Ainda que sancionada por decreto, em seu entendimento, a abolição fora "arrancada pelo povo aos altos poderes". Portanto, os governantes "não lhes fizeram favores libertando-os, porque livres eram eles quando, contra todos os preceitos divinos e humanos, arrancaram-nos de seus lares aos braços da mais degradante condição – cativa!".



Acervo do Palácio dos Bandeirantes, São Paulo. Fotografia: ID/BR

Libertação dos escravos, de Pedro Américo, 1889. Óleo sobre tela.

Pinto, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010. p. 167.

1. **No centro da imagem, é possível observar uma figura sentada em um trono. Você saberia dizer quem é a pessoa retratada e o motivo de o artista representá-la assim?**
2. **A partir dessas fontes, reflita sobre o papel dos escravizados no processo de abolição.**
3. **Faça uma pesquisa sobre as resistências negras e o movimento abolicionista. Com esses dados, discuta com os colegas se a obra de Pedro Américo (1843-1905) representa a totalidade da história da abolição. Anotem as considerações principais.**

LEI DE TERRAS E IMIGRAÇÃO BRANCA

Em 1850, foi aprovada no Brasil a **Lei de Terras**, que definiu o fim de uma prática usual no território, na qual a ocupação da terra garantia a propriedade e estabelecia que somente a compra garantiria sua posse. Essa lei foi implementada no mesmo período da extinção do tráfico de escravizados; portanto, cabe pensar que sua aprovação era uma maneira de evitar o acesso à terra aos ex-escravizados.

Um dia na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo

Entre os anos finais da escravidão até a década de 1930, houve um crescimento vertiginoso da **imigração de europeus** no Brasil. Fruto do incentivo do Estado, em especial do governo da província de São Paulo, que promovia a propaganda do país a fim de atrair imigrantes para trabalhar nas lavouras de café. Por conta das crises econômicas sucessivas enfrentadas pela Europa, principalmente com reunificações tardias da Itália e da Alemanha, e da modernização do Japão, na Ásia, esse incentivo foi bem-sucedido. A população imigrante crescia no mesmo passo em que crescia a competição no mercado de trabalho, disputada agora também pelos egressos da escravidão. Veja, a seguir, dados sobre a imigração no texto do historiador George Andrews e no gráfico.

Preferência no mercado de trabalho de São Paulo

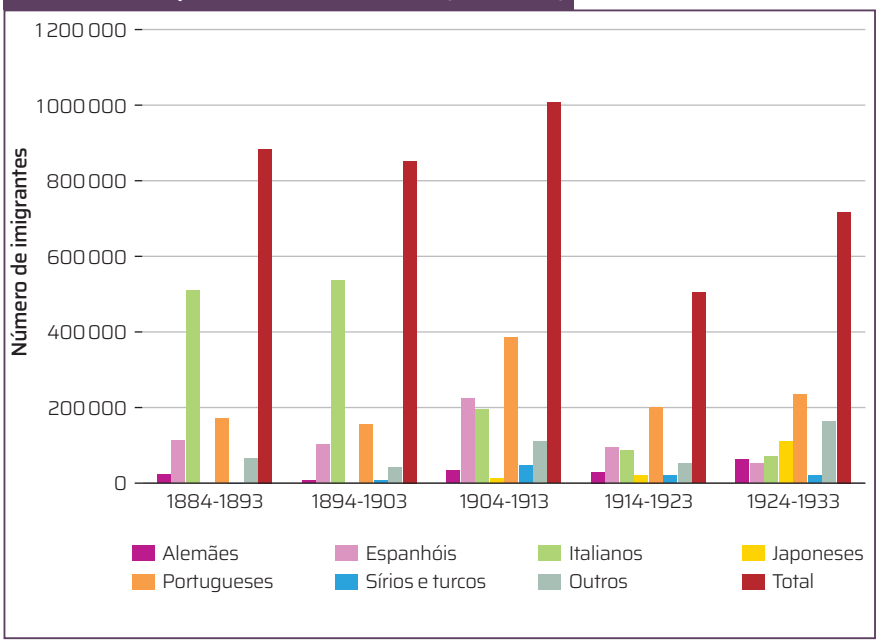
O mercado de trabalho de São Paulo nos anos imediatamente subsequentes à abolição da escravidão era moldado por um direcionamento e intervenção do Estado em um nível incomum (no contexto do liberalismo econômico dominante no mundo atlântico, incluindo o Brasil, na virada do século). Esta era uma intervenção supostamente desprovida de qualquer conteúdo racial, mas na verdade, optando por investir recursos em trabalhadores europeus e se recusando a realizar investimentos comparáveis aos brasileiros, os fazendeiros da província, e o aparato do Estado que eles controlavam, tornaram claras como cristal suas preferências étnicas e raciais.

Andrews, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998. p. 99-100.

INTERAÇÃO

1. Em seu caderno, escreva um texto dissertativo que relacione os dados do gráfico com as políticas de marginalização da população negra. Em uma data combinada com o professor, compartilhe seu texto e conheça as reflexões propostas pelos colegas.

BRASIL: IMIGRAÇÃO POR NACIONALIDADE (1884-1933)



Adilson Secco/ID/BR

Fonte de pesquisa: IBGE. *Brasil*: 500 anos de povoamento. IBGE: Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226. Disponível em: https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html. Acesso em: 11 jun. 2024.

Não escreva no livro.

Fluxos internos

Em São Paulo e nos setores mais produtivos da província havia um fluxo alto de mão de obra disponível, o que aumentava a competitividade pelos postos de trabalho, marcada, ainda, pelo agravante da não superação dos estereótipos contra a população negra, desqualificando seus membros como mão de obra livre, ao passo que se criavam estereótipos favoráveis aos imigrantes europeus, definindo-os como sóbrios, perseverantes e habilidosos.

Em certa medida, esse contexto favoreceu uma série de locomoções internas, como aborda a historiadora Lúcia Helena Oliveira Silva.

As migrações pós-abolição

A vida dos negros no pós-abolição desenrolou-se em meio a uma série de acontecimentos adversos. Não houve incentivos governamentais para apoiá-los na vida em liberdade, perpetuando-se os estereótipos negativos remanescentes da escravidão que os desqualificavam da condição de trabalhador preferencial e quase único durante séculos. [...] Por muitos séculos, os negros viram seus avós, pais e muitos deles serem tutelados e privados de direitos mais fundamentais ao ser humano como a liberdade de movimento, tendo de pedir permissão para tudo.

Por isso, o período pós-abolição foi notável. Eles foram os tempos das saídas coletivas das fazendas e de deslocamentos do campo para a cidade e para outros estados. Tais diásporas revelam o desejo de mudança não só geográfica, mas da formação de novas relações. Como vimos, os libertos e afrodescendentes paulistas fincaram raízes no Rio de Janeiro e criaram junto aos outros grupos da cidade espaços com suas próprias tradições, ao mesmo tempo absorvendo a cultura desses grupos.

Silva, Lúcia Helena Oliveira. *Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-abolição (1888-1926)*. São Paulo: Humanitas, 2016. p. 21-22.

Além de aumentar o volume da mão de obra disponível, o movimento de incentivo estatal brasileiro às imigrações (na virada do século XIX para o século XX) obedecia também a outros elementos. No auge do pensamento racista que acompanha o darwinismo social, subvencionar a entrada de imigrantes europeus era também uma forma de promover o branqueamento da população. Nesse sentido, o artigo 1º do Decreto n. 528, de 1890, evidencia ainda mais a política de imigração com caráter branqueador, uma vez que dificultava a vinda de pessoas originárias da Ásia e da África.

REFLEXÃO

Branqueamento como política de Estado

O projeto de embranquecimento da população brasileira deu-se no plano das políticas de imigração, na cultura e na forma de compreender o país. Sobre esse tema, observe o texto a seguir e a imagem.

É no ano de 1911 que acontece, na Inglaterra, a primeira edição do Congresso Universal das Raças. Sediado na Universidade de Londres, o encontro tem o objetivo de discutir as contribuições das diferentes raças para a humanidade [...]. Diante do peso geopolítico do evento e da importância que o Brasil conferia a ele, o país enviava o médico e antropólogo carioca [João Batista Lacerda], então diretor do Museu Nacional, para apresentar sua teoria que exaltava o embranquecimento [...]. Segundo o cientista brasileiro, por efeito da evolução e da entrada de imigrantes europeus, levaria três gerações ou um século para que o país se tornasse evidentemente branco. O argumento de Lacerda é hoje conhecido [...] e sua participação no encontro torna-se alvo de nossa curiosidade sobretudo porque ele incorporou em seu artigo, *Sur les mêtis au Brésil* (Lacerda, 2011 [1911]), uma imagem do quadro *A redenção de Cam*. De autoria de Modesto Brocos, a tela recebeu a medalha de ouro no momento em que veio a público pela primeira vez, 16 anos antes do Congresso, na Exposição Geral de Belas Artes de 1895.

Lotierzo, Tatiana; Schwarcz, Lilia M. Raça, gênero e projeto branqueador: "A redenção de Cam", de Modesto Brocos. *Artelogie*, v. 5, p. 35-56, 2013.



Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Fotografia: ID/BR

A redenção de Cam, de Modesto Brocos, 1895. Óleo sobre tela.

1. Em grupos, pesquisem sobre a obra *A redenção de Cam*, seu autor e o período de produção. Depois, discutam quais são as possíveis interpretações da imagem.

ATIVIDADES

1 **Leia o trecho do documento a seguir, produzido pelo Movimento Negro Unificado. Depois, faça o que se pede.**

"Contra o Racismo

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia!

Campanha contra a discriminação racial, contra opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra.

Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro!

Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo [...]

Todos nós sabemos o prejuízo social que causa o racismo. Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas frente a um povo inteiro, ou se nega a enfrentar, aí então o resultado é trágico para nós negros: pais desempregados, filhos desamparados, sem assistência médica, sem condições de proteção familiar, sem escolas e sem futuro. E é este racismo coletivo, este racismo institucionalizado que dá origem a todo tipo de violência contra um povo inteiro.

Carta Aberta à População – lida nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo (7/7/1978). *In*: Gonzalez, Lélia; Hasenbalg, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 48-50.

a) Qual é a ideia central do documento apresentado acima? Escreva um parágrafo sobre o tema e depois leia-o para os colegas.

b) Que relações você observa entre o texto de Lélia Gonzales apresentado na abertura do capítulo e esse trecho? Compartilhe suas impressões com a turma.

2 **As discussões sobre as cotas raciais ocuparam a pauta do Supremo Tribunal Federal em 2010. Durante as discussões, o historiador Luiz Felipe de Alencastro (1946-) apresentou suas considerações sobre o debate. Leia a seguir trechos desse parecer.**

Minha fala tentará juntar os dois aspectos do problema, partindo de um resumo histórico para chegar à atualidade e ao julgamento que nos ocupa. Os ensinamentos sobre nosso passado [...] referem-se à densa presença da população negra na formação do povo brasileiro. Todos nós sabemos que esta presença originou-se e desenvolveu-se na violência. Contudo, a extensão e o impacto do escravismo não [...] têm sido suficientemente [...] sublinhados. [...]

[...]

Resta que este crime coletivo guarda um significado dramático: ao arrepio da lei, a maioria dos africanos cativados no Brasil a partir de 1818 – e todos os seus descendentes – foram mantidos na escravidão até 1888. Ou seja, boa parte das duas últimas gerações de indivíduos escravizados no Brasil não era escrava. Moralmente ilegítima, a escravidão do Império era ainda – primeiro e sobretudo – ilegal. Como escrevi, tenho para mim que este pacto dos sequestradores constitui o pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira.

[...]

[...] os ensinamentos do passado ajudam a situar o atual julgamento sobre cotas universitárias na perspectiva da construção da nação e do sistema político de nosso país. [...]

[...]

Por isso, agindo em sentido inverso, a redução das discriminações que ainda pesam sobre os afro-brasileiros – hoje majoritários no seio da população – consolidará nossa democracia.

Alencastro, Luiz Felipe de. *Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal*. [*S. l.*], mar. 2010. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa/anexo/stf_alencastro_definitivo_audiencia_publica.doc. Acesso em: 19 set. 2024.

a) A que se refere o "crime coletivo" ou o "pecado original" mencionado no texto?

b) Considerando as informações do excerto e os artigos 1º e 3º da Lei de Cotas, do item "Preparando as novas gerações", qual é sua posição em relação às políticas de reparação? Dialogue com os colegas.

Não escreva no livro.

3 **(Enem)**

Negro, filho de escrava e fidalgo português, o baiano Luiz Gama fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Foi vendido ilegalmente como escravo pelo seu pai para cobrir dívidas de jogo. Sabendo ler e escrever, aos 18 anos de idade conseguiu provas de que havia nascido livre. Autodidata, advogado sem diploma, fez do direito o seu ofício e transformou-se, em pouco tempo, em proeminente advogado da causa abolicionista.

Azevedo, E. O Orfeu de carapinha. *In*: *Revista de História*. Ano 1, n. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, jan. 2004 (adaptado).

A conquista da liberdade pelos afro-brasileiros na segunda metade do séc. XIX foi resultado de importantes lutas sociais condicionadas historicamente. A biografia de Luiz Gama exemplifica a:

a) impossibilidade de ascensão social do negro forro em uma sociedade escravocrata, mesmo sendo alfabetizado.
b) extrema dificuldade de projeção dos intelectuais negros nesse contexto e a utilização do Direito como canal de luta pela liberdade.
c) rigidez de uma sociedade, assentada na escravidão, que inviabilizava os mecanismos de ascensão social.
d) possibilidade de ascensão social, viabilizada pelo apoio das elites dominantes, a um mestiço filho de pai português.
e) troca de favores entre um representante negro e a elite agrária escravista que outorgara o direito advocatício ao mesmo.

4 **(Unicentro)**

Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.

(Ministério da Justiça, 1996, GTI População Negra).

Com base nos conhecimentos sobre o debate teórico e político a respeito das ações afirmativas, assinale a alternativa correta.

a) As políticas afirmativas visam reconhecer as diversidades entre a população negra e não negra, no sentido de direcionar os esforços para minimizar e gradativamente diminuir as distâncias socioeconômicas que permeiam a vida social brasileira.
b) As ações afirmativas surgem para tratar com igualdade pessoas diferentes, pois o regime escravista proporcionou uma visão negativa do negro, desqualificando-o enquanto pessoa, e, diante disso, consequentemente não necessitaria de educação e direitos tendo em vista a utilidade e a coisificação criadas em torno dele.
c) A ação afirmativa em nada se diferencia das políticas puramente antidiscriminatórias, por atuar preventivamente em favor de indivíduos que potencialmente são discriminados, o que pode ser entendido tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos.
d) No debate público e acadêmico, a ação afirmativa com frequência assume um significado mais restrito, sendo entendida como uma política cujo objetivo é assegurar o acesso a posições sociais importantes a membros de grupos que, na ausência dessa medida, permaneceriam excluídos. Nesse sentido, seu principal objetivo seria combater desigualdades e dessegregar as elites, tornando sua composição mais representativa do perfil demográfico da sociedade.
e) Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta.

PRÁTICAS DE TEXTO

ARTIGO DE OPINIÃO

Proposta

Com base nos estudos deste capítulo, você vai elaborar um artigo de opinião sobre o posicionamento do Estado brasileiro em relação às cotas raciais. O artigo deverá expressar seu ponto de vista sobre o tema por meio da argumentação.

Público	Comunidade escolar e outros leitores interessados.
Objetivo	Expressar opiniões e defender pontos de vista em relação a um tema de relevância social.
Circulação	Revista eletrônica ou *blog*.

Planejamento e elaboração

1 **Antes de começar a escrever o artigo de opinião, faça uma pesquisa em jornais, revistas e *sites* de instituições que oferecem dados sobre o tema. Certifique-se de que as fontes são confiáveis. Procure levantar informações como:**

- O posicionamento do Estado brasileiro a respeito das cotas;
- Onde e como funcionam as cotas no Brasil, principalmente nas universidades e no mercado de trabalho;
- Relatos e opiniões de pessoas que fazem ou fizeram uso de cotas.

2 **Destaque trechos que considere mais importantes nos textos encontrados e faça anotações para organizar sua pesquisa. Você também pode criar tópicos ou esquemas, por exemplo.**

3 **Pense nas perguntas que você gostaria de responder ao longo do texto, no ponto de vista que você vai defender e no porquê dessa escolha. Liste os argumentos que você pode utilizar para defender sua opinião.**

4 **Para fortalecer a argumentação ao longo do texto, você pode se valer de elementos como:**

- Dados estatísticos;
- Citação de especialistas, com indicação da fonte;
- Comparações;
- Exemplos;
- Enumeração de fatos.

5 **Seu texto pode ser escrito em primeira ou em terceira pessoa, mas é importante desenvolver a argumentação de um ponto de vista pessoal, mesmo que você apresente dados e opiniões de outras pessoas.**

6 **Apresente o tema e sua relevância para a sociedade logo no primeiro parágrafo.**

7 **Desenvolva o tema de forma clara e coerente em um ou mais parágrafos e, depois, redija o parágrafo final.**

8 **No parágrafo final, conclua o texto por meio de uma síntese do que foi defendido ao longo do artigo e da reafirmação da opinião principal. Você também pode oferecer uma possível solução para o problema abordado.**

9 **Dê um título convidativo para o texto e que aponte para o ponto de vista defendido.**

10 **Considere que o público de um artigo de opinião, apesar de bem variado, em geral, busca informações consistentes. Nesse caso, a linguagem pode ser mais formal.**

11 **Observe a organização dos parágrafos, a coerência do texto, a pontuação e a revisão gramatical e ortográfica.**

Não escreva no livro.

Revisão e reescrita

1 **Releia seu texto e avalie os seguintes itens:**

O artigo tem um título que chama a atenção dos leitores?
O texto desenvolve o tema de forma clara e coerente?
São apresentados argumentos consistentes?
As informações presentes no artigo são de fontes confiáveis e foram devidamente indicadas?
O texto está coerente e apresenta linguagem formal?
A revisão gramatical e ortográfica do texto está correta?

2 **Faça os ajustes necessários e transcreva a versão final.**

Circulação

1 **Combine com os colegas uma forma de publicação dos textos da turma: em formato de revista eletrônica a ser disponibilizada em redes sociais ou como publicações em um *blog*.**

2 **Definam um mesmo tamanho e tipo de letra para os textos, criando uma identidade única para a revista ou para as publicações do *blog*.**

3 **Caso a forma de publicação seja a revista, elaborem uma capa e um sumário, além de uma página com os dados da publicação e os autores do texto.**

4 **Para a revista, criem um arquivo único com todos os textos em um formato que não possa ser modificado. As páginas devem estar numeradas.**

5 **Compartilhem a revista em redes sociais ou divulguem as publicações do *blog*.**



Consp/ID/BR

REPRESENTATIVIDADE E PODER

1. Como você vê a questão da representatividade nos cargos de comando e de poder no Brasil?
2. Quais razões podem explicar a possível crise da representatividade parlamentar?
3. Diante da crise de representatividade parlamentar que temos atualmente, você acredita que critérios étnicos e raciais, de gênero e de pertencimento a uma classe social deveriam ser levados em consideração pelos eleitores no momento da escolha de seus candidatos? Compartilhe sua opinião com os colegas.



Mário Agra/Câmara dos Deputados

Movimentação de deputados durante sessão do Plenário em Brasília (DF), em 2024.

O Parlamento brasileiro é formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. As duas casas parlamentares são compostas de representantes eleitos pelo povo brasileiro. Além das atribuições de legislar, fiscalizar e controlar os outros poderes, a função essencial do Parlamento, assim como ocorre com os demais poderes, é representar a sociedade. Representar, nesse caso, significa "estar no lugar; fazer as vezes" dos cidadãos. Assim, o Parlamento constitui-se em uma instituição fundamental para a existência de um regime democrático em que os interesses, as necessidades e as aspirações da sociedade possam ser ouvidos e considerados nos atos legislativos, na proposição de políticas públicas e no acesso a elas, com base em princípios de equidade e justiça.

Uma breve análise da composição do Parlamento brasileiro, porém, revela que há um forte descompasso entre os atributos dos eleitos – em sua composição étnica e racial, de gênero e de posição socioeconômica – e as características da maioria da população do país. Em razão disso, podemos indagar se, de fato, o Parlamento representa o perfil e a composição social, racial, étnica e de gênero do cidadão. É lícito, portanto, falarmos da existência de uma crise de representação no Brasil, e é preciso investigar como se processa o fazer político dos representantes do povo no Parlamento, bem como as relações entre o poder e os poderes estabelecidos com os segmentos, grupos e classes sociais específicos.

Não escreva no livro.

REPRESENTATIVIDADE, PODER E FÉ

As relações de poder podem ser observadas em diferentes esferas da vida social, e é preciso avaliar como se processa a intersecção entre religião e representatividade e sua conexão com a cidadania e as políticas públicas.

A Constituição Federal declara que o Estado brasileiro é laico e estabelece a independência da administração pública em todos os níveis com relação a qualquer credo ou instituição religiosa. O Estado laico considera os cidadãos igualmente, independentemente de sua prática religiosa ou de seu posicionamento diante da fé, e se situa fora do âmbito do religioso, não favorecendo nem perseguindo os cidadãos em razão de sua religiosidade ou da falta dela.

Segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, 49,9% das pessoas no Brasil se declararam católicas, enquanto a porcentagem de evangélicos era de 38,6%. Nas últimas décadas, as disputas internas no campo religioso aumentaram, sobretudo entre católicos e evangélicos, bem como entre estes últimos e os adeptos de religiões de matriz africana. Observe o que o pesquisador Luiz Antônio Cunha diz sobre as disputas internas do campo religioso.

> […] O Estado torna-se campo de luta e aliado disputado no embate contra os adversários. Em cada um dos poderes, a luta assume características próprias. […]
>
> […]
>
> No Poder Legislativo, introduzem-se rituais religiosos nos plenários e luta-se para aprovar leis federais, estaduais e municipais que beneficiem instituições religiosas, em termos materiais e simbólicos, assim como para barrar as que as prejudiquem.

Cunha, Luiz Antônio. Panorama dos conflitos recentes envolvendo a laicidade do Estado no Brasil. *In*: d'Avila-Levy, Claudia Masini; Cunha, Luiz Antônio (org.). *Embates em torno do Estado laico*. São Paulo: SBPC, 2018. p. 185. Disponível em: https://portal.sbpcnet.org.br/livro/estadolaico.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

Na composição da Câmara dos Deputados, depois das eleições de 2022, entre os 513 deputados federais eleitos, 233 se declararam católicos, enquanto os evangélicos passaram de 43 em 2010 para 76 em 2022. Assim como ocorre com outros grupos parlamentares que defendem interesses de setores específicos da sociedade (as chamadas bancadas), não é incomum que parlamentares cristãos formem coalizões visando a defesa de pautas que expressem seus valores religiosos.

Há, contudo, uma intensa discussão acerca de possíveis desequilíbrios representativos que podem ser desencadeados por essa prática. Seus defensores afirmam que as reivindicações dessa bancada são legítimas, pois vão ao encontro dos interesses de uma parcela expressiva da sociedade. Já seus críticos apontam que a desproporcionalidade entre representantes de grupos religiosos cristãos e de outras religiões, ou desvinculados de qualquer fé, fere o princípio constitucional de laicidade do Estado ao impor valores cristãos a toda a população.



Pedro Ladeira/Folhapress

Durante o exercício de seu mandato, o ex-deputado federal Eduardo Cunha chegou a comandar cultos religiosos no Congresso Nacional, o que fere as normas constitucionais. Foto de 2015.

CRISE DA DEMOCRACIA E A CIDADANIA ATIVA

Atualmente, o principal desafio da democracia representativa contemporânea é agregar os diversos interesses e demandas sociais. Essa é a opinião da cientista política chilena Javiera Arce, que considera que não apenas os partidos e os políticos estão em crise, mas todo o sistema de democracia representativa. Observe suas considerações sobre as causas dessa crise no texto a seguir.

> […] Entre as causas dessa crise, se encontram o sistema de representação e as instituições políticas, que […] já não estão à altura das exigências dos cidadãos.
>
> […]
>
> Os partidos estão em profunda crise. Ninguém confia neles, pois foram transformados em máquinas de poder, com as quais os políticos buscam riqueza e reconhecimento social. Eles se esquecem da finalidade dos partidos, que é a de representar a cidadania, transformando interesses, demandas e apoios em mensagens claras para que os governos executem as políticas públicas.
>
> Os países devem desenvolver formas de comunicação mais diretas com seus cidadãos. Devem repensar suas instituições e adicionar novas tecnologias nessa nova etapa da evolução da democracia.
>
> A cidadania tem transformado suas formas de expressão e de ação coletiva. […]
>
> ARCE, Javiera. De onde vem a crise da representatividade dos partidos, segundo esta pesquisadora chilena. [Entrevista cedida a] João Paulo Charleaux. *Nexo Jornal*, 3 abr. 2017. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/04/03/De-onde-vem-a-crise-de-representatividade-dos-partidos-segundo-esta-pesquisadora-chilena. Acesso em: 12 jun. 2024.

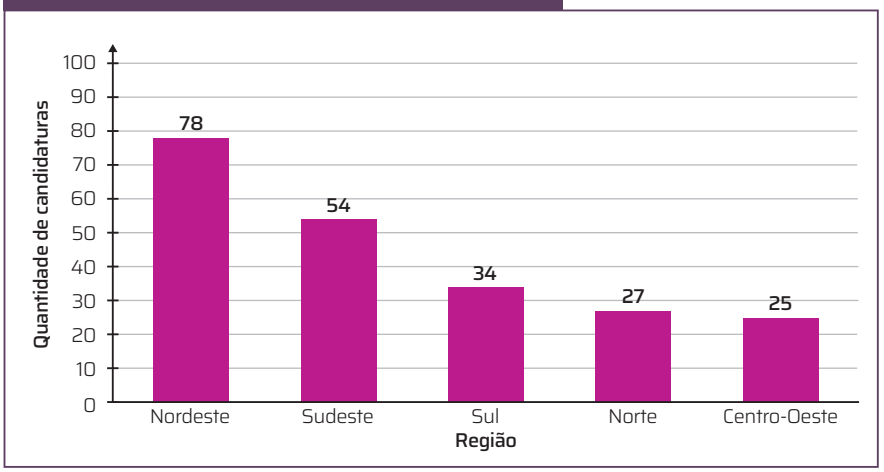
A crise de representatividade não é, portanto, exclusividade do sistema político brasileiro, mas um fenômeno presente atualmente na maioria das democracias representativas, o que implica a reconsideração das formas de funcionamento da democracia representativa diante de seus sinais de esgotamento.

Uma das possibilidades para combater essa crise são os movimentos criados por jovens políticos ou mesmo ativistas que buscam se engajar em melhorias para a comunidade, tanto pelos meios institucionais, apresentando candidatos nas eleições, quanto por outros meios, como por ações em ONGs e parcerias com instituições públicas. Pela via eleitoral, por exemplo, há a possibilidade das candidaturas coletivas. Nessa modalidade, um coletivo se candidata a uma vaga no Executivo ou no Legislativo. Embora haja um representante do coletivo, na prática todos compartilham funções e pautas.

INTERAÇÃO

1. Tradicionalmente, os partidos políticos têm duas funções a cumprir no sistema político: o recrutamento da burocracia para exercer a atividade governativa e o agrupamento de demandas e interesses dos cidadãos. Nesse contexto, que análise você faz das formas mais recentes de exercício da cidadania ativa? Você participaria de alguma iniciativa? Comente com a turma.

BRASIL: CANDIDATURAS E MANDATOS COLETIVOS E COMPARTILHADOS ELEITOS POR REGIÃO (2022)



Renan Oracicl/D/BR

Fonte de pesquisa: NOGUEIRA, Carolina. Eleições de 2022 terão ao menos 218 candidaturas coletivas. *Poder 360*, 18 set. 2022. Disponível em: https://www.poder360.com.br/eleicoes/candidaturas-coletivas-buscam-ampliar-representacao-no-legislativo. Acesso em: 12 jun. 2024.

Não escreva no livro.

REPRESENTATIVIDADE FEMININA NAS ESFERAS DO PODER

As relações de poder, estruturadas em diversos âmbitos da vida em sociedade, interferem diretamente no exercício da cidadania, nas políticas públicas e em nossa experiência cotidiana. Nesse sentido, observemos alguns dados referentes à composição da população brasileira e do Parlamento nas eleições de 2022.

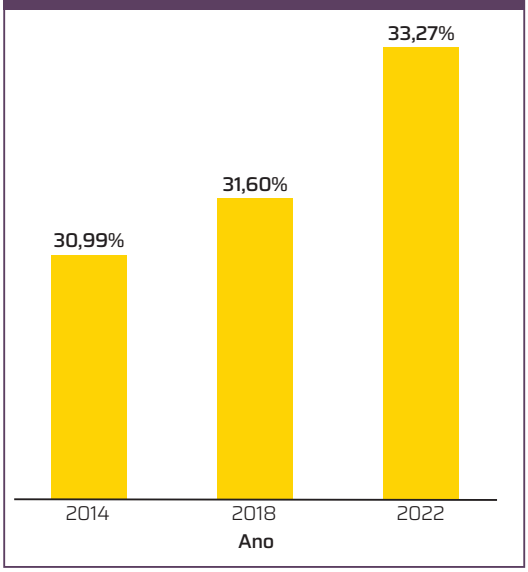
Na eleição para a Câmara dos Deputados para o período 2023-2026, o número de mulheres eleitas aumentou em 18,2%, passando de 77 para 91, o que representa 17,7% das cadeiras e não condiz com o perfil da população brasileira, formada em sua maioria por mulheres, que totalizavam 52,65% do eleitorado.

Em termos absolutos, o estado de São Paulo conta com o maior número de deputadas eleitas, com 14 mulheres na bancada de um total de 70 deputados. Já Alagoas, Amazonas, Paraíba e Tocantins não elegeram mulheres como representantes, o que revela as distorções do sistema político e a falta de representatividade das mulheres nesses estados.

Apesar dos evidentes problemas, segundo analistas políticos, uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em maio de 2018, teve um impacto positivo no crescimento da bancada feminina nas eleições. A decisão garantiu, nas eleições daquele ano, a aplicação de, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV para as candidaturas femininas.

Nas Assembleias Legislativas, as mulheres representam 18% do total de deputados estaduais e distritais eleitos no país, ou seja, um pouco mais que a metade do mínimo de 30% exigido entre as candidaturas femininas para essas casas. O Amapá continua sendo o estado com a maior proporção de mulheres eleitas, com um índice de 29,2%. O Mato Grosso contou com apenas uma mulher eleita, com 4%. Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Goiás foram outros estados que elegeram menos de 10% das mulheres para o total de cadeiras.

BRASIL: PROPORÇÃO DE MULHERES CANDIDATAS AO CONGRESSO NACIONAL (2014-2022)



Renan Oracic/ID/BR

Fonte de pesquisa: Rodrigues, Paloma; Parreira, Marcelo; Cassela, Vinícius. Número de mulheres candidatas é o maior das últimas três eleições gerais. *G1*, Brasília, 16 ago. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/08/16/numero-de-mulheres-candidatas-e-o-maior-das-ultimas-tres-eleicoes-gerais.ghtml. Acesso em: 2 ago. 2024.

AÇÃO E CIDADANIA

Mulheres no poder

Você sabe como é a representatividade de mulheres no estado onde você vive? Conhecer essa realidade é importante para que você possa se posicionar como agente de transformações na região onde mora. Vamos investigar?

1. **Primeiro, você e sua turma devem se organizar em grupos de três a cinco participantes. Descubram quando foram realizadas as últimas eleições para deputados estaduais e federais, senadores e governadores.**
2. **Cada grupo deve escolher um dos cargos citados para pesquisar os itens listados a seguir. É importante que cada um dos cargos seja pesquisado por pelo menos um grupo.**
   a) A quantidade de candidatos para cada vaga.
   b) A proporção de gênero entre os candidatos.
3. **Em seguida, ainda sobre os cargos escolhidos, os grupos devem pesquisar os itens a seguir.**
   a) Entre os candidatos, quantos foram eleitos.
   b) A porcentagem de mulheres eleitas.
4. **Sistematizem os dados pesquisados em gráficos e/ou tabelas, de modo que as informações fiquem claras. Em uma data combinada, apresentem os resultados para a turma e conheçam a situação da representatividade feminina nos outros cargos.**
5. **Qual é o balanço da representatividade feminina no estado onde vocês vivem? Dialoguem sobre o tema. Com base nessa análise, cada grupo deve escrever um texto, de uma página, com suas percepções. Depois, compartilhem o texto com os outros grupos, possibilitando a troca de ideias.**

Representatividade feminina nos municípios

A questão da sub-representatividade das mulheres na política e a busca pela garantia da igualdade de gênero como instrumento da efetivação da democracia também encontram obstáculos nos municípios. Em 2020, 17% das cidades brasileiras não elegeram nenhuma vereadora, o que significa que em 948 localidades nenhuma mulher integrou a Câmara Municipal. Em números absolutos, foram cerca de 9 mil mulheres vereadoras para 47,3 mil homens.

Apesar do cenário desalentador, o índice apresentou melhora em relação às eleições anteriores. Em 2016, o número de vereadoras eleitas foi de 13,5%, passando a 16% no ano de 2020. Em apenas 45 municípios dos 5 568 existentes no país, menos de 1% do total, as mulheres eram maioria no Legislativo.

Dados do TSE revelam que, em cerca de 90% dos municípios, as Câmaras foram compostas com menos de 30% de mulheres. Esse seria o índice mínimo considerado pela lei eleitoral na apresentação de candidaturas, todavia, não há cota para eleições. Para ampliar a presença de mulheres em cargos de representatividade, a lei eleitoral estabeleceu desde 2009 que os partidos ou coligações devem destinar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, porém, 22 dos 32 partidos do país repassaram menos recursos do que deveriam para as candidatas em 2020.

Segundo pesquisadoras da representação política feminina, a falta de penalidades para o desrespeito à regra é um dos fatores que inibem a participação das mulheres na política. Além desse dado, a ausência de recursos financeiros, de apoio político e o tempo de propaganda eleitoral na TV reservado a elas são outros pontos que explicam sua baixa presença nas Câmaras Municipais.

REFLEXÃO

Buscando motivos

Para Fátima Pacheco Jordão, socióloga e conselheira do Instituto Patrícia Galvão, a baixa participação feminina na esfera política explica-se pelo fato de elas serem barradas nos espaços de poder. Significativa em espaços específicos, como na educação, em áreas da saúde e de pesquisas científicas, a representatividade feminina é praticamente inexistente nos espaços de poder e nos partidos políticos. Percebe-se que, nesses locais, é comum o predomínio de homens, brancos, defensores dos interesses da elite econômica – e não dos da população em geral.

Para a socióloga Rosali Scalabrin (1962-), a sub-representação se deve também à divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres em razão da dupla jornada. As mulheres trabalham fora e mesmo assim cuidam sozinhas, ou praticamente sozinhas, das atribuições da esfera doméstica e do cuidado da família. Logo, o tempo disponível para a política seria mínimo.

1. **Reflita e escreva um pequeno texto sobre as incumbências que recaem sobre a mulher no cuidado da família e da casa e a desigualdade que isso gera entre homens e mulheres em vários espaços sociais.**



Pedro Ladeira/Folhapress

Bancada feminina do Congresso Nacional em Brasília (DF). A representatividade de mulheres no parlamento brasileiro é a segunda pior entre os membros do G20, atingindo apenas 14% dos assentos dos parlamentares nacionais. Foto de 2023.

Não escreva no livro.

Luta das mulheres pela participação política

Vimos que as relações de poder estão ligadas à questão da representatividade política nas sociedades democráticas. A história dos movimentos de mulheres pela conquista de direitos políticos e representatividade está vinculada, em seus primórdios, ao contexto das revoluções liberais do século XIX na Europa, momento de discussões sobre a democracia e de mudanças no sistema produtivo.

No Brasil, a primeira Constituição, outorgada em 1824 e vigente durante todo o Império, e a Constituição republicana de 1891 não concederam às mulheres o direito de votar nem de serem candidatas. É preciso mencionar que a Constituição de 1891 não excluiu explicitamente o voto das mulheres, porque essa possibilidade nem era considerada pelos constituintes, que não viam as mulheres como sujeitos de direitos.

A não menção ao direito de voto das mulheres na Carta Magna abriu espaço para que, durante quase quarenta anos, mulheres requeressem alistamento para poder votar. Essas mulheres, oriundas de famílias da elite brasileira, tinham acesso a uma educação de qualidade, não raro realizada fora do Brasil. O contato com as discussões e os escritos sobre os direitos das mulheres em outros lugares estimulou-as a refletir sobre a condição da mulher brasileira.

Em 1910, insatisfeitas com o tratamento dado pela Constituição republicana à participação política feminina, fundaram o Partido Republicano Feminino. Suas principais lideranças foram a professora Leolinda de Figueiredo Daltro (1859-1935) e a poetisa Gilka Machado (1893-1980). Cabe ressaltar que o partido foi fundado por pessoas que legalmente não possuíam direitos políticos, o que era claramente um ato político. Em suas proposições, defendiam o direito ao voto, mas não apenas isso: defendiam também a emancipação e a independência da mulher. Em 1917, o grupo fez uma marcha no Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 90 mulheres, para chamar a atenção para a causa.

No contexto de discussões políticas mais amplas dos primeiros anos do republicanismo brasileiro, a bióloga Bertha Lutz (1894-1976) voltou de Paris e fundou, em 1918, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Ela pertencia à elite brasileira, tanto em termos econômicos como intelectuais, e circulava em ambientes políticos e acadêmicos. Em 1922, organizou o Primeiro Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, com convidadas internacionais e com participantes de São Paulo e do Ceará. Ao longo dessa década, as ideias da FBPF sobre o direito ao voto alcançaram outros estados do país.



Brasiliana Fotográfica Digital/Arquivo Nacional

I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro (RJ), em 1922.

A PRIMEIRA REPÚBLICA E A CONSTITUINTE DE 1934

Na luta pela conquista do voto e da representatividade política, a FBPF pressionou os membros do Congresso e usou a imprensa para mobilizar a opinião pública. Em 1927, o presidente eleito do estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine (1874-1956), articulou parlamentares estaduais para que formulassem uma lei eleitoral que permitisse o voto feminino.

Assim, em 25 de outubro de 1927, pela Lei estadual n. 660, as mulheres no Rio Grande do Norte tiveram reconhecido o direito de votar e de serem candidatas. Um mês após a publicação da lei, a professora Celina Guimarães Viana (1890-1972) tornou-se a primeira mulher habilitada a votar. No mesmo ano, Júlia Alves Barbosa (1898-1943), em Natal, também fez solicitação para ser incluída entre os votantes e defendeu seus direitos sob a justificativa de ter "qualificação de maior, solteira, com rendimentos próprios, portanto apta a exercer sua cidadania", segundo os documentos da época.

O exemplo de Júlia Barbosa foi seguido por outras 16 mulheres, que também se inscreveram para votar. O grande interesse despertado pela audiência em que Júlia Barbosa compareceu para defender seu voto acabou por lhe render uma cadeira na Câmara Municipal de Natal, assumindo o cargo de vereadora em 1928. Aos poucos, em outros estados da federação, o direito ao voto foi sendo conquistado.

Após assumir a chefia do Governo Provisório, em 1930, Getúlio Vargas (1882--1954) designou, pelo Decreto n. 19 459, de 6 de dezembro de 1930, uma subcomissão legislativa para estudar e propor a reforma da lei e do processo eleitoral. A FBPF e outras associações promoveram, então, uma ampla campanha nos jornais em prol da inserção das mulheres no eleitorado brasileiro.

Em 1932, o decreto-lei promulgado por Getúlio Vargas atestando o direito de sufrágio às mulheres entrou em vigor quando esse direito já era exercido em dez estados brasileiros. Bertha Lutz e Leolinda Daltro se candidataram à Constituinte de 1934, mas apenas Carlota Pereira de Queirós (1892-1982) conseguiu se eleger, por São Paulo. Vários artigos da Constituição de 1934 trouxeram benefícios para as mulheres, como os que estabeleceram a regulamentação do trabalho feminino, a igualdade salarial e a proibição de demissão por gravidez.

Antônio Carrera/Agência O Globo



A professora Celina Guimarães Viana, nascida em Natal (RN) solicitou seu registro para participar da eleição municipal de Mossoró (RN) no ano de 1928. Ela tinha 29 anos quando foi ao cartório requerer sua inclusão entre os votantes. Foto de 1971.

Luis Paulo/Agência O Globo



Bertha Lutz, bióloga e líder feminista, foi deputada federal. Foto de 1975.

Acervo Iconographia/Reminiscências



Carlota Pereira de Queirós foi médica e deputada federal. Foto de 1933.

Acervo Iconographia/Reminiscências



Leolinda Daltro foi sufragista e fundadora do Partido Republicano Feminino. Foto de 1917.

Não escreva no livro.

A luta atual por representatividade política

Vimos que a luta das mulheres por direitos políticos e representatividade tem percorrido um longo caminho no Brasil. Nessa trajetória, a Constituição de 1988 foi um marco importantíssimo, pois elevou a igualdade entre homens e mulheres a preceito constitucional.

Passado algum tempo, contudo, ficou evidente que era necessária a realização de ações afirmativas que reconhecessem as discriminações existentes contra as mulheres e promovessem mudanças. No caso das cotas eleitorais por sexo, buscou-se estabelecer condições para um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Em um primeiro momento, essas medidas têm um caráter compensatório, para permitir que mais mulheres ocupem espaços; em um segundo momento, o caráter é distributivo, a fim de assegurar a igualdade entre homens e mulheres.

A aprovação da lei vem estimulando reflexões e ações da sociedade sobre a participação das mulheres nos espaços de poder. Na eleição de 1996, a primeira a acontecer com o sistema de cotas, parcerias entre a bancada feminina no Congresso Nacional, movimentos e entidades lançaram a campanha "Mulheres sem Medo do Poder", que incluiu, além de uma cartilha que instruía as candidatas em suas campanhas, cursos de capacitação para mulheres candidatas em todo o país.

A campanha de 1996, tendo como mote a lei de cotas, deu frutos e, nas campanhas eleitorais de 1998 e 2000, cresceram as propostas à capacitação das mulheres para as disputas eleitorais. Nas eleições de 1998, pela primeira vez, houve uma candidata à Presidência da República. Nas eleições de 2000, concorreram 70 321 mulheres às Câmaras de Vereadores e 1 139 às prefeituras municipais. Foram eleitas 6 992 vereadoras e 318 prefeitas, sendo seis delas em prefeituras de capitais; uma delas, inclusive, na prefeitura da maior cidade do país. O marco dessa conquista ocorreu em 2011, com a eleição de Dilma Rousseff (1947-) para a presidência, reforçada por sua reeleição em 2015.

Alan Marques/Folhapress



Dilma Rousseff acena para eleitores em Brasília (DF) durante cerimônia de posse de seu segundo mandato como presidenta, em 2015.

Segundo Rachel Meneguello, professora de Ciência Política, os avanços são inegáveis, porém é preciso mudanças internas nos partidos para estimular de forma legítima o ingresso e a atuação das mulheres, ou a política continuará a ser um universo predominantemente masculino.

INTERAÇÃO

1. Além dos aspectos discutidos anteriormente, de que outras ações as mulheres poderiam lançar mão para participar mais ativamente da resolução dos problemas da comunidade? Se necessário, faça uma pesquisa sobre o tema e, depois, compartilhe suas descobertas com a turma.

Não escreva no livro.

ERA VARGAS

Em 1930, o presidente Washington Luís (1869-1957) foi deposto do cargo e o poder foi entregue a Getúlio Vargas, que se tornou, assim, chefe do Governo Provisório do Brasil. Durante esse governo, Vargas destituiu os presidentes estaduais eleitos, suspendeu a Constituição de 1891 e concentrou o poder em suas mãos.

Com o objetivo de garantir a governança nos estados e controlar a elite cafeeira paulista, que influenciou diretamente a política nacional nas primeiras décadas da República, foram nomeados por ele interventores, em sua maioria membros oriundos do movimento tenentista, que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935 por oficiais de baixa patente.

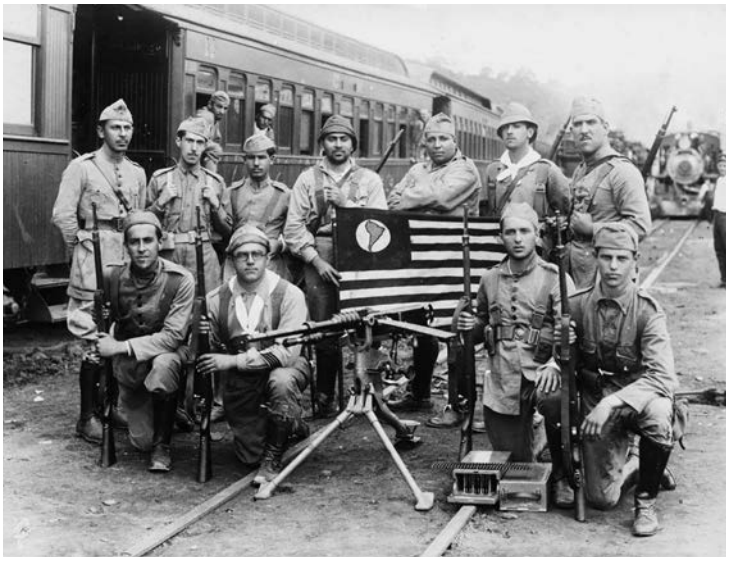
Os representantes dessas oligarquias rurais reagiram negativamente às mudanças realizadas por Vargas, organizando uma revolta, que exigia a deposição do chefe do Governo Provisório e uma eleição de Assembleia Constituinte. Esse levante ficou conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932. Durou três meses e não conseguiu tirar Vargas do poder, mas adquiriu garantias para a elaboração de uma nova Constituição.

History and Art Collection/Alamy/Fotoarena



Getúlio Vargas em Itacaré (SP) após a revolução de 1930, que iniciou a Era Vargas.

Coleção particular. Fotografia: ID/BR



Combatentes constitucionalistas de São Paulo durante levante de 1932.

Em 1933, o governo iniciou o processo de eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. Desde o ano anterior já estava em vigor um novo Código Eleitoral, que estabelecia o voto secreto e garantia às mulheres o direito de votar.

A Constituição promulgada em 1934 manteve o princípio da federalização que garantia a autonomia dos estados em relação ao governo central e definiu que o presidente seguinte seria eleito com o voto indireto. Em 17 de julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito presidente do Brasil.

Portanto, é no Governo Provisório de Vargas que há um avanço na participação feminina ao voto, cuja pressão do movimento de mulheres foi fundamental. A lógica é semelhante à conquista de direitos trabalhistas, pelos quais Getúlio Vargas é amplamente reconhecido, isto é, uma série de garantias trabalhistas emergem ao longo do período em que Vargas esteve no poder, em grande medida graças às ações de trabalhadores por direitos.

O fato é que o governo de Vargas foi responsável pela criação de um modelo intervencionista, tanto na economia quanto na sociedade, ao mesmo tempo que buscava estruturar um Estado burocrático e diversificar a economia em tempos de crise. Basta lembrar que em 1929 ocorre a quebra da Bolsa de Nova York, iniciando um longo período de incertezas econômicas nos países capitalistas, e vulnerabilizando populações diante da ausência, naquela altura, de políticas públicas voltadas ao bem-estar social.

Não escreva no livro.

O Estado Novo

Em 1937, Vargas iniciava a campanha eleitoral para o pleito de 1938, para a escolha do novo presidente e de novos parlamentares, no entanto, ele não dava sinais de que tinha a intenção de garanti-la. Naquele momento, o país experimentava uma grande polarização política.

Em seus discursos, Vargas dava indícios de que a campanha eleitoral representava riscos sociais, em alusão à tentativa de golpe realizada em 1935 contra o Governo Provisório por militares da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Esse levante ficou conhecido como **Intentona Comunista**. Enquanto construía essa narrativa, secretamente, seu aliado Francisco Campos (1891-1968) já redigia uma nova Constituição, que deveria substituir a de 1934.

Em setembro de 1937, o capitão Olímpio Mourão Filho (1900--1972), ligado à Ação Integralista Brasileira (AIB), que possuía direcionamentos ideológicos fascistas, forjou um documento atribuindo sua autoria aos comunistas. O falso documento, intitulado **Plano Cohen**, descrevia estratégias que supostamente seriam utilizadas pelos revolucionários para a tomada de poder. O Plano Cohen foi tornado público com o objetivo de ampliar o clima de insegurança na sociedade.

Em novembro daquele mesmo ano, Getúlio Vargas fez um pronunciamento pelo rádio com tom bastante alarmista sobre o suposto plano dos comunistas para justificar a suspensão das eleições, das liberdades civis e política, além de fechar o Congresso Nacional. A Constituição de 1934 foi trocada pela redigida por Campos, que ficou conhecida como **Polaca**, em referência à Constituição autoritária de viés fascista da Polônia. Dessa forma, dava-se início ao **Estado Novo**.



Acervo Iconographia/Reminiscências

Getúlio Vargas anuncia pelo rádio a Constituição que dava início ao Estado Novo, em novembro de 1937, no Rio de Janeiro (RJ).

O populismo de Vargas

Durante seu governo, Getúlio Vargas adotou uma série de medidas que acenava para determinados anseios da população. Tais medidas integravam um conjunto de práticas e ações que tinham por intenção angariar apoio e admiração popular ao presidente, vinculando a ele a figura de um homem carismático e comprometido com a população. No entanto, ao mesmo tempo que essas medidas eram praticadas, o governo silenciava e reprimia duramente seus críticos e opositores.

As posturas de Vargas nesse período enquadram-no em uma categoria política conhecida como **populismo**, bastante comum na América Latina durante o século XX, mas que também pode ser observado em outras épocas e lugares. O populismo se caracteriza pela ascensão ao poder de indivíduos que se colocam (e são reconhecidos) como líderes máximos da nação, sobrepondo-se, inclusive, a outras instituições políticas e sociais. Esse posicionamento se dá pelo apoio e pela admiração de uma parcela expressiva da população, que se considera e é considerada pelo líder como "o povo", em detrimento dos demais segmentos da sociedade.

INTERAÇÃO

1. **Em quais lideranças políticas da atualidade você identifica características populistas?**
2. **Em sua opinião, quais vantagens e desvantagens o emprego de práticas populistas pode acarretar para a população de um país?**

Não escreva no livro.

REPRESENTATIVIDADE DOS TRABALHADORES

Para alguns pesquisadores, Getúlio Vargas considerava que a omissão do Estado diante da crise econômica, do desemprego e da miséria do povo seria propulsora de um radicalismo de massa, sendo, portanto, necessária a criação de uma proteção social antes que houvesse uma revolução, especialmente nos centros urbanos, onde o volume de pessoas era expressivo e a organização sindical já se mostrava presente nos primeiros trinta anos do século XX. É o caso da **Greve Geral de 1917**, cuja adesão de cerca de 70 mil pessoas paralisou a cidade de São Paulo durantes vários dias.

Enquanto o capitalismo mostrava fragilidade diante da Crise de 1929, as demonstrações de avanço econômico e social dos países socialistas inspiravam movimentos trabalhistas de todas as partes.

As políticas voltadas ao trabalhador na Era Vargas podem ser vistas como multifacetadas. De um lado, uma série de conquistas foram garantidas, tais como: a regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas diárias, 48 horas semanais e o descanso semanal remunerado; a introdução do salário mínimo e do direito a férias anuais remuneradas; a proibição do trabalho dos menores de 14 anos e a regulamentação do trabalho de jovens; a criação específica de um Ministério para ordenar questões trabalhistas, o da **Justiça do Trabalho**, especializado nas disputas entre trabalhadores e empregadores; e a Consolidação das Leis do Trabalho, organizando os direitos do trabalhador em um único documento.

Esses avanços nas garantias dos trabalhadores auxiliaram na criação de uma imagem de Getúlio Vargas como protetor do trabalhador, "pai dos pobres", reforçada por outras instâncias, como as políticas de propaganda do Estado e de educação, que difundiam essa percepção.

A construção da imagem de Getúlio Vargas como protetor dos trabalhadores, das crianças, dos vulneráveis, fez parte das políticas de Estado no período. Ministérios diversos articularam meios de construí-la, entre eles o Ministério da Educação, cujas cartilhas reforçavam a suposta proximidade do presidente às crianças brasileiras.

Manifestação dos trabalhadores em São Paulo (SP), durante a greve geral de 1917. O movimento teve início com a paralisação dos operários de duas fábricas têxteis e rapidamente se espalhou para outras indústrias e cidades.



Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp, Campinas, SP. Fotografia: ID/BR



Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Fac-símile: ID/BR

Ilustração da cartilha do Departamento de Imprensa e Propaganda de 1941. A legenda diz: "Precisamos reagir em tempo contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas pelas mais variadas formas nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da Nação".

REFLEXÃO

Propaganda política

As propagandas como práticas políticas são inauguradas no século XX, em grande medida, impulsionadas pelas novas mídias (rádio e televisão) e pela ampliação do ensino formal.

1. **Quais seriam os meios mais eficientes de atrair a atenção da população para questões políticas? Elabore hipóteses e compartilhe com os colegas.**

Não escreva no livro.

TRABALHISMO E SINDICATOS

Vargas procurou diminuir os crescentes conflitos entre os patrões e os empregados, a fim de manter o controle político do país. Durante o período em que esteve à frente do governo, regulamentou uma série de medidas e leis aprovadas logo após a Revolução de 1930. Em 1943, as leis relacionadas ao trabalho e à proteção do trabalhador foram reunidas em um documento intitulado Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse documento, além de organizar as normas já existentes, apresentou novos direitos e regulamentações trabalhistas.

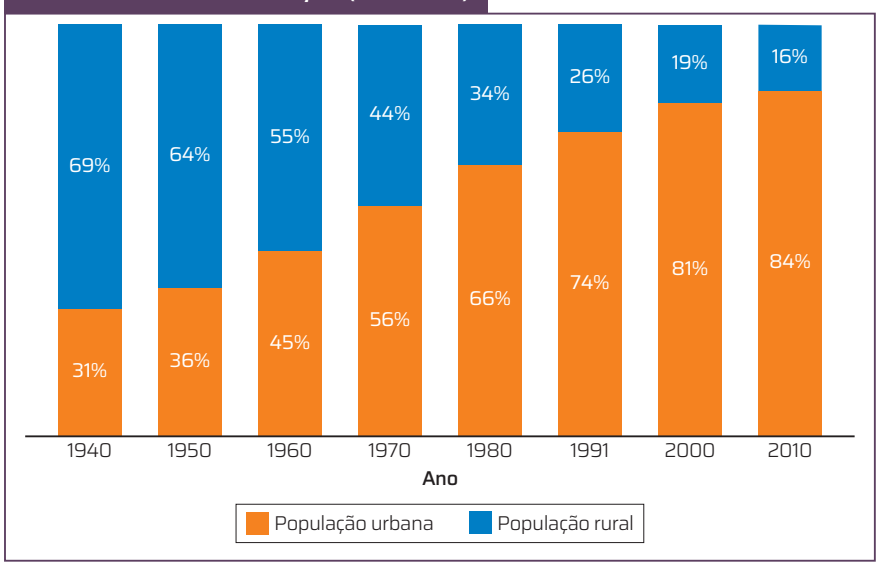
A CLT estabeleceu medidas importantes de proteção ao trabalhador, principalmente em relação à jornada de trabalho e ao direito às férias, e determinou condições adequadas de segurança e de higiene no ambiente de trabalho.

As organizações sindicais passam a ser submetidas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio durante o governo de Getúlio Vargas, já no Decreto n. 18 770 de 1931, quando se determina o Estado como responsável pelo reconhecimento do sindicato, que era entendido como colaborador das políticas desenvolvidas pelo Estado. A autonomia é ainda mais inviabilizada depois do Decreto n. 19 770 de 1931, cuja presença de um representante do Ministério nas assembleias sindicais é estabelecida, em conflito com o que posteriormente preconizava a Constituição Federal de 1934 a respeito da pluralidade e da autonomia sindical, sem que com isso a norma anterior fosse alterada ou considerada inconstitucional ao instituir sindicato único por categoria.

É válido, também, indicar a lacuna deixada pela legislação trabalhista no que se refere aos trabalhadores rurais. O gráfico a seguir demonstra a distribuição da população brasileira nas áreas rurais e urbanas ao longo das décadas de 1940 e 2010. O dado permite compreender o alcance das Leis Trabalhistas, que inicialmente contemplavam apenas o trabalhador urbano.

BRASIL: TAXA DE URBANIZAÇÃO (1940-2010)

Renan Oracic/ID/BR



Fontes de pesquisa: IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. (Séries Estatísticas Retrospectivas, v.3). p. 34. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v3.pdf; IBGE. *Censo Demográfico*. IBGE: Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://basedosdados.org/dataset/b8e8bd62-4eb9-42f9-9ffa-b5cca093f58e?table=ab64f117-11c7-456f-9b3a-3fc1b7f6bd0e. Acessos em: 2 set. 2024.

Os motivos para priorizar os trabalhadores urbanos em detrimento dos rurais são variados, tais como: as relações do governo com a oligarquia rural, ainda preponderante no país; o volume expressivo da população rural no período; a maior dificuldade de articulação desses trabalhadores, dada a distribuição deles em território nacional; e, ainda, o sucesso das práticas **clientelistas**. Ainda assim, algumas normativas foram estabelecidas no fim do chamado Estado Novo, como o Decreto n. 18809 de 1945, que garantia cobertura de acidentes de trabalho na agricultura e na pecuária.

INTERAÇÃO

1. O Decreto n. 24 694, de 12 de julho de 1934, regulamentou o trabalho para menores no Brasil, proibindo o uso da mão de obra de jovens com menos de 14 anos. É possível afirmar que a lei está em completa harmonia com a prática atualmente? Quais são os reflexos do uso da mão de obra infantil? Busque dados *on-line* que auxiliem em sua resposta. Em seguida, compartilhe-a com os colegas.
2. O texto aborda a pouca autonomia sindical durante o governo Vargas. Como essa prática pode ter impactado a visão que se estabeleceu sobre os sindicatos?

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 **Leia o texto a seguir e depois responda às questões propostas.**

> A representatividade na política é um aspecto fundamental de qualquer sociedade. Ela permite que diferentes grupos e comunidades tenham suas vozes ampliadas e suas necessidades atendidas. E[,] neste contexto do Brasil, ter mais mulheres na política é uma questão fundamental. Afinal, como podemos querer uma sociedade justa e equitativa se as mulheres não têm uma presença significativa nos espaços de tomada de decisão? Somos apenas 17,7% dos 513 deputados federais, na Câmara dos Deputados. No Senado, temos hoje, 15 senadoras dentre os 81 parlamentares, um percentual de representatividade de 18,5%.
>
> O Censo 2022 mostra claramente que as mulheres são uma parte substancial da população brasileira. Portanto, é inegável que haja um esforço contínuo para aumentar a participação das mulheres na política. Não se trata apenas de preencher cotas de gênero, mas de garantir que as vozes, preocupações e perspectivas das mulheres sejam ouvidas e consideradas nas políticas públicas, inclusive, que seus direitos sejam defendidos.
>
> Barros, Juliana. Vozes: a importância da representatividade feminina na política. *Exame*, 6 nov. 2023. Disponível em: https://exame.com/bussola/vozes-a-importancia-da-representatividade-feminina-na-politica/. Acesso em: 28 jun. 2024.

a) Por que podemos afirmar não apenas que a representatividade feminina na política é baixa, mas também que ela transparece na ocupação de cargos de poder?

b) Em sua opinião, por que é fundamental que as mulheres participem mais das instâncias de poder?

c) De que maneira a baixa representatividade feminina pode impactar a democracia do Brasil?

2 **Em 1918, de volta ao Brasil, Bertha Lutz envolveu-se imediatamente na luta pelo voto feminino. Leia o texto que ela publicou na *Revista da Semana*:**

> As mulheres russas, finlandesas, dinamarquesas e inglesas [...] já partilham ou brevemente partilharão do governo, não só contribuindo com o voto como podendo ser elas próprias eleitas para o exercício do Poder Legislativo [...]. Só as mulheres morenas continuam, não direi cativas, mas subalternas [...]. Todos os dias se leem nos jornais e nas revistas do Rio apreciações deprimentes sobre a mulher. Não há, talvez, cidade no mundo onde menos se respeite a mulher.
>
> *Revista da Semana*, 14 dez. 1918. *Apud* Pinto, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 23.

a) Qual era a situação das mulheres russas e de alguns países da Europa no que se referia aos direitos políticos, segundo Bertha Lutz?

b) Quem eram as mulheres morenas a quem ela se refere e qual era sua situação?

c) Em seu entendimento, a situação de desrespeito às mulheres, que Bertha denuncia ocorrer no Rio de Janeiro daquela época, ainda tem lugar no Brasil atual?

3 **De que forma a desconsideração do Estado laico por parte de alguns parlamentares, que se posicionam como defensores de determinada fé, pode impactar as políticas públicas destinadas às mulheres?**

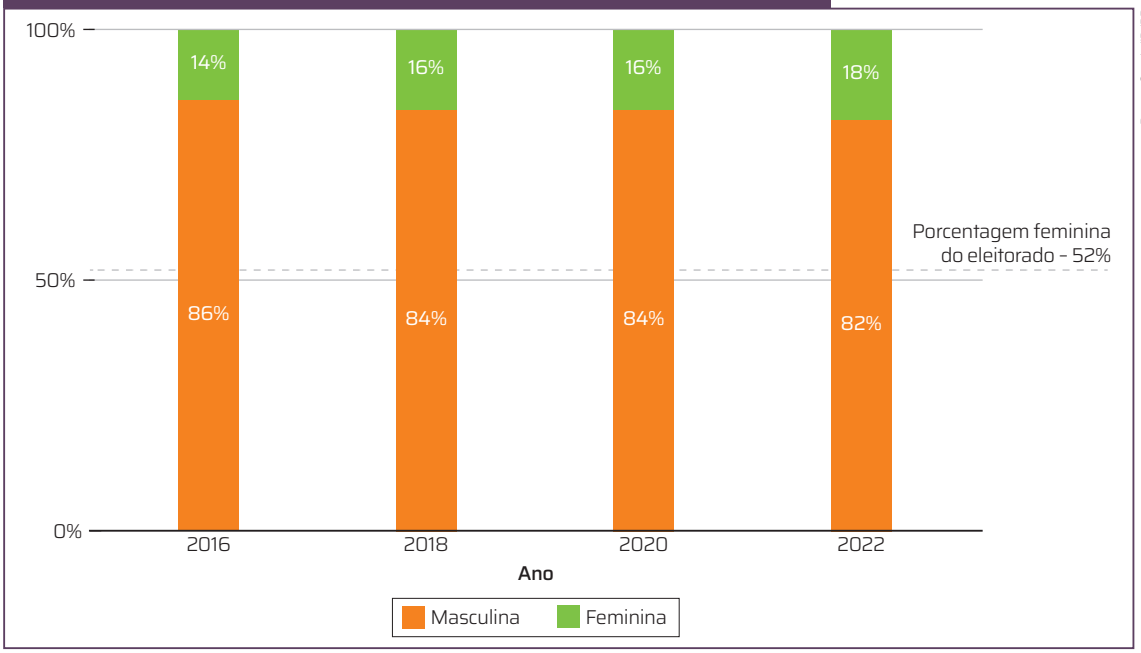
4 **No processo de impedimento e de afastamento da presidenta Dilma Rousseff, analistas afirmaram que a misoginia e o preconceito contra as mulheres foram um importante fator de queda da popularidade da chefe de Estado. Comente como as visões preconceituosas sobre as mulheres impactam as relações de poder.**

5 **Em 1936, ao assumir o mandato de deputada na Câmara Federal, a parlamentar Bertha Lutz propôs mudanças na legislação referentes ao trabalho da mulher, visando, além de igualdade salarial, à licença de três meses para a gestante e à redução da jornada de trabalho, então de 13 horas diárias. Pesquise quais são as regras atuais para a licença-maternidade e a jornada de trabalho. Anote as informações obtidas e discuta com os colegas sobre os dados identificados.**

Não escreva no livro.

6 Observe o gráfico a seguir e depois responda às questões.

BRASIL: REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO PODER LEGISLATIVO (2016-2022)



Renan Oracic/ID/BR

Fonte de pesquisa: TSE Mulheres. Estatísticas. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/. Acesso em: 24 jun. 2024.

a) Observando o gráfico, é possível concordar com a afirmação de que é o eleitorado feminino que decide as eleições?

b) Como a questão da representatividade feminina no poder tem se alterado ao longo das duas últimas décadas?

c) A partir da observação do gráfico e do que você aprendeu sobre a lei de cotas eleitorais, comente a afirmação da socióloga Fátima Pacheco Jordão, citada no artigo indicado na fonte de pesquisa do gráfico: "Os partidos são instituições muito masculinas, e o Brasil é um país muito atrasado com relação a esse recorte de gênero na política. Se há instituição mais machista no Brasil, acho que só o futebol. Masculino, claro".

7 **(Enem)**

A participação da mulher no processo de decisão política ainda é extremamente limitada em praticamente todos os países, independentemente do regime econômico e social e da estrutura institucional vigente em cada um deles. É fato público e notório, além de empiricamente comprovado, que as mulheres estão em geral sub-representadas nos órgãos do poder, pois a proporção não corresponde jamais ao peso relativo dessa parte da população.

Abak, F. *Mulheres públicas*: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

No âmbito do Poder Legislativo brasileiro, a tentativa de reverter esse quadro de sub-representação tem envolvido a implementação, pelo Estado, de

a) leis de combate à violência doméstica.

b) cotas de gênero nas candidaturas partidárias.

c) programas de mobilização política nas escolas.

d) propagandas de incentivo ao voto consciente.

e) apoio financeiro às lideranças femininas.

Não escreva no livro.

AMPLIANDO

O FEMINISMO É PARA TODOS

Ao se deparar com a palavra "feminismo", muitas pessoas podem, equivocadamente, acreditar que se trata de uma doutrina que tem por objetivo afirmar a superioridade das mulheres sobre os homens, negando a estes seus direitos e excluindo-os de sua participação na sociedade – isto é machismo. Em vez disso, o que o feminismo – em suas diversas vertentes – realmente propõe é uma reflexão acerca dos papéis sociais atribuídos a cada gênero em nossa sociedade, um questionamento dos privilégios que são imputados a um gênero em detrimento do outro, que reforçam relações de exploração e submissão, e a reivindicação de direitos que, apesar de serem assegurados por lei a toda a população, são negados ou dificultados, na prática social, às mulheres.

Dentro das correntes feministas existem diferentes enfoques para abordar os mecanismos que possibilitaram a construção de sociedades que se baseiam na opressão de mulheres por homens, mas, de forma geral, todas concordam que essa relação tem contribuído, ao longo de séculos, para que as mulheres sejam submetidas a posições de desvantagem, na qual estão vulneráveis a diversas formas de violência, nas diferentes esferas da sociedade.

Algumas correntes feministas, no entanto, consideram que esses mecanismos oprimem não somente as mulheres, mas também os homens, mesmo que de diferentes maneiras. O texto a seguir, de autoria da teórica feminista e ativista social bell hooks (1952-2021), comenta a abrangência e a importância do feminismo para todos os indivíduos da sociedade.

Alain Pitton/NurPhoto/Getty Images



Manifestante ergue o punho direito enquanto segura placa na qual se lê, em tradução livre: "Meu corpo, minha escolha". Toulouse, França. Foto de 2022.

Anderson Barbosa/Fotoarena



Manifestação contra a importunação sexual no Brasil, em Belém (PA). Foto de 2024.

Não escreva no livro.

Eu queria que tivessem uma resposta para a pergunta "o que é feminismo?" que não fosse ligada nem a medo nem a fantasia. Queria que tivessem esta simples definição para ler repetidas vezes e saber que: "Feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão." Adoro essa definição, que apresentei pela primeira vez há mais de dez anos em meu livro *Feminist Theory: From Margin to Center* . ** Adoro porque afirma de maneira muito clara que o movimento não tem a ver com ser anti-homem. Deixa claro que o problema é o sexismo. E essa clareza nos ajuda a lembrar que todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas. Como consequência, mulheres podem ser tão sexistas quanto homens. Isso não desculpa ou justifica a dominação masculina; isso significa que seria inocência e equívoco de pensadoras feministas simplificar o feminismo e enxergá-lo como se fosse um movimento de mulher contra homem. Para acabar com o patriarcado (outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado), precisamos deixar claro que todos nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas.



Anthony Barboza/Getty Images

bell hooks é o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins em homenagem à avó dela. A opção por grafá-lo dessa maneira foi estratégica: a ideia era recusar o ego acadêmico ou intelectual, conferindo mais destaque às obras e aos escritos do que à pessoa responsável pela autoria. Trata-se de um ato político contra o culto às personalidades. Foto da década de 1980.

Homens, como um grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, do pressuposto de que são superiores às mulheres e deveriam nos controlar. Mas esses benefícios tinham um preço. Em troca de todas as delícias que os homens recebem do patriarcado, é exigido que dominem as mulheres, que nos explorem e oprimam, fazendo uso de violência, se precisarem, para manter o patriarcado intacto. A maioria dos homens acha difícil ser patriarca. A maioria dos homens fica perturbada pelo ódio e pelo medo de mulher e pela violência de homens contra mulheres, até mesmo os homens que disseminam essa violência se sentem assim. Mas eles têm medo de abrir mão dos benefícios. Eles não têm certeza sobre o que vai acontecer com o mundo que eles já conhecem tão bem, se o patriarcado mudar. Então acham mais fácil apoiar passivamente a dominação masculina, mesmo quando sabem, no fundo, que estão errados. Repetidas vezes, homens me falam que não têm a menor ideia de o que feministas querem. Acredito neles. Acredito na capacidade que eles têm de mudar e crescer. E acredito que, se soubessem mais sobre feminismo, não teriam mais medo dele, porque encontrariam no movimento feminista esperança para sua própria libertação das amarras do patriarcado.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo*: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. *E-book*.

1 O que você pensa do feminismo?

2 Você concorda com a autora quando ela afirma que, ao mesmo tempo que homens se beneficiam do patriarcado, eles também são prejudicados por essa estrutura? Por quê?

3 Pesquise o significado da expressão "masculinidade tóxica" e, a seguir, relacione-a às diversas formas de opressão características do machismo que prejudicam tanto mulheres quanto homens.

4 Segundo a autora, de que forma mulheres e homens podem se beneficiar do feminismo?

5 Em sua opinião, quais medidas podem ser adotadas por mulheres e homens para interromper e reparar as opressões impostas às mulheres por meio de estruturas sociais machistas?

Não escreva no livro.

PRÁTICAS DE PESQUISA

MUDANÇAS DE SISTEMA POLÍTICO: DA MONARQUIA À REPÚBLICA

Para começar

No processo de independência das colônias da América do Sul, que ocorreu nas primeiras décadas do século XIX, o Brasil foi a única nação que manteve, como sistema de governo, a monarquia. Todos os outros países do subcontinente tornaram-se repúblicas. Quase setenta anos depois, a república foi proclamada no Brasil. Uma nova constituição foi elaborada e os governantes passaram a ser eleitos, mas alguns problemas estruturais da sociedade se mantiveram, como comenta o autor do texto a seguir.

> O nosso sistema político tardou a adotar o regime republicano. As demais nações sul-americanas tornaram-se repúblicas tão logo conquistaram a independência. No Brasil, como se sabe, demoramos mais: em solução singularíssima, proclamou-se a independência de Portugal, mas se optou pela monarquia, com a manutenção da própria dinastia que reinava em nossa antiga metrópole – os Bragança. Décadas depois, quando a República foi finalmente instituída, ela não resultou de revolução popular, ou de movimento insurgente respaldado pela população. [...]
>
> Sarmento, Daniel. O princípio republicano nos 30 anos da Constituição de 88: por uma república inclusiva. *Revista da Emerj*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 296-318, set./dez. 2018. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v20_n3/revista_v20_n3_296.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

O problema

Quais sujeitos e grupos estiveram envolvidos na mudança de sistema político no Brasil no final do século XIX? Quais eram seus interesses e como foi sua participação nesse processo?

A investigação

- Prática de pesquisa: revisão bibliográfica (estado da arte)

Material

- Folhas para anotações, lápis e caneta
- Dispositivo com acesso à internet
- Livros para consulta

Procedimentos

Parte I – Planejamento e análise

1 **Organizem-se em grupos de quatro a cinco integrantes.**

2 **Cada grupo deve escolher uma das obras de referência indicadas a seguir:**

- Costa, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*: momentos decisivos. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.
- Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

3 **Identifiquem, no livro escolhido, os capítulos e trechos que tratam diretamente dos grupos sociais envolvidos no processo de transição da monarquia à república, no final do século XIX no Brasil, e façam individualmente a leitura e o fichamento desse material. Além disso, realizem uma pesquisa breve sobre a autora ou o autor do livro: quando nasceu, onde trabalha ou trabalhou e qual é sua linha de pesquisa.**

4 **Discutam os conceitos e proposições da autora ou do autor do livro selecionado.**

Não escreva no livro.

Parte II – Levantamento de artigos

1 **Façam um levantamento de artigos em periódicos acadêmicos (revistas produzidas por universidades ou centros de estudo) que tratem do tema, complementando, ampliando ou mesmo se contrapondo às proposições da autora ou do autor de referência. Os artigos devem ser recentes, com menos de cinco anos.**

2 **A seguir, indicamos revistas acadêmicas de História reconhecidas, todas com versão eletrônica na internet. Caso queiram, vocês podem ampliar sua pesquisa buscando outras publicações, mas é importante que elas sejam publicadas por universidades ou centros de estudo. Acessem o *site* da revista e façam uma busca com palavras-chave relacionadas ao problema desta revisão bibliográfica, como "proclamação da república grupos sociais"; "passagem monarquia república interesses"; "participação sociedade proclamação república", etc.**

- *Revista Brasileira de História* – Associação Nacional de História (ANPUH)
- *Estudos Históricos* – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas
- *História* – Universidade do Estado de São Paulo (Unesp)
- *Revista de História* – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP)
- *Tempo* – Universidade Federal Fluminense (UFF)
- *Varia Historia* – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- *Clio* – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
- *História Revista* – Universidade Federal de Goiás (UFG)

3 **Para que o grupo possa ter contato com uma quantidade razoável de artigos, cada integrante deve se responsabilizar pela leitura de um ou dois artigos, fazer o fichamento e apresentar um resumo dos artigos aos colegas.**

4 **Para finalizar o trabalho, vocês produzirão um texto expondo o estado da arte do problema, ou seja, em que ponto se encontram os estudos sobre os sujeitos históricos envolvidos no processo de passagem da monarquia à república no Brasil e quais eram seus interesses.**

Parte III – Elaboração do texto

1 **Redijam, então, em grupo, um texto único com as conclusões a que vocês chegaram.**

- Primeiro apresentem o problema, o livro de referência escolhido e sua autora ou seu autor e os conceitos e as proposições de cada um relativos ao tema.
- Em seguida, apresentem os artigos lidos por vocês, mostrando de que forma eles complementam, ampliam ou se contrapõem às ideias da autora ou do autor de referência.

2 **Formatem o texto segundo as normas (padrão da ABNT) para a revisão bibliográfica:**

- Tipo de letra: Arial ou Times. Sempre seguindo o mesmo padrão do restante do documento.
- Tamanho da fonte: 12 (em todos os elementos). Margens: 3 cm superior e esquerda; 2 cm inferior e direita.
- Façam uma capa para o trabalho. No topo da folha, centralizado, escrevam o nome da escola onde estudam, em negrito.
- Os nomes dos integrantes do grupo, em letras maiúsculas, devem vir três parágrafos abaixo.
- No centro da capa, escrevam o título do trabalho, em negrito e em maiúsculas.
- Logo abaixo, se houver, escrevam o subtítulo, sem negrito e todo em maiúsculas.
- No final da página, nas últimas duas linhas da folha, centralizem o texto e escrevam na primeira linha o local (cidade e estado) e na segunda linha a data (ano).

Questões para discussão

1 **Que desafios vocês encontraram durante a realização desse tipo de pesquisa (revisão bibliográfica)? O que foi mais fácil e o que foi mais difícil realizar?**

2 **Segundo as revisões bibliográficas elaboradas por vocês, que grupos sociais estavam interessados no fim da monarquia e participaram do processo de instauração da república? Quais eram seus interesses?**

3 **Tendo em vista o que concluíram a partir da pesquisa, como vocês acham que esses grupos influenciaram os destinos dessa república? De que forma a permanência da desigualdade explicitada no texto inicial desta seção está relacionada a esse cenário?**

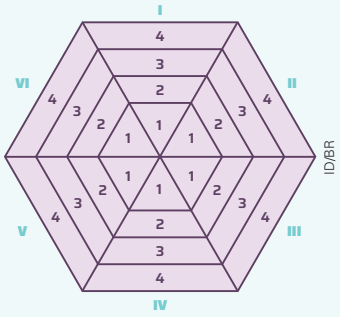
Comunicação dos resultados

Para que o resultado das pesquisas realizadas por vocês possa ser compartilhado com outras pessoas que se interessem pelo assunto, organizem uma revista com a coletânea de revisões bibliográficas feitas pela turma. Pesquisem na internet e escolham um aplicativo de criação de revistas *on-line*. Há muitas opções, e boa parte é gratuita. Elaborem um texto explicando o processo de realização das revisões bibliográficas, que deve ocupar a primeira página da revista. Na sequência dessa página, componham os trabalhos da turma. Não se esqueçam de fazer uma capa com o nome da revista e a identificação da escola, da cidade e do estado de vocês.

Compartilhem o *link* da revista em suas redes sociais e divulguem, na escola, a revista elaborada pela turma.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A



ID/BR

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	**Respostas**	**Cor indicada**
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que "Sempre" realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta **I**.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



ID/BR

Não escreva no livro.

PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente suas respostas às seguintes questões:

Capítulo 7 – A política é para todos?

1. Compreendo o que é política e sua importância para a organização da vida em sociedade?
2. Reconheço a importância da participação política na promoção da democracia?
3. Identifico como os grupos dominantes monopolizaram o poder político desde o período colonial?
4. Identifico os projetos políticos que estavam em jogo durante o Primeiro e o Segundo Reinado no Brasil do século XIX?
5. Compreendo os diversos mecanismos de exclusão social em diferentes momentos da história do Brasil?
6. Identifico como os grupos dominantes monopolizaram o poder político desde o período colonial?
7. Identifico maneiras de participar da política nacional, em diferentes instâncias, na atualidade?

Capítulo 8 – Ações afirmativas e poder

8. Reconheço o longo processo de ampliação popular na participação política?
9. Reconheço a importância de políticas afirmativas para a promoção da equidade socioeconômica no Brasil?
10. Reconheço a existência de políticas de marginalização atreladas às dificuldades de amplos setores da sociedade, em especial negros e indígenas?
11. Refuto quaisquer práticas discriminatórias, sejam elas baseadas em diferenças étnicas, sejam de gênero?

Capítulo 9 – Representatividade e poder

12. Compreendo as relações de poder estabelecidas em diferentes esferas do Estado brasileiro na atualidade?
13. Conheço possíveis alternativas à participação política na atualidade, em especial à das juventudes?
14. Conheço trajetórias de mulheres que se destacaram na cena política brasileira ao longo do tempo?
15. Valorizo as lutas de grupos minorizados por maior participação na vida política do Brasil?

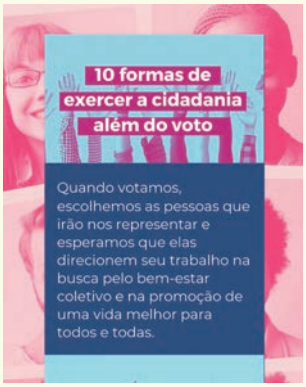


Thiago Limón/DBR

Não escreva no livro.

PARA IR ALÉM

Capítulo 7 – A política é para todos?



Escola da Câmara/Câmara dos Deputados

"10 formas de exercer a cidadania além do voto"

Nessa matéria do Portal EVC, da Câmara dos Deputados, são listadas diferentes formas de participação ativa na política brasileira para além do voto a cada dois anos.

10 FORMAS de exercer a cidadania além do voto. Portal EVC, Brasília, [20--]. Disponível em: https://evc.camara.leg.br/material/10-formas-de-exercer-cidadania-alem-do-voto/. Acesso em: 8 maio 2024.



Companhia das Letras/Arquivo da editora

Por um feminismo afro-latino-americano

A coletânea de textos publicados pela ativista negra e feminista Lélia Gonzalez apresenta a trajetória intelectual e as reivindicações da militância no contexto da redemocratização do país.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização: Flavia Rios e Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.



Editora Autêntica/Arquivo da editora

Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias

Nesse livro, o advogado e professor Renan Quinalha apresenta um panorama da construção do movimento LGBTQIA+ como agente político e suas reivindicações.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+*: uma breve história do século XIX aos nossos dias. São Paulo: Autêntica, 2022.

Capítulo 8 – Ações afirmativas e poder



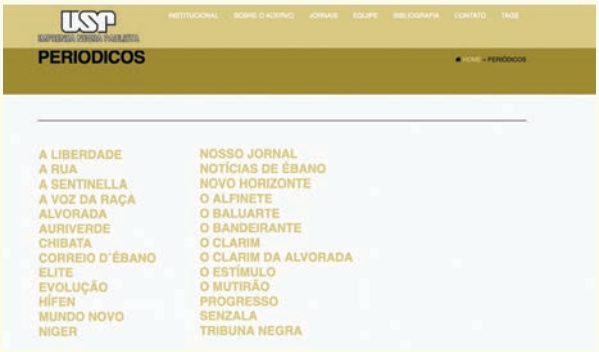
Vitrine Filmes/ID/BR

Martírio

O documentário apresenta as disputas históricas por terra e sobrevivência da etnia Guarani Kaiowá no interior do Mato Grosso do Sul. O material está disponível em diversas plataformas digitais gratuitas.

Martírio. Direção: Tatiana Almeida, Ernesto de Carvalho e Vincent Carelli. Brasil, 2017 (162 min).

Não escreva no livro.

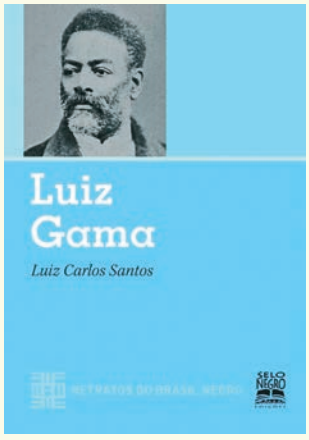


Disponível em: https://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/periodicos/. Acesso em: 10 jun. 2024.

Imprensa Negra Paulista

Essa plataforma da Universidade de São Paulo disponibiliza gratuitamente periódicos produzidos pela população negra entre os anos 1903 e 1963. Por intermédio desse acervo, é possível explorar assuntos como o combate à discriminação racial, a busca por maiores chances de ascensão econômica e social, bem como as práticas recreativas do grupo.

Imprensa Negra Paulista. Disponível em: https://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/periodicos/. Acesso em: 8 maio 2024.



Selo Negro Edições/Arquivo da editora

Luiz Gama

O livro toma por objeto a apresentação e a análise da história do abolicionista, poeta e advogado Luiz Gama, filho de Luiza Mahin (escravizada que participou de revoltas populares), vendido de forma ilegal por seu pai, homem de origem portuguesa.

Santos, Luiz Carlos. *Luiz Gama*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

Capítulo 9 – Representatividade e poder

"Quais medidas incentivam mulheres na política e o quanto elas funcionam"

A reportagem trata das iniciativas institucionais que visam à igualdade de gênero nas esferas do poder.

Fernandes, Marcella. Quais medidas incentivam mulheres na política e o quanto elas funcionam. Agência Patrícia Galvão, 13 out. 2019. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/quais-medidas-incentivam-mulheres-na-politica-e-o-quanto-elas-funcionam/. Acesso em: 3 ago. 2024.



Modo Operante Produções/ID/BR

Torre das Donzelas

O documentário apresenta narrativas de mulheres que participaram de movimentos contra a ditadura militar no Brasil, o cotidiano do período em que estiveram detidas no presídio Tiradentes e as formas como lidavam com a privação de liberdade e a tortura. Entre elas, estão a ex-presidenta Dilma Rousseff.

Torre das Donzelas. Direção: Susanna Lira. Brasil, 2019 (97 min).

ECOS DA ESCRAVIDÃO

ORGANIZAR IDEIAS

Por mais de três séculos, vigoraram no Brasil leis que asseguravam a legalidade da escravidão e permitiam que senhores tivessem direito de posse sobre africanos escravizados. O sistema escravocrata marcou a sociedade brasileira e garantiu muitos privilégios a uma parcela da população branca. Tais privilégios ganharam contornos racistas após a Lei Áurea, que tornou a escravidão ilegal no país.

1. Diante das gêneses dos problemas estruturais de nosso país, o que é necessário para superar os impactos da escravidão na sociedade brasileira atual?
2. De que maneira os mais de trezentos anos de escravidão se refletem no cotidiano dos brasileiros?



Brazil Photos/LightRocket/Getty Images

Trabalhador em plantação de cana-de-açúcar em Cosmópolis (SP). Foto de 2023. ▸

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS HISTÓRIA



UNIDADE 4

10 Escravidão e trabalho análogo à escravidão

11 Existe racismo no Brasil?

12 Vidas negras no Brasil

ESCRAVIDÃO E TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO

1. A liberdade é assegurada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948. De que modo a situação retratada no gráfico a seguir se relaciona a esse direito? Reflita a respeito disso e comente suas percepções com os colegas.
2. O município ou o estado onde você mora realiza algumas das atividades econômicas indicadas no gráfico? Você se lembra de alguma notícia sobre trabalho análogo à escravidão na região onde vive? Em caso afirmativo, é possível relacionar essa notícia aos dados do gráfico? Compartilhe suas informações com a turma.

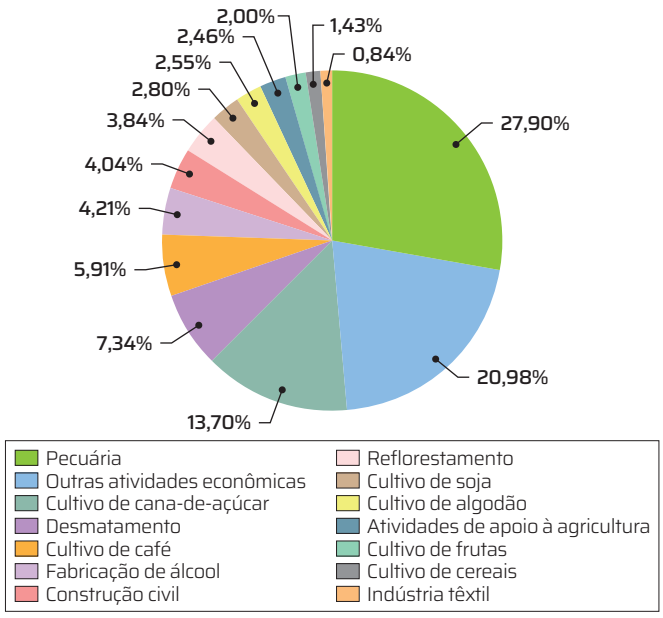
A palavra "escravidão" remete, geralmente, à imagem de africanos sequestrados e comercializados como escravizados, especialmente no continente americano, entre os séculos XVI e XIX.

Apesar de o fim do regime escravocrata ter sido oficializado no Brasil em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, atualmente há milhares de trabalhadores que são submetidos a **condições análogas à escravidão**.

De acordo com o Código Penal brasileiro, essa situação é caracterizada pelos seguintes aspectos:

- **Condições degradantes de trabalho:** refere-se a condições que violam a dignidade do trabalhador, colocando sua vida ou sua saúde em risco. Por exemplo: instalações precárias; ausência de equipamentos de proteção individual; falta de saneamento básico, de água potável e de assistência médica.
- **Jornadas exaustivas:** são jornadas de trabalho que ultrapassam o limite de horas estabelecido por lei e submetem as pessoas ao trabalho excessivo, causando danos à sua saúde ou colocando sua vida em risco.
- **Trabalho forçado:** é caracterizado por restringir a liberdade dos trabalhadores, mantendo-os isolados e sob ameaças de violência física e psicológica para que não deixem de trabalhar.
- **Servidão por dívida:** nesse caso, os trabalhadores são obrigados a trabalhar para pagar uma dívida ilegal, geralmente relacionada a gastos com o próprio serviço, como aquisição de ferramentas e equipamentos de trabalho, moradia e alimentação durante a jornada de trabalho. A cobrança é feita de modo desproporcional, por meio do desconto de valores diretamente do salário do trabalhador. Pesquisadores e juristas distinguem escravidão de trabalho análogo à escravidão por se tratar de contextos históricos específicos, como veremos ao longo deste capítulo.

BRASIL: PRINCIPAIS ATIVIDADES DE TRABALHADORES RESGATADOS (1995-2023)



Renan Oracic/ID/BR

Fonte de pesquisa: SmartLab. Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas. Disponível em: https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=perfilCasosTrabalhoEscravo. Acesso em: 10 maio 2024.

Não escreva no livro.

O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NOS ESPAÇOS URBANOS

Retome o gráfico "Brasil: principais atividades de trabalhadores resgatados (1995-2023)" e observe as atividades econômicas mencionadas nele. Você vai notar que os setores da construção civil e da indústria têxtil concentram os maiores números de trabalhadores libertados das atividades análogas à escravidão realizadas nos meios urbanos. Trata-se de uma realidade que aflige brasileiros e imigrantes no país.

Construção civil

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2023, a construção civil ocupava o quarto lugar na lista de setores que mais empregavam trabalhadores submetidos a regimes análogos à escravidão.

O texto a seguir aborda um caso de trabalhadores resgatados dessa situação no município de Juiz de Fora (MG). A pesquisadora Glaucy Ribeiro acompanhou a ação do Ministério Público do Trabalho (MPT), órgão responsável por investigar e atuar em casos como esse.

É interessante notar como um setor considerado termômetro para a economia, ou seja, quando a economia vai bem, o setor vai bem, quando a economia vai mal, a construção civil acompanha, pode ser cenário também de arbitrariedades na área trabalhista.

[…]

O trabalho de auditoria foi […] acompanhado […] [por] representantes do MPT para verificação acerca da veracidade das denúncias recebidas. Foi constatado que os trabalhadores eram migrantes […], tendo sido alojados em pequenos hotéis da cidade. A prática de aliciamento foi constatada, tendo como exemplo os trabalhadores vindos da cidade de Poço Redondo, no Sergipe.

[Esses] trabalhadores foram procurados por dois aliciadores, os chamados "gatos", conhecidos como Zildo e Cláudio. Este último informou aos trabalhadores que os mesmos deveriam pagar […] R$ 400,00 (quatrocentos reais) pelo transporte, mas que o valor seria restituído pela empresa contratante quando chegassem em Juiz de Fora. […]

Ao chegarem, serventes, pedreiros, carpinteiros e armadores se depararam com a triste realidade. As promessas que lhes foram feitas eram falsas. Dessa forma, os homens tiveram que pagar pela alimentação […], foram informados que também os valores pagos pelo transporte não seriam restituídos.

Já no alojamento foram verificadas irregularidades como a superlotação dos quartos, o que obrigava os trabalhadores a dividirem camas de solteiro. Além disso, a alimentação era de péssima qualidade e em quantidade insuficiente.

[…] Aqui também estes homens foram separados de suas famílias e amigos, trazidos amontoados em um meio de transporte precário. […]

Ribeiro, Glaucy Meyre de Oliveira. *Escravidão moderna*: o trabalho escravo no setor da construção civil. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito e Inovação) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. p. 84-85.

aliciador: aquele que convence outro por meio de argumentos que não são verdadeiros.



O setor da construção civil é um dos que mais submete trabalhadores a condições análogas à escravidão. Prédio em construção em São José dos Campos (SP). Foto de 2022.

Lucas Lacaz Ruiz/Fotoarena

Indústria têxtil

Como visto no texto da pesquisadora Glaucy Ribeiro, os trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão são aliciados com discursos repletos de promessas de uma vida melhor e de condições legalizadas de trabalho, além de rápido retorno financeiro.

Geralmente, os grupos de trabalhadores são levados para longe do lugar onde vivem, muitas vezes para outro estado, ficando isolados de sua comunidade e, consequentemente, distantes de quem poderia ajudá-los a se libertar da situação análoga à escravidão. Nessas condições, esses trabalhadores são privados de liberdade e de direitos a uma vida digna.

Como as pessoas se vestiam no Brasil Imperial?

Além da construção civil, a indústria têxtil também concentra uma quantidade considerável de trabalhadores em situações análogas à escravidão. De acordo com dados da organização não governamental Rede Brasil Atual, as principais vítimas dos aliciadores são mulheres latino-americanas que nasceram em áreas muito pobres do continente, como as zonas periféricas da Bolívia e do Peru. Elas são trazidas para trabalhar em confecções na Região Sudeste do Brasil, especialmente no estado de São Paulo, permanecendo nos locais de trabalho, onde dormem e fazem as refeições. As construções em que essas confecções estão instaladas geralmente não têm infraestrutura adequada e são muito suscetíveis a problemas. Além disso, muitas vezes, as trabalhadoras têm seus documentos retidos pelos empregadores e, assim, ficam impedidas de buscar outras possibilidades de trabalho ou de se mudar.

Daniel Cymbalista/Pulsar Imagens



Na indústria da moda têxtil, o emprego de mão de obra submetida a condições análogas à escravidão ocorre no Brasil e em diversos países. Em 2013, surgiu um movimento internacional chamado Fashion Revolution, que defende a transparência da cadeia produtiva das roupas. Loja de roupas em São Paulo (SP). Foto de 2023.

AÇÃO E CIDADANIA

Consumo consciente

Você já se perguntou por que as empresas submetem trabalhadores a regimes análogos à escravidão? Submeter grupos de trabalhadores a situações como as listadas no gráfico "Brasil: principais atividades de trabalhadores resgatados (1995-2023)" diminui muito os gastos com funcionários da empresa contratante, que deveria assegurar aos seus trabalhadores salário digno, transporte, alimentação, folga remunerada, equipamentos de segurança, décimo terceiro salário, assistência médica e jornadas de trabalho saudáveis, entre outros direitos garantidos por lei.

É fundamental que os consumidores saibam a procedência dos produtos que adquirem e cobrem das empresas condutas alinhadas aos direitos humanos. O primeiro passo é conhecer quais são as empresas ligadas ao trabalho análogo à escravidão para, então, pressioná-las a regularizar seus sistemas de trabalho. Para isso, desde 2016, o Ministério Público do Trabalho divulga o **Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão**, apelidado de **"Lista suja" do trabalho escravo**, que consiste em uma lista com os nomes dos empregadores autuados por submeter funcionários diretos ou terceirizados a essa situação.

1. **Do ponto de vista humanitário, você considera correto uma empresa submeter trabalhadores a regimes análogos à escravidão? Por quê? Explique sua resposta aos colegas.**
2. **Faça uma pesquisa em publicações digitais ou impressas e consulte a versão mais atual da "Lista suja" do trabalho escravo. Há alguma marca ou empresa nessa lista que produza mercadorias que você consome? Em caso afirmativo, como você se posiciona diante disso? Liste suas ações no caderno e compartilhe-as com a turma.**

Não escreva no livro.

CONTINUIDADES HISTÓRICAS NO CAMPO

Observe novamente o gráfico "Brasil: principais atividades de trabalhadores resgatados (1995-2023)". Você vai notar que a maioria das atividades mencionadas ocorre nas áreas rurais do país, especialmente na pecuária, na lavoura, como a de cana-de-açúcar, na produção de carvão vegetal, no extrativismo vegetal e na mineração.

Para alguns pesquisadores, trata-se de uma permanência histórica o fato de trabalhadores rurais serem submetidos a condições escravagistas. Vamos entender melhor a situação?

Agropecuária

A notícia a seguir, publicada em 2024, apresenta um retrato da situação do trabalho análogo à escravidão no contexto rural do Brasil.

O número de pessoas resgatadas em condição de trabalho análoga à escravidão foi o maior dos últimos dez anos, segundo a CPT [Comissão Pastoral da Terra]. O relatório compilou que, em 2023, 2 663 pessoas foram resgatadas nessa circunstância. O Estado com o maior número de ocorrências do gênero foi Goiás, com 699 pessoas resgatadas, seguido por Minas Gerais, com 472, e Rio Grande do Sul, com 323.

No total, houve resgate de trabalhadores em condição análoga à escravidão em 207 municípios de 23 Estados do País. A produção de cana-de-açúcar foi a atividade com a maior incidência de resgates, com 618 ocorrências, seguida por lavouras permanentes, com 598, e lavouras temporárias, com 477.

[...]

A questão agrária esteve na pauta do Congresso em 2023. Além da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra], que pretendia investigar as invasões do movimento, mas terminou sem relatório final, houve a aprovação da Lei do Marco Temporal.

O marco temporal é uma interpretação de um artigo da Constituição Federal. Esse entendimento prevê que uma terra indígena só pode ser demarcada com a comprovação de que os povos originários estavam no local requerido na data de promulgação da Constituição, ou seja, no dia 5 de outubro de 1988.

GALISI, Juliano. Índice de conflitos no campo bate recorde no governo Lula, mostra relatório. *Estadão*, São Paulo, 24 abr. 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/lula-governo-indice-conflitos-campo-bate-recorde-relatorio-comissao-pastoral-terra-nprp/. Acesso em: 18 jun. 2024.



Andre Dib/Pulsar Imagens

Produtor rural colhendo jiló na Comunidade de Macaúba, em Catalão (GO). Foto de 2024.

INTERAÇÃO

1. Busque na internet a informação sobre qual região do Brasil concentra as maiores taxas de trabalhadores resgatados. Como você explicaria o fato de haver mais trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão nessa região? Conte suas hipóteses à turma.

Não escreva no livro.

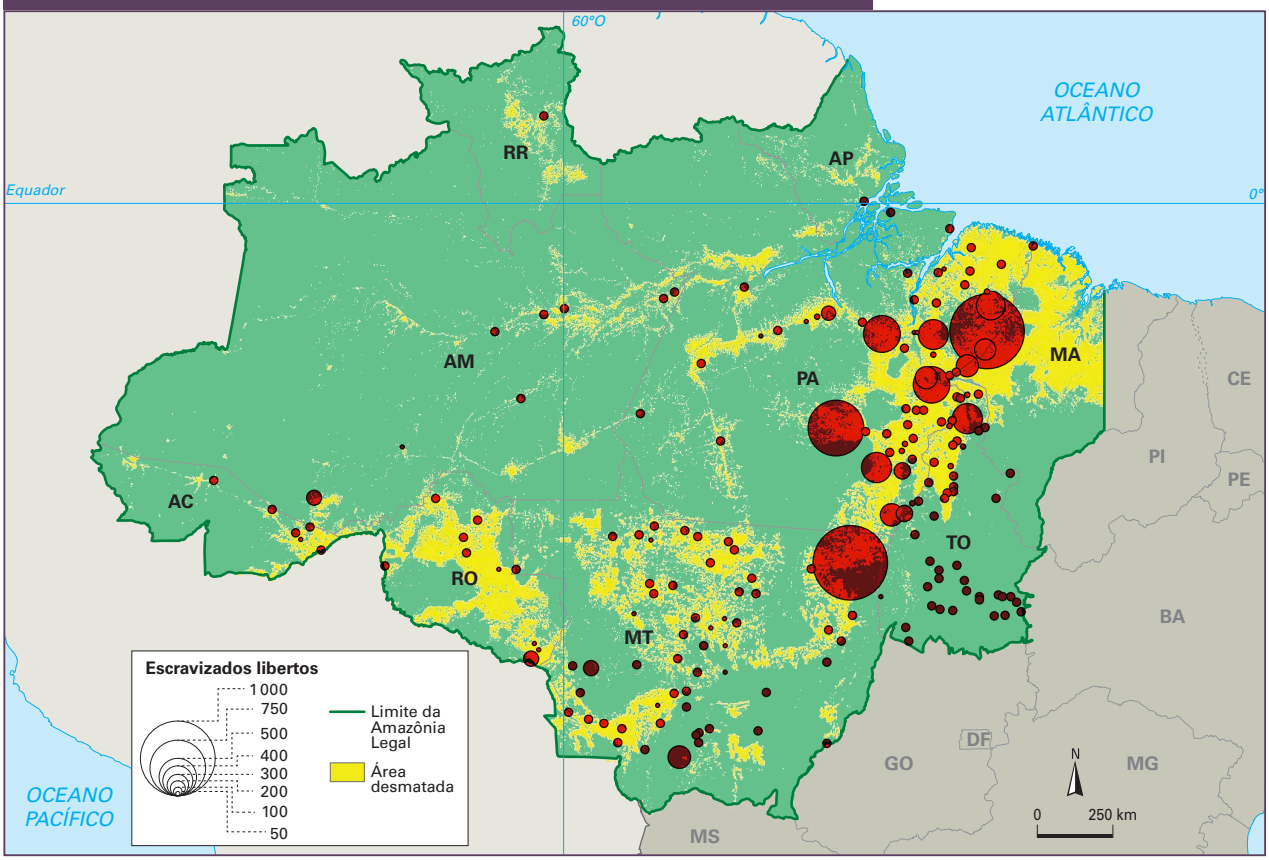
Desmatamento e escravidão

A situação de escravização de trabalhadores nas áreas rurais também evidencia outros problemas de nosso país. Pesquisas realizadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a situação do trabalho análogo à escravidão no Brasil entre 2010 e 2018 revelaram que esse é o tipo de mão de obra empregado nas áreas de maior desmatamento.

Além de explorar as pessoas, os empreendimentos também realizam práticas ilegais contra o meio ambiente, como queimadas de grandes áreas e corte não autorizado de árvores nativas para uso por madeireiras e, posteriormente, para exploração do solo, especialmente na pecuária.

Assim, forma-se uma cadeia de práticas ilegais que prejudicam a sociedade de modo geral. Observe o mapa a seguir.

AMAZÔNIA LEGAL: DESMATAMENTO E TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO (2023)



João Miguel A. Moreira/ID/BR

Fontes de pesquisa: Desmatamento Deter fevereiro 2023. *InfoAmazonia*, [20--]. Disponível em: https://infoamazonia.org/maps/desmatamento-deter-fevereiro-2023/; Trabalho escravo na Amazônia. *InfoAmazonia*, [20--]. Disponível em: https://infoamazonia.org/maps/trabalho-escravo-na-amazonia/. Acessos em: 10 maio 2024.

REFLEXÃO

InfoAmazonia

O projeto InfoAmazonia reúne pesquisadores de diferentes áreas que atuam na coleta, organização e disponibilização de informações atualizadas sobre a situação da floresta Amazônica. O mapa exibido foi elaborado com base em dados divulgados por essa iniciativa.

1. **O mapa evidencia ou refuta a relação entre desmatamento e emprego de mão de obra submetida a condições análogas à escravidão? Explique sua resposta e dê exemplos com base nos dados do mapa.**
2. **Que diferenças você observa entre a situação do mapa e a relação da agricultura com a mão de obra submetida a condições análogas à escravidão, abordada anteriormente?**

Não escreva no livro.

Terras Indígenas

Observe o mapa ao lado, no qual estão representadas as Terras Indígenas demarcadas no Brasil. Compare-o com o mapa "Desmatamento e trabalho análogo à escravidão (2023)". Você vai notar que muitas dessas terras estão em regiões onde há desmatamento da floresta Amazônica e exploração de mão de obra submetida a condições análogas à escravidão. Trata-se de mais um crime associado à prática do trabalho forçado: invadir Terras Indígenas. Essas invasões geralmente levam a conflitos armados, nos quais muitos indígenas são assassinados.

É importante ressaltar que os povos indígenas também foram explorados por europeus durante o período colonial. Grupos de diversas etnias indígenas foram capturados por portugueses e escravizados, principalmente entre os séculos XVI e XVIII.

O trecho a seguir faz parte da pesquisa do antropólogo João Pacheco (1948-) e apresenta relatos históricos sobre a escravização de indígenas na região Amazônica no passado.

BRASIL: TERRAS INDÍGENAS (2024)



João Miguel A. Moreira/ID/BR

A projeção apresenta distorção na área e na forma, principalmente ao se distanciar da linha do Equador.

Fonte de pesquisa: Localização e extensão das TIs. *Instituto Socioambiental*, [20--]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs. Acesso em: 10 maio 2024.

REFLEXÃO

Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910

[...] Toda [...] atividade que exigisse esforço (e, mais especificamente, a atividade econômica) na região Norte, desde o século XVII até a segunda metade do século XIX, estava fundamentalmente ancorada na mão de obra indígena, as "mãos e pés", como os colonos a chamavam. Isso ocorreu, já de início, no Maranhão, onde eram basicamente os índios que trabalhavam nas lavouras e nos engenhos. [...]

Embora, pela mortalidade e pelas fugas, fosse pequena a duração do escravo índio [...], o seu baixo custo em relação ao escravo negro importado parece tornar economicamente mais vantajosa uma utilização extensa das populações indígenas, ainda que isso resultasse em rápida depopulação de determinadas áreas. Heriarte [ouvidor-geral, 1662] refere-se à existência anterior de 18 aldeias de índios na ilha do Maranhão (São Luís), das quais apenas três teriam sobrevivido até sua época [...]. É em torno do controle da mão de obra indígena que vai se desencadear um prolongado conflito entre religiosos e moradores [...]. São unânimes os historiadores ao apontar a oscilação da coroa portuguesa em relação a essa disputa. [...] Na prática, porém, as restrições à escravização dos índios eram cotidianamente infringidas [...].

Oliveira, João Pacheco de. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-32, jan./abr. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000100002. Acesso em: 10 maio 2024.

1. **De acordo com o texto, quais atividades eram realizadas pelos indígenas escravizados? Por que essas atividades eram importantes?**
2. **Busque informações sobre os conflitos atuais que envolvem povos indígenas e discuta com os colegas sobre permanências e mudanças na relação dos povos indígenas com os não indígenas.**

Não escreva no livro.

Escravidão e povos indígenas no Brasil

A presença, o conflito e a escravização de povos indígenas não se resumem, porém, à Amazônia. Nos diferentes espaços e em diferentes momentos, o contato dos indígenas com os não indígenas representou aproximações e conflitos.

No caso, por exemplo, do Rio de Janeiro, a disputa entre portugueses e franceses pela conquista do território, entre 1562 e 1567, significou também o envolvimento dos povos do litoral fluminense e paulista. Assim, os franceses, apoiados pelos Tupinambá (ou Tamoios), e os portugueses, pelos Tupiniquim (ou Tupis), guerrearam em prol de seus interesses. Ao final, ainda que a vitória tenha sido portuguesa-tupiniquim, ficou estabelecido que os Tupinambá do litoral não seriam escravizados, mas também não atacariam as edificações coloniais litorâneas.

Se a guerra se dava de acordo com diferentes interesses, os processos de aldeamento seguiam regra semelhante. O projeto de catequização dos jesuítas na colônia portuguesa se estendeu em todo o litoral, com incursões para o interior, a fim de **apresar** e estabelecer esses indígenas em missões. O objetivo era cristianizá-los e inseri-los no conceito e no comportamento da sociedade colonial, tornando-os súditos dos reis para que atuassem em diferentes papéis, entre eles o de trabalhadores escravizados. Contudo, a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida informa que, na condição de súditos reais, podiam recorrer às **mercês reais** e obter títulos de honraria, o que favoreceu a criação de elites indígenas, ainda que sujeitas a discriminações.

Se a guerra colonial era a forma de legitimar a ocupação territorial, era também o modo de impor a dominação metropolitana. Assim, os indígenas considerados inimigos, por não auxiliarem o domínio português ou não se submeterem a ele, tornavam-se escravizados legítimos do rei; os indígenas aliados eram aldeados, cumprindo inúmeras funções, como servir ao rei, aos moradores e aos missionários, e submetidos ao trabalho compulsório, determinações que, por vezes, resultavam em embates entre lideranças indígenas, indígenas comuns, missionários e demais colonos.

apresar: processo no qual os indígenas eram capturados.

mercês reais: prática na qual serviços eram recompensados por ordem real.

As missões jesuítas deixaram diferentes marcas de sua existência. Na foto, é possível ver parte do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, que desde 2009 integra o Parque Histórico Nacional das Missões, no Rio Grande do Sul. Foto de 2022.



Michel & Gabrielle Therin-Weise/Alamy/Fotoarena

REFLEXÃO

Povos indígenas no Brasil

Durante longo tempo, as narrativas a respeito dos indígenas afirmavam seu desaparecimento progressivo. Mesmo que realizadas como forma de denúncia da violência do Estado (português e depois brasileiro) contra essas populações, elas são compreendidas como problemáticas pelas militâncias, pois silenciam a existência de povos indígenas na atualidade.

1. **De acordo com o que estudamos, é possível dizer que os indígenas atuaram como sujeitos históricos no contexto da colonização?**
2. **Você conhece alguma reserva indígena? No estado onde você mora, há indígenas? Busque informações na internet e compartilhe com os colegas.**
3. **A Lei n. 11645 de 2008 determinou a obrigatoriedade do ensino da cultura e história dos povos indígenas. Você considera que a legislação pode ter impactos sobre a forma como a sociedade se organiza?**
4. **O sítio arqueológico São Miguel Arcanjo (RS), que foi um antigo aldeamento indígena, hoje é considerado Patrimônio da Humanidade. Faça um *tour* virtual por esse sítio arqueológico, disponível no *site*: https://www.eravirtual.org/saomiguel_portugues/ (acesso em: 30 set. 2024). Depois de explorar o local, realize uma pesquisa sobre ele e compartilhe suas descobertas com os colegas.**

Não escreva no livro.

Passado escravocrata

Os pesquisadores não chamam o trabalho escravo contemporâneo de escravidão. Como você observou na abertura deste capítulo, trata-se de uma escolha científica para diferenciar os regimes de trabalho que submetem as pessoas a condições análogas à escravidão que fazia parte da estrutura do Brasil desde o período colonial.

A escravização que ocorreu no Brasil entre os séculos XVI e XIX é chamada pelos especialistas de **escravidão moderna**, pois se desenvolveu sensivelmente durante a Idade Moderna, período histórico em que parte da Europa Ocidental se voltava para a exploração de terras e do trabalho de pessoas de outros continentes. A opção por essa expressão também tem por objetivo diferenciá-la dos regimes de escravidão surgidos durante a Antiguidade em diferentes locais, como Grécia, Roma e Egito antigos.

É possível notar algumas similaridades entre a escravidão moderna e as condições de trabalho análogas à escravidão. Porém, trata-se de circunstâncias situadas em contextos históricos diferentes, cuja principal distinção é o fato de, no primeiro caso, a escravidão ser permitida por lei no Brasil e defendida pela maioria dos governantes, que também eram os detentores de terras e de africanos escravizados. Nesse tipo de estrutura, uma pequena parcela da população detém o poder político e econômico em detrimento de uma grande camada da população, na qual a maioria das pessoas tem seus direitos negligenciados.

O Brasil foi o último país da América Latina a pôr fim à escravidão moderna. Em termos históricos, trata-se de um evento recente: a escravidão moderna foi extinta há cerca de 130 anos, após vigorar por mais de três séculos. De acordo com pesquisadores como Lilia Schwarcz (1957-) e Laurentino Gomes (1956-), a proximidade histórica com a realidade escravista e o longo período em que essa realidade persistiu são dois dos principais motivos que colaboram para **naturalizar**:

naturalizar: no texto, refere-se ao ato de tornar algo natural, normal.

- a violência contra trabalhadores, em especial aqueles com níveis menores de escolaridade e de renda;
- a existência de grupos que detêm uma grande quantidade de riquezas enquanto outros vivem na miséria.

Esses dois aspectos evidenciam características das desigualdades social, racial, econômica e cultural de nosso país. E essas evidências não são naturais, mas, sim, construções históricas e sociais. Tal percepção é importante para que possamos analisar e questionar nossa sociedade. Dessa forma, pesquisar as condições sociais atuais do Brasil e conhecer as estruturas que o organizaram no passado contribui para que compreendamos o presente, as continuidades históricas e os movimentos de transformação, além de favorecer a percepção de como podemos agir para a construção de um país justo.



Gilmar/Acervo do cartunista

Época dos escravos..., do chargista Gilmar. *Charge* de 2017.

INTERAÇÃO

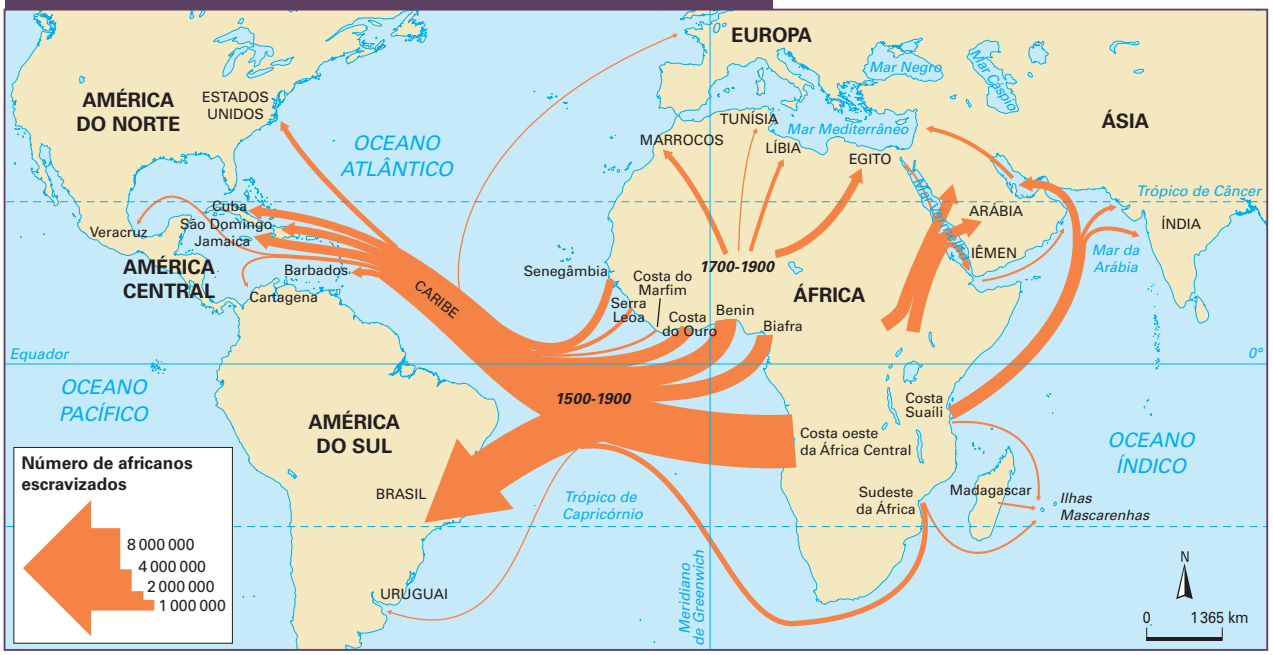
1. De que modo a *charge* desta página relaciona a escravidão moderna aos regimes de trabalho atuais considerados análogos à escravidão? Comente suas percepções com os colegas.

O tráfico de escravizados

Como você observou, o aliciamento de trabalhadores por empresas que submetem pessoas a regimes análogos à escravidão é caracterizado, entre outros aspectos, pelo transporte dos grupos aliciados para locais distantes de suas residências e comunidades. Trata-se de mais uma semelhança entre o contexto atual desse problema e a escravidão moderna.

O mapa a seguir retrata o tráfico de pessoas escravizadas do continente africano para outros continentes, processo conhecido como **diáspora africana**.

TRÁFICO DE PESSOAS ESCRAVIZADAS PARTINDO DA ÁFRICA (1500-1900)

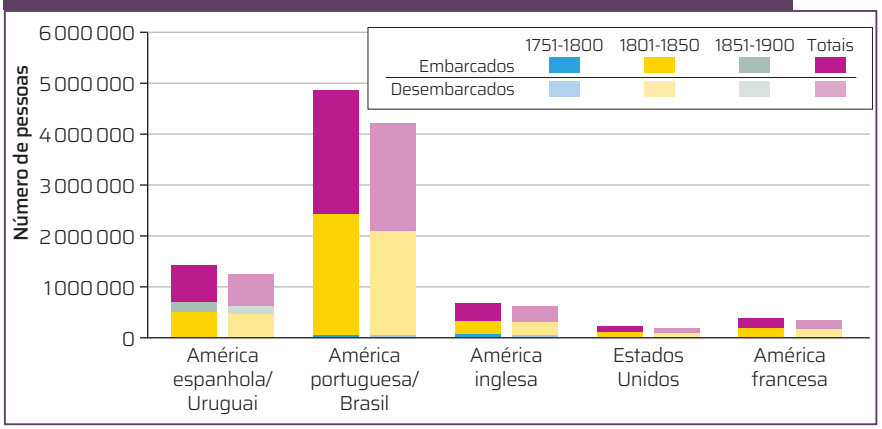


João Miguel A. Moreira/ID/BR

Fonte de pesquisa: *Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos*. Disponível em: https://slavevoyages.org/voyage/maps#introductory. Acesso em: 10 maio 2024.

Além dos traumas do sequestro, as pessoas aprisionadas tinham de lidar com as longas jornadas marítimas, as péssimas condições das embarcações, a escassez de água e de alimentos e os constantes maus-tratos durante a viagem, fatores esses que ocasionavam muitas mortes. O gráfico "Pessoas escravizadas embarcadas e desembarcadas (1500-1900)" fornece um panorama tanto da quantidade de africanos escravizados embarcados e desembarcados quanto da mortalidade nas viagens transatlânticas, fatos que corroboram a denominação dada a essas embarcações, chamadas **tumbeiros**.

PESSOAS ESCRAVIZADAS EMBARCADAS E DESEMBARCADAS (1500-1900)



Adilson Secco/ID/BR

Fonte de pesquisa: Slave Voyages 2.0: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. *Plataforma 9*, [20--]. Disponível em: https://plataforma9.com/investigacao/slave-voyages-2-0-the-trans-atlantic-slave-trade-database. Acesso em: 12 jul. 2024.

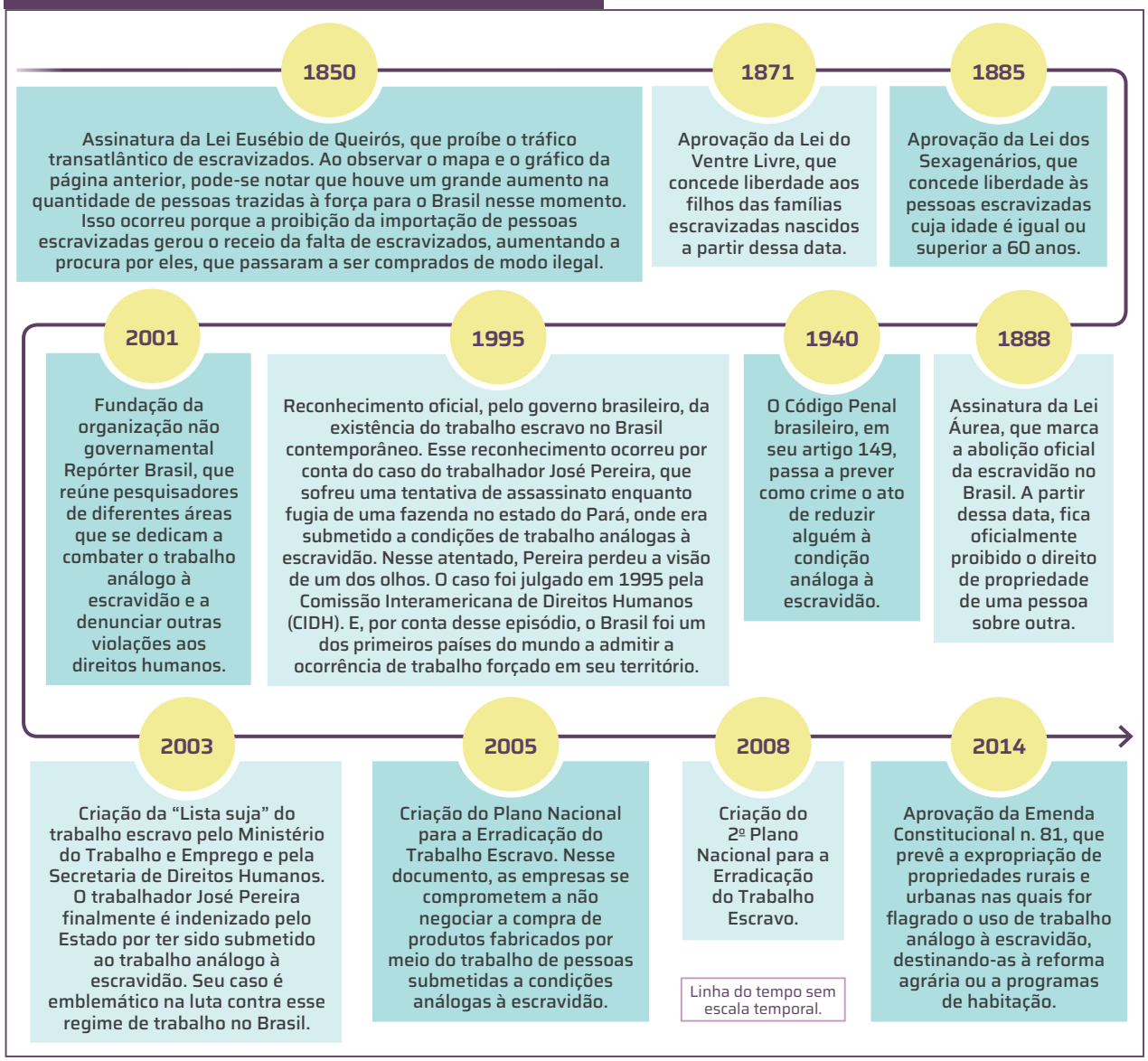
Não escreva no livro.

Alguns marcos históricos

Ao analisar o mapa "Tráfico de pessoas escravizadas partindo da África (1500-1900)" e o gráfico "Pessoas escravizadas embarcadas e desembarcadas (1500-1900)", observando os períodos apresentados, é possível levantar hipóteses sobre eventos políticos que impactaram o tráfico de pessoas escravizadas entre o continente africano e o continente americano.

A linha do tempo a seguir apresenta alguns desses eventos e outros relacionados ao trabalho escravo nos dias atuais.

PANORAMA POLÍTICO DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO



Fonte de pesquisa: Escravo, nem pensar! *Linha do tempo*. Disponível em: https://escravonempensar.org.br/livro/linha-do-tempo/#1. Acesso em: 10 maio 2024.

INTERAÇÃO

1. **Retome o mapa "Tráfico de pessoas escravizadas partindo da África (1500-1900)" e o gráfico "Pessoas escravizadas embarcadas e desembarcadas (1500-1900)" e observe a linha do tempo acima. Depois, responda às questões.**

   a) Qual território mais recebeu pessoas escravizadas durante a diáspora africana?

   b) Em qual período desembarcou no Brasil o maior número de pessoas sequestradas e escravizadas? Como você relacionaria isso aos eventos abordados na linha do tempo?

Não escreva no livro.

A chegada dos africanos escravizados ao Brasil

O sequestro, o embarque e a viagem das populações africanas escravizadas e trazidas para a América eram marcados por um processo de violência física e psicológica. Além da ameaça aos indivíduos rebeldes de serem jogados vivos aos tubarões que seguiam os navios e do batismo forçado na religião cristã, os escravizados que chegavam aos portos das colônias americanas ainda vivenciaram outras formas de coerção e desumanização.

É importante ressaltar que quatro em cada dez escravizados africanos desembarcados na América tinham por destino o Brasil, como indica o historiador Manolo Florentino (1958-2021). A origem dessas pessoas era variada, conforme o tempo e as articulações de europeus, americanos e africanos. No século XVIII, por exemplo, predominava a importação de escravizados saídos dos portos de Luanda e de Benguela, onde hoje é Angola. Uma vez no Rio de Janeiro, esses africanos passavam por uma quarentena e seguiam, então, para outras regiões do país.

Esse processo de recolhimento dos indivíduos escravizados se dava em galpões, também conhecidos como "casas de engorda", para que voltassem a ter um corpo sadio depois da longa travessia e fosse evitada a proliferação de possíveis doenças que acometiam os embarcados, todos em péssimas condições de higiene. Por fim, inspecionavam-se suas condições de saúde, idade e capacidade de trabalho. Isso resultaria na precificação dos escravizados para exposição e transação nos mercados de venda. Aqueles que não sobreviviam às viagens ou faleciam na chegada ao país, ou mesmo no período de confinamento, geralmente eram lançados ao mar ou enterrados em valas comuns.

***instrumentum vocale*:** definição jurídica para o escravizado como ferramenta que fala.

> […] Comprar e vender homens contribuía para que, aos olhos de grande parte da sociedade, os escravos não passassem de meros objetos, dos quais se podia dispor da maneira que fosse. Jamais se pôde, porém, reduzir qualquer homem escravizado à condição de mero ***instrumentum vocale***. Os cativos sempre buscaram criar e recriar meios de afirmação cultural. Para tanto, ao lado daquilo a que muitos frequentemente se referem – as constantes fugas ou as compras da liberdade, por exemplo –, a constituição de famílias talvez tenha desempenhado um papel central. […]
>
> Florentino, Manolo. Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, *c.* 1790-*c.* 1830. *História*: Questões & Debates, Curitiba, n. 51, p. 71, jul./dez. 2009.

As memórias de traumas, como as ligadas ao processo da escravidão, devem ser preservadas e estudadas, a fim de que se discutam as bases em que as sociedades foram construídas e emerjam novas formas democráticas e justas de organização social. O Cais do Valongo, no Rio de Janeiro (RJ), foi o maior receptor de escravizados do mundo. Foto de 2023.



Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Contudo, tal processo de desumanização imposto pelo comércio de pessoas não foi um sucesso absoluto. A organização social, cultural e até afetiva que esses indivíduos articularam são evidências concretas da ressignificação que tiveram de operar para sobreviver.

Ainda assim, os espaços dessas memórias traumáticas devem ser de conhecimento da sociedade. Um deles é o Cais do Valongo, situado na zona portuária do Rio de Janeiro (RJ). Principal porto de entrada de escravizados no século XIX, o Cais chegou a se "perder" com a reforma daquela região, realizada para a chegada da futura esposa de dom Pedro II. Somente em 2011, durante obras no local, foi novamente localizado, ocasião em que se tornou parte do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.

Não escreva no livro.

Os muitos trabalhos dos africanos escravizados

Em expressão do século XVIII que ficou famosa, o padre e cronista do Brasil colonial João Antonil (1649-1716) afirmou que os escravizados eram as mãos e os pés dos senhores de engenho e que, no Brasil, nada era possível construir ou preservar sem o trabalho desses indivíduos. Essa observação, feita por alguém que viveu na sociedade escravista colonial, indica a importância que os africanos tiveram na construção da colônia e do futuro país.

As funções desempenhadas pelos escravizados eram muito diversificadas, variando segundo as habilidades que eles tinham, a região onde trabalhavam e o produto com que lidavam. Assim, embora seja mais comum vincular o escravizado ao trabalho na plantação de açúcar ou de café, limitando-o, portanto, à produção de gêneros de exportação, ele atuava também em muitas outras frentes.

Nessa perspectiva, mesmo nas grandes propriedades rurais, os escravizados executavam várias atividades, entre elas a plantação de lavouras e a manutenção das estruturas da fazenda. Havia aqueles que se especializavam no processo de transformação da cana em caldo cristalizado, disposto em formas chamadas "pães de açúcar". Havia também os que trabalhavam na residência dos senhores, em tarefas como limpar e cozinhar, cuidar de senhoras e crianças ou lhes servir de companhia.

Nos centros urbanos, era comum a presença de muitos escravizados que, igualmente, ocupavam-se de diversas atividades, como projetos de construções privadas e públicas, transporte de cargas, venda de produtos e oferta de serviços (barbeiros, curandeiros, etc.). Esses escravizados que se empregavam em atividades remuneradas ficaram conhecidos como **escravos de ganho**. Em uma sociedade estruturada pela mão de obra cativa, até mesmo indivíduos pobres tentavam angariar novas rendas comprando escravizados e estabelecendo com estes uma relação de pagamento de jornadas. Nessa relação, embora não fosse vigiado constantemente, o escravizado devia pagar ao seu dono, em prazo combinado, uma porcentagem geralmente alta de sua remuneração.

Existia, ainda, a possibilidade de oferecer **escravos de aluguel**, modalidade em que o indivíduo ficava por um tempo sob as ordens daquele que o alugara, mas a relação de escravidão com o dono original não se extinguia.

Uma das muitas alternativas de adoção desse modelo era o aluguel de **amas de leite**, ou seja, mulheres escravizadas que eram apartadas de seus filhos para alimentar crianças de outras mulheres da sociedade, as quais não amamentavam a própria prole. Isso se dava por diversas razões, entre elas: a crença de que a amamentação era uma atividade inadequada para mulheres de alta posição social; a ideia de que, ao abster-se de amamentar, a mãe restabeleceria sua saúde mais rapidamente e evitaria que seu corpo ficasse deformado; o convencimento de que a contratação de uma ama de leite conferia prestígio social.

A relação das amas de leite com as famílias às quais pertenciam acabava por se tornar bastante ambígua, pois havia a possibilidade de criação de laços afetivos com a criança amamentada. Por outro lado, as amas de leite eram impossibilitadas de cuidar de sua própria descendência. Igualmente, a criança alimentada e cuidada pela ama escravizada era introduzida na ordem escravocrata, compreendendo, desde cedo, as relações de domínio como algo "natural".



Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Fotografia: Christiano Júnior

Escravizado realizando o ofício de barbeiro na cidade do Rio de Janeiro. Foto de 1864.

[...] [Estudar] as amas de leite escravas proporciona pensar o limite de uma dinâmica privada que concentrava uma miríade de sentimentos constituinte da relação senhores e escravos no âmbito doméstico [...]. A ela eram permitidas a convivência e a participação direta na vida senhorial, sem tampouco modificar seu *status* de propriedade e a condição de violência física e simbólica a que todo escravo estava submetido. Sua tarefa consistia principalmente em amamentar o filho do senhor, bem como cuidar de sua higiene e educação física para que o corpo do bebê fosse preservado sadio na primeira infância, quando seus serviços de aleitamento não seriam mais necessários. Houve casos em que a amamentação e os cuidados com o bebê eram tarefas exclusivas, mas foi recorrente a execução de outras atividades em paralelo. Todavia, na maioria das vezes, implicava "silenciar sua maternidade", abrindo mão do aleitamento de seu próprio filho para cuidar do de outra mulher. Ao final deste período de dedicação, poderia ser transformada em ama-seca (babá), ser acolhida como escrava portas adentro ou retornar à esfera da produção em atividades portas afora ou no cultivo de roça, no caso daquelas que serviram aos filhos e parentes de seus senhores. Já as amas de leite alugadas eram devolvidas aos donos e poderiam nunca mais ver as crianças que criaram.

[...] Mesmo que [...] muitas cativas[,] pela proximidade intrínseca à função de ama, tenham adquirido melhores condições de vida dentro do sistema que cotidianamente as oprimia, usufruindo de vestimentas, comidas e local de moradia melhores se [...] [comparados aos] das escravas do eito e cativas "de ganho". [...] Não se pode esquecer que a tarefa a que se destinavam envolvia o silenciamento, por vontade senhorial e aceitação social, do exercício da maternidade que implicava o convívio com o filho desde os primeiros dias de vida. [...]

Muaze, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. *In*: Osório, Helen; Xavier, Regina Célia Lima (org.). *Do tráfico ao pós-abolição*: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 362-363.



Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Fotografia: ID/BR

As fotos eram formas de registro de costumes da época, além de utilizadas como "exposição" dos hábitos das colônias. Amas de leite (ou secas) eram comumente fotografadas com as crianças que estavam sob seus cuidados e representam a ambiguidade dessa relação, descrita no texto da pesquisadora Mariana Muaze. Na imagem, Augusto Gomes Leal com a ama de leite Mônica, em 1860.



ANNUNCIOS

Ama de leite

Precisa-se de uma ama de leite, moça e sadia, sem filho, não se duvida pagar bem.
Dirijam-se a ladeira de Santa Iphigenia n. 2 para tratar.
S. Paulo, 17 de Janeiro de 1871. 4—1

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Fac-símile: ID/BR

Os anúncios nos jornais permitem observar a variedade de situações de trabalho dos escravizados. Alguns evidenciam também resistência, quando relatam fugas repetidas.

INTERAÇÃO

1. **De acordo com o estudado, como podemos afirmar que os escravizados (indígenas, africanos e afrodescendentes) foram fundamentais para a construção do Brasil?**
2. **Pesquise na internet imagens produzidas nos períodos colonial e imperial de escravizados em atividades de trabalho. Com os colegas, compartilhe a variedade de atividades identificadas.**

Não escreva no livro.

Conhecimento e tecnologias africanas

A mão de obra africana trazia consigo não apenas sua capacidade de trabalho, trazia também conhecimentos, tecnologias e modos de compreender o mundo, e tudo isso foi amplamente difundido na estrutura colonial.

A variedade desses conhecimentos é resultado de séculos de organizações sociais africanas e seu contato com povos do próprio continente africano e de fora dele. Ainda que seja muito difícil qualquer tipo de quantificação a respeito das contribuições exclusivamente africanas, mesmo porque na colônia tais saberes são incorporados a outros e, nesse processo, reinterpretados, é possível afirmar que a influência do conhecimento africano pode ser observada nas construções de edifícios, na fabricação de esculturas, de imagens religiosas, no artesanato, na indústria têxtil, em tratamentos medicinais, na cerâmica e na metalurgia.

Nesse sentido, mesmo parte das produções de gêneros tropicais, como a cana-de-açúcar, tem relação com a presença africana. Até meados do século XV, esse produto não era de conhecimento europeu, e as variadas etapas de escolha do solo, plantio, colheita e processamento da cana foram introduzidas a partir dos saberes africanos. Semelhante comentário se pode fazer a respeito do café, de origem etíope e cuja produção era comum na região da África Oriental.

Outro significativo conhecimento, fundamental para a exploração colonial, era a extração de ouro. Veja a seguir dois excertos que tratam do tema.

> A mineração brasileira do período colonial tem como principal produto a produção de ouro em grandes escalas. Vejam que a escala de produção não implica apenas a abundância do produto, mas também as formas técnicas da sua extração. A mina de grandes proporções, mesmo que a céu aberto, faz parte de um conhecimento específico. A mineração na mesma forma e na mesma escala da brasileira já era realizada em pelo menos duas regiões africanas, da África Ocidental e da região de Zimbábue. O período do ciclo do ouro no Brasil foi um período de muita inovação de técnicas, graças à base de conhecimento africano transferida para o Brasil. A exploração muitas vezes não se restringe à mineração, mas também à fundição, às profissões de ourives e à produção de joalheria.
>
> Cunha Junior, Henrique. *Tecnologia africana na formação brasileira*. Rio de Janeiro: CEAP, 2010. p. 23.

> Somente mais tarde, aprendendo com a prática, principalmente depois da introdução dos primeiros escravos africanos, que já na sua pátria se tinham ocupado com lavagem do ouro, e de cuja experiência o natural espírito inventivo e esclarecido dos portugueses e brasileiros logo tirou proveito, foi que os mineiros aperfeiçoaram esses processos de extração.
>
> Deve-se principalmente aos negros a adoção das bateias de madeira, redondas e de pouco fundo, de dois a três palmos de diâmetro, que permitem a separação rápida do ouro da terra, quando o cascalho é bastante rico. A eles se devem, também, as chamadas *canoas*, nas quais se estende um couro peludo de boi, ou uma flanela, cuja função é reter o ouro, que se apura depois em bateias.
>
> Eschwege, Wilhelm Ludwig von. *Pluto brasiliensis*. Tradução: Domício de Figueiredo Murta. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. p. 251-252.

Os textos foram produzidos em temporalidades diferentes: o primeiro foi escrito por um acadêmico contemporâneo; o outro, por um cronista do período colonial (que esteve no Brasil entre 1810 e 1821). Contudo, ambos apresentam importante informação, a saber, a necessidade de compreensão da construção do país com base no diálogo com as muitas culturas aqui existentes.



Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo, SP. Fotografia: ID/BR

Debret, Jean-Baptiste. *Lavagem do ouro, perto do morro de Itacolomi*, 1895. As imagens produzidas nos períodos colonial e imperial auxiliam na compreensão das formas de viver no Brasil.

INTERAÇÃO

1. Identifique, na imagem de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), os instrumentos mencionados pelo cronista Wilhelm von Eschwege (1777-1855) como parte dos conhecimentos introduzidos por africanos na extração do ouro.

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 Retome as atividades econômicas apresentadas no gráfico "Brasil: principais atividades de trabalhadores resgatados (1995-2023)". Com base no que você estudou, quais delas representam continuidades históricas, tanto no campo quanto nos meios urbanos? Escreva um parágrafo no caderno explicando suas percepções e, depois, dialogue com a turma.

2 Levando em consideração os aspectos que caracterizam a condição análoga à escravidão, como condições degradantes, jornadas exaustivas, trabalho forçado e servidão por dívida, faça o que se pede.

a) Converse com ao menos dois adultos próximos a você que exerçam atividades remuneradas, perguntando a eles em quais condições realizam suas funções e se sabem da existência de direitos que regulam, por exemplo, o tempo de jornada do trabalho.

b) De posse dessas informações, comente-as com os colegas buscando compará-las àquelas que eles coletaram e refletindo sobre a importância de conhecer os próprios direitos.

3 Retome o texto da pesquisadora Glaucy Ribeiro, no tópico "Construção civil", e faça o que se pede.

a) Que aspectos característicos do trabalho análogo à escravidão podem ser identificados na situação dos trabalhadores apresentados por Ribeiro?

b) No município em que você vive, o setor de construção civil é desenvolvido? A que condições de trabalho os funcionários das obras são submetidos? Com a orientação do professor, faça uma pesquisa com estudo do meio sobre o tema e apresente suas conclusões à turma.

4 "A escravidão no Brasil é um evento que pertence ao passado, extinto em 1888. A partir dessa data, todos os escravizados foram libertos e passou a ser terminantemente proibido que uma pessoa tivesse a posse sobre outra. Até então, os escravizados, que eram exclusivamente africanos ou descendentes de africanos, eram considerados bens dos senhores de escravos." O texto apresenta incorreções. Com base no que você estudou, liste-as no caderno e explique o que há de errado com elas. Compartilhe suas percepções com os colegas.

5 Observe novamente o mapa "Desmatamento e trabalho análogo à escravidão (2023)" e, em seguida, faça o que se pede.

a) Qual é a relação entre o desmatamento na Amazônia Legal e o trabalho análogo à escravidão?

b) Após mais de 130 anos de abolição da escravidão, ainda são recorrentes notícias da existência de trabalho análogo à escravidão. Converse com os colegas sobre os motivos de isso ainda ocorrer no Brasil.

6 Observe novamente o mapa "Terras Indígenas (2024)" e responda: Onde estão localizadas as Terras Indígenas do estado em que você mora? Com base nessa resposta, faça uma pesquisa buscando as informações a seguir.

a) Os povos que vivem nessas terras.

b) A situação atual desses povos em relação à demografia, segurança e saúde, e as principais manifestações culturais.

- A pesquisa pode ser feita em publicações impressas e/ou digitais ou por meio de entrevistas, caso você faça parte de uma comunidade indígena ou possa dialogar diretamente com um integrante de alguma delas. Combine uma data com o professor e a turma para compartilhar seus resultados.

7 Nos últimos anos, surgiram novas discussões contestando ganhos da Constituição Federal de 1988 quanto ao reconhecimento das Terras Indígenas, conhecido como "marco temporal". Busque informações na internet sobre o tema e crie no caderno uma tabela que apresente: os argumentos favoráveis ao marco temporal e os argumentos contrários a ele, bem como os grupos interessados na defesa de cada um dos dois lados. Ao final, converse com os colegas sobre as informações encontradas.

Não escreva no livro.

8 **Observe a imagem do tópico "A chegada dos africanos escravizados ao Brasil" e, em seguida, responda à atividade proposta.**

- A respeito dos lugares de memórias traumáticas, você conhece outros espaços semelhantes? Se sim, como você justificaria a importância da preservação desses locais?

9 **(Enem)**

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou 248 ações fiscais e resgatou um total de 1 590 trabalhadores da situação análoga à de escravo, em 2014, em todo o país. A análise do enfrentamento do trabalho em condições análogas às de escravo materializa a efetivação de parcerias inéditas no trato da questão, podendo ser referenciadas ações fiscais realizadas com o Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Disponível em: http://portal.mte.gov.br. Acesso em: 4 fev. 2015 (adaptado).

A estratégia defendida no texto para reduzir o problema social apontado consiste em:

a) articular os órgãos públicos.
b) pressionar o Poder Legislativo.
c) ampliar a emissão das multas.
d) limitar a autonomia das empresas.
e) financiar as pesquisas acadêmicas.

10 **(Enem)**

ANO	NÚMEROS DE ESCRAVOS AFRICANOS DESEMBARCADOS NO BRASIL
1846	64 262
1847	75 893
1848	76 338
1849	70 827
1850	37 672
1851	7 058
1852	1 234

Disponível em: www.slavevoyages.org. Acesso em: 24 fev. 2012 (adaptado).

A mudança apresentada na tabela é reflexo da Lei Eusébio de Queirós, que, em 1850:

a) aboliu a escravidão no território brasileiro.
b) definiu o tráfico de escravos como pirataria.
c) elevou as taxas para importação de escravos.
d) libertou os escravos com mais de 60 anos.
e) garantiu o direito de alforria aos escravos.

AMPLIANDO

A MORALIDADE DE KANT E A ESCRAVIDÃO

Editora Vozes/Arquivo da editora



Em *Metafísica dos costumes*, Kant aborda as leis morais segundo as quais as ações humanas são regulamentadas. Capa da obra, publicada pela editora Vozes em 2013.

Em sua obra *Metafísica dos costumes*, o filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804) analisa as leis que regulam a conduta humana sob um ponto de vista meramente racional (não empírico). Para Kant, o ser humano, enquanto ser livre, pertencente ao mundo inteligível, está sujeito não somente às leis da natureza, como os demais seres vivos, mas também a um conjunto de leis morais que originam os costumes.

Sobre as leis que regulam as ações humanas, Kant também observa uma importante distinção entre as leis (ou ações) jurídicas e as leis (ou ações) morais. O texto a seguir, de autoria do filósofo Norberto Bobbio (1909-2004), explica essa distinção de acordo com o pensamento kantiano.

No âmbito da conduta humana regulada pelas leis morais, que Kant chama de leis da liberdade, em contraposição às leis da necessidade, que regulam os fenômenos do universo natural, o primeiro e mais grave problema a ser enfrentado é o da distinção entre duas formas diversas de legislação e de ações: quer dizer, a distinção entre legislação moral propriamente dita e legislação jurídica, ou entre ação moral e ação jurídica. Trata-se do clássico problema da distinção entre moral e direito, que é geralmente considerado como problema preliminar de qualquer filosofia do direito. Na obra de Kant encontram-se não somente um, mas vários critérios de distinção, alguns explícitos, outros implícitos, que agora devemos examinar separadamente.

O primeiro critério de distinção é puramente formal, no que diz respeito ao conteúdo, respectivamente da lei moral e da lei jurídica, mas exclusivamente quanto à forma da obrigação; e é o critério com base no qual Kant distingue a moralidade da legalidade.

Para esclarecer a natureza desse critério, é preciso considerar quais são os elementos formais que distinguem a ação moral no pensamento de Kant. A fundamentação começa com uma frase famosa:

"Não é possível pensar nada no mundo, e em geral também nada fora dele, que possa ser considerado como bom sem restrição, a não ser somente uma boa vontade" [...]

Por "boa vontade" Kant entende aquela vontade que não está determinada por atitude alguma e por cálculo interessado algum, mas somente pelo respeito ao dever.

Portanto, são três os requisitos fundamentais da ação moral:

1) ação moral é aquela que é realizada não para obedecer a uma certa atitude sensível, a um certo interesse material, mas somente para obedecer à lei do dever. Existem ações que aparentemente são honestas, mas não podem ser chamadas morais, porque são cumpridas por impulsos diversos daquele do cumprimento do próprio dever. Kant dá o exemplo do comerciante que não abusa do cliente ingênuo: se ele age assim, não porque esse seja seu dever, mas unicamente porque seja de seu próprio interesse, a sua ação não é moral. O segundo exemplo é dos homens que não se suicidam, mas contribuem para conservar a própria vida obedecendo ao instinto imediato da própria conservação: também nesse caso, ainda que a conservação da vida seja um dever para cada homem, a ação não é moral, porque não é cumprida unicamente por respeito ao dever. Também aquele que obedece a uma atitude nobre, como a de favorecer o próximo – e este é o terceiro exemplo –, não cumpre uma ação moral se a ação de favorecer é cumprida não para o dever, mas por simpatia ao próximo, ou seja, segundo uma tendência sensível;

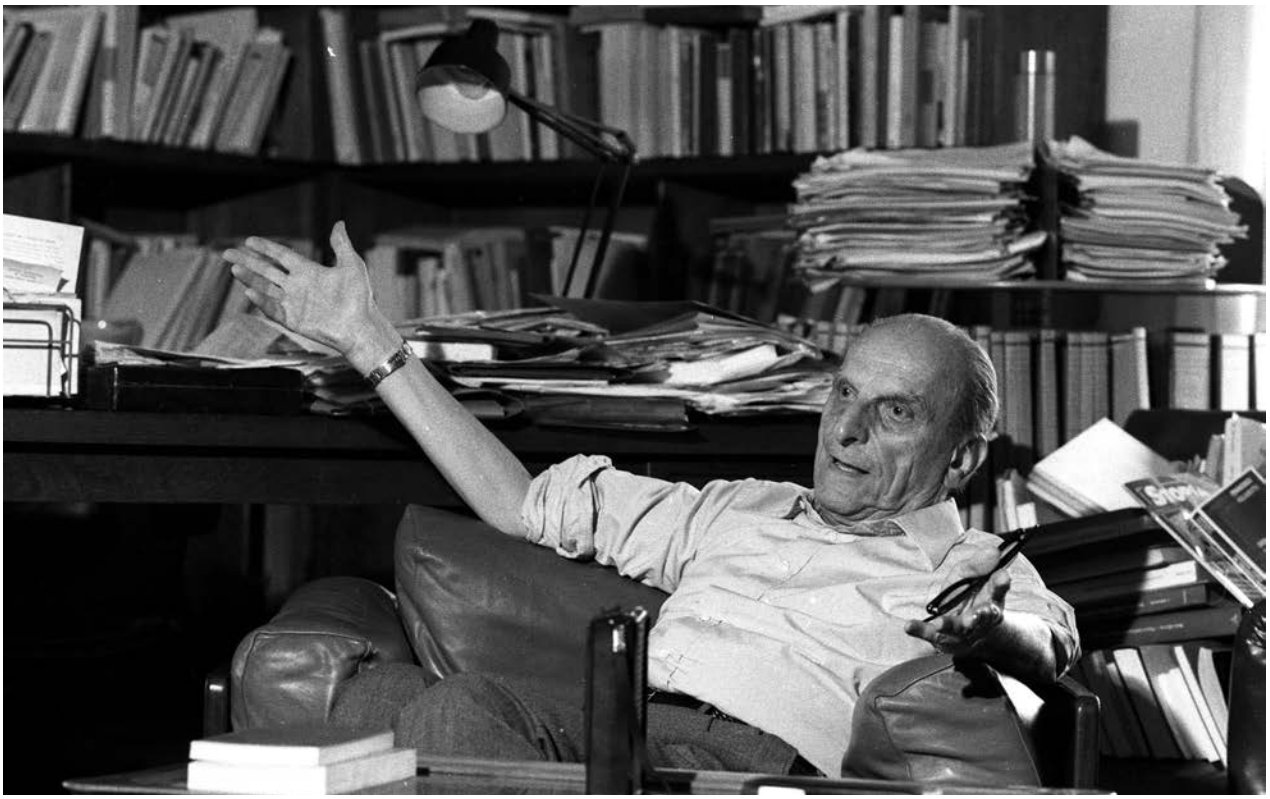
Não escreva no livro.

2) ação moral é aquela que é cumprida não por um fim, mas somente pela máxima que a determina. Em outras palavras, a ação moral não deve ser determinada por um objeto qualquer da nossa faculdade de desejar (por exemplo, pelo fim da felicidade, ou da saúde, ou do bem-estar), mas unicamente pelo princípio da vontade.

3) a ação moral é aquela que não é movida por outra inclinação a não ser o respeito à lei. Na conduta moral, cada impulso subjetivo deve ser excluído; o único impulso subjetivo compatível com a moralidade é o sentido de respeito à lei moral, que deve vencer qualquer outra inclinação.

Em conclusão, é possível dizer de maneira sintética que, para que uma ação seja moral, não é suficiente, segundo Kant, que seja coerente com o dever; é necessário que seja também cumprida pelo dever.

Bobbio, Norberto. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. São Paulo: Mandarim, 2000. p. 86-88.



Vittoriano Rastelli/Getty Images

Em sua obra *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*, o filósofo político Norberto Bobbio analisa, entre outras coisas, o significado da metafísica dos costumes segundo Kant, abordando temas fundamentais para a compreensão da moralidade kantiana. Na foto, Bobbio em Turim, Itália, em 1983.

1 Em sua opinião, o que é moral? O que diferencia uma ação moral de uma ação imoral? Cite exemplos.

2 Levando em consideração a distinção kantiana entre ações morais e ações jurídicas, que critério pode ser considerado o principal fator de diferenciação dessas ações? Explique.

3 Como visto anteriormente, o emprego de mão de obra escravizada entre os séculos XVI e XIX era não apenas amplamente praticado no Brasil, como também respaldado pelas leis vigentes. Em sua opinião, por que os senhores de escravizados empregavam esse tipo de mão de obra?

4 Com base na visão de Kant a respeito das ações morais, o que podemos dizer sobre o emprego de mão de obra escravizada no Brasil entre os séculos XVI e XIX?

5 Considerando o contexto do Brasil atual, o que podemos dizer, com base nas ideias de Kant, sobre o emprego de mão de obra análoga à escravidão?

Não escreva no livro.

ESTÚDIO DE HISTÓRIA

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS



Davi Augusto Studio/ID/BR

Neste capítulo, você estudou o trabalho análogo à escravidão e o passado escravocrata do Brasil. A mão de obra escravizada foi a base do trabalho na América portuguesa. No campo e na cidade, nas casas e fora delas, o trabalho manual foi associado à escravidão durante séculos na história do país.

Para a construção desse conhecimento sobre o passado, o historiador realiza a investigação de acontecimentos, selecionando e analisando vestígios com métodos e técnicas variados. Dessa forma, esses vestígios se tornam **fontes históricas**. Para saber um pouco mais sobre a importância delas para a História, apresentamos José D'Assunção Barros (1957-).

PERFIL

Nascido no Rio de Janeiro (RJ) em 1957, José D'Assunção Barros tem graduação em História (1993) e em Música (1989) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de mestrado (1994) e doutorado em História (1999) pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, é professor do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e autor de dezenas de livros e artigos sobre Teoria e Metodologia da História.

OBRAS-CHAVE

- *A fonte histórica e seu lugar de produção* (2020)
- *Fontes históricas*: introdução ao seu uso historiográfico (2019)
- *Teoria e formação do historiador* (2018)
- *As hipóteses nas Ciências Humanas* (2017)
- *Os conceitos*: seus usos nas Ciências Humanas (2015)
- *História comparada* (2014)
- *O tempo dos historiadores* (2013)
- *Teoria da História* – 5 volumes (2011)
- *A construção social da cor* (2009)
- *Cidade e História* (2007)
- *O campo da História*: especialidades e abordagens (2004)

EM LEITURA

Em seu livro *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*, José D'Assunção Barros nos ajuda a compreender o que são fontes históricas, bem como a classificá-las e a identificar o que cada tipo de fonte pode revelar sobre o passado a ser estudado. Leia o trecho a seguir.

> "Fonte histórica" é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus dobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de uma árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todas essas situações, e em muitas outras, homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural.
>
> Esse imenso conjunto de vestígios – dos mais simples aos mais complexos – constitui o universo de possibilidades de onde os historiadores irão constituir suas fontes históricas. [...]
>
> [...]
>
> Todos os historiadores, e também os leitores que desejem compreender como se dá o fascinante processo de produção do conhecimento histórico, precisam entender muito claramente o que são as fontes históricas, sua variedade de tipos, as implicações metodológicas nelas envolvidas, os cuidados que se deve ter diante da documentação e dos discursos de um outro tempo, e assim por diante. Por isso, o estudo de uma teoria e de uma metodologia voltadas para as fontes históricas é tão importante para os historiadores em formação. De modo a favorecer essa autocompreensão historiográfica, vários autores ligados à área de Teoria e Metodologia têm proposto certas "taxonomias" como formas de melhor situar e compreender cada tipo de fonte que se pode ter à disposição, ou o que mais que se possa utilizar no processo do conhecimento histórico.
>
> Barros, José D'Assunção. *Fontes históricas*: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019. *E-book*.

Não escreva no livro.

Chamamos de fontes os vestígios deixados pelos povos do passado. Elas podem ser classificadas em diversos tipos:

- fontes escritas: jornais, revistas, livros, atas, cartas, diários, certidões de nascimento, de casamento, de óbito;
- fontes iconográficas: pinturas em tela, afrescos, vitrais, desenhos, *charges*, fotografias;
- fontes orais: entrevistas, depoimentos, narrativas transmitidas ao longo do tempo;
- fontes materiais: objetos pessoais, vestígios de construções e de guerras, instrumentos de trabalho, fósseis, ruínas;
- fontes sonoras: gravações de rádio, em discos, em fitas cassete, etc.

Documentos históricos

Durante os mais de trezentos anos de escravidão no Brasil, produziu-se uma imensidão de fontes históricas desse período. Veja a seguir algumas delas.

1



Museus Castro Maya, Rio de Janeiro, RJ. Fotografia: ID/BR

Reprodução da pintura *O colar de ferro*, de Jean-Baptiste Debret, 1834-1839.

2



Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fotografia: Romulo Fialdini/Tempo Composto

Objetos de ferro e madeira usados em fazendas, nos séculos XVIII e XIX, para castigar escravizados. Museu da Inconfidência, Ouro Preto (MG).

3



Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Fac-símile: ID/BR

Documento que extinguiu a escravidão no Brasil. Foi redigido em 1888 e assinado pela princesa Isabel.

A seleção e a análise de fontes como essas ajudam a compreender, por exemplo, qual era a base da economia brasileira nos períodos colonial e imperial, quais eram as atividades laborais, por quem elas eram realizadas, por quanto tempo vigoraram, etc. Contudo, é imprescindível que o historiador consulte fontes confiáveis para descobrir o que aconteceu no passado.

Muitas vezes, dependendo do enfoque e do tema da pesquisa, o historiador pode recorrer a outras áreas de conhecimento para compreender melhor os diferentes aspectos da experiência humana em estudo.

PARA CONCLUIR

1 **O que são fontes históricas?**

2 **Qual é o papel dessas fontes no trabalho de pesquisa do historiador?**

3 **Quais são os tipos de fonte retratados nesta seção?**

4 **Com base nessas fontes, quais pistas elas podem nos dar sobre o período da escravidão no Brasil? Escreva um breve texto relacionando as três fontes.**

Não escreva no livro.

EXISTE RACISMO NO BRASIL?

1. Para você, a que se refere a palavra "carne" na letra da canção a seguir? Explique suas reflexões para a turma.
2. Como você relacionaria o segundo e o terceiro versos à escravidão moderna no Brasil?
3. De acordo com suas percepções, a letra da canção contradiz ou concorda com a teoria da democracia racial de Gilberto Freyre? Por quê?
4. Em sua opinião, o que é racismo? Como é possível caracterizá-lo? E como podemos combatê-lo?

A carne



Ilustrações: Linoca Souza/ID/BR

A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que fez e faz história
Segurando esse país no braço, meu irmão
[...]
E esse país vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado



Mas mesmo assim ainda guarda o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito (pode acreditar)

Yuka, Marcelo; Seu Jorge; Cappelletti, Ulisses. A carne. Intérprete: Elza Soares. *In*: *Do cóccix até o pescoço*. Maianga Discos, 2002. 1 CD, faixa 6.

Em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, a escravidão foi abolida legalmente no Brasil. No entanto, essa transformação legislativa não resultou em liberdade digna e igualitária para a população até então escravizada.

O movimento abolicionista, no Brasil e em outras partes do mundo ocidental, defendia medidas que garantissem uma inclusão social digna e efetiva da população recém-liberta. Esses projetos conflitavam com as alas conservadoras da sociedade escravista e, mais à frente, conflitariam também com a **teoria da democracia racial**. Articulada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987), a teoria trata da ideia de que, historicamente, no Brasil, sempre houve a convivência pacífica entre pessoas brancas, negras e indígenas e, por isso, questões como racismo ou segregação racial, quando existiram, foram brandas, se comparadas às de outros lugares onde também houve escravidão.

Muitas questões abordadas na luta atual dos movimentos negros no Brasil ainda contêm elementos das pautas dos abolicionistas do século XIX, como o preterimento da população afro-brasileira no mercado de trabalho, o encarceramento e genocídio dos jovens negros, etc.

Não escreva no livro.

QUESTÕES ESTRUTURAIS

Ao analisar as sociedades e seus modos de vida, os pesquisadores identificam processos e organizações que são chamados de **estruturais**. Essa expressão indica características e aspectos que sustentam e organizam a vida social de um grupo, uma comunidade ou um povo. Por ser a base sobre a qual se desenvolvem as mais diversas manifestações culturais, as mudanças dos aspectos estruturais de uma sociedade são complexas e, geralmente, não são bruscas: ocorrem no **tempo histórico**, chamado de **longa duração**.

Considerando que os processos que formam o Brasil têm cerca de quinhentos anos de história e que o sistema escravocrata durou em torno de trezentos anos, é possível analisar a escravidão como uma estrutura da sociedade brasileira, oriunda do período colonial. Mudar essa estrutura, portanto, demanda esforço e transformações nas formas de pensar e de agir, nos âmbitos público e privado e nos níveis individual e coletivo.

A assinatura da Lei Áurea é uma conquista importante nesse sentido. Contudo, sem a ação de todos os sujeitos sociais, a transformação não se torna efetiva e as lógicas escravistas são reproduzidas e atualizadas.

No capítulo anterior, estudamos uma dessas permanências escravocratas: a existência, ainda hoje, de iniciativas privadas – empresas particulares – que submetem pessoas a condições análogas à escravidão. No entanto, há uma série de projetos e legislações que buscam coibir essa prática e conscientizar a população e as empresas de que se trata de um crime que atenta contra os direitos humanos.

Neste capítulo, vamos aprofundar o debate sobre outra permanência escravocrata: o **racismo estrutural**. O texto a seguir, de Vitor Andrade e Leonardo Martins, apresenta algumas reflexões sobre esse conceito.



Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Fotografia: ID/BR

Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830--1882) foi advogado, abolicionista e escritor brasileiro que, por meio da advocacia, conseguiu libertar mais de quinhentos escravizados. Ele é considerado Patrono da Abolição da Escravatura do Brasil e um dos símbolos da resistência negra no país. Foto de cerca de 1860.

> Ao analisar a formação do Estado Brasileiro, pode-se notar que o processo de desenvolvimento interno está vinculado à história do racismo praticado contra o povo africano, forçosamente trazido à América do Sul para ser submetido ao trabalho escravo.
>
> Destituídos de sua humanidade, explorados e reduzidos à coisificação ou à condição de outro por europeus, que expandiam seus domínios a povos e territórios para além-mar, os negros africanos tiveram suas vidas apagadas quando afastados das suas origens culturais, familiares, religiosas, etc.
>
> Assim sendo, seus descendentes sofrem, até hoje, no Brasil, com o apagamento social advindo da condição imposta pelo colonizador. [...] [O] racismo decorre da própria estrutura social, de uma suposta normalidade com que se estabelecem as relações que são parte da sociedade. O racismo ultrapassa as esferas individuais e institucionais, não sendo criado por elas, mas reproduzido, tendo em vista que está enraizado na própria estrutura social.
>
> Entretanto, a estrutura social não é estática, é dinâmica, dado que as relações sociais de pessoas e grupos mudam, conforme se renova a vida social.
>
> Em face do pressuposto de que o racismo atua enquanto estrutura de opressão, tem-se que este está enraizado na formação do Estado, [em] sua transformação e sobre como o processo de colonização. Desse modo, o escravismo interferiu na história do Brasil, na medida em que influenciou e influencia diretamente na consolidação da exclusão social como característica inerente ao país.
>
> Andrade, Vitor Luiz de; Martins, Leonardo Oliveira Silveira Santos. A perpetuação do racismo estrutural e institucional por meio da invisibilização da pessoa preta e da sua história nos centros hegemônicos de exercício dos poderes da União. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, Cuiabá, v. 9, n. 16, p. 26-52, jan./jun. 2023. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/14895/12404. Acesso em: 20 set.. 2024.

SISTEMA ESCRAVOCRATA NO BRASIL

Para investigar o racismo estrutural, é importante buscar suas origens no sistema escravocrata que vigorou em nosso país.

Em conteúdo anterior, você analisou, entre outros aspectos, o tráfico de pessoas na escravidão moderna. Ele consistia em um negócio rentável para os mercantilistas que abasteciam principalmente a América de mão de obra submetida à escravidão.

Essas pessoas, trazidas em massa do continente africano, eram vendidas em mercados abertos, geralmente próximos aos portos onde desembarcavam. De lá, eram levadas por seus proprietários para que trabalhassem em diversas atividades.

A agropecuária, a princípio nas lavouras de cana-de-açúcar e depois nas de café, foi o setor que mais requisitou escravizados. Isso ocorreu por pelo menos duas razões: primeiro porque essas eram atividades econômicas que ocupavam enormes extensões de terra, demandando contingentes grandes de trabalhadores; segundo porque a maioria dos escravizados levados para essas regiões eram provenientes de comunidades de agricultores e pastores, ou seja, detinham conhecimentos técnicos e tecnológicos para realizar o trabalho. A mineração também recebeu grandes quantidades de escravizados, geralmente conhecedores das atividades extrativistas e metalúrgicas.

No entanto, mesmo sendo detentoras de técnicas e de conhecimentos diversos, essas pessoas não eram levadas em consideração e não tinham direito à cidadania nem à liberdade. Socialmente, eram consideradas inferiores aos não escravizados. Juridicamente, sequer estavam no patamar de indivíduos: eram consideradas bens, mercadorias das quais os proprietários poderiam dispor. Embora se constituíssem como o maior grupo populacional e fossem responsáveis por praticamente todo o trabalho realizado em diferentes setores, os escravizados não detinham poderes legais sobre os próprios corpos.

Ao longo dos séculos de escravidão, as pessoas negras eram comumente classificadas como escravizadas. Mesmo aquelas que conquistaram a alforria precisavam sempre levar consigo os documentos que comprovavam sua liberdade. Caso contrário, poderiam ser presas e vendidas novamente.

Durante esse período, as situações de violências (física e emocional) contra pessoas negras e escravizadas eram não apenas corriqueiras, mas também naturalizadas, ou seja, a estrutura escravocrata no Brasil tornou natural que pessoas negras fossem submetidas a condições de privação tanto de liberdade quanto de dignidade, dois aspectos básicos salvaguardados pelos direitos humanos.



Pedro Leite/Acervo do artista

Racismo sem querer, de Pedro Leite. Essa história em quadrinhos mostra algumas frases que evidenciam a naturalização do racismo, compreendida como violências cotidianas contra pessoas negras.

Não escreva no livro.

CONTEXTO DO PÓS-ABOLIÇÃO

Compreender os contextos políticos e sociais dos anos seguintes à abolição da escravatura pode aprofundar as percepções sobre as raízes do racismo estrutural no Brasil. A assinatura da Lei Áurea não foi acompanhada de medidas que garantissem aos recém-libertos condições para que pudessem se sustentar e se manter de maneira digna e, assim, viver com liberdade.

O movimento abolicionista, representado no Senado por André Rebouças (1838--1898) e Joaquim Nabuco (1849-1910), pressionava para que, acompanhada da abolição, fosse feita uma reforma agrária na qual seriam concedidas terras às pessoas libertadas. A posse das terras seria uma possibilidade de recomeço para essa população no Brasil, de modo que ela poderia se integrar à sociedade com dignidade: acessando moradia, alimentação e, posteriormente, educação. Esse projeto foi chamado por Rebouças de "democracia rural".

O projeto tinha como base os princípios do **liberalismo econômico** de Adam Smith (1723-1790), já que pregava o incentivo à livre iniciativa no campo e o uso das terras improdutivas. Os senadores temiam que a ausência desse tipo de política de reparação gerasse no Brasil uma desigualdade social gigantesca.

No entanto, esse projeto não obteve êxito e a Lei Áurea foi assinada, em parágrafo único, determinando a liberdade jurídica das pessoas até então escravizadas. Não há dúvidas de que a população negra enfrentou dificuldades de ordem social, política, econômica e cultural devido à vitória de uma política conservadora em relação à posse de terras. Porém, nesse mesmo período, indivíduos, comunidades e organizações de negros no Brasil se articularam para dar continuidade às redes de apoio e proteção criadas durante o período de escravidão.



Coleção Waldyr Fontoura Cordovil Pires. Rio de Janeiro, RJ. Fotografia: Jorge Henrique Papf

Mulher com criança, Petrópolis (RJ). Foto de 1899. Embora a foto tenha sido feita cerca de 11 anos após a abolição, ela evidencia que as estruturas baseadas no racismo ainda não haviam sido desconstruídas.

REFLEXÃO

Protagonismo negro no pós-abolição

Durante décadas, as pesquisas sobre o período pós-abolição trouxeram análises generalizadoras a respeito da população negra. Na década de 2010, houve um aumento de pesquisas que buscaram evidenciar outros aspectos relacionados a indivíduos e comunidades negras. O objetivo dessas pesquisas não é negar o racismo estrutural, mas extrapolá-lo com a possibilidade de uma sociedade igualitária. Leia o texto a seguir.

> […] o pós-abolição deve ser visto como um campo de disputas, e não como uma realidade dada, uma herança inexorável da escravidão. É verdade que os negros já entraram em campo em posição de desvantagem em relação aos brancos, com o placar lhes sendo muitas vezes desfavorável, mas nem sempre eles perderam. Com engenhosidade, versatilidade e usando armas de diversos tipos e calibres, os negros selaram conexões diversas, travaram alianças ambivalentes, capitalizaram as possibilidades e frestas do sistema, fizeram escolhas, negociaram suas identidades e lealdades até conseguirem reverter o placar e ganhar o jogo […]. Não se trata aqui de negar a famigerada opressão racial no Brasil […], mas de realçar a necessidade imperiosa de lançar luzes em formas alternativas e criativas de vida, resistência e agenciamentos. O protagonismo negro no pós-abolição é uma área de estudos e pesquisas em franca expansão. […]

Domingues, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 240-241, dez. 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br//anos90/article/view/18932/11021. Acesso em: 10 maio 2024.

1. **Forme dupla com um colega. Vocês devem pesquisar como a população negra da região onde moram se organizou após o fim da escravidão. Escolham um dos casos pesquisados para apresentar à turma. A apresentação pode ser feita por meio de uma cena teatral. É importante expressar as informações básicas sobre o caso: os sujeitos envolvidos, o período histórico em que atuaram e as principais ações deles.**

RACISMO ESTRUTURAL: UM PANORAMA GERAL

O diálogo sobre racismo estrutural será retomado em outros momentos deste volume. No entanto, com base no que estudou até aqui, é provável que você responda afirmativamente à pergunta que dá nome a este capítulo.

Existe racismo no Brasil? Sim. Até mesmo a abordagem dessa temática em nosso país é fruto da luta de intelectuais e militantes negros e também de pessoas não negras que identificam que combater o racismo estrutural é essencial para a construção de uma sociedade justa.

Passos relevantes foram dados nesse sentido, tanto pela sociedade civil quanto pelas instituições públicas e privadas, mas ainda há muito que precisa ser transformado. Observe as manchetes selecionadas a seguir e leia as legendas.

JUSTIÇA DE SP ABSOLVE DE ACUSAÇÃO DE RACISMO VEREADOR QUE DISSE "É COISA DE PRETO" DURANTE SESSÃO

O vereador havia usado a expressão em um áudio vazado durante uma CPI em maio de 2022.

CNN Brasil, São Paulo, 14 jul. 2023. Essa manchete é um indício de racismo de um representante do Poder Legislativo, responsável por defender os direitos dos cidadãos e representar os interesses da população.

A MORTE DE MÃE BERNADETE E AS VÁRIAS FACES DO RACISMO RELIGIOSO

Bernadete Pacífico, ialorixá e líder quilombola, estava sob proteção da Polícia Militar após denunciar a extração ilegal de madeira na comunidade quilombola onde ela morava. Ela foi assassinada por proteger a natureza, as árvores sagradas e todo espaço ancestral.

Carta Capital, São Paulo, 18 ago. 2023. Essa manchete aborda o racismo religioso. Para proteger a natureza, as árvores sagradas e todo espaço ancestral, bem como a subsistência do povo quilombola, a líder denunciava os exploradores e recebia inúmeras ameaças por isso.

Ilustrações: ID/BR

PREPARADOR FÍSICO DO UNIVERSITARIO É PRESO EM FLAGRANTE POR RACISMO EM JOGO CONTRA O CORINTHIANS

Preparador físico do Universitario, do Peru, Sebástian Avellino Vargas foi preso em flagrante pelo crime de racismo equiparado à injúria racial.

Lance!, São Paulo, 12 jul. 2023. Essa manchete revela o racismo no esporte, especificamente no futebol, uma das modalidades mais populares no Brasil.

INFLUENCIADORAS QUE DERAM BANANA E MACACO DE PELÚCIA PARA CRIANÇAS SÃO INDICIADAS POR RACISMO

O caso veio à tona após uma advogada especialista em direito antidiscriminatório denunciar o fato.

G1, Rio de Janeiro, 14 nov. 2023. A advogada destacou que o vídeo divulgado na internet apresenta o chamado racismo recreativo.

INTERAÇÃO

As manchetes evidenciam aspectos do racismo estrutural na sociedade brasileira.

1. **Imagine que você tenha de explicar a um colega por que essas manchetes são racistas. Como você explicaria isso em cada uma delas? Anote seus argumentos no caderno e, depois, compartilhe-os com a turma.**

Não escreva no livro.

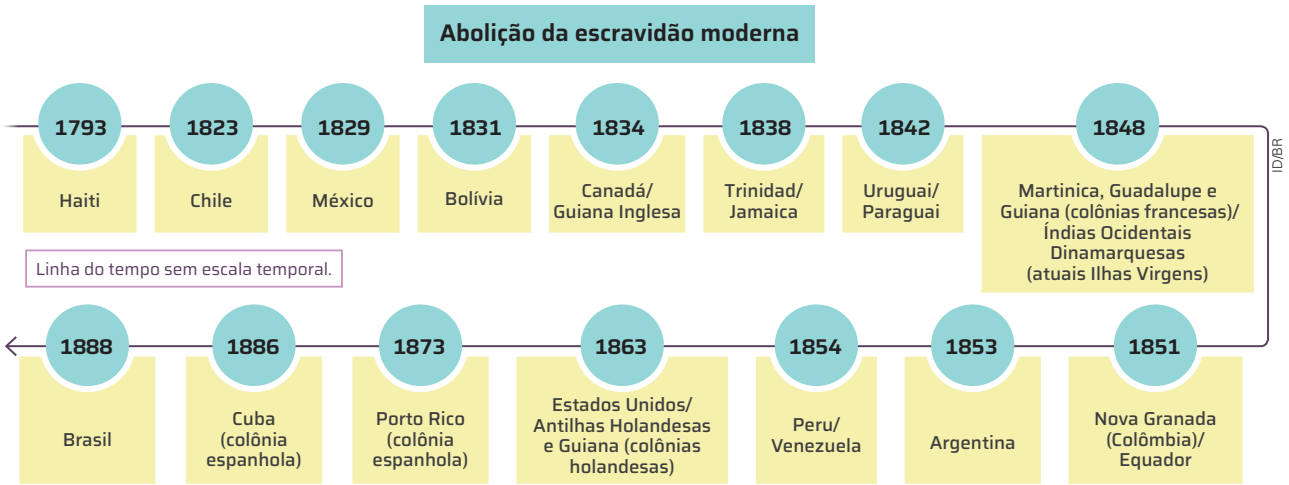
ATIVIDADES

1 Retome a letra da canção "A carne" e faça o que se pede.

a) De acordo com seus conhecimentos, a que situações históricas e sociológicas a frase "a carne mais barata do mercado é a carne negra" se refere? Explique suas percepções aos colegas.

b) Retome a história em quadrinhos *Racismo sem querer*. De que modo ela pode ser relacionada à letra da canção "A carne"? Escreva um parágrafo explicativo e compartilhe-o com a turma.

2 Observe a linha do tempo a seguir.



Fonte de pesquisa: Joffily, Bernardo; Joffily, Mariana; CPDOC – FGV. O fim da escravidão. *In*: Bernardo; Mariana; CPDOC – FGV. *Atlas histórico do Brasil*. Disponível em: https://atlas.fgv.br/marcos/o-fim-da-escravidao/mapas/linha-do-tempo-do-fim-da-escravidao-nas-americas. Acesso em: 10 maio 2024.

a) Quanto tempo se passou entre a abolição da escravidão no Haiti, o primeiro país a revogá-la, e a abolição no Brasil?

b) Se a linha do tempo fosse organizada em um *ranking* com os países que mais cedo aboliram a escravidão, qual posição o Brasil ocuparia?

c) O que isso pode indicar sobre o sistema escravista em nosso país? Anote sua resposta no caderno.

3 **Durante um discurso em Oakland, nos Estados Unidos, em 1979, a filósofa e professora Angela Davis (1944-) afirmou: "Numa sociedade racista, não adianta não ser racista, nós devemos ser antirracistas". Com base no que você estudou, como você justificaria a frase de Davis, relacionando-a ao racismo estrutural? Escreva sua análise no caderno e depois leia suas ideias para os colegas.**

4 **Observe a imagem do tópico "Contexto do pós-abolição". Quais elementos dela evidenciam o racismo estrutural no momento histórico retratado? Liste os elementos no caderno, explicando a relação deles com o racismo.**

5 **(Enem)**

A luta contra o racismo, no Brasil, tomou um rumo contrário ao imaginário nacional e ao consenso científico, formado a partir dos anos 1930. Por um lado, o Movimento Negro Unificado, assim como as demais organizações negras, priorizaram em sua luta a desmistificação do credo da democracia racial, negando o caráter cordial das relações raciais e afirmando que, no Brasil, o racismo está entranhado nas relações sociais. O movimento aprofundou, por outro lado, sua política de construção de identidade racial, chamando de "negros" todos aqueles com alguma ascendência africana, e não apenas os "pretos".

Guimarães, A. S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2012.

A estratégia utilizada por esse movimento tinha como objetivo:

a) eliminar privilégios de classe.
b) alterar injustiças econômicas.
c) combater discriminações étnicas.
d) identificar preconceitos religiosos.
e) reduzir as desigualdades culturais.

PRÁTICAS DE TEXTO

REPORTAGEM ON-LINE

Proposta

Considerando os temas abordados neste capítulo no que se refere às consequências da escravidão moderna, perceptíveis no país até os dias atuais, você e os colegas vão escrever uma **reportagem** para ser publicada em um *blog* da turma e compartilhada em redes sociais.

A reportagem tem como finalidade desenvolver determinado tema, apresentando diferentes informações e pontos de vista. Ela não se prende ao relato de um fato específico, como ocorre com a notícia, mas expõe uma série de aspectos que ajudam o leitor a se aprofundar na questão.

Público	Comunidade escolar e leitores interessados no tema.
Objetivo	Refletir sobre as influências do processo de escravização nas condições de trabalho atuais e sobre questões como o racismo na sociedade brasileira.
Circulação	*Blog* da turma e redes sociais.

Planejamento e elaboração

1 **Forme um grupo com até cinco integrantes. Definam o tema da reportagem que vocês vão escrever e uma pergunta norteadora que gostariam de esclarecer ou desenvolver ao longo do texto. Sempre que possível, considerem as características locais da comunidade escolar. Confiram algumas sugestões a seguir.**

- De forma geral, como estão as condições de trabalho e empregabilidade locais? As oportunidades de trabalho na região em que vocês vivem consideram a diversidade da população local? Como?
- Que atitudes podem ser adotadas para combater o trabalho análogo à escravidão na região onde vocês vivem?
- Que atitudes podem ser adotadas por empresas para combater o racismo estrutural? Que medidas sociais são imprescindíveis para combater o racismo?
- Como o racismo pode ser combatido dentro da escola? Em que medida é possível perceber o autorreconhecimento e a autovalorização da população negra na comunidade em que a escola está inserida? Que exemplos podem ser encontrados?

2 **Para inspirar a pesquisa sobre os temas, leia os textos a seguir.**

TEXTO 1

Brasil registrou maior número de denúncias de trabalho escravo da história em 2023, diz governo

Foram 3 422 denúncias em 12 meses, 61% a mais que em 2022. Resgate de pessoas em situação análoga à escravidão também foi o maior em 14 anos, segundo o governo.

O Brasil registrou, em 2023, o maior número de denúncias de trabalho escravo e análogo à escravidão da história do país, apontam dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania obtidos pela GloboNews.

Segundo a pasta, foram 3 422 denúncias protocoladas em 12 meses – 61% a mais que em 2022, e o maior número desde que o Disque 100 foi criado, em 2011.

Denúncias desse tipo corresponderam a 19% do total de violações de direitos humanos informadas ao serviço. Ou seja: a cada cinco denúncias protocoladas em 2023, uma era de trabalho análogo à escravidão.

O **Código Penal** define no artigo 149 que [o] trabalho análogo à escravidão:

"É caracterizado pela submissão de alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou seu preposto."

Segundo o governo, o país vem batendo "recordes" consecutivos de denúncias desde 2021. Foram 1 915 relatos naquele ano, 2 119 em 2022 e 3 422 em 2023. Antes dessa sequência, o maior número em um único ano tinha sido de 1 743 denúncias em 2013.

FRAGA, Lorena. Brasil registrou maior número de denúncias de trabalho escravo da história em 2023, diz governo. *GloboNews*, Brasília, 5 jan. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/05/brasil-registrou-maior-numero-de-denuncias-de-trabalho-escravo-da-historia-em-2023-diz-governo.ghtml. Acesso em: 10 maio 2024.

Não escreva no livro.

TEXTO 2

Precisamos falar sobre branquitude e seu papel na luta antirracista

O problema é que pouco se fala sobre o que significa ser branco – "branquitude" nada mais é do que se reconhecer enquanto pessoa branca e os privilégios atrelados a isso – e como isso se relaciona com a discriminação racial. Diversos pesquisadores, entre eles a psicóloga portuguesa Grada Kilomba e a filósofa brasileira Djamila Ribeiro, ressaltam que o racismo é, sobretudo, uma problemática branca. "O racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele", explica Ribeiro em seu livro *Pequeno manual antirracista* [...]. Na visão dela, pessoas brancas não têm o hábito de pensar sobre o que significa pertencer a esse grupo, pois o debate racial é sempre voltado para a negritude.

"[...] O branco é a própria medida de si e dos outros, de modo que todos os não brancos somente podem ser uma imitação do branco. Sempre será um 'não ser'. O 'ser' fica restrito ao homem branco e, no máximo, à mulher branca", observa o historiador [Lourenço Cardoso].

Marasciulo, Marília. Precisamos falar sobre branquitude e seu papel na luta antirracista. *Galileu*, 28 ago. 2020. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/07/precisamos-falar-sobre-branquitude-e-seu-papel-na-luta-antirracista.html. Acesso em: 10 maio 2024.

branquitude: termo que se refere à identidade racial branca, relacionado aos privilégios simbólicos e objetivos desse segmento em detrimento da população não branca.

3 **Um dos elementos-chave de uma boa reportagem é a qualidade da pesquisa feita previamente. Para embasar o texto, vocês podem utilizar fontes:**

- **escritas**, como notícias, verbetes de enciclopédia, gráficos, infográficos e textos informativos. Observem se as publicações são confiáveis e anotem autores, nome das publicações, *links*, etc.;
- **orais**, como entrevistas e relatos. Nesse caso, convidem especialistas ou outras pessoas envolvidas com o tema, combinem horário e local para a realização da entrevista (ou videoconferência), elaborem o roteiro com perguntas e providenciem equipamento para registrar a conversa em vídeo, áudio ou por escrito. Se necessário, solicitem a autorização dos entrevistados para a divulgação das informações.

4 **A reportagem deve conter estes elementos:**

- título;
- título auxiliar, que chame a atenção do leitor;
- lide ou parágrafo inicial resumindo os elementos principais a serem desenvolvidos no texto;
- corpo do texto, com parágrafos de desenvolvimento do tema e um parágrafo de conclusão;
- mapas, gráficos e imagens para complementar as informações, com as respectivas legendas;
- nome do(s) autor(es) da reportagem.

5 **Procurem ampliar a reflexão sobre o tema, levantando diferentes pontos a respeito da questão abordada.**

6 **Para ressaltar determinadas opiniões, utilizem argumentos consistentes com base em exemplos, dados estatísticos de fontes confiáveis, opiniões de especialistas, profissionais e outros envolvidos, além dos relatos ou entrevistas coletados pelo grupo.**

7 **Utilizem uma linguagem coerente com a situação de comunicação e com o público-alvo do texto.**

8 **Atentem para a coerência e a coesão do texto, a pontuação das frases, a divisão dos parágrafos e a ortografia.**

Revisão e reescrita

1 **Releiam e avaliem o texto, observando os seguintes elementos:**

O texto apresenta título, título auxiliar, lide (parágrafo inicial resumindo o tema a ser abordado)?
O texto traz informações pertinentes que ajudam a ampliar a discussão sobre o tema?
As fontes pesquisadas são confiáveis e estão devidamente identificadas?
Há recursos imagéticos complementares devidamente descritos por meio de legendas?
A linguagem e o registro do texto estão adequados à situação de comunicação e sem desvios ortográficos?

2 **Façam os ajustes e as melhorias que considerarem necessários e redijam a versão final, salvando-a em uma pasta compartilhada entre o grupo.**

3 **Caso haja imagens ao longo do texto, atentem para que o tamanho delas possibilite uma boa visualização.**

Circulação

1 **Publiquem o texto no *blog* da turma. Caso não tenham um *blog*, pesquisem por *sites* gratuitos para a criação da página e criem uma conta compartilhada.**

2 **As reportagens devem ser publicadas no *blog*, uma por vez, atentando para o tamanho do texto e das imagens, o espaçamento entre parágrafos, etc.**

3 **Leiam os textos dos outros grupos e deixem comentários sobre eles, sempre prezando pelo respeito e pela troca cooperativa de informações.**

Não escreva no livro.

VIDAS NEGRAS NO BRASIL

1. Observe a foto a seguir e tente contextualizá-la: O que está acontecendo? Onde? E qual é a motivação das pessoas mostradas nela?
2. De que maneira o genocídio negro desconstrói o mito da cordialidade do brasileiro e da democracia racial?



Cris Faga/NurPhoto/ZUMA Press/Imageplus

Manifestação realizada em São Paulo (SP) por justiça e em homenagem a Moïse Mugenyi Kabagambe, assassinado no Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2022.

"Parem de nos matar!" é um grito de justiça exclamado toda vez que uma pessoa negra é assassinada. Como mostram documentos como o *Atlas da violência*, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pessoas negras são vítimas majoritárias de balas perdidas, execuções policiais ou disputas de facções criminosas.

A desigualdade social no Brasil começou a ser configurada no passado colonial, quando fortunas foram acumuladas com base no trabalho escravo e milhares de negros foram desumanizados por mais de trezentos anos. A Lei Áurea aboliu a escravidão, mas não amparou a reconstituição social dessas pessoas. Libertos da escravização legal, os negros não tinham terras para produzir e tinham somente poucas oportunidades dignas de trabalho.

A população negra do Brasil que descende diretamente de povos do continente africano mais uma vez rearticulou suas lutas e resistências para sobreviver à nova condição de pessoas livres juridicamente e conquistar espaços reais de liberdade nos campos político, econômico, social e cultural.

Nessa luta por reconhecimento e pertencimento, contudo, os corpos negros permanecem sendo o alvo preferencial da violência que se expressa pela insuficiência de políticas públicas e pela prática do racismo estrutural. Cabe exigir da sociedade e do Estado um compromisso com o fim dessa realidade.

Não escreva no livro.

ÍNDICES SOCIAIS

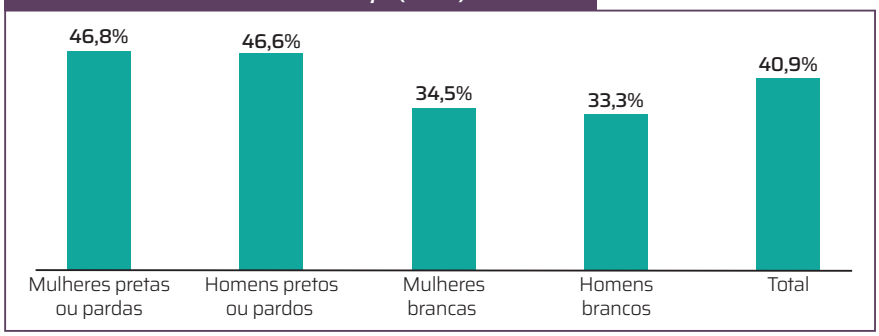
A democracia pressupõe a igualdade de oportunidades entre os cidadãos de um país. Sabemos, no entanto, que o Brasil não foi constituído em bases de igualdade e que a democracia racial é um mito, inventado e recontado ao longo dos anos como forma de tentar apaziguar a violenta formação da nação.

Para compreender essa continuidade histórica que mantém a desigualdade entre pessoas negras e pessoas brancas no Brasil, vamos analisar alguns dados e refletir sobre algumas questões. Como estão distribuídos os postos de trabalho no Brasil? Existem diferenças salariais em razão da cor da pele? Quem mora nos bairros periféricos das cidades brasileiras? Quais são as estruturas de acesso aos serviços básicos nesses bairros?

Com base nessas questões, podemos analisar de que modo a marginalização histórica dos negros no Brasil pode ser traduzida em dados socioeconômicos.

BRASIL: PROPORÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS DE MODO INFORMAL POR SEXO E COR OU RAÇA (2022)

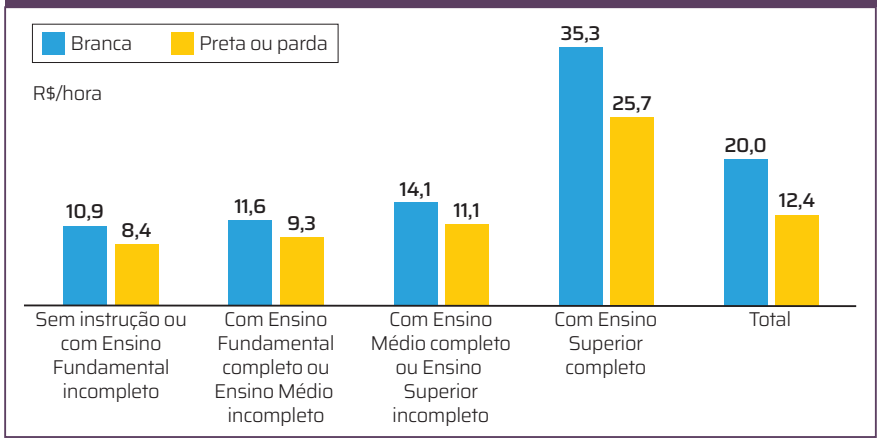
Renan Oracic/ID/BR



Fonte de pesquisa: IBGE. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL: RENDIMENTO-HORA MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR COR OU RAÇA, SEGUNDO NÍVEIS DE INSTRUÇÃO (2022)

Renan Oracic/ID/BR



Fonte de pesquisa: IBGE. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, existiam cerca de 39 milhões de trabalhadores informais no Brasil, o que representa quase 40% da população ocupada no país. O que define o trabalho informal?

Entre as características do trabalho informal podemos destacar a ausência de registro em carteira de trabalho, o que, na prática, significa a falta de proteção social garantida por direitos como o recebimento de um salário mínimo, estabilidade, seguro-desemprego, contribuição previdenciária e aposentadoria. Outra característica comum da informalidade é a precariedade dos serviços e os riscos à segurança e à vida.

Ainda segundo as pesquisas, as áreas que mais concentram trabalhadores informais são os serviços domésticos, o agronegócio e a construção civil. Se observarmos as continuidades históricas, essas áreas remetem àquelas do Brasil colonial, nas quais era utilizada a mão de obra escravizada rural e urbana: escravos domésticos, escravos das lavouras e escravos de ganho.

Não escreva no livro.

Vulnerabilidade social dos negros

Os dados apresentados até o momento nos levam a reconhecer que a população negra está em desvantagem em relação à população branca, pois compõe a maior porcentagem de trabalhadores informais no Brasil e de exposição à inseguridade física e social. Trata-se de pessoas que, para sobreviver à prática capitalista, aceitam condições de trabalho que não se ajustam aos discursos de igualdade de direitos e de oportunidades entre os cidadãos brasileiros. A lógica da informalidade tem raízes na sociedade escravocrata, perpetuando o não reconhecimento do trabalhador, sobretudo do trabalhador braçal, como um cidadão, como alguém igual perante a lei. Além de ser uma herança colonial, o trabalho informal também dialoga com a presente lógica de maximização dos lucros, em que reduzir os gastos com a força de trabalho significa aumentar a riqueza dos donos dos meios de produção.

E se, historicamente, as elites brasileiras conservadoras se mobilizam para cristalizar as hierarquias sociais e a exploração do trabalho para o próprio benefício e para a manutenção das desigualdades, o que explicaria os dados do segundo gráfico, em que pessoas com a mesma formação educacional têm rendas diferentes em função do gênero ou da cor da pele? Mais uma vez, recorremos ao racismo estrutural, que privilegia pessoas brancas e mantém a mentalidade de que o trabalho de pessoas negras teria menor valor.

Estando a população negra mais vulnerável a extensas jornadas de trabalho e a baixos salários, o acesso aos serviços estruturais também é restrito. Desse fato decorrem menos oportunidades de progresso acadêmico, de sucesso profissional e de acesso a serviços, como segurança, saúde e lazer.

Portanto, a combinação entre as desigualdades sociais enraizadas historicamente e o racismo estrutural marginaliza a população negra no Brasil, entre outros fatores, em virtude do trabalho informal, das disparidades salariais, da falta de oportunidades e de acesso a serviços básicos.

Nesse contexto, esses indivíduos estão desassistidos pelo Estado em seus direitos básicos de cidadãos. Inserida em zonas de conflito e atravessada por violências cotidianas, uma imensa maioria de pessoas negras tem seu direito mais básico violado: o direito à vida.

Todos esses elementos têm sido alvo de reflexão sistemática dos movimentos sociais negros brasileiros e de acadêmicos, engajados na busca da compreensão e da resolução dessa realidade.



Jesus Carlos/Acervo do fotógrafo

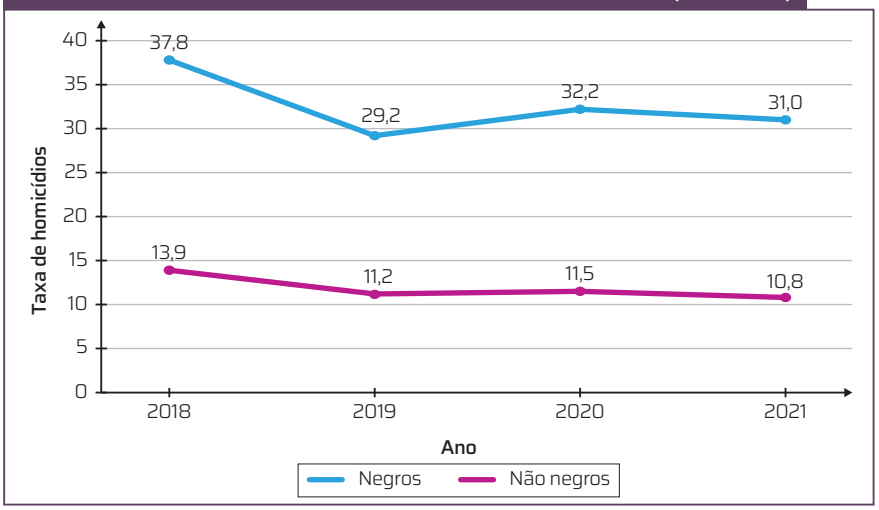
Manifestação do Movimento Negro Unificado denunciando os limites da Lei Afonso Arinos, em São Paulo (SP). Foto de 1980.

Não escreva no livro.

QUEM É ALVO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL?

Agora, observe o resultado da pesquisa sobre as taxas de homicídio nos estados brasileiros.

BRASIL: TAXAS DE HOMICÍDIOS DE NEGROS E DE NÃO NEGROS* A CADA 100 MIL HABITANTES DENTRO DESSES GRUPOS POPULACIONAIS (2018-2021)



Renan Oracic/ID/BR

Fonte de pesquisa: Cerqueira, Daniel; Bueno, Samira (coord.). *Atlas da violência 2023*. Brasília, DF: Ipea: FBSP, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

* O número de negros foi obtido somando-se pardos e pretos, enquanto o de não negros corresponde à soma de brancos, amarelos e indígenas; todos os ignorados não entraram nas contas.

Ao analisarmos porcentagens tão desiguais nas taxas de mortes violentas entre pessoas negras e não negras, indagamo-nos sobre os motivos dessa realidade, sobretudo quando pensamos que a maioria dessas pessoas é jovem, isto é, homens negros entre 15 e 29 anos de idade.

Retomando os dados socioeconômicos observados anteriormente, sabemos das disparidades salariais, da taxa de ocupação dos negros no trabalho informal e de uma grande porcentagem de pessoas negras habitando regiões onde não há acesso a serviços básicos como educação, saúde e saneamento.

Dada a marginalização socioeconômica, o jovem negro periférico fica mais exposto e mais vulnerável à ação de facções criminosas e de guerrilhas entre elas. Na falta de oportunidades que proporcionem as bases da cidadania, grupos criminosos aliciam, para suas facções, jovens sem estudo, sem emprego digno e sem perspectiva de uma vida equilibrada. Dentro do crime, a expectativa de vida desses jovens é curta, visto que eles são constantemente ameaçados pelas guerras entre facções e pelos ataques policiais. Estudos publicados no *Atlas da Violência 2023* atribuem muitas dessas mortes ao acirramento dos conflitos entre duas facções criminosas, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), que ocorrem para expandir e manter seus mercados de tráfico de drogas da Região Sudeste para outros estados do Brasil. Quanto maiores as facções, maior o aliciamento de jovens, e, quanto mais recorrentes as guerras do narcotráfico, maior é o número de mortos entre os jovens envolvidos nesses conflitos.

E não são apenas os jovens aliciados pelo crime que morrem nas periferias das cidades brasileiras. A guerra entre facções e os embates entre o narcotráfico e a polícia atingem a população comum que vive nos bairros periféricos. Esses moradores se tornam vítimas de balas perdidas, brigas, latrocínios, violência de criminosos e também de policiais, que muitas vezes invadem locais onde operam facções criminosas e se utilizam de violência indiscriminada contra todos que encontram.

Segundo uma pesquisa de opinião pública realizada em 2012 pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e pelo Senado Federal, a população brasileira reconhece a recorrência das mortes violentas dos jovens negros e, mais do que isso, 55,8% dos entrevistados concordam que a morte desses jovens choca menos a população do que a morte de jovens brancos.

Não escreva no livro.

O antirracismo como arma contra o genocídio negro

Para compreender o porquê de os negros estarem entre a população vulnerável, é necessário olhar além da desigualdade do tempo presente. É preciso recuperar o passado colonial escravista e compreender que a naturalização da violência contra o negro tem sua origem em séculos de desumanização, em castigos físicos e emocionais como forma de controle sobre seus corpos e suas mentes. A abolição, mais do que libertar pessoas, criou um contingente enorme de despossuídos que continuaram a viver de trabalhos pesados e mal remunerados. Durante a escravidão, os corpos negros eram vistos como mercadorias valiosas; após a abolição, os negros perderam essa utilidade e passaram a ser tratados com desprezo.

Há um abismo entre negros e brancos no que se refere ao acesso a oportunidades e às formas como suas humanidades são compreendidas. Somente o racismo estrutural explica as bases da desigualdade e o motivo de uma pessoa negra receber um salário menor que o de uma pessoa branca, ainda que ocupem o mesmo cargo e tenham a mesma formação escolar. O racismo estrutural explica o porquê de uma pessoa branca ser preferida em uma vaga de emprego, naturalizando as pessoas negras em subempregos e no trabalho informal.

O que dizer ainda da evasão escolar e da reduzida presença de negros nas universidades?

Qual é a relação entre a garantia do direito à vida e a juventude negra? Como esse direito tem sido afetado pelo racismo? Será que a vida dos nossos jovens negros ao invés de ser garantida está sendo, na realidade, criminalizada? Há um extermínio da vida dessa juventude? Um genocídio? Quem luta para garantir o direito à vida dos nossos jovens negros? A educação se preocupa com essas questões?

[...]

É possível dizer que, nos últimos anos, tem aumentado a consciência política sobre a situação de extermínio da juventude negra. Além da denúncia, a vontade política e jurídica de alguns setores em conhecer as causas desse extermínio vem sendo despertada. Dentre as causas mais citadas teríamos: a violência urbana, a pobreza e a vulnerabilidade social, o tráfico, a ausência de uma política democrática de segurança. Somado a elas existiria, ainda, toda uma situação de falta de acesso à educação escolar, a ausência de equipamentos públicos de lazer nos bairros pobres, vilas e favelas, baixa ou pouca inserção no mercado de trabalho de maneira digna, pouco acesso aos bens culturais, disputa entre os próprios jovens resultando em morte por armas de fogo.

[...]

[...] Mas fica sempre a pergunta: essas são, de fato, as causas do extermínio da juventude negra? [...]

[...] [Existe] uma macrocausa que gera toda a violência que se volta contra essa juventude e que não tem sido discutida pelas políticas públicas e nem tem sido analisada com profundidade pelas ciências sociais e humanas, com destaque para o campo da educação: o racismo.

[...]

A campanha Vidas Negras: pelo fim da violência contra a juventude negra no Brasil (ONU/BR) assumiu publicamente que o racismo é a macrocausa do extermínio da juventude negra. Em relação à situação dos jovens negros apontada pelos dados oficiais[,] a campanha defende que: "esta morte precisa ser evitada e, para isso, é necessário que Estado e sociedade se comprometam com o fim do racismo – elemento-chave na definição do perfil das vítimas da violência".

Gomes, Nilma Lino; Laborne, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100657&lng=pt&nrm=iso# B2. Acesso em: 10 maio 2024.

Não escreva no livro.

VIDAS NEGRAS IMPORTAM! HISTÓRIAS DE LUTAS, SOBREVIVÊNCIA E RESISTÊNCIAS

Ao reivindicar a máxima "Parem de nos matar!", os movimentos negros expõem suas insatisfações e mostram a consciência de suas condições na sociedade brasileira, bem como suas articulações políticas. A própria organização e divulgação de pesquisas como as publicadas pelo IBGE, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Seppir, entre outros institutos e órgãos, revelam a mobilização política em torno dos fenômenos sociológicos que envolvem a população negra do Brasil.

Toda essa trajetória de luta e resistência é antiga e perpassa pelos aquilombamentos dos escravizados e pela luta de abolicionistas como André Rebouças (1838--1898), engenheiro negro que defendia a reforma agrária como meio de amparar os recém-libertos despossuídos. No período pós-abolição, tiveram continuidade as irmandades, espaços de apoio mútuo e de fortalecimento comunitário, assim como foram inaugurados, por pessoas negras com rendas mais altas, jornais impressos que denunciavam o racismo e promoviam a autoestima afrodescendente.

A partir da organização de um desses jornais, foi fundado, na década de 1930, o partido político Frente Negra Brasileira (FNB), movimento que lutava contra a discriminação racial em lugares públicos. Nesse contexto, destaca-se Abdias do Nascimento (1914-2011), artista e intelectual que iniciou sua militância como membro do FNB, ampliando sua atuação ao inaugurar o Teatro Experimental do Negro (1944-1961), e investiu em sua carreira política, na qual assumiu diversos cargos públicos, inaugurando a Secretaria do Movimento Negro do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Como deputado federal que compôs a Assembleia Nacional Constituinte, Abdias articulou a aprovação do projeto de criminalização do racismo na Constituição de 1988.

Além de Abdias do Nascimento, outros intelectuais se destacaram na militância negra, como a historiadora, filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994), que, a partir da década de 1970, focou as questões raciais em sua produção acadêmica, sobretudo a condição das mulheres negras, oprimidas pelo viés do gênero e da raça. Integrante do Movimento Negro Unificado (MNU), Lélia denunciava a exploração do trabalho das mulheres negras como empregadas domésticas mal remuneradas e sem direitos trabalhistas, associando o contexto dessa mão de obra precarizada à herança colonial das escravizadas domésticas. Fundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), Lélia desconstruiu o mito da democracia racial, uma vez que ele funcionava como um elemento de dominação e perpetuação de violências que impedia o povo brasileiro de compreender o racismo como um problema real e, portanto, impossibilitava sua problematização e superação.

Alberto Jacob/Agência O Globo



A militância e a produção acadêmica de estudiosos como Lélia Gonzalez, entre os anos 1970 e 1990, contribuiu para a conscientização do racismo como elemento de segregação racial e mantenedor da profunda violência que marca a sociedade brasileira. Foto de 1977.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A IGUALDADE RACIAL

Como fruto de séculos de luta, o movimento negro tem conquistado seu espaço na política institucional brasileira. Na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1931-), a mobilização nacional reivindicou a instituição de políticas públicas voltadas para a resolução do racismo e da marginalização da população negra, o que impulsionou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (1995). Ainda na década de 1990, denúncias feitas à Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançaram luz sobre a discriminação racial no mercado de trabalho e influenciaram o governo brasileiro na definição de novas diretrizes públicas. Em 1996, foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos, que, pela primeira vez, abordou a desigualdade de oportunidades com base na raça.

Nos anos 2000, por sua vez, houve uma nova fase de articulações e conquistas do movimento negro brasileiro. Em 2003, foi instituída a Seppir pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (1945-). A secretaria, com estatuto de ministério, tinha como objetivos específicos a inclusão social, a redução das desigualdades sociais e a promoção da igualdade racial. Por meio desses objetivos, sua estrutura dialogava com todos os outros ministérios do governo, a fim de implementar políticas de ações afirmativas, fomentar a economia local de comunidades tradicionais, como as remanescentes de quilombos, e capacitar as demais comunidades negras para a gestão pública, visando fortalecer sua atuação política. Exemplos dessas ações foram os investimentos em instalação de cisternas em comunidades quilombolas, a instalação de energia elétrica em cidades e comunidades periféricas do país, o estabelecimento de diálogos com lideranças negras, a identificação e impulsão de potenciais fontes de renda, a luta contra o racismo cultural e religioso e a promoção de autoestima de grupos historicamente inferiorizados.

Ainda no ano de 2003, foi aprovada a Lei n. 10639, que inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira nas disciplinas ministradas nas escolas e nos materiais didáticos. Em 2008, a lei foi ajustada para incluir história e cultura afro-brasileira e indígena (Lei n. 11645). A Lei de Cotas foi aprovada em 2012, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (1947-), e instituiu a reserva de vagas nas universidades federais para estudantes oriundos de escolas públicas, pessoas de baixa renda, negras, pardas e indígenas. A promoção da história e da cultura afro-brasileiras tem contribuído para a reflexão sobre seu protagonismo histórico ao longo de séculos, e a presença dos negros nas universidades tem promovido a inserção social e o fortalecimento de sua mobilização política na transformação da sociedade brasileira rumo a uma democracia que, de fato, zele pelos direitos à vida e pela concessão de oportunidades iguais de cidadania.

Os ministros-chefes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



Não escreva no livro.

CONSCIÊNCIA NEGRA, MILITÂNCIA E AQUILOMBAMENTOS



Ilustrações: Linoca Souza/ID/BR

Tempo de nos aquilombar

É tempo de caminhar em fingido silêncio,
e buscar o momento certo do grito,
aparentar fechar um olho evitando o cisco
e abrir escancaradamente o outro.

É tempo de fazer os ouvidos moucos
para os vazios lero-leros,
e cuidar dos passos assuntando as vias,
ir se vigiando atento, que o buraco é fundo.



É tempo de ninguém se soltar de ninguém,
mas olhar fundo na palma aberta
a alma de quem lhe oferece o gesto.
O laçar de mãos não pode ser algema
e sim acertada tática, necessário esquema.

É tempo de formar novos quilombos,
em qualquer lugar que estejamos,
e que venham os dias futuros, salve 2020,
a mística quilombola persiste afirmando:
"a liberdade é uma luta constante".

EVARISTO, Conceição. Tempo de nos aquilombar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 dez. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/em-textos-ineditos-escritores-expressam-desejos-para-2020-1-24165702. Acesso em: 10 maio 2024.

Nesse texto, a escritora Conceição Evaristo (1946-) chama a atenção para a importância de formar novos quilombos no tempo presente. Sua chamada reflete um movimento já em expansão, no qual o termo "quilombo" ultrapassa a concepção dos antigos retiros de escravizados fugidos.

Os novos quilombos, sejam rurais, sejam urbanos, se constituem como espaços de encontros e sociabilidade para fortalecer a identidade negra e discutir estratégias de lutas e resistências. Os novos aquilombamentos surgem, assim, em espaços universitários, cursinhos populares, ocupações por moradias dignas, em movimentos políticos, em associações culturais como grupos de capoeira, blocos de Carnaval e de festas folclóricas, bem como saraus, movimentos de *hip-hop*, bailes *funk*, feiras de empreendedorismo e também em comunidades virtuais das redes sociais.

Nesses espaços, em que a voz negra é amplificada como grito de resistência, a desconstrução do racismo e o empoderamento da estética afro servem como meios de estimular a juventude negra a sair das estatísticas da violência no Brasil, sobrevivendo e assumindo seu protagonismo histórico.

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 **Retome o gráfico "Brasil: proporção de pessoas ocupadas de modo informal por sexo e cor ou raça (2022)" e, depois, faça o que se pede.**

a) Qual vertente apresenta desequilíbrio?

b) Qual é a diferença de porcentagem de ocupação nessa vertente?

c) Escreva um parágrafo no caderno explicando por que o grupo que ocupa mais postos de trabalho no mercado informal teria dificuldades em conquistar vagas no mercado formal.

2 **Retome o gráfico "Brasil: rendimento-hora médio real do trabalho principal das pessoas ocupadas por cor ou raça, segundo níveis de instrução (2022)" e faça o que se pede.**

a) O que os dados revelam sobre o perfil das disparidades salariais no Brasil?

b) Que privilégios são revelados nesses dados? Reflita sobre o tema, elencando os variados tipos de vantagem de um grupo sobre o outro.

c) Existe um discurso recorrente na sociedade brasileira atual de que aquele que se esforça é capaz de conquistar as recompensas merecidas, ascendendo socialmente. O que a última coluna do gráfico revela sobre a consistência desse pensamento?

3 **O gráfico "Brasil: taxas de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes dentro desses grupos populacionais (2018-2021)" revela que a população negra é mais atingida pela violência no país. Quais motivos explicariam esses dados?**

4 **Mesmo levando em conta a existência de pessoas brancas em condições de vulnerabilidade social, a maior taxa de homicídio entre os negros mostra que são o grupo mais perseguido na sociedade brasileira, enquanto o assassinato de pessoas brancas é mais baixo e estável. Levante hipóteses sobre essas diferenças estatísticas e justifique a expressão "genocídio negro".**

5 **Dialogando com o texto das pesquisadoras Nilma Lino Gomes e Ana Amélia de Paula Laborne, apresentado no tópico "O antirracismo como arma contra o genocídio negro", por que o racismo deve ser considerado a macrocausa do genocídio da juventude negra?**

6 **Reflita sobre o porquê de os aquilombamentos, citados na poesia de Conceição Evaristo, serem uma tática de defesa contra o genocídio negro e uma arma de conquistas democráticas.**

7 **O historiador Flávio dos Santos Gomes (1964-) realizou um estudo importante sobre a formação dos quilombos e seus desdobramentos no passado e no presente. Leia o trecho a seguir e, depois, faça o que se pede.**

> […] Ao longo do século XX, a despeito da existência de inúmeras *comunidades remanescentes de quilombos* no interior do Brasil – a maior parte das quais desconhecida –, a ideia de quilombo passou a ser agenciada. A militância negra se apropriou do quilombo como representação política de luta contra a discriminação racial e valorização da "cultura negra".
>
> Gomes, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos*: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. p. 127. (Coleção Agenda Brasileira).

a) Quais são as diferenças entre os quilombos do passado e os do presente?

b) Converse com os colegas sobre a importância dos quilombos para a luta da população negra contra o racismo.

8 **A concepção sobre o significado de quilombo acompanha as mudanças históricas e se reajusta às necessidades de resistência e de luta da população negra no Brasil. Nesse sentido, têm se tornado comum as referências aos quilombos contemporâneos. Você conhece esse termo? Explique.**

Não escreva no livro.

- Faça uma pesquisa sobre o que são os quilombos contemporâneos, diferenciando-os dos quilombos do período colonial.
- Depois, identifique os quilombos rurais ou urbanos existentes no município ou no estado em que você mora, faça uma pesquisa sobre suas atividades e escreva sobre sua importância para a comunidade negra que os integra. Em uma data combinada, compartilhe os resultados com a turma.

9 **(Enem)**

Quebranto

às vezes sou o policial que me suspeito
me peço documentos
e mesmo de posse deles
me prendo e me dou porrada
às vezes sou o porteiro
não me deixando entrar em mim mesmo
a não ser pela porta de serviço
[...]

às vezes faço questão de não me ver
e entupido com a visão deles
sinto-me a miséria concebida como um eterno começo
fecho-me o cerco
sendo o gesto que me nego
a pinga que me bebo e me embebedo
o dedo que me aponto
e denuncio
o ponto em que me entrego.
às vezes!...

Cuti. *Negroesia*. Belo Horizonte: Mazza, 2007 (fragmento).

Na literatura de temática negra produzida no Brasil, é recorrente a presença de elementos que traduzem experiências históricas de preconceito e violência. No poema, essa vivência revela que o eu lírico:

a) incorpora seletivamente o discurso do seu opressor.
b) submete-se à discriminação como meio de fortalecimento.
c) engaja-se na denúncia do passado de opressão e injustiças.
d) sofre uma perda de identidade e de noção de pertencimento.
e) acredita esporadicamente na utopia de uma sociedade igualitária.

10 **(Enem)**

Na sociologia e na literatura, o brasileiro foi por vezes tratado como cordial e hospitaleiro, mas não é isso o que acontece nas redes sociais: a democracia racial apregoada por Gilberto Freyre passa ao largo do que acontece diariamente nas comunidades virtuais do país. Levantamento inédito realizado pelo projeto *Comunica que Muda* [...] mostra em números a intolerância do internauta tupiniquim. Entre abril e junho, um algoritmo vasculhou plataformas [...] atrás de mensagens e textos sobre temas sensíveis, como racismo, posicionamento político e homofobia. Foram identificadas 393 284 menções, sendo 84% delas com abordagem negativa, de exposição do preconceito e da discriminação.

Disponível em: https://oglobo.globo.com. Acesso em: 6 dez. 2017 (adaptado).

Ao abordar a postura do internauta brasileiro mapeada por meio de uma pesquisa em plataformas virtuais, o texto:

a) minimiza o alcance da comunicação digital.
b) refuta ideias preconcebidas sobre o brasileiro.
c) relativiza responsabilidades sobre a noção de respeito.
d) exemplifica conceitos contidos na literatura e na sociologia.
e) expõe a ineficácia dos estudos para alterar tal comportamento.

PRÁTICAS DE PESQUISA

RACISMO ESTRUTURAL

Para começar

Durante mais de três séculos, os africanos escravizados foram trazidos à força de seu continente por meio do tráfico negreiro para suprir a demanda por mão de obra cativa no Brasil. Ainda hoje, a comunidade negra sofre as consequências desse sistema escravocrata que estratificou a sociedade brasileira, e uma delas é o racismo.

Nesta seção, vamos fazer uma investigação sobre o racismo estrutural no Brasil, analisando, por meio da realização da uma revisão bibliográfica, como se dá a reprodução sistêmica de práticas racistas na sociedade brasileira.

O problema

Segundo os critérios do IBGE, pretos e pardos, que compõem a população negra, são mais da metade dos brasileiros. Entretanto, ainda hoje, os indicadores sociais dessa parcela da população são inferiores aos dos brancos, em decorrência de uma condição histórica que restringiu o acesso dessas pessoas aos mesmos direitos dos brancos.

O racismo faz parte da estrutura da sociedade brasileira. Contudo, isso não retira o compromisso de cada um de nós com o combate à prática de condutas racistas.

A investigação

- Prática de pesquisa: revisão bibliográfica

Material

- Folhas para anotações, lápis e caneta
- Computador com acesso à internet
- Livros para consulta

Procedimentos

Parte I – Planejamento e análise

1 **Você e os colegas devem se organizar em grupos de quatro ou cinco integrantes.**

2 **Cada grupo deve escolher uma das três obras de referência indicadas a seguir, de modo que cada livro seja analisado por pelo menos um grupo da turma.**

Identifiquem, no livro escolhido, os capítulos e trechos que tratam diretamente das características do tema racismo no Brasil e façam, individualmente, a leitura e o fichamento desse material.

- Munanga, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: identidade nacional *versus* identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- Ribeiro, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

3 **Reúnam-se e discutam os conceitos e as proposições do(a) autor(a) dos livros relacionados às características do racismo no Brasil, fazendo perguntas do tipo: Como o racismo é estruturado na sociedade brasileira? Por que as práticas racistas ainda fazem parte do cotidiano dos brasileiros? Como devemos lidar com situações em que ocorrem práticas racistas? Anotem suas conclusões, elas serão importantes na etapa de elaboração do texto de revisão bibliográfica.**

Parte II – Levantamento de artigos

1 **Façam um levantamento de artigos em periódicos acadêmicos que tratem do tema, com o objetivo de complementar, ampliar ou mesmo se contrapor às proposições do(a) autor(a) de referência. Os artigos devem ser recentes, com menos de cinco anos de publicação.**

Não escreva no livro.

2 **A seguir, indicamos revistas acadêmicas reconhecidas, todas com versão eletrônica disponível na internet. Se julgarem necessário, vocês podem ampliar a pesquisa consultando outras publicações, mas é importante que elas sejam acadêmicas, ou seja, publicadas por universidades ou centros de estudo.**

- *Afro-Ásia* – Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- *Revista Brasileira de História* – Associação Nacional de História (ANPUH)
- *Tempo* – Universidade Federal Fluminense (UFF)
- *Varia História* – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- *Clio* – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
- *Canoa do Tempo* – Universidade Federal do Amazonas (Ufam)

3 **Acessem o *site* da revista e façam uma busca com palavras-chave, como "questões étnico-raciais", "racismo no Brasil" e "práticas antirracistas".**

4 **Para que o grupo tenha contato com uma quantidade razoável de artigos, cada integrante deve se responsabilizar por realizar a leitura de um ou dois artigos, fazer o fichamento dele(s) e apresentar um resumo dos artigos aos colegas.**

Parte III – Elaboração do texto

1 **Com todas as anotações em mãos, redijam um texto final com as conclusões a que vocês chegaram. Primeiro, apresentem o problema, o livro de referência escolhido e seu(sua) autor(a) e os conceitos e proposições de cada um em relação ao tema. Em seguida, apresentem os artigos lidos por vocês, mostrando de que forma eles complementam, ampliam ou se contrapõem às ideias do(a) autor(a) de referência.**

2 **Formatem o texto segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e façam a revisão bibliográfica.**

- Tipo de letra: Arial ou Times New Roman. Sempre seguindo o mesmo padrão do restante do documento.
- Tamanho da fonte: 12 (em todos os elementos).
- Margens: 3 cm superior e esquerda / 2 cm inferior e direita.
- Capa: no topo da folha, centralizado, escrevam em negrito o nome da instituição onde vocês estudam. Depois, três parágrafos abaixo, insiram o nome dos integrantes do grupo em letra maiúscula.
- No centro da capa, escrevam o título do trabalho em negrito e em letra maiúscula e, se houver, o subtítulo, sem negrito e em letra maiúscula. Na parte inferior da página, nas últimas duas linhas, escrevam, centralizado, o local (cidade e estado) na primeira linha e, na segunda, a data (ano).

Questões para discussão

1 **Que desafios vocês encontraram durante a realização desse tipo de pesquisa? O que foi mais fácil e o que foi mais difícil fazer?**

2 **Segundo a pesquisa feita por todos os grupos, como são apresentadas as questões étnico-raciais? Quais são as principais características das práticas de manifestações racistas no Brasil? Como vocês percebem essas manifestações discriminatórias no cotidiano?**

3 **Quais são as contribuições que essa pesquisa pode trazer para o combate ao racismo?**

4 **Quais seriam as principais práticas antirracistas que deveríamos adotar no cotidiano? Como a luta contra as discriminações contribui para a consolidação da democracia no Brasil?**

Comunicação dos resultados

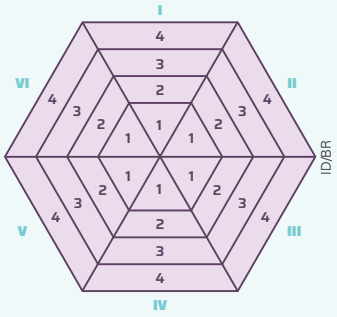
Para que o resultado das pesquisas realizadas por vocês possa ser compartilhado com outras pessoas que se interessem pelo assunto, com o auxílio do professor, organizem uma revista com a coletânea das revisões bibliográficas feitas pela turma.

Criem um nome e uma capa para a revista. Na primeira página, elaborem um texto explicando do que se trata. Em seguida à página de apresentação, componham os títulos dos trabalhos da turma na sequência em que serão apresentados.

Não escreva no livro.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A



ID/BR

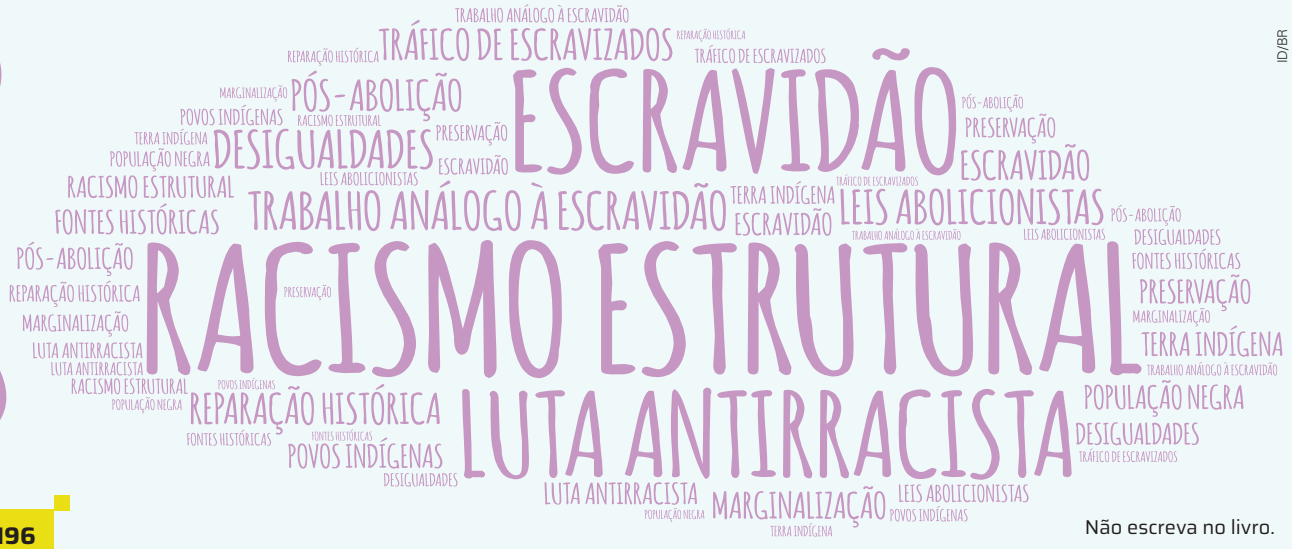
Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	**Respostas**	**Cor indicada**
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que "Sempre" realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta I.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



ID/BR

Não escreva no livro.

PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente suas respostas às seguintes questões:

Capítulo 10 – Escravidão e trabalho análogo à escravidão

1. Compreendo o uso de mão de obra escravizada como um fato constituinte da história nacional?
2. Compreendo a necessidade de combater o trabalho análogo à escravidão que ainda persiste em nosso país?
3. Compreendo a necessidade de garantir a demarcação de Terras Indígenas, como reparação histórica, e a fiscalização para conter o avanço do desmatamento?
4. Reconheço o avanço do desmatamento e o uso de trabalho análogo à escravidão nele?
5. Reconheço alguns marcos históricos que decretaram o fim da escravidão no Brasil?
6. Identifico as áreas de atuação e os diversos conhecimentos técnicos dos africanos escravizados trazidos à força para as Américas, em especial para o Brasil?
7. Reconheço a importância das fontes históricas no ofício do historiador?

Capítulo 11 – Existe racismo no Brasil?

8. Identifico práticas de marginalização da população negra após a abolição da escravatura?
9. Compreendo o racismo estrutural e as razões pelas quais devemos fazer parte da luta antirracista?

Capítulo 12 – Vidas negras no Brasil

10. Reconheço os impactos do escravismo e da marginalização da população negra como aspectos ainda presentes e constituidores da desigualdade social?
11. Identifico novos significados atribuídos às experiências passadas, a fim de valorizar a luta antirracista e o protagonismo da população negra?
12. Reconheço a importância das políticas públicas para a igualdade racial no Brasil?

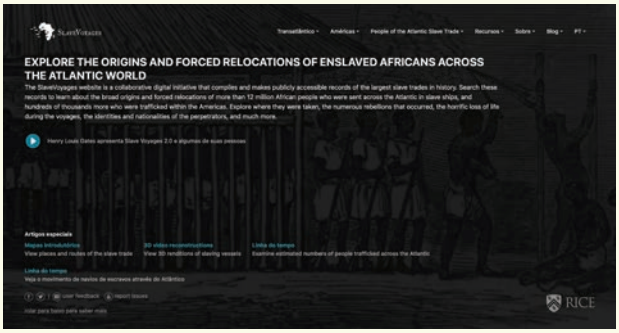


Thiago Limón/ID/BR

Não escreva no livro.

PARA IR ALÉM

Capítulo 10 – Escravidão e trabalho análogo à escravidão



Disponível em: https://www.slavevoyages.org/. Acesso em: 19 jul. 2024.

Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos

O mapa e o gráfico deste *site* foram construídos com base nas informações disponibilizadas pelo Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos, também conhecido como *Slave Voyages*, um projeto mundial e interdisciplinar que concentra dados da diáspora africana. Os números são atualizados bienalmente, de acordo com pesquisas realizadas por cientistas de diferentes países.

Slave Voyages. Disponível: https://slavevoyages.org/. Acesso em: 26 jun. 2024.



Ministério do Trabalho e Emprego/Governo Federal

Relatos de escravidão: José Pereira

Para saber mais detalhes da história do trabalhador José Pereira, veja uma dramatização do relato dele, produzida e publicada pela equipe da Secretaria da Previdência e do Trabalho.

Relatos de escravidão: José Pereira. [*S. l.*: *s. n.*], 2016. Publicado pelo canal Trabalho e Emprego. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WzTi_vN6osg. Acesso em: 26 jun. 2024.

O *fast fashion* e a exploração de trabalhadores migrantes

O projeto jornalístico MigraMundo apresenta nesta reportagem aspectos importantes a serem considerados no mundo da produção da moda, atividade econômica reconhecidamente em franca expansão e espaço recorrente de violação de direitos trabalhistas.

MigraMundo Equipe. O *fast fashion* e a exploração de trabalhadores migrantes. *MigraMundo*, 5 abr. 2023. Disponível em: https://migramundo.com/o-fast-fashion-e-a-exploracao-de-trabalhadores-migrantes/. Acesso em: 11 ago. 2024.



Arquivo/Ministério Público do Trabalho

Capítulo 11 – Existe racismo no Brasil?



Defensoria Pública do Estado da Bahia/Governo do Estado da Bahia

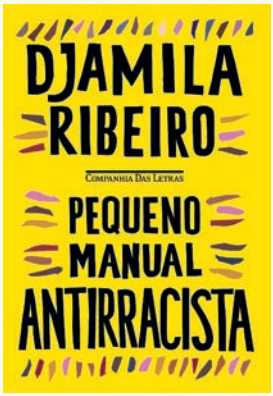
Dicionário de expressões (anti)racistas: e como eliminar as microagressões do cotidiano

Com o objetivo de fornecer letramento racial e conscientização, o dicionário produzido pela Defensoria Pública do Estado da Bahia apresenta expressões racistas que são utilizadas no dia a dia por muitos brasileiros, intencionalmente ou não, que são fruto de uma ideologia racista.

Defensoria Pública do Estado da Bahia. *Dicionário de expressões (anti)racistas*: e como eliminar as microagressões do cotidiano. Salvador: ESDEP Editorial, 2021.

Não escreva no livro.

Companhia das Letras/Arquivo da editora



Pequeno manual antirracista

Esse livro da filósofa Djamila Ribeiro trata de temas atuais sobre racismo, negritude, branquitude, violência racial, cultura, etc. Além de promover reflexões importantes para compreendermos nosso papel como cidadãos para superar o racismo que ainda persiste cotidianamente na sociedade brasileira.

Ribeiro, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



Maria Laura Antonelli/Avalon/ZUMA Press/Imageplus

Chimamanda Ngozi Adichie. Foto de 2022.

O perigo de uma história única

Na palestra que se tornou livro, a nigeriana e literata Chimamanda Adichie alerta para os perigos que todos corremos quando não apreendemos a multiplicidade de experiências históricas.

Adichie, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Capítulo 12 – Vidas negras no Brasil

Editora Pólen/Arquivo da editora



#Parem de nos matar!

O livro reúne crônicas de uma escritora e dramaturga negra que vivencia o racismo no cotidiano e pensa seu lugar na sociedade. Além de tratar do racismo estrutural e denunciar o genocídio contra a juventude negra, a autora apresenta histórias e aborda construções culturais e a resistência de um povo que tem sobrevivido na luta histórica por liberdade.

Silva, Cidinha da. *# Parem de nos matar!* São Paulo: Pólen, 2016.

Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2020/antirracismo-no-rap-brasileiro?FBCLID=IwAR1T778ZM_Q0VNAUU8KIFM0M0H_DZ7L1S1NNCUYLKTGMMHG9RYUCHU31Q. Acesso em: 19 jul. 2024.



Antirracismo no *rap* brasileiro

O *site* jornalístico traz uma reportagem sobre o antirracismo no *rap* brasileiro, apresentando alguns artistas importantes desse gênero musical. As canções do *rap*, desde o início da década de 1990, têm como um dos temas primordiais a luta contra o racismo e a discriminação racial vivenciada por milhões de brasileiros.

Cunha, Mateus. Antirracismo no *rap* brasileiro. *Nexo*, São Paulo, 28 dez. 2023. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2020/antirracismo-no-rap-brasileiro?fbclid=IwAR11T778Zm_Q0VnAUUu8kIFm0m0h_DZ7l1S1NNCUylKTgmMHg9ryUcHU31Q. Acesso em: 5 jul. 2024.

PRIVILÉGIO E CIDADANIA

ORGANIZAR IDEIAS

O Brasil é um país com muitas desigualdades. A realidade brasileira atual está fortemente associada à escravidão, sistema que garantiu o monopólio de renda e poder a uma parcela privilegiada da sociedade, enquanto negava à maioria da população o direito à remuneração, à liberdade e à educação.

1. Passados mais de 130 anos da abolição da escravidão e mais de 30 anos da Constituição de 1988, que prevê a garantia de direitos sociais por meio do acesso à educação, à saúde e ao saneamento, por que o Brasil continua sendo um país extremamente desigual? Reflita sobre isso e converse com os colegas.
2. Qual é a relação entre a garantia dos direitos sociais e políticos prescrita na Constituição de 1988 e a atuação dos movimentos sociais brasileiros? Levante hipóteses com os colegas.



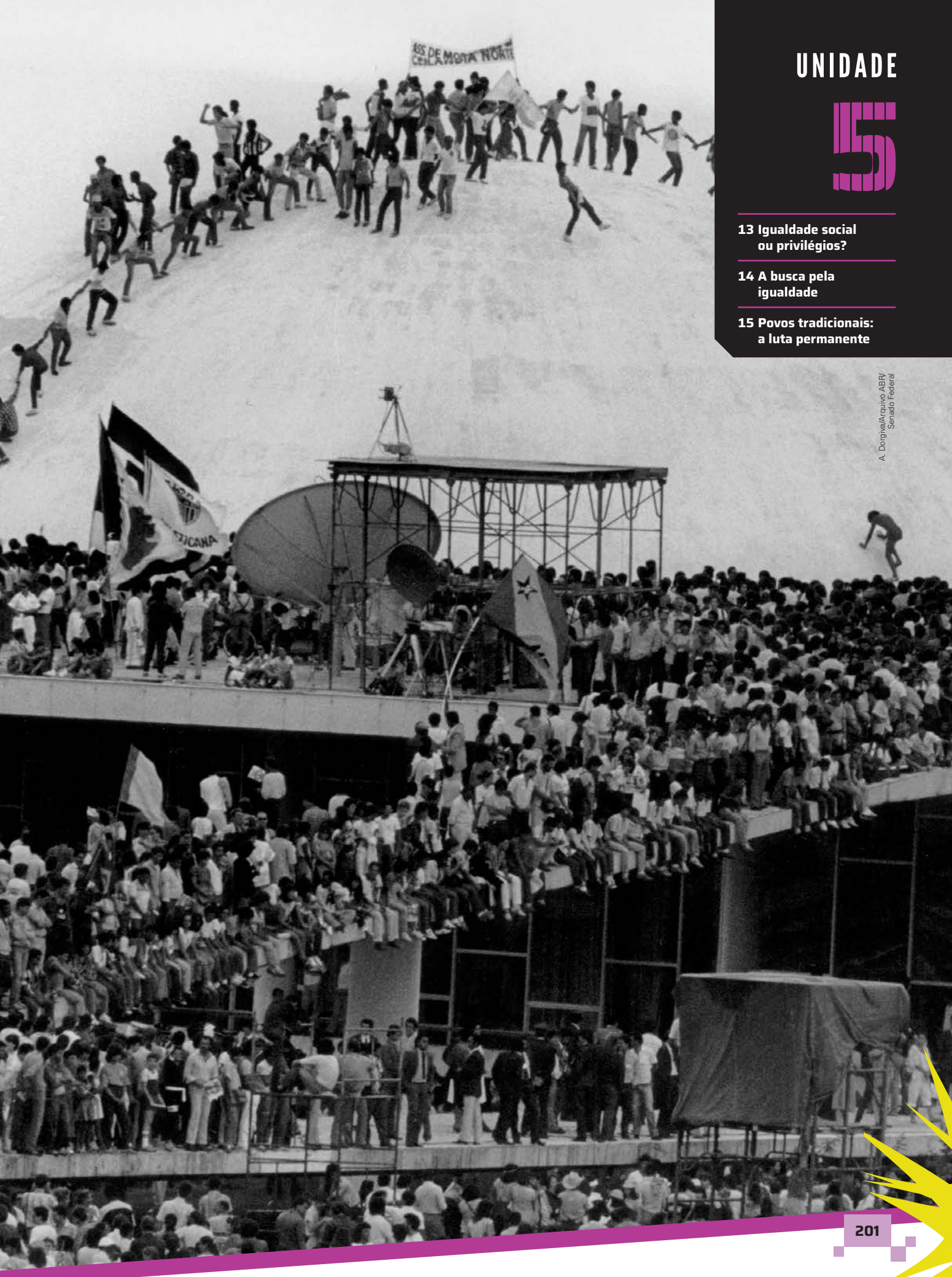
Os movimentos sociais tiveram papel importante no contexto da elaboração da Constituição de 1988, que consolidou a redemocratização no Brasil. Na foto, populares comemoram a eleição de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral. Brasília (DF), 1985. ▸

UNIDADE 5

13 Igualdade social ou privilégios?

14 A busca pela igualdade

15 Povos tradicionais: a luta permanente



A. Dorgiva/Arquivo ABR/ Senado Federal

IGUALDADE SOCIAL OU PRIVILÉGIOS?

1. Em sua opinião, a imagem a seguir representa a população brasileira? Justifique sua resposta.
2. Relacione o lugar social pretendido pelas pessoas representadas na imagem e os direitos garantidos pela Constituição. A imagem mostra que ambas têm amplo acesso a esse lugar social? Comente suas percepções e hipóteses com a turma.



Lightspring/Shutterstock.com/MDBR

A imposição de barreiras é uma das manifestações da discriminação racial no Brasil.

> **Art. 5º** – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]:
>
> [...]
>
> **Art. 6º** – São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
>
> BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

A questão que dá título ao capítulo suscita uma reflexão sobre as características da realidade brasileira. Há muitos valores que afirmam o esforço individual como a chave do sucesso profissional e da autorrealização. No entanto, esse conjunto de valores estabelecidos socialmente pode, muitas vezes, ocultar contextos sociais que influenciam e constroem as realidades vividas pelas pessoas cotidianamente.

Nas sociedades contemporâneas, sobretudo ocidentais, há a circulação de ideias baseadas no ideal da democracia como um sistema político justo, em que o povo governa de forma soberana e a cidadania é exercida de forma igualitária. Aliada a esses valores, há a noção de esforço individual, segundo a qual aquele que se esforça tem mais chances de obter sucesso. Mas qual é o significado da igualdade em uma democracia? E que direitos podem garantir a igualdade social?

Não escreva no livro.

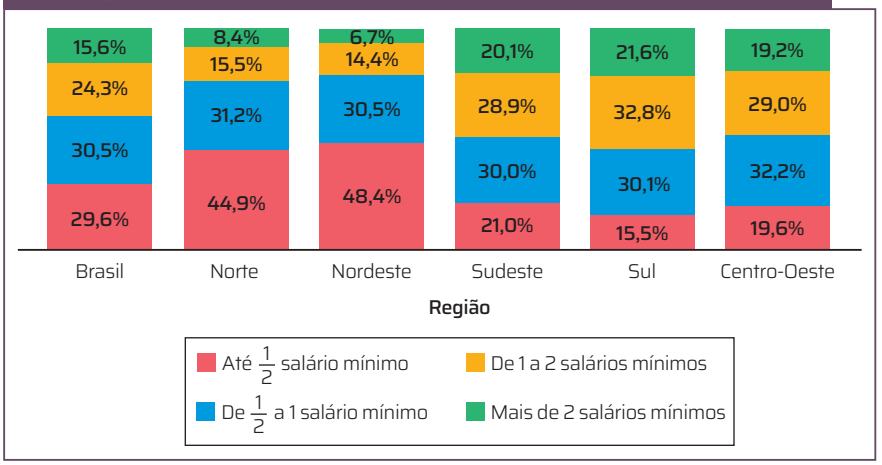
PANORAMA DA DESIGUALDADE

Desigualdade social

A despeito do texto constitucional que fundamenta a democracia brasileira, os dados comprovam que muitos grupos sociais não têm acesso aos direitos sociais básicos, enquanto outros desfrutam de vantagens nas estruturas de serviços, nas relações hierárquicas de poder e na acumulação de bens materiais.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para a grande desigualdade de renda dos brasileiros e sua segregação em diferentes camadas sociais. Nesse contexto, quais são as possibilidades de superação de dificuldades e de ascensão social dos extratos mais pobres e menos privilegiados da população?

BRASIL: PROPORÇÃO DE PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR CLASSE DE RENDIMENTO REAL EFETIVO DOMICILIAR *PER CAPITA*, EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES (2023)



Renan Oracic/ID/BR

Fonte de pesquisa: IBGE. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf. Acesso em: 4 jul. 2024.

De acordo com um estudo que analisa as possibilidades de ascensão social em diversos países, publicado em janeiro de 2020 pelo Fórum Econômico Mundial (FEM), o Brasil ocupa a 60ª posição no *ranking* de mobilidade social estabelecido entre 82 países analisados. Os dados examinados nessa pesquisa indicam que, no atual cenário brasileiro, levaria nove gerações para que uma pessoa pertencente à camada mais baixa da população alcançasse a renda média do país.

Veja na tabela "Brasil: índice global de mobilidade social (2020)" a posição ocupada por alguns países, entre eles o Brasil, no *ranking* estabelecido pelo estudo do Fórum Econômico Mundial. Para chegar a esse resultado, foram observadas e pontuadas cinco grandes áreas de atuação: saúde, educação, tecnologia, trabalho e proteção social. De acordo com a análise, o Brasil obteve desempenhos regulares e ruins, destacando-se negativamente, sobretudo, no quesito educacional "Aprendizagem ao longo da vida", no qual ocupa o 80º lugar. Essa situação reflete a dificuldade dos brasileiros para acessar níveis mínimos de educação.

Os dados apontam para uma realidade brasileira com instituições pouco inclusivas, baixa equidade nas condições de educação entre ricos e pobres, mercado de trabalho bastante restrito e alto índice de desigualdade de oportunidades.

Segundo a pesquisa, os dez países com maior possibilidade de mobilidade são europeus. Dinamarca, Noruega, Finlândia, Suécia e Islândia estão no topo do *ranking*, pois apresentam bons índices de desenvolvimento humano e sistemas públicos eficientes de saúde e educação. É importante ressaltar, no entanto, que esses países contam com uma população bastante pequena e homogênea.

De acordo com o FEM, os níveis de mobilidade social têm impacto efetivo nos índices de crescimento de um país, o que significa dizer que, além de possibilitar contornos sociais mais justos, a promoção de condições sociais menos discrepantes promove a economia local como um todo.

BRASIL: ÍNDICE GLOBAL DE MOBILIDADE SOCIAL (2020)

Posição	País	Pontos
1	Dinamarca	85,2
2	Noruega	83,6
3	Finlândia	83,6
4	Suécia	83,5
5	Islândia	82,7
11	Alemanha	78,8
15	Japão	76,1
27	Estados Unidos	70,4
45	China	61,5
47	Chile	60,3
51	Argentina	57,3
60	Brasil	52,1
82	Costa do Marfim	34,5

Fonte de pesquisa: World Economic Forum. *The Global Social Mobility Report 2020*. Geneva: World Economic Forum, 2020. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/Global_Social_Mobility_Report.pdf. Acesso em: 4 jul. 2024.

FISSURAS SOCIAIS

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2008. p. 50-51.


Linoca Souza/ID/BR

Para compreender a realidade atual brasileira, é fundamental considerar as relações históricas estabelecidas desde o século XVI, durante o processo de colonização do Brasil, que delinearam diferentes realidades a partir da exploração do trabalho escravo e servil e da acumulação material por uma elite branca. As consequências das práticas desse passado colonial ainda estão presentes nas relações cotidianas da sociedade brasileira contemporânea.

De acordo com o Censo 2022, 55,5% da população brasileira se autodeclarou negra. Embora representem a maioria da população, dois terços dos trabalhadores negros estão fora do mercado de trabalho. Ao analisar os dados de ascensão social, esses números são ainda mais discrepantes. Um levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em 2023 revela que apenas 1 a cada 48 trabalhadores negros ocupava função de gerência. Esses dados alarmantes mostram a dificuldade enfrentada pela população negra na inserção no mercado de trabalho no país.

INTERAÇÃO

1. **Qual é a relação entre o poema "Vozes-mulheres", de Conceição Evaristo (1946-), e os dados socioeconômicos que evidenciam as fissuras históricas do Brasil?**

Não escreva no livro.

COMO NASCEM OS PRIVILÉGIOS?

O termo "privilégio" é muito comum no cotidiano, não é mesmo? Você já parou para pensar sobre o significado dessa palavra e o que ela representa nas sociedades contemporâneas democráticas?

Privilégio significa um conjunto de vantagens usufruídas por um grupo em prejuízo de outros segmentos da sociedade. Essas vantagens podem ser materiais, como maior acesso a bens de consumo, mas também simbólicas, manifestadas pela valorização social dessas pessoas e pela atribuição de uma suposta superioridade intelectual. A existência de grupos privilegiados econômica, política e culturalmente é uma grande contradição das sociedades democráticas, que têm como pressuposto a igualdade entre os cidadãos.

No entanto, é importante ressaltar que os grupos privilegiados, assim como os conceitos de igualdade, cidadania e democracia, nem sempre existiram no tempo e no espaço. Como tudo que é construído socialmente, esses conceitos e a própria estrutura da sociedade têm história, surgem e se concretizam em contextos específicos e se transformam ao longo do tempo. Ao considerar essa perspectiva histórica, uma pergunta torna-se bastante relevante: Como se desenvolveram os privilégios no Brasil?

O Brasil contemporâneo é uma consequência da invasão dos portugueses em terras alcançadas durante a expansão marítima europeia, marcada pela aniquilação física e cultural de diversos povos indígenas que habitavam essas terras e pelo emprego de mão de obra escravizada africana nos empreendimentos coloniais. Nessa estrutura, os colonos europeus assumiam posições de liderança, ganhando terras da Coroa portuguesa e proteção legal para acumular riquezas e impor valores culturais, como o cristianismo e os ideais de civilização, conforme os moldes ocidentais.

Nos séculos XVIII e XIX, enquanto o Brasil era colônia de Portugal, a Europa passava por transformações que levaram à ascensão da burguesia. Esse período foi marcado por revoluções burguesas e pelo questionamento dos privilégios da nobreza, do clero e dos poderes reais. Ideias iluministas, como liberdades individuais e igualdade de direitos, passaram a disputar espaço com a organização hierárquica das sociedades absolutistas, baseadas no direito divino.

Nas revoluções burguesas, contudo, o ideal de liberdade dizia respeito ao livre comércio, à autonomia de trabalho dos indivíduos e à liberdade de pensamento e de exercício da fé religiosa, esferas antes controladas pelo Estado. Quanto à igualdade, esta se daria perante a lei, em que todos nasceriam com os mesmos direitos, independentemente de sua linhagem familiar, e seriam julgados pela Justiça conforme seus atos, e não por sua posição social.



Biblioteca Nacional da França, Paris. Fotografia: ID/BR

O jogo deve continuar, gravura colorizada de autoria desconhecida, 1789. Essa gravura representa os antigos privilégios da nobreza e do clero, que se apoiavam no trabalho do terceiro estamento, composto de burgueses, artesãos, operários e camponeses. As revoluções europeias do século XVIII reivindicavam o fim dos privilégios de nascimento e a igualdade de direitos.



Galeria Nacional Escocesa de Retratos, Edimburgo, Escócia. Fotografia: Bridgeman Images/Easy Medialbank

A execução do Rei Carlos I, século XVII, de John Weesop. Durante a Revolução Inglesa, Carlos I foi morto em 1649, colocando fim ao Antigo Regime na Inglaterra.

OS PRIVILÉGIOS NO BRASIL

Conforme vimos anteriormente, os ideais de liberdade e igualdade se desenvolveram no contexto do Iluminismo na Europa, entre os séculos XVIII e XIX. À época, o Brasil era uma sociedade colonial, escravocrata e organizada com base em pressupostos que contradiziam esses princípios. Hoje, no entanto, apesar da intensa desigualdade social que ainda configura a sociedade brasileira, o país expressa esses ideais em sua Constituição. Como eles foram incorporados pela sociedade brasileira? Quais processos históricos promoveram essa transformação?

A partir do século XIX, as ideias iluministas passaram a circular com maior intensidade entre as elites coloniais intelectualizadas do Brasil. O desgaste político entre as elites brasileiras e a Coroa portuguesa mobilizou a reivindicação por liberdade econômica em relação ao controle absolutista europeu. Esses ideais foram utilizados para legitimar a independência política do Estado, mas tal reivindicação não abarcava a abolição imediata da escravatura, estrutura profundamente antagônica ao ideal de liberdade. Já a igualdade se restringia àqueles considerados cidadãos: homens brancos que possuíssem determinada renda. Esses critérios excluíam os negros escravizados e libertos, as mulheres e as pessoas pobres em geral.

sesmaria: lote de terra entregue pela Coroa às elites coloniais.

Em 1850, foi aprovada a Lei de Terras, que formalizava a posse dos antigos latifundiários, homens brancos receptores ou herdeiros das **sesmarias**. Além de beneficiar as tradicionais elites, a lei tornava a terra uma mercadoria cara, acessível apenas a um estrato social.

Em meio às transformações da sociedade colonial associadas ao desenvolvimento capitalista, o emprego da mão de obra escrava gerava grandes discussões na sociedade brasileira. Além de ser contrário aos valores morais de liberdade e igualdade, representava um entrave à formação de um mercado consumidor baseado em relações assalariadas. Ao longo da segunda metade do século XIX, a redução da escravização foi regulamentada pela Lei do Ventre Livre, em 1871, e pela Lei dos Sexagenários, em 1885.

A libertação de recém-nascidos e de idosos estabelecida por essas leis era acompanhada da indenização de seus antigos proprietários. Em 1888, foi aprovada a Lei Áurea, que abolia definitivamente a escravidão no Brasil. Embora a Lei Áurea não previsse a indenização aos antigos senhores, o governo brasileiro criou sistemas de empréstimos para minimizar seus prejuízos e financiou a vinda de imigrantes assalariados para a realização dos trabalhos anteriormente desempenhados pelos escravizados no país.

Os imigrantes, sobretudo os de origem europeia, tinham preferência para ocupar os novos postos de trabalho nas zonas rurais e urbanas. As condições e possibilidades oferecidas pelo governo aos europeus que chegavam ao Brasil deixavam evidente que os negros não eram considerados iguais em oportunidades e direitos.

Ao longo da Primeira República, o voto era censitário, e somente quem tivesse determinada renda poderia votar. Os cargos políticos eram ocupados pelas mesmas elites, formadas por homens brancos que mantinham seus privilégios sociais, enquanto negros, pobres, analfabetos, trabalhadores rurais e mulheres não eram considerados cidadãos dignos de igualdade.

ullstein bild/Getty Images



Família de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, em 1905. A imigração foi estimulada para implementar a mão de obra livre. Os negros eram considerados trabalhadores de menor prestígio, e sua presença, cor da pele e fenótipo eram tidos como algo a ser superado.

Não escreva no livro.

Quem são os privilegiados da atual sociedade brasileira?

A existência de grupos privilegiados no Brasil está diretamente relacionada à manutenção de estruturas de hierarquia elaboradas no passado. O lugar das pessoas nessa pirâmide é determinado com base em características físicas, biológicas, intelectuais, culturais e sociais, como cor da pele, descendência, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, classe social, entre outras. No passado, os mais altos postos da hierarquia social estratificada eram ocupados por reis, príncipes, senhores de engenho e representantes do governo colonial. Atualmente, a figura social que desfruta de maior *status* social é o homem branco, rico, bem-sucedido e pai de família. Os outros atores sociais recebem um valor diferente conforme se distanciam desse modelo tido como ideal.

Os privilégios podem ser observados na esfera material pelo acúmulo de heranças transmitidas de geração em geração provenientes, por exemplo, da exploração do trabalho escravo. Ainda no campo material, os privilégios se expressam na facilidade de uma pessoa branca ser contratada em um emprego formal, receber maiores salários, ter mais chances de promoção e ascender socialmente.

Na esfera simbólica, esses privilégios se manifestam na adoção do padrão branco de beleza; na valorização de elementos culturais europeus e na inferiorização de outros povos; na ausência ou na escassez de negros, mulheres e pessoas LGBTQIA+ nos cargos políticos ou nos altos escalões executivos das grandes empresas; na baixa representatividade de figuras que fujam do padrão de beleza branco em produtos culturais como filmes, programas televisivos, brinquedos, livros, etc.; e no tratamento precário destinado a pessoas negras nos espaços públicos e privados.

O acesso a direitos sociais básicos também está permeado de privilégios. Pessoas pobres, sobretudo negras, enfrentam uma série de obstáculos para frequentar escolas, bibliotecas e outros espaços culturais de modo a partilhar dos bens culturais valorizados socialmente.

Embora as pessoas brancas de hoje não possam ser responsabilizadas pelo sistema colonial e pelo processo de escravização que moldou esses abismos sociais, é fundamental que todos tenham consciência dos privilégios que marcam a sociedade, assim como identifiquem o racismo estrutural e sua presença em ações, gestos e pensamentos. Para superar essa realidade, é preciso promover políticas públicas que visem reduzir as desigualdades às quais certos grupos historicamente marginalizados são submetidos e que dialoguem com as atuais reivindicações desses grupos.

Mário Agra/Câmara dos Deputados



As políticas públicas que implementaram cotas de acesso às universidades federais têm conquistado resultados positivos no que se refere à inserção social da população negra no Ensino Superior gratuito. Contudo, a desigualdade de acesso ainda é grande, e a frequência dos cursos também é uma barreira para estudantes pobres que precisam conciliar trabalho e estudo. Na foto, deputados, em sua maioria homens brancos, durante votação em Brasília (DF), 2024.

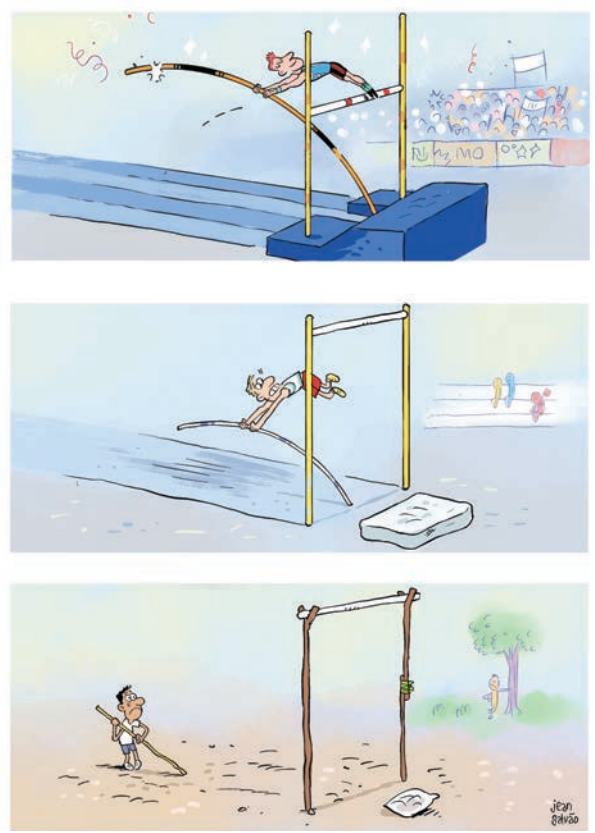
MERITOCRACIA

Nas sociedades democráticas contemporâneas, a meritocracia é percebida como o reconhecimento e a premiação dos indivíduos que apresentam bom comportamento e melhor desempenho em suas produções acadêmicas e profissionais. Um dos fundamentos da meritocracia é a ideia de que vivemos em um sistema em que todos os cidadãos têm igualdade de direitos e oportunidades. Assim, aqueles que se destacam produtivamente poderiam ocupar melhores postos nas hierarquias sociais. A ideologia meritocrática consiste na formulação de que o indivíduo deve ser avaliado e recompensado de acordo com o próprio mérito e com sua eficiência ao executar funções. Para isso, fatores como qualidade, inovação, dedicação, comprometimento e rendimento são utilizados como métricas para avaliar seu desempenho.

Na sociedade estadunidense, por exemplo, que se configura como um dos grandes referenciais em termos de cultura meritocrática, o modelo de premiação das potencialidades e méritos individuais é utilizado como forma de estimular a competição e a produtividade, bem como incentivar o destaque social. Diferenças individuais são vistas como propulsoras de particularidades únicas que personalizam criações.

> Para a Sociologia, segundo Boudon e Bourricaud, há dois tipos de democracia moderna: a liberal e a radical. A primeira, cuja referência é o modelo inglês e norte-americano, dá prioridade à liberdade, resguardando os interesses privados da interferência da autoridade pública, e pensa a igualdade apenas como a ausência de privilégios e condição que permite ao indivíduo a independência e a realização pessoal, alcançada ou não conforme o mérito de cada um. Já a democracia radical, atribuída geralmente a Rousseau, prioriza a igualdade e tende a suspeitar da liberdade por sua origem aristocrática. [...]
>
> Silva, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 90.

Nesse sentido, a cultura meritocrática estadunidense parte da premissa de que todos os cidadãos teriam seus direitos individuais básicos garantidos pela manutenção da liberdade proporcionada pela democracia. Essa premissa, por sua vez, contribui para a supervalorização da figura do *self-made man*, expressão que pode ser traduzida para o português como "o homem que se faz por conta própria", em referência aos indivíduos que supostamente superam as barreiras histórico-sociais sozinhos e enriquecem por mérito pessoal.



Jean Galvão/Acervo do chargista

A *charge* de Jean Galvão problematiza a ideia de meritocracia diante de situações de notável desigualdade. *Charge* de 2024.

Não escreva no livro.

É POSSÍVEL PENSAR EM MERITOCRACIA NO BRASIL?

No contexto brasileiro, a menção à meritocracia provoca embates bastante acalorados entre diferentes esferas políticas e sociais. A questão-chave é: É possível estimular a competição meritocrática e premiar os melhores resultados em um país tão desigual, onde as elites acumulam privilégios, e os pobres não têm acesso a direitos básicos?

Para contextualizar a prática da meritocracia no país, importa pontuar que, desde o século XIX, têm sido adotadas políticas formais que selecionam pessoas para ocupar determinados postos, levando em conta sua trajetória educacional e profissional e seus méritos. Esses processos seletivos ocorrem, por exemplo, no funcionalismo e nas universidades públicas, em que estudantes e funcionários ingressam por meio de concursos e têm sua carreira definida por avaliações de desempenho. Contudo, embora, a rigor, o Brasil adote a meritocracia em algumas esferas, ideologicamente a sociedade brasileira tem dificuldade de superar as relações pessoais e de julgar o outro apenas por suas habilidades concretas.

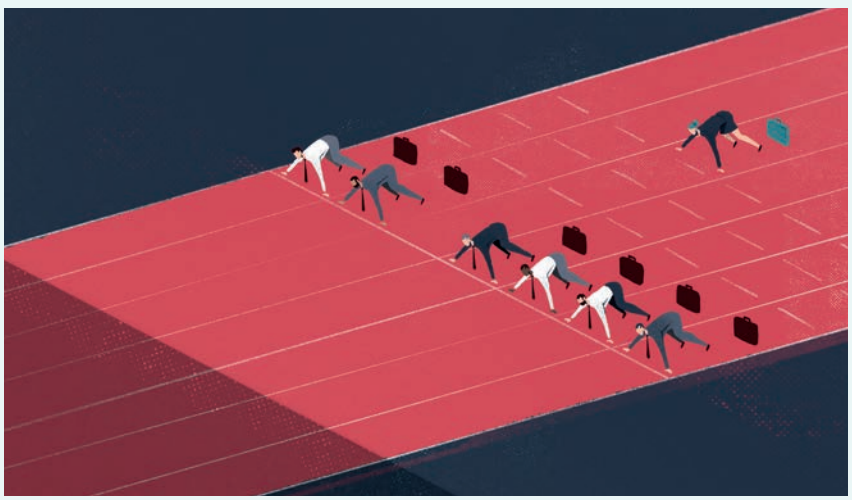
Para os defensores do sistema meritocrático no país, a valorização individual racionalizada seria uma forma de estimular empreendimentos e superações individuais, além de romper com a pessoalidade das relações profissionais, os favorecimentos, os apadrinhamentos e os melindres que marcam a **cordialidade** brasileira.

Em uma outra vertente de argumentação, os críticos da ideologia meritocrática ressaltam que a importância concedida às relações pessoais, os apadrinhamentos e as desigualdades sociais fazem com que a premiação por méritos beneficie apenas uma parcela privilegiada da população, que teve acesso à estrutura familiar, saúde e educação de qualidade. Para esses críticos, a adoção irrestrita da meritocracia aprofundaria os abismos sociais, pois não considera as desigualdades sociais entre os brasileiros: Se os indivíduos não partem exatamente de um mesmo ponto inicial, como avaliá-los usando um mesmo critério? Nesse contexto, o diálogo com os grupos sociais excluídos e a implementação de políticas públicas que garantam condições iguais a todos apresentam-se como formas de moldar a democracia e aperfeiçoar as noções de liberdade, igualdade e cidadania.

cordialidade: referente às manifestações de afeto. O historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) define o brasileiro como "o homem cordial", cujas relações perpassariam o favorecimento pessoal, as iras passionais e a indistinção entre os espaços público e privado.

AÇÃO E CIDADANIA

1. Observe a imagem e os pontos de partida dos indivíduos. Identifique os grupos sociais representados e pontue as vantagens e as dificuldades de cada um deles para conseguir um bom emprego.



Paul Reid/Ikon Images/Easy Mediabank

A ideia de meritocracia se dá a partir da relação entre mérito e poder. Contudo, na maioria das vezes, não são levados em conta os condicionantes sociais. A imagem, por exemplo, aborda a desvantagem da localização da mulher, mas outros indivíduos e pontos de partida poderiam ser considerados.

2. Tendo em vista que as desigualdades estruturais prejudicam toda a sociedade, converse com os colegas e formule políticas públicas capazes de corrigir e reparar essas distorções históricas.

ATIVIDADES

1 Retome o gráfico "Brasil: proporção de pessoas residentes em domicílios particulares, por classe de rendimento real efetivo domiciliar *per capita*, em relação ao salário mínimo, segundo as grandes regiões (2023)" e, depois, responda às questões.

a) Por que é possível dizer que o Brasil apresenta grande desigualdade social?

b) Quais regiões apresentam as maiores disparidades? Como é possível chegar a essa conclusão? Quais seriam as razões desse desequilíbrio?

2 Segundo o estudo do Fórum Econômico Mundial mencionado no tema "Panorama da desigualdade", o Brasil ocupa a 60ª posição no *ranking* de mobilidade social. Quais seriam as alternativas para mudar esse cenário?

3 Com base nos dados levantados pelo IBGE e no estudo do Fórum Econômico Mundial, abordados na questão anterior, é possível considerar que os esforços individuais são suficientes para alterar o quadro de desigualdade social do Brasil? Justifique.

4 Quais seriam as consequências de uma política exclusivamente meritocrática em uma sociedade marcada por privilégios de classe?

5 Qual é a importância da representatividade de minorias políticas, como negros e mulheres, em postos de comando?

6 De que forma a presença de minorias políticas na mídia e em cargos de gestão contribui para a quebra de padrões culturais e sociais e para a visibilidade de causas desses grupos?

7 A história do Brasil é marcada pela falta de políticas públicas voltadas à inserção social da população negra. Ao longo das últimas décadas, contudo, têm sido implementados projetos que visam promover equalização social e minimização dos atuais privilégios das elites masculinas brancas. Faça uma busca na internet sobre as políticas atuais de inclusão social e reparo histórico.

8 **(Enem)**

A cidade

E a situação sempre mais ou menos,
Sempre uns com mais e outros com menos.
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce.

Chico Science e Nação Zumbi. *In*: *Da lama ao caos*. Rio de Janeiro: Chaos; Sony Music, 1994 (fragmento).

A letra da canção do início dos anos 1990 destaca uma questão presente nos centros urbanos brasileiros que se refere ao(à)

a) déficit de transporte público.
b) estagnação do setor terciário.
c) controle das taxas de natalidade.
d) elevação dos índices de criminalidade.
e) desigualdade da distribuição de renda.

9 **(Enem)**

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) como uma política para todos constitui-se uma das mais importantes conquistas da sociedade brasileira no século XX. O SUS deve ser valorizado e defendido como um marco para a cidadania e o avanço civilizatório. A democracia envolve um modelo de Estado no qual políticas protegem os cidadãos e reduzem as desigualdades. O SUS é uma diretriz que fortalece a cidadania e contribui para assegurar o exercício de direitos, o pluralismo político e o bem-estar como valores de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, conforme prevê a Constituição Federal de 1988.

Rizzoto, M. L. F. *et al.* Justiça social, democracia com direitos sociais e saúde: a luta do Cebes. *Revista Saúde em Debate*, n. 116, jan.-mar. 2018 (adaptado).

Não escreva no livro.

Segundo o texto, duas características da concepção da política pública analisada são:

a) paternalismo e filantropia.
b) liberalismo e meritocracia.
c) universalismo e igualitarismo.
d) nacionalismo e individualismo.
e) revolucionarismo e coparticipação.

10 **(Enem)**

> A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem é para liquidar com a Petrobras, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo. Ainda ontem eu afirmava que a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, quando o povo livremente vem para as praças – as praças que são do povo. Para as ruas – que são do povo.
>
> Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/discurso-de-joao-goulart-no-comicio-da-central. Acesso em: 29 out. 2015.

Em um momento de radicalização política, a retórica no discurso do presidente João Goulart, proferido no comício da Central do Brasil, buscava justificar a necessidade de

a) conter a abertura econômica para conseguir a adesão das elites.
b) impedir a ingerência externa para garantir a conservação de direitos.
c) regulamentar os meios de comunicação para coibir os partidos de oposição.
d) aprovar os projetos reformistas para atender à mobilização de setores trabalhistas.
e) incrementar o processo de desestatização para diminuir a pressão da opinião pública.

11 **(Enem)**

> Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.
>
> Oliveira, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. *In*: Ross, J. L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.

O fato legal evidenciado no texto acentuou o processo de

a) reforma agrária.
b) expansão mercantil.
c) concentração fundiária.
d) desruralização da elite.
e) mecanização da produção.

12 **(UEL)**

Leia a *charge* a seguir.



Laerte/Acervo da chargista

Disponível em: https://revistaforum.com.br/blogs/mariafro/bmariafro-laerte-dia-do-orgulho-reacionario/. Acesso em: 15 jun. 2017.

A *charge* remete a um conjunto de questões que apontam, senão para a morte, ao menos para o refluxo do espírito democrático na modernidade, em diversos países. Nessas manifestações, verifica-se

a) a intensificação do nacionalismo e a defesa de políticas protecionistas animadas pela crise mundial dos empregos, disputados em maior intensidade no contexto dos deslocamentos de grandes contingentes populacionais.
b) a defesa intransigente do Estado laico, capaz de concretizar os valores da ciência e da razão, em detrimento da vinculação aos ideais fornecidos pelos diversos matizes de religião existentes no mundo moderno.
c) a recusa aos princípios da meritocracia, uma vez que esta atende a algumas centenas de privilegiados contemplados com as políticas compensatórias conduzidas pelos governos nacionais das mais variadas tendências.
d) o tratamento das questões sociais via valorização da perspectiva dialógica, eliminando, assim, o uso de medidas coercitivas nos espaços público e privado.
e) a necessidade de politização do ensino, trazendo para o âmbito escolar temas polêmicos, como a educação sexual, gênero e tratamento humanizado na questão das drogas.

AMPLIANDO

IGUALDADE E DESEMPENHO

Apesar de a ideia de modernidade geralmente ser associada ao conceito de meritocracia, sistemas de avaliação de desempenho que determinam recompensas ou punições com base no mérito individual não são uma novidade e podem ser observados em diversas sociedades ao redor do mundo, no passado e no presente.

No Brasil, por exemplo, o acesso a cargos públicos ou a vagas em universidades por meio de concursos e vestibulares, respectivamente, pode ser considerado um mecanismo meritocrático, pois tais sistemas tomam o desempenho individual de cada candidato como principal métrica para sua admissão ou recusa.

Ao analisar os pressupostos nos quais os sistemas meritocráticos se baseiam, no entanto, também surgem críticas que ressaltam uma clara contradição entre sua idealização teórica e sua aplicação na prática social. Sobre essa contradição, a antropóloga Lívia Barbosa escreve:

> À primeira vista, pode parecer estranho relacionar a ideia de igualdade à questão da avaliação de desempenho. Igualdade parece ser um valor político mais associado a questões, opiniões e atitudes relativas a eleições, candidatos, governo e ideologias. Na realidade, a ideia de igualdade é muito mais do que um tema político; ela é um valor estrutural nas sociedades modernas, na medida em que se configura como um dos atributos centrais do personagem social característico dessas sociedades – o indivíduo.
>
> Mas por que igualdade se relaciona com desempenho? Porque, de acordo com a ideologia das sociedades modernas, todos os indivíduos nascem livres e iguais. Além de sujeitos empíricos, eles também são sujeitos morais. Isso significa que nenhum atributo social do tipo ascendência, riqueza, *status*, relações pessoais, etc. pode ser levado em conta no tratamento que a sociedade dispensa aos seus membros. Eles não definem o indivíduo. O que define o indivíduo é uma suposta semelhança moral dada pela existência de uma dimensão natural/física idêntica entre



Luis Gustavo Prado/Secom UnB

Estudantes consultam lista de aprovados no vestibular da Universidade de Brasília, em Brasília (DF). O acesso a vagas em universidades por meio de vestibulares pode ser considerado um modelo inspirado em ideias meritocráticas. Foto de 2024.

Não escreva no livro.

todos os seres humanos. Essa semelhança de forma é tomada como base de um sistema de direitos ao qual todos devem ter acesso igual. Neste contexto, o único elemento a diferenciar uma pessoa da outra são as características idiossincráticas de cada uma delas, ou seja, tanto os seus talentos naturais como a sua disposição interior para realizar o que os norte-americanos chamam de *achievement*. E a única hierarquia ideologicamente possível é aquela construída a partir da avaliação dos diferentes desempenhos individuais.

Contudo, para que o desempenho dos indivíduos tenha legitimidade social, ele deve estar inserido num contexto juridicamente igualitário, no qual a igualdade funcione como uma moldura para os acontecimentos e proporcione as condições para que as pessoas sejam avaliadas exclusivamente pelas suas realizações. Ou seja, nenhum outro critério como, por exemplo, poder econômico, *status*, relações familiares e pessoais podem influenciar esta avaliação. É por isso que desempenho e igualdade estão intimamente associados. Esta última fornece as condições necessárias e suficientes para a sua legitimidade.

Em termos de representações simbólicas, as coisas funcionam mais ou menos como o descrito acima. As variações começam a surgir quando saímos deste nível geral da ideologia e passamos à sua implementação prática em universos sociais distintos. Então, é possível observar-se que os conceitos anteriores – igualdade, desempenho e mérito –, embora continuem na base da organização social e administrativa das sociedades complexas, possuem conteúdos sociais distintos, bem como as condições sociais consideradas legítimas para a avaliação das produções individuais.

Barbosa, Lívia. Meritocracia à brasileira: o que é o desempenho no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 47, v. 120, n. 3, p. 58-102, set./dez. 1996.



Toby Morris/Acervo do chargista

Nessa tira, publicada em *The Pencilsword: on a plate*, o cartunista Toby Morris ressalta a desigualdade de acesso a privilégios sociais.

achievement: realização.

idiossincrático: particular de um grupo ou um indivíduo.

1 O que você entende por meritocracia?

2 De que forma a antropóloga Lívia Barbosa relaciona, no texto citado, os conceitos de igualdade e desempenho?

3 Por que a relação entre igualdade e desempenho, observada pela autora, evidencia uma contradição entre a idealização teórica de sistemas meritocráticos e sua aplicação na prática social?

4 Levando em consideração as desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira, é possível afirmar que os mecanismos meritocráticos em vigor avaliam somente o desempenho de cada indivíduo? Por quê?

5 Em sua opinião, a adoção de mecanismos de avaliação meritocráticos pode contribuir para acentuar as desigualdades sociais no Brasil? Por quê?

Não escreva no livro.

CAPÍTULO 14

A BUSCA PELA IGUALDADE

1. De acordo com as suas vivências e as experiências das pessoas com quem você convive, como familiares e amigos, é possível afirmar que homens e mulheres, brancos e negros, são tratados da mesma forma em todos os contextos sociais? Justifique sua resposta com exemplos.
2. Você se identifica com algum aspecto descrito por Danielle Almeida no poema a seguir? Por quê?
3. O poema "Preta, liberte-se!" retrata o processo de transformação pelo qual o eu lírico passa. Em sua opinião, o que pode ter possibilitado as mudanças descritas?

Preta, liberte-se!

Chamaram-me de piche.
Fizeram-me odiar minha cor.
Fizeram-me odiar meus cabelos.
Fizeram-me pensar que seria um objeto sexual.
Deram-me de presente vassourinhas e rodinhos quando criança.
Falaram que meu sorriso largo, alto e solto era safadeza.
Logo meu sorriso…
Compararam-me com o "cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua".
Acreditei que nunca seria bela.
Mas daí…
Eu cresci…
Me empoderei…
Agora sou feminista!
Agora eu amo a minha cor!
Agora só meus cabelos sabem o quanto os amo!
Não sou objeto sexual!
Meu riso; ah, meu riso…
Continua largo, alto e solto, fácil, fácil ele aparece por aí.
Agora eu quero que me chamem de Negra!

Almeida, Danielle. Preta, liberte-se! *In*: Duarte, Mel (org.). *Querem nos calar*: poemas para serem lidos em voz alta. São Paulo: Planeta, 2019. p. 79.

Rafael Silva/Acervo da cedente



Danielle Almeida, poeta de destaque nas apresentações de *slam*, competição de poesia falada que aborda temas como racismo, violência, drogas, entre outros. Na foto, Danielle durante apresentação em Campo Grande (MS), em 2018.

De acordo com a Constituição brasileira de 1988, todas as pessoas nascidas no Brasil são iguais perante a lei e têm os mesmos direitos. Em nosso cotidiano, é possível afirmar que essa igualdade realmente se aplica a todas as pessoas?

Ao longo do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, houve diversos avanços em relação às chamadas "minorias", que, na verdade, constituem a maioria da população: mulheres, negros, LGBTQIA+, indígenas, entre outros grupos sociais.

É importante ressaltar que os direitos desses grupos foram conquistados por mobilizações e reivindicações da sociedade civil organizada.

Não escreva no livro.

INVESTIGANDO AS RESISTÊNCIAS: PANORAMA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Em 1889, um ano após o fim da escravidão, ocorreu uma mudança importante no Brasil: o país deixou de ser um império e se tornou uma república. Com isso, o poder deixou de ser hereditário e concentrado na figura de um monarca e passou a ser exercido por um presidente eleito pelos cidadãos brasileiros.

Hoje em dia, todas as pessoas que nascem no país ou se naturalizam brasileiras são consideradas cidadãs e, portanto, possuem **direitos civis** – direito à vida, à liberdade, à propriedade, etc. –, **direitos políticos** – direito de votar e de ser votado – e **direitos sociais** – direito à educação, à saúde, ao trabalho, entre outros.

Em relação aos direitos políticos, atualmente o voto é obrigatório para homens e mulheres entre 18 e 70 anos alfabetizados. Mas nem sempre foi assim. Durante a Primeira República (1889-1930), só tinham direito ao voto os homens alfabetizados e maiores de 21 anos. Assim, somente uma parcela diminuta da população era considerada cidadã e podia fazer escolhas políticas.

A grande maioria da população, composta de negros, indígenas, trabalhadores pobres, mulheres e crianças, estava excluída dos direitos políticos e sociais. Embora o sistema político tenha sido alterado, houve uma permanência entre os grupos sociais que formavam as elites e que tomavam as decisões políticas no país. Além disso, foram mantidos altos índices de pobreza e uma enorme desigualdade social. As demandas da maioria da população foram ignoradas. Essa situação gerou mobilizações e revoltas populares que questionavam a extrema pobreza e a ausência da participação popular na sociedade.

Um exemplo dessas mobilizações foi a Revolta da Chibata, ocorrida em 1910. De caráter racial e social, esse movimento denunciava a continuidade de práticas racistas do período escravocrata. Os rebelados eram indivíduos negros que serviam à Marinha e se opunham aos castigos físicos (centenas de chibatadas) aplicados aos trabalhadores. Um grupo de marinheiros, liderado por João Cândido (1880-1969), conhecido como Almirante Negro, tomou o controle de várias embarcações da Marinha e escreveu um manifesto ao então presidente Hermes da Fonseca (1855-1923), pedindo o fim dos castigos físicos e ameaçando um ataque à cidade do Rio de Janeiro. O levante dos marinheiros foi dura e violentamente reprimido pelo governo, resultando na prisão e na morte dos envolvidos.

Além dos movimentos reivindicatórios urbanos, houve uma série de revoltas rurais, como a Guerra de Canudos (entre 1896 e 1897) e a Revolta de Juazeiro (entre 1913 e 1914). Apesar de suas especificidades, esses movimentos reivindicatórios se caracterizavam por um forte sentimento religioso e questionavam a divisão desigual de riquezas. Além disso, apresentavam insatisfações pelo não atendimento das demandas populares.

Esses acontecimentos demonstram que diferentes grupos sociais tinham projetos distintos para o país. Surgiram, ainda, outros movimentos populares que lutavam por condições de vida mais justas e mais próximas do que conhecemos hoje como cidadania e direitos humanos. No entanto, todas essas manifestações foram reprimidas violentamente pelos poderes centrais e regionais.

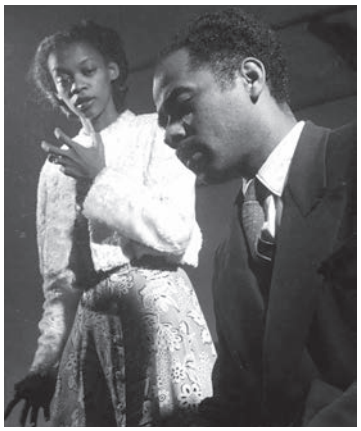


Acervo Iconographia/Reminiscências

João Cândido (à direita) lê para as autoridades da Marinha o manifesto redigido pelos revoltosos pedindo mudanças no tratamento dado aos marinheiros negros pela Marinha do Rio de Janeiro (RJ). Foto de 1910.

A CIDADANIA PARA A POPULAÇÃO NEGRA

Acervo/peafro



A atriz Ruth de Souza (1921-2019) contracena com Abdias do Nascimento na peça *Todos os filhos de Deus têm asas*, de autoria de Eugene O'Neill (1888-1953), produzida e apresentada ao público pelo Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro (RJ). Foto de 1946.

O Movimento Negro Unificado (MNU) foi criado em 18 de junho de 1978, durante a ditadura militar, e apresentado ao público dias depois, em uma manifestação em frente ao Theatro Municipal de São Paulo. O evento foi chamado de "Ato público contra a violência, a discriminação e o racismo". Nele, foi lido um manifesto que denunciava o racismo (negado por intelectuais e por parte da população) e a necessidade de reagir contra a violência imposta à população negra em diversas áreas sociais. Os estopins desse movimento foram a tortura e o assassinato de um jovem negro na zona leste da cidade de São Paulo e um episódio no qual jovens negras foram impedidas de realizar treinos esportivos em um famoso clube da cidade. Entre os idealizadores do MNU e do evento estavam Milton Barbosa (1948-) e José Adão de Oliveira (1955-).

Até hoje, o MNU tem grande importância política, social e simbólica e, ao longo de sua história, reuniu e tornou públicas diversas pautas da população negra. Além disso, realizou várias iniciativas que contribuíram para a organização dos movimentos negros no Brasil, como a fundação de agremiações educativas e esportivas e de jornais destinados à população negra.

Como estudamos no capítulo 12, outro nome importante na construção de entidades contra o racismo e a favor da emancipação da população negra foi Abdias do Nascimento (1914-2011). Em 1944, criou o Teatro Experimental do Negro (TEN), que levou ao palco homens e mulheres negros oriundos de classes sociais mais baixas da sociedade, a quem oferecia cursos de alfabetização e de dramaturgia.

No decurso de seus quase vinte anos de existência, o TEN apresentou à sociedade, por meio de peças teatrais, questões vivenciadas pela população negra, como o racismo e a situação precária de empregadas domésticas, e questionou a estética eurocêntrica. Abdias também publicou livros e um jornal chamado *Quilombo*, no qual eram veiculados textos sobre racismo e movimentos negros de outros países, além de questões ligadas à inserção dos negros no mundo das artes.

Acervo UH/Folhapress



No dia 7 de julho de 1978, o MNU foi apresentado em um ato em frente ao Theatro Municipal de São Paulo (SP). As principais pautas apresentadas tratavam do fim do racismo e das necessidades da população negra.

Não escreva no livro.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS

No início do século XXI, como resultado das pressões exercidas por grupos organizados, os poderes Legislativo e Executivo e outras instituições da sociedade começaram a pôr em prática políticas afirmativas. Essas políticas garantem equidade de direitos aos cidadãos e promovem a valorização étnico-cultural.

Um exemplo de política afirmativa brasileira é a obrigatoriedade do ensino das histórias e das culturas afro-brasileiras e indígenas nos currículos de todas as escolas do país. Essa medida foi criada em 2003 pela Lei n. 10 639, e revista em 2008, ocasião em que se incorporou a preocupação com a história e a cultura indígenas. Antes, era comum que os estudantes cumprissem sua trajetória escolar no Ensino Básico sem estudar de forma específica esses grupos étnicos que compõem a maioria da população brasileira, levando à negação da identidade multicultural do país.

Outro exemplo é a Lei n. 12 711, criada em 2012, conhecida como Lei de Cotas. Ela prevê que as instituições federais dos ensinos Técnico e Superior reservem 50% de suas vagas para pessoas negras, indígenas, estudantes oriundos da rede pública de ensino e que comprovem baixa renda. Essa lei é considerada uma política afirmativa, pois pretende inserir um segmento populacional que, historicamente, representa a minoria dos estudantes matriculados no Ensino Superior.



Anderson Barbosa/Fotoarena

Manifestação de estudantes da Universidade de São Paulo (USP) a favor da adoção das cotas raciais. A USP não é uma instituição federal e, portanto, não é obrigada a aceitar as cotas, mas adotou esse modelo em 2017, atendendo a uma demanda da comunidade universitária. Foto tirada em São Paulo (SP), 2012.

REFLEXÃO

Experiências de estudantes cotistas na Universidade Federal da Bahia

[…] Ex-manicure e garçonete […], Cássia achava que, no máximo, seria técnica de enfermagem.

Acabou se tornando a primeira pessoa da família a entrar em uma universidade.

Após duas reprovações no vestibular, aos 30 anos de idade, grávida de gêmeos, passou para Psicologia pelas cotas. Cinco anos depois se tornaria pró-reitora.

"Mudei a história e a autoestima da minha família. As pessoas se orgulham e querem fazer o mesmo. Essa é a história de muitos outros cotistas", afirma Cássia, filha de mãe solteira e empregada doméstica, além de sobrinha de sete outras empregadas. […]

[…]

Lá no início, em 2005, era muito pior, narra o médico Ícaro Luis Vidal, 32 anos, primeiro estudante negro a se formar em Medicina como cotista. Ele descreve um ambiente bastante hostil na primeira turma. "Os estudantes sempre diziam que seus colegas com melhor capacitação […] haviam ficado de fora por causa das cotas. Os professores diziam que a qualidade do curso despencaria com alunos de 'baixo nível' intelectual. Pensei em desistir" […].

Seu colega, Miguel de Jesus Andrade Júnior, 28 anos, […] [não] se esquece do quanto também foi duro enfrentar o racismo estrutural. […] Hoje ele tem uma rotina puxada e gratificante entre plantões em um Posto de Saúde […] e duas emergências em Salvador. No período da universidade, se tornou um dos fundadores do Coletivo Negrex, formado por estudantes de Medicina negros.

Lyrio, Alexandre. 15 anos de cotas na UFBA: onde eles estão e como estão vivendo? *Geledés*, São Paulo, 24 nov. 2019. Disponível em: https://www.geledes.org.br/15-anos-de-cotas-na-ufba-onde-eles-estao-e-como-estao-vivendo/. Acesso em: 15 maio 2024.

1. **De acordo com os depoimentos presentes no texto, de que forma o acesso ao Ensino Superior por meio das cotas pode modificar a sociedade?**
2. **Em sua opinião, por que os estudantes cotistas sofreram racismo ao entrar na universidade? O que você faria para modificar essa situação?**

FEMINISTAS E A EMANCIPAÇÃO FEMININA

Mobilizações sociais organizadas com o intuito de melhorar as condições de vida das mulheres e de ampliar a participação feminina na sociedade existem pelo menos desde o século XVIII. No âmago da Revolução Francesa, em 1791, um grupo de mulheres se reuniu para redigir um documento intitulado Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, pois tinham reivindicações específicas e não se sentiam contempladas em um documento anterior e mais conhecido, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, promulgado na Assembleia Nacional Constituinte francesa.

No entanto, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que objetivava garantir direitos iguais às mulheres e aos homens franceses, não foi aceita, e uma de suas autoras, Marie Gouze (1748-1793), que usava o pseudônimo de Olympe de Gouges, foi condenada à guilhotina. Ela foi considerada uma opositora aos princípios da Revolução Francesa, cujos lemas principais eram a liberdade, a igualdade e a fraternidade para os homens, mas não incluía as mulheres.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, vários países passavam por um processo de consolidação da democracia. O direito ao voto, porém, era exclusivamente masculino, sendo vetado às mulheres o direito de escolher seus representantes políticos. Nesse contexto, surgiram movimentos pelo sufrágio feminino em alguns países, como a Inglaterra, onde grupos de mulheres passaram a protestar pelo direito ao voto por meio de ações variadas, como ataques ao patrimônio público e greves de fome coletivas. O sufrágio feminino foi conquistado na Inglaterra em 1918 como fruto da luta, da prisão e da morte de muitas sufragistas.

Esses movimentos são considerados parte da **primeira onda do movimento feminista**, caracterizada pela luta de mulheres brancas e europeias, oriundas de classes sociais favorecidas, por seus direitos políticos. Desde então, os movimentos organizados que lutam pelos direitos e pela emancipação das mulheres se multiplicaram, bem como suas demandas, o que evidencia que diferentes grupos de mulheres ainda demonstram insatisfações e lutam por mudanças na sociedade.

1



Archive Pics/Alamy/Fotoarena

Sufragistas inglesas carregam cartazes em defesa do voto feminino, na Inglaterra, e chamam a população para participar de uma reunião sobre o tema. Foto de 1912.

2



Anderson Barbosa/Fotoarena

Manifestação de mulheres pelos direitos femininos no Dia Internacional da Mulher, em Belém (PA). Foto de 2024.

Não escreva no livro.

O que é o feminino?

O que é uma mulher? Essa é a principal indagação da francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) em sua obra mais conhecida, *O segundo sexo*, lançada em 1949. Considerada uma das mais proeminentes filósofas do **existencialismo**, a autora foi a primeira intelectual que se propôs a investigar e a indagar de forma radical e ampla, do ponto de vista das ciências e da Filosofia, as definições acerca do feminino e da mulher.

Beauvoir argumenta que a sociedade ocidental foi criada com base em princípios e interesses masculinos e que, portanto, os homens se colocam no papel do "eu" e reconhecem às mulheres o papel do "outro", estabelecendo, dessa forma, uma relação de alteridade que entende os homens como seres superiores e completos e as mulheres como seres incompletos e inferiores, pertencentes ao "segundo sexo". Essa construção sociocultural colocaria as meninas e as mulheres em desvantagem desde o nascimento, pois o modelo de "feminino" esperado delas foi construído com base em uma ideia masculina de diferenciação entre os sexos.

A filósofa afirma, ainda, que há uma diferença entre ser fêmea – uma condição biológica – e ser mulher – uma condição cultural carregada de valores, características e papéis sociais predeterminados –, e que esses elementos são bastante diversos e precisam ser diferenciados e discutidos, pois limitam a vida das mulheres da infância à velhice.

Na frase "Não se nasce mulher, torna-se mulher", Beauvoir condensa seu entendimento sobre o lugar das mulheres na sociedade. Segundo a autora, desde o nascimento, são atribuídas aos seres humanos do sexo feminino determinadas características, como a ideia de que meninas devem ser dóceis, comportadas e submissas, e funções – mãe, dona de casa, esposa, entre outras. Diante desse contexto, a autora afirma que as mulheres podem contestar esses papéis e se tornar mulheres diferentes ou não desse modelo, "fazendo-se" mulheres de forma mais livre e autônoma.

O segundo sexo é considerada a obra inaugural da **segunda onda do feminismo**, que se caracteriza pelas propostas de desconstrução e de combate às estruturas machistas e opressoras, reivindicando a politização das mulheres, bem como de seu corpo e de sua vida.

existencialismo: doutrina filosófica criada no século XX baseada no pressuposto de que a existência é anterior à essência, ou seja, não há uma definição predeterminada dos indivíduos que exista à revelia da experiência das pessoas como indivíduo ou grupo. O existencialismo coloca no centro da especulação filosófica a realidade concreta dos seres humanos em detrimento de ideias preconcebidas. Além de Beauvoir, o filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980) também é considerado um importante expoente dessa corrente.

Harlingue/Roger-Viollet/AFP



Além de *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir escreveu diversas obras de gêneros literários e fez parte do grupo de intelectuais criadores da revista *Os Tempos Modernos*, em 1945, que até hoje divulga estudos filosóficos baseados no existencialismo. Foto de 1945.

Teoria *queer*: múltiplas formas de ser



Aldara Zarraoa/Getty Images

A filósofa pós-estruturalista estadunidense Judith Butler é uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, da teoria *queer*, da filosofia política e da ética. Foto de 2022.

Desde que foram publicadas, as análises e as ideias de Simone de Beauvoir foram debatidas e incorporadas em novas pesquisas acadêmicas que se dedicaram a estudar questões semelhantes àquelas que Beauvoir inseriu nos debates filosófico, histórico, sociológico e antropológico. Um exemplo é o trabalho da filósofa estadunidense Judith Butler (1956-), que, a partir da década de 1990, passou a criticar as ideias de:

- construção de pares binários, como homens/mulheres, meninos/meninas. Por meio de estudos de diferentes sociedades, a pesquisadora identificou que, em muitas delas, há mais de dois gêneros possíveis para o desenvolvimento dos indivíduos;
- sexo e gênero como conceitos fixos, como entendia Beauvoir. Para Butler, esses conceitos são variáveis de acordo com a sociedade e o indivíduo, não sendo possível defini-los de modo absoluto.

Butler defende análises centradas nas possibilidades individuais, que são múltiplas e fluidas, de transitar entre variadas maneiras de entender, ser e demonstrar – em seus corpos, seus posicionamentos e seus desejos – suas construções sobre gênero e sexualidade. Dessa forma, busca desconstruir categorias que predeterminam os sujeitos e apresenta a indeterminação e a instabilidade como características intrínsecas das identidades sexuais e de gênero.

O termo "*queer*", comumente utilizado para se referir a tudo o que é de difícil entendimento ou significação, foi empregado por Butler para definir suas propostas, chamadas de teoria *queer*. Com isso, ela afirma que esse termo se coloca em busca do que é transitivo, múltiplo e avesso a classificações. Portanto, as ideias de sexo e gênero deixam de ser consideradas definições fixas ou estáveis da sexualidade humana (homem × mulher, heterossexual × homossexual) e passam a ser vistas como algo que "fazemos", e não como algo que "somos". Assim, a filósofa leva em conta questões subjetivas de construção dos sujeitos, questionando definições preestabelecidas sobre sexo, gênero e desejo sexual.



Miguel Schincariol/AFP/Getty Images

Vista da 28ª edição da Parada do Orgulho LGBT+ na avenida Paulista, em São Paulo (SP). Foto de 2024.

Não escreva no livro.

MULHERES CIDADÃS: DESAFIOS ATUAIS

No Brasil, as mulheres também se organizaram para reivindicar o direito de votar e de concorrer a cargos políticos. No entanto, o sufrágio feminino não era visto como um fim em si mesmo, mas como uma maneira de, por meio da participação política ativa, garantir direitos iguais para homens e mulheres e, assim, possibilitar que as mulheres elegessem representantes que defendessem os direitos femininos.

Entre os anos de 1910 e 1930, foram criadas várias agremiações femininas que lutaram pelo direito ao voto e à cidadania plena das mulheres no país. Dois exemplos são o Partido Republicano Feminino, criado na cidade do Rio de Janeiro, em 1910, e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922. Ambos reivindicavam o direito feminino ao voto, à educação e ao trabalho. Após anos de luta, somente em 1932 as mulheres passaram a participar das eleições do país como votantes e candidatas.

Como estudamos no capítulo 9, atualmente, ainda são poucas as mulheres em cargos de representação política no país. Embora a Lei n. 12 034/2009 exija que todos os partidos políticos tenham, pelo menos, 30% de candidaturas femininas em cada eleição, as mulheres ainda são minoria na política.

Para além da política

Do ponto de vista econômico, as mulheres brasileiras ainda lutam contra as desigualdades. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, as brasileiras recebiam salários 22% menores do que os rendimentos dos homens, mesmo quando ambos tinham a mesma formação escolar e ocupavam o mesmo cargo. Ainda de acordo com o IBGE, em 2022, as mulheres dedicavam quase o dobro do tempo dos homens nos afazeres domésticos. Eram, em média, 21,3 horas, enquanto os homens dedicavam 11,7 horas por semana.

Com relação à violência, os dados são reveladores. Segundo a compilação de dados da ONG Patrícia Galvão, no Brasil, a cada nove minutos uma mulher é vítima de estupro; ocorrem cerca de três feminicídios por dia; uma mulher transgênero é assassinada a cada dois dias; e, a cada dois minutos, é feita uma denúncia com base na Lei Maria da Penha. Portanto, além de novos debates científicos e filosóficos sobre gênero e participação feminina na sociedade, ainda são necessárias políticas que garantam a igualdade entre homens e mulheres no país.



Fernando Frazão/Agência Brasil

Pares de sapatos representando mulheres vítimas de feminicídio em protesto em Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ), no Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Foto de 2023.

IGUALDADE DE GÊNERO

Atualmente, a referência ao movimento feminista, no singular, é um equívoco. As ideias e as propostas elaboradas durante o século XX sobre o feminino, a mulher e o papel que ela deveria desempenhar na sociedade foram apropriadas por diversos grupos de mulheres que, refutando algumas ideias e acrescentando novas demandas, vêm formulando diferentes frentes feministas, no plural. Em comum, todos esses movimentos defendem a melhoria das condições das mulheres e a necessidade do protagonismo feminino.

Ao longo do tempo, foram adicionados outros aspectos importantes às reivindicações feministas e outros olhares foram elaborados em pesquisas acadêmicas. A filósofa estadunidense Angela Davis (1944-), por exemplo, inovou ao propor que as questões relacionadas às mulheres não deveriam ser pesquisadas sem considerar, ao menos, outros dois aspectos: sua classe social e sua cor. Para chegar a essa conclusão, ela considerou que as mulheres negras e de outras etnias têm demandas bastante diversas das necessidades das mulheres brancas de classe média ou alta.



Ronny Santos/Folhapress

Djamila Ribeiro é uma das precursoras do debate sobre o feminismo negro no Brasil. Foto de 2022.



Bettmann Archive/Getty Images

Angela Davis, militante do Partido dos Panteras Negras, discursa para manifestantes. Estados Unidos, 1974.

No Brasil, a filósofa Djamila Ribeiro (1980-) é um dos principais nomes do feminismo negro. Por meio de seu ativismo e de suas obras, Djamila vem fomentando o debate sobre o papel das mulheres negras e propondo pesquisas e políticas que levem em conta a interseccionalidade, deixando de lado categorias universais (como se as mulheres formassem um grupo homogêneo) e considerando aspectos específicos de cada grupo, como origem social, questões culturais e econômicas e orientação sexual. A filósofa negra Sueli Carneiro (1950-) também aponta para esse caminho ao tratar de questões ligadas ao feminino e ao feminismo, propondo a seguinte pergunta: "De quais mulheres estamos falando?".

Nas últimas décadas, o feminismo se diversificou e, ao mesmo tempo, os debates sobre a igualdade de gênero se estenderam e alcançaram vários setores da sociedade que entendem o fim do machismo e o questionamento do patriarcado como necessários para a efetiva promoção dos direitos humanos para todos.

Em 2023, o Brasil deu um passo importante em direção à igualdade de gênero. Nesse ano, entrou em vigor a Lei n. 14611/2023, que ficou conhecida como Lei da Igualdade Salarial e representa um marco na luta das mulheres contra a desigualdade de gênero no Brasil, pois estabelece diretrizes para as empresas na promoção de equidade salarial entre homens e mulheres que exercem os mesmos cargos e funções.

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 **Retome o contexto da abertura do capítulo. Como você analisa o movimento dos *slams* femininos de poesia? Se necessário, faça uma pesquisa em publicações digitais ou impressas ou, se possível, entreviste pessoas que façam parte desse tipo de iniciativa na comunidade em que você mora. Tome notas e faça registros de todo o processo de pesquisa. Ao final, produza um texto com sua resposta no formato de poesia. Ele deve ser apresentado em um sarau organizado pela turma para apresentação em data combinada com o professor.**

2 **Leia, a seguir, o trecho de uma obra da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (1977-). Em seguida, faça o que se pede.**

> A meu ver, feminista é o homem ou a mulher que diz: "Sim, existe um problema de gênero ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar". Todos nós, mulheres e homens, temos que melhorar.
>
> Minha bisavó, pelas histórias que ouvi, era feminista. Ela fugiu da casa do sujeito com quem não queria se casar e se casou com o homem que escolheu. Ela resistiu, protestou, falou alto quando se viu privada de espaço e acesso por ser do sexo feminino. Ela não conhecia a palavra "feminista". Mas nem por isso ela não era uma. Mais mulheres deveriam reivindicar essa palavra. O melhor exemplo feminista é o meu irmão Kene, que também é um jovem legal, bonito e muito másculo.
>
> Adichie, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 49-50.

a) Segundo a autora, o feminismo deve ser uma prioridade somente das mulheres?
b) Você conhece algum exemplo de atitude feminista, como os narrados por Adichie?
c) Escreva um pequeno texto posicionando-se em relação à afirmação da autora. Justifique seu posicionamento.

3 **Levando em consideração o que estudamos sobre o feminismo e o feminismo negro, e suas reflexões sobre os temas, responda às questões a seguir.**

a) Quais são as diferenças entre a primeira e a segunda onda do feminismo?
b) Como pode ser definido o conceito de interseccionalidade?
c) A Lei n. 14 611/2023 definiu diretrizes para a promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres que ocupam os mesmos cargos e funções. Discuta com os colegas a importância de dispositivos como esse na busca por igualdade de tratamento de gênero, e sugiram outros aspectos que consideram importantes para alcançar um equilíbrio de direitos entre todos os indivíduos da sociedade.

4 **(Enem)**

> Ninguém nasce mulher; torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.
>
> Beauvoir, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a):

a) ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.
b) pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.
c) organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.
d) oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.
e) estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.

ESTÚDIO DE HISTÓRIA

SANDRA LAUDERDALE GRAHAM



Davi Augusto/ID/BR

Neste capítulo, você estudou a história da busca por igualdade de raça e de gênero. Pôde observar que o processo de disputa por direitos e por reconhecimento do valor dessa batalha tem atravessado séculos e, ainda, está por ganhar em alguns setores.

Quando se trata da **memória de grupos marginalizados**, como é o caso das mulheres e das populações negras no Brasil, os historiadores têm um árduo trabalho, uma vez que boa parte da documentação histórica disponível não foi produzida por esses sujeitos históricos. Nesse sentido, é preciso que o historiador faça uma investigação muito minuciosa para obter êxito na pesquisa. Foi justamente isso que foi feito pela historiadora Sandra Lauderdale Graham (1943-).

PERFIL

Nascida nos Estados Unidos, Sandra Lauderdale Graham realizou seu mestrado na Universidade de Columbia e seu doutorado na Universidade de Indiana. Como professora e pesquisadora, trabalhou em várias instituições e é professora emérita da Universidade do Texas. Sobre a experiência escravocrata no Brasil, Graham tem dois livros publicados no país:

OBRAS-CHAVE

- *Caetana diz não*: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira (2005)
- *Proteção e obediência*: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910 (1992)

EM LEITURA

No livro *Caetana diz não*, Sandra Graham demonstra a tentativa de desumanização das escravizadas em fazendas de café na região do Vale do Paraíba entre 1830 e 1860, embora a atuação de algumas dessas mulheres inviabilizasse, ou ao menos dificultasse, o êxito de tal processo. Leia o trecho a seguir.

Nas semanas precedentes ao casamento, fizeram-se os preparativos católicos usuais: assinaram-se papéis, pagaram-se taxas, publicaram-se os banhos. Então, num dia de primavera, em outubro de 1835, na fazenda Rio Claro, na província de São Paulo, um padre, que viera da vila próxima de Santo Antônio de Paraibuna, preparou-se para celebrar a missa na capela da fazenda. [...] Duas testemunhas estavam a postos, enquanto o noivo esperava à porta da capela. A jovem noiva, que demorou a se vestir da melhor forma, finalmente se apresentou para a cerimônia. Dita a missa e dadas as bênçãos matrimoniais, o padre partiu da fazenda e retornou a sua casa na vila. [...]

Essa cena agradável, mas aparentemente sem interesse, revela um casamento de escravos e, com isso, capta nossa atenção. A noiva, Caetana, com talvez dezessete anos, e o noivo, Custódio, de vinte e tantos anos, eram companheiros de escravidão, ou *parceiros*, termo que os reconhecia como pertencentes ao mesmo senhor, a propriedade humana do capitão Luiz Mariano de Tolosa, dono da fazenda Rio Claro. [...] Um casamento entre escravos, abençoado pela Igreja e transformado em laço legal seria o final encantador para a história de amor entre dois escravos.

Longe disso. Tal como Caetana contou depois sua história dramática – e continuou dramática, mesmo através da narração de um escrivão, na linguagem inevitavelmente niveladora dos documentos legais –, ela sentia não apenas uma "grande repugnância ao estado de matrimônio", como achava aquele homem particularmente desagradável. [...]

Foi o senhor deles que, certo dia, sem consultá-la ou mesmo avisá-la, lhe disse simplesmente que iria casar. Apesar de seu "tom positivo", ela reuniu coragem para se recusar. Mas, no final, obedeceu, contra sua vontade e por medo das

Não escreva no livro.

ameaças de Tolosa: afinal ele era dono dela e "faria o que quisesse". Porém, uma vez casada, ela soube o que deveria fazer: recusar o marido. Dessa vez, sua determinação atraiu a ira do outro homem com visível autoridade sobre sua vida, seu tio e padrinho, que ameaçou bater nela se não se submetesse ao marido, como era obrigação de uma esposa. Com poucas escolhas, tarde da noite Caetana correu da casa do tio para a do próprio Tolosa. Com sua aflição, ela conseguiu finalmente persuadi-lo de que jamais aceitaria de bom grado o casamento, Tolosa se compadeceu e separou o casal.

E fez mais. Apresentou uma petição perante um tribunal eclesiástico para anular o casamento. O processo legal começou na distante cidade de São Paulo, longe da fazenda e da experiência direta de Caetana. [...]

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 23-24.

Ainda que o excerto dê a impressão de que a decisão de Caetana tenha sido prontamente acatada, trata-se de uma construção narrativa que não revela a insistência e a coerção que ela sofreu ou as estratégias às quais recorreu. Esses detalhes são apresentados ao longo do livro, mas o texto define o protagonismo de uma mulher que, mesmo sob um sistema patriarcal e escravocrata, conseguiu convencer o seu senhor de que um casamento naquele molde jamais seria aceito por ela.



Museus Castro Maya, Rio de Janeiro, Brasil. Fotografia: ID/BR

Negra vendendo folha de bananeira, de Jean-Baptiste Debret, 1823. Aquarela sobre papel. A imagem retrata o oferecimento de serviços no século XIX.



Tallandier/Bridgeman Images/Easy Mediabank

Vendedoras de bolo, de Jean-Baptiste Debret, 1827. Aquarela sobre papel. Muitas escravizadas vendiam alimentos pelas ruas das cidades.

PARA CONCLUIR

1 Que fonte histórica utilizada por Sandra Graham pode ser identificada no texto?

2 Se o divórcio e a anulação do casamento são, ainda nos dias atuais, um tema complexo em algumas comunidades, que hipóteses podemos levantar sobre esse processo de convencimento de Caetana em relação ao capitão Luiz Mariano de Tolosa?

3 Com base no que você estudou e no texto de Sandra Graham, Caetana pode ser compreendida como uma sujeita histórica?

4 Como o trecho e as imagens podem indicar o protagonismo feminino de mulheres escravizadas no século XIX?

Não escreva no livro.

CAPÍTULO 15 CAPÍTULO 15 CAPÍTULO 15

POVOS TRADICIONAIS: A LUTA PERMANENTE

1. Com base em seus conhecimentos, quem são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros?
2. Quais contextos históricos de formação do Brasil podem ser relacionados à vulnerabilidade de algumas populações tradicionais brasileiras?
3. As comunidades e os povos tradicionais têm o direito de manter seus modos de vida garantidos pela Constituição Federal. Contudo, essas populações continuam sendo ameaçadas de expulsão de seus territórios. Em sua opinião, qual é a importância de criar leis que apoiem comunidades e povos tradicionais? O que é necessário fazer para que as leis sejam aplicadas na prática?



Pajé Hushahu (1980-), primeira mulher a se tornar pajé do povo Yawanawá. Aldeia Mutum, município Tarauacá (AC). Foto de 2018.

Simon Plestenjak/Pulsar Imagens

Até o século XIX, o território que hoje corresponde ao Brasil era uma colônia portuguesa, cujas principais atividades econômicas baseavam-se na exploração e no tráfico de mão de obra escravizada. Como vimos anteriormente, esse processo foi responsável por muitas estruturas que configuram nossa sociedade atualmente.

O processo de independência do Brasil, por sua vez, esteve diretamente relacionado ao processo de construção de uma identidade nacional, distinta e independente da identidade da antiga metrópole portuguesa. Isso ocorreu em meio a intensas transformações sociais, instabilidades políticas e fragmentações territoriais, contribuindo para a concepção do Brasil como Estado e para a formação das identidades brasileiras, isto é, as identidades do povo brasileiro.

Embora essa construção identitária tenha se iniciado em um contexto histórico específico, o processo de formação das identidades brasileiras continua acontecendo ainda hoje e envolve o reconhecimento dos aspectos culturais de diferentes povos e a valorização das comunidades que ainda preservam suas culturas tradicionais em diversas regiões.

Assim como os indígenas, os quilombolas também são considerados povos tradicionais, e a preservação deles está relacionada, em muitos casos, à preservação de territórios naturais ameaçados pela exploração econômica. De acordo com o Decreto Federal n. 6 040, de 2007, povos e comunidades tradicionais são:

> […] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.
>
> Brasil. *Decreto Federal n. 6 040, de 7 de fevereiro de 2007*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

Não escreva no livro.

OS POVOS INDÍGENAS E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Na **Assembleia Constituinte**, ocorrida entre 1987 e 1988, houve grande esforço e mobilização por parte de alguns grupos sociais para criar leis que efetivamente protegessem os interesses dos povos indígenas e reconhecessem seu modo de vida e seu direito à terra.

Assim, a Constituição Cidadã, como é chamada a Constituição de 1988, estabeleceu leis de proteção que romperam com a perspectiva constitucional anterior, que entendia os indígenas como categoria social transitória, que desapareceria em meio à forma de vida atual. Desse modo, a nova Constituição definiu que os direitos dos indígenas sobre suas terras passariam a ser um direito originário, ou seja, anterior à criação do próprio Estado, reconhecendo o fato histórico de que eles foram os primeiros povos a ocupar o território brasileiro.

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
>
> § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
>
> BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência Federal, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 maio 2024.



Acervo/Estadão Conteúdo

O líder indígena Ailton Krenak (1953-) durante seu discurso histórico sobre os direitos dos povos indígenas no Brasil, que reforçou as discussões que levaram à inclusão de um capítulo sobre os direitos indígenas na Constituição de 1988. Brasília (DF), 1987.

Nesse momento, iniciou-se o movimento constitucional que impôs ao Estado a obrigatoriedade da demarcação das Terras Indígenas, considerando-as espaços fundamentais para a manutenção de seus modos de vida tradicionais.

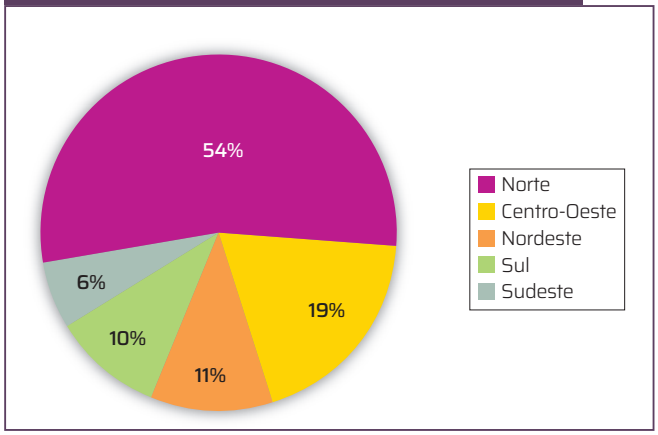
A Constituição de 1988 estabeleceu, dessa forma, novos diálogos e relações entre o Estado, a sociedade brasileira e os povos indígenas, reconhecendo por lei a garantia de seus direitos.

Em 2023, no Brasil, havia 736 Terras Indígenas nos registros da **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)**, que representam cerca de 13,75% do território nacional. Essas terras estão presentes em todos os biomas, mas a maioria está localizada na Amazônia Legal, que passa por um processo de reconhecimento de Terras Indígenas iniciado pela Funai na década de 1980 como resultado da política de integração nacional e da consolidação da fronteira econômica do norte e do noroeste do país. Veja, no gráfico a seguir, as proporções de Terras Indígenas por região.

Assembleia Constituinte: congresso, assembleia ou comissão que tem a missão de elaborar uma Constituição.

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai): órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, responsável por fiscalizar e garantir os direitos indígenas.

DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS REGULARIZADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA (2023)



Adilson Secco/IDBR

Fonte de pesquisa: FUNAI. Demarcação. Portal Gov.br, Brasília, 23 ago. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas. Acesso em: 15 maio 2024.

Não escreva no livro.

O INTERESSE PRIVADO NAS TERRAS INDÍGENAS

Apesar do avanço após a Constituição de 1988, a demarcação de terras foi mais robusta na Região Norte do país, em decorrência dos trabalhos prévios realizados pela Funai.

Nas demais regiões, onde o processo de colonização e exploração econômica se desenvolveu de forma mais intensa e onde se instalaram grandes latifúndios, os povos indígenas conseguiram, após a promulgação da Constituição, manter a posse de territórios menores e esparsos entre si e, em alguns casos, tiveram seus territórios reduzidos, como ocorreu no Mato Grosso do Sul, por exemplo, em especial com os Guarani Kaiowá.

Atualmente, nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, além do estado do Mato Grosso, muitas populações indígenas vivem em situação de confinamento territorial e de restrição de seus modos de vida, muitas delas em terras ainda não demarcadas.

Esse contexto tem gerado, ao longo das últimas décadas, diversos conflitos fundiários e disputas pela terra, suscitando um debate sobre o cumprimento da Constituição em relação à regularização de territórios indígenas e sobre as investidas econômicas nessas regiões.

A mineração e o desmatamento para plantio de gêneros agrícolas destinados à exportação, a extração de madeira, entre outras atividades, têm exercido forte pressão sobre os territórios indígenas. Leia mais informações sobre esse debate no texto "Garimpo aumentou 787% em terras indígenas entre 2016 e 2022, aponta Inpe".



Michael Dantas/AFP/Getty Images

Vista de toras de madeiras extraídas ilegalmente em Humaitá (AM). Essa região da Amazônia Legal abriga a Terra Indígena Kaxinawa do Rio Humaitá, onde vivem cerca de quinhentos indígenas. Foto de 2024.



Alan Chaves/AFP/Getty Images

Vista aérea de garimpo ilegal e seu respectivo impacto na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Foto de 2023.

Não escreva no livro.

Garimpo aumentou 787% em terras indígenas entre 2016 e 2022, aponta Inpe

O garimpo ilegal em terras indígenas na região Norte do Brasil aumentou mais de oito vezes entre 2016 e 2022, apontam dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

As atividades foram detectadas na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, e em seis reservas do Pará: Sai-Cinza, Munduruku, Baú, Kayapó, Apyterewa e Trincheira/Bacajá.

A atividade de garimpo em terras indígenas ganhou projeção nacional em razão da crise sanitária na Terra Indígena Yanomami, a maior do país. Devido ao avanço do garimpo ilegal na região, crianças e adultos enfrentam casos severos de desnutrição e malária.

Segundo os dados do Inpe, em 2016, durante o governo de Michel Temer (MDB), a área de mineração ilegal em terras indígenas estava em 12,87 km², o equivalente a quase metade do arquipélago de Fernando de Noronha.

Em 2021, na gestão de Jair Bolsonaro (PL), o número registrado aumentou 787%, cerca de 114,26 km² – 787%. Houve queda em 2022, também sob Bolsonaro, quando 62,1 km² foram detectados como área de mineração ilegal.

Casemiro, Poliana; Stabile, Arthur. Garimpo aumentou 787% em terras indígenas entre 2016 e 2022, aponta Inpe. *G1*, Rio de Janeiro, 11 fev. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/02/11/garimpo-aumenta-787percent-em-terras-indigenas-entre-2016-e-2022-aponta-inpe-infografico.ghtml. Acesso em: 15 maio 2024.



IBAMA/AP Photo/Imageplus

Fiscal do Ibama destrói avião utilizado em garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Foto de 2023.

REFLEXÃO

Exploração de recursos naturais em Terras Indígenas

A reportagem ilustra a complexa relação entre a demarcação das Terras Indígenas no Brasil e o avanço econômico por meio da exploração de recursos naturais, panorama que tem gerado inúmeros conflitos entre indígenas, latifundiários e grandes empresários.

1. **Relacione a reportagem aos conflitos ocorridos em territórios indígenas.**
2. **Em sua opinião, quais fatores poderiam amenizar a tensão entre indígenas e latifundiários nas terras demarcadas e nas terras passíveis de demarcação?**

Os Krenak do rio Doce

Os povos Borum, autodenominados Krenak, vivem hoje em sua reserva, próxima ao município de Resplendor (MG), às margens do rio Doce. Esses povos ficaram conhecidos ao longo da história do Brasil por desafiarem as tentativas de pacificação e de apropriação de seu território pela Coroa portuguesa, o que levou dom João VI a uma guerra de extermínio contra eles no século XIX.

Os Krenak sobreviveram a esse ataque e, no século XX, passaram por dois processos de reassentamento forçado promovidos pelo Estado brasileiro. O primeiro ocorreu em 1957, quando foram retirados de suas terras e deslocados para as Terras Indígenas dos Maxacali, no município de Santa Helena de Minas (MG). Descontentes, os Krenak retornaram para seu território original em 1959, em uma caminhada que durou três meses. O segundo reassentamento ocorreu em 1972, sob a gestão da Funai e com o apoio do governo do estado de Minas Gerais, quando esse povo foi deslocado para a Fazenda Guarani, no município de Carmésia (MG). No entanto, os Krenak retornaram para suas terras em 1980, em uma caminhada que durou 95 dias.

Além dos dois processos violentos de expulsão, que culminaram no retorno ao próprio território, esse povo foi obrigado a conviver com um projeto que estava em andamento, em consonância com suas consecutivas tentativas de retirada: a construção de dois grandes empreendimentos estatais que impactaram a manutenção e a reprodução de sua cultura. Um deles era a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e o outro era a Usina Hidrelétrica de Aimorés, ambas propriedade da mineradora Vale S.A.

Apesar desse contexto, os Krenak resistiram e lutaram pela defesa do seu território e, em 1997, conseguiram recuperar parte dele. Atualmente, lutam pela demarcação das terras que reivindicam como sagradas, denominadas Sete Salões, que se tornaram o Parque Estadual Sete Salões, criado pelo estado de Minas Gerais em 1998.

Um episódio recente que afetou profundamente a vida dos Krenak, bem como a de toda a população da região, foi o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG).



Marcello Lourenço/Tyba

Manifestantes Krenak fecham a ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce em protesto contra a poluição do rio Doce após a ruptura da barragem em Mariana (MG), em 2015.

O acontecimento, que alterou o curso do rio Doce e o poluiu com detritos tóxicos da mineração, deixou dezenas de mortos e feridos e configurou um desastre ambiental de grandes proporções. Para os povos indígenas que vivem ali, o desastre representou a impossibilidade de exercer suas práticas culturais e de sobrevivência relacionadas ao rio. Os Krenak entendem o rompimento da barragem como a morte do rio Doce e, por isso, segundo suas tradições, seria necessária a não interferência humana total no rio por algum tempo, para que novos sinais de vida se manifestassem.

Os Krenak lutam pela proteção de suas terras e de sua cultura, promovendo o reflorestamento de matas e das margens dos córregos devastados e preservando os cantos, as danças e as tradições de seus ancestrais.

Além dos Krenak, outros povos indígenas, como os Yanomami e os Guarani, lutam contra as constantes investidas de mineradoras e de grandes latifundiários sobre suas terras, enfrentando reações igualmente violentas.



Fabio Braga/Folhapress

O rio Doce antes e depois do rompimento da barragem de Fundão, que ocorreu em 2015, em Mariana (MG).

1. Considerando a trajetória dos Krenak e sua relação com a região do rio Doce, extremamente afetada pelas empresas mineradoras, explique a importância da presença e da resistência indígena no Brasil para a preservação ambiental.

Não escreva no livro.

COMUNIDADES DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS

São considerados comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombolas os grupos étnicos rurais e urbanos predominantemente constituídos de negros descendentes de africanos escravizados e seus descendentes, que se autodefinem quilombolas por estabelecerem relações específicas com o território em que vivem, relações de parentesco com os demais membros da comunidade e por apresentarem práticas culturais próprias, relacionadas à ancestralidade e às tradições culturais africanas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão estatal responsável pela titulação dos territórios quilombolas, estima que haja atualmente mais de 3 mil comunidades quilombolas no Brasil. A demarcação das Terras Quilombolas também foi definida pela Constituição de 1988.

> Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.
>
> Brasil. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência Federal, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 ago. 2024.

As terras em que vivem essas comunidades, assim como os territórios indígenas, são protegidas por lei, com o objetivo de garantir aos quilombolas sua reprodução física, social, econômica e cultural.

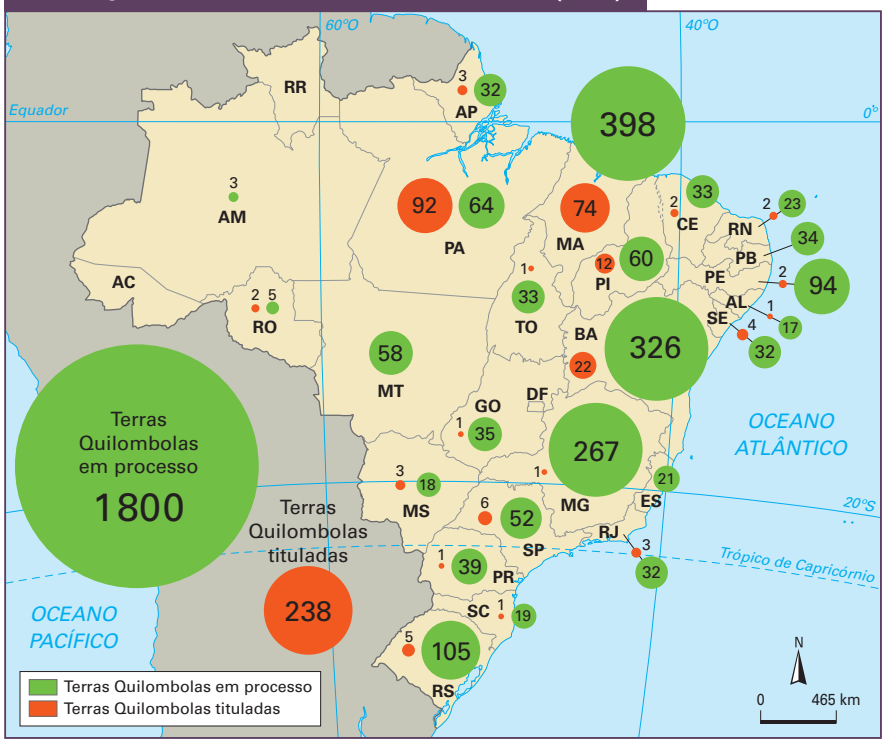
A demarcação desses territórios é entendida como parte de uma reparação histórica pelos danos causados pelo passado escravista brasileiro e tem o intuito de reconhecer e tornar possível a dignidade e a continuidade do modo de vida desses grupos étnicos. No entanto, assim como no que se refere a outros povos tradicionais, há ainda impasses na oficialização e no apoio à manutenção de muitas Terras Quilombolas no Brasil. Veja, no mapa a seguir, os territórios quilombolas demarcados no Brasil até 2023.



Adriano Kirihara/Pulsar Imagens

Artesãs quilombolas confeccionam peças com as fibras do buriti na Casa da Artesã, no quilombo Marcelino, município de Barreirinhas (MA). Foto de 2024.

TERRAS QUILOMBOLAS: TITULADAS E EM PROCESSO (2023)



João Miguel A. Moreira/ID/BR

A projeção apresenta distorção na área e na forma, principalmente ao se distanciar da linha do Equador.

Fonte de pesquisa: Balanço Terras Quilombolas: como foi o primeiro ano do Governo Lula? Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), 20 dez. 2023. *Apud* Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em: https://www.cedefes.org.br/balanco-terras-quilombolas-como-foi-o-primeiro-ano-do-governo-lula/. Acesso em: 15 maio 2024.

Não escreva no livro.

Reconhecimento e acesso à cidadania

O pressuposto constitucional que trata das comunidades tradicionais baseia-se na ideia de que esses grupos sociais se autointitulam e devem ser valorizados e reconhecidos pela importância de suas culturas tradicionais para a formação cultural do Brasil.

Esse fundamento foi definido após décadas de debates entre pesquisadores de diversas áreas, como o Direito, a História e a Antropologia, e as próprias populações tradicionais, com o objetivo de legalizar o reconhecimento desses povos e de garantir a aplicação concreta das leis de acesso à terra.

O reconhecimento do direito das populações tradicionais à terra relaciona-se ao entendimento de respeito e de preservação de suas culturas. A garantia do acesso à terra, desde a promulgação da Constituição até hoje, está ligada a um forte processo de autorreconhecimento identitário, admitindo-se a necessidade de preservação e de valorização da luta dos povos tradicionais do Brasil. Veja um exemplo a seguir.

Quando um povo se reconhece como tradicional?

Existentes há séculos, os povos tradicionais do país são frutos da antiga miscigenação de indígenas, negros e europeus que formam o povo brasileiro. A formação de cada um deles se desenhou de acordo com o contexto histórico e geográfico em que viviam.

Por muito tempo, o reconhecimento da identidade como comunidade tradicional não foi uma questão para esses povos. Segundo a antropóloga Katia Favilla, com o avanço das fronteiras agrícolas, criação de hidrelétricas, rodovias ou projetos de mineração, passou a existir no país uma corrida por reconhecimento. A lógica era a da mais pura sobrevivência.

"A partir do momento em que eles se sentem ameaçados na sua forma de existência, eles falam para o mundo, 'olha, a gente está aqui, a gente existe'", explica ela [...].

O precursor dessa busca por reconhecimento foi o seringueiro e ambientalista Chico Mendes, morto a tiros em 1988, no Acre. A partir dele, o Estado começa a perceber que povos tradicionais não são apenas indígenas e quilombolas, mas também diversas comunidades que dependem diretamente da preservação do meio ambiente para sobreviverem.



Adriano Kirihara/Pulsar Imagens

Os Kalunga são um dos povos que se autointitulam quilombolas. Eles vivem no estado de Goiás há cerca de trezentos anos, criando gado, produzindo arroz, feijão, milho, mandioca, farinha e extraindo produtos da biodiversidade. Apesar de viverem há muitos anos no mesmo local, imagens de satélite da região mostram a integridade da natureza, apontando para o baixo impacto de suas atividades e para a importância dessa comunidade para a preservação ambiental. Na foto, quilombola mostra o arroz produzido em agrofloresta na comunidade Kalunga, no município de Cavalcante (GO). Foto de 2024.

As reivindicações dos seringueiros resultaram na criação das Reservas Extrativistas e influenciaram a formação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que, além de prever as áreas de Proteção Integral (sem presença de humanos), criou também as de Uso Sustentável. "O Estado reconheceu que existe a possibilidade de uma Unidade de Conservação com pessoas morando dentro e preservando, porque eles sempre conservaram", disse Favilla.

Paulo, Paula Paiva. 650 mil famílias se declaram "povos tradicionais" no Brasil; conheça os kalungas, do maior quilombo do país. *G1*, Rio de Janeiro, 29 out. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/10/29/650-mil-familias-se-declaram-povos-tradicionais-no-brasil-conheca-os-kalungas-do-maior-quilombo-do-pais.ghtml. Acesso em: 15 maio 2024.

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 **Retome o gráfico "Distribuição das terras indígenas regularizadas por região administrativa (2023)" e o mapa "Terras quilombolas: tituladas e em processo (2023)" para responder às questões.**

a) Qual região do Brasil apresenta mais terras tradicionais demarcadas por lei?

b) Explique os fatores relacionados à diferença entre o número de comunidades demarcadas em cada região.

2 **Faça uma pesquisa sobre as regiões do Brasil em que há projetos de mineração em execução. Em seguida, relacione o avanço dessa atividade econômica com os conflitos que envolvem os povos tradicionais, em especial os indígenas.**

3 **Pesquise se há comunidades quilombolas na região em que você vive. Caso existam, descubra a situação dessas comunidades atualmente. Organize com a turma um estudo do meio e, em uma data combinada, apresente os resultados de sua pesquisa.**

4 **Leia o texto a seguir, que aborda uma ameaça às terras quilombolas em diversas regiões do Brasil. Depois, responda às questões propostas.**

Destruição da biodiversidade e dos modos de vida, violações de direitos, problemas de saúde, ameaças e avanço sobre territórios tradicionais são alguns dos problemas relatados por comunidades quilombolas que convivem diariamente ao lado ou cercadas por empresas privadas e empreendimentos no Brasil.

De acordo com a Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), os dados oficiais permitem estimar que, pelo menos, 650 quilombos sofrem impactos de grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura. Ou seja, mais de 10% dos quilombos brasileiros encontram-se sob pressão nos territórios por esses motivos. Ao todo, estima-se que haja 5 972 localidades quilombolas no país.

Levantamentos disponíveis até 2018 apontam que ao menos 497 quilombos sofrem impactos da construção de linhas de transmissão, 134 estão impactados pela construção de rodovias e 55 pela construção de ferrovias, 42 sofrem impactos de projetos de mineração e 114 estão impactados por projetos de extração de petróleo e gás. Além disso, há impactos inclusive de projetos geradores de energia considerada limpa: ao menos 57 sofrem com projetos de energia eólica e 25 pela implantação de projeto de energia hidroelétrica.

[...]

Segundo o cientista político Danilo Serejo, a falta de dados disponibilizados sobre isso revela a "leniência com o processo deliberado de roubo de terras quilombolas pelo Estado e grandes empreendimentos, uma vez que [a] ausência desses dados devidamente sistematizados reverbera a invisibilização das realidades vividas por essas comunidades".

Rosário, Fernanda. Ao menos 650 quilombos sofrem com grandes empreendimentos no Brasil. *Nós*, 27 mar. 2023. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/ao-menos-650-quilombos-sofrem-com-grandes-empreendimentos-no-brasil,4d062899f68ee501b2304a9726a84af0sp5l08sn.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 11 jul. 2024.

a) Você já ouviu falar de situações parecidas com as mencionadas no texto vivenciadas por outras populações tradicionais? Se sim, cite-as.

b) Explique a relação entre as dificuldades na demarcação de terras protegidas e a apropriação desses territórios pelos grandes empreendimentos.

c) Considerando os temas estudados nos capítulos anteriores, responda: Qual é a relação entre o racismo estrutural e o ataque às comunidades quilombolas?

5 **(Enem)**

Coube aos Xavante e aos Timbira, povos indígenas do Cerrado, um recente e marcante gesto simbólico: a realização de sua tradicional corrida de toras (de buriti) em plena Avenida Paulista (SP), para denunciar o cerco de suas terras e a degradação de seus entornos pelo avanço do agronegócio.

Ricardo, B.; Ricardo, F. *Povos indígenas do Brasil*: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006 (adaptado).

A questão indígena contemporânea no Brasil evidencia a relação dos usos socioculturais da terra com os atuais problemas socioambientais, caracterizados pelas tensões entre

a) a expansão territorial do agronegócio, em especial nas regiões Centro-Oeste e Norte, e as leis de proteção indígena e ambiental.

b) os grileiros articuladores do agronegócio e os povos indígenas pouco organizados no Cerrado.

c) as leis mais brandas sobre o uso tradicional do meio ambiente e as severas leis sobre o uso capitalista do meio ambiente.

d) os povos indígenas do Cerrado e os polos econômicos representados pelas elites industriais paulistas.

e) o campo e a cidade no Cerrado, que faz com que as terras indígenas dali sejam alvo de invasões urbanas.

PRÁTICAS DE TEXTO

VÍDEO PARA UM VLOG

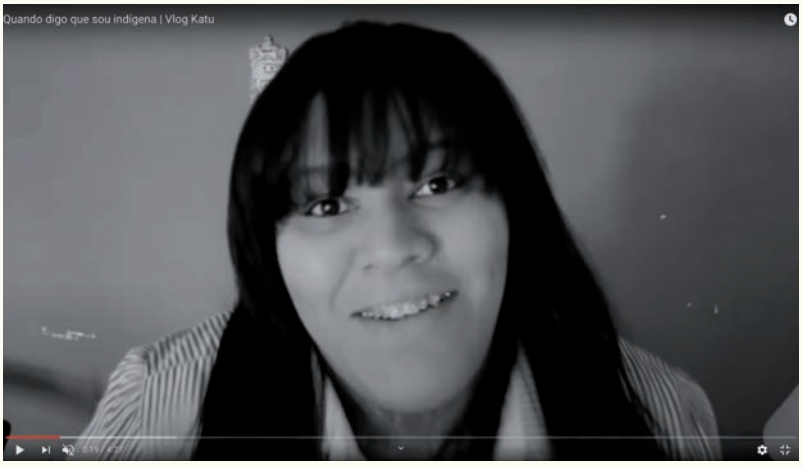
Proposta

Considerando os temas abordados neste capítulo e a observação do contexto escolar, você e os colegas vão criar um vídeo para expor opiniões e comentários com o objetivo de promover o respeito à diversidade cultural e étnica brasileira, ajudando a combater formas de violência como o *bullying*, o racismo e o preconceito de forma geral. Esse vídeo deverá ser postado em um *vlog* da turma.

Público	Comunidade escolar e outros espectadores interessados no tema.
Objetivo	Promover a reflexão sobre as diversidades cultural e étnica e combater diferentes formas de violência.
Circulação	*Vlog* em plataforma de vídeos na internet.

Planejamento e elaboração

1 **Reúna-se com os colegas em um grupo de até cinco integrantes. Para inspirar a criação do vídeo de vocês, pesquisem em um *site* de buscas o vídeo "Quando digo que sou indígena", do Vlog Katú, em que a atriz, *rapper* e ativista indígena Katú Mirim (1986-) relata as situações de preconceito que ela vivencia por ser indígena.**



Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?v=1414600728650053. Acesso em: 9 set. 2024.

Katú Mirim em seu *vlog* postado em uma rede social, em 2018.

2 **Avaliem possíveis situações ocorridas na comunidade escolar nas quais vocês gostariam de intervir com o objetivo de combater formas de violência como *bullying*, racismo e outros tipos de preconceito.**

3 **Tentem se lembrar de situações no cotidiano escolar nas quais vocês ou outros colegas se sentiram desrespeitados ou inferiorizados por não fazerem parte de determinado grupo ou por terem origem étnica ou uma nacionalidade diferente dos demais.**

4 **Incentivem as pessoas a dar depoimentos reais no vídeo, mas sempre tomando o cuidado de não expor nenhum colega de forma negativa. Como alternativa, vocês podem criar histórias fictícias com base em relatos reais para gerar empatia e evitar a exposição das pessoas envolvidas.**

5 **Para dar embasamento às opiniões de vocês, pesquisem livros, *sites*, jornais, revistas, *vlogs*, *blogs*, *podcasts*, entre outros materiais, que tratem do assunto. Caso queiram citar informações no vídeo, utilizem dados, relatos pessoais e opiniões de especialistas obtidos de fontes confiáveis.**

Não escreva no livro.

6 Organizem um roteiro para o vídeo. Ele não precisa ser minucioso, mas deve indicar os momentos-chave e o tempo médio de duração de cada fala. Isso facilitará o trabalho de vocês. É importante que ele seja dividido em introdução, desenvolvimento e conclusão.

- Introdução: apresentem o tema para capturar a atenção das pessoas que vão assistir ao *vlog*.
- Desenvolvimento: dividam o conteúdo em tópicos ou seções claras.
- Conclusão: resumam os principais pontos apresentados.

7 Combinem qual(is) integrante(s) do grupo vai(ão) falar e o que vai(ão) dizer. Os demais podem ajudar com a gravação, o roteiro e a edição do vídeo, por exemplo.

8 Providenciem o material necessário para a gravação, como câmera ou celular.

9 Escolham um local silencioso e com bastante luminosidade para a gravação. Façam testes para determinar o posicionamento da câmera ou do celular e dos participantes do vídeo. Mantenham a câmera em posição fixa para evitar erros de continuidade.

10 Ensaiem previamente, utilizem um tom de voz claro e falem de maneira objetiva, para que todos possam compreender o que está sendo dito. Gravem uma versão-teste do vídeo e avaliem a qualidade do som e da imagem e se tudo ocorreu conforme o esperado. Depois, gravem a versão final.

11 Caso não seja possível utilizar ferramentas digitais para a gravação do vídeo, combinem um dia para que cada grupo exponha o que produziu para esta atividade em uma apresentação oral.

Revisão

1 Assistam à versão final do vídeo e avaliem os itens a seguir.

O vídeo expõe opiniões que ajudam a combater formas de violência?
A fala do(s) *vlogger*(*s*) é clara e objetiva?
Os sons podem ser ouvidos nitidamente e sem interferências?
A qualidade de imagem do vídeo está dentro do esperado?

2 Se necessário, editem a versão final para que o vídeo fique mais adequado ao público-alvo. Há diversos *softwares* gratuitos na internet com tutoriais disponíveis que podem ajudar na edição, permitindo inserir sons ambiente, efeitos de voz e de imagem, cortar ou inserir cenas, acrescentar legendas, etc.

3 Armazenem o arquivo da versão final do vídeo em uma pasta compartilhada pelo grupo. Se possível, façam uma cópia de segurança e salvem-na em outro local.

Circulação

1 Combinem uma data para exibir o vídeo à turma e assistir aos trabalhos dos outros grupos. Conversem sobre eles no final.

2 Com toda a turma, criem um *vlog* em uma plataforma de compartilhamento de vídeos. Deem um título para o *vlog* e façam uma descrição geral do grupo.

3 Disponibilizem os vídeos no *vlog* e compartilhem-nos nas redes sociais, para que outras pessoas possam refletir sobre os conteúdos que vocês apresentaram.

Não escreva no livro.

PRÁTICAS DE PESQUISA

PRIVILÉGIOS À BRASILEIRA

Para começar

Nesta unidade, vimos que a sociedade brasileira é marcada por uma grande desigualdade social. A riqueza está concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto a maior parte dela vive com poucos recursos e não tem acesso satisfatório a bens essenciais.

Sabemos que as raízes dessa desigualdade são históricas e têm estreita relação com o período da escravidão. Mas será que esse conhecimento está disseminado entre a população?

Nesta seção, realizaremos um estudo de recepção para pesquisar em que medida esse fenômeno é conhecido pelas pessoas.

O problema

É possível estabelecer relações diretas entre a desigualdade social e os mais de trezentos anos de escravidão no Brasil. O sistema escravista pressupunha, em sua estrutura, uma desigualdade extrema, visto que os escravizados não tinham absolutamente nada, nem ao menos recebiam por seu trabalho, enquanto poucos e ricos senhores gozavam de imensos privilégios.

No entanto, o fim da escravidão não representou o fim desses contrastes. Muito pelo contrário. Os mais ricos continuaram a concentrar ainda mais riquezas e privilégios, que podemos notar em nosso cotidiano.

Mas será que os brasileiros, de modo geral, percebem os processos históricos que resultaram nessa desigualdade no país e identificam sua relação com a escravidão?

A investigação

- Prática de pesquisa: estudo de recepção

Material

- Folhas para anotações, lápis e caneta
- Gravador de áudio ou de vídeo
- Este livro

Procedimentos

Parte I – Planejamento e análise

1 **Organizem-se em grupos de quatro ou cinco integrantes.**

2 **Analisem com cuidado a aquarela *Um jantar brasileiro*, do pintor Jean-Baptiste Debret (1768-1848), que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, e a capa de uma revista brasileira com a ilustração de Rodrigo Leão, na página a seguir. Façam uma descrição detalhada dessas imagens e identifiquem as semelhanças e as diferenças entre elas. Em seguida, discutam as seguintes questões:**

- Quais são os elementos da aquarela de Debret que indicam a existência de privilégios no Brasil do início do século XIX?
- Quais são os elementos da capa da revista que indicam a manutenção de privilégios no Brasil contemporâneo?
- Na opinião de vocês, por que o ilustrador escolheu *Um jantar brasileiro*, de Debret, como inspiração para estampar a capa da revista? O que a obra representa?
- Como o ilustrador estabelece relações entre a escravidão existente até o século XIX no Brasil e a desigualdade na atualidade?

3 **Planejem a pesquisa, decidindo quais pessoas serão entrevistadas. Podem ser pessoas da comunidade escolar ou não. Cada integrante do grupo deve entrevistar ao menos duas pessoas, mas, quanto mais pessoas entrevistadas, melhor. Estabeleçam, então, um prazo para fazer as entrevistas e reúnam-se novamente para sistematizar as respostas.**

4 **Preparem as perguntas que vocês farão nas entrevistas. Atenção: o objetivo não é perguntar diretamente aos entrevistados se eles reconhecem que a desigualdade foi historicamente construída e qual é a relação deles com a escravidão, mas identificar se, na recepção que eles fazem das imagens, essas ideias surgem.**

5 **Elaborem as primeiras perguntas de modo que elas sejam abertas, para captar as impressões e os sentimentos que as imagens despertam nas pessoas entrevistadas. Vejam alguns exemplo:**

- Que impressão você tem ao observar essa imagem?
- Que tipo de sentimento ela desperta em você?

6 **Formulem também perguntas que evidenciem a contextualização que o receptor faz das imagens e como ele as interpreta. Veja os seguintes exemplos:**

- Qual é o fenômeno social retratado nas imagens?
- Em sua opinião, que mensagem é transmitida por meio dessas imagens?

Não escreva no livro.

Parte II – Realização da entrevista

1. Lembrem-se de levar o material necessário para anotar as entrevistas ou gravá-las, especialmente este livro, para os entrevistados verem as imagens.

2. Durante a entrevista, primeiro deem explicações sobre a pesquisa e informem à pessoa entrevistada que a identidade dela não será exposta. Depois, mostrem as imagens a seguir.

Coleção particular. Fotografia: ID/BR



Um jantar brasileiro, de Jean-Baptiste Debret, 1839. Aquarela sobre papel.

Rodrigo Leão/Le Monde Diplomatique Brasil



Capa da revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, ago. 2015.

Parte III – Organização dos resultados

1. Finalizadas as entrevistas, transcrevam-nas ou, caso tenham anotado as respostas, revejam as anotações e as organizem.

2. Combinem uma reunião do grupo para compartilhar as informações obtidas. Verifiquem, nas respostas, se as pessoas relacionam a desigualdade com a escravidão e se percebem que a desigualdade foi construída historicamente.

3. Identifiquem quantas pessoas reconhecem as relações investigadas e quantas não percebem essas relações.

4. Em seguida, apresentem os resultados à turma e, coletivamente, façam uma contagem, considerando todas as entrevistas realizadas.

Questões para discussão

1. Que desafios vocês enfrentaram durante o estudo de recepção?

2. O que foi mais fácil e o que foi mais difícil nessa pesquisa?

3. Com base nos resultados obtidos, a que conclusões é possível chegar em relação ao problema investigado na pesquisa?

4. As pessoas entrevistadas têm consciência do papel desempenhado pela escravidão para o contexto atual de desigualdade?

5. Na opinião de vocês, qual é a importância de relacionar nossa realidade atual ao conhecimento histórico?

Comunicação dos resultados

A fim de que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento gerado pela pesquisa realizada por vocês, elaborem um relatório de pesquisa que contenha os resultados que obtiveram e suas conclusões. Em seguida, publiquem esse material na internet. Para isso, é importante que as seguintes tarefas seja divididas entre a turma: elaborar um texto que apresente e descreva a pesquisa; recolher e organizar os resultados obtidos pelos grupos; produzir um texto com as conclusões gerais sobre o problema; formatar todo o material produzido; e fazer uma capa para ele.

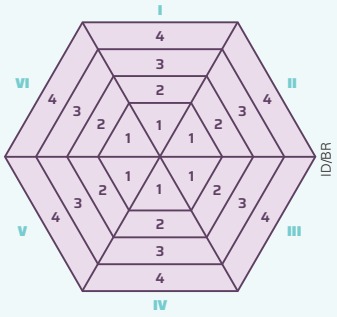
Lembrem-se de reproduzir no relatório as imagens que foram utilizadas nas entrevistas.

Publiquem o relatório por meio de algum aplicativo gratuito que possibilite a construção de *blogs*. Por fim, compartilhem o endereço eletrônico em suas redes sociais e na escola com os interessados em geral.

Não escreva no livro.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A



ID/BR

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	**Respostas**	**Cor indicada**
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que "Sempre" realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta I.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



ID/BR

Não escreva no livro.

PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente suas respostas às seguintes questões:

Capítulo 13 – Igualdade social ou privilégios?

1. Reconheço a existência de desigualdades sociais, econômicas, raciais e de gêneros no Brasil contemporâneo?
2. Compreendo a necessidade de alcançar a igualdade social, econômica, racial e de gênero no Brasil contemporâneo?
3. Identifico a existência de grupos privilegiados em nosso país?
4. Compreendo a necessidade de superar as estruturas de hierarquias sociais elaboradas no passado para alcançar a igualdade social?
5. Reconheço a importância da igualdade de direitos e de oportunidades como ponto de partida para a ideia de meritocracia?
6. Percebo as contradições da idealização dos sistemas meritocráticos e sua aplicação na prática social?

Capítulo 14 – A busca pela igualdade

7. Reconheço a existência de grupos sociais marginalizados e subrepresentados no Brasil?
8. Identifico o contexto, as demandas e os princípios defendidos pelos movimentos sociais?
9. Percebo a necessidade de ter um olhar crítico diante das demandas dos movimentos sociais ante os princípios constitucionais?
10. Entendo a necessidade e a importância de políticas afirmativas para a população negra?
11. Compreendo o papel do movimento feminista ao longo do tempo e sua importância para a emancipação feminina?

Capítulo 15 – Povos tradicionais: a luta permanente

12. Compreendo a necessidade de garantir a demarcação de Terras Indígenas como reparação histórica?
13. Identifico o interesse privado nas Terras Indígenas?
14. Reconheço práticas de marginalização dos povos tradicionais no Brasil, em especial os quilombolas?



Thiago Limón/ID/BR

Não escreva no livro.

PARA IR ALÉM

Capítulo 13 – Igualdade social ou privilégios?

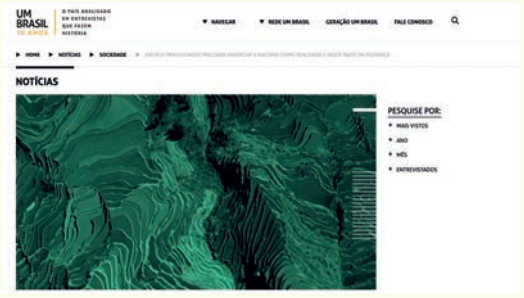
ID_BR/Acervo do cedente



O jogo do privilégio branco

Nem sempre é fácil perceber o quanto somos beneficiados ou prejudicados pelos privilégios sociais dos quais determinados grupos desfrutam. Pensando nisso, os pesquisadores da organização não governamental Instituto Identidades do Brasil (ID_BR) desenvolveram um jogo de perguntas e respostas que podem ajudar a identificar as barreiras sociais e eventuais vantagens ou desvantagens às quais um indivíduo brasileiro está sujeito, de acordo com a cor da pele.

O Jogo do Privilégio Branco. [*S. l.: s. n.*], 2016. 1 vídeo (3 min 46 s). Publicado pelo canal ID_BR. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MuOE3IJZoZU. Acesso em: 12 jul. 2024.



Disponível em: https://umbrasil.com/noticias/grupos-privilegiados-precisam-enxergar-o-racismo-como-realidade-e-fazer-parte-da-mudanca/. Acesso em: 25 jul. 2024.

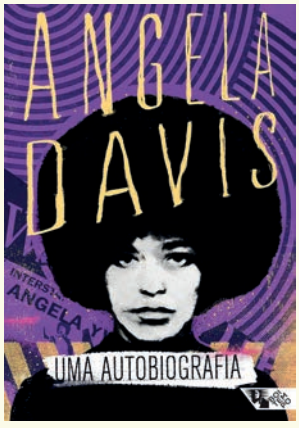
"Grupos privilegiados precisam enxergar o racismo como realidade e fazer parte da mudança"

A plataforma Um Brasil apresenta vídeos que abordam os privilégios e a representatividade negra. Alexandra Loras (ex-consulesa da França e mestre em Gestão de Mídia), Amara Moira (escritora e militante LGBTQIA+), Djamila Ribeiro (filósofa e ativista do feminismo negro) e José Vicente (fundador e reitor da faculdade Zumbi dos Palmares) são algumas das personalidades que discorrem sobre essas temáticas.

Grupos privilegiados precisam enxergar o racismo como realidade e fazer parte da mudança. *Um Brasil*, São Paulo, 7 nov. 2018. Disponível em: https://umbrasil.com/noticias/grupos-privilegiados-precisam-enxergar-o-racismo-como-realidade-e-fazer-parte-da-mudanca/. Acesso em: 12 jul. 2024.

Capítulo 14 – A busca pela igualdade

Editora Boitempo/Arquivo da editora



Angela Davis: uma autobiografia

A autobiografia da filósofa, ativista e feminista Angela Davis foi lançada originalmente em 1974. Nesta obra, a autora oferece um panorama das lutas sociais ocorridas nos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1970 ao narrar sua trajetória, desde sua infância até sua carreira de professora universitária ser interrompida, no contexto de criminalização dos movimentos sociais em seu país.

Davis, Angela. *Angela Davis*: uma autobiografia. São Paulo: Boitempo, 2019.

Não escreva no livro.



Companhia das Letras/Arquivo da editora

Sejamos todos feministas

Neste livro, a escritora nigeriana aborda, de forma didática e direta, a importância e os benefícios que o feminismo pode trazer tanto para as mulheres como para os homens nos dias de hoje.

Adichie, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Capítulo 15 – Povos tradicionais: a luta permanente



Machado Filmes/ID/BR

Índio cidadão?

O documentário apresenta pontos de vista das lideranças indígenas que se organizaram para garantir direitos durante a Constituinte de 1988.

Índio cidadão? Direção: Rodrigo Siqueira. Brasil, 2014 (52 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ti1q9-eWtc8. Acesso em: 12 jul. 2024.



Disponível em: https://curtadoc.tv/curta/comportamento/sarava-jongueiro-novo/. Acesso em: 25 jul. 2024.

Saravá, jongueiro novo

O documentário apresenta aspectos da comunidade de remanescentes quilombolas São José da Serra, em Valença (RJ).

Saravá, jongueiro novo. Direção: Luciano Santos Dayrell. Brasil, 2012 (20 min). Disponível em: https://curtadoc.tv/curta/comportamento/sarava-jongueiro-novo/. Acesso em: 12 jul. 2024.

Minha utopia selvagem: um manifesto

Neste livro, o escritor, ator e político Daniel Munduruku apresenta suas perspectivas, como homem indígena, para a construção de um novo modelo político, no qual o reconhecimento do pertencimento e do diálogo com o conhecimento indígena são a tônica.

Munduruku, Daniel. *Minha utopia selvagem*: um manifesto. Lorena: UK'A Editorial, 2022.



UK'A Editorial/Arquivo da editora

CONFLITO E RESISTÊNCIA

ORGANIZAR IDEIAS

O mundo contemporâneo está passando por mudanças, as quais acentuam as desigualdades e acarretam conflitos sociais, promovendo, assim, a fragilização das democracias. Nesse contexto, a disputa entre projetos políticos antagônicos se torna cada vez mais evidente.

1. **Em sua opinião, quais são os fatores que explicam a fragilização das democracias no contexto atual?**
2. **No Brasil, o que é necessário para consolidar a democracia e fortalecer as instituições?**



Acervo Iconographia/Reminiscências

Batalha da Maria Antônia, em São Paulo (SP), caracterizada pelo confronto entre estudantes de duas universidades que defendiam projetos políticos distintos para o Brasil. Foto de 1968. ▸

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS HISTÓRIA



UNIDADE 6

16 Autoritarismos

17 Representatividade e democracia

18 Os movimentos populares

CAPÍTULO 16 CAPÍTULO 16 CAPÍTULO 16

AUTORITARISMOS

1. Você sabe quais são as características de regimes autoritários? Você se recorda de algum momento da história do Brasil em que foi implantado um regime autoritário? Se sim, explique como foi esse período.
2. Com base em seus conhecimentos, responda: O Estado brasileiro é democrático ou autoritário? Quais foram os momentos mais democráticos da história do Brasil? Explique e dê exemplos.
3. Em sua opinião, o que caracteriza uma democracia? Será que todas as populações das democracias do mundo atual têm direitos plenos? E a população do Brasil atual?



Leonardo Munoz/VIEWpress/Corbis/Getty Images

Protesto em Nova York, Estados Unidos, em 2023, contra a violência dirigida aos afro-americanos. Na foto, um punho cerrado, símbolo do movimento negro afro-americano conhecido como *Black Power* (Poder Negro), e um cartaz em que se lê (em tradução livre): "O mundo seria melhor se a polícia não abusasse do poder".

Durante o século XIX, diversas colônias americanas conquistaram a independência e aboliram a escravidão. No final daquele período, começaram a ser delineadas as políticas imperialistas com a disputa entre as potências capitalistas europeias pela exploração territorial, e de matérias-primas e pelo controle de mercados em outros continentes.

Em 1914, eclodiu uma guerra de proporções mundiais, que ficou conhecida posteriormente como Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A Europa foi o cenário desse conflito, que gerou graves consequências aos países envolvidos. Enquanto o continente europeu ainda sofria os impactos da guerra, ocorreu, em 1929, a Quebra da Bolsa de Valores, nos Estados Unidos, provocando uma grande crise econômica no país. Os problemas economicos enfrentados pelos estadunidenses acabaram afetando drasticamente grande parte das economias mundiais.

O descontentamento das populações com a crise e o modelo de política econômica liberal ganharam força. Movimentos sociais que buscavam alternativas a serem seguidas pelas sociedades capitalistas começaram a ser organizados. De um lado, surgiram movimentos socialistas revolucionários; de outro, projetos totalitários como o fascismo e o nazismo, apoiados pela burguesia e pelas classes médias nacionais, colocaram em xeque parte das democracias ocidentais.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a Guerra Fria (1947-1991), o mundo assistiu ao crescimento do poderio político e econômico dos Estados Unidos, que se tornou a maior potência capitalista, e, embora outras potências emergentes resistissem à sua dominação, o direito à autodeterminação e ao desenvolvimento social, político, econômico e cultural autônomo dos povos em questão foi atacado.

As sucessivas crises econômicas do capitalismo, bem como o crescimento do desemprego, da pobreza, da miséria e da falta de acesso a recursos e direitos básicos, têm sido acompanhadas por propostas autoritárias que revelam a fragilização das democracias, muitas delas ainda em processo de consolidação.

Não escreva no livro.

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A CRISE DE 1929

A Primeira Guerra Mundial pode ser compreendida no contexto do imperialismo, do avanço do capitalismo financeiro no mundo e da Segunda Revolução Industrial. A partir da segunda metade do século XIX, ocorreu a expansão da industrialização em diversas regiões do mundo, e, ao mesmo tempo, as potências capitalistas europeias iniciaram uma competição pelo domínio de territórios coloniais e pela exploração de matérias-primas, assim como pelo controle de mercados em outros continentes. A Primeira Guerra inaugurou conflitos bélicos em escala global, além da organização de enormes exércitos voltados tanto para a defesa nacional quanto para ataques contra inimigos externos e do uso de tecnologia armamentista de alto poder destrutivo. Teve como saldo cerca de 20 milhões de mortos entre militares e civis, e diversas cidades europeias destruídas.



Roger Viollet/Getty Images

Mulheres operárias trabalham em uma fábrica de armamento na França durante a Primeira Guerra Mundial. Foto de 1914.



Hulton Archive/Getty Images

Soldados alemães dormem na trincheira na frente de batalha, enquanto outros dois soldados montam guarda com rifles durante a Primeira Guerra Mundial, na França, em 1914.

Após a Primeira Guerra, os países envolvidos no conflito tiveram de reconstruir suas cidades e suas economias. Os esforços empreendidos foram imensos e consumiram parte significativa de seus recursos. Os Estados Unidos, que não sofreram ataques em virtude de terem permanecido neutros durante boa parte do período, não tiveram tantas perdas humanas e de estrutura urbana quanto os países europeus. Além disso, durante a guerra, esse país forneceu produtos industrializados, alimentos e armamentos aos países aliados e, depois de encerrado o conflito, concedeu créditos aos países da Tríplice Entente para que iniciassem sua recuperação. Enquanto esses países europeus contraíram uma imensa dívida, os Estados Unidos se tornaram um grande credor, altamente industrializado e promotor do modelo de vida para o resto do mundo, conhecido como ***American way of life*** (estilo de vida americano, em tradução livre). Assim, o pós-guerra correspondeu, por um lado, ao período de reconstrução das cidades europeias e, por outro, ao período de ascensão dos Estados Unidos como grande potência mundial.

Nesse sentido, os americanos foram os grandes beneficiários da guerra e experimentaram, em seguida, anos de muita prosperidade. Com o passar do tempo, tornaram-se os maiores exportadores de produtos industrializados e passaram a dominar a indústria cultural, difundindo, sobretudo no Ocidente, valores culturais, padrões de consumo e estilo de vida. No entanto, a fase de euforia foi abalada quase uma década depois do final da Primeira Guerra, em 1929, quando o país enfrentou uma grave crise econômica com a Quebra da Bolsa de Nova York. Como a economia capitalista é mundialmente interligada, a crise tomou proporções mundiais e afetou a maior parte dos países ocidentais. Essa foi, até então, a maior crise do capitalismo da história e ficou conhecida como **Grande Depressão**.

Não escreva no livro.

REGIMES TOTALITÁRIOS E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Com a Grande Depressão, a economia de muitos países entrou em declínio, e o desemprego aumentou vertiginosamente, principalmente na Alemanha, cujo índice chegou a 44%. O cenário levou a população dos países europeus atingidos pela crise a se decepcionarem com os rumos políticos e econômicos tomados até então. Nesse contexto, começaram a emergir propostas antagônicas que expressavam o clima de descontentamento e polarização política. Como alternativa, parte dos trabalhadores, intelectuais e ativistas passou a defender a mobilização para a revolução socialista, enquanto as classes médias e a burguesia apoiaram a adoção de políticas totalitárias, como o nazismo e o fascismo, como formas de superação do clima de pessimismo e do avanço das tendências revolucionárias.

Participação brasileira na Segunda Guerra Mundial

A ascensão do nazismo na Alemanha e seu expansionismo militar e territorial foram o estopim do segundo grande conflito global. Assim, a Segunda Guerra Mundial se iniciou a partir de múltiplos fatores, com destaque para as perdas territoriais e econômicas dos países perdedores, o revanchismo desses Estados, o avanço dos nacionalismos e o expansionismo nazifascista. Inglaterra, França, Estados Unidos e União Soviética, países das forças aliadas, venceram as forças totalitárias da Alemanha, da Itália e do Japão.

Bettmann Archive/Getty Images



Bombardeio aéreo das forças aliadas que destruiu uma fábrica de aeronaves dos nazistas, em Marienburg, na Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial. Foto de 1943.

Contudo, são considerados países vitoriosos a União Soviética e os Estados Unidos. O primeiro impôs a derrota aos alemães em território soviético, depois no território dos inimigos. O segundo apresentou ao mundo uma arma extremamente letal, a bomba atômica, lançada nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, como uma demonstração de força para as outras potências mundiais. Além disso, ao passo que a grande potência capitalista consolidava sua democracia, sua indústria armamentista ganhou enorme importância, e novamente os Estados Unidos se tornaram o maior fornecedor de créditos para a reconstrução dos países europeus aliados.

O mundo pós-guerra foi marcado pela polarização político-ideológica do mundo entre as superpotências Estados Unidos e União Soviética, culminando na chamada Guerra Fria. A primeira defendia um modelo econômico capitalista, enquanto a segunda defendia um modelo socialista.

Logo após o fim da União Soviética, em 1991, os Estados Unidos reforçaram seus mecanismos de dominação política e econômica da maior parte do globo, atuantes até os dias atuais, impondo seu modelo de democracia e de sociedade e intervindo militarmente em alguns países.

Em contrapartida, os Estados Unidos e os países europeus, considerados locais com democracia plena, têm assistido ao avanço de movimentos e propostas autoritárias e de extrema-direita em outros países. Além disso, parte de sua população, composta de afrodescendentes e imigrantes, vem se tornando alvo de extremistas com práticas de xenofobia, discriminação e violência, e sofre com a falta de políticas de inclusão. Por esses e outros motivos, esse grupo de pessoas tem se mobilizado cada vez mais pela luta por igualdade de direitos civis e políticos.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Getty Images



Vista da cidade de Hiroshima, no Japão, após o lançamento da bomba atômica pelos Estados Unidos em 1945.

Não escreva no livro.

ÍNDICE DE DEMOCRACIA

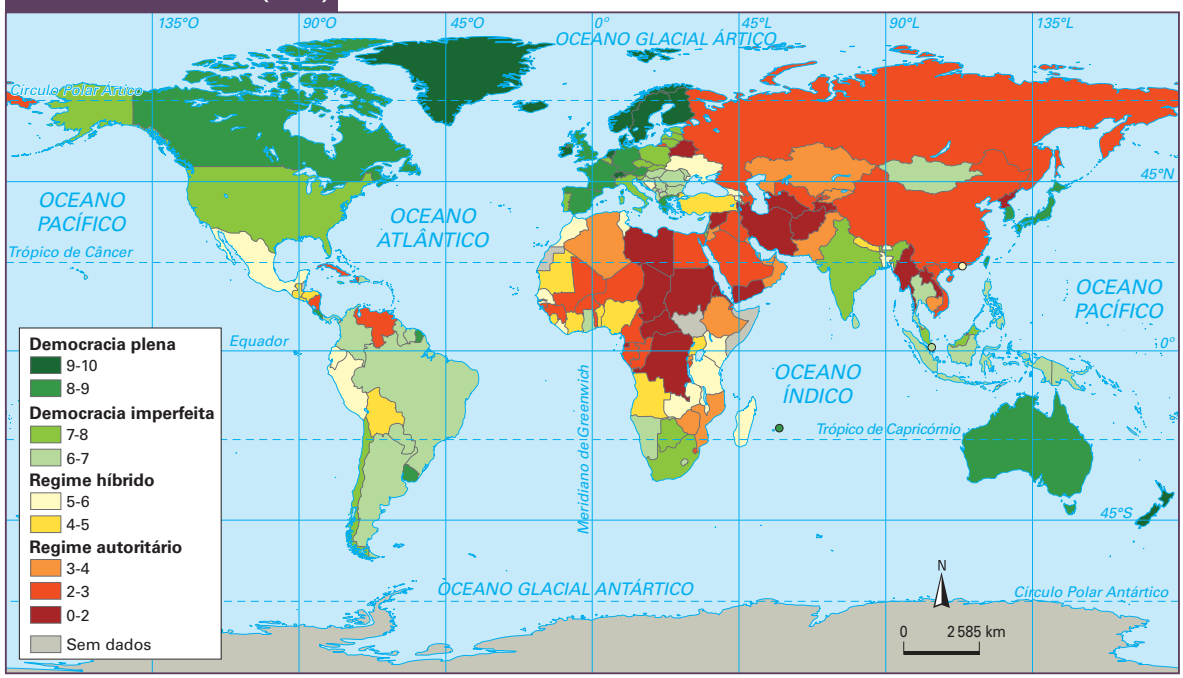
Você já ouviu falar no *Democracy Index* (Índice de Democracia, em tradução livre)? Trata-se de um *ranking* elaborado pelo setor de inteligência do jornal britânico *The Economist* que analisa diferentes aspectos sociais dos países para indicar seu nível de democracia.

A verificação do nível de democracia se dá pela análise de quatro critérios, listados a seguir, avaliados com notas de 0 a 10. Quanto maior a pontuação, melhor é a posição que o país ocupa no *ranking* da democracia.

- **Processo eleitoral e pluralismo:** avalia os níveis de justiça social, de diversidade nas eleições e de liberdade de expressão e de voto.
- **Funcionamento do governo:** avalia os níveis de transparência do governo em relação aos gastos e aos investimentos públicos.
- **Cultura política:** verifica se a participação política dos cidadãos é incentivada e valorizada pelo governo, bem como se é uma prática constante na sociedade.
- **Liberdades civis:** mensura os níveis de liberdade de expressão e de liberdade de imprensa no país.

Em 2023, o Índice de Democracia apresentou a pontuação global mais baixa desde 2006, ano em que o *ranking* começou a ser divulgado. De acordo com os dados de 2023, apenas 7,8% da população mundial está na faixa que o estudo estabelece como **democracia plena**. Observe o mapa abaixo.

ÍNDICE DE DEMOCRACIA (2023)



João Miguel A. Moreira/ID/BR

Fonte de pesquisa: The Economist. *Democracy Index 2023*. London: The Economist, 2023. Disponível em: https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2023/. Acesso em: 18 jul. 2024.

INTERAÇÃO

1. No mapa, o Brasil aparece em qual faixa de democracia? O que você acha que essa faixa significa em termos de regime democrático?
2. Em sua opinião, por que o Brasil não está na categoria da democracia plena? Anote suas reflexões no caderno e, depois, compartilhe-as com a turma.
3. Por que o Brasil não está na categoria de regime autoritário?

Não escreva no livro.

Tipos de regime

O Índice de Democracia classifica os países em quatro categorias: democracia plena, democracia imperfeita, regime híbrido e regime autoritário. Conhecer as definições de cada categoria auxilia na compreensão da situação da democracia no Brasil e no mundo.

Essas categorias, especificadas adiante, embora não tenham sido criadas pelo setor de inteligência do *The Economist*, resultam de análises e reflexões de pesquisadores de diferentes áreas que se propuseram a debater a democracia mundial. Dessas análises é possível compreender, por exemplo, que, na democracia plena, encontra-se o tipo de governo que, até o momento, tem as melhores condições de garantir que os direitos humanos sejam assegurados. É válido ressaltar, portanto, que as definições a seguir foram elaboradas e reelaboradas pelos pesquisadores ao longo do tempo e podem, ainda, sofrer modificações.

ÍNDICE DE DEMOCRACIA: CLASSIFICAÇÕES

ID/BR

Democracia plena

As liberdades políticas fundamentais e as liberdades civis não são apenas respeitadas, mas reforçadas por políticas que objetivam consolidar a cultura dos princípios democráticos. Para isso, os países implementam sistemas equilibrados de pesos e contrapesos entre os poderes institucionais, garantindo a autonomia do Judiciário na aplicação da lei de maneira igualitária. O governo costuma ser eficiente, e a mídia tem liberdade para publicar de modo diversificado e independente.
Faixas de notas: 8-9 e 9-10.

Democracia imperfeita

As eleições são livres e idôneas, e as liberdades civis básicas são respeitadas, embora possam ocorrer violações, como censuras aos meios de comunicação e opressão de alguns grupos sociais. Por isso, nos países dessa categoria, existem falhas relevantes em vários aspectos democráticos, em especial no que se refere a criação, consolidação e manutenção da cultura política democrática. É comum que apresentem baixos níveis de participação na política e problemas no funcionamento do governo.
Faixas de notas: 6-7 e 7-8.

Regime híbrido

Há fraudes eleitorais recorrentes e opressão de movimentos populares, de modo a impedir a democracia plena e livre. Trata-se de países em que há perseguição política em casos de oposição às decisões do governo, falta de independência do Judiciário, corrupção generalizada e controle sobre a mídia. Nessa categoria, as falhas em relação à manutenção dos direitos humanos e civis são mais acentuadas do que nas democracias imperfeitas. Os níveis de participação política são muito baixos por parte da população, e o governo apresenta níveis insatisfatórios com relação à administração pública.
Faixas de notas: 4-5 e 5-6.

Regime autoritário

A diversidade política é limitada ou inexistente, não havendo oposição política ao governo. Os países dessa categoria costumam ser caracterizados como ditaduras ou monarquias, e as instituições superficialmente democráticas são esvaziadas ou ineficientes, apresentando-se mais para garantir benefícios diplomáticos no contexto internacional do que para assegurar a participação política dos cidadãos. Há constantes violações às liberdades civis e aos direitos humanos. A mídia não tem liberdade, assim como o Judiciário.
Faixas de notas: 0-2, 2-3 e 3-4.

Fonte de pesquisa: The Economist. *Democracy Index* 2023. London: The Economist, 2023. Disponível em: https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2023/. Acesso em: 18 jul. 2024.

INTERAÇÃO

1. Analise a definição referente à faixa de democracia na qual o Brasil se situa, no mapa "Índice de democracia (2023)", e, com base nela, realize uma pesquisa, em publicações impressas e/ou digitais, que comprove ou refute a categoria associada ao Brasil. Em uma data combinada com o professor, apresente aos colegas da turma sua pesquisa e suas explicações sobre os motivos de as notícias ou os textos acadêmicos que você escolheu corroborarem ou refutarem o Índice de Democracia, em relação à informação referente ao Brasil.

Não escreva no livro.

DEBATE SOBRE O AUTORITARISMO

Uma das principais cientistas políticas consultadas para a elaboração das categorias do Índice de Democracia foi a espanhola Inmaculada Szmolka Vida. O ponto de partida utilizado por ela foi a reunião dos conceitos de diferentes pensadores sobre os regimes políticos opostos: democracias plenas e regimes autoritários. Com base nas características dessas duas polaridades políticas, a pesquisadora também buscou elaborar os critérios que caracterizam os regimes híbridos e as democracias imperfeitas.

É possível constatar que Szmolka não foi a única criadora dos conceitos, visto que uma das principais características das pesquisas científicas é que elas não ocorrem de modo isolado: as pesquisas estão em diálogo com a realidade vivida pelo pesquisador e com os conhecimentos construídos até o momento pela comunidade científica. Assim, o trabalho de Szmolka dialoga com outros pesquisadores que também se debruçaram sobre as questões que caracterizam as relações entre cidadãos, Estados, regimes políticos e direitos civis, como a liberdade. Como exemplos de filósofos com os quais Szmolka dialoga em sua pesquisa, podemos citar Franz Neumann (1900-1954), Karl Popper (1902-1994), Karl Loewenstein (1891-1973) e Hannah Arendt (1906-1975).

Hannah Arendt foi uma filósofa alemã de origem judaica que dedicou boa parte de sua obra à reflexão sobre os regimes autoritários, bem como sobre as origens desse tipo de governo, a ascensão do autoritarismo no mundo ocidental e os motivos que levam as populações a viver sob regimes autoritários e até mesmo totalitários.

Para Arendt, os regimes autoritários surgem quando as desconfianças do povo sobre as autoridades se tornam cada vez maiores, gerando uma crise política. Essa crise recebe uma resposta do Estado por meio do cerceamento da liberdade dos indivíduos, em nome do bem comum, para a continuidade do funcionamento do Estado. Os regimes totalitários também são construídos dessa maneira, porém com uma característica adicional: o **terrorismo de Estado**, no qual a sociedade vive amedrontada por perigos externos e/ou internos, submetendo-se a grandes restrições de liberdade para ter segurança. Não por acaso, Arendt, Neumann, Popper e Loewenstein viveram em um período em que a Europa era governada por diversos regimes totalitários, como o nazismo, na Alemanha, e o fascismo, na Itália.

Szmolka e outros pensadores que integram as gerações posteriores a Arendt, como o jurista e filósofo brasileiro Bruno Galindo, acompanharam a abertura dos regimes totalitários e a busca pelo estabelecimento das democracias e do respeito aos direitos humanos na maior parte do mundo ocidental. Esses são os possíveis motivos para que as pesquisas deles e o surgimento do Índice de Democracia abordem as transições dos regimes mais fechados até a democracia plena.



Raquel Ojeda/Acervo da cedente

Inmaculada Szmolka – professora da Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade de Granada, Espanha, e cientista política – é uma das principais estudiosas de regimes políticos e de seus processos de mudança. Foto de 2013.



Fred Stein Archive/Archive Photos/Getty Images

Filósofa alemã de origem judaica, Hannah Arendt foi uma das maiores estudiosas do autoritarismo. Foto de 1949.

INTERAÇÃO

1. **Retome o diálogo entre regimes de governo e autoritarismo e os critérios apresentados no tema "Tipos de regime". No caderno, liste as principais características de um regime autoritário.**
2. **Com base nessa lista, elabore uma narrativa que tenha como cenário um país sob um regime político com as características que você listou. Lembre-se de apresentar as personagens e de estabelecer um começo, um desenvolvimento e um final para sua ficção. Em uma data combinada, compartilhe seu texto com os colegas e conheça as histórias que eles criaram.**

INSTABILIDADES POLÍTICAS E INTERVENÇÕES NO BRASIL REPUBLICANO

Para caracterizarmos a democracia no Brasil atual, classificada como imperfeita pelo Índice de Democracia, é importante conhecer alguns dos processos políticos e sociais pelos quais passaram o Estado e o governo brasileiros.

No período republicano de nosso país, iniciado em 1889, os regimes políticos nem sempre foram democráticos. Os esquemas abaixo apresentam mais informações sobre os períodos em que as liberdades individuais e o acesso aos direitos civis foram limitados pelo Estado brasileiro.

1

Momentos de interdição de direitos políticos

- Interdição do voto de analfabetos, desde a lei imperial de 1881 até a Constituição Federal de 1988.
- Ausência do voto feminino, do voto secreto e de uma justiça eleitoral de cunho burocrático e profissional até o Código eleitoral de 1932 e a Constituição Federal de 1934.
- Limitação prática do exercício do direito ao voto durante toda a Primeira República, por obra da submissão da maioria do eleitorado a práticas coronelísticas.
- Crescimento constante – desde a redemocratização do regime político em 1945 – do clientelismo urbano como instrumento de deformação das vontades no plano eleitoral.
- Supressão total (no caso do Estado Novo) ou quase total (no caso do regime militar) dos direitos políticos.

2

Momentos democráticos e momentos autoritários

- Democracia "oligárquica" (entre 1894 e 1930).
- Período dos governos Provisório e Constitucional da Era Vargas (entre 1930 e 1937).
- Ditadura do Estado Novo (entre 1937 e 1945).
- Democracia nacional-populista (entre 1946 e 1964).
- Ditadura civil-militar (entre 1964 e 1984).
- Novo regime democrático-constitucional (a partir de 1988).

ID/BR

Fonte de pesquisa: Saes, Décio Azevedo Marques de. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 379-410, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200021. Acesso em: 18 jul. 2024.

REFLEXÃO

O autoritarismo na formação econômica, social e política do Brasil

[...] "A tradição autoritária é uma marca indelével da formação econômica e sociopolítica do Brasil, assentada no regime de apropriação privada da terra, na ausência de relações de solidariedade social, na primazia da autarquia individual, nas 'lutas de famílias', no poder incontrastável do potentado rural, dos caudilhos da terra bem como no emprego sistemático da mão de obra escrava para sustentar uma produção monocultora orientada fundamentalmente para o mercado externo, evidenciando o verdadeiro 'sentido da colonização'", contextualiza o professor e cientista social Carlos Eduardo Santos Pinho [...].

Pinho, Carlos Eduardo Santos. O autoritarismo na formação econômica, social e política do Brasil. Entrevista especial com Carlos Eduardo Santos Pinho. [Entrevista cedida a] João Vitor Santos. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 24 jul. 2019. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/591015-o-autoritarismo-e-seu-peso-na-formacao-economica-social-e-politica-do-brasil-entrevista-especial-com-carlos-eduardo-santos-pinho. Acesso em: 18 jul. 2024.

1. Relacione a fala do sociólogo Carlos Pinho com as informações dos esquemas desta página. Em seguida, apresente suas conclusões aos colegas.

Não escreva no livro.

Jânio e Jango: um panorama

Alguns dos principais problemas estruturais que caracterizam a democracia no Brasil podem ser percebidos na análise das informações apresentadas nos esquemas do tópico anterior e do trecho da entrevista com o sociólogo Carlos Pinho. Os esquemas evidenciam os momentos históricos em que o povo, detentor do poder nas democracias, deixou de ser consultado, e as decisões passaram a ser tomadas por um grupo que se apropriou do poder. Em outras palavras, o poder passa a ser exercido por um grupo que não foi o escolhido pelo povo por meio dos mecanismos democráticos (eleições e plebiscitos), e as deliberações anteriores, realizadas pela população, são desconsideradas ou mesmo anuladas.

Os momentos históricos em que isso ocorreu no Brasil e o fato de ele se repetir de tempos em tempos evidenciam os problemas estruturais da democracia no país, demostrando, por exemplo, que as instituições democráticas brasileiras ainda são frágeis e desrespeitadas por determinados grupos sempre que os interesses deles não são plenamente contemplados.

Na segunda metade do século XX, houve alguns eventos que servem de exemplo para o aprofundamento do debate sobre esses processos, os quais também podem ser chamados de golpes de Estado. A transição entre os governos de Jânio Quadros e de João Goulart (1961) e o regime militar (1964-1985) são dois desses momentos.

No primeiro momento, a ordem democrática quase sofreu o chamado **golpe institucional**. Na época, o vice-presidente da República não era da mesma chapa que o presidente, mas foi o segundo colocado nas eleições. Em 1961, Jânio Quadros foi empossado na Presidência da República, enquanto João Goulart, também conhecido como Jango, tomou posse da vice-presidência. Jânio permaneceu no poder por pouco mais de seis meses: com uma política externa independente, muitas vezes contraditória, e usando como base um discurso anticorrupção e de defesa da moral, Jânio se isolou politicamente, optando pela renúncia. Nesse momento, o vice-presidente estava em uma missão oficial na China, um país comunista.

No contexto da Guerra Fria, visitar um país comunista poderia ser visto como um alinhamento antiestadunidense, o que frustrava o interesse de uma parcela da população, em geral formada pelo empresariado e pelos latifundiários do Brasil, alinhados com as políticas dos Estados Unidos. Assim, os ministros militares que formavam o corpo do governo de Jânio rejeitaram o nome de Jango para a Presidência e iniciaram negociações tensas com o Congresso para impedir sua posse. Como o impedimento da posse seria determinado pelo Congresso, a ordem democrática seria alterada pelos meios institucionais, por isso recebeu o nome de golpe institucional.

Diversos deputados e governadores se posicionaram contra o golpe, assim como grande parte da população. O movimento mais famoso foi a **Campanha da Legalidade**, encabeçada pelo Rio Grande do Sul, estado natal de Jango. Esse movimento também dividiu as Forças Armadas: uma parte apoiava o golpe e a outra apoiava a posse de Jango, em defesa da democracia.

A tensão foi resolvida por meio de um acordo, que não incluiu a participação popular, no qual ficou estabelecido que a posse de Jango poderia ocorrer, mas apenas sob o Parlamentarismo. Na prática, isso significava uma diminuição dos poderes da Presidência, que dependeria mais do Parlamento para fazer valer suas deliberações. Dessa maneira, em setembro de 1961, Jango finalmente tomou posse, embora a democracia permanecesse fragilizada.

INTERAÇÃO

1. **Em conversa com a turma, como vocês classificariam os eventos analisados no texto, tendo como base os esquemas da página anterior?**
2. **Relacione o conteúdo da placa que a manifestante da imagem a seguir está segurando aos processos analisados no tema desta página. Compartilhe suas impressões com os colegas.**



Arquivo/Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

A Campanha da Legalidade foi uma das maiores mobilizações populares da história do país. Manifestantes em Porto Alegre (RS), 1961.

Os militares no poder

INTERAÇÃO

1. A capa do jornal reproduzida a seguir parece se posicionar contra ou a favor da tomada de poder pelos militares? Justifique sua resposta citando trechos dos textos da capa como exemplo.

Outro momento na história do Brasil em que houve interrupção da ordem democrática foi o golpe de Estado empreendido pelos militares, em 1964. O então presidente João Goulart havia enfrentado dificuldades para tomar posse do cargo, concordando em exercer seu mandato sob um governo de regime parlamentarista.

A conjuntura internacional era a da Guerra Fria: de um lado, os Estados Unidos, encabeçando o bloco capitalista, e, de outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), liderando o bloco comunista. As ideologias comunista e capitalista propõem diferentes maneiras de ver o mundo, de se relacionar em comunidade e de se posicionar diante da distribuição de riquezas. Dessa forma, elas também causam impacto no modo como a cidadania é vivenciada e na forma como os governos são estruturados.

Em razão desse cenário mundial, o período de governo de Jango foi marcado por discursos políticos bastante polarizados, nos quais se refletiam as pressões internacionais. A pauta política de Jango, por sua vez, amplamente alinhada às classes operárias e campesinas, propunha reformas estruturais, conhecidas como Reformas de Base, que tinham como objetivo viabilizar a diminuição das desigualdades sociais do país, prevendo transformações nos setores bancários, fiscais, urbanos, administrativos, universitários e agrários.

De acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), em março de 1964, em virtude das reformas propostas por Jango, o então presidente contava com a aprovação de cerca de 70% da população.

No entanto, essas reformas políticas não atendiam aos interesses dos setores mais conservadores, que toleravam Jango desde o acordo estabelecido em 1961. Por causa desse repúdio, ele era constantemente acusado de comunismo pela mídia, por políticos da oposição e pelos militares. A crescente tensão também era alimentada por alguns meios de comunicação, o que criou um clima de terror e convulsão social crescente, que culminaria na tomada de poder pelos militares em 1964.

Arquivo/Agência O Globo



FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECIDA

EMPOSSADO MAZZILLI NA PRESIDÊNCIA

TEXTO NA 6.ª PÁGINA

ANO XXXIX — Rio de Janeiro, 5.ª feira, 2 de Abril de 1964 — N.º 11 225

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Ressurge a Democracia!

Coragem e Emoção

CASTELO BRANCO ADVERTIRA OS COMANDOS:

As Fôrças Armadas São Para Defender a Lei, Não a Baderna

Silêncio Após a Fuga

A VIOLÊNCIA CONTRA "O GLOBO"

A ASSEMBLÉIA DE PERNAMBUCO VOTOU O "IMPEACHMENT" DE ARRAES

"A Decisão da Pátria"

Reprodução da capa do jornal *O Globo* do dia 2 de abril de 1964.

Não escreva no livro.

AÇÃO E CIDADANIA

Jornalismo e História nos tempos de *fake news* e *fake History*

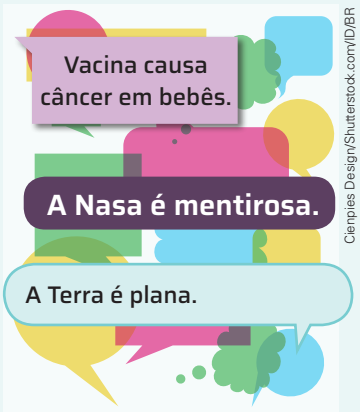
Os meios de comunicação desempenham papel importante na formação da opinião pública. Os profissionais dessa área têm responsabilidade de decidir o que e como publicar. Os cidadãos que recebem as notícias, principalmente em redes sociais de plataformas digitais, também têm responsabilidade: devem checar a fonte e a veracidade das informações.

Nos últimos anos, têm surgido conflitos de narrativas diferentes acerca de temas sensíveis para jornalistas e historiadores. Muitas dessas versões não se baseiam em métodos científicos e apuração dos fatos ou são propagadas intencionalmente com base em mentiras.

Leia o trecho a seguir da jornalista Natália Xavier sobre as *fake news*.

Um dos produtos da pós-verdade [...] são as *fake news*. Embora ainda não haja um consenso sobre a classificação das *fake news* (em português, notícias falsas), esse tipo de conteúdo tem ganhado cada vez mais espaço. Sobre o termo, a primeira polêmica gira em torno da noção de verdade das notícias. Se é falso, não poderia ser considerado notícia. Por outro lado, as dimensões alcançadas pelas *fake news* vão muito além do que pode ser considerado simplesmente um boato.

O dicionário Cambridge (2018) [...] classifica as *fake news* como "histórias falsas que parecem ser notícias, se espalham na internet ou em outras mídias, geralmente criadas para influenciar pontos de vista políticos ou como uma piada: há preocupação com o poder das notícias falsas para afetar os resultados eleitorais". [...] [Um] dos princípios para que algo seja considerado essencialmente uma notícia é transmitir a realidade [...].



Cienpies Design/Shutterstock.com/ID/BR

Xavier, Natália Laís Almeida. Jornalismo em tempos de *fake news*: a (re)construção do real e os riscos à credibilidade. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 41., 8 set. 2018, Joinville. *Anais* [...]. Joinville: Univali: Intercom, 2018. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1734-1.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

Nesse contexto de desinformação, o jornalismo tem criado alguns mecanismos para combater a propagação das *fake news*, com destaque para a criação de diversas agências de checagem de informação que monitoram as redes para restabelecer prontamente a verdade sobre os fatos. Os historiadores também têm buscado estratégias para conter a onda de revisionismo histórico e de narrativas descontextualizadas. Leia a seguir o trecho do texto de Rosali Souza e Rodrigo Duarte que trata da preocupação dos historiadores sobre a *fake History* (História falsa, em português).

A História – a interpretação analítica do passado baseada em avaliações críticas de evidências – está sendo transformada por nossa revolução das comunicações. Num mundo em que recebemos a maior parte das informações de meios visuais como a *web*, a televisão [...] e aparelhos de telefonia móvel – e no qual cedemos aos criadores e usuários dessas plataformas a autoridade para ditar aquilo que devemos ou não dar atenção –[,] o que passa por História é, no mais das vezes, fragmentos de informação sobre o passado difundidos na *web*, tirados de contexto, desprovidos de análise [...] e direcionados a promover interesses políticos, ideológicos, financeiros ou pessoais. Do mesmo modo que esse ambiente teve um efeito transformador naquilo que se convencionou chamar jornalismo e notícia, também teve um efeito transformador naquilo que se convencionou chamar História. Ele cria as condições para a "fake History" crescer. Se os historiadores quiserem reivindicar a definição de História e incutir competência em História em nossas populações, terão que vagar brava e confiantemente por este complexo ambiente de comunicação. Muitos já estão fazendo isso, tentando resgatar a História real da *fake History* do mesmo modo que jornalistas estão tentando resgatar notícias reais das *fake news*.

Souza, Rosali Fernandez de; Duarte, Rodrigo Aldeia. Sobre *fake news* e *fake History*. *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 15, n. 3, p. 33, set./dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/50671/30078. Acesso em: 26 ago. 2024.

1. **O que são *fake news* e *fake History*?**
2. **Em sua opinião, qual é a responsabilidade das pessoas diante das *fake news* e das *fake History*?**
3. **De que modo você pode agir para evitar a propagação das *fake news* e de *fake History* e contribuir para a conscientização de seus efeitos nocivos? Faça uma pesquisa a respeito do tema e elabore uma lista de ações no caderno. Compartilhe suas ideias com a turma e, juntos, combinem quais ações podem ser realizadas coletivamente e como colocá-las em prática neste momento.**

Os Atos Institucionais

Durante o governo dos presidentes militares, as liberdades civis foram restringidas, com a censura aos meios de comunicação, o controle dos deslocamentos de grupos de pessoas e a extinção da maioria dos partidos políticos. Além disso, muitos governantes eleitos pelo povo tiveram seus mandatos **cassados** e centenas de pessoas foram presas, torturadas, enviadas ao exílio ou assassinadas por se posicionarem contra o governo vigente.

As eleições para presidente, para governador e até mesmo para prefeitos de capitais se tornaram indiretas. Assim, os governantes que ocupariam esses cargos seriam escolhidos pelo pequeno grupo que estava no poder.

Nesse período, os Atos Institucionais (AIs) conferiram às Forças Armadas e às suas instituições elevado poder na centralização administrativa e política do país. Ao todo foram 17 AIs, publicados entre 1964 e 1969, que apresentavam restrições às práticas democráticas.

Relato do ator brasileiro Maurice Politi

Memórias e liberdades vigiadas

Os relatos a seguir mostram alguns impactos que o cerceamento das liberdades civis e individuais podem trazer para o cotidiano.

cassado: cancelado, sem efeito.

Raul Ellwanger, músico

[...]

[...] Então, havia perseguição porque eu participava da UNE [União Nacional dos Estudantes], na PUC [Pontifícia Universidade Católica], participava da política, no diretório acadêmico do direito. Surgiram os telefonemas, os seguimentos, os fotografamentos, chegou uma mensagem final entre aspas: "para calar-se e abster-se". [...]

[Havia] a vigilância sobre a família, apartamento alugado em frente à casa de minha família com as câmeras funcionando dia e noite. [...]

Adir Figueira, militar

Eu fui entregar um [...] documento altamente sigiloso que era chegado do presidente da República. Então, ao entrar na sala esbarrei no homem fardado e ele considerou aquilo como agressão, ou talvez uma tentativa contra a vida dele, creio eu que ele na hora quis dar prisão. E eu tentava falar com ele, entendeu, que eu estava com aquele documento importante pra entregar e ele: "Calado", e eu tentava e ele: "Calado"[.] Você vai entender, um ministro ali é um deus, um brigadeiro é um deus, tanto que você imagina... Ele, abaixo do presidente, ele é o comandante-geral da Força Aérea, e eu esbarrei nele fardado e ainda bati nas medalhas do homem. Aquilo pra ele foi uma ofensa, porque sangue azul, soldado pra ele era ralé.

Fiquei preso lá na prisão da base aérea do Galeão. [...]

Lúcia do Amaral Lopes, universitária

[...]

[...] Eu entrei na faculdade [...] em [19]68 e eu participei ativamente das atividades que tinham lá, das manifestações e tudo. Daí eu fui presa no Congresso da UNE. Eu tinha um namorado que era com quem depois eu me casei, se chama José Eli da Veiga, ele era presidente do grêmio da Filosofia da USP [Universidade de São Paulo]. [...] E daí[,] em [19]69[,] começou a repressão mais pesada, que teve o Ato 5. Eles entravam nas faculdades, tiravam os alunos de dentro da classe de aula. Muita gente começou a ser presa, já estavam tendo algumas ações armadas. [...]

Texturas de fundo: Shutterstock.com/ID/BR

Para nunca esquecer: 8 relatos de vítimas da ditadura militar no Brasil. *Nonada – Jornalismo Travessia*, 31 mar. 2019. Disponível em: https://www.nonada.com.br/2019/03/para-nunca-esquecer-8-relatos-de-vitimas-da-ditadura-militar-no-brasil/. Acesso em: 18 jul. 2024.



Acervo UH/Folhapress

Mães de estudantes protestam em frente ao presídio de Tiradentes após cerca de mil estudantes serem presos por participarem do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, organizado em uma fazenda em Ibiúna (SP). Foto de 1968.

Não escreva no livro.

RESISTÊNCIA E BUSCA PELA DEMOCRACIA

Os relatos apresentados no tópico "Memórias e liberdades vigiadas" abordam alguns dos momentos cotidianos em que a ausência de liberdade trouxe graves impactos para a vida dos cidadãos brasileiros. E, se retomarmos os critérios de avaliação do Índice de Democracia, podemos observar que os governos militares se encaixam no perfil de regimes autoritários. No período do regime militar, a oposição era firmemente rechaçada e perseguida pelo governo, que tinha a seu favor todo o aparato estatal. Dessa maneira, os levantes e os movimentos populares são fundamentais para combater essa forma de governo autoritário e restabelecer a democracia.

Sobre o tema, leia um trecho do texto do cientista político Bruno Galindo e observe a imagem, que mostra um movimento pelo fim do governo militar.

A transição à democracia a partir da derrocada de uma ditadura simples implica normalmente a gradual cessão do poder político aos setores democratas, bem como o afrouxamento das políticas autoritárias, permitindo a mudança de normas constitucionais e legais em direção ao Estado democrático. Normalmente a economia dá sinais de crise e a sociedade civil se mostra amplamente insatisfeita, enfraquecendo o apoio ao governo, mas ainda com setores oposicionistas fragilizados, o que faz com que as coalizões e alianças entre setores oposicionistas e dissidentes governistas sejam frequentes. A força de determinados caracteres culturais também tem a tendência de determinar soluções de transição mais pacíficas e conciliatórias ou mais conturbadas e de enfrentamento mais direto com o legado autoritário [...].

Galindo, Bruno. Constitucionalismo e justiça de transição: em busca de uma metodologia de análise a partir dos conceitos de autoritarismo e democracia. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, n. 67, p. 84, jul./dez. 2015. Disponível em: https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1722. Acesso em: 2 ago. 2024.



Matuiti Mayezo/Folhapress

Diretas Já foi um movimento cujo objetivo era o restabelecimento da eleição direta para a Presidência da República, que mobilizou milhares de brasileiros. Passeata realizada em São Paulo (SP), 1984.

E hoje?

Com base nos textos e em materiais que leu, pesquisou e analisou, você consegue responder à pergunta: O Estado brasileiro é autoritário?

Uma das maneiras de construir os argumentos que respondam a essa questão é observando, em seu cotidiano, os critérios avaliados pelo Índice de Democracia. Assim, analisar se sua liberdade e a liberdade dos grupos sociais dos quais você faz parte são respeitadas e protegidas institucionalmente é uma forma de compreender sua realidade. Por exemplo, verifique se você e as pessoas da comunidade da qual faz parte podem manifestar descontentamentos contra o governo sem serem reprimidos, perseguidos, presos ou mesmo torturados; se há incentivos para que participem ativamente da vida política da região onde vivem; se há diversidade partidária durante as eleições; etc.

Outra possibilidade de construir argumentos é traçar paralelos históricos, sociológicos e filosóficos – conforme observado ao longo deste capítulo – para analisar momentos de estabilidade política e momentos em que essa estabilidade foi interrompida por algum tipo de golpe.

Em ambos os contextos, você vai notar períodos de democracia e períodos de autoritarismo. Mas é possível que ambos coexistam? De acordo com o sociólogo Carlos Eduardo Santos Pinho, é preciso sempre observar os discursos e pronunciamentos dos governantes, pois eles evidenciam os níveis de comprometimento que os mandatários têm com a manutenção da democracia. Um dos critérios que podem ser observados nesses discursos é o tratamento dado às populações que historicamente foram marginalizadas, como os povos indígenas, as mulheres, os negros, a comunidade LGBTQIA+ e as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em uma sociedade democrática, o povo como um todo deve ter sua dignidade resguardada, independentemente de suas características físicas, étnicas e psicológicas.

ATIVIDADES

1 **Com um colega, observe as fotos a seguir e, juntos, elaborem uma reflexão considerando as características das democracias plenas na atualidade e o que cada uma das imagens revela sobre as democracias nos países retratados.**

Kai Pfaffenbach/Reuters/Fotoarena



Manifestantes saem às ruas de Frankfurt, na Alemanha, para protestar contra a o avanço da extrema-direita e pela defesa da democracia. Foto de 2024.

Allen J. Schaben/Los Angeles Times/Getty Images



Estudantes da Universidade da Califórnia do Norte protestam, nos Estados Unidos, contra o massacre na Faixa de Gaza e manifestam solidariedade ao povo palestino. Foto de 2024.

2 **Neste capítulo, você analisou dados do Índice de Democracia referentes ao ano de 2023. Faça uma pesquisa para descobrir os resultados do índice no último ano e compare-os com os de 2023. Para isso, verifique os pontos listados a seguir, anotando suas percepções no caderno.**

a) Identifique as mudanças em relação ao Brasil, aos outros países da América do Sul, da América Latina e, por fim, do continente americano.

b) Observe se houve transformações nos países de regimes autoritários.

c) Analise as mudanças no continente africano e no europeu.

Em uma data combinada, apresente suas percepções para a turma e ouça as análises dos colegas sobre o Índice de Democracia no mundo atual.

3 **Escolha um dos movimentos apresentados no tema "Resistência e busca pela democracia" e no tópico "E hoje?" e faça uma análise dele, em forma de dissertação, com base nos conceitos apresentados por Bruno Galindo. Você pode buscar mais informações sobre o movimento escolhido em publicações impressas e/ou digitais. Apresente sua análise aos colegas. Lembre-se de anotar as fontes de pesquisa para disponibilizá-las ao final do trabalho.**

4 **Leia a seguir o trecho de uma notícia.**

Cerca de 20 mil pessoas, a maioria professores da rede pública de ensino, se reuniram no dia 29 de abril [de 2015] em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, para protestar contra as mudanças nas regras do estado para a previdência social e aposentadoria dos funcionários públicos. Os professores estavam em greve desde 25 de abril para protestar contra essas mudanças e estavam reunidos em frente à Assembleia Legislativa do Paraná desde o dia anterior (28) enquanto a votação sobre as novas regras era esperada. Por volta de 16h do dia 29, a polícia militar que estava presente (incluindo o Tropa de Choque) recebeu ordens para dispersar o protesto e iniciou uma forte repressão aos participantes usando gás lacrimogêneo, balas de borracha e cassetetes.

A unidade municipal de saúde relatou 213 manifestantes feridos, alguns deles gravemente. Muitos tinham sido atingidos por balas de borracha no rosto. Pelo menos um jornalista ficou ferido depois de ser atacado por um cachorro da polícia militar. Em uma declaração oficial da Secretaria de Segurança Pública do Estado, foi relatado que sete manifestantes foram detidos por serem "membros de grupos radicais".

Ação urgente: Polícia Militar ataca professores em protesto. *Anistia Internacional Brasil*, 12 maio 2015. Disponível em: https://anistia.org.br/email/acao-urgente-3/. Acesso em: 18 jul. 2024.

a) Na notícia, denuncia-se a violação de quais direitos civis? Justifique sua resposta usando trechos do texto.

b) De acordo com o Índice de Democracia e com suas percepções sobre a democracia brasileira, notícias como essa corroboram a classificação do Brasil como uma democracia imperfeita? Explique sua resposta.

c) Como os países classificados como democracias plenas lidam com os protestos? Faça uma pesquisa em publicações impressas e/ou digitais para descobrir. Depois, com base nelas, conte aos colegas da turma como você acha que uma situação como a retratada na notícia poderia ser solucionada sem o uso da força policial.

Não escreva no livro.

5 **Como você relaciona os relatos do tópico "Memórias e liberdades vigiadas" com a categoria de democracia imperfeita? Responda usando trechos dos relatos e os critérios usados pelo Índice de Democracia.**

6 **Forme dupla com um colega para verificar se, na comunidade em que vocês vivem, há grupos sociais que sofrem algum tipo de repressão pelo governo e que vocês consideram injusta ou desalinhada com os direitos humanos. Dialoguem com amigos e familiares e, se necessário, façam registros das entrevistas, como anotações, fotos ou vídeos.**

a) Em uma data combinada, apresentem suas descobertas à turma e ouçam as descobertas das outras duplas.

b) O que vocês acham que poderia ser feito para evitar situações como essas e garantir que todos os grupos possam se manifestar de modo igualitário? Debatam com a turma, mobilizando o que vocês sabem sobre a construção da democracia no Brasil.

7 **Leia um trecho do livro do historiador Carlos Fico (1959-) e, depois, responda às questões.**

> […] A ditadura militar brasileira foi muito violenta desde os primeiros momentos após o golpe de 1964. Entretanto, a partir de 1968, essa violência se ampliou muito com a instituição de aparatos institucionalizados de repressão que criaram um sistema nacional de espionagem, uma polícia política, um departamento de propaganda e outro de censura política, além de um tribunal de exceção para o julgamento de pessoas supostamente implicadas em corrupção.
>
> Fico, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015. p. 62.

a) De acordo com o trecho, quais são os elementos que permitiram o aumento do autoritarismo no Estado brasileiro durante o regime militar?

b) Em sua opinião, por que o regime militar utilizou esses artifícios, principalmente após 1968?

8 **(Enem)**

> **Ato Institucional nº 5**
>
> Art. 10 – Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.
>
> Art. 11 – Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.
>
> Disponível em: http://www.senado.gov.br. Acesso em: 29 jul. 2010.

Nos artigos do AI-5 selecionados, o governo militar procurou limitar a atuação do poder judiciário, porque isso significava:

a) a substituição da Constituição de 1967.

b) o início do processo de distensão política.

c) a garantia legal para o autoritarismo dos juízes.

d) a ampliação dos poderes nas mãos do Executivo.

e) a revogação dos instrumentos jurídicos implantados durante o regime militar de 1964.

9 **(UFMT) De acordo com a filósofa Hannah Arendt, o totalitarismo é uma forma de governo essencialmente diferente de outras formas de opressão política conhecidas, como o despotismo, a tirania e a ditadura. Considerando as características e as expressões históricas do totalitarismo no século XX, assinale a afirmativa INCORRETA.**

a) O totalitarismo procura reforçar a distinção entre esfera pública e esfera privada.

b) Nazismo e stalinismo são dois exemplos históricos de regimes totalitários.

c) A propaganda é um meio importante para a difusão da ideologia oficial nos governos totalitários.

d) O terror é um princípio fundamental da ação política totalitária.

ESTÚDIO DE HISTÓRIA

CARLOS FICO



Davi Augusto Studio/ID/BR

Neste capítulo, você estudou governos autoritários, aprofundando esse conhecimento com base na experiência do Brasil, com ênfase na ditadura civil-militar, que foi instalada no país em 31 de abril de 1964.

O tema das ocupações de governos militares nos países latino-americanos tem sido bastante estudado e desperta muitos debates. Os motivos para tal são variados; entre eles, registra-se a permanência na arena política de sujeitos que atuaram durante o período – em nome do governo ou resistindo a ele, principalmente –, como no caso do ex-presidente do Uruguai, José Alberto Mujica Cordano (1935-), e da associação das Avós da Praça de Maio, na Argentina; a tentativa de retomada de conciliações de memórias, caso da Comissão Nacional da Verdade (CNV), sancionada pela Lei n. 12 528/2011 no Brasil; além do surgimento de novas fontes, como as próprias narrativas desse documento da CNV ou de arquivos oficiais, que gradativamente são buscados e liberados aos historiadores e à sociedade.

Da mesma forma que o assunto levanta debates, promove também o interesse historiográfico, envolvendo recortes temáticos e espaciais variados, como o funcionamento da censura, da tortura, das resistências e a perseguição a grupos específicos e até então não registrados, como militantes do movimento negro.

PERFIL

Carlos Fico, nascido no Rio de Janeiro (RJ), é graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual atua como professor desde 1998. Além disso, é mestre pela Universidade Federal Fluminense e doutor pela Universidade de São Paulo.

OBRAS-CHAVE

- *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar (2014)
- *O grande irmão*: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira (2008)
- *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política (2001)
- *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1997)

EM LEITURA

Como se pode observar pelos títulos das obras, as perspectivas de Fico já são, em si, sintomáticas das variedades de análises dos mais de vinte anos no qual o Brasil manteve suspensas as eleições para parte de seus cargos executivos e foi comandado por militares não eleitos. Nesse sentido, a economia, a influência dos Estados Unidos nas ditaduras latino-americanas, o debate historiográfico em torno do período e a repressão estão expressos em grande parte da obra do autor.

Não escreva no livro.

[…] Este não é um livro sobre o golpe de [19]64 ou sobre o regime militar como um todo, mas sobre uma de suas mais temidas facetas: o sistema de informações e de segurança, ou seja, o conjunto de órgãos encarregados de fazer espionagem e reprimir os brasileiros considerados "subversivos".

[…]

A partir do golpe de 31 de março de 1964, a elite política brasileira e a assim chamada "opinião pública" assistiram, estupefatas, a uma escalada, jamais vista em nossa história, de atos arbitrários de toda [a] natureza. Parcelas desses e de outros setores que apoiaram a derrubada de Goulart surpreenderam-se com o ânimo punitivo dos golpistas. […]

[…]

Os estudantes eram muitíssimo visados pelos órgãos de informações do regime militar. Ao aspecto político da atuação oposicionista do movimento estudantil, juntava-se a dimensão moral da "educação dos jovens", tidos como vulneráveis a quaisquer doutrinações a que fossem expostos. Assim, a comunidade de informações via nas transformações comportamentais típicas dos anos 1960/1970 – referidas à sexualidade e às drogas, por exemplo – a confirmação do que supunha ser uma intenção deliberada de degeneração de supostos valores morais, facilitadora da subversão […][.]

[…]

Do mesmo modo, o discurso preconceituoso da comunidade de informações [da ditadura] entendia que a pobreza, associada a drogas, levaria [a] comportamentos sexuais "desviantes", base para atitudes subversivas.

O baixo nível socioeconômico [e outras razões] fecham um círculo vicioso de prostituição, de vício e da práticas sexual aberta que, fatalmente, levam à indiferença, abrindo caminho para a subversão.

[…] Aliás, também o movimento negro, que igualmente surgia no Brasil, era visto como objeto de manipulações por parte dos comunistas, que, através dele, pretendiam "reavivar e agravar tensões sociais, no caso, valendo-se da questão racial". […] A atividade política dos estudantes, porém, era o que mais preocupava a comunidade. O próprio Ministério da Educação era classificado como inoperante na prevenção dos "atos de agitação", na medida em que […] à frente de diversos de seus departamentos estariam "elementos comprometidos com ideias comunistas".

Fico, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 17-18, 187.

degeneração: em referência aos aspectos morais, diz-se daquele que perde os valores da sociedade.

estupefato: reação que demonstra imobilismo diante de algo, que fica admirado, pasmado, boquiaberto.



Evandro Teixeira/Acervo Instituto Moreira Salles

A interrupção de governos democráticos muitas vezes encontra resistência da sociedade civil, que vê nesses processos a impossibilidade de uma discussão transparente do exercício do poder. Na foto, estudante é atingido por policiais durante manifestações populares contra a ditadura no Rio de Janeiro (RJ), em 1968.

PARA CONCLUIR

1 No texto de abertura desta seção, o nome do ex-presidente do Uruguai e da associação das Avós da Praça de Maio foram mencionados. Você conhece essas personagens ou outras ligadas à resistência às ditaduras? Se sim, compartilhe com os colegas de turma.

2 Com base no texto de Carlos Fico, é possível afirmar que mesmo integrantes do governo poderiam ser vistos com desconfiança pelos órgãos de espionagem?

3 Ao abordar a perseguição aos estudantes, o historiador indica que os jovens eram vistos como "vulneráveis a quaisquer doutrinações a que fossem expostos". Você concorda com a ideia de que os estudantes absorvem passivamente as discussões realizadas no contexto escolar? Explique.

REPRESENTATIVIDADE E DEMOCRACIA

1. Com base na reportagem a seguir, é possível concluir que os dados noticiados condizem com o perfil das pessoas mostradas na foto? Explique.
2. A população da comunidade em que você vive é plenamente representada pelos deputados eleitos? Compartilhe suas percepções com a turma.
3. Em sua opinião, com base na resposta à questão anterior, por que isso ocorre? Que medidas poderiam ser tomadas para que a democracia representativa expressasse de fato a diversidade da população brasileira?

Perfil do deputado eleito em 2022 é homem, branco, casado e rico

O perfil médio dos deputados federais eleitos em 2022 seguirá o padrão dos últimos anos. Em sua maioria, são homens, brancos, casados e ricos – com patrimônio declarado igual ou superior a R$ 1 milhão.

Das 513 cadeiras em disputa, só 91 serão ocupadas por mulheres. Esse número, no entanto, aumentou na comparação com 2018. Passou de 15% para 18% do total.

Candidatos autodeclarados pretos e pardos representarão 26% da nova composição da Câmara, a partir de 2023 – crescimento de 10% em 4 anos.

A idade média dos eleitos é de 50 anos, e a idade mais comum, 46 anos. Também há de padrão nos novos eleitos a conclusão do ensino superior. São 83% os que declararam ter cursado alguma faculdade nesse grupo.

Barbosa, Rafael; Queiroz, Vitória. Perfil do deputado eleito em 2022 é homem, branco, casado e rico. *Poder 360*, 4 out. 2022. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-congresso/congresso/perfil-do-deputado-eleito-em-2022-e-homem-branco-casado-e-rico/. Acesso em: 19 jul. 2024.



Sergio Pedreira/Pulsar Imagens

Movimentação de pessoas em Salvador (BA). Foto de 2023.

A representatividade é a base do sistema democrático no Brasil, o que significa que os cidadãos brasileiros votam em representantes que vão defender seus interesses nos órgãos governamentais. Quanto mais esses representantes estão alinhados com a população, mais equilibrados estão os pilares democráticos, pois os diferentes grupos podem se posicionar e ter voz nas instâncias do poder. No entanto, não é exatamente isso que ocorre no Brasil atual.

Não escreva no livro.

CRISE NA REPRESENTATIVIDADE DEMOCRÁTICA

Os dados apresentados anteriormente, que traçam o perfil médio dos deputados federais eleitos, evidenciam um cenário descrito pelos pesquisadores como de **crise na representatividade brasileira**. De acordo com uma pesquisa realizada pelo instituto brasileiro Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), a qual buscava verificar a credibilidade das instituições no Brasil, em 2022, 53% dos eleitores confiavam nas eleições e no sistema eleitoral, 53% confiavam no Poder Judiciário, 52% no governo federal, 40% no Congresso Nacional e 34% nos partidos políticos.

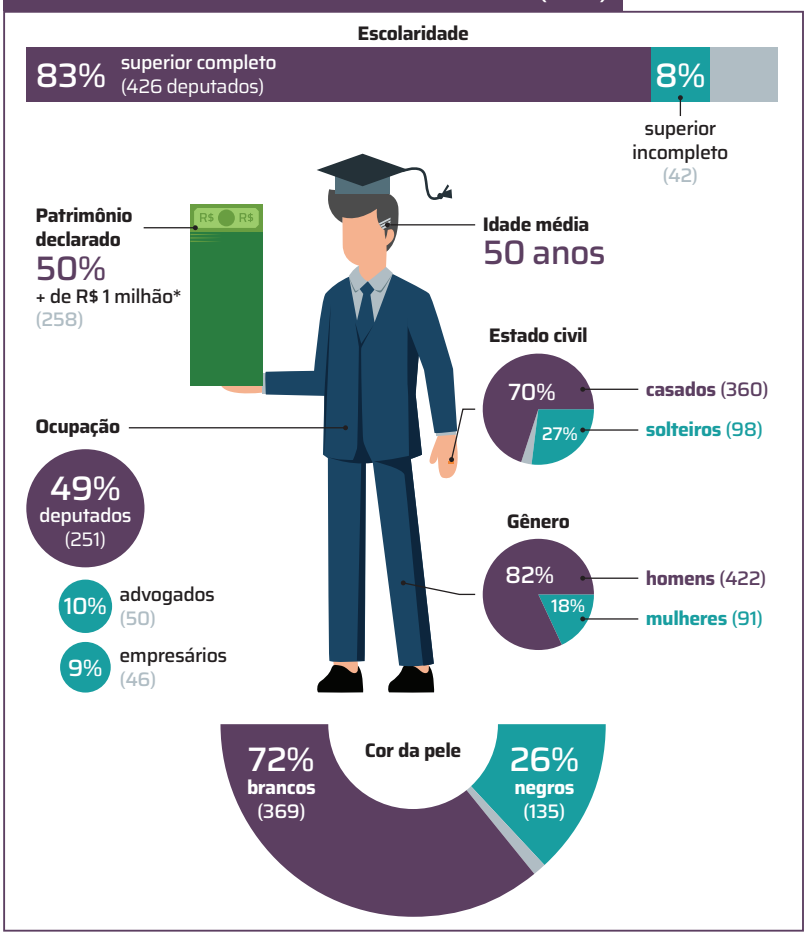
O tema da crise na representatividade em uma democracia é objeto de estudo de diferentes cientistas sociais, e uma das observações feitas pela comunidade científica é a de que essa crise é inerente à democracia. Um dos motivos apontados é o de que os políticos acabam formando uma classe específica que, ao longo do tempo, passa a desenvolver práticas de interesse próprio para prosseguir nas lideranças das posições que ocupam. Esse processo é chamado de **oligarquização das organizações políticas**. Dessa maneira, mesmo que os dirigentes integrem partidos diferentes e/ou rivais, ainda assim existe, em certa medida, a união entre eles como membros de uma classe, a fim de que possam se organizar em defesa de interesses corporativos comuns.

Em diversos países, há dispositivos para tentar regular e evitar a oligarquização, como a impossibilidade de reeleição e auditorias das contas das campanhas eleitorais, com limites para o recebimento de doações. Essas medidas são necessárias para evitar que o candidato com mais financiamento (e não necessariamente mais apoiadores) tenha mais condições financeiras de influenciar as eleições durante a campanha. O perfil do candidato que mais tem chance de ser financiado foi apresentado no texto de abertura do capítulo. O gráfico desta página também traz informações sobre o grau de escolaridade de candidatos com esse perfil.

No Brasil, o processo de oligarquização é apenas um dos problemas da crise. Fatores como corrupção estrutural nas diversas instâncias do poder e replicação do modelo oligárquico nos âmbitos federal, estadual e municipal dificultam ainda mais o estabelecimento da democracia plena, além de colaborar para o distanciamento entre o povo e os governantes.

Se retomarmos os dados da pesquisa do Ipec, é possível observar que menos da metade da população confia nos congressistas eleitos. De acordo com o sociólogo brasileiro Cláudio Couto, esse contexto ainda é sobrecarregado pelos órgãos de controle, responsáveis por fiscalizar as instituições, como o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público. Para Couto, essa dinâmica acirra o distanciamento entre os cidadãos e seus representantes, alimentando as desconfianças da população tanto nas instituições regulares quanto nas de controle.

PERFIL MÉDIO DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS (2022)



Renan Oracic/ID/BR

* Total de bens declarados.

Fonte de pesquisa: Barbosa, Rafael; Queiroz, Vitória. Perfil do deputado eleito em 2022 é homem, branco, casado e rico. *Poder 360*, 4 out. 2022. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-congresso/congresso/perfil-do-deputado-eleito-em-2022-e-homem-branco-casado-e-rico/. Acesso em: 19 jul. 2024.

Não escreva no livro.

Democracia moderna: dilemas

A crise de representatividade na democracia, que tem contornos estruturais e históricos, é um fenômeno que ocorre em todas as democracias, em maior ou menor grau, de acordo com o nível de implementação do projeto democrático. Durante os primeiros vinte anos do século XXI, a falta de confiança e de perspectiva na democracia chegou a níveis de acirramento, permitindo que os discursos de **ódio à democracia** encontrassem espaço nas mídias, nas redes sociais e até mesmo entre partidos políticos.

O filósofo franco-argelino Jacques Rancière (1940-) publicou, em 2015, o ensaio *O ódio à democracia*, no qual procura analisar as origens da democracia representativa e a formação dos discursos de ódio ao sistema democrático representativo. Para isso, Rancière busca as origens da democracia na Antiguidade grega, evidenciando que a democracia moderna, oriunda da Revolução Francesa (1789), diverge da antiga em diferentes aspectos e que, possivelmente, as origens da crise estejam nessas divergências conceituais, as quais se tornaram a estrutura da ideia de democracia que adotamos hoje.

Na Grécia Antiga, o sistema democrático funcionava de modo aleatório: de tempos em tempos, realizava-se um sorteio que determinaria quais cidadãos deveriam atuar nos cargos políticos. Esse sistema era caracterizado como "governo de qualquer um", já que qualquer cidadão tinha chances iguais de acessar o poder, ainda que a cidadania fosse reservada a um grupo de pessoas. No caso da democracia representativa moderna, essa escolha ocorre por meio do voto em cidadãos que se candidatam para representar a população, pela escolha da maioria, o que pode ser denominado "governo de todos". Essa diferença radical faz emergir a diferenciação da classe política e extinguir o princípio da igualdade, gerando as oligarquias políticas.



Lafargue Raphael/Abaca/ZUMA Press/Imageplus

Filósofo Jacques Rancière, especialista em estética e política, em manifestação de trabalhadores em Paris, França. Foto de 2023.

Para o filósofo Jacques Rancière, antes de ser um efeito colateral da democracia representativa, a formação das oligarquias políticas seria proposital, como projeto político, para garantir que as elites historicamente no poder se perpetuassem nessa posição. Desse modo, as desigualdades sociais, culturais, políticas, econômicas e raciais também se manteriam, assim como o ódio à democracia: de um lado, pelo povo que não se vê representado e, de outro, pelas elites que não têm mais acesso a títulos sociais permanentes.

De acordo com esse raciocínio, é possível compreender a importância dos movimentos sociais para pressionar os governos, mesmo que democraticamente eleitos, a adotar medidas favoráveis à maioria da população. Sobre esse tema, Rancière afirma que todas as conquistas sociais e o reconhecimento de direitos são fruto dos movimentos populares, ações coletivas organizadas por populações que não se sentem representadas pelo Estado e que buscam mudanças na forma de governo, o qual elas mesmas ajudaram a eleger.

INTERAÇÃO

1. **Imagine que você esteja conversando com um familiar sobre a democracia no Brasil e precise explicar a ele a crise da representatividade. Como você faria isso? Compartilhe sua resposta com a turma.**
2. **Quais medidas você considera importantes para aumentar os índices de confiança nas instituições governamentais e os níveis de reconhecimento entre eleitores e políticos? Faça uma lista no caderno e, depois, compartilhe com os colegas as principais ideias que você teve.**

Não escreva no livro.

Movimentos pela democracia

No contexto dos movimentos populares que reivindicam participação política, a mobilização pelas Diretas Já foi um dos movimentos mais expressivos ocorridos no Brasil. Ele se destaca por ter reunido diversos setores sociais, muitas vezes ideologicamente contrários, sob a pauta da abertura do regime militar e do retorno do poder político aos civis.

Os militares assumiram o poder em 1964 e, a partir de 1975, iniciaram a abertura do regime diante de uma conjuntura marcada pela recessão econômica, após o ***boom*** inicial de investimentos estadunidenses que caracterizou o início do governo militar.

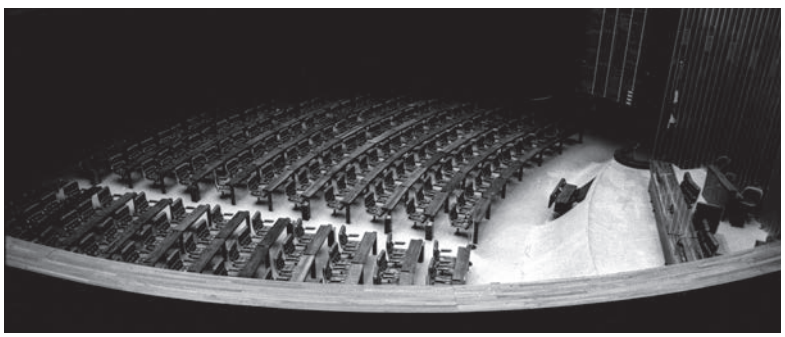
A recessão econômica afetou a população, que via a inflação deteriorar o valor dos salários: os preços de moradia, alimentação e transportes subiam, e esse aumento não era acompanhado pelos salários, fazendo com que os honorários recebidos pelo trabalhador perdessem valor. Além do descontentamento popular com o governo dos militares, havia o desgaste interno das Forças Armadas. De acordo com a antropóloga Lilia Schwarcz (1957-) e a historiadora Heloisa Starling (1956-), havia dois pontos principais para esse desgaste:

- Ambivalência das Forças Armadas – os militares passaram a ser responsáveis pela vida política e por zelar pela segurança interna do país, comprometendo oficiais, que constantemente tinham suas funções militares desviadas, na administração pública. Esse aspecto era entendido como um risco para os interesses das Forças Armadas.
- Desvirtuamento das Forças Armadas – ao longo do regime militar, muitos oficiais dos quartéis foram retirados de suas estruturas hierárquicas de comando para exercer missões policiais e punitivas, como reprimir os opositores do governo. Esses oficiais eram condecorados e promovidos por esses feitos, que, a princípio, são contrários às funções militares de proteção aos cidadãos. As pesquisadoras denominam essa estrutura de "burocracia da violência", uma vez que ela se tornara um caminho para avançar na carreira militar. Os militares do alto escalão viam esse aspecto como algo que poderia enfraquecer a credibilidade das Forças Armadas.

Dessa forma, em 1977, foi lançado o **Pacote de Abril**, que era um conjunto de medidas que previam a abertura democrática de modo "lento, gradual e seguro", como preconizava o texto do documento. O pacote também previa o afrouxamento das censuras e concedia mais espaço para que a oposição se manifestasse. Além disso, a lentidão dos processos também foi alvo da oposição da população, que ansiava pela abertura completa do regime. Conheça as principais medidas desse pacote no esquema ao lado.

***boom*:** expansão rápida da economia.

Orlando Brito/Agência O Globo



O Congresso Nacional, em Brasília (DF), fechado após o governo de Geisel decretar o Pacote de Abril em 1977.

Pacote de Abril

Eleições indiretas para governador (chamado de **governador biônico**).

Eleições indiretas para um senador por estado (chamado de senador biônico). Os demais senadores estaduais eram eleitos pelo voto popular.

Ampliação do mandato do presidente, que seria escolhido indiretamente em 1978, de cinco para seis anos.

Ampliação para as eleições estaduais e federais da Lei Falcão (1976), que restringia a propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Se, por um lado, a oposição poderia apresentar mais candidatos, por outro, havia a restrição da propaganda eleitoral.

Criação do estado do Mato Grosso do Sul.

Criação de sublegendas nos partidos – que eram apenas dois: Arena, do regime militar, e MDB, da oposição – para a eleição direta dos senadores, permitindo que cada partido apresentasse mais de um candidato por estado. Os votos dados às sublegendas eram somados, e a totalidade era atribuída ao candidato mais votado, facilitando a eleição de candidatos não populares, como era o caso da maioria dos candidatos que apoiavam o regime.

Esquema: ID/BR; ilustrações: notbad/Shutterstock.com/ID/BR

Fonte de pesquisa: Paganine, Joseana. Há 40 anos, ditadura impunha Pacote de Abril e adiava abertura política. *Agência Senado*, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/31/ha-40-anos-ditadura-impunha-pacote-de-abril-e-adiava-abertura-politica. Acesso em: 19 jul. 2024.

Não escreva no livro.

Diretas Já

Com base no que foi estudado anteriormente, é possível observar que o processo de abertura do regime foi institucionalmente tutelado pelo governo dos militares. A importância do movimento das Diretas Já está relacionada ao empoderamento da população civil, que atuou como catalisador para o fim do regime militar, acelerando o processo planejado pelos governantes.

O estopim para essa organização popular foi o assassinato do jornalista Vladimir Herzog (1937-1975) nas dependências do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), um órgão de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime militar.

Herzog era diretor de jornalismo da TV Cultura e se apresentou, de modo espontâneo, no prédio do governo, quando lhe foi solicitado dar explicações sobre sua atuação no Partido Comunista Brasileiro. Dessa forma, muitos presenciaram sua cooperação em esclarecer os fatos. O jornalista foi encontrado morto nas instalações da cela onde estava preso, e a administração do local afirmou que ele havia cometido suicídio. Na época, a versão foi contestada, pois o corpo continha sinais de tortura. O episódio tornou-se símbolo da resistência por apresentar indícios de falsidade.

A notícia da morte de Herzog mobilizou uma ampla frente pela democracia, reunindo, a princípio, estudantes e jornalistas em protestos contra a prisão ilegal, a tortura e o assassinato. A oposição ao governo, nesse momento, avolumou-se com a grande adesão popular, buscando as vias legais de atuação política, como os protestos pacíficos. A mobilização atingiu também outras organizações sociais populares, entre as quais clubes de mães, comitês de saúde e associações de moradores. O *slogan* "Pelas liberdades democráticas", além de denunciar o autoritarismo do governo militar, demonstrava a percepção da sociedade sobre a democracia.

Apesar de as pressões populares se intensificarem pelas vias legais em 1975, o governo militar ainda perduraria até 1985. Se pensarmos no tempo histórico, trata-se de um capítulo recente da história do Brasil e que evidencia muitas das fragilidades estruturais de nossa democracia.



Mauricio Simonetti/ Pulsar Imagens

Comício da campanha pelas Diretas Já na praça da Sé em São Paulo (SP). Foto de 1984.

Não escreva no livro.

CONSTITUIÇÃO DE 1988: AVANÇOS DEMOCRÁTICOS

O processo de retorno da democracia representativa no Brasil culminou na escrita de uma nova Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã, promulgada em 1988. Conforme visto nas unidades anteriores, a Carta foi elaborada com base na participação de diferentes movimentos sociais, de representantes dos diversos segmentos que compunham a sociedade brasileira, incluindo lideranças negras e dos povos indígenas.

Ela se caracteriza como um marco democrático no país, no qual, em um momento único na história do Brasil, os diversos setores da sociedade civil participaram da construção de uma Carta Magna.

Para aprofundar o debate sobre a Constituição Cidadã, leia os dois relatos a seguir. Ambos foram concedidos pelo **deputado constituinte** Bernardo Cabral (1932-) e revelam algumas de suas percepções a respeito da Constituição de 1988 em dois momentos históricos distintos.

deputado constituinte: deputado eleito para participar da Assembleia Constituinte, um colegiado reunido para debater e escrever a Constituição do país.

Texto 1

Os corredores do Congresso fervilhavam de pessoas. Nós tínhamos milhares de pessoas diariamente no Congresso, nos corredores, nos gabinetes, levando papéis, levando pareceres, levando opiniões.

Cabral, Bernardo. Constituição Cidadã, 30 anos: direitos, amarras e desafios. [Entrevista cedida a] Lilian Venturini. *Nexo Jornal*, São Paulo, 21 set. 2018. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/explicado/2018/09/21/Constitui%C3%A7%C3%A3o-cidad%C3%A3-30-anos-direitos-amarras-e-desafios. Acesso em: 19 jul. 2023.

Texto 2

ConJur – Que balanço o senhor faz desses 30 anos?

Bernardo Cabral – As Cassandras que diziam que a Constituição não duraria seis meses devem estar se revirando no túmulo. O que precisamos sentir nesses 30 anos é que se deve à Constituição não ter havido nenhuma crise política de ordem que mantivesse ou propiciasse uma ditadura. [...] Quando o senhor Collor foi apeado do poder, quem assumiu não foi uma junta, foi seu vice, Itamar Franco, que assumiu com a Constituição debaixo do braço. Quando a Dilma sofreu o *impeachment*, foi seu vice, Michel Temer, quem assumiu. Esta Constituição, com todos os seus defeitos, foi o que [...] permitiu que não houvesse um golpe de Estado.

Canário, Pedro. "Devemos à Constituição o fato de não ter havido golpes de Estado nestes 30 anos". *ConJur*, 12 out. 2018. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-out-12/entrevista-bernardo-cabral-relator-assembleia-constituinte/. Acesso em: 19 jul. 2024.



Governo Federal/Fotografia: ID/BR

Capa da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

INTERAÇÃO

1. **Pesquise imagens da Assembleia Constituinte de 1988 em publicações impressas e/ou digitais. Selecione a imagem que você considera a mais emblemática desse processo histórico e, em uma data combinada, traga uma cópia dela para mostrar aos colegas. Lembre-se de produzir uma legenda para a imagem, indicando local, evento retratado e data. Explique à turma por que você escolheu essa imagem e como ela se relaciona com o relato do texto 1.**
2. **O que significa a expressão "as Cassandras", usada no relato do texto 2?**
3. **Qual é a relação entre a crise da democracia e o relato do texto 2? Explique, no caderno, suas percepções e, depois, leia-as para os colegas.**

Não escreva no livro.

GUERRA FRIA

Após as duas guerras mundiais, isto é, depois de 1945, os Estados Unidos despontaram como grande potência capitalista e imperialista. Tendo se desenvolvido industrialmente, demonstraram seu poderio nuclear e militar com o lançamento das bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki no final da Segunda Guerra Mundial. Nesse conflito, o Exército Vermelho impôs uma dura derrota ao exército nazista alemão em solo russo e, posteriormente, na própria Alemanha, saindo como uma das nações vitoriosas daquele conflito. Assim, Estados Unidos e União Soviética foram os grandes vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, dando início, em seguida, à Guerra Fria, conflito assim denominado por não apresentar enfrentamentos militares diretos.

A Guerra Fria foi deflagrada pela disputa política entre as duas potências que representavam, de um lado, a estabilidade do capitalismo e, de outro, o avanço do socialismo. Em 1947, os Estados Unidos iniciaram o conflito difundindo uma denúncia contra a União Soviética, alegando a falta de liberdade no regime socialista e estabelecendo uma agressiva política de combate à suposta ameaça comunista em seu país e em outras regiões do mundo. A Guerra Fria só terminou em 1991, com o declínio da União Soviética e a queda do Muro de Berlim, que aconteceu em 1989.

Durante os mais de quarenta anos de Guerra Fria, as duas potências investiram na corrida armamentista e espacial, no armamento nuclear e no avanço tecnológico e militar, que inclusive resultou no desenvolvimento da internet e dos computadores, nas primeiras viagens na órbita da Terra e da Lua, no lançamento de satélites no espaço, entre outros eventos importantes.



Sovfoto/Universal Images Group/Getty Images

A corrida espacial foi um dos marcos da Guerra Fria, com o desenvolvimento de tecnologia que visava à exploração planetária pela União Soviética e pelos Estados Unidos. Na foto, a cápsula Vostok I sendo preparada para a viagem espacial do astronauta russo Yuri Gagarin realizada em 1961.



dpa/AFP/Getty Images

Jovens berlinenses comemoram a Queda do Muro de Berlim, na Alemanha, em novembro de 1989.



Neil A. Armstrong/NASA

Os astronautas Buzz Aldrin e Neil Armstrong estavam a bordo da espaçonave que fez a primeira viagem à Lua na Missão Apollo 11, lançada pelo programa espacial estadunidense. Na foto, Buzz Aldrin saúda a bandeira dos Estados Unidos hasteada na superfície lunar. Foto de 1969.

Disputa pelo poder: Estados Unidos e União Soviética

REFLEXÃO

Era dos extremos

O livro do historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*, publicado em 1994, aborda temas que marcaram o século XX, do início da Primeira Guerra Mundial até o fim da União Soviética. No trecho a seguir, o historiador aborda a Guerra Fria.

A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, "a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida" [...]. A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade. [...] À medida que o tempo passava, mais e mais coisas podiam dar errado, política e tecnologicamente, num confronto nuclear permanente baseado na suposição de que só o medo da "destruição mútua inevitável" (adequadamente expresso na sigla MAD, das iniciais da expressão em inglês – *mutually assured destruction*) impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização. Não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 224.

1. **Por que o autor sugere que a Guerra Fria poderia ser encarada como uma Terceira Guerra Mundial?**
2. **Segundo Hobsbawm, qual é a característica marcante da Guerra Fria?**

Não escreva no livro.

Polarização ideológica

Para fortalecer o eixo capitalista, em 1947 os Estados Unidos promoveram a **Doutrina Truman**, anunciando que interviriam em qualquer país sob influência comunista. Dessa forma, vários golpes de Estado ocorreram em países da América Latina, a partir da década de 1960, com o auxílio e o financiamento dos Estados Unidos, resultando em ditaduras civis-militares. No plano interno, os Estados Unidos levaram adiante uma política de perseguição aos suspeitos de alinhamento com ideias comunistas, chamada de **macarthismo**, nome em referência ao senador Joseph McCarthy (1908-1957), que criou o órgão responsável pela investigação, vigilância e punição dos comunistas, considerados inimigos internos da nação. Em decorrência dessa política, várias pessoas foram cassadas, presas, expulsas do país, impedidas de arrumarem empregos, incluindo artistas, intelectuais, funcionários públicos, entre outros. O macarthismo se baseava em delações, muitas delas eram transmitidas pela televisão com o objetivo de formar a opinião pública.

A União Soviética, por sua vez, ofereceu apoio a diversos países que implantaram o socialismo no Leste Europeu (como Hungria, Tchecoslováquia, Romênia, Polônia, Alemanha Oriental), na Ásia (Coreia do Norte, China e Vietnã) e na América (Cuba). Além disso, apoiou diversos movimentos anticoloniais de libertação nacional na África e na Ásia, impondo grande resistência ao poderio dos países do bloco capitalista.

No contexto da Guerra Fria, o avanço do comunismo foi um risco para o bloco capitalista, principalmente com a Revolução Chinesa em 1949, que estabeleceu a República Popular da China, que vigora até hoje; com a Revolução Cubana, em 1959, que implantou um regime socialista que perdura ainda na atualidade e representou uma ameaça à hegemonia dos Estados Unidos na América Latina; com a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, em 1975, pela guerrilha organizada pelos *vietcongs* da porção norte do país, de tendência socialista; e com as independências das colônias portuguesas na África, de Angola e Moçambique, também em 1975, conquistadas por grupos de orientação comunista, apoiados pela União Soviética e pela China.

Cabe destacar que, nesse período, mesmo nos países capitalistas, a influência comunista e a crítica ao capitalismo se fizeram presentes. A sociedade estadunidense foi profundamente abalada por diversos tipos de manifestações culturais, sociais e políticas que criticavam a interferência do país em outras regiões do mundo e sua atuação na Guerra do Vietnã, e o impacto do capitalismo na vida das pessoas, por meio do movimento feminista, do movimento negro, do movimento de contracultura e do movimento *hippie*, entre outros. Foi intensa também a mobilização de estudantes e de organizações comunistas na Europa, na América Latina e nos Estados Unidos na época da Guerra Fria.



Minnesota Historical Society/Corbis/Getty Images

O movimento *hippie* surgiu nos Estados Unidos na década de 1960. Os *hippies* defendiam uma sociedade mais libertária e se posicionaram politicamente sobre várias questões no período, especialmente contra a Guerra do Vietnã. Na foto, *hippies* durante um concerto em Minnesota, nos Estados Unidos. Foto de 1967.

ATIVIDADES

1 **Leia o texto a seguir e, depois, faça o que se pede.**

Em 1911, Robert Michels publicava a primeira edição de *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*, obra que se tornou um marco incontornável do debate acerca das potencialidades e limites da democracia. No livro – que teria uma segunda edição publicada em 1925, revisada e bastante ampliada em relação à primeira [...] –, Michels aponta que qualquer organização social de maiores dimensões (não só os partidos) tende a se converter em uma oligarquia, passando a ser governada por uma reduzida camada de dirigentes, que se afasta dos interesses da massa a quem deveria representar. Independentemente dos objetivos declarados pela organização, da forma de funcionamento interno, das características do ambiente ou das idiossincrasias de seus líderes, a prática da democracia interna se torna mais difícil quanto maiores forem a dimensão e o êxito alcançados pela agremiação.

RIBEIRO, Pedro Floriano. A lei da oligarquia de Michels: modos de usar. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 179, jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/pwLhYN799tMvmd337mdLQTR/?format=pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

a) Há relações entre a tese de Robert Michels (1876-1936) e a do sociólogo Cláudio Couto, que você estudou neste capítulo? Explique.

b) Com base em seus conhecimentos, debata com a turma como a oligarquização de uma democracia, como a brasileira, poderia ser evitada ou revertida.

2 **As eleições de governadores e senadores, durante a ditadura civil-militar, tinham características semelhantes às das eleições realizadas atualmente? Explique utilizando itens do conjunto de medidas proposto pelo governo militar.**

3 **Acesse o *site* da Câmara dos Deputados (disponível em: https://www.camara.leg.br/entenda-o-processo-legislativo/; acesso em: 26 set. 2024), assista ao vídeo da página e observe o organograma. Em seguida, forme dupla com um colega e, juntos, escrevam um resumo do processo de elaboração de uma lei no Poder Legislativo atual.**

4 **Leia o trecho da entrevista concedida pela deputada constituinte Rose de Freitas ao Serviço de Arquivo Histórico do Senado Federal.**



Pedro França/Agência Senado

Ex-deputada e ex-senadora Rose de Freitas. Foto de 2022.

Entrevistadora – Apesar de ser chamada de Constituição cidadã, a senhora, então, não a vê assim? Ao longo desses 30 anos, a senhora acha que os direitos conseguidos foram diminuídos?

Senadora Rose de Freitas [...] – Não, eu quero dizer o seguinte: a Constituição cidadã existe. Ela é pormenorizada. A Constituição brasileira é uma Constituição cidadã. Ela existe, ela entra em detalhes dos direitos individuais, mas se esquecendo de muitas outras coisas. [...]

Digo que ela precisa avançar porque eu acho... Por exemplo, eu entrei no processo constituinte com uma mentalidade profundamente estatizante. Hoje, eu vejo que o Brasil não pode ser assim. Então, é importante que a gente entenda que os direitos de cada um também estão incluídos dentro de uma plataforma de construção de um Brasil mais desenvolvido, para que todos possam usufruir da renda e do trabalho com toda a dignidade pessoal.

Então, garantir que cada um tenha seu direito respeitado é muito certo; nisso não temos de mexer. Nós temos até de avançar na questão do gênero da mulher. Mas, em relação ao capital e ao trabalho, por exemplo, nós temos de melhorar bastante. O Brasil pretende evoluir e se desenvolver. Que esse desenvolvimento

Não escreva no livro.

possa estar ao alcance de todos os brasileiros. Nós vimos recentemente que cinco grandes empresários brasileiros detêm uma fortuna que corresponde àquilo que têm milhões de brasileiros.

Então, é preciso uma Constituição que resguarde direitos, qualidade de vida, direitos do cidadão e desenvolvimento, para se promover a democracia da renda no País.

Brasil. Senado Federal. *Entrevista completa senadora Rose de Freitas.* Brasília, DF, 6 abr. 2018. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/historiaoral/fichas-tecnicas/senadores/institucional/arquivo/entrevista?grupo=senadores&id=rose-de-freitas. Acesso em: 19 jul. 2024.

a) Quais críticas a deputada constituinte faz à Constituição Cidadã?

b) Quais elementos ela acredita que precisam ser mais bem conduzidos?

c) Ao final do trecho, Rose de Freitas apresenta um retrato da desigualdade econômica no Brasil atual. Como você analisa o contexto citado por ela, com base no que estudou nas unidades anteriores e em suas percepções sobre esse tema?

d) De que modo a Constituição pode contribuir para melhorar e eventualmente solucionar essas questões? Para responder, elabore um texto em seu caderno. Escolha o gênero que mais se adapta ao que você quer explorar. Se necessário, consulte também o professor de Língua Portuguesa. Em uma data combinada, compartilhe seu texto com os colegas.

5 (Enem)

No sistema democrático de Schumpeter, os únicos participantes plenos são os membros de elites políticas em partidos e em instituições públicas. O papel dos cidadãos ordinários é não apenas altamente limitado, mas frequentemente retratado como uma intrusão indesejada no funcionamento tranquilo do processo "público" de tomada de decisões.

Held, D. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paideia, 1987.

O modelo de sistema democrático apresentado pelo texto pressupõe a:

a) consolidação da racionalidade comunicativa.

b) adoção dos institutos do plebiscito e do referendo.

c) condução de debates entre cidadãos iguais e o Estado.

d) substituição da dinâmica representativa pela cívico-participativa.

e) deliberação dos líderes políticos com restrição da participação das massas.

6 (Unimontes)

À medida que, a partir dos anos 70, amplia-se uma cultura democrática no Brasil, que os movimentos sociais, junto com outros setores democráticos, vão arrombando as portas da ditadura, o Estado torna-se lentamente permeável à participação de novos atores sociais. O Estado brasileiro, tradicionalmente privatizado pelos seus vínculos com grupos oligárquicos, vai lentamente cedendo espaço, tornando-se mais permeável a uma sociedade civil que se organiza, que se articula, que constitui espaços públicos nos quais reivindica opinar e interferir sobre a política, sobre a gestão do destino comum da sociedade. A radicalização da democracia não significa apenas a construção de um regime político democrático, mas também a democratização da sociedade e a construção de uma cultura democrática. Esse é ainda um desafio.

Adaptado de Carvalho, Maria do C. A. A. *Participação social no Brasil hoje*. Disponível em: http://www.polis.org.br/obras/arquivo_169.pdf. Acesso em maio 2011.

Considerando o texto e essa conjuntura, analise as afirmativas, tendo em vista o significado da participação social:

I. Participar da gestão dos interesses coletivos significa participar do governo da sociedade, disputar espaço no Estado e no mercado, nos espaços de definição e execução das políticas públicas.

II. Os movimentos sociais têm, apesar das limitações e precariedades, construído contrapartidas que colocam num outro patamar de dignidade e respeito setores excluídos da sociedade, rompendo as fronteiras dos espaços onde têm sido confinados.

III. Ampliar a tolerância, o respeito democrático pelo diferente, eliminar as segregações raciais, de gênero, de opção sexual, entre outras, é o resultado da incidência de práticas participativas que constroem e modificam os valores sociais.

IV. Participar significa questionar o monopólio do Estado como gestor da coisa pública, construir espaços públicos não estatais, abrir caminhos para o aprendizado da negociação democrática e afirmar a importância do controle social sobre o Estado.

Estão corretas as afirmativas:

a) II, III e IV, apenas.

b) I, II e III, apenas.

c) I, III e IV, apenas.

d) I, II, III e IV.

AMPLIANDO

SOBERANIA DO POVO

Um dos grandes pressupostos de sociedades democráticas é o protagonismo atribuído à população, no que se refere à forma como o poder político se constitui e à sua legitimidade. Não por acaso, o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal de 1988 determina que "todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

O texto a seguir, de autoria do filósofo alemão Jürgen Habermas (1929-), comenta o papel protagonista do povo.

> […] A opinião pública, transformada em poder comunicativo segundo processos democráticos, não pode "dominar" por si mesma o uso do poder administrativo; mas pode, de certa forma, direcioná-lo.
>
> O conceito de soberania do povo resulta da apropriação e da conversão republicana da ideia de soberania, oriunda dos tempos modernos, e que inicialmente era ligada ao governo absolutista. O Estado, que monopoliza os meios da aplicação legítima da força, é tido como uma concentração de poder, capaz de sobrepujar todos os demais poderes deste mundo. Rousseau transpôs essa figura de pensamento, que remonta a Bodin, para a vontade do povo unido, diluiu-a com a ideia de autodomínio de pessoas livres e iguais e a integrou no conceito moderno de autonomia. Porém, apesar desta sublimação normativa, o conceito de soberania manteve a ideia de uma incorporação no povo (que, no início, se encontrava presente fisicamente). Ao passo que, na interpretação republicana, o povo, que deve estar presente ao menos virtualmente, é o titular de uma soberania que não pode ser delegada por princípio, ou seja, o povo não pode deixar-se representar em sua qualidade de soberana. O poder constituinte baseia-se na prática de autodeterminação das pessoas privadas, não na de seus representantes. O liberalismo contrapõe a isso uma ideia mais realista, segundo a qual, no Estado democrático de direito, o poder do Estado, que emana do povo, é exercitado "em eleições e convenções e através de órgãos especiais da legislação, do poder executivo e do judiciário" […].
>
> HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia*: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2. p. 23-24.

sublimação: forma de transformar um impulso em algo socialmente aceito.



Ricardo Stuckert/PR

Ato durante a Marcha das Margaridas em Brasília (DF). Foto de 2023. A Marcha das Margaridas, que ocorre desde o ano 2000, é uma manifestação de trabalhadoras rurais pela melhoria das condições de trabalho e pela garantia de seus direitos. Manifestações, marchas e atos públicos são formas constitucionalmente protegidas pelas quais o povo reivindica sua soberania e pressiona as instituições políticas pelo cumprimento da vontade popular.

Não escreva no livro.

Nelson Almeida/AFP/Getty Images



De forma emergencial, foram criados abrigos provisórios com recursos federais, estaduais e municipais para atender às pessoas desabrigadas ou desalojadas após as fortes chuvas e os alagamentos no Rio Grande do Sul. Na foto, abrigo provisório em Porto Alegre (RS). Foto de 2024.

Para aprofundar o debate sobre as ideias de Habermas e observar as tensões entre os interesses coletivos e os interesses individuais, leia um trecho do texto escrito por um comentador de Habermas, Jorge Adriano Lubenow, professor de Filosofia da Universidade Federal do Piauí.

A concepção de política deliberativa é uma tentativa de formular uma teoria da democracia a partir de duas tradições teórico-políticas: a concepção de autonomia pública da teoria política republicana (vontade geral, soberania popular), com a concepção de autonomia privada da teoria política liberal (interesses particulares, liberdades individuais). Ela pode ser concebida, simultaneamente, como um meio-termo e uma alternativa aos modelos republicano e liberal. [...] No entanto, embora o tema geral seja o mesmo, há diferentes visões de democracia deliberativa, que conferem diferentes níveis dos processos democráticos, e modos diferentes de compreender as fronteiras entre a autonomia privada e autonomia pública. Embora não possamos prestar contas aqui das diferenciações internas pormenorizadas dessas diferentes compreensões, há, por um lado, autores que buscam reformular internamente elementos do modelo liberal de democracia, e por outro lado, há aqueles que refutam o paradigma liberal apresentando novas alternativas. [...] Mas, diferentemente de quem rejeita veementemente a tradição liberal, Habermas ainda busca conciliar as tradições liberal e republicana. No entanto, se a teoria deliberativa é uma alternativa frente aos modelos liberal e republicano, o que ela introduz de novo? O modelo deliberativo pode "fazer a diferença"? [...]

Lubenow, Jorge Adriano. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 51, n. 121, p. 231-232, jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/kr/a/L5Y3JWsfhpGzp4bHpw5G8gF/?lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2024.

1 **Com base nos trechos que você leu, reflita e responda: Que diferenciação Habermas estabelece entre as perspectivas republicana e liberal, no que se refere à forma pela qual a soberania do povo se concretiza?**

2 **Como visto anteriormente, a Constituição Federal de 1988 foi elaborada no contexto de redemocratização do Brasil após o regime ditatorial militar. Qual é a importância da garantia constitucional de soberania do povo nesse contexto?**

3 **Como você relaciona os dois contextos registrados nas fotos desta seção, tendo como base o pensamento de Habermas?**

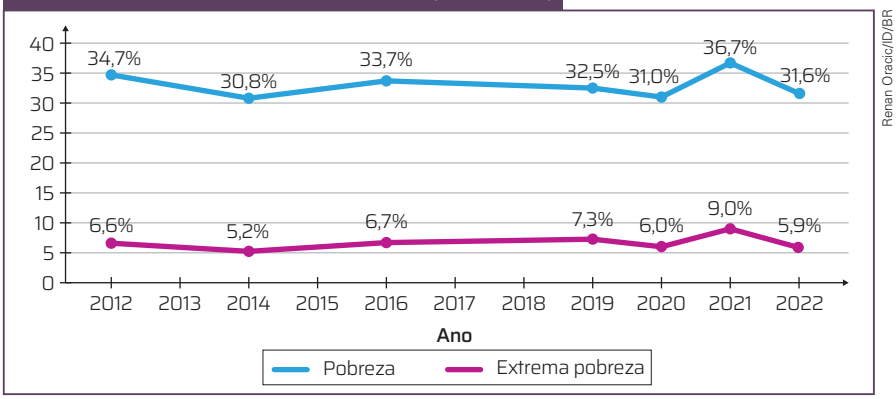
4 **Em sua opinião, o povo é realmente soberano no Brasil atual? Explique.**

Não escreva no livro.

OS MOVIMENTOS POPULARES

1. Os gráficos a seguir evidenciam o desrespeito a quais direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988?
2. Você vivencia, já vivenciou ou conhece pessoas que vivenciam o desrespeito a algum desses direitos? Como isso pode prejudicar a vida dessas pessoas? Compartilhe suas impressões com a turma.
3. Quais medidas você acha que poderiam ser tomadas para solucionar os problemas sociais apresentados nos gráficos? Elabore uma lista coletiva de ações com a turma.

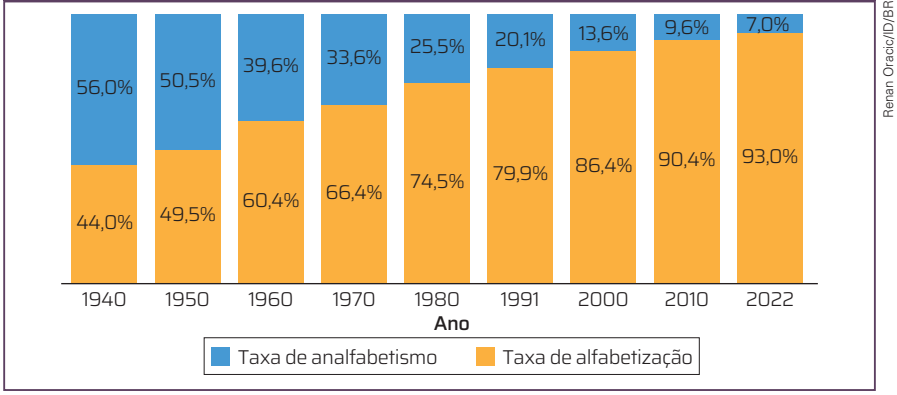
BRASIL: POBREZA E POBREZA EXTREMA (2012-2022)



Renan Oracic/ID/BR

Fonte de pesquisa: Gomes, Irene. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. *Agência IBGE Notícias*, 6 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL: TAXA DE ALFABETIZAÇÃO E DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS EM PORCENTAGEM (1940-2022)



Renan Oracic/ID/BR

Fonte de pesquisa: Nery, Carmen. Censo 2022: taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem. *Agência IBGE Notícias*, 17 maio 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=Dados%20do%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%20de,foi%20de%207%2C0%25. Acesso em: 22 jul. 2024.

De acordo com o capítulo anterior, para o filósofo Jacques Rancière e para o cientista político Cláudio Couto, os movimentos populares são essenciais para a transformação das estruturas de uma sociedade. Como a tendência das classes que ocupam o poder é se manter nele, realizando a manutenção institucional de suas posições, cabe às organizações populares reivindicar medidas que assegurem a proteção de suas liberdades e o acesso a seus direitos, conforme defendido também por Jürgen Habermas. Dessa maneira, organizar-se para reivindicar transformações também é uma forma de participar da política em uma democracia.

A Carta Magna de 1988 assegura uma série de **direitos sociais** que, na prática, ainda não são a realidade de uma parte considerável da população brasileira.

Não escreva no livro.

ÉTICA E MOVIMENTOS POPULARES

A situação apresentada na página anterior aborda alguns dos direitos sociais garantidos pela Constituição Cidadã que ainda não são acessíveis para muitos brasileiros. Trata-se de um problema complexo, que tem dimensões materiais, uma vez que os indivíduos são materialmente prejudicados pela falta de políticas que garantam os direitos sociais a todos os cidadãos, e ideológicas, pois envolve questionamentos relacionados à política e à ética, entre outras áreas. Uma das respostas da sociedade ao desrespeito aos direitos sociais assegurados pela Constituição é a organização de movimentos sociais que pressionam as instituições a empreender mudanças estruturais, conforme analisado no caso do movimento Diretas Já.

Nas Ciências Humanas e Sociais, há um campo de estudo denominado **ético-político**, em que os pesquisadores se dedicam a analisar questões que se relacionam simultaneamente com a ética e com a política e refletir sobre essas questões. Justiça, igualdade, liberdade e solidariedade são alguns dos valores éticos que guiam nossa sociedade; portanto, uma pergunta que pode ser respondida por intelectuais desse campo é: As políticas do Estado brasileiro garantem que todos os cidadãos possam acessar níveis igualitários de justiça e liberdade?

O filósofo estadunidense John Rawls (1921-2002) é considerado um dos principais pensadores da ético-política, especialmente acerca dos conceitos de justiça e de direitos dos povos. Já o sociólogo francês Alain Touraine (1925-2023) dedica-se ao estudo dos movimentos sociais na sociedade contemporânea, principalmente nas comunidades ocidentais que vivenciaram as Revoluções Industriais. No texto a seguir, a cientista política brasileira Maria Gohn (1947-) mobiliza conceitos desses dois pensadores para apresentar definições sobre os movimentos sociais.

[...] Nós os encaramos [os movimentos sociais] como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas [...]. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. [...]



Visual Generation/Shutterstock.com/ID/BR

[...] Concordamos com antigas análises de [Alain] Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em "fazeres propositivos".

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. [...] Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 335-336, maio/ago. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

INTERAÇÃO

1. Quais características da imagem você consegue relacionar com a definição de movimento social proposta por Gohn? Comente suas percepções com os colegas.

A QUESTÃO AGRÁRIA

Durante a Assembleia Constituinte que deu origem à Carta Magna de 1988, os movimentos que defendiam a reforma agrária foram essenciais para popularizar o debate sobre ela, uma reivindicação no Brasil que começou a dar seus primeiros passos no período da abolição, no final do século XIX.

A questão fundiária em nosso país, no entanto, tem suas origens ainda no período colonial, como analisado na unidade anterior. Desde que Portugal instaurou seu projeto de colonização na América, os povos indígenas que ocupavam o território foram expulsos, perseguidos e, muitas vezes, assassinados. Assim, a luta das comunidades indígenas pelo reconhecimento institucional da posse de suas terras é um fato constante na história do Brasil.

O início do período colonial também foi marcado pela distribuição de latifúndios a alguns poucos nobres, as capitanias hereditárias. Com o fracasso desse modelo, as capitanias foram divididas em sesmarias e doadas a empresários que estavam dispostos a viver no chamado Novo Mundo. Ainda assim, considerando a extensão territorial das sesmarias, eram áreas muito vastas.

Desde então, a posse de latifúndios por pequenos grupos, a chamada oligarquia agrária, se consolidou como estrutura fundiária no Brasil. De acordo com o Censo Agropecuário, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Em 2017, havia 2 mil latifúndios no Brasil. Juntos, eles ocupavam uma área superior a 44,8 milhões de metros quadrados.

Propriedades rurais com:

- até 50 hectares (equivalentes a 500 mil metros quadrados ou 70 campos de futebol)
- 81,3% dos estabelecimentos agropecuários
- 12,8% das terras produtivas

- com mais de 10 mil hectares (equivalentes a 14 mil campos de futebol ou mais)
- 0,04% das propriedades rurais do país
- 14,8% das terras produtivas

ID/BR

Fonte de pesquisa: IBGE. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

A posse de grandes extensões de terras por poucas pessoas implica a diminuição do acesso à terra pela população historicamente pobre, que não tem condições de comprar terrenos dos grandes proprietários.

A concentração de terras nas mãos de um pequeno grupo também envolve questões sociais e ambientais, como a escolha dos produtos que serão produzidos, se esses produtos serão para o consumo interno ou para a exportação, as áreas que serão desmatadas, o salário dos trabalhadores dessas grandes extensões de terras, entre outras.

Apesar de, atualmente, existirem legislações que protegem os trabalhadores rurais e as áreas verdes do país, a fiscalização do governo enfrenta problemas devido às grandes extensões das propriedades rurais.

Não escreva no livro.

Movimentos pelo acesso à terra

No início do capítulo, foram analisados dados sobre pobreza e taxas de alfabetismo e analfabetismo. Esses aspectos sociais se relacionam, de diferentes formas, à questão do acesso à propriedade da terra. Ter moradia digna, acesso a escolas nas proximidades de onde se vive e acesso a alimentos variados e de qualidade integram, de modo direto ou indireto, os direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988.

As classes políticas brasileiras, contudo, muitas vezes agiram de maneira contrária aos anseios da maioria da população, optando pela manutenção das estruturas que dão base e sustentam a continuidade das desigualdades sociais entre os brasileiros. Mas a população civil, por sua vez, também se organiza para reivindicar ações efetivas que resultem na justiça social, conceito essencialmente relacionado aos direitos humanos, os quais alegam que nenhum ser humano deve ter uma vida sub-humana.

No Brasil, a luta pela reforma agrária integrou até mesmo organizações da Igreja católica, principalmente aquelas ligadas à teologia da libertação, uma corrente do pensamento católico que propõe a reflexão sobre os ensinamentos de Jesus Cristo, visando à libertação das injustiças econômicas, políticas e sociais. Trata-se de uma corrente que surgiu na década de 1970, na América Latina, e teve grande repercussão nas organizações campesinas brasileiras, mesmo durante o regime militar.

Leia a seguir a análise da cientista política brasileira Rossana Rocha Reis sobre o tema.

> A conexão que foi sendo construída, a partir da atuação da Igreja, entre o Estado autoritário e a violência cometida contra os camponeses no Brasil e a caracterização dos conflitos rurais utilizando a linguagem de direitos humanos permitiram aos diversos grupos [...] furar o bloqueio construído pelo Estado e construir uma base de apoio não apenas através do contato com ONGs transnacionais ligadas à Igreja Católica, como também junto a organizações de direitos humanos locais e transnacionais. A atenção dessas últimas já estava em grande parte voltada para a América Latina entre os anos 1970 e 1980, mas até então ela era dirigida primordialmente ao problema das perseguições políticas dos regimes autoritários. O ativismo da Igreja, sobretudo no Norte e Nordeste, deu impulso à criação de diversas associações de proteção aos direitos humanos, a partir da constatação dos altos níveis de violência e impunidade presentes nos conflitos rurais no Brasil. [...]
>
> Reis, Rossana Rocha. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 86, p. 109, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/ZHct3GQN5bWGLcvzvTMmk4n/?lang=pt. Acesso em: 19 jul. 2024.

INTERAÇÃO

1. **Retome o esquema do tópico "A questão agrária" e, em seguida, responda: Como Rossana Reis relaciona os movimentos pelos direitos humanos à luta pelo acesso à terra?**
2. **Que relação você consegue estabelecer entre a situação exposta no esquema sobre latifúndios e o texto de Rossana Reis?**
3. **No município onde você mora, como são organizadas as propriedades rurais? Elas são consideradas latifúndios ou pequenas propriedades? Pesquise, em publicações impressas e/ou digitais, algumas características dessas propriedades e, depois, compartilhe suas descobertas com a turma.**

Não escreva no livro.

Principais movimentos organizados

Conforme analisado nas unidades anteriores, os movimentos pelo acesso à terra no Brasil se iniciaram com os povos indígenas, as primeiras comunidades excluídas da posse do território, antes mesmo da consolidação da ideia do Brasil como um Estado.

Os movimentos dos povos indígenas se organizam de diversas formas e em diferentes frentes, de acordo com suas tradições: organizações locais, instituídas em cada aldeia ou pela união de um grupo de aldeias; organizações interestaduais, como mostra a imagem **1**; organizações transnacionais, ou seja, aquelas que extrapolam as fronteiras nacionais.

As comunidades de remanescentes quilombolas que ocupam áreas rurais também se organizam para buscar o reconhecimento de seus territórios, pois, assim como os povos indígenas, ocupam determinadas terras há séculos e, por isso, têm direito de propriedade sobre elas.

Atualmente, existem movimentos locais e nacionais para que as terras de comunidades ribeirinhas e caiçaras também sejam reconhecidas e a posse seja garantida a elas, uma vez que ocupam imediações de determinados rios e praias há gerações. Conheça um desses movimentos na imagem **2**.

Além do reconhecimento da posse de territórios tradicionalmente ocupados, há também movimentos organizados por trabalhadores rurais. Trata-se de um dos grupos mais vulneráveis em nossa sociedade, pois habitam regiões menos povoadas e mais isoladas, com menos infraestrutura que os centros urbanos e menos fiscalizações trabalhistas, podendo se tornar vítimas de trabalhos análogos à escravidão.

Historicamente, o Brasil, desde o período colonial, é um grande exportador de produtos agrícolas. Paradoxalmente, apesar de o trabalhador rural ser aquele que lida com a terra para produzir esses produtos, ele dificilmente tem a posse das terras, inclusive para moradia, o que o torna ainda mais dependente dos latifundiários. Uma maneira de reivindicar a reforma agrária e fortalecer a ação política desse grupo foi a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, no contexto de abertura política. Trata-se de um dos movimentos sociais mais significativos do Brasil atual, como mostra a imagem **3**.

1



Adriano Machado/Reuters/Fotoarena

Indígenas em frente ao Congresso Nacional exigem demarcação de terras, em Brasília (DF). Foto de 2024.

2



Arquivo/Câmara Municipal de Ilhabela

Criação do Conselho Municipal das Comunidades Tradicionais, em Ilhabela (SP) , por meio da Lei n. 1 384, de 30 de setembro de 2019. Foto de 2019.

3



Marcia Minillo/Olhar Imagem

Estudantes da Escola Popular Luis Ferreira no assentamento do MST Marielle Vive, em Valinhos (SP). Foto de 2023.

Não escreva no livro.

Movimentos no contexto urbano

Além dos movimentos sociais no contexto rural, há também movimentos sociais nas áreas urbanas brasileiras, que surgiram com o desenvolvimento dos centros urbanos. Como no Brasil não existe uma tradição significativa em relação ao planejamento das cidades, embora isso seja facilmente observável em cidades como Brasília (DF), Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR), entre outros municípios, a maioria dos centros urbanos foi crescendo desordenadamente à medida que passou a concentrar as principais atividades econômicas de uma região ao longo do tempo.

Esses processos de crescimento variam conforme a região e o setor ou os setores econômicos em desenvolvimento. O que há em comum nesses processos é que o aumento populacional não acompanha o crescimento da infraestrutura, como vias pavimentadas e seguras, oferta de água potável e esgoto encanado, coleta de lixo, transporte público de qualidade e moradias dignas.

À medida que mais trabalhadores se deslocam para as áreas que concentram as oportunidades de emprego, aumenta também a procura por imóveis nessas regiões, que, em razão da demanda, se tornam mais caros. Por causa do alto custo dos imóveis, os recém-chegados passam a procurar habitações mais distantes desses centros, dependendo mais dos meios de transporte para chegar ao trabalho ou se submetendo a moradias improvisadas ou inseguras.

Com essa conjuntura, os movimentos urbanos de maior adesão costumam ser aqueles que reivindicam moradia digna, direitos trabalhistas e melhorias no transporte público. Há também movimentos pela ampliação da oferta de saúde, educação e segurança, demanda relativa à infraestrutura que nem sempre é garantida às regiões periféricas, ferindo os direitos sociais assegurados pela Constituição.

Nesta e na próxima página, vamos conhecer as temáticas dos movimentos urbanos de diferentes cidades do Brasil e também do mundo, assim como suas principais reivindicações, que vão desde questões sobre infraestrutura, como as discutidas neste texto, até questões constitucionais, especialmente sobre os direitos sociais. Note que os protestos são um dos principais mecanismos de ação desses movimentos. Por se tratar de áreas urbanas, essas reivindicações causam mais impacto, forçando o governo a agilizar negociações para normalizar os fluxos de pessoas na cidade e também para conter os manifestantes.

1



Jardiel Carvalho/Folhapress

Manifestação organizada pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento na tarifa do transporte público, em São Paulo (SP). Foto de 2024.

2



Eduardo Matysiak/Ato Press/Folhapress

Professores protestam na Assembleia Legislativa do Paraná contra o projeto de privatização das escolas públicas, em Curitiba (PR). Foto de 2024.

Não escreva no livro.

3



Claudio Bresciani/TT News Agency/AFP/Getty Images

A ativista sueca Greta Thunberg (2003-) discursa sobre mudanças climáticas durante passeata na Suécia. Foto de 2024.

4



Benoit Tessier/Reuters/Fotoarena

Manifestantes pró-democracia na França. Na faixa, lê-se, em tradução livre "Contra a extrema-direita, na rua e nas urnas". Foto de 2024.

5



Willie Siau/SOPA Images/LightRocket/Getty Images

Manifestantes com guarda-chuvas participam da Marcha Global Antitotalitarismo em Hong Kong. Foto de 2019.

6



Julio Pacheco Ntela/AFP/Getty Images

Manifestantes protestam contra o aumento dos preços dos combustíveis em Luanda, capital da Angola. Foto de 2023.

7



Jim Vondruska/Getty Images

Manifestantes do movimento negro protestam contra o assassinato de uma mulher negra pela polícia, em Chicago, nos Estados Unidos. Na faixa , lê-se, em tradução livre "Justiça para Sonya Massey". Foto de 2024.

8



Brian Ongoro/Getty Images

Ativistas exigem justiça e responsabilização das autoridades diante do aumento de feminicídio no município de Kisumu, no Quênia. Foto de 2024.

INTERAÇÃO

1. Você conhece algum movimento social? Já participou ou participa de algum? Comente sua experiência com a turma.
2. Algum dos movimentos representados apresenta causas que você apoiaria? Explique.

Não escreva no livro.

CIBERATIVISMO

A organização é uma etapa essencial para as ações dos movimentos sociais. Geralmente, ela ocorre durante reuniões entre os membros, após um período de estudos realizados pelas pessoas envolvidas acerca da questão que será reivindicada. Durante os atos públicos dos movimentos, mais grupos acabam se envolvendo, sendo atraídos pelas pautas coletivas ou por interesses particulares consonantes com os dos manifestantes. Trata-se de outra característica dos movimentos sociais que ocorrem nas cidades: como a circulação de pessoas é grande, os movimentos ficam expostos a mais cidadãos.



Pedro Ugarte/AFP

As redes sociais têm papel importante na organização de passeatas pelos movimentos sociais. Na foto, manifestantes egípcios agitam bandeiras de seu país na Praça Tahrir, no Cairo, em 2011.

A partir da década de 1990, com o advento da internet, surgiram outras modalidades de protestos, manifestações e a organização de movimentos sociais, que culminaram no uso das redes sociais digitais. Pela facilidade e pela rapidez de contatar pessoas e também de divulgar causas e eventos, as diferentes redes sociais e comunicadores de mensagens eletrônicas passaram a figurar como mecanismos para a manifestação de ideais, pautas e informações sobre o governo. Por meio de fóruns, grupos e comunidades, os manifestantes compartilham textos informativos, realizam debates e assembleias, organizando, assim, os movimentos, que podem chegar às ruas, à entrega de abaixo-assinados às autoridades e também a ações mais individuais, como boicote a marcas e/ou a produtos considerados danosos à sociedade.

Uma crítica feita a esse tipo de organização e manifestação é que nem sempre ele se desdobra em ações fora dos ambientes virtuais, ficando restrito à ação nas redes digitais. Nesse caso, os movimentos são chamados pejorativamente de "ativismo de sofá".

Há diversos cientistas sociais que estudam o fenômeno do **ciberativismo**. Conheça, a seguir, uma tipologia desse tipo de movimento.

> [Stefan] Wray (1998) classifica três formas de ativismo na internet: ativismo computadorizado, desobediência eletrônica civil e *hackeamento* politizado. O ativismo computadorizado é fruto de uma interseção entre movimentos sociais políticos com a comunicação mediada pelo computador. [...] O ativismo computadorizado em um nível mais profundo, isto é, para além do compartilhamento de informações e do diálogo entre ativistas, é a "infoguerra", na qual a internet é utilizada para incitar a ação em escala global.
>
> A desobediência civil eletrônica é uma forma de ação direta e descentralizada, no meio eletrônico, que promove o bloqueio virtual de *sites*. [...]
>
> Já o *hackeamento* politizado é uma forma de ação política diferente das anteriores, pois não envolve mobilização e participação. Ao contrário disso, depende do anonimato de seus membros e muitas vezes pode ser realizada individualmente. Outra diferença entre o *hacktivismo* politizado e a desobediência civil é que, enquanto esta última opera em áreas ambíguas da lei, o *hacktivismo* muitas vezes é inquestionavelmente ilegal [...]. [...]
>
> Alcântara, Lívia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 80-81, jun./set. 2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/22474/18888. Acesso em: 19 jul. 2024.

ATIVIDADES

1 **Retome os gráficos da abertura do capítulo e faça uma análise mais aprofundada deles, com base em pesquisas e em seus conhecimentos e percepções.**

a) Identifique as tendências de cada gráfico.

b) Depois, busque quais medidas estão sendo tomadas pelo governo atual em cada uma das áreas apresentadas. Você pode escolher uma dimensão do governo para realizar a pesquisa (municipal, estadual ou federal).

c) Verifique, por meio de publicações impressas e/ou digitais, se as medidas se efetivaram em melhorias para a sociedade, analisando as taxas mais recentes para o déficit de moradia, os índices de instrução da população e a porcentagem da população em extrema pobreza.

d) Reflita sobre a seguinte questão: A ação dos movimentos sociais voltados para questões como acesso à moradia digna, erradicação da fome e educação de qualidade ainda é necessária no Brasil? Considere as pesquisas e análises que você realizou para justificar sua resposta.

2 **Retome os movimentos sociais apresentados nos tópicos "Principais movimentos organizados" e "Movimentos no contexto urbano".**

a) Escolha um dos movimentos, de acordo com suas afinidades, e realize uma pesquisa sobre ele em publicações impressas e/ou digitais.

b) Selecione os materiais que mais evidenciam os objetos e projetos do movimento escolhido. Aproveite também para pesquisar imagens de ações do movimento e anotar as fontes de pesquisa.

c) Elabore uma dissertação a respeito do movimento investigado. Relate também sua opinião sobre ele e os motivos pelos quais você o escolheu para a pesquisa.

d) Leia seu texto para a turma e ouça os textos dos colegas, para conhecer melhor outros movimentos.

3 **(UFVJM)** Leia este texto.

A raiz da desigualdade social está na concentração de terras rurais nas mãos de poucas famílias ou empresas. Cerca de 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios, ou seja, tem mais de mil hectares e ocupam 56,7% das terras agricultáveis – de acordo com o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em outras palavras, a área ocupada pelos estados de São Paulo e Paraná juntos está nas mãos dos 300 maiores proprietários rurais, enquanto 4,8 milhões de famílias estão à espera de chão para plantar. Um dos exemplos do grau de concentração de terras em nosso país é a área de 4,5 milhões de hectares, localizada na Terra do Meio, coração do Pará, que o grupo CR Almeida, do empresário Cecílio do Rego Almeida, reivindica para si.

Fonte: Fabiana Vezzali – *Repórter Brasil*, jul. 2006.

Com base nesse texto, faça o que se pede.

a) Relacione esse tipo de propriedade e o problema da migração rural-urbano.

b) Identifique um reflexo social derivado da concentração de terras em nosso país.

4 **(UEL)** Leia o texto a seguir.

Uma parte considerável dos novos ativistas já compareceu a protestos e a encontros presenciais, mas há muitos que se manifestam exclusivamente na Internet sob a forma de textos, *hashtags* e vídeos. E o volume de informação produzido por eles sinaliza a centralidade que a política assumiu no dia a dia dos brasileiros.

(Adaptado de: Cirne, S. Somos todos ativistas. *Galileu*, abr. 2016. p. 41.)

As formas de ativismo *on-line* e *off-line*, no Brasil, demonstram a emergência, na sociedade civil, de novos atores políticos, que se articulam por meio de ações coletivas em rede. Com base no texto e nos conhecimentos sobre as recentes formas de mobilização dos atores da sociedade civil, assinale a alternativa correta.

a) As ações coletivas em rede podem ser comparadas aos movimentos sindicais brasileiros da década de 1970, por adotarem práticas de organização e de mobilização em defesa da esfera privada contra a opressão estatal.

b) As manifestações políticas organizadas em redes de movimentos caracterizam-se pela participação de diversos grupos e de múltiplos atores imersos na vida cotidiana, com militância parcial e efêmera.

c) O atual ativismo político no Brasil, a exemplo do mundo, mobiliza entidades e organizações ideologicamente unificadas e com práticas comuns no mercado, a fim de obter vantagens coletivas trabalhistas e salariais.

d) O ciberativismo, na contemporaneidade, envolve, como no passado, a mobilização das grandes classes e a afirmação do movimento operário como principal protagonista das transformações socioeconômicas.

e) Os sujeitos dos movimentos favoráveis às políticas neoliberais, na atualidade brasileira, organizam-se em rede para a defesa da intervenção e da regulação da economia e das relações de trabalho [...] pelo Estado.

Não escreva no livro.

5 **(UFJF)**



Antonio Junião, 2021

A situação apresentada na *charge* se refere:

a) Aos processos de desenvolvimento econômico pelos quais o Brasil tem passado que acaba com a exclusão social da população brasileira.

b) Ao crescimento das ações da extrema-direita no Brasil que têm fortalecido políticas inclusivas às minorias sociais.

c) Às Políticas Públicas praticadas pelo Governo Federal que fortalecem o homem do campo à frente do agronegócio.

d) Aos processos de luta dos movimentos sociais que fortaleceram uma visão plural e diversa do Brasil.

e) Às ações das Organizações não Governamentais (ONGs) nas ações de sócio-biopirataria e em defesa dos direitos dos povos da Amazônia.

6 **(Enem)**

O legado dos movimentos sociais dos anos 1970-80

Na mudança de regime político, que culminou com a Carta Constitucional de 1988, os movimentos sociais foram, sem dúvida, os grandes atores. Se tomarmos a Constituição de 1988 como o coroamento desse processo, no qual os movimentos sociais ocuparam a cena pública, vamos perceber que os valores democráticos nela inscritos são inéditos como experiência de sociedade, e não seria exagero dizer que a sociedade brasileira de antes de 1964 não se reconheceria na Carta de 1988, o que equivale a dizer que o processo vivido nesses anos recentes logrou estabelecer os fundamentos de uma nova sociedade marcada, especialmente, pelo reconhecimento dos direitos de cidadania que a sociedade passou a atribuir-se através dos seus movimentos.

Silveira, R. J. *Revista Mediações*, n. 1, jan.-jun. 2000 (adaptado).

Com base no texto, a ação dos atores sociais mencionados produziu o seguinte resultado:

a) Manipulação da memória nacional.

b) Subordinação do sistema judiciário.

c) Imposição dos discursos ideológicos.

d) Transformação da realidade histórica.

e) Destruição dos princípios tradicionais.

PRÁTICAS DE TEXTO

ESCRITA DE BIOGRAFIA

Proposta

Biografia é um tipo de texto que apresenta fatos relevantes da vida de uma pessoa que tenha se destacado socialmente por suas ações, ideias, habilidades, etc. Esse gênero textual também pode ser uma fonte de dados consistente para o estudo de determinado período histórico.

Público	Estudantes de outras turmas e de outra comunidade escolar.
Objetivo	Elaborar a biografia de uma pessoa.
Circulação	Comunidade escolar e redes sociais.

O trecho a seguir faz parte da biografia do jogador de futebol Sócrates (1954-2011). Além de sua relevância na história do futebol brasileiro, Sócrates teve um papel importante no movimento Diretas Já.

O Sócrates Brasileiro de Belém que toca o sino e a bola como raros. De costas, de calcanhar, ninguém jogou melhor que você. Como disse o velho amigo [...] "Sócrates é um artista: chamam de craque um cara que só tocava de costas; chamam de Doutor um médico que nem galinha operou".

Mas você, Magrão [Sócrates], não precisava de bisturi e de chuteira para ser um dos maiores craques e ídolos do Corinthians. Só o que fez com o Corinthians da Democracia na redemocratização do Brasil já era para bater palmas quando muitos batiam continência. Nunca tantos foram corintianos. Porque alguns poucos corintianos gritaram por uns tantos brasileiros que ficariam mais livres, mais leves, mais soltos. Mas você fez muito mais. Fez do Botafogo, da Ribeirão Preto de adoção, um senhor time. Capitaneou o Brasil que não ganhou a Copa de 1982, mas até hoje conquista corações pelo mundo com o respeito e o resgate ao que tem de mais bonito no futebol: o jogo jogado, não marcado; o futebol sem posições fixas, mas posicionamentos firmes; o jogo que, por definição, pede riscos.



Domicio Pinheiro/Estadão Conteúdo

Sócrates na época da Democracia Corinthiana, em 1982.

[...]

O que mais impressionava não era a campanha do Corinthians dentro de campo, e sim o que ocorria fora dele. Uma revolução estava em curso. Em menos de seis meses, Adilson Monteiro Alves [então presidente do clube], Sócrates e companhia conseguiram implantar um sistema de gestão até então inédito no futebol brasileiro, que quebrava uma série de paradigmas. O novo modelo partia do princípio de que o futebol, o mais democrático dos esportes, com torcedores de todas as classes sociais, deveria dar o exemplo e não ser administrado de forma arcaica, ditatorial, levando em conta a opinião de um ou outro dirigente. Se os militares, no poder desde 1964, haviam optado por uma abertura política "lenta, gradual e segura", os atuais dirigentes do Corinthians tinham pressa. Pressa para estabelecer uma nova filosofia dentro do clube, que consistia em uma série de concessões inéditas aos atletas, conquistadas pelo exercício mais elementar da democracia: o voto.

Não escreva no livro.

[...]

Os jogadores sabiam que, na prática, não poderiam levar ao pé da letra a retórica estampada na faixa confeccionada pela diretoria e levada ao campo pelos atletas para saudar a torcida: "Ganhar ou perder, mas sempre com Democracia." Era preciso ganhar – sempre –, ainda mais uma final contra um grande rival. Enquanto Sócrates e companhia seguissem conquistando títulos, a Democracia Corintiana seria o melhor dos modelos. Em 1984, a luta de Sócrates, porém, passaria a ser outra. Sobreviver ao assédio dos clubes estrangeiros e ficar no país. Num Brasil democrático.

[...]

Na noite do dia 25 de abril de 1984, enquanto o Corinthians entrava em campo, sem Sócrates, para enfrentar o Atlético Paranaense, no Morumbi, em São Paulo, o país se mobilizara para o grande acontecimento do ano: a votação da emenda Dante de Oliveira. A boa notícia no campo – o Corinthians venceu o jogo com dois gols de Casagrande e se classificou para pegar o Flamengo nas quartas de final – não se estendeu para a política: a emenda das Diretas era derrotada por falta de quórum (112 deputados não compareceram à votação) na Câmara Federal. Sócrates chorou de raiva e desabafou à imprensa. "[...] Na próxima a gente muda esse Congresso de surdos, cegos e mudos. A mobilização vai continuar [...]".

Cardoso, Tom. *Sócrates*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. *E-book*.

Planejamento e elaboração

1 **Defina sobre quem você vai escrever, peça autorização a essa pessoa e convide-a para uma entrevista, com o objetivo de coletar dados sobre a vida dela.**

2 **Elabore um questionário sobre a vida da pessoa biografada. Pergunte seu nome completo e peça a ela que conte onde e quando nasceu, onde passou a maior parte de sua vida e os pontos relevantes de sua trajetória.**

3 **Anote ou grave a entrevista para utilizar os dados obtidos na biografia. Além disso, pesquise dados históricos do período no qual se situam os fatos relatados pela pessoa biografada para contextualizar, em seu texto, o momento retratado.**

4 **A biografia deve conter estes elementos:**

- Título com o nome pelo qual a pessoa biografada é conhecida;
- Apresentação da pessoa biografada, incluindo dados pessoais, como nome completo, local e data de nascimento;
- Informações relevantes e contextualização histórica do período em que os fatos ocorreram.

Revisão e reescrita

1 **Releia seu texto, observando os aspectos a seguir.**

O texto contém título e uma apresentação inicial da pessoa biografada?
O texto relata de forma objetiva os acontecimentos da trajetória da pessoa biografada?
O texto está coerente, bem organizado e sem erros que possam prejudicar a compreensão?

2 **Faça as alterações que considerar necessárias e digite a versão final do texto.**

Circulação

1 **Imprima cópias de seu texto e combine com os colegas uma forma de divulgar as biografias escritas pela turma.**

PRÁTICAS DE PESQUISA

DEMOCRACIA EM XEQUE

Para começar

Nesta unidade, estudamos os significados de autoritarismo e democracia no contexto da história brasileira da segunda metade do século XX até os dias atuais, compreendendo a importância dos movimentos sociais para a construção e a estabilidade da democracia.

Após o final da Guerra Fria, os regimes democráticos predominaram em muitos países do mundo, ainda que alguns se mantivessem sob regime autoritário. Contudo, no momento presente, estudiosos têm detectado uma mudança de cenário em grande parte do mundo ocidental: a democracia liberal tem sido questionada por uma corrente política denominada extrema-direita, e líderes que representam esse pensamento têm ascendido ao poder. Nesta seção, faremos uma análise em jornais e revistas para entender como esse fenômeno tem sido visto pela mídia tradicional, utilizando, para isso, a análise de discurso multimodal.



Szilárd Koszticsák/POOL/MTI/AFP/Getty Images

Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria, é um dos líderes de extrema-direita que chegou ao poder. Em mais de dez anos no cargo, Orbán promoveu a fragilização das instituições do Estado democrático na Hungria. Na imagem, o primeiro-ministro em discurso anual diante dos membros de seu partido e simpatizantes de seu governo. Foto de 2024.

O problema

O mundo vivencia um momento de questionamento da democracia liberal e da ascensão ao poder de líderes de extrema-direita, com inspiração autoritária. Que países têm líderes desse tipo e que ações os caracterizam? Como diferentes jornais e revistas informam essas ações e como se posicionam diante delas?

A investigação

- Prática de pesquisa: análise de mídias tradicionais (princípios de análise de discurso multimodal)

Material

- Folhas para anotações, lápis e caneta
- Computador com acesso à internet
- Jornais e revistas impressos

Procedimentos

Parte I – Planejamento

1 **Organizem-se em grupos de quatro ou cinco integrantes.**

2 **Procurem, em jornais e/ou revistas impressos, notícias ou reportagens recentes que tenham relação com o tema da pesquisa. Cada grupo deve trabalhar com pelo menos três notícias ou reportagens publicadas em periódicos diferentes.**

Parte II – Levantamento de artigos

1 **Consultem as versões impressas dos jornais ou das revistas em sua totalidade. Essa etapa é importante porque o objetivo da pesquisa é investigar a forma de veicular informações e o posicionamento de cada revista ou jornal consultado.**

Não escreva no livro.

2 É importante que vocês tenham contato com a obra impressa inteira. Se não houver essa possibilidade, procurem na internet as versões *on-line* desses veículos de comunicação, mas busquem versões completas. Evitem fazer a pesquisa por meio de buscas na internet. Se fizerem isso, vocês só terão contato com notícias ou reportagens isoladas – o que não garante que o texto tenha sido publicado em um jornal ou revista com versão impressa, perdendo a noção do conjunto.

3 Dividam as matérias entre os integrantes do grupo, de modo que cada um faça, individualmente, a leitura de uma delas e elabore uma ficha para ela. Na ficha, deve constar:

- o veículo e a data em que a matéria foi publicada;
- o título da matéria e o autor;
- o assunto da matéria;
- um resumo com as ideias principais do texto.

4 Combinem um encontro do grupo para que cada integrante apresente sua ficha. Em seguida, vocês vão realizar as análises de discurso de cada matéria.

Parte III – Análise das fontes

1 Observem os elementos visuais: O texto ocupa muito ou pouco espaço na página? A maneira como está disposto chama a atenção do leitor? Que tipos de imagens o acompanham? Qual é a função delas?

2 Verifiquem a forma como o texto é diagramado: Os parágrafos são longos ou curtos? É possível ler o texto rapidamente ou ele parece bem denso? O tipo de organização do texto incentiva a leitura?

3 Analisem o texto escrito: As palavras usadas são simples ou complexas? Há uso de adjetivos para qualificar as informações? Há ênfase ou repetição de termos? Há muitos subtítulos? O texto é formal ou informal? O texto traz apenas informações ou também traz opiniões? As opiniões são do autor do texto ou aparecem em entrevistas e referências a terceiros? O texto apresenta, explícita ou implicitamente, julgamentos de valor?

4 Agora, discutam sobre como cada jornal ou revista que vocês analisaram informa e se posiciona sobre o assunto pesquisado: Dá destaque ao tema ou o trata de maneira superficial? Parece ser favorável, desfavorável ou não se posiciona? Que elementos do discurso, considerando todos os elementos presentes na matéria, comprovam a opinião de vocês?

5 Elaborem um relatório com as considerações do grupo para cada matéria analisada. Comecem esse relatório reproduzindo as informações da ficha de leitura e, em seguida, redijam um texto com as conclusões do grupo e os argumentos que as sustentam.

Questões para discussão

1 Que desafios vocês encontraram durante a realização desse tipo de pesquisa (análise de mídias tradicionais)? O que foi mais fácil e o que foi mais difícil?

2 Como a ascensão dos líderes de extrema-direita é apresentada nas matérias jornalísticas? É possível indicar uma posição predominante entre os veículos de comunicação analisados?

3 O que vocês aprenderam sobre as características do populismo de direita? De que maneira se posicionam em relação a ele?

Comunicação dos resultados

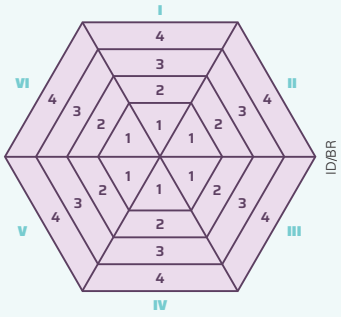
Para que o resultado das pesquisas realizadas por vocês possa ser conhecido por mais pessoas, organizem um debate com as outras turmas da escola que realizaram essa mesma pesquisa.

Cada turma deve apresentar seus resultados às outras, explicando suas conclusões e seus argumentos. O objetivo do debate não é chegar a uma conclusão em comum, mas trocar ideias. Dessa maneira, é importante ter clareza na exposição das opiniões e dos argumentos e respeitar o posicionamento dos colegas.

Não escreva no livro.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A



Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	**Respostas**	**Cor indicada**
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que "Sempre" realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta I.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



Não escreva no livro.

PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente com os colegas suas respostas para as seguintes questões:

Capítulo 16 – Autoritarismos

1 Reconheço os impactos das guerras mundiais na primeira metade do século XX? Compreendo o conceito de democracia de forma ampla, reconhecendo sua oposição a práticas autoritárias?

2 Sei distinguir os conceitos de democracia e de autoritarismo?

3 Compreendo os desafios que permeiam os regimes democráticos, com especial ênfase aos desafios enfrentados pelas democracias da atualidade?

Capítulo 17 – Representatividade e democracia

4 Conheço os principais marcadores democráticos utilizados pelos pesquisadores?

5 Sei distinguir o regime democrático brasileiro das demais democracias contemporâneas, identificando os aspectos positivos e os pontos de melhoria?

6 Conheço as características das democracias plenas, visando à elaboração de estratégias para que a democracia brasileira possa alcançar esse patamar?

7 Compreendo a prática social da democracia no Brasil em diversas temporalidades, analisando suas rupturas e permanências?

8 Conheço questões e dados relacionados aos dilemas da representatividade democrática, tanto nas democracias plenas quanto no Brasil contemporâneo?

9 Reconheço os impactos da Guerra Fria no contexto do século XX?

Capítulo 18 – Os movimentos populares

10 Conheço possíveis estratégias que possam coibir a formação das oligarquias nas democracias e garantir a participação ampla, justa e igualitária dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira?

11 Conheço a atuação de movimentos populares de contextos rural, urbano e virtual, reconhecendo suas demandas, ideais e a maneira como atuam politicamente?



Thiago Limón/ID/BR

Não escreva no livro.

PARA IR ALÉM

Capítulo 16 – Autoritarismos



Disponível em: https://transparenciainternacional.org.br/IPC/. Acesso em: 12 ago. 2024.

Índice de Percepção da Corrupção (2023)

Para ampliar seus conhecimentos sobre o conceito de democracia imperfeita, é importante aprofundar o debate sobre a corrupção, tema em constante discussão no Brasil. Conheça alguns dados publicados pela organização não governamental Transparência Internacional.

Transparência Internacional Brasil. *Índice de percepção da corrupção (2023)*. Disponível em: https://transparenciainternacional.org.br/ipc/. Acesso em: 21 ago. 2024.

Atos Institucionais

Conheça o que cada Ato Institucional alterou oficialmente no Brasil por meio de material disponibilizado pelo governo federal.

Brasil. Atos Institucionais. *Portal da Legislação*, [20--]. Disponível em: https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais. Acesso em: 21 ago. 2024.



Disponível em: https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais. Acesso em: 12 ago. 2024.



Editora BesouroBox/Arquivo da editora

Notas de um tempo silenciado

Esse livro apresenta 13 histórias em quadrinhos baseadas em relatos reais de grupos ou indivíduos, entre eles ativistas, indígenas, quilombolas e estudantes universitários, que vivenciaram os anos mais difíceis do regime militar.

Vilalba, Robson. *Notas de um tempo silenciado*. Porto Alegre: BesouroBox, 2015.

Memorial da Democracia

No portal do Memorial da Democracia, você encontra linhas do tempo, artigos, vídeos e relatos sobre diversos momentos da democracia no Brasil.

Memorial da Democracia. Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/. Acesso em: 21 ago. 2024.



Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/. Acesso em: 12 ago. 2024.

Não escreva no livro.

Capítulo 17 – Representatividade e democracia



Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/gvp/o-que-e-uma-oligarquia. Acesso em: 9 set. 2024.

"O que é uma oligarquia"

Em artigo para a revista eletrônica *FGV EAESP Pesquisa e Publicações*, o sociólogo Cláudio Couto define oligarquia, possibilitando o aprofundamento desse conceito.

Couto, Cláudio Gonçalves. O que é uma oligarquia. *FGV EAESP Pesquisa e Publicações*, São Paulo, 2012. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/gvp/o-que-e-uma-oligarquia. Acesso em: 21 ago. 2024.

Diretas Já 30 anos

Infográfico produzido em HQ para o *site* da Câmara dos Deputados que traz um panorama político sobre o processo de democratização do Brasil. Nele são apresentados o contexto social, os principais agentes históricos e forças políticas envolvidas.

Câmara dos Deputados. Diretas Já 30 anos. [*S. l.*], [20--]. Diponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/diretas/index.html. Acesso em: 21 ago. 2024.



Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/diretas/index.html. Acesso em: 09 set. 2024.

Capítulo 18 – Os movimentos populares



Disponível em: https://cafecomsociologia.com/EP006-CAFE-COM-SOCIOLOGIA-CONJUNTURA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-E-ACOES-COLETIVAS/. Acesso em: 9 set. 2024.



Giros Filmes/DIDBR

Café com Sociologia

Para aprofundar seus conhecimentos sobre o potencial dos movimentos sociais e seus impactos no cotidiano, ouça o sexto episódio do *podcast* Café com Sociologia, do sociólogo e professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Cristiano das Neves Bodart.

PODCAST 06: Conjuntura dos movimentos sociais e ações coletivas. [Locução de]: Roniel Samapio Silva. Café com Sociologia, 14 abr. 2015. *Podcast*. Disponível em: https://cafecomsociologia.com/ep006-cafe-com-sociologia-conjuntura-dos-movimentos-sociais-e-acoes-coletivas/. Acesso em: 3 ago. 2024.

O paradoxo da democracia

O documentário *O paradoxo da democracia*, dirigido por Belisário Franca, mostra como manifestações contra a política tradicional abalaram as democracias modernas a partir da última década em diversos países, com destaque para Brasil, Estados Unidos, França, Egito e Ucrânia. No documentário, intelectuais e atores políticos expõem suas percepções sobre esse contexto conturbado.

O paradoxo da democracia. Direção: Belisário Franca. Brasil, 2019 (73 min).

Não escreva no livro.

DESAFIOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

ORGANIZAR IDEIAS

Apesar das dificuldades econômicas e sociais enfrentadas nos últimos anos, o Brasil obteve avanços significativos em termos sociais nas últimas três décadas. A Constituição de 1988 teve um papel fundamental nesse período; contudo, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que o país melhore ainda mais seus indicadores.

1. **Como os avanços sociais implementados no Brasil nas últimas décadas estão presentes em nosso cotidiano? Explique.**
2. **Por que é importante estabelecer metas de melhoria dos índices sociais?**



Indígena com o livro da Constituição de 1988 durante discurso em Brasília (DF). Foto de 2022. ▸

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS HISTÓRIA

UNIDADE 7

19 Direitos sociais

20 Múltiplos desafios

21 Possibilidades de futuro: a periferia



Antonio Molina/Fotoarena

CAPÍTULO 19

DIREITOS SOCIAIS

1. Em sua opinião, quais grupos e indivíduos têm mais dificuldade de acesso aos direitos sociais garantidos pela Constituição? Compartilhe com os colegas como você chegou a essa conclusão.
2. Você conhece os direitos sociais básicos previstos na Constituição de 1988? Compartilhe com os colegas o que você sabe sobre esses direitos.
3. Como você percebe seu acesso a esses direitos sociais em seu dia a dia? Eles são plenamente atendidos? Caso não, o que seria necessário para que isso ocorresse?



Vacinação de indígenas da etnia Guarani Mbya contra covid-19, na aldeia Mata Verde Bonita, Maricá (RJ). Foto de 2021.

Chico Ferreira/Pulsar Imagens

A Constituição Federal de 1988 tem como um de seus principais fundamentos a "dignidade da pessoa humana", assegurada, sobretudo, pelos direitos sociais, isto é, os direitos que o Estado se obriga a garantir de forma igualitária a todos os cidadãos.

A ideia de direitos sociais está diretamente associada ao pleno acesso à cidadania, que, por sua vez, pressupõe a igualdade entre todos os indivíduos que compõem a sociedade. Durante a crise que afetou o país e provocou o isolamento social em razão da pandemia de covid-19, foi necessário que os governos criassem um plano emergencial de renda para auxiliar as famílias mais carentes. Nos grandes centros urbanos, a periferia apresentava índices mais elevados de infecção pelo vírus, demonstrando que as dinâmicas internas de nossa sociedade criam e reforçam uma grande discrepância entre as formas pelas quais seus diferentes grupos e indivíduos têm acesso à cidadania.

A essa discrepância, como estudado anteriormente, damos o nome de **desigualdade social**. Nesse sentido, os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal e sua aplicação prática a todos os cidadãos, de forma gratuita e sem distinções, representam um ganho social considerável, pois permitem que seja oferecida uma quantidade razoável de serviços e cuidados básicos para que todos possam se desenvolver de forma minimamente digna.

Apesar disso, uma parcela significativa da população ainda não tem pleno acesso a esses direitos. As razões dessa desigualdade de acesso são diversas: desde a permanência de estruturas sociais que remontam ao período colonial e marginalizam determinados grupos e indivíduos, passando pela má administração pública, até o embate ideológico acerca do papel do Estado na garantia do bem-estar social diante dos interesses do mercado financeiro, entre outras.

Não escreva no livro.

SAÚDE PÚBLICA

Sistema Único de Saúde (SUS)

A universalização da saúde é um dos aspectos mais fundamentais para a garantia da dignidade humana e para a manutenção da saúde pública. No Brasil, o direito à saúde é um dos direitos sociais garantidos à população pela Constituição e tem sua materialização no **Sistema Único de Saúde** (**SUS**). Por meio do SUS, todos os brasileiros e estrangeiros em território nacional têm acesso gratuito ao sistema público de saúde.

O SUS é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo e responsável pela gestão de todas as ações e serviços públicos de saúde no país. Antes de sua criação, em 1988, o sistema público de saúde destinava-se apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, ficando o atendimento aos demais cidadãos a cargo de instituições filantrópicas e do setor privado.

A criação do SUS teve como base três princípios doutrinários: a **universalização**, que determina o acesso à saúde a todos os indivíduos, sem nenhuma distinção; a **equidade**, que pressupõe o acesso igualitário da população à saúde e, por isso, deve levar em consideração suas necessidades distintas e, portanto, garantir mais investimento público onde as carências sejam maiores; e a **integralidade**, que considera o indivíduo como um todo, orientando as ações de saúde de maneira integrada, ou seja, promovendo saúde, prevenindo doenças e tratando-as, reabilitando pacientes.

A universalização do sistema de saúde pressupõe também a saúde pública não somente como forma de tratar doenças, mas, principalmente, de promover a saúde, o que, por sua vez, retira o foco exclusivo da saúde do corpo humano, levando também em consideração o corpo social.

Nesse sentido, algumas campanhas de saúde pública são:

- **Outubro Rosa** – a adoção da campanha internacional de conscientização sobre o câncer de mama pelo SUS é uma importante medida de prevenção e tratamento dessa doença e de esclarecimento sobre a enfermidade, uma das que mais atingem as mulheres no Brasil. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), em 2021, a diferença entre a taxa de incidência desse tipo de câncer (61,61 por 100 mil habitantes) e sua taxa de mortalidade (11,71 por 100 mil habitantes) demonstrou uma grande vitória do sistema público de saúde brasileiro.
- **Combate à depressão** – tem por objetivo conscientizar acerca dos crescentes quadros de depressão entre a população jovem do país, visando à prevenção e ao combate dessa doença. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, cerca de 10% das pessoas com 18 anos ou mais relataram ter recebido diagnóstico de depressão; em 2013, era 7,6% da população, um aumento de 32%. A pesquisa também concluiu que a depressão atinge mais as mulheres (14,7%) do que os homens (5,1%).



Ministério da Saúde/Governo Federal

Pôster da campanha Outubro Rosa, em 2023. Um dos principais objetivos dessa campanha é incentivar o diagnóstico precoce do câncer de mama, aumentando, assim, as chances de recuperação do paciente em relação à doença.



Ascom Sesa/Governo do Estado do Amapá

Pôster de campanha no Amapá de combate à ansiedade e à depressão, em 2020. Uma das propostas dessa campanha é incentivar os jovens brasileiros a aproveitar mais os momentos de convívio com a família e os amigos.

Não escreva no livro.

Desafios da saúde pública

Em pouco mais de três décadas, o SUS foi responsável por diversos programas relacionados à promoção de saúde, os quais representaram um ganho significativo para a população brasileira em termos de saúde pública. Alguns desses programas são:

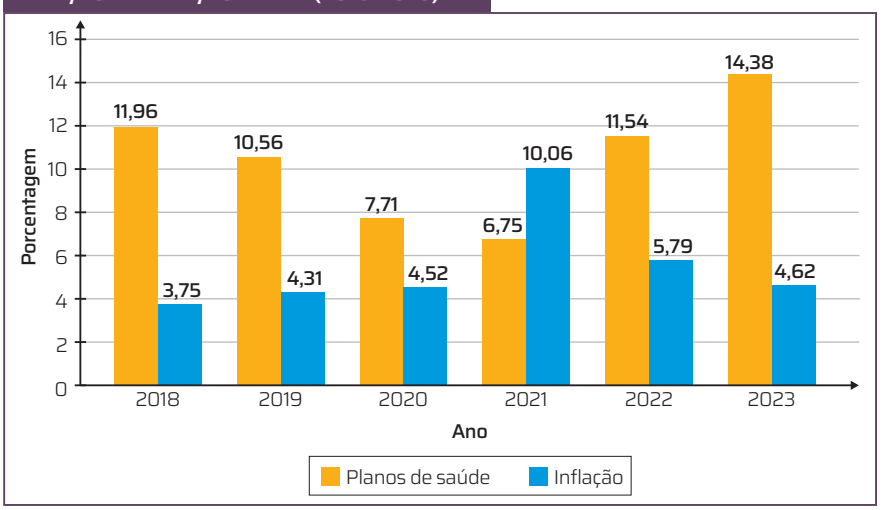
- **Estratégia Saúde da Família (ESF)**, que promove a proximidade das equipes médicas com famílias e comunidades, para que os profissionais da saúde compreendam melhor os contextos relacionados à saúde das comunidades onde atuam e, assim, possam agir de acordo com as necessidades locais.
- **Programa Nacional de Imunizações**, no qual todas as vacinas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) são oferecidas gratuitamente à população para prevenir doenças e oferecer melhor qualidade de vida às pessoas.
- **Programa Mais Médicos (PMM)**, que amplia a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o número de profissionais de saúde em regiões de vulnerabilidade, com demanda emergencial de serviços e profissionais de saúde.
- **Programa Farmácia Popular**, que disponibiliza medicamentos gratuitos ou com descontos para diversos tratamentos médicos.

Apesar das muitas conquistas, o Sistema Único de Saúde ainda enfrenta diversos empecilhos para fazer valer seus princípios doutrinários, de modo a garantir o direito à saúde a toda a população brasileira. Se, por um lado, a rede de atendimento público tem crescido ao longo dos últimos trinta anos, por outro, nota-se uma distribuição desigual na qualidade dos serviços e na forma como são oferecidos no território nacional, desfavorecendo os grupos mais vulneráveis da população.

Além disso, as crescentes denúncias em diversos meios de comunicação, relacionadas à qualidade dos serviços prestados pela rede pública, revelam, segundo pesquisadores da área, um sucateamento do SUS. Uma das possíveis explicações para esse sucateamento pode ser observada na lógica de maior investimento público no mercado financeiro em detrimento dos bens e serviços com valor de uso para as pessoas. Nesse panorama, os investimentos no setor privado de saúde, principalmente em forma de incentivos fiscais, despontam como financeiramente mais vantajosos à lógica do mercado do que o investimento no pleno desenvolvimento da rede pública.

O gráfico a seguir retrata a inflação no preço dos planos de saúde em relação à inflação média no Brasil. Esse aumento evidencia que, apesar da aparente vantagem que a geração de riqueza financeira por meio de investimentos na rede privada suscita, ela também restringe o acesso das parcelas mais vulneráveis da sociedade à saúde.

BRASIL: INFLAÇÃO DOS PLANOS DE SAÚDE EM RELAÇÃO À INFLAÇÃO MÉDIA (2018-2023)



Renan Oracic/ID/BR

Fontes de pesquisa: Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). ANS atualiza painéis de reajuste de planos coletivos e de precificação. Portal Gov.br, 28 fev. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/noticias/numeros-do-setor/ans-atualiza-paineis-de-reajuste-de-planos-coletivos-e-de-precificacao; Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Séries históricas. IBGE, [20--]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=inflacao# plano-real-mes. Acessos em: 21 jun. 2024.

Não escreva no livro.

EDUCAÇÃO EM PAUTA

Educação e democracia são tópicos indissociáveis. É por meio da educação que crianças e jovens têm acesso a uma parte importante dos conhecimentos produzidos pela humanidade, que lhes permitem atuar plenamente na sociedade. Dessa forma, o direito à educação, como direito social legítimo, desempenha uma função vital na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

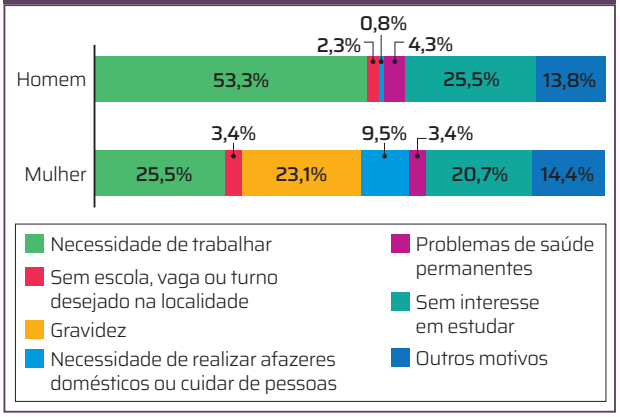
O direito à educação é assegurado às pessoas por diversos dispositivos legais que estipulam normas, diretrizes e formas pelas quais o Estado, em conjunto com as famílias e as comunidades, se obriga a oferecer educação aos jovens e às crianças do Brasil. Cabe ao Estado oferecer educação escolar pública (universal e gratuita) e de qualidade a toda a população em idade escolar (dos 4 aos 17 anos), bem como àqueles que não tiveram acesso aos ensinos Fundamental e Médio na idade adequada.

Apesar disso, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), em 2023, indicam que, no grupo etário de 14 a 29 anos, cerca de 9 milhões de jovens e adultos não completaram o Ensino Médio, seja por terem abandonado a escola antes do término da Educação Básica, seja por nunca a terem frequentado. Destes, 58,1% eram homens e 41,9%, mulheres. Considerando-se cor ou raça, 27,4% eram brancos e 71,6% eram pretos ou pardos.

A evasão escolar é um dos grandes desafios da educação na atualidade. Em 2023, a frequência escolar de jovens de 15 a 17 anos ficou em 91,9%, abaixo dos 92,2% do ano anterior. Essa foi a primeira queda desde 2016. Os motivos para a evasão escolar são diversos, entre eles o acesso limitado às instituições de ensino, especialmente em periferias e zonas rurais; dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho; e gravidez e maternidade.

A educação pública no Brasil tem enfrentado diversos problemas para garantir seus princípios de qualidade e universalidade, muitos deles de ordem estrutural, como os baixos investimentos na área e a falta de priorização de políticas públicas que visem à ampliação da oferta e às melhorias na qualidade de ensino.

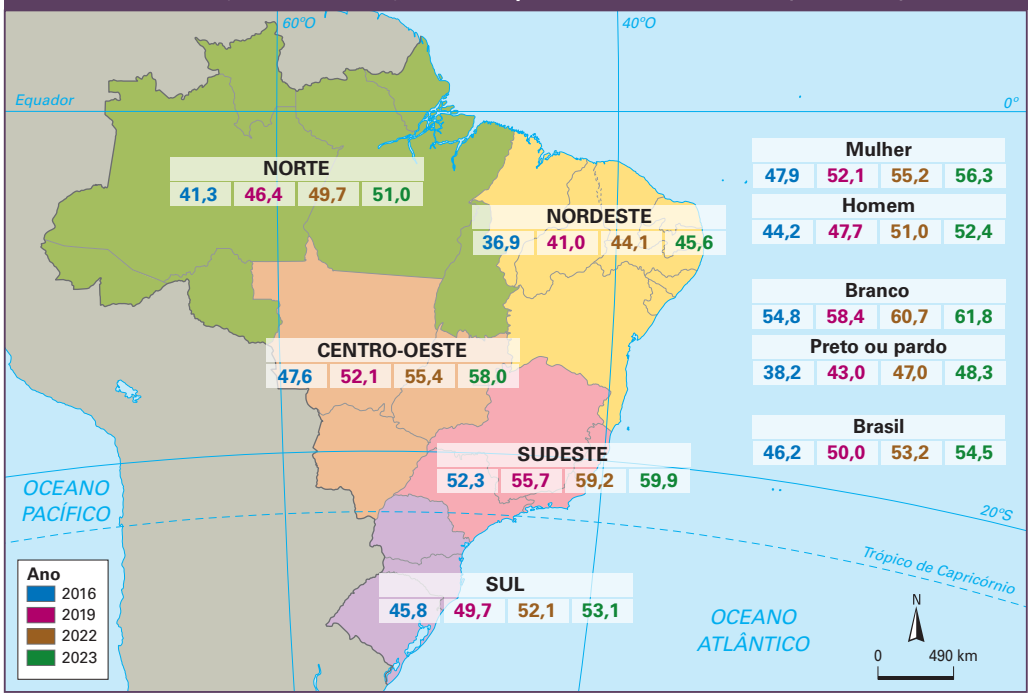
PRINCIPAIS MOTIVOS DE EVASÃO ESCOLAR ENTRE JOVENS DE 15 A 29 ANOS, POR GÊNERO (2019-2023)



Renan Oracic/ID/BR

Fonte de pesquisa: IBGE. *Pnad Contínua*: educação 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 25 ANOS DE IDADE OU MAIS QUE CONCLUÍRAM AO MENOS A EDUCAÇÃO BÁSICA OBRIGATÓRIA, SEGUNDO SEXO, COR OU RAÇA E AS GRANDES REGIÕES (2016-2023)



João Miguel A. Moreira/ID/BR

A projeção apresenta distorção na área e na forma, principalmente ao se distanciar da linha do Equador. Fonte de pesquisa: IBGE. *Pnad Contínua*: educação 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

Não escreva no livro.

PROGRAMAS SOCIAIS E INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Os programas sociais são ações desenvolvidas pelo governo brasileiro para reduzir as desigualdades sociais, oferecendo suporte financeiro às camadas mais vulneráveis da sociedade, com o objetivo de melhorar as condições de vida dessa parcela significativa da população.

Alguns dos programas sociais brasileiros em vigor

BOLSA FAMÍLIA

O que é

É um programa de distribuição direta de renda que garante uma renda mínima às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O valor do benefício concedido leva em consideração variáveis relacionadas a renda, número e idade dos integrantes da família.

Quem pode receber

Famílias que tenham renda mensal *per capita* de até R$ 218,00.



Quais são as condições

A família deverá ter em sua composição gestantes, crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

Crianças de 6 a 17 anos devem frequentar a escola.

Crianças com até 7 anos devem ter todas as vacinas em dia e acompanhamento nutricional.

Gestantes devem fazer acompanhamento pré-natal.



BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

O que é

É um benefício de assistência social que assegura um salário mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência sem meios de prover o próprio sustento nem de tê-lo provido pela família.

Quem pode receber

Idosos de 65 anos ou mais e pessoas com deficiência de qualquer idade cuja renda familiar mensal *per capita* seja igual ou menor que um quarto do salário mínimo atual.





Quais são as condições

Comprovação de idade ou de impedimento de longo prazo.

Por se tratar de um benefício assistencial, não é necessário que o requerente tenha contribuído com o INSS.

MINHA CASA, MINHA VIDA

O que é

É um programa de habitação do governo federal que oferece condições especiais de financiamento para a aquisição de imóveis com finalidade de moradia em áreas urbanas ou para a aquisição de imóveis e realização de melhorias com finalidade de moradia em áreas rurais.

Quem pode receber

Famílias com renda bruta mensal de até R$ 8 000,00 (em áreas urbanas).

Famílias com renda bruta anual de até R$ 96 000,00 (em áreas rurais).



Quais são as condições

As condições de financiamento são determinadas pela renda bruta da família e pelo tipo de imóvel a ser adquirido.



Ilustrações: Luiz Iria/ID/BR

Não escreva no livro.

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)

O que é

É um programa que visa garantir a integridade de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, que exercem atividades econômicas ou atividades de sobrevivência. Com isso, o programa integra o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador e está em consonância com a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Quem pode receber

Famílias com renda bruta mensal *per capita* de no máximo R$ 218,00 e que tenham entre seus integrantes crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 anos em situação de trabalho infantil.

Quais são as condições

O benefício varia entre R$ 25,00 e R$ 40,00 por criança contemplada – de acordo com a área onde vive. As crianças ou adolescentes da família:

- não podem exercer qualquer atividade laboral e/ou de exploração;
- devem ter frequência escolar mínima de 85%.



BOLSA VERDE

O que é

O programa visa ajudar famílias que vivem em situação de pobreza e que desenvolvam atividades de conservação ambiental.



Quem pode receber

Famílias em situação de baixa renda, isto é, com renda de até meio salário mínimo por pessoa e que exerçam atividades de conservação ambiental.

Quais são as condições

O benefício contempla famílias que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável), em assentamentos ambientalmente diferenciados da reforma agrária (florestal, agroextrativista e de desenvolvimento sustentável) e em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas, entre outros.

O programa oferece R$ 600,00 trimestralmente às famílias beneficiárias.

PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS

O que é

É um programa de transferência de renda e de acompanhamento social e produtivo do governo federal, com o objetivo de auxiliar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza que exerçam atividades produtivas ou geradoras de renda, como agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, tais como indígenas, extrativistas e quilombolas.

Quem pode receber

Modalidade tradicional: famílias com renda bruta mensal *per capita* de até R$ 89,00 que exerçam as atividades citadas.

Modalidade semiárido: famílias com renda bruta mensal *per capita* de até R$ 178,00 que possuam acesso à água para produção e sejam residentes do semiárido.



Quais são as condições

Adesão ao programa por meio de assinatura do termo de adesão.

Envio de projeto de estruturação produtiva e etapas de implantação.

Na modalidade tradicional, o valor total de repasse é de R$ 2 400,00.

Na modalidade semiárido, o valor total de repasse é de R$ 3 000,00.

Fontes de pesquisa: Programa Bolsa Família. Portal Gov.br, Ministério da Saúde, [20--]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsa-familia; Benefício de Prestação Continuada (BPC). Portal Gov.br, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 7 jun. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc; Minha Casa, Minha Vida. Caixa, [20--]. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx; Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. 12 diretrizes para elaboração de campanhas contra o trabalho infantil. Brasília, mar./abr. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/Diretrizes_campanhas_trabalho_infantil_FNPETI_2023.pdf; Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde. Portal Gov.br, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, [20--]. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/snpct/dpct/bolsa-verde; Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Portal Gov.br, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, [20--]. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-de-fomento-as-atividades-produtivas-rurais. Acessos em: 31 jul. 2024.

PROJETOS POLÍTICOS

Os epidemiologistas britânicos Richard Wilkinson (1943-) e Kate Pickett (1965-), em seu livro *O nível: por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos* (Civilização Brasileira, 2015), elaboraram uma análise sobre a relação entre os diversos indicadores sociais, como expectativa de vida, alfabetização, saúde, alimentação, entre outros, e a igualdade social nos países analisados. Nessa pesquisa, os autores evidenciaram, por meio de dados estatísticos, que, quanto maior a desigualdade social em determinado país, menores serão os indicadores sociais, ao passo que, em países onde há mais igualdade, os indicadores sociais são mais elevados. Tal relação pode ser observada tanto em países ricos como pobres, e isso, na perspectiva dos autores, significa que as mazelas sociais que atingem muitos países na atualidade são muito menos relacionadas com a situação de pobreza de um país do que com a divisão desigual de recursos, bens e direitos entre os membros da sociedade.

Para refletirmos sobre a importância dos direitos sociais no Brasil atual, bem como sobre a construção de uma sociedade mais justa e democrática, podemos fazer uma indagação semelhante à do título do livro dos epidemiologistas: Uma sociedade mais igualitária é melhor para todos?

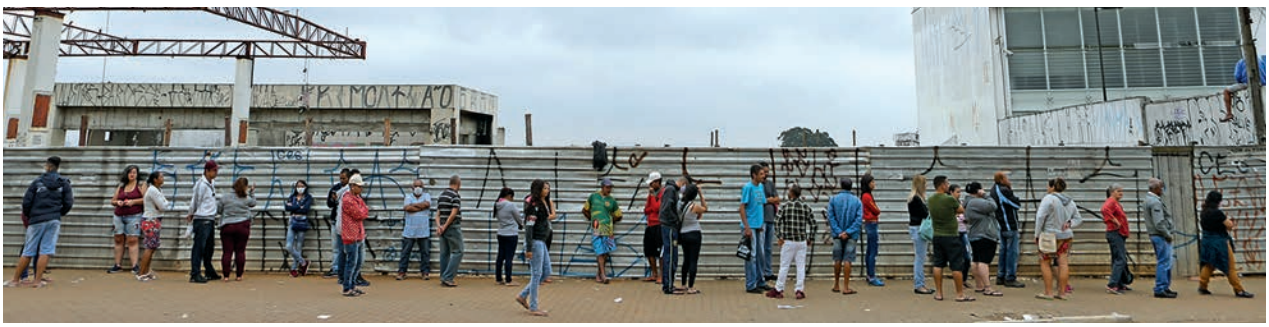
Nos últimos anos, o Brasil assistiu a uma forte guinada de orientações políticas centradas na manutenção de direitos sociais. Essa guinada se insere em um contexto complexo de polarização política, que envolve o embate entre diferentes ideias e segmentos da sociedade. Um dos principais embates nesse contexto se relaciona à oposição entre um projeto de **Estado de bem-estar social** e **políticas neoliberais**.

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

A ideia de Estado de bem-estar social supõe maior responsabilidade do Estado pela garantia do bem-estar social à população, ou seja, por assegurar padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos, como estudamos no capítulo 5. Ela parte do pressuposto de que as dinâmicas da economia capitalista acentuam as desigualdades sociais, inviabilizando a sustentabilidade econômica e social, visto que marginalizam uma parcela expressiva da população, na medida em que concentram o poder econômico nas mãos de poucos, gerando, assim, baixo consumo e desemprego. Dessa forma, para garantir o pleno desenvolvimento da sociedade e da economia, faz-se necessária a maior participação do Estado, como instituição máxima da sociedade, no sentido de regular a economia e de promover os direitos sociais.

A crise desencadeada pela pandemia de covid-19, em 2019, evidenciou a importância de ações governamentais de diversos países para garantir a vida, a dignidade e o funcionamento dos diversos setores que compõem a sociedade. Medidas como a criação de hospitais emergenciais, o fomento às pesquisas científicas, os subsídios financeiros para as populações carentes e as pequenas empresas, além, é claro, das campanhas de incentivo ao distanciamento social fizeram parte das ações adotadas por diversos países para combater a disseminação do novo coronavírus e seus efeitos na sociedade.

Requerentes em busca do auxílio emergencial de R$ 600,00 fornecido pelo governo federal aos trabalhadores informais, autônomos e desempregados – a população mais economicamente afetada pela crise durante a pandemia de covid-19, em Sapopemba (SP). Foto de 2020.



Rivaldo Gomes/Folhapress

Não escreva no livro.

POLÍTICAS NEOLIBERAIS

O neoliberalismo, por sua vez, supõe a participação mínima do Estado na economia, como forma de garantir o livre mercado, que, segundo seus teóricos, seria autorregulável e, portanto, não necessitaria de intervenções para manter seu funcionamento. Algumas das principais práticas neoliberais envolvem a privatização de empresas estatais, a redução de gastos públicos, a desregulamentação da economia (incluindo a flexibilização de leis trabalhistas), a reforma tributária, entre outras.

No trecho do texto a seguir, a pesquisadora Denise Gros, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, comenta a história do neoliberalismo e sua relação com os direitos sociais.

> [...] o pensamento neoliberal não surgiu nos anos de 1970, ele originou-se nos debates econômicos europeus do início do século XX. Segundo os representantes da Escola Austríaca de Economia, especialmente Friedrich Hayek, a crise econômica era consequência do excessivo poder do movimento operário, uma vez que as reivindicações dos sindicatos por aumento salarial e de gastos sociais teriam comprometido a acumulação capitalista. A solução, para os liberais, encontrava-se na adoção de medidas como estabilidade monetária, diminuição dos gastos sociais e restauração da taxa de desemprego, o que enfraqueceria a capacidade de reivindicação dos trabalhadores e, assim, desestabilizaria o poder dos sindicatos. As ideias lançadas pelos liberais permaneceram no âmbito teórico por muitos anos, até a crise da década de 1970 e a recessão no mundo capitalista avançado.
>
> Gros, Denise B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 143-159, fev. 2004.

Em 2016, os pesquisadores Jonathan D. Ostry (1962-), Prakash Loungani (1961-) e Davide Furceri (1979-), do Fundo Monetário Internacional (FMI), causaram grande polêmica ao criticar, em um artigo publicado na revista *Finance & Development* (Finanças e Desenvolvimento, em tradução livre), uma das principais publicações do FMI, as políticas neoliberais que vinham sendo adotadas em diversos países. O motivo da polêmica era, em parte, o fato de o FMI ser uma das maiores instituições que defendem as práticas neoliberais, mas também por revelar o reconhecimento, por parte dos economistas e pesquisadores dessa instituição, de como as políticas com viés neoliberal tendem a contribuir para o aumento das desigualdades sociais e, até mesmo, a comprometer o crescimento econômico dos países.



Duke/Acervo do chargista

Charge de Duke sobre o aumento do desemprego.

INTERAÇÃO

1. **Analisando o contexto do Brasil na atualidade, cite as políticas públicas que você identifica como voltadas à manutenção do bem-estar social e as políticas relacionadas às práticas neoliberais.**
2. **Com quais projetos políticos você e a comunidade em que vive se identificam mais: as políticas de bem-estar social ou as neoliberais? Dialogue sobre isso com a turma.**

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 *Charge* é uma ilustração artística que geralmente apresenta uma crítica sobre determinado tema. Observe a *charge* a seguir e, em interdisciplinaridade com Linguagens, faça o que se pede.



©Angeli/Folha de S. Paulo 11.01.2007/Fotoarena

Angeli. *Folha de S.Paulo*, 11 jan. 2007.

a) Que crítica essa *charge* apresenta? Como você percebeu isso?

b) Você concorda com essa crítica? Por quê?

2 **Retome o trecho do texto da pesquisadora Denise Gros, no tópico "Políticas neoliberais", e responda às questões a seguir.**

a) A quem os representantes da Escola Austríaca de Economia atribuíram a responsabilidade da crise no início do século XX? Por quê?

b) A responsabilização descrita pela autora e as medidas tomadas para contornar a crise constituem um ato de violência contra determinado grupo social? Por quê?

c) Você acredita que seja possível para um país se recuperar de uma crise econômica sem violar os direitos e a dignidade das pessoas?

3 **Reúna-se com dois colegas e, levando em consideração a realidade de sua comunidade, proponham uma ação local de combate à evasão escolar na escola onde estudam. Para isso, sigam as instruções.**

a) Retomem o gráfico "Principais motivos de evasão escolar entre jovens de 15 a 29 anos, por gênero (2019-2023)". Analisem os principais motivos de evasão escolar e identifiquem os estudantes mais vulneráveis a essa realidade.

b) Façam um levantamento, na secretaria ou na coordenação da escola, do número de estudantes evadidos nos últimos três anos.

Não escreva no livro.

c) Entrevistem pelo menos três estudantes que tenham abandonado a escola, buscando levantar os motivos de tal ação, bem como suas opiniões a respeito do que poderia ser feito para alterar essa realidade.

d) Com base no levantamento proposto nos itens anteriores, elaborem um plano de ação para evitar novos casos de evasão escolar na escola onde estudam. Lembrem-se de levar em consideração os recursos disponíveis em sua comunidade escolar e de avaliar, com a coordenação da escola, a viabilidade desse plano de ação.

4 **Leia o texto do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017), que trata do paradigma da educação no mundo contemporâneo. Em seguida, responda às questões propostas.**

A educação assumiu muitas formas no passado e se demonstrou capaz de adaptar-se à mudança das circunstâncias, de definir novos objetivos e elaborar novas estratégias. Mas, permitam-me repetir: a mudança atual não é igual às que se verificaram no passado. Em nenhum momento crucial da história da humanidade os educadores enfrentaram desafio comparável ao divisor de águas que hoje nos é apresentado. A verdade é que nós nunca estivemos antes nessa situação. Ainda é preciso aprender a arte de viver num mundo saturado de informações. E também a arte mais difícil e fascinante de preparar seres humanos para essa vida.

Bauman, Zygmunt. *44 cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 125.

- Escreva um texto com sua opinião sobre qual é o papel da escola na construção do aprendizado de viver no que Bauman define como "mundo saturado de informações".

5 **Converse com algum adulto e peça que ele descreva como se recorda da sala de aula, das atividades e das relações entre adultos e estudantes em sua época de escola. Anote as informações e compartilhe com os colegas da turma.**

6 **(Enem)**

"A Declaração Universal dos Direitos Humanos está completando 70 anos em tempos de desafios crescentes, quando o ódio, a discriminação e a violência permanecem vivos", disse a diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Audrey Azoulay.

"Ao final da Segunda Guerra Mundial, a humanidade inteira resolveu promover a dignidade humana em todos os lugares e para sempre. Nesse espírito, as Nações Unidas adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos como um padrão comum de conquistas para todos os povos e todas as nações", disse Audrey.

"Centenas de milhões de mulheres e homens são destituídos e privados de condições básicas de subsistência e de oportunidades. Movimentos populacionais forçados geram violações aos direitos em uma escala sem precedentes. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável promete não deixar ninguém para trás – e os direitos humanos devem ser o alicerce para todo o progresso."

Segundo ela, esse processo precisa começar o quanto antes nas carteiras das escolas. Diante disso, a Unesco lidera a educação em direitos humanos para assegurar que todas as meninas e meninos saibam seus direitos e os direitos dos outros.

Disponível em: http://nacoesunidas.org. Acesso em: 3 abr. 2018 (adaptado).

Defendendo a ideia de que "os direitos humanos devem ser o alicerce para todo o progresso", a diretora-geral da Unesco aponta, como estratégia para atingir esse fim, a:

a) inclusão de todos na Agenda 2030.
b) extinção da intolerância entre os indivíduos.
c) discussão desse tema desde a educação básica.
d) conquista de direitos para todos os povos e nações.
e) promoção da dignidade humana em todos os lugares.

AMPLIANDO

DEMOCRACIA: CONCEITO E PRÁTICA

Muito se tem discutido, em diversas mídias, sobre os rumos da democracia na atualidade, ora como crítica, ora como instrumento de legitimação de determinada forma de governo. Em sua acepção mais tradicional, a palavra "democracia" se refere à forma de governo que tem como principal característica a escolha dos governantes pelo povo. Apesar disso, esse conceito sofreu diversas ressignificações ao longo da história, passando a abarcar (ou rejeitar) uma série de novas implicações.

A escolha dos governantes pelo povo, por exemplo, pressupõe a ideia de soberania popular e, ao mesmo tempo, a igualdade entre todos os que podem escolher seus representantes. Apesar disso, as dinâmicas internas de nossa sociedade colocam em xeque a ideia de igualdade presumida em um regime democrático.

À luz dessas inúmeras ressignificações e contradições, muitos poderão se perguntar: Vivemos de fato em uma democracia? O que constitui uma democracia na atualidade?

No trecho do texto a seguir, a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (1957-) comenta suas percepções a respeito da Constituição de 1988 e da democracia no Brasil atual.

Toda constituição, assim como a democracia, é imperfeita, a seu modo inconclusa e certamente passível de aprimoramento. A nossa é muito extensa, e representa o resultado da Assembleia Constituinte que se instalou em 1º de fevereiro de 1987 e ficou reunida até 5 de outubro de 1988, com a missão não só de encerrar a ditadura como de consolidar as bases para a afirmação da democracia, com uma dupla preocupação: criar instituições sólidas o bastante para suportarem crises políticas e estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiros. Batizada de Constituição Cidadã, ela é detalhista e ambiciosa, pretendendo dar conta de todas as faces deste imenso país.



Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Eleitora em cabine de votação no Rio de Janeiro (RJ). A eleição é o instrumento pelo qual a população brasileira escolhe seus representantes no governo. Foto de 2022.

Não escreva no livro.

Assim como o Brasil, a Constituição de 1988 deixou frestas abertas. Ela conservou intocada a estrutura agrária, permitiu a autonomia das Forças Armadas para definir assuntos de seu interesse, manteve inelegíveis analfabetos – embora tenha aprovado seu direito de voto. […]

[…]

[…] a Constituição de 1988 continua sendo a melhor expressão de um Brasil que firmou um sólido compromisso democrático em vários níveis das relações sociais, bem como estabeleceu políticas maduras de defesa dos direitos humanos. Ela é atenta às minorias políticas, avançada nas questões ambientais, empenhada em prever meios e instrumentos constitucionais legais para a participação popular e direta. […]



Eduardo Anizelli/Folhapress

Historiadora Lilia Schwarcz durante evento de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL), no Rio de Janeiro (RJ). Ela assumiu a cadeira de número 9, que era do também historiador Alberto da Costa e Silva (1931-2023). Foto de 2024.

A Constituição sublinhou, entre outros, a igualdade entre homens e mulheres, o fim da tortura, o direito de resposta e de indenização por dano material, moral ou à imagem, a autonomia intelectual, artística, científica e de comunicação. Tornou o racismo um crime inafiançável e imprescritível; determinou o caráter inviolável da intimidade, da vida privada e da honra; proibiu a violação do sigilo de correspondências; permitiu o acesso a informações, a criação de associações, o direito à propriedade; definiu o fim da censura de natureza política, ideológica e artística; e estabeleceu a liberdade de consciência, de pensamento, de crença, de convicção filosófica e política.

[…]

Desde a aprovação da Constituição Cidadã, vem se apostando num processo marcado por conquistas importantes: uma ampliação do catálogo de direitos e um projeto consistente de transformação da sociedade, a partir da inclusão social de milhões de brasileiros que passaram a desfrutar de novo patamar de renda e consumo.

[…]

[…] Uma democracia funciona melhor, e sobrevive por mais tempo, quando sua constituição é reforçada por normas democráticas escritas e não escritas; partilhadas. Também contaremos com cidadãos mais aptos para participar ativamente de nosso corpo de leis se reforçarmos as bases de uma educação pública e de qualidade: inclusiva e atenta a nossas diversidades sociais, e responsável diante das populações mais vulneráveis como indígenas, pessoas despossuídas e com deficiência. Num país mais bem formado também se desenvolverão cidadãos mais comprometidos e republicanos, no sentido de não atravancarem o trânsito e a delimitação entre espaços públicos e privados.

Schwarcz, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 232-235.

1 **Para você, o que é democracia?**

2 **Você concorda com a opinião da historiadora a respeito da Constituição de 1988 e do estado da democracia brasileira na atualidade? Por quê?**

3 **A Constituição Federal de 1988 determina que o Brasil é um "Estado democrático de direito". Em sua opinião, todas as instâncias que compõem a sociedade brasileira são realmente democráticas? Por quê?**

Não escreva no livro.

CAPÍTULO 20 CAPÍTULO 20 CAPÍTULO 20

MÚLTIPLOS DESAFIOS

1. De acordo com o texto a seguir, responda: De que modo a falta de uma renda mínima impacta o exercício da cidadania, a segurança pública e o acesso à cultura? Faça uma lista no caderno e depois compartilhe suas reflexões com a turma.
2. Você conhece programas do governo brasileiro que buscam sanar problemas oriundos da desigualdade social e econômica? Que relação é possível estabelecer entre eles e "o desafio de universalizar a cidadania"?

Além de multidimensional, as situações de pobreza referem-se a diferentes contextos e situações sociais. Referem-se tanto a territórios economicamente deprimidos como a regiões dinâmicas, onde postos de trabalho ou atividades econômicas de baixa produtividade são eliminados. Reproduzem-se na agricultura familiar constrangida pela falta de insumos, financiamento, apoio técnico, mercado ou mesmo terras; mas também em territórios urbanos segregados, com baixa oferta de serviços públicos. Atingem jovens em territórios com altas taxas de violência e baixas oportunidades de acesso ao ensino e à qualificação profissional. As situações de extrema pobreza podem ainda se referir a contextos históricos – populações tradicionais – ou familiares específicos, sejam associadas a momentos no ciclo de vida – casais jovens com crianças – ou condições de vulnerabilidade física ou social – doenças, isolamento, drogadição, entre tantas outras.

Fonseca, Ana; Jacoud, Luciana; Karam, Ricardo. Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: o desafio de universalizar a cidadania. *In*: Montali, Lilia (org.). Proteção social e transferência de renda. *Caderno de Pesquisa NEPP*, Unicamp, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), Campinas, n. 86, p. 59, jun. 2018. Disponível em: https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/publicacoes/4f91a0e745befe346ba37455bba17335.pdf# page=52. Acesso em: 11 set. 2024.

drogadição: uso abusivo de substâncias que causam dependência.



Romildo De Jesus/Ato Press/Folhapress

Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família fazem fila para recadastramento, em frente ao posto de atendimento do CadÚnico, em Salvador (BA). Foto de 2024.

Ao longo deste volume, você foi convidado a analisar, de modo crítico, a sociedade em que vive, observando seus aspectos positivos, os pontos que precisam ser melhorados e o modo como essas características impactam sua vida e a vida de sua comunidade. Para aprimorar sua capacidade de análise, foram mobilizados conceitos, teorias e posicionamentos de diferentes cientistas que se propuseram (e se propõem) a estudar nossa sociedade.

Agora, você vai aprofundar essas percepções investigando grandes desafios do Brasil contemporâneo: a distribuição de renda e os impactos nas áreas de segurança pública e de acesso à cultura. Esse recorte foi escolhido por proporcionar a visibilidade de questões cidadãs e éticas que você já conhece.

Não escreva no livro.

CONHECENDO OS DESAFIOS: INDICADORES SOCIAIS

Para analisar o acesso à cidadania e as questões éticas que envolvem as relações sociais entre os indivíduos e a comunidade, refletimos sobre diferentes indicadores sociais. Assim, ao longo do volume, dados organizados, como taxas, índices, quantidades relativas e absolutas da população total ou de determinados grupos, foram pesquisados para avaliar as situações de desigualdade, liberdade, democracia, igualdade e justiça, em diferentes aspectos sociais. Esses dados foram obtidos de fontes institucionais, como órgãos governamentais, e também de pesquisas acadêmicas realizadas por equipes de sociólogos, filósofos, geógrafos, historiadores, antropólogos, estatísticos e muitos outros profissionais.

Apesar de serem importantes para os pesquisadores, essas informações são ainda mais relevantes para os governantes, já que é com base nelas que devem ser elaboradas as políticas públicas. Ou seja, as decisões políticas e os projetos desenvolvidos pelos governos levam em consideração os retratos sociais apresentados pelos indicadores. É assim que os governantes reconhecem a situação dos desafios que vão enfrentar. O excerto a seguir apresenta características da relação entre indicadores sociais e políticas públicas.

Os indicadores e suas aplicações

[...] Os indicadores estabelecem um padrão normativo, por meio do qual é possível construir um diagnóstico para subsidiar a formulação e a avaliação de políticas públicas.

Não obstante a grande utilidade dos indicadores, é essencial salientar que a sua interpretação deve ser acompanhada de uma análise detalhada do fenômeno estudado, uma vez que o alcance dos indicadores é limitado, enquanto tentativa de captar num simples número a complexa realidade social. De acordo com a Organização Mundial da Saúde [...] e [Paulo de Martino] Jannuzzi [...], um indicador deve possuir, como propriedades desejáveis, a validade para representar o fenômeno que pretende medir, a confiabilidade de fornecer os mesmos resultados quando calculado em circunstâncias similares, a sensibilidade de refletir mudanças no fenômeno de interesse, a especificidade de refletir mudanças em fenômenos específicos, a relevância para a discussão da agenda da política em questão, o grau de cobertura populacional adequado, a simplicidade para o devido entendimento dos agentes das políticas e do público-alvo dessas políticas, a atualização periódica, a desagregação em termos socioeconômicos e demográficos e, ainda, certa historicidade.

Pereira, Danielle Ramos de Miranda; Pinto, Marcelo de Rezende. A importância do entendimento dos indicadores na tomada de decisão de gestores públicos. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 63, n. 3, p. 363-380, jul./set. 2012. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1779. Acesso em: 31 jul. 2024.



pressureUA/istockphoto.com/ID/BR

INTERAÇÃO

1. De acordo com o texto, que critérios de análise devem ser levados em consideração durante a escolha e a interpretação dos indicadores sociais? Qual é a importância desses critérios?
2. Junte-se a dois colegas. Com base nos critérios que vocês conheceram, escolham um indicador social, referente à renda, para pesquisar os dados mais recentes desse indicador nos níveis de governo municipal, estadual e federal. Sistematizem esses dados primeiro em forma de tabela e, depois, em forma de gráfico. Lembrem-se de que os gráficos e as tabelas precisam apresentar títulos e fontes pesquisadas. No caso dos gráficos, as legendas também são importantes. Em uma data combinada, compartilhem as descobertas com os colegas e conheçam os resultados das pesquisas deles.
3. Forme dupla com um colega e, juntos, façam um *tour* virtual pelo Museu do Amanhã, disponível no *site*: https://museudoamanha.org.br/tourvirtualpratodomundo/ (acesso em: 30 set. 2024). Para isso, acessem o *site*, cliquem em iniciar e explorem os ambientes virtuais. Depois, façam uma redação indicando as principais tendências que a humanidade enfrentará nas próximas décadas.

Segurança pública

Você se sente seguro ao caminhar pela rua?

A resposta a essa pergunta pode variar de acordo com as características sociais do indivíduo (idade, gênero, região onde vive, horários em que costuma caminhar, se tem ou não o hábito de caminhar sozinho, se está em situação de rua, etc.) e da comunidade da qual faz parte (se está em uma área urbana ou rural, elitizada, de classe média ou popular, se a área apresenta altos índices de desenvolvimento econômico ou se é uma região periférica, pobre, etc.).

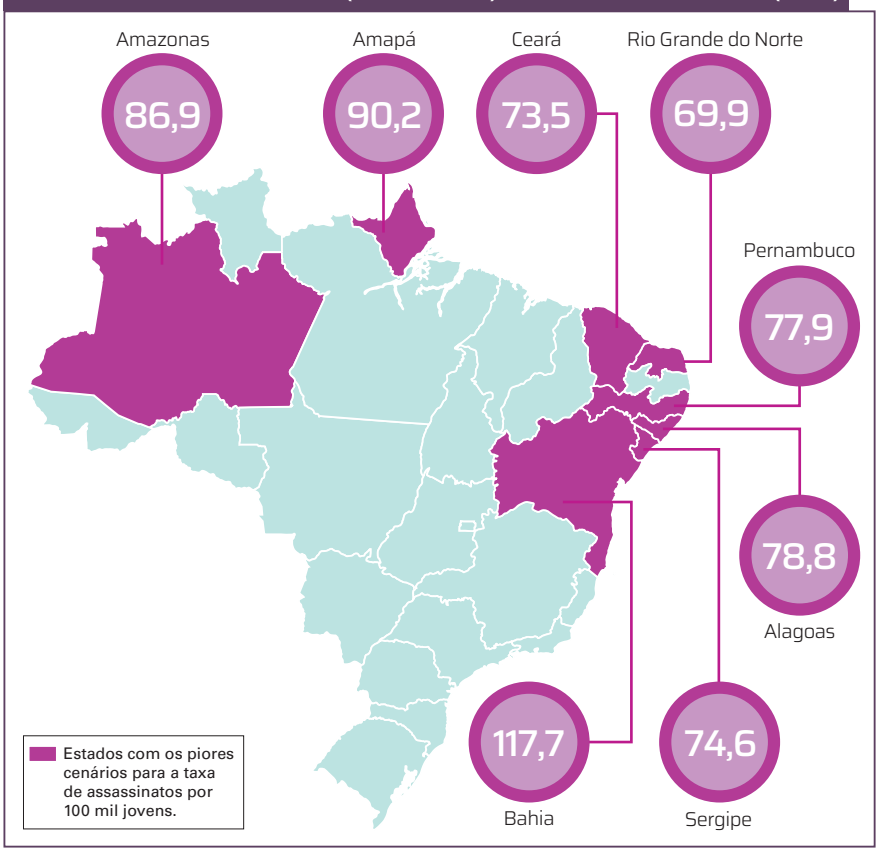
De acordo com os dados coletados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), em 2020, cerca de 71% da população dos países-membros dessa organização afirmou se sentir segura ao andar sozinha à noite. Porém, essa média geral não reflete o caso brasileiro, cujo índice é inferior a 40%. Há países, como Finlândia, Noruega, Islândia e Suíça, nos quais a média alcança 85%. Essa disparidade evidencia a complexidade da questão da segurança pública.

O debate acadêmico sobre a violência e a criminalidade no Brasil cresceu bastante, especialmente nas décadas posteriores à abertura do regime militar. Como forma de analisar e compreender a violência de Estado que vigorou no período da ditadura, os estudos avançaram muito em diferentes áreas do conhecimento, como Psicologia, Estatística, Antropologia e Sociologia.

Atualmente, os indicadores sobre segurança pública, criminalidade e violência são construídos com base em dados coletados e analisados pelas Secretarias de Segurança Pública estaduais. Esses dados são disponibilizados, geralmente, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e, com base neles, as unidades federativas podem organizar seus planos de ação para contingenciar a violência e a criminalidade.

Observe, a seguir, alguns dos indicadores sobre segurança pública e juventude.

BRASIL: HOMICÍDIOS DE JOVENS (15 A 29 ANOS) POR 100 MIL HABITANTES (2022)



Adilson Secco/ID/BR

Fonte de pesquisa: Cerqueira, Daniel; Bueno, Samira (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.

Não escreva no livro.

Crime organizado

De acordo com o professor e advogado Pedro Dallari (1959-), a segurança pública é um direito fundamental de todas as pessoas:

> A célebre Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que "todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". No entanto, o crescimento do crime organizado ameaça não só a segurança das pessoas, mas, ao comprometer o funcionamento regular dos órgãos públicos, pode prejudicar gravemente a prestação dos serviços de saúde, educação e transporte, direitos também previstos na Declaração. Em síntese, como a promoção dos direitos humanos depende do bom desempenho dos órgãos públicos, deve ser dada prioridade ao combate ao crime organizado e a uma situação que ameaça o próprio funcionamento do Estado.
>
> Lemos, Simone. Em 2024, segurança pública é prioridade para os direitos humanos no Brasil. *Jornal da USP*, 20 fev. 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/em-2024-seguranca-publica-e-prioridade-para-os-direitos-humanos-no-brasil/. Acesso em: 26 jun. 2024.

No entanto, as frentes de violência e criminalidade são múltiplas e seu combate envolve esforços de diferentes áreas do governo, e não apenas a de segurança pública. Trata-se de problemas endêmicos que impedem que parte da população exerça seus direitos plenamente.

Um dos maiores problemas de segurança pública hoje é o crime organizado, assim denominado por se tratar de grupos coordenados e estruturados que movimentam grandes quantidades de lucros obtidos mediante um conjunto de atividades ilegais. Como empresas do crime, a gama de ação é variada: assaltos, sequestros, furtos de grande porte, tráfico de armas e drogas, trabalho análogo à escravidão e exploração de prostituição.

Organizados em facções ou milícias, são grupos que construíram estruturas empresariais, muitas vezes de grande porte, para as atividades criminosas, como laboratórios e escritórios, além de desenvolver esquemas de logística para atuar em todo o território nacional e também internacional, envolvendo meios de transporte (carros particulares, ônibus, caminhões e até aviões); galpões para armazenamento de cargas ilegais; empresas de fachada para lavagem de dinheiro; e pagamento de **subornos** para evitar ou mesmo paralisar investigações das autoridades (financiando esquemas de corrupção).

suborno: pagamento a uma pessoa para induzi-la a realizar ou permitir ações ilícitas.

O crime organizado não é um problema enfrentado apenas pelo Brasil. No caso da América Latina, fatores como pobreza, pouco acesso à educação e facilidade de acesso às armas de fogo contribuem para a ascensão de grupos criminosos organizados. De acordo com dados coletados pela Organização das Nações Unidas (ONU), o crime organizado movimentou mais de 2 trilhões de dólares em 2019.

REFLEXÃO

Lavagem de dinheiro

No Brasil, os lucros e as transações comerciais de uma empresa são declarados à Receita Federal. Dessa forma, o Estado pode acompanhar o desenvolvimento econômico nacional e também realizar a cobrança correta de impostos. Esses tributos são revertidos para a população com investimentos nas estruturas de saúde pública, educação, segurança, etc. e sua manutenção. Para evitar que o dinheiro obtido por meio de práticas ilegais seja apreendido pelo Estado – e, assim, os crimes sejam descobertos –, as organizações criminosas desenvolvem esquemas de lavagem de dinheiro.

1. Dialogue com os colegas sobre as questões a seguir.

a) De que modo os dados sobre a violência, indicados no item "Segurança pública", podem se relacionar com os esquemas de lavagem de dinheiro?

b) Por que a lavagem de dinheiro é prejudicial à sociedade?

Há soluções possíveis?

O crime organizado desafia as sociedades de diferentes países. Essas organizações operam nas brechas deixadas pelo Estado e contam com o apoio de pessoas que se beneficiam, de algum modo, dessa atuação em atividades criminosas.

Para a maior parte dos especialistas, o contexto de desigualdade social no Brasil contribui muito para que sejam buscadas opções ilícitas de enriquecimento. E isso ocorre em diferentes níveis: em um extremo, há os grupos em situação de pobreza e de extrema pobreza, com poucas chances de sobreviver, e que buscam no crime um caminho de vida. De outro lado, há os grupos privilegiados, para os quais a maioria dos crimes pode ficar impune, que atuam em esquemas de corrupção e desvio de dinheiro. Em ambos os níveis, a sociedade brasileira perde tanto em vidas quanto em recursos que poderiam ser revertidos à população.

Assim, são necessárias mudanças estruturais para que o Brasil se torne uma nação que garanta a segurança de seus cidadãos. Pensando nisso, os pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicaram o documento *Violência e segurança pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo*. Partindo de inúmeros dados e análises sobre a segurança pública, esse grupo criou cenários possíveis para a situação do Brasil, de acordo com a continuidade ou com a transformação das políticas. Esses pesquisadores apontam determinadas ações que poderiam transformar positivamente o cenário da segurança pública do país.

Conheça algumas dessas ações a seguir.

ID/BR

1. Investir na redução das vulnerabilidades sociais, principalmente nas áreas mais violentas.
2. Redirecionar a política de droga para a redução da demanda, visto que até hoje o foco na contenção da oferta não conseguiu reduzir o consumo e tem efeitos deletérios sobre a segurança pública, como corrupção, violência policial, conflitos dentro e entre quadrilhas, execução de usuários com dívidas e alto número de prisões de pequenos traficantes.
3. Fortalecer o controle sobre armas de fogo.
4. Fomentar a aplicação de alternativas penais e a reforma do sistema penitenciário. Hoje, o monitoramento eletrônico possibilitou o início de um debate com a sociedade sobre vigiar condenados fora das prisões e unidades de internação, o que abre a real possibilidade de a prisão ser descartada como pena principal. [...] Além disso, é necessário criar condições, por exemplo, com projetos de educação, cidadania e formação profissional, para que os apenados e sancionados rompam com uma trajetória associada à criminalidade.
5. Melhorar o financiamento da segurança pública, que passa pela valorização dos profissionais da área, bem como garantir recursos para as ações de prevenção.
6. Investir em polícia investigativa, perícia e inteligência policial para assegurar, como já é feito em muitos casos, o levantamento de provas que garantam a responsabilização dos envolvidos e a interrupção da atuação de infratores recorrentes.

Ferreira, Helder; Marcial, Elaine; Alencar, Joana. Posfácio – Resultados preliminares do projeto A segurança pública no Brasil: uma visão prospectiva. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, n. 33, dez. 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11734/20/BAPI_33_Artigo_19.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

INTERAÇÃO

1. Relacione as recomendações dos especialistas em segurança pública do Ipea à situação retratada nos dados apresentados no item "Segurança pública". Em sua opinião, de que modo as ações listadas aqui podem impactar a realidade dos jovens brasileiros? Você considera isso positivo? Explique.

Não escreva no livro.

Acesso à cultura

Os indicadores sociais também impactam os níveis de acesso à cultura que um indivíduo tem em uma sociedade, retomando os índices relacionados à renda que você analisou no início do capítulo.

Essa situação reflete mais uma continuidade histórica dos municípios brasileiros, associada às desigualdades sociais. Uma delas é a distribuição dos equipamentos culturais – como teatros, salas de cinema, museus, galerias, centros culturais, salas de concertos e bibliotecas –, que, em geral, se concentram nos grandes centros urbanos. De acordo com dados do IBGE, em 2021, 29,2% dos municípios de pequeno porte (com 10 mil a 20 mil habitantes) apresentavam dois tipos de equipamento cultural.

Outra questão do acesso à cultura é a renda. Usufruir de espaços de cultura nem sempre é gratuito e, se for necessário realizar deslocamentos para chegar aos equipamentos culturais, há ainda os custos com o transporte. A questão orçamentária também atinge as produções culturais: nem sempre há investimento garantido ou suficiente para a realização de projetos culturais nacionais.

Entretanto, o acesso à cultura é garantido pela Constituição e, por isso, o governo deve criar estratégias para fomentar a cultura e o acesso de toda a população a ela. Em 2012, o Plano Nacional de Cultura (PNC) foi lançado pelo governo federal com esse objetivo. Organizado em 53 metas, o plano estabelece princípios, objetivos e diretrizes que devem ser seguidos pelo poder público para formular e implementar políticas culturais. As metas são distribuídas entre os grupos indicados a seguir.



Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-cultura. Acesso em: 27 set. 2024. Ministério da Cultura/Governo Federal

ID/BR

Não escreva no livro.

Iniciativas e mudanças estruturais

A partir de 2012, com o início da implementação das ações do PNC, foi possível identificar algumas tendências de melhorias em relação ao acesso à cultura no país. Trata-se de um cenário que continua desafiador, mas que apresenta melhoras à medida que as políticas públicas vão sendo desenvolvidas. Um exemplo disso é a taxa dos municípios de pequeno porte que apresentavam dois tipos de equipamento cultural em 2012. De acordo com o IBGE, em 2021, a taxa passou de 24,2% para 29,2%.

Conheça a seguir algumas ações derivadas do PNC que impactaram diferentes comunidades brasileiras.



Tarcisio Schnaider/Pulsar Imagens

Ribeirinhos da comunidade no município de Breves (PA). Apoiar e promover publicamente a valorização da diversidade cultural e o respeito, com foco nos povos indígenas e outras comunidades tradicionais, é a Meta 6 do PNC. Foto de 2023.



Lucas Lacaz Ruiz/Fotoarena

Estudantes do Instituto Embraer em São José dos Campos (SP). Ampliar em pelo menos 100% (em relação a 2012) o total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, à formação e à produção e difusão do conhecimento faz parte da Meta 19 do PNC. Foto de 2023.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Ministra da Cultura Margareth Menezes (1962-) na cerimônia de abertura da 4ª Conferência Nacional de Cultura em Brasília (DF). As conferências nacionais de cultura incentivam a participação da sociedade na elaboração e na avaliação das políticas públicas de cultura, objetivo da Meta 49 do PNC. Foto de 2024.



Rubens Chaves/Pulsar Imagens

Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) em Breves (PA). A construção de CEUs e a criação de mil espaços que integrem lazer, esportes, formação profissional, inclusão digital e serviços de assistência social fazem parte da Meta 33 do PNC. Foto de 2022.



Sputnik 360/Shutterstock.com/ID/BR

Centro histórico da cidade de Goiás (GO), cuja estrutura é protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A criação de 15 mil pontos de cultura, em parceria entre os governos federais, estaduais e municipais, é a Meta 23 do PNC. Foto de 2024.



Rubens Chaves/Pulsar Imagens

Apresentação de tambor de crioula em São Luís (MA). Eventos como esse contribuem para a realização da Meta 4, política de valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais, e da Meta 18, que visa à qualificação de pessoas em cursos, fóruns, oficinas e seminários sobre gestão cultural e demais áreas da cultura. Foto de 2023.

Não escreva no livro.

Superando as desigualdades

Ao longo das últimas décadas, após o período de redemocratização com o fim da ditadura civil-militar, a participação da população em eleições diretas para presidente, a Constituição Federal de 1988, a consolidação da democracia no Brasil e os diferentes governos que se sucederam até os dias atuais, alguns avanços e retrocessos podem ser verificados em diversos aspectos de nossa realidade.

Fatores econômicos externos muitas vezes contribuem favorável ou negativamente para acelerar ou refrear o desenvolvimento do país, dependendo do contexto, mas as políticas públicas são decisivas para estimular a diminuição das desigualdades, ampliar a cidadania e garantir os direitos sociais a todos os cidadãos brasileiros.

Para enfrentar momentos de crise, oferecer serviços públicos de qualidade para toda a população e superar desafios ainda presentes em nossa sociedade é necessário um profundo comprometimento dos governos com a elaboração e a implantação de políticas democráticas e de programas sociais, assim como da população por meio da mobilização e da participação política para pressionar os diversos setores governamentais e sociais na conquista por direitos.

O período da pandemia de covid-19, por exemplo, foi bastante desafiador para uma parcela dos brasileiros e da população mundial. No Brasil, a economia entrou em um processo de retração, o desemprego aumentou, a capacidade de compra do salário mínimo diminuiu, os preços dos artigos de cesta básica aumentaram, os valores dos aluguéis subiram, os jovens estudantes foram afetados por uma educação a distância que dependia de computadores e acesso à internet, alguns serviços públicos e programas sociais tiveram seu orçamento reduzido, as mulheres foram prejudicadas com o aumento das tarefas domésticas, a falta de creches para os filhos pequenos e a diminuição da renda familiar, etc.

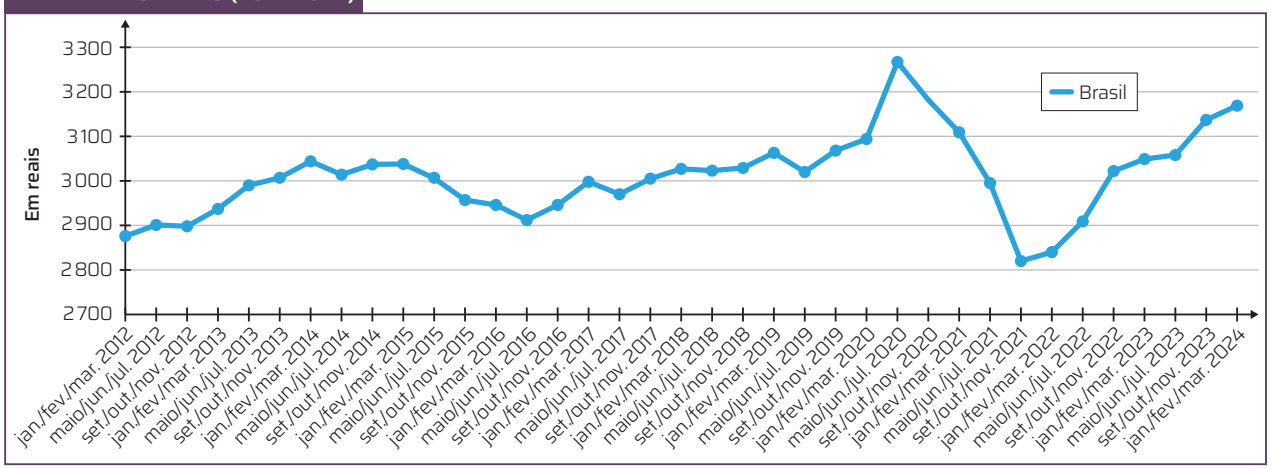
Nesse contexto da pandemia, os anos de 2020 e 2021 foram os mais críticos dos pontos de vista econômico e social. A recuperação iniciou-se em 2022 e 2023, mas ainda de forma lenta, demonstrando que serão necessários grandes esforços e a longo prazo para tornar a sociedade brasileira mais igualitária, mais justa, democrática e mantenedora do pleno acesso à cidadania a toda a população.

Vamos analisar o desenvolvimento de um direito social fundamental ao longo dos últimos anos para refletir sobre as perspectivas históricas que temos pela frente. Observe o gráfico "Rendimento médio (2012-2024)", que mostra o rendimento médio dos brasileiros no período apontado.

> Conforme dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Dieese [...], o custo do conjunto de gêneros alimentícios ficou em R$ 791,82 [...], em maio de 2023. Assim, o salário mínimo nacional de R$ 1 320,00 tinha, naquele momento, poder de compra equivalente a 1,67 cesta básica. Em 1º de janeiro [de 2024], estimando uma cesta com valor de R$ 772,51, o salário mínimo poderá comprar 1,83 cesta básica.
>
> Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Salário mínimo de R$ 1412,00 em 2024. Nota técnica n. 281, 27 dez. 2023. p. 10. Disponível em: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2023/notaTec281salarioMinimo.html. Acesso em: 25 jun. 2024.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), houve um aumento real do salário mínimo em relação à inflação e aos preços dos produtos da cesta básica em 2024, em comparação com 2020.

RENDIMENTO MÉDIO (2012-2024)



Renan Oracici/ID/BR

Fonte de pesquisa: PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Séries históricas. IBGE, [20--]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas. Acesso em: 25 jun. 2024.

ATIVIDADES

1 Neste capítulo, você conheceu alguns desafios enfrentados pela sociedade brasileira nos quesitos renda, segurança pública e acesso à cultura. Com base nos debates e dados analisados, escreva uma dissertação relacionando esses três itens à sua vida, como jovem cidadão brasileiro. Você pode abordar, por exemplo, o modo como as políticas públicas nessas áreas refletem em seu cotidiano. Depois, compartilhe seu texto com os colegas.

2 Faça uma pesquisa dos indicadores sociais e das políticas públicas existentes ou em planejamento na região onde você mora. Com base nos resultados da pesquisa, responda às questões a seguir.

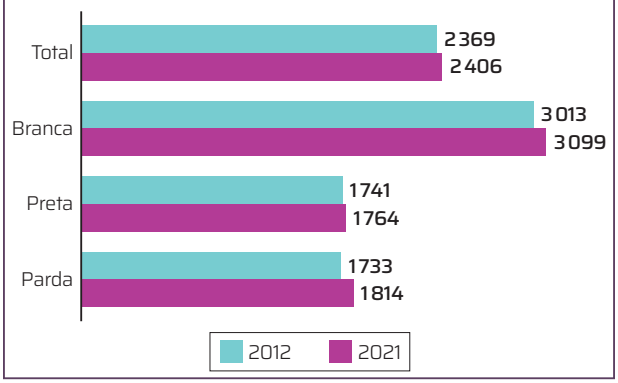
a) Quais foram os impactos que as políticas públicas tiveram no município e no estado onde você reside?

b) Em sua opinião, quais foram os três impactos principais? Quais foram os critérios utilizados para que você chegasse a essa conclusão?

c) Com base nas informações obtidas sobre indicadores sociais e políticas públicas onde você vive, há aspectos que precisam ser melhorados, em sua opinião? Quais?

3 Observe e analise os dados do gráfico a seguir, que mostra o rendimento médio real das pessoas ocupadas no Brasil em dois períodos, 2012 e 2021, de acordo com o critério de cor ou raça. Em seguida, observe o quadro que representa os índices de pessoas brancas, pretas ou pardas em cargos gerenciais e abaixo das linhas de pobreza em 2021. Depois, responda às questões propostas.

BRASIL: RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS (R$/MÊS) (2012 E 2021)



Renan Oracic/ID/BR

Fonte de pesquisa: IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas*: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 48, p. 1, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL: MERCADO DE TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (2021)

Renan Oracic/ID/BR

Cargos gerenciais
2021

69,0% ocupados por brancos × **29,5%** ocupados por pretos ou pardos



Pessoas abaixo das linhas de pobreza
2021

Inferior a...	US$ 1,90/dia	US$ 5,50/dia
Branca	5,0%	18,6%
Preta	9,0%	34,5%
Parda	11,4%	38,4%

Fonte de pesquisa: IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas*: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 48, p. 1, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

a) Houve aumento do rendimento médio real das pessoas ocupadas no Brasil, de 2012 a 2021? Todos os grupos representados tiveram crescimento médio real de rendimento nos dois períodos?

b) O que é possível concluir por meio da análise do gráfico?

c) De que maneira os dados do quadro complementam os dados apresentados no gráfico?

Não escreva no livro.

4 **Qual é a situação da segurança pública em seu município? E em seu estado? Forme dupla com um colega e pesquisem os principais indicadores sociais sobre esse tema, referentes ao estado e ao município onde vivem. Concluída a pesquisa, sigam as orientações abaixo.**

a) Sistematizem os dados em tabelas ou gráficos, escrevendo parágrafos explicativos para cada item.

b) Apresentem os resultados para a turma e ouçam as descobertas realizadas pelas outras duplas.

c) As pesquisas que realizaram refletem as ações indicadas pelo Ipea para 2023? Analisem os dados obtidos com a pesquisa para responder. Se os dados não indicarem uma resposta significativa, retomem a etapa de pesquisa, buscando informações sobre o tema em publicações impressas ou digitais.

d) O que precisa ser melhorado em relação à segurança pública do município e do estado onde vocês vivem? Elaborem uma lista coletiva, utilizando os resultados das pesquisas realizadas pelas duplas, e encaminhem-na para a Secretaria de Segurança Pública do estado onde vivem. Lembrem-se de escrever um texto explicativo, contando sobre os debates e as pesquisas realizados. Solicitem, ainda, uma devolutiva do governo, para que possam acompanhar os impactos da ação empreendida por vocês.

e) Compartilhem com a comunidade escolar as informações resultantes dessa ação.

5 **Retome as metas do PNC e faça o que se pede.**

a) Observe as fotos e as iniciativas apresentadas no tópico "Iniciativas e mudanças estruturais": Há alguma ação semelhante no município e no estado onde você vive? Realize uma pesquisa para responder a essa questão.

b) Se você fosse um governante, que ações realizaria em sua comunidade para garantir a todos os cidadãos o acesso à cultura? Como você faria isso? Faça uma pesquisa em publicações impressas ou digitais para elaborar um plano de ação passo a passo, como se seu projeto fizesse parte das políticas públicas locais. Apresente seu projeto para a turma.

6 **(UEL)**

Sobre violência e criminalidade no Brasil, assinale a alternativa correta.

a) As políticas repressivas contra o crime organizado são suficientes para erradicar a violência e a insegurança nas cidades.

b) As altas taxas de violência e de homicídios contra jovens em situação de pobreza têm sido revertidas com a eficácia do sistema prisional.

c) As desigualdades e assimetrias nas relações sociais, a discriminação e o racismo são fatores que acentuam a violência no Brasil.

d) A violência urbana contemporânea é resultado dos choques entre diferentes civilizações que se manifestam nas metrópoles brasileiras.

e) O rigor punitivo das agências oficiais no combate à criminalidade impede o surgimento de justiceiros e milícias.

7 **(FGV)**

O Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei n. 12 343, de 2 de dezembro de 2010, tem por finalidade o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas à proteção e à promoção da diversidade cultural brasileira. Elaborado por meio de ampla participação da sociedade e dos gestores públicos, o Plano estabelece metas para um período de dez anos. Quanto ao tema, analise os objetivos a seguir:

I. profissionalizar e especializar a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;

II. reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira;

III. ampliar a presença e o intercâmbio dos gestores culturais brasileiros no mundo contemporâneo;

IV. consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais.

São objetivos do Plano Nacional de Cultura somente:

a) I e II;

b) I e III;

c) I e IV;

d) II e IV;

e) III e IV.

PRÁTICAS DE TEXTO

DEBATE REGRADO

Proposta

Com base nos desafios abordados neste capítulo e nos programas sociais e projetos políticos estudados no capítulo anterior, você e os colegas vão realizar um debate regrado em sala de aula para discutir e defender uma proposta política com o objetivo de apresentar possíveis soluções para problemas enfrentados na atualidade. A proposta pode ser formulada em diferentes formatos, como um programa social que visa ampliar o acesso aos direitos da população e à cidadania e reduzir as desigualdades ou como um projeto de intervenção econômica na infraestrutura urbana ou nos sistemas de serviços públicos, para estimular o desenvolvimento social, cultural, educacional e econômico, por exemplo. O debate deve ser realizado oralmente e seus participantes devem apresentar argumentos para convencer o público sobre determinado tema ou proposta.

Público	Estudantes da turma.
Objetivo	Avaliar e discutir diferentes projetos políticos que visem à superação de problemas de interesse público e social que afetam a vida das pessoas no cotidiano do município onde os estudantes moram ou no Brasil de uma forma mais geral, por meio de argumentos consistentes.
Circulação	Sala de aula.

FG Trade/iStock/Getty Images



Estudantes realizam debate com professores em São Paulo (SP). Foto de 2020.

Planejamento e elaboração

1 **Organizados em dois grupos, apresentem propostas e opiniões a respeito de um tema de interesse público (exemplos: saúde, educação, segurança pública, leis trabalhistas, etc.), com base em uma das perspectivas político-econômicas a seguir:**

- neoliberalismo;
- desenvolvimentismo.

2 **Com o auxílio do professor, definam o tema de interesse público que os estudantes da turma gostariam de debater. A definição do tema pode ser feita por meio de uma conversa, em que todos cheguem facilmente a um consenso, ou por meio de votação. Nesse caso, antes de iniciar a votação, façam a sugestão de alguns temas que considerem importantes.**

3 **Definam as funções dos participantes.**

- Depois de definido o tema do debate, a turma deve se organizar em três grandes grupos. Dois deles devem compor os grupos de debatedores, que apresentarão argumentos diferentes para o tema escolhido, os contra-argumentos para as posições levantadas e responderão às perguntas feitas pelo público. Dessa forma, cada grupo vai defender uma visão diferente a respeito de um problema de interesse público. A perspectiva de abordagem de cada grupo deve ser definida previamente, por meio de um sorteio.
- O terceiro grupo formará o público, que irá propor perguntas aos debatedores.
- Um estudante deve ficar de fora dos grupos para fazer a mediação do debate.

4 **Definam as regras.**

- Todo debate precisa ter regras que sejam de conhecimento de todos os participantes.
- É necessário estipular o tempo de fala dos debatedores e os blocos de perguntas. O tempo para as réplicas e tréplicas também deve ser definido antecipadamente.
- A quantidade de perguntas que serão feitas pelo público e pelo(a) mediador(a) deve ser estipulada antes do início da organização do debate.
- As perguntas do público deverão ser feitas por escrito com uma breve contextualização e lidas durante o debate regrado pelo(a) mediador(a).
- Por fim, é necessário escolher a data de realização do debate, com a orientação do professor.

Não escreva no livro.

- O(A) mediador(a) coordenará o debate, apresentando os participantes e o tema, fazendo perguntas e controlando o tempo de fala de cada um.
- O grupo que formará o público também poderá fazer perguntas aos debatedores.

5 **Pesquisa e elaboração de argumentos e perguntas.**

- Cada grupo deve se organizar e se preparar previamente para o debate. Pesquisar sobre o tema que será apresentado e a perspectiva político-econômica que será defendida é fundamental para um debate com argumentos consistentes e confiáveis.
- O grupo que integrará o público também deve pesquisar sobre o tema e formular perguntas devidamente contextualizadas que serão apresentadas aos debatedores. O(A) mediador(a) também deve pesquisar sobre o assunto que será debatido com o grupo que representa o público e elaborar perguntas diferentes que serão feitas ao longo do debate.
- A pesquisa preparatória para o debate pode ser feita em livros, jornais, revistas, enciclopédias, *sites* de instituições governamentais, educativas e/ou científicas, entre outros meios de informação.

Luciana Whitaker/Pulsar Imagens



Estudantes realizam pesquisa na Biblioteca Parque da Rocinha, no Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2024.

6 **Realizem o debate na data combinada. O(A) mediador(a) deverá apresentar os participantes, o tema e as regras de participação e sortear a ordem de apresentação dos debatedores.**

7 **O debate pode ser realizado de diversas maneiras. A seguir, sugerem-se algumas etapas.**

- Pergunta do(a) mediador(a) ou do público sobre o tema abordado, sendo a primeira pergunta do(a) mediador(a).
- Resposta de cada um dos grupos, apresentando seus argumentos e propostas dentro do tempo determinado anteriormente.
- Segunda resposta dos grupos em relação aos apontamentos do grupo anterior.
- Encerramento final pelo(a) mediador(a), que deve sintetizar os argumentos apresentados pelos participantes, destacar o tema do debate e agradecer a presença dos participantes.

8 **Avaliem quantas rodadas serão necessárias antes do encerramento.**

9 **Todos os participantes devem expor seus argumentos de forma clara e objetiva, utilizando a linguagem formal, e respeitar os turnos de fala de cada um ou de cada grupo.**

Avaliação

1 **Os participantes se expressaram de maneira clara e objetiva, respeitando a pluralidade de opiniões e de ideias?**

2 **Os argumentos utilizados pelos debatedores foram consistentes? Quais foram os argumentos mais convincentes utilizados ao longo do debate?**

3 **Que conteúdos vocês aprenderam a respeito de cada perspectiva política no processo de pesquisa e no debate?**

Não escreva no livro.

POSSIBILIDADES DE FUTURO: A PERIFERIA

1. O que você entende por periferia?
2. As desigualdades sociais configuram-se como um dos principais desafios para o pleno acesso à cidadania e para a construção de uma realidade plenamente democrática. Como você percebe isso em seu cotidiano?

Ao longo deste livro, dialogamos em grande medida sobre ética e cidadania com foco no Brasil e na comunidade onde você vive. Analisamos problemas estruturais – construídos historicamente – e também como a democracia se constitui em nosso país. Mas e as possibilidades de futuro? Pensando nelas, vamos conhecer algumas iniciativas realizadas por indivíduos e coletivos que ocupam espaços nem sempre valorizados: as periferias.

Espaço geográfico, local de fala, identidade, a periferia é formada pela multiplicidade de percepções, vivências e experiências. Na maior parte das vezes vista negativamente, como lugar de impossibilidades, a periferia é, sim, um dos grandes emblemas da desigualdade social no país e de todas as mazelas que dela decorrem, mas é também a vida e a luta cotidiana de milhões de brasileiras e brasileiros.

A violência é uma das ideias mais comumente associadas à periferia, mas certamente não é a única a defini-la. Talvez um dos principais conceitos para compreendê-la seja a desigualdade, no que se refere tanto à distribuição de acessos e privilégios sociais quanto às diversas realidades periféricas pelo Brasil, tendo em vista que pensar periferias no Nordeste, por exemplo, exige reflexões e ferramentas distintas das necessárias para refletir sobre as experiências periféricas do Sudeste.

Mural da artista Ananda Santana em Santo Amaro (BA). Foto de 2023.



Ananda Santana/Acervo da artista

Não escreva no livro.

PERIFERIA: ESPAÇO E IDENTIDADE

Em um primeiro momento, a palavra "periferia" evoca a ideia daquilo que ocupa as margens, em oposição à ideia de centro. Essa acepção, que se baseia na oposição centro-periferia, foi apropriada por pesquisadores dos fenômenos urbanos na segunda metade do século XX para explicar os fenômenos e as dinâmicas decorrentes dos processos de crescimento urbano. Em sentido estrito, portanto, periferia refere-se às regiões que se encontram além da região central de determinada zona urbana.

É a partir das relações sociais, políticas e econômicas que se estabelecem nessas e com essas regiões que o significado de periferia se amplia, passando a abranger também o sentido de exclusão. Essa exclusão se refere ao processo pelo qual as camadas menos favorecidas da sociedade são "empurradas" para as regiões periféricas, em decorrência dos altos custos de vida e de moradia nas regiões ditas centrais (mesmo que não necessariamente se localizem no centro de determinada zona urbana). O alto custo dessas regiões, por sua vez, decorre de sua valorização imobiliária por fatores relacionados à infraestrutura, aos investimentos públicos e privados, etc.

Se, por um lado, a periferia se refere a esses espaços de não acesso (ou pouco acesso) à cidade, por outro, também se refere às pessoas que neles habitam, o que inclui (mas não se restringe a) pessoas de menor poder aquisitivo, bem como seus modos de vida, hábitos de consumo, suas produções culturais e identidades.

A noção de identidade (aquilo que é próprio do Eu e do Nós) é construída com a experiência da alteridade (aquilo que se refere ao Outro). O processo de exclusão mencionado anteriormente provoca a experiência da alteridade ao contrapor dois grupos sociais antagônicos: de um lado, o grupo dos que vivem no centro, a quem estão disponíveis os direitos sociais; do outro, os que vivem nas periferias e têm seu acesso negado a esses direitos. Daí surge o reconhecimento de uma identidade periférica, isto é, a identidade compartilhada entre aqueles que vivenciam a situação de exclusão em relação aos privilégios do centro.

REFLEXÃO

Múltiplas identidades

Ao considerarmos as experiências periféricas por todo o Brasil, é preciso levar em conta que, se, por um lado, existe uma noção de compartilhamento identitário entre os grupos excluídos dos privilégios sociais, por outro, as especificidades de cada região criam subjetividades, provocando novas experiências de alteridade entre os diversos grupos periféricos. Somam-se a essas especificidades outros recortes de subjetividade, como gênero, cor, orientação sexual, etc., originando, assim, múltiplas identidades periféricas.



Sergio Pedreira/Pulsar Imagens

Jovens em uma oficina de dança do projeto Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe, em Salvador (BA). Foto de 2024.



Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Jovem se apresenta durante *slam* de poesia na Feira Literária Internacional da Rocinha, no Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2024.

1. **Levando em consideração os recortes de subjetividade e a multiplicidade de identidades periféricas, você acredita que todos os sujeitos periféricos vivenciem a exclusão dos privilégios sociais da mesma maneira? Por quê?**
2. **Em sua opinião, é possível que indivíduos que integram um mesmo grupo identitário possam oprimir outros sujeitos desse grupo que vivenciam uma subjetividade diferente da sua? Justifique com exemplos.**

PRODUÇÃO CULTURAL NAS PERIFERIAS

Não raramente, algumas pessoas dizem que *funk* não é música. Muitos se mostram indignados com a popularidade que esse estilo musical tem adquirido nos últimos anos e, muitas vezes, fazem um juízo de valor bastante negativo a respeito tanto dos que produzem quanto dos que apreciam esse tipo de música. A mesma lógica se aplica a diversas outras manifestações culturais que tiveram suas origens nas periferias, como o *rap*, o pixo, o passinho, os bailes de favela, entre outras, cuja existência, frequentemente, é associada à criminalidade pela opinião pública.

A estigmatização dessas produções culturais se insere no contexto das diversas opressões impostas às populações historicamente marginalizadas. Como estudado anteriormente, desde os tempos da escravidão, os ritmos e as demais expressões culturais negras são relegados à marginalidade, considerados inferiores, obscenos, criminosos e inapropriados. Essa marginalização corresponde a uma visão de mundo racista e etnocêntrica, que tem a branquitude como referencial e medida para a leitura de todo o mundo e, portanto, associa as produções culturais de matriz europeia a ideias como civilidade, evolução, bondade, limpeza e ordem, relegando à negritude a condição oposta a essas características.

Outro importante fator a ser levado em consideração se refere à criminalização da pobreza, que, nas especificidades da sociedade brasileira, também tangencia a questão do racismo. No contexto da emergência do capitalismo industrial, configura-se aquilo que o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) chamou de **sociedade disciplinar**, na qual as elites passam a se preocupar não somente com as infrações cometidas pelos sujeitos, mas com a identificação de grupos sociais considerados propensos à criminalidade por essas elites. Nesse sentido, a estigmatização das culturas periféricas também se insere no contexto do mito das classes sociais perigosas, mais inclinadas à criminalidade, sob a ótica das elites culturais.

Portanto, reconhecer e valorizar as produções culturais periféricas como legítimas manifestações culturais, que são elaboradas a partir de vivências e saberes dessas parcelas tão significativas da sociedade, correspondem a um ato de resistência contra a dominação cultural branca e elitista e, também, de reparação do direito de produzir cultura, que tem sido negado a diversos agentes sociais ao longo da história brasileira.



Walmor Carvalho/Fotoarena

Equipes de *break dance*, dançarinos e DJs durante evento no Metrô São Bento, centro de São Paulo (SP), para celebrar os cinquenta anos da cultura *hip hop*. O local reúne artistas de diversos bairros da cidade desde a década de 1980, sendo considerado o berço do *hip hop* no Brasil. Foto de 2023.

Não escreva no livro.

VOZES PERIFÉRICAS

Apesar da estigmatização das produções culturais periféricas, pode-se notar, por meio da visibilidade em redes socais de alguns artistas oriundos de periferias, bem como da extensa utilização de suas músicas em trilhas sonoras de novelas, que essas produções culturais têm adquirido grande destaque no cenário musical brasileiro.

Se, por um lado, a popularização de ritmos como o *rap* e o *funk* tem contribuído para diminuir estigmas e levar as vozes periféricas para além dos limites da periferia, por outro, evidencia uma lógica que as torna exóticas e, ao mesmo tempo, oculta identidades da periferia.

Por "tornar exótica" entende-se a valorização de aspectos idealizados dos cotidianos periféricos como algo diferente, cuja existência é condicionada à apreciação das classes dominantes como um passatempo ou lazer. Essa perspectiva, além de contribuir para a perpetuação de estereótipos, invisibiliza todos os demais aspectos do cotidiano das periferias que, porventura, não sejam tão agradáveis à sensibilidade das classes mais favorecidas da sociedade.

Outro aspecto a ser levado em consideração nessa dinâmica de projeção e ocultação é a forma de representação televisiva da periferia, elaborada geralmente a partir de uma visão externa, que enxerga o sujeito periférico não como um igual, mas como um outro, pertencente a um grupo distinto. Esse outro é, na maioria das vezes, representado de forma subalterna, não como um sujeito que produz as próprias narrativas, mas como um objeto passivo diante das intempéries do destino.

Subjetividades

A projeção das musicalidades periféricas tem contribuído para que outras vozes marginalizadas também sejam ouvidas. É o caso, por exemplo, de artistas mulheres e LGBTQIA+ em periferias, que sofrem uma dupla marginalização: por seu local de origem e pelo gênero e/ou pela orientação sexual com que se identificam.

A cena musical periférica e o *rap*, em especial, se configuraram como ambientes predominantemente masculinos e **heteronormativos**, muitas vezes reprodutores de estereótipos e preconceitos relacionados a gênero e sexualidade. A produção musical de artistas mulheres e LGBTQIA+ desafia essa lógica da heteronormatividade masculina e dá voz às subjetividades das periferias, retratando suas vivências, dores, violências, lutas e empoderamentos.

heteronormativo: refere-se a valores, ações e conceitos que são pautados com base em um referencial relacionado à heterossexualidade.



Bruno Santos/Folhapress

As gêmeas Tasha e Tracie (1995-) durante *show* em São Paulo (SP). Elas são vozes bastante emblemáticas do *rap* feminino na atualidade. Com suas letras e batidas fortes, a dupla relata o cotidiano e a luta de mulheres negras na periferia. Foto de 2023.



Adriano Vizoni/Folhapress

A cantora e ativista trans Linn da Quebrada (1990-) durante um *show* em São Paulo (SP). Ela faz de seu corpo e de sua arte um instrumento de resistência contra a violência direcionada a corpos negros, trans e periféricos. Foto de 2023.

PERIFERIA LITERÁRIA

Apesar de desempenhar um papel recorrente como tema e objeto das produções literárias do país, a periferia e os indivíduos que nela habitam têm adquirido destaque na literatura nacional ao longo das últimas décadas. A grande mudança se relaciona ao protagonismo periférico nessas produções literárias: a periferia deixa de ocupar um papel de objeto, representada pelo olhar externo, para ocupar o papel de protagonista, enquanto local de produção literária, desenvolvida pelos próprios sujeitos que dela fazem parte. Em outras palavras, é a periferia representando a si mesma.

Sobre essa produção literária periférica, leia o que o poeta mineiro Sérgio Vaz (1964-) escreve:

> A periferia, que sempre foi lugar de gente trabalhadora e supostamente ninho da violência, como [...] as autoridades nos fazer acreditar, ganhava, às custas de sua própria dor e da sua própria geografia, uma nova poesia, a poesia das ruas.
>
> Uma poesia única, que nasce do mesmo barraco de Carolina de Jesus, que brota da panela vazia, do salário mínimo, do desemprego, das escolas analfabetas, do baculejo na madrugada, da violência que ninguém vê, da corrupção e das casas de alvenaria fincadas nos becos e vielas das favelas das periferias da Zona Sul de São Paulo.
>
> Uma poesia dura, seca, sem papas na língua, ora sem crase, ora sem vírgula, mas ainda assim poesia, com cheiro de pólvora, com gosto de sangue, com o pus da doença sem remédio, com o pé descalço, com medo, com coragem, com arregaço, com melaço da cana, com o cachimbo maldito, mas que caminha com endereço certo: o coração alheio.
>
> A poesia tinha ganhado as ruas e nunca mais seria a mesma.
>
> A Academia? Que comam brioches!
>
> Vaz, Sérgio. *Cooperifa*: antropofagia periférica. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. p. 115.

Um dos grandes marcos dessa literatura periférica são os saraus, entre os quais podem-se citar os saraus da Cooperifa, que ocorrem desde 2001 na zona sul da cidade de São Paulo, como um dos precursores desse movimento. Nesses saraus, espaços comuns são ressignificados enquanto palco de expressão literária, no qual os poetas da periferia apresentam suas obras.

A iniciativa dos saraus de periferia tem se disseminado por diferentes regiões do Brasil, atraindo públicos cada vez mais diversificados, que não se restringem somente aos que habitam as regiões periféricas. Os saraus inspiram também outros movimentos que têm por objetivo divulgar as produções literárias das periferias feitas a partir da ótica e da subjetividade dos que nelas vivem.



Roberto Sungi/Ato Press/Folhapress

Perifacon, evento voltado à cultura *nerd* e *geek* na periferia, em São Paulo (SP). Foto de 2024.

Não escreva no livro.

EMPREENDEDORISMO PERIFÉRICO

Nos últimos anos, diversas ações empreendedoras originadas nas periferias brasileiras têm chamado a atenção de pesquisadores do mercado financeiro e também da população em geral para uma das inúmeras contradições que caracterizam esses espaços: apesar da exclusão social e financeira, as periferias não se configuram como espaços econômicos inférteis. Essas ações vêm demonstrando que elas têm um potencial econômico com características específicas e que é possível, sim, empreender nessas regiões não somente como alternativa à crescente escassez de trabalhos formais no país, mas também como forma de gerar impactos sociais positivos que transformem a realidade da comunidade.

A matéria a seguir, publicada em novembro de 2019 pela plataforma Ecoa, trata da primeira edição do G10 Favelas, iniciativa de lideranças comunitárias periféricas que, à semelhança das reuniões dos blocos econômicos mais poderosos do mundo, buscam discutir formas de cooperação econômica entre as comunidades de todo o país.

G10 Favelas. Fac-símile: ID/BR



O G10 Favelas atua para o desenvolvimento de ações que promovam o protagonismo nas comunidades de diversas cidades brasileiras.

Realizada [...] em Paraisópolis, na capital paulista, a primeira edição do G10 Favelas – Slum Summit (Cúpula das Favelas, em tradução livre) marcou a formação do bloco que reúne as dez favelas brasileiras com maior poder econômico do país. O objetivo da iniciativa é juntar esforços para buscar investimentos para os negócios locais.

[...]

No evento, que aconteceu no ginásio de Paraisópolis e reuniu pelo menos 720 pessoas (a lotação do local), os organizadores anunciaram que, por meio de um financiamento coletivo, pretendem arrecadar R$ 2 milhões para investirem em projetos construídos dentro das regiões periféricas. O plano é que o evento volte a acontecer anualmente.

[...]

"Queremos incentivar as pessoas de fora e [de] dentro da comunidade a olhar para cá como um grande potencial de negócios. Com isso, vamos conseguir desenvolver as comunidades e elas vão passar a não depender apenas de recursos externos", explica Daniel Cavaretti[,] fundador do Canal Transformadores e idealizador do G10.

De acordo com um estudo realizado pela empresa de comunicação Outdoor Social em 2018, juntas, essas comunidades teriam um potencial [de] consumo de R$ 7,7 bilhões no ano seguinte. Foi a partir desse dado que os líderes comunitários tiveram a ideia de criar o grupo.

O objetivo é que as conquistas do G10 sejam compartilhadas com outras favelas brasileiras também. "Queremos que qualquer favela possa ser agente de sua própria transformação e que possa trocar experiências umas com as outras", afirma Gilson [Rodrigues, presidente da União de Moradores de Paraisópolis e um dos idealizadores do G10].

Komukai, Debora. Primeiro G10 Favelas: as dez comunidades mais ricas do Brasil se unem. Ecoa/UOL, São Paulo, 25 nov. 2019. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2019/11/25/primeiro-g10-favelas.htm. Acesso em: 2 ago. 2024.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Uma das formas de empreendedorismo que mais têm se destacado nos últimos anos é o empreendedorismo social, também conhecido como empreendedorismo de impacto. Em linhas gerais, pode-se dizer que essa forma de empreendedorismo se caracteriza por ações locais que visam à resolução ou à minimização de determinada situação-problema em uma comunidade, causando, assim, impactos positivos e gerando transformações sociais na comunidade em questão.

A ideia de empreendedorismo social em si não é nova e diversas empresas têm atuado nesse setor. Entretanto, nos últimos anos, indivíduos das periferias têm se destacado ao empreender socialmente em suas comunidades. Segundo pesquisadores do fenômeno, esse tipo de empreendimento feito de dentro representa diversos ganhos, tanto no sentido de incentivar o protagonismo e a independência financeira das regiões periféricas quanto pelo conhecimento adquirido acerca da realidade, dos problemas e das dinâmicas locais.



Ligia Skowronski/Abril Comunicações S.A.

Thiago Vinicius (1989-) é um empreendedor paulistano que atua em regiões periféricas da cidade. Nascido e criado no Campo Limpo, bairro da periferia da zona sul de São Paulo (SP), Thiago está à frente de diversas ações empreendedoras que promovem impactos sociais nas regiões onde ocorrem. Foto de 2022.

AÇÃO E CIDADANIA

Ação local

Como estudado anteriormente, as ações de empreendedorismo social têm um grande potencial para a resolução de situações-problema locais, bem como para o investimento em medidas de médio e longo prazo que causem impactos positivos e transformem a realidade de determinada comunidade.

À semelhança do que é feito nessas ações, reúna-se com quatro colegas para elaborar uma ação que tenha o objetivo de resolver ou minimizar alguma situação-problema da comunidade em que vocês vivem ou na qual a escola esteja inserida.

Para isso, vocês deverão:

a) Identificar uma situação-problema em sua região.

b) Elaborar um plano de ação com estratégias para a resolução ou a minimização dessa situação-problema.

c) Elaborar o cronograma do plano de ação.

d) Identificar parcerias que possam auxiliá-los na resolução dessa situação-problema.

e) Levantar os custos e prospectar recursos financeiros para viabilizar as estratégias elaboradas no item **b**.

f) Seguir as etapas estipuladas no cronograma do plano de ação.

g) Avaliar os resultados alcançados.

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 **No excerto da entrevista a seguir, concedida à revista *Cult*, a cantora e ativista Linn da Quebrada comenta sobre seu ativismo diante das violências da sociedade.**

O que é terrorista de gênero?

Eu lancei essa ideia porque eu acho que a violência da sociedade com alguns corpos, corpos como o meu, pretos, transviados, de quebrada, essa violência está posta. É necessário responder também com terror, com agressividade, colocando o meu corpo como arma, como protesto, manifesto, como pólvora diante desse sistema que é violento cotidianamente.

Eu penso, antes de tudo, que o "choque" é mais consequência e não causa do conservadorismo. Como é viver no Brasil e na zona leste nos últimos anos?

Exatamente. Ele é resposta. Essa violência, essa opressão, não só na zona leste, mas em toda a [cidade de] São Paulo, nos territórios por onde eu passei, sempre existiu. Essa hostilidade para corpos como o meu, negros, para corpos travestis, corpos trans, corpos pretos, está dada. O que tem mudado é a formação de redes com pessoas que vivem essa mesma situação ou situações semelhantes, estabelecendo parcerias para nos mantermos vivas. Juntas nós conseguimos nos manter mais fortes, nós conseguimos ocupar outros espaços, conseguimos nos proteger.

Trói, Marcelo de. Linn da Quebrada: o "cis-tema" só valoriza os saberes heterossexuais. *Cult*, 8 ago. 2017. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-linn-da-quebrada/. Acesso em: 2 ago. 2024.

a) Na entrevista, Linn da Quebrada menciona subjetividades que são vítimas da violência da sociedade. Quais são essas subjetividades?

b) Quais seriam as violências da sociedade?

c) Em sua opinião, por que essas subjetividades são vítimas de violência?

d) De que forma Linn da Quebrada luta contra essa opressão?

2 **Em dezembro de 2019, uma ação policial de dispersão de um baile *funk* em Paraisópolis, na zona sul da cidade de São Paulo, deixou nove mortos e doze feridos. Apesar de as mortes terem sido causadas por pisoteamentos durante a dispersão, a ação dos policiais foi marcada pelo uso desproporcional de violência contra os frequentadores do baile. Essa ação integrava um conjunto de ações conhecidas como "Operação Pancadão", que, segundo o *site* da Polícia Militar, tem como um de seus principais objetivos prevenir, pela dissuasão, a ocorrência de bailes em locais públicos.**

a) A realização de festas e eventos em espaços públicos, desde que atendendo a determinadas legislações, é considerada uma atividade permitida pela lei. Apesar disso, em muitas cidades, projetos de lei e ações policiais, como a descrita anteriormente, buscam medidas para coibir esse tipo de atividade. Em sua opinião, por que isso acontece?

b) Em sua opinião, o emprego da violência da Polícia Militar contra a população civil em ações que não incorram em crime se justifica? Por quê? Compartilhe sua reflexão com os colegas de turma.

3 **(Unicamp) Leia, a seguir, um excerto de "Terrorismo literário", um manifesto do escritor Ferréz.**

A capoeira não vem mais, agora reagimos com a palavra, porque pouca coisa mudou, principalmente para nós. A literatura marginal se faz presente para representar a cultura de um povo composto de minorias, mas em seu todo uma maioria. A Literatura Marginal, sempre é bom frisar, é uma literatura feita por minorias, sejam elas raciais ou socioeconômicas. Literatura feita à margem dos núcleos centrais do saber e da grande cultura nacional, isto é, de grande poder aquisitivo. Mas alguns dizem que sua principal característica é a linguagem, é o jeito que falamos, que contamos a história, bom, isso fica para os estudiosos. Cansei de ouvir: – "Mas o que cês tão fazendo é separar a literatura, a do gueto e a do centro". E nunca cansarei de responder: – "O barato já tá separado há muito tempo, foi feito todo um mundo de teses e de estudos do lado de lá, e do de cá mal terminamos o ensino dito básico."

(Adaptado de Ferréz. Terrorismo literário. *In*: Ferréz (org.). *Literatura marginal*: talentos da escrita periférica. Rio de Janeiro: Agir, 2005. p. 9, 12, 13.)

Ferréz defende sua proposta literária como uma

a) descoberta de que é preciso reagir com a palavra para que não haja separação entre a grande cultura nacional e a literatura feita por minorias.

b) comprovação de que, sendo as minorias de fato uma maioria, não faz sentido distinguir duas literaturas, uma do centro e outra da periferia.

c) manifestação de que a literatura marginal tem seu modo próprio de falar e de contar histórias, já reconhecido pelos estudiosos.

d) constatação de que é preciso reagir com a palavra e mostrar-se nesse lugar marginal como literatura feita por minorias que juntas formam uma maioria.

ESTÚDIO DE HISTÓRIA

JOANA MARIA PEDRO



Davi Augusto Studio/DJBR

Ao longo do capítulo, a temática da população periférica foi abordada de modo a fazer compreender que a estigmatização desses espaços e pessoas hoje é repensada e, portanto, novas possibilidades de narrativas dos sujeitos que habitam a periferia surgem a partir deles próprios. É o caso, por exemplo, de gêneros musicais como *rap* e *funk*, ou das muitas empresas que emergem da periferia e ganham destaque nas mídias e na sociedade.

No campo historiográfico, uma forma de compreender a expansão das possibilidades narrativas é identificada com a ampliação do que se passou a considerar como **sujeitos históricos**. Antes identificados somente entre os indivíduos pertencentes à elite econômica, política ou cultural, desde a metade do século passado, os historiadores buscam compreender a atuação dos que foram silenciados e até marginalizados, como: trabalhadores, mulheres, negros e indígenas. No Brasil, um nome importante na ampliação dos sujeitos históricos é a historiadora Joana Maria Pedro (1950-).

PERFIL

Nascida na cidade de Itajaí, município de Santa Catarina, Pedro graduou-se em História na Universidade do Vale do Itajaí, cursou mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado na Universidade de São Paulo, além de pós-doutorados na França e nos Estados Unidos, todos na área de História. A autora tem uma vasta publicação na área da história das mulheres, do feminismo e no campo da história oral, parte dela expressa no boxe *Obras-chave*.

OBRAS-CHAVE

Algumas delas em parceria com outros autores:

- *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil* (2023)
- *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul* (2010)
- *Práticas proibidas*: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX (2003)
- *Mulheres honestas e mulheres faladas*: uma questão de classe (1994)

EM LEITURA

Em entrevista à revista *Canoa do Tempo*, publicada pela Universidade Federal do Amazonas, no trecho a seguir a historiadora apresenta algumas considerações sobre sua área de atuação historiográfica e explica sua aproximação com a temática.

> Eu me envolvi com a História das Mulheres [...] porque, em 1986, coordenei um projeto coletivo e conseguimos um financiamento de pesquisa do CNPq para estudar "Escravidão e Preconceito em Santa Catarina". Na época, eu tinha apenas mestrado. Era professora da UFSC desde 1983. Por causa do centenário da abolição, o CNPq havia publicado um edital para projetos de pesquisa. Conseguimos recursos e três bolsas de iniciação científica.
>
> Coletamos dados em jornais de Santa Catarina, em processos judiciais, registros de polícia e normas de posturas do município. Foi no contato com estas fontes, especialmente nos periódicos, que percebi, e os estudantes que trabalhavam comigo me alertaram, a existência de várias publicações na forma de crônicas, piadas, quadrinhas, provérbios, que diziam como as mulheres deveriam ser e quais comportamentos não eram desejados. É importante destacar que muitas "recomendações" também eram direcionadas, embora fossem de outra maneira, após a abolição, para as pessoas que tinham sido escravizadas.
>
> Havia, também, uma questão pessoal. Eu nasci em Itajaí, cidade de Santa Catarina, que fica a 90 quilômetros de Florianópolis. Em 1982, eu tinha feito um concurso para professora na UFSC e fui chamada para assumir o cargo em 1983. Em Itajaí, eu tinha me separado de um casamento bem complicado [...] Enfim, eu estava vivendo uma

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, órgão criado em 1951 com o objetivo de incentivar a produção científica e formular políticas.

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.

Não escreva no livro.

superação. Ao ler estes textos publicados nos periódicos de Santa Catarina, sobre as mulheres, me fez ver como o preconceito era uma coisa antiga. Quero destacar que tínhamos um grupo de estudos e que, neste grupo, lemos muita coisa sobre escravidão e preconceito. Identifiquei-me com estas discussões. Eu vi que a desqualificação que os periódicos publicavam sobre as pessoas que tinham sido escravizadas, a forma como as infantilizavam, desconfiavam, eram muito semelhantes ao que diziam das mulheres.

Enfim, foi por participar desta pesquisa, publicada em 1988, pela editora Mercado Aberto, intitulada "Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX" [...], que eu me inspirei para fazer uma proposta de pesquisa e cursar o doutorado na USP. Quem me orientou foi Maria Odila Leite da Silva Dias, iniciando em 1988 e concluindo em 1992. A tese foi publicada pela Editora da UFSC, em 1994, com o título: "Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe" [...]. Durante o doutorado eu tive contato com muita leitura referente à História das Mulheres, feminismos e relações de gênero. Em São Paulo, criamos um grupo de estudos para discutir textos relacionados a estas questões.

USP: Universidade de São Paulo.

Silva, Júlio Cláudio da; Farias, Cláudia Maria de; Santos, Joceneide Cunha dos. Entrevista com Joana Maria Pedro. *Canoa do Tempo*, Amazonas, Ufam, v. 14, p. 2-3, 2022.

A narrativa de Joana Pedro evidencia meandros da historiografia, aspectos que influenciam as decisões tomadas pelos pesquisadores em suas áreas de pesquisa e suas considerações diante do levantamento de dados para o estudo.

1



Miguel Schincariol/AFP/Getty Images

2



Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

3



Wagner Vilas/Agência Enquadrar/Folhapress

O protagonismo de sujeitos históricos diversos, como o caso das mulheres, possibilita compreender e valorizar a atuação dessas pessoas na construção da História. Foto **1**, mulheres durante manifestação do Dia Internacional da Mulher, em São Paulo (SP), em 2023. Foto **2**, mulheres durante Marcha da Mulher Indígena, em Brasília (DF), em 2023. Foto **3**, mulheres em passeata no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, em São Paulo (SP), em 2024.

PARA CONCLUIR

1 De acordo com o texto, quais são as fontes históricas buscadas por Joana Maria Pedro e seu grupo de pesquisa para o desenvolvimento do projeto "Escravidão e preconceito em Santa Catarina"?

2 A leitura dessas fontes possibilitou à pesquisadora identificar que tipo de visão havia a respeito das mulheres?

3 Em sua opinião, qual é a importância da ampliação dos sujeitos históricos?

4 Além das fontes históricas, Pedro aborda sua trajetória pessoal e a influência de agências de fomento de pesquisa como parte da definição de seus estudos. Diante disso, o que você considera ser pertinente na escolha de um tema de pesquisa? Converse com os colegas e levantem hipóteses.

Não escreva no livro.

PRÁTICAS DE PESQUISA

FUTURO PROFISSIONAL

Para começar

Nesta unidade, estudamos muitos problemas presentes em nosso país nos últimos anos e discutimos a importância das políticas públicas e das ações individuais e comunitárias para vencê-los. Além disso, refletimos sobre os desafios que os jovens enfrentam no mercado de trabalho e que se iniciam já na escolha da carreira.

Leia o artigo a seguir, sobre uma pesquisa feita com jovens brasileiros em fase de decidir o próprio futuro profissional.

A sociedade precisa se articular para apoiar jovens a alcançar profissões qualificadas em um mundo cada vez mais digital e em meio a uma transição para uma economia verde. Só assim será possível superar o atual contexto de vulnerabilidades e incertezas em relação ao futuro, com desigualdades persistentes de raça, cor, gênero e renda.

[...]

Em relação às tendências do mundo do trabalho que impactam a juventude brasileira, o estudo destaca seis pontos:

- **Mudanças no padrão de globalização:** Após a pandemia de covid-19 e a guerra na Ucrânia, o comércio internacional diminuiu. Houve falta de matérias-primas em diversos setores, menor oferta de mercadorias e elevação de preços. Como resultado, países internalizaram a produção e protegeram as indústrias nacionais em um processo classificado por especialistas como "desglobalização".
- **Mudanças demográficas:** O envelhecimento da população e a reversão do "bônus demográfico" brasileiro afetam as oportunidades de emprego para jovens com aumento do desemprego e da informalidade.
- **Digitalização da economia:** Postos de trabalho estão sendo substituídos por máquinas. Por um lado, essa situação cria oportunidades no setor de TI; por outro, ressalta a desigualdade entre jovens com e sem acesso à internet.
- **Flexibilização das relações de trabalho:** Novas leis de trabalho levaram a um aumento da informalidade e de empreendedores individuais e a um contexto de menor proteção social.
- **Mudanças climáticas:** O clima do planeta também muda a dinâmica do trabalho e afeta o trabalho tradicional, que aos poucos dará lugar a "empregos verdes". Para as juventudes, existe o risco de aumento das taxas de insegurança alimentar entre os mais pobres, bem como da migração de jovens rurais para o meio urbano em busca de oportunidades.
- **Mudanças no padrão de consumo:** Ampliação do comércio digital e maior preocupação com o caráter sustentável e ético dos produtos consumidos, algo valorizado pela juventude.

[...]

Profissões do futuro

Também foi organizada uma lista de economias emergentes capazes de gerar oportunidades para absorver a mão de obra jovem:

- Economia verde, com empregos que contribuam para preservar ou restaurar o meio ambiente.
- Economia criativa, também denominada economia laranja, que engloba atividades artísticas e culturais.
- Economia do cuidado, que compreende as carreiras de atenção e atendimento à saúde, carreiras de bem-estar e carreiras de suporte doméstico familiar.
- Economia prateada, relacionada às atividades econômicas que têm como público consumidor as pessoas com 50 anos ou mais.
- Economia digital, que integra recursos digitais incorporados a diferentes cadeias de produção. Inclui áreas como educação (ensino híbrido e educação a distância), saúde (telemedicina), *marketing* (ciência de dados), entre outras.

Não escreva no livro.

Para que jovens encontrem abertas essas portas para profissões do futuro, a recomendação para atores estratégicos passa por questões como a expansão e a democratização da profissionalização para as juventudes. Isso significa ampliar as matrículas e os cursos em todas as modalidades de educação profissional e tecnológica.

Na visão de Anna Clara Souza Freitas, estudante do ensino médio e jovem aprendiz que participou do lançamento da pesquisa, a escola ainda não dá conta de preparar os jovens para o mundo do trabalho. "Eu acho que a escola poderia oferecer mais alguns cursos básicos para preparar os jovens para o mercado de trabalho, como gestão de tempo, inteligência emocional. Alguma coisa que faça eles se autoconhecerem para estarem mais preparados."

Além disso, deve haver um consistente trabalho de orientação profissional e de acompanhamento de carreira das juventudes. Isso significa apoiar e orientar jovens em suas escolhas profissionais, conectando a escolha individual às demandas do desenvolvimento do país.

E claro, tais ações demandam amplo diálogo social para a pactuação e a coordenação entre os agentes do ecossistema de inclusão produtiva. A governança deve envolver governos e órgãos públicos, gestores, instituições de ensino, empresas privadas e locais de trabalho, organizações da sociedade civil, universidades e instituições de pesquisa jovens e organizações juvenis.

Oliveira, Vinícius de; Lopes, Marina. Estudo avalia situação das juventudes e traça possibilidades para acesso a profissões do futuro. *Porvir*, São Paulo, 16 mar. 2023. Disponível em: https://porvir.org/estudo-avalia-situacao-das-juventudes-e-traca-possibilidades-para-acesso-a-profissoes-do-futuro/. Acesso em: 2 ago. 2024.

Nesta seção, vocês vão realizar uma pesquisa para coletar informações sobre como os jovens que estão no Ensino Médio vivenciam essa questão e se planejam para o futuro.

O problema

Ao longo do Ensino Médio, principalmente ao final dele, os jovens se deparam com diversas questões sobre seu futuro, sobretudo em relação à vida profissional. Quais são as profissões mais almejadas pelos jovens, que critérios seguem para escolhê-las e como se planejam e agem para concretizar suas escolhas profissionais?



Ernesto Reghran/Pulsar Imagens

Apresentação do curso de Química na 11ª Feira das Profissões da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná. Foto de 2023.

A investigação

- Prática de pesquisa: grupo focal

Material

- Caderno para anotações, lápis e caneta
- Gravador ou *smartphone*
- Cartolinas

Procedimentos

Parte I – Planejamento

1. Organizem-se em grupos de quatro ou cinco integrantes.
2. Definam o número de pessoas que formarão o grupo focal organizado por vocês. É desejável que o grupo não seja muito grande, para que todos possam participar efetivamente da discussão. Sugerimos entre seis e dez participantes.
3. Considerando o perfil desejado para os entrevistados – jovens cursando o Ensino Médio –, façam uma lista de pessoas que vocês pretendem convidar para participar do grupo focal e distribuam entre os integrantes do grupo a tarefa de convidá-las. Essas pessoas não precisam ser próximas a vocês, mas será mais fácil que elas aceitem participar da pesquisa se já tiverem contato com algum integrante do grupo, pois isso as deixará mais seguras para realizar a atividade.
4. Escolham o dia e o local em que o grupo focal vai acontecer. Quanto ao local, deve ser de fácil acesso e abrigar confortavelmente o número previsto de participantes. Também é recomendável que não haja muitos ruídos ou elementos que possam distrair os participantes. Definam o horário de início e término, para que os entrevistados possam se organizar. Sugerimos que a atividade seja feita em uma hora e meia.
5. Escolham o integrante do grupo que será o(a) moderador(a), ou seja, aquele(a) que conduzirá os trabalhos no momento da pesquisa. Ele(a) deverá exercer um papel menos diretivo e mais centrado no processo de discussão. Se considerarem adequado, escolham dois moderadores, para que um possa apoiar o outro. Os outros integrantes atuarão como observadores.

Parte II – Elaboração do roteiro

1. Elaborem um roteiro com questões que possam ajudar o grupo a responder ao problema da pesquisa. É importante que as perguntas sejam bastante abertas, para que os participantes do grupo focal possam se expressar o mais livremente possível. Elas devem funcionar como disparadoras de uma discussão, e não ter uma resposta simples do tipo sim ou não. Seguem alguns exemplos:
   - Que profissão vocês desejam seguir?
   - Que critérios consideraram para essa escolha?
   - Como vocês planejam o percurso para estar aptos a seguir a profissão desejada?
   - Que medidas concretas vocês já tomaram ou pretendem tomar para atingir esse objetivo?
   - Acreditam estar fazendo o melhor para realizar essa escolha?
   - O tempo de vocês está sendo utilizado da melhor forma?
   - Suas atividades estão alinhadas com um plano de carreira?
2. Em relação à escolha da profissão, comentem a importância dos seguintes fatores: admiração pela profissão; valor dos salários pagos a esses profissionais; habilidades que vocês têm que são necessárias para essa profissão; influência dos familiares; influência de pessoas que vocês conhecem que já exercem essa profissão.
3. Para o dia do encontro, providenciem um gravador ou um *smartphone* com o recurso de gravação, pois não haverá tempo de anotar todas as respostas e conversas. Os integrantes do grupo que não serão moderadores devem providenciar caderno e lápis para anotar observações sobre aspectos da conversa que chamarem a atenção, como a reação dos participantes a determinadas perguntas ou respostas, o grau de participação de cada um, etc.

Parte III – Realização do grupo focal

1. Para iniciar o grupo focal, é importante acordar com os entrevistados algumas regras de participação:
   - respeitar a vez de fala de cada um;
   - evitar discussões paralelas;
   - dizer livremente o que pensa;
   - manter a atenção e o discurso na temática em questão.
2. Antes de iniciar o grupo focal, peçam o consentimento dos entrevistados para gravar suas respostas. Em seguida, o(a) moderador(a) deve contextualizar a pesquisa, explicando aos entrevistados os motivos dessa atividade.

Não escreva no livro.

3 O(A) moderador(a) deve iniciar a discussão enfatizando que não há respostas certas ou erradas; observar os participantes e encorajar a fala de cada um; buscar aprofundar respostas e comentários que considerar relevantes.

4 Os observadores devem estar atentos para as comunicações não verbais, para a postura e o ritmo de cada participante.

5 Após a realização do encontro, o grupo deve analisar e sistematizar os dados coletados, identificando as tendências e os padrões das respostas. As respostas devem ser separadas em pelo menos três grupos: profissões citadas, critérios para a escolha das profissões e ações concretas para poder exercer, futuramente, essas profissões. Organizem esses resultados em gráficos.

6 Em seguida, escrevam um texto explicando os dados representados no gráfico, com a sistematização das discussões, das opiniões e dos esclarecimentos dados pelos participantes do grupo focal.

Questões para discussão

1 Que desafios vocês encontraram durante a realização desse tipo de pesquisa (grupo focal)? O que foi mais fácil e o que foi mais difícil de realizar?

2 Quais são as profissões mais almejadas pelos jovens? Vocês se identificam com essas escolhas?

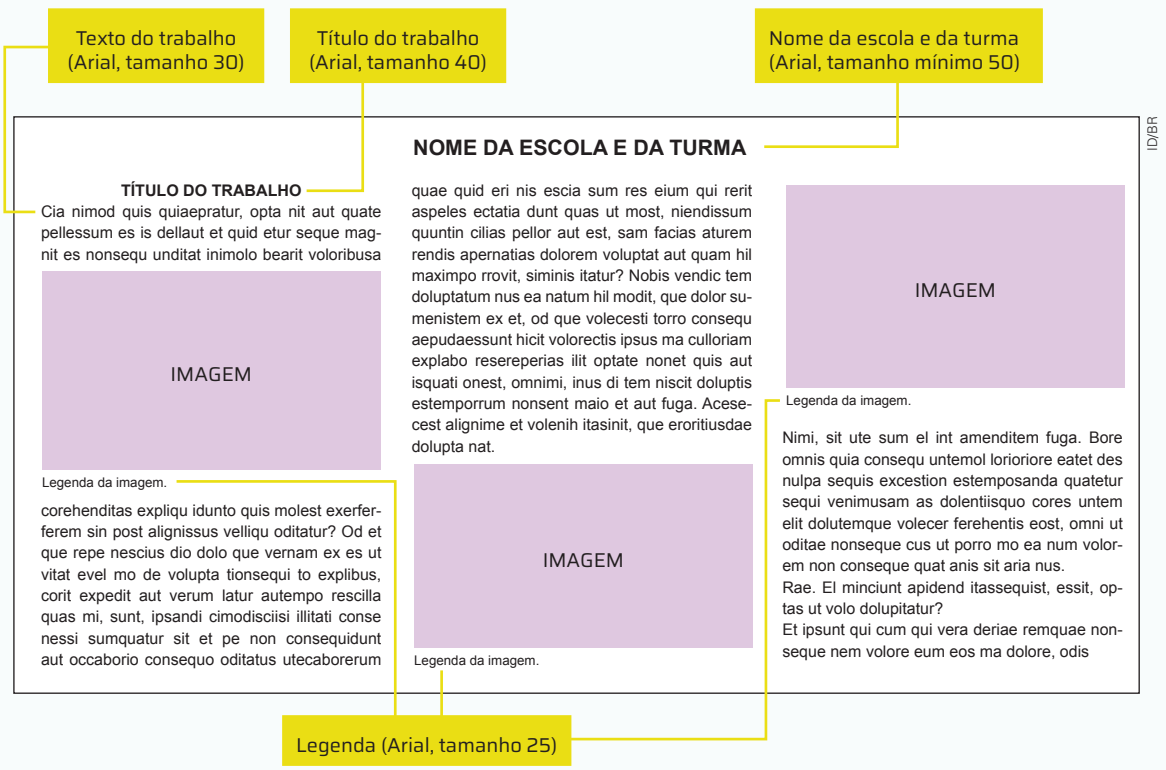
3 As pretensões profissionais da turma estão em consonância com a maioria das pessoas entrevistadas?

Comunicação dos resultados

Para que mais pessoas conheçam a pesquisa realizada por vocês, organizem uma apresentação de trabalho em pôsteres.

Cada grupo deve fazer a descrição de sua pesquisa, compondo os gráficos e o texto explicativo em um pôster de 120 cm × 50 cm. Para chegar a essa medida, juntem duas folhas de cartolina. Para a diagramação, sugerimos tomar por base a imagem do exemplo a seguir.

Em dia e horário combinados com os professores e a direção da escola, afixem os pôsteres em um espaço de modo que eles possam ser vistos pelas outras pessoas. Divulguem previamente na escola a exposição. Cada grupo deve ficar ao lado do pôster produzido para explicar a pesquisa e conversar sobre ela com os visitantes.

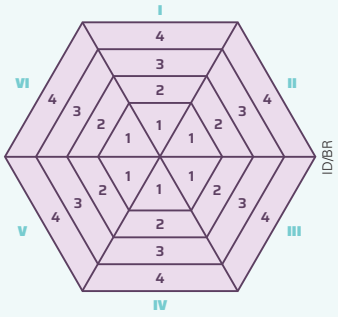


ID/BR

Não escreva no livro.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A



ID/BR

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, numerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	**Respostas**	**Cor indicada**
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que "Sempre" realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta I.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



ID/BR

Não escreva no livro.

PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente suas respostas às seguintes questões:

Capítulo 19 – Direitos sociais

1 Reconheço o Estado como agente responsável pela garantia de direitos e serviços essenciais?

2 Reconheço diferentes projetos políticos voltados para o bem-estar social de políticas neoliberais?

3 Identifico as diferentes possibilidades de organização do Estado?

4 Compreendo os desafios para a construção de uma democracia plena no Brasil?

Capítulo 20 – Múltiplos desafios

5 Conheço alguns índices sociais, a forma como são elaborados e sua importância para as políticas públicas?

6 Reconheço os desafios relacionados à segurança pública e ao acesso à cultura no Brasil?

7 Identifico os desafios enfrentados pela população brasileira, em especial pela população pobre, preta e parda do país?

Capítulo 21 – Possibilidades de futuro: a periferia

8 Reconheço os protagonismos dos indivíduos periféricos como forma de mudar a realidade em que vivem, bem como elevar a autoestima dos que habitam esses espaços?

9 Identifico diferentes espaços de cultura em áreas periféricas e a necessidade de sua ampliação?



Thiago Limón/ID/BR

Não escreva no livro.

PARA IR ALÉM

Capítulo 19 – Direitos sociais

Netflix/ID/BR



Democracia em vertigem

Nesse documentário, é possível saber mais detalhes sobre a polarização que caracterizou o cenário político do Brasil nos últimos anos. Nele, a cineasta mineira Petra Costa (1980-) descreve sua perspectiva a respeito do processo que levou a então presidenta Dilma Rousseff (1947-) ao *impeachment* em 2016.

Democracia em vertigem. Direção: Petra Costa. Brasil, 2019 (121 min).

Capítulo 20 – Múltiplos desafios

Netflix/ID/BR



Sintonia

A série retrata a vida de três adolescentes que vivem em uma comunidade pobre no município de São Paulo (SP), onde lidam com os dilemas emocionais, os estudos, a Igreja, a cena musical, a violência e também com as estruturas do crime organizado.

Sintonia. Direção: Guilherme Quintella, Felipe Braga e Konrad Dantas (Kondzilla). Brasil, 2019 (45 min).



Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-cultura/pnc. Acesso em: 29 ago. 2024.

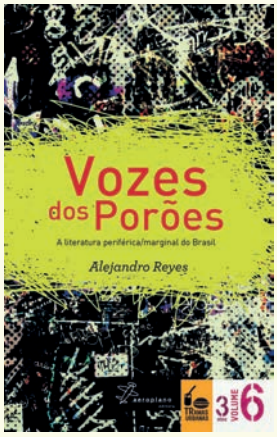
Plano Nacional de Cultura

Conheça os indicadores sociais utilizados para subsidiar os planejamentos de cada meta do Plano Nacional de Cultura.

Plano Nacional de Cultura. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-cultura/pnc. Acesso em: 2 ago. 2024.

Não escreva no livro.

Capítulo 21 – Possibilidades de futuro: a periferia



Editora Aeroplano/Arquivo da editora

Vozes dos porões: a literatura periférica/marginal do Brasil

No livro, o escritor, jornalista e ativista Alejandro Reyes analisa a produção literária periférica/marginal, explicitando os diversos diálogos, os sujeitos sociais e os contextos que envolvem essa produção.

Reyes, Alejandro. *Vozes dos porões*: a literatura periférica/marginal do Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.



Global Editora/Arquivo da editora

Colecionador de pedras

As poesias do livro *Colecionador de pedras*, do poeta e agitador cultural Sérgio Vaz, retratam uma realidade dura de uma periferia repleta de esperança e refletem as mudanças sociais vivenciadas nas últimas décadas.

Vaz, Sérgio. *Colecionador de pedras*. São Paulo: Global, 2021.



Editora Ática/Arquivo da editora

Quarto de despejo: diário de uma favelada

Trata-se de um diário escrito na década de 1950 em que a autora, Carolina Maria de Jesus (1914-1977), relata seu cotidiano no bairro do Canindé, em São Paulo (SP), onde ela vivia com seus filhos.

Jesus, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.



Programa VAI/ID/BR

A periferia é o centro

Com apoio de incentivos públicos, o documentário é uma produção cultural realizada por grupos e coletivos jovens de diferentes regiões de São Paulo (SP), que pontuam a periferia como espaço geográfico e social, bem como o acesso de seus moradores à cultura.

A periferia é o centro. Direção: Peu Pereira e João Claudio de Sena. Brasil, 2014 (31 min).

O BRASIL E OS OUTROS ESTADOS

ORGANIZAR IDEIAS

O Brasil tem uma forte tradição diplomática e é reconhecido internacionalmente por, ao longo de sua história, promover o diálogo e a negociação para a resolução de conflitos. Essa reputação começou a ser construída durante a monarquia, no século XIX, e foi consolidada sob o regime republicano, no século XX. Nas primeiras décadas do século XXI, as ações do Brasil foram marcadas por uma maior participação em organizações internacionais, com a adesão aos mais variados tipos de tratados e o estabelecimento de acordos com outros Estados.

1. **Em sua opinião, qual é o papel desempenhado pelo Ministério das Relações Exteriores?**
2. **Qual é a importância de estabelecer relações diplomáticas permeadas pelo diálogo e pela capacidade de resolução de conflitos? Como isso pode impactar seu cotidiano? Levante hipóteses com os colegas.**



O Palácio Itamaraty, em Brasília (DF), é a sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Foto de 2024. ▸

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS HISTÓRIA

UNIDADE

22 O Brasil e a América do Sul

23 Conexões do Atlântico Sul: Brasil e África

24 Outras conexões



G&M Therin-Weise/imageBROKER/Easy Mediabank

O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL

1. Além de brasileiro, você se considera sul-americano? Essa percepção faz parte do modo como você enxerga sua identidade? Explique aos colegas.
2. Observe a obra abaixo, de Xul Solar (1887-1963). Qual ser fantástico foi representado pelo artista? Em sua opinião, por que ele escolheu essa criatura para carregar as bandeiras dos países que fazem parte da América do Sul?



Derechos reservados – Fundación Pan Klub – Museo Xul Solar, Buenos Aires, Argentina. Fotografia: ID/BR

Drago, de Xul Solar, 1927. Aquarela sobre papel.

As regionalizações são formas de organização e divisão do espaço geográfico em regiões. Cada regionalização segue critérios diversos e pode ser utilizada para muitas finalidades, geralmente ligadas à organização administrativa. A ideia de **América do Sul**, por exemplo, é uma forma de regionalização construída levando em consideração principalmente características físicas dessa região.

Essa regionalização, contudo, incorporou características políticas, econômicas e identitárias, como comentado pelo historiador Leandro Gavião no trecho a seguir.

A conjuntura interamericana também contribuiu para que a América do Sul ganhasse contornos de apelo identitário, ultrapassando a condição de mera expressão geográfica. Sua "concorrente" latino-americana, que havia ganho relevo a partir da criação da Cepal e da Alalc – em 1948 e 1960, respectivamente –, perdeu operacionalidade nos anos 1990. Primeiro, porque se reconheceu que as ousadas propostas de integração regional de coloração latino-americana não conseguiram decolar. Segundo, por causa da "deserção" do México, uma vez que o país latino-americano mais importante fora da América do Sul concluiu as negociações para ingressar no Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (Nafta).

O reconhecimento do compartilhamento de uma mesma matriz cultural-idiomática e a alteridade em relação aos Estados Unidos, que atuavam como fatores de sustentação da identidade latino-americana, perderam a relevância que tinham no passado. Buscou-se, a partir de então, priorizar projetos mais pragmáticos, que atentassem para o subcontinente sul-americano, ainda que isso significasse incluir dois países de herança não latina: a Guiana e o Suriname.

Gavião, Leandro. Ascensão e queda da América do Sul. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ed. 130, 2 maio 2018. Disponível em: https://diplomatique.org.br/ascensao-e-queda-da-america-do-sul/. Acesso em: 5 ago. 2024.

Não escreva no livro.

BRASIL E VENEZUELA: TENSÕES CONTEMPORÂNEAS

As relações entre Brasil e Venezuela são um excelente exemplo do papel exercido pelo Estado brasileiro em relação aos demais países da América do Sul. Ao longo do tempo, as trocas diplomáticas, comerciais e políticas entre esses dois países foram se modificando à medida que os partidos que os governam se alteraram ou se mantiveram no poder.

Em unidades anteriores, vimos que os partidos políticos são organizações que defendem projetos políticos específicos. Em tese, os cidadãos elegem candidatos que se alinham aos projetos políticos que melhor representam seus interesses. Assim, em períodos durante os quais ambos os países tiveram como representantes do Poder Executivo presidentes mais ou menos alinhados à esquerda, as relações foram mais próximas e cooperativas.

De 1999 a 2013, a Venezuela foi governada por Hugo Chávez (1954-2013), de orientação ideológica alinhada à esquerda radical. Mas o que isso significava na prática? Nesse caso, significava que Chávez e seus **correligionários** defendiam não só reformas sociais, mas também a revolução, com a distribuição de terras e de renda, a estatização dos principais meios de comunicação e o controle das atividades empresariais no país como forma de manejar e dirimir a desigualdade social.

Chávez sempre enfrentou opositores, especialmente aqueles pertencentes à elite empresarial, que se ressentiu da perda de determinados privilégios. Ele também alterou a Constituição, com aprovações mediante plebiscitos, para se manter no poder durante 14 anos, além de ser acusado de usar as forças repressivas para perseguir e torturar membros da oposição e de impedir a liberdade de imprensa e a livre expressão de indivíduos. Seu principal opositor internacional foram os Estados Unidos, que promoveram diferentes embargos ao país, com punições econômicas às nações que se negavam a seguir suas diretrizes. Diante disso, o Brasil atuou diversas vezes como mediador dos embates políticos e econômicos entre as duas nações.

Entre 2003 e 2016, o Brasil foi governado por dois presidentes associados à esquerda. Assim, Brasil e Venezuela se aproximaram e firmaram diferentes acordos diplomáticos de ajuda mútua, como a troca de tecnologias nas áreas da saúde e da educação. Esse cenário começou a mudar em 2013, com a morte de Chávez, e se transformou completamente em 2019, com a posse de Jair Messias Bolsonaro (1955-), então membro do Partido Social Liberal (PSL), alinhado à direita mais conservadora.

Após o falecimento de Chávez, a Venezuela mergulhou em uma grande crise política que atingiu a economia e a estabilidade do país. A oposição mobilizou parte do Exército para forçar um golpe político. O então presidente venezuelano, Nicolás Maduro Moros (1962-), reagiu de modo violento, sufocando a rebelião. A população foi penalizada com uma situação de carestia e desabastecimento, acirrada ainda mais pelos embargos estadunidenses.

Em 2019, o Brasil se posicionou favorável à tomada do poder pelos opositores de Maduro. Ao mesmo tempo, passou a receber cada vez mais imigrantes venezuelanos, inclusive militares que desertaram. Esse posicionamento deixou o Estado brasileiro em situação delicada, já que significou o rompimento das relações com o governo de Maduro e o apoio a Juan Guaidó (1983-), intervindo de modo mais direto na gestão da crise de outro Estado.

Em 2023, com a mudança de governo no Brasil e a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (1945-), do Partido dos Trabalhadores (PT), o país retomou as relações diplomáticas e comerciais com a Venezuela. Mais recentemente, atuando no caso da disputa com o Reino Unido pelo território de Essequibo, na Guiana, o governo brasileiro se colocou como mediador das negociações entre os países. Essa região, que pertence à Guiana desde sua independência, em 1966, faz fronteira com a Venezuela e o Brasil. Em dezembro de 2023, a Venezuela realizou um referendo popular para consultar a opinião da população sobre a disputa territorial para retomar a região de Essequibo, o qual foi aprovado. Desde então, o Brasil atua nesse caso buscando a manutenção das relações diplomáticas e pacíficas.



Juan Barreto/AFP/Getty Images

María Corina Machado (1967-), principal opositora de Nicolás Maduro na Venezuela, teve sua candidatura à presidência barrada pelo Supremo Tribunal nas eleições de 2024. Na foto, María Machado realiza um pronunciamento à mídia, um dia depois da eleição presidencial de 2024.

correligionário: aquele que partilha ou segue os mesmos princípios de uma pessoa ou um grupo.

INTERAÇÃO

1. **Qual é a situação atual da Venezuela em relação à diplomacia brasileira? Para descobrir, faça uma pesquisa em publicações impressas ou digitais. Organize suas respostas em um texto de até quatro parágrafos e, depois, compartilhe-o com os colegas. Verifique se vocês tiveram as mesmas percepções.**

Não escreva no livro.

Itamaraty: relações exteriores

A crise com a Venezuela evidenciou algumas transformações na política de neutralidade diplomática historicamente construída pelo Brasil.

O Ministério das Relações Exteriores – também conhecido como Itamaraty, em referência à sede do ministério, o Palácio Itamaraty – é o órgão do Poder Executivo responsável por mediar as relações diplomáticas entre o Brasil e os demais Estados.

A atuação diplomática do Brasil remonta ao período imperial, sob a orientação do diplomata Barão do Rio Branco, título de honra recebido pelo deputado, jornalista e historiador José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), considerado o patrono da diplomacia brasileira.

Mesmo em períodos de sucessão de governos que atuaram com projetos políticos bastante distintos, o Itamaraty conseguiu negociar, em maior ou menor grau, alguma independência do Poder Executivo, garantindo certa consistência diplomática como política de Estado. Esse tipo de postura fortaleceu a posição do país no plano da política internacional, reforçando as relações de confiabilidade com as outras nações.

Arquivo Histórico Nacional/Governo Federal



Ao longo de sua história, o Itamaraty tem se caracterizado pelo progressismo interno, tendo, inclusive, sido um dos primeiros órgãos do governo a aceitar mulheres em seu quadro de servidores públicos concursados. Em 1918, Maria José de Castro Rebello Mendes (1891-1936) se tornou a primeira mulher admitida ao cargo de diplomata no país. Entre 1919 e 1938, outras 19 mulheres assumiram funções nesse órgão. A primeira embaixadora, porém, só foi empossada em 1956, mantendo-se no cargo até 1959, como chefe do Departamento Político.

Odette de Carvalho e Souza (1904-1969), primeira embaixadora de carreira brasileira, durante audiência com o presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976) no Palácio do Catete, Rio de Janeiro (RJ). Foto de 1956.

AÇÃO E CIDADANIA

A carreira diplomática no Brasil

De acordo com o Itamaraty, são estas as funções de um diplomata:

Basicamente, diplomatas representam e promovem os interesses brasileiros no plano internacional, fortalecem os laços de cooperação do Brasil com seus parceiros externos e prestam assistência aos brasileiros no exterior.

Entre as atividades desenvolvidas pelos diplomatas brasileiros estão:

- representar o Brasil perante outros países e organizações internacionais;
- contribuir para a formulação da política externa brasileira;
- participar de reuniões internacionais e, nelas, negociar em nome do Brasil;
- promover o comércio exterior brasileiro e atrair turismo e investimentos;
- divulgar a cultura e os valores do povo brasileiro;
- prestar assistência consular aos nacionais brasileiros no exterior.

Ministério das Relações Exteriores. O Itamaraty e as carreiras do Serviço Exterior. Portal Gov.br, 3 jun. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/o-itamaraty-e-as-carreiras-do-servico-exterior. Acesso em: 5 ago. 2024.

1. **De acordo com o que você leu, qual é a importância da diplomacia de um Estado para as relações de poder das quais participa no plano internacional? Escreva um parágrafo sobre isso e, depois, compartilhe-o com os colegas.**
2. **Você sabe quais são as exigências para se tornar um diplomata? Faça uma pesquisa em publicações impressas ou digitais para descobrir como é o ingresso nessa carreira. Compartilhe suas descobertas com a turma.**
3. **Se você fosse um diplomata brasileiro, com qual país gostaria que o Brasil estreitasse os laços políticos e econômicos? Por quais motivos? Por que isso seria benéfico para o Brasil? Comente com os colegas.**

Não escreva no livro.

BRASIL IMPERIAL E IMPERIALISMO

Como vimos, a instituição do Ministério das Relações Exteriores teve sua origem e consolidação no período imperial. Esse momento político foi marcado por tensões internas e externas, características de uma nação que buscava consolidar sua identidade e seu espaço perante as outras nações.

No contexto internacional, o Brasil caracterizava-se como o país sul-americano com maior área territorial e o único do continente a utilizar o português como idioma, além de ter mantido um governo monárquico derivado da Coroa portuguesa após seu processo de independência.

O estabelecimento das fronteiras territoriais não ocorreu de modo pacífico e simples, ao contrário, firmou-se após intensas negociações e embates com as nações fronteiriças, que também buscavam consolidar seus limites, ocupando o maior território possível. Esse movimento de ampliação territorial esteve relacionado principalmente às tentativas desses países de garantir a ocupação e o controle de territórios que tivessem grande quantidade de riquezas. Na época, uma das ideologias políticas mais difundidas era a **fisiocracia**, expressão cunhada por intelectuais franceses do século XVIII, segundo a qual o desenvolvimento de uma nação estava atrelado à riqueza de suas terras, obtida seja por meio do extrativismo, seja por meio de atividades agrícolas.

A posse de rios e nascentes também era estratégica, já que o domínio sobre os recursos hídricos é essencial para as comunidades, além de servir à navegação. O acesso ao mar também era importante nesse sentido, pois permitia o estabelecimento de relações comerciais com outros continentes. Nesse período, a navegação marítima era a estrutura da logística comercial mais lucrativa do mundo ocidental, facilitando o comércio de grande porte entre os diferentes continentes.

Nesse sentindo, a posição do Brasil na América do Sul garantia um grande controle político, já que o país detinha a maior costa do litoral atlântico, podendo cobrar das nações estrangeiras, por exemplo, o uso da estrutura portuária, além de diversas vias fluviais e recursos naturais.

Para consolidar e, na medida do possível, expandir seus limites territoriais como forma de garantir as vantagens de suas vastas fronteiras, o Estado brasileiro desempenhou um papel imperialista em relação às nações sul-americanas, muitas vezes intimidando os países vizinhos, forçando a doação de terras em troca de benefícios comerciais temporários e até mesmo participando de conflitos armados, como o da Guerra do Paraguai (1864-1870).



Biblioteca Pública de Nova York, Estados Unidos. Fotografia: ID/BR

Mapa político da América do Sul (1863) presente no *Novo atlas geral*, de Samuel Augustus Mitchell.

Não escreva no livro.

Guerra do Paraguai: aniquilando inimigos

No século XIX, o Paraguai despontava como uma potência na América do Sul. Ele era um dos únicos países da região cuja principal atividade econômica não era agrícola, além de ser dotado de forte comércio interno e de uma massa de trabalhadores assalariados. Sob o governo do militar Francisco Solano López (1827-1870), de 1862 a 1870, o país foi um dos primeiros da América do Sul a consolidar uma identidade nacional e a centralizar a organização estatal, fruto dos esforços políticos de seus antecessores. Considerado ditador, López estruturou e ampliou as Forças Armadas durante seu governo.

Essas características contribuíram para que as elites dos países vizinhos temessem a expansão paraguaia. Vale lembrar que, nesse período, nações como Argentina, Uruguai e Brasil forjavam suas identidades e consolidavam suas fronteiras, aumentando as tensões diplomáticas. Deflagrado o conflito armado, que envolveu invasões de territórios argentinos e brasileiros por parte do Paraguai, configurou-se uma aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai – chamada **Tríplice Aliança**. Essa união foi essencial para a formação das identidades nacionais da América do Sul, unidas contra um inimigo comum.



Biblioteca Nacional do Uruguai. Fotografia: ID/BR

Prisioneiros de guerra paraguaios durante a Guerra do Paraguai, em 1866.

O saldo para o Paraguai foi amargo: além do número elevado de mortos durante a guerra, o país foi penalizado com uma ocupação militar estrangeira de quase dez anos, com o pagamento de indenizações pesadas de guerra e com a perda de cerca de 40% de seu território para o Brasil e a Argentina. Além disso, ficou sem a saída para o mar, dependendo dos portos de países vizinhos. Para uma parte da historiografia, principalmente a paraguaia, a atuação imperialista do Brasil foi crucial para dificultar o desenvolvimento econômico do Paraguai.

Leia, a seguir, o balanço da historiadora Marcela Quinteros sobre as consequências do conflito.

> No final do século XIX, o Paraguai ainda sofria com as consequências da guerra oitocentista. Era um país devastado, politicamente instável, com uma majoritária população rural e suas elites econômicas e políticas em permanente disputa pelo poder. Os intelectuais se abocaram a interpretar e explicar as razões dessa situação. Enquanto alguns interpretavam que a realidade paraguaia era consequência da existência de um povo ignorante, [...] outros [...] tentaram demonstrar que o Paraguai, antes da guerra, tinha sido um dos países mais desenvolvidos e independentes do continente.
>
> Com a Guerra Grande, o país viu-se submerso em uma crise econômica, demográfica e política, mas também identitária. Para os revisionistas, o conflito bélico foi o marco a partir do qual o Brasil e a Argentina ganharam territórios, mas também foi interpretado como um ataque à única nação que, após a independência, não sofreu as lutas internas que fragmentaram as demais nações latino-americanas. A preservação da unidade territorial como cultural do Paraguai, na interpretação do revisionismo paraguaio, foi consequência de uma identidade forjada desde o período colonial e zelosamente cuidada pelos governos de José Rodríguez de Francia (1814-1840), Carlos Antonio López (1844-1862) e Francisco Solano López (1862-1870).
>
> Quinteros, Marcela Cristina. O imperialismo/anti-imperialismo no revisionismo histórico paraguaio. *In*: Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2., 2016, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. p. 1-10. Disponível em: http://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Marcela_Quinteros_II-Simposio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf. Acesso em: 5 ago. 2024.

INTERAÇÃO

1. **O que foi a Guerra Grande, referenciada no texto de Marcela Quinteros? Em que região esse evento foi assim chamado? Levante hipóteses do motivo desse conflito ter denominações diferentes.**
2. **Por que a ação brasileira durante a Guerra do Paraguai pode ser considerada imperialista? Escreva um parágrafo mobilizando seus conhecimentos sobre o imperialismo para responder à questão.**

Não escreva no livro.

INDÍGENAS NA AMÉRICA DO SUL

Nos anos 2000, com a chegada ao poder de partidos considerados de esquerda em vários países da América do Sul, ocorreram importantes transformações nas relações de poder entre Estado e grupos sociais historicamente marginalizados, como os povos indígenas. Além de Hugo Chávez, na Venezuela, e de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, é possível citar os governantes Fernando Lugo (1951-), no Paraguai; José Mujica (1935-), no Uruguai; Rafael Correa (1963-), no Equador; e Evo Morales (1959-), na Bolívia.

Com essa alteração nos projetos políticos, os núcleos de poder desses Estados passaram por mudanças: movimentos sociais e povos tradicionais começaram a integrar esses núcleos, fazendo parte de processos decisórios da política nacional. Isso foi observado em maior e em menor grau, de acordo com o Estado e a situação dos povos indígenas em cada território. Tal inclusão política possibilitou ainda o surgimento de órgãos deliberativos formados por povos indígenas de diferentes partes da América do Sul.

Outros fatores também contribuíram para a organização desses coletivos. Em sua gênese, o Estado brasileiro pouco considerou as nações indígenas que já viviam nesses territórios muito antes da invasão portuguesa. Por isso, as fronteiras definidas como brasileiras não correspondem às áreas que os povos indígenas ocupam ou ocupavam e, muitas vezes, comunidades de uma mesma etnia foram separadas pelas fronteiras político-administrativas. Os Yanomami, por exemplo, ocupam majoritariamente a Amazônia, estando presentes nos vários países por onde esse bioma se estende, especialmente no Brasil e na Venezuela. Assim, o trânsito e a comunicação entre os Yanomami desses dois países são facilitados, favorecendo a formação de alianças.

Além disso, a conjuntura favorável levou à criação de organizações que coligam diferentes povos indígenas. Essas alianças são importantes, pois ajudam a pressionar os Estados a cumprir as respectivas constituições federais, assegurando aos indígenas os direitos conquistados até o momento. Conheça algumas dessas organizações.

Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica)



Coica – Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica. Fac-símile: ID/BR

Responsável por representar mais de trezentos povos indígenas em nove países da bacia Amazônica, a Coica é, atualmente, uma das organizações indígenas mais atuantes em fóruns e conferências relacionados às questões indígenas e ambientais.

Coordenação Andina de Organizações Indígenas (Caoi)



Caoi – Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas. Fac-símile: ID/BR

Rede representativa dos povos originários indígenas andinos em processo de consolidação, a Caoi valoriza os princípios da cosmovisão andina exercendo os direitos coletivos nos campos territorial, político, cultural e espiritual. Com sede no Peru, congrega povos indígenas desse país, da Bolívia e do Equador.

Fonte de pesquisa: Muriel, Bruna. Os povos indígenas na América do Sul: entre a IIRSA e o *Buen Vivir*. *Cadernos do CEAS*, Salvador/Recife, n. 241, p. 327-341, maio/ago. 2017. Disponível em: https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/349/309. Acesso em: 5 ago. 2024.

valor civilizatório: preceito que guia a ação humana de determinada etnia.

REFLEXÃO

O conceito de *Buen Vivir*: novas possibilidades de existência

A organização política dos indígenas da América Andina permitiu a manutenção de filosofias de vida e também o surgimento de movimentos filosóficos e espirituais fundamentados em **valores civilizatórios** que essas etnias compartilham. Um deles é a ideia de *Buen Vivir*.

Denominado pelas lideranças da Caoi como um conceito-projeto, isto é, algo que não se limita a uma ideia, mas se articula para que seja posto em prática, o *Buen Vivir* se configura como uma alternativa ao mito do progresso e à ideia de que a única forma possível de existência é aquela baseada no desenvolvimento inexorável, pautado pela industrialização, pelo extrativismo e pelo mercado consumidor.

O texto a seguir, da pesquisadora especialista em relações internacionais Bruna Muriel, aborda o conceito-projeto do *Buen Vivir*.

> […] Foi partindo de uma perspectiva crítica aos paradigmas do desenvolvimento e do progresso que ganha força, no contexto das mobilizações camponesas e indígenas do Equador e da Bolívia no início do século XXI, o novo conceito filosófico e projeto político/civilizatório do *Buen Vivir*.
>
> O *Buen Vivir* ganha força como novo conceito-projeto entre os indígenas do altiplano boliviano no contexto de resistência às políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento que, instituídas na década de 1990 pelo governo neoliberal em articulação com o FMI, o Banco Mundial e as ONGs, previam a modernização do modo de vida indígena comunitário, percebido como atrasado. Na virada do século XX para o XXI, o agravamento dos problemas sociais e do processo de despojo territorial na América Latina leva as organizações indígenas bolivianas e equatorianas a liderarem sublevações com vias a romper o "[…] consenso passivo" […] do período neoliberal […].
>
> Vale destacar que o protagonismo político das organizações indígenas nos dois países andinos esteve em sintonia com a intensificação da luta dos povos indígenas e o aumento de sua articulação regional ocorrido em toda a América Latina. […]

MURIEL, Bruna. Os povos indígenas na América do Sul: entre a IIRSA e o *Buen Vivir*. *Cadernos do CEAS*, Salvador/Recife, n. 241, p. 327-341, maio/ago. 2017. Disponível em: https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/349/309. Acesso em: 5 ago. 2024.



Secretaria Nacional de Planejamento e Desenvolvimento/Governo do Equador. Fotografia: ID/BR

Imagem oficial do projeto *Buen Vivir* representando pessoas das comunidades indígenas e camponesas do altiplano andino.

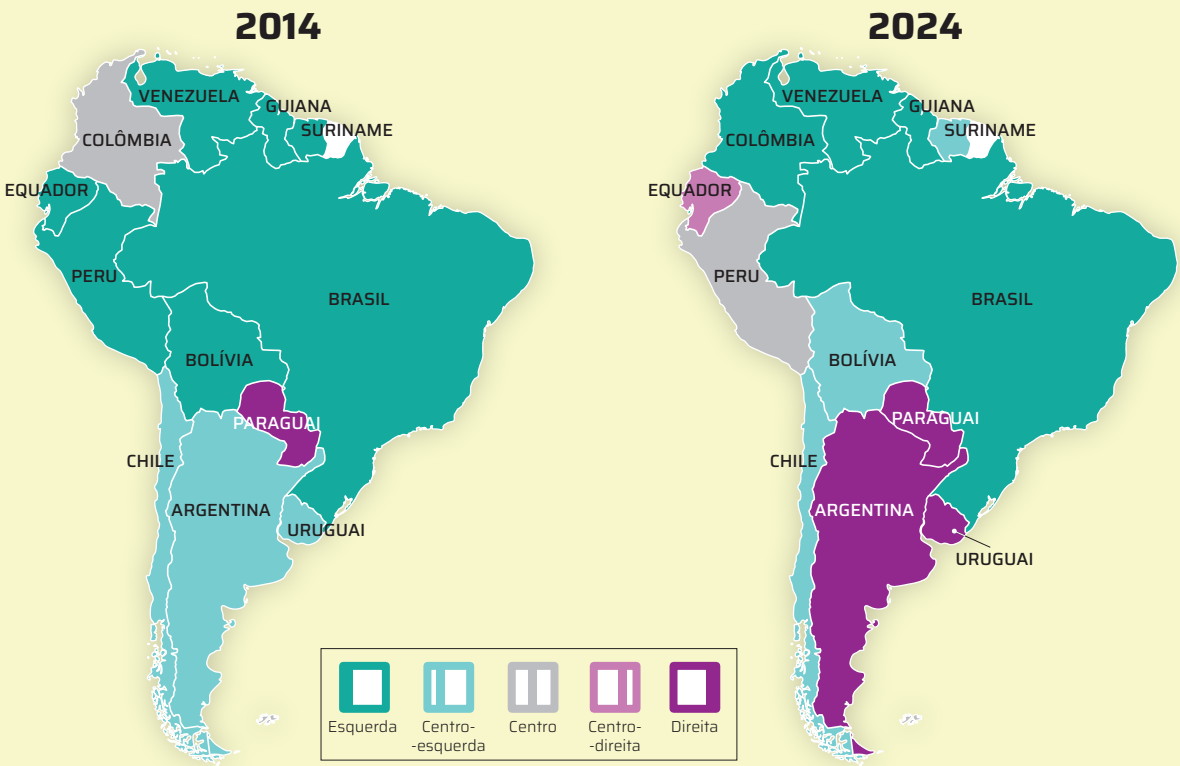
1. **Explique o que você entende por articulação regional, à qual a autora se refere no último parágrafo.**
2. **De que modo o conceito-projeto do *Buen Vivir* se relaciona aos projetos neoliberais?**
3. **Que benefícios projetos como o do *Buen Vivir* podem trazer para as comunidades indígenas e tradicionais? E para a sociedade como um todo? Dialogue com os colegas.**

Não escreva no livro.

AMÉRICA DO SUL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

As relações entre o Brasil e os outros Estados da América do Sul oscilam de acordo com as aproximações ideológicas entre os partidos que ocupam a liderança do Poder Executivo. Observe neste infográfico a situação política na América do Sul em 2014 e em 2024. Quanto maior a semelhança entre os projetos políticos, maior o nível de aliança entre os Estados; quanto maior a diferença entre os projetos de governo, maior a dificuldade para a manutenção dos acordos diplomáticos.

AMÉRICA DO SUL: POSIÇÕES IDEOLÓGICAS (2014 E 2024)



João Miguel A. Moreira/ID/BR

AMÉRICA DO SUL EM 2014	POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO EM 2014	PAÍS	POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO EM 2024	AMÉRICA DO SUL EM 2024
Cristina Kirchner	Centro-esquerda	Argentina	Direita	Javier Milei
Evo Morales	Esquerda	Bolívia	Centro-esquerda	Luis Arce
Dilma Rousseff	Esquerda	Brasil	Esquerda	Luiz Inácio Lula da Silva
Michelle Bachelet	Centro-esquerda	Chile	Centro-esquerda	Gabriel Boric
Juan Manuel Santos	Centro	Colômbia	Esquerda	Gustavo Petro
Rafael Correa	Esquerda	Equador	Centro-direita	Daniel Noboa
Donald Ramotar	Esquerda	Guiana	Esquerda	Irfaan Ali
Horacio Cartes	Direita	Paraguai	Direita	Santiago Peña
Ollanta Humala	Esquerda	Peru	Centro	Dina Boluarte
Dési Bouterse	Esquerda	Suriname	Centro-esquerda	Chan Santokhi
José Mujica	Centro-esquerda	Uruguai	Direita	Luis Lacalle Pou
Nicolás Maduro	Esquerda	Venezuela	Esquerda	Nicolás Maduro

Fonte de pesquisa: Maia, Mateus. Saiba quem são os presidentes sul-americanos que se reunirão com Lula. *Poder 360*, 30 maio 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/saiba-quem-sao-os-presidentes-sul-americanos-que-se-reunirao-com-lula/. Acesso em: 8 out. 2024.

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 **Observe novamente o mapa histórico reproduzido no tópico "Brasil imperial e imperialismo" e compare-o a um mapa político atual do Brasil.**

a) Cite duas diferenças entre eles.

b) Alguma dessas diferenças está relacionada aos resultados da Guerra do Paraguai? Se necessário, faça uma pesquisa em publicações impressas ou digitais para responder à questão. Compartilhe suas percepções com a turma.

2 **Como estudado, nos anos 2000, em vários países da América Latina, ocorreu um aumento da discussão de políticas públicas que têm como preocupação demandas de povos marginalizados. Com base nisso, responda às questões a seguir.**

a) É possível identificar os motivos que levaram a esse aumento?

b) Qual é a importância da representação política de grupos marginalizados nas instâncias institucionais?

c) Faça uma pesquisa sobre as determinações oficiais brasileiras de proteção aos povos indígenas e registre-as no caderno. Em seguida, compartilhe seus registros com os colegas e verifique se eles obtiveram outros dados.

3 **No tópico "Indígenas na América do Sul", você conheceu duas importantes organizações de grupos indígenas sul-americanas: a Coica e a Caoi. Agora, com três colegas, você vai investigar melhor essas organizações. Para isso, sigam as orientações a seguir.**

a) Cada grupo deverá escolher uma das duas organizações para pesquisar. Cuidem para que haja equilíbrio entre o número de grupos associados a cada organização. O objetivo é que os grupos pesquisem as principais ações da organização, suas lideranças, suas áreas de atuação e como são as relações entre a instituição pesquisada e os Estados da América do Sul.

b) Escolham, em seu grupo, um método de pesquisa e uma forma de divulgar as informações pesquisadas. Primeiro, listem as práticas de pesquisa que vocês conhecem (entrevista, análise de mídias, etc.); depois, as formas como vocês gostariam de divulgar as informações (publicação em redes sociais, exposição, painel ilustrado, infográfico, etc.). Lembrem-se de verificar se a forma de divulgação escolhida é adequada para veicular as informações obtidas por meio do método de pesquisa selecionado.

c) Combinem algumas datas para o compartilhamento dos resultados das pesquisas e da produção da divulgação. Lembrem-se de que as informações devem ser claras para a comunidade escolar e que a comunicação entre os grupos é importante para evitar a repetição ou a falta de algum dado importante.

d) Façam registros dos processos de pesquisa e de apresentação e, ao final, compartilhem as principais percepções do grupo em uma roda da conversa.

4 **Forme dupla com um colega. Retomem as informações do infográfico presente no tópico "América do Sul: aproximações e distanciamentos" e façam o que se pede a seguir.**

a) Considerando os governos do Brasil de 2014 e de 2024, indiquem com quais países o Brasil possivelmente estreitou laços em cada momento. Anotem suas hipóteses no caderno e façam uma busca para verificar se elas se confirmam. Caso não se confirmem, investiguem os motivos para que isso tenha ocorrido.

b) As informações de 2024 ainda são válidas para o contexto político atual da América do Sul? Façam uma pesquisa sobre os governos atuais nos países listados e proponham uma atualização desse esquema. Em uma folha de papel avulsa, criem uma terceira coluna referente ao ano atual. Compartilhem suas atualizações com a turma e verifiquem as feitas pelos colegas.

5 **Assim como em muitos outros processos históricos, as narrativas relacionadas à Guerra do Paraguai muitas vezes desconsideram e até mesmo ocultam a participação feminina nesse conflito. A respeito disso, responda às questões a seguir.**

a) Em sua opinião, por que isso acontece?

b) Você já ouviu falar sobre Elisa Alicia Lynch (1833-1886) ou Ana Néri (1814-1880)? Faça uma pesquisa para saber mais sobre essas personagens e seu envolvimento com a Guerra do Paraguai. Em seguida, compartilhe com os colegas as informações obtidas.

Não escreva no livro.

6 **O conhecimento da multiplicidade das experiências humanas é importante para a construção de um entendimento mais complexo da História e dos sujeitos históricos. O estudo sobre o fenômeno dos deslocamentos de pessoas se encontra nessa variedade que se deseja ampliar. Portanto, a proposta a seguir é de buscar informações sobre os deslocamentos das populações da América Latina.**

a) Atualmente, quais são as nacionalidades latino-americanas que mais migram para o Brasil? Busque esses dados na internet e registre as informações coletadas no caderno.

b) Quais são os principais motivos desse deslocamento?

c) Converse com os colegas e, juntos, elaborem uma lista de dificuldades que possivelmente são enfrentadas pelas populações que se deslocam. Registrem no caderno as principais informações e, em seguida, reflitam sobre o direito das populações em deslocamento.

7 **(Vunesp)**

> O venezuelano que chega ao Brasil não o faz por outra razão, senão a falta de alternativas de subsistência. Deseja recomeçar, ter condições mínimas de sobrevivência para sua família e isso não lhe pode ser negado. Somos um país tradicionalmente acolhedor e devemos nossa riqueza cultural a isso.
>
> (https://politica.estadao.com.br. 20 ago. 2019. Adaptado)

Sobre a crise humanitária e política que ocorre no Brasil decorrente do grande número de imigrantes provenientes da Venezuela, é correto afirmar:

a) Apesar do alarde criado pela mídia, o número de imigrantes que cruza a fronteira com o Brasil não altera a dinâmica das cidades fronteiriças que os acolhem no estado de Roraima.

b) O grande número de imigrantes não reflete a atual situação econômica e política da Venezuela, posto que há muitos anos isso vem ocorrendo sistematicamente e na mesma proporção.

c) Embora sejamos culturalmente acolhedores, as leis de imigração brasileiras obrigam o fechamento das fronteiras de Roraima para imigrantes provenientes de países vizinhos, o que não vem sendo cumprido.

d) Tendo em vista as leis brasileiras, o estado de Roraima tem sido o mais afetado pela questão na atualidade, posto que é a principal fronteira com a Venezuela.

e) Embora as leis brasileiras determinem o acolhimento, o Brasil tem se recusado terminantemente a receber imigrantes, fechando suas fronteiras, em especial de Roraima, para todos os países, sobretudo a Venezuela.

8 **(UFU)**

A Guerra do Paraguai, encerrada em 1870, foi um acontecimento com profundas implicações para os Estados que nela se envolveram militarmente. Considerando seus efeitos sobre o Império Brasileiro, podemos afirmar que:

I. o fortalecimento do exército, a participação de escravos na luta, o endividamento do Brasil e o abalo da opinião pública levaram a uma crise do Império, tendo como efeitos mais imediatos a criação do "Partido Republicano" e a aprovação da "Lei do Ventre Livre".

II. a vitória brasileira possibilitou a reanexação da Cisplatina ao território do Império, repercutindo favoravelmente na opinião pública nacional e internacional.

III. o Brasil, com a vitória, conseguiu anexar parte do território do norte do Paraguai, obtendo acesso livre à navegação dos rios Paraná e Paraguai, fundamental à comunicação com o Mato Grosso.

IV. a vitória brasileira não satisfez a Inglaterra, que temia a afirmação do Brasil como uma grande potência econômica e militar na América do Sul. Assim, os ingleses buscaram atingir o Brasil com uma nova campanha contra a escravidão, levando à aprovação da "Lei do Ventre Livre".

Assinale a alternativa correta:

a) II e III são corretas.

b) I e II são corretas.

c) I e III são corretas.

d) II e IV são corretas.

ESTÚDIO DE HISTÓRIA

AMILCAR ARAUJO PEREIRA



Davi Augusto Studio/ID/BR

A temática deste capítulo está centrada nas relações exteriores brasileiras, contemplando, também, as forças políticas influentes na América Latina. O conteúdo é importante para pensar os posicionamentos do Brasil frente às dinâmicas contemporâneas.

Em História, quando um evento se aproxima da temporalidade do sujeito que o observa e analisa, chamamos esse estudo de **história do tempo presente**. Essa abordagem demanda diálogo com outras áreas do saber, como Sociologia e Ciência Política, e é favorecida pela possibilidade, por exemplo, do uso de entrevistas com os sujeitos históricos os quais se busca compreender. No Brasil, um historiador importante no campo das memórias de sujeitos contemporâneos, portanto situados na história do presente, é Amilcar Araujo Pereira.

PERFIL

Amilcar Pereira nasceu no Rio de Janeiro, filho de uma expressiva figura da militância negra da década de 1970, Amauri Mendes Pereira. É formado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e doutor pela Universidade Federal Fluminense. Fez estágio de pós-doutoramento na Universidade de Columbia, Estados Unidos. Atualmente é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor visitante na Universidade de Cambridge, Reino Unido.

Algumas das produções do historiador são apresentadas a seguir.

OBRAS-CHAVE

- *Paulo Silva*: um contraponto nas relações raciais no Brasil (2021)
- *Narrativas de (re)existência*: antirracismo, história e educação (2021)
- *Educação das relações étnico-raciais no Brasil*: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula (2014)
- *O mundo negro*: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (2013)

EM LEITURA

No livro *Narrativas de (re)existência*, organizado por Amilcar Pereira e também composto de textos do pesquisador, é possível observar a relação entre temporalidades diferentes e a influência na história presente, cuja discussão do autor recai na educação antirracista. Leia o trecho a seguir.

> Atualmente, mesmo que quase um século depois da Constituição de 1934, ainda podemos dizer que a educação no Brasil é eurocêntrica. Mas não podemos deixar de reconhecer que, especialmente a partir da Constituição federal de 1988, a chamada "Constituição cidadã", sobretudo em decorrência das lutas históricas do Movimento Negro e dos movimentos indígenas, observamos importantes avanços no sentido da democratização da educação. Houve muita luta contra o racismo e contra a tal "educação eugênica". Ainda antes da criação da Frente Negra Brasileira em 1931, muitas outras organizações negras foram criadas em várias partes do Brasil, sempre na luta contra o racismo e por igualdade, afirmando de diferentes formas que "Vidas negras importam".
>
> Definitivamente, "Vidas negras importam". Essa frase, que circula na diáspora africana de diferentes maneiras há séculos, ganhou projeção mundial nas redes sociais

Não escreva no livro.

desde o ano de 2012, com a criação do movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos. Essa projeção, possível graças à existência da luta histórica contra o racismo, foi potencializada recentemente, a partir de 25 de maio de 2020, em função do vídeo que viralizou rapidamente na internet com a terrível cena do assassinato de George Floyd, um homem negro, morto por um policial branco da cidade de Minneapolis, nos EUA, que manteve o joelho sobre seu pescoço por mais de oito minutos, mesmo ouvindo sua súplica pela vida. [...]

Há muito tempo, militantes do Movimento Negro em diversos países entenderam que se as vidas negras não importarem nos currículos e no ensino de história nas escolas, a luta contra o racismo nas sociedades como um todo ficará ainda mais difícil. Por isso, a luta do Movimento Negro transnacional na área de educação – e, especificamente, no ensino de história –, para que vidas negras importem também nos currículos tem sido uma característica marcante e fundamental para esse movimento social há muitas décadas. [...] As narrativas de (re)existência das populações negras com sua pluralidade de passados têm sido recorrentemente acionadas na luta antirracista no âmbito da educação.

Pereira, Amilcar Araujo. Narrativas de (re)existência e educação antirracista. *In*: Pereira, Amilcar Araujo. *Narrativas de (re)existência*: antirracismo, história e educação. Campinas: Ed. da Unicamp, 2021. p. 62-63.

O excerto dá indícios da importância dos movimentos sociais, negros e indígenas, no Brasil e fora dele, na reconstrução contemporânea das relações sociais, marcadas por um passado escravista e por atos racistas ainda existentes.



Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

O estudo das histórias e culturas indígenas e negras em sala de aula é um importante passo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Na foto, professor indígena da etnia Guajajara dá aula para estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, na Aldeia Maracanã (RJ). Foto de 2023.

PARA CONCLUIR

1 De acordo com o texto, a educação no Brasil ainda é eurocêntrica. O que isso significa e quais são as implicações desse fato?

2 Busque quais foram os avanços da Constituição Federal de 1988 no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas e negros e registre esses dados no caderno.

3 Como é possível identificar a ligação entre o estudo da história presente realizado pelo historiador citado e as temporalidades históricas mais antigas?

4 Você já participou de alguma atividade escolar que exigisse conhecer e apresentar formas de culturas e de histórias de grupos pouco discutidos no ensino escolar? Se sim, compartilhe com os colegas essa experiência. Caso não tenha participado, discuta com os colegas a importância desses eventos e registre no caderno as considerações a que chegaram.

Não escreva no livro.

CONEXÕES DO ATLÂNTICO SUL: BRASIL E ÁFRICA

1. Que elementos da cultura brasileira você identifica no poema a seguir, da escritora moçambicana Noémia de Sousa (1926-2002), escrito em 1949?
2. Você reconhece esses elementos em seu cotidiano? De que forma? Compartilhe suas impressões com os colegas.
3. Em sua opinião e de acordo com o que você estudou nas unidades anteriores, por que houve o apagamento das relações entre Brasil e África da história oficial, especialmente durante a Primeira República?

Poema a Jorge Amado

O cais…
O cais é um cais como muitos cais do mundo…
As estrelas também são iguais
às que se acendem nas noites baianas
de mistério e macumba…
(Que importa, afinal, que as gentes sejam moçambicanas
ou brasileiras, brancas ou negras?)
Jorge Amado, vem!
Aqui, nesta povoação africana
o povo é o mesmo também
é irmão do povo marinheiro da Baía,
companheiro de Jorge Amado,
amigo do povo, da justiça e da liberdade!



Linoca Souza/ID/BR

Sousa, Noémia de. "Poema a Jorge Amado". *In*: *Sangue Negro*: Kapulana, 2016. Série Vozes da África, p. 125. [ISBN 978-85-68846-17-9].

Dando continuidade à análise das relações de poder entre o Estado brasileiro e outros Estados, vamos discutir como essas dinâmicas ocorrem em relação aos países do continente africano, considerado o berço da humanidade. Nem sempre as relações políticas entre o Brasil e os países africanos foram valorizadas. Mesmo durante a Primeira República, período marcado pela superação da estrutura imperial e consequente ressignificação das identidades brasileiras, essas relações foram paulatinamente excluídas da história oficial.

O resgate histórico das conexões políticas e comerciais que os dois territórios compartilharam no passado vem sendo feito mais recentemente, em especial a partir de 1980. Atualmente, essa revisão historiográfica é impulsionada pelas pautas de valorização e de respeito à diversidade e estimulada como reparação histórica, já que o Brasil foi o país que mais traficou africanos escravizados durante o período em que a escravidão era legalizada. De acordo com diversos pesquisadores, as comunidades africanas desembarcadas aqui durante a diáspora forçada também fizeram parte da construção de nossa cultura, contribuindo com modos de pensar, agir, falar e uma infinidade de características culturais que hoje integram as identidades brasileiras. Há também marcas importantes do Brasil em sociedades africanas, especialmente aquelas que falam português.

Não escreva no livro.

RELAÇÕES COMERCIAIS COLONIAIS

Um dos principais expoentes da revisão historiográfica sobre as relações entre o Brasil e o continente africano é o historiador e diplomata brasileiro Alberto da Costa e Silva (1931-2023). Por meio da análise de diversos tipos de documentos históricos (que vão de fontes orais a livros de contabilidade, certidões de nascimento, casamento e óbito, contratos de compra e venda de terras e de pessoas escravizadas, publicações em jornais, contratos de sociedades comerciais, memorandos governamentais e correspondências diplomáticas), o pesquisador coletou e organizou evidências de que as relações entre o Brasil e as comunidades africanas extrapolavam em muito o comércio de pessoas escravizadas.

Pelas pesquisas, Costa e Silva pôde observar que havia escritórios comerciais brasileiros e negociantes, também brasileiros, acompanhados de suas famílias e domiciliados nas grandes cidades do continente africano, como Lagos e Maputo (localizadas, respectivamente, na costa ocidental e na costa oriental do continente), como modo de supervisionar os negócios, dar continuidade às relações amistosas e garantir a diplomacia com os africanos dessas regiões.

Sobre o tema, o autor faz as seguintes reflexões:

> As trocas deram-se nas duas direções, e a cada um dos lados do Atlântico não era de todo desconhecido e indiferente o que se passava no outro. A independência do Brasil, por exemplo, não ficou despercebida na África – e o prova terem sido dois africanos os primeiros reis a reconhecê-la, o Obá Ósemwede, do Benim, e o Ologum Ajan, de Eko, Onim ou Lagos. Em Angola, os acontecimentos de 1822 tiveram enorme impacto, chegando a gerar uma corrente favorável à separação de Portugal e à união ao Brasil.
>
> […]
>
> Repito: muito do que se passava na África Atlântica repercutia no Brasil, e vice-versa. Os contatos através do oceano eram constantes: os cativos que chegavam traziam notícias de suas nações, e os marinheiros, os mercadores e os ex-escravos de retorno levavam as novas do Brasil e dos africanos que aqui viviam para uma África que era ainda, no início do século XIX, um continente sem senhores externos.
>
> Silva, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 22-23, 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/WdWZrnBhjvVgyzrKXzrfr9w/?lang=pt. Acesso em: 6 ago. 2024.

INTERAÇÃO

1. Que eventos são destacados por Costa e Silva para evidenciar a proximidade entre o Brasil e a África no século XIX?



Coleção particular. Fotografia: ID/BR

Rei do Congo dom Garcia II, autoria atribuída a Albert Eckhout, *c.* 1650. Óleo sobre tela. O manicongo Nkanga a Lukeni a Nzenze a Ntumba (1615-1661), conhecido em Portugal como dom Garcia II, governou o reino do Congo de 1641 a 1661. É reconhecido como um dos maiores governantes do século XVII por ter conseguido equilibrar as relações diplomáticas com outros reinos africanos, com a América e com a Europa, além de vencer os portugueses em suas investidas colonialistas.

manicongo: governante do reino do Congo, análogo ao rei.

Não escreva no livro.

NOVOS PARADIGMAS SOBRE A "CONQUISTA DA ÁFRICA"

Paradigmas, nos estudos científicos, são modelos ou padrões observados em um recorte escolhido pelos pesquisadores. No caso do continente africano, há muitos paradigmas construídos ao longo de séculos por pesquisas e argumentações de intelectuais europeus e estadunidenses, ou seja, por pessoas estrangeiras ao continente. Esses paradigmas também vêm sendo questionados e desconstruídos pelos movimentos atuais, tanto nas pesquisas acadêmicas quanto por movimentos sociais.

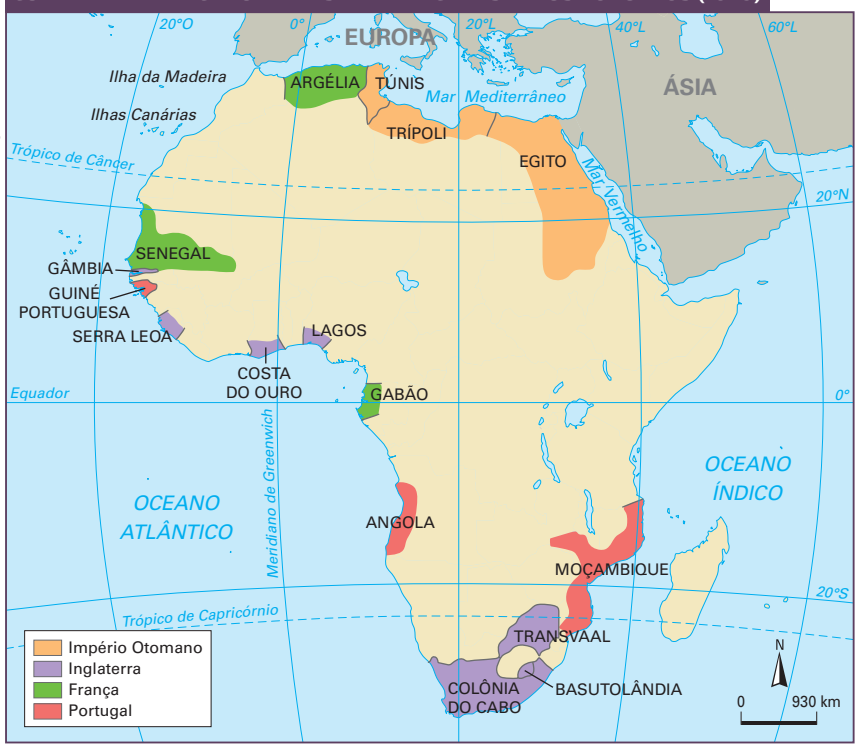
A noção de uma África esvaziada de Estados e repleta de selvageria foi sendo construída especialmente a partir do século XIX, com o advento de teorias e ideias como o **evolucionismo social**. Tais teorias, como visto em outros momentos desta coleção, pregavam a existência de um modelo de evolução social a ser seguido por todos os povos. Esse modelo, por sua vez, foi construído com base em uma perspectiva eurocêntrica, que considerava as sociedades europeias o ápice desse processo evolutivo e, portanto, o exemplo a ser seguido por todos os demais povos. Nessa perspectiva, caberiam às "civilizações brancas" e europeias "ajudar" os povos dos demais continentes a alcançar o que era tido como desenvolvimento.

Como vimos em unidades anteriores, essa ideologia subsidiou a invasão militar do continente africano por diversas nações europeias. Vale lembrar, contudo, que são muitas as contradições desse modo de pensar. Se, por um lado, a ideologia eurocêntrica apresentava supostos argumentos científicos sobre a superioridade do homem europeu, por outro, ignorava as críticas a esse modelo de colonização que confrontava os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade tão defendidos em uma Europa Ocidental que se considerava superior e evoluída.

Os resquícios desse modo de pensar podem ser encontrados em muitos paradigmas da história da "conquista" do continente africano. Por muitos séculos, o discurso era que todo o continente havia sido facilmente tomado e colonizado pelos europeus, que, até o final do século XIX, haviam organizado "a partilha da África".

A revisão sobre o tema, aliada à voz dos intelectuais africanos de diferentes etnias, evidencia que o processo foi muito mais complexo e que, na prática, as empresas coloniais europeias falharam durante séculos nesse intento. Mesmo com o discurso de conquista, houve diferentes territórios africanos que jamais foram dominados pelos europeus. O mapa "Continente africano: Áreas reivindicadas pelos europeus (1879)" evidencia isso.

CONTINENTE AFRICANO: ÁREAS REIVINDICADAS PELOS EUROPEUS (1879)



João Miguel A. Moreira/ID/BR

A projeção apresenta distorção na área e na forma, principalmente ao se distanciar da linha do Equador.

Fonte de pesquisa: Silva, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 21-42, 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/WdWZrnBhjvVgyzrKXzrfr9w/?lang=pt. Acesso em: 6 ago. 2024.

INTERAÇÃO

1. **"O mapa desta página reitera a hegemonia dos europeus no continente africano." Essa frase está correta? Explique.**
2. **Busque, em um atlas ou na internet, um mapa que demonstre a divisão do continente africano promovida pelos europeus após 1884. Em seguida, compare-o com o mapa acima e reflita sobre o imperialismo europeu na África, enfocando a perspectiva africana.**

Não escreva no livro.

EUROCENTRISMO EM XEQUE

A Conferência de Berlim, ocorrida entre 1884 e 1885, foi, durante muito tempo, encarada como marco histórico do projeto "civilizador" da Europa em relação ao continente africano. Esse evento reuniu líderes de 14 países da Europa para que deliberassem sobre a ocupação da África. Com base nas decisões e nos contratos firmados nessa conferência, os países europeus empreenderam seus planos de invasão militar no continente africano em prol de seus projetos de conquista de terras e posse de recursos naturais.

Durante décadas, a versão oficial dessa história foi europeia, com foco nas guerras de colonização e, depois, nas guerras pela independência das colônias africanas, especialmente na primeira metade do século XX. No entanto, o movimento de problematização do eurocentrismo, acompanhado das lutas de independência, favoreceu o surgimento de vozes dissonantes nesse discurso, propondo um olhar crítico para as relações de poder envolvidas e revelando os apagamentos históricos e as perspectivas adotadas pelos africanos.

Como vimos no mapa "Continente africano: Áreas reivindicadas pelos europeus (1879)", até o último quarto do século XIX, as investidas de dominação do continente africano pelos europeus ainda não haviam sido bem-sucedidas. Cada etnia africana desenvolveu relações políticas específicas com as nações europeias que tentaram colonizá-la. Houve casos, como na África do Sul, em que as lutas pela dominação duraram décadas. Já em Angola e Moçambique, por exemplo, as lutas pela colonização levaram séculos, sendo permeadas por diversos momentos de trocas diplomáticas pacíficas. Há casos também de nações africanas, como a Etiópia, que permaneceram intocadas pela colonização, isto é, essas nações enfrentaram as potências europeias e saíram vitoriosas das guerras da colonização.

Houve casos, ainda, em que o saldo após a independência foi de intensa rivalidade interna, por se tratar de países onde etnias historicamente rivais foram artificialmente reunidas em um único Estado, como ocorrido em Ruanda, lar de hutus e de tútsis. A conciliação veio após o massacre de 1994, que consistiu na ação de extremistas hutus contra a minoria tútsi no país, deixando mais de um milhão de mortos. Vale lembrar que o governo da Bélgica incentivou durante décadas a rivalidade entre os dois grupos, reforçando a diferenciação étnica até mesmo em documentos de identidade.

Atualmente, essa distinção é proibida em Ruanda, e o país desponta como um dos Estados mais seguros do continente africano, sendo um dos que mais crescem economicamente desde o início do processo de conciliação.

As transformações dos paradigmas de análise da história das nações africanas são acompanhadas pela retomada das chamadas **relações Sul-Sul**, em uma tentativa de estabelecer acordos diplomáticos e comerciais vantajosos sem a intermediação dos países do hemisfério Norte, como os europeus e os Estados Unidos. Esse processo é mais um passo para garantir a autonomia dos países e forçar relações mais igualitárias entre os Estados.

Stringer/Reuters/Fotoarena



Em 2019, 67% do Parlamento de Ruanda era composto de mulheres. Por causa do genocídio local, que exterminou a maior parte da população masculina, as mulheres puderam acessar cargos públicos e realizar políticas de unificação do país. Sob o governo delas, Ruanda é um dos países mais prósperos do continente. Foto de 2023.

Brasileiros, angolanos e moçambicanos

Durante o período em que africanos de diversas etnias foram sequestrados e levados à força, principalmente para o continente americano, os principais traficantes eram brasileiros ou sócios de brasileiros. A maioria deles mantinha escritórios e até mesmo famílias em algum país da costa leste ou da costa oeste do continente africano, especialmente em Angola e Moçambique.



Biblioteca Estense, Modena, Itália. Fotografia: Album/Fotoarena

Rainha Nzinga Mbandi e sua comitiva militar. Essa obra artística, datada de 1622, retrata Nzinga (1582-1663), líder do povo Mbundu e rainha de Ndongo e Matamba. Nzinga é um dos símbolos de resistência da região que hoje corresponde a Angola contra as investidas portuguesas durante o século XVII.



Hank Willis Thomas. Courtesy of the artist and Jack Shainman Gallery, New York. Fotografia: ID/BR

Um lugar para chamar de lar (África-América), de Hank Willis Thomas, 2009. Alumínio polido. Nessa escultura, a América do Sul foi substituída pela África, criando um novo subcontinente sul-americano. Assim, o artista evidencia a potente atuação de africanos na América do Sul.

Retome o mapa "Continente africano: Áreas reivindicadas pelos europeus (1879)" e observe as áreas onde constam as entradas portuguesas. De acordo com as pesquisas mais recentes, essas áreas não eram colônias, modelo adotado na América, mas feitorias e vilas de portugueses, dependentes das relações comerciais com as elites locais para manter suas atividades econômicas.

De acordo com o Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravizados, cerca de 80% dos africanos levados para o Brasil foram embarcados em Angola ou Moçambique.

Essa vasta região do continente africano é povoada por centenas de povos que compartilham valores culturais comuns, integrando a família etnolinguística chamada, atualmente, de Níger-Congo. Em outras palavras, Brasil, Angola e Moçambique não compartilham apenas o passado colonialista português, mas também traços das culturas tradicionais nígero-congolesas, partilhadas, ainda hoje, por mais de quatrocentos grupos étnicos diferentes.

Essas relações comerciais e culturais foram paulatinamente apagadas da história oficial, para reforçar as mentalidades que atribuíam à África a ideia de atraso e à Europa a imagem do avanço e do desenvolvimento.

INTERAÇÃO

1. Do ponto de vista cartográfico, a escultura acima apresenta corretamente as fronteiras do continente americano? O que não está correto em relação ao mapa da América que conhecemos?

2. No caderno, escreva um parágrafo relacionando o poema da abertura deste capítulo com a obra do artista estadunidense Hank Willis Thomas (1976-).

Não escreva no livro.

PAÍSES AFRICANOS E O BRASIL: OBSERVAÇÕES SOBRE A COOPERAÇÃO SUL-SUL

A busca pela autonomia econômica e cultural dos países do hemisfério Sul que compartilham um passado colonial é reconhecida no contexto internacional. Para saber mais sobre o projeto Cooperação Sul-Sul, viabilizado pela ONU, consulte a linha do tempo "Cooperação Sul-Sul: principais marcos históricos".

Desde o início do século XXI, o Estado brasileiro buscou fortalecer a interlocução com países africanos, especialmente os **lusófonos**. Trata-se de um projeto político que visa tanto à autonomia do país em relação à influência estadunidense na América do Sul quanto ao enfrentamento dos países europeus e das estruturas colonialistas. Esses passos são importantes para consolidar as instituições estatais e para favorecer a construção de diálogos que levam ao compartilhamento de estratégias e tecnologias.

Em 2010, Brasil e Angola firmaram a Parceria Estratégica, uma aliança colaborativa entre as duas nações, que buscam objetivos comuns e benefícios mútuos. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, em 2023, os dois países assinaram projetos de cooperação nas áreas de educação, saúde, turismo, agricultura, recursos humanos, exportações e apoio a pequenas e médias empresas.

Em 2011, Brasil e Moçambique firmaram um programa bilateral de cooperação técnica. Moçambique se tornou, em 2022, um dos países receptores de cooperação técnica brasileira, que prevê a cessão e o intercâmbio de conhecimentos técnicos.

lusófono: falante da língua portuguesa.



Cesar Borges/Fotoarena

O biólogo e escritor moçambicano Mia Couto (1955-) participa da Festa Literária Internacional do Pelourinho, em Salvador (BA). Foto de 2023.



Paulo Chavonga/Acervo do artista

O artista plástico angolano Paulo Chavonga posa em sua exposição *Onde o arco-íris se esconde*, no Museu da Imigração, em São Paulo (SP). Foto de 2023.

Cooperação Sul-Sul: principais marcos históricos

1955
Conferência de Bandung (Indonésia) e proclamação dos princípios gerais da Cooperação Sul-Sul. Também se trata de um marco anticolonialista, já que os países participantes buscavam alternativas à bipolaridade capitalismo/socialismo.

1964
Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e formação do G77, grupo formado pelas 77 maiores economias do mundo.

1978
Lançamento do Plano de Ação de Buenos Aires (Paba), uma das primeiras iniciativas concretas da Cooperação Sul-Sul.

1986
Conferência de Alto Nível do Comitê Intergovernamental de Acompanhamento e Cooperação (IFCC) sobre a Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (CEPD), no Cairo, Egito.

2000
Cúpula do Sul em Havana (Cuba).

2003
Proclamação do Dia da Cooperação Sul-Sul, pelo 25º aniversário da Conferência de Buenos Aires.

2019
Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, em Buenos Aires. O tema central das discussões destacou o papel-chave da Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento mundial, em harmonia com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Linha do tempo sem escala temporal.

ID/BR

Fontes de pesquisa: O QUE é Cooperação Sul-Sul e por que ela importa? ONU Brasil, 19 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/82685-o-que-%C3%A9-coopera%C3%A7%C3%A3o-sul-sul-e-por-que-ela-importa; BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório 1986*. Brasília, DF: [*s. n.*], 1988. Disponível em: https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201986.pdf. Acessos em: 6 ago. 2024.

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 **Forme dupla com um colega. Retomem o tema "Relações comerciais coloniais" e, depois, façam o que se pede.**

a) No excerto do texto de Alberto da Costa e Silva, o autor cita não apenas personalidades políticas, mas também grupos sociais que construíam diariamente as ligações entre o Brasil e os reinos africanos. Identifiquem esses sujeitos históricos e escrevam um parágrafo sobre a atuação deles. Se necessário, façam uma pesquisa em publicações impressas ou digitais.

b) Leiam o parágrafo para a turma. Comparem com os parágrafos que as outras duplas escreveram e confiram se as informações são complementares.

c) Com base no que foi estudado, vocês consideram importante compreender os processos históricos sob diferentes perspectivas? Discutam coletivamente.

2 **Frantz Fanon (1925-1961) foi um psiquiatra, ensaísta e filósofo nascido na Martinica, uma ilha do Caribe considerada território ultramarino da França. Fanon participou ativamente dos movimentos pela independência da Argélia, no norte da África, e seus escritos influenciam os movimentos negros até hoje, especialmente no Brasil. Leia a seguir uma de suas principais reflexões.**

> […] Deixemos esta Europa que não para de falar do homem ao mesmo tempo em que o massacra por toda parte em que o encontra, em todas as esquinas de suas próprias ruas, em todos os cantos do mundo. Há séculos… que em nome de uma suposta aventura espiritual, ela sufoca a quase totalidade da humanidade.
>
> Fanon, Frantz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2005. p. 25.

a) O que seria a "aventura espiritual" a que Fanon se refere?

b) Qual é a contradição do projeto colonial europeu que Fanon evidencia nesse trecho?

c) De que modo esse excerto de Fanon pode ser relacionado ao surgimento da Cooperação Sul-Sul? Dialogue sobre isso com a turma.

3 **Atualmente, como estão as relações diplomáticas, dos pontos de vista político, econômico e cultural, entre o Brasil e os países africanos, especialmente Angola, Moçambique e África do Sul?**

- Para descobrir, faça uma pesquisa em publicações impressas ou digitais.
- Avalie se as tendências que você estudou neste capítulo (as quais indicam a reaproximação e o estabelecimento de acordos não intermediados pelos países do Norte) foram mantidas ou se foram alteradas por transformações políticas.
- Forme uma roda de conversa com toda a turma e compartilhem suas descobertas.

4 **Ao longo deste capítulo, foram apresentadas imagens de personagens históricos, mapas e fotos de artistas e políticos contemporâneos do continente africano. É possível afirmar que essa iconografia levou em consideração a perspectiva decolonial a respeito do continente e suas populações? Escreva um parágrafo sobre essa temática e compartilhe-o com a turma.**

5 **(Enem)**

> A recuperação da herança cultural africana deve levar em conta o que é próprio do processo cultural: seu movimento, pluralidade e complexidade. Não se trata, portanto, do resgate ingênuo do passado nem do seu cultivo nostálgico, mas de procurar perceber o próprio rosto cultural brasileiro. O que se quer é captar seu movimento para melhor compreendê-lo historicamente.
>
> Minas Gerais. *Cadernos do Arquivo 1*: Escravidão em Minas Gerais. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1988.

Com base no texto, a análise de manifestações culturais de origem africana, como a capoeira ou o candomblé, deve considerar que elas

a) permanecem como reprodução dos valores e costumes africanos.

b) perderam a relação com o seu passado histórico.

c) derivam da interação entre valores africanos e a experiência histórica brasileira.

d) contribuem para o distanciamento cultural entre negros e brancos no Brasil atual.

e) demonstram a maior complexidade cultural dos africanos em relação aos europeus.

Não escreva no livro.

6 **(Unesp)**

Não há livro didático, prova de vestibular ou resposta correta do Enem que não atribua a miséria e os conflitos internos da África a um fator principal: a partilha do continente africano pelos europeus. Essas fronteiras teriam acotovelado no mesmo território diversas nações e grupos étnicos, fazendo o caos imperar na África. Porém, guerras entre nações rivais e disputas pela sucessão de tronos existiam muito antes de os europeus atingirem o interior da África. Graves conflitos étnicos aconteceram também em países que tiveram suas fronteiras mantidas pelos governos europeus. É incrível que uma teoria tão frágil e generalista tenha durado tanto – provavelmente isso acontece porque ela serve para alimentar a condescendência de quem toma os africanos como "bons selvagens" e tenta isentá-los da responsabilidade por seus problemas.

(Leandro Narloch. Guia politicamente incorreto da história do mundo, 2013. Adaptado.)

A partir da leitura do texto, é correto afirmar que:

a) as desigualdades sociais e econômicas no mundo atual originam-se exclusivamente das contradições materiais do capitalismo.
b) o conhecimento histórico que privilegia a "óptica dos vencidos" apresenta um grau superior de objetividade científica.
c) na relação entre diferentes etnias, o etnocentrismo é um fenômeno antropológico exclusivo dos países ocidentais modernos.
d) para explicar a existência dos atuais conflitos étnicos na África, é necessário resgatar os pressupostos da ideologia colonialista.
e) a tese filosófica sobre um "estado de natureza" livre e pacífico é insuficiente para explicar os conflitos étnicos atuais na África.

7 **(Unicamp)**

Não existem culturas ou civilizações ilhadas. [...] Quanto mais insistirmos na separação de culturas e civilizações, mais imprecisos seremos sobre nós mesmos e os outros. No meu modo de pensar, a noção de uma civilização isolada é impossível. A verdadeira questão é se queremos trabalhar para civilizações separadas ou se devemos tomar o caminho mais integrador, mas talvez mais difícil, que é tentar vê-las como um imenso todo cujos contornos exatos uma pessoa sozinha não consegue captar, mas cuja existência certa podemos intuir e sentir.

Edward Said. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 317.

Sobre o conceito em questão e os contextos referidos pelo autor, é correto afirmar:

a) o processo de globalização provocou a destruição da cultura dos povos não ocidentais e, por isso, aumentou práticas como o terrorismo a partir de 2001.
b) a ideia de civilização, como imaginada no século XIX, produziu a emancipação das Américas e o fim da disputa colonial no mundo.
c) o conceito de civilização foi estabelecido na Grécia Antiga e aperfeiçoado pelas práticas integradoras do imperialismo do século XIX ocorridas na África.
d) a lógica de integração de culturas é negada por grupos radicais e pelos defensores do princípio de que vivemos em um choque de civilizações.

8 **(FGV)**

"O pensamento decolonial desestabiliza todo tipo de doutrinamento inquestionável e, portanto, prepara o intelectual para dar o primeiro passo: questionar."

Mignolo, Walter D. A opção de-colonial: desprendimento e abertura. Um manifesto e um caso. Disponível em: http://revistatabularasa.org/numero-8/mignolo1.pdf. Acesso em 30 mar. 2023.

Para Mignolo (2008), esse questionamento é chamado de

a) desobediência epistêmica.
b) conhecimento puro.
c) transgressão da produção fabril.
d) episteme fundacional da matriz colonial.
e) doutrina de gênero.

AMPLIANDO

PENSAMENTO DECOLONIAL

Em uma análise superficial, pode parecer que os projetos colonialistas empreendidos por potências europeias contra os demais continentes foram processos históricos superados, isto é, que ocorreram em determinados locais e temporalidades e tiveram fim após a independência oficial dessas regiões.

No entanto, ainda hoje há efeitos sociais desses processos, principalmente nos povos que vivem em regiões que foram colonizadas, em especial na América do Sul e no continente africano. Isso evidencia que estruturas coloniais de pensamento e principalmente de relações de poder sobreviveram ao fim dos dispositivos jurídicos que determinavam a relação entre colonizador e colonizado, ocasionando formas de opressão diversas, que se mantêm até a atualidade.

Há, contudo, diferentes movimentos que buscam desconstruir o pensamento colonialista, focando as interações entre os povos do hemisfério Sul e a recuperação e valorização de suas culturas. Um desses movimentos chama-se **decolonialidade**, cujas primeiras elaborações são do final da década de 1990. Apesar de ter se originado nas universidades, seus objetivos não se restringem a novas formas de abordar as ciências: a intenção é transformar as relações de poder na sociedade, de modo que as nações do Sul não se percebam inferiores às nações do Norte (como os países europeus e os Estados Unidos), tampouco os povos do Sul persistam no projeto de genocídio de pessoas negras, de povos indígenas e de outros grupos marginalizados – mais um traço de continuidade dos projetos colonialistas.

Leia, a seguir, um texto que comenta o pensamento decolonial como ferramenta de emancipação dos povos que vivenciam a continuidade de estruturas coloniais.

epistemologia: estudo dos postulados, conclusões, métodos e paradigmas próprios dos diferentes ramos do saber.



JC Pauw/Acervo da cedente

Walter Mignolo (1941-), semiólogo argentino e uma das figuras centrais do pensamento decolonial, é um dos membros fundadores do Grupo Modernidade/Colonialidade, coletivo formado por intelectuais latino-americanos e precursor do movimento de transformações epistemológicas "decoloniais". Foto de 2018.

O pensamento decolonial [...] objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial. [...]

[...]

[...] Depreende-se disso que o mundo colonizado é constituído a partir do olhar do colonizador, dos valores do colonizador, da branquitude do colonizador. É a partir dos valores introjetados pelo colonizador nas mentes dos sujeitos subalternizados que os valores colonizados passam a ser estruturados, numa lógica de inferioridades racial, econômica, bélica, linguística e cultural [...].

[...] "o pensamento decolonial propõe romper com os pensamentos gravados nas mentes e corpos por gerações", representados, por exemplo, pelas tradições greco-romanas, eurocentradas, incorporando "o pensamento dos povos originários (índios) e de diáspora forçada

Não escreva no livro.

(negros)" como epistemologias legítimas para a cultura dos povos colonizados [...]. Trata-se, por conseguinte, de conceder voz às narrativas oriundas de experiências históricas vivenciadas localmente pelos povos subalternizados na situação colonial.

Neste sentido, o conhecimento apresenta-se como elemento-chave na disputa e na manutenção da hegemonia [...]. Ciente disso, o eurocentrismo colonial colocou seu equipamento epistêmico em pleno funcionamento dividindo os humanos em raças e desqualificando todos os povos não europeus, o que acarretou na imposição sistemática da cultura europeia sobre os demais povos. [...]

[...] O projeto da decolonialidade não é fundado no discurso acadêmico, tampouco trata de uma inovação intelectiva, mas faz emergir conhecimentos que sempre existiram e que não encontravam espaço de apreciação, invisibilizados pelos saberes acadêmicos eurocentrados. [...]

[...]

No aspecto próprio do conhecimento e, particularmente, da cultura, a racionalidade decolonial questiona não somente os espaços de poder em que as tensões acontecem, mas também os territórios geopolíticos em que as relações de poder se materializam, fundamentadas na suposta legitimidade pós-industrial do conhecimento [...]. Se as bases históricas da modernidade institucionalizaram-se no Iluminismo e na Revolução Francesa mediante o liberalismo político e econômico que corroboraram a racionalidade eurocentrada [...], de outro lado, as raízes históricas da decolonialidade encontram-se fixadas na Conferência de Bandung de 1955, onde representantes de 29 países [...] reuniram-se para sistematizar as bases de "um futuro que não fosse nem capitalista nem comunista", mas que tivesse como elemento central a reflexão sobre as epistemologias subalternas [...]. O caminho encontrado foi a descolonização.

Reis, Maurício de Novais; Andrade, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 202, p. 3-7, mar. 2018. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070/21945. Acesso em: 6 ago. 2024.



Arquivo/Ascom ADUFPB

Cartaz da Quarta Jornada do Novembro Negro, ocorrida em 2022. O evento mobilizou a comunidade acadêmica, a rede pública de ensino e a sociedade para dialogar e debater sobre a educação étnico-racial. Entre os temas apresentados, estavam a religiosidade afro-americana como ícone de resistência e a decolonialidade dos povos negros.

1 O que é "decolonialidade"?

2 Você concorda que, apesar do fim do colonialismo, estruturas de pensamento e de poder coloniais se mantêm até a atualidade nas sociedades colonizadas? Por quê?

3 A quais valores dos colonizadores os autores do texto se referem ao afirmar que o mundo colonizado é constituído a partir do olhar do colonizador?

4 Com base nas ideias expostas no texto acima, bem como em suas vivências e seus conhecimentos prévios, cite formas de atuação social que poderiam contribuir para o rompimento com estruturas coloniais que ainda hoje oprimem povos que foram colonizados.

OUTRAS CONEXÕES

1. Levante hipóteses com os colegas: Por que as relações entre Estados Unidos e China impactam o Estado brasileiro? Retomem as hipóteses em outros momentos do capítulo, para verificar se elas estavam corretas.
2. Em sua opinião, quais foram os resultados da reunião bilateral entre Estados Unidos e China retratada na foto a seguir? Compartilhe suas impressões com a turma.



Saul Loeb/AFP/Getty Images

Reunião bilateral entre os presidentes Joe Biden (1942-), dos Estados Unidos, e Xi Jinping (1953-), da China, à margem da cúpula do G20 em Bali. Foto de 2022.

Ao longo desta unidade, você conheceu algumas das principais relações do Estado brasileiro com os vizinhos sul-americanos e, depois, com alguns países africanos. Agora, analisaremos as questões políticas e as principais tensões relacionadas ao poder enfrentadas pelo Brasil em face de países da Ásia e também dos Estados Unidos.

Nesse contexto, destacam-se as tensões contemporâneas entre a China e os Estados Unidos, duas das principais economias do mundo. Com o fim da Guerra Fria, no início da década de 1990, os dois países vêm disputando cada vez mais as áreas de influência e o potencial econômico de diferentes regiões do mundo. Qual é a posição do Brasil diante dessa disputa?

Como vimos em outros momentos, a política internacional do Brasil tem por tradição se manter imparcial em conflitos internacionais, adotando posturas diplomáticas de conciliação e buscando acordos comerciais que sejam vantajosos para os brasileiros e para o Mercosul, grupo econômico do qual faz parte. No entanto, há outros elementos que precisam ser levados em consideração no momento de analisar as relações internacionais. Os projetos políticos dos governos eleitos também podem influenciar as aproximações e os distanciamentos, como vimos neste volume. Além disso, é inegável o poder cultural, econômico e político que a Europa ainda hoje exerce sobre as nações do hemisfério Sul. Aqui, essas variáveis serão retomadas.

Não escreva no livro.

APROXIMAÇÕES COM O ORIENTE

No contexto da pandemia de covid-19, em 2020, os Estados Unidos fizeram severas críticas ao governo chinês pela forma como este conduziu o combate à doença, chegando, inclusive, a culpabilizá-lo pela disseminação do vírus no restante do mundo. Essas críticas potencializaram as tensões políticas entre os dois Estados.

No mesmo ano, o governo brasileiro, alinhado a uma pauta mais neoliberal e, em consequência, ideologicamente mais próxima dos Estado Unidos, adotou o tom da crítica estadunidense ao governo chinês, gerando reações imediatas das autoridades chinesas, que cobraram explicações e retratações das autoridades brasileiras.

Esse episódio foi considerado por muitos analistas políticos como potencialmente perigoso para as relações diplomáticas entre Brasil e China, país que se configura como um dos principais compradores da soja brasileira. Além disso, as pesquisas sobre covid-19 na China estavam bastante avançadas, e uma possível crise diplomática com esse país poderia trazer prejuízos aos estudos e ações relacionados ao combate a essa doença no Brasil.

Como vimos, as relações entre os Estados não são condicionadas apenas pela economia, mas também pelos projetos políticos, que podem influenciar aproximações e afastamentos em termos ideológicos. A aproximação ideológica entre Brasil e Estados Unidos, por exemplo, contribuiu para um certo afastamento das relações políticas entre China e Brasil.

Em 2023, porém, a visita do presidente Lula à China foi responsável por promover a reaproximação diplomática e comercial entre os dois países. Segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, o comércio entre Brasil e China atingiu, naquele ano, o patamar histórico de US$ 157,5 bilhões.

Essa aproximação foi propiciada por articulações políticas e econômicas realizadas por meio do **Brics**, durante a primeira e a segunda décadas dos anos 2000, marcadas por pautas alinhadas aos movimentos sociais e ao Estado de bem-estar social. O estreitamento das relações com a China, a segunda maior economia do mundo e também a que mais cresce por ano, foi estratégico tanto para o crescimento das exportações brasileiras quanto para a autonomia do Brasil em relação aos Estados Unidos.

Brics: bloco econômico formado pelos países considerados economicamente emergentes. A palavra é uma sigla composta das iniciais do nome de cada país em inglês – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.



Arquivo/BRICS WBA

Líderes femininas do Brics reunidas em Beijing, na China, durante o Fórum de Liderança Feminina do Brics de 2023. O fórum foi organizado pelo Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional e pela Câmara de Comércio Internacional da China.

Comunidade chinesa no Brasil

Embora atualmente existam comunidades chinesas em diferentes partes do Brasil, a presença de grupos dessa etnia na América do Sul remonta ao período colonial. Nessa época, o Império Chinês, unificado há mais de 3 mil anos, era um dos principais exportadores do mundo, detendo tecnologias comerciais e também manufatureiras, como a produção de utensílios de porcelana, que atendia desde camponeses até as classes mais nobres, diferenciando-se apenas pelos detalhes, que, em alguns casos, eram feitos por uma delicada técnica, como a aplicação de ouro nos motivos desenhados.

Além disso, antes mesmo que os povos da Europa Ocidental se lançassem às navegações, o que ocorreu a partir do século XIV, os chineses já dominavam os mares com embarcações maiores e mais modernas, além de deterem tecnologias náuticas, como a cartografia, e terem conhecimentos sobre a ideia de planisfério e sobre as diferentes correntes de ar e marítimas.

Os produtos de origem chinesa começaram a chegar ao Brasil por meio de comerciantes portugueses que realizavam trocas com o Oriente, via costa do Pacífico, na África, e também na região das Índias. No século XVIII, o aumento da circulação de riquezas oriundas da extração de ouro e diamantes na atual região de Minas Gerais e Goiás contribuiu para o crescimento da presença da cultura chinesa no país, especialmente nas áreas mais urbanizadas na época, como Rio de Janeiro, Bahia e as crescentes vilas mineiras.

Também foram trazidos mestres chineses de diversas áreas, como as da construção civil, da arquitetura e da tecelagem, visando à produção de artigos específicos para atender à opulenta sociedade mineradora. Assim, o Barroco colonial é repleto de evidências da presença chinesa há mais de dois séculos por territórios que hoje integram o Brasil.

Uma continuidade histórica é a presença das comunidades chinesas no Brasil em regiões onde há crescimento econômico. Como vimos, a China figura como uma das mais importantes parcerias comerciais do país. Por outro lado, uma transformação é o fato de que, hoje, há comunidades de trabalhadores brasileiros vivendo na China. Geralmente, eles são representantes comerciais de empresas brasileiras ou representantes brasileiros de empresas chinesas que têm interesse em solidificar sua presença no mercado de nosso país.



Museu do Estado de Pernambuco, Recife (PE). Fotografia: Romulo Fialdini/Tempo Composto

Conjunto de travessas de porcelana chinesa, século XIX.

Não escreva no livro.

Tensões: Estados Unidos e projetos políticos

As aproximações do Brasil com a China no passado trouxeram algumas tensões entre Brasil e Estados Unidos e reverberaram sobre outras relações internacionais brasileiras. Para compreender esse complexo contexto, é necessário retomar alguns temas.

Um deles é a questão dos projetos políticos. Analisamos em outros momentos que os Estados Unidos tendem a apoiar projetos alinhados ao neoliberalismo. Assim, a Venezuela, por exemplo, é um dos principais rivais ideológicos da potência estadunidense. Em diversos momentos, a diplomacia dos Estados Unidos, conhecida por tentar intervir em países menores e economicamente instáveis, ou mesmo provocar instabilidades para que possa realizar intervenções, fez ofensivas contra o governo de Hugo Chávez e, depois, contra o governo de Nicolás Maduro.

Em 2019, governos de direita da América do Sul e dos Estados Unidos pressionaram o governo boliviano a fim de deslegitimar o processo eleitoral que ocorreu naquele ano, reelegendo Evo Morales como presidente, e de exigir alternância no poder. A situação impulsionou uma série de manifestações populares nas ruas com a participação de camponeses e indígenas para defender o governo de Evo Morales. As disputas entre as diferentes forças políticas resultaram em confrontos e na morte de 35 civis. Nesse contexto, procurando evitar maiores prejuízos, Morales renunciou ao cargo e ao mandato para o qual havia sido eleito.

As disputas encabeçadas pelos Estados Unidos para obter o controle do chamado Triângulo do Lítio – do qual a maior área se encontra em território boliviano –, visando driblar as concorrências chinesa e russa na região, podem ter influenciado os atos golpistas.

O lítio é um mineral usado na fabricação de baterias para carros elétricos, celulares e outros aparelhos. A Bolívia possui uma das maiores reservas mundiais desse mineral e está sob controle estatal. O mineral é representativo do desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas à produção de veículos elétricos que utilizam energia renovável por meio das baterias recarregáveis. Por essa razão, os Estados Unidos têm interesse em monopolizar as reservas e a produção de lítio no continente em detrimento da China. Além da Bolívia, o Chile e a Argentina também possuem grandes reservas de lítio na América do Sul.

Até 2016, o Brasil se posicionou de modo mais neutro em relação a essas investidas, embora agisse para conter a influência dos Estados Unidos na América do Sul. Uma medida nesse sentido foi a aceitação da Venezuela como membro permanente do Mercosul, em 2012. Até então, apenas os países fundadores faziam parte do bloco. Em 2016, sob o governo do centrista Michel Temer (1940-), o Brasil e os outros países do Mercosul deliberaram sobre a suspensão da Venezuela do bloco, alegando quebra do pacto democrático no país. Além disso, a partir de 2019, o presidente Jair Bolsonaro manifestou seu alinhamento com os Estados Unidos, governado pelo também direitista Donald Trump, assinalando com isso uma nova perspectiva relacionada à influência estadunidense na América do Sul.

A aproximação entre Brasil e Estados Unidos, pautada por projetos políticos neoliberais, é defendida principalmente por setores da sociedade brasileira ligados ao empresariado, que enxergam a possibilidade de ampliar seus negócios no mercado estadunidense ou mesmo conseguir melhores preços em trocas comerciais com base no dólar americano. Já para o empresariado estadunidense, essa relação representa a possibilidade de atuar no mercado brasileiro com menos restrições relacionadas a regulamentações econômicas, trabalhistas e ambientais. A partir de 2022, o Brasil adotou, sob o governo de Lula, uma posição de mais autonomia em relação aos Estados Unidos, de Joe Biden, apresentando-se como uma pretensa liderança regional.



Danvis Collection/Alamy/Fotoarena

Secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken (1962-), em Washington, anuncia o reconhecimento da vitória da oposição na Venezuela após eleições conturbadas. Foto de 2024.



Jesus Vargas/Getty Images

Manifestantes em Caracas contestam o resultado das eleições que deu a vitória a Nicolás Maduro na Venezuela. Diversos países e órgãos internacionais apontaram suspeitas de fraude pelo governo. Foto de 2024.

INTERAÇÃO

1. **De acordo com seus conhecimentos, quais são os temas de cada imagem da página? O que isso indica sobre a diplomacia estadunidense na América do Sul? Comente suas impressões com a turma.**

Brasil e Estados Unidos: balanço

A análise dos impactos das relações internacionais brasileiras com grandes potências econômicas é bastante complexa. Vale lembrar que nosso país apresenta uma democracia recente, com instituições democráticas que estão em consolidação, o que pode contribuir para certa fragilidade administrativa.

No caso da análise das relações com os Estados Unidos, essa perspectiva é ainda mais complexa, por se tratar da maior economia do mundo e também pela característica imperialista e intervencionista dessa nação, como vimos em unidades anteriores. Particularmente sobre a América do Sul, a diplomacia estadunidense sempre investiu em aproximações baseadas na economia, mas também muito focadas nos projetos políticos e na cultura.

Para os especialistas em diplomacia, as relações contemporâneas entre o Estado brasileiro e o estadunidense apresentam os ciclos a seguir.

Brasil e Estados Unidos: Relações no mundo contemporâneo

1900 a 1998 – Alinhamento

- Aliança especial que alterna padrões de alinhamento pragmático (sem questionamentos públicos) e de autonomia pontual (afastamentos sazonais, cujo foco deixa de ser a relação entre Brasil e Estados Unidos e passa a ser entre Brasil e outros parceiros comerciais).
- Não há divergências públicas com os Estados Unidos, e os acordos estadunidenses são privilegiados em detrimento de acordos com outros países.

1999 a 2004 – Autonomia

- O foco do Brasil recai mais no fortalecimento de suas alianças com os parceiros da América do Sul, enquanto os Estados Unidos fazem pressão pela aprovação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Na prática, isso prejudicaria as indústrias nacionais, que teriam de competir com os produtos estadunidenses em pé de igualdade.
- Esse acordo nunca foi fechado, levando ao rompimento do alinhamento pragmático e à busca pela autonomia regional durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1931-).

2005 a 2016 – Diálogo estratégico

- Retomada dos diálogos, agora mais amadurecidos, sobre as trocas comerciais possíveis.
- Mudanças nas políticas internas de cada país, com a eleição de políticos alinhados a projetos mais progressistas (Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, e Barack Obama (1961-), nos Estados Unidos), oxigenam as possibilidades diplomáticas.
- Em decorrência da crise econômica de 2008, ocorre o isolamento comercial de ambos os lados, com o objetivo de proteger os negócios nacionais. No entanto, a autonomia brasileira sai fortalecida e conservada.

2017 a 2022 – Alinhamento

- Com as mudanças nas políticas internas de cada país (eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro, no Brasil), há o alinhamento dos líderes conservadores.
- A bilateralidade é questionável. Embora os líderes brasileiros sejam recebidos pelos líderes estadunidenses e dialoguem com eles, em 2020 os Estados Unidos retiraram o Brasil da lista de países em desenvolvimento, o que representa uma queda no *status* internacional do país.

2023 a 2026 – Diálogo estratégico

- O governo brasileiro presidido por Lula procurou retomar a autonomia política do país em relação aos Estados Unidos, visando garantir não apenas a independência nacional em assuntos econômicos e políticos, mas também nas relações com parceiros importantes da América Latina e do chamado Sul Global. Ao mesmo tempo, o governo de Lula procura manter a neutralidade nas relações diplomáticas com os Estados Unidos com o intuito de reaproximar os dois países para viabilizar acordos amplos que busquem a manutenção da democracia, dos direitos humanos e a preservação ambiental.

ID/BR

Linha do tempo sem escala temporal.

Fontes de pesquisa: Pecequilo, Cristina S. As relações bilaterais Brasil-Estados Unidos (1989-2008): as três fases contemporâneas. *Nueva Sociedad*, 2008. Disponível em: https://nuso.org/articulo/as-relacoes-bilaterais-brasil-estados-unidos-1989-2008-as-tres-fases-contemporaneas/; Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Estados Unidos da América. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/estados-unidos-da-america; Diálogo de Alto Nível Brasil-EUA. Portal Gov.br, Ministério das Relações Exteriores, 25 abr. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/dialogo-de-alto-nivel-brasil-eua. Acessos em: 8 ago. 2024.

Não escreva no livro.

A UNIÃO EUROPEIA E A AMAZÔNIA

No mundo contemporâneo, as principais trocas entre o Estado brasileiro e os países europeus ocorrem na seara dos grandes blocos econômicos: de um lado, o Mercosul e, de outro, a União Europeia (UE).

Quando comparado ao Mercosul, o bloco europeu compartilha um nível superior de integração entre os países-membros. Há equidade entre os passaportes emitidos, há moeda única (o euro) e fóruns colegiados, formados por representantes de todos os países, que deliberam sobre economia, saúde, educação e outros assuntos de interesse compartilhado. Esse nível de integração fortalece a posição da UE em relação aos outros países, que, em vez de negociarem com cada país europeu, realizam uma só negociação com o bloco.

Essa perspectiva força os países "do outro lado da mesa" a também negociarem por meio de seus blocos econômicos, até mesmo como forma de fazer frente ao peso político, econômico e cultural da Europa Ocidental. Assim, a maior parte dos acordos entre Brasil e UE é realizada por intermédio do Mercosul. Desde 2003, o governo brasileiro, especialmente por meio da figura do presidente da República e dos representantes do Itamaraty, busca apoio para garantir a preservação da floresta Amazônica, assim como a exploração sustentável de seus recursos, a realização de pesquisas científicas sobre sua fauna e flora e a proteção dos povos indígenas que vivem na região, bem como de outras comunidades que tradicionalmente ocupam a Amazônia.

Desses diálogos com a UE, surgiu, em 2008, o **Fundo Amazônia**, uma iniciativa para aportar investimentos europeus, via Mercosul, nas regiões amazônicas do Brasil, da Bolívia, do Peru e de outros países. Esse acordo faz parte de um diálogo mais amplo que visa ao estabelecimento do livre-comércio entre a UE e o Mercosul. Isso seria um passo muito importante para a autonomia e o desenvolvimento dos países da América do Sul.

No entanto, dados alarmantes sobre o desmatamento da Amazônia, divulgados em 2019, evidenciaram a falta de fiscalização e de políticas para deter a exploração ilegal e predatória da floresta, além da perseguição contra os povos indígenas, mesmo aqueles que já têm suas terras demarcadas. Essa situação foi agravada pelos incêndios provocados por queimadas ilegais. Os focos de incêndio tomaram proporções gigantescas: foi devastada uma área superior a 20 000 hectares de vegetação.

Ativistas europeus de diferentes grupos iniciaram protestos durante reuniões diplomáticas internacionais. Além disso, governantes de diferentes países da UE se opuseram ao acordo entre Mercosul e UE, que estava em vias de ser fechado. Porém, para que ele fosse viabilizado, a UE solicitou ao Brasil que apresentasse um plano que visasse ao retorno dos índices de desmatamento aos níveis de 2017, o que não foi prontamente atendido pelo governo brasileiro. Com isso, o Fundo Amazônia, assinado em 2018, foi suspenso até que o Estado brasileiro se posicionasse de modo firme pela proteção da floresta. Essas investidas foram vistas pelo governo federal como medidas que atacavam a autonomia do país na gestão interna, desgastando ainda mais a relação com a UE.

A partir de 2023, no primeiro dia após a posse do presidente Lula, foi assinado decreto retomando as atividades do Fundo Amazônia, visando reduzir os desmatamentos e os incêndios florestais e financiar programas de fiscalização e de proteção ambiental, assim como atividades produtivas sustentáveis, por meio de novas demarcações de Terras Indígenas (TIs) e da criação de Unidades de Conservação (UCs). Dessa forma, foram reativados os repasses da UE ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento do fundo. Ainda naquele ano, foram captados para o Fundo Amazônia 1,3 bilhão de reais, o maior valor em 15 anos, desde sua criação.



Vista da floresta Amazônica durante queimada na região Lábrea (AM). Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi registrada uma queda de 19% de supressão de vegetação nativa entre 2022 e 2023. Foto de 2024.

Evaristo Sá/AFP/Getty Images

Não escreva no livro.

Por que ainda se desmata?

A pressão da UE pela tomada de medidas governamentais para a proteção dos recursos da Amazônia evidencia que o Estado brasileiro lida com um problema recorrente ao longo do século XX e que perdura no século XXI: o desmatamento ilegal de áreas de floresta protegidas por lei.

Essa equação apresenta diferentes variáveis, entre as quais algumas estão listadas a seguir.

- **Projetos políticos:** projetos mais alinhados ao neoliberalismo têm uma estrutura mais enxuta, o que pode gerar fiscalização ineficaz, enquanto projetos mais nacionalistas podem, por exemplo, defender uma exploração maior dos recursos naturais como forma de gerar riqueza para o país.
- **Pressão do empresariado:** as iniciativas privadas dos setores agrícolas são responsáveis por parte considerável do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, concentrando renda e influência política. Assim, podem pressionar governantes para abrandar legislações de fiscalização do desmatamento e também de proteção aos povos indígenas. As empresas também podem financiar campanhas eleitorais de representantes que vão defender seus interesses no governo.

Por que, apesar do reconhecimento dos mecanismos que deflagram o desmatamento, ele continua a ocorrer? Por que, mesmo no século XXI, ainda se desmata de modo ilegal, isto é, de modo não sustentável? Os motivos permanecem historicamente inalterados: além da exploração da madeira, o desmatamento ainda ocorre para que as áreas desmatadas sirvam de terreno para plantações monocultoras e criação extensiva de gado para o abate e a exportação da carne. Os sistemas de recuperação de solo para plantações monocultoras são muito mais caros do que simplesmente queimar uma nova área, abrindo grandes extensões de terreno na floresta.

Esses processos fazem parte de comportamentos que vêm sendo criticados por movimentos jovens em diferentes países. O consumismo desenfreado, a alimentação baseada em proteínas de origem animal ou em alimentos **ultraprocessados**, a opção por comprar produtos com muitas embalagens, feitos de derivados de petróleo ou a partir de exploração predatória do meio ambiente, são alguns dos principais aspectos do mundo capitalista criticados pelos ativistas.



Andy Soloman/UCG/Universal Images Group/Getty Images

Protesto contra a insustentabilidade e o consumismo em Londres, Reino Unido. Nas faixas, lê-se, em tradução livre: "Diga não ao consumismo, diga sim à vida na Terra" e "Queremos ação rápida". Foto de 2024.

REFLEXÃO

Sua lista de compras é uma arma

Ao redor do mundo, há diversas iniciativas, algumas inclusive definidas por lei, para reduzir os impactos ambientais do consumo e também para incentivar a alimentação e o consumo conscientes. Esses movimentos também estão se desenvolvendo no Brasil e podem contribuir para um aprofundamento da conscientização individual e para a transformação de hábitos da sociedade.

1. **De que modo a escolha consciente do que comprar e onde comprar pode impactar o meio ambiente e a sociedade? Faça um mapa mental sobre seu raciocínio em relação a esse tema. Com base nesse mapa, produza um texto dissertativo. Depois, apresente-o aos colegas.**
2. **Faça uma lista das coisas que você costuma consumir (envolvendo alimentação, lazer, vestuário, transporte e educação). Depois, analise os pontos a seguir.**
   - **a)** Os itens da lista são comprometidos com a sustentabilidade? Caso você não tenha essa informação, faça pesquisas para descobrir. Combine uma data com o professor para compartilhar o resultado das pesquisas – isso pode ajudar a turma a desenvolver hábitos de consumo mais conscientes.
   - **b)** Que hábitos você mudaria em seu cotidiano para tornar sua vida mais sustentável, do ponto de vista ecológico? Reflita com base nas descobertas feitas a partir das pesquisas realizadas no item **a**.
3. **A pegada ecológica é uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia o impacto do consumo sobre recursos naturais. Para saber qual é a sua pegada ecológica, acesse o *site* da ONG WWF-Brasil (disponível em: https://www.wwf.org.br/nosso_trabalho/pegada_ecologica/; acesso em: 26 set. 2024). Em seguida, clique em "Calcule a sua pegada" e siga as instruções. Depois, compartilhe o resultado com os colegas.**

Não escreva no livro.

BRICS

Em 2001, o economista inglês Jim O'Neill (1957-) criou a sigla **Bric** para se referir aos países emergentes que tinham potencial de apresentar grandes taxas de crescimento nas primeiras décadas do século XXI: Brasil, Rússia, Índia e China. Esse grupo de países realizou, em 2006, uma reunião com seus ministros das Relações Exteriores, em paralelo aos encontros da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O intuito era o de reformar os mecanismos de governança global e as instituições financeiras baseadas em regras impostas pelas maiores potências capitalistas e imperialistas, como Estados Unidos, países da Europa, Canadá e Japão.

A primeira reunião formal do grupo ocorreu em 2009 na Rússia, com os representantes dos quatro primeiros países-membros. Dois anos depois, em 2011, com a entrada da África do Sul (South Africa, em inglês), acrescentou-se o "S", formando o nome Brics. Recentemente, em janeiro de 2024, foram admitidos novos membros no grupo, com a entrada do Egito, dos Emirados Árabes, da Etiópia e do Irã. A possível entrada da Argentina, anunciada em 2023, foi em seguida negada pelos representantes do país logo após Javier Milei (1970-) ser eleito presidente da República.

A formação do grupo procura constituir uma aliança geopolítica de países emergentes, isto é, de economias em desenvolvimento com a intenção de cooperarem entre si em diferentes aspectos. As finalidades do grupo, portanto, extrapolam o apoio econômico, embora estejam entre seus objetivos a cooperação comercial e o financiamento ao desenvolvimento dos países-membros. Este último ganhou novo impulso com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, em 2014, que busca consolidar uma instituição financeira capaz de fornecer subsídios além das instituições controladas pelos países desenvolvidos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central. No ano seguinte ao da fundação do Novo Banco de Desenvolvimento, foi estabelecido também o Acordo de Reserva Contingente dos Brics (CRA), que permite a cada país-membro o acesso a uma parcela dos fundos de capital investidos para se proteger de dificuldades e pressões econômicas que fragilizam as moedas nacionais.

Os acordos tecidos na esfera dos Brics têm sido de extrema importância para os países-membros, propiciando negociações comerciais de exportação entre eles, cooperação com mecanismos de créditos e incentivo à inovação tecnológica, comunicacional e científica. Os financiamentos econômicos anteriormente fornecidos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento tendiam a favorecer empresas estrangeiras de países desenvolvidos. Com o Brics essa lógica começa a ser contraposta, suscitando maior independência econômica e autonomia política do chamado Sul Global, composto dos países fora do eixo dominante do mundo capitalista. Com isso, abre-se a perspectiva de construção do que se tem denominado mundo multipolar, em que não há apenas a regência das relações políticas e econômicas globais por apenas uma grande potência dominante, mas negociações entre várias forças, de maneira multilateral.

O dólar estadunidense, moeda que domina o câmbio e a economia mundial, também passou a ser questionado com a criação do Brics, e os países-membros se propuseram a constituir um sutil processo de desdolarização nas negociações nos próximos anos, possibilitando a realização de acordos em diferentes moedas nacionais.



Sergei Bulkin/TASS/ZUMA Press/Imageplus

Os ministros das Relações Exteriores do Brics reunidos na Rússia para reafirmar o compromisso de fortalecimento do quadro de parcerias estratégicas do grupo. Foto de 2024.

REFLEXÃO

Importância do Brics no contexto atual

Leia o trecho a seguir sobre o Brics e, em seguida, responda às questões propostas.

> No total, o grupo representa:
> Mais de 42% da população mundial, 30% do território do planeta, 23% do PIB global e 18% do comércio internacional[.]

PLANALTO. Brics: A história. Portal Gov.br, [20--]. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics. Acesso em: 15 jul. 2024.

1. **Segundo os dados do texto que você acabou de ler, qual é a importância do Brics na economia mundial?**
2. **As relações entre os países do Brics têm beneficiado ou prejudicado o Brasil? Explique.**
3. **Em sua opinião, com a entrada de novos países e a ampliação recente da cúpula do Brics em 2024, a tendência é estimular o desenvolvimento e o fortalecimento das economias dos países-membros ou submetê-las a uma maior competição? Explique.**

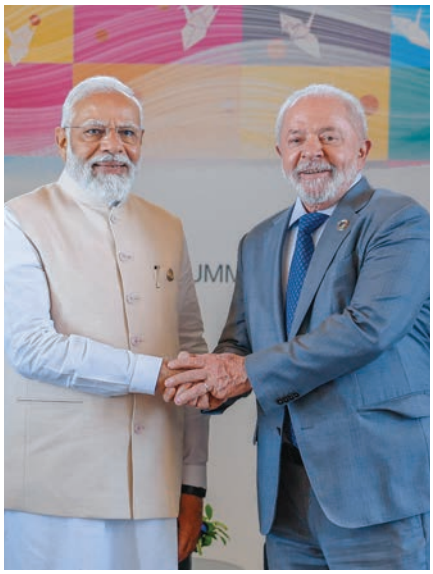
Não escreva no livro.

G20

O G20 ou Grupo dos 20 foi formado em 1999 pelos ministros das finanças e chefes dos bancos centrais de 19 países de cinco continentes, mais a União Europeia, que constituem as maiores economias do globo. Os países que integram o Grupo dos 20 são: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. Em seu conjunto, o G20 é responsável por cerca de 80% do PIB mundial e por 75% do comércio internacional, além de abrigar dois terços da população e 60% do território do planeta.

O grupo surgiu como contraponto ao G8, que se tornou G7 após a expulsão da Rússia (como parte das sanções impostas a esse país por ter anexado a Crimeia) em 2014, e reúne os países mais industrializados e desenvolvidos do mundo, como Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e os países que compõem a União Europeia. Como o G7 é um grupo bastante restrito, o G20 procurou ampliar as discussões sobre o sistema financeiro internacional, não somente entre os países desenvolvidos, mas incluindo também os países emergentes.

Diferentemente do Brics, que promove a integração e a cooperação entre os países em desenvolvimento, o G20 permite o estabelecimento do diálogo e acordos entre estes e os países das economias mais desenvolvidas, criando assim um amplo fórum de governança global. Após a crise econômica de 2008, que atingiu grande parte do planeta, o G20 assumiu um papel ainda mais relevante, tomando o lugar do G7 como conselho internacional permanente para assuntos econômicos. A partir de então, as reuniões do G20 passaram a ser feitas entre os chefes dos Estados-membros, além das reuniões ministeriais.



Ricardo Stuckert/PR/Agência Brasil

Narendra Modi (1950-), primeiro-ministro da Índia, país que presidiu o G20 entre dezembro de 2022 e novembro de 2023, e Luiz Inácio Lula da Silva, que o presidiu entre dezembro de 2023 e novembro de 2024. Foto de 2023.

O presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva foi escolhido para presidir a cúpula do G20 entre dezembro de 2023 e novembro de 2024. Dessa forma, o país se tornou responsável pela realização e pela recepção da reunião de cúpula durante o período de sua presidência, organizada no município do Rio de Janeiro em novembro de 2024. Os temas de discussão definidos pelo presidente Lula para serem debatidos durante seu mandato foram: combate a fome, pobreza e desigualdade; as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental); e reforma da governança internacional.

Em 2023 também foi anunciada a entrada da União Africana como membro efetivo do G20, trazendo para o centro de sua estrutura um bloco de 55 países que pertencem ao segundo continente mais populoso do mundo.

[...] Até a entrada da União Africana como membro efetivo do G20, a África do Sul era o único integrante do continente africano no grupo. Antes uma organização internacional convidada, a União Africana recebeu o *status* de membro pleno na cúpula do G20 em Nova Delhi, na Índia, no início de setembro de 2023. A medida dá ao continente o mesmo *status* que a União Europeia e outros 19 países. Com 55 países-membros, o bloco representa cerca de 20% do território mundial e abriga uma população jovem, com potencial produtivo acima da média de outros países.

[...] Economicamente, a União Africana possui um PIB combinado significativo de cerca de US$ 3 trilhões, com uma riqueza abundante em recursos naturais. A região detém 60% dos ativos de energia renovável do mundo e 50% dos minerais essenciais para tecnologias de baixo carbono, o que posiciona a África como uma potência emergente na economia global. Sob a presidência brasileira, o G20 enfrentará os desafios relacionados à reestruturação da governança global. A entrada da União Africana no G20 está alinhada a essa meta, proporcionando uma voz mais representativa para os países do chamado sul global.

Boletim G20 Ed. 13 – União Africana no G20: um salto geopolítico e econômico do continente. *G20 Brasil 2024*, 22 jan. 2024. Disponível em: https://www.g20.org/pt-br/noticias/boletim-g20/boletim-g20-ed-13-uniao-africana-no-g20-um-salto-geopolitico-e-economico-do-continente#:~:text=Antes%20uma%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20internacional%20convidada%2C%20a%20Uni%C3%A3o%20Africana,que%20a%20uni%C3%A3o%20europeia%20e%20outros%2019%20pa%C3%ADses. Acesso em: 15 jul. 2024.

Não escreva no livro.

ATIVIDADES

1 **Relações bilaterais são relações baseadas na reciprocidade entre as partes e pressupõem equidade entre ambas. Analise a linha do tempo "Brasil e Estados Unidos: Relações no mundo contemporâneo" e responda às questões a seguir.**

a) Historicamente, as relações entre Brasil e Estados Unidos podem ser consideradas realmente bilaterais? Discorra com base nas perspectivas históricas que você conhece.

b) Atualmente, como você classificaria as relações entre Brasil e Estados Unidos? Faça uma pesquisa em publicações impressas ou digitais e, depois, avalie se há continuidade com a política iniciada em 2022 ou se houve algum tipo de alteração. Compartilhe suas descobertas com a turma.

2 **Leia o texto a seguir, que trata do posicionamento do governo brasileiro no G20, e responda às questões propostas.**

> Os países mais ricos, que contribuíram "historicamente" mais para o aquecimento global, devem arcar com os maiores custos para combater o problema. Essa foi uma das cobranças feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a abertura da Cúpula do G20 [...]. A reunião fez parte da sessão intitulada "Um planeta Terra" no evento que é realizado em Nova Déli, na Índia.
>
> O presidente exemplificou que as mudanças climáticas, neste momento, afetam o estado do Rio Grande do Sul, com a passagem de um ciclone que deixa desabrigados e mortos. Ele pontuou ainda que os efeitos da mudança do clima têm mais consequências para grupos vulnerabilizados. "São os mais pobres, mulheres, indígenas, idosos, crianças, jovens e migrantes, os mais impactados."
>
> [...]
>
> Para Lula, a falta de compromisso dos mais ricos gerou uma dívida "acumulada ao longo de dois séculos". "Desde a COP [Conferência das Partes] de Copenhague, [em 2009], os países ricos deveriam prover 100 bilhões de dólares por ano em financiamento climático novo e adicional aos países em desenvolvimento. Essa promessa nunca foi cumprida".
>
> FERREIRA, Luiz Cláudio. No G20, Lula cobra recursos de países ricos contra aquecimento global. *Agência Brasil*, Brasília, 9 set. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-09/no-g20-lula-cobra-recursos-de-paises-ricos-contra-aquecimento-global. Acesso em: 15 jul. 2024.

a) Faça uma pesquisa para descobrir os fatores que podem influenciar as mudanças climáticas. Em seguida, registre suas conclusões no caderno.

b) Por que o presidente do Brasil em 2023 se refere aos países mais ricos como aqueles que mais contribuíram "historicamente" para o aquecimento global?

3 **(Fatec)** **Leia os trechos de declarações de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos.**

> "A economia cresceu e isso está apenas começando. Vamos crescer e não vamos perder empregos. Pelo povo deste país, saímos do acordo. Estou disposto a renegociar outro favorável aos Estados Unidos, mas que seja justo para os trabalhadores, contribuintes e empresas. É hora de colocar Youngstown, Detroit e Pittsburgh à frente de Paris." "Admito que a mudança climática esteja causando alguns problemas: ela nos faz gastar bilhões de dólares no desenvolvimento de tecnologias que não precisamos."
>
> <https://tinyurl.com/yaeoj29p.> Acesso em: 08.11.2017. Adaptado.

Essas declarações de Donald Trump, para justificar a retirada dos Estados Unidos do acordo para reduzir emissões de gases de efeito estufa no contexto do desenvolvimento sustentável, revelam

a) a preocupação com o crescimento da economia global e, ao mesmo tempo, um reconhecimento da importância de ações em defesa do meio ambiente.

b) a sintonia do presidente da nação mais poderosa do mundo com os seus eleitores e com o que pensa a maioria dos europeus tanto sobre temas econômicos como ambientais.

c) a posição isolacionista do atual governo estadunidense no mundo em que os interesses econômicos locais se sobrepõem às preocupações ambientais da comunidade internacional.

d) a sincronia com o governo chinês, líder na emissão de gases estufa, que defende a tese de que o combate ao aquecimento global só será reduzido com crescimento econômico.

e) a preocupação do principal ocupante da Casa Branca em manter os Estados Unidos alinhados aos interesses econômicos de grandes empresas de energias renováveis.

PRÁTICAS DE PESQUISA

MIGRANTES NO BRASIL ATUAL

Para começar

No início desta unidade, vimos que, desde os primeiros anos da década de 2010, a Venezuela vive uma crise política, econômica e humanitária que obrigou milhões de venezuelanos a deixarem seu país. O destino de grande parte desses imigrantes, principalmente nos anos finais daquela década, foi o Brasil.

De acordo com o Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), lançado pelo Ministério da Justiça em 2023, a maioria dos imigrantes que entraram no Brasil em 2022, 50,3%, era composta de venezuelanos. Em segundo e terceiro lugares, 19,6% eram cubanos e 6,7%, angolanos.

Nesta seção, propomos uma pesquisa com o objetivo de conhecer a história e as motivações de pessoas que vieram de outros países para tentar a vida no país em que você vive, e de entender como essas pessoas avaliam a forma como o Estado brasileiro se organiza para recebê-las e prestar assistência a elas.

O problema

Para conhecer a realidade de alguns grupos de imigrantes no Brasil, alguns questionamentos são muito importantes: Há imigrantes no município onde você vive? De que países eles vêm? Quais motivos os levaram a imigrar e por que vieram ao Brasil, especificamente para sua cidade? Que assistência recebem do Estado?

A investigação

- Prática de pesquisa: entrevista semiestruturada

Material

- Folhas para anotações, lápis e caneta
- Gravador ou *smartphone*
- Computador com acesso à internet



Reynesson Damasceno/Photo Press/Folhapress

Grupo de venezuelanos na Operação Acolhida em Boa Vista (RR). Foto de 2023.

Procedimentos

Parte I – Planejamento

1 **Organizem-se em grupos de quatro a cinco integrantes.**

2 **Cada grupo deve se planejar para realizar a pesquisa com um imigrante que viva em seu município. Conversem entre si para descobrir se alguém do grupo:**

- é imigrante ou parente de um(a) imigrante;
- tem relações pessoais com algum(a) imigrante: é vizinho, amigo ou tem parentes ou conhecidos que convivem com um deles;
- tem informações sobre a existência de uma pessoa da cidade que é imigrante, ainda que não a conheça pessoalmente, e poderia fazer contato com ela.

3 **Nesta seção, vamos realizar uma entrevista semiestruturada. No entanto, há outros dois tipos de entrevistas: a estruturada e a não estruturada. Conheça um pouco mais sobre cada tipo:**

Não escreva no livro.

- Estruturada – é mais usada quando o(a) pesquisador(a) quer obter dados objetivos que possam ser quantificados. Ou quando ele(a) pretende comparar as respostas dos entrevistados, sem que as diferenças entre essas respostas sejam resultado da diferença entre as perguntas feitas. Esse tipo de entrevista é comumente usado em pesquisas eleitorais, pesquisas de opinião, pesquisas de audiência, etc. Muitas das entrevistas que vemos publicadas nos veículos de comunicação são desse tipo. Para coletar os dados desse tipo de pesquisa, o(a) entrevistador(a) segue um roteiro previamente estabelecido. No decorrer da entrevista, não é possível adaptar as perguntas, mudá-las de ordem ou acrescentar novas questões.
- Não estruturada – o(a) entrevistador(a) não vai a campo com um questionário preestabelecido. Em geral, ele(a) tem um tema sobre o qual pretende que o entrevistado fale e vai fazendo perguntas conforme o andamento da entrevista, para explorar as ideias do entrevistado. Esse tipo de entrevista é utilizado, por exemplo, para conhecer situações individuais de comportamento e atitude, ou quando se quer conhecer a história de vida de uma pessoa. É comum fazer uso dele, também, quando se entrevista alguém com muito conhecimento sobre determinado tema e há interesse em investigar as ideias dessa pessoa.
- Semiestruturada – busca combinar as duas possibilidades: construir um roteiro que permita ao(à) pesquisador(a) coletar dados que objetivamente respondam ao problema por ele(a) delimitado, mas com liberdade para explorar mais a fundo uma resposta, fazer uma nova pergunta ou adaptar uma já existente à situação específica daquela entrevista. Por sua flexibilidade, é bastante usada em pesquisas sociais da área de Educação ou das Ciências Humanas em geral.

Parte II – Elaboração do roteiro

1. **Caso ninguém do grupo conheça um imigrante, peçam a ajuda dos outros grupos ou do(a) professor(a) para localizar o(a) possível entrevistado(a).**
2. **Definam qual integrante do grupo vai entrar em contato com a pessoa escolhida, explicar a ela o propósito da pesquisa e marcar um dia e um local apropriados para fazer a entrevista. Para facilitar essa tarefa, o grupo deve escrever uma pequena introdução sobre o tema e o motivo da entrevista, para ser apresentada à pessoa.**
3. **Elaborem, então, um roteiro com as perguntas. Para isso, tenham em mente o problema que é o mote da pesquisa e reflitam sobre as informações que interessam ao grupo para ajudá-los a compreender a experiência vivida pela pessoa entrevistada.**
4. **Incluam nesse roteiro informações básicas sobre a pessoa entrevistada: nome completo, idade, cidade e país de origem e a data em que chegou ao Brasil e, especificamente, a sua cidade.**

Parte III – Realização da entrevista

1. **Antes da realização da entrevista, definam quais integrantes do grupo serão os entrevistadores. Isso é importante para que a conversa com a pessoa entrevistada seja organizada. Escolham também o modo como será feito o registro das respostas. Vocês podem anotar as respostas ou, se possível, gravá-las em um gravador ou em um *smartphone* que tenha essa função.**
2. **Para que a entrevista possa fluir e o(a) entrevistado(a) se sinta à vontade, é preciso agir com empatia. Comecem o contato com uma conversa informal, para que ele(a) possa se descontrair, e, durante a sequência das perguntas, não apressem o(a) entrevistado(a) nem tentem "completar" suas respostas. A escuta deve ser cuidadosa e paciente. Caso haja algum ponto que vocês achem importante aprofundar ou esclarecer, esperem que a pessoa complete o raciocínio e então retomem esse ponto.**
3. **É importante ter em mente que, como a entrevista é semiestruturada, vocês não precisam se restringir às perguntas do roteiro. É necessário que vocês estejam atentos às falas da pessoa entrevistada que podem proporcionar a elaboração de outras perguntas importantes.**
4. **Ao final da entrevista, agradeçam a disponibilidade da pessoa e ofereçam a ela a possibilidade de obter o relatório da entrevista que vocês vão elaborar.**

Questões para discussão

1. **Que desafios vocês encontraram durante a realização desse tipo de pesquisa? O que foi mais fácil e o que foi mais difícil realizar?**
2. **Quais são as nacionalidades dos imigrantes entrevistados pela turma? Qual delas é a maioria? Há coincidência no período em que essas pessoas chegaram ao município de vocês?**
3. **Por quais razões esses imigrantes saíram de seus países? E por que vieram para o município de vocês?**
4. **O município de vocês apoiou esses imigrantes? De que forma? Caso a resposta seja negativa, essas pessoas obtiveram apoio de alguma instituição não governamental? Qual?**

Comunicação dos resultados

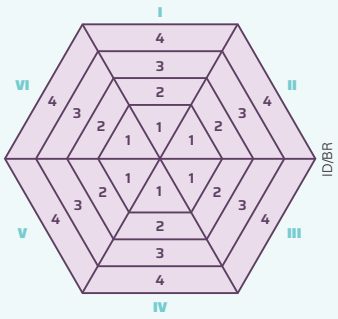
Reúnam-se com o grupo para organizar os dados obtidos na entrevista e elaborar um relatório. Esse relatório deve conter todos os dados pessoais do(a) entrevistado(a) e uma síntese das informações que vocês considerarem importantes para responderem ao problema da pesquisa.

Apresentem o relatório para a turma. Se possível, organizem essa apresentação em cartazes ou em um programa de apresentações digitais.

Não escreva no livro.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A



ID/BR

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	**Respostas**	**Cor indicada**
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que "Sempre" realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta **I**.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



ID/BR

Não escreva no livro.

PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente suas respostas às seguintes questões:

Capítulo 22 – O Brasil e a América do Sul

1 Identifico a existência de órgãos nacionais e internacionais que intermedeiam as relações entre países?

2 Compreendo a política imperialista do Brasil sobre os vizinhos da América do Sul, especialmente na Guerra do Paraguai?

3 Compreendo o impacto de processos históricos na configuração das relações diplomáticas entre os diferentes países?

Capítulo 23 – Conexões do Atlântico Sul: Brasil e África

4 Reconheço a importância das relações diplomáticas para a formação de políticas econômicas e sociais?

5 Compreendo a importância do pensamento decolonial diante das estruturas de poder que remetem ao colonialismo?

Capítulo 24 – Outras conexões

6 Compreendo as relações entre os Estados e identifico disparidades no tratamento de determinados países?

7 Reconheço a importância da Amazônia diante das mudanças climáticas e da relação entre os Estados?

8 Compreendo a importância das relações diplomáticas do Brasil com outros países?



Thiago Limón/ID/BR

Não escreva no livro.

PARA IR ALÉM

Capítulo 22 – O Brasil e a América do Sul

Editora Almedina/Arquivo da editora



Epistemologias do Sul

O livro apresenta críticas à supressão dos saberes não europeus e o debate de autores latino-americanos e filiados às concepções de que o Sul também é criador de epistemologias e emissor das próprias narrativas.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2010.

"A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai"

O artigo apresenta considerações a respeito do uso de soldados negros, ex-escravizados ou não, nos exércitos dos quatro países envolvidos no conflito. Trata-se da possibilidade de conhecer trajetórias tradicionalmente silenciadas.

Toral, André Amaral de. A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*, v. 9, p. 287-296, 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/Zz5JrdgQR5hQMtMwj7dnfTd/?lang=pt. Acesso em: 16 ago. 2024.

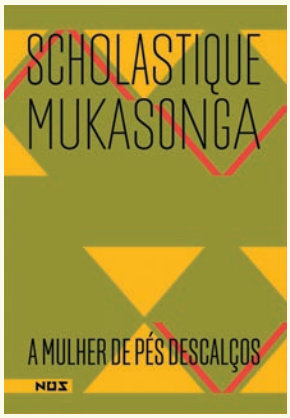
"Entenda em 4 minutos a Guerra do Paraguai, a mais sangrenta da história do continente"

A BBC News Brasil traz um panorama em vídeo sobre a Guerra do Paraguai com informações relevantes sobre o conflito que dizimou cerca de 300 mil paraguaios.

Entenda em 4 minutos a Guerra do Paraguai, a mais sangrenta da história do continente. [*S. l.: s. n.*], 2020. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal *BBC News Brasil*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=f60c4fKO1qw&ab_channel=BBCNewsBrasil. Acesso em: 16 ago. 2024.

Capítulo 23 – Conexões do Atlântico Sul: Brasil e África

Editora Nós/Arquivo da editora



A mulher de pés descalços

Nesse livro, a autora da obra, uma mulher tútsi cuja família foi perseguida durante as lutas entre tútsis e hutus, apresenta suas memórias de infância. O foco da narrativa é o papel determinante de sua mãe para a sobrevivência da família durante a guerra civil em Ruanda, que culminou no genocídio de 1994.

Mukasonga, Scholastique. *A mulher de pés descalços*. São Paulo: Nós, 2017.

Não escreva no livro.

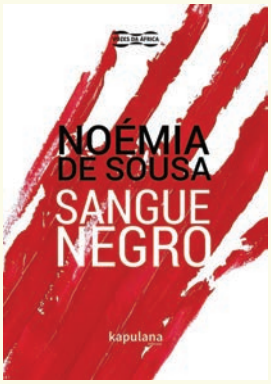


Disponível em: http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=16146. Acesso em: 3 set. 2024.

História geral da África

A coleção *História geral da África* é um projeto da Unesco que, na década de 1960, reuniu inúmeros pesquisadores em torno do tema. Buscando a construção do conhecimento sobre o continente e sua divulgação, a obra foi organizada e escrita por africanos e intelectuais que o estudaram. No Brasil, o Ministério da Educação foi responsável pela tradução e divulgação *on-line* e gratuita das obras.

História geral da África. Brasília, DF: Unesco, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=16146. Acesso em: 1º set. 2024.



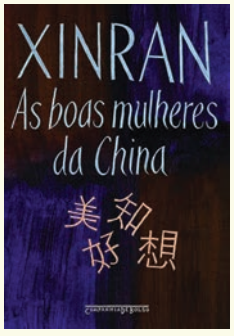
Kapulana/Arquivo da editora

Sangue negro

O livro da poeta Noémia de Sousa traz 46 poemas sobre as trocas culturais entre Brasil e Moçambique e a resistência do povo moçambicano às estruturas de poder do colonialismo.

Sousa, Noémia de. *Sangue negro*. São Paulo: Kapulana, 2016.

Capítulo 24 – Outras conexões



Companhia das Letras/Arquivo da editora

As boas mulheres da China

Nessa obra, a jornalista chinesa Xinran apresenta relatos sobre as histórias de vida de diversas mulheres chinesas, criando um panorama valioso sobre as experiências femininas na China contemporânea. Trata-se de uma obra de referência para conhecer os diferentes papéis das mulheres na história chinesa.

Xinran. *As boas mulheres da China*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



Companhia das Letras/Arquivo da editora

Futuro ancestral

O filósofo e ambientalista Ailton Krenak trata, nessa obra, da crise ambiental sob a ótica indígena de modo a colocar em xeque visões relacionadas ao consumo e à ideia de avanço difundidas no Ocidente que impactariam o futuro.

Krenak, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.



Disponível em: https://infobrics.org/. Acesso em: 3 set. 2024.

Portal do Brics

O portal oficial dos países que compõem o Brics disponibiliza informações sobre ações e tomadas de decisões que envolvem o grupo. Seu conteúdo possibilita a pesquisa e a complementação dos estudos.

Portal do Brics. Disponível em: https://infobrics.org/. Acesso em: 1º set. 2024.

Não escreva no livro.

PROJETO PROJETO PROJETO PROJETO

FÓRUM HISTORIOGRÁFICO

CONSTRUINDO O TRABALHO SOLIDÁRIO NA COMUNIDADE

O que será feito

A noção de trabalho adquiriu diferentes percepções ao longo do tempo. O trabalho já foi visto como castigo divino e como meio de acumular riquezas, visando ao enriquecimento de poucas pessoas. O trabalho, no entanto, é parte do esforço humano para produzir os meios necessários a fim de garantir a própria existência, criando condições mais cômodas que são compartilhadas com toda a coletividade. Isso quer dizer que, por meio do trabalho, a humanidade acumula conhecimentos, técnicas e tecnologias que permitem atender às necessidades das pessoas e organizar as formas de subsistência coletiva. Do ponto de vista da História, é fundamental analisarmos o trabalho realizado pelos grupos humanos, pois esse aspecto nos possibilita conhecer mais a fundo seus modos de vida, suas visões de mundo, sua cultura, sua organização social e as relações que eles estabelecem com o ambiente.

Nas últimas décadas, o trabalho solidário ou voluntário tem ganhado impulso mediante a organização de diversos tipos de projetos sociais e comunitários. Esses projetos tomam como base a conscientização das pessoas em torno de dois princípios básicos: cidadania e solidariedade. Regido por esses princípios, o trabalho voluntário não está necessariamente associado à caridade, mas, sim, a uma ação que visa transformar a realidade próxima e as relações entre as pessoas com base em laços de pertencimento, identidade, coletividade e solidariedade, como as relações estabelecidas entre as pessoas na escola, no bairro, na comunidade ou em grupos que compartilham espaços e experiências.

Em geral, os projetos sociais e comunitários que promovem a cidadania e a solidariedade partem de diagnósticos dos problemas e das necessidades locais, com base no relato, no ponto de vista e nas experiências das pessoas envolvidas e atuantes em espaços onde relações sociais e vivências coletivas acontecem. Dessa forma, esses projetos buscam ser democráticos e participativos, promovendo o direito à cidade, o uso e a zeladoria dos espaços públicos e a participação das pessoas e dos grupos nas decisões relativas à comunidade e à forma de enfrentar os problemas locais e criar soluções para eles.



Edson Grandisoli/Pulsar Imagens

Grafite feito por estudantes no muro de uma escola pública em Sorocaba (SP). Foto de 2021. Além de promover a arte, o grafite é uma das formas de zeladoria do ambiente escolar.

Não escreva no livro.

Os esforços empreendidos coletivamente, em cooperação e colaboração entre as pessoas de uma mesma comunidade, favorecem a construção e o fortalecimento dos laços sociais e afetivos, o desenvolvimento da empatia, da autoestima, da integração, da solidariedade, da responsabilidade e de práticas criativas. A consciência de pertencer e ter voz e opinião dentro de um grupo, criando possibilidades concretas que colaboram com o bem-estar comum ou apresentam soluções alternativas para problemas cotidianos enfrentados coletivamente, é uma experiência única em que todos crescem e aprendem a se reconhecer como protagonistas de suas histórias, capazes de intervir de forma eficaz na realidade.

O voluntariado, entendido aqui como a ação transformadora realizada por um indivíduo ou grupo, é a doação de tempo, trabalho e talento por uma causa social.

Realizado pela sociedade e para a sociedade, o trabalho voluntário pode atuar nas mais variadas áreas: defesa do ambiente, saúde, educação, esporte e lazer, cultura e arte, defesa de direitos. [...]

Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico Elaboração e Organização (CETEC); Soares, Janaína B. (org.). *Voluntariado educacional*: um dos caminhos para cidadania. São Paulo: Centro Paula Souza: Governo do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.cpscetec.com.br/cpscetec/arquivos/apostila_voluntariado.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

Você e os colegas vão organizar um fórum para construir formas de trabalho solidário na comunidade do bairro onde vivem. O objetivo é elucidar a comunidade sobre essas possibilidades e propor ações que contribuam para a construção da solidariedade no grupo de convívio. Para isso, vocês deverão também se engajar no trabalho voluntário.

Observe a seguir alguns exemplos de trabalhos solidários que podem ser realizados pela escola e pela comunidade do entorno.

	PÚBLICO			
Área	**Crianças**	**Jovens e adultos**	**Idosos**	**Comunidade**
Educação e cultura	Ser monitor em aulas de reforço	Alfabetizar aqueles que não tiveram acesso à escola quando criança	Criar grupos de teatro, coral ou organizar bailes	Organizar oficinas de artesanato, culinária, corte e costura, jardinagem, fotografia[,] etc.
Saúde e assistência social	Organizar atividades recreativas e artísticas em hospitais	Fazer campanhas de prevenção ao uso de drogas e doenças sexualmente transmissíveis	Organizar atividades que possibilitem a troca de experiências sobre o tema entre os jovens e idosos, como encontros, palestras, debates[,] etc.	Organizar atividades de entretenimento relacionando cidadania, saúde e alimentação básica
Ecologia	Estimular a coleta seletiva de lixo	Fazer o replantio de árvore e flores	Convidar idosos para dar palestras sobre devastação ambiental	Discutir e conscientizar a comunidade para a problemática da água potável no mundo e temas afins
Segurança	Dar oficinas de educação para o trânsito	Fazer campanhas contra a violência e a favor do desarmamento	Fazer campanhas de prevenção de acidentes domésticos	Identificar os cruzamentos onde acontecem acidentes e pedir a autoridades para sinalizar a área
Esporte e lazer	Apresentar teatro em creches e organizações sociais	Organizar campeonatos de futebol, vôlei, basquete, etc.	Dar aulas de ginástica e educação física para pessoas de terceira idade	Levantar fundos, planejar e ajudar a construir equipamentos de lazer
Cidadania	Sensibilizar para temas de cidadania	Criar um grupo ou núcleo de voluntariado	Convidar idosos para transmitir experiências de vida na sala de aula	Incluir artigos sobre voluntariado em jornais internos de empresas, clubes e condomínios

Construindo um projeto de voluntariado. Campinas: Fundação Educar DPaschoal: Instituto Faça Parte – Brasil Voluntário, 2003. p. 12. Disponível em: https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/eWBN47rCp4UFNY4t9gTRjuXS3q8fAeqaUxRT4vvpb5WpE6kcgHT7gEMYCmmg/construindo-voluntarios.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

Objetivos

- Integrar a comunidade do entorno da escola.
- Ampliar o espaço educativo no território onde a escola está inserida.
- Difundir a solidariedade, a cooperação, a participação e a cidadania na comunidade escolar e no entorno da escola.
- Diagnosticar os problemas vivenciados pelas pessoas que moram ou frequentam o bairro da escola.
- Refletir acerca de soluções coletivas para os problemas cotidianos no bairro.
- Criar projetos solidários que envolvam a comunidade.
- Realizar ações solidárias e voluntárias na escola e no bairro.

Preparação

1. Convocação da comunidade

Esta é a etapa inicial de divulgação da proposta, que visa construir um projeto solidário e mobilizar as pessoas da comunidade. Para realizar um projeto que tenha ampla participação, é necessário ter apoio e convocar estudantes, pais e funcionários da escola, bem como moradores do bairro, vizinhos da escola, comerciantes, trabalhadores locais e associações do entorno, por exemplo.

Para informar a maior quantidade possível de pessoas do projeto que se pretende realizar, podem ser usados diferentes métodos, como o diálogo com pessoas da escola e do bairro em um passeio em seu entorno, colagem de cartazes em postes e nos murais da escola, distribuição de folhetos, envio de *e-mails* para a comunidade escolar e conversa em sala de aula para a mobilização de estudantes e professores. Organizem-se em grupos de cinco a dez estudantes para a realização desta etapa, dividindo o conjunto das tarefas entre vocês. É interessante, inclusive, que professores de diferentes áreas colaborem na elaboração e na execução do projeto, compartilhando conexões com os conhecimentos trabalhados.

2. Diagnóstico dos problemas e das necessidades da comunidade

Para realizar um diagnóstico da realidade local e das necessidades e questões enfrentadas pela comunidade, é necessário conversar, ouvir e registrar relatos e impressões das pessoas. Nesta etapa, portanto, é preciso conhecer mais profundamente o perfil dos participantes e as necessidades locais. Podem ser feitas entrevistas com roteiros previamente elaborados por meio de questionários com perguntas simples para as pessoas responderem ou por meio de conversa com moradores e do registro de seus relatos em audiovisual. Esta etapa também deve ser realizada em grupo de cinco a dez estudantes, a fim de facilitar sua execução e organização.

Para realizar entrevista, coleta de informações ou registro de relatos com moradores, deve-se elaborar perguntas pertinentes que tenham em vista os seguintes objetivos:

- Compreender a noção que as pessoas têm de trabalho voluntário.
- Reconhecer as experiências e impressões das pessoas sobre a realidade local.
- Identificar propostas da comunidade em relação às necessidades da região.
- Avaliar o interesse das pessoas em participar de algum trabalho voluntário.

O diagnóstico é essencial para traçar o perfil da comunidade e seus problemas e começar a pensar em estratégias e planos de ações sociais, assim como antever a demanda de trabalho, de voluntários e de tempo para a realização de possíveis projetos.



César Diniz/Pulsar Imagens

Idoso da etnia Xerente durante gravação de vídeo em Tocantínia (TO). A produção de registros audiovisuais é um recurso de promoção da cultura e de entendimento das necessidades da comunidade. Foto de 2022.

Desenvolvimento

1. Fórum para a elaboração do projeto

Após o diagnóstico e o mapeamento da realidade do bairro e da comunidade, vocês vão organizar o fórum para a elaboração do projeto solidário. Inicialmente, criem uma lista com as diversas necessidades indicadas pelas pessoas da comunidade. Os aspectos mencionados pelas pessoas entrevistadas ou com quem conversaram podem ser organizados em cartazes para serem apresentados como pontos de partida para gerar discussão no dia do fórum. Lembrem-se de que o fórum é um espaço no qual as pessoas podem debater suas ideias.

Para isso, é importante deixar claro que está sendo proposto um debate sobre ações solidárias no bairro, com explicações sintéticas sobre o significado de solidariedade e de voluntariado e o que é possível e

Não escreva no livro.

essencial fazer para a comunidade por meio desse tipo de trabalho. Se necessário, façam uma pesquisa sobre projetos solidários e trabalho voluntário para auxiliar na preparação do fórum e no esclarecimento de dúvidas das pessoas da comunidade.

Divulguem o evento e elaborarem cartazes convidando a comunidade para o fórum com antecedência. Durante o fórum, é importante que as pessoas da comunidade tenham seu lugar de fala garantido. Além disso, vocês devem estar atentos, pois podem surgir novas propostas e estas devem ser registradas. É possível que sejam mencionadas ações como:

- Recolher doações de alimentos e repassar às famílias carentes.
- Criar um brechó com roupas doadas pela comunidade para venda a preços acessíveis e doar o dinheiro arrecadado a instituições beneficentes.
- Trabalhar na conservação de ruas, praças e de outros espaços públicos.
- Montar planos de melhorias dos espaços da escola e projetos educativos abertos a toda a comunidade.

Registrem tudo o que for discutido. Depois de todo o processo de discussão, devem ser votadas propostas de ações solidárias com a comunidade. Nesse momento, será desenvolvida uma forma de democracia participativa na qual as propostas discutidas serão votadas e aprovadas.

É importante que sejam formadas diversas comissões com estudantes, professores e pessoas da comunidade para organizar o projeto de ação solidária escolhido. Os trabalhos serão divididos em comissões, cada uma delas terá uma responsabilidade.

- **Comissão 1:** levantar e obter o material necessário para o desenvolvimento do projeto.
- **Comissão 2:** distribuir panfletos convidando as pessoas a participar e organizar os voluntários de acordo com as diferentes tarefas.
- **Comissão 3:** registrar todo o processo, de todo o trabalho.



Alexandre Silva/Fotoarena

Lideranças de diversas comunidades do Rio de Janeiro (RJ) se reúnem para elaborar um documento comum da Conferência Internacional de Favelas sobre os problemas enfrentados pelos moradores locais para ser entregue à cúpula do G20. Foto de 2024.

2. Organização e divisão das ações solidárias

Para organizar e dividir as tarefas entre os voluntários, é fundamental saber quanto tempo e de quais dias da semana cada um dispõe para se dedicar ao projeto. Os membros da comissão de mobilização dos voluntários devem fazer esse levantamento antes de iniciarem as tarefas práticas que compõem a finalidade do projeto. Portanto, antes de executar as ações solidárias, é essencial preparar as condições necessárias para que tudo ocorra como o planejado, organizando as pessoas em comissões responsáveis pelas etapas previstas. Além disso, deve haver uma comissão específica encarregada de registrar o projeto, com fotos, recursos audiovisuais, cartazes e depoimentos escritos para a posterior avaliação da atividade.

Conclusão

Fórum de encerramento: avaliação das experiências

O encerramento do projeto solidário deve ser feito de maneira democrática e participativa, assim como sua execução, que contou com a colaboração voluntária de várias pessoas, de forma ativa e engajada. Organizem um grande encontro de encerramento do projeto na escola, com todos os participantes. Nesse dia, deve ser montada uma **exposição** com os registros coletados ao longo do processo, como fotos, cartazes, projeção de audiovisuais, entre outros.

Avaliação

A avaliação das experiências deve ser um momento em que todos terão a oportunidade de relatar suas impressões, o que aprenderam, os benefícios das ações para a comunidade, as dificuldades e/ou facilidades observadas ao longo do processo. Para isso, respondam:

1. **Qual foi o impacto do projeto em sua experiência de vida?**
2. **Em sua opinião, o projeto teve o resultado esperado?**
3. **O que você mais gostou de realizar no processo de execução do projeto?**
4. **É possível dar continuidade e engajar mais pessoas em projetos como esse?**

TRANSCRIÇÃO DOS ÁUDIOS

As transcrições aqui apresentadas não foram corrigidas de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, resguardando a autenticidade dos textos e preservando aspectos característicos das variações linguísticas e do registro oral das pessoas gravadas.

UNIDADE 1

■ Página 21 – Objeto: O Império do Mali

***Podcast – História FM*: O Império do Mali**

Locutor: O Império do Mali.

Olá! Nesse episódio de *podcast* do *História FM*, produzido pelo Leitura ObrigaHISTÓRIA, você irá ouvir um trecho de uma entrevista do professor universitário Otávio Luiz, da Universidade Federal do Paraná, em que ele explica sobre os principais eventos que marcaram a origem do Império do Mali, considerando aspectos como seus grupos sociais, suas características linguísticas e elementos da organização política e econômica desse império.

Icles Rodrigues: Eu queria começar te perguntando, afinal, qual é a origem do Império do Mali, né? É uma pergunta bem básica pra começar, né? Eu acho que, qualquer episódio que eu fosse falar de algum império, eu ia começar desse jeito. Mas nesse caso eu acho especialmente interessante porque, quando você pega a cronologia do Império do Mali, você vai, sei lá, vai no *Google*, na *Wikipedia*, bota lá: Império do Mali. Se coloca um começo do Império Mali como sendo o século XIII. E isso abre brecha pra gente discutir tudo o que tinha antes, né, nesse território desse império. E o que eu li fala que as origens do Mali "tão" principalmente na etnia Mandinga, não sei nem se é a pronúncia essa, mas enfim. Então eu queria saber onde é que "tão" os primórdios desse império, como é que ele começa, como é que brota o império naquela região?

Otávio Luiz: Essa pergunta, né, ela nem é tão básica. Na verdade ela é muito interessante, porque, de fato, a gente não tem muito acesso na escola, na mídia, enfim, a esse império. Então falar do começo, né, começar pelo começo é muito importante, mas isso implica também que a gente defina algumas coisas muito específicas sobre a história da África como um todo, porque a partir disso a gente pode entender melhor o que foi o Império do Mali e com isso, né, como que ele, entre aspas, começou, tá? Então, primeiro, a gente tem que lembrar que, em boa parte da África ao sul do Saara, então estamos falando disso que vários historiadores, enfim, intelectuais chamam de África Negra, a história e as relações sociais dentro dos tempos históricos, elas podem ser pensadas em termos, digamos assim, em termos étnicos, né, em termos de etnias. A gente pode pensar em laços familiares, na relação que os grupos étnicos estabelecem com os seus antepassados. E uma parte muito importante dessa identificação familiar, étnica que é tão comum a vários espaços africanos, obviamente, é a língua. E aí do ponto de vista da linguística histórica, boa parte da África ao sul do Saara, ela é marcada por línguas que vêm de um tronco maior chamado de, né, uma família linguística chamada de nigero-congolesa, tá? Então os grupos sociais que falam línguas nigero-congolesas, eles vão se disseminando pelo continente, como é o caso dos Bantu, né, que a gente inclusive conversou um pouquinho sobre isso no episódio da Guerra Anglo-Zulu, então já fica a propaganda também. Esses grupos falantes de línguas nigero-congolesas também vão se espalhando pela bacia do Níger, pela costa oriental da África, pela região sul. E aí na região do Sahel, que é essa faixa de savana que fica ao sul do Saara, né, a gente tem a movimentação de sociedades que falam um tronco amplo de línguas nigero-congolesas que é chamado de tronco mandê. Existe alguma polêmica se as línguas mandê fazem parte desse tronco nigero-congolês, mas há uma espécie de consenso de que sim; se não ainda são um tronco próximo, né, mas enfim. Esses grupos de língua mandê se espalham pela bacia do Níger, junto com alguns outros grupos, em especial na região ali do lago Chad, do Nilo, do Chifre da África, que nesses casos falam línguas afro-asiáticas, né, que é uma família linguística diferente da nigero-congolês. Mas no caso do Império do Mali, o que a gente tem aqui são grupos então que falam línguas de origem mandê, que possivelmente tem a sua origem, né, por sua vez, nas línguas nigero-congolesas. Então, o que a gente pode ver é que, ao longo de séculos, né, difícil de colocar uma cronologia para essas movimentações, a gente percebe, por traços antropológicos, arqueológicos, da linguística histórica, que os grupos que formam o Império do Mali e outros espaços políticos dessa região, eles já "tavam" ali há muito tempo, né, já "tavam" se organizando socialmente há muito tempo, né. Então eles estão ocupando a região do Níger por muitos séculos, mas tudo indica que, a partir do século terceiro, que é quando o camelo, ele vai se tornando um animal um pouco mais popular no Saara. E, com o camelo, o comércio também ganha mais corpo, a gente passa a ver um grupo social específico ganhar poder sobre outros grupos dessa região, e se costuma chamar esse grupo de Uago. Esses Uago eram uma aristocracia de uma etnia específica chamada Soninquê. E esses Uago do grupo Soninquê, eles fundam uma espécie de estrutura política que a historiografia costuma chamar de Império do Gana. Esse termo, "Império do Gana", assim como "Império do Mali", mas a gente vai conversar sobre isso um pouco mais à

Não escreva no livro.

frente, é um termo um pouco, eu não vou dizer enganoso, mas é um termo um pouco escorregadio. Em primeiro lugar, porque ele implica em que a gente pense nos países modernos Gana e Mali, né. Não é o caso. O caso do Império do Gana é o seguinte: a gente tem uma formação política que é conhecida como Uagadu, que significa "terra dos Uago", então dessa aristocracia que forma a aristocracia dessa força política. E o líder desses Uago, o líder guerreiro, ele é chamado de Gajanana, e é um termo que historicamente vai se transformando em Gana. Então o termo "Gana" designa o que a gente entenderia por rei, né, é o líder guerreiro dos Uago; e, por isso, a historiografia resolveu chamar esse império, né, essa estrutura como Império do Gana. Por quê? Os Uago dos Soninquê "tão" controlando uma região e, consequentemente, "tão" controlando outros grupos falantes de línguas mandê, de línguas nigero-congolesas, afro-asiáticas, enfim. Então, segundo as tradições orais que a gente conhece desse império, o Império do Gana, que na verdade ele, de uma certa maneira, antecede o Império do Mali, a gente vê, por essas fontes, que ele é fundado, a tradição diz que o Império do Gana é fundado por um rei estrangeiro que vem do leste, né, que vem do oriente, chamado de Dinga Cisse. E ele se assenta numa capital, né, numa cidade chamada Cumbi-Salé. Cumbi-Salé hoje é um sítio arqueológico que fica na Mauritânia, né, bem na fronteira entre a atual Mauritânia e o Mali. E aí esse Império do Gana, ele passa a controlar as rotas de comércio de ouro, as rotas de comércio de sal que passam pelo Saara, e isso faz com que ele não só cresça, mas que, ao longo do tempo, também ele vai entrando em conflito com outros grupos do norte, né. E aí a gente inclui os califados que vão se formando no norte da África, os chamados bérberes, né, os Amazigh, os Amazigh, que são os viajantes aí do Saara que "tão" ligados ao norte da África. E aí nesse processo de controle e de expansão que o Uagadu, né, o Império do Gana, exerce ali no Sahel, o que a gente tem, então, é uma sociedade específica, né, dos Soninquê, que vai tendo, que vai expandindo a sua autoridade sobre várias outras sociedades. Então o que a gente vê nesse momento é que a gente não tem um centro de poder unificado, mas a gente tem uma força política que, na verdade, exerce força de autoridade e influência sobre outras sociedades. Então é até difícil a gente entender quais são as fronteiras desse, entre aspas, império, porque a gente "tá" falando de um grupo político que exerce força sobre outros grupos políticos e grupos sociais, e dinastias, etnias, enfim, né. Então é uma força que se mede pela influência do Gana. Gana, né, de novo, o líder guerreiro dessa estrutura política. E uma das sociedades que estão ali próximas, né, da esfera de influência do Império do Gana são os Mandinka, ou Mandinga, né – o termo tem essas duas pronúncias –, que é um grupo étnico, né, são várias famílias de um grupo étnico que "tão" ali mais ou menos ao sul de Cumbi-Salé, né. Eles estão na borda da esfera de influência do Império do Gana. E aí, em algum momento, entre... provavelmente ali entre os séculos X e XI, a gente não sabe muito bem, o poder do Gana, ele diminui. E, nessa diminuição, a gente vê vários outros grupos políticos tomando a dianteira dessa zona de influência. E um desses grupos vem de uma região chamada Kaniaga, né, que fica no Mali, é um grupo chamado de Sussu. Esse Sussu, eles exercem poder por algum tempo. E aí, segundo as fontes, né, e as tradições orais dessas regiões, eles eram um grupo que exercia um poder muito tirânico, um poder muito violento, em especial ali no século XIII, quando eles são liderados por um chefe chamado Sumanguru Kante. Sumanguru Kante era uma espécie de rei bruxo, ele tinha poderes de feitiçaria; é assim que ele é representado na tradição, né, uma espécie de rei feiticeiro. E aí esse governo autoritário dos Sussu, em especial com Sumanguru Kante, vai se estender também aos grupos Mandinka, mais ao sul, que vão se revoltar contra essa autoridade e vão travar uma batalha com os Sussu em 1235, que ficou conhecida como Batalha de Quirina. Essa batalha é muito celebrada nos épicos orais dessa região, porque nessa batalha a gente veria o Sumanguru Kante, né, o rei bruxo de Sussu, guerrear contra um personagem semilendário, né. Ele é um pouco histórico, um pouco lendário, a gente não sabe muito bem, que é o fundador efetivo, né, do que viria a ser o Império do Mali. E esse personagem é o Sundiata Keita, conhecido também como o Rei Leão, o Leão do Mali, enfim, ele tem vários epítetos honoríficos, né. Então, o que a gente tem aqui é uma narrativa local e muito tradicional, né, nesses épicos, de que, quando esse personagem, o Sundiata Keita, ele derrota o Sumanguru Kante na Batalha de Quirina, ele vai reunir uma assembleia de anciões locais, né, de chefes tributários, enfim. E essa assembleia vai criar uma espécie de constituição, né, uma constituição oral, chamada de Kurukan Fuga. E aí é com essa constituição, com o Kurukan Fuga, que a gente tem a pedra de fundação do que passa a ser chamado de Império do Mali, né. Então a gente pode ver o seguinte: que os grupos sociais que formam o centro político do Império do Mali, eles estavam ali na zona de influência desse outro império, que é o Império do Gana, né. Então a gente pode dizer que politicamente a fundação se dá com a derrota de Sumanguru Kante em Quirina, em 1235, e com o Kurukan Fuga, a constituição mandinka, né, nos próximos anos, ali entre 1235 e 1240. Mas de um ponto de vista mais social, mais étnico, os grupos que formam esse Império do Mali existem ali há muitos séculos, né. Então do mesmo jeito que o Uagadu, né, esse chamado Império do Gana, ele não desaparece, mas se torna um grupo político tributário do Império do Mali. Então a gente vai ver, ao longo, né, do que a gente vai conversar aqui hoje, que isso que a gente chama desses reinos sudaneses, os

impérios do Gana, do Mali, enfim, é como se eles subissem e descessem, né. A gente "tá" falando sobre disputas de hegemonia por uma região muito importante, que é essa região do Sahel africano, né. Então não é que eles surgem e desaparecem, mas eles "tão" existindo constantemente, né. E junto do Império do Mali existem outros impérios também, talvez império não seja a melhor palavra, mas, enfim, outros grupos políticos que podem ou não ser tributários do Mali, ocupando também essas regiões, né. Então é importante que a gente olhe pra essas estruturas políticas a partir do ponto de vista local, que é um ponto de vista étnico, né. Então o que marca a ascensão, né, o início do Império do Mali é justamente quando uma etnia, os Mandinka, assume um papel político mais hegemônico em relação aos outros grupos dessa região.

Locutor: *Podcast História FM*. Episódio "Império do Mali: ascenção e queda de um império". Crédito: Leitura ObrigaHISTÓRIA. História FM Podcast. Locução: Jader Cardoso/ID/BR.

História FM 065: Império do Mali: ascensão e queda de um império. [Locução de]: Icles Rodrigues. [*S. l.*]: Leitura ObrigaHISTÓRIA, 26 jul. 2021. *Podcast*. Disponível em: https://leituraobrigahistoria.com/podcast/imperio-do-mali-ascensao-e-queda-de-um-imperio/. Acesso em: 10 out. 2024.

UNIDADE 3

■ Página 126 – Objeto: Um dia na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo

Podcast

Locutor: Olá! Neste episódio de *podcast*, você vai conhecer como era a rotina dos imigrantes na antiga Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, onde atualmente está situado o Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Com a esperança de uma vida melhor, milhões de imigrantes vieram para o Brasil entre os séculos XIX e XX. Na bagagem, além dos seus pertences, traziam o sonho de refazer a vida trabalhando na indústria ou na lavoura. Muitos deles foram para o estado de São Paulo. Depois de desembarcar no porto de Santos, as pessoas seguiam para a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, localizada na capital, no bairro da Mooca. Lá, os imigrantes contavam com uma assistência que ia da hospedagem até a divulgação de oportunidades de trabalho. Na hospedaria, o imigrante passava primeiro por uma área destinada ao banho. Trinta e um banheiros e uma estufa faziam parte dessa seção. Os banheiros com água quente e fria contavam com três compartimentos: um para deixar as roupas, outro para tomar banho e o último para vestir a roupa desinfetada na estufa. Todo esse cuidado era muito importante porque os imigrantes atravessavam os oceanos em porões superlotados, sob péssimas condições de higiene, em uma época marcada por grandes epidemias. Depois de vacinadas, as pessoas eram encaminhadas ao salão de chamadas, onde faziam o registro ou regularizavam sua documentação e recebiam o cartão de refeições. Os refeitórios comportavam oitenta mesas, cada uma com dez lugares. Neles eram servidos café e pão às 7 horas da manhã, almoço às 11, jantar às 4 da tarde e ceia às 7 da noite. O leite era oferecido apenas para crianças fracas ou menores de 3 anos. Havia também um restaurante na própria hospedaria, onde os imigrantes podiam comer e pagar um valor simbólico, de acordo com tabela aprovada pelo governo. Quando deixavam a hospedaria rumo ao novo destino, recebiam um sanduíche de pão com salame para a viagem. A permanência de um imigrante na hospedaria variava entre sete e oito dias. No primeiro andar, havia seis grandes dormitórios. Durante o dia, as camas eram erguidas junto às paredes para deixar espaço livre para a circulação. A parte central da hospedaria era dividida em pequenos quartos reservados às famílias. As divisões eram desmontáveis e feitas de madeira. Toda a roupa de cama era esterilizada em máquinas a vapor. Além dos alojamentos, havia uma central de serviços médicos, com farmácia e laboratório de análises, serviços de correio e telégrafo, posto policial, lavanderia, cozinha, refeitório e um setor de assistência odontológica. A Agência Oficial de Colonização funcionava nas dependências da hospedaria, em um prédio ao lado do conjunto principal. Assim, era de fácil acesso aos imigrantes e aos fazendeiros que queriam contratar mão de obra. A agência encaminhava os imigrantes aos locais de trabalho, de acordo com suas profissões ou aptidões. Na agência, havia grandes quadros nos quais eram exibidas as ofertas de trabalho oferecidas pelos fazendeiros. Um mapa do estado de São Paulo servia para esclarecer a localização das fazendas, que seriam os locais de trabalho. Havia outra seção, onde eram feitos os contratos de distribuição, compra e venda de lotes em núcleos coloniais. A hospedaria funcionou por 91 anos, teve diferentes administrações e acolheu mais de 2 milhões e meio de imigrantes de mais de setenta nacionalidades. Essas pessoas trouxeram novos sotaques, sobrenomes, pratos, danças, vestimentas, festas e esportes para o nosso país. A herança deixada por elas faz parte da cultura brasileira. A antiga Hospedaria de Imigrantes do Brás se tornou a sede do Museu da Imigração. Ela abriga o Centro de Preservação, Pesquisa e Referência que atende e auxilia diversas famílias e interessados em conhecer a história dos imigrantes que passaram pela hospedaria e consultar os documentos deles. O Museu da Imigração tem o objetivo não só de compreender o processo migratório com base na história das 2,5 milhões de pessoas, de mais de setenta nacionalidades, que passaram pelo prédio entre os anos de 1887 e 1978, mas também de refletir sobre esse processo. O museu oferece visitas guiadas, promove cursos e realiza festas tradicionais. Também há espaço para eventos que tratam dos fluxos de imigração mais recentes no país. Lá, são promovidas exposições com registros audiovisuais e oficinas que refletem sobre a simultaneidade da experiência migratória nos campos social, cultural, político e territorial. A imigração é vista como um

Não escreva no livro.

movimento que não somente rompe, mas também conecta ao reunir objetos, pessoas e símbolos, mesclando culturas, saberes e sociedades diversas.

Locutor: Produção: Audioman/ID/BR. Locução: Jader Cardoso/ID/BR.

Material produzido para fins didáticos.

Fonte de pesquisa: Sobre o MI. Museu da Imigração, São Paulo, [20--]. Disponível em: https://museudaimigracao.org.br/sobre-o-mi/o-museu. Acesso em: 10 out. 2024.

Produção: Audioman/ID/BR. Locução: Jader Cardoso ID/BR.

UNIDADE 4

■ Página 158 – Objeto: Como as pessoas se vestiam no Brasil Imperial?

Podcast – Aventuras na História: A moda no Brasil: período imperial

Locutor: Como as pessoas se vestiam no Brasil Imperial?

Laura Wie: Olá! Bem-vindos ao *podcast Aventuras Narradas em Moda com História*. Eu sou a Laura Wie e inicio agora a nova série "A moda no Brasil", que vai seguir a trajetória que percorremos ao longo do tempo em busca de identidade no modo de vestir e nos apresentarmos. Durante séculos, o nosso estilo foi pautado por diretrizes externas. Apenas há algumas décadas, a personalidade brasileira tem arriscado despontar com mais firmeza no cenário *fashion*, oferecendo atitude e legitimidade, digamos assim, nacionais. O Brasil é um país muito jovem, tem pouco mais de quinhentos anos e, em grande parte da sua história, teve como referência para o vestuário utilizado aqui os costumes do continente europeu. E especialmente a moda no Brasil Império, usada pela realeza, pela corte e pelas classes mais abastadas, que tinham acesso à informação, nada mais era do que vestimentas originalmente confeccionadas na própria Europa ou cópias milimetricamente executadas. Quando a Família Real portuguesa chega ao Brasil em 1808, traz uma indumentária que se inspirava abertamente no estilo francês para as mulheres e inglês para os homens. A França, de uma maneira especial, começou a ditar a moda ocidental a partir do século XVII, quando os reis e rainhas sofisticaram grandemente o seu vestuário e também a etiqueta da corte, usando tecidos nobres em trajes bastante refinados. Da realeza francesa, o interesse por moda chega paulatinamente a uma burguesia que tinha acesso ao bem vestir, ou seja, é uma camada da população que adquire condições financeiras para encomendar vestimentas mais aprimoradas, imitando, dentro das suas possibilidades, os trajes requintados que a sua corte usava. Em meados do século XIX, surge na França a figura do *couturier*, o costureiro, que administra o seu ateliê e cria, para as damas do alto estrato social, o que elas devem vestir. Já os homens miram o seu gosto na elegância aristocrática da alfaiataria inglesa, que evoluiu a partir da Revolução Industrial, quando a indústria têxtil se desenvolveu, e começaram a aparecer técnicas mais apuradas para modelagens masculinas. E destes dois países-chave, os modelos de roupa eram amplamente disseminados para outros locais, caso de Portugal e, por extensão, o Brasil. Os trajes femininos com acabamento fino vinham, então, diretamente da França, mas, com o passar dos anos, foi possível reproduzir aqui, com tecidos importados, os conceitos em voga. Isso tudo por meio de instruções e moldes que faziam parte de publicações francesas, que também eram, é claro, objeto de importação. Os periódicos com ilustrações de moda eram um deleite para as senhoras e serviam para imitação exata das produções daquele momento histórico. As saias compridas com muito tecido e várias anáguas, aquelas saias de baixo que dão ainda mais volume. No corpo, espartilhos, tipo coletes com barbatanas, e camisas com babadinhos ou rendas. Nos pés, as mulheres usavam botinhas de cano, mas já apareciam aqui e ali os sapatos para passeio. E um detalhe muito delicado: meias rendadas no peito do pé. O visual era complementado por coques nos cabelos compridos e chapéus cheios de enfeites, como plumas, flores, fitas e fivelas. Luvas e um leque de seda davam um toque final. Os homens usavam sempre uma casaca preta, camisa branca, geralmente com a gola alta engomada, coletes, gravatas ou lenços de seda, chapéus e, eventualmente, bengalas; isto é, roupas que traziam um ar de civilidade do velho mundo. De uma maneira geral, as donas de casa costuravam as roupas das mulheres da família. Para ocasiões especiais, eram alfaiates e modistas que desenvolviam trajes mais elaborados, sempre sob medida. Os profissionais vinham do exterior ou aprendiam sua atividade nos liceus de artes e ofícios, que foram fundados a partir de 1850 nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Com tecidos de fora, como o veludo, a seda, o tafetá, a cambraia, a musselina e os adamascados, entre outros, as classes altas vestiam-se como se não estivessem morando em um país tropical. A nossa indústria têxtil apenas iniciou sua produção em meados do século XIX, mas basicamente com o algodão, que era usado para as vestimentas mais simples das classes baixas e dos escravos. Com a abolição da escravatura em 1888, imigrantes da Alemanha, Itália e Espanha chegam no Brasil para ocupar postos de trabalho e encontram, no algodão rústico brasileiro, a leveza que seus trajes habituais não tinham. Além disso, muitos desses estrangeiros começam a fundar comércios de roupas.

Locutor: *Podcast Aventura na história*. Episódio "A moda no Brasil: período imperial". Crédito: Aventuras na história. Perfil Brasil Comunicações Limitada. Locução: Jader Cardoso/ID/BR.

Aventuras na História: A moda no Brasil: período imperial. [Locução de]: Laura Wie. [*S. l.*]: Editora Perfil, 3 set. 2021. *Podcast*. Disponível em: https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/a-moda-imperial-nos-tropicos-o-vestuario-europeu-no-calor-e-umidade-do-brasil.phtml. Acesso em: 10 out. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

Alcântara, Lívia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. *Aurora*: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 73-97, jun./set. 2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/22474/18888. Acesso em: 12 ago. 2024.

No artigo, a autora discute as formas como os movimentos sociais se apropriaram das ferramentas da tecnologia da informação e comunicação. Busca, assim, apontar as raízes culturais e políticas do ciberativismo, evidenciando as inovações teóricas e conceituais que se constituíram com base no estudo desse fenômeno.

Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Nessa obra, Luiz Felipe de Alencastro discute a importância do tráfico transatlântico de escravizados para a formação do Brasil.

Barbosa, Cláudia de Faria. *As mulheres na política local*: entre as esferas pública e privada. Curitiba: Appris, 2019.

Nessa obra, a autora apresenta o resultado de uma extensa pesquisa feita com mulheres que exerceram ou exercem cargos públicos para refletir sobre o papel das mulheres na esfera pública, evidenciando suas lutas pessoais e coletivas na busca por maior influência e representatividade no campo político.

Barros, José D'Assunção. *Fontes históricas*: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019. *E-book*.

Nesse livro, José Barros esclarece o que são fontes históricas e como classificá-las de acordo com seus diferentes tipos, além de revelar estratégias dos historiadores sobre o estudo do passado.

Bauman, Zygmunt. *44 cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

O livro apresenta 44 textos em forma de carta escritos pelo autor entre 2008 e 2009 para uma revista italiana, com reflexões sobre diversos temas, entre os quais cultura, relações familiares e uso das redes sociais. Em todos eles, transparece a ideia fundamental de Bauman – a de que vivemos em um mundo líquido, em que nada se conserva por muito tempo e tudo está sempre em mudança: desejos, sonhos, esperanças e valores.

Beauvoir, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Essa obra, publicada pela primeira vez em 1949, teve e tem grande importância para o movimento feminista. Nela, a filósofa francesa Simone de Beauvoir analisa as condições sociais, políticas e sexuais das mulheres na sociedade ocidental no momento histórico em questão, trazendo à luz suas concepções sobre a importância da cultura na definição dos papéis feminino e masculino.

Bethell, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869. Brasília, DF: Senado Federal: Conselho Editorial, 2002. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1063. Acesso em: 12 ago. 2024.

Nessa obra, o autor aborda o processo de abolição da escravidão no Brasil, refletindo, em especial, sobre a pressão inglesa para a exclusão desse regime e seus impactos na economia e na política brasileiras.

Bloch, Marc. *Apologia da história*: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Esse clássico da historiografia é uma obra póstuma de Marc Bloch sobre metodologia, a qual parte da indagação sobre o que é História.

Brasil. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 ago. 2024.

O texto da Constituição de 1988 é de grande importância para conhecer e discutir os direitos e deveres que vigoram na sociedade brasileira.

Braudel, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

O livro reúne vários estudos realizados pelo historiador Fernand Braudel, com destaque para o tempo histórico e suas durações.

Butler, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

Essa é considerada a principal obra de Judith Butler, filósofa estadunidense e ativista dos direitos das mulheres. Nela, a autora discute corpo, sexo, gênero e desejo com base em estudos de outros importantes autores que tratam desses temas, dialogando com eles.

Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Nessa obra, o autor traça um panorama histórico dos processos que produziram a democracia no Brasil, desde o Império até o fim do século XX, refletindo sobre questões como cidadania, liberdade e igualdade na realidade brasileira.

Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Por meio de uma narrativa atraente e acessível, Sidney Chalhoub expõe, nessa obra, o resultado de pesquisas sobre a forma como os escravizados que viviam no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX compreendiam sua realidade e atuavam nela.

Não escreva no livro.

Cunha, Luiz Antônio. Panorama dos conflitos recentes envolvendo a laicidade do Estado no Brasil. *In*: D'avila-Levy, Claudia Masini; Cunha, Luiz Antônio (org.). *Embates em torno do Estado laico*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2018. Disponível em: https://portal.sbpcnet.org.br/livro/estadolaico.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

Nesse texto, o autor traça um panorama dos conflitos recentes envolvendo a laicidade do Estado no Brasil, identificando as disputas entre grupos religiosos por espaço no parlamento e em instituições e cargos públicos.

Cunha, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Organizado por Manuela Carneiro da Cunha, importante estudiosa na renovação dos estudos da história indígena, o livro é uma referência nessa área. A obra abarca períodos históricos, temáticas e abordagens múltiplas, oferecendo uma compreensão plural da historiografia.

Domingues, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18932/11021. Acesso em: 12 ago. 2024.

Nesse artigo, o autor investiga a produção acadêmica do Rio Grande do Sul em torno do protagonismo negro depois da abolição da escravatura.

Fico, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

O trabalho minucioso do historiador Carlos Fico revela como a Divisão de Segurança e Informações (DSI) monitorava as pessoas que julgavam serem contrárias ao regime instaurado no Brasil em 1964.

Fico, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*: da morte de Vargas até os dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015. (Coleção História na Universidade).

Nesse livro, o historiador busca resumir os acontecimentos mais importantes da segunda metade do século XX até a atualidade. Com base na historiografia mais recente, fornece uma visão geral sobre sociedade, economia e política desse período.

Gohn, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2013.

Por meio da sistematização dos estudos sobre os movimentos sociais, especialmente no Brasil nos últimos trinta anos, esse livro apresenta um mapa dos movimentos sociais e das redes civis que vêm construindo novos modelos organizativos na atualidade.

Gohn, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 335-336, maio/ago. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/abstract/?lang=pt. Acesso em: 12 ago. 2024.

O artigo apresenta um panorama dos movimentos sociais da atualidade no Brasil e na América Latina. Além disso, traz reflexões sobre as relações entre esses movimentos e sua importância e sua representatividade nos contextos cultural, econômico e político dos países onde atuam.

Gomes, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos*: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda Brasileira).

O tema desse livro é a história dos quilombos, entendidos pelo autor como fundamentais nos processos de identidade e luta por cidadania das comunidades negras contemporâneas.

Graham, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Nesse livro, a historiadora brasilianista Sandra Lauderdale Graham parte da história das escravizadas Caetana e Inácia para revelar a relação de gênero no Brasil escravista do século XIX.

Grespan, Jorge. *Revolução Francesa e Iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2008.

Nesse livro, Jorge Grespan discute as relações entre o Iluminismo e a Revolução Francesa, buscando superar a ideia de que o primeiro se limitava a uma elaboração teórica, enquanto a segundo seria simplesmente a consequência prática dessa elaboração.

Gros, Denise B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 143-159, fev. 2004.

No artigo, a autora analisa o surgimento dos institutos liberais no Brasil na década de 1980, relacionando-os à conjuntura internacional de rearticulação das direitas e de globalização do capital financeiro. Além disso, busca identificar as matrizes conceituais desses institutos e avaliar sua influência nas organizações empresariais brasileiras.

Habermas, Jürgen. *Direito e democracia*: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2.

Nessa obra, o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas discute a importância da esfera pública e faz reflexões sobre o direito e sua relação com o Estado, a sociedade e a democracia.

Hirata, Helena *et al*. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.

Esse dicionário temático reúne verbetes de diferentes especialistas sobre problemas e conceitos relativos ao feminismo.

Hobsbawm, Eric J. *A era das revoluções*: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

A obra discute as transformações estruturais provocadas no continente europeu como resultado da Revolução Industrial e da Revolução Francesa.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo*: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. *E-book*.

Nessa obra, bell hooks, teórica e ativista feminista, defende que a estrutura machista da sociedade oprime não somente as mulheres, mas também os homens, mesmo que de maneira diversa.

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. *Estudos e Pesquisas*: informação demográfica e socioeconômica, Rio de Janeiro, n. 38, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784. Acesso em: 12 ago. 2024.

Esse estudo apresenta dados sobre a presença das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, como acesso à renda, à educação e à saúde.

MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. Código Penal escravista e Estado. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 163-168.

O texto crítico das autoras, presente no *Dicionário da escravidão e liberdade*, examina o processo de legalização e codificação da escravidão na América portuguesa e, posteriormente, no Brasil imperial, abordando os estatutos jurídicos da escravização dos indígenas e dos africanos.

MURIEL, Bruna. Os povos indígenas na América do Sul: entre a IIRSA e o *Buen Vivir*. *Cadernos do CEAS*, Salvador/Recife, n. 241, p. 327-341, maio/ago. 2017. Disponível em: https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/349. Acesso em: 12 ago. 2024.

O artigo trata das organizações indígenas na América do Sul, propondo uma reflexão sobre o conceito filosófico e o projeto político-civilizatório do *Buen Vivir*, que ganhou visibilidade com os movimentos indígenas equatorianos e bolivianos no início do século XXI.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Cultura em movimento*: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2014. (Coleção Sankofa: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira).

Nessa obra, a educadora Elisa Larkin Nascimento investiga a história de resistência dos descendentes dos africanos no Brasil e seu legado cultural, buscando reconhecer a construção da identidade negra no país. Preocupa-se, também, em discutir a importância da educação no estabelecimento de relações etnorraciais éticas e justas.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-31, jan./abr. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/HXRLXVZRmR5vTr85pLd8Rbw/?lang=pt. Acesso em: 12 ago. 2024.

Nesse artigo, o autor discute as relações entre as crenças, os costumes e os princípios organizativos do povo indígena Ticuna e os contextos histórico e nacional no período compreendido entre meados do século XVII e início do século XX.

PEREIRA, Amilcar Araujo (org.). *Narrativas de (re)existência*: antirracismo, história e educação. Campinas: Ed. da Unicamp, 2021.

Nesse livro, é possível observar a relação entre diferentes temporalidades e a importância de uma educação antirracista nos dias atuais.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Nessa obra, o historiador Daniel Aarão Reis explora o contexto social e as relações de interesses políticos e econômicos que levaram ao golpe e à ditadura instituída em 1964 no Brasil.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 202, mar. 2018. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070/21945. Acesso em: 12 ago. 2024.

No artigo, os autores discutem o conceito de decolonialidade, levando em consideração o processo de reestruturação das nações africanas, e buscam identificar as práticas políticas que se inspiram nessas ideias.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Nessa obra, com o objetivo de ampliar o entendimento acerca da onda conservadora vivida no Brasil desde meados dos anos 2010, a historiadora Lilia Schwarcz se propõe a identificar as raízes históricas do autoritarismo brasileiro.

SILVA, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 21-42, ago. 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141994000200003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 12 ago. 2024.

Nesse artigo, Costa e Silva analisa as relações entre as regiões do continente africano que se situavam na costa Atlântica, que tinham diferentes estruturas políticas, bem como as estruturas de dominação escravista no Brasil ao longo do século XIX.

SILVA, Júlio Cláudio da; FARIAS, Cláudia Maria de; SANTOS, Joceneide Cunha dos. Entrevista com Joana Maria Pedro. *Revista Canoa do Tempo*, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, v. 14, 2022.

Nessa entrevista, a historiadora Joana Maria Pedro mostra algumas considerações sobre sua área de atuação, com destaque para a história das mulheres.

Não escreva no livro.

MANUAL DO PROFESSOR

APRESENTAÇÃO

CARA PROFESSORA, CARO PROFESSOR,

O principal objetivo deste manual é oferecer aos docentes do Ensino Médio subsídios e sugestões para o trabalho cotidiano com os conteúdos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e suas diversas possibilidades escolares e sociais.

O Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) regulamentam e propõem iniciativas para alguns dos desafios que enfrentamos atualmente como cidadãos brasileiros, por exemplo, estar preparados para as novas formas de emprego das novas tecnologias digitais, de informação e de comunicação, e para o uso ético e autônomo delas. A educação é o meio estratégico para que as transformações sociais possam ocorrer e para que os jovens brasileiros construam uma sociedade justa, alinhada aos valores universais e defensora da democracia e do Estado de direito.

Na primeira parte deste manual, são abordados os principais aspectos teóricos e metodológicos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, bem como as perspectivas pedagógicas que embasam a coleção. Também são propostas reflexões e sugestões sobre os processos de avaliação sugeridos. Há, ainda, a descrição comentada da estrutura dos livros da coleção e dos conteúdos deste volume, além das referências bibliográficas mobilizadas, acompanhadas de sinopses.

A segunda parte deste manual contém orientações didáticas mais específicas para o planejamento e o trabalho em sala de aula. São disponibilizados, capítulo a capítulo, comentários, sugestões pedagógicas detalhadas, atividades complementares e respostas às atividades do Livro do Estudante. Nessa parte, também são apresentadas indicações de *sites*, livros, artigos, portais digitais, filmes e outros materiais que, de alguma maneira, possam apoiar a ação docente.

Com isso, é esperado que este material dê suporte à oferta de caminhos didáticos criativos e significativos às diversas comunidades escolares do país, ampliando as possibilidades de futuro dos jovens.

Bom trabalho!

Equipe editorial

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E ORGANIZAÇÃO DA OBRA 388

O Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular 388
Temas contemporâneos transversais 390
Juventudes, currículo e equidade 390
Escola e inclusão 391
O Ensino Médio e as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 392
Ciências Humanas e Sociais e interdisciplinaridade 393
Do ensino da Filosofia: estratégias interdisciplinares 394
O uso de novas tecnologias no ensino de Geografia 394
O compartilhamento de informações e os impactos no ensino de História 395
Conjugar conhecimentos: Sociologia, Antropologia e Ciência Política 395
Desenvolvimento de competências e habilidades 396
Estratégias e abordagem teórico-metodológica 397
Metodologias ativas 398
Formas de organização da turma 399
Avaliação 399
Avaliação e novos paradigmas educacionais 400
Organização da obra 401
Sugestão de cronograma 402
Quadros de conteúdos da coleção 404
Leituras complementares 412
Bibliografia comentada 414

ORIENTAÇÕES E COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS 417

Unidade 1 **A formação dos Estados** 417
Unidade 2 **Estado em transformação** 428
Unidade 3 **Brasil: política e representatividade** 440
Unidade 4 **Ecos da escravidão** 452
Unidade 5 **Privilégio e cidadania** 464
Unidade 6 **Conflito e resistência** 476
Unidade 7 **Desafios no Brasil contemporâneo** 488
Unidade 8 **O Brasil e os outros Estados** 500
Projeto **Fórum historiográfico: Construindo um trabalho solidário** 510
Objetos digitais do livro 511

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E ORGANIZAÇÃO DA OBRA

O NOVO ENSINO MÉDIO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Esta coleção se estabelece como uma proposta para o ensino das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que compreende os componentes curriculares Filosofia, História, Sociologia e Geografia, em diálogo com os princípios normativos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com outros documentos curriculares. Nesse sentido, levantam-se duas questões para esse diálogo: Qual é a necessidade de uma base comum curricular? E, considerando-se a importância dos currículos escolares na construção da sociedade, como esse documento comum impacta no projeto de Ensino Médio, de escola, de educação, de sociedade e de nação?

A criação de uma base comum curricular está vinculada à necessidade de resolver questões pertinentes à educação que emergiram especialmente nas décadas de 2000 e 2010. Entre essas questões, destacam-se a:

- melhoria dos índices de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- preocupação com a estrutura curricular, compreendida por 13 ou mais disciplinas antes da BNCC;
- necessidade de diversificar e flexibilizar o currículo, tendo como modelos os países que apresentam melhor desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês);
- necessidade de ampliar o acesso dos estudantes ao Ensino Superior, já que menos de 17% dos estudantes que concluem o Ensino Médio acessam o Ensino Superior;
- necessidade de garantir maior acesso à escola e a permanência dos estudantes, principalmente no Ensino Médio; e
- preocupação com a educação profissional, que atende cerca de 10% das matrículas dos estudantes.

Embora as décadas de 2000 e 2010 tenham sido decisivas para a definição de políticas públicas que resultaram nas propostas da BNCC e do Novo Ensino Médio, as formas de ensino-aprendizagem já eram especialmente questionadas desde a década de 1950. Em parte, esse questionamento se deve aos altos índices de evasão e de repetência, bem como a um imaginário da necessidade de "aperfeiçoamento" do corpo discente e "uniformização" da educação.

Nesse período, currículos regionais foram propostos com maior frequência e programas de produção e distribuição de materiais didáticos foram desenvolvidos. Com isso, as ideias e representações de ensino e aperfeiçoamento de professores começaram a circular cada vez mais no país (França, 2013), mas faltava ao debate político e educacional maior maturação, até mesmo para implementar uma reflexão ampla e nacional que buscasse abranger as diversidades regionais. Desde então, houve a implementação de iniciativas públicas fundamentais, como a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em meados dos anos 1990, oriundas dos debates da Constituição de 1988. Entretanto, somente em 2014, com a construção do Plano Nacional de Educação (PNE) e, com ele, a definição das vinte metas para a melhoria da Educação Básica, o processo que resultou na atual BNCC teve maior impulso.

Em junho de 2015, um grupo formado por especialistas em educação começou a elaborar a primeira versão da BNCC. De julho a outubro do mesmo ano, o grupo passou a contar com a colaboração de técnicos das Secretarias de Educação e também de professores. Entre outubro de 2015 e março de 2016, o debate sobre o documento se intensificou, pois o projeto possibilitou a ampla participação dos educadores nos diálogos sobre a BNCC. Por meio de uma plataforma digital, qualquer pessoa ou instituição poderia comunicar suas análises e considerações sobre o documento. Após o processamento e a análise de todas as contribuições, uma banca de especialistas de todas as áreas do conhecimento consolidou a terceira versão da BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, homologada em 2017.

Vale lembrar que a BNCC é fundamentada no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que trata da garantia de padrão de qualidade da educação, bem como no diálogo com as diretrizes educativas de organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas (ONU). O documento também prevê o crescimento da eficiência do sistema educacional público, facilitando, por exemplo, a avaliação de rendimento dos estudantes por meio de exames de larga escala. Ainda sobre a Constituição Cidadã, é salutar lembrar que apenas a partir dela se desenvolvem incentivos reais para a universalização do Ensino Médio, além das legislações já citadas.

A construção em diálogo com a sociedade foi uma tentativa de integrar as diferentes visões de mundo, em busca de um consenso mínimo para a construção da Base Nacional Comum Curricular. De acordo com o documento, a BNCC nasce como:

> Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares [...].
>
> Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.
>
> (Brasil, 2018a, p. 8)

O documento apresenta um projeto educacional de **formação integral** que visa constituir uma sociedade alicerçada em valores e princípios éticos, políticos e estéticos comprometidos com a justiça, a democracia e a inclusão social. Para isso, reconhece que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em todas as suas dimensões (intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica).

Mas isso não é algo inédito nos debates sobre a educação: trata-se da oficialização de movimentos que já faziam parte do cenário educativo. Por isso, a BNCC dialoga com documentos que são referência da política educacional, como a LDB e o PNE, já citados, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), de 2018.

A BNCC também dialoga com documentos ligados aos organismos internacionais, como a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (ONU, 2015) e a *Global Competency for an Inclusive World* (OCDE, 2018). A interlocução com esses textos aparece principalmente na abertura do documento, na qual se destaca o discurso educacional dos organismos internacionais.

Diferentemente de outros textos políticos educacionais, o interlocutor da BNCC é toda a sociedade, e não apenas docentes, gestores escolares e estudantes. Dessa forma, reforça-se a concepção de que a BNCC representa um projeto de sociedade e, mais do que isso, de nação, cujos cidadãos – por meio da educação – aprenderão as competências e as habilidades necessárias para a transformação da sociedade brasileira naquela que se pretende construir por meio do conhecimento que mobiliza para o agir com consciência, ética e autonomia.

O eixo norteador do documento é o **desenvolvimento das aprendizagens essenciais dos estudantes**, em uma perspectiva de eficiência educativa e em consonância com o proposto pelas avaliações realizadas em larga escala. Para isso, estabelece as competências gerais e essenciais, que são compreendidas como:

> [...] mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.
>
> (Brasil, 2018a, p. 8)

Assim, estas são as competências gerais para a Educação Básica:

> **1.** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
>
> **2.** Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
>
> **3.** Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
>
> **4.** Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
>
> **5.** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
>
> **6.** Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
>
> **7.** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
>
> **8.** Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
>
> **9.** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
>
> **10.** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
>
> (Brasil, 2018a, p. 9-10)

De acordo com Antoni Zabala, o desenvolvimento de competências e habilidades desloca o foco dos currículos do conteúdo para a aprendizagem:

> Não é suficiente saber ou dominar uma técnica, nem é suficiente sua compreensão e sua funcionalidade, é necessário que o que se aprende sirva para poder agir de forma eficiente e determinada diante de uma situação real. É nisso que estamos envolvidos.
>
> (Zabala, 2014, p. 10)

Não basta saber *o que* fazer; é essencial saber *para quê*. Assim, o desenvolvimento de competências e habilidades não objetiva apenas a obtenção de melhores resultados nas avaliações; ele é uma resposta a anseios como "o que o estudante fará com o que estuda?", ou seja, preocupa-se com o agir. A finalidade passa a nortear o processo de aprendizagem, e o foco desloca-se da formação centrada na transmissão de conhecimentos e memorização para um modelo fundamentado no desenvolvimento por competências. Ainda segundo Zabala:

> A competência identificará aquilo que qualquer pessoa necessita para responder aos problemas aos quais se deparará ao longo da vida. Portanto, competência consistirá na intervenção eficaz nos diferentes âmbitos da vida mediante ações nas quais se mobilizam, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, componentes atitudinais, procedimentais e conceituais.
>
> (Zabala, 2014, p. 42-43)

É importante salientar que a BNCC não se propõe a "uniformizar" os currículos, e sim a relacionar as escalas nacional, regional e local ao pensar a educação brasileira, orientando o processo de formação dos currículos escolares e do corpo discente com base na diversidade de realidades locais.

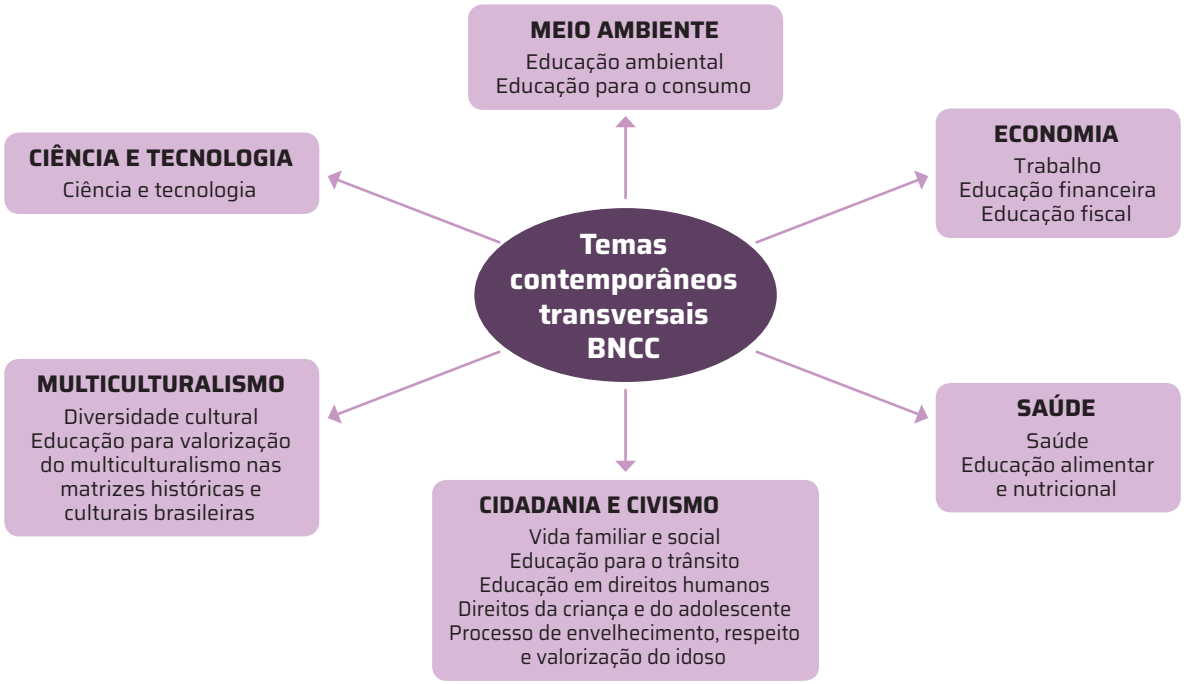
Dessa forma, o documento coloca em pauta o pensamento intercultural, cujas pretensões se opõem aos processos de uniformização do outro.

Entende, ainda, a educação integral como o desenvolvimento do estudante em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural –, tendo em vista as múltiplas culturas juvenis. E isso envolve a responsabilidade não só da escola, mas também das famílias, dos educadores em geral e da comunidade.

Temas contemporâneos transversais

A BNCC também orienta que as escolas e redes de ensino incorporem a seus respectivos currículos e a suas propostas pedagógicas o trabalho com Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). O objetivo é contextualizar o ensino com temas que afetam a vida humana, que despertam o interesse dos estudantes e que têm relevância em sua formação como cidadãos em diversas escalas (local, regional e global).

Os TCTs possibilitam estabelecer ligações entre diferentes componentes curriculares, atendem às demandas da sociedade contemporânea e contribuem para um ensino integrador e transversal. Essa abordagem se baseia na problematização da realidade e das situações de aprendizagem, na integração das habilidades e competências curriculares à resolução de problemas e na visão do conhecimento como uma construção coletiva. Os TCTs perpassam diferentes áreas do conhecimento e se dividem em seis grandes áreas temáticas, ilustradas no esquema a seguir.



Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Temas contemporâneos transversais na BNCC*: proposta de práticas de implementação. Brasília: MEC/SEB, 2019. p.13.

Juventudes, currículo e equidade

De acordo com Dayrell e Carrano, observou-se, nas últimas décadas, uma mudança significativa na forma como os jovens se comportam e se comunicam e no modo como expressam suas identidades e opiniões, por meio de linguagens culturais. No contexto urbano, o sentido de pertencimento a um grupo somado aos impulsos pessoais de expressão de subjetividade levou os jovens a ocupar espaços públicos para produzir e expressar suas culturas. Assim, tais espaços passaram a ser entendidos como locais de uso coletivo ou espaços sociais que potencializam os encontros, as trocas e a expressão de suas culturas. E os jovens passaram a se reunir nesses lugares não só para compartilhar ideias com seus pares e fruir de manifestações artísticas, mas também para produzir músicas, vídeos, programas de rádios comunitárias, eventos culturais, entre outras formas de expressão.

> Por meio da produção dos grupos culturais a que pertencem, muitos deles recriam as possibilidades de entrada no mundo cultural além da figura do espectador passivo, ou seja, como criadores ativos. Por meio da música ou da dança que criam, dos shows que fazem ou dos eventos culturais que promovem, eles colocam em pauta, no cenário social, o lugar do jovem, principalmente no caso dos mais empobrecidos.
>
> Dayrell, Juarez; Carraro, Paulo; Maia, Carla Linhares (org.). *Juventude e ensino médio*: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014. p. 116.

Assim, os jovens estabeleceram uma nova relação com o consumo de bens culturais, tornaram-se protagonistas em seus meios e criaram novas formas de atuar na sociedade. Tudo isso indica que é salutar aproximar-se das culturas juvenis, acolhendo suas diversas modalidades de expressão, em uma educação que visa ao protagonismo e à autonomia.

Uma diferença importante é que muitos jovens do século XXI estão utilizando diversas formas de interação multimidiática e multimodal, em aplicativos educativos ou de entretenimento, por exemplo, e especialmente atuando nas redes sociais. Nesse cenário, existe um elemento fundamental a ser considerado: a desigualdade de acesso aos recursos tecnológicos. Enquanto algumas pessoas sentem que o uso exagerado das telas acirrou o imediatismo, o individualismo e a solidão, outras se sentem isoladas exatamente pelo inverso, ou seja, por não terem acesso a essas tecnologias e à internet. A pandemia de covid-19, que se iniciou em 2020 e persistiu por alguns anos, potencializou e escancarou os sentimentos de isolamento, ansiedade e exclusão, que não se restringiram a esse período, mas se tornaram problemas reais para famílias e para a sociedade de forma ampla.

Se já não podíamos antes dizer que existe uma juventude, no singular, e padronizar nossa entrega aos estudantes, hoje, depois da publicação da BNCC e de tantos estudos nas áreas de educação, psicologia e sociologia, é imprescindível olhar para as individualidades e procurar enxergar que um jovem de periferia

de uma metrópole provavelmente não tem as mesmas necessidades que um jovem residente em um pequeno município rural, por exemplo. Temos uma diversidade de jovens e de juventudes, no Brasil e no mundo – basta pensarmos em alguns fatores que claramente impactam a forma de vivenciar o mundo e ser jovem, como gênero, local de residência, cor de pele, cultura da comunidade em que está inserido.

A rede pública de ensino agrupa, em suas salas de aula, estudantes com diferentes perfis econômicos, sociais, políticos, identitários e de instrução e, por isso, para que os objetivos de aprendizagem façam sentido para cada grupo específico de estudantes (ou seja, de cada escola, de cada ano, de cada turma), é preciso que esses objetivos sejam definidos com base no que se conhece de cada estudante, assegurando, com isso, que não se recorra a práticas de massificação e apagamento das diferenças observadas na turma, mas, sim, que se promova a equidade na educação. Equidade, como a própria BNCC explicita, significa, na prática, reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

Ao fazer as escolhas curriculares, é papel de cada rede considerar a comunidade que a integra, de forma ampla, assim como devem ficar nas mãos das escolas e dos professores as escolhas necessárias para que esse currículo dialogue com a realidade de seus estudantes e os engaje no desejo de aprendizagem. Ou seja, a equidade se explicita a cada escolha feita pelos atores que compõem cada rede estadual e municipal de ensino e cada comunidade escolar, e essas decisões devem, necessariamente, dialogar com os diferentes perfis culturais e socioeconômicos que cada sala de aula acolhe. Não se trata de uma tarefa fácil. Por isso, sob essa perspectiva, é preciso engajamento, colaboração e respeito mútuo, para que seja possível garantir um melhor índice nas aprendizagens e uma cultura de paz na comunidade escolar e em seu entorno.

Escola e inclusão

Compreender que a diversidade é uma característica intrínseca à sociedade e, por consequência, às salas de aula é imperioso. Cada estudante traz uma bagagem de habilidades, experiências e necessidades, e é papel da escola e dos educadores reconhecer e valorizar essa diversidade. É essencial reconhecer que cada estudante é único e apresenta demandas e capacidades muito próprias.

Para aprofundar as percepções sobre a múltipla diversidade de condições dos estudantes do Ensino Médio, é importante identificar as especificidades das deficiências e dos transtornos. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (n. 13.146/2015) , as pessoas com deficiência são aquelas que "têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.".

Por sua vez, de acordo com a Resolução n. 4/2009 do Conselho Nacional de Educação Básica (Brasil, 2009), os alunos com transtornos do neurodesenvolvimento são os "que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento psicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras". Os transtornos do neurodesenvolvimento englobam uma diversidade de condições que podem variar em nível e em grau, de acordo com o contexto. Nesse sentido, é possível citar o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Deficiência Intelectual (DI), o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e os transtornos de aprendizagem, sendo os mais comuns entre estes últimos a dislexia, a discalculia e a disgrafia.

É necessário compreender os desafios enfrentados pelos jovens que têm transtornos dessa ordem. Muitos deles podem apresentar dificuldades relativas a comunicação, interação social, compreensão das emoções dos outros, aprendizado acadêmico e comportamentais, sendo necessário adotar abordagens pedagógicas específicas para atender às necessidades de cada uma delas.

Por outro lado, as deficiências agrupam grande diversidade de condições humanas e podem se apresentar em diferentes dimensões, como a física (no caso de pessoas surdas e/ou cegas, de usuários de cadeiras de rodas, etc.) e a intelectual (por exemplo, a Síndrome de Down). Assim como ocorre com os transtornos, é importante garantir ambientes que possam receber esses estudantes em tais condições e preparar-se para incentivá-los de maneira específica, adaptando propostas pedagógicas e ampliando o repertório escolar concernente a esse cenário.

Resumindo, esses jovens exigem uma política de gestão da escola para recebê-los e cuidar de sua formação de acordo com seus direitos e possibilidades. A arquitetura inclusiva é essencial para facilitar o acesso à escola não só aos estudantes com condições físicas específicas, mas também a outras pessoas que tenham dificuldade de locomoção. É preciso incluir a disponibilização de material didático adaptado, a implementação de estratégias de ensino diferenciadas, como currículo individualizado, o suporte emocional e comportamental (se necessário), a tutoria e o uso de recursos digitais e até mesmo visuais (como cartões de emoções, que ajudam a identificar os próprios sentimentos e compartilhá-los com outras pessoas).

Outra estratégia eficaz é trabalhar com os jovens habilidades de resolução de problemas e conflitos. Aqueles que apresentam tais transtornos podem se sentir desafiados em situações de conflito, o que pode ser sanado ou amenizado mediante o ensino de habilidades de negociação, escuta e empatia.

Em relação às Ciências da Natureza, pode-se explorar propostas de trabalho colaborativo, em duplas ou grupos, a expressão oral ou a dramatização como recursos para entender ou explicar o pensamento. No entanto, para cada jovem não bastam as estratégias de ensino, mas, também, repensar o que ensinar em função de suas possibilidades. Algumas orientações que podem auxiliar seu planejamento para esses estudantes são:

- **Organizar o trabalho**, combinando com a turma a maneira de trabalho com os estudantes, de modo que todos saibam o que se espera de cada um. Por exemplo, começar a aula organizando o que será feito, as tarefas e, se for o caso, as expectativas diferenciadas para os estudantes com deficiência.
- **Selecionar conteúdos**, relacionando os conceitos das Ciências da Natureza ao contexto e às experiências dos estudantes.
- **Utilizar recursos digitais e ferramentas *on-line*** que os estudantes possam acessar em função de seu potencial, inclusive permitindo retomadas ou preparação prévia de qualquer lugar. Plataformas de aprendizagem *on-line*, vídeos educativos e aplicativos interativos podem ser muito úteis.
- **Planejar o ensino colaborativo** por meio do trabalho em grupo e a aprendizagem colaborativa. Diferentes estudantes podem se beneficiar ao compartilhar seus conhecimentos e habilidades.

Por fim, as decisões para a real inclusão de estudantes com deficiências devem sempre levar em conta que a ideia a ser promovida é evidenciar, bem como assegurar, em condições de igualdade, que a pessoa com deficiência faz parte do grupo social e é aceita do modo como se apresenta. Não se trata de oferecer concessões ou favores, mas de demarcar o território escolar como um espaço de acolhimento e de cidadania. Portanto, escolas verdadeiramente inclusivas são importantíssimas para a construção de uma sociedade inclusiva. Acreditamos, com isso, que a diversidade de condições físicas e neurológicas pode ser bem atendida quando há promoção de valores como colaboração e empatia; criação de ambientes acolhedores e seguros; valorização ativa da diversidade; envolvimento da comunidade.

O ENSINO MÉDIO E AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

A concepção de área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tem relação, segundo França (2013), com estudos desenvolvidos na década de 1950 pelo Instituto Internacional de Pedagogia de Sèvres, em Paris, França. Esse centro de pesquisa possuía uma escola experimental, onde eram realizadas pesquisas educacionais que fomentaram discussões acerca do papel das Ciências Sociais na investigação de problemas escolares e de questões de ordem social. O debate estava alinhado aos fundamentos da Escola Nova, que ganhou força no Brasil a partir da década de 1930, por meio de cursos de formação de professores e da circulação de guias curriculares que defendiam um sistema de ensino público e laico, com liberdade de pensamento, que, entre outras questões, possibilitasse a superação das desigualdades sociais brasileiras.

Outro debate importante nesse sentido ocorreu a partir da publicação do *Guia Metodológico para Cadernos MEC – Estudos Sociais* (1971), cujo prefácio, escrito por Humberto Grande, diretor executivo da Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), apresentou os então Estudos Sociais como *atividade* interdisciplinar, concepção bem próxima da ideia de integração e interdisciplinaridade difundida na atualidade. Sob a representação de Estudos Sociais, essa concepção de ensino circulou nas Escolas Normais, nos centros de treinamento, nos cursos de "aperfeiçoamento" de professores, nas publicações pedagógicas e nos materiais didáticos.

Relacionar aspectos da concepção de Estudos Sociais à concepção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas não significa afirmar que sejam considerados a mesma coisa. Porém, pode ajudar a compreender melhor como, nesse movimento de aproximação e distanciamento de representações sobrepostas no decorrer do tempo histórico, foi constituído o que hoje é chamado de área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Se, no passado, a área de Estudos Sociais era um aglutinado de conceitos mais ou menos desconexos que fomentavam práticas de memorização de nomes de relevo, hidrografia, capitais de países, datas cívicas e nomes de batalhas, sem a devida contextualização dos processos temporais e espaciais, das estruturas sociais e do campo ético, a atual área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, de acordo com a BNCC, tem como foco a formação integral do cidadão, balizada por preceitos éticos e democráticos, que reforçam a valorização da autonomia de pensamento e a superação de desigualdades. Cabe a essa área de conhecimento oportunizar aos educandos a compreensão dos elementos essenciais da cultura dos povos e a promoção do sentimento de justiça e de empoderamento democrático, princípios essenciais para a formação humana e social.

De acordo com a BNCC:

> […] [A] área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza.
>
> (Brasil, 2018a, p. 561)

Apresentamos, a seguir, alguns exemplos práticos da importância estratégica das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para a formação ética e cidadã:

- identificar e analisar as relações de poder, assim como dialogar e refletir sobre elas, favorece a formulação de percepções sobre a sociedade em que se vive e sobre os impactos dessas relações em diferentes níveis na própria comunidade, como a formação do território ocupado;
- investigar as próprias identidades culturais e refletir sobre elas possibilita não apenas o autoconhecimento, mas também a percepção sobre si e sobre os outros, sobre o modo como os estudantes colocam no mundo suas identidades individuais e coletivas, afetando desde as relações pessoais até as relações institucionais;
- debater e fomentar essas ideias promove a apreensão filosófica dos estudantes e colabora para torná-los críticos e atentos ao mundo em que vivem.

Como é possível observar, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tem entre seus objetivos provocar os estudantes para a percepção crítica do conhecimento, com o intuito de buscar soluções sociais criativas e éticas. A concepção apresentada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para essa área do conhecimento é consonante com aquela observada na BNCC, como é possível identificar a seguir.

> As pesquisas em ciências humanas vão desde o estudo do comportamento humano passando pela interação em contextos sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos, aos desenvolvimentos da linguagem, artes e arquitetura. Estas pesquisas têm na dinâmica humana sua centralidade, com focos históricos ou contemporâneos, de contextos pessoais a globais, e consideram o nosso preparo para os desafios do futuro. Por meio da pesquisa em macroáreas da Linguística, Artes, Humanidades, Ciências Sociais, Sociais Aplicadas e Ética, e de seus desdobramentos e inter-relações, espera-se a habilitação coletiva da sociedade brasileira em sua capacidade de questionar, pensar criticamente, resolver problemas, comunicar de maneira eficaz, tomar decisões e adaptar-se às mudanças. Responder aos desafios humanos exige uma compreensão dos principais fatores, linguísticos, cognitivos, históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais, éticos e sociais envolvidos, e como esses diferentes fatores se inter-relacionam.
>
> (Brasil, [20--])

Percebe-se, por essa concepção, que a escola que se pretende é aquela que ensina a pensar, por meio do domínio teórico-metodológico característico dos componentes curriculares relacionados à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

> Considerando as aprendizagens a ser garantidas aos jovens no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a **tematizar e problematizar algumas categorias da área**, fundamentais à formação dos estudantes: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. Cada uma delas pode ser desdobrada em outras ou ainda analisada à luz das especificidades de cada região brasileira, de seu território, da sua história e da sua cultura.
>
> (Brasil, 2018a, p. 562)

Ciências Humanas e Sociais e interdisciplinaridade

Garantir um processo adequado de transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é um desafio que se impõe ao processo de formação escolar. Além da mudança do ciclo escolar, há, em marcha, a mudança da própria estrutura do Ensino Médio, como discutido anteriormente.

O tempo vivido pelo estudante no Ensino Médio é caracterizado por inquietudes que não são silenciosas; ao contrário, são bastante expressivas. É nessa vivência, caracterizada pela intensificação das questões existenciais, sociais e culturais próprias da adolescência, que os estudantes assumem novos compromissos e responsabilidades, constituindo seu modo de ser e estar no mundo. Dessa forma, a questão que se impõe à escola é: Como a escola pode contribuir para potencializar a vida dos jovens?

Para isso, uma possibilidade é apostar em uma educação intercultural, que significa pensar a organização do currículo escolar tendo como foco os estudantes, contemplando a aceitação e o respeito às diferenças e à diversidade cultural.

É importante considerar que a escola exerce um papel fundamental para a formação humana por meio de práticas educativas planejadas e intencionais. É essencial, nesse processo, incentivar os estudantes a exercitarem a autonomia, ou seja, o efetivo protagonismo, dando oportunidade à produção e à apropriação de saberes de forma crítica, incentivando os diálogos culturais e gerenciando as questões relacionadas ao universo do adolescente.

Assim, a escola se abrirá para a diversidade das culturas juvenis, buscando olhar, aproximar e sentir o outro em toda a complexidade da sua formação humana. Nesse aspecto, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas desempenham um papel essencial na educação da juventude, já que permitem investigar, analisar, identificar e observar de modo crítico o mundo e a sociedade, os papéis sociais, as dinâmicas de poder e outras características culturais que favorecem as percepções sobre a própria identidade e, também, as possibilidades de transformação social.

As Ciências Humanas em geral, muitas vezes, formularam conceitos globais e abrangentes, explicando a realidade, sem estabelecer limites muito rígidos entre o seu objeto e os objetos de outras ciências. Isso deixou como legado um vasto campo para tratamentos interdisciplinares.

Aponta-se, portanto, para a integração interdisciplinar sem perder de vista os conhecimentos disciplinares e estruturada em torno de objetivos comuns e do estudo de problemas concretos, que sirvam como temas integradores.

É possível, assim, estabelecer diálogos entre disciplinas e, ao mesmo tempo, mobilizar o conhecimento delas para o tratamento dos temas de forma interdisciplinar.

O desafio é construir uma prática pedagógica articulada em torno de objetivos construídos em conjunto por grupos de professores de diferentes disciplinas, que passam a ser estruturadores do trabalho pedagógico ao mobilizar os conteúdos de suas disciplinas que contribuam para a abordagem do tema escolhido.

> A interdisciplinaridade é vivenciada pelo homem sempre que ele se apropria de algum conhecimento em suas relações com o mundo. O simples fato de acordar, trabalhar e interagir com outros indivíduos, e com isso alterar sua forma de pensar e de agir, constitui uma atividade interdisciplinar. As diferentes formas de conhecimentos que precisam ser acionadas no dia a dia correlacionam-se para que o ser humano possa aprimorar novas estratégias que facilitem sua vida.
>
> (Giordani, 2000, p. 81)

Conforme o pensamento de Jean Piaget (1896-1980), citado por Giordani, a interdisciplinaridade é o movimento que a ciência faz em busca da produção de conhecimentos mais abrangentes. Embora aconteça no cotidiano, em relação ao conhecimento científico e à prática didática, esse movimento não é espontâneo, devendo fundamentar-se em um planejamento que deixe evidente sua intencionalidade.

Desse modo, espera-se que essa escola favoreça o desenvolvimento do conhecimento socialmente produzido e acumulado, aliado às propostas de flexibilidade, autonomia e protagonismo que se pretende desenvolver na formação dos estudantes. Assim, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas visam promover um processo de aprendizagem para a formação de cidadãos autônomos e capazes de fazer uso dos próprios conhecimentos para solucionar problemas de diversas naturezas ao longo da vida.

> No Ensino Fundamental, a BNCC se concentra nos processos de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas. Para tanto, prevê que os estudantes explorem conhecimentos próprios da Geografia e da História: temporalidade, espacialidade, ambiente e diversidade (de raça, religião, tradições étnicas etc.), modos de organização da sociedade e relações de produção, trabalho e poder, sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo.
>
> (Brasil, 2018a, p. 561)

Dessa forma, no Ensino Médio, torna-se possível ao estudante aprofundar e ampliar os conhecimentos, desenvolvendo a competência de articular informações e conhecimentos de forma argumentativa e dialogada.

> Portanto, no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer **diálogos** – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao **domínio** de conceitos e metodologias próprios dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos.
>
> (Brasil, 2018a, p. 561-562)

A organização por área do conhecimento permite que o processo de ensino-aprendizagem seja abordado de forma contextualizada e aplicado à realidade, favorecendo a adoção de abordagens que se fundamentam na investigação de situações-problema e oportunizando o desenvolvimento de competências e habilidades que contribuam para a formação integral do estudante.

Nesse sentido, a integração ocorre entre os componentes curriculares, e a interdisciplinaridade se dá no diálogo, próprio e distinto, entre os saberes desses componentes, conforme a identidade e a especificidade metodológica de cada um. A concepção de área de conhecimento permite ao professor a percepção e a efetivação da docência pautada na forma mais ampla dos fenômenos humanos e sociais aplicados à práticas sociais.

Do ensino da Filosofia: estratégias interdisciplinares

A grande incumbência pedagógica da Filosofia é mostrar aos jovens o sentido de sua existência concreta. É assim que a Filosofia se torna formativa, na medida em que ela permite ao jovem dar-se conta do lugar que ocupa na realidade histórica de seu mundo, como ele se situa no seu contexto real de existência. Cabe à Filosofia, pois, ajudá-lo a compreender o sentido de sua própria experiência existencial, situando-a em relação ao sentido da existência humana em geral. Pode-se então dizer que o papel pedagógico da Filosofia, na condição de uma mediação curricular, é o de subsidiar o jovem aprendiz a ler o seu mundo e a se ler inserido nele. Eis por que se diz que se quer levar o aluno à reflexão, ao exercício do pensamento, à apreensão do sentido das coisas. [...]

Esse processo de transposição didática da Filosofia não pode ser visto separadamente de uma visão mais abrangente do processo formativo como um todo, tal como precisa se realizar também no Ensino Médio. Nesse contexto de escolaridade, Ciências e Filosofia têm uma tarefa comum, ao visarem à formação do adolescente no Ensino Médio: através do conhecimento, levá-los a uma compreensão mais conceitual do significado de sua existência concreta no contexto da existência mais abrangente do mundo natural, do mundo social e do mundo cultural. O próprio lado predominantemente técnico-institucional, profissionalizante, só faz sentido para o adolescente nesse contexto mais amplo. Assim, todo o currículo do Ensino Médio precisa voltar-se para esse objetivo intrínseco. Bem entendido não é só a que forma: são todas as disciplinas, assim como todas as demais práticas curriculares, tanto quanto o próprio contexto da convivência escolar que respondem, conjuntamente, pelo investimento na formação do estudante. O currículo atua como uma mediação, paralelamente à própria atuação do professor e todas as suas estratégias didático-pedagógicas. Por sua vez, o conhecimento se realiza mediante diversas modalidades de linguagens: a científica, a estética, a ética, a política, a epistemológica, a técnica etc., que constituem os discursos assumidos e praticados pelas diversas disciplinas. Com sua perspectiva de síntese, a Filosofia pode trabalhar conjuntamente com essas várias disciplinas, articulando suas linguagens e explicitando aquelas dimensões abordadas de modo especializado pelas Ciências. A interdisciplinaridade, para ser fecunda, pressupõe que também a Filosofia tenha, no currículo, o status de disciplina autônoma. [...]

As abordagens de cunho interdisciplinar vão referir-se, predominantemente, às situações do campo existencial concreto das pessoas e das sociedades, pois é nele que objetos, eventos e situações se apresentam marcados por uma complexidade mais qualitativa. [...]

Utilizando materiais comuns, desenvolvendo atividades conjuntas, debatendo temas de interesse recíproco, explorando interfaces, o trabalho didático pode ser feito de forma integrada, a partir de programações elaboradas e executadas de comum acordo, ponto a ponto ou por módulos de Filosofia, trabalhando sintética e simultaneamente as dimensões abordadas pelas Ciências. Essa atividade integrada tem uma utilidade de mão dupla – a abordagem de uma disciplina reforçando a de outra –, além de assegurar convergência e motivação de interesse por parte dos alunos.

(Severino, 2011, p. 82- 85)

O uso de novas tecnologias no ensino de Geografia

O uso de novas tecnologias aplicadas ao ensino de Geografia é uma necessidade cada vez mais presente na prática da educação escolar e o que levou o presente estudo a fazer uma reflexão sobre os meios de transportes aéreo e marítimo, com o uso dos recursos tecnológicos, disponíveis na internet: Google Maps, site das rotas dos aviões – Flightradar24 e rota dos navios – Marine Traffic, uma vez que no mundo contemporâneo as revoluções culturais e tecnológicas provocam incessantes mudanças nas organizações e no pensamento humano revelando um novo universo no dia a dia das pessoas, de forma muito rápida. Diante desta realidade se faz necessário repensar as práticas pedagógicas na sala de aula. O uso de recursos tecnológicos pode favorecer o aprofundamento de diversas disciplinas, em particular a Geografia, pois o estudo do espaço geográfico como hoje é entendido, requer a apropriação de métodos diversos para o seu entendimento. Nessa direção insere-se a cartografia digital com destaque para o Google Maps, uma ferramenta gratuita na internet, fornecida pela empresa Google, a qual disponibiliza um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélites da Terra. Desse modo, o ensino da Geografia, bem como de outras disciplinas, deve estar articulado com as ferramentas tecnológicas disponíveis na escola. [...]

Percebe-se que muitos recursos tecnológicos já se encontram nas escolas, no entanto, não se percebem as mudanças que os mesmos podem proporcionar, pois segundo Moran, "As tecnologias chegaram na escola, mas estas sempre privilegiaram mais o controle a modernização da infra-estrutura e a gestão do que a mudança." [...] Porém, acreditamos que essa realidade pode mudar, uma vez que as novas tecnologias podem contribuir com os professores na sua tarefa de transmitir conhecimento e desenvolver uma nova forma de ensinar, cada vez mais criativa e dinâmica, como aponta Archela: "A necessidade de procurar caminhos para trabalhar de uma forma mais criativa é tão importante para o professor quanto para os alunos" [...]. Tais recursos permitem trabalhar os conteúdos da Geografia, a exemplo da informática, que com o uso de programas computacionais e da internet, auxiliam o professor em seu trabalho. [...]

Um dos recursos tecnológicos de fácil acesso, gratuitamente, através da internet, é o Google Maps, uma ferramenta de pesquisa e visualização de mapas, desenvolvido pela empresa Google. Através deste aplicativo é possível a visualização de mapas de uma cidade ou do planeta como um todo, possibilitando ao usuário a localização de cidades, bairros, ruas e diferentes pontos geográficos com rapidez e facilidade. Sendo uma ferramenta que todo professor de Geografia tem que conhecer, pois facilita a compreensão da cartografia em diferentes escalas geográficas: planeta, continente, país, estado, cidade e bairro, possibilitando a visualização de imagens entre mapa, satélite e terreno. Também a criação de trajetórias e rotas entre pontos escolhidos pelos utilizadores. Outro aplicativo disponível no Google Maps é o Street View que permite a visualização de diversos locais do planeta por meio de fotos em 360 graus no nível da rua. Este recurso permite a exploração de áreas de cidades sem sair do local de origem. O Google Maps não foi desenvolvido para fins educacionais, mas é uma ferramenta de grande potencial para ajudar no processo ensino-aprendizagem da geografia. Vale salientar que as possibilidades que esta ferramenta apresenta para o ensino da Geografia são diversas.

(Oliveira, 2016, p. 3-8)

O compartilhamento de informações e os impactos no ensino de História

A escola não pode ignorar o fato de crianças e jovens terem acesso diariamente a todo esse conteúdo que circula nas redes sociais e nos meios de comunicação em suas casas ou outros espaços através [da] televisão, [de] smartphones, [de] tablets ou [de] outro equipamento transmissor e receptador de dados conectados à internet. […]

Numa sociedade tecnológica, o educador assume um papel fundamental como mediador das aprendizagens [na medida em que] traz para dentro da sala de aula o debate, tornando esse espaço propício para a reflexão e a mudança de paradigmas frente aos desafios impostos pela realidade. Cabe ao professor analisar cuidadosamente os materiais encontrados e colocados à disposição dos seus alunos nas redes virtuais, compreendendo que os mesmos mecanismos que permitem a proliferação das notícias falsas podem ser desmascarados com idêntica rapidez.

É papel do professor/historiador analisar a fundo as informações que compartilha em suas redes sociais próprias e os conteúdos que compartilha seja através de seus espaços de interação virtuais ou na sala de aula, bem como utilizar aquilo que circula na internet com um objetivo pedagógico e não apenas como passatempo, promovendo o debate necessário acerca de determinadas posturas e posicionamentos. Nos últimos anos temos visto aumentar as manifestações de todo tipo de preconceito e ódio nas redes sociais. Em nome da liberdade de expressão, internautas, usuários e grupos intolerantes tem destilado veneno na rede e conquistado discípulos. A ignorância e a intolerância precisam ser combatidas. Merece a nossa atenção constante a questão dos memes sempre utilizarem imagens de personagens de atores e atrizes de novelas, filmes e seriados contemporâneos, políticos e personagens históricos para repassarem valores. A simbologia que esses personagens reiteram é relevante, uma vez que se produzem falas, comportamentos, atitudes que se tornaram sistemáticas e que passaram a construir significados na sociedade num determinado momento histórico. Em relação a isso, percebe-se que esses personagens integram o imaginário e ideário, permeado de ideologias, representando classes, demonstrando poder e hegemonia de determinados grupos em detrimento de outros. Produção de memes deve promover uma reflexão sobre o uso da imagem, a construção linguística, o conhecimento prévio, entre outros aspectos que são relevantes ao conhecimento do aluno e sua consciência crítica sobre o uso das linguagens. O professor não pode deixar de reconhecer que os memes disputam as memórias do que é de fato conhecimento histórico construído e sistematizado ao longo dos processos históricos. Mas, se os memes interferem nas aulas, sobretudo nas de história, isso de algum modo pode ser utilizado a favor delas. Essa nova forma de se comunicar e transmitir informações, dependendo da abordagem que for dada, pode render bons debates e aulas de história que assegurem na prática o cumprimento do seu caráter questionador. A disciplina de história é campo fértil para uma ação relevante sobre discussões do presente e na formação de cidadãos autônomos [...]. Refletir sobre as realidades vividas e as transformações, compreendendo o passado sem perder de vista as peculiaridades dos desafios atuais, é uma tarefa atribuída aos professores de história. E esse exercício deve ser feito com a consciência de que não se deve emitir juízo de valores. É necessário considerar as mentalidades próprias dos sujeitos envolvidos, dos períodos estudados e observá-los com lentes do presente.

(Bezerra, 2020, p. 4-11)

Conjugar conhecimentos: Sociologia, Antropologia e Ciência Política

[…]. A obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nos currículos do Ensino Médio, espaço por excelência das ciências sociais que deve conjugar conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política – impele a Antropologia a construir um novo lócus para debate e a refletir sobre as questões referentes à Educação Básica. Agora, o ensino de conteúdos antes pensados apenas para o Ensino Superior deve também ser pensado para o Ensino Médio, apresentando desafios para os professores com essa formação, tanto no nível pedagógico quanto metodológico […]

O ensino de Sociologia permite que a Antropologia e a Ciência Política, que embora não sejam disciplinas obrigatórias, possam fazer parte da formação e estejam presentes no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, é importante considerar o fato de a Antropologia fornecer elementos teórico-metodológicos para se pensar as sociedades atuais. A partir de noções como experiências culturais, rede de relações, papéis sociais e o processo de constituição das identidades sociais, pode-se compreender os contextos sociais, culturais, políticos e econômicos através dos constantes fluxos, dos hibridismos, do multiculturalismo, das novas identidades e sociabilidades contemporâneas, na maioria das vezes marcados por atitudes etnocêntricas e de diferenciações entre "nós" e os "outros".

O papel da Sociologia, e consequentemente da Antropologia, na escola, está atrelado a uma formação para a cidadania e vivência com as diversidades, contribuindo para o desenvolvimento de competências cognitivas e culturais, levando em consideração os conhecimentos prévios dos jovens estudantes. Problemas como o reconhecimento da alteridade e das diversas formas de exclusão e desigualdades sociais, no Brasil e no mundo, podem ser abordados a partir de uma perspectiva socioantropológica […]

Partimos do pressuposto de que a Antropologia, dentro da disciplina de Sociologia, pode ajudar alunos e professores da Educação Básica a conhecer, relativizar e pensar criticamente a diversidade e a desigualdade que conforma a realidade brasileira, desmistificando noções já naturalizadas e/ou especializadas. À Antropologia cabe a investigação sobre a especificidade do comportamento, da organização, dos valores, sentimentos e crenças das sociedades humanas, enfim, seu estilo de vida e cosmovisão.

Ancorados em metodologia própria, os antropólogos estão habilitados a oferecer interpretações de práticas culturais e de representações simbólicas específicas dos diferentes grupos sociais, proporcionando um olhar de alcance profundo sobre a vida em sociedade. Com esta finalidade, a coleta de dados empíricos, etnográficos, por meio do trabalho de campo, dos levantamentos de histórias de vida, depoimentos e entrevistas em profundidade, pesquisa documental de fontes primárias, secundárias e teóricas, permite interpretações de realidades que podem nortear antropologicamente as possibilidades de atuação de instituições, envolvendo os diferentes grupos sociais, culturais e políticos. […] o ensino da Antropologia, através da disciplina de Sociologia, pode ajudar alunos e professores da Educação Básica a conhecer, relativizar e pensar criticamente a diversidade e a desigualdade que conformam a realidade brasileira, desmistificando noções já naturalizadas.

(Silva, 2021, p. 4-11)

Desenvolvimento de competências e habilidades

É esperado que os estudantes do Ensino Médio sejam capazes de: obter informações; comunicar-se; argumentar; compreender; agir; identificar problemas; fazer escolhas; propor soluções, entre outras competências ou qualificações. O trabalho com competências e habilidades, além de reforçar o aspecto interdisciplinar, estimula a autonomia, o protagonismo e o pensamento crítico dos estudantes, levando-os a um papel central como sujeitos do próprio aprendizado. Elencamos, a seguir, as competências específicas e as habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio (Brasil, 2018a, p. 571-579).

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS NO ENSINO MÉDIO: COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES

Competência específica 1

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.

(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Competência específica 2

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

(EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

(EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.

Competência específica 3

Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

(EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.

(EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.

(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

(EM13CHS305) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.

(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).

Competência específica 4

Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.

(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

Competência específica 5

Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Competência específica 6

Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.

(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

(EM13CHS604) Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.

(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Estratégias e abordagem teórico-metodológica

Definir os pressupostos teóricos e metodológicos desta coleção implica considerações teóricas amplas e complexas. Por isso, neste manual, opta-se por fazê-lo a partir do diálogo entre a teoria e a prática. Assim, dialogando com a proposta dos documentos curriculares apresentados, propõe-se uma perspectiva intercultural, que se fundamenta na diversidade cultural e se contrapõe à condição colonial, ainda existente, mesmo depois da independência de países dos continentes americano, asiático e africano. Os fundamentos dessa posição estão na construção de posturas de valorização de diversas visões de mundo, no diálogo de saberes e na estreita relação entre teoria e prática.

O objetivo é potencializar o olhar para a realidade com o intuito de compreendê-la em sua totalidade e em sua complexidade. Por isso, as propostas de ensino e de aprendizagem têm como base a realidade dos educandos, sempre que possível problematizando-as e relacionando-as em níveis locais, regionais e mundiais. São fruto de realidades socioeconômicas, políticas e culturais diversificadas e complexas, que podem ser mais bem compreendidas de um ponto de vista interdisciplinar que rompa com a fragmentação do saber.

Para isso, a coleção propõe certa reordenação geopolítica do conhecimento, retomando a memória coletiva de povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, bem como de outras comunidades historicamente subalternizadas e invisibilizadas no trato oficial. Também assume uma postura crítica diante dos cânones, que devem ser conhecidos como repertório cultural, mas também debatidos e problematizados.

É importante considerar que o saber e a cultura precedem a ciência. É o saber acumulado, que circula social e culturalmente, que constrói a ciência. Assim, torna-se fundamental incentivar no estudante a reflexão sobre a relação entre seus conhecimentos prévios e o saber científico, além de estimular a alteridade, o relativismo cultural e o raciocínio próprio da ciência, abordando os aspectos metodológicos de uma pesquisa, por exemplo.

A proposta para o atual Ensino Médio tem como princípios pedagógicos a pesquisa e a interdisciplinaridade. Assim, ao longo dos volumes, enfatiza-se a metodologia de pesquisa, com a aplicação de técnicas e métodos diversificados para a construção do saber científico, reconhecendo que o conhecimento é desenvolvido e apreendido de maneiras diferentes e dinâmicas.

A pesquisa é um processo de questionamento da realidade, que propicia, a partir disso, a reconstrução e a ressignificação do conhecimento. Ter a pesquisa como princípio educativo contribui para que o estudante se torne sujeito dos processos de ensino-aprendizagem, possibilitando ao professor ser, cada vez mais, um orientador responsável por propor seu modo criativo de teorizar e praticar a pesquisa.

A diversidade cultural apresenta-se como um recurso para ampliar a visão da integridade humana, valorizando a divergência, o respeito e o compartilhamento na construção das práticas sociais e culturais.

Interculturalidade e decolonialidade

A educação é estratégica para a transformação social e, por isso, abordagens que incentivem a interculturalidade e a decolonialidade são importantes, seja no modo de pensar cotidianamente, seja em termos científicos. Mais uma vez, não se trata de rejeitar cânones, já que eles fazem parte de muitas identidades brasileiras, sul-americanas e ocidentais, mas de admitir outras matrizes de pensamento e de valorizá-las tanto quanto os cânones. Os resultados esperados, em última instância, são a valorização e o respeito aos conhecimentos e saberes da comunidade, assim como a conscientização acerca das responsabilidades individuais e coletivas sobre os espaços (físicos e culturais) onde se vive.

Portanto, sugere-se que, no planejamento docente, a busca pela decolonialidade da educação seja constante. Também se incentiva o ativismo social, desenvolvendo ações de colaboração intercultural, como a escuta do outro por meio de atividades didáticas como a criação de assembleias estudantis; a organização de rodas de conversa; o planejamento e a execução de exposições, entre muitas outras possibilidades. Em diferentes momentos da coleção, apresentam-se conteúdos que visam ressignificar os espaços tradicionais da escola, por meio de atividades que objetivam engajar a comunidade escolar, promovendo a ação protagonista dos estudantes, a mediação dos docentes e a participação de funcionários da escola, dos moradores do entorno e das famílias dos estudantes.

Para dar conta dessas escolhas, optou-se pela mobilização de **metodologias ativas**, com foco na **resolução de problemas** e no incentivo do **protagonismo juvenil**. Essa decisão reverbera tanto nos tipos de atividade propostos quanto nos contextos mobilizadores de aprendizagem. Ambos vão incentivar os estudantes a buscar os conhecimentos necessários para elaborar análises sobre os problemas apresentados e as ações possíveis para resolvê-los.

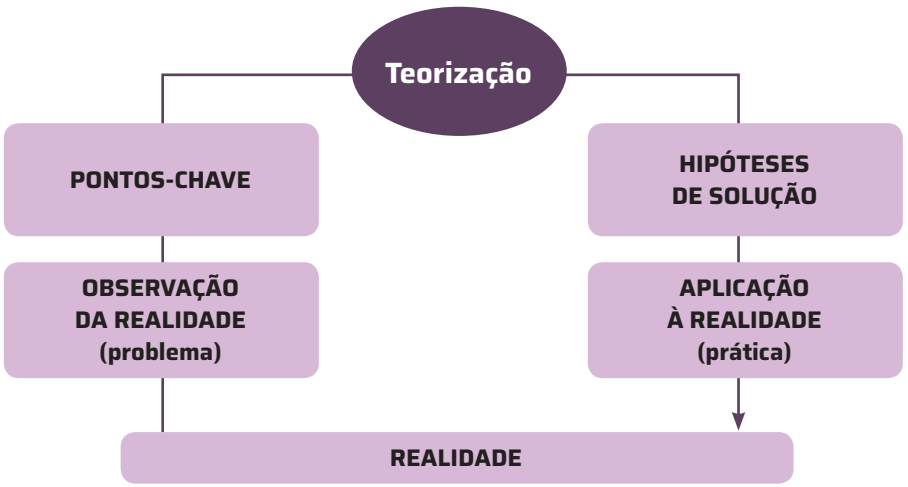
Metodologias ativas

> O grande desafio deste início de século [XXI] está na perspectiva de se desenvolver a autonomia individual em íntima coalizão com o coletivo. A educação deve ser capaz de desencadear uma visão do todo – de interdependência e de transdisciplinaridade –, além de possibilitar a construção de redes de mudanças sociais, com a consequente expansão da consciência individual e coletiva. Portanto, um dos seus méritos está, justamente, na crescente tendência à busca de métodos inovadores, que admitam uma prática pedagógica ética, crítica, reflexiva e transformadora, ultrapassando os limites do treinamento puramente técnico, para efetivamente alcançar a formação do [...] ser histórico, inscrito na dialética da ação-reflexão-ação.
>
> (Mitre, 2008)

O excerto acima assinala aspectos importantes das metodologias ativas, isto é, aquelas que fomentam práticas que não trazem ações em um plano ideal, e sim na realidade, nos espaços concretos, levando em consideração a pluralidade escolar e, também, a das comunidades brasileiras. Essas práticas, que envolvem a organização de grupos de trabalho, a identificação de questões do cotidiano, o desenvolvimento de pesquisas, a sistematização das descobertas, a divulgação científica, o planejamento das ações e a transformação objetiva do entorno, possibilitam aos estudantes desenvolver habilidades e competências por meio da resolução de problemas que fazem parte de suas vidas, seja em nível individual, seja em diferentes níveis coletivos. O deslocamento do protagonismo da pesquisa, nesse caso, sai do conteúdo puro e simples e passa para o estudante-pesquisador, que vai em busca do conhecimento para solucionar questionamentos que lhe causam algum impacto.

Essas estratégias também fomentam a autonomia e a tomada de decisões conscientes por parte dos jovens, aspectos essenciais para a formação de cidadãos aptos a conduzir as transformações de mundo preconizadas pelos projetos políticos veiculados pela BNCC e pelos demais documentos nacionais e internacionais que as embasam.

A utilização de metodologias ativas para a resolução de situações-problema pode ser esquematizada com base no diagrama conhecido como **arco de Maguerez** – nome dado em alusão a seu desenvolvedor, o pesquisador francês Charles Maguerez –, apresentado a seguir:



Fonte de pesquisa: Prado, Marta Lenise do *et al*. Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, mar. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452012000100023&script=sci_arttext. Acesso em: 11 set. 2024.

No diagrama, é possível observar que o trabalho para a resolução de determinada situação-problema necessariamente parte da realidade concreta e retorna a ela, seja na observação do problema, seja na aplicação de sua resolução. Esse processo, ancorado na realidade, contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes, bem como de sua autonomia e de seu protagonismo, além de valorizar as culturas juvenis e suas soluções inovadoras.

Nesta coleção, essas perspectivas ativas podem ser notadas desde a escolha dos grandes temas até os recortes estabelecidos para sua observação, análise e reflexão, especialmente nas propostas de pesquisa e ampliações oferecidas aos estudantes. As atividades, por exemplo, envolvem diferentes processos cognitivos, como a análise, a definição, a resolução e a comparação, com a finalidade de possibilitar ao estudante o desenvolvimento de um pensamento autônomo e metódico para a identificação e a resolução de problemas, favorecendo, assim, a análise de dados de forma lógica e o reconhecimento de padrões e generalizações para aplicar esses processos na resolução de problemas diversos. Essa abordagem contribui, em parte, para que os estudantes adotem posturas mais éticas no uso das novas tecnologias da informação, como as computacionais, e mais conscientes quanto à lógica de seu desenvolvimento e funcionamento.

Assim, pretende-se incentivar essas abordagens no processo de ensino-aprendizagem, que não se encerra no livro didático, mas o extrapola, atingindo não apenas os atores diretos (estudantes e docentes), mas também a comunidade escolar. Há, também, uma preocupação com o desenvolvimento da capacidade e dos modos de se expressar, argumentar e debater coerentemente. A seção *Práticas de texto*, por exemplo, aproxima-se dessa questão contribuindo para a formação de estudantes capazes de compreender a linguagem e as relações entre o que está explícito no texto e aquilo que, ao contrário, exige do leitor uma inferência, um pensamento, uma conclusão.

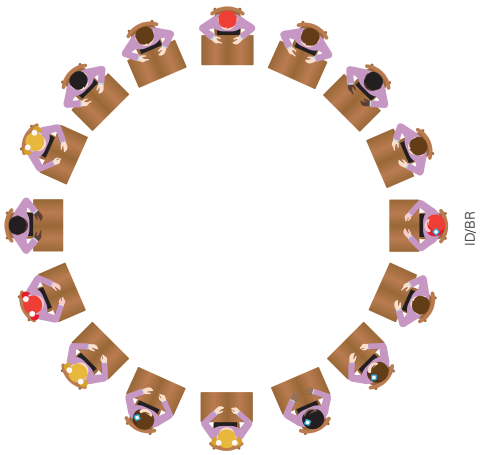
Formas de organização da turma

Pensar a escola é pensar em um espaço, pois é por meio das relações, reações, vivências e convivências nesses ambientes que professores e estudantes se formam juntos. A organização alternativa das carteiras em sala de aula tem como objetivo atender melhor às necessidades diversas dos estudantes, promover interações mais significativas e facilitar métodos de ensino mais dinâmicos e participativos.

As disposições em círculo ou em U, por exemplo, permitem que todos os estudantes se vejam e se ouçam claramente, facilitando a discussão em grupo, a colaboração e o compartilhamento de ideias. Isso não apenas enriquece a experiência de aprendizagem, mas também ajuda a desenvolver habilidades sociais e comunicativas essenciais para o sucesso dentro e fora da sala de aula. Outra possibilidade ideal para trabalhos em grupo ou projetos colaborativos com mais de quatro estudantes é organizar as carteiras em ilhas ou grupos menores para fomentar um ambiente mais cooperativo. Para atividades que exigem foco individual, como testes ou tarefas de escrita, uma disposição em filas ou em forma de L pode ser mais adequada para reduzir distrações e aumentar a concentração. Já a organização da sala em diferentes estações ou áreas, cada uma dedicada a uma atividade específica, estimula a autonomia dos estudantes, permitindo que se movimentem e escolham as atividades que desejam realizar. Observe a seguir a representação de algumas dessas disposições.

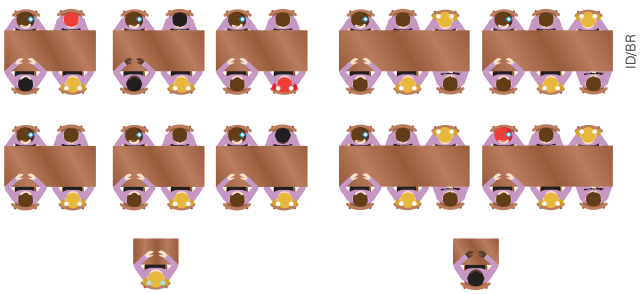
Círculo

Ideal para debates, discussões em grupo e atividades de compartilhamento.



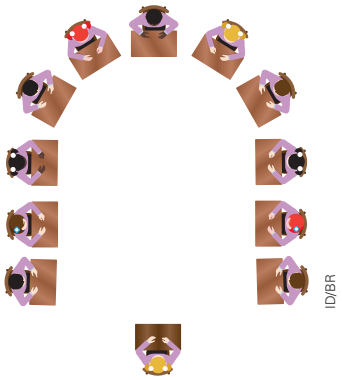
Grupos ou ilhas

Facilita a realização de projetos e atividades em grupo.



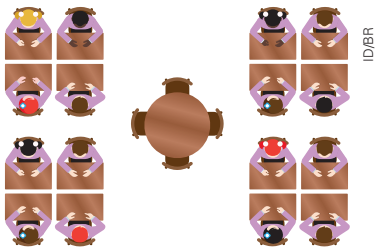
Formato em U

Recomendado para aulas expositivas, discussões e apresentações, permitindo uma boa interação com o professor.



Organização em estações

Ideal para aprendizagem baseada em centros de interesse, projetos e rotação por estações.



A flexibilidade na organização das carteiras permite que os professores adaptem o ambiente aos objetivos específicos de cada aula ou atividade. Essa adaptabilidade é crucial em um mundo educacional em constante mudança, onde as metodologias e abordagens pedagógicas estão sempre evoluindo para melhor atender às necessidades dos estudantes. Há ainda a possibilidade de utilizar espaços externos à sala de aula, de modo que os estudantes possam experimentar diferentes arranjos em um ambiente mais dinâmico e inclusivo.

Avaliação

Nas últimas décadas, foi se consolidando um referencial para a concepção de aprendizagem, com base nas contribuições teóricas da psicologia do desenvolvimento, que se fundamentaram nas pesquisas de Lev Vygotsky (1896-1934), de Jean Piaget (1896-1980) e de Henri Wallon (1879-1962), entre outros. Uma das principais hipóteses dessas linhas de pensamento é a de que o indivíduo constrói um conjunto de conhecimentos nas mais diversas situações vivenciadas, dentro e fora da escola, e leva esse repertório para o espaço educativo. Assim, o indivíduo passa a ser visto como sujeito ativo de seu conhecimento, na busca de responder às inúmeras interrogações colocadas pelo mundo que o rodeia.

Tal concepção altera radicalmente o papel do estudante – de mero receptáculo de conteúdos para protagonista na construção de seu conhecimento. Essa mudança de perspectiva impõe alterações na forma de avaliar o aluno, especialmente na compreensão de que a avaliação constitui um processo permanente, instaurado ao longo de todo o período letivo, e deve contemplar as múltiplas capacidades e habilidades desenvolvidas pelo estudante no trajeto educativo.

Os novos modelos de avaliação implicam o rompimento da ideia arraigada no imaginário escolar de que avaliação é sinônimo de prova. Os instrumentos de avaliação variam de acordo com a dinâmica da sala de aula. Sem perder de vista os objetivos específicos da disciplina, o professor pode avaliar os resultados de uma vasta gama instrumental, como: produção de textos sobre a análise de modelos ou hipóteses científicas ou de situações do contexto social; debates e rodas de conversa acerca de determinado tema dos conteúdos em estudo; produções artísticas resultantes da troca de ideias; registros escritos de experimentos laboratoriais; resoluções propostas para situações-problema variadas; relatos escritos sobre as dificuldades no aprendizado de certos conteúdos; entre outros.

A avaliação passa a ser também um objeto de investigação do professor, com potencial para produzir informações diagnósticas e qualitativamente indicativas sobre as transformações e os avanços na relação entre o grupo de estudantes, o professor e o sistema didático-pedagógico adotado. Hoffmann (1993-1995) propõe três momentos distintos de avaliação: **a avaliação diagnóstica**, ou **inicial**; a **avaliação contínua**, ou **formativa**; e a **avaliação final**, ou **somativa**.

Nas abordagens pedagógicas em que os estudantes são concebidos como indivíduos que constroem o conhecimento dentro e fora da escola, é adequado, na introdução de cada novo tópico, realizar um levantamento do que eles já sabem, com o objetivo de possibilitar-lhes tomar consciência das concepções que já têm sobre o assunto em foco e facilitar ao professor a identificação dos limites das soluções que propõem para construir argumentos que conduzam à compreensão do tópico científico estudado. É a avaliação diagnóstica. Além das questões de abertura de capítulo, dedicadas a esse propósito, isso pode ser feito ao introduzir a unidade ou em outro momento que o professor considere oportuno.

A avaliação pode ser também um instrumento para o professor repensar seu planejamento. Nesse caso, é importante não se restringir a um momento final da etapa de aprendizado, quando já não há mais tempo de redirecionar o trabalho nos pontos necessários. É com esse objetivo que se propõe uma avaliação contínua ou formativa: momentos variados de avaliação ao longo do processo de ensino e aprendizado, que possibilitem aos estudantes tomar consciência de suas dúvidas, dificuldades e avanços e ao professor perceber se suas escolhas didáticas foram adequadas.

O término de uma sequência didática é o momento adequado para a avaliação final – também conhecida como somativa. Objetiva-se, com ela, sobretudo, perceber se os objetivos propostos inicialmente foram atingidos, se houve de fato aprendizado, se é possível dar prosseguimento ao processo de ensino ou se há necessidade de revisão e/ou de complementação.

Além desses modelos avaliativos, é importante também destacar estas avaliações:

- **avaliação comparativa:** utilizada para comparar o desempenho de diferentes grupos de estudantes ou de um grupo de estudantes em diferentes momentos. O objetivo da avaliação comparativa é analisar diferenças no desempenho entre grupos de estudantes (como diferentes turmas ou escolas) ou, ao longo do tempo, entender tendências e efetividade de métodos de ensino.
- **avaliação ipsativa:** empregada para comparar o desempenho atual de um estudante com seu desempenho anterior. Ela pode ser utilizada para manter registros das avaliações dos estudantes ou pedir a eles que façam autoavaliações e estabeleçam metas de aprendizagem, revisando essas metas periodicamente para monitorar seu progresso pessoal. O objetivo principal da avaliação ipsativa é focar no progresso individual e na melhoria contínua dos estudantes, incentivando o desenvolvimento pessoal.

Outro aspecto importante para a formação do estudante é o incentivo à autoavaliação. Esse processo ajuda o estudante a tornar-se responsável pelo próprio processo de aprendizado, pois a autoavaliação subsidia o desenvolvimento de estratégias metacognitivas. Tais estratégias são entendidas como a capacidade do ser humano de monitorar o que é percebido, julgar o que é aprendido, ou o que precisa aprender, e predizer as consequências das ações futuras.

Neste manual, procuramos oferecer, nas orientações específicas de cada unidade, uma série de subsídios e de estratégias que possibilitam ao professor conduzir, da melhor maneira, a avaliação dos estudantes.

Avaliação e novos paradigmas educacionais

Ao seguir o paradigma de uma aprendizagem centrada em conteúdos – e pressionada pela necessidade de medir, de forma objetiva, o "sucesso" ou o "fracasso" de seus estudantes –, a escola tradicional perpetuou um modelo de avaliação de caráter classificatório, seletivo e frequentemente punitivo, que deixa de lado aspectos importantes (hoje entendidos como centrais) do processo educacional, como a aquisição de competências e habilidades e a construção de valores e atitudes.

Em decorrência do entendimento atual sobre como se processa a aprendizagem, surge a necessidade de romper com essa concepção de avaliação. O "erro" deve ser encarado como parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem, visto que ele é uma evidência dos processos mentais por meio dos quais os estudantes experimentam a realidade, formulam hipóteses sobre o seu objeto de estudo, confrontam-nas com as hipóteses de seus pares, reestruturam-nas e criam concepções que devem ser aplicadas à realidade. Quando visto dessa forma, o "erro" – e também um "acerto" – não é mais do que um elemento que ajuda a compor o diagnóstico do professor sobre as aprendizagens de seus estudantes, sinalizando a necessidade de repensar seu planejamento, de experimentar outras estratégias de ensino-aprendizagem e de realizar de forma mais próxima a gestão da aprendizagem de um estudante. A avaliação, nessa perspectiva formativa, significa saber em que ponto está o estudante e o que é preciso ser feito para encaminhá-lo ao que se pretende.

Um dos instrumentos mais importantes para operacionalizar essa forma de avaliação é o estabelecimento de objetivos de aprendizagem claros e passíveis de ser aferidos. Sobre habilidades e competências, é necessário cuidado especial para traduzir em notas ou conceitos a relação entre os objetivos estabelecidos para a aprendizagem e aquilo que os estudantes demonstram como conhecimento efetivamente construído. Esses objetivos devem ser traçados considerando-se o programa de ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e seus componentes curriculares como um todo, mas, idealmente, devem ser subdivididos em objetivos parciais, para que seja possível transformar a avaliação em uma prática processual. Para ser produtiva, a avaliação deve ser dialógica, valorizando igualmente atividades individuais e coletivas, atividades de avaliação do professor, entre pares e autoavaliação. A troca de experiências entre professores da área pode ser valiosa para a busca de alternativas, bem como partilhar situações de ensino e aprendizagem bem-sucedidas e buscar subsídios teóricos e metodológicos para reorientar a prática, quando necessário.

ORGANIZAÇÃO DA OBRA

Organização e estrutura da obra

Esta coleção está organizada em quatro volumes únicos: Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Cada volume é composto de 6 ou 8 unidades, constituídas de 2 a 4 capítulos e uma proposta de projeto que mobiliza práticas de trabalho colaborativo em grupo.

Os textos didáticos são complementados por itens iconográficos e cartográficos, organogramas e textos citados de diferentes tipos (letras de música, poesias, excertos de artigos acadêmicos, notícias, textos de divulgação científica, trechos de romances de segmentos diversos, entre outros). Os capítulos e as unidades apresentam as seguintes seções e boxes:

Seções

- **Abertura de unidade:** Em página dupla, a abertura apresenta uma imagem de impacto que, além de despertar o interesse dos estudantes, sugere pistas sobre o assunto a ser discutido na unidade. Nessa seção, também são propostas questões e reflexões para o levantamento do conhecimento prévio da turma sobre o tema a ser trabalhado.
- **Abertura de capítulo:** Marca o início da abordagem dos contextos abordados no capítulo. O desenvolvimento dessa abordagem conta com texto didático, acompanhado de imagens, tabelas, mapas, notícias, poesias, letras de música, entre outros recursos. Na abertura de capítulo, há ainda questões, cujo objetivo é chamar a atenção dos estudantes para os assuntos propostos e realizar uma investigação inicial sobre aspectos relacionados à comunidade onde vivem.
- **Atividades:** Ocorre ao final de cada capítulo. O conjunto de atividades proposto aprofunda e/ou amplia os diálogos realizados no capítulo, contribuindo para o desenvolvimento das competências e das habilidades selecionadas. O conjunto dessas atividades possibilita, portanto, estabelecer relações entre os tópicos tratados e avaliar o conhecimento adquirido.
- **Ampliando:** Aborda textos científicos ou de circulação social relacionados aos temas do capítulo e da unidade. As atividades propostas na seção buscam ampliar as possibilidades de leitura suscitadas pelos textos apresentados.
- **Práticas de texto:** Apresenta e analisa um gênero textual relacionado aos assuntos da unidade e propõe a elaboração de diferentes gêneros (escritos, orais, digitais), com o intuito de capacitar a construção de argumentos, conclusões e opiniões de maneira qualificada e com respeito às colocações dos outros. A seção pode contar com um texto introdutório que contextualiza o gênero ou a linguagem em questão. A seção tem como objetivo ressaltar o trabalho com o gênero textual, em ação interdisciplinar com o componente curricular Língua Portuguesa.
- **Práticas de pesquisa:** Propõe atividades de caráter investigativo, voltadas à aplicação organizada e orientada de metodologias e procedimentos de pesquisa com o objetivo de aprimorar a investigação e o raciocínio científico. Além disso, sistematiza o compartilhamento dos resultados obtidos na pesquisa, trabalhando variados modos de apresentação na comunicação das investigações e de suas conclusões. A seção está estruturada em etapas: "Para começar" (contextualização da proposta); "O problema" (questão a ser investigada); "A investigação" (indicação da prática de pesquisa); "Procedimentos" (texto instrucional de como realizar a atividade); "Questões para discussão" (indagações relacionadas ao modo como a atividade foi realizada e de que maneira os resultados foram obtidos); e "Comunicação dos resultados" (orientação a respeito do compartilhamento do conhecimento produzido).
- **Representações:** (Especial em Geografia) Trabalha a alfabetização cartográfica, não se restringindo somente aos elementos tradicionais.
- **Estúdio filosófico:** (Especial em Filosofia) Apresenta breve biografia de pensadores com lista de suas obras principais e textos relevantes para a Filosofia.
- **Estúdio de História:** (Especial em História) Trabalha procedimentos do ofício do historiador.
- **Estúdio do Pensamento Social:** (Especial em Sociologia) Apresenta breve biografia de pensadores e textos de destaque da Sociologia, da Antropologia ou de Ciência Política.
- **O que aprendi:** É uma autoavaliação. Com base em perguntas e elementos visuais, o estudante faz uma autoavaliação com a possibilidade de relacionar os temas estudados.
- **Para ir além:** Sugere materiais que extrapolam o livro, propiciando aos estudantes a ampliação e o aprofundamento do tema proposto. São indicados livros, *sites*, filmes, etc. Sempre que oportuno, o professor pode partir das sugestões indicadas nessa seção para promover encontros de leitura em bibliotecas, visitas virtuais a museus e outras instituições ou organizar sessões para exibição dos vídeos ou filmes sugeridos. A seção aparece ao final de cada unidade.
- **Projeto:** A obra apresenta um projeto final, no qual os estudantes desenvolvem um produto relevante para a comunidade, em busca de um bem coletivo. A realização do projeto é um dos principais momentos de protagonismo do estudante. A ideia é que ele seja desenvolvido ao longo do trabalho com o volume, respeitando o planejamento do professor.
- **Transcrições dos áudios:** Neste Manual do Professor, as transcrições dos áudios (*podcasts*) se encontram no final do Livro do Estudante.
- **Bibliografia comentada:** Para ampliar as possibilidades de pesquisa e aprofundamento dos estudantes em relação às bases de referência utilizadas na elaboração dos materiais oferecidos, é disponibilizada uma bibliografia comentada em cada volume.

Boxes

- **Ação e cidadania:** Promove o diálogo sobre as atitudes cidadãs, valorizando exemplos atitudinais relacionados aos **temas contemporâneos transversais** com o objetivo de promover melhorias sociais, ambientais e culturais, entre outras.
- **Interação:** Por meio de atividades, proporciona um momento de análise do tema abordado, chamando a atenção, sempre que possível, dos estudantes para as relações entre suas vidas e o tema abordado.
- **Reflexão:** É uma ampliação do tema abordado, sempre acompanhada de questões que incentivam os estudantes a retomar os conteúdos e a refletir sobre eles.
- **Objetos digitais:** A obra apresenta, em sua versão digital, doze objetos digitais para cada volume, totalizando 36 na coleção. São *podcasts*, vídeos, carrosséis de imagens, mapas clicáveis e infográficos clicáveis, que podem ser localizados pelo sumário, presente no início do Livro do Estudante, ou ao longo dos capítulos, por meio deste ícone:



SUGESTÃO DE CRONOGRAMA

Apresentamos, a seguir, uma sugestão de distribuição dos conteúdos propostos neste volume em bimestres, trimestres e semestres ao longo dos três anos previstos para o Ensino Médio. Entretanto, sabemos que o dinamismo do contexto escolar exige uma prática docente que se flexibilize diante dos desafios que surgem ao longo do ano letivo. Assim, esta sugestão tem o objetivo de nortear sua prática pedagógica de maneira que você possa adaptá-la à sua realidade escolar e ao projeto pedagógico desenvolvido na instituição de ensino em que leciona.

UNIDADE	CAPÍTULO	1º ANO			
		1º semestre		2º semestre	
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	
		1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre
1. A formação dos Estados	1. O Estado no cotidiano				
	2. Governo e Estado				
	3. Estado: o dono da força				
2. Estado em transformação	4. Direitas e esquerdas				
	5. Estado-nação: quem tem direito?				
	6. A quem serve o Estado?				
3. Brasil: política e representatividade	7. A política é para todos?				
	8. Ações afirmativas e poder				
	9. Representatividade e poder				
4. Ecos da escravidão	10. Escravidão e trabalho análogo à escravidão				
	11. Existe racismo no Brasil?				
	12. Vidas negras no Brasil				
5. Privilégio e cidadania	13. Igualdade social ou privilégios?				
	14. A busca pela igualdade				
	15. Povos tradicionais: a luta permanente				
6. Conflito e resistência	16. Autoritarismos				
	17. Representatividade e democracia				
	18. Os movimentos populares				
7. Desafios no Brasil contemporâneo	19. Direitos sociais				
	20. Múltiplos desafios				
	21. Possibilidades de futuro: a periferia				
8. O Brasil e os outros Estados	22. O Brasil e a América do Sul				
	23. Conexões do Atlântico Sul: Brasil e África				
	24. Outras conexões				
Projeto	Fórum historiográfico: Construindo o trabalho solidário na comunidade				

Caso considere oportuno apresentar os temas em outra ordenação, atente para os temas e os conceitos abordados em unidades precedentes e posteriores, suas ligações com os demais conteúdos e como isso pode interferir no andamento do projeto. Esse projeto, por sua vez, também pode ser executado no momento que julgue ser mais adequado à sua realidade escolar.

Além disso, você pode complementar essa proposta esmiuçando os temas, os boxes e as seções que compõem os capítulos e as unidades e, ainda, os momentos previstos para as avaliações.

2º ANO				3º ANO			
1º semestre		2º semestre		1º semestre		2º semestre	
1º trimestre	2º trimestre		3º trimestre	1º trimestre	2º trimestre		3º trimestre
1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre

QUADROS DE CONTEÚDOS DA COLEÇÃO

Volume de Filosofia

Unidade	Capítulo	Conteúdos
1 Ser no mundo	**1.** Afinal, o que significa ser humano?	• O ser e o estudo do ser (ontologia). • O ser humano e a condição humana. • O processo de individuação. • Debate sobre a pluralidade do ser humano. • O sujeito em Simone de Beauvoir. • O fichamento de uma leitura.
	2. Um mundo pós-moderno	• Debate sobre as definições de pós-modernidade. • Desafios da pós-modernidade. • Sujeitos pós-modernos. • Interseccionalidade e lugar de fala. • Empoderamento e apropriação. • O lugar de fala em Djamila Ribeiro. • O imperativo do desempenho na pós-modernidade.
	3. Juventude plural	• Debate sobre geração e o conceito de juventude. • Jovens como sujeitos sociais. • Múltiplas culturas juvenis. • Juventude e a busca por autenticidade. • Juventude e participação social. • Conselhos à juventude em Nietzsche. • A felicidade como problema filosófico.
2 Em busca da verdade	**4.** Onde está a verdade?	• Debate filosófico e diferentes percepções sobre o que é a verdade. • Características das correntes do pensamento relacionadas ao positivismo, ao relativismo e ao perspectivismo. • Reflexão acerca do fenômeno da pós-verdade. • A verdade em Marilena Chauí. • A escrita de uma carta do leitor.
	5. Desenvolvimento do pensamento ocidental	• Desenvolvimento da ideia de razão na Grécia Antiga. • Discussão acerca do negacionismo científico e do cientificismo na contemporaneidade. • Desenvolvimento da filosofia na Antiguidade greco-romana. • A razão em Descartes. • Viés de confirmação.
	6. Ciência ocidental moderna	• Panorama histórico sobre as universidades e a importância delas para o desenvolvimento científico contemporâneo. • Desenvolvimento de metodologias científicas e das áreas do conhecimento (Iluminismo científico). • Noções sobre os métodos científicos das ciências humanas, das ciências exatas e das ciências da natureza. • O método científico em Kant. • Construção e uso de amostragens sobre a identificação de *fake news*.
3 Diversidade epistemológica	**7.** Conhecimentos tradicionais e suas tecnologias	• Conceito de epistemologia e noções sobre a diversidade de saberes. • Reflexão sobre o conceito de etnocentrismo. • Filosofia da tecnologia. • Etnomatemática e tecnologias de comunidades tradicionais. • O conhecimento em Derrida. • O etnocentrismo e a eugenia.
	8. Os mitos e o conhecimento	• Definição e reflexão sobre os mitos como repertório de conhecimentos de uma sociedade. • Relações entre as mitologias e a política. • Concepções religiosas das mitologias. • Estudos de caso: budismo, xintoísmo e tradições suaílis. • Discussão sobre mitos no mundo contemporâneo (influência, reinterpretação e criação). • Os mitos em Platão. • Desenvolvimento de um relato oral de experiência.
	9. Experiências comunitárias	• Estudos de caso de conhecimentos e tecnologias tradicionais: medicina guarani; profetas da chuva no Ceará; pescadores de Iguape (SP). • A importância da oralidade como registro dos conhecimentos tradicionais. • Conscientização sobre a preservação das técnicas e tecnologias tradicionais como alternativas sustentáveis. • A decolonialidade em Nelson Maldonado-Torres. • Estudos de caso: relações entre o uso das redes sociais e o poder de escolha dos indivíduos expostos a elas.

Unidade	Capítulo	Conteúdos
4 Viver coletivo	**10.** Ser em sociedade	• Debate sobre o viver coletivo e a vida em sociedade. • Diferentes tipos de sociedade. • Convencionalismo e pactos sociais. • A prática social. • Reflexão sobre transformações sociais e o bem viver. • A meritocracia em Michael Sandel. • A escrita de um manifesto.
	11. Política: um conceito amplo e plural	• Caracterização do debate político na atualidade. • O conceito de política. • O fazer político e a política no cotidiano. • Novos agentes políticos. • Religião e política. • O fenômeno político em Habermas. • Ecofeminismo, política e teologia da libertação.
	12. Nós somos o Estado	• Debate sobre algumas formas de pensar o Estado. • O Estado no Brasil contemporâneo. • A democracia na atualidade. • Riscos à democracia. • Totalitarismo em Hannah Arendt. • Elaboração de um dicionário de conceitos políticos.
5 Bioética: dilemas e responsabilidades	**13.** Padrões de beleza: diálogos sobre estética	• Debate sobre o conceito de beleza (concepções filosóficas e panorama histórico). • Estudos de caso: modificações corporais e diferentes formas de expressar a identidade por meio da aparência física. • Conceito de bioética. • Problematização da relação entre consumismo e desenvolvimento tecnológico. • Conceito de estética. • O belo em Hegel.
	14. Saúde e controle do corpo	• Conceitos de biopolítica, biopoder e necropolítica. • A importância da medicina e dos cuidados com a saúde mental. • O controle dos corpos por meio da saúde (conscientização e problematização sobre os padrões de beleza). • As redes sociais e o controle dos corpos. • A Revolta da Vacina (panorama histórico e problematização). • Direitos da população negra em Sueli Carneiro. • Produção de um *podcast*.
	15. Inteligência artificial	• Conceito de inteligência artificial no cotidiano. • Estudos de caso: algoritmos e automatizações. • Aspectos da filosofia da inteligência artificial. • Principais dilemas éticos da inteligência artificial. • A consciência em John Searle. • Inteligência artificial e linguagem. • Análise de postagens em mídias sociais sobre como se espera que seja construído o corpo saudável.
6 Tecnologia e sustentabilidade	**16.** Natureza e o ser humano	• As relações entre periodizações históricas e o desenvolvimento tecnológico. • Panorama sobre as revoluções industriais. • Conceito de sustentabilidade. • A tecnologia em Heidegger. • Elaboração de uma resenha.
	17. Direito à cidade	• Debate sobre a relação entre Filosofia e cidade. • O exercício da cidadania plena em contextos urbanos. • Diálogo sobre o conceito de sustentabilidade aplicado aos modos de vida urbanos. • Estudos de caso: eficiência energética nas cidades e coleta seletiva. • A utopia em Thomas More. • Arquitetura e sustentabilidade.
	18. Agroecologia: possibilidades de futuro	• Conceito de agroecologia e suas possibilidades para a melhoria das cadeias produtivas (benefícios sociais e ambientais). • A aliança entre conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais nas práticas da agroecologia. • Estudo de caso: agroecologia em comunidades quilombolas. • Impactos ambientais da produção de elementos (foco na emissão de gases que causam o efeito estufa). • A ecologia profunda em Arnes Naess.
Projeto Simpósio filosófico	A Filosofia na prática	• Planejamento, produção e participação de um simpósio de Filosofia na prática.

Volume de Geografia

Unidade	Capítulo	Conteúdos
1 Mundo globalizado	**1.** Formação do mundo capitalista	• O renascimento comercial e urbano e as Grandes Navegações, com destaque para as inovações técnicas e a cartografia. • As revoluções industriais e suas particularidades produtivas. • Capitalismo industrial, capitalismo financeiro e as características do sistema capitalista. • A Divisão Internacional do Trabalho e sua influência na organização do espaço geográfico.
	2. Globalização	• Os principais fundamentos e atores da globalização. • A concentração do capital, com destaque para a situação do Brasil. • A globalização financeira e a oscilação entre crescimento e crise. • Aspectos controversos da globalização, desigualdade social e a relação entre integração econômica e fragmentação cultural. • Organizações não governamentais e movimentos antiglobalização.
	3. Comércio mundial	• O comércio internacional e o fluxo de mercadorias. • As guerras comerciais. A disputa entre Estados Unidos e China. • As atividades ilegais e a globalização, com ênfase nos fluxos comerciais do narcotráfico. • A formação de blocos econômicos. • Análise da situação brasileira no comércio internacional. • Análise documental sobre o comércio exterior brasileiro.
2 Indústria, campo e cidade no mundo contemporâneo	**4.** A atividade industrial	• As indústrias e seus fatores locacionais. • Mudanças e inovações na indústria. • Panorama atual da indústria no mundo e distribuição da atividade industrial. • As grandes indústrias globais e a indústria no Brasil.
	5. O mundo rural	• Transformações no campo. • A diversidade no mundo rural. • Diferentes tipos de agricultura e de sistemas de produção agrícola. • A agropecuária no mundo. • A agricultura e pecuária no Brasil. • Impactos ambientais da atividade agropecuária e práticas sustentáveis.
	6. A urbanização	• Aspectos dos processos de urbanização nos séculos XX e XXI. • Expansão espacial nas cidades, com destaque para as metrópoles, megalópoles, megacidades e cidades globais. • Problemas sociais e ambientais das cidades. • Urbanização no Brasil, hierarquias, redes urbanas e o processo de metropolização. • Estudo de caso sobre o papel das incubadoras e das aceleradoras no desenvolvimento empresarial e industrial no mundo contemporâneo.
3 Mundo do trabalho	**7.** O que é trabalho?	• Trabalho, técnica e transformação da natureza. • O Trabalho em diferentes sociedades. • O trabalho ao longo da história no mundo ocidental. • O trabalho na sociedade capitalista, análises de Durkheim, Marx e Weber. • Dimensões cultural e simbólica do trabalho.
	8. O mundo do trabalho na sociedade contemporânea	• Mudanças no mundo do trabalho. • Os modelos fordista e toyotista e a sociedade do conhecimento pós-industrial. • O trabalho informal, a terceirização e a precarização do trabalho. • As relações de trabalho no campo brasileiro. • As mulheres no mercado de trabalho e as desigualdades étnico-raciais e de gênero. • A juventude no mercado de trabalho e o cooperativismo. • O desemprego no Brasil, futuras profissões e a legislação trabalhista. • Análise documental (princípios de análise do discurso) sobre as mulheres no mercado de trabalho em diferentes contextos históricos.
4 Natureza, recursos e sustentabilidade	**9.** Natureza, recursos naturais e energéticos	• Teoria da tectônica de placas. Formação de rochas. • Recursos: naturais, minerais, vegetais, energéticos e matriz energética. • Fontes de energia renováveis e não renováveis. • Estrutura geológica e recursos minerais do Brasil. • Recursos hídricos.
	10. Relevo e hidrografia	• Agentes internos e externos do relevo. • Formação e degradação dos solos. • Características do relevo brasileiro. • Bacias hidrográficas. • Ciclo da água. • Poluição hídrica em continentes e oceanos.
	11. Dinâmica climática	• Elementos e fatores do clima. • Circulação geral da atmosfera. • Climas no mundo e no Brasil. • Mudanças climáticas. • Impactos da exploração de recursos e da agropecuária. • Poluição atmosférica.
	12. Formações vegetais e sustentabilidade ambiental	• Formações vegetais no mundo e no Brasil. • Desmatamento e desertificação. • Segurança alimentar. • Sustentabilidade, comunidades tradicionais e conferências mundiais sobre o meio ambiente.

Unidade	Capítulo	Conteúdos
5 Fronteiras e territórios	**13.** Estado, território e fronteira	• Conceitos de fronteira, território e Estado. • A relação entre Estado, nação e território nacional. • Fronteiras e diferentes tipos de limite. • O papel do Estado na gestão, na organização e no desenvolvimento do território.
	14. Território e cultura	• Relações entre território e cultura, considerando as dinâmicas sociais. • Diversidade e trocas culturais, destacando o papel da globalização no processo de homogeneização cultural. • Conflitos e disputas territoriais, abordando o papel do etnocentrismo em conflitos ao longo da história. • Consideração sobre as desigualdades socioeconômicas no Brasil. • Relação entre território, identidade e pertencimento e os patrimônios culturais.
	15. Fronteiras: abertura e redefinição	• Diferentes tipos de fronteira: culturais, sociais, econômicas e de informação. • O mundo sem fronteiras do capital transnacional. • Migração irregular. • Entrevista semiestruturada sobre fronteiras sociais e culturais na comunidade. • Comunicação dos resultados: organização de uma apresentação oral com programa de apresentação de *slides* e posterior publicação das entrevistas autorizadas em *podcast* ou no *site* da escola.
6 Geopolítica, conflitos e transformações territoriais	**16.** Território: conflitos e transformações no século XX	• Concepção de território e expansão territorial. Nação e território. • Disputas e transformações territoriais entre nações. • Grandes conflitos e reorganização do espaço mundial. • Guerra Fria e fim da União Soviética. • Relação entre os conflitos no continente africano e o imperialismo europeu.
	17. Potências geopolíticas internacionais	• Formas de atuação e influência das principais potências nacionais geopolíticas: Estados Unidos, China, União Europeia e Japão. • Potências regionais: Rússia, Índia, África do Sul, Brasil.
	18. Conflitos no século XXI	• Conflitos na América Latina, África, Europa, Ásia e Oceania. • Conflitos na Europa, com destaque para a Guerra da Ucrânia. • Conflitos na Ásia e na Oceania, com destaque para o Oriente Médio. • Atuação dos organismos internacionais na resolução de conflitos. • Conflitos por acesso a recursos hídricos.
7 Território brasileiro	**19.** Formação territorial do Brasil	• Processo de formação territorial do Brasil, abordando os povos originários e o processo de colonização. • Relação entre ciclos econômicos e formação, ocupação e organização do território brasileiro. • Redes e sistemas de transporte e integração do território. • A influência da diversidade paisagística na ocupação do território.
	20. Território e territorialidades no Brasil	• Diferentes territorialidades que compõem o Brasil. • Territorialidade ambiental e Unidades de Conservação, enfatizando os riscos e as ameaças a que estão sujeitas.
	21. Conflitos territoriais no Brasil	• Conflitos no território brasileiro. • Conflitos com países europeus durante o período colonial. • Conflitos territoriais do Brasil com outros países da América do Sul. • A crise da Venezuela e o fluxo de imigrantes e refugiados venezuelanos para o Brasil. • Fechamento de fronteiras durante a pandemia de covid-19. • Conflitos rurais e urbanos no Brasil. • Observação participante sobre territorialidades juvenis e a ocupação dos espaços públicos.
8 Dinâmicas populacionais	**22.** A população mundial	• Crescimento da população mundial e dinâmicas e taxas demográficas. • Transição demográfica e estrutura da população.
	23. Migração	• Migrações ao longo do tempo e os fatores que as influenciam. • Migrações em diferentes regiões, com destaque para Europa e Estados Unidos. • Refugiados e deslocados internos.
	24. O Brasil: população e fluxos migratórios	• Estrutura étnica e dinâmica populacional. • Educação no Brasil. • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). • Imigração no Brasil. Migrações internas ao longo do tempo. • Emigração de brasileiros. O Brasil como rota de imigrantes e refugiados.
Projeto Portal de Geografia	Dimensão étnico-racial no Brasil	• Planejamento, elaboração e exposição de infográficos temáticos sobre a dimensão étnico-racial brasileira.

Volume de História

Unidade	Capítulo	Conteúdos
1 A formação dos Estados	**1.** O Estado no cotidiano	• Presença do Estado no dia a dia, com foco em transporte, saúde e educação. • Formação da humanidade e os processos evolutivo e de sedentarização dos seres humanos. • Processo de formação dos Estados em diferentes Antiguidades (na América, na África e no Oriente Médio). • Relação entre a educação e o projeto de sociedade no mundo contemporâneo. • O ofício do historiador na perspectiva de Marc Bloch.
	2. Governo e Estado	• Principais diferenças entre Estado e governo. • Papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas. • Diferenciação entre público e privado na Grécia Antiga e no Brasil contemporâneo. • Formação da democracia na Antiguidade grega e principais características da democracia representativa no Brasil contemporâneo. • Definição dos três poderes no Brasil. • Conceito de *res publica* na Roma Antiga e principais características da república no Brasil contemporâneo.
	3. Estado: o dono da força	• Debate sobre o porte de armas e de munições no Brasil contemporâneo. • Panorama social da Europa Ocidental durante a Idade Média. • Processo de centralização do poder no Estado moderno. • Principais pensadores do contratualismo e os desdobramentos dessas ideias nos pactos sociais atuais. • Debates sobre os direitos humanos (panorama histórico e principais aspectos). • Pesquisa-ação sobre democracia na escola. • Comunicação dos resultados: organização de um *blog* para a divulgação da pesquisa.
2 Estado em transformação	**4.** Direitas e esquerdas	• Conceitos políticos de direita, centro e esquerda na contemporaneidade. • Processos da Revolução Francesa (investigação dos valores da revolução e seus impactos nos projetos políticos do mundo contemporâneo). • Contextos sociais das revoluções industriais e as inovações tecnológicas. • Revolução Russa e a formação da União Soviética.
	5. Estado-nação: quem tem direito?	• Migrações contemporâneas na Europa e seus dilemas em relação ao nacionalismo. • Conceito de nacionalismo e seus desdobramentos. • Haitianos no Brasil atual. • Teoria do liberalismo econômico. • Imperialismo europeu nos continentes africano e asiático. • Estudo de caso: povos indígenas no Brasil. • Conceitos de curta, média e longa duração.
	6. A quem serve o Estado?	• Desafios do Estado brasileiro contemporâneo e de suas instituições. • Liberalismo econômico na América Latina. • Conceito de mais-valia. • Sistemas econômicos. • Análise documental sobre os níveis de intervenção do Estado no cotidiano, especialmente na economia. • Comunicação dos resultados: elaboração de um texto com o posicionamento do estudante em relação à interferência do Estado na economia.
3 Brasil: política e representatividade	**7.** A política é para todos?	• Debates sobre a participação política e a democracia representativa na contemporaneidade. • Projetos políticos do Brasil imperial (continuidades e rupturas). • Participação política no Brasil: passado e presente. • Canais para o exercício da cidadania no Brasil contemporâneo. • Passado e presente a partir do conceito de cidadania.
	8. Ações afirmativas e poder	• Políticas afirmativas institucionais. • Políticas de marginalização durante o Império e a Primeira República. • Lei de Terras e política de branqueamento no Brasil.
	9. Representatividade e poder	• Representação religiosa no Congresso Nacional Brasileiro. • Crise de representatividade nos regimes democráticos. • Participação feminina na política brasileira: passado e presente. • A Primeira República e a Constituinte de 1934. • A Era Vargas e a representatividade dos trabalhadores. • Revisão bibliográfica sobre a mudança do sistema político monárquico para o republicano no Brasil. • Comunicação dos resultados: organização de uma revista com a coletânea de revisões bibliográficas da turma.
4 Ecos da escravidão	**10.** Escravidão e trabalho análogo à escravidão	• Trabalho análogo à escravidão (construção civil, indústria têxtil e mecanismos de combate à prática). • Escravidão dos povos indígenas no Brasil. • Escravidão e diáspora africana. • Outros problemas associados ao trabalho análogo à escravidão (o desmatamento e a invasão das Terras Indígenas).
	11. Existe racismo no Brasil?	• Racismo estrutural e protagonismo negro. • Estruturalismo e pós-estruturalismo. • Contexto histórico do Brasil pós-abolição da escravidão. Escravidão no Brasil Colônia e Império.
	12. Vidas negras no Brasil	• Indicadores sociais sobre a população negra no Brasil. • Violência institucional. • Práticas antirracistas. • Movimento Vidas Negras Importam! • Políticas públicas para a igualdade racial. • Revisão bibliográfica sobre o tema racismo estrutural. • Comunicação dos resultados: organização e publicação de revista com a coletânea de revisões bibliográficas, em versão digital e/ou impressa.

Unidade	Capítulo	Conteúdos
5 Privilégio e cidadania	**13.** Igualdade social ou privilégios?	• Conceitos de desigualdade de privilégio e de meritocracia. • Panorama da desigualdade no Brasil contemporâneo. • Formação histórica dos privilegiados na sociedade brasileira.
	14. A busca pela igualdade	• Primeira República e os direitos políticos. • Políticas afirmativas. • Movimento Negro Unificado (MNU). • Movimentos feministas e emancipação da mulher. • Teoria *queer*. • Igualdade de gênero. • Filosofias feministas.
	15. Povos tradicionais: a luta permanente	• Constituição de 1988 e povos indígenas. • Mineração e desmatamento: enfrentamentos indígenas. • Comunidades de remanescentes quilombolas. • Cidadania para os povos tradicionais. • Estudo de recepção sobre os privilégios na sociedade brasileira. • Comunicação dos resultados: relatório da pesquisa para ser publicado em meios digitais.
6 Conflito e resistência	**16.** Autoritarismos	• Panorama das guerras mundiais e seus impactos. • Índice da democracia: tipos de regime (democracia plena, democracia imperfeita, regime híbrido e regime autoritário). • Conceito de autoritarismo. • Democracia no Brasil. • Atos Institucionais (AIs). • Movimentos de resistência durante o regime militar.
	17. Representatividade e democracia	• Crise na representatividade democrática: origens, debate filosófico e expressões na democracia brasileira. • Dilemas da democracia moderna: como as democracias plenas enfrentam a crise. • Movimentos pela democracia e a importância da participação popular. • Constituição de 1988: marcos históricos e sociais, aprofundamento do compromisso democrático e próximos passos. • Guerra fria e o embate de dois modelos econômicos.
	18. Os movimentos populares	• Conceito de ética e movimentos populares. • Movimentos pelo acesso à terra. • Movimentos sociais no contexto urbano. • Ciberativismo. • Análise de mídias tradicionais (princípios de análise de discurso multimodal). • Comunicação dos resultados: organização de debate com as outras turmas sobre as conclusões da pesquisa.
7 Desafios no Brasil contemporâneo	**19.** Direitos sociais	• Conceito de direitos sociais e seus desdobramentos no cotidiano (saúde pública, educação e programas sociais). • Conceito de projetos políticos e seus desdobramentos no cotidiano. • Características das políticas neoliberais.
	20. Múltiplos desafios	• Principais desafios para a garantia dos direitos sociais e o acesso a esses direitos. • Indicadores sociais e suas aplicações políticas (análise de dois casos: segurança pública e cultura). • Projetos de transformação cultural (iniciativas locais e Plano Nacional de Cultura).
	21. Possibilidades de futuro: a periferia	• Iniciativas de transformação social com ênfase no protagonismo juvenil. • Identidades das periferias urbanas brasileiras. • A importância da atuação dos jovens na comunidade. • A arte e a geração de renda nas áreas periféricas. • Produções culturais realizadas nas periferias e as diferentes subjetividades (identidades juvenis). • Conceito de empreendedorismo social e a importância do engajamento da população nas comunidades. • A ampliação do conceito de sujeitos históricos e seu impacto na historiografia.
8 O Brasil e os outros Estados	**22.** O Brasil e a América do Sul	• Panorama histórico das relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela. • Panorama da diplomacia brasileira diante do cenário global. • Organizações dos povos indígenas na América do Sul. • Histórico recente dos posicionamentos políticos eleitos nos países da América do Sul (aproximações e distanciamentos).
	23. Conexões do Atlântico Sul: Brasil e África	• Relações diplomáticas entre Brasil e Estados do continente africano. • Intervenções europeias no continente africano (colonização, descolonização e a desconstrução dos mitos civilizatórios europeus). • Debate sobre o etnocentrismo. • Debate sobre o eurocentrismo. • Cooperação Sul-Sul entre países africanos e o Brasil.
	24. Outras conexões	• Panorama das relações diplomáticas entre Brasil e China. • Panorama das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos. • Relações diplomáticas contemporâneas entre Brasil e União Europeia. • A União Europeia e a preservação da floresta Amazônica. • O protagonismo dos Brics e o G20. • Entrevista semiestruturada sobre os migrantes no Brasil atual. • Comunicação dos resultados
Projeto Fórum historiográfico	Construindo o trabalho solidário na comunidade	• Planejamento, produção e participação de uma campanha que promova ações solidárias.

Volume de Sociologia

Unidade	Capítulo	Conteúdos
1 O estudo da sociedade	**1.** A produção do conhecimento sobre a sociedade	• Ser humano como ser social e a vida em sociedade. • A construção dos conhecimentos: senso comum, religioso, filosófico e científico. • Conhecimento científico e as concepções racionalista, empirista e construtivista. • Conhecimento sobre a sociedade e a emergência da Sociologia. • Conhecimento científico sobre a sociedade: desnaturalização, estranhamento. • Caracterização das Ciências Sociais.
	2. A relação entre indivíduo e sociedade	• Abordagens clássicas da relação entre indivíduo e sociedade: Auguste Comte, Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Friedrich Engels. • Teorias sociológicas contemporâneas: Norbert Elias, Richard Sennet, Erving Goffman e Pierre Bourdieu. • Processo de socialização, papéis sociais e identidades.
2 Cultura, diversidade e resistência	**3.** O que é cultura?	• A relação entre cultura e sociedade. • A noção de cultura, a importância da alteridade, a valorização da diversidade cultural e os processos de transformação cultural. • Etnocentrismo, relativismo cultural e os processos de dominação e de resistência. • Escolas de pensamento da antropologia: evolucionismo, funcionalismo, estruturalismo e estrutural-funcionalismo. • Etnocentrismo e dominação, com ênfase na dominação cultural e na violência. • Perspectivismo ameríndio.
	4. Dominação e resistência	• O dinamismo da identidade cultural. • Identidade, nação e narrativas hegemônicas. • Narrativas sobre o Brasil, os processos de dominação, resistência e a construção da cidadania. • Patrimônio, memória e resistência cultural: samba, resistência indígena, resistência artística, cultural e política.
3 Arte e bens culturais: ideologia e massificação	**5.** Ideologia e indústria cultural	• Ideologia e a consolidação dos interesses de classes: processos de hegemonia e contra hegemonia. • Consumo, *status*, posição e distinção social capitais (social, cultural, simbólico, econômico). • A indústria cultural e a crítica à massificação dos bens culturais e do esvaziamento dos sentidos da arte. • A relação entre globalização e consumo na perspectiva do processo de homogeneização cultural. • Relações entre propaganda, consumo e sociabilidade. • A noção de indústria cultural.
	6. Arte, cultura e estética	• A arte e o belo como construções culturais e históricas. • A relação entre o conceito de beleza, a objetividade e a subjetividade segundo abordagem filosófica. • Relações entre arte, artista e técnica e as definições sobre o que é ou não é arte. • A representatividade e o empoderamento por meio da arte. • A crítica decolonial e o uso da linguagem (artística, literária, acadêmica) como meio de resistência.
4 Relações de poder e resistência	**7.** Estado, poder e controle social	• Os mecanismos de poder e controle social nas perspectivas sociológicas clássicas. • Teorias sobre o Estado, a caracterização do Estado Moderno e os tipos de poder. • Caracterização do Estado brasileiro: conceito e forma. • O controle social e as teorias contemporâneas. • Mídia, sociedade do espetáculo e o impacto nos comportamentos e nas identidades.
	8. Mecanismo de ação coletiva e movimentos sociais	• A redemocratização do Brasil, a Constituição de 1988, a atuação popular e a construção da cidadania. • Formas de controle e regulação do Estado pela sociedade civil: estatutos e conselhos. • Conceituação de movimentos sociais, clássicos e novos, suas pautas e as formas de atuação. • Ambiente virtual: regulação, legislação e proteção aos usuários. • O direito à cidade e o uso do espaço

Unidade	Capítulo	Conteúdos
5 Estratificação, desigualdades e violências	**9.** Estratificação e desigualdade social	• Conceituação de estratificação social, destacando a relação entre estratificação e classe social. • A relação entre estratificação e desigualdade no Brasil. • Desigualdade, segregação e discriminação. • Segregação socioespacial: favelização e gentrificação. • Vulnerabilidade e juventudes.
	10. Desigualdade e violência	• Tipos de violência e as relações com as formas de desigualdade. • Formas de discriminação e desigualdade: LGBTfobia, transfobia, desigualdade de gênero e xenofobia. • A desigualdade de gênero e as formas atreladas de violência: misoginia, feminicídio e violência política. • Necropolítica e o viés da violência estatal.
6 Desigualdade racial e justiça social	**11.** Desigualdade racial	• As discussões raciais e a conformação do racismo estrutural no Brasil. • Perspectivas clássicas sobre a formação do povo brasileiro e os mecanismos de conformação da identidade nacional. • Democracia racial como mito, desigualdade racial e racismo. • O viés estatal do racismo: as vítimas da violência policial. • Movimento negro, resistência, legado e novas lutas.
	12. Justiça social	• Concepções filosóficas de justiça: Aristóteles, Thomas Hobbes e Immanuel Kant. • Reflexões contemporâneas sobre justiça social. • Representatividade política, direitos sociais, políticas de redistribuição de renda e inclusão (antietarismo e anticapacitismo) como mecanismos de justiça social.
7 Sociedade contemporânea e mundo do trabalho	**13.** Sociedade contemporânea: teorias sobre modernidade	• Caracterização da modernidade. • Teorias sobre a modernidade e sobre a transição da modernidade. • Pós-modernidade, modernidade líquida. • Os impactos das características das sociedades contemporâneas nas identidades, nas relações pessoais e sociais. • A sociedade do cansaço e a ode à produtividade.
	14. Trabalho: categoria histórica e social	• As concepções históricas, filosóficas e sociais do trabalho. • As teorias clássicas sobre trabalho na ótica das sociedades capitalistas. • Alienação, mais-valor e a desumanização do trabalhador no contexto das sociedades industriais e pós-industriais. • O impacto da pós-modernidade nas relações de trabalho e as consequências para os trabalhadores. • Precarização, flexibilização, uberização e empreendedorismo.
8 Sociedade, mundo digital e ambiente	**15.** Sociedade e informação na era digital	• Relação entre globalização e era digital no contexto da sociedade da informação. • Exclusão e inclusão digital. • Cultura e identidade na era da informação: cibercultura e sociabilidade. • *Fake News*, pós-verdade, mídia e democracia: o perigo da desinformação. • *Deepfake* e inteligência artificial: aplicações, questões éticas e regulação. • Crimes virtuais e *cyberbullying*. • A importância do ativismo digital.
	16. Sociedade e ambiente	• Contexto histórico das mobilizações ambientais. • Crise ambiental: revisão de paradigmas e de valores. • Questões ambientais contemporâneas: agropecuária, mineração e os "desastres" ambientais. • Acordos e conferências mundiais sobre o ambiente. • Políticas públicas e desafios ambientais no Brasil e a perseguição a ambientalistas. • Ativismo, sustentabilidade e boas práticas ambientais como meio para a cidadania. • Soberania e segurança alimentar.
Projeto Dossiê sociológico	Diversidade e identidade no Brasil contemporâneo: um olhar sobre preconceitos e discriminações	• Planejamento, produção e elaboração de um dossiê sobre como as questões de diversidade, discriminação, preconceito e inclusão se manifestam na realidade brasileira.

LEITURAS COMPLEMENTARES

Os textos a seguir podem aprofundar e/ou ampliar os diálogos propostos ao longo deste volume, proporcionando reflexões diferentes sobre os objetos de pesquisa analisados e as perspectivas teórico-metodológicas adotadas na coleção.

Protagonismo juvenil

[…] O tema da participação política dos jovens é um lugar comum nas políticas públicas de juventude atualmente, constituindo-se como uma espécie de pilar metodológico para estas, de forma que, sem ele, a legitimidade de uma política pública é posta em dúvida. Esse tema, como foi evidenciado até aqui, não surgiu em 1985 com o Ano Internacional da Juventude, não era uma novidade, mas sim uma orientação que já vinha sendo discutida pela ONU há algum tempo. […]

Essa modalidade de política pública teria como objetivo uma ação sobre várias esferas da vida dos jovens, não sendo uma temeridade dizer que ela tem como estratégia a gestão de suas vidas em relação à sociedade, fazendo com que esses jovens sejam atores estratégicos no desenvolvimento social, incluindo-os e fazendo-os participarem da sociedade enquanto tal, sem rupturas ou conflitos que ponham em risco as estratégias que visam à melhoria da vida de toda a população.

A prática do protagonismo juvenil, em termos oficiais, desse modo, se torna um eixo fundamental das ações políticas que têm os jovens como público-alvo, isto é, na concepção do protagonismo juvenil "[…] o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor" […]. É claro que não podemos nos prender apenas ao termo "protagonismo juvenil", mas levar em consideração que ele está relacionado a um tipo de prática política que não prescinde de todo um trabalho de formação e autoformação do jovem, elementos comuns em ações políticas que tentam incentivar um ideal de cidadania para a juventude. […]

[…] Ora, isso significa não apenas a ideia de que os jovens devem se tornar atores principais das ações políticas governamentais ou não governamentais, mas sim, que a sua força deve ser capitalizada, deve ser transformada numa espécie de moeda de troca, um trunfo para desenvolvimento e progresso mundial.

É preciso levar em consideração que, com esse dito acerca da juventude enquanto "futuro no presente", temos uma espécie de estreitamento do discurso da responsabilidade para com as futuras gerações. Isso é um ponto importante, pois não se está apenas falando de uma preocupação com as gerações futuras, aquelas que nem existem ainda, e sim de uma preocupação de quem vive agora consigo mesmo. Diríamos que a sociedade quer ações no presente por parte dos jovens, porém, para eles, essas ações são vendidas como investimentos no seu próprio futuro. […]

[…] Os comportamentos de risco dos jovens são prejudiciais, tanto para eles quanto para a sociedade, isto é, o prejuízo de um é o prejuízo do outro. Investir no jovem é investir no país. Entretanto, não podemos deixar de levar em consideração a noção capital humano, pois ela diz respeito à relação que um sujeito estabelece consigo mesmo. Ela tem um significado importante, pois, a partir dessa noção, o sujeito, com aquilo que ele é e sabe fazer, passa a ser a sua própria moeda de troca. As suas habilidades, portanto, serão vistas como um capital, algo que pode lhe gerar, inclusive, renda. Falar em investimento no capital humano significa falar em investimento nas capacidades das pessoas e, por conseguinte, nas suas maneiras de gerir suas próprias vidas.

[…]

O incentivo ao empreendedorismo juvenil é um ponto comum em alguns documentos que pautam as políticas públicas de juventude. No entanto, é preciso levar em consideração que empreender não é apenas constituir uma empresa ou investir dinheiro, porém, executar uma tarefa, fazer algo que exija certa força e coragem: algo como uma capacidade própria que só depende de si mesmo. Por outro lado, tendo em vista a concepção de capital humano, empreender é formar-se, é também investir em si, acumulando saberes para que esses sejam contabilizados como capital, numa espécie de economia de conhecimento. Dessa maneira, podemos estabelecer uma conexão entre protagonismo e empreendedorismo, tendo em vista que ambos dizem respeito a um autoinvestimento que tem por finalidade um tipo de autonomia.

Goulart, Marcos Vinicius da Silva; Santos, Nair Iracema Silveira dos. Protagonismo juvenil e capital humano: uma análise da participação política da juventude no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 50, n. 2, p. 129-134, 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/938/93832099004.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

Educação e sustentabilidade

A sociedade tem demonstrado ansiar pela partilha do saber da ciência e da tecnologia, cujas descobertas reflitam na melhoria da qualidade de vida, do ambiente e da saúde, para se alcançar a almejada sustentabilidade. Assim, além do caráter informativo, a divulgação científica apresenta uma função educativa, na formação de opinião pública qualificada, assumindo os contornos de uma prática fundamentalmente comunicativa de vulgarização e mediação. […]

[…] A divulgação científica é um recurso de mídia que opera como uma força de reconhecimento e legitimação dos círculos de saber, conferindo à atividade científica um lugar de prestígio e poder. […]

Por isso, embora seja comum advogar a natureza conciliatória da divulgação científica que cumpriria a função social de aproximar o homem leigo dos saberes e conhecimentos historicamente excluídos da laicidade e, cada vez mais, restritos a comunidades fechadas, "é preciso ver na atividade de divulgação mais do que uma forma de lançar pontes de trânsito entre o saber institucionalizado e o não-saber laico" […].

Nos dez artigos da série "Sustentabilidade na Escola", apresenta-se o papel da ciência e da tecnologia para a construção da "sustentabilidade verde". Nesse sentido, a educação ambiental proposta apoia-se na legitimidade do conhecimento científico, representado pelas leis da termodinâmica, colocando a agricultura moderna como caminho para a sustentabilidade no Brasil. Como referência, está a eficiência na produção de alimentos e de energia limpa e renovável, que se materializa, nas explanações de Evaristo Miranda, nos alimentos transgênicos e na agroenergia.

No entanto, o articulista coloca a responsabilidade dessa nova forma de produzir e consumir sobre o "livre-arbítrio" do consumidor, sem considerar as desigualdades sociais, culturais

e econômicas que limitam a escolha individual [...]. À Educação Ambiental importa a relação entre ensino científico e cidadania:

[...] em uma delas, o aprendizado não pode ser pleno e completo sem considerar as implicações sociais do desenvolvimento científico e tecnológico; e outra, é imperativo analisar as relações da evolução da ciência e tecnologia e da qualidade e do modo de vida em diferentes comunidades. Embora haja uma clara conjunção desses processos, a educação – qualquer que seja o nível e a instância em que se realize – deverá fazer com que os participantes analisem as diferentes facetas relacionadas às causas, possibilidades e limitações e perspectivas da ciência e tecnologia como processo, como produto e como instituição social. [...]

Na série analisada, foram enfatizadas a eficiência tecnológica, a gestão ambiental e as mudanças de comportamento, com forte grau de normatividade e prescritividade, abordagem que implica propostas de Educação Ambiental centradas na formação econômica e técnica, não ética [...].

Esse é o problema identificado no *corpus*: um discurso da sustentabilidade, voltado ao público docente, com alto grau de cientificismo e comportamentalismo, que se materializou, inclusive, na linguagem, com novos termos para velhos pensamentos, como: "agroenergia", para manter a monocultura, o agronegócio e a exportação de *commodities*; "florestas energéticas" e "apagão florestal", para valorar o meio ambiente e veicular a noção de capital natural; "sustentabilidade verde", para sustentar a produção energética pelo agronegócio.

O papel da escola em relação à sustentabilidade, segundo a série analisada, é informar, aos alunos, sobre as inovações tecnológicas em relação ao aquecimento global, ao efeito estufa, à produção de energia e alimentos, à gestão da água e dos resíduos, desmistificando a problemática ambiental pelo conhecimento científico.

É inegável o potencial e a contribuição da ciência, e isso deve fazer parte do processo educacional. No entanto, temos um conceito limitado de ciência, pretensamente neutra e objetiva, o que a torna dogmática, já que indiscutível. Além disso, problematizamos a questão do otimismo tecnológico que se coloca como panaceia para todos os males, principalmente os ambientais, e "recurso mágico" capaz de inventar soluções para qualquer problema interveniente.

Sulaiman, Samia Nascimento. Educação ambiental, sustentabilidade e ciência: o papel da mídia na difusão de conhecimentos científicos. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 17, n. 3, p. 645-662, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132011000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 set. 2024.

Inteligência artificial: reflexões

Ao utilizarmos o termo Inteligência Artificial (IA), logo nos vem à mente a importância do seu real significado e de sua finalidade. Dessa forma, podemos defini-la como o estudo de conceitos cujo objetivo é fazer com que os computadores sejam, de certa forma, mais inteligentes, facilitando o seu uso em várias áreas que exijam um raciocínio rápido e lógico e buscando torná-los mais eficientes na execução de atividades do que se estas fossem executadas por um humano.

No entanto, para entendermos mais facilmente esse conceito, devemos abordar o real sentido do que é realmente a inteligência em uma perspectiva mais ampla: inteligência nada mais é que a capacidade de raciocinar e adquirir conhecimento em determinadas ações aplicadas a um mundo real, com finalidade de otimizar a conclusão de uma tarefa específica.

Quando passamos a unir os dois conceitos, do real significado do que é a IA e de sua aplicação em várias áreas, temos um conceito básico, mas de fácil entendimento para podermos iniciar o estudo: IA é a forma de tornar os computadores mais úteis em tarefas não muito comuns aos humanos, nas quais também é possível que tais máquinas possam adquirir conhecimento artificialmente, evoluindo através das suas funções atribuídas. [...]

Podemos citar algumas aplicações nas quais a IA já é utilizada há algum tempo e outras em que ela pode vir a ser usada. [...] Na educação, o uso de sistemas de tutoria inteligentes (do inglês, *intelligent tutoring systems*) auxilia na composição do conhecimento discente em sala de aula. Esses sistemas são capazes de adaptar o material de instrução às necessidades individuais de cada aluno, proporcionando um caminho de aprendizagem personalizado. A área médica é outro segmento em que o uso das máquinas se torna algo essencial. Podemos ver isso através de análises médicas, monitoramento de pacientes ou controle de uso de medicamentos, em cirurgias complexas etc. [...]

Os algoritmos de IA atualmente permeiam e moldam imperceptivelmente o comportamento humano. Atividades corriqueiras como uma simples busca na internet, a escolha de um filme em uma plataforma de *streaming* ou uma mera compra *on-line* são mediadas por algoritmos de IA. Estes, de acordo com o perfil do usuário, recomendam e decidem o que será possível visualizar ou não.

A máquina aprende a recomendar e o que ela sugere nem sempre corresponde à realidade, mas sim ao que supostamente lhe convém ver, priorizando aquilo que mais conecta as pessoas em detrimento do que realmente é verídico. Isso representa um problema grave, uma vez que a função primordial de um algoritmo generativo é maximizar a satisfação do usuário, facilitando a obtenção do que busca.Dessa forma, estamos constantemente subjugados a vieses inconscientes ao acessar as redes sociais ou qualquer aplicação estruturada pela IA. Tal situação nos afeta continuamente, acarretando um redemoinho de dilemas éticos.

Portanto, é imperativo que os desenvolvedores de *softwares* de IA sejam supervisionados, dado o alto grau de riscos envolvidos. Frequentemente, esses profissionais não estão cientes das consequências, pois a eles parece inofensivo simplesmente fornecer ao usuário aquilo que ele deseja ver, em vez do que é correto e legal. Por essa razão, necessitamos da participação de antropólogos, sociólogos, filósofos, psicólogos – indivíduos versados na condição humana – capazes de definir os objetivos que devem ser atribuídos aos algoritmos, evitando a perpetuação de uma visão apocalíptica que preconiza que a IA irá aniquilar o mundo, como frequentemente retratado em filmes de ficção científica.

Alves, Lynn (org.). *Inteligência artificial e educação*: refletindo sobre os desafios contemporâneos. Salvador: EDUAFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2023. p. 21-31.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

Alves, Lynn (org.). *Inteligência artificial e educação*: refletindo sobre os desafios contemporâneos. Salvador: EDUAFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2023.

O livro apresenta uma discussão atual sobre a interação e a mediação com as Inteligências Artificiais Generativas (IAGs), sob o prisma das Ciências Humanas, com destaque para a área de educação.

Bezerra, Cicero Anderson de Almeida. *Fake News*, memes e o ensino de História. *Revista da Associação Nacional de História – Seção Ceará*, Fortaleza, v. 11, n. 21, p. 30-40, jan./jul. 2020.

Artigo sobre o impacto, na sala de aula, dos conteúdos que circulam diariamente nas redes sociais, especialmente quando se trata das manifestações que difundem discursos de ódio, *bullying*, racismo, homofobia, xenofobia ou qualquer outro tipo de preconceito.

Bittar, Eduardo C. B. *Ética, educação, cidadania e direitos humanos*. Barueri: Manole, 2004.

A obra apresenta reflexões filosóficas sobre o trabalho na sala de aula com foco nas posturas e propostas éticas alinhadas aos direitos humanos. O ponto de partida para os debates são as experiências selecionadas pelo autor, enriquecendo as proposições que aliam filosofia e direito.

Brasil. Casa Civil. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, tem a função de organizar a estrutura e o funcionamento do sistema de educação brasileiro, definindo os objetivos e as responsabilidades de cada ente federativo na garantia aos direitos educacionais e estabelecendo as formas de financiamento do ensino público.

Brasil. Casa Civil. Lei n. 13005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 set. 2024

O Plano Nacional de Educação estabelece as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional entre o período de 2014 e 2024. Os principais objetivos visados por ele são a expansão da Educação Básica e do Ensino Superior, a diminuição das desigualdades educacionais e a preparação e a valorização dos profissionais da educação.

Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. [20--]. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/ciencias_humanas/O_que_e_as_CGHS/O_que_e_as_CGHS.html#:~:text=Responder%20aos%20desafios%20humanos%20exige,diferentes%20fatores%20se%20interrelacionam. Acesso em: 12 set. 2024.

Nesse *link*, estão disponibilizadas definições oficiais do governo sobre a área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, seus principais desafios e as temáticas que se destacam nas abordagens dessa área.

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação. *Guia de implementação do Novo Ensino Médio*. 2019. Disponível em: https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-de-implantacao-do-Novo-Ensino-Medio.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

O documento – elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) – explica as mudanças previstas pela reforma do Ensino Médio na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e fornece aos técnicos da rede de ensino e aos gestores escolares orientações sobre como implementá-las.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional comum curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2018a. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 12 set. 2024

Documento elaborado pelo Ministério da Educação, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as competências, as habilidades e as aprendizagens essenciais aos estudantes de todas as escolas públicas e particulares do país, em todas as etapas da Educação Básica.

Brasil. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 8 out. 2024.

O documento oferece subsídios técnicos e pedagógico para professores e outros profissionais com o objetivo de garantir um atendimento adequado e inclusivo aos estudantes com necessidades especiais.

Brasil. Resolução n. 3, de 21 de novembro de 2018b. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwOTZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em: 12 set. 2024.

A Resolução atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio para orientar as políticas públicas educacionais em todas as formas e modalidades de Ensino Médio no Brasil. O documento favorece, ainda, a elaboração, o planejamento e a avaliação das propostas curriculares das instituições de ensino públicas e privadas que ofertam o Ensino Médio.

Candau, Vera Maria (org.). *Interculturalizar, descolonizar, democratizar*: uma educação "outra"? Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

O livro reúne uma série de artigos elaborados por especialistas de diferentes nacionalidades. Os textos tratam da interculturalidade crítica e de suas implicações para os processos educacionais, da relação entre descolonização e educação e da literatura pedagógica sob uma perspectiva das práticas educativas interculturais.

Dayrel, Juarez; Carranos, Paulo; Main; Carla Linhares (org.). *Juventude e Ensino Médio*: sujeitos e currículos em diálogos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

A obra apresenta reflexões sobre a realidade juvenil brasileira e as múltiplas dimensões da condição de ser jovem no contexto do debate em torno do currículo para o Ensino Médio.

França, Aldaíres Souto. Propostas Curriculares para o Ensino de Estudos Sociais: circulação e apropriações de representações de ensino de História e de aperfeiçoamento de professores (Espírito Santo, 1956-1976). 2013. 294 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_7250_TEXTO%20COMPLETO%20TESE%20DA%20ALDAIRES%20SOUTO%20FRAN%C7A.pdf. Acesso em: 8 out. 2024.

O estudo problematiza as representações sobre o ensino de Estudos Sociais com base em publicações pedagógicas e em propostas curriculares entre os anos de 1956 e 1976, no estado do Espírito Santo. A tese analisa como tais documentos foram apropriados e legitimados na cultura escolar ao longo do tempo.

Giordani, Estela Maris. O "como" implementar a dimensão interdisciplinar em práticas pedagógicas nas escolas. *Revista Contexto e Educação*, São Geraldo, ano 15, n. 60, p. 81-98, 2000. Disponível em: https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1224/977. Acesso em: 12 set. 2024.

A autora apresenta algumas considerações sobre seu entendimento acerca das relações interdisciplinares e analisa possibilidades de sua implementação no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido nas escolas.

Gomes, Nilma Lino. Relações étnico-raciais e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf. Acesso em: 6 jul. 2020.

Considerado um dos textos de referência para as relações étnico-raciais na educação brasileira, esse artigo da pedagoga brasileira Nilma Lino Gomes dialoga sobre a construção dos currículos escolares no Brasil, a importância política deles e os impactos para a descolonização nos modos de pensar.

Goulart, Marcos Vinicius da Silva; Santos, Nair Iracema Silveira dos. Protagonismo juvenil e capital humano: uma análise da participação política da juventude no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 50, n. 2, p. 127-136, 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/938/93832099004.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

Nesse artigo da área da psicologia social, são analisados os principais discursos institucionais sobre o protagonismo juvenil e as políticas públicas que fomentam a participação dos jovens na vida pública, em contexto nacional e internacional, ressaltando a importância desse tipo de investimento para a sociedade contemporânea.

Machado, Cristiane; Alavarse, Ocimar Munhoz. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000200005&lang=pt. Acesso em: 12 set. 2024.

No artigo, os autores discutem como as avaliações externas se tornaram diretrizes da política educacional nacional para proporcionar melhorias na qualidade da educação no Brasil.

Melo, Bárbara de Caldas; Sant'ana, Geisa. A prática da metodologia ativa: compreensão dos discentes enquanto autores do processo ensino-aprendizagem. *Comunicação em Ciências da Saúde*, Brasília, DF, v. 23, n. 4, p. 327-339, 2012. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-755235. Acesso em: 12 set. 2024.

As autoras do artigo apresentam alguns aspectos importantes sobre a construção da aprendizagem dos estudantes por meio das metodologias ativas. Além disso, investigam a adaptação e analisam as vantagens e fragilidades da aplicação dessas metodologias na prática docente, em especial na articulação entre teoria e prática.

Mitre, Sandra M. *et al*. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/9M86Ktp3vpHgMxWTZXScRKS/?lang=pt. Acesso em: 12 set. 2024

No artigo, é discutida a transformação proporcionada pela adoção de metodologias ativas, que partem prementemente da indissociabilidade entre teoria e prática no decorrer da formação dos profissionais de saúde.

Munsberg, João A. S. *et al*. O currículo decolonial: da reflexão à prática intercultural. *Religare*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 593-614, dez. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/religare/article/view/44085. Acesso em: 12 set. 2024.

Preocupados com a naturalização do eurocentrismo no currículo escolar, os autores propõem a decolonização do poder, do saber e do ser mediante uma atitude decolonial, assumindo uma postura crítica em relação à colonialidade em termos teóricos e práticos.

Oliveira, Ivan Nascimento de. O uso das novas tecnologias no ensino da Geografia: Google maps, Flightrader24 e Marine traffic abordando os meios de transporte aéreo e marítimo. *In*: Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE*, 2013. Curitiba: SEED/PR, 2016. v. 1. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uepg_geo_artigo_ivan_nascimento_de_oliveira.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

O artigo apresenta propostas para o uso dos recursos tecnológicos disponíveis na internet, demonstrando que, no mundo contemporâneo, é necessário repensar as práticas pedagógicas na sala de aula por meio de recursos tecnológicos que favoreçam o aprofundamento de conceitos e estratégias importantes para Geografia.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 12 set. 2024.

A Agenda 2030 é um plano de ação que visa ao desenvolvimento de um mundo mais justo e igualitário. O documento apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para fortalecer a paz universal e para erradicar a pobreza em suas diversas dimensões.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Global Competency for an Inclusive World*. Disponível em: https://repositorio.minedu.gob.pe/handle/20.500.12799/4561. Acesso em: 8 out. 2024.

O documento versa sobre a importância do desenvolvimento de uma competência global em que os indivíduos, em especial os estudantes, possam analisar questões locais, globais e interculturais. Nesse aspecto, a escola torna-se o ambiente propício para o desenvolvimento de uma competência global envolvendo diferentes povos, línguas e culturas em diversas localidades do mundo.

Prado, Marta Lenise do. *et al*. Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, mar. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/89NXfW4dC7vWdXwdKffmf4N/?lang=pt. Acesso em: 8 out. 2024.

As autoras apresentam um relato a respeito de um seminário sobre metodologia ativa que tomou como base o Arco de Charles Maguerez. As informações discutidas no artigo possibilitam reflexões acerca das práticas pedagógicas dos participantes do evento.

Severino, Antônio Joaquim. Do ensino da Filosofia: estratégias interdisciplinares. *Educação em Revista*, Marília, v. 12, n. 1, p. 81-96, jan./jun. 2011.

O artigo apresenta estratégias interdisciplinares no desenvolvimento do trabalho didático-pedagógico para o ensino de Filosofia, articulando as demais disciplinas do currículo.

Silva, Eliane Anselmo da. *et al.* As Ciências Sociais e o desafio da Antropologia na prática docente na Educação Básica. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1493-1508, jun. 2021.

A proposta deste artigo é refletir sobre as contribuições do saber antropológico e das Ciências Sociais no contexto escolar, reconhecendo a importância desses saberes para a construção da identidade plural e democrática da sociedade contemporânea brasileira.

Sulaiman, Samia Nascimento. Educação ambiental, sustentabilidade e ciência: o papel da mídia na difusão de conhecimentos científicos. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 17, n. 3, p. 645-662, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/p44QSP7WTTnRnGwtV8jhLMp/?lang=pt. Acesso em: 24 ago. 2020.

Nesse artigo, a educadora Samia Sulaiman faz uma análise sobre a educação ambiental, em especial no que se refere à sustentabilidade na escola, com base em revistas de divulgação científica de grande circulação.

Zabala, Antoni. A avaliação. *In*: Zabala, Antoni. *A prática educativa*: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

O pedagogo Antoni Zabala problematiza o conceito de avaliação, levando em consideração os processos individual e grupal. Para isso, pauta-se nas possibilidades de identificação do objeto e do sujeito da avaliação para questionar o que é preciso avaliar, a quem e como, além da maneira de comunicar o conhecimento obtido por meio da avaliação.

Zabala, Antoni; Arnau, Laia. *Como aprender e ensinar competências*. Porto Alegre: Penso, 2014.

Nessa obra, os autores abordam a importância do uso educacional das competências para o desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, argumentam que o ensino pautado em competências desenvolve, necessariamente, habilidades e atitudes, dando um caráter metadisciplinar aos componentes curriculares de maior relevância diante de problemas reais.

Zanella, Andréa Vieira. Escolarização formal e cidadania: possíveis relações, relações possíveis? *In*: Silveira, A. F. (org.). *Cidadania e participação social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: https://books.scielo.org/id/hn3q6/pdf/silveira-9788599662885-09.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

O artigo apresenta um debate interessante sobre as relações entre a educação escolar e a formação cidadã, traçando um panorama histórico do debate e, em seguida, dialogando sobre experiências de estudantes e docentes por meio de abordagens pertinentes à filosofia da educação.

1 A FORMAÇÃO DOS ESTADOS

INTRODUÇÃO

A unidade que inicia este volume trata do Estado e de suas estruturas em diferentes épocas e lugares, por meio de uma abordagem cuidadosa que mostra a diversidade cultural, enfatizando que não existem "estágios" de desenvolvimento das sociedades, diferentemente do paradigma do evolucionismo social. O capítulo 1 trata da formação de diferentes Estados na Antiguidade de diversos lugares e mantém um diálogo constante com as ações do Estado na contemporaneidade brasileira, destacando seu papel na educação, na saúde e na infraestrutura, em particular no que diz respeito à locomoção. O capítulo 2 aborda a Antiguidade greco-romana ao analisar a formação da *pólis* e da democracia em Atenas, e, a partir dessa discussão, estabelece diálogos com o contexto democrático atual, iniciando um debate sobre as diferenças entre governo e Estado e discutindo relações de poder características desse regime político. Para encerrar a unidade, o capítulo 3 trata do Estado como detentor do monopólio do uso da força e estabelece diálogos sobre os direitos humanos. Fundamentando-se na análise do processo histórico de longa duração, esta unidade também aborda o tráfico de escravizados, a escravidão, suas marcas atuais e a luta contra o racismo e pelo fim das desigualdades.

Sugestão de planejamento

Com antecedência, organize encontros interdisciplinares com a turma para abordar as questões da saúde na Antiguidade africana e a respeito da evolução dos seres humanos enquanto espécie, ambas temáticas trabalhadas nesta unidade. Elas proporcionam interface com Biologia, Química e Educação Física.

Objetivos da unidade

- Perceber a presença do Estado no cotidiano.
- Refletir, em linhas gerais, sobre a construção histórica do Estado desde a sua origem até a sua atual conformação.
- Reconhecer a gênese das primeiras formações estatais nas Antiguidades, buscando seus sentidos e seus significados nos diversos contextos históricos na África, na Ásia e na América.
- Discutir a formação do Estado Moderno no século XVI e as ideias dos contratualistas.
- Refletir sobre a formação da pólis, a originalidade dessa organização social e os contrastes em relação aos Estados caracteristicamente teológicos das Antiguidades.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA UNIDADE

CAPÍTULO	COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES	TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS
1	CGEB1, CGEB3, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS103, EM13CHS104, EM13CHS105 e EM13CHS106 **CECHSA2:** EM13CHS201, EM13CHS202, EM13CHS204 e EM13CHS206 **CECHSA4:** EM13CHS401 e EM13CHS404 **CECHSA5:** EM13CHS504 **CECHSA6:** EM13CHS604 **CELT1:** EM13LGG101, EM13LGG103 e EM13LGG104 **CELT2:** EM13LGG201, EM13LGG202 e EM13LGG203	Educação para o trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso
2	CGEB1, CGEB2, CGBE3, CGEB7 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS104 **CECHSA2:** EM13CHS204 **CECHSA5:** EM13CHS501 e EM13CHS502, EM13CHS503 e EM13CHS504 **CECHSA6:** EM13CHS602, EM13CHS603, EM13CHS605 e EM13CHS606	
3	CGEB1, CGEB2, CGEB7 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS104 e EM13CHS106 **CECHSA2:** EM13CHS201, EM13CHS203 e EM13CHS204 **CECHSA5:** EM13CHS502, EM13CHS503, EM13CHS504 e EM13CHS506 **CECHSA6:** EM13CHS603, EM13CHS605 e EM13CHS606 **CELT3:** EM13LGG303, EM13LGG304 e EM13LGG305	Educação em direitos humanos

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

ABERTURA DE UNIDADE

(Páginas 12 e 13)

Um dos símbolos mais marcantes relacionados ao nacionalismo e às nacionalidades é a bandeira nacional. A imagem de abertura de unidade apresenta o conjunto de bandeiras nacionais dos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), hasteadas na entrada de sua sede, em Genebra, na Suíça.

Com base na imagem, pergunte aos estudantes quais são as funções da ONU, sondando os conhecimentos deles sobre as relações políticas internacionais.

Para trabalhar os significados de termos como "nação", "nacionalismo", "nacionalidade" e "Estado-nação", é possível organizar os estudantes em grupo para que façam uma pesquisa e compartilhem suas descobertas com a turma.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. O Estado está presente na vida de seus cidadãos de diversas maneiras. Ele atua como instrumento regulador dos conflitos – por meio de suas leis –, como mantenedor das fronteiras nacionais, como coletor de impostos e provedor de serviços e bens públicos ligados à educação, à saúde, ao meio ambiente, à segurança, ao saneamento básico, entre outros elementos.
2. Respostas pessoais. Os estudantes podem mobilizar seus conhecimentos prévios de mundo, bem como experiências pessoais ou de pessoas próximas, para avaliar a presença do Estado em suas vidas, reconhecendo suas qualidades, seus aspectos de melhoria e também suas limitações.

CAPÍTULO 1 O ESTADO NO COTIDIANO

(Página 14)

O objetivo deste capítulo que inicia a unidade é possibilitar que os estudantes percebam a presença do Estado em suas vidas, como uma introdução dos diálogos que vão ser aprofundados ao longo deste volume sobre a formação dos Estados contemporâneos e suas tensões. Para isso, será apresentada a gênese das primeiras formações estatais, nas Antiguidades, buscando seus sentidos e seus significados nos diversos contextos históricos da África, da Ásia e da América.

A abertura do capítulo propõe reflexões sobre o Estado como uma instituição que organiza a vida da maioria das sociedades atuais, bem como sobre a presença do Estado na vida das pessoas. Ao longo do capítulo, os estudantes vão conhecer o desenvolvimento dos primeiros Estados nas Antiguidades, em locais como a África, a Ásia e a América, e refletir sobre as relações entre a religião, a esfera do sagrado, a invenção da agricultura e a sedentarização das populações humanas em determinados espaços e épocas.

Iniciar o tema apresentando o conceito de Estado é bastante importante para desconstruir a ideia equivocada de que governo e Estado são a mesma coisa. Uma pesquisa em dicionários *on-line* da língua portuguesa pode fornecer as bases para essa proposta.

Pode ser interessante convidar os estudantes a refletir sobre a presença nem sempre visível do Estado em seus cotidianos, frisando, por exemplo, os exemplos citados no texto.

Vale ressaltar que a abertura colabora para a construção significativa da **CGEB1**.

Sugestão para o professor

» Ipea. *Atlas do Estado brasileiro*. **Brasília, DF, [20--]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasestado/. Acesso em: 17 set. 2024.**

Site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que traz dados e informações sobre o funcionalismo público. Trata-se de uma fonte de pesquisa confiável que pode ser consultada pelos estudantes.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam que o Estado atua em múltiplas dimensões da vida social, política e econômica dos habitantes de um país.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam sobre as relações de poder entre os gêneros, as etnias e as classes sociais no Brasil.
3. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes percebam a assimetria de poder entre as camadas sociais e também entre o Estado e os indivíduos e grupos que compõem a sociedade, e proponham possibilidades de mudanças para dirimir tal disparidade. Caso julgue necessário, retome esse diálogo ao longo deste capítulo conforme eles forem se apropriando dos conteúdos e dos temas abordados ao longo deste capítulo.

A formação da humanidade (Páginas 15 e 16)

O conteúdo a respeito dos mitos indígenas sobre a origem dos seres humanos favorece a abordagem da pluralidade de interpretações sobre uma mesma temática, possibilitando o desenvolvimento de comparações e do enquadramento das ideias nos contextos em que foram produzidas. Isso ajuda a qualificar o debate sobre o eurocentrismo e a influência dele nas regiões colonizadas pelos europeus. Durante o diálogo, retome com a turma que é importante evitar hierarquizar ou determinar conceitos como certo ou errado. Cada conceito é, em si, um arcabouço da diversidade interpretativa humana. Além disso, a discussão sobre o desenvolvimento das teorias evolucionistas pode ser explorada em diálogo com os componentes curriculares que integram as Ciências da Natureza e, assim, aprofundadas.

Os conteúdos contemplam a **CECHSA1** e desenvolvem, de modo significativo, as habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS104**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a compreenderem que, em geral, as sociedades indígenas partem do pressuposto de que são integrantes da natureza, e não possuidoras dos recursos naturais. Esse fato influi na compreensão de que o surgimento do próprio homem está relacionado aos elementos naturais.

A evolução dos seres humanos (Página 17)

O trabalho com o tema da evolução da espécie humana permite a compreensão de que, ancestralmente, somos parte de um grupo. Portanto, temas como a crença na superioridade das raças, que será abordada com maior profundidade nos conteúdos

a respeito dos séculos XIX e XX, devem ser observados dentro de uma construção histórico-cultural, e não biológica.

Nesse sentido, é válido fazer uma ressalva aos estudantes. De acordo com as leituras de Darcy Ribeiro (*Diários índios: os Urubus-Kaapor*. São Paulo: Global, 1996) e Ailton Krenak (*Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019), alguns povos indígenas da América do Sul interpretam a si mesmos como parte integrante da natureza, portanto, a acumulação de alimentos favorecida pela agricultura não tem sentido nesse sistema de valores. Isso não significa que desconheçam a agricultura; eles a realizam de forma sazonal e no limite da necessidade, e não da acumulação.

Os debates e as reflexões promovidos pelo tema favorecem o desenvolvimento da **CECHSA1** e das habilidades **EM13CHS104** e **EM13CHS105**.

Os primeiros Estados do Oriente (Página 18)

Uma possibilidade de conduzir a abordagem deste tema é solicitar aos estudantes que observem a região do Crescente Fértil em um mapa, explicando seu significado e como os povos que habitaram a região foram favorecidos pelas condições naturais. Seria importante informar aos estudantes que a agricultura também foi desenvolvida em outros locais, como o Extremo Oriente e a Mesoamérica.

Para ponderar as vantagens e as desvantagens da agricultura, proponha aos estudantes a leitura de textos de autores que questionam a suposta inexorabilidade dessa descoberta (como se ela tivesse sido uma decorrência inevitável do desenvolvimento humano) e também de textos de autores que refletem sobre os possíveis revezes causados pelo surgimento da agricultura em alguns agrupamentos humanos. Um bom ponto de partida seria a obra do historiador israelense Yuval Noah Harari (1976-).

É importante trabalhar com os estudantes o papel da religião na formação dos Estados Antigos, mostrando a eles como essa relação se manifestou, por exemplo, na sociedade egípcia.

O trabalho aqui proposto favorece a mobilização das habilidades **EM13CHS401** e **EM13CHS404**.

China Antiga (Página 19)

As sociedades que foram desenvolvidas no Extremo Oriente são, em geral, pouco conhecidas no Brasil. Vale mencionar para os estudantes a ampliação das relações econômicas que ocorreu, nas últimas décadas, entre o Brasil e a China. Nesse sentido, pergunte a eles se essas relações econômicas têm levado a diálogos culturais e a uma aproximação entre os dois países. Os estudantes podem ser incentivados a identificar semelhanças entre a China e o Egito em relação à importância dos rios para as sociedades que se desenvolveram nessas regiões.

A abordagem indicada contribui para a mobilização da habilidade **EM13CHS604**. Além disso, a **CGEB1** é mobilizada aqui e em outros momentos do capítulo, à medida que apresenta a diversidade de Estados nas Antiguidades de diferentes locais.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Solicite aos estudantes que se organizem em grupos para estudar e comparar a importância do trigo para os egípcios antigos e a do arroz para os chineses antigos, reconhecendo seus valores nutricionais e, sobretudo, os valores que lhes são atribuídos socialmente (como o sentido religioso para o trigo e o sentido tecnológico para o arroz, conforme mencionado no texto didático). É possível construir um diálogo interdisciplinar com Ciências da Natureza para fazer a análise nutricional desses alimentos.
2. Vale também propor aos estudantes uma pesquisa sobre cada um dos países-membros do Brics, com o objetivo de reconhecer suas semelhanças e suas diferenças, além de avaliar as ações adotadas por eles e sua efetividade.

As sociedades da África Antiga (Página 20)

O estudo das sociedades que se desenvolveram no continente africano contribui para a ampliação do conhecimento histórico sobre comunidades que habitam espaços que nem sempre foram valorizados e favorece a ampliação da narrativa histórica. Vale reforçar que o Brasil tem grande conexão com os povos do continente africano, uma vez que o tráfico de escravizados, realizado entre os séculos XV ao XIX, trouxe, de forma forçosa, aproximadamente cinco milhões de pessoas para o Brasil. Contudo, os diferentes povos africanos devem ser vistos em suas variedades de experiências, não exclusivamente sob o viés da escravidão.

A respeito do Império Cuxe, é importante observar que manteve com o Egito uma relação ora hostil, ora pacífica e que, entre 744 a.C. e 656 a.C., os reis de Cuxe controlaram o Egito, período conhecido como 25ª Dinastia.

A mobilização dessas temáticas incentiva o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS102**, **EM13CHS106**, **EM13CHS201**, **EM13CHS202** e **EM13CHS206**.

Sociedades subsaarianas: reinos de Gana, do Mali e Songai (Página 21)

Se julgar conveniente, comente com os estudantes que os nomes de parte das comunidades trabalhadas neste tópico foram retomados pelos países africanos no contexto da emancipação no século XX. A escolha dessas nomenclaturas teve como objetivo, entre outros, a recuperação das identidades africanas, ainda que os termos de origem não representem exatamente a localização geográfica atual dos vestígios dos impérios do passado.

O tópico proporciona a continuidade do trabalho com as habilidades **EM13CHS102**, **EM13CHS106**, **EM13CHS201**, **EM13CHS202** e **EM13CHS206**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Espera-se que os estudantes reconheçam as possibilidades de adaptação realizadas pela sociedade no que se refere ao uso corrente da religião. Assim, podem exemplificar com a relação egípcia e cuxita, na qual deuses antigos são partilhados e novos são incorporados, ou com a expansão do islamismo no Mali, o que não significou o abandono das práticas ancestrais.

Estado e saúde na Antiguidade africana (Página 22)

Ao abordar esse texto didático, um aspecto que pode ser ressaltado sobre os núbios desse período é a contribuição deles para um dos elementos mais famosos da Antiguidade africana: a mumificação. Os conhecimentos médicos dos povos que viveram na África, além dos egípcios, estabeleceram pontes com os conhecimentos preservados ou construídos por outras populações não ocidentais, como as chamadas comunidades tradicionais, as quais, assim como faziam muitos povos africanos da Antiguidade, se valiam das substâncias encontradas na natureza.

Pelo recorte de conteúdos e da abordagem, a temática favorece o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS104**.

Sugestões para o professor

» **Eisner, Will. *Sundiata, o leão do Mali*. São Paulo: Quadrinhos na Cia. das Letras, 2004.**

Nessa HQ, o autor e ilustrador apresenta uma das muitas versões existentes sobre a luta do príncipe Sundiata e do povo do Mali contra Sumanguru, o rei de Sasso.

» **Macedo, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2019.**

Professor de História da África da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o autor apresenta nessa obra um panorama inicial sobre a História africana, da chamada "pré-história" às descolonizações.

Mesoamérica e América Andina (Página 23)

Os estudantes podem ser incentivados a reconhecer as *chinampas* e o terraceamento como técnicas e tecnologias dos povos mesoamericanos, assim como as construções, com destaque para os templos religiosos. Se houver equipamentos disponíveis, é possível projetar em sala de aula imagens de alguns desses templos. Ressalte a proximidade entre o poder político e o poder religioso nas sociedades antigas abordadas.

Além da construção de edificações, o texto didático também apresenta as tecnologias incas aplicadas à construção de uma rede de estradas que permitia a rápida comunicação e o deslocamento de bens e de pessoas entre as cadeias montanhosas da cordilheira dos Andes, ligando as populações que viviam nessas regiões às comunidades que habitavam a costa litorânea e as planícies amazônicas.

Entre os povos que se relacionavam com os incas, estavam os Tupi, que habitavam a costa atlântica. Um dos caminhos percorridos era o Peabiru, que interligava os povos que viviam na região onde estão localizados, atualmente, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Paraguai e Bolívia à costa oceânica do Peru. Caso julgue pertinente, é possível ampliar o conteúdo do texto teórico pedindo aos estudantes que pesquisem o Peabiru, com ênfase na importância turística dessa rota na atualidade. Proponha uma reflexão sobre a contribuição dessa atividade para a preservação da história desses povos antigos.

Vale ressaltar que a habilidade **EM13CHS401** é trabalhada com destaque nessa parte do capítulo.

Sugestões para o professor

» **Altman, Carlos. Rota dos incas: misticismo e história caminham nas montanhas do Peru. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 jul. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/turismo/2019/07/16/interna_turismo,1069926/rota-dos-incas-misticismo-e-historia-caminham-nas-montanhas-do-peru.shtml. Acesso em: 18 set. 2024.**

» **Bruzzone, Andrés. Trilha Inca: rota é reaberta para turismo e leva a Machu Picchu. *Portal Terra*, [20--]. Disponível em: https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/turismo/trilha-inca-rota-e-reaberta-para-turismo-e-leva-a-machu-picchu,1e38392625237310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html. Acesso em: 18 set. 2024.**

Essas reportagens, assim como muitas outras disponíveis na internet, revelam a maneira como as rotas incas são vistas na atualidade, com muita ênfase no aspecto turístico. Isso pode ser problematizado com os estudantes em relação ao grau de preservação dessas rotas e à maneira como o passado inca é rememorado na atualidade.

Locomoção nos Estados contemporâneos (Página 24)

Nesse momento, o texto didático passa a abordar a contemporaneidade brasileira, ao traçar um diálogo com um dos temas vistos anteriormente: o deslocamento. Após estudar a importância das rotas de transporte para os povos da América Antiga, vale destacar a relevância das rotas de deslocamento atualmente, mas com base em um outro ponto de vista, mais próximo da Sociologia, que aborda a forma como o poder público se mobiliza em função das necessidades da sociedade civil.

É necessário que os estudantes reconheçam que o direito de ir e vir foi consolidado como um dos direitos fundamentais na Constituição de 1988, em seu artigo 5º, inciso XV: "é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens". Apesar dessa garantia legal, milhões de pessoas enfrentam dificuldades em seu cotidiano decorrentes de desafios encontrados em seus deslocamentos diários a locais de trabalho, lazer e educação, e para acessar bens e serviços públicos, entre outros.

Pela natureza do assunto analisado, o texto se relaciona às habilidades **EM13CHS204** e **EM13CHS504**.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

Assim como o texto teórico, o boxe aborda as habilidades **EM13CHS204** e **EM13CHS504**. Além disso, configura-se como um momento essencial para a construção da **CGEB9** e da **CGEB10**. Além disso, possibilita o trabalho com o tema contemporâneo transversal **Cidadania e civismo**, com ênfase na Educação para o trânsito e no Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

A proposta amplia a análise do transporte público feita no texto teórico e apresenta o Movimento Passe Livre (MPL), que foi organizado para reivindicar melhorias no transporte público.

1. Respostas pessoais. O objetivo da questão é chamar a atenção dos estudantes para os equipamentos públicos do lugar onde vivem e como estes atendem ou não à diversidade de corpos e existências.
2. Respostas pessoais. A questão promove a pesquisa sobre a situação do transporte público na região onde os estudantes moram e como isso impacta na comunidade, incentivando a reflexão e o posicionamento dos jovens sobre o tema.
3. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes identifiquem que os diferentes grupos sociais devem ter clareza de suas necessidades para reivindicar políticas públicas, bem como reconheça que é preciso conhecer a legislação vigente e as propostas que estão sendo discutidas.

Estado, educação e projeto de sociedade (Página 25)

O tema favorece a conscientização dos estudantes sobre a própria educação. O Ensino Médio não precisa ser compreendido como o término de seus estudos. Ao completar o ciclo da Educação Básica, os jovens têm muitas opções, como cursos de bacharelado, de licenciatura, sequenciais e de formação tecnológica, distribuídos em modalidades de ensino presencial, semipresencial e a distância.

Proponha que os estudantes conversem sobre as mudanças no Ensino Médio e a forma como eles imaginam que essas mudanças podem ajudá-los a concretizar seus projetos de vida. Essa discussão coletiva poderá servir de base para a pesquisa sugerida no boxe *Interação*. Apesar de ela ser trabalhada em outras partes do capítulo, esse momento é importantíssimo para a construção da habilidade **EM13CHS101** e da **CGEB3**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Espera-se que os estudantes se posicionem em relação à reforma do Ensino Médio com base nas próprias experiências e vivências e reflitam acerca do quadro mais amplo da educação no país.

Atividades (Páginas 26 e 27)

1. Espera-se que os estudantes indiquem o teor cômico dado ao conflito entre as personagens Deus e Charles Darwin, representando respectivamente as teorias criacionista e evolucionista, diante das tartarugas visivilmente irritadas, que buscam os "responsáveis" por elas terem um sistema digestório que as faz defecarem pela boca.
2. a) As pinturas rupestres são compreendidas como relatos do cotidiano, como formas de alerta quanto a possíveis perigos ou caçadas em potencial. Há, ainda, os que defendam que teriam caráter ritual, posto que a pintura garantiria uma boa caçada. Os estudantes devem reconhecer que, na cena, existem registros de animais e seres humanos; perceber as diferentes proporções de tamanho entre eles; e concluir que possivelmente trata-se de uma cena de caçada.

   b) Resposta pessoal. Leve os estudantes a reconhecer a importância desse patrimônio para compreender as ações dos seres humanos, em tempos mais remotos, no território que viria a se tornar o Brasil. É fundamental, também, destacar que a preservação da história dos seres humanos é uma forma de construir as identidades e dar-lhes significado.
3. a) Respostas pessoais. Os estudantes são convidados a refletir sobre a maneira como o Estado se manifesta em suas práticas cotidianas e como tal ação poderia ser melhorada.

   b) Resposta pessoal. Vale orientar os estudantes quanto às fontes de pesquisa, incentivando-os a dar preferência a *sites* institucionais de órgãos do governo (municipal, estadual ou federal) ou conteúdos publicados, entre outros, por veículos de comunicação, ONGs, universidades e institutos, verificando a confiabilidade destes.
4. Espera-se que os estudantes percebam a correlação entre a formação do Estado e a organização social e, ainda, que as múltiplas relações de poder influenciam diretamente as territorialidades e causam impactos socioambientais.
5. a) Elas dominaram a inundação, drenaram os canais e construíram diques para proteger as casas.

   b) Espera-se que os estudantes, com base no que já estudaram, destaquem a importância das ações coordenadas dos moradores e da atuação do Estado no sentido de encontrar alternativas para solucionar os problemas sociais e promover a preservação ambiental.
6. Resposta correta: alternativa **c**. Espera-se que os estudantes compreendam a importância do papel do exército para a manutenção do vasto império que os astecas construíram até a chegada dos conquistadores espanhóis e, portanto, como elemento constitutivo do Estado asteca.
7. Resposta correta: alternativa **b**. Com base no texto, os estudantes devem reconhecer que a identidade na Mesoamérica pré-hispânica era dada em função das cidades em que as pessoas viviam, denotando a ausência de uma identidade mais ampla que fosse eventualmente organizada e mantida por uma estrutura como o Estado nacional, o qual inexistia entre os povos mesoamericanos naquele momento.

Práticas de texto (Páginas 28 e 29)

Os mitos são uma das muitas formas de conhecer e organizar as identidades sociais de grupos humanos, para além das instituições políticas, entre as quais o próprio Estado. Desse modo, não é preciso criar estruturas sociais e políticas, como as necessárias à formação do Estado, para que as pessoas organizem e partilhem suas identidades.

Outro aspecto que merece ser destacado é o desenvolvimento das capacidades leitoras e verbais, associadas à habilidade de estabelecer sínteses e comparações, de modo que os estudantes, ao se apropriarem dessas narrativas, tornem-se capazes de recontá-las de forma criativa.

Nesta seção, são especialmente mobilizadas as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS102**, **EM13CHS103** e **EM13CHS105**. Além delas, por ser interdisciplinar, a atividade favorece a construção das habilidades **EM13LGG101**, **EM13LGG103**, **EM13LGG104**, **EM13LGG201**, **EM13LGG202** e **EM13LGG203**.

Estúdio de História (Página 30)

Nesta seção, os estudantes vão aprofundar conhecimentos sobre o ofício do historiador, seus principais parâmetros de atuação e as possibilidades de interface entre o fazer historiográfico e a construção da sociedade. O historiador escolhido para a seção é Marc Bloch, uma referência na área. Ao explorar a seção, são trabalhadas habilidades como **EM13CHS102**, **EM13CHS103** e **EM13CHS105**.

PARA CONCLUIR

1. Respostas pessoais. Caso os estudantes não conheçam nenhum historiador, mencione os nomes de alguns historiadores especializados em diferentes períodos históricos, apresentando diferenças entre os métodos adotados e os materiais utilizados por eles em épocas diversas. Aproveite para conversar com a turma sobre a importância das fontes e de sua análise.
2. Espera-se que o estudante indique a importância do tempo na construção da definição de História proposta por Marc Bloch em seu livro. Diante disso, História pode ser compreendida como a ciência que estuda as ações humanas ao longo do tempo.
3. Respostas pessoais. É importante que o estudante compreenda que o estudo da História permite compreender as transformações e as permanências que formaram a sociedade desde os tempos mais remotos, como os que estudamos nesta primeira unidade, até o momento em que vivemos.

CAPÍTULO 2 GOVERNO E ESTADO (Página 32)

A abertura propõe reflexões sobre a diferenciação entre Estado e governo segundo a óptica da sociedade de classes.

Ao longo do capítulo, os estudantes entrarão em contato com várias formulações históricas criadas, notadamente, no mundo ocidental para pensar as relações entre essas duas instâncias ao longo do tempo, além de refletir sobre o papel das políticas públicas no mundo contemporâneo e, mais especificamente, no Brasil.

A implantação de políticas públicas no Brasil, como as ações associadas às questões políticas e governamentais que se interpõem na relação entre Estado e sociedade, com o objetivo de diminuir ou aplacar injustiças históricas, esteve no centro do debate político nacional nas últimas décadas, contando com programas como o Bolsa Família, as cotas para afrodescendentes nas universidades públicas, o Programa Luz para Todos, entre outros.

Posicionamentos de setores da sociedade favoráveis e contrários às chamadas políticas sociais impactaram esses programas sociais e a opinião da sociedade civil sobre tais ações. Esses posicionamentos são trabalhados de modo que os estudantes possam ponderá-los, apropriando-se do debate sobre os bens públicos e, também, reconhecendo o lugar que ocupam na sociedade.

Caso julgue pertinente, é possível abordar as discussões que tratam da intervenção do Estado na economia durante a pandemia global, oferecendo condições para que os estudantes se apropriem dos debates e assumam posições com base em opiniões coletadas por meio de pesquisas.

Os conteúdos propostos nessa abertura possibilitam o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS502**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes notem que o Estado é composto de um conjunto de instituições cujas funções representam, organizam e atendem – ou deveriam atender – as necessidades da população que habita seu território. Já o governo tem caráter transitório, porque os governantes, que constituem uma das instituições que administram o Estado, são eleitos pelos cidadãos periodicamente.
2. Respostas pessoais. A atividade visa conscientizar os estudantes da importância do ECA não apenas como instrumento de política pública de inclusão e proteção, mas também como um documento que se relaciona diretamente com suas vidas cotidianas.
3. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes ampliem sua percepção acerca das políticas públicas de proteção e inclusão, reconhecendo e avaliando seus impactos na vida dos cidadãos brasileiros que, de alguma forma, necessitam de apoio para sua subsistência ou para concretizarem seus projetos de vida.

Políticas públicas: questões de Estado
(Página 33)

Ao tratar da promoção do bem-estar da população, é possível abordar com detalhes o Estado de bem-estar social. Ressalte aos estudantes que o Estado de bem-estar social apresentou variações ao longo do tempo e do espaço, de modo que fique claro que existiram diferentes modelos desse tipo de Estado no mundo e também no Brasil.

A distinção entre política de Estado e política de governo nem sempre é definida com clareza, dependendo de quem participa do debate. Existem situações em que os indivíduos postulam que as políticas de governo também são políticas de Estado, uma vez que os governantes que estão no poder foram eleitos pela população nas eleições e, assim, expressariam a vontade nacional. Muitos, contudo, rejeitam essa afirmação e defendem a manutenção da separação entre as duas esferas.

Nesse momento, os estudantes têm a oportunidade de trabalhar a habilidade **EM13CHS502**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Espera-se que os estudantes mencionem a necessidade de articulação entre as diferentes organizações da sociedade civil para a conquista de suas demandas.
2. Espera-se que os estudantes ponderem o papel da arrecadação pública, da cobrança de taxas e de impostos nas diferentes esferas da federação, assim como a necessidade de contrapartida do Estado para assegurar o bem comum e o bem-estar social. A proposta do boxe favorece o trabalho com a habilidade **EM13CHS605**.
3. Espera-se que os estudantes percebam que os diferentes posicionamentos políticos, bem como a diversidade de conflitos, opiniões e tensões, são elementos constitutivos das sociedades democráticas e devem ser abordados por meio do diálogo, de forma pacífica.

Público e privado: a *pólis* **(Página 34)**

É importante ampliar a diferenciação entre os domínios privado e público na Grécia Antiga para além das questões políticas mencionadas no texto, uma vez que essa demarcação também estava bastante presente nos domínios da religiosidade, pilar fundamental da configuração dos Estados da Antiguidade. Como resultado da divisão entre esses domínios da vida grega antiga, várias divindades passaram a ser conhecidas. Como se tratava de uma sociedade politeísta, era permitido às pessoas venerar mais de uma divindade.

É importante que os estudantes compreendam que o conceito de *pólis* não se restringe ao espaço físico, ou seja, ao território ocupado por determinado núcleo populacional. Assim, destaque o caráter político da *pólis*, ou seja, seus elementos humanos (cidadãos) e jurídicos (leis em comum), ressaltando a conceituação da cidadania na Antiguidade, bem distinta da forma como a concebemos atualmente.

A proposta trabalha as habilidades **EM13CHS104**, **EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

Sugestões para o professor

» **Arendt, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.**

Nesse livro, a filósofa Hannah Arendt faz um estudo reflexivo sobre a existência humana em sociedade, desde a Grécia Antiga até a Europa moderna.

» **Austin, Michel; Vidal-Naquet, Pierre. *Economia e sociedade na Grécia Arcaica e Clássica*. Lisboa: Edições 70, 1986.**

Livro clássico sobre as organizações social e econômica gregas.

» **Borges, Pedro Pereira. O homem como ser político: ensaio. *Multitemas*, Campo Grande, n. 36, p. 63-90, jun. 2008. Disponível em: https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/671. Acesso em: 18 set. 2024.**

Nesse artigo, o autor traça a gênese do termo "política", analisando suas transformações no tempo e no espaço.

» **Florenzano, Maria Beatriz B. *Pólis* e *oîkos*, o público e o privado na Grécia Antiga. *In*: Simpósio Regional de História Antiga, 1., 2001, Rondonópolis, p. 113-118. *Anais* [...]. São Paulo: MAE, 2001. Disponível em: http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/florenzano_polis_e_oikos.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.**

O artigo discute as atribuições da *pólis* e do *oîkos* no mundo grego antigo.

A democracia ateniense (Página 35)

É sempre bom frisar aos estudantes o aspecto político da vida coletiva em Atenas e a relação que os atenienses desenvolveram entre vida social, cidadania e liberdade individual. Destaque os limites que a dinâmica política democrática tinha na época, de modo que os estudantes não a confundam com a democracia atual.

O texto está associado à habilidade **EM13CHS102** e permite dar continuidade ao trabalho com a **CGEB2**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Espera-se que os estudantes percebam que o sistema democrático atual não é direto, que o conceito de cidadão é diverso e mais amplo, e que as noções de oratória e articulação de ideais na assembleia se transformaram. A proposta favorece o trabalho com as habilidades **EM13CHS102** e **EM13CHS603**.
2. Espera-se que os estudantes notem que, diferentemente do que acontece em muitas sociedades atuais, nas quais, muitas vezes, o significado de "liberdade" está associado à preponderância dos interesses individuais em relação aos interesses públicos, para os cidadãos da *pólis* ateniense, "liberdade" significava participar da vida pública e da administração do bem comum.

Sugestões para o professor

» **Finley, Moses I. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 1988.**

Obra panorâmica que faz um apanhado dos aspectos mais centrais do modo de vida da sociedade grega na Antiguidade.

» **Florenzano, Maria Beatriz B. *O mundo antigo*: economia e sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1982.**

Livro de divulgação que trata do desenvolvimento dos dois núcleos responsáveis pela criação da sociedade greco-romana.

Brasil: uma democracia representativa (Página 36)

Depois de consolidar a consciência dos estudantes sobre o caráter representativo da democracia brasileira, seria pertinente apresentar a eles os limites atuais dessa representatividade, além das conquistas adquiridas com a redemocratização a partir dos anos 1980.

Para isso, vale explicar, por exemplo, que a democracia passou a ser adotada com mais intensidade a partir do século XVIII. Para o economista alemão Joseph Schumpeter (1883-1950), a participação política da população na democracia está limitada à escolha de seus representantes políticos. Já para o cientista político polonês Adam Przeworski (1940-), a democracia relaciona-se com as eleições e com a alternância pacífica de poder. Há, contudo, muitos pesquisadores que utilizam elementos diferentes para definir democracia como a proteção dos direitos e das liberdades, da autonomia para os eleitos governarem e do acesso a informações, entre outras acepções.

A temática favorece o trabalho, em graus variados, com as habilidades **EM13CHS501**, **EM13CHS502, EM13CHS504** e **EM13CHS605**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Espera-se que os estudantes reconheçam que a democracia é um sistema político que constrói espaços de falas, dando condições para que os cidadãos manifestem seus anseios e problemas, contanto que isso seja feito pacificamente, como exemplificado pelas imagens. As atividades trabalham com exemplos da prática cotidiana de algumas das manifestações populares democráticas. Assim como o texto didático, o boxe se relaciona com as habilidades **EM13CHS501**, **EM13CHS502**, **EM13CHS504** e **EM13CHS605**.
2. Resposta pessoal. Após associar as imagens a movimentos reivindicatórios, espera-se que os estudantes reconheçam que elas mostram situações em que os manifestantes demonstram suas insatisfações para os ocupantes do poder público. É importante destacar que uma atitude subsequente e condizente com os valores democráticos seria o estabelecimento de diálogos entre os manifestantes e as autoridades públicas, visando construir, em conjunto, debates e alternativas para os problemas expostos nas manifestações.

Sugestões para o professor

» **Malighetti, Roberto. Arenas identitárias e cidadania: políticas e práticas de confronto. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, número especial, p. 181-192, ago. 2010.**

O texto analisa a articulação entre políticas públicas, concepções da cidadania, identidades, entre outros assuntos, e o papel do Estado-Nação em meio às contradições políticas e econômicas estruturais.

» **Schwarcz, Lilia; Starling, Heloisa M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.**

Livro em que as autoras tratam da história do Brasil dos primórdios de sua formação aos dias atuais por meio de recursos textuais e linguísticos do gênero biografia.

Eleições e relações de poder no Brasil (Página 37)

Historicamente, a democracia brasileira vem enfrentando desafios quanto à sua consolidação de fato. O texto teórico menciona o exemplo do voto de cabresto na Primeira República, o qual perdura até hoje, conforme a pesquisa encomendada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas muitos outros casos poderiam ser mencionados. Entre eles, é possível incluir a falta de interesse e de participação política de grande parte da população, para além das eleições. Outro risco para a democracia é a ausência do letramento político, ou seja, da capacidade de se inteirar dos fatos políticos e de discernir os discursos em circulação nas mais diversas mídias (desde os tradicionais veículos de comunicação, até mesmo, e sobretudo, os novos meios de divulgação de conteúdos virtuais), incluindo as *fake news*. A proposta desenvolve, de maneira aprofundada, o trabalho com as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS503**, **EM13CHS602** e **EM13CHS605**.

BOXE REFLEXÃO

A proposta complementa a construção da habilidade **EM13CHS605**, presente no texto teórico, além desenvolver a habilidade **EM13CHS606** e a **CGEB10**.

1. A *charge* evidencia, por meio de uma imagem, os fatos apresentados na reportagem. Na confluência dessas duas fontes, espera-se que os estudantes identifiquem os riscos à democracia decorrentes das práticas de compra de votos e de ameaças, que não só tiram dos cidadãos sua liberdade de escolha, como transferem seus votos para grupos que têm interesses escusos, que corrompem o sistema democrático.

2. Resposta pessoal. É muito importante recomendar cautela aos estudantes, orientando-os a não exporem as identidades das pessoas que, eventualmente, manifestarem suas opiniões sobre o assunto, sobretudo se elas mesmas tiverem sido vítimas desse tipo de coerção. As fontes utilizadas podem ser veículos de comunicação locais ou nacionais.
3. Respostas pessoais. Após as discussões realizadas, espera-se que os estudantes refutem veementemente a prática de venda de votos e demonstrem contrariedade em relação à possibilidade de vender seus votos, reconhecendo que tal prática é extremamente danosa para todas as esferas da sociedade brasileira, pois deslocam o poder para grupos que agem apenas com base em seus interesses.

A democracia e a separação dos três poderes (Página 38)

A separação dos poderes é fundamental para o bom funcionamento das democracias, pois garante a independência de um poder sobre o outro. Assim, seus ocupantes podem exercer seus direitos e seus deveres livremente, desde que não firam os fundamentos políticos, sociais, econômicos e jurídicos da nação. Aliás, é justamente em momentos de ruptura das normas e das leis que um poder exerce suas prerrogativas sobre o poder infringente. Esse modelo é conhecido também como sistema de freios e contrapesos, exatamente por prever o equilíbrio entre os poderes. A proposta possibilita o trabalho aprofundado com a habilidade **EM13CHS603** e a **CGEB3**.

BOXE INTERAÇÃO

1. *Tour* virtual. Incentive os estudantes a explorar a praça dos Três Poderes identificando as sedes do Palácio do Planalto (Poder Executivo), do Congresso Nacional (Poder Legislativo) e do Supremo Tribunal Federal (Poder Judiciário). É importante que eles indiquem que a praça e seus edifícios são obras arquitetônicas de autoria de Oscar Niemeyer (1907-2012) e de Lúcio Costa (1902-1998).

A república romana e o conceito de coisa pública (Página 39)

Com esse conteúdo, espera-se que os estudantes percebam que a república romana deixou como legado histórico e conceitual os conceitos de cidadania, de igualdade política e de cidadão como sujeito de direito.

A imagem que mostra a sigla SPQR pode ser utilizada como estímulo para uma reflexão sobre até que ponto as atividades senatoriais em Roma consideraram as necessidades dos setores mais amplos da população. Nesse sentido, pode ser interessante discutir com os estudantes a estrutura política romana, cujas instituições, apesar de divididas entre representantes dos grupos aristocráticos e populares, tinham como instância máxima o Senado, controlado por poucas famílias patrícias.

Com isso, há a oportunidade de dialogar com os estudantes sobre temas como generalizações, categorizações, divisões didáticas, entre outras ferramentas metodológicas utilizadas em pesquisas históricas. A proposta favorece o trabalho aprofundado com as habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS603**.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

É possível sugerir aos estudantes que pesquisem as características das duas formas de governo mais comuns em vigência no mundo atualmente: a monarquia e a república. Para isso, pergunte a eles, pedindo que justifiquem suas respostas: "É correto afirmar que a república, como forma de governo, aproxima-se mais da democracia do que a monarquia?".

Atividades (Página 40)

1. a) Espera-se que os estudantes reconheçam que ela reforça a notícia.

   b) Resposta pessoal. É importante que os estudantes utilizem fontes de pesquisa confiáveis e idôneas, evitando conteúdos baseados apenas no senso comum ou em opiniões pessoais sem comprovação.

   c) Os estudantes devem reconhecer que a melhor atitude é a denúncia aos órgãos competentes, como o Ministério Público Eleitoral do município ou da região, informando os nomes das pessoas envolvidas, bem como o local e a data, podendo ser enviadas fotografias e/ou filmagens. Pelo *link* https://www.tse.jus.br/institucional/corregedoria-geral-eleitoral/denuncias-1 (acesso em: 5 set. 2024), é possível acessar o *site* do Tribunal Superior Eleitoral, ambiente em que o cidadão pode denunciar infrações eleitorais de diferentes naturezas.
2. Atividade de pesquisa. As informações obtidas na atividade anterior devem ser utilizadas nesse momento. Você pode compartilhar o *link* do TSE com os estudantes e sugerir que o utilizem como fonte de pesquisa. É importante que eles reconheçam essa proposta como um serviço a favor da democracia e da cidadania, por permitir tanto a conscientização a respeito das práticas fraudulentas quanto a denúncia de situações que violem os direitos políticos. O trabalho de pesquisa proposto nessa atividade tem o objetivo de ampliar os conhecimentos e a conscientização dos estudantes acerca dos vários tipos de políticas públicas existentes no Brasil.
3. Resposta correta: alternativa **d**. O trecho do texto citado pertence à consagrada obra de Montesquieu, *Do espírito das leis*, na qual o autor estabeleceu a divisão dos poderes.
4. Resposta correta: alternativa **e.** Pela análise da *charge*, é possível concluir que, ao longo de todo o século XX e do início do século XXI, não houve mudanças com relação à ameaça ao que hoje chamamos de direitos políticos no Brasil.

Ampliando (Página 41)

A seção trabalha com os conceitos de democracia e república e utiliza trechos de um texto escrito pelo filósofo brasileiro Renato Janine Ribeiro, com o objetivo de esclarecer a confusão que muitas pessoas fazem com os dois conceitos. Com base na análise da expressão "cidadania democrática", o autor pretende explicar que a ideia de um Estado honesto e eficiente não faz parte do conceito de democracia, mas sim da noção de república, uma vez que a honestidade implica priorizar os interesses da coletividade, mesmo que em detrimento dos próprios interesses.

A proposta favorece o trabalho aprofundado com a habilidade **EM13CHS603**. Além disso, dá continuidade ao trabalho com a **CGEB1**, a **CGEB2** e a **CGEB7**.

1. O autor retoma a tradição da Antiguidade clássica ao buscar, na acepção da república romana, o sentido de república e, no conceito de democracia ateniense, o significado de democracia. Essas acepções são analisadas com base na ótica de Montesquieu, principalmente em sua obra *O espírito das leis*, no contexto do Iluminismo.
2. Resposta pessoal. Como possibilidade de resposta, os estudantes podem afirmar que o conceito de república apresentado

pelo autor se refere à concepção de governo que leva em consideração os interesses públicos (o bem comum) acima dos demais. Já o conceito de democracia se refere aos interesses dos *polloi*, isto é, da maioria.

3. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes percebam que, apesar de não serem sinônimos, os conceitos de república e democracia podem ser complementares, uma vez que, em um governo democrático, isto é, cujo poder emana da maioria, os interesses públicos são priorizados em relação aos demais interesses.

CAPÍTULO 3 ESTADO: O DONO DA FORÇA (Página 42)

Ao longo do capítulo, os estudantes vão investigar as origens dos mecanismos que permitiram ao Estado concentrar poderes e montar estruturas de poder no período moderno. Eles também vão conhecer as teorias sociais contratualistas elaboradas nos séculos XVII e XVIII.

Com base nos conhecimentos presentes neste capítulo, os estudantes poderão pensar sobre aspectos relacionados à atuação do Estado no Brasil diante de uma sociedade desigual e racista e se posicionar em relação a isso. Os debates propostos, por sua atualidade e consistência, favorecem a abordagem interdisciplinar, promovendo a construção das habilidades **EM13LGG303**, **EM13LGG304** e **EM13LGG305**.

Nesse contexto, é fundamental discutir a violência simbólica com a turma. Para tratar do tema, mostre filmes e documentários e promova um debate entre os estudantes. Veja, a seguir, algumas sugestões de documentários.

É fundamental que os estudantes compreendam a conceituação de Weber sobre o monopólio estatal do uso da força, de maneira que não confundam essa formulação com a ideia de que o Estado está autorizado a usar a violência de forma desenfreada contra seus cidadãos. Aproveite esse momento para discutir com eles as situações em que as instituições públicas usam a força de maneira desmedida. Essa análise pode ser feita com base em informações divulgadas pelos meios de comunicação ou em experiências pessoais deles.

A abertura inicia o trabalho com as habilidades **EM13CHS503** e **EM13CHS603**.

Sugestões para o professor

» ***Falcão*: meninos do tráfico. Direção: MV Bill e Celso Athayde. Brasil, 2006 (60 min).**

O documentário produzido pelo *rapper* brasileiro MV Bill, com o apoio da Central Única das Favelas (Cufa), denuncia o envolvimento precoce dos jovens das periferias do Brasil com o tráfico de drogas e a relação deles com a polícia e os grupos inimigos.

» ***Última parada 174*. Direção: Bruno Barreto. Brasil/França, 2008 (110 min).**

Baseado em fatos reais, o filme dirigido por Bruno Barreto mostra a vida de Sandro Barbosa do Nascimento, o garoto de rua que sobreviveu à chacina da Candelária e, mais tarde, sequestrou um ônibus na zona sul do Rio de Janeiro.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem a história do Brasil em suas dimensões política e social, mencionando o peso do escravismo e das ações colonizadoras e o uso da força excessiva e da violência contra as classes populares e vulneráveis.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mobilizem seus conhecimentos prévios para refletir sobre o caráter racista do Estado brasileiro. Este tema será aprofundado ao longo do volume.

Sugestão para o professor

» **Bianchi, Alvaro. O conceito de estado em Max Weber. *Lua Nova*, São Paulo, n. 92, p. 79-104, ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/bNshhdRwcCdKFVKLdJMJX9L/?lang=pt. Acesso em: 5 set. 2024.**

O artigo analisa as formulações weberianas sobre o Estado, com base nas análises mais recentes da obra de um dos fundadores da Sociologia.

Debate sobre o porte de armas e de munições (Página 43)

A discussão sobre a detenção do monopólio da força pelo Estado pode derivar, entre outras questões, para a discussão sobre o direito ao uso de armas de fogo pelos cidadãos, entre outras reflexões. Com base nas informações apresentadas no texto teórico sobre as constantes mudanças relacionadas ao debate sobre o desarmamento, os estudantes podem discutir a função do Estado de mediar esses debates em termos de políticas de proteção à vida, as quais são defendidas por ambos os lados (favoráveis e contrários ao desarmamento), cada um à sua maneira.

A abordagem proposta nessa página mobiliza com destaque as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS106**, **EM13CHS504** e **EM13CHS606**, além da **CGEB7** e da **CGEB10**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes avaliem os argumentos apresentados e os relacionem à sua vivência para se posicionar de forma crítica em relação à questão.
2. Respostas pessoais. Com base nos debates indicados, o boxe amplia o trabalho proposto no texto teórico, com o objetivo de desenvolver as habilidades **EM13CHS504** e **EM13CHS606**.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

■ As propostas abordam com destaque as habilidades **EM13CHS502**, **EM13CHS503**, **EM13CHS504** e **EM13CHS506**.

1. A matéria a seguir pode ser utilizada em uma atividade em sala de aula em que os estudantes sejam organizados em dois grupos para debater o tema do porte e da posse de armas. A reportagem está disponível em: https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2019/09/03/redacao-enem-2019--como-o-debate-armamentista-afeta-o-ambiente-escolar.html (acesso em: 5 set. 2024).
2. Também é possível solicitar aos estudantes que façam uma pesquisa sobre os discursos elaborados por grupos favoráveis e contrários ao desarmamento ou à sua revogação, analisando os argumentos apresentados e identificando eventuais fragilidades argumentativas presentes nos dois lados do debate público, incluindo possíveis disseminações de *fake news*, entre outros problemas. Ao final, eles podem produzir um painel para apresentar as conclusões a que chegaram, enfatizando o prejuízo da desinformação para a democracia brasileira.

A Idade Média: sociedade e organização (Página 44)

O conteúdo aborda a experiência da feudalização medieval. Deve ser reforçado com os estudantes que se trata de um fenômeno europeu, isto é, que faz parte da história da Europa, ainda que vários povos europeus não tenham vivenciado a Idade Média. O dado permite discutir o eurocentrismo ainda presente na construção dos conhecimentos históricos, um diálogo realizado anteriormente nesta unidade.

A abordagem favorece o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS106**, **EM13CHS201**, **EM13CHS203** e **EM13CHS204**.

BOXE REFLEXÃO

1. Espera-se que a turma identifique que, no século XXI, houve uma comunicação mais eficiente sobre os riscos e alertas, além de uma rápida resposta científica sobre a covid-19. Ao mesmo tempo, é esperado que eles reconheçam que o número de pessoas atualmente é muito superior ao do século XIV, assim como o deslocamento das pessoas, o que resultou na rápida disseminação da doença pelo globo.

Centralização do poder no Estado Moderno (Página 45)

Nesse momento, o capítulo estabelece um diálogo histórico para analisar o processo de formação do Estado como entidade centralizadora de poderes.

Seria interessante destacar os elementos que possibilitaram a formação das monarquias modernas. Se for oportuno, exemplifique esse processo por meio de um estudo de caso – como a monarquia portuguesa, pela proximidade com a história do Brasil, ou a monarquia inglesa, aproveitando a imagem que ilustra a página. As propostas abordam as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS102**, **EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

O absolutismo monárquico (Página 46)

As imagens emanadas pelo Estado absolutista, ligadas à grandiosidade decorrente do fortalecimento de seu poder, ocultam os movimentos sociais de contestação a esse poder, como os levantes camponeses de 1549, na Inglaterra, esmagados pelas tropas mercenárias alemãs, ou as revoltas na França dos *boulonnais*, em 1662, e dos camisardos, em 1702, ou as revoltas contra os cobradores de impostos, que se lançavam sobre os pobres e poupavam a aristocracia, como apontou Perry Anderson (1938-) em sua obra *Linhagens do Estado absolutista* (publicada originalmente em 1974 e, no Brasil, em 1994).

Para dirimir a ideia de que o Estado absolutista era onipresente e onipotente, destaque para os estudantes o parágrafo final dessa página, que mostra alguns dos obstáculos para o exercício pleno desse poder.

O texto articula as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS102**, **EM13CHS104**, **EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

Sugestão para o professor

» **Burke, Peter. *A fabricação do rei*: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.**

A obra mostra que a construção do monarca foi detalhadamente pensada pela monarquia absolutista na França.

Economia no absolutismo (Página 47)

O conteúdo sobre o mercantilismo faz parte do conjunto de informações que deve ser compreendido acerca da formação dos Estados Modernos. Nesse processo, é importante que os estudantes reconheçam os impactos positivos e negativos relacionados ao fortalecimento econômico do Estado.

Para ampliar o tópico por meio de um paralelo com práticas contemporâneas, pode-se sugerir a busca de informações sobre o Consenso de Washington, ocorrido em 1989, que marca as políticas econômicas internacionais desde então. Nesse evento, foi definida uma série de reformas econômicas, que vulnerabilizaram uma vez mais os países em desenvolvimento.

Sugestão para o professor

» **Antunes, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.**

Os textos que compõem a obra apresentam duras críticas aos impactos do neoliberalismo, em especial no que concerne à precarização das condições de trabalho.

Pactos sociais: contratualismos (Página 48)

Para organizar o conteúdo desse texto, elabore com os estudantes um quadro-síntese contendo as principais informações relativas aos pensadores analisados. Com isso, os estudantes terão em mãos um recurso que facilita a apreensão e o entendimento das três propostas contratualistas apresentadas: de Thomas Hobbes, de John Locke e de Jean-Jacques Rousseau.

O texto também dialoga com o conteúdo da página anterior, que é reforçado pela proposta do boxe *Interação*. Converse com os estudantes sobre essas relações.

Esse texto aborda a habilidade **EM13CHS101** e favorece a continuidade da construção da **CGEB1**. No boxe da página, há o trabalho com as habilidades **EM13CHS502**, **EM13CHS503** e **EM13CHS504**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes possam, por meio de suas vivências, suas reflexões e seus conhecimentos, se posicionar diante das funções do Estado brasileiro e das relações que ele estabelece com as populações negras e de baixa renda nas favelas e nas comunidades carentes.

Sugestão para o professor

» **Jusnaturalismo. *In*: Histedbr. Campinas: Unicamp, [20--]. (Coleção Navegando pela História da Educação Brasileira). Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/jusnaturalismo. Acesso em: 5 set. 2024.**

O *link* apresenta o significado do verbete "jusnaturalismo".

Direitos humanos (Página 49)

Pode ser interessante comentar com a turma que dois dos documentos mais relevantes e reveladores sobre as condições históricas do final do século XVIII são a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, da francesa Marie Gouze (1748-1793), mais conhecida como Olympe de Gouges, e a *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, da inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797).

A esses dois textos relativos a direitos, somou-se a Declaração dos Direitos dos Cidadãos Americanos, no âmbito da independência dos EUA. Entretanto, foi somente a partir da segunda metade do século XX que as transformações sociais e políticas e as conquistas de direitos começaram a ocorrer de maneira mais intensa e consolidada, sendo incluídas em discursos e políticas oficiais de muitos Estados democráticos.

O texto dessa página aborda as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS102**, **EM13CHS603** e **EM13CHS605**. Além disso, o tema proposto contribui com o desenvolvimento do tema contemporâneo transversal **Cidadania e civismo**, com destaque para a Educação em direitos humanos.

Atividades (Páginas 50 e 51)

1. a) Respostas pessoais. A situação pode variar de acordo com o estado em que os estudantes vivem. A violência pode ser mensurada por meio de dados oficiais coletados e compilados pelas autoridades responsáveis, mas ela também tem um componente pessoal, determinado pela percepção que cada pessoa tem da violência, indicativo de quanto se sente afetada ou ameaçada, independentemente dos dados oficiais. Essas diferenças são dadas pelo contexto em que se vive, pelos relatos de pessoas conhecidas que sofreram qualquer tipo de violência, entre outros elementos que podem ser considerados.

b) Resposta pessoal. A situação varia de acordo com o estado em que os estudantes vivem. É importante destacar que a garantia à inviolabilidade da vida é uma obrigação do Estado e que, em termos sociais, tem relação com políticas públicas voltadas à inclusão social dos cidadãos, ao fomento da economia, à geração de empregos e à educação, entre outros objetivos.

2. a) Significa que somente o Estado pode coagir legalmente os cidadãos, de acordo com as leis, e impor-lhes sanções materiais e físicas em seu território.

b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes discutam a ideia fundamental do Estado e comentem que, por meio de forças policiais, militares e outras, ele está autorizado a exercer o monopólio da violência.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes analisem a questão das armas, atentando para o fato de que outros grupos poderiam usar a coerção física de forma não legítima.

3. a) A participação das mulheres no processo revolucionário e a ampliação dos direitos de cidadania, com o intuito de abolir as diferenças de gênero na França.

b) Resposta pessoal. É importante que os estudantes reconheçam que os dois documentos promovem a igualdade de direitos, o respeito à vida e a garantia à participação política.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam que as discriminações de gênero e a desigualdade entre homens e mulheres justificam a necessidade de defesa dos direitos das mulheres.

4. Resposta correta: alternativa **d**. O metalismo e a balança comercial favorável são características essenciais para compreender as práticas mercantilistas do período estudado.

5. Resposta correta: alternativa **b**. Segundo a teoria weberiana do Estado, este é o detentor exclusivo do uso da força, que deve ser empregada para a manutenção da ordem.

6. Resposta correta: alternativa **d**. Para Hobbes, o direito de natureza é uma construção social, é exercido pelas pessoas, visando à sua proteção, e regido com base no julgamento individual.

7. Resposta correta: alternativa **b**. A formação do Estado, para Locke, é a consequência de um pacto social, de um consentimento mútuo, responsável pela mediação dos conflitos e dos interesses dos membros desse grupo.

Práticas de pesquisa (Páginas 52 e 53)

A pesquisa-ação proposta ao final desta unidade está relacionada à análise da democracia e da cidadania no cotidiano escolar dos estudantes.

Sugere-se apresentar o problema logo no início, deixando-os à vontade para se manifestar, principalmente em relação a dúvidas que possam ter. Será mais enriquecedor se os grupos formados forem compostos de estudantes com habilidades distintas e complementares, para que eles possam ajudar uns aos outros. Além disso, dessa forma, haverá mais garantias de que os grupos terão condições de completar as tarefas, já que cada um deles contará com um conjunto de habilidades.

A atuação do professor é recomendada em último caso, seja para orientar os estudantes quanto às buscas, seja para ajudá-los na resolução dos problemas em momentos em que demonstrarem muitas dificuldades.

Após compreenderem o que é uma pesquisa-ação, os estudantes estarão aptos a realizar o tópico **Coleta de dados** e, depois, o tópico **Análise dos dados levantados e proposta de solução**.

A etapa seguinte propõe uma ação na qual os estudantes vão apresentar os resultados das pesquisas que fizeram. É fundamental que as ações de divulgação estejam prontas e que o local em que serão feitas as apresentações seja adequado ao público e às apresentações.

A divulgação dos resultados é uma etapa importante da pesquisa-ação, pois ela permitirá que o trabalho realizado seja ampliado pelos próprios estudantes ou por outras pessoas nos mesmos contextos ou em situações diversas.

A seção colabora para a construção da **CGEB2** e da **CGEB7**, entre outras.

O que aprendi: autoavaliação (Páginas 54 e 55)

Na autoavaliação, incentive os estudantes a refletirem criticamente sobre sua postura diante de cumprimento de prazos, engajamento, colaboração, proatividade, autonomia e busca por aprofundamento. Esse processo os ajuda a identificar pontos fortes e áreas de melhoria, promovendo um aprendizado mais consciente e autônomo. A proposta da seção é retomada ao final de todas as unidades.

Para ir além (Páginas 56 e 57)

A seção apresenta diversas indicações de filmes, livros, documentários e outros materiais. Se considerar adequado, leia as sinopses de cada indicação com eles e promova seções de leitura ou exibição de vídeos sugeridos. Ao final de todas as unidades, a proposta da seção é reiterada com novas indicações.

2 ESTADO EM TRANSFORMAÇÃO

INTRODUÇÃO

Nesta unidade, os estudantes serão incentivados a aprofundar seus conhecimentos políticos, econômicos, filosóficos e históricos para compreender o papel do Estado, as propostas e os sistemas econômicos, suas gêneses e características, as formas como foram aplicados em diferentes lugares e momentos históricos, bem como suas consequências. O capítulo 4 aborda a polarização política atual entre direitas e esquerdas, analisando a origem e o significado dessas orientações políticas no contexto da Revolução Francesa e seus desdobramentos no presente. Já no capítulo 5, discute-se o papel do Estado na formação de identidades nacionais a partir da reflexão sobre as inclusões e as exclusões que essa construção identitária proporciona. O capítulo 6, por fim, enfatiza o funcionamento do Estado brasileiro, analisando suas características, seus desafios e suas dinâmicas internas.

Sugestão de planejamento

Nos capítulos 5 e 6, há a possibilidade de trabalhar de maneira integrada com a área de Matemática. Nesses dois momentos, são propostos gráficos que apresentam séries históricas e quantitativos de fluxos migratórios, algo essencial para compreender as situações abordadas. Previamente, combine com a turma alguns encontros para trabalhar especificamente com essas análises. Se possível, faça essas intervenções com o apoio do docente de Matemática.

Objetivos da unidade

- Compreender o significado e a gênese dos conceitos políticos de direita e esquerda no passado e no presente.
- Identificar as causas e as consequências da Revolução Francesa, bem como as modificações que ela provocou no mundo ocidental, com destaque para a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- Problematizar o conceito de liberdade, suas formulações teóricas e sua presença ou ausência em diferentes situações históricas, regionais e pessoais.
- Compreender os processos de imigração, as motivações de solicitações de refúgio e a xenofobia sofrida por imigrantes e refugiados, combatendo qualquer forma de racismo, opressão e discriminação.
- Caracterizar o liberalismo econômico e político, as várias concepções e práticas que o envolvem e as suas consequências sociais.
- Refletir sobre a marginalização de povos indígenas e de outros grupos populacionais na sociedade brasileira atual.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA UNIDADE

CAPÍTULO	COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES	TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS
4	CGEB1, CGEB2, CGEB5, CGEB6, CGEB7 e CGEB9	**CECHSA1:** EM13CHS101 **CECHSA4:** EM13CHS401 **CECHSA5:** EM13CHS504 **CECHSA6:** EM13CHS601, EM13CHS602, EM13CHS603 e EM13CHS605	Educação em direitos humanos
5	CGEB1, CGEB2, CGEB6, CGEB7, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS103, EM13CHS104, EM13CHS105 e EM13CHS106 **CECHSA4:** EM13CHS401 e EM13CHS404 **CECHSA5:** EM13CHS503 e EM13CHS504 **CECHSA6:** EM13CHS603 e EM13CHS605 **CEMT1:** EM13MAT102	
6	CGEB1, CGEB4, CGEB5, CGEB6, CGEB7 e CGEB10	**CECHSA4:** EM13CHS401 **CECHSA6:** EM13CHS603 e EM13CHS605 **CECNT1:** EM13CNT104 **CECNT3:** EM13CNT301 **CELT1:** EM13LGG101, EM13LGG102 e EM13LGG105 **CELT2:** EM13LGG203 e EM13LGG204 **CELT3:** EM13LGG301 e EM13LGG303 **CEMT1:** EM13MAT102	Saúde; Educação em direitos humanos; Vida familiar e social

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

ABERTURA DE UNIDADE
(Páginas 58 e 59)

Para trabalhar com o conteúdo representado no grafite da imagem de abertura de unidade, solicite aos estudantes que façam, em conjunto, uma descrição da personagem da imagem. Questione-os sobre as sensações e os sentimentos que a personagem parece transmitir e pergunte quais sensações e sentimentos a imagem desperta neles.

Caso considere oportuno, pergunte aos estudantes se eles já conheciam algum mural de Eduardo Kobra. Peça aos estudantes para levantarem hipóteses sobre as possíveis motivações do artista em fazer referência à Revolução Francesa em seu grafite. Nesse momento, faça um levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes sobre o tema, instigando-os a refletir sobre continuidades e rupturas das propostas da Revolução Francesa até os dias de hoje.

A abertura colabora para a construção das habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS401**.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. Os estudantes podem citar aspectos como lutas sociais e movimentos populares, organizados ou não, que reivindicam direitos e valores como liberdade, igualdade e fraternidade, e analisar se esses valores são colocados em prática hoje em dia por governos e outras instituições ou se estão presentes em suas vidas cotidianas. É possível também que os estudantes não consigam identificar esses elementos, o que pode servir de ponto de partida para explorar as rupturas das propostas da Revolução Francesa.
2. Respostas pessoais. É possível que os estudantes citem instituições como o Estado; os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo; ONGs; organizações comunitárias ou de bairro; instituições como escolas e universidades; diferentes organizações da sociedade civil; entre outras. Atitudes e ações individuais de âmbito pessoal, comunitárias ou ligadas a ativismos também podem ser citadas. Peça aos estudantes que justifiquem suas escolhas de acordo com as áreas de atuação que decidirem tratar.

CAPÍTULO 4 DIREITAS E ESQUERDAS
(Página 60)

O capítulo 4 analisa os contextos políticos locais e suas relações com os projetos de governo. Para que os estudantes possam realizar esse tipo de estudo, será importante retomar o contexto da Revolução Francesa e como o mundo ocidental se organizou depois dela. Questões políticas, como posicionamentos de direita ou de esquerda, serão problematizadas estabelecendo uma relação de comparação do passado com o presente. Os fios condutores da unidade são a ideia de liberdade, suas diversas formas de entendimento, suas manifestações, suas relativizações e as questões subjetivas envolvidas nessa ideia.

Para levantar os conhecimentos prévios dos estudantes, é possível organizar um pequeno debate (ou uma atividade que utilize a técnica *brainstorming*) para que os estudantes expressem o que entendem por direita e esquerda quando se trata de política. Afirmações e dúvidas podem ser anotadas na lousa pelo professor ou pelos próprios estudantes.

Em seguida, é possível propor a leitura do texto da página, explicando aos estudantes que os presidentes citados representam políticas popularmente associadas à direita e à esquerda. Chame a atenção deles para as diferenças e as semelhanças entre os posicionamentos políticos.

Ao analisar a *charge*, é importante chamar a atenção dos estudantes para o ponto de vista do cartunista Duke sobre a polarização da sociedade brasileira atual entre orientações políticas de direita e de esquerda. A *charge* faz alusão ao caráter extremo com o qual alguns grupos e indivíduos se relacionam com essa polarização, condicionando o direito de viver à orientação política dos indivíduos. Ressalte que o embate entre essas orientações políticas não é recente e que essa discussão será aprofundada ao longo do capítulo.

O trabalho com esse tema colabora para o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS401**, **EM13CHS602** e **EM13CHS603**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Nessa questão, os estudantes têm a oportunidade de construir respostas, definições e hipóteses sobre os significados políticos de direita e esquerda no Brasil contemporâneo. Com base no que já sabem ou já ouviram falar sobre o tema, é importante incentivá-los a aprofundar suas respostas embasando suas opiniões em dados da realidade, independentemente de suas posições políticas.
2. Resposta pessoal. Auxilie os estudantes a perceber que esses conceitos, bem como os demais, são construções históricas de determinados sujeitos ou grupos sociais que respondem a demandas diversas. No entanto, com o passar do tempo, são revistas e modificadas. Peça aos estudantes que anotem nos cadernos suas hipóteses, que podem ser revistas após o estudo do capítulo.
3. Espera-se que os estudantes identifiquem que as expressões "direita" e "esquerda", mencionadas pela personagem com um chinelo na mão, se referem aos projetos políticos associados a essas expressões. Dessa forma, a *charge* reflete de maneira irônica e exagerada a polarização política da sociedade brasileira na atualidade ao apresentar uma personagem dividida entre duas ações (matar a barata ou deixá-la viver) a depender de sua orientação política.
4. Respostas pessoais. O objetivo é mobilizar uma discussão entre os estudantes, com a mediação do professor. Ressalte que a liberdade, em suas mais diferentes perspectivas, a democracia e o direito à vida devem ser preservados nas diversas posições políticas.

Sugestão para o professor

» **Bobbio, Norberto. *Direita e esquerda*: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. da Unesp, 2012.**
Nessa obra, o filósofo e historiador italiano Norberto Bobbio examina a gênese dos conceitos políticos de direita e esquerda, além de demonstrar que existem gradações políticas entre uma ideologia e outra e que elas continuam sendo importantes chaves de interpretação até os dias de hoje.

Direitas e esquerdas: significados atuais
(Página 61)

Retome com os estudantes o conceito de polarização política, que está relacionado a posicionamentos referentes a dois polos distintos e contrários. Para mencionar um exemplo prático, comente sobre os times de futebol que, historicamente, construíram rivalidades, por exemplo, a Seleção Brasileira de Futebol e a Seleção Argentina ou os times estaduais.

Os dois tópicos que iniciam o assunto são importantes para que os estudantes construam bases científicas e sólidas para analisar de maneira autônoma partidos, ações políticas e ideias mais progressistas (esquerdas) ou conservadoras (direitas). No entanto, não deixe de explicitar que, conforme os exemplos mencionados anteriormente, de modo geral, esses dois posicionamentos se misturam em outros partidos e ações políticas.

Pergunte aos estudantes o que eles sabem sobre o termo "*impeachment*". Esse termo, de origem inglesa, significa "impedimento" e diz respeito ao afastamento de presidentes e de outros líderes eleitos por meio da comprovação de atos ilícitos previstos na Constituição de 1988. Se julgar oportuno, peça aos estudantes que façam uma breve pesquisa sobre impedimentos ocorridos no século XX e estabeleçam relações com o processo sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff.

BOXE REFLEXÃO

O conteúdo desse boxe visa provocar uma reflexão acerca das graves violações dos direitos humanos desencadeadas pela promulgação do AI-5. É importante que os estudantes compreendam que o AI-5 não inaugurou essas violações, mas as respaldava e consolidava como políticas de Estado.

1. Os primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmam o direito à vida, à segurança pessoal e à liberdade de expressão, bem como e a garantia da não distinção baseada na orientação política. Além disso, estabelece que nenhum indivíduo deve ser submetido a tortura ou a qualquer situação degradante. Portanto, o AI-5 e suas determinações contrariam o documento internacional, o qual muitos países se comprometeram a respeitar. Dessa forma, trabalha-se o tema contemporâneo transversal **Cidadania e civismo**, com ênfase na Educação em direitos humanos.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Sugestão de trabalho com o vídeo da música "Boca de Lobo", de Criolo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jgekT-PEb6c. (Acesso em: 10 ago 2024).

Aproveite o vídeo para discutir situações de violação grave aos direitos dos cidadãos e como é preciso agir para combater as desigualdades social e racial brasileiras. O vídeo mostra o incêndio do prédio do largo do Paissandu, que ocorreu em 2018, e faz uma crítica à mineradora Vale em virtude do rompimento da barragem de Mariana, ocorrido em 2015. Também faz críticas à corrupção política, entre outros assuntos relacionados a ela. Associe o vídeo com a letra da música e com a trajetória e o trabalho artístico de Criolo.

Origens históricas: Revolução Francesa (Página 62)

A proposta dessa etapa é relacionar o passado mais recente, abordado nos itens anteriores, com a gênese das concepções estudadas, que ocorreu em um passado mais distante, mais especificamente na Revolução Francesa. Retome com os estudantes o conceito de Antigo Regime, presente na França e em outros países europeus até o século XVIII. Explique as principais diferenças entre as classes do Antigo Regime: enquanto o clero e a nobreza não produziam riquezas por meio do trabalho, não pagavam impostos e tinham poder político, a terceira camada social era responsável por produzir toda a riqueza e pagar impostos – e, apesar disso, não tinha direitos políticos.

Comente o papel da burguesia no processo revolucionário. Explique que a burguesia, ao contrário da terceira camada social, detinha o poder econômico e, portanto, pretendia ter também poder político.

Tratar do conceito de revolução, diferenciando-o de conceitos como revoltas e levantes, pode auxiliar os estudantes a compreender os resultados e os impactos da Revolução Francesa. O termo "revolução" refere-se a processos políticos, econômicos e sociais que alteram a base estrutural da sociedade, e não somente as questões regionais ou pontuais.

Chame a atenção dos estudantes para a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e seus desdobramentos.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes citem que símbolos da Revolução Francesa remetem a valores hoje considerados universais, como liberdade, igualdade e fraternidade, representando assim aspirações comuns de justiça e de direitos humanos.

Sugestão para o professor

» **Morin, Tania Machado. *Virtuosas e perigosas*: as mulheres na Revolução Francesa. São Paulo: Alameda, 2013.**

No livro, a autora explora a atuação das mulheres – excluídas pelos revolucionários no que se refere à cidadania e à participação política – no processo revolucionário, evidenciando seu protagonismo, pouco explorado pela historiografia tradicional, à luz da história social.

A República francesa (Página 63)

Sugere-se ressaltar aos estudantes as diferenças de posicionamento político entre girondinos e jacobinos, estabelecendo uma relação entre a composição e as propostas de cada um dos grupos. É possível também estabelecer uma comparação entre o passado e o futuro, mostrando características das direitas e das esquerdas atuais.

BOXE REFLEXÃO

Inicie a atividade proposta no boxe com a análise da imagem. Para mobilizar instrumentos de leitura e análise de imagens, siga um roteiro que se inicia com a descrição da imagem e segue com a observação do que cada personagem está fazendo e como foi representada. A seguir, peça a eles que façam uma reflexão crítica sobre a imagem, estabelecendo relações com o conteúdo estudado. Lembre-os das características e dos papéis desempenhados por cada estado no Antigo Regime.

1. Ambas as fontes estão relacionadas ao contexto da Revolução Francesa. A gravura retrata a exploração do terceiro estado pelos outros dois estados, já o trecho da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão exibe as reivindicações do terceiro estado frente a essa exploração.

Contradições da revolução (Página 64)

Inicie o estudo desse item questionando os estudantes sobre o que eles entendem pelo termo "liberdade". Estimule-os a pensar de que forma eles entendem a liberdade em seus cotidianos e o que significa liberdade para um adolescente hoje no Brasil. Em seguida, incentive-os a refletir sobre o significado de liberdade em um contexto mais amplo, que possa ser aplicado a todos os seres humanos.

Sugere-se estabelecer relações e comparações entre os conceitos, os sentimentos e as ideias que os estudantes levantaram sobre a liberdade e as definições apresentadas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e na Declaração de Independência dos Estados Unidos, incentivando-os a perceber, ao longo da leitura da página, as contradições existentes entre o que os documentos propõem e as ações colocadas em prática com relação à escravidão pelos países envolvidos (França e Estados Unidos, respectivamente).

Esse item e os três itens anteriores colaboram para a construção das habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS603** e **EM13CHS605**.

Liberdade e escravização de africanos
(Página 65)

Estabeleça relações com o item anterior e retome com os estudantes o conceito de escravidão, historicizando-o. Retome períodos em que a escravidão foi utilizada para mostrar a eles que, em cada momento histórico e em cada região e cultura, a escravização teve características diferentes. Utilizando o texto, destaque as especificidades da escravidão moderna, que se caracterizava pela tentativa de retirar a identidade das pessoas escravizadas e pela obtenção do lucro com o comércio de seres humanos, empreendido por vários países, em especial os da Europa. Com relação ao trecho do texto *Código Penal Escravista e Estado*, das historiadoras Hebe Mattos e Keyla Grinberg, incentive os estudantes a perceber a contradição apontada pelas autoras com relação às pessoas escravizadas: embora não fossem donas nem delas próprias, caso cometessem um crime, eram responsabilizadas como as pessoas livres. Nesse sentido, explique aos estudantes que, como aponta o texto, muitas vezes, as ideias filosóficas, as propostas jurídicas e os direitos eram concedidos apenas à elite, uma vez que a escravidão ainda era uma prática.

O tópico possibilita um aprofundamento a respeito da Revolução Haitiana. Para tanto, retome mais uma vez o conceito de revolução, aponte os fatos ocorridos e faça com que os estudantes identifiquem as transformações estruturais que ocorreram durante e após a revolução. É importante destacar que o Haiti era colônia da França e que as duas revoluções (Francesa e Haitiana) ocorreram concomitantemente. Receosas de que uma revolução de escravizados pudesse ocorrer em suas colônias, as metrópoles passaram a temer o "haitianismo". Elas temiam que os ideais da Revolução Francesa ou de outras filosofias ligadas à igualdade dos povos estimulassem rebeliões em outras regiões, inclusive no Brasil.

Esse tópico colabora para a construção das habilidades **EM13CHS504** e **EM13CHS601**. A **CGEB2** e a **CGEB8** também são mobilizadas com destaque aqui e em outros pontos do capítulo.

Sugestões para o professor

» **Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.**

Adepto da historiografia francesa, o espaço geográfico investigado pelo autor é o Atlântico. Nessa obra, ele trabalha com a tese de que a formação do Brasil se deu por meio do processo transatlântico escravista e ressalta a importância dos africanos, que vieram de forma involuntária ao Brasil, para a formação de nossa população.

» **Schwarcz, Lilia; Gomes, Flávio (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.**

Nessa obra, foram organizados textos dos mais variados autores e com diferentes abordagens para apresentar a temática da escravidão, bem como as mais novas perspectivas sobre o assunto.

A liberdade inaugurada após a revolução (Página 66)

Retome com os estudantes a concepção católica de que os seres humanos devem ter uma vida de privações, evitando pecados e seguindo certos dogmas, para garantir plenitude e liberdade na vida após a morte. Comente que esse modo de pensar, entre outras consequências, inviabilizou, principalmente durante a Alta Idade Média, o debate filosófico e científico sobre a vida.

O Iluminismo foi um movimento intelectual que transformou várias áreas da sociedade entre os séculos XVII e XVIII, principalmente na França, na Inglaterra e na Holanda. Os dois principais alvos do Iluminismo eram o poder dos reis e a concepção religiosa da época. Os filósofos e outros estudiosos iluministas propunham aos indivíduos que usassem a razão para pensar e agir em seu cotidiano, em vez de aceitar passivamente construções sociais que lhes eram apresentadas pela fé.

Chame a atenção dos estudantes para o caráter individualista e excludente das propostas europeias em comparação com a forma de pensar e viver de outras comunidades. Isso significa que, apesar de o Iluminismo e de outros pensamentos europeus serem mais valorizados do que outros, especialmente pela visão eurocêntrica que ainda temos da história e das sociedades, havia, no mesmo momento histórico, diversos outros grupos humanos que construíram pontos de vista distintos, valores, formas de viver e conviver que valorizavam a coletividade em detrimento do individualismo.

BOXE REFLEXÃO

A conteúdo do boxe propõe uma reflexão sobre o conceito de liberdade por meio de diferentes perspectivas. O objetivo é incentivar os estudantes a reconhecer a multiplicidade de experiências humanas e, portanto, de necessidades e prioridades constituídas por essas vivências.

1. Atividade de pesquisa. Oriente os estudantes a pensar nas diferentes classes, etnias e gêneros como importantes marcadores de realidades e perspectivas. Incentive-os a buscar experiências do passado histórico e atentar ao fato de que, mesmo hoje, a ideia de liberdade pode ter concepções distintas. Se julgar conveniente, selecione previamente alguns casos e mostre-os aos grupos, após o diálogo sobre o contexto, propondo que cada um deles escolha se aprofundar em um dos contextos que você selecionou.

Liberdade no Ocidente contemporâneo
(Página 67)

As discussões propostas nesse tópico contribuem para a mobilização da habilidade **EM13CHS504**. Além disso, o trabalho com a **CGEB1**, a **CGEB7** e a **CGEB9** é privilegiado nesse debate.

Ao analisar o texto desse item, é possível chamar a atenção dos estudantes para a localização temporal e geográfica relacionada ao surgimento de discursos e movimentos, para além da Europa, ligados às diferentes demandas de liberdade: da passagem do século XIX para o século XX, com discursos e movimentos que questionavam o papel do Estado, o neocolonialismo e a segregação racial, e, posteriormente, da virada do século XX para o século XXI, com a questão da liberdade relacionada ao processo de globalização e às pautas do capitalismo, em especial, sobre o consumo e o consumismo.

Converse com os estudantes sobre a ideia de liberdade de comprar e possuir bens, hiperestimulada pelo capitalismo, pela internet, pelas redes sociais e pelas propagandas de modo geral. Incentive-os a refletir de forma crítica sobre como suas

ações, muitas vezes, podem ser influenciadas ou direcionadas por esses elementos, ou até que ponto existe, de fato, liberdade em nossas vidas no que se refere ao mundo do trabalho e do consumo.

Com relação às balizas analíticas propostas por Dirk Stederoth referentes à liberdade, é possível propor uma conversa ou um debate sobre o tema em pequenos grupos. Nesse sentido, é importante ressaltar que, mesmo em uma tentativa de definição da liberdade, o conceito pode ser visto e aplicado de diferentes formas. Saliente também que esse conceito possui dimensões históricas, geográficas, econômicas, sociais e subjetivas e, por isso, não é interessante engessá-lo, mas mostrar suas especificidades.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam no que foi estudado sobre a liberdade ao longo do capítulo e consigam relacionar esses conteúdos ao que entendem por liberdade em suas vidas e na sociedade em que vivem. Incentive-os a justificar suas respostas dando exemplos relacionados ao próprio cotidiano.

Revolução Industrial (Página 68)

Procure desenvolver a análise do conteúdo sobre Revolução Industrial com a turma, promovendo a reflexão em torno dos sentidos da palavra "revolução" no contexto específico da Inglaterra a partir do século XVIII. É interessante que eles reconheçam as transformações impulsionadas por grupos variados e em épocas distintas. As revoluções rompem com estruturas que deixam de fazer sentido em função das transformações que foram se processando no interior das sociedades, lentamente, no tempo das longas durações, e que de forma brusca impõem uma nova forma de organização.

O conteúdo trabalhado permite o desenvolvimento das competências **CGEB1**, **CGEB5** e **CGEB6**, além das habilidades **EM13CHS401** e **EM13CHS504**.

BOXE REFLEXÃO

Ao abordar os conteúdos do boxe, retome com a turma os diálogos da unidade anterior sobre os filósofos contratualistas, ressaltando que os trabalhos dos pensadores do período estudado conferia legitimidade às práticas políticas e econômicas da época ou serviam de inspiração para as ações das instituições e de seus representantes.

1. a) Espera-se que os estudantes identifiquem que o texto tem como foco a divisão do trabalho.

b) O autor explica o aumento da produtividade por meio da especialização do operário; do ganho de tempo, ao não precisar mudar de trabalho ao longo do dia; e da invenção de máquinas.

Os meios de produção e o proletariado (Página 69)

Dialogue com a turma sobre os conceitos apresentados no texto didático, importantes para compreender as relações sociais, políticas e econômicas entre os operários e os proprietários das instalações industriais. A compreensão das tensões entre esses dois grupos é relevante para compreender o contexto das revoluções industriais e algumas de suas continuidades no mundo contemporâneo.

A abordagem favorece a mobilização da **CGEB1**, da **CGEB5** e da **CGEB6** e das habilidades **EM13CHS401** e **EM13CHS504**.

Inovações tecnológicas (Página 69)

Discuta com os estudantes sobre as profundas transformações no cotidiano das pessoas a partir da Primeira Revolução Industrial, que acelerou o ritmo de vida, trabalho, deslocamento e de circulação de pessoas e mercadorias. A Segunda Revolução Industrial foi responsável pela expansão da industrialização para diferentes países e pela grande mudança nos meios de comunicação, lazer e consumo, com o advento da eletricidade, dos automóveis, do cinema, da fotografia, etc. A terceira e a quarta revoluções industriais acompanharam o processo de globalização, a aproximação das mais distantes regiões do planeta com sistemas de comunicação, produção e informação em rede que conectam capitais, culturas, pessoas e mercadorias.

O tema favorece o desenvolvimento das **CGEB1**, **CGEB5** e **CGEB6** e das habilidades **EM13CHS401** e **EM13CHS504**.

Revolução Russa (Página 70)

Durante a exploração do texto sobre a Revolução Russa, dialogue com a turma para que os estudantes possam compreender esse processo no contexto da Rússia czarista, que, no início do século XX, era uma nação não industrializada, essencialmente agrária, cuja maioria da população vivia na pobreza e sob um regime absolutista. No mesmo período, a maior parte da Europa já estava em processo de industrialização e competia pelo domínio de mercados e territórios para a exploração de matérias-primas. A Primeira Guerra Mundial, a partir de 1914, manifesta-se como um sintoma das disputas imperialistas, porém, para a Rússia, a entrada na guerra significou grandes perdas de recursos econômicos em um período em que o país já estava em crise. O descontentamento da maioria da população pobre e trabalhadora com o regime absolutista e a crise econômica foi o estopim para que a revolução fosse deflagrada. Comente com os estudantes sobre a importância da vitória dessa revolução, que, pela primeira vez na história, implantou o regime socialista, criando o chamado socialismo real.

O conteúdo trabalhado permite o desenvolvimento da **CGEB1**.

Do czarismo ao socialismo na União Soviética (Página 71)

O texto didático dá continuidade à abordagem sobre os desdobramentos da Revolução Russa e da passagem para o socialismo, evento que originou a União Soviética e a derrocada oficial do czarismo russo. Explore com a turma os eventos apresentados no texto e incentive os estudantes a analisar as imagens da página. Na fotografia de 1917, comente que se trata de uma cena de conflito entre a população russa. No cartaz de 1920, destaca-se uma figura feminina, demonstrando, de modo iconográfico, a tentativa revolucionária de romper com a ordem social vigente, majoritariamente patriarcal.

Atividades (Páginas 72 e 73)

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes retomem, na Constituição Federal de 1988, o artigo 1º, inciso III, sobre a garantia da dignidade humana, e o artigo 5º, inciso III, segundo o qual "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante". Assim, espera-se que os estudantes reconheçam que a realidade apresentada pela ONG não está de acordo com o compromisso firmado na Constituição. Para identificar os motivos da

incidência de tais crimes, eles devem levantar questões como o preconceito da sociedade em relação à população carcerária, o fato de as instituições de encarceramento estarem superlotadas e os resquícios da ditadura militar na sociedade atual, representados pela existência de uma polícia militarizada que não compreende seu papel na defesa do indivíduo.

2. a) Não, o autor afirma que a cidadania se desdobra em direitos civis, políticos e sociais. O excerto, porém, aborda apenas os direitos civis.

b) Resposta pessoal. Incentive os estudantes a discutir as possibilidades de cada tipo de direito. Para Carvalho, os direitos políticos não se restringem ao voto, mas fazem parte dele e se resumem à capacidade dos indivíduos de se organizar, votar e ser votados; os direitos sociais garantem a participação nos bens coletivos, relacionados à educação, a um salário justo, à saúde e à aposentadoria.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes observem a distância entre a cidadania plena e a vivida pelos diferentes segmentos sociais brasileiros. Se julgar conveniente, peça a eles que explorem a questão com exemplos.

3. a) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes consigam expressar o que compreendem por liberdade.

b) Resposta pessoal. Essa é uma possibilidade de os estudantes ampliarem sua visão e aplicarem o que aprenderam, analisando a realidade ao seu redor.

4. a) Espera-se que os estudantes identifiquem a crítica relacionada à polarização política na sociedade brasileira.

b) Respostas pessoais. Novamente, os estudantes são convidados a relacionar o que estudaram com sua realidade mais próxima.

5. a) A *jenny* foi a primeira máquina inventada pelo tecelão James Hargreaves, em 1764, que modificou a situação dos trabalhadores e o processo de produção têxtil. A máquina permitia a uma única pessoa acionar dezesseis ou dezoito fusos ao mesmo tempo, ao invés de um só, como era na roda de fiar antiga. A invenção proporcionou um enorme aumento da produção de tecidos. O barateamento dos custos de produção e dos preços dos tecidos estimulou também o aumento da demanda. Dessa forma, o número de trabalhadores da indústria têxtil cresceu e houve a formação de um grande contingente de trabalhadores fabris, o proletariado, que vivia do seu salário.

b) Os capitalistas industriais começaram a instalar *jennys* em grandes prédios e a acioná-las por força hidráulica, o que lhes permitiu reduzir o número de operários e vender o fio mais barato. Aos poucos, as máquinas foram sendo aperfeiçoadas. Sucedeu-se o desenvolvimento do tear mecânico e depois a invenção mais importante do período, a máquina a vapor, que permitia um novo tipo de acionamento das máquinas de fiar.

6. a) O autor menciona que, em janeiro de 1917, a Rússia enfrentava uma grave crise econômica e de abastecimento, com alta dos preços, salários em baixa em relação à inflação e diminuição da produção. Além disso, a participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial consumia parte importante dos recursos do país. A falta de pão e de combustível era eminente.

b) A revolução iniciou-se nas ruas, com a greve de milhares de operários que se manifestavam reivindicando pão. O apoio das tropas aos manifestantes operários nas ruas da cidade de Petrogrado deu início à Revolução Russa e ao fim do regime absolutista dos czares.

7. Resposta correta: alternativa **d**. O texto expõe a contradição trabalhada ao longo do capítulo, ou seja, que a liberdade inaugurada pela revolução tinha limites, pois convivia com a escravidão e o colonialismo.

Ampliando (Páginas 74 e 75)

Essa seção propõe uma reflexão acerca do significado de revolução, chamando atenção para os motivos pelos quais alguns processos históricos geram transformações políticas, econômicas, sociais e culturais tão grandes que revolucionam o modo de vida em um determinado contexto, inaugurando novas formas de existência.

A Revolução Francesa deve ser vista de forma contextualizada, como um processo inserido no contexto da ascensão das ideias liberais dos séculos XVII e XVIII e mobilizada por diversos projetos revolucionários muitas vezes conflitantes, que se uniam para reivindicar o fim dos privilégios do clero e da nobreza, mas divergiam quanto à real redistribuição desses privilégios entre todos os segmentos da sociedade.

É importante que os estudantes atentem para a distinção entre os projetos de revolução mencionados no texto de Jorge Grespan, considerando o que o autor chama de "variações sobre o tema da igualdade", isto é, sobre a natureza da igualdade que deveria ser conquistada por meio do processo revolucionário. Se, por um lado, a burguesia contentava-se com a igualdade jurídica, para os jacobinos, essa igualdade deveria ser social.

Essas discussões contribuem para a mobilização de aspectos da **GCEB1** e da **CGEB2**, bem como das habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS401**, **EM13CHS504** e **EM13CHS605**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Na perspectiva das Ciências Humanas, revolução refere-se ao processo de ruptura ou de grandes transformações que reconfiguram estruturas sociais.

2. Resposta pessoal. *Laissez-faire* é uma expressão francesa que pode ser traduzida ao pé da letra como "deixar fazer" e se refere à ideia liberal de livre mercado, caracterizada pela não intervenção do Estado na economia.

3. Resposta pessoal. Grespan menciona que o primeiro projeto de revolução levava em consideração apenas a igualdade do ponto de vista jurídico e, portanto, relacionava-se à manutenção dos privilégios da aristocracia; já o segundo projeto de revolução propunha a redistribuição de riquezas, reconfigurando as estruturas sociais que reforçavam o grande distanciamento entre os segmentos da sociedade francesa.

4. Resposta pessoal. Espera-se que, em suas respostas, os estudantes levem em consideração a desigualdade entre os segmentos que compunham a sociedade francesa, bem como as reivindicações de cada segmento e a eficácia dos projetos de revolução mencionados por Grespan para atender às demandas de cada grupo social.

5. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mencionem em suas respostas que, do ponto de vista das leis, essas distinções na distribuição de acessos e privilégios não existem mais, mas que ainda há uma grande desigualdade de acessos e privilégios em nossa sociedade.

CAPÍTULO 5 ESTADO-NAÇÃO: QUEM TEM DIREITO?

(Página 76)

A proposta do capítulo pretende incentivar os estudantes a identificar os sujeitos que integram uma nação e refletir sobre como são acolhidos aqueles que são "de fora". Para isso, eles vão investigar as concepções de povo, nação e pátria. O imperialismo será caracterizado, levando em consideração seus objetivos e suas formas de atuação. O Estado liberal também será analisado, por meio do estudo de suas concepções filosóficas, da forma como ele foi implementado em diferentes momentos e locais, de seus desdobramentos – como o neoliberalismo – e de suas características e consequências.

A abertura do capítulo propõe uma reflexão sobre o fim da estrutura feudal na Europa e o início do processo de formação dos Estados nacionais. O texto de abertura dialoga com uma afirmação do historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) a fim de sugerir reflexões sobre os processos de conquista territorial das monarquias em ascensão e a sua relação com o surgimento das estruturas de nação e Estado, e sobre a soberania das populações no reconhecimento de sua nacionalidade no contexto da criação da Declaração de Direitos, de 1795, na França.

Para explorar o conteúdo, explique que a Declaração de Direitos francesa surgiu no contexto do Iluminismo, no qual a hierarquia monárquica francesa era questionada e a população buscava representatividade política, e foi inspirada pela Declaração de Independência dos Estados Unidos, que, emancipados, viviam um período de consolidação de sua autonomia política e econômica em relação à Inglaterra. Pode-se ressaltar também a consolidação de grandes potências comerciais como os Estados Unidos, no continente americano, e a China, na Ásia.

A abertura mobiliza as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS504**, **EM13CHS603** e **EM13CHS605**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes tenham compreendido a ideia de soberania nacional e reflitam sobre os processos de domínio territorial como uma forma de imposição de soberania de um grupo de nações em relação a diversas populações.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reconheçam nas conquistas territoriais imperialistas o início de um processo de conflitos que se agravou e se estendeu ao longo do século XX, ocasionando revoltas que perduraram mesmo após a independência de muitos povos e a formação de novas nações, gerando disputas por recursos e territórios e guerras civis que vulnerabilizaram as populações das áreas conquistadas, o que deu início à onda de movimentos migratórios nas primeiras décadas do século XXI.

Imigrantes, refugiados e xenofobia na Europa: o continente acolhe ou exclui?

(Página 77)

Reforce a diferença entre imigrantes e refugiados. Cada país possui determinações diferentes, mas, de modo geral, os imigrantes são pessoas que saem de um país e vão para outro por motivos diversos, por exemplo, em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida ou por opção. Já os refugiados saem de seu país em razão de perseguições por motivos étnicos, políticos ou religiosos, e em decorrência de violações dos direitos humanos e guerras. Eles costumam enfrentar situações adversas durante as viagens com destino a outras nações, como mencionado no texto.

A análise do conjunto de gráficos possibilita aos estudantes compreender de maneira aprofundada os principais fluxos migratórios do mundo contemporâneo. A proposta mobiliza aspectos da habilidade **EM13MAT102**.

A xenofobia na Europa atual (Página 78)

Para tratar do assunto, é possível retomar com os estudantes a presença da xenofobia em sociedades antigas para que percebam que ondas de imigração de diversos tipos fazem parte da história da humanidade há milênios e que, em menor ou maior grau, geram conflitos e trocas culturais (de modo geral, assimétricas). Mostre a eles que não se trata somente de um tema da contemporaneidade. A questão é que, atualmente, os elementos políticos, econômicos e ideológicos, como o ultranacionalismo, em conjunto com os meios de comunicação, dão maior visibilidade à xenofobia, que, longe de ser naturalizada, deve ser questionada quanto aos motivos pelos quais ocorre e os locais e os períodos em que acontece.

As discussões apresentadas nesse tópico, assim como as do tema anterior, fomentam o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS102**, **EM13CHS106**, **EM13CHS504** e **EM13CHS605**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Há uma grande possibilidade de os estudantes que moram em grandes e médias cidades terem contato com pessoas de outros países, inclusive da América Latina. Incentive-os a refletir sobre o lugar social que essas pessoas ocupam em suas comunidades e como são tratadas pelos moradores da região.

A ideia de nação e a consolidação do Estado liberal (Página 79)

Para abordar o liberalismo econômico, é importante que os estudantes retomem a participação da burguesia na Revolução Francesa, camada social que tinha poder econômico e reivindicava participação política.

A ideia de liberdade proposta por John Locke foi apropriada e modificada por uma parcela da elite detentora de poder econômico e político, o que originou o liberalismo econômico, ideologia que reforça a liberdade do indivíduo de possuir, produzir e comercializar bens sem a intervenção do Estado.

Sobre o liberalismo nacional, é possível retomar o processo absolutista que ocorreu na Europa ao longo dos séculos XII e XVI, em nações como Portugal, Espanha, França e Inglaterra. Naquele momento, os territórios foram organizados como nações submetidas ao poder quase absoluto de um monarca, o que dá início ao que conhecemos hoje como nacionalismo.

No entanto, duas nações – Itália e Alemanha – passaram por processos tardios de unificação, em que a organização já não ocorria em torno de um monarca, mas em função das demandas das populações que viviam nos reinos, nos condados e nos territórios dessas regiões.

Esse item colabora para o aprofundamento das habilidades **EM13CHS102**, **EM13CHS104** e **EM13CHS401** e para a construção da **CGEB6** e da **CGEB9**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam sobre o papel do Estado na regulamentação das normas econômicas e considerem que a não interferência no mercado pode abrir espaço para situações de exploração desenfreada e livre concorrência entre nações, empresas e, em última instância, entre trabalhadores.

Haitianos no Brasil (Página 80)

A presença de haitianos no Brasil pode ser discutida com os estudantes observando processos de rupturas e continuidades na história do Haiti. Após ter sido pioneiro em um processo revolucionário que expulsou os colonizadores franceses entre o final do século XVII e início do século XVIII, o Haiti passou a ser visto com receio pelos países colonizadores, que temiam que a revolução empreendida pelos haitianos pudesse servir de exemplo para outros países colonizados. Disso advém um dos principais motivos para o embargo econômico sofrido pelo país, que redundou na baixa qualidade de vida da população.

Pode ser interessante retomar com os estudantes o fato de que todas as regiões do mundo estão sujeitas a catástrofes naturais, cujos efeitos podem ser potencializados por ações humanas.

O grande número de refugiados haitianos no Brasil pode ser explicado em virtude da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, mas também pela participação do Exército brasileiro em uma ação de ajuda humanitária logo após o terremoto de 2010.

Esse item colabora para a construção da habilidade **EM13CHS101**, bem como da **CGEB1**, da **CGEB2** e da **CGEB9**.

Estado liberal e sociedade (Página 81)

A proposta de liberalismo elaborada por Locke foi retomada e ampliada por Adam Smith, que cunhou a expressão "mão invisível do mercado", a qual indica que o mercado tende a se autorregular, tornando desnecessária a intervenção estatal na economia. Baseando-se nas concepções de oferta e demanda, solicite aos estudantes que busquem, em fontes confiáveis, algumas ideias elaboradas por Smith. Ressalte que as ideias liberais foram revistas depois da Primeira Guerra Mundial, em razão da perda de muitas vidas e da crise econômica que ela desencadeou, principalmente na Europa.

Para garantir a manutenção do sistema capitalista e a recuperação das economias, foram criados o keynesianismo e o Estado de bem-estar social, que podem ser analisados pelos estudantes por meio do esquema da página, o qual mostra as diferenças entre o liberalismo e as políticas de intervenção parcial, relacionadas ao Estado, à economia e aos trabalhadores.

Esse item colabora para a mobilização das habilidades **EM13CHS401**, **EM13CHS404** e **EM13CHS503**.

Imperialismo: o projeto colonialista europeu (Página 82)

Mostre aos estudantes a localização histórica e geográfica do colonialismo e do imperialismo (neocolonialismo) e ressalte as similaridades e as diferenças entre eles. Para isso, é possível propor a construção conjunta de uma tabela comparativa desses dois processos históricos na lousa.

Além da imposição militar, houve também alianças feitas entre os países imperialistas e líderes locais que apoiavam suas ideias e, muitas vezes, eram beneficiados do ponto de vista econômico e político. Os principais objetivos dos países imperialistas eram aumentar sua influência política, obter mão de obra barata, aumentar o mercado consumidor de seus produtos industrializados e explorar as matérias-primas das regiões dominadas.

Sugestões para o professor

» *Diamante de sangue*. Direção: Edward Zwick. Estados Unidos/Alemanha, 2006 (134 min).

Ambientado na guerra civil pela independência em Serra Leoa, o filme trata da exploração ilegal de diamantes na região.

» *Hotel Ruanda*. Direção: Terry George. África do Sul/Estados Unidos/Itália/Reino Unido, 2004 (121 min).

Os conflitos étnicos, frutos do processo de descolonização de Ruanda, e suas consequências são os temas principais desse filme, baseado em uma história real. O filme também tece críticas à atuação falha da ONU durante o conflito, em meados da década de 1990.

Povos indígenas: estrangeiros na própria terra? (Página 83)

É importante que os estudantes questionem e conversem sobre o fato de, muitas vezes, os povos originários do Brasil serem tratados como estrangeiros e se sentirem estrangeiros. Esse sentimento pode ser identificado na ideia de nação indígena, tendo em vista que os indígenas possuem costumes, culturas, organizações políticas e econômicas, além de línguas próprias, o que faz com que muitos deles se considerem parte de uma nação que estabelece relações com os brasileiros e o Estado.

Por outro lado, de modo geral, uma parcela da população brasileira não entende os costumes indígenas e sua importância, priorizando interesses econômicos em detrimento da vida e das terras dos diversos povos indígenas existentes. Grande parte desses povos foram exterminados nos últimos 500 anos.

Para aprofundar o tema, sugira aos estudantes que pesquisem, em fontes confiáveis, informações sobre um dos povos indígenas que vivem no Brasil. Solicite a eles que apresentem suas descobertas para que percebam a heterogeneidade desses povos.

Esse item colabora para o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS106**, **EM13CHS504** e **EM13CHS401**, bem como da **CGEB7** e da **CGEB10**.

BOXE INTERAÇÃO

1. a) No passado, ser estrangeiro estava relacionado ao fato de uma pessoa ou um grupo viver fora de seu lugar de origem. Nos dias de hoje, essa ideia tem passado por um processo de transformação, decorrente dos acontecimentos que marcaram o século XX e transformaram o conceito de estrangeiro. Atualmente o termo passou a remeter a um grupo que não é respeitado em suas singularidades culturais e não é incorporado ou aceito em determinado espaço ou território.

b) Espera-se que os estudantes identifiquem que esse processo está relacionado à colonização e à formação da identidade nacional brasileira, que excluiu as populações indígenas.

c) De acordo com Brum, os povos indígenas sentem-se estrangeiros no Brasil devido ao fato de, durante o processo de colonização, terem sido escravizados, catequizados, expulsos e dizimados. Além disso, suas identidades foram desconsideradas no processo de formação da identidade nacional, e ainda hoje esses povos têm suas vozes, demandas e identidades negadas e silenciadas.

Atividades (Páginas 84 e 85)

1. a) Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes identifiquem a xenofobia no Brasil. Promova um ambiente acolhedor durante o compartilhamento de experiências, problematizando os malefícios do preconceito e da intolerância em sociedades democráticas.

b) Espera-se que os estudantes relacionem a manchete com os fluxos de refugiados para o Brasil nas primeiras décadas do século XXI, como os haitianos e os grupos oriundos de Angola, Guiné-Bissau, Nigéria, República Democrática do Congo e Senegal.

2. Atividade de pesquisa. Espera-se que os estudantes identifiquem em seus textos situações nas quais os povos indígenas são expropriados de suas terras e obrigados a se deslocar para zonas urbanas, onde muitas vezes são marginalizados.

3. As potências imperialistas estabeleceram relações de poder e domínio em relação aos povos e aos territórios conquistados.
4. Resposta correta: alternativa **e**. A alternativa aponta as principais consequências do liberalismo com relação aos trabalhadores e às camadas mais pobres da população.
5. Resposta: alternativa **d**. A dominação política e econômica dos países europeus sobre a África e a Ásia está associada em grande medida às justificativas culturais amparadas por discursos que defendiam uma pretensa "missão civilizatória". Ao trabalhar o tema em sala de aula, promova um debate com os estudantes a respeito do caráter etnocêntrico dessas justificativas, que desqualificam formas de organização cultural e sociopolítica diferentes daquelas da cultura ocidental.
6. Resposta correta: alternativa **a**. A busca por melhores oportunidades de trabalho constitui-se como uma das principais razões para as migrações nas últimas décadas. Entretanto, à medida que aumentam os fluxos migratórios para países desenvolvidos, também aumentam atitudes xenofóbicas que buscam dificultar ou impedir a entrada de imigrantes nesses países.
7. Resposta correta: alternativa **b**. A situação dos refugiados da guerra civil e da crise humanitária na Síria é comparável à situação descrita no excerto.
8. Resposta correta: alternativa **d**. Na letra da canção, há várias referências ao Oriente Médio, como o "Mar Egeu", que fica entre a Grécia e a Turquia; e os "fariseus", que são judeus devotos ao Torá. Além disso, "sírios" são oriundos da Síria, no Oriente Médio.

Estúdio de História (Páginas 86 e 87)

O conteúdo dessa seção tem o objetivo de levar os estudantes a compreender conceitos, mudanças, permanências e simultaneidades na construção de tempo histórico e de suas durações no estudo da História. A partir da apresentação de Fernand Braudel, eles podem aprofundar seus conhecimentos sobre as temporalidades curta, média e longa duração propostas pelo historiador. Se considerar oportuno, peça a eles outros exemplos de cada temporalidade a fim de percebê-las no próprio cotidiano. Com isso, é possível trabalhar as habilidades **EM13CHS102**, **EM13CHS103**, **EM13CHS104** e **EM13CHS105**.

PARA CONCLUIR

1. Espera-se que os estudantes expliquem, com as próprias palavras, que o tempo histórico é marcado por eventos relevantes para uma comunidade. Assim, cada período histórico é identificado pela comunidade de acordo com características específicas e não pela datação dos calendários, como ocorre com o tempo cronológico.
2. Resposta pessoal. Se necessário, acompanhe a turma na investigação de fontes confiáveis da internet, de modo que o parágrafo dos estudantes apresente as principais mudanças trazidas pela Escola dos *Annales*, como o estudo das mentalidades e das ideologias, em detrimento dos estudos da história econômica.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os exemplos trazidos pelos estudantes correlacionem corretamente as ideias de longa, média e curta durações, de acordo com o que foi estudado na seção.

CAPÍTULO 6 A QUEM SERVE O ESTADO?

(Página 88)

O capítulo 6 tem como objetivo levar os estudantes a refletir sobre o papel do Estado de modo mais aprofundado em relação ao capítulo 1, enfatizando o Estado brasileiro. Aqui os estudantes serão instados a avaliar projetos políticos de modo crítico, identificando grupos privilegiados e grupos prejudicados. Para isso, vão investigar as disputas relacionadas à consolidação do Estado liberal no século XIX e discutir os projetos de organização social no passado e no presente. Além disso, os estudantes serão incentivados a entender, respeitar e defender os princípios dos direitos humanos.

A abertura busca aprofundar a reflexão sobre a organização do Estado brasileiro, as desigualdades sociais e os privilégios de classe. Nesse sentido, é possível explorar com os estudantes os trechos citados da Constituição Brasileira de 1988 e questioná-los se a Carta Magna está de acordo com a realidade em que vivem.

Com relação ao segundo e ao terceiro parágrafo do texto de abertura, faça uma breve retomada da história do país desde a independência, demonstrando que as mudanças de regime político não alteraram as bases socioeconômicas do país, tendo em vista a profunda desigualdade social e econômica.

É possível solicitar aos estudantes que citem (ou façam uma breve pesquisa) casos veiculados na mídia recentemente que mostrem a manutenção dos privilégios das classes favorecidas em detrimento da maioria da população.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. As fotos de Porto Alegre foram tiradas antes e depois das cheias que acometeram o Rio Grande do Sul em 2024.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mencionem investimentos para evitar situações como as vivenciadas pelo povo gaúcho, além de programas sociais para acolher as pessoas desabrigadas em decorrência de eventos climáticos extremos.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam sobre as políticas de Estado mantidas no país, bem como sobre os segmentos da sociedade a quem elas se dirigem e beneficiam.

Desafios do Estado brasileiro e de suas instituições (Página 89)

É importante que os estudantes compreendam o conceito de Estado enunciado no primeiro parágrafo do texto, bem como a ideia de democracia, de onde vem o poder dado ao Estado nos dias de hoje. Apesar de terem significados e práticas diferentes ao longo da história, ambos os conceitos podem ser utilizados para analisar diferentes civilizações ao longo do tempo.

Ressalte aos estudantes o importante papel da Constituição, também chamada de Carta Magna, em todos os países. De modo geral, esse documento é produzido logo após os processos de independência, ou outros tipos de formação de países, e serve de fundamento para todas as demais leis que serão criadas por estados e municípios. As constituições garantem os princípios sociais, políticos, econômicos e éticos que não deveriam ser, em teoria, usurpados de nenhuma pessoa, grupo, empresa, instituição e corpo administrativo eleito. No entanto, nem sempre isso ocorre.

Com relação ao *lobby* e ao mau uso da máquina estatal, pode ser produtivo falar sobre os casos de corrupção por meio exemplos e da análise de como são tratados no Brasil. Esse item colabora para a construção das habilidades **EM13CHS401**, **EM13CHS603** e **EM13CHS605**. Essas habilidades são aprofundadas ao longo do capítulo.

O trabalho com a *charge* favorece o desenvolvimento das habilidades **EM13LGG101**, **EM13LGG102** e **EM13LGG105**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam a crítica do chargista ao nepotismo, ou seja, à prática de favorecimento de parentes ou amigos próximos na nomeação ou promoção para cargos, em detrimento de outras pessoas mais qualificadas.

Lobby e interesses diversos (Página 90)

A questão do uso de agrotóxicos é utilizada como um dos exemplos de *lobby* que ocorrem no Brasil e que geram consequências graves para a população brasileira. Por se tratar de um país agroexportador desde os tempos coloniais, a liberação de agrotóxicos é uma ameaça à saúde não só da população brasileira, mas também da população dos países que importam produtos brasileiros. O uso desses insumos também compromete o meio ambiente, tendo em vista que não é possível controlar os danos causados pelos venenos depois de aplicados. Solicite aos estudantes que façam uma pesquisa em fontes confiáveis sobre os impactos negativos dos agrotóxicos que foram liberados na última década. Peça a eles que apresentem o resultado para a turma.

Apesar da representação dos ruralistas e dos ambientalistas em cargos eletivos, a análise do gráfico "Brasil: Registros de agrotóxicos (2003-2023)" pode auxiliar os estudantes a inferir que o poder político e econômico dos ruralistas vem se sobrepondo à preservação do meio ambiente. É importante lembrar aos estudantes que a posse e o usufruto da terra no Brasil são uma questão histórica de fundo, que diz respeito às estruturas do país.

O trabalho com o gráfico apresentado na página 90 favorece a mobilização de aspectos da habilidade **EM13MAT102**.

Panorama liberal na América Latina

(Página 91)

É importante que os estudantes percebam a diferença entre os governos liberais da Europa e da América Latina, historicamente marcada pela colonização e pela formação de uma elite local que tem seu foco na manutenção de seu poder e *status*, fazendo com que as desigualdades sociais e a pobreza da maioria da população permaneçam.

É interessante mostrar a eles que, durante o século XX, principalmente por conta das guerras e das crises cíclicas do capitalismo, o liberalismo foi questionado, levando alguns países a defender regimes de ultradireita, que interferiam não somente na economia, mas na política e na vida das pessoas, como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha, que também pregavam uma política eugênica e antissemita.

Já entre o fim do século XX e o início do XXI, por meio do Consenso de Washington, países em desenvolvimento, como os da América Latina, foram incentivados por organismos financeiros internacionais a adotar, em maior ou menor medida, princípios neoliberais, tais como os citados no texto. É fundamental frisar aos estudantes que o Estado mínimo proposto pelo neoliberalismo afeta diretamente a maioria da população, que depende de serviços públicos de saúde e educação, por exemplo.

A proposta favorece o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13CHS401**, **EM13CHS603** e **EM13CHS605**.

Sugestões para o professor

» **Azevedo, Plauto Faraco de. *Neoliberalismo*: desmonte do Estado social. Porto Alegre: Libretos, 2018.**

O autor contextualiza o surgimento do liberalismo, mas faz críticas ao atual neoliberalismo e à globalização, que vêm eliminando direitos fundamentais e trazendo graves consequências para o meio ambiente.

» ***A dama de ferro*. Direção: Phyllida Lloyd. França/Reino Unido, 2011 (104 min).**

O filme é uma biografia da primeira-ministra britânica Margareth Thatcher, considerada a mãe do neoliberalismo, durante o período de 1979 a 1990.

A atuação do Estado brasileiro na economia do café (Página 92)

Uma possibilidade para iniciar o estudo desse item é fazer uma breve retomada da importância do café para a economia brasileira. Em meados da década de 1840, o café passou a ser o principal produto de exportação do Brasil. Na época, o preço do café no mercado internacional era alto. Além de ter se tornado uma "moda" entre europeus e estadunidenses, o consumo de café, uma bebida naturalmente energética, pode ser relacionado à Segunda Revolução, quando milhões de trabalhadores tinham de se manter despertos muitas horas por dia em seus postos de trabalho (costume que ainda existe até hoje). O café teve (e ainda tem) tanta importância na economia que acabou deixando marcas na cultura e nos costumes da população.

É importante explicitar que a política de Estado colocada em prática no fomento à produção de café acabou por desvalorizar o produto, levando a decisões disparatadas, como a firmada no Congresso de Taubaté, para não modificar o *status* social e econômico dos chamados barões do café, parte importante da elite da Região Sudeste. Esse fato, somado à compra do café excedente pelo Estado, pode ser citado como exemplo de intervenção estatal na economia que não redundou em benefícios para a maioria da população, diminuindo a possibilidade de diversificação com investimentos na industrialização, por exemplo.

Relações entre trabalho e alienação (Página 93)

É importante explicitar aos estudantes que Marx e Engels foram os primeiros a analisar de forma radical e abrangente as origens e as características do capitalismo. Ambos criaram, por exemplo, a expressão "classe social", presente em nosso cotidiano. Foi somente a partir da gênese do capitalismo e da luta de classes que eles propuseram uma alternativa ao capitalismo: o socialismo científico, que, posteriormente, foi apropriado por outros teóricos e se transformou em uma baliza teórica para outras propostas de sistemas socioeconômicos.

Sobre a alienação do trabalho, é possível apresentar trechos do filme *Tempos modernos*, de Charles Chaplin. Esse filme mostra trabalhadores nas linhas de montagem de uma fábrica operando de forma repetitiva e em ritmo cada vez mais rápido ações sem sentido, sem saber o que de fato é produzido a partir de seu trabalho. A alienação do trabalho também está relacionada

à mais-valia: os trabalhadores das linhas de montagem (propostas por Frederick Taylor e, posteriormente, melhoradas por Henry Ford) não têm nenhum tipo de qualificação profissional e, por isso, podem ser facilmente substituídos. Quando trabalham em grandes indústrias, geralmente os salários recebidos pelos operários não permitem que eles comprem o que produzem. O diálogo favorece o desenvolvimento da **CGEB5**.

Outras possibilidades de sistemas políticos (Página 94)

É possível estabelecer um paralelo entre o que foi estudado na página e nos dois últimos capítulos desta unidade. De acordo com as ideias de Karl Marx, a classe trabalhadora é composta da grande maioria da população produtora de todos os produtos e riquezas que são apropriados pela burguesia, o que seria o motor da luta de classes. Nesse sentido, tanto as ideias socialistas quanto as propostas anarquistas surgem como uma insatisfação geral com o capitalismo e como maneiras possíveis de superá-lo. É importante que os estudantes compreendam as propostas do anarquismo: ele faz uma oposição e crítica radical à presença do Estado e não é sinônimo de desorganização ou baderna, como muitas vezes a palavra é utilizada, de forma errônea, em nosso cotidiano.

Com relação à Primavera dos Povos, é possível relacionar o trecho citado de Hobsbawm com a descrição do movimento presente na página, para demonstrar o descompasso político, econômico e social de parte dos países da Europa em meados do século XIX. Nesse sentido, é plausível relacionar a mobilização civil à conquista de direitos.

Esse item e o anterior colaboram para o desenvolvimento da **CGEB1**, da **CGEB4** e da **CGEB7**.

Os Estados contemporâneos diante da pandemia do século XXI (Página 95)

A pandemia da covid-19 fez com que parte da imprensa e da população de vários países questionassem o modelo de Estado mínimo proposto pelo neoliberalismo, tendo em vista como diferentes governantes com estruturas estatais diversas enfrentaram a crise. As intervenções dos países com relação aos seus sistemas públicos e privados variaram de acordo com cada país, e muitos deles lançaram mão de políticas de assistência à população mais pobre, evitando o aumento do número de mortos. Solicite aos estudantes que façam uma pesquisa em fontes confiáveis sobre a atuação política de diferentes líderes ao longo do ano de 2020 e os resultados que obtiveram diante da pandemia.

Esse item e o anterior colaboram para o desenvolvimento da **CGEB6** e da **CGEB10**.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

No trecho do artigo de Lilia Moritz Schwarcz, a historiadora e antropóloga problematiza a expressão "novo normal", que se tornou bastante comum no contexto da pandemia de covid-19. Em sua problematização, a autora critica a normalização de situações de precariedade e de negação da dignidade humana que caracterizavam o "antigo normal", bem como a postura idealista de que o novo normal representará uma melhora em termos sociais, visto que certos problemas sociais básicos permanecem (e, ao que tudo indica, permanecerão) sem solução.

Essa discussão pode contribuir com a mobilização de aspectos da **CGEB6**, da **CGEB7**, da **CGEB10** e das habilidades **EM13CHS401** e **EM13CHS605**, colaborando também com o desenvolvimento dos temas contemporâneos transversais **Sáude** e **Cidadania e civismo**, com destaque para Educação em direitos humanos e Vida familiar e social.

1. A historiadora Lilia Moritz Schwarcz aponta para as desigualdades econômicas e sociais no Brasil, onde uma parcela expressiva da população não tem saneamento básico nem condições dignas de moradia, estando mais vulneráveis ao coronavírus em razão da ausência de ações do Estado em benefício dessas populações e ineficiência deste em promover políticas públicas que atendam à coletividade. Nesse contexto, a autora aponta, ainda, para um discurso comum exposto pelas elites e classes médias, que, em sua condição de privilégio estabelecida no contexto do sistema capitalista, começam a questionar o consumo excessivo e a terceirização de serviços básicos. Para a autora, esse questionamento do "novo normal" não abarca a compreensão sobre a exploração de grande parte da sociedade brasileira e a marginalização imposta pela lógica capitalista liberal, reforçada pelo Estado.
2. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes reflitam sobre o fato de a pandemia ter exposto a vulnerabilidade da população historicamente marginalizada, desprovida de condições básicas de higiene e saneamento básico e tendo de lidar com a necessidade de continuar trabalhando mesmo diante das orientações de isolamento social, com os impactos diretos da fome e do contágio do coronavírus. Quanto ao projeto ideológico neoliberal, a pandemia colocou em xeque a defesa irrestrita do Estado mínimo, a falta de investimentos em saúde e pesquisa científica e a capacidade da iniciativa privada em regular as sociedades. Espera-se, ainda, que, mobilizando os conteúdos trabalhados neste capítulo, os estudantes reflitam sobre o desequilíbrio das atuais instituições e a possibilidade de reorganização das forças de poder.

Atividades (Páginas 96 e 97)

1. Conforme a Constituição de 1988, o Estado brasileiro pode ser caracterizado como um sistema democrático liberal que preza pela propriedade privada e pela livre-iniciativa e que deve atuar no sentido de garantir o respeito aos direitos humanos, equalizar as desigualdades sociais, promover a oferta de empregos e proteger o meio ambiente, entre outros aspectos.
2. Ao longo da história, os grupos sociais do Brasil têm se organizado sobre bases desiguais. Muitos resquícios dessa desigualdade têm origem na sociedade colonial escravocrata, na qual pequenas elites senhoriais eram beneficiadas pela Coroa portuguesa com terras e poderes políticos para sujeitar indígenas e africanos escravizados. Com o passar dos séculos e com o crescimento da sociedade brasileira, as desigualdades foram se enraizando. No século XIX, quando o Brasil se tornou independente e adotou o liberalismo como sistema político e econômico, essas elites privilegiadas continuaram ocupando as esferas de poder e sendo favorecidas por políticas públicas intervencionistas. Ao longo do século XX, a sociedade brasileira se tornou maior e mais diversificada, e os movimentos sociais ganharam força, pressionando os mais diferentes governos para que tivessem seus direitos reconhecidos pelo Estado. A Constituição de 1988 representa a conquista de muitos desses direitos, mas os governos contemporâneos, ao privilegiarem políticas neoliberais, atuam de forma incompatível com os preceitos constitucionais, favorecendo determinados grupos e interesses econômicos e negando os direitos coletivos da população brasileira.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes avaliem os impactos do coronavírus em diversos países ao longo de 2019 e 2020, refletindo sobre a importância de uma política de Estado que atenda aos interesses da coletividade para salvar vidas, se comprometa com a saúde pública e invista

em pesquisas científicas. Caso o Estado estabeleça uma política de governo que se omita diante dos impactos de contágios e mortes de milhares de cidadãos, priorizando a manutenção da agenda econômica neoliberal, os riscos podem ser a dizimação de pessoas, a desestruturação das forças de trabalho e o caos social.

4. a) Resposta pessoal. A exposição aos agrotóxicos e a ingestão de alimentos contaminados por eles podem implicar um grande risco à saúde das pessoas. Converse com os estudantes sobre a importância de selecionar frutas, legumes e verduras da época na hora da compra. Esses itens podem ter menos resíduos agrotóxicos quando colhidos na época certa. Oriente-os a optarem por alimentos da região em que eles moram para valorizar os agricultores locais, pois alimentos que percorrem grandes distâncias costumam ser pulverizados no pós-colheita, aumentando o nível de contaminação. Outro ponto importante é evitar o consumo de alimentos ultraprocessados, pois há resíduos contaminantes na sua composição. Ainda seguindo na linha de uma alimentação saudável, é essencial diversificar os alimentos na dieta. Com isso, trabalha-se o tema contemporâneo transversal **Saúde**, com ênfase em Saúde e em Educação alimentar e nutricional.

   b) Resposta pessoal. Oriente os estudantes a refletirem sobre práticas que promovam a equidade entre as relações dos ecossistemas, de políticas públicas e de consumo consciente que fomentem a produção de alimentos saudáveis.

5. Resposta correta: Alternativa **b**. O primeiro trecho está relacionado à defesa do controle da economia pelos monarcas; o segundo trecho refere-se à teoria do livre mercado, de Adam Smith, ou seja, à livre concorrência com pouca interferência do Estado.

6. Resposta correta: Alternativa **b**. O Convênio de Taubaté foi um acordo assinado entre os governadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro com o objetivo de estabilizar o preço do café diante da superprodução do produto.

7. Resposta correta: Alternativa **e.** O aumento da produção e da exploração resultaria em maior lucratividade.

8. Resposta correta: Alternativa **c**. Enquanto o primeiro trecho chama a atenção para os perigos dos alimentos transgênicos, o segundo trecho afirma que não é possível afirmar que esse tipo de alimento traga malefícios à saúde.

Práticas de texto (Páginas 98 e 99)

Será necessário orientar os estudantes com relação às etapas de planejamento das entrevistas. Uma possibilidade é que cada grupo, além de entrevistar diferentes representantes políticos de variados partidos, escolha também um tema central ou explore determinado assunto em suas entrevistas, como as questões ligadas à saúde, à educação, ao cuidado e à preservação do município ou Estado, ao meio ambiente, etc.

É possível fazer, em conjunto com os estudantes, uma pesquisa na internet para saber como entrar em contato com representantes políticos. Tendo em vista a possibilidade de alguns destes se recusarem a conceder a entrevista, você e os grupos devem selecionar os representantes em um número maior do que a quantidade de grupos.

Os estudantes devem produzir questões bem formuladas, mais ou menos abertas, tendo como norte o tema que escolheram ou suas indagações sobre questões políticas ligadas ao município ou ao estado. Além disso, eles devem ter em mente que a entrevista pode seguir um rumo diferente do esperado e que, portanto, podem ser formuladas perguntas adicionais no momento da entrevista.

Lembre-os de tratar os entrevistados com educação e garantir que todos os equipamentos necessários para as entrevistas estejam disponíveis e funcionando.

Uma possibilidade relacionada à etapa **Revisão e reescrita** é que os grupos troquem os textos das entrevistas entre si para verificar se estão inteligíveis e claros.

Sobre a circulação do material produzido, é importante que haja uma divisão de tarefas, com a finalidade de que todos participem. Nesse sentido, os estudantes podem atuar em atividades ligadas aos próprios interesses, como as que tenham a ver com *design*, questões tecnológicas, divulgação do *blog*, etc.

Essa abordagem colabora para a construção das habilidades **EM13CHS603** e **EM13CHS605**. Além delas, a seção favorece o desenvolvimento das habilidades **EM13LGG101**, **EM13LGG102** e **EM13LGG303**.

Práticas de pesquisa (Páginas 100 e 101)

Uma possibilidade é propor aos estudantes que façam uma leitura conjunta do texto de Luciana Dyniewicz e debatam os principais pontos em relação à epidemia e ao papel desempenhado pelos Estados.

Em seguida, você pode sugerir a eles que, para a análise da imagem, façam uma breve pesquisa em fontes confiáveis sobre o auxílio emergencial oferecido pelo governo.

É importante que os estudantes identifiquem que as perguntas formuladas no item ***O problema*** servem de fio condutor de toda a pesquisa, tendo em vista que o seu objetivo é buscar respostas a essas indagações. No item ***A investigação***, é preciso garantir que eles tenham compreendido o que são os documentos na pesquisa social, como são produzidos, quem os produziu e como os respectivos conteúdos são veiculados.

Com relação à etapa de **Procedimentos**, pode ser interessante que os estudantes busquem tipos variados de notícias, com opiniões diferentes de mais de um tipo de meio de comunicação. Ao completar a tabela proposta, eles poderão organizar as informações coletadas para facilitar a troca entre os colegas. É bastante possível que eles precisem de auxílio para pesquisar e identificar o tipo de notícia de que precisam, bem como identificar os elementos da tabela.

Quando os estudantes se reunirem em grupos, é importante que eles possam analisar com calma e tempo suficientes o material coletado e fazer o cruzamento de dados proposto. Isso será importante para que possam apresentar, na roda de conversa, suas análises, impressões e as dificuldades enfrentadas durante a atividade.

Para finalizar, é essencial que os estudantes utilizem o material coletado por eles e pelos colegas e se expressem de forma crítica com relação ao tema. Caso seja necessário, o texto pode ser revisto ou corrigido pelo professor e refeito pelos estudantes, caso suas produções careçam de mudanças. Essa atividade de pesquisa pode servir como elemento de avaliação e para identificar dúvidas e dificuldades que os estudantes tenham enfrentado ao longo do estudo da unidade.

Essa atividade dá continuidade ao trabalho com a **CGEB1** e a **CGEB7** e com as habilidades **EM13CHS401**, **EM13CHS603** e **EM13CHS605**. Além delas, a seção favorece o trabalho integrado com a área de Linguagens, possibilitando a mobilização das habilidades **EM13LGG203**, **EM13LGG204**, **EM13LGG301** e **EM13LGG303**. A pesquisa ainda possibilita a integração com a área de Ciências da Natureza, acionando as seguintes habilidades: **EM13CNT104** e **EM13CNT301**.

3 BRASIL: POLÍTICA E REPRESENTATIVIDADE

INTRODUÇÃO

Em capítulos anteriores, os estudantes aprofundaram seus conhecimentos sobre o conceito de Estado. Agora, eles são convidados a direcionar sua atenção para o desenvolvimento do Estado brasileiro. Essa proposta está organizada em três capítulos. O capítulo 7 dedica-se à formação e à consolidação de nosso Estado durante o Império, em diálogo com o presente, e nele destaca-se a participação popular na política nacional, tendo em vista os conceitos de democracia e de cidadania. O capítulo 8 tem como objetivo apresentar e analisar questões relacionadas aos direitos sociais, com destaque para as ações afirmativas e seus impactos sobre as populações mais jovens. Para encerrar a unidade, o capítulo 9 explora um tema que vem ganhando espaço nas discussões políticas no Brasil e no mundo: o da representatividade política, incluindo abordagens relativas às relações entre religião e política. A representatividade feminina, vista em seu processo histórico e na atualidade, é assunto de destaque no capítulo, o qual também discute a atual crise mundial da democracia representativa, derivada, em parte, da crise dos partidos políticos.

Sugestão de planejamento

Em vários momentos da unidade é possível debater os impactos das ações humanas sobre os diferentes ecossistemas brasileiros, considerando-se que as relações com a natureza também são decisões políticas. Esses contextos são valiosos momentos de interdisciplinaridade entre as Ciências Humanas e as Ciências da Natureza. Por isso, sugere-se que, com antecedência, sejam reservadas aulas conjuntas, a fim de discutir os impactos das políticas de estado e das ações sociais sobre o meio ambiente.

Objetivos da unidade

- Compreender o que é política e sua importância para a organização da vida em sociedade.
- Compreender diversos mecanismos de exclusão social em diferentes momentos da história do Brasil.
- Reconhecer o longo processo de ampliação popular na participação política no Brasil.
- Analisar maneiras de participar da política nacional, em diferentes instâncias, na atualidade.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA UNIDADE

CAPÍTULO	COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES	TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS
7	CGEB1, CGEB6, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS104 **CECHSA2:** EM13CHS201 e EM13CHS204 **CECHSA3:** EM13CHS303 **CECHSA4:** EM13CHS404 **CECHSA5:** EM13CHS502 **CECHSA6:** EM13CHS601, EM13CHS603 e EM13CHS606 **CECNT1:** EM13CNT104 **CECNT2:** EM13CNT203	Vida familiar e social
8	CGEB1, CGEB2, CGEB6, CGEB7 e CGEB8	**CECHSA1:** EM13CHS102 **CECHSA2:** EM13CHS201 **CECHSA4:** EM13CHS404 **CECHSA5:** EM13CHS502 **CECHSA6:** EM13CHS601 **CECNT2:** EM13CNT201 e EM13CNT208 **CECNT3:** EM13CNT303, EM13CNT305 **CELT1:** EM13LGG101, EM13LGG102, EM13LGG103 e EM13LGG104 **CELT2:** EM13LGG202 **CELT3:** EM13LGG302 **CELT7:** EM13LGG703 **CEMT1:** EM13MAT102	
9	CGEB2, CGEB6, CGEB7, CGEB8, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS102 **CECHSA2:** EM13CHS201 **CECHSA4:** EM13CHS401, EM13CHS402, EM13CHS403 e EM13CHS404 **CECHSA5:** EM13CHS502 **CECHSA6:** EM13CHS602, EM13CHS603 e EM13CHS606 **CEMT1:** EM13MAT102	Vida familiar e social; Educação em direitos humanos

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

ABERTURA DE UNIDADE
(Páginas 106 e 107)

O texto da abertura trata das instituições públicas brasileiras e de sua importância para a manutenção da democracia e dos interesses nacionais. A imagem escolhida para ilustrar a abertura retrata o Congresso Nacional, órgão constitucional que, na esfera federal, representa o Poder Legislativo, um dos três poderes que constituem os Poderes da União.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Espera-se que os estudantes mencionem órgãos dos três poderes, como os ministérios (Poder Executivo), o Congresso Nacional e os tribunais de contas (Poder Legislativo) e o Ministério Público e as defensorias públicas (Poder Judiciário). Além desses órgãos, os estudantes podem mencionar as Forças Armadas, que atuam na proteção das fronteiras, zelam pela segurança nacional diante de ameaças externas e de eventuais necessidades que demandem um aparato de segurança maior; o corpo diplomático, por defender os interesses nacionais na esfera das negociações no âmbito da geopolítica; e as forças de segurança pública.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes exponham seus entendimentos acerca do funcionamento das instituições públicas, bem como suas visões sobre como essas instituições poderiam melhor servir à sociedade.

CAPÍTULO 7 A POLÍTICA É PARA TODOS?
(Página 108)

A pergunta que dá nome a este capítulo é uma provocação à reflexão tanto sobre quem são os indivíduos e grupos que atuam na esfera política da sociedade quanto a quem se destinam as ações políticas dessas pessoas e desses grupos. As discussões apresentadas ao longo do capítulo visam oferecer elementos para que os estudantes possam começar a responder a essa questão. Para isso, serão discutidos os contextos políticos da formação e da consolidação do Estado brasileiro no período imperial e no presente.

A abertura do capítulo propõe reflexões sobre o que é a política de um ponto de vista basilar, incentivando os estudantes a se posicionar nessa arena e combatendo o senso comum que desvaloriza a real importância da política.

As imagens apresentadas mostram algumas possibilidades de atuação política em campos mais consolidados, como o da luta pela educação e os movimentos mais recentes em torno de pautas como os direitos dos animais e a defesa do meio ambiente.

Esse conteúdo colabora para a construção da habilidade **EM13CHS404**. Além disso, a **CGEB1** é acionada em diferentes momentos do capítulo, desde sua abertura.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes se posicionem utilizando conhecimentos e vivências prévios para definir política.
2. Resposta pessoal. Os estudantes devem citar áreas relacionadas aos interesses coletivos da sociedade, como educação, acesso à saúde, moradia, transporte público, desigualdade social e segurança pública.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes evidenciem suas concepções a respeito de participação política e, com base nisso, reflitam sobre a ampliação do engajamento político na atualidade, bem como possíveis formas de exercê-lo.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Se julgar pertinente e caso a escola disponha de recursos para tal, projete o vídeo "O que é política?", do canal Elaborando Projetos: Sociais e Culturais (disponível em: https://www.elaborandoprojetos.com.br/o-que-e-politica/#.Xxdt-55KiUk; acesso em: 21 set. 2024). Sugerimos utilizá-lo para ampliar a perspectiva do que será discutido ao longo do capítulo, partindo do pressuposto de que a política é necessária para o desenvolvimento do bem comum e dos problemas decorrentes da não participação dos cidadãos.

Participação política e democracia
(Página 109)

Uma breve retomada histórica sobre a participação política verificada na Grécia antiga e nos séculos XVIII e XIX antecede a análise sobre essa mesma participação na atualidade, apresentando dois diferentes campos de pensamento dentro da teoria democrática: a corrente institucionalista e a participativista. Além dessas abordagens teóricas, o texto discute a necessidade de extrapolação da política para a vida cotidiana, esquematizando essa participação na imagem que ilustra a página. É importante destacar as várias esferas da vida apresentadas, partindo dos espaços relativos a ações políticas mais tradicionais, ligadas às eleições, passando pelo que é chamado de esfera pública e chegando a ações não formais de movimentos sociais, por exemplo.

O conceito de esfera pública como o conhecemos hoje foi desenvolvido pelo filósofo alemão Jürgen Habermas (1929-), para quem essa esfera seria o âmbito legítimo da atuação do poder público.

O trabalho com esse tema favorece a mobilização das habilidades **EM13CHS201** e **EM13CHS404**.

Sugestões para o professor

» **Habermas, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2014.**

O conceito de esfera pública, segundo Habermas, ajuda no esclarecimento sobre o funcionamento de toda a sociedade.

» **Martelli, Carla Giani; Jardim, Maria Chaves; Gimenes, Éder Rodrigo (org.). *Participação política e democracia no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.**

Coletânea de artigos que discutem aspectos contemporâneos da participação política e da democracia no Brasil.

Projetos políticos e Constituição de 1824
(Página 110)

Entre os pontos trazidos pela Constituição de 1824, é importante que os estudantes reconheçam a criação do Poder Moderador – que será estudado com mais detalhes na página seguinte – como símbolo da centralidade do imperador sobre todos os outros poderes, o que mostra os limites da estrutura política brasileira da época.

Outro ponto que merece a atenção dos estudantes é no que se refere à escravidão, a qual foi pouco mencionada no texto constitucional e, nas raras ocorrências, sempre de maneira a excluir os negros da categoria de cidadãos.

No período anterior à independência, em 1822, estavam em curso muitos movimentos sociais e políticos que visavam imprimir suas pautas diante da reorganização do Brasil, derivada do traslado da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Entre eles, podem-se destacar os eventos que agitaram Pernambuco, em particular os eventos de 1817 e 1824. Esse período é bastante significativo, pois abrange o antes e o depois da Independência, revelando a continuidade dessas disputas entre o período colonial e o imperial. Outro movimento que podemos destacar é o das lutas na Bahia em torno da Independência, que se estenderam até 1823.

O trabalho delineado acima contribui para a mobilização da habilidade **EM13CHS201**.

BOXE REFLEXÃO

1. Resposta pessoal. A pesquisa deve mostrar que existem monarquias absolutistas hereditárias (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Brunei, entre outros), monarquias constitucionais hereditárias (a forma mais comum, presente em países como Reino Unido, Bélgica, Canadá, Espanha, Japão, Marrocos, entre outros), monarquias constitucionais eletivas (apenas Camboja e Malásia), diarquia (em Andorra) e monarquia absolutista eletiva não hereditária (no Vaticano).
2. Os estudantes devem reconhecer a possibilidade da coexistência entre democracia e monarquia, como atestam vários países listados na atividade anterior, entre os quais democracias plenamente consolidadas, como Reino Unido, Bélgica, Espanha, Japão e outros.

Sugestões para o professor

» **Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. 4. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.**

A obra é um clássico da historiografia sobre o Império brasileiro e suas estruturas políticas, econômicas e sociais.

» **França, Wanderson Édipo de. Gente do povo em Pernambuco: da Revolução de 1817 à Confederação de 1824. *Clio* – Revista de Pesquisa Histórica, v. 33, n. 1, p. 23-44, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24644. Acesso em: 6 set. 2024.**

O artigo traz informações sobre os movimentos sociais ocorridos em Pernambuco nos momentos anteriores e posteriores à Independência.

» **Mattos, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.**

O livro discute o entrelaçamento da luta contra a escravidão e a construção da cidadania durante o Império.

Poderes e o Poder Moderador (Página 111)

A formação inicial da nação brasileira foi pautada por disputas internas entre os grupos políticos dominantes, liderados, de um lado, pelos irmãos Andrada (José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco) e, de outro, por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Essas disputas resultaram em um conflito que levou ao encerramento dos trabalhos realizados pela Assembleia Constituinte. Sobre esse tema, a historiografia brasileira vem produzindo fartos conteúdos, muitos dos quais estão disponíveis em revistas acadêmicas que podem ser acessadas pela internet.

As habilidades **EM13CHS601** e **EM13CHS603** são desenvolvidas nesse momento.

BOXE INTERAÇÃO

1. Espera-se que os estudantes usem os conhecimentos construídos sobre os direitos do cidadão no Brasil atual, percebam os avanços ocorridos em relação ao que havia sido estabelecido no Império e reflitam sobre a necessidade de ainda haver lutas e mobilizações para que a plena cidadania possa ser alcançada.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Os estudantes podem utilizar o mapa do *Atlas Histórico do Brasil,* disponível em: https://atlas.fgv.br/marcos/assembleia-constituinte-e-constituicao-de-1824/mapas/composicao-da-constituinte-de-1823 (acesso em: 6 set. 2024) para trabalhar as composições local e regional da Assembleia Constituinte de 1823. Para tratar do significado e da importância da Assembleia Constituinte, eles podem fazer a leitura do texto "O que é uma Assembleia Constituinte?", disponível em: https://www.politize.com.br/assembleia-constituinte/ (acesso em: 6 set. 2024).

Sugestões para o professor

» **Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial; teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.**

Livro sobre a estruturação do Estado no Brasil do Império ao início da República.

» **Mattos, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*: a formação do estado imperial. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.**

Livro que analisa as ideias políticas no Brasil imperial, com forte destaque para as tensões sociais da época.

Quem participava do poder no Império? (Página 112)

Seria importante salientar para os estudantes que as divisões políticas não refletiam divisões ideológicas, pois os interesses de lados opostos do espectro político dominante eram semelhantes.

Para além dessas semelhanças, que aproximavam os grupos que dominavam a cena política do Segundo Reinado e que tendiam a homogeneizar esse cenário, havia também elementos que tornavam a política do Império extremamente complexa, com a construção e a consolidação de espaços de representação dos interesses locais, que iam muito além das antigas câmaras municipais coloniais e se expressavam nas políticas nacionais criadas na corte do Rio de Janeiro.

Pela natureza do assunto analisado, o texto se relaciona à habilidade **EM13CHS601**.

E hoje, quem participa do poder? (Página 113)

A discussão a respeito de participação política é iniciada pela apresentação de dados sobre concentração econômica, justamente porque, na contemporaneidade, o poder econômico e o político, assim como o midiático, conforme o próprio texto afirma, estão interligados. Nesse sentido, seria interessante retomar os conteúdos relativos ao Primeiro e ao Segundo Império, incentivando os estudantes a pensar se essa relação, em particular o entrelaçamento entre poder político e econômico, já estava presente na época.

Tendo realizado uma aproximação relativa às semelhanças entre alguns períodos do passado de nossa história, é possível prosseguir com os estudantes no texto didático. O texto traz as mudanças recentes relacionadas à participação política no Brasil, que, na atualidade, possui características únicas em

comparação com momentos passados, por integrar pessoas de grupos sociais que tradicionalmente foram relegados a segundo plano. O texto também apresenta as formas pelas quais essas pessoas podem atuar na política. Vale a pena destacar o papel das redes sociais, tanto para a ampliação da participação popular na política quanto por seu poder de disseminar notícias falsas e semear conflitos.

Pela natureza dos conteúdos e da abordagem, o texto favorece o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS502**, **EM13CHS601**, **EM13CNT104** e **EM13CNT203**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. A imagem retrata uma cena de desigualdade social relacionada à moradia, contrastando prédios residenciais com habitações precárias de uma comunidade no Rio de Janeiro (RJ) ao fundo. Espera-se que os estudantes elaborem suas respostas a partir dessa constatação e notem que, para discutir as relações de poder na contemporaneidade, é imprescindível debater a gestão dos modelos econômicos e sociais em vigor atualmente e agir para que eles atendam a todos igualmente.

Formas de fazer política para além do voto (Página 114)

De certa forma, o assunto abordado aqui foi introduzido pelo texto da página anterior. Assim, é possível aproveitar e retomar com os estudantes o processo histórico de transformação da participação política no Brasil, destacando, agora, os atuais mecanismos disponíveis para que os cidadãos brasileiros, em especial os jovens, possam se inserir ainda mais na vida política.

Pela natureza dos conteúdos e da abordagem, o texto favorece o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS601** e **EM13CHS603**.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

O boxe possibilita reflexões sobre as ações cidadãs que extrapolam os momentos das eleições. Trata-se da temática que perpassa o capítulo e, nesse momento, os estudantes são incentivados a pensar em termos mais práticos, responsabilizando-se pela construção da sociedade de modo ético e participativo.

As competências trabalhadas com destaque são **CGEB6**, **CGEB9** e **CGEB10**. Além disso, a discussão proposta neste boxe possibilita o desenvolvimento do tema contemporâneo transversal **Cidadania e civismo**, com destaque para Vida familiar e social.

1. Resposta pessoal. Os estudantes precisam ter bem claro que política não é feita apenas nas eleições ou pelos partidos políticos, mas também é realizada em diversos momentos da vida cotidiana. Se julgar pertinente, solicite a eles que se dividam em grupos para realizar essa pesquisa.

2. Respostas pessoais. Caso opte por realizar a atividade oralmente, garanta que os estudantes sejam ouvidos de maneira respeitosa pelos colegas ao relatar suas experiências e convicções políticas e sociais.

Cidadania ativa e participativa (Página 115)

O texto dá prosseguimento às abordagens realizadas nas páginas anteriores e amplia o tema da participação política, destacando agora a participação feminina, com a apresentação dos estudos de caso da União das Mulheres do Município de São Paulo e do Instituto Nossa Ilhéus, além de fazer referência à Lei Maria da Penha, de 2006. A fotografia da página também confere destaque e protagonismo à ação feminina em busca de um Estado mais democrático e inclusivo. O diálogo iniciado aqui será aprofundado posteriormente, ainda nesta unidade.

Pela natureza dos conteúdos e da abordagem, o texto favorece o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS601** e **EM13CHS603**.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Sugere-se a seguinte indagação aos estudantes: "Em que áreas ou campos você teria interesse em participar de projetos de ação cidadã?". Convide-os a justificar suas respostas, de modo que possam valorizar a importância do protagonismo e do autoconhecimento para compreender, dessa forma, seus interesses e motivações.

Sugestão para o professor

» **Castro, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/15.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.**

O artigo trata da relação entre juventude e política na contemporaneidade, por meio de abordagens que analisam de que maneira os jovens podem se engajar e como esse engajamento se insere no contexto político.

Atividades (Páginas 116 e 117)

1. a) Elas representam um segmento que vivencia e expõe as diferentes desigualdades na cidade, trazendo formas inovadoras de ativismo e de mobilização.

b) Não. As desigualdades afetam mais diretamente as mulheres e a população negra, em especial nas periferias.

c) Não. O programa incentiva formas de participação e ação social por meio de coletivos, formação de grupos e organizações criadas por jovens para combater as desigualdades e o racismo vivenciado por jovens negras brasileiras.

2. a) Espera-se que os estudantes reflitam que a atuação do cidadão, como membro ativo de sua comunidade, envolve o engajamento em ações que tenham como fim os interesses do coletivo e a busca de informações, o contato com grupos, organizações e coletivos, para que sejam realizadas ações de fiscalização e monitoramento do poder público, proposição de leis e intervenções no espaço público. Além disso, eles devem reconhecer os múltiplos espaços de atuação política existentes na atualidade e que envolvem desde a política tradicional, realizada pelos membros dos partidos políticos e dos governos, até instâncias da sociedade civil, como ONGs e grêmios estudantis.

b) Se for preciso, auxilie os estudantes na escolha das fontes de pesquisa. Reforce a importancia de se buscar fontes confiáveis na internet.

c) O compartilhamento dos resultados da pesquisa é uma etapa importante do trabalho de todo pesquisador. Por isso, pode-se dialogar sobre os impactos que esse tipo de divulgação tem para o desenvolvimento não só das ciências, mas também da consciência crítica dos setores da população que têm acesso a esses resultados. Neste caso, os estudantes podem criar um *blog* da turma para divulgar os materiais.

d) As pessoas costumam atribuir suas mazelas aos governantes, sem considerar que elas mesmas podem atuar ao lado do poder público em busca de melhorias.

3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes evidenciem seus entendimentos e percepções acerca da prática de cidadania ativa no texto. Incentive-os a trazerem propostas de participação política que podem ser aplicadas na comunidade da qual fazem parte.
4. Resposta correta: alternativa **a**. A Constituição de 1824 garantia ao imperador sobrepor aos demais poderes.
5. Resposta correta: alternativa **c**. Uma das principais características da Constituição de 1824 é justamente sua outorga pelo imperador e a definição de quatro poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador).
6. Resposta correta: alternativa **c**. No texto de Frei Caneca, fica evidente o descontentamento dele em relação ao Poder Moderador, caracterizado pelo autor como "invenção maquiavélica", "chave mestra da opressão da nação brasileira" e "garrote mais forte da liberdade dos povos".
7. Resposta correta: 02+08+16=26. A cidadania moderna prevê igualdade de direitos e formas coletivas de participação, possibilitando formas se superar as mazelas herdadas do período colonial no Brasil.

Ampliando (Páginas 118 e 119)

O debate sobre a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil favorece a discussão sobre modos de vida distintos. Permite, ainda, que os estudantes observem que a Independência do Brasil foi um processo longo, que incluiu resistências, inclusive na colônia. Dessa forma, mobiliza-se as habilidades **EM13CHS104**, **EM13CHS204** e **EM13CHS303**.

1. Resposta pessoal. É importante que os estudantes identifiquem que a chegada Família Real acompanhada da nobreza portuguesa evidenciava as diferenças sociais vividas entre livres e escravizados, mas também entre livres, colonos ou não. Caso necessário, retome o fato de o Brasil ter sido a colônia que mais recebeu escravizados africanos e, por esse motivo, causava certo espanto nos europeus, desacostumados com o volume dessa população em seu continente.
2. Resposta pessoal. Os estudantes poderão observar a construção de espaços de lazer, de burocracia e de ensino, como parte da adaptação dos portugueses recém-chegados à colônia, tais como: o Jardim Botânico, o Teatro João Caetano e o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.
3. Resposta pessoal. É importante que os estudantes reconheçam que o historiador aponta a falta de coerência entre o clima e o vestuário. Ou seja, nesse caso, a moda se sobrepunha ao conforto.

Estúdio de História (Páginas 120 e 121)

O trecho de texto do historiador José Murilo de Carvalho apresenta a relação de passado e presente ao traçar a construção histórica do conceito de cidadania. Assim, a seção promove o contato dos estudantes com um importante texto da historiografia e incentiva o engajamento da turma no debate sobre a cidadania e a justiça social. Com isso, mobilizam-se as habilidades **EM13CHS603** e **EM13CHS606**.

PARA CONCLUIR

1. Espera-se que os estudantes indiquem que, ao apresentar o conceito de cidadania no Brasil, o historiador José Murilo de Carvalho recorre ao passado para compreender como o conceito de cidadania no Brasil foi construído ao longo do tempo. Dessa forma, a relação de passado e presente se dá diante da necessidade de entender a cidadania tal como ela é hoje, compreendendo o que seria uma cidadania plena no contexto atual para apontar caminhos possíveis para alcançá-la.
2. Resposta pessoal. Caso os estudantes não conheçam nenhum autor, mencione os nomes de alguns deles, como Heloísa Starling, Lilia Moritz Schwarcz, Roberto da Matta, Milton Santos, Marilena Chaui.
3. Espera-se que os estudantes identifiquem que a cidadania é dividida pelo autor em três dimensões, cada uma com elementos específicos. É possível, em alguma instância, a inexistência de alguns deles, porém o ideal é a harmonia entre direitos civil, social, político.
4. Resposta pessoal. É importante que os estudantes reconheçam que a representação política de diferentes grupos garante a diversidade no debate político, favorecendo a construção de legislações e práticas que contemplem um maior número de indivíduos e situações.
5. Atividade de pesquisa. Possivelmente, os estudantes identificarão que a população mais pobre, periférica, preta e parda, é a mais atingida no que se refere ao acesso aos serviços públicos. Isso demonstra uma perpetuação da ausência da ação do Estado na perspectiva da longa duração.

CAPÍTULO 8 AÇÕES AFIRMATIVAS E PODER (Página 122)

Neste capítulo, serão abordadas as políticas de exclusão e inclusão de segmentos da sociedade brasileira, especialmente das populações negras e indígenas, nos espaços e atividades de poder.

A abertura traz possibilidades de uso de diferentes suportes textuais. Além do texto didático, traz uma imagem e um trecho de um texto de Lélia Gonzalez.

A ilustração retrata Lélia Gonzalez, escritora, filósofa, antropóloga e uma das pioneiras do movimento negro no Brasil, falecida em 1994. Para iniciar a discussão, leia com os estudantes o texto da autora e, oralmente, peça a eles que respondam às questões da página.

A proposta da abertura permite mobilizar as habilidades **EM13CHS502**, **EM13LGG202**, **EM13LGG302** e **EM13LGG703**, reforçando, assim, a abordagem interdisciplinar.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Lélia Gonzalez apresenta a própria mãe como uma grande referência em sua formação e explicita o aprendizado que teve com ela, segundo o qual, além de teorizar sobre determinado grupo social e conhecê-lo academicamente, também é necessário atentar às percepções e às visões de mundo dos indivíduos que compõem esses grupos, sob o risco de se distanciar da realidade.

2. Resposta pessoal. Ao longo do capítulo, os estudantes vão observar que, na legislação, as cotas são pensadas com base em critérios de etnia e de classe social e que, portanto, ela contradiz argumentos contrários à sua efetivação.

Sugestões para o professor

» **Barreto, Raquel. Uma pensadora brasileira. *Cult*, n. 247, 3 jul. 2019. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/. Acesso em: 6 set. 2024.**

O texto traz informações sobre a vida e a atuação da intelectual brasileira Lélia Gonzalez.

» **Gonzalez, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.**

Compilado por Flávio Rios e Márcia Lima, o livro apresenta textos fundamentais para a compreensão do pensamento da ativista e intelectual que, até então, estavam dispersos e cujo acesso era difícil.

Preparando as novas gerações (Página 123)

O tema das cotas e das políticas de reparação suscita muitos debates na sociedade brasileira, com pessoas a favor e outras contra as medidas adotadas pelos governos brasileiros. Por isso mesmo, recomenda-se bastante cautela ao abordá-lo em sala de aula, pois podem surgir opiniões contraditórias. Caso isso aconteça, os estudantes podem ser convidados a organizar um debate, mobilizando argumentos e expondo-os de maneira organizada e encadeada, dentro de uma dinâmica que respeite pontos de vista contrários. Para ajudá-los nesse sentido, eles podem consultar diversas fontes de pesquisa que tratem do tema, como artigos acadêmicos, textos de opinião, editoriais de veículos de comunicação, opiniões de especialistas e documentários.

É importante que os estudantes compreendam que as políticas afirmativas não se resumem às cotas, mas são também políticas capazes de gerar uma identidade positiva, como é o caso das leis mencionadas no texto didático.

Aqui, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver a habilidade **EM13CHS502**.

BOXE INTERAÇÃO

A proposta do boxe possibilita aos estudantes refletir sobre os aspectos que envolvem a definição de políticas públicas brasileiras e a diversidade de posicionamentos típica das sociedades democráticas, ao mesmo tempo que lhes dá condições de assumir posições críticas em relação às funções prestadas pelo Estado. Com isso, eles são chamados a exercer seu protagonismo cidadão, por meio do posicionamento diante do debate sobre as políticas públicas de assistência aos cidadãos.

Nesse boxe, privilegia-se o trabalho com a **CGEB6** e a habilidade **EM13CHS601**.

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mobilizem os fatos e as informações sobre o tema, bem como problematizem a questão, incluindo a explicitação dos argumentos contrários e dos argumentos favoráveis à política de cotas, demonstrando que compreendem se tratar de um assunto polêmico e que gera amplo debate na sociedade brasileira.
2. Respostas pessoais. Os estudantes têm a oportunidade de pensar, refletir e se manifestar em relação a seus projetos de vida, no que tange às questões relacionadas à política de cotas. É muito importante que eles compreendam que esse assunto interessa a todos, não apenas às populações contempladas por essa medida, uma vez que faz parte de políticas públicas de Estado que dizem respeito, sobretudo, à educação e à produção científica nacional, cujos desdobramentos têm amplo impacto social.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Caso seja adequado ao contexto escolar, sugere-se estabelecer um debate no qual os estudantes possam assumir e defender posições relativas às distinções entre política de Estado e política de governo. Para isso, sugere-se como base de pesquisa o artigo: Almeida, Paulo Roberto de. Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias. *Instituto Millenium*, 7 abr. 2016. Disponível em: https://www.institutomillenium.org.br/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/ (acesso em: 6 set. 2024).

Sugestão para o professor

» **Pereira, Amilcar Araújo. "Por uma autêntica democracia racial!": os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. *Revista História Hoje*, [*s. l.*] v.1, n.1, p.111-118, 2017. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/21. Acesso em: 24 set. 2024.**

Nesse artigo, o professor e especialista em movimento negro aborda o processo de aprovação da Lei n. 10 639/2003, depois atualizada na Lei n. 11 645/2008, para a introdução de dispositivos sobre o ensino da história e da cultura dos povos afro-brasileiros e indígenas, e a importância dessas leis como medidas para reverter a preterição sofrida pelas populações negras e indígenas nos conteúdos escolares.

Políticas de marginalização: do Império à República (Página 124)

O texto reforça as bases históricas sobre as quais foram sendo construídas ações e políticas de exclusão social, incluindo determinações de Estado, de vários setores sociais, conforme a época – da Colônia –, passando pelo Império, até chegar à República. Como objetos desse processo de exclusão, destacam-se os indígenas e os afrodescendentes.

A última frase do texto didático pode servir de base para que os estudantes possam se posicionar, mobilizando seus conhecimentos prévios de mundo sobre as condições de vida dessas populações, os quais poderão ou não ser corroborados na sequência dos trabalhos propostos no capítulo.

A proposta trabalha as habilidades **EM13CHS102**, **EM13CHS201** e **EM13CHS601**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Na imagem da esquerda, o retrato mostra a maestria indígena no manejo de um tipo de armamento. Na imagem da direita, os indígenas foram retratados em situação de submissão. Espera-se que os estudantes percebam que a primeira imagem veicula uma imagem do indígena que representa perigo, enquanto a segunda mostra os indígenas em posições infantilizadas, de dominados.

Situação da população negra (Página 125)

Dando sequência aos conteúdos trabalhados, o texto aborda a marginalização das populações negras, também sob uma perspectiva histórica, com destaque para o período do Império,

no qual as pressões para o fim da escravização foram se intensificando, tanto externa quanto internamente. Entretanto, os estudantes precisam perceber as reações de setores da sociedade brasileira, em especial dos grandes fazendeiros e dos comerciantes ligados ao tráfico transatlântico, em busca da manutenção do sistema escravista.

O texto está associado à habilidade **EM13CHS102** e pode ser uma oportunidade de mobilizar as habilidades **EM13CHS404** e **EM13CHS601**.

BOXE REFLEXÃO

1. É importante evidenciar aos estudantes que se trata da princesa Isabel. Pedro Américo teria iniciado o quadro em homenagem àquela que seria enaltecida como a grande redentora dos escravizados e futura imperatriz, caso houvesse a continuidade do Reinado. Além da temática, que aponta para a identificação da princesa, é possível ainda apontar os objetos ligados à monarquia (cetro e coroa) e as cores das casas de Bragança (verde) e de Habsburgo (amarelo).
2. Espera-se que os estudantes observem o caráter secundário dos escravizados na obra de Pedro Américo. Empobrecidos, flagelados, eles agradecem pela graça concedida – e não conquistada, como tem sido apontado pela historiografia mais recente. Ao mesmo tempo, o demônio da escravidão é representado por uma figura negra. Em oposição, o jornal *O Exemplo* – citado no trecho da obra de Ana Flávia Magalhães Pinto –, produzido por negros em 1893, aborda a abolição com perspectiva completamente distinta da que o artista do quadro adotou, enfatizando, portanto, o protagonismo da população negra, que "arrancou dos altos poderes" a abolição.
3. Espera-se que os estudantes busquem conhecer relatos das experiências de resistência vividas pelos escravizados. Existe uma literatura expressiva que aborda os quilombos, as fugas, a compra de alforrias, as disputas judiciais pela liberdade e os impressos – representados pelo trecho aqui apresentado – que comprovam que a resistência à escravidão era uma causa dos negros e que essa liberdade foi conquistada por eles.

Sugestões para o professor

» **Bethell, Leslie. A *abolição do comércio brasileiro de escravos*: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869. Brasília, DF: Senado Federal, 2002. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1063. Acesso em: 23 set. 2024.**

O livro aborda o processo de abolição da escravatura no Brasil, refletindo principalmente sobre a pressão inglesa e os impactos dela na economia e na política brasileira. Apesar de o autor não estar preocupado em abordar aspectos sociais, tampouco a perspectiva dos escravizados, a obra segue sendo uma referência sobre o processo em questão.

» **Pinto, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.**

Nessa obra o leitor tem acesso a um levantamento sistemático dos impressos negros que circularam no Brasil no século XIX, as temáticas abordadas e os agentes envolvidos.

Lei de Terras e imigração branca (Página 126)

O Brasil não costuma ser visto como um país de imigrantes da mesma forma que os EUA, o Canadá, a Austrália, entre outros. Ainda assim, houve momentos em que o fluxo de imigração se intensificou, em especial nas regiões Sudeste e Sul, para onde alguns milhões de pessoas se dirigiram entre o final do século XIX e o começo do XX. Italianos, portugueses, espanhóis, japoneses, alemães, sírios e turcos formaram os maiores contingentes de imigrantes, conforme pode ser visto no gráfico da página.

As experiências entre esses imigrantes foram muito variadas, alterando-se caso a caso, mas com alguns padrões comuns. A aceitação e a integração dessas populações e seus descendentes às sociedades locais também variaram muito ao longo do tempo. Os europeus, de maneira geral, se integraram ao cotidiano e às populações locais de maneira mais fácil. Os japoneses se tornaram mais integrados após algumas décadas. Em ambos os casos, à medida que as famílias prosperavam, eles foram sendo reconhecidos por sua cultura e seus esforços, a ponto de sua ancestralidade ser exaltada e valorizada por seus descendentes e por muitos setores da sociedade brasileira. Isso não ocorre, por exemplo, com muitos imigrantes e descendentes de fluxos mais recentes, sobretudo os que vieram de países africanos e sul-americanos.

A proposta favorece o trabalho, em graus variados, com as habilidades **EM13CHS404**, **EM13CHS502** e **EM13CHS601**.

BOXE INTERAÇÃO

A atividade mobiliza as habilidades **EM13LGG302** e **EM13MAT102**, além de promover a **CGEB1**, **CGEB2**, a **CGEB7** e a **CGEB8**.

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes associem o incentivo dado pelos governos à imigração europeia entre o fim do século XIX e o início do XX com as políticas de cunho racial, como afirma o texto citado, que se tornaram bem evidentes a partir da criação da Lei de Terras, em 1850.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Sugere-se discutir com os estudantes sobre as causas da diferença de aceitação e valorização das diferentes nacionalidades, solicitando que se posicionem em relação à construção de preconceitos e estereótipos envolvendo esses povos e que proponham formas de combatê-los. Outra possibilidade de trabalho em sala de aula seria realizar um levantamento com os estudantes sobre suas origens, tabulando os dados e construindo um gráfico com base neles. Em seguida, é possível propor uma análise conjunta sobre os resultados, reconhecendo a maior ou a menor influência da imigração na formação social dos estudantes e levantando hipóteses que expliquem esses resultados.

Fluxos internos (Página 127)

A valorização da origem europeia, comentada nas orientações da página anterior, é retomada na discussão desse tópico, a fim de explicar o processo pelo qual a origem africana foi desqualificada, enquanto os imigrantes europeus eram valorizados por suas supostas qualidades superiores. Reforce com os estudantes o fato de que esse imaginário relacionado às origens africana e europeia são baseados em estereótipos eugenistas.

A proposta desenvolve, de maneira aprofundada, o trabalho com as habilidades **EM13CHS102**, **EM13CHS502** e **EM13CHS601**.

BOXE REFLEXÃO

Com base na realização do Congresso Universal das Raças de 1911, o boxe apresenta um texto citado sobre esse evento e a reprodução de um quadro de Modesto Brocos, *A redenção*

de Cam, para propor uma discussão sobre o pensamento e as políticas raciais em voga no Brasil entre o fim do século XIX e o começo do século XX.

1. O objetivo dessa atividade é incentivar os estudantes a analisar fontes históricas – como o quadro de Modesto Brocos –, levando em consideração os contextos históricos em que foram produzidas. Espera-se, assim, que eles observem que o artista apresenta o embranquecimento de uma família, o que pode ser observado, no quadro, pelo casamento inter-racial, pela expressão de agradecimento (olhos e mãos voltados para o céu) da avó, que é negra, ao admirar a brancura de seu neto (por ser branco, ocupa a parte central do quadro), e, ainda, pela expressão de satisfação do pai da criança – um homem branco. O texto, por sua vez, ajuda a compreender que essa política foi levada a cabo como um projeto de construção nacional a ser exibido no exterior.

Atividades (Páginas 128 e 129)

1. a) Espera-se que os estudantes mencionem a luta, organizada por negros brasileiros, contra o racismo promovido pela sociedade civil.

   b) Resposta pessoal. Ambos abordam questões de desigualdade racial no Brasil, um do ponto de vista do indivíduo e o outro do ponto de vista coletivo.

2. a) São referências ao tráfico de escravizados e à manutenção do escravismo no Brasil.

   b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes tenham compreendido que existe uma desigualdade construída historicamente, o que justifica a criação de meios de reversão (ainda que temporários) para possibilitar a real integração social e econômica dos mais diferentes segmentos da população. Igualmente, espera-se que os estudantes compreendam que o critério social não foi omitido na lei, que considera a origem étnica e de classe.

3. Resposta correta: alternativa **b**. A questão aborda diretamente o tema do Direito, ou campo jurídico, como forma de obtenção da liberdade. Contudo, o caso de Luiz Gama deve ser compreendido em seu caráter excepcional, pois a ascensão social ou econômica não se constituía como regra para os ex-escravizados.

4. Resposta correta: alternativa **c**. As ações afirmativas visam coibir e reparar práticas discriminatórias.

Práticas de texto (Páginas 130 e 131)

Antes de iniciarem os trabalhos dessa seção, os estudantes devem saber o que está envolvido em um artigo de opinião, conhecendo suas características e objetivos, devidamente apresentados no texto didático.

Caso não haja condições de produzir digitalmente o material, oriente os estudantes a produzir a revista em papel, afixando algumas cópias em locais de fácil visualização. Entretanto, sempre que possível, é importante evitar o uso de papel, reforçando, assim, uma atitude ecologicamente sustentável.

A proposta favorece o trabalho aprofundado com as habilidades **EM13CHS102**, **EM13CHS404**, **EM13LGG101, EM13LGG102**, **EM13LGG103** e **EM13LGG104**. Pela natureza da pesquisa, a seção também favorece o desenvolvimento das habilidades **EM13CNT201**, **EM13CNT208**, **EM13CNT303** e **EM13CNT305**.

CAPÍTULO 9 REPRESENTATIVIDADE E PODER (Página 132)

O capítulo discute a representatividade no poder político hoje, evidenciando quais são os segmentos da sociedade representados e quais têm lutado para se fazerem representados, especialmente no que se refere à luta das mulheres por maior participação e representatividade política.

A abertura convida o estudante a problematizar a ideia de representatividade no Parlamento. Não se trata, portanto, de entender a democracia como um sistema político no qual a simples ocorrência de eleições seria o suficiente para caracterizar um governo "feito pelo povo e para o povo". Assim, o capítulo propõe a reflexão sobre o teor das relações de poder e o perfil dos eleitos no Brasil contemporâneo. Ao longo do capítulo, essas questões serão investigadas nas esferas federal, estadual e municipal. Pretende-se, com isso, que o estudante se aproprie desses conhecimentos e, com base neles, construa seu entendimento sobre a temática da representatividade no país, para que possa atuar e exercer sua cidadania de maneira qualificada.

Por meio da análise da fotografia, é possível perceber a baixa representatividade das mulheres no Parlamento brasileiro. Para aprofundar o assunto e iniciar a discussão em sala de aula, é possível usar manchetes de jornais, revistas ou *sites*.

A abertura inicia o trabalho com as habilidades **EM13CHS502**, **EM13CHS603** e **EM13CHS606**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes se posicionem criticamente com relação à sub-representação de minorias políticas nas diversas esferas do poder político no Brasil.

2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mobilizem conhecimentos construídos em sua trajetória para pensar nos vários tipos de preconceitos, no racismo e no machismo estrutural e na desigualdade social como aspectos que interferem na representatividade de determinados grupos.

3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam sobre o que significa representar o cidadão e que possam, com base nisso, pensar em sua atuação como eleitores.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O tema pode ser ampliado com uma pesquisa sobre a participação de mulheres, negros e indígenas no Parlamento brasileiro, do século XX até os nossos dias, e uma análise da situação da democracia brasileira no mesmo período. O debate pode ser conduzido para favorecer o estudante a se posicionar, especialmente a respeito das ações que podem ser realizadas hoje para alterar esse quadro.

Representatividade, poder e fé (Página 133)

As relações entre poder político e religião no Brasil atual são analisadas sob o prisma das ameaças à democracia e à liberdade de fé. É possível realizar uma rápida análise histórica dessa questão, lembrando aos estudantes que o Brasil sempre se caracterizou pela forte influência da Igreja católica em diversas esferas da sociedade, desde o período da colonização. Se, até o século XVIII, o monarca português era considerado o salvador do reino e da alma de seus súditos, no Brasil, dom Pedro I se

portava – e se mostrava – como defensor da pátria e protetor dos direitos constitucionais que ainda estariam por ser criados; daí ter sido coroado com as vestes militares sob o manto real. Durante o Segundo Reinado, essa relação se manteve, e o imperador continuou interferindo no poder religioso por meio de nomeações dos representantes eclesiásticos. A chamada Questão Religiosa (1870-1875) enfraqueceu essas relações e o advento da república rompeu-a, ao menos em tese.

As abordagens propostas pelo texto teórico relativizam justamente essa separação entre Estado e religião, diante do que vem ocorrendo na política brasileira nas últimas décadas, refletindo sobre seus impactos.

A abordagem proposta na página mobiliza com destaque as habilidades **EM13CHS102**, **EM13CHS502**, **EM13CHS603** e **EM13CHS606**.

Sugestões para o professor

» **Cunha, Magali do Nascimento. A representação evangélica no Parlamento. *Observatório da Imprensa*, 14 out. 2014. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed820_a_representacao_evangelica_no_parlamento/. Acesso em: 21 set. 2024.**

A reportagem, apesar de tratar das eleições de 2014, aponta para uma questão importante do atual cenário político brasileiro: as relações entre poder político e religiões, com gráficos e listagens que facilitam as análises.

» **D'Avila-Levy, Claudia Masini; Cunha, Luiz Antônio (org.). *Embates em torno do Estado laico*. São Paulo: SBPC, 2018. Disponível em: https://portal.sbpcnet.org.br/livro/estadolaico.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.**

Coletânea de textos de diversos autores sobre os desafios que o Estado laico enfrenta no Brasil atual.

Crise da democracia e a cidadania ativa

(Página 134)

O texto citado é importante, porque revela aos estudantes que a insatisfação com o atual modelo político e sua falta de representatividade estão em discussão em vários outros países. Como forma de enfrentamento dessa situação, e visando transformá-la, milhares de pessoas de todo o mundo vêm se organizando em prol de novas pautas. Assim, uma sugestão seria trabalhar o gráfico da página, que aborda os quantitativos de candidaturas e mandatos coletivos. A análise do gráfico possibilita o trabalho com a habilidade **EM13MAT102**.

É possível perguntar a eles com quais demandas sociais mais se identificam e, com base nas manifestações, direcionar as discussões em sala de aula, buscando aumentar ainda mais os interesses dos estudantes por essas questões específicas ou pela política de modo geral.

As propostas abordam as habilidades **EM13CHS402**, **EM13CHS603** e **EM13CHS606** e aspectos da habilidade **EM13CHS201**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes possam recorrer a conhecimentos anteriores relativos à questão dos mecanismos atuais de mobilização e ativismo político, como a participação em grupos de monitoramento do espaço público local, a participação e o engajamento em movimentos coletivos, etc.

Representatividade feminina nas esferas do poder (Página 135)

O texto passa, agora, a discutir as formas de participação das mulheres na política, apresentando dados de algumas das unidades federativas que se destacaram, seja pela maior participação, seja pelos menores índices, tanto absolutos quanto proporcionais. Vale a pena discutir sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mencionada no texto e levar os estudantes a refletir sobre o seu significado, considerando o seguinte questionamento: "Uma decisão como essa é sinal do avanço da sociedade brasileira ou ela revela a fragilidade de nossa democracia?". Os resultados dessas discussões podem instigar os estudantes a pensar e a se manifestar sobre os papéis que as mulheres podem e devem exercer na atual sociedade brasileira.

O texto articula-se com as habilidades **EM13CHS402**, **EM13CHS502**, **EM13CHS603** e **EM13CHS606**. Já o trabalho com o gráfico possibilita a mobilização de aspectos da habilidade **EM13MAT102**.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

- As atividades propostas nesse boxe visam oferecer aos estudantes as condições para que eles aprofundem seus conhecimentos sobre a realidade política local, com base nos conteúdos que foram desenvolvidos em relação à participação feminina na política. Além disso, a questão de gênero na política brasileira, trabalhada na pesquisa dos estudantes, possibilita o desenvolvimento do tema contemporâneo transversal **Cidadania e civismo**, com destaque para Vida familiar e social e Educação em direitos humanos.
- Os textos produzidos pelos grupos devem refletir as discussões realizadas, bem como incorporar as reflexões geradas com base em tudo o que vem sendo tratado e discutido em relação à participação popular na atual política nacional, destacando a atuação das mulheres no estado em que os estudantes vivem.

Representatividade feminina nos municípios (Página 136)

Espera-se que as discussões anteriores sobre meritocracia possam ser mobilizadas aqui para compor a reflexão sobre a temática da representatividade feminina e das desigualdades de gênero existentes no país.

O texto está estruturado sobre o trabalho com as habilidades **EM13CHS402**, **EM13CHS502**, **EM13CHS603** e **EM13CHS606.**

BOXE REFLEXÃO

1. Resposta pessoal. Os textos dos estudantes devem destacar as maneiras como a desigualdade de gênero afeta a participação das mulheres não só na política, mas em outros setores da vida pública, incluindo as áreas em que elas têm uma boa projeção, como as citadas no texto dessa seção. Destaca-se a chamada dupla jornada, ou mesmo a jornada tripla, a qual envolve carreira, família e formação educacional e profissional.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Proponha aos estudantes a realização de uma visita guiada à Câmara Municipal do município em que vivem. Eles podem primeiro buscar dados do local na internet, em jornais e também no *site* da própria Câmara Municipal. Depois, sugira à turma que tente entrevistar parlamentares mulheres do município para que elas opinem sobre as dificuldades enfrentadas na política. Em seguida, peça aos estudantes que sistematizem as informações obtidas na visita e nas entrevistas. A atividade pode ser finalizada em sala de aula, com um debate sobre a representatividade feminina na esfera municipal.

Sugestões para o professor

» **Araújo, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 133-150, set./dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/GQWfhjFfsYHNDdTbhq54JZd/. Acesso em: 22 set. 2024.**

O artigo faz uma análise da participação política feminina no âmago dos movimentos de 1930, nos anos subsequentes e na Constituinte de 1934.

» **Amaral, Graziele Alves; Vieira, Adriane. A arte de ser beija-flor na tripla jornada de trabalho da mulher. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 403-414, 2013.. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/sYY4pGvn5HKn6L9dMrPFLfK/?lang=pt. Acesso em: 22 set. 2024.**

O artigo aprofunda as análises sobre a chamada tripla jornada de trabalho, que muitas mulheres precisam enfrentar na sociedade brasileira do século XXI.

» **Cazarré, Marieta. Mulheres representam 13% das vereadoras e 12% das prefeitas de todo o país. *Agência Brasil*, Brasília, 20 mar. 2016. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/mulheres-representam-13-das-vereadoras-e-12-das-prefeitas-de-todo-o-pais. Acesso em: 21 set. 2024.**

A reportagem faz um levantamento estatístico da presença feminina nas Câmaras Municipais e nas Prefeituras do Brasil até a data de sua publicação.

Luta das mulheres pela participação política (Página 137)

Os primórdios aos quais o texto teórico se refere podem incluir o movimento organizado das *suffragettes*, na Inglaterra, no fim do século XIX e no começo do XX, sob a liderança de Millicent Garrett Fawcett e de Emmeline Pankhurst e suas duas filhas. Nesse momento, seria oportuno tecer comentários sobre os diversos critérios de exclusão política que já vigoraram: raça, idade, gênero, condição social e econômica, entre outros. A alcunha dada a essas mulheres que lutavam pelos direitos femininos, muitas delas presas, foi criada por jornais ingleses da época como forma de ridicularizá-las.

Comente com os estudantes a drástica mudança na participação das mulheres em diversos setores das sociedades europeias causada pela Primeira Guerra Mundial. Com o envio dos homens para as frentes de batalha, muitos postos de trabalho ficaram vagos e foram preenchidos por mulheres nos países envolvidos diretamente no conflito. Uma das consequências foi o fortalecimento dos movimentos feministas, incluindo os de cunho político.

As habilidades **EM13CHS402**, **EM13CHS502**, **EM13CHS603** e **EM13CHS606** estão presentes nesse texto.

Sugestão para o professor

» **Pinto, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.**

Trabalho bastante completo sobre o feminismo brasileiro e as interconexões do movimento com a conjuntura brasileira mais geral do começo do século XXI.

A Primeira República e a Constituinte de 1934 (Página 138)

O texto aborda o pioneirismo das mulheres norte-rio-grandenses na luta e na conquista de direitos políticos nos anos 1920, que acabou ocasionando a extensão desses direitos às mulheres brasileiras em âmbito nacional.

É possível traçar paralelos com a atuação das *suffragettes* inglesas das décadas anteriores, reforçando a luta empreendida por todas essas mulheres na conquista de seus direitos.

O texto dessa página aborda as habilidades **EM13CHS402**, **EM13CHS502**, **EM13CHS603** e **EM13CHS606**.

Sugestões para o professor

» **Karawejczyk, Mônica. O voto feminino no Brasil. *Que República é Essa?*, 18 mar. 2019. Disponível em: https://querepublicaeessa.an.gov.br/index.php/que-republica-e-essa/assuntos/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil. Acesso em: 6 set. 2024.**

Artigo do Arquivo Nacional sobre a trajetória do voto feminino no Brasil.

» **Os 80 anos do voto de saias no Brasil – TRE-RN. Tribunal Regional Eleitoral-RN, Natal, [20--]. Disponível em: https://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn. Acesso em: 6 set. 2024.**

Artigo sobre a questão do voto feminino no Rio Grande do Norte, importante marco para as mulheres de todo o Brasil.

A luta atual por representatividade política (Página 139)

Nesse momento, é possível realizar uma retomada dos conteúdos anteriores, relacionados à participação política feminina, de modo que os estudantes completem o quadro histórico sobre o tema e possam analisá-lo de maneira mais ampla. Se for adequado, pode-se realizar uma roda de conversa na qual eles possam se manifestar, verbalizando suas dúvidas, percepções, inferências e conclusões.

O texto mobiliza as habilidades **EM13CHS402**, **EM13CHS502**, **EM13CHS603** e **EM13CHS606**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam que a atuação política (feminina ou não) vai além da participação em partidos, pois é possível envolver-se em grupos, movimentos sociais e coletivos de atuação e discussão; e que o acompanhamento da atuação dos parlamentares e a pressão popular são essenciais para a concretização da cidadania.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Uma atividade interessante para correlacionar os temas trabalhados em uma perspectiva ampla e interdisciplinar pode ser realizada por meio da leitura de uma peça teatral escrita por Aristófanes, dramaturgo ateniense que viveu por volta de 400 a.C. Naquela época, os gregos já se questionavam e refletiam sobre

a participação feminina na política. Aristófanes elaborou a peça *A Assembleia das mulheres* ou *A revolução das mulheres* ou *As mulheres na Assembleia*, discutindo essa temática. Os estudantes podem ler em conjunto a obra de Aristófanes. Ao todo, a peça conta com 17 personagens na trama e tem um total de 35 páginas. Pode-se selecionar apenas um trecho da obra para ser trabalhado. Os estudantes podem escolher as personagens para a realização da leitura e da encenação. Cada estudante deve ter uma cópia do texto para a realização da leitura. Eles devem reconhecer que a obra *A Assembleia das mulheres* aborda de forma irônica a troca de papéis na sociedade grega, aspecto que pode ser utilizado para que refletir sobre os papéis sociais e a representatividade política.

Era Vargas (Página 140)

O conteúdo dessa página aborda o governo de Getúlio Vargas a partir do prisma trabalhista. Podem ser observadas muitas conexões com temporalidades diversas e em espaços diversos, lembrando que os contextos do paternalismo, do sindicalismo e do trabalhismo eram partilhados por diferentes países na época, e possuem diálogos com aspectos do presente – é o caso do trabalho infantil e da propaganda política –, mencionados nas atividades.

A proposta desse texto didático trabalha com destaque as habilidades **EM13CHS401**, **EM13CHS403**, **EM13CHS404** e **EM13CHS602**.

O Estado Novo (Página 141)

O texto didático contextualiza o processo histórico que levou ao golpe do Estado Novo, na década de 1930. Além de apresentar a ideia de "Estado Novo", conceito que sugere a refundação do Estado Brasileiro pelo governo de Vargas, o texto também explora o populismo, conceito essencial para compreender o cenário político do século XX e do início do século XXI no Brasil e na América.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a responder levando em consideração os principais aspectos do populismo, como forma de justificativa da própria resposta. Se necessário, retome o texto didático e peça a eles que listem as características do populismo apresentadas.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes se posicionem de maneira crítica sobre o tema, levando em consideração que as práticas populistas podem trazer benefícios, como ações que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos em sentido amplo, mas também malefícios, já que geralmente as ações populistas visam angariar votos e apoio popular e não a transformação das estruturas que causam as mazelas sociais. Além disso, como no caso de Vargas, as práticas populistas tendem a consolidar no poder figuras autoritárias, o que contraria os pilares da democracia.

Sugestão para o professor

» **Abreu, Luciano Aronne de; Vannucchi, Marco Aurélio. *A Era Vargas.* Porto Alegre: EdiPUCRS, 2021.**

Composta de dois volumes, a obra permite a análise dos governos de Getúlio Vargas por diferentes vias, sobremaneira as relações de modificações do Estado.

Representatividade dos trabalhadores (Página 142)

O texto didático aborda o processo de construção da imagem de Getúlio Vargas como "protetor do trabalhador", retomando aspectos do populismo, debatido no tema anterior. Aproveite a oportunidade para aprofundar o diálogo com o turma sobre esse conceito, mobilizando os contextos apresentados nesse ponto do capítulo.

As imagens da página também favorecem a contextualização histórica, já que mostram um exemplo de mobilização popular (Greve Geral de 1917) e de propaganda varguista (ilustração de uma cartilha do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo).

BOXE REFLEXÃO

1. A questão retoma diálogos realizados anteriormente sobre a importância de engajar a população nos debates políticos do país, como forma de ampliar o acesso de diferentes grupos sociais ao aparato democrático. Embora Vargas tenha usado a propaganda de Estado para se autopromover (ato que, atualmente, é ilícito, de acordo com o princípio da impessoalidade previsto da Constituição de 1989, sobre a Administração Pública), as estratégias de propaganda podem ser usadas para atrair mais pessoas para a cena política. O uso de redes sociais, por exemplo, pode ser uma estratégia nesse sentido.

Trabalhismo e sindicatos (Página 143)

O texto problematiza o conceito de trabalhismo durante o governo Vargas e aprofunda o debate sobre as contradições do Estado Novo: ao mesmo tempo que se consolida um regime autoritário, há avanços no campo da seguridade social e conquistas reais de direitos por parte dos trabalhadores. Ao explorar o gráfico sobre a taxa de urbanização no Brasil, é possível compreender, em parte, a opção de Vargas por priorizar medidas que favoreceram os trabalhadores urbanos em detrimento dos trabalhadores rurais – que só tiveram suas demandas atendidas no período final do Estado Novo.

A análise do gráfico possibilita a mobilização de aspectos da habilidade **EM13MAT102**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Atividade de pesquisa. Os dados devem sinalizar aos estudantes que, infelizmente, o trabalho infantil ainda é explorado no país, tendo inclusive aumentado entre 2019 e 2022, como sinaliza o IBGE (veja mais informações no link: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012%20-agencia-de-noticias/noticias/38700-de-2019-para-2022-trabalho-infantil-aumentou-no-pais; acesso em: 4 jun. 2024). Os reflexos dessa situação são variados. Entre eles, destacam-se a possível permanência da criança na condição de vulnerabilidade na fase adulta, uma vez que ela está alijada do direito de estudar, e os riscos físicos que corre ao executar atividades inapropriadas para sua idade.
2. Resposta pessoal. De forma geral, especialistas apontam que a submissão do sindicato ao Estado, que teria durado até os anos 1970, acabou resultando na desconfiança dos trabalhadores em relação a essas lideranças e na dificuldade de ampliar as garantias trabalhistas.

Sugestões para o professor

» **Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.**

A obra examina as relações (e desconfianças) estabelecidas entre cidadãos e o Estado, observando como a cidadania no Brasil atravessa questões de participação no debate público e a formação da classe trabalhadora.

» **Steffens, Marcelo Hornos. A biografia na pesquisa histórica: uma análise do trabalhismo no Brasil. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 3-17, 2010. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28935. Acesso em: 21 set. 2024.**

O artigo analisa o trabalhismo por intermédio de biografias como fontes históricas.

Atividades (Páginas 144 e 145)

1. a) Porque, em 2023, havia apenas 15 senadoras (do total de 81 cadeiras) e somente 17,7% eram deputadas, na Câmara dos Deputados.

b) Resposta pessoal. Como indicado no texto, as mulheres são parte essencial da população brasileira e isso deveria se refletir na composição dos representantes eleitos pelo povo brasileiro.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam que a baixa representatividade das mulheres no poder pode acarretar a aprovação de leis e políticas públicas desfavoráveis e contrárias aos interesses femininos.

2. a) Elas já votavam e podiam participar do governo ou estavam em vias de alcançar isso.

b) Ela se refere às brasileiras, que permaneciam subalternas aos homens.

c) Espera-se que os estudantes citem a necessidade de superarmos enquanto sociedade a violência empreendida contra a mulher e os vários tipos de discriminação sofridos cotidianamente pelas mulheres no Brasil.

3. Quando os parlamentares legislam de acordo com suas crenças particulares, corre-se o risco de que valores pautados nessas crenças sejam impostos a toda a população, inclusive às pessoas que não são adeptas da crença em questão. Além disso, podem ocorrer retrocessos no que se refere à saúde e à liberdade sexual das mulheres, aos direitos reprodutivos e a outras pautas defendidas pelos movimentos femininos, visto que esses temas não raramente representam tabus para algumas religiões, especialmente as de orientação patriarcal.

4. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes identifiquem a existência de posturas machistas que, por exemplo, desqualificam o trabalho realizado pelas mulheres, tanto em atividades cotidianas como nas relacionadas à liderança e ao exercício político. É importante também que eles constatem a urgência de desconstruir esses preconceitos e valorizar o trabalho realizado pelas mulheres, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

5. Atividade de pesquisa. Atualmente, a legislação trabalhista prevê uma jornada de trabalho de até 44 horas semanais, tanto para os homens quanto para mulheres. Já a licença-maternidade corresponde ao período de até 120 dias ao qual as mães têm o direito de se afastar, de forma remunerada, do trabalho após o parto.

6. a) Sim, porque as mulheres formam 52% do eleitorado do país.

b) Ela tem aumentado, mas ainda é inferior à representatividade dos homens.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes possam se posicionar em relação à questão do gênero na política e à necessidade de criar maneiras de aumentar a participação das mulheres na política para que a representatividade aumente.

7. Resposta correta: alternativa **b**. A alternativa indica uma das políticas que visam à representatividade de gênero no interior das instituições oficiais do Estado brasileiro.

Ampliando (Páginas 146 e 147)

Os estudantes têm a oportunidade de se aprofundar no tema do feminismo, uma das formas de luta das mulheres por direitos e condições de vida iguais em relação aos homens.

É muito importante que eles percebam que o feminismo não é um movimento com uma única proposta. Dentro dele, existem diversos grupos que se mobilizam em prol de diferentes objetivos, com variados focos e ênfases.

A seção colabora para a construção da **CGEB2** e da **CGEB7**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a expressar suas opiniões sobre o feminismo respeitosamente e com base em dados da realidade, evitando "achismos" e opiniões preconceituosas.

2. Respostas pessoais. Como exemplo de resposta, os estudantes podem dizer que, apesar de os homens se beneficiarem de estruturas machistas e patriarcais, eles também podem ser oprimidos por elas no sentido da imposição de valores e condutas muitas vezes violentas (para com os outros e consigo mesmos) que negam e suprimem comportamentos e sentimentos tipicamente humanos (como tristeza, medo, amor, etc.), os quais, aos olhos da sociedade machista, são considerados manifestações de fraqueza ou ausência de masculinidade.

3. Nessa atividade de pesquisa, os estudantes devem descobrir que a expressão "masculinidade tóxica" refere-se a padrões de comportamento esperados de indivíduos do gênero masculino que perpetuam formas de opressão e violência contra as mulheres e contra outros homens. Com base nessa definição, espera-se que eles mencionem, se possível dando exemplos reais, formas de violência que são fruto dessas expectativas sociais de comportamento.

4. Para bell hooks, o feminismo permite o questionamento e a desconstrução das formas de opressão originadas de valores machistas, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

5. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mencionem ações e medidas que visem à igualdade e ao respeito, como a valorização de indivíduos do gênero feminino em diversas esferas da sociedade, o respeito à voz e às vivências das mulheres, bem como a interrupção de hábitos e ações que as objetifiquem, entre outras.

Práticas de pesquisa (Páginas 148 e 149)

A proposta é incentivar os estudantes a fazer uma pesquisa, por meio do estado da arte, sobre o processo da proclamação da República no Brasil, enfatizando os interesses dos grupos que participaram dele.

O uso desse método de pesquisa permite que os estudantes se apropriem do conhecimento produzido sobre o tema e se situem em relação ao momento atual das pesquisas. É importante enfatizar a importância da dedicação às leituras, fundamentais para o sucesso da proposta. Lembre-os de que esse é um momento de trabalho individual, que deve ser feito sob as condições adequadas, em ambientes silenciosos, sem interrupções, com boa iluminação e um assento confortável.

Em outras etapas da proposta, o trabalho assume um caráter colaborativo, na medida em que os integrantes dos grupos dividem as anotações que fizeram de suas leituras e, juntos, constroem o texto que será apresentado.

O texto mobiliza as habilidades **EM13CHS502**, **EM13CHS603** e **EM13CHS606** e as competências **CGEB6**, **CGEB7**, **CGEB8** **CGEB9** e **CGEB10**.

4 ECOS DA ESCRAVIDÃO

INTRODUÇÃO

Nesta unidade, serão abordados temas como o tráfico de escravizados e a escravidão no Brasil, suas marcas ainda presentes nos dias atuais e a luta contra o racismo e pelo fim das desigualdades no país. No capítulo 10, a escravidão moderna, que utilizou mão de obra africana e indígena, e o trabalho análogo à escravidão em diferentes setores, na atualidade, são temas centrais para a compreensão das rupturas e das permanências relacionadas ao processo de escravidão, ainda que guardadas suas especificidades, em razão do contexto em que cada um desses sistemas estava inserido. No capítulo 11, discute-se o racismo estrutural no Brasil como consequência do longo período em que o escravismo vigorou no país e da ausência de políticas de reparação no período seguinte à abolição da escravidão. No capítulo 12, as temáticas das desigualdades racial e social, vistas como categorias indissociáveis, e da luta antirracista são abordadas para que os estudantes consigam compreender as conexões entre o passado e o presente.

Sugestão de planejamento

Ao longo da unidade são trabalhados dados disponibilizados em diversos tipos de gráficos. Se possível, organize a abordagem desses materiais em conjunto com o docente de Matemática, aprofundando as percepções da turma sobre os contextos históricos e da atualidade de maneira mais quantitativa. No capítulo 10, há a abordagem do conceito de moral de acordo com Immanuel Kant. Assim, sugerimos que as aulas sobre o tema sejam realizadas em conjunto com o docente de Filosofia.

Objetivos da unidade

- Compreender o uso de mão de obra escravizada como um fato constituinte da história nacional.
- Analisar as práticas de marginalização da população negra após a abolição da escravidão.
- Avaliar os impactos do escravismo e da marginalização da população negra como aspectos ainda presentes e constituidores da desigualdade social no Brasil.
- Compreender o racismo estrutural e as razões da luta antirracista.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA UNIDADE

CAPÍTULO	COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES	TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS
10	CGEB6, CGEB7, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS103, EM13CHS104 e EM13CHS105 **CECHSA2:** EM13CHS201, EM13CHS203 e EM13CHS204 **CECHSA4:** EM13CHS401 e EM13CHS404 **CECHSA5:** EM13CHS502 e EM13CHS503 **CECHSA6:** EM13CHS601 e EM13CHS606 **CECNT2:** EM13CNT206 **CEMT1:** EM13MAT102 e EM13MAT104	Educação para o consumo
11	CGEB6, CGEB7, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101 **CECHSA5:** EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS503 **CECNT3:** EM13CNT302 **CELT5:** EM13LGG502 **CELT7:** EM13LGG704	
12	CGEB1, CGEB2, CGEB4, CGEB6, CGEB7, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101 **CECHSA5:** EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS503 **CECHSA6:** EM13CHS601 e EM13CHS602 **CECNT3:** EM13CNT301 **CELT5:** EM13LGG502 **CELT7:** EM13LGG704 **CEMT1:** EM13MAT102 e EM13MAT104	

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

ABERTURA DE UNIDADE
(Páginas 154 e 155)

A escravidão moderna e o trabalho análogo à escravidão são diferentes entre si em razão dos elementos jurídicos, das justificativas e de suas práticas características. É importante compreender, no entanto, que esses dois fatores estão diretamente relacionados ao passado escravista do Brasil, que ainda hoje traz consequências sociais como o emprego de mão de obra em condições análogas à escravidão e a falta de compreensão de direitos como elementos fundamentais para combater essa realidade.

Oriente os estudantes a observar a imagem que abre a unidade. Comente que se trata de um trabalhador colhendo cana-de-açúcar. Essa análise pode trazer uma reflexão sobre os motivos pelos quais a produção da cana-de-açúcar ainda hoje utiliza trabalho análogo à escravidão.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reconheçam que as desigualdades social e racial no Brasil têm origem no processo histórico da formação do país. É possível que, ao discutir a resposta à questão, surjam propostas relacionadas a políticas afirmativas.
2. Resposta pessoal. Os estudantes já tiveram contato com a história da escravidão no Ensino Fundamental e, muito provavelmente, já se depararam com este tema também nas mídias, em diálogos com a família e em outros meios. Dessa forma, ressalte que o reconhecimento desse processo histórico é fundamental para a compreensão da desigualdade racial existente no Brasil e em outros países que viveram o escravismo.

CAPÍTULO 10 ESCRAVIDÃO E TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO
(Página 156)

Este capítulo aborda o emprego de mão de obra escravizada e suas condições análogas em diferentes tempos e espaços, começando pela exploração de mão de obra análoga à escravidão na atualidade e, depois, retomando a escravidão moderna, que vigorou entre os séculos XVI e XIX. Esse percurso favorece a compreensão da permanência de aspectos da exploração desde a escravidão moderna até o trabalho análogo à escravidão na atualidade, mesmo que apontadas as devidas diferenças entre essas duas formas de trabalho.

Para a abordagem inicial do tema do capítulo, sugere-se a retomada do conceito de escravidão, enfatizando que a prática desse sistema de exploração existiu no Brasil em conformidade com a lei.

Para demarcar a distinção legal entre os conceitos trabalhados na unidade, destaque as situações que são caracterizadas no Código Penal brasileiro como análogas à escravidão.

Explique aos estudantes que a legalidade ou não dessa forma de exploração do trabalho não é o único elemento que diferencia os conceitos desenvolvidos na unidade. Justificativas religiosas e estereótipos reforçavam a condição de inferioridade dos africanos e dos indígenas escravizados entre os séculos XVI e XIX.

Em relação aos trabalhos análogos à escravidão, peça aos estudantes que levantem hipóteses que justificariam a permanência de um indivíduo sob condições ilegais. Comente com eles que vários elementos podem favorecer essa permanência, entre os quais a ausência do conhecimento dos próprios direitos, a vulnerabilidade e principalmente a extrema pobreza. No diálogo, ressalte que a culpa da situação não é das vítimas, e sim da ação criminosa dos empreendimentos privados.

Peça aos estudantes que observem o gráfico da página. Nele, há informações sobre os índices das principais atividades dos trabalhadores resgatados do trabalho ilegal. Sugira que observem no gráfico quais são as áreas de maior ocorrência.

A abertura do capítulo colabora para a construção das habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS102**, **EM13CHS103** e **EM13CHS105**, bem como da habilidade **EM13MAT104**. Esse trabalho será aprofundado ao longo do capítulo, promovendo também a abordagem das **CGEB6**, **CGEB7**, **CGEB9** e **CGEB10**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Espera-se que os estudantes identifiquem que, em condições de trabalho análogas à escravidão, os indivíduos são privados de seus direitos de ir e vir, de expressar sua identidade, entre outras violações do direito à liberdade. O gráfico mostra a situação de trabalhadores libertados, indicando que eles retomaram esse direito.
2. Respostas pessoais. O objetivo da questão é incentivar os estudantes a identificar relações entre o tema e o cotidiano deles, considerando a comunidade em que estão inseridos e o lugar onde moram.

Sugestões para o professor

» **Depoimento de um trabalhador escravo. Escravo, Nem Pensar!, 22 fev. 2019. Disponível em: https://escravonempensar.org.br/biblioteca/depoimento-de-um-trabalhador-escravo/. Acesso em: 7 set. 2024.**

Como aponta o título do vídeo, nele é apresentado o testemunho de um trabalhador (não identificado) sobre as violências sofridas em diferentes locais de trabalho. Ele também apresenta imagens para compor a declaração e permitir a visualização do que é narrado. O *site* oferece, ainda, outros curtas que exploram temas correlatos.

» **Sakamoto, Leonardo (coord.). *Trabalho escravo no Brasil do século XXI*. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227551.pdf. Acesso em: 7 set. 2024.**

Com o apoio da OIT, o livro apresenta um estudo amplo que mapeia as condições, as estatísticas e as políticas de enfrentamento do trabalho análogo à escravidão no Brasil atual.

O trabalho análogo à escravidão nos espaços urbanos (Página 157)

Como sugerido no Livro do Estudante, retome as informações do gráfico "Brasil: principais atividades de trabalhadores resgatados (1995- 2023)" e destaque a porcentagem

de trabalhadores libertados na área urbana, informando aos estudantes que, ainda que esse espaço abrigue um número menor desses trabalhadores, isso não deixa de ser um problema real e não solucionado.

Indique que a existência de imigrantes em condições análogas à escravidão é facilitada pela falta de proteção ao grupo, pelas dívidas adquiridas na viagem ou na estadia no país e, ainda, pela retenção ilegal dos documentos desses indivíduos, que se veem nas mãos de empregadores mal-intencionados.

Indústria têxtil (Página 158)

A prática do trabalho análogo à escravidão na produção têxtil é um tema sensível aos jovens e próximo deles, afinal, é cada vez mais comum sua participação nas escolhas dos produtos adquiridos pela família. Por esse motivo, o tema possibilita a discussão sobre o consumo consciente e a construção da cidadania.

Entre a classe média, compras de itens de vestuário em países conhecidos pelos preços baixos ou nos chamados *outlets* revelam a falta de ciência dos meios que viabilizam o barateamento desses itens ou a falta de preocupação com essa situação. Mas o emprego de mão de obra análoga à escravidão não se resume a esse segmento do setor; condenações também ocorreram em redes estrangeiras, como as europeias, de roupas de grife, o que representa um alerta para a necessidade de consumo consciente e de mecanismos de fiscalização eficientes.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

Converse com os estudantes sobre os hábitos de consumo deles, em especial, sobre as compras de produtos de vestuário, como roupas e calçados, favorecendo a construção da **CGEB7**. Pergunte aos estudantes se existe uma preocupação deles e de suas famílias em relação à origem dos produtos e quais são os fatores determinantes para a compra (o preço da mercadoria, a marca, etc.). Esse diálogo inicial não tem o objetivo de culpabilizar o consumidor pela existência de formas de trabalho análogas à escravidão, mas o de sensibilizar os estudantes quanto à necessidade de reconhecer o impacto dos hábitos de consumo.

A proposta favorece a abordagem aprofundada das habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS503**, bem como da **CGEB7**, da **CGEB9** e da **CGEB10**. Além disso, colabora com o desenvolvimento do tema contemporâneo transversal **Meio ambiente**, com ênfase na Educação para o consumo.

1. Respostas pessoais. A proposta promove uma reflexão relacionada à ética e ao respeito aos direitos humanos, incentivando os estudantes a se posicionar em relação às práticas produtivas ilegais abordadas no capítulo.
2. Atividade de pesquisa. Geralmente, o documento em questão é publicado nas comunicações oficiais do governo federal. Além de promover a pesquisa, a atividade incentiva uma postura atitudinal dos estudantes, que devem elaborar estratégias para pressionar as empresas associadas a regimes de trabalho análogos à escravidão a fim de que passem a agir de modo transparente e alinhado com os direitos humanos. Alguns exemplos de estratégias são: boicotar os produtos da marca; divulgar nas redes sociais que a marca está envolvida em ações ilegais submetendo pessoas a condições análogas à escravidão. É importante averiguar provas e fontes seguras provando a ilegalidade.

Sugestão para o professor

» **Trabalho escravo no setor têxtil. Escravo, Nem Pensar!, 17 fev. 2016. Disponível em: https://escravonempensar.org.br/biblioteca/trabalho-escravo-no-setor-textil/. Acesso em: 21 set. 2024.**

Nesse vídeo, uma conversa casual entre amigas sugere uma reflexão sobre a prática do trabalho análogo à escravidão por determinadas empresas do setor têxtil, os impactos para os trabalhadores envolvidos e as possíveis motivações para a manutenção deles nessa situação. O *site* ainda disponibiliza pequenos vídeos sobre o trabalho infantil, o tráfico de pessoas, a ocupação na Amazônia e o ciclo do trabalho escravo contemporâneo.

Continuidades históricas no campo (Página 159)

Os dados sobre o trabalho análogo à escravidão apresentados no Livro do Estudante apontam para o alto índice de sua existência nas áreas rurais. Nesses espaços, as relações de trabalho são historicamente mais frágeis e, por esse motivo, é possível questionar a efetividade da fiscalização dos órgãos competentes.

Questione se eles reconhecem no texto o órgão competente de fiscalização e combate ao trabalho análogo à escravidão mencionado. Espera-se que os estudantes indiquem a existência de uma subsecretaria no Ministério da Economia.

BOXE INTERAÇÃO

Espera-se que os estudantes identifiquem que a Região Sudeste concentra a maior parte das atividades rurais em que foram encontrados trabalhadores submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão. Trata-se da região que também concentra a maior parte da riqueza do país: há mais empreendimentos financeiros nessa área e, como vimos, a escravização é uma estratégia – cruel e absolutamente contrária aos direitos humanos – para aumentar as margens de lucros das empresas.

Desmatamento e escravidão (Página 160)

As discussões acerca da relação entre desmatamento e escravidão, no passado e no presente, favorecem o desenvolvimento de aspectos da habilidade **EM13CNT206**.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada em 1919 como parte dos acordos do Tratado de Versalhes, que representa o fim da Primeira Guerra Mundial. Mesmo com as muitas alterações realizadas desde o projeto inicial, a OIT se dedica à promoção da igualdade social e dos direitos humanos e trabalhistas. Nessa organização, atualmente, 186 estados-membros, incluindo o Brasil, estão comprometidos com a missão do órgão.

Ressalte aos estudantes que o emprego do trabalho análogo à escravidão no desmatamento tem impacto não apenas na vida dos indivíduos explorados, mas também na sociedade como um todo. Além disso, o avanço das áreas desmatadas tem preocupado as comunidades acadêmicas nacionais e internacionais e comprometido a credibilidade do país.

Nos últimos anos, lideranças – algumas delas jovens – têm assumido o compromisso com a denúncia de práticas nocivas ao meio ambiente e com a preservação da natureza, como a jovem sueca Greta Thunberg, indicada ao Nobel da Paz em 2019.

BOXE REFLEXÃO

Auxilie os estudantes na identificação da fonte de pesquisa da qual o mapa apresentado foi extraído. Enfatize a importância das pesquisas e da divulgação desses conhecimentos para o debate público e a conscientização da sociedade.

Caso a escola disponha de sala de informática, é possível acessar o *site* InfoAmazonia e observar outros dados relevantes para as realidades social e ambiental vivenciada na região.

A proposta articula-se com o que se propõe em diferentes habilidades específicas, especialmente nas habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS102**.

1. Espera-se que os estudantes identifiquem que o mapa evidencia essa relação: em muitos casos, as áreas indicadas com a cor amarela, sinalizando o desmatamento, também são aquelas que apresentam os ícones de cor vermelha, que indicam a ocorrência de trabalho escravo.
2. O mapa mostra a região Amazônica, no norte do país. Já a situação abordada na página anterior menciona casos mais concentrados na Região Sudeste, embora cite ocorrências no Pará.

Terras Indígenas (Página 161)

O reconhecimento do direto dos povos indígenas à posse da terra foi uma conquista obtida somente na Constituição Federal de 1988, fruto da intensa mobilização dos próprios indígenas e das organizações não governamentais. Ainda assim, a demora no processo de demarcação e de legalização da posse e os constantes ataques sofridos pelos indígenas por fazendeiros, madeireiros e donos de garimpo têm comprometido a garantia desse direito constitucional

Para iniciar o debate, é possível perguntar aos estudantes se eles conhecem o conceito de "Terra Indígena" e se conseguem diferenciá-lo do termo "aldeia", tradicionalmente usado de forma estereotipada, ainda que existente na língua portuguesa para definir povoado pouco numeroso, abaixo da condição de vila. Ressalte que a expressão "Terra Indígena" é a utilizada na legislação atualmente.

É importante que os estudantes reconheçam que a exploração e a escravização dos povos indígenas são marcas da história do país. Ainda que menos estudada ou divulgada, a escravização indígena foi uma realidade colonial nos espaços de menor presença dos africanos escravizados.

BOXE REFLEXÃO

Para retomar o conhecimento sobre escravização indígena e aprofundá-lo, sugere-se a leitura atenta do texto de João Pacheco de Oliveira a respeito da dominação indígena entre os séculos XVII e XIX.

Comente com os estudantes que o genocídio indígena não pode ser utilizado como fator de silenciamento da exploração da mão de obra dos indígenas que permaneceram, tampouco deve servir como argumento para o desaparecimento dos povos nativos. Dados atuais do IBGE têm indicado o aumento dessa população, resultante do reconhecimento positivo da descendência.

1. De acordo com o texto, todas as atividades que exigiam esforço eram realizadas por indígenas submetidos à escravidão.
2. Resposta pessoal. O objetivo da atividade é incentivar os estudantes a estabelecer a relação de passado e presente a partir do conflito que envolvem os povos indígenas no Brasil contemporâneo.

Escravidão e povos indígenas no Brasil (Página 162)

Nesse ponto do capítulo, o protagonismo recai sobre as populações indígenas e traz alguns exemplos de ações de resistência e de afronta contra a colonização, tanto por meio das batalhas coloniais quanto pela aceitação da figura do rei português, ambas estratégias que poderiam garantir a sobrevivência. A abordagem colabora para que sejam desconstruídos eventuais equívocos ou estereótipos sobre os povos nativos que enfrentaram os europeus na Idade Moderna. Por séculos, a narrativa histórica retratou os povos indígenas como passivos diante da colonização. Na verdade, pelo contrário, cada população elaborou estratégias próprias para sobreviver ao processo. A imagem da página traz um vestígio material das tentativas europeias de submeter as populações ameríndias aos modos cristãos de vida.

A abordagem favorece o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS104**, **EM13CHS201**, **EM13CHS203**, **EM13CHS204**, **EM13CHS404** e **EM13CHS503**.

BOXE REFLEXÃO

1. Espera-se que os estudantes reconheçam que os povos indígenas atuaram em prol de suas liberdades, ainda que submetidos à exploração.
2. Respostas pessoais. Os estudantes devem buscar dados que comprovem a existência de indígenas em todo o território nacional. Devem observar, também, que esses grupos podem estar em áreas rurais ou urbanas.
3. Resposta pessoal. Os estudantes devem compreender que o contato com narrativas não tradicionais no conteúdo escolar, como a história e a cultura indígenas possibilita discutir e superar preconceitos, ampliar o conhecimento a respeito dessas sociedades e ressignificar a participação dos povos indígenas na construção sociopolítica brasileira.
4. *Tour* virtual. O objetivo da atividade é levar os estudantes a reconhecer, no sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, a dinâmica do aldeamento e sua relação com as missões jesuíticas. Caso julgue necessário, retome conceitos relacionados a patrimônio histórico e preservação de bens culturais.

Passado escravocrata (Página 163)

Em História, determinadas palavras ganham sentidos próprios de acordo com o contexto em que são utilizadas. Dessa forma, a palavra "escravidão", utilizada desde a Antiguidade, possui contornos distintos construídos em períodos específicos. É por esse motivo que o capítulo demonstra a preocupação com a conceitualização e a diferenciação entre a escravidão moderna, que vigorou no Brasil entre os séculos XVI e XIX, e o trabalho análogo à escravidão, característico dos séculos XX e XXI, quando práticas ilegais de exploração do

trabalhador são utilizadas para a obtenção de maiores lucros pelo explorador.

A escravidão moderna, praticada no Brasil nos períodos colonial e imperial, constitui uma das características fundamentais da sociedade brasileira dessa época. O volume de pessoas escravizadas que passaram a compor a sociedade brasileira, o regime de exploração dessa mão de obra, a negação de direitos dos indivíduos que a realizavam, a ausência de políticas de reparação imediatas ao fim da escravidão e a construção de políticas de marginalização da população negra resultaram nas imensas desigualdades social e racial do país. Portanto, é importante que os estudantes reconheçam a construção histórica das desigualdades e a permanência da exploração dos vulneráveis como práticas históricas que devem ser combatidas.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam a relação de passado e presente estabelecida na *charge*. Nela é feita uma crítica à flexibilização da CLT, rememorando atividades que os escravizados eram forçados a realizar para os seus senhores durante o período da escravidão no Brasil.

Sugestão para o professor

» ***Menino 23*. Direção: Belisário Franca. Brasil, 2016 (80 min).**

Fruto da tese de doutorado de Sydney Aguilar, o documentário conta a ação de empresários ligados ao pensamento eugenista que, nos anos 1930, obtiveram a guarda de cinquenta meninos órfãos e os levaram a uma fazenda no interior paulista para trabalhar sob regime análogo à escravidão.

O tráfico de escravizados (Página 164)

O tráfico de escravizados tem sido bastante revisitado por pesquisadores de diferentes áreas. Tradicionalmente, o destaque recai sobre esse lucrativo comércio que beneficiou as nações europeias, favorecendo a acumulação de capital, e depois foi direcionado ao desenvolvimento industrial. Porém, atualmente, outras abordagens têm sido exploradas, tais como as características das estruturas internas das sociedades africanas e a perspectiva dos indivíduos sequestrados e trazidos para a América, espaço desconhecido para eles e que representava a interrupção das experiências vividas até aquele momento.

Peça aos estudantes que analisem o mapa e o gráfico apresentados na página. Destaque o lugar ocupado pelo Brasil como principal destino dos escravizados. Essa informação é importante para compreender a composição da sociedade brasileira e o impacto do passado em sua formação.

O trabalho de análise do gráfico nessa página favorece o desenvolvimento de aspectos da habilidade **EM13MAT102**.

Sugestões para o professor

» **Baquaqua, Mahommah Gardo. *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua*: um nativo de Zoogoo, no interior da África. São Paulo: Uirapuru, 2017.**

A primeira edição da biografia de Baquaqua foi lançada nos Estados Unidos, em 1854. O autor nasceu no atual Benin, foi trazido ao Brasil na condição de escravizado e fugiu para os Estados Unidos. Um relato de época que permite a compreensão de usos e costumes do sistema escravista.

» **Rediker, Marcus. *O navio negreiro*: uma história humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.**

O historiador aborda o tráfico de escravos de uma perspectiva até então inédita: o cotidiano dos passageiros (livres e escravizados) durante a viagem pelo Atlântico. Da falta de higiene à violência, os registros ajudam a elucidar traumas pouco conhecidos do processo.

Alguns marcos históricos (Página 165)

Destaque as datas apresentadas como marcos históricos importantes. Em seguida, retome o gráfico apresentado na página anterior. No que se refere às quatro primeiras datas apresentadas, auxilie os estudantes na compreensão de que, à medida que as leis pareciam caminhar para o fim do tráfico e para a abolição da escravidão, o tráfico de escravizados aumentava para garantir a sobrevivência do sistema escravista.

Em relação aos marcos a partir do Código Penal de 1940, explique que a contínua preocupação com práticas análogas à escravidão é um indício da permanência das relações ilegais dessa forma de mão de obra. Dessa maneira, os estudantes devem compreender que, mesmo não se tratando da escravidão moderna ainda em 2008, se faziam necessárias regulações para proibir a existência do trabalho análogo à escravidão.

BOXE INTERAÇÃO

1. a) O território que mais recebeu escravizados foi o que hoje corresponde ao Brasil. Isso pode ser identificado, no mapa, pela espessura das setas e, no gráfico, pelas quantidades expressas em números.

b) Na primeira metade do século XIX. Espera-se que os estudantes relacionem esse aumento à Lei Eusébio de Queirós, que proíbe o tráfico de pessoas escravizadas.

A chegada dos africanos escravizados ao Brasil (Página 166)

O processo de escravização no Brasil e nas Américas deve ser estudado dentro do sistema econômico que alimentou e da tragédia humana que representou. Ambas as perspectivas são amplamente analisadas pela historiografia mais recente, indicando o aspecto econômico, mas também as inúmeras tentativas de resistência e construção de novos laços entre os sujeitos escravizados. Ademais, é fundamental lembrar que a escravidão não sintetiza a experiência dos africanos, nem nas Américas tampouco em África, cuja história é milenar.

Os conteúdos contemplam aspectos das habilidades **EM13CHS102**, **EM13CHS104**, **EM13CHS201** e **EM13CHS503**.

Os muitos trabalhos dos africanos escravizados (Páginas 167 e 168)

O trabalho é uma das abordagens mais importantes a respeito da escravização, uma vez que ela permite destacar a necessidade que os colonizadores criaram sob esse modelo; derivando daí a demanda de impor uma superioridade que legitimasse a condição de servidão desses indivíduos.

Vale informar aos estudantes que mesmo as artes, ao menos até a chegada da Corte Portuguesa, eram uma atividade de trabalho de homens negros, livres ou escravizados, cujo

ofício era aprendido em organizações semelhantes às corporações de ofício europeias.

Os conteúdos desenvolvem com destaque as habilidades **EM13CHS102**, **EM13CHS104**, **EM13CHS503** e **EM13CHS606**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Espera-se que os estudantes justifiquem a resposta com exemplos citados em diversos momentos do capítulo, indicando atividades de trabalho desde a esfera pública até a esfera privada.
2. Atividade de pesquisa. Pode ser indicada aos estudantes a busca por imagens de Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, artistas que abordam essa temática. Se possível, sugira que ampliem a busca por imagens que demonstrem também momentos de lazer, como capoeira ou festividades.

Conhecimento e tecnologias africanas (Página 169)

O reconhecimento da importância dos saberes desenvolvidos por povos africanos e empregados na construção histórica do país é uma abordagem eficiente em relação à educação comprometida com as relações étnico-raciais. O texto dessa página enfoca as tecnologias africanas, deslocando a atenção da escravidão. Essa alteração é essencial para desconstruir perspectivas eurocentradas e as narrativas que reduzem os povos africanos apenas ao fenômeno da escravidão.

Pela natureza da abordagem, as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS102**, **EM13CHS104**, **EM13CHS401**, **EM13CHS601** e **EM13CHS606** são mobilizadas com sucesso.

BOXE INTERAÇÃO

1. Espera-se que os estudantes retomem o texto de Eschwege e identifiquem: bateias, canoa e peças de couro de boi utilizadas na mineração.

Atividades (Página 170)

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes identifiquem que as atividades relacionadas, principalmente, à mineração, à pecuária, à cana-de-açúcar e à construção civil empregavam mão de obra escravizada nos períodos colonial e imperial e utilizam mão de obra análoga à escravidão na atualidade.
2. Atividade de pesquisa. Peça aos estudantes que realizem pelo menos duas entrevistas. Eles devem investigar as percepções de dois adultos de seu convívio sobre os direitos trabalhistas e os trabalhos realizados em situações análogas à escravidão. A proposta aproxima a temática da realidade dos estudantes e permite que eles coletem informações em suas comunidades, valorizando os saberes construídos por elas. Oriente a turma a realizar registros das entrevistas (como anotações e gravação de voz e vídeo). Em seguida, peça a eles que organizem a exposição dos resultados por meio de uma breve apresentação de cada estudante, que pode ou não veicular trechos do material das entrevistas. Dialogue brevemente sobre as conclusões de cada estudante, buscando evidenciar as descobertas deles sobre o tema.
3. a) A pesquisa de Ribeiro apresenta todas as características listadas pelo Código Penal brasileiro para caracterizar o trabalho análogo à escravidão: condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, trabalho forçado e servidão por dívida.

   b) Atividade de pesquisa. Organize um estudo do meio em uma área em que haja atividade de construção civil. Para isso, dialogue com a coordenação da escola e também com a empresa responsável pela construção. Cuide para que os jovens utilizem equipamentos básicos de proteção durante a visita e, previamente, oriente-os a se deslocar com cuidado pela área. Você pode combinar dois momentos do estudo do meio: um roteiro de observação e um diálogo com uma equipe de trabalho, durante o qual os jovens possam fazer perguntas aos trabalhadores. Os momentos podem ser registrados por meio de fotos e vídeos, que, depois, podem ser disponibilizados à comunidade escolar em uma mostra. Outra possibilidade é convidar trabalhadores da construção civil para um diálogo com os estudantes na escola.
4. Por meio desse contraexemplo, baseado no senso comum sobre a escravidão no Brasil, os estudantes são incentivados a analisar criticamente as frases, embasados nas reflexões feitas ao longo do capítulo, para identificar os equívocos e, depois, debater sobre eles com os colegas. O trabalho escravo no Brasil não é uma característica apenas do passado, já que, ainda hoje, há trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão. Embora os africanos e seus descendentes formassem o maior contingente de pessoas escravizadas no Brasil, no período da escravidão moderna, comunidades indígenas também foram escravizadas.
5. a) O mapa apresenta uma grande concentração de indivíduos em condições de trabalho análogas à escravidão em regiões onde há grande incidência de desmatamento. Por meio dessa análise, pode-se supor que a mão de obra análoga à escravidão é utilizada justamente para promover esse desmatamento, em total desacordo com as legislações trabalhistas e ambientais vigentes.

   b) Resposta pessoal. Em relação às pessoas que exploram esse tipo de trabalho, pode-se mencionar o desejo de obter mais lucro, desconsiderando os direitos e a dignidade dos trabalhadores. Em relação às pessoas que realizam esse tipo de trabalho, pode-se mencionar a pobreza extrema, a vulnerabilidade e as diversas formas de violência empregadas por exploradores para submeter os indivíduos explorados a essa realidade.
6. Atividade de pesquisa. Essa proposta permite que os estudantes aprofundem seus conhecimentos sobre as comunidades indígenas da região onde vivem. Também favorece o desenvolvimento do conhecimento e da análise dos processos políticos e culturais de ocupações regionais.
7. Atividade de pesquisa. Se julgar conveniente, indique aos estudantes a seguinte notícia sobre o marco temporal, no *site* da Câmara dos Deputado, disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/ (acesso em: 8 set. 2024). Na notícia são listados argumentos favoráveis e contrários ao marco temporal, que consiste em um entendimento jurídico segundo o qual os povos indígenas têm o direito de possuir somente as terras que ocupavam (ou já reivindicavam) na data de promulgação da Constituição, em outubro de 1988.

8. Respostas pessoais. Os estudantes podem identificar museus, monumentos, entre outros, que indiquem traumas variados e em tempos variados, como o Holocausto da Segunda Guerra Mundial ou construções em homenagem às vítimas de catástrofes, como o planejamento de um monumento às 272 pessoas mortas pelo rompimento da barragem de Brumadinho (MG) em 2019.

   Espera-se que eles compreendam que esses locais são importantes marcos de memória, para que esses crimes contra a humanidade não sejam esquecidos, tampouco se repitam.

9. Resposta correta: alternativa **a**. O excerto menciona cinco órgãos públicos que, juntos, agiram para o resgate de 1 590 trabalhadores em 2014, indicando, portanto, a articulação desses órgãos para combater o problema.

10. Resposta correta: alternativa **b**. Nessa questão, o estudante deve ter conhecimento sobre o conteúdo da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico transatlântico no Brasil, resultando, à primeira vista, na diminuição do volume de traficados oficiais, embora a atividade continuasse de forma ilegal.

Ampliando (Páginas 172 e 173)

A seção propõe uma reflexão sobre o tratamento do tema escravidão na obra *Metafísica dos costumes*, de Immanuel Kant (1724-1804), por intermédio da leitura do filósofo Norberto Bobbio (1909-2004). O conteúdo dessa seção favorece a interdisciplinaridade, envolvendo os componentes curriculares História e Filosofia.

Solicite aos estudantes que realizem a leitura atenta do excerto, destacando os elementos que consideram centrais para a definição do que é moral.

Nessa seção, são especialmente mobilizadas as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS102**, **EM13CHS103** e **EM13CHS105**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes mobilizem seus conhecimentos prévios para responder o que consideram moral. É possível que as respostas deles apresentem definições relacionadas a regras ou costumes.
2. O principal fator que diferencia uma ação moral de uma ação jurídica é, segundo Kant, a intencionalidade que motiva a ação. Se uma lei é cumprida pelo simples dever de cumprir-se, ela é moral; se, no entanto, é cumprida com alguma outra intencionalidade, ou visando a alguma forma de benefício, ela é exclusivamente jurídica.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mencionem que o emprego de mão de obra escravizada trazia vantagens aos senhores de escravizados, entre elas a de contar com uma mão de obra produtiva sem precisar arcar com os custos de remuneração aos trabalhadores.
4. Com base na moral kantiana, pode-se afirmar que, apesar de respaldado por um sistema de leis jurídicas, o emprego de mão de obra escravizada no Brasil entre os séculos XVI e XIX não está de acordo com a lei moral, pois sua motivação não está no cumprimento da legislação em si, mas na obtenção de lucros e benefícios pelas pessoas que praticavam essa ação.
5. No Brasil atual, o emprego de mão de obra análoga à escravidão é proibido pelo sistema de leis, logo não está de acordo com uma ação jurídica nem com uma ação moral.

Estúdio de História (Páginas 174 e 175)

Para construir o conhecimento histórico, os historiadores selecionam e analisam vestígios do passado, tornando-os fontes históricas. Conhecer os princípios da construção desse conhecimento, com a seleção das fontes e as várias formas de medir e registrar o tempo, é importante para que os estudantes possam entender o sentido da História.

Diante disso, eles são convidados a compreender a importância das fontes para o ofício do historiador e a perceber alguns processos econômicos e sociais oriundos do período da escravidão no Brasil. O objetivo é levá-los a compreender e a se posicionar criticamente com base em argumentos e fontes de natureza científica. Com isso mobilizam-se as habilidades **EM13CHS103**, **EM13CHS401** e **EM13CHS503**.

PARA CONCLUIR

1. Fontes históricas são os vestígios da ação humana que sobreviveram ao tempo e que estão ao alcance do observador.
2. Essas fontes podem ser consideradas o objeto do trabalho de pesquisa dos historiadores.
3. As fontes apresentadas são **1**: iconográfica; **2**: fonte material; e **3**: escrita.
4. Atividade de escrita. Oriente os estudantes na análise dos documentos. Para isso, peça a eles que analisem as informações contidas em cada uma das fontes, compreendendo o tipo de cada uma delas. É importante que eles destaquem o trabalho exercido pelos escravizados na cena retratada por Jean-Baptiste Debret na **fonte 1**. Incentive-os a discorrer sobre os possíveis motivos pelos quais os escravizados eram submetidos a utilizar determinados objetos apresentados na **fonte 2**. Por fim, peça-lhes que analisem na **fonte 3** o documento que tornou a escravidão ilegal no Brasil a partir de 1888.

CAPÍTULO 11 EXISTE RACISMO NO BRASIL? (Página 176)

O capítulo começa com uma pergunta: Existe racismo no Brasil? Durante os debates propostos, o capítulo aborda processos históricos e eventos contemporâneos para responder a essa pergunta. Também revela aos estudantes que, no Brasil, houve a criação de uma estrutura racista que deu origem às desigualdades racial e social, dois marcadores fundamentais que não podem ser separados para compreender a sociedade brasileira e as possibilidades de ação para transformá-la.

É necessário compreender que a escravidão moderna, que vigorou entre os séculos XVI e XIX, ocorria de acordo com a legalidade jurídica dos países responsáveis e beneficiados pelo comércio de escravizados.

Comente que a oposição à escravidão moderna aumentou gradualmente no século XIX em diferentes grupos. Ainda que a ênfase dessa oposição recaia na pressão inglesa para o fim do tráfico – ainda mais em uma nação recente, como o Brasil, que se tornava cada vez mais industrializada, para a qual o assalariamento era uma forma de garantir consumidores –, é importante reconhecer também o crescimento dos movimentos abolicionistas nacional e internacional como legítima preocupação com a dignidade da população negra. Destaca-se também a organização dos próprios escravizados e ex-escravizados, que intensificaram a resistência ao cativeiro das mais diferentes formas.

Ao mesmo tempo que ocorria o fim legal da escravidão, surgia no século XIX o darwinismo social, uma corrente científica de pensamento que afirmava a existência de raças e a hierarquia entre elas. Essa forma de pensar passou a pautar a diferenciação entre os seres humanos, tornando-se um elemento a mais nas dificuldades enfrentadas pela população recém-liberta nas Américas.

No Brasil, foram criadas interpretações das relações raciais próprias ao contexto brasileiro. Entre as mais marcantes, em especial por sua aceitação e pela presença de seus reflexos na atualidade, está a teoria da democracia racial, mencionada no Livro do Estudante. Nela, Gilberto Freyre (1900-1987) afirma que a convivência entre brancos, negros e indígenas foi mais harmoniosa e menos violenta se comparada a outros lugares, como os Estados Unidos, país em que o autor morou e onde houve a criação de dispositivos legais para segregar a população negra.

Na abertura do capítulo, a abordagem do racismo por meio do trecho de uma música e dos conhecimentos prévios dos estudantes possibilita o trabalho com a habilidade **EM13CHS101**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem a palavra "carne" aos corpos de pessoas negras no Brasil.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem os versos da música com o fato de a população de africanos e seus descendentes se constituírem como a principal força de trabalho no território brasileiro durante o período da escravidão.
3. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes identifiquem que a letra da música contradiz a teoria de Gilberto Freyre, já que explicita o racismo estrutural.
4. Respostas pessoais. O objetivo da questão é promover o diálogo inicial sobre o racismo.

Sugestão para o professor

» **Brown, Mano; Rock, Edi. Negro drama. Intérprete: Racionais MC's. *In*: *Nada como um dia após o outro*. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. 1 CD. Faixa 5.**

A música aborda os problemas e as questões de um jovem negro da periferia de uma cidade grande. Ainda que o grupo seja paulistano, muitas das situações apresentadas na canção são válidas em outros contextos do país.

Questões estruturais (Página 177)

O conceito de longa duração foi cunhado pelo historiador Fernand Braudel (1902-1985) e apresentado pela primeira vez em seu doutorado *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, em 1949. Em suma, compreende-se que determinados elementos históricos não são demarcados cronologicamente em seus eventos. Aplicado ao tema abordado na unidade, seria correto afirmar que a escravidão é um evento de longa duração, pois seus impactos foram e ainda são sentidos depois do fim oficial desse regime.

Sistema escravocrata no Brasil (Página 178)

Caso julgue necessário, retome algumas considerações sobre o tráfico de escravizados, abordando os dados apresentados no mapa e no gráfico da página 164, no capítulo 10.

Destaque que os africanos escravizados possuíam técnicas e conhecimentos e que eles foram aplicados nas atividades produtivas da América. Na mineração, por exemplo, havia predileção por escravizados originários da Costa da Mina, no litoral da África Ocidental, atual Gana, porque parte das sociedades dessa região possuía muitos conhecimentos em metalurgia e fabricação de joias. O fato revela que, a despeito da tentativa de desumanização desses indivíduos, as experiências apontam para a atuação deles nas mais distintas áreas, além do âmbito do trabalho indicado nesse caso.

Em contraposição ao destaque positivo, é importante reconhecer que o sistema escravista vigorou sob forte violência física e controle da população escravizada e livre. Esta última permanecia vulnerável diante daquele contexto e precisava achar meios de confirmar sua liberdade quando necessário. A "carta de alforria" nada mais era do que um documento que comprovava que o portador era dono de si mesmo.

Contexto do pós-abolição (Página 179)

Ainda que muitas críticas possam ser feitas à obra *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, considerado responsável por dotar de caráter científico o mito da democracia racial, as discussões sobre as relações culturais no Brasil escravista foram, pela primeira vez, alvo de atenção acadêmica nesse livro. A fotografia de uma criança branca montada sobre uma mulher negra, de Jorge Henrique Papf, por exemplo, dialoga com cenas descritas na obra de Gilberto Freyre. Ainda que hoje a análise efetivada seja distinta da feita pelo historiador, é importante observar a imagem para destacar a existência do racismo e o desejo de manter a existência de grupos subalternos e, portanto, preservar os privilégios.

Para estudar a pós-abolição, os historiadores debruçam-se sobre os processos que aconteceram nos últimos anos da legalidade da escravidão, indicando as contestações e as mobilizações que reivindicavam o fim desse regime. Eles também exploram os anos seguintes ao ano 1888, a fim de indicar a omissão do Estado na integração da população negra na sociedade, como também os dispositivos criados pelos próprios negros para sua proteção e sua sobrevivência, designados agência negra.

No processo de conquista da liberdade, é importante que sejam destacadas as ações dos abolicionistas negros e das populações negras escravizada e livre, que se organizaram para a obtenção da liberdade. Visto pela perspectiva da população negra, o conteúdo é capaz de despertar um pertencimento positivo e, igualmente, tornar as explicações históricas mais complexas.

BOXE REFLEXÃO

A respeito do autor apresentado, vale mencionar que Petrônio Domingues é historiador especialista na formação (e na ação) dos movimentos negros, com ênfase na Frente Negra Brasileira. A entidade, criada em 1931, tornou-se partido político em 1936 e foi desmobilizada em 1937, com o fechamento dos demais partidos no governo de Getúlio Vargas.

A proposta favorece o trabalho aprofundado com as **CGEB6**, **CGEB7**, **CGEB9** e **CGEB10**, possibilitando o reconhecimento de personalidades de destaque na própria comunidade como exemplos positivos de trajetórias.

1. Atividade de pesquisa. O objetivo dessa proposta é incentivar os estudantes a reconhecer aspectos históricos e sociais da região em que vivem, bem como suas contradições, como o racismo estrutural. Auxilie-os durante a pesquisa, que pode ser feita em publicações impressas e digitais, como documentários, por meio de entrevistas, visitas a espaços de cultura, entre outros recursos, de acordo com a realidade escolar. Oriente-os também na escolha da forma como vão apresentar o trabalho, lembrando-os de que a apresentação deve ser acessível à comunidade escolar.

Racismo estrutural: um panorama geral

(Página 180)

Retome a questão inicial levantada no título do capítulo (Existe racismo no Brasil?). Pergunte aos estudantes se eles reconhecem a existência do racismo e como as manchetes apresentadas podem auxiliar na compreensão dessa realidade. Espera-se que todos sinalizem afirmativamente e, a partir dessa dinâmica, reforce que o estudo desenvolvido neste capítulo busca demonstrar que o racismo é uma construção histórica, iniciada no escravismo e presente ainda hoje.

A historiografia aponta que o primeiro presidente a reconhecer em discurso oficial a existência do racismo foi Fernando Henrique Cardoso (1931-). Desde então, em especial com as aprovações das Leis n. 10 639/2003 e n. 12 711/2012, que definem, respectivamente, a introdução dos estudos sobre História Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares e a criação de cotas raciais para o ingresso na universidade pública, o debate sobre a reparação histórica tem alcançado uma visibilidade sem precedentes.

O tema favorece a compreensão da importância de garantir os direitos humanos e respeitá-los. Também permite a construção de uma consciência cidadã e do posicionamento ético no debate público em defesa da luta antirracista. Por isso, a proposta é um ótimo momento para mobilizar as habilidades **EM13CHS501**, **EM13CHS502** e **EM13CHS503**. Também pode favorecer o trabalho com a habilidade **EM13LGG502**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. A proposta favorece a leitura crítica e a problematização do racismo no Brasil, além de incentivar a construção de posições dialógicas e empáticas. Espera-se que os estudantes mobilizem os debates realizados até o momento para identificar o racismo em cada manchete e criar explicações claras e éticas acerca de suas percepções.

Sugestão para o professor

» **Silva, Lúcia Helena Oliveira. *Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-abolição (1888-1926)*. São Paulo: Humanitas, 2016.**

Fruto do trabalho de doutorado da historiadora, o livro explora as motivações para o deslocamento da população negra de Campinas para o Rio de Janeiro após 1888. Nessa obra, é possível explorar o contexto pela perspectiva dos próprios negros, pelos seus desejos e anseios naquele tempo.

Atividades (Página 181)

1. a) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem a frase aos diversos aspectos do sistema escravista moderno e do racismo estrutural, citando exemplos com base no que estudaram no capítulo.

b) Resposta pessoal. Os estudantes devem perceber que a ausência de conhecimento da cultura negra e a necessidade de os negros lutarem por direitos e respeito estão presentes nos quadrinhos e na letra da música "A carne".

2. a) 95 anos.

b) O Brasil ocuparia a última posição.

c) O fato de o Brasil ter sido o último país a abolir a escravidão pode indicar a importância que o emprego dessa mão de obra, bem como o tráfico de escravizados propriamente dito, desempenhava para a economia do país. Pode indicar também uma forte resistência das elites locais, proprietárias de escravizados, a abrir mão de seus privilégios.

3. Resposta pessoal. Por meio da fala de Davis, a atividade incentiva posturas críticas e éticas diante do racismo, explicitando aos jovens que, apesar de ser algo estrutural, é passível de transformação, se for encarado com determinação e responsabilidade pelos cidadãos.

4. Trata-se de uma fotografia de Jorge Papf feita em 1899. Ainda que tenham se passado cerca de onze anos da abolição, a fotografia retrata a subalternidade do indivíduo negro em relação ao branco: a pose escolhida (criança branca em cima de uma mulher negra) parece indicar que a mulher negra serve de brinquedo para a criança, que aparece em destaque na fotografia. O racismo estrutural implica a insistência em atribuir papéis subalternos e secundários a determinados grupos – e, no Brasil, as populações negra e indígena são as mais afetadas.

5. Resposta correta: alternativa **c**. O texto do cientista social Alfredo Guimarães apresenta, resumidamente, aspectos do Movimento Negro Unificado (MNU), centrando-se no combate às discriminações étnicas. É certo que as demais alternativas também estão na pauta do MNU, mas não foram mencionadas no recorte.

Práticas de texto (Páginas 182 e 183)

A atividade e sua apresentação final favorecem o posicionamento ético no debate público, a defesa dos direitos humanos e a luta contra o preconceito racial.

Ao iniciarem a busca por informações que vão compor a reportagem *on-line*, é interessante que os estudantes sejam orientados a identificar a importância da credibilidade das fontes e o uso de diferentes fontes de informação como forma de garantir uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado.

A proposta de trabalho dessa seção também pode contribuir para o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13LGG704** e **EM13CNT302**.

Sugestão para o professor

» **Müller, Tânia M. P.; Cardoso, Lourenço (org.). *Branquitude*: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.**

A obra aborda o conceito de branquitude e a constituição da identidade branca em relação aos não brancos.

CAPÍTULO 12 VIDAS NEGRAS NO BRASIL

(página 184)

Neste capítulo, são explorados índices que comprovam as desigualdades racial e social como elementos intrínsecos e o genocídio da população negra. Também é discutida a luta de pretos e pardos para denunciar essa condição de desigualdade e obter dispositivos legais para a reversão dessa situação. Nesse momento, as questões abordadas com mais atenção no capítulo 10 são retomadas no capítulo 12 em diálogo com o presente, em perspectivas diversas.

O genocídio da população negra tem sido denunciado pela militância negra brasileira ao longo dos séculos XX e XXI. Intelectuais como Abdias do Nascimento (1914-2011) e Lélia Gonzalez (1935-1994) atuaram politicamente por meio de escritos, palestras, pronunciamentos, cargos eletivos e de assessoria política, denunciando e buscando meios de reversão dessa realidade. A defesa desses indivíduos é clara: os efeitos danosos da escravização, pela própria existência do regime, não foram interrompidos em 1888. Ao contrário, no pós-abolição, surgem dispositivos para a manutenção da opressão e a marginalização dos negros na sociedade.

A fim de compreender o quanto os estudantes conhecem sobre o tema, valorizando, assim, seus conhecimentos prévios, pergunte a eles se já tiveram contato com manifestações antirracistas como a da imagem.

Pela atualidade dos debates propostos, o capítulo realiza um trabalho consistente que integra a **CGEB1**, a **CGEB4** e a **CGEB6**. Elas serão retomadas ao longo do capítulo e também do volume.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Espera-se que os estudantes identifiquem o protesto como uma reação dos movimentos negros ao genocídio de jovens negros, assassinados diariamente nas cidades brasileiras, representados pelo assassinato do jovem congolês Moïse Mugenyi Kabagambe no Rio de Janeiro.
2. Resposta pessoal. O objetivo da questão é retomar os aspectos que fundaram a imagem idealizada da sociedade brasileira como pacífica, tolerante e aberta, reforçando os problemas que mitos como esses geram, como encobrir raízes profundas de violência e perpetuar a segregação e as desigualdades sociais. É necessário destacar aos estudantes que o assassinato não pode ser naturalizado.

Sugestão para o professor

» **Nascimento, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.**
Publicado pela primeira vez em 1977, sob a vigência da Lei de Segurança Nacional, que criminalizava as discussões sobre raça no país, o livro é uma denúncia da morte sistemática da população negra no Brasil, empreendimento no qual o Estado representa papel de destaque.

Índices sociais (Página 185)

O trabalho com os índices sociais apresentados possibilita aprofundar o debate sobre as contradições da realidade brasileira. Embora o país busque a consolidação da democracia, as desigualdades sociorraciais permanecem.

O primeiro gráfico indica que pretos e pardos são a maioria dos indivíduos em trabalhos informais, o que significa também ausência de proteção social e maior vulnerabilidade às condições econômicas. O segundo gráfico apresenta a desigualdade salarial, com base nos critérios de raça e escolaridade. Nesse gráfico, não somente é possível verificar que o menor rendimento é atribuído aos pardos e aos pretos, como também observar que, mesmo em níveis iguais de escolarização, brancos têm renda média salarial maior do que os pretos e os pardos. Portanto, não se trata exclusivamente de um problema de formação educacional, mas de uma preferência na ocupação das vagas de emprego, o que evidencia o racismo estrutural.

A abordagem proposta na página mobiliza com destaque a habilidade **EM13CHS101**. Além disso, contribui para o trabalho com a **CGEB2** e a **CGEB7**, e com aspectos das habilidades **EM13MAT102** e **EM13MAT104**.

Vulnerabilidade social dos negros

(Página 186)

O conteúdo retoma os índices apresentados anteriormente e os amplia, apresentando o gráfico com informações sobre restrição da população negra ao acesso à educação, à proteção social, à moradia, ao saneamento e à internet.

Comente com os estudantes que esses dados podem ser levados em consideração quando se argumenta sobre a existência de um privilégio branco. Espera-se que eles reconheçam que a desigualdade historicamente construída promove o acesso a serviços de forma desigual a brancos, pretos e pardos.

É possível que os estudantes mencionem a existência de pessoas brancas e pobres, portanto tão vulneráveis quanto pretos e pardos. Caso isso ocorra, peça a eles que retomem os gráficos do tópico "Índices sociais", que leva em conta critérios como raça, gênero, escolarização e renda. Ele evidenciam que, mesmo com níveis educacionais iguais, existe uma disparidade de ganho salarial entre as populações negra e branca. Em outras palavras, brancos pobres no Brasil também podem se encontrar em condições de vulnerabilidade, mas sua cor não faz parte dos elementos que dificultam seu acesso ao universo do trabalho, por exemplo.

A discussão sobre a vulnerabilidade social da população negra permite o trabalho aprofundado com a habilidade **EM13CHS503**.

Sugestões para o professor

» **Bento, Cida. *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.**
A obra aborda o conceito de branquitude como um acordo não verbalizado. Uma das perspectivas da autora é como a branquitude gera desigualdades no acesso aos empregos.

» **Preta-Rara. *Eu, empregada doméstica*: a senzala moderna é o quartinho da empregada. São Paulo: Letramento, 2019.**
Tradicionalmente uma das profissões mais exploradas, pelo costume escravocrata e pela lacuna na legislação, o trabalho doméstico é discutido pela militante, historiadora, *rapper* e ex-empregada doméstica Joyce Fernandes, mais conhecida como Preta-Rara, nome que adotou.

Quem é alvo da violência no Brasil?

(Página 187)

Solicite aos estudantes que leiam atentamente as informações dispostas na página. Ressalte que o uso do termo "genocídio", utilizado ao longo deste capítulo, marca não apenas o alto índice de assassinatos da população negra, mas também o fato como ato deliberado, parcial, no que se refere à omissão, e total, se levada em consideração a ausência de leis de reparação.

É possível associar esse fenômeno à abordagem da mídia de casos ligados à violência e à normalização social do genocídio de negros, fruto da estrutura racista discutida no Livro do Estudante. Caso julgue conveniente, peça aos estudantes que pesquisem manchetes que reflitam sobre essa situação.

Um exemplo impressionante é a manchete do *Jornal Extra*, de maio de 2009, no qual se lê: "Troca de tiros na Chácara do Céu leva pânico a moradores do Leblon" (disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/troca-de-tiros-na-chacara-do-ceu-leva-panico-moradores-do-leblon-278540.html. Acesso em: 21 set. 2024). Nessa manchete, fica explícito que o medo dos moradores da periferia é desconsiderado. Provavelmente, o jornalista acredita que se trata de algo natural para esses indivíduos, o que não é válido para os moradores do Leblon, bairro de elite.

O conteúdo trabalhado nesse item favorece o diálogo que contribui para a construção da **CGEB9** e da **CGEB10**.

Sugestão para o professor

» **Mbembe, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.**
Influente intelectual contemporâneo, o camaronês Achille Mbembe apresenta no livro o conceito de necropolítica, no

qual se baseia o poder do Estado na definição de que a soberania é exercer controle sobre a mortalidade. Em outros termos, o poder político define "quem é descartável, e quem não é", segundo o autor.

O antirracismo como arma contra o genocídio negro (Página 188)

A discussão sobre o conceito de antirracismo pode viabilizar o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13CHS501** e **EM13CHS502**.

A fim de valorizar os conhecimentos prévios e mobilizar um debate que guie o estudo do conteúdo proposto, pergunte aos estudantes se eles conhecem o significado do termo "antirracismo". Explique que o termo designa movimentos e sentimentos de oposição ao racismo, comumente presente na população que sofre com a prática racista, embora possa e deva ser uma bandeira de todos. Dessa forma, a discussão contempla a preocupação com a prática da cidadania e com a necessidade de estimular o respeito aos direitos humanos.

Reforce a questão do racismo, do genocídio da população negra e da naturalização desses problemas como elementos construídos histórica e socialmente. Da mesma forma, retome o conceito de branquitude, ressaltando que a população branca é privilegiada e que é necessário discutir esse fato, para gerar a igualdade de acesso aos serviços e aos direitos.

Vidas negras importam! Histórias de lutas, sobrevivência e resistências

(Página 189)

As expressões "movimentos negros" e "entidades negras" referem-se à coletividade de grupos formados pela população negra e por aliados que discutem e elaboram estratégias de luta contra o racismo. A variedade dessas estratégias é ampla, representadas pela discussão, pela organização de palestras e oficinas, pela criação de conteúdos (impressos, digitais ou didáticos), pelos grupos de teatro, pela assessoria política, pela ocupação de cargos eletivos, entre outras. O que une, portanto, essa variedade de grupos e ações é a luta contra o racismo e tudo o que isso representa, tal como o fim da desigualdade econômica e o reconhecimento positivo da cultura negra.

Destacar o nome e a atuação de pessoas negras é importante para construir o reconhecimento do protagonismo dos negros como sujeitos históricos, ou seja, como indivíduos que atuam e vivem experiências de acordo com suas convicções e condições. Vale mencionar que a prática é recomendada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais.

A **CGEB6** e a **CGEB9** são abordadas de maneira consistente neste tema, contribuindo para a construção de planos positivos para uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, essa discussão também pode contribuir para o desenvolvimento de aspectos da habilidade **EM13LGG502**.

Sugestão para o professor

» **Domingues, Petrônio. *Movimento negro brasileiro*: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [*on-line*], v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/abstract/?lang=pt. Acesso em: 21 set. 2024.**

Especialista sobre a trajetória dos movimentos negros, o autor apresenta nesse artigo um panorama geral das entidades negras existentes ao longo da história brasileira, suas demandas e atuações.

Políticas públicas para a igualdade racial

(Página 190)

Comente com os estudantes que Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente em exercício a reconhecer a existência do racismo no país. Sociólogo doutorado pela Universidade de São Paulo, o ex-presidente foi orientando de Florestan Fernandes, figura central da Escola de Sociologia Paulista e das investigações científicas que taxaram a democracia racial na categoria de mito. Autor de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* e *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, ambos de 1962, FHC atesta os critérios raça e classe como preponderantes para a desigualdade de oportunidades e, ainda, mantém em entrevistas recentes a defesa de que só o critério raça não se sustenta para as políticas de reparação. Para ele, é necessário recorrer à comprovação da condição de pobreza do indivíduo.

Esses partidos pioneiros são o Partido Democrático Trabalhista, do qual Abdias do Nascimento fez parte e lançou-se como político partidário, e o Partido dos Trabalhadores, ao qual parte dos integrantes do MNU de São Paulo e Rio de Janeiro se filiaram, tal como Milton Barbosa e Lélia Gonzalez (depois filiada ao PDT).

O trabalho com essa temática propicia a mobilização de aspectos das habilidades **EM13CHS601** e **EM13CHS602**.

Consciência negra, militância e aquilombamentos (Página 191)

A fim de trabalhar o conceito de aquilombamento, peça aos estudantes que leiam o texto de Conceição Evaristo (1946-). Comente que a autora é uma importante literata negra, em plena atividade, e que tem sido um nome fundamental na defesa da literatura negra, como é chamada a produção literária feita por pretos e pardos, com especial ênfase às produções que tratam do cotidiano e do racismo.

Após a leitura, pergunte aos estudantes quais são as possíveis explicações para a escolha do termo "quilombo" para grupos atuais. Espera-se que eles reconheçam a intenção de valorização do passado negro a partir de seu ato de resistência; afinal, o quilombo colonial era o espaço daqueles que fugiam para recriar novas formas de existir, longe do cativeiro criado pelos povos europeus.

Historicamente, é importante que reconhecer a memória como campo de construção de identidades, mas, ao mesmo tempo, deve haver o cuidado com o anacronismo. Assim, indivíduos ou estratégias do passado compõem novos sentidos presentes, mas devem, ao olhar da ciência, ser compreendidos dentro das estruturas que vivenciaram.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Os anos 1990 são considerados, pelo historiador Petrônio Domingues, como o tempo de surgimento de um novo tipo de movimento negro, aquele representado pela popularização do *rap* como forma de expressão da juventude preta e parda das periferias das grandes cidades. Nomes emblemáticos desse período são Racionais MC's, Thaíde, Sabotage e Facção Central. Atualmente, a denúncia da desigualdade e a ressignificação da cultura negra têm emergido nas canções, em diferentes estilos e regiões do Brasil.

Para aproveitar essa multiplicidade, você pode sugerir a seguinte atividade: os estudantes devem buscar na internet canções que tratem da questão racial, como problema ou ressignificada positivamente. Após as escolhas das canções, cada indivíduo ou grupo (de acordo com a orientação do professor)

deve explicar o motivo da escolha da música. Em seguida, caso seja viável, seria interessante apresentar a letra da canção em algum projetor simultaneamente à música. No momento de socialização das músicas selecionadas, e justificadas, a turma deve ser incentivada a debater os significados das letras, e em que medida elas podem ser interpretadas como ressignificações ou lutas antirracistas.

Atividades (Páginas 192 e 193)

1. a) A vertente que apresenta desequilíbrio é a de cor ou raça.

b) Enquanto 34,5% e 33,3% de mulheres e homens brancas estão na informalidade no mercado de trabalho, respectivamente; essa taxa é de 46,8% e 46,6% de mulheres e homens pretos e pardos, respectivamente. Logo, a diferença de porcentagem do trabalho informal nessa vertente é de 12,3% entre as mulheres e 13,3% entre os homens .

c) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes comentem suas percepções acerca das estruturas racistas que dificultam o acesso da população negra ao mercado formal de trabalho.

2. a) Os dados revelam que existe uma grande variação salarial em razão da cor da pele dos trabalhadores no Brasil. A primeira coluna do gráfico disponibiliza uma visão total dessas diferenças, independentemente dos níveis de formação.

b) Espera-se que os estudantes reflitam sobre os privilégios das pessoas brancas, cuja mão de obra em razão do racismo estrutural é mais valorizada do que a mão de obra de negros ou pardos. Além de serem preferidas no mercado de trabalho, as pessoas brancas são mais bem remuneradas que negros e pardos. Assim, o privilégio simbólico de maior aceitação leva ao privilégio material de maior renda.

c) Espera-se que os estudantes identifiquem que a última coluna do gráfico representa a diferença salarial entre brancos e pretos com nível superior de instrução. Tal disparidade salarial revela a inconsistência da ideia de meritocracia, pois demonstra que, mesmo as pessoas negras e pardas que tiveram acesso à educação formal e conseguiram construir um plano de carreira, recebem uma recompensa salarial inferior à das pessoas brancas.

3. Espera-se que os estudantes reflitam sobre o racismo e a vulnerabilidade social como motivadores da violência contra pessoas pretas e pardas. A curva ascendente revela que, em cenários de crises econômica, política e social, as pessoas pretas ficam mais vulneráveis ao crime organizado, ao aliciamento ou a se tornarem vítimas das guerras entre facções e da violência da polícia.

4. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a expressão "genocídio negro", levando em consideração que os negros são as principais vítimas da violência letal.

5. Espera-se que os estudantes reflitam sobre o racismo estrutural como a causa da vulnerabilidade social da população negra. Nesse sentido, o racismo explica o fato de os negros serem preteridos no mercado de trabalho e de receberem salários inferiores, o que diminui suas oportunidades de ascensão social e econômica, tornando-os suscetíveis ao crime.

6. Resposta pessoal. Na poesia, a ideia de aquilombamento faz referência às lutas do passado escravocrata e atualiza seu sentido para as lutas atuais e constantes dos negros, que, unidos, podem se mobilizar contra políticas que sejam contrárias ao seu direito à vida.

7. a) Entre os séculos XVI e XIX, os quilombos tinham como principal função a resistência contra a escravidão. Já os quilombos da atualidade são caracterizados como espaços de encontro e sociabilidade para discussão de estratégias de resistência ao racismo.

b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes dialoguem sobre a importância da união entre pessoas que vivenciam a negritude em seus cotidianos para uma compreensão mais ampla acerca do significado dessa vivência, bem como das possibilidades de luta e resistência contra o racismo estrutural.

8. Atividade de pesquisa. Nessa proposta, os estudantes vão aprofundar seus conhecimentos sobre as comunidades e os movimentos negros articulados, assim como sobre a apropriação do termo "quilombo" para designar os espaços de luta que marcam a realidade do tempo presente. O objetivo é que, ao entrar em contato com as ações desses movimentos, eles percebam a importância de sua articulação política, do acolhimento das pessoas marginalizadas socialmente e da promoção da autoestima e da consciência da história da população negra.

9. Resposta correta: alternativa **a**. É possível notar que o poeta se coloca ora como o opressor/violento, ora como o oprimido/agredido. Retome aqui o debate sobre o racismo estrutural e a pouca consciência de pertencimento da população negra como elementos que favorecem essas experiências.

10. Resposta correta: alternativa **b**. O texto atesta a inconsistência do mito da cordialidade brasileira, utilizada como propaganda positiva dos costumes brasileiros e silenciamento de atos como racismo, intolerância e xenofobia, constantes no cotidiano do país.

Práticas de pesquisa (Páginas 194 e 195)

Nessa seção, pretende-se desenvolver as habilidades e as práticas de pesquisa com base no método da revisão bibliográfica, ou seja, por meio do levantamento e da análise daquilo que já foi produzido e divulgado a respeito do tema selecionado.

A proposta é que os estudantes pesquisem o racismo estrutural no Brasil. Definições e elementos sobre este tema foram trabalhados na unidade, em especial no capítulo 11, e devem ser retomados pelos estudantes.

Solicite aos estudantes que observem com atenção as informações dispostas em *Procedimentos*, para que a atividade seja mais facilmente executada.

Em *Planejamento e análise* e *Levantamento de artigos*, a participação de todos deve ser assegurada. Nessas etapas, é importante que eles aprendam a desenvolver argumentos de forma oral. Em *Elaboração do texto*, eles devem criar um texto escrito que será disponibilizado na internet, permitindo desenvolver a articulação de conhecimentos de texto e escrita com o uso das novas tecnologias de comunicação e informação como espaço de divulgação e diálogo. Práticas como essa mobilizam habilidades escritas e orais, bem como têm a potencialidade de auxiliar o indivíduo na sua inserção no debate público de forma consciente, respeitando o conhecimento científico consolidado e os direitos dos cidadãos.

A proposta de trabalho desenvolvida nessa seção contribui para o desenvolvimento da **CGEB6** e da **CGEB7**, das habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS503** e de aspectos das habilidades **EM13LGG704** e **EM13CNT301**.

5 PRIVILÉGIO E CIDADANIA

INTRODUÇÃO

Esta unidade tem como tema central o conceito de cidadania no contexto brasileiro. Com base na constatação do alto índice de desigualdade social no país, são analisados fatores históricos, políticos e socioculturais que atuaram e atuam na produção dessa desigualdade. No capítulo 13, a igualdade social é abordada como um princípio constitucional que, muitas vezes, não é respeitado, o que se pode observar a partir da constatação de que uma parcela considerável da população não desfruta de direitos básicos, enquanto poucos são altamente privilegiados e beneficiados pelo Estado. O capítulo 14 trata das lutas das populações politicamente minorizadas pela obtenção e manutenção de direitos civis, políticos e sociais básicos, apresentando um histórico das conquistas mais relevantes e do que ainda precisa melhorar. Já no capítulo 15, a luta dos povos tradicionais pela sobrevivência e pela conservação de suas culturas é discutida enquanto elemento fundamental para diminuir as desigualdades sociais no país.

Sugestão de planejamento

Nos capítulos 13 e 14, o trabalho com poemas escritos por autoras contemporâneas brasileiras negras tem centralidade. Para abordá-los de modo aprofundado, organize previamente com os docentes da área de Linguagens dois encontros interdisciplinares com a turma, para que as obras sejam declamadas e debatidas sob as perspectivas históricas, literárias e artísticas.

Objetivos da unidade

- Compreender os elementos que atuaram e atuam para que o Brasil seja uma nação desigual e analisar experiências históricas que buscaram a superação dessa situação.
- Reconhecer a existência de grupos sociais marginalizados e sub-representados no Brasil e examinar suas situações, demandas e os princípios que defendem.
- Relacionar a desigualdade com a condição social de privação de direitos para uns e de benefícios e privilégios para outros.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA UNIDADE

CAPÍTULO	COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES	TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS
13	CGEB1, CGEB7, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS103 e EM13CHS106 **CECHSA5:** EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS503 **CECHSA6:** EM13CHS601 e EM13CHS605 **CELT2:** EM13LGG201 e EM13LGG202 **CEMT1:** EM13MAT102 **CEMT4:** EM13MAT406	Educação em direitos humanos; Vida familiar e social
14	CGEB7, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101 e EM13CHS103 **CECHSA5:** EM13CHS501, EM13CHS202 e EM13CHS503 **CECHSA6:** EM13CHS601, EM13CHS605 e EM13CHS606 **CELT2:** EM13LGG201, EM13LGG202, EM13LGG203 e EM13LGG204 **CELT3:** EM13LGG301, EM13LGG303 e EM13LGG304 **CELT7:** EM13LGG701, EM13LGG702, EM13LGG703 e EM13LGG704	
15	CGEB1, CGEB2, CGEB7, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS102 e EM13CHS104 **CECHSA2:** EM13CHS206 **CECHSA3:** EM13CHS301 e EM13CHS302 **CECHSA5:** EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS503 **CECHSA6:** EM13CHS601, EM13CHS604, EM13CHS605 e EM13CHS606 **CECNT1:** EM13CNT104 **CECNT3:** EM13CNT309 **CELT3:** EM13LGG303 e EM13LGG304 **CELT7:** EM13LGG704 **CEMT1:** EM13MAT102 **CEMT4:** EM13MAT406	Diversidade cultural; Educação ambiental; Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

ABERTURA DE UNIDADE (Páginas 200 e 201)

A abertura de unidade permite uma reflexão inicial acerca do tema cidadania. É importante que os estudantes articulem seus conhecimentos prévios a respeito desse tema e que reflitam sobre como o conceito de cidadania envolve uma relação de direitos e deveres entre os cidadãos e o Estado. Pergunte aos estudantes o que eles entendem e pensam sobre o que é responsabilidade do cidadão e o que é responsabilidade do Estado nessa relação.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. Para responder a essa questão, espera-se que os estudantes mobilizem seus conhecimentos prévios sobre a ausência de políticas reparadoras após a abolição da escravidão, bem como sobre os demais mecanismos que dificultem que determinados grupos e indivíduos tenham pleno acesso à cidadania.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reconheçam que a ação dos movimentos sociais foi (e ainda é) fundamental para pressionar os governos quanto à criação e à manutenção de dispositivos legais que garantam que os direitos sociais contemplem de maneira igualitária todos os segmentos da população.

CAPÍTULO 13 IGUALDADE SOCIAL OU PRIVILÉGIOS? (Página 202)

Neste capítulo é dada continuidade à abordagem do tema das desigualdades no Brasil, agora sob a perspectiva de seus efeitos na sociedade. Para isso, problematiza-se o abismo social que há no país para, depois, caracterizar quem são os privilegiados e como se constituíram dessa maneira ao longo do processo de formação da nação. Há, ainda, um debate sobre meritocracia e a aplicação desse conceito na prática social brasileira.

A abertura do capítulo busca aprofundar o debate sobre as consequências da desigualdade social no Brasil. A imagem dessa página e as atividades estimulam os estudantes a refletir sobre as fissuras da democracia, por meio da comparação dos lugares sociais de grupos marginalizados e privilegiados, introduzindo, dessa forma, a temática da discrepância do acesso aos bens materiais e simbólicos.

A discussão proposta comenta a lógica argumentativa da ideologia da meritocracia, que defende o esforço individual como a chave para obter o sucesso e a autorrealização. Nesse sentido, uma questão a ser levantada é: "Faz sentido falar em mérito quando as condições de realização são desiguais, privilegiando uns em detrimento de outros?"

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reconheçam que, da mesma forma como ocorre na sociedade brasileira, na qual certos indivíduos e grupos têm mais condições de acesso a bens e serviços do que outros, não há condições iguais para os dois indivíduos representados nessa imagem.
2. A imagem faz alusão ao acesso a bens e serviços oferecidos aos diversos indivíduos e grupos que compõem a população. Enquanto o acesso a esses bens e serviços é facilitado para alguns – representados, na imagem, pelo indivíduo que ocupa o patamar mais alto e para quem está à disposição uma escada cujos degraus podem ser facilmente escalados –, para outros, ele é dificultado ou até mesmo negado – representados, na imagem, pelo indivíduo que ocupa o patamar mais baixo, em relação ao anterior, e para quem está à disposição uma escada cujos degraus são muito altos e, por isso, difíceis, senão impossíveis, de serem escalados.

Sugestão para o professor

» **Nogueira, Cláudio Marques Martins; Nogueira, Maria Alice. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu*: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 78, abr. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXY5y7mFRqRJX7m. Acesso em: 21 set. 2024.**

As reflexões sobre o tema desigualdade social podem ser aprofundadas com base nesse artigo, que traz assuntos como a relação entre herança familiar (cultural) e desempenho escolar e o papel da escola na reprodução e na legitimação das desigualdades sociais.

Panorama da desigualdade (Página 203)

Esse tópico amplia a discussão sobre as desigualdades na democracia brasileira.

Explore as informações do gráfico com os estudantes, relacionando-o com o texto didático. Dois fenômenos importantes a explorar são o fato de que a maioria dos residentes em domicílios particulares ganha até 1 salário mínimo e o contraste desses números ao comparar as regiões Norte e Nordeste com as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país.

Pela constatação da desigualdade de renda do país, pode-se deduzir que este também apresenta uma desigualdade de acesso aos meios de ascensão social. Deve-se frisar aos estudantes que constatar a desigualdade de um país não significa concluir que ele seja pobre, mas que as riquezas não são distribuídas igualmente, e disso derivam as situações em que pequenos grupos concentram a maior parte dessas riquezas, enquanto grupos bem mais numerosos vivem em situação de pobreza.

Explique aos estudantes o que significa a mobilidade social e como, no Brasil, essa mobilidade é baixa, tendo como referência as informações trabalhadas até aqui: o direito básico social (educação, saúde, trabalho, proteção social, etc.) não é assegurado de maneira igualitária aos brasileiros, portanto não há garantia de igualdade social e, por consequência, as possibilidades de ascensão social são baixas.

Essa discussão mobiliza as habilidades **EM13CHS103** e **EM13CHS106**, pela análise de informações de diversas linguagens (gráfico, tabela e texto) que diagnosticam a desigualdade no Brasil como uma mazela social histórica. Além disso, também pode colaborar com o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13MAT102** e **EM13MAT406**.

Fissuras sociais (Página 204)

Explore a leitura do poema com os estudantes e discuta o conteúdo e a forma dele. Para isso, peça a um estudante que o leia em voz alta. Essa primeira leitura do texto permitirá a realização da atividade do boxe *Interação*.

É importante apresentar aos estudantes quem é Conceição Evaristo. Escritora negra contemporânea, Conceição nasceu em uma comunidade de Belo Horizonte e trabalhou como empregada doméstica até concluir a Educação Básica, próximo aos seus 25 anos. Depois de passar em um concurso para magistério, seguiu a carreira acadêmica e se tornou mestre e doutora em literatura. Começou a escrever aos 50 anos de idade e hoje figura como uma das escritoras brasileiras mais influentes. Discutir o poema de Conceição Evaristo pode auxiliar no desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13LGG201** e **EM13LGG202**.

A desigualdade social tem raízes no contexto da colonização brasileira. Os estudantes devem compreender como as desigualdades são produzidas por processos sociais de subjugação e depreciação. Essa análise permite a mobilização da habilidade **EM13CHS503**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Espera-se que os estudantes identifiquem a trajetória histórica das mulheres negras no Brasil por meio da poesia de Conceição Evaristo, que retoma a escravização de suas ancestrais, a marginalização social de sua mãe, que prestava serviços domésticos às classes mais privilegiadas, até chegar ao presente e refletir sobre sua condição de mulher negra e escritora, perplexa diante do atual racismo estrutural, mas que deposita sua esperança nas novas gerações para o reconhecimento de sua mobilização política, suas lutas e suas conquistas.

Como nascem os privilégios? (Página 205)

O objetivo central desse tópico consiste na definição do conceito de privilégio e na reflexão sobre como ele é construído na prática social. Na definição, é indispensável demarcar claramente as diferenças entre as vantagens materiais e/ou simbólicas dos privilégios.

Assim como a desigualdade social, os privilégios também têm uma história que remete ao processo colonizador do Brasil. Esse é um bom momento para discorrer sobre os diversos povos que constituíram a população brasileira e como cada um participou no processo de povoamento do país.

O caráter histórico dos privilégios está expresso também na hereditariedade dos privilégios. Explique que não é incomum que membros das classes mais privilegiadas descendam de elites coloniais, enquanto os desfavorecidos remetem aos negros, indígenas ou brancos pobres.

Nesta etapa, são trabalhadas as habilidades **EM13CHS601** e **EM13CHS605**, por favorecer de forma crítica um debate sobre a desigualdade que atinge as minorias brasileiras e sua relação com o ideal global de igualdade.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Se julgar pertinente, realize O Jogo do Privilégio Branco disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MuOE3IJZoZU (acesso em: 12 jul. 2024), com os estudantes, como forma de ampliar suas percepções acerca da existência e do significado de privilégios sociais. Antes, é importante evidenciar que não se trata de um jogo para ganhar ou perder, mas para trazer uma reflexão e uma conscientização a respeito das facilidades e dificuldades vivenciadas por diferentes grupos e indivíduos. Prepare previamente o local em que o jogo será realizado, utilizando fita adesiva ou giz para demarcar o espaço no qual os estudantes se deslocarão. Caso deseje tornar o jogo mais complexo, é possível acrescentar questões que avaliem outras formas de privilégios, como as de gênero, sexualidade, origem, etc. Como alternativa, o jogo pode ser realizado individualmente, em folhas de papel. Nesse caso, em vez de passos, os estudantes contabilizam pontos, que serão somados no final do jogo.

Os privilégios no Brasil (Página 206)

Retome o debate do início do capítulo sobre os artigos da Constituição que tratam da igualdade.

Discuta com os estudantes as semelhanças e diferenças entre os significados atribuídos ao ideal de igualdade no passado e no presente, chamando a atenção para o modo como esse ideal desconsiderava a população negra no Brasil entre os séculos XVIII e XIX.

Aborde os mecanismos que continuaram a excluir a população negra do pleno acesso à cidadania mesmo após a abolição da escravidão: a Lei de Terras, a preferência ao emprego de mão de obra de imigrantes, o voto censitário, entre outros.

Evidencie como esses mecanismos ocasionaram prejuízos à população negra, bem como a outros indivíduos e grupos, propiciando a construção de uma sociedade na qual apenas alguns indivíduos e grupos são privilegiados.

A discussão a respeito da construção dos privilégios no Brasil e os seus efeitos na sociedade atual é propícia para o desenvolvimento da **CGEB1**.

Quem são os privilegiados da atual sociedade brasileira? (Página 207)

É indispensável reforçar aos estudantes a diferença entre os privilégios materiais, e como eles são mantidos pela herança, e os privilégios simbólicos, transmitidos pela cultura, que ainda é fortemente influenciada por valores das classes mais privilegiadas. Trabalhe essa diferença refletindo sobre como os valores éticos e estéticos no Brasil são derivados das tradições europeias, enquanto elementos culturais de outras matrizes são, muitas vezes, desvalorizados no país.

Entre todos os obstáculos possíveis para a ascensão social, a falta de acesso à educação é talvez o mais crítico. Oriente os estudantes a refletir sobre como a educação pode ser um meio de reduzir a desigualdade quando todos, de fato, têm acesso a uma educação de qualidade.

De quem é a responsabilidade pela colonização? Essa questão deve ser trabalhada com cuidado, uma vez que é possível cair em uma lógica culpabilizadora. É importante salientar que, hoje, ninguém é culpado pelos eventos e processos históricos do passado. Apesar disso, é importante reconhecermos que esses eventos e processos são responsáveis pelo cenário atual, com o qual podemos e devemos nos ocupar, reconhecendo a existência de desigualdades e privilégios e buscando formas de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Meritocracia (Página 208)

Para abordar o conceito de meritocracia, esclareça que ela pode ser definida como um sistema que supõe mecanismos de avaliação e acesso em que os indivíduos são avaliados pelo seu desempenho pessoal. Essa ideia, no entanto, se baseia em uma suposta igualdade entre todos os indivíduos, mas, na prática, ela permite que determinados indivíduos sejam privilegiados, por suas condições prévias, em detrimento de outros.

Além do exposto anteriormente sobre a meritocracia, é importante delimitar como ela também implica um olhar que aclama o sucesso e despreza o fracasso, baseando-se na ideia de que o mérito individual deve ser critério de avaliação social.

O tópico abre espaço para explorar a *charge* criticamente. É interessante apresentá-la aos estudantes tratando de contextualizá-la e questionando seu sentido do humor, para que eles reflitam sobre quais pessoas defendem esse tipo de meritocracia, por exemplo.

O posicionamento crítico exigido nesta etapa contribui para o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13CHS501** e **EM13CHS502**.

Sugestão para o professor

» **Markovits, Daniel. *A cilada da meritocracia*: como um mito fundamental da sociedade alimenta a desigualdade, destrói a classe média e consome a elite. Tradução: Renata Guerra. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.**

O professor de direito da Universidade de Yale aponta a meritocracia como ferramenta capaz de (re)produzir desigualdades.

É possível pensar em meritocracia no Brasil? (Página 209)

Este tema permite consolidar o debate desenvolvido desde o início do capítulo, retomando as seguintes ideias: dados comprovam que o Brasil é um país desigual; existe uma enorme dificuldade na superação das desigualdades no Brasil; os privilégios das elites brasileiras são antigos e se vinculam às estruturas sociais herdadas do colonialismo; a manutenção dos privilégios inibe o desenvolvimento social dos desprivilegiados.

A constatação desses dados pode suscitar uma reflexão acerca da validade do emprego de mecanismos meritocráticos como forma de acesso a determinados espaços sociais em uma sociedade tão desigual como a brasileira. Desenvolva com os estudantes a discussão sobre como a meritocracia se baseia em uma visão de mundo individualista, que não enxerga a importância da vida em comunidade e não compreende que toda situação de bem-estar depende do trabalho conjunto.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

O conteúdo desse boxe contribui para uma reflexão aprofundada acerca da relação entre privilégios sociais e o conceito de meritocracia, levando em consideração a realidade da sociedade brasileira.

As questões propostas visam provocar uma reflexão sobre o ponto de partida de cada segmento da sociedade, chamando a atenção para o fato de que fatores como cor, gênero, orientação sexual, entre outros, colocam cada um deles em posições diferentes, que podem facilitar ou dificultar sua trajetória. Em decorrência disso, essa discussão pode contribuir para mobilizar a **CGEB7**, a **CGEB9** e a **CGEB10**. Além disso, as atividades propostas possibilitam o desenvolvimento do tema contemporâneo transversal **Cidadania e civismo**, com ênfase na Educação em direitos humanos e em Vida familiar e social.

1. Resposta pessoal. Essa atividade incentiva os estudantes a apontar os obstáculos vivenciados por diferentes grupos sociais, como dupla jornada de trabalho, acúmulo de funções e tarefas domésticas, racismo estrutural, falta de acesso aos direitos básicos, entre outros.
2. Resposta pessoal. Essa atividade retoma os conteúdos estudados até o momento, propondo uma reflexão acerca dos mecanismos que reforçam as desigualdades sociais, bem como sobre as formas de superá-las.

Atividades (Páginas 210 e 211)

1. a) O gráfico apresenta uma média nacional de renda e mostra a existência de uma grande parcela da população que sobrevive com um salário mínimo ou menos, enquanto uma fatia menor concentra uma renda de mais de dois salários mínimos, o que é um grande indicativo de desigualdade, em razão da forma como a renda é distribuída no país.

   b) As regiões com maiores disparidades são o Nordeste e o Norte. Enquanto no Nordeste 48,4% da população vive com menos de um salário mínimo por mês, apenas 6,7% da população desfruta de uma renda maior do que dois salários mínimos. No Norte, 44,9% recebe menos de um salário mínimo, e 8,4% concentra mais de dois salários mínimos. Nessas regiões, há predominância de áreas rurais e trabalho agrícola, e as possíveis razões para essas disparidades são: a falta de estrutura governamental para fiscalizar as relações de trabalho; a escassez de serviços básicos, como saneamento, hospitais e escolas; e a existência de poucas empresas instaladas e poucas possibilidades de empregos formais.

2. O estudo do Fórum Econômico Mundial examinou áreas consideradas fundamentais para a promoção de mobilidade social e igualdade entre os cidadãos: saúde, educação, tecnologia, trabalho e proteção social. Para o Brasil melhorar sua posição nesse *ranking*, seria necessário promover grandes investimentos em educação pública de qualidade, equalizando as potencialidades de pobres e ricos, além de ampliar o mercado de trabalho e estimular a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas direcionadas a grupos historicamente marginalizados.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam sobre os processos históricos que produziram os privilégios e promoveram as desigualdades sociais no país. Nesse sentido, é importante que eles reconheçam que, apesar dos esforços individuais, existem estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que reforçam essas desigualdades.
4. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a necessidade de garantir a igualdade de direitos e oportunidades para que os indivíduos possam ser selecionados, avaliados e recompensados por seus esforços e méritos pessoais. Em sociedades desiguais, marcadas pela exploração de determinados grupos marginalizados historicamente, inserir a adoção de um único modelo de inclusão e ascensão social tende a aprofundar ainda mais as disparidades econômicas, políticas e sociais.
5. Os dados revelam que, embora as pessoas autodeclaradas negras e pardas no Brasil sejam a maioria da população, sua representatividade em cargos políticos é baixa, o que significa que suas pautas e suas reivindicações encontram pouco respaldo na estrutura legislativa do país.
6. A presença de minorias políticas na mídia e em cargos de gestão contribui para a quebra de padrões sociais que colocam negros em papéis subalternos e desvalorizam fenótipos relacionados à negritude, assim como a representação de mulheres em papéis de comando colabora para a superação da estrutura patriarcal, que inferioriza suas capacidades intelectual e pragmática.
7. Atividade de pesquisa. Nessa proposta, os estudantes vão aprofundar seus conhecimentos sobre as políticas sociais reivindicadas há tempos pelos movimentos negros e os efeitos dessas políticas para a equalização social no Brasil.
8. Resposta correta: alternativa **e**. O segundo e o último versos reproduzidos podem ser tomados como exemplos na abordagem das desigualdades sociais.
9. Resposta correta: alternativa **c**. Apesar de não terem analisado todos os conceitos abordados pela questão, os estudantes podem deduzir alguns dos sentidos por meio da análise que fizeram sobre o Sistema Único de Saúde e sobre algumas características do estado de bem-estar social.
10. Resposta correta: alternativa **d**. O trecho aborda justificativas para as Reformas de Base, plataforma de governo de João Goulart, conhecido como Jango.
11. Resposta correta: alternativa **c**. O texto discorre sobre a Lei de Terras de 1850, que dificultava o acesso democrático à terra, contribuindo, assim, para a concentração fundiária.
12. Resposta correta: alternativa **a**. Apesar de o conjunto de placas exibido na *charge* apresentar diversas pautas antidemocráticas, duas delas ("Fechem as mesquitas!" e "Expulsão dos imigrantes!"), em especial, reforçam o caráter nacionalista e protecionista mencionado na alternativa **a** dessa questão.

Ampliando (Páginas 212 e 213)

A seção propõe uma reflexão sobre igualdade e desempenho com base em um texto da antropóloga Lívia Barbosa. A ideia central é que não é possível comparar o desempenho de indivíduos que tiveram origens e pontos de partida distintos.

O modelo tradicional do vestibular no Brasil é tido por muitos como um exemplo de avaliação que não leva em conta as desigualdades. Debata com os estudantes as possibilidades de uma avaliação que levasse em conta as diferentes formações e a desigualdade social e que, assim, pudesse avaliar de maneira mais justa as capacidades do indivíduo.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a relacionar o que entendem por meritocracia com o conteúdo discutido no capítulo.
2. Para a autora, a igualdade é o pressuposto que permite que o desempenho individual possa ser avaliado como critério único, sem levar em consideração condições prévias, como poder econômico, *status*, relações familiares ou pessoais, entre outras.
3. Porque, do ponto de vista teórico, as sociedades modernas são organizadas com base no princípio de igualdade entre todos os indivíduos que as compõem. Entretanto, na prática social, as desigualdades sociais impossibilitam que todos os indivíduos e grupos tenham acesso de maneira igualitária aos mesmos privilégios sociais. Dessa forma, outros critérios podem se sobrepor à avaliação de desempenho individual.
4. Não, pois as desigualdades sociais criam um desequilíbrio no desempenho dos indivíduos, fazendo com que pessoas socialmente mais privilegiadas obtenham vantagens de avaliação em relação a indivíduos menos privilegiados.
5. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes expressem suas opiniões a respeito da legitimidade de sistemas meritocráticos, levando em consideração os privilégios sociais de diferentes segmentos da sociedade.

CAPÍTULO 14 A BUSCA PELA IGUALDADE (Página 214)

O capítulo trata da busca pela igualdade a partir da luta dos movimentos negros e do feminismo. Nele, são abordados os desdobramentos das desigualdades relacionadas a cor e gênero, bem como possíveis meios para superar essa situação. Para isso, o capítulo apresenta as políticas afirmativas e a produção de leis e instituições contra a desigualdade social e civil.

Nessa página, o objetivo é abordar, por meio de textos e imagens, a intersecção dos movimentos por igualdade racial e de gênero e discutir sua importância na problematização das estruturas machistas e racistas no país. Se considerar interessante, solicite aos estudantes que pesquisem outros poemas ou *slams* feitos por jovens e que tratem desses temas, ou escolha alguns para trabalhar em sala com eles. Peça aos estudantes que leiam em voz alta esses poemas e expressem os sentimentos, reflexões, dúvidas e sensações que eles lhes despertam.

O conceito de minoria deve ser apresentado e explicitado para os estudantes, tendo em vista que o termo é mencionado e trabalhado ao longo do capítulo. Explique aos estudantes que o termo "minoria", apesar de indicar um sentido de pouco numeroso, se refere, nesse contexto, a grupos que constituem uma maioria em relação a termos numéricos. Esses grupos são assim denominados em razão de sua sub-representação política e de suas desvantagens sociais no que se refere à posse e aos exercícios de poder na sociedade.

As minorias integram os grupos distintos que lutam por direitos, ou porque esses direitos ainda não foram reconhecidos, ou porque eles existem nas leis, mas não são cumpridos pelas instituições do Estado.

O trabalho com o conteúdo dessa página, a partir da poesia "Preta, liberte-se!", pode contribuir para a mobilização de aspectos das habilidades **EM13LGG201**, **EM13LGG202**, **EM13LGG203** e **EM13LGG204**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam criticamente sobre seu cotidiano e suas vivências pessoais para perceber aspectos ligados ao machismo e ao racismo.
2. Respostas pessoais. O objetivo é despertar a empatia dos estudantes em relação aos sentimentos e às vivências descritos no poema, que, além de mencionar questões ligadas ao preconceito, trata da construção da identidade dos jovens de modo geral.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam que Danielle Almeida narra, de diferentes maneiras, situações em que sofreu com o racismo e o machismo em sua infância e como, ao entrar em contato com o movimento negro e com o feminismo, modificou sua visão por meio do próprio empoderamento e da problematização de estereótipos preconceituosos que lhe foram impostos.

Sugestão para o professor

» » *Slam da Guilhermina*. **Disponível em: https://www.youtube.com/@SlamdaGuilhermina. Acesso em: 21 set. 2024.**
O grupo Slam da Guilhermina é um dos mais reconhecidos na cidade de São Paulo. Por meio do *link*, é possível encontrar diversos vídeos dos encontros e saraus do grupo cujos temas expõem as questões das lutas das minorias. É recomendável que os estudantes assistam a vídeos de *slams* para entrar em contato com essa manifestação artística.

Investigando as resistências: panorama da Primeira República (Página 215)

Se considerar oportuno, retome brevemente com os estudantes os conceitos de democracia e cidadania, fazendo uma comparação entre o que esses conceitos significavam no passado (na Antiguidade clássica, por exemplo) e o que significam atualmente. Incentive os estudantes a identificar as diferenças e as semelhanças entre esses conceitos com o passar do tempo.

Também é possível analisar outras revoltas e reivindicações populares durante a Primeira República, com o intuito de levantar diferentes demandas da população negra e das classes sociais mais baixas durante esse período.

Este tópico fornece alguns exemplos para tratar da desigualdade no país: a Revolta da Chibata, que lutava pela igualdade social de tratamento dos marinheiros negros; o combate ao monopólio do voto, que lutava pela igualdade política; revoltas e revoluções que lutavam pela igualdade civil; etc.

Os estudantes devem ser capazes de identificar e analisar o panorama da luta negra e seu histórico de opressão, desenvolvendo as habilidades **EM13CHS601** e **EM13CHS605**.

A cidadania para a população negra (Página 216)

Este tópico apresenta um breve panorama histórico e social do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Teatro Experimental do Negro (TEN), as pautas que defendiam e os grupos políticos ou artísticos que participaram ou derivaram deles.

Comente sobre a vida de Abdias do Nascimento e, especialmente, do periódico antirracista *Quilombo*. Auxilie os estudantes na busca por matérias ou conteúdos abordados no jornal e na análise destes, tendo em vista a realidade brasileira atual e o panorama do racismo hoje.

Uma forma interessante de tratar dos grupos minoritários, especialmente dos movimentos negros, é trabalhando a produção cultural desses grupos. Um exemplo é o Bando de Teatro Olodum, criado em 1979, em Salvador (BA). Esse grupo sempre retratou esteticamente os conflitos inerentes à vida dos negros soteropolitanos. Ainda da mesma cidade, uma outra alternativa de atividade é explorar com os estudantes as letras e os ritmos do bloco de afro-axé Ilê Aiyê, cuja discussão do pertencimento racial positivo é constante.

Sugestão para o professor

» **Abdias do Nascimento e Ruth de Souza. *Enciclopédia Itaú Cultural,* [202-]. Disponíveis em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359885/abdias-nascimento e https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa349507/ruth-de-souza. Acessos em: 11 set. 2024.**
Os *links* disponibilizam, respectivamente, os perfis de Abdias do Nascimento e Ruth de Souza, nos quais é possível conhecer um pouco mais sobre suas vidas e verificar a importância da militância política de ambos por meio de suas atuações no teatro, por exemplo.

Políticas afirmativas (Página 217)

O conceito de política afirmativa deve ser trabalhado com atenção, garantindo o entendimento de que se trata de uma política pública que atua para favorecer grupos historicamente marginalizados, no sentido de diminuir os prejuízos dessa marginalização e fornecer meios para que exista um mínimo de simetria em relação a indivíduos e grupos privilegiados.

O tópico traz alguns exemplos de políticas afirmativas que devem ser explorados, considerando sua relevância atual. Uma delas é o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, como forma de nos aproximar dessas culturas tão pouco divulgadas e respeitadas. Outro exemplo é a Lei de Cotas, que tem a função de aumentar o contingente de minorias no Ensino Superior.

BOXE REFLEXÃO

O texto traz algumas narrativas de pessoas que conseguiram, de certa forma, ascender socialmente pela utilização das políticas de cotas, mas que também sofreram preconceito nesse processo por utilizarem tal sistema. As histórias descrevem claramente o funcionamento, mesmo que limitado, de uma forma de superação da desigualdade e suas dificuldades. Os depoimentos também mostram como o racismo é uma realidade que está sempre presente e parece atuar de maneira mais brutal quando se luta contra ele. É importante entender que tudo não se resolve apenas com uma medida, e que ela, provavelmente, apresentará problemas. Apesar disso, uma política afirmativa é sempre capaz de produzir avanços.

As atividades propostas nesse boxe podem contribuir para o trabalho com a **CGEB7**, a **CGEB9** e a **CGEB10**, bem como com as habilidades **EM13LGG301**, **EM13LGG303** e **EM13LGG304**.

1. O Ensino Superior representa um espaço historicamente negado ou dificultado à população negra e pobre. Nesse sentido, o acesso a esse espaço, por meio de políticas afirmativas, como as cotas, contribui para a presença dessa parcela da população nesse espaço e para melhores oportunidades no mercado de trabalho.
2. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes percebam que nem todos são a favor das cotas e que isso pode ocasionar situações de preconceito. É importante também que identifiquem a importância desse tipo de política afirmativa para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como possibilidade de ação para modificar essa realidade, os estudantes podem mencionar a importância de se posicionarem de forma empática, propondo maneiras criativas e críticas de coibir manifestações e posicionamentos racistas. Se considerar interessante, proponha aos estudantes que escolham uma universidade federal presente no estado em que vivem e façam uma pesquisa para verificar os resultados acadêmicos e sociais obtidos após a adoção da política de cotas.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Para aprofundar a discussão sobre a importância de leis que visam reparar processos históricos de estigmatização, silenciamento e preterimento, pode-se sugerir aos estudantes que elaborem uma lista com todos os conteúdos que já estudaram que contemplam a história da África (ou afro-brasileira, a depender do enfoque). Elencados os processos históricos, peça aos estudantes que se questionem quanto ao volume de informações levantadas e se acreditam ser necessário um aprofundamento maior. Por fim, é possível incentivar os estudantes a complementar a proposta com pesquisas que poderão contribuir para resolver lacunas do próprio aprendizado.

Feministas e a emancipação feminina (Página 218)

Este tópico traz uma abordagem histórica que embasa o contexto do surgimento do feminismo moderno e a condição das mulheres com o advento da Revolução Francesa. Para isso, explore como as revoluções burguesas, as guerras e os movimentos do pós-guerra trouxeram uma nova demanda da figura feminina, o que propiciou o avanço da causa feminista.

É interessante notar como certas pautas e reivindicações muitas vezes aproximaram os movimentos feministas e negros, especialmente as questões relacionadas à igualdade de direitos políticos, à representatividade e ao fim da violência.

As habilidades **EM13CHS501** e **EM13CHS502** são desenvolvidas por meio da explicitação dos ideais éticos feministas e da resistência exercida pela sociedade machista.

Sugestão para o professor

» *As sufragistas*. Direção: Sarah Gravon. Reino Unido, 2015 (107 min).

Para tratar a questão do movimento sufragista na Inglaterra, é possível propor aos estudantes que assistam ao filme *As sufragistas*, que também poderá ser utilizado como fonte de informações para estabelecer uma comparação desse movimento com o movimento sufragista brasileiro, que será tratado na página 221.

O que é o feminino? (Página 219)

Se considerar oportuno, peça aos estudantes que escrevam uma redação inspirando-se nas propostas de Simone de Beauvoir para refletir sobre as próprias experiências. É importante que eles considerem os processos educacionais vivenciados por meninas e meninos na família, na sociedade e na escola. Estimule-os a pensar criticamente sobre o assunto e a se posicionar em relação aos estereótipos femininos e masculinos em nossa sociedade.

Ressalte como Beauvoir considerava o feminino o segundo sexo, no sentido de o gênero masculino ser, muitas vezes, em nossa sociedade, considerado o padrão social, a norma ou o "primeiro sexo", de modo que a mulher seria algo como o outro, a alteridade. Ressalte o papel dos estereótipos de gênero para essa forma de hierarquização. Essa discussão mobiliza aspectos da habilidade **EM13CHS103**.

Esclareça aos estudantes que uma das principais pautas do feminismo é a contestação das hierarquias sociais que subordinam as mulheres aos homens e que tratam essa relação de subordinação como algo natural, em vez de social e cultural. Destaque quanto a luta feminista é importante na defesa da liberdade das mulheres, para que elas possam ser o quiserem.

Sugestões para o professor

» **Adichie, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas*: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras: 2017.**

Escrito em formato de carta, o livro explica que criar filhos dentro de uma perspectiva femininista, independentemente do gênero, passa pela instrução de pais, inclusive em pequenos gestos, como a distribuição equitativa de atividades dentro da própria casa.

» **Arruzza, Cinzia; Bhattacharya, Tithi; Fraser, Nancy. *Feminismo para os 99%*: um manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.**

O livro se apresenta como uma obra de síntese para a compreensão das pautas feministas atuais, sem que se perca a dimensão da sua construção.

» **hooks, bell. *E eu não sou uma mulher?*: mulheres negras e feminismo. Tradução: Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.**

Recuperando o título do discurso de Sojourner Truth, realizado em 1851, a respeito das diferenças entre as realidades das mulheres brancas e negras, bell hooks atualiza as discussões, indicando as vias para um feminismo plural.

» **Ribeiro, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.**

Nesse ensaio autobiográfico, a filósofa Djamila revisita as memórias de sua infância e adolescência e aborda as formas de silenciamento que a acompanharam nesse caminho.

Teoria *queer*: múltiplas formas de ser (Página 220)

A crítica do binarismo, defendida por Judith Butler, representa a crítica aos pensamentos que determinam a sexualidade e a identidade de gênero de maneira reducionista, em apenas macho ou fêmea. Ela se opõe a Beauvoir, pois considera que os gêneros não são tão fixos como a filósofa francesa concebe.

Essa crítica de Butler deve ser contextualizada, pois é complexa e trata de um assunto polêmico que representa um tabu para muitos. É importante ter cuidado ao tratar do assunto, para desfazer possíveis interpretações equivocadas das ideias de Butler pelos estudantes.

Explique a eles o que significa desconstruir a predeterminação dos sujeitos e defender a indeterminação e a instabilidade da identidade. Para desenvolver essa ideia, comente que Butler defende que não nos apeguemos às classificações acerca das identidades de sexualidade e gênero porque elas atuam como forma de reprimir a capacidade dos sujeitos de experimentar e vivenciar um dos aspectos fundamentais da nossa existência, que é a afetividade.

A teoria *queer* propõe uma crítica aos discursos que se ocupam em dizer o que somos e promove uma substituição desses discursos por uma prática ética centrada em explorar aquilo que podemos fazer.

Sugestão para o professor

» **Salih, Sara. *Judith Butler e a teoria* queer. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica, 2012.**

Nessa obra, são apresentados os principais conceitos do pensamento de Judith Butler e os seus impactos nos debates contemporâneos.

Mulheres cidadãs: desafios atuais (Página 221)

Proponha uma análise conjunta com os estudantes, relacionando os dados referentes à violência contra a mulher e a foto reproduzida na página. Incentive-os a refletir sobre os motivos que fazem com que as mulheres sejam vítimas de assédio, estupro e feminicídio.

Questione-os também sobre como a divisão das tarefas domésticas é feita em suas casas e como isso poderia ser modificado. Aproveite esse momento para desnaturalizar a concepção socialmente construída de que somente as mulheres devem realizar essas atividades.

Ressalte que uma das primeiras lutas feministas foi pelo direito ao voto, pois ele poderia garantir às mulheres a inserção na vida política. Comente que, apesar da conquista desse direito, as mulheres ainda hoje são minoria no campo político e, por isso, falta representação feminina.

Comente com os estudantes quanto instituições e leis, como a Delegacia da Mulher e a Lei Maria da Penha, são importantes instrumentos para garantir às mulheres os direitos civis básicos, como o direito à vida e o combate à violência. Afinal, as leis são iguais para todos, mas elas dependem de condições específicas para serem aplicadas.

Igualdade de gênero (Página 222)

Para encerrar o estudo do capítulo, proponha aos estudantes um debate sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres no que se refere à igualdade de gênero. Solicite a eles que identifiquem a forma como as mulheres são representadas nas propagandas, nos filmes e nos programas de televisão. Se considerar oportuno, peça-lhes que criem pequenas esquetes teatrais, abordando o tema de maneira crítica e propondo formas de modificar essa situação.

Aproveite essa aula para fazer uma breve retomada das três ondas feministas, apresentando cada uma com base em suas demandas, características específicas e época de atuação.

Instigue os estudantes a pesquisar escritoras negras contemporâneas, como Chimamanda Ngozi, que abordam a questão negra e o feminismo.

Atividades (Página 223)

1. Atividade de pesquisa e produção de texto. O objetivo da atividade é fazer com que os estudantes identifiquem transformações relacionadas aos papéis femininos no contexto brasileiro, com base nas ideias de Simone de Beauvoir, Angela Davis, Chimamanda Ngozi Adichie e Djamila Ribeiro. Os produtos dessa atividade podem dar origem a um sarau ou mesmo a uma batalha de *slam* na escola, de acordo com o engajamento da turma. Em decorrência disso, essa atividade pode propiciar a mobilização de aspectos das habilidades **EM13LGG701**, **EM13LGG702**, **EM13LGG703** e **EM13LGG704**.
2. a) Não. Segundo Adichie, o feminismo é uma causa que traz benefícios globais, por isso, não deveria ser exclusiva das mulheres.

   b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compartilhem experiências e percepções sobre o tema.

   c) Espera-se que, em seus textos, os estudantes se posicionem criticamente, defendendo seus pontos de vista com argumentos consistentes.
3. a) A primeira onda do feminismo focou principalmente no sufrágio e no fim das barreiras jurídicas que impediam a igualdade de gênero. Já a segunda onda do feminismo ampliou o debate para outras esferas sociais, como mercado de trabalho, sexualidade, família, etc.

   b) Espera-se que os estudantes definam o conceito de interseccionalidade com as próprias palavras, de acordo com o que entenderam sobre ele. A interseccionalidade pode ser compreendida como a análise da interação entre diferentes fatores sociais (como raça e gênero, entre outros) que compõem a identidade de uma pessoa. Assim, os sujeitos e os grupos não são analisados sob uma única perspectiva, mas sobre várias delas, sobrepostas.

   c) Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes retomem conteúdos, dados e informações abordados ao longo do capítulo sobre as estratégias de redução e combate à desigualdade de gênero e, com base nesse conjunto teórico, consigam propor outras ações nesse sentido.
4. Resposta correta: alternativa **c**. Ao retomar o que analisaram no capítulo, os estudantes podem inferir que as obras de Beauvoir defendiam a igualdade de gênero.

Estúdio de História (Páginas 224 e 225)

A história da escravizada Caetana é considerada um achado para a historiografia. O respeito aos próprios desejos, até mesmo ao controle sobre o próprio corpo, não é a regra dentro do sistema escravocrata. Ainda assim, é importante que experiências como essa – e outras – ganhem visibilidade, para que a sociedade compreenda as lutas atemporais e cotidianas dos grupos marginalizados. O exemplo também favorece a compreensão de que documentos oficiais (como os judiciais) podem conter informações relevantes sobre as populações que não produziram documentos de forma tão farta quanto as elites, no caso, coloniais. Assim, o conteúdo mobiliza as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS501**, **EM13CHS503** e **EM13CHS606**.

PARA CONCLUIR

1. A fonte histórica utilizada pela historiadora é o registro do escrivão, que transcreve a narrativa de Caetana, mesmo que em linguagem niveladora, ou seja, judicial.
2. Atividade de levantamento de hipóteses. Espera-se que os estudantes apontem que é possível que o senhor de Caetana tivesse algum apreço pelos seus serviços, ou ainda, que tenha desejado evitar que a postura de Caetana pudesse gerar outros conflitos com o marido, o tio, e outros escravizados.
3. Espera-se que o estudante responda que sim, pois ela era uma agente social daquele contexto social do Brasil em meados do século XIX.
4. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reconheçam que, apesar dos limites legais e temporais, mulheres como Caetana buscavam obter direitos, ou ver seus desejos respeitados, ainda que não fosse essa a regra das relações de quem vivia em uma sociedade escravista e patriarcal.

CAPÍTULO 15 POVOS TRADICIONAIS: A LUTA PERMANENTE (Página 226)

Neste capítulo, são abordados dois grupos que se reconhecem como povos tradicionais do Brasil: indígenas e quilombolas. A luta deles é centrada, principalmente, no reconhecimento e na demarcação de seus territórios. Entre outros fatores, essa demarcação é fundamental para eles porque a manutenção de seus modos de vida tradicionais dependem, em grande parte, dessas terras, as quais são constantemente ameaçadas pela ação de grileiros, posseiros, madeireiros ilegais, entre outros grupos.

A abertura do capítulo propõe uma reflexão inicial acerca do processo de construção da identidade nacional brasileira e de como esse processo promoveu o apagamento de outras identidades que também integram o Brasil. Essa temática estimula a reflexão sobre a diversidade cultural brasileira e sobre os processos de exclusão e realocamento territorial de grupos de brasileiros considerados tradicionais, levando em conta a importância da preservação de suas culturas e de seus territórios

O trecho do Decreto Federal n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007, descreve os povos e as comunidades considerados tradicionais. A menção às lutas sociais desses povos por direitos serve de ponto de partida para discussões relacionadas à identidade e ao autorreconhecimento, temas que serão abordados ao longo deste capítulo.

O reconhecimento e a valorização das culturas dos povos tradicionais contribui para o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS104**, possibilitando ainda o desenvolvimento do tema contemporâneo transversal **Multiculturalismo**, com destaque para a Diversidade cultural.

As atividades propostas na abertura deste capítulo contribuem para o desenvolvimento de aspectos da **CGEB1**, da **CGEB7**, da **CGEB9** e da **CGEB10**.

Sugestões para o professor

» Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS); Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) (org.). *Direitos dos povos e comunidades tradicionais*. Belo Horizonte: CIMOS: MPMG, [20--]. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

Produzido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pelo governo de Minas Gerais, o material contém informações sobre as características e os direitos dos povos tradicionais brasileiros, com foco nas comunidades presentes no estado de Minas Gerais.

» Moraes, Nelson Russo de *et al*. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. *Revista Espacios*, v. 38, n. 12, 2017. Disponível em: https://www.revistaespacios.com/a17v38n12/a17v38n12p17.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

Publicação da revista científica *Espacios* sobre a relação das populações tradicionais com seus territórios.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Espera-se que os estudantes identifiquem como povos e comunidades tradicionais os grupos culturalmente autoidentificados e que apresentam uma relação estreita entre as suas práticas socioculturais e os territórios específicos, reproduzindo aspectos culturais, sociais ou religiosos por meio da oralidade e da ancestralidade.
2. Espera-se que os estudantes relacionem a vulnerabilidade de algumas populações tradicionais, especialmente os povos indígenas e as comunidades quilombolas, tanto ao contexto histórico de exploração escravista quanto ao processo de formação da identidade nacional, que desconsiderou esses povos.
3. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes identifiquem as políticas de assistência aos povos tradicionais brasileiros como forma de reparar os danos decorrentes da exploração histórica e como possibilidade de preservar não apenas os diversos aspectos culturais formadores das múltiplas identidades brasileiras, mas também as áreas de mata nativa habitadas por muitos povos tradicionais, nas quais estes realizam suas atividades.

Os povos indígenas e a Constituição de 1988 (Página 227)

Na Constituição de 1988, foi reconhecido o direito dos povos indígenas às suas terras. Esse direito à terra, portanto, implica sua demarcação, embora a Constituição não deixe claro como isso deve ocorrer. Explicite aos estudantes que a luta desses povos é, em grande medida, caracterizada pela reivindicação de que essa garantia constitucional seja cumprida, embora não se restrinja apenas a isso.

A posse e o usufruto de suas terras garante aos indígenas a manutenção de seus estilos de vida e de suas culturas.

Sobre a distribuição de Terras Indígenas regularizadas por região administrativa no Brasil, apresenta-se um gráfico que pode ser problematizado em sala de aula: "Por que a maioria das Terras Indígenas regularizadas fica na Região Norte do país?". Solicite aos estudantes uma pesquisa sobre o motivo de a maior ocupação ser nessa região.

O trabalho com o gráfico disponível na página pode propiciar o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13MAT102** e **EM13MAT406**.

O interesse privado nas Terras Indígenas (Páginas 228 e 229)

A Fundação Nacional do Índio (Funai) é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro que, entre outras funções, atua no reconhecimento, na regulamentação e na demarcação de Terras Indígenas.

Comente com os estudantes o interesse de alguns empreendimentos, como os de mineração, de garimpos, de agricultura, entre outros, nas Terras Indígenas e como esse interesse afeta o processo de reconhecimento e demarcação dessas terras. Explore, especialmente, o desmatamento e o legado de destruição dessas atividades para os povos indígenas e como os diversos tipos de exploração da terra ameaçam a existência desses povos e a manutenção de seus modos de vida tradicionais.

A temática da caracterização dos conflitos entre os povos tradicionais e as demandas de consumo que impelem o avanço extrativista são contempladas pelas habilidades **EM13CHS301**, **EM13CHS302**, **EM13CHS501**, **EM13CHS502** e **EM13CHS503**.

BOXE REFLEXÃO

1. Espera-se que os estudantes identifiquem o avanço das atividades mineradoras e de desmatamento como uma ameaça à manutenção dos territórios e dos meios de vida tradicionais indígenas, considerando que o desmatamento e o esgotamento das terras provocariam a diminuição das florestas e a impossibilidade de reprodução dos modos de vida indígenas.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mencionem o cumprimento da Constituição e a tomada de medidas estatais mais efetivas de proteção à população indígena, assim como o remanejamento e o replanejamento das atividades de extração nesses territórios.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA (Página 230)

O texto apresenta a cultura dos Krenak e a maneira como eles resistiram à colonização na época do conflito com dom João VI e a Coroa portuguesa. A história desse povo é marcada por muitas idas e vindas em relação ao território que ocupam.

Os Krenak foram um dos povos mais afetados com o rompimento da barragem em Mariana (MG), fato que colocou em risco a possibilidade de continuar seus modos de vida. De acordo com a cultura Krenak, no entanto, mesmo que o rio Doce seja considerado morto atualmente, eles acreditam que o rio pode reviver se o homem não mexer nele.

O conteúdo desse boxe propicia a análise das circunstâncias históricas que desencadearam a migração constante dos Krenak, o que possibilita o trabalho com aspectos da **CGEB2** e das habilidades **EM13CHS102**, **EM13CNT104**, **EM13CNT206** e **EM13CNT309**. Além disso, trabalha-se o tema contemporâneo transversal **Meio ambiente**, com ênfase na Educação ambiental, e **Multiculturalismo**, destacando-se a Educação para a valorização nas matrizes históricas e culturais brasileiras.

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam sobre o conflito e a exploração de Terras Indígenas no Brasil e mencionem a resistência indígena, exemplificada pela história dos Krenak, não somente como uma forma de manter suas tradições culturais vivas, mas também de proteger suas terras das empresas de mineração, que vêm causando desastres e impactos ambientais diversos.

Comunidades de remanescentes quilombolas (Página 231)

Explore as informações do mapa das Terras Quilombolas e compare-as com as informações do gráfico "Distribuição das Terras Indígenas regularizadas por Região Administrativa", apresentado sob o tema "Os povos indígenas e a Constituição de 1988". Tematize as histórias dos povos quilombolas e suas ocupações e pergunte aos estudantes quais semelhanças e diferenças eles identificam entre os quilombolas e os indígenas.

A análise das informações disponíveis no mapa pode contribuir para o desenvolvimento de aspectos da habilidade **EM13CHS606**.

Sugestão para o professor

» ***Saravá jongueiro novo.* Direção: Luciano Santos Dayrell. Brasil, 2012 (20 min). Disponível em: https://curtadoc.tv/es/curta/comportamento/sarava-jongueiro-novo/. Acesso em: 21 set. 2024.**

Conheça a comunidade de remanescentes quilombolas São José da Serra, em Valença (RJ). O documentário retrata as dificuldades vivenciadas pelas comunidades jongueiras na preservação de sua cultura e na superação dos preconceitos. Também retrata a importância do jongo como patrimônio cultural que constrói e reafirma identidades.

Reconhecimento e acesso à cidadania (Página 232)

Para abordar este tópico, retome a discussão iniciada na abertura do capítulo, acerca da definição de povos e comunidades tradicionais, bem como do processo de formação da identidade nacional brasileira.

Ressalte a forma como essa construção da identidade nacional promoveu o apagamento de outras identidades e culturas existentes no país em prol de um projeto de construção de uma identidade homogênea. Destaque, também, que o reconhecimento dessas identidades e o respeito a elas é fundamental para garantir que os modos de vida dos respectivos povos sejam preservados.

Instigue os estudantes com os seguintes questionamentos: "Como manter uma cultura viva? E por quê?". Organize uma roda de conversa sobre essas questões e auxilie os estudantes a mobilizar o que trabalharam e desenvolveram durante o estudo da unidade. Se julgar pertinente, solicite a eles que pesquisem outros povos e comunidades tradicionais além dos indígenas e quilombolas, identificando suas situações e reivindicações no presente.

As habilidades **EM13CHS601**, **EM13CHS604** e **EM13CHS605** são trabalhadas neste tópico por meio do reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais e mediante a valorização de suas lutas constantes por igualdade.

Atividades (Página 233)

1. a) A Região Norte apresenta mais terras tradicionais demarcadas por lei.

b) Espera-se que os estudantes relacionem essa diferença à demarcação de Terras Indígenas pela Funai antes da Constituição de 1988, que favoreceu a oficialização da criação de áreas protegidas por lei na Região Norte, e que também considerem o fato de o desenvolvimento das atividades econômicas ter sido mais acelerado nas demais regiões, processo que dificulta a demarcação e ocasiona diversos conflitos por terras em áreas das regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste, especialmente no Mato Grosso.

2. Espera-se que os estudantes percebam que a exploração econômica dos territórios se dá em detrimento da preservação dos meios de vida dos povos que os habitam e protegem, o que ocasiona muitos conflitos por terras no território brasileiro.

3. Atividade de pesquisa. Caso a escola faça parte de uma comunidade de povos tradicionais, a atividade pode ser realizada de modo que os estudantes busquem as histórias da própria família, convidando a comunidade escolar para um diálogo, que pode ser bastante enriquecedor. Se esse não for o caso, oriente os estudantes a realizar a pesquisa em publicações impressas ou digitais, registrando suas percepções. Combine uma data para a apresentação dos resultados. Se julgar conveniente, organize, com a coordenação da escola, as lideranças dos povos tradicionais e a comunidade escolar, uma visita a uma das comunidades tradicionais pesquisadas. Para isso, combine previamente com os estudantes um roteiro de investigação que deve ser seguido durante o estudo do meio. Explique a eles que os registros (fotos e vídeos) devem ser previamente acordados com a comunidade, e a decisão do grupo pesquisado deve ser respeitada. Em outra data combinada, incentive os estudantes a compartilhar percepções sobre a experiência.

4. Essa atividade colabora para o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13LGG303** e **EM13LGG304**.

a) Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes conheçam e tragam exemplos de violência contra povos tradicionais e as reservas dos territórios ocupados por estes.

b) Espera-se que os estudantes compreendam e discorram sobre a demora e a falta de efetividade na demarcação de terras de povos tradicionais protegidas por lei e sobre o interesse econômico de empresas e, muitas vezes, do próprio Estado em explorar tais terras.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem a hostilidade em relação às comunidades quilombolas, expressa no texto, com a discriminação racial sofrida pela população negra e a consequente desvalorização de suas culturas.

5. Resposta correta: alternativa **a**. Os povos indígenas encontram-se em constante vigilância e luta para ter seus direitos assegurados por lei. E ainda enfrentam a expansão do agronegócio e a falta de fiscalização por parte do governo brasileiro.

Práticas de texto (Páginas 234 e 235)

A atividade propõe a produção de um vídeo a ser publicado em um *vlog* criado pelos estudantes. Para a realização dessa atividade, é necessário o acesso a um dispositivo que permita gravar vídeos e publicá-los em plataformas digitais. Por isso, deve-se verificar se os estudantes dispõem desse tipo de acesso antes de propor a realização da atividade.

No caso de não haver acesso às tecnologias necessárias, é possível realizar uma apresentação oral da pesquisa. Nesse caso, peça aos estudantes que prepararem uma apresentação que não reproduza os aspectos de um seminário comum, mas que seja tão dinâmica quanto um *vlog*.

Organize-os em grupos pequenos (de até cinco membros) e ajude-os com a distribuição de tarefas e com o planejamento da produção, da gravação e da publicação do vídeo. Uma boa forma de organizar o trabalho é primeiramente solicitar aos estudantes um roteiro de produção que siga as indicações da atividade.

Auxilie os grupos na escolha de um tema relevante para a atividade e também na escolha dos participantes dos vídeos. É importante insistir em como o conteúdo dos vídeos deve ser moderado, sem apresentar nada que produza qualquer tipo de constrangimento entre os estudantes

Incentive-os a utilizar as próprias histórias na produção do vídeo e peça-lhes que não apenas as apresentem, mas que tratem de argumentar criticamente sobre o ocorrido, expressando uma opinião embasada acerca do tema. É essencial orientar os estudantes sobre o assunto que escolheram abordar. Você pode fazer isso fornecendo referências a eles e/ou fazendo alguma revisão do assunto por meio do conteúdo trabalhado na unidade.

É recomendável acessar, antes dos estudantes, o *vlog* indicado pela atividade. Recomenda-se também buscar algum vídeo que julgue interessante e sugeri-lo aos estudantes, caso tenham dificuldades em encontrar um conteúdo relevante.

Essa etapa deve ser cumprida pelos próprios estudantes durante a produção final do vídeo. É importante apoiá-los diante das dificuldades que possam surgir nessa etapa, tanto as de ordem técnica quanto as de ordem afetiva, visto que esse tipo de atividade pode causar-lhes ansiedade ou insegurança.

É fundamental garantir que todos estejam minimamente confortáveis para participar da atividade. Aqueles que não quiserem contribuir com a apresentação de alguma história ou análise podem trabalhar de maneira mais detida na produção e na divulgação do material.

A divulgação dos vídeos deve ser feita com cuidado, garantindo que somente os estudantes e demais pessoas envolvidas no projeto tenham acesso ao material. A depender da dimensão da proposta, é cabível comunicar à coordenação pedagógica da instituição o que está sendo realizado.

Se o resultado for positivo e houver a pretensão de divulgação do produto final para um grupo maior de pessoas, é crucial debater com estudantes e responsáveis o ônus e os bônus de tal decisão.

Práticas de pesquisa (Páginas 236 e 237)

Esta proposta de pesquisa tem como objetivo analisar a percepção das pessoas sobre duas obras artísticas e o conteúdo social expresso em tais obras.

O problema a ser investigado pela pesquisa é como a população brasileira enxerga o legado da escravidão nos dias atuais e a vinculação desse legado ao estatuto atual de desigualdade social, favorecendo o desenvolvimento de aspectos da habilidade **EM13LGG704**.

Sobre o tema escravidão e sua relação com a desigualdade, a pesquisa buscar verificar se as pessoas concebem que há ainda uma situação atual de desigualdade decorrente da escravidão, em que muitos têm poucos direitos enquanto uma pequena elite desfruta de diversos privilégios. As pessoas percebem essa relação dessa maneira? As respostas a essa pergunta serão avaliadas por meio das impressões e opiniões dos entrevistados sobre as duas obras de arte.

Explique aos estudantes o que é ressentimento de classe, por meio do texto indicado na atividade. Esse conceito e o debate que ele favorece permitem compreender, de maneira mais ampla, os diversos elementos ideológicos que constituem nossa visão atual sobre privilégios e desigualdade.

Pela ideia de ressentimento social, pode-se questionar quanto os conflitos culturais entre as classes sociais atuam como impeditivo de ascensão social das camadas desfavorecidas.

É possível trabalhar essas ideias com base nas seguintes questões: "O brasileiro possui privilégios? Ele admite isso? O brasileiro gosta de ter privilégios? Ele admite isso? Aqueles que possuem privilégios têm medo de perdê-los? E aqueles que são desfavorecidos têm vontade de possuir privilégios?".

Para dar seguimento à atividade, é importante atuar como organizador e ajudar os estudantes a se preparar e a seguir o roteiro. Auxilie-os na organização dos grupos, no estabelecimento de um cronograma e, especialmente, na realização das entrevistas. Antes de começar as entrevistas, determine quem serão as pessoas entrevistadas (amigos, vizinhos, parentes, etc.). Estipule uma quantidade de entrevistados de acordo com o roteiro da atividade .

É possível realizar as entrevistas de modo não presencial, utilizando ferramentas *on-line*, como videochamada. No entanto, é fundamental que o entrevistador realize a entrevista, e não apenas colete as respostas.

O passo seguinte consiste em avaliar os dados obtidos. O cruzamento e a análise das entrevistas permitirão comparar diversas narrativas sobre a desigualdade e seu processo de constituição, o que vai ao encontro do que é proposto nas habilidades **EM13CHS102** e **EM13CHS104**.

O ponto central dessa etapa é averiguar quanto os entrevistados reconhecem a relação entre a desigualdade e o passado escravocrata do país. Pode ser difícil para os estudantes conseguir aferir tal questão, assim como podem surgir diversos empecilhos durante as entrevistas. Por isso, é importante trabalhar com os estudantes o fato de que pesquisas também apresentam falhas e processos inconclusivos, mas que tais situações devem servir de aprendizado.

A divulgação dos resultados deve ser feita em conjunto pela turma, que deverá estar organizada em grupos conforme o roteiro da atividade.

6 CONFLITO E RESISTÊNCIA

INTRODUÇÃO

Nesta unidade, a ideia de democracia será trabalhada criticamente com base na análise de sua prática social na realidade brasileira e em contextos históricos mundiais. Nesse sentido, parte-se de um panorama sobre os tipos de regimes políticos possíveis e, para considerar as distinções entre os regimes, entende-se que o autoritarismo está no extremo oposto da democracia. No capítulo 16, são discutidas, a partir do contexto bélico da primeira metade do século XX, as características dos sistemas políticos, com base em um índice de democracia elaborado pelo núcleo de pesquisas do periódico inglês *The Economist*. No capítulo 17, discute-se a representatividade democrática no Brasil, o processo de redemocratização do país entre as décadas de 1970 e 1980 e os dilemas das democracias na atualidade. Já no capítulo 18, os movimentos populares, incluindo o ciberativismo, são apresentados como formas de exercício direto do poder político da população, sendo um contraponto importante da democracia no Brasil.

Sugestão de planejamento

Ao longo da unidade são abordados momentos históricos em que o uso da comunicação foi essencial para transformar realidades sociais e políticas, como quando há a cooptação dos meios de comunicação pelos governos autoritários, a veiculação de notícias falsas por atores políticos específicos e a ação de movimentos sociais em prol de causas comunitárias. Aproveite esses contextos e organize, previamente, algumas aulas em conjunto com os docentes da área de Linguagens, a fim de explorar com a turma a importância das comunicações nesses diferentes momentos históricos e como elas podem impactar a sociedade atual.

Objetivos da unidade

- Debater os conceito de democracia e de autoritarismo.
- Compreender os desafios que permeiam os regimes democráticos, com especial ênfase aos desafios enfrentados pelas democracias da atualidade.
- Situar o regime democrático brasileiro em relação às demais democracias contemporâneas, identificando os aspectos positivos e os pontos de melhoria.
- Analisar a prática social da democracia no Brasil em diversas temporalidades, analisando suas rupturas e permanências.
- Conhecer a atuação de movimentos populares de contextos rural, urbano e virtual, reconhecendo suas demandas, ideais e a maneira como atuam politicamente.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA UNIDADE

CAPÍTULO	COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES	TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS
16	CGEB1, CGEB2, CGEB7, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101, EM13CHS103 e EM13CHS106 **CECHSA4:** EM13CHS401 **CECHSA5:** EM13CHS501, EM13CHS502, EM13CHS503 e EM13CHS504 **CECHSA6:** EM13CHS602, EM13CHS603 e EM13CHS605 **CELT1:** EM13LGG105 **CELT2:** EM13LGG202 e EM13LGG204 **CELT3:** EM13LGG303 e EM13LGG305	Vida familiar e social; Educação em direitos humanos
17	CGEB1, CGEB2, CGEB4, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101, EM13CHS103 e EM13CHS106 **CECHSA4:** EM13CHS401 **CECHSA5:** EM13CHS501, EM13CHS502, EM13CHS503 e EM13CHS504 **CECHSA6:** EM13CHS601, EM13CHS602, EM13CHS603 e EM13CHS605 **CEMT1:** EM13MAT102	
18	CGEB1, CGEB2, CGEB4, CGEB7, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101 e EM13CHS105 **CECHSA5:** EM13CHS502, EM13CHS503 e EM13CHS504 **CECHSA6:** EM13CHS601, EM13CHS602 e EM13CHS605 **CECNT2:** EM13CNT206 e EM13CNT207 **CELT7:** EM13LGG703 e EM13LGG704 **CEMT1:** EM13MAT102	

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

ABERTURA DE UNIDADE

(Páginas 242 e 243)

A abertura de unidade traz uma reflexão inicial acerca das fragilidades da democracia no presente, ao propor uma discussão sobre as transformações que têm acentuado as desigualdades sociais e a escalada autoritária em diferentes países, e no passado, ao propor a observação de uma imagem que retrata o episódio conhecido como batalha da Maria Antônia – evento emblemático que ocorreu em São Paulo, no contexto da ditadura militar, em um período marcado pela supressão da democracia no país.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. O intuito da atividade é mobilizar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre o conceito de democracia, bem como sobre as ameaças às instituições democráticas que vêm acontecendo em diversos países. Nesse sentido, é possível que eles reconheçam que essas ameaças estão, na maioria das vezes, relacionadas à escalada autoritária e à ascensão de movimentos ultraconservadores, xenofóbicos e racistas em diversos países ao longo dos últimos anos.
2. Resposta pessoal. É esperado que os estudantes evidenciem novamente o que entendem por democracia e reconheçam as fragilidades desse conceito em sua aplicação social. Para tanto, é importante que eles reflitam sobre os fatores que podem enfraquecer a democracia no país, além das formas de superá-los.

CAPÍTULO 16 AUTORITARISMOS

(Página 244)

Este capítulo trata dos conceitos de democracia e autoritarismo, apresentados como ideais e práticas políticas opostas. Essa discussão é iniciada por meio de uma análise da situação democrática de diversos países, em especial do Brasil, que, segundo o Índice de Democracia apresentado no Livro do Estudante, é classificado em democracia imperfeita. Visando à compreensão dessa classificação, são analisados momentos autoritários da história brasileira, em busca de rupturas e permanências autoritárias que possam explicar o panorama democrático da sociedade brasileira atual.

As questões propostas na abertura promovem um debate inicial sobre o conceito de democracia aplicado à realidade brasileira, em linha com o que foi proposto na abertura de unidade. Desse modo, são desenvolvidas a **CGEB1** e a **CGEB2**.

O texto didático traz o panorama histórico do século XX e seus dilemas ideológicos, como o discurso democrático, o cenário imperialista, a ascensão do neoliberalismo, o surgimento dos projetos autoritários e a organização dos movimentos sociais.

Essa contextualização possibilita aos estudantes compreender melhor a construção da ideia de democracia que temos hoje, já que ela resulta das experiências políticas ocorridas especialmente ao longo do século XX.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Respostas pessoais. Os estudantes podem comentar, por exemplo, a experiência do Estado Novo, estudada em unidades anteriores.
2. Respostas pessoais. Os estudantes devem explicar seus posicionamentos com base em argumentos historicamente coerentes. Pode ser que citem, como momento democrático, a promulgação da Constituição de 1988, abordada em unidades anteriores.
3. Respostas pessoais. Acolha as percepções iniciais dos estudantes sobre a democracia no Brasil e retome-as ao longo do capítulo, sempre que julgar necessário.

A Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929 (Página 245)

Comente com os estudantes que após a Primeira Guerra Mundial os Estados Unidos se tornaram a potência mais poderosa do globo e os principais fornecedores de armamentos, com a maior indústria bélica do mundo. Nesse período entre guerras, a crise econômica, o desemprego e o avanço dos nacionalismos e do expansionismo nazifascista foram o estopim para o início da Segunda Guerra, inicialmente provocada pela Alemanha.

Os conteúdos desse e do próximo tópico propiciam o desenvolvimento significativo da **CGEB1**, **CGEB7**, **CGEB9** e **CGEB10**, além das habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS103**, **EM13CHS401**, **EM13CHS502** e **EM13CHS504**.

Sugestão para o professor

» Gazier, Bernard. *A crise de 1929*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
O livro apresenta de forma objetiva o contexto em que ocorreu a Crise e os desdobramentos desse fato.

Regimes totalitários e Segunda Guerra Mundial (Página 246)

Explique para a turma que a ascensão do fascismo e do nazismo promoveu a difusão de doutrinas autoritárias em várias regiões, inclusive no Brasil, com a ditadura durante o Estado Novo (1937-1945) e o movimento integralista, retomando conteúdos estudados em unidades anteriores. Com a propagação de ideias nazifascistas e a sua incorporação por mecanismos de Estado em diversos países, direitos civis e políticos de suas populações foram restringidos e suas democracias, abaladas.

É interessante propor aos estudantes uma reflexão: apesar de a Declaração de Independência dos Estados Unidos afirmar a igualdade de todos, a população afro-americana permaneceu excluída dos direitos civis e políticos até a década de 1960, quando o movimento negro conquistou a Lei do voto e a Lei dos direitos civis, pondo fim à segregação racial no país. Além disso, nos Estados Unidos, onde a democracia é consolidada, os afro-americanos ainda hoje denunciam a violência policial, entre outros fatores que comprovam a desigualdade e a discriminação racial no país. Na atualidade, imigrantes em diversos países, como nos Estados Unidos e na Europa, ainda sofrem os efeitos da exclusão social e da falta de direitos sociais. Ainda hoje movimentos supremacistas brancos (como a Ku Klux Klan), nazistas e racistas atuam nos Estados Unidos e em regiões da Europa. Apesar do desenvolvimento das democracias, negros, mulheres, latinos, islâmicos, árabes, orientais,

asiáticos, entre outros grupos ainda são atingidos pelo racismo e pelas desigualdades sociais, econômicas, étnicas e de gênero nas sociedades contemporâneas.

Sugestão para o professor

» **Arendt, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.**

Nesse livro, considerado uma das maiores referências sobre os movimentos políticos totalitários, Hannah Arendt analisa o surgimento de movimentos totalitários na Europa do século XX, relacionando a ascensão desses movimentos a práticas e ideologias racistas e imperialistas, bem como à massificação das classes sociais e ao emprego da propaganda e do terror como ferramentas políticas.

Índice de Democracia (Página 247)

O Índice de Democracia elaborado pelo periódico *The Economist* será a base para os estudantes aprofundarem suas reflexões sobre a democracia no Brasil contemporâneo. Ao final do capítulo, espera-se que os estudantes possam identificar as principais contradições da democracia no Brasil, suas origens históricas e as possibilidades de transformação. O mapa "Índice de Democracia (2023)" apresenta informações que possibilitam uma análise global a respeito da democracia e devem ser exploradas com os estudantes, especialmente como forma de análise das diversas experiências democráticas da atualidade. Essa análise, por sua vez, contribui para o desenvolvimento de aspectos da habilidade **EM13CHS106**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Espera-se que os estudantes identifiquem que o Brasil está na faixa chamada democracia imperfeita, caracterizada pelas democracias que ainda estão buscando a consolidação, processo que será abordado ao longo do capítulo.
2. Resposta pessoal. O objetivo dessa questão é incentivar os estudantes a refletir a respeito da democracia no Brasil com base nos conhecimentos que eles já têm sobre o tema. Para isso, é importante que eles relacionem conceitos mobilizados nas unidades anteriores, como racismo, desigualdade social e privilégios, com as estruturas que fazem com que a democracia ainda não tenha sido plenamente consolidada no Brasil.
3. Essa questão, de modo análogo à anterior, busca mobilizar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre democracias e regimes autoritários e incentivar a análise crítica a respeito da realidade política do Brasil atual.

Tipos de regime (Página 248)

É indicado apresentar aos estudantes os tipos de regime que estão sendo trabalhados (democracia plena, democracia imperfeita, regime híbrido e regime autoritário) e garantir a compreensão rigorosa de cada um dos conceitos. Uma forma de explorar a caracterização dos tipos de regime consiste em opor os conceitos de democracia e autoritarismo, explicando que um regime democrático pleno implica maior garantia dos direitos humanos do que um regime autoritário, no qual as garantias são mínimas.

Retomar o mapa do tema anterior pode contribuir com essa discussão, pois ele apresenta a classificação dos países segundo o Índice de Democracia. Aproveite para analisar com os estudantes pelo menos um país que represente cada tipo de regime apresentado, tendo em vista o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS103**.

Dê especial atenção para a definição de democracia imperfeita, considerando que ela compreende e descreve a situação brasileira na atualidade. Essa reflexão será aprofundada no boxe *Interação*.

BOXE INTERAÇÃO

1. Atividade de pesquisa. Se julgar conveniente e de acordo com os interesses dos estudantes, oriente-os a escolher um critério da descrição da categoria apresentada para realizar a pesquisa de casos. O objetivo é que os estudantes reflitam sobre as contradições das democracias imperfeitas, aspecto essencial para que eles compreendam o contexto político e social no qual estão inseridos como cidadãos. Combine uma data para que os estudantes possam apresentar os resultados de suas pesquisas para a turma.

Debate sobre o autoritarismo (Página 249)

Os regimes políticos que se situam em oposição ao conceito de democracia – autoritarismo e totalitarismo – são trabalhados neste tópico, contribuindo para o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS501**. Em ambos os casos, a liberdade e os direitos individuais são suprimidos por um Estado controlador.

A diferença entre autoritarismo e totalitarismo pode ser trabalhada com base na distinção apresentada por Hannah Arendt, que enxerga no autoritarismo uma despolitização da população, a qual é levada a abandonar a vida pública, enquanto no totalitarismo, o povo é mobilizado pelo Estado visando à sua adesão em torno de uma pessoa ou um de ideal geral.

BOXE INTERAÇÃO

1. Para criar a lista, os estudantes podem se basear nas características dos regimes autoritários apresentadas na página 248, aprofundando as definições com base nos trabalhos de Vida e de Arendt.
2. Atividade de produção textual. Os estudantes são incentivados a mobilizar os próprios conhecimentos sobre autoritarismo. Retome com eles as principais características dos textos narrativos, criando uma interface com a área de Linguagens. As obras indicadas a seguir podem fornecer subsídios para essa discussão.

Sugestões para o professor

» **Atwood, Margaret. *O conto da aia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.**

Narrada em primeira pessoa, esse romance distópico retrata um regime totalitário fictício, que tem controle sobre as funções sociais e físicas dos indivíduos, principalmente em relação às mulheres e à reprodução.

» **Orwell, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.**

A obra tem uma narrativa ambientada em um país que vive sob um regime totalitário, mas que tenta transmitir uma imagem de país democrático. Esse clássico da literatura contemporânea favorece a abordagem de diferentes temas relacionados à democracia, aos direitos humanos e às liberdades civis.

Instabilidades políticas e intervenções no Brasil republicano (Página 250)

Nesse item é apresentado um panorama de processos políticos e sociais do Brasil, caracterizando momentos democráticos

e momentos autoritários, tendo como ponto de partida a instauração da república. Reflita com os estudantes sobre os primeiros governos republicanos no Brasil, para, então, delimitar o regime de governo vigente em cada período.

Cabe ressaltar para os estudantes que o Brasil, em sua história republicana, teve seis constituições, das quais duas (a de 1937 e a de 1967) destacam-se pelo seu caráter autoritário e ditatorial. Essa análise contribui para o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS602** e **EM13CHS603**.

BOXE REFLEXÃO

O texto apresenta alguns elementos constitutivos da formação histórica do autoritarismo brasileiro e comenta como pode ser difícil alcançar a democracia plena em um país caracterizado por práticas antidemocráticas e colonialistas, como o caudilhismo ou a instituição de condições de trabalho desumanas.

1. A fala do sociólogo aborda a tradição autoritária do Brasil como estrutura que impede a conformação da lógica democrática. Espera-se que os estudantes identifiquem que os esquemas propostos apontam os momentos de interrupção da democracia. Essa conscientização é importante para que os estudantes percebam quão desafiador é, para o Estado brasileiro, consolidar o regime democrático sem transformar as estruturas oligárquicas construídas desde o período colonial.

Sugestão para o professor

» **Schwarcz, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.**

O livro aborda, de maneira direta, a forma como a moral brasileira é autoritária por herança das práticas escravocratas e pelo legado do colonialismo, além do fato de, cinicamente, o brasileiro se considerar mais tolerante, acolhedor e dócil do que realmente é.

Jânio e Jango: um panorama (Página 251)

Este tópico aborda outro elemento antidemocrático presente na tradição brasileira: sempre houve no Brasil uma oligarquia atávica formada por elites econômicas e/ou políticas. Esses grupos atuam de acordo com interesses privados próprios de maneira quase plenamente livre, uma vez que as instituições democráticas ainda são frágeis e acabam sendo atropeladas pela vontade de tais grupos.

Os estudantes podem compreender esse fenômeno pela narrativa sobre a tentativa de golpe institucional sofrida por João Goulart. Nesse caso, grupos de interesses específicos exerceram seu poder no Estado em detrimento da vontade popular.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Oriente os estudantes a organizar uma linha do tempo dos eventos mencionados no texto e a relacioná-la com a periodização apresentada nos esquemas. As respostas devem localizar os eventos nos itens: Esquema 1 – ditadura civil-militar; Esquema 2 – supressão total dos direitos políticos.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam que a imagem retrata a forma como grande parte da população, especialmente do Rio Grande do Sul, estava ao lado de Jango e também lutando por legalidade e democracia. É importante destacar também como a vontade popular pesou pouco, o que caracteriza uma democracia frágil.

Os militares no poder (Página 252)

A forma como se construiu o regime militar ditatorial de 1964 demonstra o mais grave e claro caso de interrupção da democracia no Brasil. É importante que os estudantes compreendam o que foi esse evento e suas consequências socioculturais.

Para iniciar o estudo deste tópico, trace com os estudantes um panorama breve sobre o contexto mundial da Guerra Fria e o embate entre as ideologias capitalista e comunista à época, que, no Brasil, deu o tom das disputas por poder que culminaram na ditadura militar.

Jango tinha um plano de governo voltado para reformas de combate à desigualdade estrutural. Naquele contexto de polarização política, essas propostas foram vistas pelos setores mais conservadores da sociedade como uma possível ligação entre Jango e a ideologia socialista.

Ressalte a importância da aliança formada entre militares e setores conservadores da sociedade civil para a instauração de uma ditadura militar no Brasil.

Nesse sentido, cabe refletir com os estudantes sobre o quanto as políticas propostas por Jango de fato eram alinhadas aos ideais comunistas ou até que ponto essa ideologia teria sido imputada ao então presidente como forma de desmoralizá-lo nacionalmente em decorrência de privilegiar interesses contrários aos das elites brasileiras da época.

Apesar de não haver qualquer evidência histórica de um possível golpe comunista em curso, do qual Jango faria parte, alguns setores da sociedade atual ainda defendem que a tomada do poder pelos militares teria sido a única alternativa possível frente a uma suposta ameaça comunista

Se julgar pertinente, dialogue com os estudantes sobre como a polarização política da atualidade tem contribuído para reavivar um medo coletivo de uma suposta ameaça comunista, mesmo que o contexto da Guerra Fria já tenha sido superado há décadas.

Esse diálogo também pode propiciar uma reflexão sobre como o fenômeno da injúria como ferramenta política tem sido mobilizado na atualidade, por meio da disseminação de mentiras e ataques a figuras públicas – as *fake news*, como forma de desmoralizar e intimidar determinados sujeitos políticos.

A discussão sobre a participação dos meios de comunicação na crescente tensão característica do período pode contribuir para a mobilização de aspectos da habilidade **EM13LGG202**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Por meio da análise das matérias da capa, é possível que os estudantes identifiquem que o jornal parece se posicionar a favor da tomada do poder pelos militares devido à forma como retratam a renúncia de João Goulart ("Fugiu Goulart e a democracia está sendo restabelecida" e "Ressurge a democracia!"), bem como ao destaque atribuído à fala de Castelo Branco ("As Forças Armadas são para defender a lei, não a baderna").

BOXE AÇÃO E CIDADANIA (Página 253)

O boxe trata do ofício de jornalistas e de historiadores diante dos impactos das *fake news* e da *fake History*, as quais constroem narrativas e guiam a opinião pública, criando tensões políticas.

O texto discute a ética e as responsabilidades do indivíduo em relação às *fake news*. Essa discussão contribui

para o desenvolvimento de aspectos da **CGEB7**, da **CGEB9** e da **CGEB10**, bem como das habilidades **EM13LGG105**, **EM13LGG204**, **EM13LGG303** e **EM13LGG305**. Os contextos trabalhados nessa seção possibilitam também o trabalho com o tema contemporâneo transversal **Cidadania e civismo**, com destaque para Educação em direitos humanos e Vida familiar e social.

1. As *fake news* estão atreladas a uma tendência nos meios de comunicação que têm como objetivo de manipular informações para atender a interesses determinados. Nesse mesmo contexto, a *fake History* é elaborada sem debate crítico ou com o intuito de destruir reputações.
2. Resposta pessoal. O objetivo da atividade é promover entre os estudantes a percepção de que o leitor de *fake news* e de *fake History* também tem responsabilidade pelos boatos e argumentos pseudo-históricos. Optar por compartilhar notícias incompletas ou sensacionalistas é uma postura antiética e torna o leitor parte da rede de mentiras que contribui para a desinformação da população. Assim, a atividade contribui para a construção da responsabilidade cidadã.
3. Atividade de pesquisa. Espera-se que os estudantes compreendam a importância do tratamento responsável de informações e as formas individuais e coletivas pelas quais podem contribuir para interromper a disseminação de mentiras pelas redes sociais.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Se julgar pertinente, aproveite a oportunidade ensejada pela discussão a respeito das *fake news* para incentivar o protagonismo da turma na comunidade escolar. Em uma data combinada, organize uma roda de conversa e oriente os estudantes a estabelecer uma lista coletiva de ações contra as *fake news* na comunidade. Depois, auxilie-os a elaborar um cronograma para a implementação dessas ações, de modo que possam combinar prazos e estabelecer por qual etapa cada equipe ficará responsável. As etapas podem ser registradas em vídeos e fotos e compartilhadas ao final do processo, durante uma nova roda de conversa, na qual vão fazer um balanço das experiências e observar quais foram as aprendizagens e os principais desafios da atividade.

Os Atos Institucionais (Página 254)

Neste tópico, são abordados os Atos Institucionais, dispositivos legais promulgados pelo Poder Executivo entre 1964 e 1969 que se sobrepunham à Constituição vigente e institucionalizavam a ditadura militar no país.

Chame a atenção dos estudantes para a maneira como esses dispositivos suspendiam garantias democráticas e atuavam na manutenção do poder militar, embasando atos autoritários e de repressão pela classe militar. Para reforçar a característica antidemocrática desses dispositivos, leia com os estudantes os relatos apresentados, que expõem as percepções de um militar, um músico e uma estudante universitária a respeito do autoritarismo no período.

Sugestão para o professor

» Teles, Edson; Safatle, Vladimir (org.). ***O que resta da ditadura***. **São Paulo: Boitempo, 2010.**

O livro aborda o legado da ditadura militar no Brasil em diversas esferas, como vida social, jurídica e política. Os ensaios que compõem a obra provocam no leitor a percepção de que a única forma de garantir que esse passado não se repita é encarando e elaborando o lado mais perverso desse longo episódio de nossa história.

Resistência e busca pela democracia (Página 255)

É importante caracterizar os momentos de transição entre regimes de governo. Comente com os estudantes que crises econômicas e/ou levantes populares são frequentes em situações de transição de regime, seja no caso de uma democratização, seja na instauração do autoritarismo.

O tópico "E hoje?" direciona o debate para o presente, propondo uma nova pergunta: "Será que, atualmente, o Estado Brasileiro é autoritário?".

Para responder a essa questão, são apresentadas formas de análise do panorama brasileiro atual, por meio da observação da realidade ou de referenciais teóricos. É interessante promover um debate sobre o tema, buscando levantar argumentos que indiquem se o Estado brasileiro é ou não autoritário. Para a realização desse debate sobre a situação brasileira, retome o conteúdo do capítulo, especialmente dados como os do Índice de Democracia.

Essa discussão pode propiciar a mobilização de aspectos da habilidade **EM13CHS605**.

Atividades (Páginas 256 e 257)

1. Atividade de pesquisa. Mesmo nos países da Europa e nos Estados Unidos, considerados locais onde a democracia é plenamente desenvolvida, muitas vezes ela se manifesta no plano formal e não nas relações concretas do dia a dia, deixando parte da população alijada dos direitos reais. De maneira contraditória, essa situação revela que, em diversos momentos da história, forças autoritárias atuam no interior das sociedades, inclusive por meio dos mecanismos de Estado. Na primeira fotografia, há o registro de um protesto contra o avanço da extrema direita e de ideias fascistas na Alemanha. De maneira indireta, a imagem revela o avanço da extrema direita e de posições fascistas no país, o que pode estar relacionado com o aumento do descontentamento com os rumos recentemente tomados pela sociedade em seus diversos aspectos, assim como com os limites das políticas democráticas e neoliberais e com os efeitos nocivos destas últimas para parcelas significativas da população. Na segunda fotografia, é possível observar uma cena de repressão policial a estudantes de uma universidade nos Estados Unidos, durante protesto aos massacres da população civil palestina da Faixa de Gaza, ao apoio a Israel e ao fornecimento de armas para a realização dos ataques do exército israelense. A partir da imagem espera-se que os estudantes reflitam sobre a liberdade de expressão e de manifestação nos Estados Unidos, considerado um país em que a democracia é plena. Eles também podem tecer reflexões sobre a legitimidade da entrada da polícia dentro do *campus* da universidade e a repressão aos estudantes que se manifestavam pacificamente.
2. Atividade de pesquisa. O *site* oficial do Índice de Democracia está em inglês. No entanto, é possível encontrar notícias sobre o índice em português, em diversas publicações digitais ou impressas da mídia oficial, para a realização da atividade.
3. Atividade de pesquisa. Espera-se que os estudantes identifiquem o que o movimento das Diretas Já reivindicavam durante

a ditadura civil-militar e o que os movimentos sociais da atualidade reivindicam. É importante que se destaquem também a relevância deles para a democracia do país.

4. a) Liberdade de manifestação ("a polícia militar que estava presente [...] recebeu ordens para dispersar o protesto") e segurança ("iniciou uma forte repressão aos participantes usando gás lacrimogêneo, balas de borracha e cassetetes").

   b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes respondam afirmativamente, já que a notícia evidencia a violação de liberdades civis e a violência com a qual o Estado tratou os professores que protestavam.

   c) Os estudantes podem consultar os nomes dos países classificados como democracia plena no mapa da página 247. Eles podem buscar notícias, artigos acadêmicos e relatos em publicações impressas e/ou digitais sobre as respostas das autoridades a protestos nos países escolhidos. Eles devem notar que, mesmo em democracias plenas, quando há manifestações que escapam do controle dos grupos organizadores (causando, por exemplo, a depredação de patrimônio público), o governo utiliza métodos de repressão. Porém, a diferença está nos níveis de violência contra os cidadãos. A resposta às demandas dos protestantes, com a organização de reuniões e encontros para o diálogo e a busca por soluções, também costuma ser mais rápida onde há democracia plena do que nos países com democracia imperfeita.

5. Espera-se que os estudantes identifiquem nos relatos características como cerceamento das liberdades individuais e de expressão, falta de transparência nas ações do governo e uso da violência contra a população, as quais se aproximam mais dos regimes mistos e autoritários do Índice de Democracia. A transformação dessa realidade no Brasil vem ocorrendo desde a abertura política, e o objetivo é nos tornarmos uma democracia plena.

6. Atividade de pesquisa. Dependendo da realidade escolar, em vez de duplas, a turma pode realizar a atividade coletivamente. Lembre os estudantes de que eles precisam da autorização expressa dos entrevistados para realizar o registro de imagem e de som e também para divulgar o diálogo recolhido. O objetivo da atividade é incentivar os jovens cidadãos a observar os grupos sociais que os cercam e as conjunturas em que vivem. Caso os estudantes façam parte de algum coletivo que sofre repressão, este pode ser um momento rico de compartilhamento de impressões e de organizar ou consolidar projetos de resistência cultural e segurança desses grupos.

7. a) Segundo o trecho do texto de Carlos Fico, os elementos que propiciaram o aumento do autoritarismo no Brasil durante a ditadura militar foram a criação de um sistema nacional de espionagem, o emprego de uma polícia política, a atuação dos departamentos de propaganda e censura política e o tribunal de exceção.

   b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes apontem que esses mecanismos foram utilizados para perseguir, silenciar e eliminar os opositores à ditadura.

8. Resposta correta: alternativa **d**. Os excertos do AI-5 destacados no enunciado evidenciam o esvaziamento dos outros poderes diante das decisões dos órgãos do Executivo.

9. Resposta correta: alternativa **a**. Uma das estratégias do totalitarismo é tornar indistintas as esferas públicas das esferas privadas, homogeneizando os sujeitos que podem, eventualmente, se opor ao regime.

Estúdio de História (Páginas 258 e 259)

O texto citado de Carlos Fico aborda a existência de um órgão especializado na vigilância e repressão, criado no contexto da Ditadura Militar e que atuou na perseguição de inúmeros sujeitos, no recorte destacado, os estudantes e jovens, entre eles os envolvidos com movimentos sociais. O conteúdo proposto possibilita também debater em sala de aula a importância do surgimento de novas fontes para a construção do fazer histórico. As atividades, por sua vez, favorecem o debate a respeito do protagonismo da juventude e da tomada de decisões baseadas nos direitos humanos. Com isso, mobiliza-se as habilidades **EM13CHS501**, **EM13CHS503** e **EM13CHS602**.

PARA CONCLUIR

1. Respostas pessoais, Espera-se que os estudantes citem outros nomes relacionados a movimentos estudantis, campesinos e operários. No *site* Memórias da Ditadura, é possível encontrar uma lista completa sobre o tema (disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/panorama-da-resistencia/; acesso em: 12 set. 2024).

2. Sim. No último parágrafo do trecho, Carlos Fico aborda a desconfiança do governo em relação ao próprio Ministério da Educação.

3. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes posicionem-se de modo crítico, opondo-se à frase que dá a ideia de que os indivíduos, no papel de estudantes, apenas recebam o conhecimento de maneira passiva.

CAPÍTULO 17 REPRESENTATIVIDADE E DEMOCRACIA (Página 260)

O capítulo trata da democracia brasileira, que se apoia na Constituição de 1988 e na abertura política iniciada em 1985. Atualmente, nossa democracia imperfeita enfrenta grandes desafios, como a crise da representatividade, a fragilidade de suas instituições e a ameaça constante de ruptura.

Este capítulo aborda também a atuação de movimentos sociais como forma de exercício da cidadania e instrumento de luta pela democracia.

A abertura do capítulo traz uma reportagem produzida com base em dados divulgados pelo jornal *Poder 360*. Os estudantes devem confrontar as informações do texto com a imagem, mobilizando habilidades de leitura de texto e de análise de dados. O objetivo é que eles percebam um aspecto contraditório à democracia no país ao observar o abismo entre o perfil dos representantes do povo na política e o da população brasileira, que raramente ocupa verdadeiramente o espaço político.

No decorrer do capítulo, o debate sobre os limites das democracias representativas será aprofundado, com reflexões especialmente sobre o Brasil. Essas discussões colaboram para a formação da consciência cidadã e auxiliam os jovens a se posicionar de modo mais responsável na comunidade em que estão inseridos.

O conceito de representatividade política é trabalhado com os estudantes, de modo que eles identifiquem que nosso modelo de democracia representativa se constitui por meio

do voto em pessoas que deverão representar o poder do povo. Essa caracterização abre espaço para refletir se os indivíduos eleitos para cargos políticos representam realmente o povo brasileiro, tanto no sentido de se assemelhar ao povo como no de atuar politicamente de acordo com os interesses dos eleitores.

A proposta desenvolvida nessa abertura de capítulo contribui para a mobilização destacada das habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS103**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. O objetivo é que os estudantes mobilizem suas habilidades de leitura de textos e imagens, e de análise e aplicação de dados, para traçar perfis e identificar padrões em uma realidade registrada. Espera-se que os jovens percebam que o perfil dos eleitos para a Câmara dos Deputados não condiz com a diversidade da população brasileira, como é possível observar na foto que retrata uma via movimentada em Salvador (BA).
2. Resposta pessoal. Os estudantes deverão observar a própria comunidade, de modo análogo ao que fizeram na questão anterior. Provavelmente, a população do município onde eles vivem não é plenamente representada em sua diversidade pelos deputados eleitos.
3. Respostas pessoais. Com base nas reflexões realizadas até o momento, os estudantes podem apresentar sugestões para a transformação da realidade brasileira por meio, por exemplo, da consecução de políticas públicas de reparação, analisadas na unidade anterior, e também de medidas que objetivam a formação da cultura política, como o incentivo da participação popular nas decisões políticas locais.

Crise na representatividade democrática (Página 261)

O tema aborda a crise na representatividade da política brasileira e mundial. Convém explicar aos estudantes que esse tipo de crise é inerente aos sistemas democráticos, como os concebemos na atualidade. Dessa forma, essa discussão pode propiciar a mobilização da competência geral **CGEB1**.

O trabalho com o gráfico contribui para a mobilização da **CGEB4** e de aspectos das habilidades **EM13CHS106** e **EM13MAT102**.

A oligarquização das organizações políticas é tida como um dos motivos para a baixa confiança nos grupos políticos que atuam segundo interesses próprios. Pergunte aos estudantes sobre as consequências de uma democracia representativa em que quase metade dos cidadãos não confia nos políticos. Em seguida, discuta com eles meios de combater institucionalmente esse processo. Essa discussão contribui para a mobilização de aspectos das habilidades **EM13CHS601** e **EM13CHS602**.

Dialogue com os estudantes sobre a questão dos financiamentos eleitorais e sua relação com o processo de oligarquização das organizações políticas. Chame a atenção deles para o fato de os candidatos e os partidos mais alinhados aos interesses das elites econômicas terem, geralmente, uma campanha mais vasta, pois dispõem de mais verbas, o que contribui para sua manutenção no poder.

Sugestão para o professor

» **Buarque, Daniel. #28 Crise democrática. UOL Tab, [20--]. Disponível em: https://tab.uol.com.br/democracia/. Acesso em: 23 set. 2024.**

Tab é um projeto editorial interativo do portal UOL e, em sua edição 28, apresenta um panorama atual sobre a democracia no mundo e, especialmente, no Brasil. A reportagem intitulada "Crise democrática", que estampa a *hashtag* #naomerepresenta na imagem de capa, traz informações sobre índices, bem como avaliações, reflexões históricas e culturais sobre os elementos mais característicos da democracia nacional.

Democracia moderna: dilemas (Página 262)

Nos últimos anos, ganhou espaço na mídia um discurso de ódio à democracia, decorrente da desconfiança dos cidadãos em relação à capacidade de realizar os ideais democráticos. Indique para os estudantes esses ideais e analise as dificuldades de atingi-los.

Ressalte que o modelo de democracia em vigor nas sociedades atuais tem como premissa a necessidade de representação política. Instigue os estudantes a refletir sobre as possíveis dificuldades que esse modelo apresenta para garantir a participação de todos em decisões políticas.

A ideia de movimento popular é importantíssima neste tópico, pois indica uma forma de participação da população na vida pública. As propostas de análise, pesquisa e debate incentivam a construção da **CGEB2**. A noção de "vida pública" é interessante de ser trabalhada com os estudantes nesse momento, visando ao desenvolvimento da **CGEB9** e da **CGEB10**, bem como das habilidades **EM13CHS603** e **EM13CHS605**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. O objetivo da atividade é que os estudantes desenvolvam habilidades referentes à oralidade, além de adotar uma postura ética e respeitosa. Assim, eles poderão retomar o debate proposto na página e organizá-lo de modo didático para o diálogo explicativo, conscientizando sua comunidade da importância da participação política para a construção da democracia plena.
2. Resposta pessoal. Se necessário, retome com os estudantes os conteúdos do capítulo anterior para orientá-los na elaboração da lista. Ela pode ser feita de modo coletivo e dialógico, sistematizando as ideias levantadas ao longo da unidade.

Movimentos pela democracia (Página 263)

As Diretas Já representam um dos mais expressivos movimentos em prol da democracia, porque compeliu à abertura democrática e ao fim da ditadura. A grandiosidade do movimento é percebida pelo fato de que ele unia diferentes ideologias, algo raro nos movimentos sociais atuais.

A crise econômica inflacionária dos anos 1970 acirrou a demanda por abertura, somada ao descontentamento do povo com o desempenho do governo. Esse ponto é importante: crises econômicas, sociais e políticas, entre outras, propiciam a mudança de governo.

O Pacote de Abril previa a abertura gradual do país. Discuta com a turma as medidas previstas nesse pacote e peça aos estudantes que reflitam sobre como cada uma delas pode contribuir para a instauração e a manutenção do regime democrático.

Diretas Já (Página 264)

É importante que os estudantes saibam quem foi Vladimir Herzog; portanto, comente com eles sobre o contexto da prisão e da morte do jornalista.

Debata com os estudantes sobre a seguinte questão: Por que demorou cerca de dez anos até que a abertura da democracia se concretizasse? Mais do que buscar uma resposta a essa pergunta, é importante refletir sobre o contexto do período e as possibilidades de atuação dos movimentos sociais frente ao regime militar.

É importante também propor uma reflexão acerca da proximidade temporal, em termos históricos, entre o período ditatorial e o presente, evidenciando a permanência de certas estruturas políticas e sociais que remontam a esse contexto.

Constituição de 1988: avanços democráticos (Página 265)

Ao abordar a temática da Constituição de 1988, é importante ressaltar que sua elaboração esteve diretamente relacionada à luta e aos esforços dos movimentos sociais, como os movimentos negros e indígenas.

Essa Constituição representou uma grande ruptura na tradição autoritária, não somente por ter sido elaborada no contexto da redemocratização do país, mas também por vincular um entendimento de cidadão que abrange todos os indivíduos, sem restrições, residentes em território nacional.

Ressalte que, apesar desse entendimento de cidadão vinculado pela Constituição, muitos grupos e indivíduos ainda têm o acesso à cidadania negados ou dificultados na prática social.

Essa discussão contribui para a mobilização de aspectos das habilidades **EM13CHS501**, **EM13CHS502** e **EM13CHS503**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Atividade de pesquisa e contextualização histórica. No Portal da Constituição Cidadã, disponibilizado pelo Senado, é possível encontrar diversas fotos oficiais da Assembleia Constituinte de 1988. O acervo está disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/album-de-fotos-1. Acesso em: 12 set. 2024. As fotos selecionadas pelos estudantes podem ser impressas ou projetadas e o compartilhamento de impressões pode ser feito em uma roda da conversa. Proponha à turma a confecção de um mural, um painel ou um varal com as fotos históricas, acompanhadas de legendas explicativas.
2. Cassandra é uma figura da mitologia grega que anunciava catástrofes iminentes. No relato, é feita uma alusão a essa personagem ao se referir aos pessimistas ou opositores da Constituição, que não acreditavam que ela de fato fosse sobreviver aos distúrbios políticos. Espera-se que os estudantes percebam que a Assembleia Constituinte se configurou como território de disputa entre diferentes projetos e que, até hoje, sua implantação segue com intensos debates.
3. O segundo relato traz algumas percepções sobre os processos políticos ocorridos após a promulgação da Constituição de 1988, que poderiam abalar as estruturas democráticas. Os *impeachments* marcam a retirada do poder de representantes eleitos pelo povo e poderiam indicar uma quebra na ordem democrática, evidenciando uma possível crise democrática. Apesar disso, o texto evidencia que as sucessões presidenciais ocorreram conforme parâmetros democráticos, amparados pela Constituição.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Se julgar apropriado, solicite aos estudantes que pesquisem e identifiquem os movimentos sociais que estiveram envolvidos na elaboração da Constituição federal de 1988. Entre os movimentos identificados, eles deverão selecionar um para pesquisar, verificando o que esse movimento reivindicava e de que maneira essa reivindicação se manifestou na Constituição, as políticas governamentais e de Estado que foram empregadas após a Constituição para cumprir a reivindicação e como a situação reivindicada se apresenta nos dias de hoje.

Guerra Fria (Página 266)

Promova uma discussão com os estudantes sobre a Guerra Fria estabelecendo conexões entre a Revolução Russa e as consequências da Segunda Guerra Mundial para que eles compreendam o contexto em que as disputas entre Estados Unidos e União Soviética se deram. O conflito velado entre as duas potências vitoriosas da Segunda Guerra Mundial e, respectivamente, representantes do bloco capitalista e socialista, embora parecesse uma disputa entre forças iguais, se configurava na verdade em um equilíbrio tênue de poder desigual, em que a União Soviética exercia influência sobre algumas áreas do mundo e os Estados Unidos controlavam o restante do mundo capitalista de forma hegemônica. Comente ainda sobre o grande desenvolvimento tecnológico que se deu em função da corrida armamentista e espacial, com a invenção da bomba atômica, dos computadores, da internet, dos foguetes e satélites, entre outros.

O conteúdo trabalhado permite o desenvolvimento da **CGEB1** e das habilidades **EM13CHS401** e **EM13CHS504**.

BOXE REFLEXÃO

1. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a elucubração de Hobsbawm a respeito de poder considerar a Guerra Fria como a Terceira Guerra Mundial. Em seu argumento, o autor utiliza a definição de Thomas Hobbes para se justificar.
2. Por meio da análise do trecho, os estudantes devem identificar que Hobsbawm dá destaque para o medo de um embate nuclear e da destruição mútua em um eventual conflito armado e direto entre os dois lados da Guerra Fria.

Polarização ideológica (Página 267)

O texto didático traz aprofundamentos sobre o contexto da Guerra Fria ao caracterizar a polarização política que opunha países capitalistas, alinhados aos Estados Unidos, e países socialistas, alinhados à União Soviética. Aproveite o parágrafo final para modalizar a ideia de polarização, ressaltando que mesmo no interior de cada bloco havia divergências. Desse modo, é possível desconstruir eventuais percepções maniqueístas sobre o período.

Atividades (Páginas 268 e 269)

1. a) Espera-se que os estudantes percebam que ambos tratam da mesma teoria política. Michels é uma das referências usadas por Couto e por outros politólogos que se dedicam a estudar a democracia representativa. Comente com os estudantes que, na construção das teses científicas, busca-se sempre

dialogar com os pensadores que se debruçam sobre questões do mesmo campo de estudo.

b) A atividade retoma e dá continuidade aos diálogos realizados ao longo desta unidade sobre as transformações necessárias à democracia brasileira. Incentive os estudantes a retomar a lista feita na atividade do boxe *Interação* na página 262 e a ampliar as proposições relacionadas ali.

2. Espera-se que os estudantes respondam que não, pois atualmente, tanto governadores quanto senadores são eleitos por voto direto.

3. Visita guiada. Oriente os estudantes a organizarem as informações do *site* para resumirem os trâmites necessários para a aprovação de leis no Brasil.

4. a) A deputada aponta que, apesar de a Constituição Cidadã, como é conhecida a Constituição federal de 1988, representar um grande avanço no que se refere à garantia de direitos individuais, ela não abrange todos os brasileiros nem promove desenvolvimento, renda, trabalho e dignidade a todos.

b) Ela cita que é preciso uma Constituição que resguarde direitos, qualidade de vida, direitos do cidadão e desenvolvimento a todos os brasileiros.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes identifiquem a constatação da desigualdade social no país no discurso da deputada e a relacionem à dificuldade para a consolidação de uma democracia plena.

d) Resposta pessoal. Em suas produções, os estudantes deverão evidenciar suas percepções acerca da finalidade de uma constituição e de seus desdobramentos para a sociedade. Espera-se eles identifiquem a Constituição federal como o conjunto de normas que regem o Estado e que, portanto, determina a relação entre o Estado e os cidadãos.

5. Resposta correta: alternativa **e**. O texto evidencia que, no sistema democrático de Schumpeter, a participação popular é vista como uma intrusão indesejada; portanto, esse sistema democrático pressupõe a deliberação dos líderes políticos com restrição da participação das massas.

6. Resposta correta: alternativa **a**. As afirmativas indicadas nessa opção abordam diversas possibilidades de participação da sociedade civil na vida pública, para além do trabalho em órgãos institucionais.

Ampliando (Páginas 270 e 271)

Essa seção aborda o conceito de soberania popular levando em consideração as ideias do filósofo Jürgen Habermas sobre soberania e representatividade.

Inicie a discussão chamando a atenção dos estudantes para o primeiro artigo da Constituição brasileira, que enuncia que o poder por meio do qual o Estado atua emana do povo e é exercido por representantes. Leia o trecho da Constituição disponibilizado no texto introdutório e convide os estudantes a refletir sobre o significado dele.

Em seguida, oriente-os a ler os trechos dos textos de Habermas, bem como do professor Jorge Adriano Lubenow.

A discussão em torno das ideias de Habermas caracteriza a soberania como exercício concentrado do poder, mas que incorporou a vontade popular. O problema consiste em saber se a soberania é garantida diretamente ou se ela só seria possível de maneira indireta em um regime democrático.

A democracia deliberativa de Habermas supõe uma conciliação entre republicanismo e liberalismo. Para finalizar o debate deste capítulo, ressalte os diversos tipos e modelos de democracia, solicitando aos estudantes que compartilhem suas impressões sobre eles. Dessa forma, é possível dar continuidade ao trabalho sobre o conceito de democracia sem perder de vista o protagonismo dos jovens e as possibilidades de articulação sobre o tema.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Para Habermas, embora ambas as perspectivas apontem o povo como fonte do poder político, a perspectiva republicana não admite a transferência desse poder a representantes, cabendo ao povo exercê-lo. Já a perspectiva liberal admite que o poder possa ser exercido, em nome do povo, por órgãos e instituições eleitos.

2. Durante o regime ditatorial, foi instituído um Estado de exceção no país, no qual muitos direitos foram revogados, entre eles os direitos políticos. Nesse período, o poder do Estado era exercido e legitimado pelos militares, excluindo a população desse processo. Nesse sentido, a garantia constitucional de soberania do povo visa encerrar essa exceção e devolver a soberania ao povo.

3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes identifiquem que a imagem que retrata a manifestação popular e a imagem da parceria estabelecida entre os setores público e privado para obtenção de benefícios à comunidade reiteram a soberania popular sobre os espaços e recursos. Trata-se, porém, de dois momentos específicos que não representam as relações gerais estabelecidas entre a iniciativa liberal e a possibilidade de democracia deliberativa.

4. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes evidenciem sua percepção sobre a participação popular no governo atual, seja por meio da eleição de representantes, seja por meio do respeito e da consideração para com a vontade popular na tomada de decisões públicas.

CAPÍTULO 18 OS MOVIMENTOS POPULARES (Página 272)

O foco deste capítulo são os movimentos sociais, especialmente os que atuam no Brasil, apresentados de acordo com os locais onde se desenvolvem: movimentos rurais e movimentos urbanos. Esses fenômenos sociais são analisados tanto em linhas gerais, sob o ponto de vista ético e dos direitos humanos, quanto de modo microcósmico, com a exploração de alguns casos.

Nos movimentos rurais, a luta envolve, principalmente, o reconhecimento da posse da terra por comunidades tradicionais, respeito às terras demarcadas dessas comunidades e a valorização do trabalho rural. Nos movimentos urbanos, é comum que sejam reivindicados moradia digna, transporte público de qualidade, saneamento básico, direito à cidade, etc. O capítulo traz também uma breve reflexão sobre o uso que esses

movimentos fazem das redes sociais e de outras ferramentas *on-line*. O objetivo central deste capítulo é apresentar os movimentos sociais populares aos estudantes como forma de atuação em prol de transformações sociais, mobilizando, assim, aspectos das **CGEB1** e **CGEB2**.

Os gráficos apresentados, cuja análise favorece o desenvolvimento de aspectos das **CGEB4** e **CGEB7** e da habilidade **EM13MAT102**, demonstram que a sociedade brasileira não põe em prática todos os aspectos presentes na Carta Magna de 1988, pois ainda há pobreza extrema e analfabetismo no Brasil. É imprescindível demonstrar aos estudantes como isso está vinculado às lutas por moradia, trabalho e educação.

As perguntas envolvem uma reflexão coletiva que deve ser estimulada neste capítulo, tendo em vista que são tratadas questões sociológicas e políticas que podem fazer mais sentido quando elaboradas conjuntamente. Você pode, por exemplo, trabalhá-las em uma roda de conversa.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Renda e educação. Espera-se que os estudantes cheguem a essa conclusão após a leitura do título de cada gráfico. Se necessário, chame a atenção deles para esse item e explore o significado dos termos que talvez não sejam conhecidos por eles, como *déficit*.
2. Respostas pessoais. O objetivo é que os estudantes possam identificar, em sua realidade, os contextos abordados pelos gráficos, estabelecendo, dessa forma, relação entre os dados analisados e a prática social.
3. Respostas pessoais. A proposta de elaboração de lista pode retomar as atividades atitudinais realizadas anteriormente, colaborando para a construção de uma lista mais consistente e baseada nas pesquisas e nos dados levantados até o momento.

Ética e movimentos populares (Página 273)

Explique aos estudantes que os movimentos sociais são ações coletivas que visam à organização e à expressão de demandas de um grupo de pessoas que luta para ter um ou mais direitos atendidos.

O momento também favorece alguns debates, por exemplo: "O Estado brasileiro garante a igualdade de justiça e de liberdade?". Essa discussão colabora para o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13CHS502**, **EM13CHS503** e **EM13CHS504**.

Outra possibilidade de aprofundar os diálogos propostos é incentivar a turma a pensar sobre a seguinte questão: "A internet potencializa os movimentos sociais?"; "Há movimentação social pela internet?". Esse tipo de reflexão se aproxima da realidade dos estudantes e é o centro das discussões políticas no contexto de intenso uso das redes sociais.

Vale comentar que movimento social é resistência e também inventividade. Se considerar adequado, comente com os estudantes a importância dos movimentos para a transformação da sociedade: as organizações populares possibilitam diagnósticos sociais e culturais e criam propostas coletivas e alternativas riquíssimas para solucionar problemas.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Os estudantes devem relacionar a coletividade expressa na imagem com a ideia de movimento social de Gohn.

A questão agrária (Página 274)

A questão agrária brasileira remete ao início da colonização, quando os povos indígenas foram exterminados ou expulsos de suas localidades, e à abolição da escravidão, no fim do século XIX. Essa questão, contudo, permanece atual, pois a luta dos povos tradicionais por suas terras persiste atualmente e tem grande risco de retrocesso, o que justifica a importância desse debate.

Das capitanias às sesmarias, as terras nacionais foram entregues pelo Estado aos interesses privados de grandes empresários e, assim, instituíram-se as oligarquias agrárias. Explique aos estudantes alguns efeitos da concentração ou do monopólio de terras nas mãos de uma elite rural: o trabalhador rural não tem suporte do Estado para sua subsistência, e os povos indígenas e quilombolas enfrentam grandes desafios para delimitar suas terras.

Os debates propostos favorecem o desenvolvimento de diversos aspectos das habilidades **EM13CHS602**, **EM13CHS605** e **EM13CNT206**.

Movimentos pelo acesso à terra (Página 275)

Explique aos estudantes que a teologia da libertação é uma corrente cristã que trabalha especificamente com os sujeitos desvalidos e despossuídos, tendo como foco de atuação os movimentos sociais que visam à melhoria das condições de vidas deles. É indicado abordar com os estudantes a ação de algumas figuras ilustres da teologia da libertação e a relação delas com a obra e o legado de Paulo Freire.

BOXE INTERAÇÃO

1. Rossana Reis aponta que o ativismo de setores da Igreja católica foi essencial para que diversas associações de proteção aos direitos humanos fossem criadas e formassem uma base de apoio para os movimentos do campo.
2. O texto faz referência a um Estado autoritário construído pelas oligarquias, em sua maioria detentora de latifúndios. Se necessário, retome com os estudantes os contextos de oligarquias da democracia representativa do Brasil, debate aprofundado no capítulo anterior.
3. Atividade de pesquisa. Os estudantes poderão se apropriar do modo como as propriedades rurais estão organizadas no município onde vivem, adquirindo consciência dessa realidade, caso a desconheçam. Trata-se de mais uma estratégia para chamar a atenção dos jovens para as condições do Brasil atual que impactam no cotidiano deles. A pesquisa pode ser realizada em publicações impressas ou digitais, de acordo com a disponibilidade. Se a escola estiver localizada na área rural, também é possível que a pesquisa contemple entrevistas com trabalhadores rurais e pequenos produtores.

Sugestão para o professor

» ***Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*** **(MST). Disponível em: https://mst.org.br. Acesso em: 23 set. 2024.**

O MST é um dos movimentos sociais mais tradicionais do Brasil que ainda lutam pela garantia de condições justas de trabalho e subsistência. No *site* oficial, há o histórico do movimento e informações sobre sua atuação.

Principais movimentos organizados (Página 276)

Ressalte que os movimentos pelo acesso à terra têm origem com as reivindicação dos povos indígenas e quilombolas.

Com o objetivo de continuar o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS601**, é indicado retomar os capítulos da unidade 5 que tratam desse tema e aprofundar a reflexão.

Comente com os estudantes que o movimento dos trabalhadores rurais representa uma das classes mais vulneráveis do país. Por estarem localizados muito distantes dos centros urbanos, as informações e notícias a respeito desses grupos, muitas vezes, não chegam a grande parte da população, o que contribui para a criação de mitos em torno da imagem deles e para o preconceito.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu com a abertura política do país e, desde então, esse grupo se dedica a demonstrar para a população brasileira a relação entre a riqueza da economia agrária, que "sustenta" o país, e a miséria dos trabalhadores rurais, e a lutar pelo direito de acesso à terra. Retome com a turma questões sobre as desigualdades econômica e social no país para esclarecer melhor esse abismo existente.

Movimentos no contexto urbano

(Páginas 277 e 278)

Existem também os movimentos sociais em contexto urbano. O crescimento descontrolado dos centros urbanos criou polos desiguais, nos quais regiões de pobreza extrema convivem com regiões riquíssimas. O aumento populacional geralmente não é acompanhado de melhoria na infraestrutura. Luta-se, ainda, por condições estruturais, como saneamento, transporte e moradia, mas também por melhores condições de educação, segurança e saúde, por emprego e por direitos trabalhistas.

As discussões propostas nessa dupla de páginas, especialmente no boxe *Interação*, favorecem o desenvolvimento de aspectos das **CGEB9** e **CGEB10**.

Visando desenvolver as habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS105**, debata com os estudantes as diferenças entre movimentos rurais e movimentos urbanos.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Caso existam jovens ativistas na turma, organize uma roda de conversa para que eles possam ser entrevistados pelos colegas e compartilhar suas motivações, os modos de organização e as ações desenvolvidas pelo movimento do qual fazem parte, assim como seus impactos sociais.
2. Resposta pessoal. A atividade incentiva o protagonismo juvenil e a participação política. No capítulo anterior, foram analisadas formas de participação dentro do sistema representativo; nessa questão, o estudante poderá refletir sobre outras formas democráticas de ação política e como ele se vê em relação a elas.

Sugestões para o professor

» Gohan, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2013.

A obra apresenta um mapa dos movimentos sociais e redes civis e suas ações no espaço da política pública.

» *Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto* (MTST). Disponível em: https://mtst.org/. Acesso em: 23 set. 2024.

O MTST é um dos movimentos sociais urbanos de luta por acesso à moradia digna mais conhecidos. A página possui elementos importantes para o combate às desinformações, denunciando as *fake news* sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, bem como apresenta seus projetos, como o Cozinhas Solidárias.

Ciberativismo **(Página 279)**

Os movimentos urbanos têm maior adesão que os rurais pela intensa circulação de pessoas nas grandes cidades. Já a internet permite que pessoas de lugares diferentes estabeleçam contato e organizem grupos com interesses e lutas em comum. Esses grupos podem iniciar movimentos sociais importantes, com grandes impactos na comunidade. Por outro lado, um aspecto negativo das atividades do ciberativismo é que, muitas vezes, a atuação fica restrita ao mundo virtual.

É indicado tratar os três tipos de ciberativismo apresentados no texto (ativismo computadorizado, desobediência eletrônica civil e *hackeamento* politizado) dando exemplos reais e atuais. A discussão sobre ciberativismo pode propiciar a reflexão a respeito da importância da ética e do uso responsável das mídias digitais, mobilizando aspectos da habilidade **EM13CNT207**.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Se julgar pertinente e caso haja disponibilidade, convide os estudantes a organizar um coletivo visando à resolução ou à minimização de alguma situação-problema no local onde a comunidade escolar está inserida. Os diálogos realizados sobre atuação cidadã, participação democrática, direitos humanos e responsabilidade podem ser retomados nesse momento e mobilizados de modo significativo pela turma, na construção do coletivo proposto. Para trabalhar o conceito de ciberativismo, a atuação desse coletivo deverá levar em consideração, principalmente, o uso de ferramentas *on-line*, seja para chamar a atenção para determinada situação-problema, seja para angariar fundos ou mobilizar indivíduos para resolvê-la. É importante que, em uma discussão introdutória sobre essa atividade, seja feita uma roda de conversa para discutir ética, responsabilidade e segurança em ambientes virtuais. Nesse sentido, sugere-se criar um comitê de ética, responsabilidade e segurança *on-line* formado por profissionais da comunidade escolar e estudantes, para que os planos de ação desenvolvidos sejam submetidos à avaliação e à aprovação antes de sua efetivação. Para conduzir essa proposta, uma estratégia interessante é formar grupos de debate para que os conceitos, como ética e responsabilidade, sejam desdobrados e aprofundados. Com base nesses diálogos, que podem mobilizar toda a comunidade escolar, os grupos devem redigir os pilares do comitê, definir os representantes e a sazonalidade com a qual o comitê vai renovar seus quadros. Essas medidas são importantes justamente para garantir a ética do comitê, evitando a formação de oligarquias e a centralização desse tipo de poder em um único grupo .

Atividades **(Páginas 280 e 281)**

1. a) O gráfico sobre a população brasileira em situação de pobreza ou em situação de extrema pobreza mostra duas situações distintas, uma para cada caso. Em ambas, porém, é possível notar aumento expressivo entre 2020 e 2021. Já o gráfico sobre pessoas que não sabem ler ou escrever apresenta uma tendência decrescente da taxa de analfabetismo enquanto a taxa de alfabetização cresce a cada década.

   b) Atividade de pesquisa. Espera-se que os estudantes identifiquem medidas adotadas pelo governo federal ou pelos governos estaduais e municipais para erradicar a

pobreza e a extrema pobreza, garantir habitação à população e elevar a taxa de alfabetização no país. Muitas dessas informações podem ser consultadas nos portais oficiais do governo federal ou dos governos estaduais e municipais.

c) Atividade de pesquisa. Em complementaridade ao item anterior, os estudantes deverão verificar, por meio de pesquisa em fontes diversas, se as ações tomadas pelos governos visando melhorias nos setores pesquisados se efetivaram. Para isso, os estudantes poderão buscar em canais oficiais e confiáveis tanto por fontes que apresentem dados relacionados a melhorias nesses setores quanto por análises e comentários que avaliem a eficácia das ações empreendidas.

d) Resposta pessoal. Mediante a constatação da desigualdade social que vem sendo abordada em diversos momentos dessa coleção, espera-se que os estudantes identifiquem que a atuação dos movimentos sociais ainda se faz necessária para promover melhorias nessas áreas.

2. Atividade de pesquisa. Essa atividade busca ampliar a compreensão dos estudantes sobre a importância e as formas de atuação dos movimentos na luta por justiça e igualdade social. Incentive-os a escolher um movimento social com o qual se identificam e a pesquisar, em fontes confiáveis, materiais que explicitem em que consiste esse movimento, o que ele reivindica e como atua. Estimule-os também a buscar análises de jornalistas e comentaristas políticos ou sociais acerca dos resultados obtidos por esse movimento.

Caso haja disponibilidade e se julgar pertinente, convide pessoas que participem de movimentos sociais no município ou na comunidade em que você vive para uma roda de conversa com os estudantes.

3. a) Espera-se que os estudantes identifiquem que a propriedade abordada são os latifúndios, que concentram a posse de terras nas mãos de poucas pessoas. Isso significa que a maioria da população rural brasileira não é detentora de terras, levando uma parte significativa desse grupo a migrar para zonas urbanas em busca de melhores condições de vida.

b) O texto defende que a gênese da desigualdade social está na concentração da posse de terras por um pequeno grupo. Os estudantes podem citar alguns dos reflexos disso: a existência de pessoas que não possuem moradia; trabalhadores rurais desempregados; áreas urbanas superpopulosas, etc.

4. Resposta correta: alternativa **b**. Assim como evidenciado no texto, uma parte significativa das mobilizações dos atores da sociedade civil tem se caracterizado cada vez mais pela descentralidade e multiplicidade de atores sociais envolvidos, imersos na vida cotidiana.

5. Resposta correta: alternativa **d**. Espera-se que os estudantes compreendam que a *charge* desloca o discurso personalista para o coletivo, dando destaque para personagens historicamente marginalizadas.

6. Resposta correta: alternativa **d**. Espera-se que os estudantes identifiquem que o texto aborda a ação de movimentos sociais que de fato alteraram estatutos legais, produzindo efeitos na realidade.

Práticas de texto (Páginas 282 e 283)

Os estudantes deverão escrever uma biografia de uma pessoa de relevância para a comunidade escolar. Essa tarefa pode contribui para mobilização da habilidade **EM13LGG703**.

Comece explicando à turma os pontos centrais que compõem uma biografia. É importante ressaltar que existem vários tipos de biografia e explicar as características que as diferenciam. Se julgar conveniente, trabalhe em parceria com um docente da área de Linguagens.

Os estudantes podem ter dificuldade para escolher uma pessoa relevante para a escola. Caso isso aconteça, indique alguns nomes que julgar interessantes e convenientes. O trabalho pode ser feito individualmente ou em grupo. Considere indicar que escrevam sobre um professor ou outro funcionário da comunidade escolar. Essa pode ser uma boa oportunidade para conhecer melhor esses profissionais.

Oriente os estudantes a montar um questionário com informações essenciais para a construção da biografia. A depender do tipo de biografia, algumas informações serão mais relevantes do que outras. Apoie-os nessa tarefa caso seja necessário. Isso pode ser feito oferecendo-lhes exemplos de pequenas biografias retiradas de jornais, revistas e livros, entre outras publicações.

Caso considere oportuno, você pode organizar a turma de modo que os estudantes leiam os textos uns dos outros e, assim, ajudem-se mutuamente na revisão. É interessante optar por publicar os textos produzidos em alguma plataforma *on-line* gratuita. Além desse formato não ter custo, ele permite a circulação de informação de forma fluida e muito mais rápida do que o material impresso.

Se optarem por produzir o material impresso, uma possibilidade é fixar as biografias no mural da escola. As opções de circulação dos textos devem ser debatidas com os estudantes e/ou responsáveis. Em ambos os casos, é fundamental que os estudantes obtenham autorização prévia da pessoa biografada e que essa pessoa tenha acesso a essa biografia antes de sua publicação.

Práticas de pesquisa (Páginas 284 e 285)

A atividade propõe a realização de uma pesquisa de análise de mídia, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da habilidade **EM13LGG704**. Esse tipo de pesquisa envolve a análise dos recursos expressivos utilizados pelas mídias tradicionais para comunicar certos ideários.

O objetivo é centrar a investigação em figuras autoritárias que ocupam atualmente posição de liderança política e analisar como os diversos suportes da mídia tradicional tratam um mesmo acontecimento. O problema gira em torno de avaliar os líderes autoritários que surgiram em meio à crise da democracia e verificar a imagem criada pela mídia em torno deles, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS602**. A proposta dá continuidade à construção da postura cidadã, desenvolvendo nos estudantes percepções sobre os discursos políticos, como cada projeto de governo pode impactar a comunidade em que vive e qual é a responsabilidade, individual e coletiva, na democracia, tornando os jovens cada vez mais conscientes de suas atuações nas relações de poder.

É importante que você os auxilie nas análises dos diversos elementos que compõem jornais e revistas, tendo em vista a intertextualidade. Oriente-os a escolher jornais com diversas orientações: grandes, pequenos, privados, estatais, independentes, etc. Essa atividade contribui para o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS504**.

7 DESAFIOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

INTRODUÇÃO

Nesta unidade, inicia-se a análise dos desafios da democracia brasileira. O processo histórico é apresentado como um importante aspecto para a construção das desigualdades, das políticas públicas e do protagonismo dos sujeitos atingidos por essas desigualdades como formas de reversão dessa trajetória. No capítulo 19, são abordados os direitos sociais e as práticas políticas e econômicas na contemporaneidade, para que os estudantes compreendam o papel do Estado como agente da diminuição das desigualdades sociais. Já o capítulo 20 aprofunda a discussão sobre as desigualdades sociais brasileiras, apresentando os índices sociais como ferramentas de compreensão dos problemas que precisam ser enfrentados e de elaboração de estratégias de resolução. No capítulo 21, a periferia é abordada com base em dois prismas opostos e dialógicos: como espaço construído pela exclusão e como espaço de resistência.

Sugestão de planejamento

Os conteúdos abordados nesta unidade possibilitam o diálogo com a Matemática, durante a leitura de dados e gráficos dispostos, e com a Língua Portuguesa, mais especificamente com a área da Literatura, que pode contribuir para a visibilidade de outros sujeitos, considerados não consagrados ou não hegemônicos. Se possível, organize previamente encontros com os estudantes e com a presença dos docentes de Matemática e de Língua Portuguesa, para explorar de maneira integrada e aprofundada os contextos propostos.

Objetivos da unidade

- Aprofundar os conhecimentos sobre os desafios para a construção de uma democracia plena no Brasil.
- Analisar os índices sociais, a forma como são elaborados e sua importância para a definição de políticas públicas.
- Identificar as diferentes possibilidades de organização do Estado.
- Reconhecer o Estado como agente responsável pela garantia de direitos e de serviços essenciais.
- Identificar e analisar os desafios enfrentados pela população brasileira, em especial, pela população pobre, preta e parda do país.
- Identificar e analisar os protagonismos dos indivíduos periféricos como forma de mudar a realidade em que vivem, bem como elevar a autoestima dos que habitam esses espaços.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA UNIDADE

CAPÍTULO	COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES	TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS
19	CGEB1, GEB2, GEB7, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101 **CECHSA5:** EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS503 **CECHSA6:** EM13CHS603 e EM13CHS605 **CECNT1:** EM13CNT104 **CECNT3:** EM13CNT310 **CEMT1:** EM13MAT102 **CEMT4:** EM13MAT406 e EM13MAT407	
20	CGEB1, CGEB2, CGEB4, CGEB5, CGEB7, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS102, EM13CHS103 e EM13CHS104 **CECHSA4:** EM13CHS401 e EM13CHS403 **CECHSA5:** EM13CHS501, EM13CHS502, EM13CHS503 e EM13CHS504 **CECHSA6:** EM13CHS601 e EM13CHS606 **CELT1:** EM13LGG101, EM13LGG102 e EM13LGG104 **CEMT1:** EM13MAT102, EM13MAT103 e EM13MAT106 **CEMT4:** EM13MAT406 e EM13MAT407	Educação fiscal
21	CGEB1, CGEB2, CGEB3, CGEB4, CGEB5, CGEB8, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101 **CECHSA2:** EM13CHS205 **CECHSA5:** EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS503 **CECHSA6:** EM13CHS601, EM13CHS603 e EM13CHS605	Trabalho; Educação financeira; Diversidade cultural

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

ABERTURA DE UNIDADE
(Páginas 290 e 291)

Oriente os estudantes a observar a imagem que abre a unidade. A Constituição Federal de 1988 é um documento fundamental não apenas por reunir as leis máximas do país, mas principalmente pelo grande debate social e pela participação intensa da sociedade civil que marcaram a construção do seu texto. Conhecido também como Constituição Cidadã, esse documento apresentou ganhos importantes para as populações mais vulneráveis do país. No entanto, é importante ressaltar que, embora tenham ocorrido avanços sociais nos últimos trinta anos, hoje a distância entre o texto e a realidade é um fato.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. Essa questão tem por objetivo provocar uma reflexão entre os estudantes acerca do significado da expressão "avanços sociais". Para tanto, espera-se que eles mencionem exemplos do que consideram avanços sociais em seu cotidiano, como políticas públicas relacionadas a educação, saúde e moradia, e de que forma essas políticas se relacionam com o cotidiano na comunidade onde vivem.
2. Resposta pessoal. Os estudantes devem reconhecer que a ampliação de serviços e dos direitos ainda é frágil e deve ser aprimorada. Assim, espera-se que eles identifiquem o estabelecimento de metas de melhoria dos índices sociais como uma forma de ampliá-los.

CAPÍTULO 19 DIREITOS SOCIAIS
(Página 292)

O capítulo aborda o acesso aos direitos, com ênfase na saúde e na educação, e caracteriza as políticas de Estado contemporâneas direcionadas a aspectos sociais e econômicos. Os temas permitem a reflexão sobre a relação entre a ausência do Estado e o aprofundamento das desigualdades, bem como sobre a importância do oferecimento de serviços.

A cidadania é amplamente reivindicada, mas poucos compreendem a sua abrangência. Muitas vezes associada ao direito ao voto e à participação política, a cidadania hoje é pensada em três diferentes instâncias: a política, que diz respeito à participação política; a civil, que prevê o respeito à vida e à liberdade, bem como a igualdade perante a lei; e a social, ligada ao direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao salário justo, entre outros.

Oriente os estudantes a identificar os direitos sociais mencionados e questione-os se, de fato, todos os brasileiros usufruem desses direitos. Incentive-os a mencionar exemplos de desigualdade social e a identificar quais grupos sociais eles imaginam que a desigualdade atinge em maior proporção.

Também é importante que eles reconheçam as causas da dificuldade de acesso a direitos. Para isso, ressalte a permanência histórica da desigualdade e a má administração pública.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mencionem grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas, mulheres, integrantes da população LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, entre outros.
2. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes retomem os conhecimentos construídos em unidades anteriores sobre os direitos assegurados aos cidadãos brasileiros.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes levem em consideração os direitos sociais aos quais têm acesso, na região onde vivem, por meio de programas, ações e instituições governamentais.

Saúde pública (Página 293)

A criação e a universalização do Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma medida essencial para o combate à desigualdade de acesso aos serviços públicos de saúde dos grupos historicamente excluídos. Antes do estabelecimento do SUS, o oferecimento de serviços médicos públicos era restrito aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, e a população pobre brasileira dependia de instituições filantrópicas, identificadas como Casas de Misericórdia.

Para evidenciar a importância da universalização dos serviços de saúde gratuitos, comente com os estudantes que, em países onde os serviços de saúde são predominantemente privados, como os Estados Unidos, é comum que as pessoas se endividem ou fiquem sem atendimento médico por não ter condições de arcar com os custos desse serviço.

Sugestão para o professor

» **Narvai, Paulo. *SUS*: uma reforma revolucionária – para defender a vida. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.**

O livro aborda a origem, os desafios e a importância da manutenção do Sistema Universal de Saúde no Brasil.

» ***Sicko*: SOS Saúde. Direção: Michael Moore. Estados Unidos, 2008 (123 min).**

Produzido pelo estadunidense Michael Moore, crítico de muitas práticas de seu país, esse documentário aborda a crise do sistema de saúde dos Estados Unidos, comparando-o com os sistemas de saúde de outros países, como França, Inglaterra e Cuba.

Desafios da saúde pública (Página 294)

Para complementar a discussão sobre as campanhas do SUS, peça aos estudantes que busquem informações sobre a medicina familiar, sobre a prevenção como um método eficiente de administrar o acesso à saúde e sobre os encargos públicos com esses serviços.

É importante que os estudantes compreendam o avanço proporcionado pela criação e pela ampliação do SUS. Ao mesmo tempo, é fundamental que eles reconheçam a distribuição desigual da qualidade de serviço entre as diversas regiões do país.

Oriente os estudantes na leitura do gráfico. É importante que eles compreendam a relação entre a desvalorização da imagem do SUS, em parte explicada pela desigualdade da estrutura na federação, e o crescimento significativo dos valores dos convênios médicos, que supera a inflação média para o período.

A discussão sobre os desafios da saúde pública no Brasil pode colaborar para a mobilização de aspectos das habilidades **EM13CNT104** e **EM13CNT310**.

Educação em pauta (Página 295)

Para iniciar o debate proposto neste tópico, pergunte aos estudantes qual é a importância da educação para eles. Caso julgue conveniente, anote as palavras-chave mencionadas pelos estudantes e retome-as no final do conteúdo para observar se as respostas se alteraram após o estudo. Esse debate inicial tem a potencialidade de valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes e permite a sensibilização para o tema.

A educação é um direito social que possibilita ao indivíduo o contato com determinados conhecimentos produzidos pela sociedade. Por isso, deve ser oferecida de forma gratuita e com qualidade, como determina a legislação competente. Ainda assim, os índices brasileiros têm demonstrado que há gargalos no acesso ao ensino e na permanência dos estudantes na escola, em especial no Ensino Médio.

Comente com os estudantes que a educação é abordada na Constituição Federal em uma seção específica. Essa seção pode ser utilizada em sala de aula para aprofundar os conhecimentos sobre o tema e possibilitar a observação das competências de cada instância governamental. Ao propor essa atividade, verifique se os estudantes sabem que cabe aos municípios a prioridade de assegurar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e que compete aos estados e ao Distrito Federal a oferta do Ensino Médio. Ressalte o fato de não haver uma determinação sobre a universalização e a gratuidade das universidades na Carta Magna.

Os obstáculos para a permanência escolar são maiores entre a população mais pobre, o que torna necessário considerar o critério racial como marca do processo histórico do país. Assim, os jovens pretos e pardos, quando comparados aos brancos, possuem menor índice de formação educacional. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2015, a média de anos de estudos da população branca era de 8,3 anos; enquanto a média da população negra era de 6,8 anos. Indicadores ainda mais graves são observados entre os homens negros, para os quais a média de estudo é de 6,6 anos, em comparação aos 8,1 anos dos homens brancos. Dados disponíveis em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html (acesso em: 23 set. 2024).

Os diálogos propostos nesse item favorecem a mobilização de aspectos das habilidades **EM13CHS501**, **EM13CHS502**, **EM13CHS503**, **EM13MAT102**, **EM13MAT406** e **EM13MAT407** por incentivar a reflexão e a análise sobre os obstáculos ao acesso à educação. Além disso, contribuem para o trabalho com a **CGEB1**, a **CGEB2** e a **CGEB7**.

Sugestões para o professor

» **Andrade, Cibele Yahn de; Dachs, J. Norberto W. Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e raça/cor. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 131, p. 399-422, maio/ago. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/qpqgPJhjxr6P4JLjmNhTKjy/abstract/?lang=pt. Acesso em: 23 set. 2024.**

Pesquisadores do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas, os autores apresentam as situações econômica e de raça/cor no acesso à educação, da escola básica ao Ensino Superior, concluindo que os contextos econômicos e raciais são fatores determinantes nesse contexto.

» ***Nunca me sonharam*. Direção: Cacau Rhoden. Brasil, 2017 (90 min).**

Nesse documentário, são apresentados sonhos e frustrações dos estudantes do ensino público brasileiro, propondo ao espectador uma reflexão sobre o ensino que temos e o que desejamos construir.

Programas sociais e investimentos públicos (Páginas 296 e 297)

As estruturas coloniais, o sistema escravista e as políticas de marginalização de negros e indígenas, entre outros, são fatores que resultam na extrema desigualdade econômica da sociedade. É importante que os estudantes reconheçam a origem histórica da desigualdade e seu aprofundamento ao longo dos anos.

Nessa perspectiva, aborde os programas sociais e os investimentos públicos como fatores fundamentais para o combate à vulnerabilidade extrema de alguns grupos sociais, ainda que atualmente ainda haja uma longa distância a ser percorrida para reverter a extrema desigualdade entre os grupos sociais brasileiros.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Se julgar pertinente, solicite aos estudantes que se organizem em seis grupos. Peça a eles que selecionem um dos programas sociais apresentados nas páginas do Livro do Estudante e pesquisem sobre ele. Em suas pesquisas, eles deverão identificar a situação-problema que o programa em questão tenta resolver ou minimizar, indicadores sociais que apresentem dados relacionados a essa situação-problema antes do início do programa e no presente, bem como análises diversas que avaliem a eficácia desses programas. Os resultados das pesquisas poderão ser apresentados em forma de seminário, em dia e horário combinados.

Projetos políticos (Página 298)

Solicite aos estudantes que leiam atentamente o texto didático sobre a pesquisa realizada por Richard Wilkinson e Kate Pickett. É importante destacar alguns dados, como o interesse de diferentes grupos sociais no combate à desigualdade social e a desigualdade como uma realidade de países ricos e pobres.

Os estudantes devem reconhecer que o acesso, por exemplo, à saúde e à educação plena e de qualidade é garantia necessária para a construção de uma sociedade mais consciente de seus direitos e deveres, e que isso, potencialmente, repercute em índices de violência menores.

Sugestões para o professor

» ***Democracia em vertigem*. Direção: Petra Costa. Brasil, 2019 (121 min).**

O documentário traz detalhes sobre a polarização que caracterizou o cenário político nos últimos anos no Brasil. Nele, a cineasta mineira Petra Costa descreve sua perspectiva a respeito do processo que levou a então presidenta Dilma Rousseff ao impeachment em 2016.

» **Piketty, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.**

Em uma ampla análise econômica e histórica, o pesquisador indica que o capitalismo é propulsor de um mecanismo que resulta em desigualdade e, invariavelmente, concentração de riqueza.

Estado de bem-estar social (Página 298)

Considerando que o crescimento da desigualdade econômica e social é uma das características fundantes do capitalismo, o Estado de bem-estar social não representa uma oposição ao sistema, mas a criação de dispositivos estatais com o objetivo de promover os direitos sociais e evitar um aprofundamento da desigualdade.

Historicamente, essas estratégias de atuação do Estado voltadas à garantia dos direitos sociais e econômicos surgiram após a Segunda Guerra Mundial, intimamente ligadas à tentativa de amenizar os impactos sociais do conflito, sendo a Inglaterra uma das nações mais representativas do Estado de bem-estar social. Assim, em 1948, foi criado o NHS, sistema de saúde público britânico, que serviu de inspiração ao SUS brasileiro. Em suma, na Inglaterra, como em outros países, houve um grande crescimento da oferta de serviços assistenciais, aliado a uma forte intervenção nas atividades econômicas.

Sugestão para o professor

» ***Desigualdade para todos.*** **Direção: Jacob Kornbluth. Estados Unidos, 2013 (110 min).**

Adaptado do livro do professor e economista Robert Reich, o documentário explora o processo de aprofundamento das desigualdades sociais ocorridas nos Estados Unidos, considerando marcadores importantes, como as crises de 1929 e de 2008.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A fim de explorar de forma mais profunda as discussões realizadas em "Projetos políticos" e "Estado do Bem Estar Social", além de detalhar as análises a respeito da função do Estado diante das desigualdades resultantes da má distribuição de renda e da tendência ao acúmulo de riquezas, proponha aos estudantes a análise do documentário *Desigualdade para todos*, de Jacob Kornbluth (2013, 110 min). Primeiro, informe aos estudantes que eles assistirão ao recurso audiovisual, mas que antes é necessário que busquem dados, como a formação profissional de Robert Reich, professor que embasa a discussão do documentário; a trajetória de pesquisa de Reich, bem como sua atuação diante das considerações encontradas na pesquisa. Podem ainda complementar com a formação e a atuação do diretor e informações sobre o contexto histórico estadunidense, amparando assim a compreensão mais ampla dessa produção cultural. Após esse esforço inicial, a turma deve assistir ao documentário, realizando anotações dos trechos que acharem fundamentais. Ao final, eles devem interagir observando se houve consenso ou não nas anotações. Por último, os estudantes devem produzir uma sinopse dessa produção audiovisual. Compartilhe as impressões entre turmas que tenham trabalhado com o mesmo tema ou assuntos correlatos, favorecendo assim o diálogo de perspectivas e a construção do conhecimento de forma colaborativa.

Políticas neoliberais (Página 299)

Termos como "capitalismo", "liberalismo" e "neoliberalismo" têm sido apropriados no debate público de forma pouco qualificada. Envolvidos em disputas políticas e na polarização, que tem sido a marca brasileira desde 2016, esses conceitos devem ser considerados com base em seus contextos de criação e suas características próprias.

Recomende aos estudantes que leiam com atenção as características gerais do neoliberalismo. Depois, solicite a eles que comparem esse modelo ao Estado de bem-estar social. Ressalte que os dois modelos fazem parte do sistema econômico capitalista.

Os diálogos propostos neste tópico, bem como no anterior ("Estado de bem-estar social"), favorecem a mobilização de aspectos das habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS603** e **EM13CHS605**, promovendo também o desenvolvimento das **CGEB1**, **CGEB9** e **CGEB10**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Como exemplos de políticas públicas relacionadas à manutenção do bem-estar social, os estudantes poderão mencionar a existência do sistema público de saúde, a previdência social e os programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, entre outros. Já como exemplos de práticas neoliberais, eles podem citar as reformas trabalhista e da previdência e a Proposta de Emenda à Constituição n. 55 (PEC 55), que congelou o teto de gastos públicos por vinte anos, entre outras.
2. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes possam refletir quais projetos políticos se alinham mais às suas expectativas de futuro, assim como de suas comunidades. Esse tipo de debate incentiva a análise dos discursos políticos, das práticas associadas a eles e de como reverberam na sociedade, contribuindo para que os jovens se reconheçam como importantes atores sociais.

Sugestões para o professor

» **Carvalho, Laura. *Valsa brasileira*: do *boom* ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.**

A autora aborda o período de 2006 a 2017, os quais considera os anos de maior prosperidade econômica do país, seguido de uma crise sem precedentes, acentuada pela instabilidade política.

» **Keynes, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Saraiva, 2012.**

Conhecida entre os economistas por "teoria geral", a obra aborda características do desenvolvimento do capitalismo relacionadas, entre outros elementos, ao emprego e ao desemprego.

Atividades (Páginas 300 e 301)

1. a) A *charge* critica a desigualdade de renda e sua origem. É possível percebê-la ao observar a ostentação da casa "herdada" pela personagem e as palavras que compõem as raízes da árvore.

b) Respostas pessoais. Incentive os estudantes a observar as palavras que compõem as raízes da árvore e auxilie-os a identificar a origem histórica da concentração de renda, da

desigualdade e da violência como consequências desse processo histórico.

2. a) Os representantes da Escola Austríaca de Economia atribuíram a responsabilidade da crise ao movimento operário, cujas reivindicações por melhorias salariais prejudicavam a acumulação capitalista.

   b) Trata-se de um ato de violência contra os trabalhadores e as camadas mais vulneráveis da sociedade, os mais prejudicados em qualquer crise econômica, pela redução dos recursos públicos que garantem sua sobrevivência e sua dignidade, assim como a própria capacidade de reivindicação.

   c) Resposta pessoal. Incentive os estudantes a expressar seus pontos de vista e argumentos com base em dados da realidade, lembrando-os sempre da importância do respeito e da ética.

3. Resposta pessoal. Nessa atividade, os estudantes deverão elaborar propostas de ação local para evitar a evasão escolar. Para isso, é imprescindível que as ações por eles sugeridas sejam baseadas na realidade da escola e envolvam a coordenação escolar ou o departamento competente para tal. Visando à otimização da atividade e das ações, incentive cada grupo a enfocar um motivo específico para a evasão escolar, levando em consideração aquele que mais afeta a comunidade escolar.

4. Resposta pessoal. O texto reproduzido na atividade é um fragmento da obra *44 cartas do mundo líquido moderno*, na qual o sociólogo polonês Zygmunt Bauman comenta diversos aspectos e paradigmas do mundo moderno a partir de sua visão de modernidade líquida, apresentada em livro homônimo, caracterizada pela fluidez das diversas estruturas e formas que caracterizam essa modernidade. Antes da composição dos textos, dialogue com os estudantes sobre as percepções deles acerca da escola e dos aprendizados escolares, chamando a atenção para o desenvolvimento de competências que visam à formação de sujeitos críticos, independentes e preparados para o exercício da cidadania.

5. Respostas pessoais. A atividade promove o contato dos estudantes com as memórias de suas comunidades, valorizando as histórias locais e promovendo a comparação entre passado e futuro, o que favorece a percepção de transformações e permanências.

6. Resposta correta: alternativa **c**. No último parágrafo do texto, a diretora-geral da Unesco afirma que a discussão sobre direitos humanos deve começar nas carteiras das escolas, ou seja, ainda na Educação Básica.

Ampliando (Páginas 302 e 303)

A seção propõe uma reflexão sobre a democracia e um debate sobre o significado desse termo na atualidade.

É importante valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre o termo "democracia" e, caso necessário, expandir esses conhecimentos para que eles compreendam a complexidade dessa palavra.

Nos últimos anos, o Brasil tem experimentado uma bipolarização política que resulta no esvaziamento das discussões no campo político. Assim, escolhas partidárias são defendidas de forma acalorada e, muitas vezes, irracional. Práticas como essas devem ser questionadas. Da mesma forma, espera-se que os estudantes compreendam a experiência cotidiana da democracia, repudiando todo tipo de aproximação com o autoritarismo e de desrespeito em relação aos chamados grupos minoritários.

Discussões como a proposta nessa seção favorecem o reconhecimento da importância do respeito e da defesa dos direitos humanos, bem como prepara os estudantes para, no futuro, se posicionarem no debate público de forma consciente e apropriada. Além disso, essas discussões promovem o trabalho com a **CGEB1**, a **CGEB7** e a **CGEB10**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes evidenciem seus entendimentos pessoais a respeito da democracia.
2. Respostas pessoais. Incentive os estudantes a evidenciar seus pontos de vista com base em dados concretos, levando em consideração suas percepções pessoais a respeito da democracia brasileira na atualidade.
3. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes apontem as contradições decorrentes de uma sociedade democrática que, paradoxalmente, não oferece acessos democráticos de maneira igualitária a todos os indivíduos que a compõem.

CAPÍTULO 20 MÚLTIPLOS DESAFIOS

(Página 304)

Estabelecendo como premissa de análise a profunda desigualdade social brasileira, o capítulo aborda os índices sociais e as políticas públicas como meios de observar e combater esse problema. A análise proposta aprofunda-se em alguns elementos, como a renda, a segurança pública e a cultura.

O estudo dos desafios sociais enfrentados pela sociedade contemporânea é fundamental para que os estudantes se reconheçam como parte da sociedade, observem os problemas e elaborem possíveis soluções. Diálogo, empatia e disposição para enfrentar essas questões centrais (por vezes incômodas) são necessários ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem.

As discussões propostas contribuem para o desenvolvimento de aspectos da habilidade **EM13CHS103**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes retomem as análises feitas até o momento sobre a desigualdade social e avaliem o impacto da ausência de renda na vida de indivíduos, os quais podem se tornar reféns de situações desfavoráveis – como as pessoas em situação de pobreza e/ou de extrema pobreza, que estão mais sujeitas a condições degradantes e à exploração. Além disso, o consumo de cultura também é comprometido, já que demanda tempo e acesso a espaços, conteúdos e conhecimentos. A via da criminalidade pode ser uma das condições degradantes às quais alguns grupos se submetem para obter renda. Esse diálogo inicial será aprofundado ao longo do capítulo.

2. O texto faz parte do artigo *Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: o desafio de universalizar a cidadania*, em que são analisadas as transformações que os programas de distribuição de renda trouxeram para as famílias necessitadas. Espera-se que os estudantes relacionem esses programas às políticas públicas que visam cumprir o previsto na Constituição de 1988, no sentido de que todos os brasileiros possam usufruir de seus direitos sociais. A renda é central no acesso à cidadania, já que pessoas em situação de extrema pobreza ficam excluídas de possibilidades como estudo, profissionalização, acesso à cultura, à saúde, etc.

Conhecendo os desafios: indicadores sociais (Página 305)

Os indicadores sociais são de extrema importância para o conhecimento da realidade e dos desafios que precisam ser enfrentados pelo Estado mediante políticas públicas. Por meio de taxas e índices, entre outros dados, os indicadores dão visibilidade a informações diversas a respeito da sociedade.

Cientes desse fenômeno, nos anos 1980, os movimentos identitários – negros e indígenas – se mobilizaram intensamente para reivindicar a inserção do critério cor/raça nas estatísticas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo. O fato de que a desigualdade social no país não pode ser desassociada da questão da cor emerge, então, de forma evidente.

Peça aos estudantes que leiam com atenção o texto de Danielle Pereira e Marcelo Pinto. Após a leitura, verifique se eles reconhecem que a análise de determinado dado envolve a observação e o conhecimento de outros indicadores e estudos sobre o tema retratado.

Essa discussão sobre os indicadores sociais pode contribuir para a mobilização de aspectos das habilidades **EM13CHS601** e **EM13CHS606**, bem como da **CGEB1**, da **CGEB2**, da **CGEB4** e da **CGEB10**.

BOXE INTERAÇÃO

1. O texto elenca critérios referentes à confiabilidade dos indicadores e destaca quanto o recorte escolhido é representativo do todo. É importante que os estudantes reconheçam essa relação, pois, de outro modo, a pesquisa pode ser invalidada. Além disso, os critérios dão mais clareza aos dados pesquisados, pois demonstram os limites dessas informações, evitando equívocos na análise dos dados e/ou suscitando novas pesquisas.
2. Atividade de pesquisa. Oriente os estudantes em relação às possibilidades de pesquisa, já que são múltiplos os indicadores de renda, como renda *per capita*, dados sobre a população que vive em situação de pobreza e de extrema pobreza, rendimento médio mensal domiciliar, etc. Primeiro, a turma deve levantar os tipos de indicadores de renda e, depois, cada trio pode escolher um tipo para pesquisar. A elaboração das tabelas e dos gráficos pode ser acompanhada pelo docente da área de Matemática. O compartilhamento das pesquisas poderá ser feito em três partes, cada uma abordando um nível de governo: municipal, estadual e federal. Oriente os trios a criar apresentações de *slides* ou vídeos com os resultados da pesquisa, ampliando o trabalho com as ferramentas digitais. A proposta favorece o desenvolvimento significativo da **CGEB5**.
3. *Tour* virtual. O objetivo da atividade é levar os estudantes a refletir sobre o futuro. Para isso, incentive-os a identificar os principais temas do Museu do Amanhã, com destaque para os impactos das mudanças climáticas, das alterações na biodiversidade, do crescimento populacional e do aumento da longevidade.

Sugestões para o professor

» ***Ipea*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/. Acesso em: 14 set. 2024.**

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é um dos órgãos que utilizam os indicadores sociais para a promoção de análises qualificadas. A página ainda oferece uma seção de publicações que podem ser exploradas.

» **Retrato das desigualdades de gênero e raça. Portal Gov.br, Ipea, [20--]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/. Acesso em: 14 set. 2024.**

Os dados e as análises apresentados pelo Ipea apontam a existência de uma profunda desigualdade de classe, raça e gênero no Brasil. A página ainda dispõe de infográficos que podem ser facilmente utilizados como material didático.

Segurança pública (Página 306)

O trabalho com este tópico contribui para a mobilização das habilidades **EM13CHS501**, **EM13CHS502**, **EM13CHS503** e **EM13CHS504**. O trabalho com mapa e gráficos, em especial, também favorece a mobilização de aspectos das habilidades **EM13CHS102**, **EM13MAT106**, **EM13MAT406** e **EM13MAT407**.

Os conteúdos relacionados à segurança pública e a sentir-se seguro são vivenciados pelos estudantes no cotidiano. Nesse sentido, sugere-se que a discussão inicial considere as características da comunidade escolar e incentive os estudantes a apresentar seus conhecimentos prévios e narrativas que possam contribuir para a discussão.

Os dados trazidos neste tópico evidenciam a grave situação de homicídios que acomete a população jovem no Brasil, uma problemática que acarreta impactos sociais e econômicos. O documento de onde os dados foram extraídos, *Atlas da violência 2024*, pode ser uma fonte de consulta para ampliar a abordagem proposta: com a turma, busque nessa obra os dados sobre a unidade federativa onde os estudantes vivem e outros recortes, como homicídios entre jovens negros e entre mulheres. Ambos os grupos são estatisticamente mais afetados pela violência.

Crime organizado (Página 307)

Peça aos estudantes que identifiquem o conceito de segurança pública elaborado pelo sociólogo Renato Sérgio de Lima que serviu de base para este tópico. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, do qual Lima é diretor-presidente, é uma organização não governamental, não vinculada a partidos políticos e sem fins lucrativos. Baseado na cooperação técnica, une pesquisadores, gestores e polícias, a fim de dar transparência a informações sobre segurança pública e violência no Brasil.

É importante reconhecer a complexidade da violência no Brasil, em que elementos históricos unem-se a eventos mais recentes e constroem uma complexa trama que tende a criminalizar as populações mais pobres, que são as mais vitimadas.

BOXE REFLEXÃO

A reflexão proposta nesse boxe resgata a discussão sobre violência, iniciada na página anterior, e a relaciona ao crime organizado e à prática da lavagem de dinheiro, contribuindo com o desenvolvimento do tema contemporâneo transversal **Economia**, com destaque para Educação fiscal.

1. a) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes identifiquem que a lavagem de dinheiro é a etapa final das atividades criminosas, obscurecendo a origem do dinheiro obtido por meio de práticas que levam jovens a serem assassinados, como assaltos, roubos e tráfico de drogas.

b) Resposta pessoal. Essa reflexão é importante para que os estudantes se conscientizem tanto da relevância dos impostos para a sociedade quanto dos danos provocados pelo crime organizado e por práticas como a lavagem de dinheiro. Esse tipo de ação impede que a sociedade recolha valores relevantes para serem investidos em seu benefício, além de financiar atividades criminosas que prejudicam milhares de pessoas, como os esquemas de desvio de dinheiro público, o pagamento de subornos e a compra ilegal de armas.

Sugestão para o professor

» ***Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/. Acesso em: 23 set. 2024.**

O *site* disponibiliza dados e análises importantes sobre a segurança pública e pode auxiliar no aprofundamento das discussões.

Há soluções possíveis? (Página 308)

A presença do crime organizado não se limita ao Brasil. Narrativas sobre a máfia italiana ou sobre o crime organizado estadunidense costumam ser exploradas, até de forma gloriosa, nos filmes de Hollywood. No entanto, na prática, a existência dessas formas estruturadas, articuladas com instâncias da sociedade e do próprio poder instituído, cria imensos problemas para a sociedade. Do aumento da violência urbana ao aliciamento dos indivíduos mais vulneráveis, a prática é uma das mais difíceis de combater.

Peça aos estudantes que observem as ações elencadas como forma de combate ao crime organizado. Entre os elementos mencionados, destaque a necessidade do empenho do aparato do Estado, em especial dos políticos. Comente que, muitas vezes, parte das operações do crime organizado ocorre com a conivência de grupos corruptos dentro do governo.

BOXE INTERAÇÃO

1. Respostas pessoais. A atividade dá continuidade ao debate sobre segurança pública, ações possíveis e impactos na realidade da juventude brasileira. Dialogue com os estudantes sobre cada item, apontando como ele poderia ser traduzido em ações e como as ações poderiam ser sentidas pela comunidade onde os estudantes vivem. Dessa forma, o diálogo favorece a percepção da ação cidadã no cotidiano e também instrumentaliza os estudantes na análise dos projetos políticos.

Sugestões para o professor

» ***Explicando*: bilionários. Direção: Claire Gordon e Joe Posner. Estados Unidos, 2018 (23 min).**

Nesse episódio da série *Explicando*, é comentada a origem da riqueza dos bilionários de diferentes países e a natureza duvidosa de seus bens.

» ***Na rota do dinheiro sujo*: o andar da carruagem. Direção: Paul Snyder. Estados Unidos, 2018 (23 min).**

Nesse episódio da série *Na rota do dinheiro sujo*, funcionários de um banco privado estadunidense denunciam práticas fraudulentas de obtenção de lucro.

Acesso à cultura (Página 309)

Comente com os estudantes que o termo "cultura" é um conceito importante das Ciências Humanas e deve ser, antes do estudo, compreendido em sua amplitude. A cultura abrange todos os conhecimentos, as produções, as ideias e as crenças de cada sociedade. Além disso, não deve ser hierarquizada (como tradicionalmente é feito por meio, por exemplo, da diferenciação entre cultura erudita e cultura popular) e não é considerada um dado estático, ou seja, muda por meio do contato com outras culturas e ao longo do tempo.

Espera-se que os estudantes percebam que a desigualdade social no país repercute nas mais diferentes esferas, inclusive no acesso à cultura e ao lazer. Quanto a este último, sugira aos estudantes que pensem sobre as discrepâncias entre os espaços públicos no município onde vivem. Em geral, enquanto nos bairros de elite há áreas verdes e espaços para a prática de esporte bem conservados, as áreas periféricas, quando dispõem de algum equipamento de lazer, precisam contar com a manutenção pouco regular das prefeituras, o que gera pouco aproveitamento desses espaços.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Se julgar pertinente, solicite aos estudantes que façam uma pesquisa de satisfação sobre as instalações relacionadas à cultura existentes na comunidade onde a escola está situada. Essa pesquisa pode ser seguida de uma ação comunitária visando à preservação e à melhoria dessas instalações ou, ainda, a um plano de ação para novas instalações. Para isso, eles deverão fazer um levantamento para identificar a quantidade de instalações existentes, o tipo de instalação (biblioteca, quadra esportiva, etc.) e o estado de conservação. Em um segundo momento, os estudantes deverão ir a campo para entrevistar moradores dessa comunidade para identificar como usam essas instalações, bem como seu nível de satisfação com elas e possíveis demandas por novas instalações. Após esse diagnóstico, sugere-se que os estudantes elaborem um plano de ação comunitário, visando à melhoria das instalações relacionadas à cultura nessa comunidade. Caso a maior parte dos moradores tenha se mostrado satisfeita com as instalações existentes, pode-se pensar em planos para melhorias ou para a preservação delas. Do contrário, deve-se sugerir planos de ação para implementação de novas instalações que atendam às demandas

da comunidade. Em ambos os casos, é imprescindível que as autoridades competentes sejam devidamente consultadas.

Iniciativas e mudanças estruturais

(Página 310)

O avanço de políticas públicas direcionadas à cultura oscila, infelizmente, em razão da dependência de outros elementos. Todos os serviços oferecidos pelo Estado ou que dependem dele para seu incentivo são importantes. No entanto, políticas públicas que não são exclusivamente relacionadas à economia são, muitas vezes, negligenciadas. Durante a pandemia de covid-19 em 2020, isso ocorreu. Nesse período, a preocupação com a cultura e com os agentes que vivem dela não entrou na pauta das discussões, ou, se entrou, apresentou-se timidamente por meio da atuação do setor cultural e de poucos políticos eleitos com sensibilidade ao tema.

Peça aos estudantes que identifiquem as instituições ou os grupos sociais representados em cada uma das imagens e suas áreas de atuação. Aproveite a oportunidade e pergunte a eles se conhecem iniciativas semelhantes no município ou na comunidade onde vivem. Solicite a eles que avaliem se essas iniciativas têm sido valorizadas ou se deveriam receber maior atenção.

Nesse momento, é possível explorar com os estudantes os conceitos de patrimônio material e patrimônio imaterial brasileiro, espalhado em todo o território nacional, favorecendo, assim, a mobilização de aspectos da habilidade **EM13CHS104**, bem como da **CGEB7** e da **CGEB9**.

Superando as desigualdades (Página 311)

O texto didático oferece um balanço quantitativo dos avanços e dificuldades do Brasil no enfrentamento da desigualdade. Chame a atenção da turma para as quebras nas tendências que aparecem no gráfico quando observamos os anos da pandemia da covid-19, um momento crítico para o desenvolvimento econômico e social. O trabalho com esses temas favorece o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS401**, **EM13CHS403**, **EM13MAT102** e **EM13MAT103**.

Atividades (Páginas 312 e 313)

1. Produção de texto. Se julgar conveniente, desenvolva a atividade em conjunto com o professor de Língua Portuguesa. Essa atividade possibilita aos estudantes amadurecer suas percepções sobre os desafios enfrentados pelo governo e o modo como essas questões reverberam em seus cotidianos, contribuindo para a formação cidadã e a consciência da responsabilidade, como sujeitos, pela implementação de melhorias.
2. Atividade de pesquisa. Se houver laboratório de informática disponível, a turma pode pesquisar informações no portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-publicacoes-e-pesquisas (acesso em: 14 set. 2024). Nesse portal, é possível encontrar diversas publicações sobre os indicadores sociais nacionais relacionados com as políticas públicas implementadas no país.
3. a) Para ambas as perguntas é sim, porém o aumento foi menos significativo para a população negra no Brasil.

   b) É possível observar a desigualdade entre brancos e negros no Brasil, pois apenas 29,5% dos cargos gerenciais são ocupados pela população negra frente aos 69% ocupados pelos brancos.

   c) Espera-se que os estudantes percebam que a população branca possui maior renda que a população negra. Essa situação fica mais nítida quando se leva em consideração as porcentagens da população que vivia abaixo da linha da pobreza em 2021.
4. Atividade de pesquisa. O objetivo dessa atividade é desenvolver a crítica, a cidadania e a divulgação científica. Oriente os estudantes em relação às pesquisas, para que selecionem as informações em fontes confiáveis. O processo de construção de gráficos e tabelas pode ser realizado com o professor de Matemática. Leia os parágrafos explicativos com os estudantes, realizando apontamentos sobre a análise que eles fizeram dos dados.

   O item **d** promove o protagonismo juvenil e o empoderamento dos jovens como cidadãos. Assim, eles terão uma experiência prática de acionamento das autoridades com base na vivência e na pesquisa, apropriando-se de seus lugares como sujeitos de direitos.
5. a) Resposta pessoal. O diálogo sobre os equipamentos e as ações culturais favorece a apropriação dos espaços pelos jovens, para que reconheçam seu direito à cultura. Durante os diálogos e a pesquisa, incentive-os a traçar caminhos entre a casa onde moram e os espaços de cultura, orientando-os a acompanhar as agendas desses lugares.

   b) Respostas pessoais. Assim como foi feito em relação à renda e à segurança pública, a atividade possibilita aos estudantes elaborar ações que possam transformar suas realidades, reconhecendo o potencial que detêm como cidadãos.
6. Resposta correta: alternativa **c**. Espera-se que os estudantes reconheçam a discriminação, o racismo e as desigualdades sociais como aspectos fundamentais para compreender a violência e a criminalidade existentes no Brasil.
7. Resposta correta: alternativa **d**. O texto da lei que apresenta os objetivos relacionados ao Plano Nacional de Cultura (PNC) menciona "estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional" sem fazer qualquer referência à profissionalização ou especialização nesse âmbito, invalidando, assim, o item I. Da mesma forma, o item III é invalidado, pois o texto da lei menciona o intercâmbio da cultura, mas não dos gestores culturais.

Práticas de texto (Páginas 314 e 315)

As proposições dessa atividade, incluindo a apresentação final, favorecem o posicionamento ético no debate público e a articulação entre a produção de conhecimentos e a exposição oral.

As discussões em sala de aula devem ser estimuladas sempre que possível. A atuação dos indivíduos em sociedade e no mercado de trabalho exigem que as pessoas sejam capazes de se expressar com clareza.

Oriente os estudantes a buscar informações para a formulação de seus argumentos. Comente que é necessário pensar na ordem em que esses argumentos serão apresentados.

Ressalte para os estudantes a importância de fundamentar os argumentos com dados estatísticos, muitos deles apresentados ao longo da unidade, para que esses argumentos estejam amparados em dados científicos e, assim, possam ser defendidos de forma coerente.

A atividade tem o potencial de desenvolver posturas críticas, fundamentadas na construção e na exposição de argumentos, assim como no conteúdo abordado ao longo da unidade. Em paralelo, um dos objetivos dessa atividade é preparar os estudantes para se posicionar em suas vidas públicas de forma crítica e bem embasada.

Além disso, a atividade pode contribuir com o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13LGG101**, **EM13LGG102** e **EM13LGG104**, bem como das **CGEB7** e **CGEB10**.

CAPÍTULO 21 POSSIBILIDADES DE FUTURO: A PERIFERIA

(Página 316)

Neste capítulo, são abordados temas relacionados às periferias brasileiras, relacionando-os às desigualdades e ao fato de estas afetarem esses locais com maior profundidade. Ademais, o capítulo é um exercício para refletir sobre as periferias com base em outras perspectivas, com foco na articulação dos indivíduos que vivem nesses locais e no reconhecimento da dignidade desses indivíduos.

Retome com os estudantes o fato de que as desigualdades sociais foram construídas por fatores diversos ao longo da história do Brasil. Essas desigualdades são percebidas não somente no acesso pleno às cidadanias política, civil e social, mas também em sua distribuição desigual no espaço das cidades brasileiras. Ainda que o Brasil seja grande e que as periferias ganhem contornos próprios em termos regionais e locais, é possível reconhecer facilmente onde estão as periferias e os problemas que nelas emergem.

Embora a tônica seja a insuficiência de políticas públicas nas periferias, o capítulo aborda essas questões com base em outra perspectiva, atentando-se para as potencialidades periféricas. Esse exercício é importante para o reconhecimento do engajamento, da vivência e da busca por dignidade dos habitantes dessas regiões.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes expliquem, com as próprias palavras e com base em suas vivências e visões de mundo, o que entendem por periferia. Durante a discussão, atente para evitar estereótipos que contribuam para o preconceito contra as pessoas que habitam as regiões periféricas.
2. Resposta pessoal. Os estudantes poderão mencionar, por exemplo, a dificuldade de acesso a serviços de saúde, que caracteriza algumas das regiões periféricas, elevando, assim, a taxa de letalidade em decorrência de doenças nessas regiões.

Periferia: espaço e identidade (Página 317)

Solicite aos estudantes que identifiquem os significados do termo "periferia", que designa uma área fora da região central, mas que tem sido utilizado também para designar regiões de exclusão. Igualmente, há a extensão do termo aos habitantes dessas regiões.

Enfatize que a noção de identidade é essencial para as Ciências Humanas. Esse é um conceito familiar aos estudantes, não só porque vem sendo mencionado desde o início deste volume, mas também porque movimentos identitários têm ganhado visibilidade nas mídias e nas redes sociais.

Comente com eles que a construção da autoestima entre os jovens da periferia e a reivindicação dos direitos da periferia é um fenômeno relativamente recente. Em grande medida, a periferia passou a ganhar visibilidade por meio de artistas que emergiram e passaram a valorizar seus espaços de origem, como Racionais MC's, Emicida, Rachel Reis e Gaby Amarantos.

Pergunte aos estudantes se eles conhecem algum grupo organizado na periferia do município onde moram ou de outras localidades. Comente com eles que, diante da omissão do Estado, muitos moradores acabam criando creches, cursinhos pré-vestibulares e espaços de lazer, cumprindo um papel destinado às políticas públicas e demonstrando a capacidade da população de se mobilizar para resolver questões emergenciais. Essas ações colaboram para a construção de uma identidade comunitária positiva, o que pode ressignificar a experiência desses indivíduos.

A discussão sobre as identidades e subjetividades periféricas pode contribuir para o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS205** e **EM13CHS501**. Além disso, contribui para o trabalho com a **CGEB3**, a **CGEB4** e a **CGEB8**.

BOXE REFLEXÃO

Nesse boxe, os estudantes são convidados a refletir sobre a multiplicidade de identidades periféricas a partir da constatação da existência de subjetividades dentro de grupos identitários e do modo como a experiência de alteridade pode gerar novas formas de inclusão e exclusão.

1. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes respondam que não, pois essas subjetividades também condicionam o acesso a privilégios sociais, fazendo com que, mesmo dentro de um grupo identitário maior, existam diferenças de acesso a esses privilégios.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes respondam que sim, como é possível observar nas relações de opressão baseadas no gênero, nas quais indivíduos do gênero masculino oprimem indivíduos do gênero feminino, independentemente de ambos compartilharem outras identidades.

Sugestão para o professor

» **Carril, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia*: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006.**

Nesse livro, a geógrafa Lourdes Carril aborda as permanências históricas na formação dos espaços no país, com base na experiência do quilombo, da favela e da periferia, no sentido político dos termos.

Produção cultural nas periferias
(Página 318)

O que define o que é ou não cultura? Quais são os atributos necessários para que uma manifestação cultural seja vista como digna de ser inserida entre as artes valorizadas? É importante reconhecer que sempre houve uma hierarquia sobre as manifestações culturais, e, em geral, as manifestações da população negra no país tendem a ser inferiorizadas.

Nesse sentido, comente com os estudantes que o samba (criado nas periferias cariocas no século XIX) e o carnaval de entrudo (que ocorria nas ruas e envolvia a população livre e escravizada), por exemplo, eram considerados inapropriados pelas elites e foram perseguidos pelo Estado. Foi somente no governo Vargas que essas manifestações culturais passaram a ser valorizadas, inclusive com financiamento público, como parte das políticas de desenvolvimento da nacionalidade.

É importante reconhecer que as culturas das periferias costumam ser estigmatizadas e perseguidas. Assim, muitas produções periféricas enfatizam esteticamente a diferença entre o "asfalto" e a periferia, em uma metáfora a respeito da ação do Estado.

Essa discussão contribui para o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS503**, bem como de aspectos das habilidades **EM13CHS603** e **EM13CHS605**. Além disso, contribui para o desenvolvimento das **CGEB1**, **CGEB3**, **CGEB5** e **CGEB10**.

Sugestões para o professor

» **Lopes, Adriana Carvalho. "*Funk-se quem quiser*": no batidão negro da cidade carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2011.**

A pesquisa aborda o *funk* carioca como uma das maiores manifestações culturais de massa e explora os bastidores dos bailes e as falas dos agentes envolvidos. Segundo a autora, a música e a *performance* do *funk* são formas de expor a cartografia social do Rio de Janeiro, incluindo o racismo e a formação de novas identidades de raça e gênero.

» ***Pixo*. Direção: Roberto T. Oliveira. Brasil, 2009 (61 min).**

O documentário explora a pichação como um fenômeno social. Apresenta entrevistas de jovens da periferia paulistana e como eles interpretam essa manifestação, considerada uma expressão da periferia nos centros excludentes.

Vozes periféricas **(Página 319)**

Comente com os estudantes que a ampliação dos meios de comunicação e o surgimento das redes sociais – ainda que não plenamente democratizados – possibilitaram a divulgação de sujeitos que estão fora dos circuitos hegemônicos. Indivíduos que dificilmente teriam espaço em grandes gravadoras ou na academia usam as plataformas virtuais para lançar conteúdo e visibilizar suas ideias e vivências periféricas.

Ainda que o *funk* tenha sido alçado à categoria de música popular, com a utilização de suas composições nas telenovelas, como mencionado no Livro do Estudante, é importante destacar que há uma rígida seleção estética do indivíduo e do produto que será publicizado na grande mídia. Assim, há uma seleção das manifestações mais palatáveis, que correspondem ao padrão de beleza ou que evitam discussões sobre as profundas desigualdades sociais e raciais do país.

Comente com os estudantes que há um risco de caracterizar esses indivíduos e suas produções como exóticos. Em geral, o exótico é apreciado pela sua excentricidade, mas dificilmente é valorizado como manifestação cultural legítima ou levado a discussões mais profundas que possam contribuir para mudanças.

Sugestões para o professor

» **Romani, André. A vida de Thiago Torres, "o chavoso da USP", depois do *post*. *Jornal do Campus*, São Paulo, 16 maio 2019. Disponível em: https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2019/05/a-vida-de-thiago-torres-o-chavoso-da-usp-depois-do-post/. Acesso em: 23 set. 2024.**

A reportagem aborda a história de Thiago Torres, estudante da periferia que cursou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e criou um canal em uma plataforma digital para disponibilizar conteúdos sobre seus estudos, ao mesmo tempo que questiona a ausência da periferia na universidade e o incômodo inicial que sua presença representou nesse espaço.

» **William, Rodney. *Apropriação cultural*. São Paulo: Pólen, 2019.**

O livro aborda o fenômeno da apropriação cultural, especialmente no que se refere a manifestações, costumes, estéticas, símbolos e artefatos negros e africanos, como mecanismo de opressão e de apagamento, ao utilizá-los esvaziando-os de sentido, somente para lucrar com eles.

Subjetividades **(Página 319)**

Pergunte aos estudantes se conhecem os termos utilizados na página, como "heteronormativo", e o significado da sigla LGBTQIA+. A sigla abrange lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais e outras minorias sexuais, representadas pelo sinal de mais. Ressalte que essa sigla já passou por diversas modificações, à medida que a luta da população LGBTQIA+ prossegue, abrangendo cada vez mais indivíduos, orientações e identidades que não sejam heterossexuais e cisgênero.

É fundamental que qualquer conversa sobre esses temas ocorra com base no respeito aos indivíduos. Por se tratar de temas tabus para alguns grupos sociais, talvez o desconhecimento resulte em um comportamento de intolerância. Para isso, converse com os estudantes sobre o assunto de maneira a desfazer qualquer tipo de preconceito.

Pergunte aos estudantes se eles conhecem as cantoras retratadas nas imagens e o repertório delas.

Sugestões para o professor

» **Feitosa, Cleyton. *Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.**

O livro apresenta as pesquisas do autor a respeito das políticas públicas de direitos humanos voltadas à população LGBTQIA+ com base na implantação do Centro Estadual de Combate à Homofobia do estado de Pernambuco.

» **Quinalha, Renan. *Lampião da Esquina* na mira da ditadura hetero-militar de 1964. *Cadernos Pagu*, n. 61, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/SHVG63XcvL7Tz4Rp3FDBNMB/. Acesso em: 23 set. 2024.**

O jornal *Lampião da Esquina* (cujo acervo está disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/?view_mode=cards&perpage=12&order=ASC&orderby=date&fetch_only_meta=&paged=1&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription; acesso em: 23 set. 2024) representa a organização pioneira de militantes LGBTQIA+ em torno do impresso. No artigo, discute-se como a Ditadura Militar influenciou, direta e indiretamente, o jornal e seus editores.

» **Trevisan, João Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade da colônia à atualidade. 4. ed. São Paulo: Objetiva, 2018.**

Obra já consagrada sobre a homossexualidade em diferentes períodos da história brasileira, o livro foi reeditado e ampliado e traz novos capítulos com diferentes reflexões e abordagens sobre a história da homossexualidade e do movimento LGBTQIA+ no país.

Periferia literária (Página 320)

Atualmente, intelectuais e militantes periféricos têm denunciado que, no Brasil, os indivíduos periféricos (inclusos desde habitantes das periferias como outros indivíduos marginalizados da sociedade) tendem a ser vistos como objetos de pesquisa, e não como produtores de conhecimento. Explorar a literatura dessa população é uma forma de evidenciar que esses indivíduos também emitem discursos, constroem narrativas e têm formas próprias de vivenciar os espaços urbanos.

Recentemente, a introdução de *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), e de *Sobrevivendo no inferno*, um álbum do grupo de *rap* Racionais MC's, entre as leituras obrigatórias em relevantes vestibulares do país somou-se ao debate sobre a hierarquia no campo da literatura.

A chamada "literatura negra" é um exemplo de literatura periférica. Essa expressão é utilizada como forma de sinalizar que há uma tendência em universalizar a experiência branca e europeia. Assim, permanece a necessidade de demarcar que o indivíduo que produziu a obra é negro, destacando positivamente sua ação para desconstruir concepções hegemônicas.

É importante ressaltar que, desde 2003, com a aprovação da Lei n. 10 639, a história e a cultura afro-brasileiras e africanas foram introduzidas em todos os componentes curriculares, o que inclui uma revisão da literatura tradicionalmente indicada aos estudantes. No campo editorial, a existência da lei e o crescimento da demanda por produtos que as contemplem originaram o aumento da publicação de autores negros brasileiros e africanos.

A discussão sobre a produção literária da periferia possibilita o desenvolvimento de aspectos das **CGEB4** e **CGEB9**.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

A Lei n. 10 639 tornou obrigatória a introdução de conteúdos sobre a história e a cultura africanas e afro-brasileiras nas escolas e fez aumentar o número de professores e interessados no tema, bem como em produtos que respondessem a essa necessidade. Esse contexto também favoreceu a edição e a tradução de livros de autores negros e africanos, que passaram a ser publicados por grandes empresas e selos editoriais voltados para a temática identitária (como Pólen, Selo Negro, Pallas, Malê, Mazza, entre outros). Para que os estudantes reconheçam a existência de produções literárias que vão além dos lugares hegemônicos, proponha a eles que pesquisem livros de autores africanos e de escritores negros brasileiros. Pode ser interessante incluir a pesquisa de livros de autores indígenas brasileiros, que, em escala menor, também têm sido publicados pela indústria editorial. Sugerem-se os seguintes passos: em grupos, solicite aos estudantes que pesquisem na internet os nomes de editoras e seus catálogos. Ao acessar os *sites* e os catálogos, oriente-os a observar se há autores que respondem aos critérios da pesquisa. Após identificar as obras, peça-lhes que elaborem uma ficha com um breve resumo do livro e a reprodução de suas capas, em escala menor. Reproduza, com os estudantes, um mapa-múndi em uma cartolina. Em seguida, solicite a eles que apresentem a obra pesquisada e coloquem a ficha correspondente sobre o país ou a região de nascimento do autor. A atividade possibilita o diálogo com os professores de Literatura e Geografia.

Empreendedorismo periférico (Página 321)

Solicite aos estudantes que leiam com atenção a reportagem de Debora Komukai. Discuta com eles os impactos positivos originados pelo desenvolvimento de uma economia na própria periferia, como a criação de empregos, a injeção de dinheiro, o fortalecimento da autoestima das pessoas que vivem nessas regiões e a ressignificação desses espaços. É importante ressaltar, no entanto, que o empreendedorismo, nos termos tratados nessa obra, não dispensa a necessidade de políticas públicas, apenas auxiliam na resolução de problemas por outras vias que podem ser complementares.

Empreendedorismo social (Página 322)

O objetivo deste tópico é que os estudantes compreendam o papel histórico dos sujeitos, com ênfase na importância de políticas públicas que promovam transformações sociais e econômicas e na ação dos indivíduos que vivem em contextos extremamente desiguais.

Sugestão para o professor

» **Simões, Nataly. Empreendedorismo social impulsiona o desenvolvimento de profissionais negros. *Alma Preta*, 9 set. 2019. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/empreendedorismo-social-impulsiona-o-desenvolvimento-de-profissionais-negros. Acesso em: 14 set. 2024.**

Nessa reportagem, o tema do empreendedorismo de impacto social é analisado, bem como são oferecidos exemplos concretos do modelo.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

Nesse boxe, a discussão sobre empreendedorismo social é ampliada por meio de um convite à sua experimentação prática, de forma a incentivar o protagonismo dos estudantes e engajá-los de maneira ativa e cidadã em suas comunidades.

Essa atividade é especialmente propícia para a mobilização de aspectos da habilidade **EM13CHS501** e contribui para o desenvolvimento das **CGEB1**, **CGEB2** e **CGEB9**. Além disso, mobilizam-se os temas contemporâneos tranversais **Economia**, com ênfase no Trabalho e na Educação financeira; e **Multiculturalismo**, com destaque para a Diversidade cultural.

■ Auxilie os estudantes nas etapas que constituem essa tarefa. Utilizando como exemplo uma ação local que vise diminuir o acúmulo de lixo em vias públicas, algumas das

estratégias possíveis são: ações educativas comunitárias que demonstrem a importância do descarte seletivo e do encaminhamento do lixo reciclável para estações de tratamento, construção de composteiras para o aproveitamento de parte do lixo orgânico, etc. Por se tratar de um problema de médio prazo, o cronograma poderá ser elaborado prevendo ações que ocorram no intervalo de um ano. Para isso, instituições parceiras, cooperativas de reciclagem e empresas de coleta de lixo reciclável poderão ser acionadas. Os custos dessa ação dependem dos recursos que serão empregados na produção de materiais educativos para as ações na comunidade e na construção de composteiras, bem como de possíveis taxas para a coleta seletiva. Os fundos para cobrir esses custos poderão ser obtidos mediante ações diversas, tais como financiamentos coletivos pela internet, venda de rifas ou criação e venda de produtos relacionados à causa. Durante a etapa de execução, é importante que os estudantes sejam resilientes diante das adversidades e estejam abertos a repensar as estratégias caso alguma delas seja inviável. Por fim, ao término do tempo estipulado, solicite aos estudantes que avaliem o resultado das ações, considerando os acertos e as possibilidades de melhoria em ocasiões futuras.

Atividades (Página 323)

1. a) As subjetividades dos corpos negros, periféricos e transgêneros.

b) São as violências que tentam ocultar ou deslegitimar as subjetividades consideradas desviantes, ou pela exclusão social, difamação, criminalização, ou até mesmo pelo homicídio.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mencionem que esses corpos, enquanto subjetividades, são vítimas da violência por fugirem do padrão de valorização de uma sociedade conservadora, racista, machista e LGBTfóbica, que tem o corpo branco, rico e masculino como ideal e referencial, buscando ocultar e deslegitimar todos os demais corpos.

d) A cantora e ativista luta utilizando o próprio corpo e a formação de redes de pessoas que vivenciam a mesma violência como formas de protesto e manifesto.

2. a) Resposta pessoal. As respostas podem envolver diversos aspectos relacionados à convivência em espaços públicos, como o volume do som, que pode incomodar outros habitantes da região, e também a criminalização do *funk* como produção cultural periférica e marginal.

b) Respostas pessoais. Incentive os estudantes a responder à questão com base em argumentos concretos, pautados na realidade, ressaltando a importância do respeito à dignidade humana.

3. Resposta correta: alternativa **d**. Ferréz constata que a literatura é um instrumento de resistência que vem sendo utilizado pelas minorias, e que o fato de ocupar um lugar de marginalidade é uma maneira de reivindicar um lugar de fala e de se unir a outras minorias, que, juntas, formam uma maioria.

Estúdio de História (Páginas 324 e 325)

A discussão sobre a ampliação dos sujeitos históricos e o uso da entrevista de uma historiadora, que desvenda aos estudantes detalhes das pesquisas nem sempre conhecidos do grande público, caso do financiamento de pesquisas, são importantes para compreender as multiplicidades das narrativas históricas e para discussão das formas como as ciências são produzidas. Assim, o conteúdo mobiliza as habilidades **EM13CHS502**, **EM13CHS503** e **EM13CHS601**.

PARA CONCLUIR

1. São mencionados no texto os jornais de Santa Catarina, processos judiciais, registros da polícia e normas de postura municipais.

2. Joana Pedro indica que as fontes indicavam os comportamentos que deveriam ser adotados ou não pelas mulheres, que eram vistas de forma preconceituosa, desqualificante, infantilizadas ou como sujeitos de quem se deve desconfiar.

3. Resposta pessoal. Ainda assim, é importante que os estudantes reconheçam que o aumento dos sujeitos históricos resulta em alguns impactos, como alargamento da compreensão dos fenômenos históricos e valorização das ações de grupos que não pertencem às elites econômicas, políticas e culturais.

4. Atividade de levantamento de hipótese. Espera-se que os estudantes identifiquem que a proximidade com o tema favorece a identificação do pesquisador, gerando certa satisfação, mas que é fundamental que os temas pesquisados sejam viáveis, planejados e exequíveis.

Práticas de pesquisa (Páginas 326 a 329)

O objetivo desta seção é possibilitar aos estudantes o desenvolvimento de habilidades e práticas de pesquisa, coleta e análise de informações. A proposta é que eles organizem grupos de jovens em fase de escolha profissional para, então, obter as informações sobre esse processo.

O tema é complexo, e as angústias que o cercam podem ser diferentes de acordo com os contextos dos sujeitos selecionados no grupo focal. Assim, é possível que apareçam elementos como a pressão familiar para que os estudantes ingressem nas universidades mais prestigiadas, as dificuldades familiares em custear as mensalidades dos institutos privados, o anseio para seguir a carreira do pai ou da mãe ou o desejo de ser o primeiro indivíduo da família a acessar o espaço universitário. Ressalte, contudo, que a angústia está presente nessa fase, ainda que por motivos diversos.

As questões que precisam ser respondidas ao longo da pesquisa são: "Quais são as profissões almejadas pelos jovens?"; "Quais foram os critérios utilizados para escolhê-las?"; "Como os jovens têm se preparado para concretizar as escolhas profissionais?".

Peça aos estudantes que atentem para o item *Procedimentos*, que indica cada uma das etapas, inclusive sugerindo questões complementares e fundamentais para a compreensão do fenômeno.

O objetivo dessa atividade é compreender quais são os elementos que colaboraram para as escolhas profissionais dos jovens. Contudo, sua realização favorece o desenvolvimento das habilidades de organização em grupos, compreensão de como proceder de forma ética e respeitosa durante um debate coletivo e de como organizar essas informações, aprimorando a exposição oral dos estudantes.

O desenvolvimento da atividade e sua divulgação permitem aos estudantes a valorização das realidades e dos saberes das juventudes e o diálogo entre o conteúdo estudado e as práticas críticas e cidadãs que os estudantes porventura possam inserir no debate público de forma consciente.

8 O BRASIL E OS OUTROS ESTADOS

INTRODUÇÃO

Nesta unidade, serão exploradas as relações diplomáticas brasileiras estabelecidas com países europeus, americanos, africanos e asiáticos. Essas relações são compreendidas considerando-se os condicionantes históricos, políticos e econômicos, e a abordagem segue alguns recortes para melhor compreensão dos fenômenos abordados. O capítulo 22 trata das relações diplomáticas entre Brasil e países da América do Sul. Parte-se do contexto atual, mas exploram-se também elementos do passado histórico do país. O capítulo 23 explora as relações do Estado brasileiro com alguns países do continente africano. O recorte se faz necessário dado o grande número de países do continente e porque há uma aproximação diplomática maior com os países lusófonos. O capítulo 24 trata sobretudo das relações diplomáticas do Brasil com os Estados Unidos e a China e das demandas externas para a preservação da Amazônia. Aspectos históricos das relações mundiais (como a Guerra Fria) entram no debate, bem como a preocupação com o consumo consciente, também chamado de "consumo verde", no qual se questiona o aspecto predatório da produção em larga escala.

Sugestão de planejamento

Pela natureza dos temas contemporâneos abordados, o último capítulo da unidade apresenta diversas oportunidades de integração com as Ciências da Natureza e com Matemática. Se possível, combine previamente com os docentes das Ciências da Natureza um diálogo sobre as causas e os impactos do aquecimento global, em termos ambientais, culturais e econômicos. Com os docentes de Matemática, organize um ou mais encontros para realizar discussões sobre a participação econômica dos países em esfera mundial, em termos mais quantitativos.

Objetivos da unidade

- Identificar a existência de órgãos nacionais e internacionais que intermedeiam as relações entre países.
- Compreender a importância das relações diplomáticas para a formação de políticas econômicas e sociais.
- Analisar o impacto de processos históricos na configuração das relações diplomáticas entre os diferentes países.
- Comparar as relações entre os países, identificando disparidades no tratamento de alguns deles.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA UNIDADE

CAPÍTULO	COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES	TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS
22	CGEB1, GEB2, GEB6, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS102, EM13CHS103, EM13CHS104 e EM13CHS106 **CECHSA2:** EM13CHS201 e EM13CHS204 **CECHSA3:** EM13CHS304 e EM13CHS305 **CECHSA5:** EM13CHS503 e EM13CHS504 **CECHSA6:** EM13CHS601 e EM13CHS604	Vida familiar e social; Trabalho
23	CGEB1, CGEB2, CGEB5, CGEB6, CGEB7, CGEB8, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101 e EM13CHS102 **CECHSA2:** EM13CHS203 e EM13CHS204 **CECHSA3:** EM13CHS304 e EM13CHS305 **CECHSA5:** EM13CHS503 e EM13CHS504 **CECHSA6:** EM13CHS601, EM13CHS603 e EM13CHS604 **CELT2:** EM13LGG204	
24	CGEB1, CGEB4, CGEB5, CGEB7 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS101 **CECHSA2:** EM13CHS204 **CECHSA3:** EM13CHS301, EM13CHS303, EM13CHS304, EM13CHS305 e EM13CHS306 **CECHSA5:** EM13CHS503 e EM13CHS504 **CECHSA6:** EM13CHS604 e EM13CHS605 **CECNT1:** EM13CNT104 **CECNT2:** EM13CNT203 e EM13CNT206 **CELT1:** EM13LGG102 **CELT3:** EM13LGG302, EM13LGG303 e EM13LGG305 **CEMT1:** EM13MAT104	Educação ambiental; Educação para o consumo

ABERTURA DE UNIDADE

(Páginas 334 e 335)

Oriente os estudantes a observar a imagem que abre a unidade. Espera-se que eles percebam que se trata de um prédio ligado à administração federal, mais especificamente a fachada do palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Pergunte a eles se conseguem identificar a relação entre o título da unidade e a imagem.

Comente com os estudantes que essa articulação diplomática brasileira pode ser identificada, por exemplo, nos discursos de abertura das Assembleias da ONU, tradicionalmente realizadas por um representante do Estado brasileiro desde a criação do órgão. Historiadores afirmam que o hábito, embora não seja uma norma registrada por escrito, foi um reconhecimento dos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial aos esforços brasileiros no conflito, mas uma cadeira definitiva no Conselho de Segurança das Nações Unidas é um desejo político ainda não alcançado pelo Brasil. Ressalte aos estudantes a importância da diplomacia como meio de resolução de conflitos e de assegurar interesses comerciais.

Os diálogos propostos nesse item favorecem a construção das habilidades **EM13CHS102**, **EM13CHS201** e **EM13CHS604** por propiciar reflexões sobre a construção de relações diplomáticas entre países e o papel dos organismos internacionais no contexto mundial.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. Se necessário, explique aos estudantes que o Ministério das Relações Exteriores integra o governo federal, auxiliando a construção de diretivas para a política externa e assessorando a presidência em questões internacionais. Esta é uma questão que visa à sondagem de conhecimentos prévios dos estudantes sobre esse órgão importantíssimo nas relações que o Estado brasileiro desenvolve com outros Estados.
2. Respostas pessoais. A atividade propicia o levantamento de hipóteses. A oportunidade de refletir sobre a importância do diálogo e da empatia na resolução de conflitos, ainda que em âmbito nacional ou internacional, pode ser um bom momento para retomar aspectos mais individuais sobre o tema, traçando paralelos entre perspectivas.

CAPÍTULO 22 O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL (Página 336)

Este capítulo tem como foco as relações diplomáticas entre o Brasil e os países da América do Sul. Parte-se do contexto atual, mas exploram-se também elementos do passado histórico do país. Entre os assuntos explorados, destaca-se a discussão sobre as políticas voltadas aos povos indígenas brasileiros e de outras regiões da América. Na impossibilidade de abordar todos os países, são feitos recortes temáticos; cabe ao professor e aos estudantes complementar o estudo, caso julguem conveniente.

Pergunte aos estudantes se eles conhecem os conceitos de espaço e de regionalização. Comente que ambos são conceitos da Geografia, mas utilizados por outras Ciências Humanas, e que, no geral, dizem respeito a espaços geográficos delimitados por características físicas, culturais e políticas.

Comente com os estudantes, então, que a ideia de América do Sul é, portanto, uma construção espacial física, mas também política e econômica. O Brasil pode ter tido dificuldade de se reconhecer parte integrante desse espaço por algumas questões históricas, como a colonização portuguesa (em contraste com os vizinhos, colonizados pelos espanhóis) e o eurocentrismo difundido no país por intermédio de um imperialismo econômico e cultural. Contudo, essa questão tem se tornado cada vez menos relevante, e o reconhecimento de pertencer política, econômica e culturalmente à América do Sul é hoje uma realidade.

Comente com os estudantes que o Mercosul foi uma grande aposta econômica dos países envolvidos. Originalmente composto de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, progressivamente incorporou outros países da América do Sul. De fato, o Mercosul representou um avanço nas relações diplomáticas, bem como nos campos político e econômico, de todos os países-membros e associados, mas algumas limitações têm impossibilitado (até o momento) a plena criação de um livre-comércio na América Sul ou a adoção de uma moeda única, como aconteceu na União Europeia.

É possível também abordar o termo "América Latina", que inclui países da América Central e do Sul, como outra categoria política e cultural de análise. Caso opte por essa abordagem, comente com os estudantes que o México tem, historicamente, preferido associar-se aos países da América do Norte como estratégia diplomática.

A abordagem favorece a construção da **CGEB2** e da **CGEB6**, que serão aprofundadas ao longo do capítulo. As habilidades **EM13CHS103** e **EM13CHS106** também são mobilizadas, agora a respeito do contexto da América do Sul.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Respostas pessoais. O objetivo da questão é incentivar os estudantes a refletir sobre suas identidades coletivas, ampliando suas possibilidades de atuação e auxiliando-os a dimensionar os potenciais impactos das ações individuais e/ou coletivas no contexto internacional.
2. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes reconheçam vários símbolos na gravura, com atenção especial a uma figura semelhante a uma serpente ou a um dragão que carrega bandeiras de diferentes países. Trata-se de um ser fantástico que faz parte do imaginário tradicional de populações de várias partes do continente americano. Informe à turma que Xul Solar (1887-1963) é um artista plástico argentino que criou obras associadas a movimentos como surrealismo, cubismo, futurismo, fauvismo e expressionismo.

Sugestão para o professor

» *Mercosul*. **Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/. Acesso em: 15 set. 2024.**

O *site* oficial do Mercosul permite acesso a documentos, estatísticas e ações planejadas do grupo. Pode se tornar importante instrumento para ampliar, em sala de aula, as informações sobre o bloco econômico.

Brasil e Venezuela: tensões contemporâneas (Página 337)

É possível destacar para a turma a informação apresentada no Livro do Estudante de que "os partidos políticos são organizações que defendem projetos políticos específicos". Esse dado é fundamental para a compreensão das relações diplomáticas do Brasil em relação à Venezuela.

Esclareça aos estudantes que, entre 2000 e 2016 (aproximadamente), vários partidos associados à esquerda política governaram países da América do Sul: Brasil (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), Uruguai (José Mujica), Bolívia (Evo Morales), Chile (Michele Bachelet), Argentina (Néstor e Cristina Kirchner). Ainda que cada um desses países tivesse agendas específicas, essa afinidade de pensamento permitiu relações de proximidade entre eles (incluindo a Venezuela) e o Brasil. Posteriormente, conforme lideranças de outros extratos políticos chegaram ao poder, essa situação se modificou, apresentando polarizações políticas no contexto internacional da América do Sul. Em 2023, com o retorno de um governo de esquerda no Brasil, houve uma reaproximação entre este e a Venezuela, ainda que marcada por tensões.

Uma possibilidade para organizar os eventos do texto é a construção coletiva de uma linha do tempo com os marcos citados.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Atividade de incentivo à pesquisa. Combine uma data para que os estudantes compartilhem suas descobertas. Chame a atenção deles para as fontes consultadas, ressaltando a importância de checar as informações coletadas em portais confiáveis de comunicação.

Sugestão para o professor

» *Vindas & vidas*. **Direção: Ana Cláudia Dolores, Cláudia Holder, Jaqueline Maia e Lícia Magna. Brasil, 2019 (48 min).**

O documentário apresenta a história de quatro famílias venezuelanas que vieram ao Brasil em busca de melhores condições de vida, fugindo da crise econômica, política e humanitária da Venezuela.

Itamaraty: relações exteriores (Página 338)

É importante que se reconheça a diferença entre políticas de governo e políticas de Estado. Cabe a este último garantir certa continuidade de atuação, independentemente do governo em vigência. Assim, as relações diplomáticas devem ser compreendidas como políticas de Estado.

Sobre o Barão do Rio Branco, é possível comentar com os estudantes que uma de suas atuações mais célebres foi a negociação com a Bolívia para a incorporação do Acre ao território brasileiro. Em homenagem a ele, a capital do Estado chama-se Rio Branco.

Vale destacar positivamente a preocupação da inserção das mulheres em cargos diplomáticos desde 1928. Informe aos estudantes que desde 2002 há também bolsas para preparação de candidatos negros interessados na carreira diplomática.

Os diálogos propostos nesse item propiciam a construção das habilidades **EM13CHS601** e **EM13CHS604**, ao fomentar a discussão do papel de organismos internacionais no contexto mundial, suas limitações e possibilidades.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

A proposta desse boxe contribui para o desenvolvimento da **CGEB6** e da **CGEB9**. Além disso, possibilita o trabalho com os temas contemporâneos transversais **Economia**, com destaque para o Trabalho, e **Cidadania e civismo**, com ênfase em Vida familiar e social.

1. Resposta pessoal. Espera-se que os textos dos estudantes apresentem as principais características listadas. Retome, se julgar conveniente, as questões da abertura do capítulo, propondo aos estudantes que verifiquem se as hipóteses levantadas naquele momento estão de acordo com as responsabilidades oficiais.
2. Atividade de pesquisa. Espera-se que os estudantes compreendam que, além de requisitos básicos, como pertencer a determinada faixa etária e estar em dia com obrigações eleitorais e militares, é preciso que o candidato tenha formação em nível superior e se submeta a testes que avaliam sua plena capacidade de atuar na carreira diplomática.
3. Respostas pessoais. Incentive os estudantes a pensar nas opções que teriam como diplomatas, respeitando os interesses nacionais, mas em consonância com as práticas valorizadas no campo da diplomacia, como a defesa dos direitos humanos.

Brasil imperial e imperialismo (Página 339)

É importante que os estudantes reconheçam o período imperial como um momento de construção da independência, da unidade nacional e do estabelecimento de limites geográficos (por vezes ampliados, como no caso do Acre, em 1903).

Diferentemente do processo de independência da América espanhola, o processo de independência da América portuguesa (Brasil) foi bem-sucedido na manutenção territorial e da população, o que não significou ausência de conflitos e disputas. Se julgar conveniente, retome com os estudantes os processos de independência da América de forma comparativa.

Pergunte a eles o que entendem por imperialismo. Anote na lousa as definições sugeridas e auxilie-os na compreensão de que, ao se identificar o papel imperialista do Brasil nas relações regionais, afirma-se a existência de mecanismos para a expansão e o domínio territoriais, culturais ou econômicos.

Guerra do Paraguai: aniquilando inimigos (Página 340)

Peça aos estudantes que leiam com atenção o conteúdo da página. Pergunte a eles se a Guerra do Paraguai pode ser vista como resultado de estratégias imperialistas. Do lado paraguaio, havia o desejo de expansão a fim de obter saída do país para o mar; do lado dos países aliados, aniquilar o Paraguai era uma forma de reduzir a competitividade no mercado.

A Guerra do Paraguai mobilizou também a participação de negros escravizados alistados compulsoriamente (como defendem alguns historiadores) e ex-escravizados. Sob um decreto de dom Pedro II, que concedia a alforria a escravizados em troca de serviço militar, o que estava em pauta na participação na guerra era a conquista da liberdade.

O tópico favorece o trabalho com as habilidades **EM13CHS204** e **EM13CHS304**. Também mobiliza aspectos da **CGEB1**, da **CGEB9** e da **CGEB10**.

BOXE INTERAÇÃO

1. O termo "Grande Guerra" faz referência à Guerra do Paraguai (1864-1870). É assim chamada naquele país. Entre os possíveis motivos para essa denominação, estão o imenso impacto econômico e o elevado número de baixas no Paraguai.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reconheçam a ação do Brasil, da Argentina e do Uruguai como parte das intenções de desarticular o Paraguai e impedir o desenvolvimento e a expansão daquele país, em prol dos próprios interesses.

Sugestões para o professor

» **Toral, André Amaral de. A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 287-296, ago. 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/Zz5JrdgQR5hQMtMwj7dnfTd/. Acesso em: 25 set. 2024.**

Nesse artigo, o autor aborda o envolvimento de escravizados na guerra, bem como os discursos paraguaios em razão da participação de homens negros no conflito.

» **Vargas, Vera Lúcia Ferreira. Os índios Terena e a guerra contra o Paraguai (1864-1870). *In*: Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Londrina. *Anais* [...]. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1593.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.**

O artigo apresenta, de forma breve e didática, o envolvimento dos Terena na Guerra do Paraguai e suas consequências, que perduram até hoje.

Indígenas na América do Sul (Páginas 341 e 342)

A respeito da participação de movimentos sociais em governos, é importante ressaltar que a aproximação dos ativistas é uma forma de evidenciar que o Estado é reprodutor de desigualdades e deve, portanto, também ser agente de reversão desses quadros.

Ademais, partidos de esquerda sempre foram considerados mais receptivos às demandas de militâncias e causas de indígenas, negros e população sem terra.

BOXE REFLEXÃO

A proposta favorece reflexões em consonância com a habilidade **EM13CHS305**, possibilitando pensar diferentes formas de se relacionar com o meio ambiente.

1. Espera-se que os estudantes reconheçam que se trata das articulações entre as pautas indígenas e tradicionais abordadas na página anterior.
2. O *Buen Vivir* se configura como uma alternativa aos projetos neoliberais, os quais têm como foco a exploração predatória dos recursos naturais, o aumento do mercado consumidor e a industrialização. Também prevê o fortalecimento regional, em detrimento das grandes corporações.
3. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes identifiquem que o *Buen Vivir* é um projeto-conceito alinhado a valores como sustentabilidade e respeito à diversidade, pilares importantes da sociedade ocidental moderna. Ideias e projetos que contribuam para a qualidade de vida e a preservação ambiental são positivos para a manutenção das sociedades.

Sugestão para o professor

» **Silva, Klaus Pereira da; Guedes, Ana Lucia. *Buen Vivir* andino: resistência e/ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 682-693, jul./set. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00682.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.**

O artigo possibilita um aprofundamento nas questões étnicas e políticas do projeto e do conceito de *Buen Vivir*, subsidiando os diálogos sobre o tema.

América do Sul: aproximações e distanciamentos (Página 343)

Retome com os estudantes a ligação entre as agendas partidárias e as aproximações (ou as divergências) políticas internacionais. Espera-se que eles compreendam que esse fenômeno é regular, mas prejudica a construção de políticas de Estado e, portanto, de práticas duradouras capazes de reverter problemas estruturais.

Cabe ressaltar que classificar o extrato político de um governo, especialmente durante a atuação dele, é algo complexo e que mobiliza intensos debates. No caso do terceiro mandato de Lula, um político associado às pautas da esquerda, o governo optou por formar coalizões com diferentes tendências partidárias como forma de garantir governabilidade e combater a polarização política. Por isso, mesmo dentro do governo, o debate sobre a tendência política dele se manifesta. Se julgar necessário, aborde com a turma alguns trechos da matéria de Isadora Rupp, "Afinal, o governo Lula está mais à esquerda ou mais à direita?", publicada no *Nexo Jornal* em abril de 2024 (disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/04/28/governo-lula-esquerda-ou-direita; acesso em: 15 set. 2024). Ela apresenta argumentos de diferentes pesquisadores e agentes defendendo aspectos que poderiam caracterizar o governo do terceiro mandato de Lula como de direita, centro-direita, centro-esquerda e esquerda.

Atividades (Páginas 344 e 345)

1. a) Alguns nomes de países se modificaram, assim como as fronteiras políticas.

   b) Resposta pessoal que favorece a pesquisa. Espera-se que os estudantes reconheçam a mudança nas fronteiras dos países envolvidos na guerra.

2. a) Resposta pessoal. É importante que os estudantes percebam que, a partir da década de 2000, grupos historicamente marginalizados passaram a ocupar posições de poder e vagas nas universidades, possibilitando maior diversidade de perspectivas e ampliando o debate de combate às discriminações sistêmicas.

   b) A representação dos grupos marginalizados nessas instâncias possibilita que esses grupos ocupem posições de poder, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas, com o objetivo de promover a cultura de respeito e de valorização das diferenças.

   c) Atividade de pesquisa. Caso julgue necessário, indique aos estudantes a consulta à Constituição de 1988, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, e o *site* do Ministério dos Povos Indígenas, disponível em: https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br (acessos em: 16 set. 2024).

3. Atividade de pesquisa. Destaque que o trabalho recai sobre sujeitos tradicionalmente marginalizados e silenciados, portanto pesquisas sobre eles podem ser mais limitadas se comparadas a outras sobre grupos pertencentes às camadas hegemônicas. Por esse motivo, o esforço da turma ganha um significado adicional ao expandir a compreensão dos sujeitos históricos.

4. a) Em 2014, sob a presidência de Dilma Rousseff, o governo tinha afinidades ideológicas com Bolívia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Poderia haver aproximações com países de centro-esquerda, como Argentina, Chile e Uruguai. Em 2024, há o retorno de um governo geralmente associado à esquerda no Brasil. Nesse contexto, é possível identificar afinidades ideológicas com Colômbia, Guiana e Venezuela. Também pode haver aproximações com países de centro-esquerda, como Bolívia, Chile e Suriname. Ressalta-se que, em 2024, havia mais países de centro-direita e direita do que em 2014.

   b) Atividade de pesquisa. Em uma data combinada, explore os resultados das pesquisas da turma, observando se as análises dos estudantes têm sentido diante das políticas de governo implementadas nos diversos países da América do Sul.

5. a) Resposta pessoal. A invisibilidade das trajetórias das mulheres é apresentada no texto sobre a Guerra do Paraguai, mas pode ser estendida à História como um todo. Esse silêncio invisibiliza as mulheres, que ainda hoje lutam por igualdade em diversos setores.

   b) Resposta pessoal. Incentive os estudantes a buscar as informações solicitadas na questão e a refletir sobre a importância do reconhecimento da ação feminina na História. Elisa Alicia Lynch (1833-1886) era a primeira-dama do Paraguai quando o país perdeu a guerra. Por sua atuação política, é considerada uma das heroínas da cultura paraguaia. Ana Néri (1814-1880) foi uma enfermeira brasileira que se destacou nos trabalhos hospitalares oferecidos durante a guerra. As duas mulheres são apenas alguns dos casos mais emblemáticos da participação feminina em um dos principais conflitos armados da América do Sul.

6. a) Atividade de pesquisa. Espera-se que os estudantes indiquem venezuelanos, paraguaios, bolivianos, haitianos, colombianos, etc.

   b) Espera-se que os estudantes listem diferentes motivações, com destaque para as crises políticas e econômicas, busca por melhores oportunidades e qualidade de vida, conflitos armados e desastres naturais.

   c) Resposta pessoal. O objetivo desta atividade é promover a empatia dos estudantes em relação às dificuldades enfrentadas pela população que é obrigada a se deslocar para o Brasil em busca de melhores oportunidades.

7. Resposta correta: alternativa **d**. Roraima é o mais atingido pela proximidade com a Venezuela, ainda assim, pesquisadores afirmam o pouco interesse dos imigrantes venezuelanos em permanecer no Brasil, indicando, entre outros problemas, a barreira linguística.
8. Resposta correta: alternativa **c**. Após a Guerra do Paraguai, o Exército brasileiro saiu com o *status* de vencedor, e teve participação ativa de escravizados tanto no campo de batalha quanto no campo social, levando as Forças Armadas a endossar a causa abolicionista. Para se manter no conflito, o Império Brasileiro aumentou o seu endividamento e anexou territórios do norte do Paraguai, garantido acesso à livre navegação dos rios Paraná e Paraguai.

Estúdio de História (Páginas 346 e 347)

Nesta seção, são abordados processos históricos de diferentes temporalidades, possibilitando o desenvolvimento de percepções sobre a importância da construção de uma educação antirracista para que possamos efetivamente construir uma sociedade mais justa e igualitária. Ademais, o conteúdo possibilita o diálogo com as experiências dos estudantes, que podem, dentro de seu município ou estado, ter contato com grupos de ativistas negros e indígenas, bem como podem já ter participado de projetos ligados a educação antirracista. Assim, o conteúdo mobiliza as habilidades **EM13CHS104**, **EM13CHS503**, **EM13CHS504** e **EM13CHS601**.

PARA CONCLUIR

1. Significa que boa parte do ensino brasileiro ainda prioriza o conhecimento a respeito dos europeus ou por eles produzido, resultando na falta de compreensão da pluralidade de conhecimentos e na crença da hierarquia das sociedades.
2. Atividade de pesquisa. A Constituição Federal de 1988 é a primeira a criminalizar o racismo como crime, a criar o direito de titulação das terras quilombolas e a determinar que o Estado deve proteger as Terras Indígenas e a cultura indígena.
3. Espera-se que os estudantes observem que, ainda que Amilcar Pereira aborde a necessidade de uma educação antirracista no tempo presente, o historiador identifica essa necessidade na permanência da discriminação contra as populações escravizadas entre os séculos XVI e XIX, no caso, os povos indígenas e afrodescendentes.
4. Respostas pessoais. Incentive os estudantes a narrar suas experiências e, em caso de não haver nenhum relato, proponha a eles que escolham sujeitos poucos estudados no ensino escolar e busquem informações sobre estes, gerando uma atividade colaborativa e inclusiva.

CAPÍTULO 23 CONEXÕES DO ATLÂNTICO SUL: BRASIL E ÁFRICA (Página 348)

Seguindo a temática da unidade (as relações do Estado brasileiro com outros Estados), este capítulo aborda as relações do Brasil com alguns países do continente africano, ressaltando o passado histórico em comum e o cenário recente.

Durante o período do Brasil Império, parte significativa do continente africano era dominada pelos interesses dos países que controlavam o tráfico de escravizados. Depois de 1884, após a Conferência de Berlim, houve um reforço no processo de ocupação e dominação do continente por alguns países europeus. Esse processo começou a ser questionado na segunda metade do século XX. Tais elementos devem ser observados para se compreender as relações diplomáticas entre Brasil e países da África.

Os anos 1980 ficaram marcados pela construção de movimentos de identidade e valorização da população negra. O Ato Público de 1978 do Movimento Negro Unificado é considerado um momento de adensamento da discussão em todo o país. Os movimentos contemporâneos reconhecem na África o pertencimento racial positivado, propondo uma revisão da historiografia brasileira.

É importante que esse movimento seja visto de forma transnacional, ou seja, no contexto da intensificação de discussões semelhantes em diferentes espaços da América e emergido de lideranças africanas. Nos anos 1920, nomes como W. E. B. Du Bois e Marcus Garvey já evidenciavam essa ligação diante das experiências da diáspora, interpretação reforçada pelo movimento literário da Negritude, em que Aimé Césaire e Léopold Senghor são referência. No Brasil, a aproximação da história nacional com a África entra na pauta das militâncias a partir dos anos 1980, ainda que em tempos anteriores isso já tivesse sido reivindicado por nomes de projeção nacional, como Abdias do Nascimento. Trata-se de debates que favorecem a construção de aspectos da **CGEB6** e da **CGEB7**, trabalhadas ao longo de toda a unidade.

A respeito do poema apresentado e de sua autora, informe aos estudantes que a moçambicana Noémia de Sousa (1926--2002) teve sua única obra publicada apenas no final da vida: *Sangue negro*, que reúne os principais poemas da escritora, foi publicado em 2001 pela Associação dos Escritores Moçambicanos (Aemo) e, no Brasil, pela editora Kapulana, especializada em literatura africana. O poema reproduzido no Livro do Estudante foi escrito em 1949.

Os diálogos propostos nesse item abordam as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS102**, **EM13CHS203**, **EM13CHS204** e **EM13CHS601**, ao promover a discussão sobre processos históricos de aproximação do Brasil com o continente africano, pautando-se na experiência do tráfico de escravizados como processo de violência, mas também de aproximação cultural. Trabalha-se, ainda, a habilidade **EM13LGG204**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Note-se que o texto apresenta uma série de referências à vida e à cultura baianas, como o mar, o cais e a macumba.
2. Respostas pessoais. O objetivo é que os estudantes reflitam sobre as manifestações culturais de suas comunidades e as relacionem, se possível, à cultura moçambicana.
3. Resposta pessoal. Retome com os estudantes algumas reflexões realizadas em outros momentos do Livro do Estudante, tanto sobre a política de apagamento quanto sobre as ações de reparação contemporâneas.

Relações comerciais coloniais (Página 349)

Retome com os estudantes o conceito de fonte histórica; em seguida, indique as fontes sistematizadas e utilizadas por Alberto da Costa e Silva. Comente que analisar a História com base em tais fontes é um fenômeno recente, característico dos movimentos acadêmicos do século XX. Dessa forma, enquanto vigorou entre os historiadores o uso exclusivo das fontes escritas e oficiais, a ciência foi caracterizada por uma narrativa eurocêntrica, com a qual agora se deseja romper.

A proposta favorece o trabalho com a **CGEB1**, a **CGEB2** e a **CGEB8**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Costa e Silva cita o reconhecimento da independência do Brasil, feito por dois reinos africanos antes que países da América ou da Europa o fizessem. O autor também cita que Angola cogitou alinhar-se ao Brasil, em detrimento de Portugal.

Sugestão para o professor

» **Silva, Alberto da Costa e. *A África explicada aos meus filhos*. São Paulo: Agir, 2008.**

Escrito de forma didática e acessível aos estudantes da Educação Básica, Alberto da Costa e Silva responde a questões simples sobre o continente africano e suas relações com o Brasil.

Novos paradigmas sobre a "conquista da África" (Página 350)

Muitos são os estereótipos sobre o continente africano. Selva intocada e desabitada, lugar de fome, de miséria e de doenças. Essas imagens foram criadas no campo científico e são constantemente reforçadas em reportagens que exploram o exotismo, ou em filmes infantis nos quais apenas os animais parecem habitar o continente.

É importante que os estudantes reconheçam a que grupos interessa a perpetuação desses estereótipos. Todavia, não basta identificar tais estereótipos; é necessário obter conhecimentos que criem e valorizem uma outra perspectiva. Neste volume, alguns conteúdos contemplam essa nova visão, como o trabalho sobre o Reino do Mali e do Congo, mas pode ser interessante retomar e ampliar esses conteúdos.

Comente com os estudantes que, dada a necessidade de revisão do conceito de "civilização", passou-se a questionar a negação do fato de que a antiga civilização egípcia era negra. Foi o antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop (1923-1986) quem comprovou o caráter negro do Egito Antigo e defendeu a valorização de todo o continente africano, produzindo novos olhares sobre ele.

Para a compreensão dos conteúdos trabalhados neste capítulo, além do conceito de imperialismo, é fundamental que os estudantes relembrem o darwinismo social do século XIX como conceito estruturante das relações.

A discussão sobre o darwinismo social, estereótipos e a construção de novos conhecimentos sobre a África, em especial por seus intelectuais, favorece o desenvolvimento da **CGEB5** e da **CGEB6**, bem como das habilidades **EM13CHS503**, **EM13CHS504**, **EM13CHS601**, **EM13CHS603** e **EM13CHS604**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Espera-se que os estudantes identifiquem que a frase está errada. O mapa mostra que a maior parte do território africano não estava sob o domínio europeu. Além disso, o texto esclarece que a presença dos europeus nas áreas indicadas não se caracterizava como controle absoluto do território, e sim como entrepostos comerciais.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os textos dos estudantes problematizem o mapa que mostra a divisão do continente africano pelos europeus segundo a Conferência de Berlim. Eles devem levantar pontos importantes sobre esse evento, como o discurso eurocêntrico e a violência do imperialismo em suas investidas contra os povos africanos.

Eurocentrismo em xeque (Página 351)

Retome o conceito de darwinismo social e comente com os estudantes que essa forma de pensar acabava por legitimar o domínio dos europeus nas mais diferentes áreas.

Além da Etiópia, comente com os estudantes o caso particular da Libéria, que também não foi colonizada por europeus no período. A Libéria é fruto da iniciativa de afro-americanos libertos e da *American Colonization Society*, que, entre os anos de 1821 e 1822, promoveram uma série de viagens de retorno ao continente, prática que também gerou disputas e resistências locais.

Ao tratar de atos de extrema violência, como o Massacre de Ruanda, é importante falar com os estudantes sobre a criação das rivalidades regionais pelos europeus, o que dificultou que as etnias enxergassem a origem do problema. É igualmente importante indicar a mudança de práticas e reforçar que, após 1994, houve uma conciliação nacional pelo desenvolvimento do país, investimento maciço na educação e a inclusão das mulheres no sistema político.

Sugestões para o professor

» **Amim, Samir. *O eurocentrismo*. São Paulo: LavraPalavra Editorial, 2021.**

Na obra, o economista franco-egípcio critica o eurocentrismo como uma construção ideológica que é capaz, ainda, de criar categorias opostas, como civilizados e selvagens, reservando aos europeus a condição de modelo universal.

» **Goody, Jack. *O roubo da História*: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Contexto, 2008.**

Nessa obra, o antropólogo britânico demonstra de que maneira, ao longo dos anos, os europeus se apropriaram de invenções (como objetos e alimentos) e ideias (entre elas o conceito de democracia) oriundas do Oriente, como se tivessem sido desenvolvidas por eles. A obra é uma das fundadoras da crítica ao eurocentrismo, hoje presente em diferentes espaços acadêmicos.

» **Mukasonga, Scholastique. *Baratas*. São Paulo: Nós, 2018.**

A autora, uma mulher tútsi cuja família foi perseguida durante as lutas entre tútsis e hutus em Ruanda, apresenta nesse livro suas memórias, o processo de perseguição e a tentativa de extermínio de seu grupo étnico, que culminou no genocídio ruandês de 1994.

Brasileiros, angolanos e moçambicanos (Página 352)

A proposta exige a articulação do tópico com os contextos históricos. O estudante que se depara com a informação de que "brasileiros" ou "africanos" foram participantes ativos do tráfico de escravizados parte do conceito de uma nacionalidade construída posteriormente ao processo em questão. O que existia, de fato, era uma gama de etnias que via na escravização estratégias variadas. Da mesma forma, havia uma parte que desconhecia o sistema escravista moderno, que seria posto em prática na América, mas conhecia o sistema de escravidão por dívida ou guerra, no qual o *status* de humanidade do indivíduo não é contestado.

A construção de um pertencimento ao continente africano pelos próprios africanos se deu no processo de conquista das independências e da formação das elites intelectuais do continente nos anos 1950 e 1960. Antes disso, dificilmente se encontra uma afirmação de pertencimento coletivo. Ademais, é necessário estar consciente de que há, ainda hoje, disputas étnicas internas. O conteúdo favorece o trabalho com a habilidade **EM13CHS601**. A **CGEB9** e a **CGEB10** também são acionadas por meio dos debates propostos.

BOXE INTERAÇÃO

As atividades desse boxe contemplam a habilidade **EM13LGG204**.

1. Espera-se que os estudantes notem que o artista, poeticamente, troca a América do Sul pelo continente africano. A atividade incentiva a leitura da peça como produto artístico, e não como mapa cartográfico.

2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes observem que a poesia de Noémia de Sousa e a obra de Thomas são complementares, pois ambas abordam os pontos de intersecção entre a América do Sul e a África. Promova o compartilhamento dos textos dos estudantes.

Países africanos e o Brasil: observações sobre a cooperação Sul-Sul (Página 353)

Sob o discurso da proximidade histórica entre Brasil e África, pressionado pelas militâncias negras brasileiras, mas também reconhecendo, em países africanos, importantes parceiros econômicos, os dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva foram significativos para o crescimento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e os países africanos, em especial os lusófonos.

Assim, em 2003, por exemplo, ao conceder o perdão de parte da dívida de Moçambique com o Brasil (referente a serviços prestados e produtos, não a empréstimos), o governo brasileiro buscava uma aproximação econômica diplomática, com a possibilidade de estabelecimento de novos acordos. Em discurso, o feito foi anunciado como reconhecimento de nossa origem comum e irmandade. Economicamente, a estratégia parece ter tido retorno, considerando-se a presença de empresas brasileiras em solo moçambicano a partir de então.

Sugira aos estudantes que prestem atenção na linha do tempo sobre as cooperações Sul-Sul. Se julgar conveniente, busque outros marcos relevantes para a consolidação dessas relações, tornando a linha do tempo ainda mais completa.

O trabalho sobre as atividades econômicas abordadas ao longo do capítulo e que culminam nesse ponto facilitam a abordagem das habilidades **EM13CHS304** e **EM13CHS305**.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

As relações diplomáticas entre o Brasil e os países africanos se estreitou nos anos 2000. Sob o discurso legítimo, mas também interessado, de nossa proximidade histórica, os países africanos (em especial os lusófonos) se tornaram centros de atração para empresas brasileiras. A reflexão sobre isso está vinculada à proposta. O objetivo desta atividade é favorecer a compreensão dos estudantes sobre o impacto econômico e a abrangência do estreitamento das relações com países africanos. Assim, cada estudante (ou grupo de estudantes) deverá selecionar um país africano falante do português e desenvolver uma pesquisa sobre as empresas brasileiras que passaram a atuar no país. Para isso, sugerem-se etapas de pesquisa. Primeiro, o grupo deve identificar os países falantes de português na África e selecionar um deles. Eles devem buscar na internet informações sobre quais empresas brasileiras possuem filiais ou atuação nesses países, anotando o nome das empresas, o ramo de atuação delas, a(s) cidade(s) africana(s) onde se instalaram, entre outras informações que auxiliem na compreensão do impacto da presença delas nesses locais. Para a construção da apresentação, reforce com os estudantes a necessidade de inserir um mapa para a localização do país selecionado, conhecimento que pode não ser de domínio da turma, dada a pouca abordagem sobre o continente africano nas redes sociais, nas mídias e nas escolas. Em uma aula previamente agendada, os estudantes devem apresentar suas considerações finais sobre o processo de pesquisa.

Atividades (Páginas 354 e 355)

1. Resposta pessoal. No geral, espera-se que os estudantes identifiquem que, além do Obá Ósemwede e do Ologum Ajan, o autor também faz referência aos marinheiros, mercadores e ex-escravizados. O objetivo da proposta é que os estudantes percebam que as relações de poder e a política têm impacto direto no cotidiano dos indivíduos, mesmo daqueles que não fazem parte dos órgãos oficiais do governo. Além disso, a atividade promove a percepção de que todos são sujeitos históricos, não só os reis. O compartilhamento dos textos pode ser feito em uma roda de conversa.
2. a) Espera-se que os estudantes identifiquem nessa expressão o discurso europeu de que os brancos da Europa deveriam ajudar os demais povos a se desenvolver. Dessa crença surgiram os projetos colonialistas.

   b) Fanon revela a contradição entre o discurso e a prática. Enquanto os intelectuais europeus dialogavam sobre liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens e a missão do homem branco de "ajudar" os demais povos, na prática, os Estados europeus subjugavam outros povos e praticavam genocídios.

   c) Caso necessário, retome com os estudantes a linha do tempo "Cooperação Sul-Sul: principais marcos históricos", em especial a data de 1955, quando houve uma reunião que institucionalmente buscou alternativas ao projeto colonialista. No excerto, Fanon exorta que se deixe de olhar para a Europa, que só trouxe destruição.
3. Atividade de pesquisa. Incentive os estudantes a procurar informações em fontes confiáveis, analisar essas informações e correlacioná-las ao contexto atual. Sugira a eles que compartilhem suas considerações com a turma.
4. Resposta pessoal. Para esta atividade, é importante que os estudantes tenham se apropriado do conceito de decolonialidade. Ele será discutido com mais destaque na seção *Ampliando* intitulada "Pensamento decolonial".
5. Resposta correta: alternativa **c**. Espera-se que os estudantes reconheçam a capoeira e o candomblé como manifestações construídas na interação dos valores africanos com as experiências vividas no Brasil.
6. Resposta correta: alternativa **d**. Espera-se que os estudantes reconheçam a origem de muitos conflitos atuais na África como resultado do processo de dominação colonial.
7. Resposta correta: alternativa **d**. Os estudantes devem identificar que os grupos mais nacionalistas acabam por ver de forma muito negativa qualquer elemento pertencente a outra comunidade. Isso justificaria a eclosão de conflitos entre as comunidades.
8. Resposta correta: alternativa **d**. Espera-se que os estudantes compreendam que o pensamento decolonial convida-nos a questionar opiniões baseadas na colonialidade.

Ampliando (Páginas 356 e 357)

O conhecimento científico é produzido dentro de condicionantes históricos e modifica-se no constante debate. É importante que os estudantes reconheçam as formas como o conhecimento científico se constrói, em especial que o debate (baseado em pesquisa e métodos) é fundamental nesse processo.

A respeito da decolonialidade, é necessário que se perceba sua oposição direta a um conhecimento centrado na experiência europeia e inserido no discurso da "modernidade", que tornou a trajetória da Europa ocidental um modelo universal.

Os decoloniais, por sua vez, emergem no cenário acadêmico dos anos 1980 e proclamam que as periferias também produzem enunciados e possuem trajetórias próprias. Também afirmam que, para entender essas trajetórias, não se pode ignorar as escravizações indígena e negra e o processo colonial. Ademais, denunciam que os processos coloniais colonizaram, inclusive, as mentes dos povos e que cabe agora libertar-se desse colonialismo.

Esse novo paradigma aproxima-se dos movimentos sociais e é igualmente formulado por eles, portanto trata-se de um conhecimento a serviço da reversão da marginalização histórica de indígenas e negros na América.

O estudo sobre as narrativas políticas e científicas favorece o exercício das habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS601** e **EM13LGG204**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. A decolonialidade refere-se ao movimento que busca questionar as estruturas de dominação colonial que ainda existem nas sociedades colonizadas, valorizando outras epistemologias em substituição às epistemologias eurocêntricas.
2. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes manifestem suas opiniões com respeito, levando em consideração suas vivências e percepções acerca da sociedade brasileira no presente.
3. Os autores referem-se a valores eurocêntricos, que determinam as formas de ser e pensar o mundo com base em uma matriz cultural europeia, que valoriza tudo o que provém dessa matriz como bom ou positivo e marginaliza todas as demais formas de existência.
4. Resposta pessoal. Como possibilidade de resposta, os estudantes podem concluir que a valorização e a priorização de epistemologias não eurocêntricas para pensar a realidade dos países que foram colonizados constitui uma das maneiras de romper com formas de dominação colonial que perduram na atualidade.

Sugestão para o professor

» **Walsh, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Revista Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 131-152, 2008. Disponível em: http://revistatabularasa.org/numero-9/08walsh.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.**

Nesse artigo seminal, uma das principais representantes da decolonialidade define as diretrizes dessa perspectiva e sugere formas práticas de observá-las, explorando as discussões sobre as Constituições do Equador e da Bolívia.

CAPÍTULO 24 OUTRAS CONEXÕES

(Página 358)

Neste capítulo serão abordadas as relações diplomáticas do Brasil com os Estados Unidos e a China. Esse recorte foi escolhido devido à importância geopolítica das duas nações no contexto internacional. Ao longo do capítulo, os estudantes vão analisar as tensões que envolvem os dois países e como elas podem reverberar no Brasil.

A discussão sobre esses outros espaços de atuação brasileira é importante para construir um cenário mais amplo das relações políticas e econômicas estabelecidas pelo Brasil.

Retome com os estudantes o conteúdo sobre a Guerra Fria. Pergunte se eles compreendem as estratégias lançadas pelos Estados Unidos e pela China naquele contexto.

Informe a eles que a China, ainda que tenha promovido uma revolução socialista, optou por se distanciar do bloco liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Da mesma forma, é importante reconhecer que o processo de construção do socialismo chinês tem características próprias – a Revolução Cultural (1966-1976) e a posterior abertura da economia chinesa para o capital privado precisam ser bem compreendidas.

Ao analisar o bloco liderado pelos Estados Unidos na Guerra Fria, os estudantes devem reconhecer que também há diferenças entre os países capitalistas pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, países europeus optaram pela construção do Estado de bem-estar social, que se provou a longo prazo mais inclusivo do que o modelo estadunidense.

A abordagem comparativa entre imagem e texto escrito favorece o trabalho com a habilidade **EM13LGG102**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. No levantamento de hipóteses, espera-se que os estudantes reconheçam a questão da Guerra Fria e o acirramento das relações entre países que optaram por modelos econômicos diferentes.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes observem que se trata de uma fotografia posada para a imprensa, buscando reforçar o aspecto diplomático e a proximidade dos países. Contudo, as relações entre China e Estados Unidos são marcadas por tensões, mesmo que existam acordos e interesses econômicos de ambos os lados.

Aproximações com o Oriente (Página 359)

Pergunte aos estudantes se eles compreendem a importância da economia chinesa para as atividades brasileiras. No ano de 2019, por exemplo, o Brasil exportou mais para a China (aproximadamente 63 milhões de dólares) do que para os Estados Unidos (aproximadamente 30 milhões de dólares). Dessa forma, espera-se que os estudantes compreendam que a imposição de agendas pessoais sobre políticas econômicas pode prejudicar a economia do país a médio e a longo prazo.

Comente com os estudantes que a construção do Brics representa um período de prosperidade econômica do Brasil, que chegou a liderar a lista dos países emergentes. Esse cenário foi modificado pela crise política que se instaurou no país em 2016 e que tem se agravado desde então, desdobrando-se em terríveis consequências econômicas.

Destaque a imagem apresentada na página. É importante que a representatividade das mulheres seja abordada no debate sobre as políticas atuais. A importância da liderança feminina tem sido destacada para ampliar as estratégias e a compreensão do cenário político, e Ruanda (cuja presença feminina no Legislativo atual é de 67%) é um exemplo dessa ampliação e do sucesso da atuação feminina.

A discussão sobre a participação econômica dos países em esfera mundial possibilita o trabalho com a área de Matemática e suas Tecnologias.

Sugestão para o professor

» ***Ascensão da China*** **(temporada 1, episódio 3). História: direto ao assunto [Seriado]. Produtora: ITN Productions. Reino Unido: Netflix, 2020 (23 min).**

Esse episódio, da série de documentários britânicos que aborda temas contemporâneos de uma forma rápida e interativa, trata da Revolução Cultural e da abertura econômica da China, processos fundamentais para compreender o sucesso econômico do país. Como qualquer produção cultural, é necessário um olhar crítico sobre seu conteúdo.

Comunidade chinesa no Brasil (Página 360)

A questão da imigração chinesa no Brasil é uma discussão importante, em que não se pode omitir que, nos séculos XIX e XX, se deu prioridade à vinda ao Brasil de um tipo "ideal", ou seja, do europeu ocidental. Esse processo também gerou um branqueamento da população. Ainda assim, é necessário reconhecer a presença de asiáticos e imigrantes do Oriente Médio, entre outros, na composição da sociedade brasileira.

Diante de estereótipos já existentes sobre grupos asiáticos, somados às notícias falsas sobre a disseminação proposital do vírus causador da covid-19 pelos chineses, é importante que o debate atente para o respeito ao diferente e ao combate aos preconceitos, favorecendo, portanto, o trabalho com as habilidades **EM13CHS503** e **EM13CHS504**.

Tensões: Estados Unidos e projetos políticos (Página 361)

As relações diplomáticas dos Estados Unidos com os demais países da América costumam ser bastante exploradas. Elas contemplam o Destino Manifesto do século XIX, a Doutrina Monroe de 1823 e a diplomacia de Theodore Roosevelt Jr. da virada para o século XX, também conhecida como *Big Stick* ("Grande porrete"). Elas refletem estratégias de ocupação ou dominação econômica e política que representam os interesses estadunidenses.

Para compreender a postura do Brasil em relação às demandas estadunidenses, é importante recuperar a informação, já discutida com os estudantes, de que as agendas dos partidos políticos acabam por definir sua diplomacia, ainda que isso signifique a interrupção de políticas exitosas que deveriam ser preservadas.

BOXE INTERAÇÃO

1. As duas imagens abordam os impactos dos interesses estadunidenses nos contextos políticos da América do Sul.

Brasil e Estados Unidos: balanço (Página 362)

Para explorar em maior profundidade as relações dos Estados Unidos com o Brasil, peça aos estudantes que acompanhem a linha do tempo e as informações que ela apresenta. Paralelamente, identifique com os estudantes os eventos históricos relacionados ao Brasil em cada um desses períodos.

A União Europeia e a Amazônia (Página 363)

Se necessário, relembre aos estudantes que os blocos econômicos são criações de mercados regionais entre países, com a finalidade de dinamizar e integrar a economia de seus membros e igualmente favorecê-los em negociações com outros blocos. A prática foi fortalecida após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ainda que tenham sido registradas articulações de países em "blocos" antes disso. É importante que se reconheça, ainda, que o estímulo de liberalização econômica e redução de barreiras comerciais tende a beneficiar os países-membros.

As discussões sobre os processos políticos e ambientais nos âmbitos local, regional e mundial, como o Fundo Amazônico, favorecem o trabalho com as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS303**, **EM13CHS304** e **EM13CHS305**. O tema da Amazônia exercita a consciência ambiental e a necessidade de preservação da vida, contemplando a habilidade **EM13CNT104**.

Por que ainda se desmata? (Página 364)

Peça aos estudantes que leiam o texto da página e busque responder com eles à principal questão proposta: Por que os desmatamentos ilegais continuam a ocorrer em pleno século XXI?

Ainda que os desmatamentos sejam resultado de práticas históricas, é importante identificar a contestação dessa política predatória. Essa contestação vem de movimentos ambientalistas, mas também de setores econômicos para os quais é desinteressante a prática do desmatamento, como os fundos de pensão Amundi – cujos ativos somam o equivalente ao PIB do Brasil – e que, em conjunto com outras centenas de empresas, como a Mistubishi e os bancos HSBC e BNP Paribas, têm pressionado o governo brasileiro a diminuir ou erradicar essa prática.

BOXE REFLEXÃO

O chamado "consumo verde" – conjunto de hábitos de consumo de grupos que, ao comprar, consideram o impacto ambiental de um produto, desde sua produção até o descarte – tem crescido entre as camadas da população que buscam informações sobre a sustentabilidade e se preocupam em desenvolver uma consciência ambiental. Esse hábito se mostra mais acentuado entre os jovens com alto poder de consumo. Isso porque esse grupo tem mais acesso a informação e mais facilidade em selecionar o que consome, afinal os preços dos produtos "verdes" ainda são mais elevados do que os preços de produtos sem esse apelo.

O trabalho sobre o consumo responsável e a consciência socioambiental mobiliza as habilidades **EM13CHS301** e **EM13CHS306**. Permite também contemplar a **CECNT2** e as habilidades **EM13CNT203** e **EM13CNT206**. Além disso, trabalha-se com o tema contemporâneo transversal **Meio ambiente**, com destaque para Educação ambiental e Educação para o consumo.

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam e abordem em seus mapas mentais questões como a escolha associada à capacidade de consumo e a concentração da terra em setores específicos de produção que causam grande impacto no meio ambiente, como as lavouras de soja e a criação de gado.

2. Resposta pessoal. É importante que os estudantes não se sintam responsáveis pela devastação da natureza de forma automática e individualizada. Todavia, espera-se que compreendam que as discussões sobre sustentabilidade e consumo consciente são recentes e que eles são parte dessa mudança, que é emergente e gradativa.

3. *Tour* virtual. O objetivo da atividade é levar os estudantes a refletir sobre o consumo consciente. Para isso, incentive-os a navegarem pelo *site* da ONG WWF-Brasil para identificarem

qual é a pegada ecológica da turma. Em seguida, organize uma roda de conversa para discutirem os impactos do consumo para o futuro do meio ambiente.

Brics (Página 365)

O texto didático traz um panorama histórico sobre o Brics, suas principais frentes de atuação, seus impactos econômicos e sociais e o papel desempenhado pelo grupo no mundo contemporâneo. Dialogue com a turma sobre os impactos positivos desse tipo de iniciativa, que gera benefícios a todos os países-membros, ou seja, tem como foco o bem comum.

BOXE REFLEXÃO

O boxe incentiva os estudantes a analisar criticamente algumas informações quantitativas sobre o Brics, mobilizando de modo significativo as habilidades **EM13CHS604** e **EM13MAT104**.

1. Espera-se que os estudantes percebam que os países-membros do Brics concentram parte expressiva das movimentações econômicas mundiais.
2. Os estudantes devem inferir que as relações entre o Brasil e os outros países do grupo trazem benefícios ao país, já que favorecem interações econômicas, políticas e sociais com grandes e importantes mercados.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes retomem que o fundamento do Brics é a cooperação e a formação de alianças com foco no desenvolvimento dos países-membros.

G20 (Página 366)

Ao explorar o texto didático, reforce com os estudantes a importância da participação do Brasil em grupos como o G20. Trata-se de um grupo internacional que promove discussões sobre o sistema financeiro mundial e aproximação de seus membros para a realização de parceiras e acordos – ações que podem ser muito benéficas para as populações em geral. Desse modo, há a continuidade da abordagem da habilidade **EM13CHS604**.

Atividades (Página 367)

1. a) Embora a expressão "bilateral" seja usada pelo governo dos dois países para abordar a relação, na prática as intervenções e as pressões exercidas pelos Estados Unidos sobre nações como o Brasil põem em risco a bilateralidade, constituindo trocas desiguais, oriundas da diferença de poder político e econômico entre as duas nações.

   b) Atividade de pesquisa. O objetivo é que os estudantes se atualizem em relação às questões históricas e geopolíticas que envolvem o Brasil e os Estados Unidos analisadas até o momento.

2. a) Atividade de pesquisa. As ações humanas são a principal causa do aquecimento global porque elas são responsáveis pela emissão dos gases de efeito estufa. Algumas atividades são particularmente mais poluentes: a geração de energia elétrica e de calor por meio da queima de combustíveis fósseis; a atividade industrial na produção de cimento, ferro, aço, eletrônicos, plásticos, etc.; a mineração; e o desmatamento.

   b) Espera-se que os estudantes relacionem os resultados da pesquisa do item **2a** com a fala reproduzida no trecho da notícia, na qual o então presidente do Brasil lembra que, historicamente, os países ricos se industrializaram primeiro, por isso, estão há mais tempo emitindo gases de efeito estufa. Além disso, eles engendraram práticas predatórias contra os ambientes naturais durante séculos de imperialismo e de política imperialista. Portanto, são mais responsáveis pelo aquecimento global.

3. Resposta correta: alternativa **c**. Espera-se que os estudantes observem o discurso do então presidente estadunidense Donald Trump como prática de um governo que prega a recuperação econômica do país a qualquer custo.

Práticas de pesquisa (Páginas 368 e 369)

Nesta seção, pretende-se que os estudantes desenvolvam habilidades de práticas de pesquisa, coleta e análise de informações. A proposta é que identifiquem a imigração como busca por dignidade e melhores condições de vida, assim como observem o impacto desse fenômeno nas escalas local, regional e nacional.

O objetivo do tema trabalhado é favorecer a compreensão da imigração como um fenômeno complexo, que se inicia com o deslocamento das pessoas, mas tem desdobramentos para a fixação e a manutenção dos imigrantes nos novos espaços.

Aproveite as descrições das etapas no Livro do Estudante e explique à turma a execução do trabalho.

A entrevista como metodologia de pesquisa deve ser observada em diferentes aspectos. Primeiramente, é necessária certa atenção ao material utilizado – os *smartphones* modernos, por exemplo, têm facilitado o registro de entrevistas mesmo entre profissionais do jornalismo, mas é imprescindível assegurar-se da qualidade da gravação, da distância entre o aparelho e os entrevistados, da possibilidade de erros (deve-se, portanto, ter um plano B). Em segundo lugar, é fundamental também o preparo de um roteiro prévio da entrevista semiestruturada, bem como atentar para a sensibilidade durante a realização da entrevista.

A divulgação das entrevistas para os demais grupos é uma etapa importante que conduz a proposta para sua finalização. Após entrar em contato com todas as narrativas, os estudantes devem responder às questões sobre as dificuldades de realização desta atividade e comentar as considerações obtidas por intermédio das entrevistas. Isso deve ser feito em uma aula específica, programada por você. Aqui seu papel de mediador do debate é fundamental. Destaque trechos que considere importantes, bem como apresente informações complementares que estejam em fontes externas às entrevistas, como páginas oficiais com dados estatísticos sobre determinado assunto.

Sugere-se, ainda, que a turma prepare um *feedback* para os entrevistados. Essa contrapartida pode ser a elaboração de um relatório final, por escrito, a ser entregue às pessoas entrevistadas.

Os estudantes devem considerar a imigração nos termos aqui trabalhados como fruto da violação dos direitos humanos e do impacto de processos políticos, mobilizando as habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS503**. Por sua vez, o debate proporcionado pela atividade favorece o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS604** e **EM13CHS605**. Ao mobilizar relações de poder, processos identitários, empatia e diálogo, as discussões possibilitam ainda o trabalho com a **CELT3** e suas habilidades específicas **EM13LGG302**, **EM13LGG303** e **EM13LGG305**.

FÓRUM HISTORIOGRÁFICO: CONSTRUINDO O TRABALHO SOLIDÁRIO NA COMUNIDADE

INTRODUÇÃO

Este projeto pode ser realizado de maneira semestral ou anual, de acordo com o planejamento escolar. Ele incentiva a mobilização de toda a comunidade escolar (docentes, coordenação escolar, famílias e moradores do entorno), trazendo impactos positivos para a sociedade. Por seu caráter integrador e ativo, a proposta desenvolve o protagonismo juvenil, o senso de responsabilidade comunitária e a consciência cidadã. No projeto, os estudantes vão organizar um fórum cujo objetivo é apresentar formas de trabalho solidário no lugar onde vivem. Ele foi dividido em cinco etapas: convocação da comunidade; diagnóstico dos problemas e das necessidades da comunidade; fórum para elaboração do projeto; organização e divisão das ações solidárias; e avaliação das experiências.

Sugestão de planejamento

O projeto deve ser conduzido em conjunto com outros docentes, integrando diferentes áreas e frentes. Cada professor pode ficar responsável por organizar determinadas turmas para a realização da proposta. É fundamental que todos na escola participem e que o planejamento considere o calendário coletivo, prevendo a realização de todas as etapas. A orientação das etapas deve ser previamente discutida com os estudantes para que eles compreendam o que vão fazer e como vão se organizar.

Objetivos do projeto

- Refletir sobre a noção de trabalho no mundo contemporâneo.
- Desenvolver o senso de responsabilidade e o empoderamento para a atuação cidadã.
- Conhecer as formas de trabalho solidário, identificando seus impactos na comunidade.
- Criar estratégias de organização coletiva e de planejamento.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROJETO

PROJETO	COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES	TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS
Construindo o trabalho solidário na comunidade	CGEB2, CGEB4, CGEB5, CGEB6, CGEB7, CGEB9 e CGEB10	**CECHSA1:** EM13CHS103 **CECHSA6:** EM13CHS603 **CECNT2:** EM13CNT203 e EM13CNT206 **CELT1:** EM13LGG105 **CELT2:** EM13LGG201 e EM13LGG204 **CELT3:** EM13LGG301, EM13LGG303 e EM13LGG304 **CELT5:** EM13LGG501 **CELT7:** EM13LGG703 **CEMT2:** EM13MAT201	Trabalho; Vida familiar e social; Ciência e tecnologia; Educação ambiental; Saúde

Construindo o trabalho solidário na comunidade (Páginas 374 a 377)

Após organizar a divisão das turmas entre os docentes, o professor responsável deve explorar com os estudantes os elementos motivadores disponibilizados no Livro do Estudante. O objetivo dessa parte é conscientizá-los sobre a importância desse tipo de ação coletiva e seus impactos na comunidade. Por isso, é interessante discutir com as turmas as características e o significado de projetos solidários ou voluntários, para que os estudantes compreendam suas possibilidades e reflitam criticamente sobre elas, bem como sobre seus limites e alcances e o que são capazes de promover em relação à coletividade por meio da cooperação e do esforço conjunto. Se possível, apresente para a turma alguns exemplos de projetos e ações solidárias bem-sucedidos e seus efeitos concretos, assim como os relatos de experiências dos respectivos participantes.

Pela natureza do trabalho, essa etapa e as próximas mobilizam diferentes aspectos da **CGEB2**, da **CGEB4**, da **CGEB5**, da **CGEB6**, da **CGEB7**, da **CGEB9** e da **CGEB10**. A diversidade de questões que podem ser propostas favorece a abordagem interdisciplinar, promovendo o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EM13MAT201** (ações sociais com base em dados), **EM13CNT203** (meio ambiente), **EM13CNT206** (saúde) e **EM13CHS103** (cidadania). A depender da turma, conforme surgirem outros temas, é possível trabalhar outras habilidades com os estudantes. Além disso, trabalham-se os seguintes temas contemporâneos transversais: **Economia**, com ênfase no Trabalho; **Cidadania e civismo**, com destaque para Vida familiar e social; **Ciência e tecnologia**; **Meio ambiente**, voltado para a Educação ambiental; e **Saúde**.

Antes de iniciar a organização dos grupos para a divulgação do projeto, sugerimos que você discuta com os estudantes as problemáticas do bairro, ouvindo a opinião e a experiência deles.

Oriente-os a se prepararem para a realização da coleta de informações, relatos, impressões e opiniões dos moradores. Essa etapa é muito importante e deve ser bem planejada, para que as próximas ocorram de acordo com o previsto e os estudantes contem com a colaboração das pessoas da comunidade do bairro da escola, integrando suas experiências para criar ações conjuntas solidárias que melhorem o cotidiano de todos os participantes. A **CGEB10** é mobilizada com destaque nessa etapa.

Proponha eventuais ajustes no cronograma ou mesmo na ordem de cada passo. Cuide, porém, para que a liderança das ações seja dos estudantes. Nesse projeto, os docentes devem atuar como fomentadores; o protagonismo precisa ser dos estudantes. A identificação de questões locais e suas possíveis soluções por meio do trabalho voluntário permite desenvolver aspectos das habilidades **EM13CHS103** e **EM13CHS603**. As habilidades de organização social, expressão oral e comunicações digitais mobilizam aspectos das habilidades **EM13LGG105**, **EM13LGG201**, **EM13LGG204**, **EM13LGG301**, **EM13LGG303**, **EM13LGG304**, **EM13LGG501** e **EM13LGG703**.

A proposta de avaliação é também é uma proposta de autoavaliação. Se julgar conveniente, amplie a coleta de relatos para que os estudantes também respondam às questões propostas. A elas, é possível adicionar itens como:

- De quais etapas do projeto eu mais gostei de participar?
- Quais das ações propostas eu achei que seriam mais efetivas?
- O que poderia ter sido melhor no projeto?

OBJETOS DIGITAIS DO LIVRO

Os objetos digitais são recursos complementares ao processo de aprendizagem dos estudantes e contribuem para o aprofundamento dos temas abordados no Livro do Estudante. Eles oferecem uma alternativa didática e podem ser utilizados conforme critérios definidos pelo professor. Nesta obra, os recursos digitais estão presentes de forma equilibrada, relevante e articulada ao conteúdo. Observe as indicações a seguir.

OBJETO DIGITAL	TIPO	UNIDADE	CAPÍTULO	PÁGINA	ORIENTAÇÃO DIDÁTICA
A domesticação de plantas e animais	Infográfico clicável	1	1	17	Explore o infográfico clicável sobre a domesticação de plantas e animais e analise como isso moldou a agricultura e a sociedade ao longo do tempo.
O Império do Mali	*Podcast*	1	1	21	Ouça o *podcast* com os estudantes e explique as principais características do Império do Mali.
A resistência africana	Carrossel de imagens	2	5	82	O carrossel de imagens apresenta exemplos de movimentos de resistência africanos durante a dominação europeia.

A cerimônia do beija-mão	Infográfico clicável	3	7	118	Utilize o infográfico para esclarecer como as cerimônias do século XIX no Rio de Janeiro (RJ) ajudaram a consolidar o poder de dom João.
Um dia na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo	*Podcast*	3	8	126	Ao ouvir esse *podcast* sobre a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, os estudantes conhecerão as experiências e os desafios enfrentados pelos imigrantes que passaram por ela.
Como as pessoas se vestiam no Brasil Imperial?	*Podcast*	4	10	158	Escute o *podcast* com os estudantes e proponha reflexões sobre a vestimenta das pessoas no Brasil Imperial, considerando influências sociais e culturais.
Documentos históricos	Vídeo	4	10	175	Exiba o vídeo sobre documentos históricos e com a turma analise a importância deles na compreensão de eventos e contextos do passado.
Desigualdade social	Carrossel de imagens	5	13	203	Analise com os estudantes o carrossel de imagens sobre desigualdades sociais no Brasil e aponte dados que ilustram como elas ocorreram.
Participação brasileira na Segunda Guerra Mundial	Vídeo	6	16	246	Proponha aos estudantes que assistam ao vídeo e discutam a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.
Relato do ator brasileiro Maurice Politi	Vídeo	6	16	254	Assista com os estudantes à entrevista em que Maurice Politi dá depoimento para o Memorial da Resistência e reflitam juntos sobre a resistência durante a ditadura civil-militar.
Disputa pelo poder: Estados Unidos e União Soviética	Mapa clicável	6	17	266	Veja com os estudantes o mapa clicável sobre as disputas pelo poder na Guerra Fria e analisem os principais eventos desse período e suas consequências.
Sistema Único de Saúde (SUS)	Infográfico clicável	7	19	293	Explore o infográfico com a turma e reforce a importância do SUS para assegurar aos brasileiros o acesso integral e gratuito a serviços de saúde.

2 2 4 8 1 6

ISBN 978-65-416-9666-4

2 900002 248166